



ANAIS

2025/1

Sim **FiP** +
SIMPLEX

SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIFIPMOC AFYA

UNIFiPMoc
CENTRO UNIVERSITÁRIO FIPMOC

Afya

Apresentação dos Anais

Estes Anais são oriundos do 18/º Simpósio de Pesquisa e 10º Simpósio de Extensão - SIMFIP e SIMPEX, organizado pela UNIFIPMoc Afya. Caracteriza-se por ser um evento de caráter técnico-científico, destinado a médicos, acadêmicos e profissionais da área de saúde, humanas e exatas que buscaram atualização profissional. A proposta foi apresentar temáticas multiprofissionais das diversas áreas, em um ambiente inovador, voltado para a troca de experiências e a promoção de conhecimento por meio de discussões e apresentações científicas.

A equipe editorial científica que participou do simpósio deu sequência às atividades que vêm se tornando tradicionais nos eventos das áreas propostas, referentes à apresentação e à divulgação de resultados de investigações científicas, avaliados por um corpo de pareceristas e colaboradores comprometidos com a ciência, que tornam a produção científica um pilar cada vez mais sólido.

Estes Anais trazem resultados de investigações realizadas por discentes e docentes de diversas áreas de atuação, com diferentes temáticas e recortes metodológicos. A ampla variedade dos assuntos abordados e o grande interesse que despertam deverão ser um marco inicial nas publicações científicas oriundas deste evento.

Profª. Drª. Daniela Araújo Veloso Popoff
Karla Leite Macedo
Comissão Organizadora

Comissão Científica

Profª Ms. Ana Paula dos Santos Xavier Braga
Prof. Dr. Antônio Prates Caldeira
Profª Dr Daniel Ferreira dos Santos
Profª Dr Deícola Coelho Filho
Profª Dr. Flávio Júnior Barbosa Figueiredo
Prof. Ms. Andréa Nogueira de Amaral Ferreira
Prof. Esp. Helder Lopes Oliveira
Profª Drª. Hellen Julliana Diniz
Profª Drª. Lanuza Borges
Profª Drª. Patricia Natalicia Mendes Feres
Prof. Ms. Carlos André Moreira da Silva
Prof. Drª. Renata Flávia Nobre Canela Dias
Profª. Drª. Mariana Fernandes Teixeira

Comissão de Editoração

Prof. Dr. Gustavo Souza Santos

Profª. Drª. Daniela Araújo Veloso Popoff
**Pró-reitora de pesquisa, pós-graduação, extensão,
internacionalização e inovação- PROPPEXII
UNIFIPMoc/Afya**

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – RESUMOS SIMPLES

SAÚDE MENTAL E PRODUTIVIDADE NA PADARIA ITAPETINGA

DANTAS CORDEIRO, Ana Theresa¹; RODRIGUES, Ana Luísa¹; OLIVEIRA DIAS, Ana Livia¹; SOARES PRATES LOPES, Giovanna¹; RUAS CORDEIRO, Luiz Fernando ¹; RABELO FONSECA, Mylla Sallete¹ OLIVEIRA, Gilzirene Simone².

¹ Acadêmicos do curso de Administração, Centro Universitário FIPMOC.

² Professora do curso de Administração, da instituição FIPMOC

Introdução/Justificativa: A saúde mental é um fator crucial no contexto organizacional contemporâneo. Os ambientes de trabalho moderno, com suas constantes demandas e pressões, contribuem significativamente para o aumento de transtornos psicológicos entre os trabalhadores. Diante disso, torna-se essencial discutir a relação entre saúde mental e produtividade, compreendendo como fatores emocionais e psíquicos influenciam diretamente o desempenho laboral. **Objetivos:** Analisar como a saúde mental impacta a produtividade dos trabalhadores, destacando a importância da prevenção de transtornos mentais e a promoção do bem-estar no ambiente profissional. **Métodos:** O projeto foi desenvolvido na Padaria Itapetinga e envolveu três etapas principais: aplicação de um questionário para entender a percepção dos colaboradores sobre saúde mental e produtividade; realização de uma roda de discussão para troca de experiências e escuta ativa entre os participantes; e por fim, uma dinâmica interativa voltada ao autoconhecimento e à reflexão sobre o bem-estar emocional no ambiente de trabalho. **Resultados:** Os resultados foram bastante positivos. Os colaboradores participaram ativamente de todas as etapas do projeto, compartilharam suas opiniões e demonstraram interesse pelo tema. A roda de conversa proporcionou um espaço acolhedor para escuta e diálogo, e a dinâmica permitiu momentos de descontração e reflexão. Houve melhora perceptível no clima organizacional e os gestores demonstraram abertura para implementar ações contínuas de cuidado com a saúde mental. **Considerações Finais/Conclusões:** A relação entre saúde mental e produtividade é direta e significativa. Investir em ações preventivas, políticas de apoio psicológico e ambientes saudáveis são uma estratégia eficaz para melhorar os resultados organizacionais e o bem-estar dos colaboradores.

Palavras-chave: Saúde mental, Produtividade., Ambiente de trabalho.

Referências:

CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento organizacional. 3. edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Saúde mental no trabalho. Disponível em: <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/mental-health-in-the-workplace>. Acesso em: 19 maio 2025.
ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A. Comportamento organizacional. 15. edição. São Paulo: Pearson, 2013.

CUIDAR DE QUEM CUIDA COM MOVIMENTO E ESCUTA NA ROTINA HOSPITALAR.

ROSA, Maria Alice Alves Santa¹; PINTO, George Luiz Borges²; DA ROCHA, João Marcos Silva³; MACEDO, Luana Torres Paulino⁴; SOUZA, Dâmaris Rodrigues⁵; CUNHA, Mateus Cristiano Barbosa⁶; MARTINS, Gilzirene Simone Oliveira⁷.

¹Acadêmicos do curso de Administração do Centro Universitário FipMoc. ⁷Professora do curso de Administração do Centro Universitário FipMoc.

Introdução/Justificativa: A saúde mental dos cidadãos tem ganhado destaque nos últimos anos, especialmente em ambientes hospitalares, onde a pressão emocional, as demandas incessantes e a sobrecarga física impactam diretamente o bem-estar dos profissionais. Nesse contexto, iniciativas preventivas tornam-se essenciais para o cuidado desses sujeitos. Considerando a relevância do autocuidado e da promoção da saúde mental, o projeto de extensão “Cuidar é Viver” foi desenvolvido com base na ODS 3 – Saúde e Bem-estar, buscando oferecer conhecimentos e técnicas estratégicas para defrontar o estresse e a ansiedade, promovendo uma melhora na qualidade de vida e nos afazeres no ambiente hospitalar.

Objetivo: Promover ações educativas voltadas para a saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho hospitalar das recepcionistas do Hospital Fundação Dilson de Quadros Godinho, por meio de atividades que incentivem a conscientização, a escuta ativa, a valorização do autocuidado e a prática da ginástica laboral. **Métodos:** As ações foram realizadas com um pequeno grupo de recepcionistas de um hospital. A intervenção iniciou-se com a apresentação da equipe extensionista e, em seguida, com uma exposição dialogada utilizando uma apresentação de slide que abordou conceitos fundamentais sobre a saúde mental, maneiras de prevenção, técnicas para enfrentamento de estresse e diligência para com a ansiedade. Uma roda de conversas sobre saúde mental no ambiente familiar também foi promovida, permitindo reflexões e partilha de experiências. Logo após, houve uma exibição de um trecho comentado ‘Qual o seu propósito’ do filme – Soul Disney – que trás a experiência de Joe que passou um período da sua vida esquecendo de aproveitar sua jornada; em formato de “cinema”, com distribuição de pipocas e refrigerantes, como estratégia de acolhimento e aproximação. A intervenção foi finalizada com uma sessão de ginástica laboral, momento de relaxamento guiado, entrega de lembranças e distribuição de folders informativos.

Resultados: Diante da apresentação, os participantes mostraram grande interesse e envolvimento nas atividades. Foi possível observar o engajamento nas discussões, disposição para mudanças no ambiente tanto profissional como familiar, além da valorização das técnicas repassadas para controle de estresse e ansiedade. A ginástica laboral foi altamente aplaudida como prática viável de alívio das tensões diárias. Ao final, houve relatos de intenção em disseminar o conhecimento adquirido entre colegas de trabalho. **Considerações Finais/Conclusões:** A experiência mostrou-se relevante ao promover um espaço de escuta, troca de saberes e incentivo ao autocuidado. Ademais, o hospital evidenciou importância de projetos similares que abordem a saúde mental de forma leve, acessível e prática, contribuindo para humanização dos ambientes hospitalares e para a valorização do trabalhador.

Palavras-chave: Saúde Mental. Ginástica Laboral. Ansiedade. Estresse. Ambiente Hospitalar.

Referências: BRASIL. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A importância do cuidado com a saúde mental no ambiente de trabalho. Brasília: EBSEH, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/a-importancia-do-cuidado-com-a-saude-mental-no-ambiente-de-trabalho>. Acesso em: 24 de Março 2025. VARELLA, Drauzio. Como os exercícios físicos ajudam na saúde mental? São Paulo: Portal Drauzio Varella, 2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/atividade-fisica/como-os-exercicios-fisicos-ajudam-na-saude-mental/>. Acesso em: 24 de Março 2025. DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 2007.

IMPACTO SOCIOECONÔMICO DAS INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS NA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM MONTES CLAROS - MG.

Emerson Ferreira da Silva 1; Vitor Gabriel Santos Silva 1; Helder Lopes Oliveira 2
1 Acadêmico do curso Administração de Empresas da instituição UNIFIPMoc 2
Professor do curso Administração da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: O setor farmacêutico brasileiro tem ganhado destaque nas últimas décadas, com o Brasil ocupando a 6ª posição mundial em consumo de medicamentos. Montes Claros, MG, se consolidou como polo industrial farmacêutico devido à instalação de grandes empresas como Novo Nordisk, Eurofarma e Hipolabor. Este estudo justifica-se pela relevância das indústrias farmacêuticas no desenvolvimento econômico e social da cidade, refletindo na geração de emprego e renda, e proporcionando insights para políticas públicas mais eficazes. **Objetivo (s):** Analisar os impactos socioeconômicos da instalação e expansão das indústrias farmacêuticas em Montes Claros, com ênfase na geração de emprego e renda. O estudo visa avaliar os efeitos diretos e indiretos sobre a economia local e a estrutura produtiva regional. **Métodos:** A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando estudo de caso. Serão coletados dados secundários de fontes oficiais como IBGE, CAGED, RAIS e FIEMG, além de entrevistas semiestruturadas com gestores e representantes de associações empresariais. A análise envolverá indicadores econômicos como o PIB e IDH de Montes Claros, e a geração de empregos diretos e indiretos relacionados às indústrias farmacêuticas. **Resultados:** Os dados preliminares indicam que a instalação das indústrias farmacêuticas em Montes Claros contribuiu significativamente para o aumento do PIB municipal, que saltou de R\$ 4,5 bilhões em 2007 para R\$ 11,2 bilhões em 2021. Além disso, a geração de empregos formais aumentou substancialmente, com destaque para empresas como Novo Nordisk, que expandiu de 500 para 2.650 empregos diretos. A verticalização da cadeia produtiva também gerou novos empregos em setores como logística e manutenção. **Considerações Finais/Conclusões:** A pesquisa mostra que a presença das indústrias farmacêuticas em Montes Claros tem contribuído significativamente para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida local. O estudo destaca a importância de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional sustentável e a capacitação profissional para maximizar os benefícios do setor farmacêutico.

Palavras-chave: Indústrias Farmacêuticas, Desenvolvimento Regional, Geração de Emprego.

Referências: ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE PESQUISA – INTERFARMA. Relatório setorial 2023: panorama da indústria farmacêutica no Brasil. São Paulo: Interfarma, 2023.
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios 2007–2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
FIEMG – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Mapa Estratégico da Indústria Mineira – Regional Norte de Minas. Belo Horizonte: FIEMG, 2022.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: UM COMPROMISSO COM O BEM-ESTAR E A PRODUTIVIDADE

ROCHA, Alessandra Camilo¹; ALMEIDA, Ana Emília Paiva¹; SOUZA, Emanuely Patrícia Freitas¹; SOARES, Luane Veloso¹; PENA, João Gabriel R. Ferraz¹; BORGES, Júlio César Alves¹; OLIVEIRA, Gilzerene Simone².

¹Acadêmicos do Curso de Administração da UNIFIPMoc/ Afya

²Professora do Curso de Administração da UNIFIPMoc/ Afya

Introdução/Justificativa: Este projeto de extensão tem como base a ODS 3 - Saúde e Bem-Estar, com foco na promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. A partir da identificação de problemas como estresse, sobrecarga emocional, esgotamento profissional (burnout) e baixa produtividade, foi desenvolvida uma intervenção educativa e preventiva voltada para a valorização do bem-estar dos colaboradores como fator essencial para o sucesso organizacional. **Objetivo (s):** A ação teve como objetivo conscientizar gestores e colaboradores sobre a importância da saúde mental no ambiente de trabalho, com foco em práticas de escuta ativa, acolhimento empático e envolvimento da liderança no reconhecimento de sinais de sofrimento psíquico. **Métodos:** A metodologia utilizada foi qualitativa, a intervenção foi realizada através de diversas ferramentas educativas, como folders informativos, apresentações e falas expositivas do grupo. Esses recursos facilitaram a compreensão e o engajamento dos participantes, contribuindo para a reflexão sobre a importância da saúde mental no ambiente de trabalho. **Resultados:** Como resultado, observou-se um impacto positivo nos participantes, tanto na recepção das informações quanto no interesse em dialogar sobre o tema. Também foi possível perceber que algumas práticas de cuidado emocional já vinham sendo aplicadas dentro da empresa, demonstrando abertura e sensibilidade da organização em relação ao tema. A ação fortaleceu a percepção de que iniciativas como essa podem potencializar o bem-estar coletivo e melhorar o clima organizacional. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que a promoção da saúde mental nas organizações, aliada aos princípios da ODS 3, é essencial para a construção de ambientes de trabalho mais equilibrados, produtivos e humanizados. Através de ações educativas e do envolvimento da liderança, é possível prevenir o adoecimento emocional, fortalecer os vínculos interpessoais e promover qualidade de vida no cotidiano da empresa.

Palavras-chave: Saúde mental. ODS 3. Ambiente de trabalho.

Referências:BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde mental e trabalho. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-mental-e-trabalho>. Acesso em: 20 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 20 maio 2025.

*Aprovação Comitê de Ética: Aguardando aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya*

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DOS INVESTIMENTOS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Gabriel Abner da Silva Sarmento¹; João Pedro Brito Amaral²; Sarah Francisca Cabral de Melo Monção².

¹ Acadêmico do curso Administração de Empresas da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso Administração da instituição UNIFIPMOC

Introdução/Justificativa: A educação financeira tem ganhado destaque como ferramenta fundamental para promover a cidadania econômica, fortalecer a autonomia individual e melhorar a qualidade de vida. Diante das desigualdades socioeconômicas e da escassez de conhecimento sobre finanças pessoais, torna-se essencial difundir conteúdos sobre gestão e planejamento financeiro. De acordo com a OCDE (2009), a educação financeira desenvolve habilidades que ajudam os indivíduos a lidar com riscos e oportunidades, promovendo decisões mais conscientes. O Banco Central do Brasil (2015) reforça que sua inserção nas escolas contribui para formar cidadãos mais preparados, favorecendo a estabilidade econômica e social. **Objetivo (s):** Analisar, por meio de revisão bibliográfica, a relação entre educação financeira, comportamento de consumo e práticas de investimento, destacando sua importância na formação de cidadãos mais conscientes e aptos a enfrentar os desafios da vida econômica contemporânea. **Métodos:** A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Foram selecionadas obras e artigos científicos que discutem aspectos teóricos e práticos da educação financeira, com foco em fontes reconhecidas por sua credibilidade acadêmica e relevância temática. O levantamento busca identificar conexões entre a educação financeira, hábitos de consumo e estratégias de investimento. **Resultados:** A análise do material bibliográfico evidencia que o acesso à educação financeira pode contribuir significativamente para a redução da vulnerabilidade econômica, o estímulo ao consumo consciente e a tomada de decisões financeiras mais equilibradas. Espera-se compreender de que forma a introdução precoce da educação financeira, especialmente em ambientes escolares, está associada à formação de hábitos mais saudáveis de poupança, controle de gastos e planejamento financeiro. **Considerações Finais/Conclusões:** Os resultados reforçam a relevância da educação financeira como ferramenta de transformação social. Conclui-se que políticas públicas voltadas à democratização desses saberes e sua inclusão formal nos currículos escolares são fundamentais para promover maior equidade, autonomia financeira e cidadania. Tais iniciativas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, resiliente e economicamente consciente.

Palavras-chave: Educação Financeira. Consumo Consciente. Qualidade de Vida.

Referências: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Educação financeira nas escolas: desafios e caminhos. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/docs/art8_educacao_financeira_escolas.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Melhorando a educação financeira: análise de questões e políticas. São Paulo: SENAI, 2009.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc/Afya

ANÁLISE DE EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE ESTOQUE APLICADO A FARMÁCIAS.

Jorge Soares Fonseca Neto 1; Helder Lopes Oliveira 1;

1 Acadêmico do curso de administração da instituição UniFipmoc

2 Professor do curso de Administração da instituição UniFipmoc.

Introdução/Justificativa: A gestão de estoques é um fator estratégico para a competitividade das farmácias, especialmente em regiões com limitações logísticas, como o norte de Minas Gerais. Essas empresas lidam com grande variedade de produtos, muitos com validade restrita e exigências específicas de armazenamento e controle. A ausência de um gerenciamento eficaz pode resultar em perdas por vencimento, indisponibilidade de itens essenciais, acúmulo de capital imobilizado e impactos diretos no atendimento ao cliente. Nesse cenário, a adoção de sistemas informatizados de gestão de estoque tem se consolidado como uma alternativa moderna e eficaz, capaz de promover maior precisão nas movimentações, automatizar rotinas operacionais, gerar indicadores de desempenho e facilitar a tomada de decisões. Ao mesmo tempo, muitos estabelecimentos ainda enfrentam dificuldades em implementar essas soluções, seja por limitações estruturais, resistência cultural ou falta de capacitação. Diante disso, o presente estudo se justifica pela necessidade de avaliar os benefícios concretos, as barreiras enfrentadas e os impactos operacionais decorrentes do uso desses sistemas, contribuindo com reflexões práticas e acadêmicas sobre a modernização da gestão farmacêutica. **Objetivo(s):** Analisar o impacto da utilização de sistemas de gestão de estoque na eficiência operacional de farmácias do norte de Minas Gerais, considerando aspectos como organização, redução de desperdícios, melhoria no atendimento e conformidade legal. **Métodos:** A pesquisa adota abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. Serão realizadas revisão bibliográfica e coleta de dados por meio de entrevistas e/ou questionários com empresários do setor farmacêutico da região. Os dados serão analisados via técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** Espera-se identificar os principais métodos utilizados nas farmácias (como ponto de pedido, curva ABC, estoque ideal), os ganhos percebidos com a automação, além das dificuldades enfrentadas na implementação dos sistemas. A comparação entre farmácias informatizadas e não informatizadas permitirá avaliar impactos operacionais reais. **Considerações Finais/Conclusões:** A informatização da gestão de estoques tende a elevar a eficiência das farmácias, melhorar a acuracidade dos inventários e otimizar a reposição. No entanto, barreiras como custo, capacitação e resistência à mudança ainda limitam a adoção em parte do setor. A pesquisa visa propor soluções práticas e contribuir para a literatura sobre logística farmacêutica.

Palavras-chave: Estoque. Eficiência. Farmácias. Sistemas informatizados.

Referências: BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: FATORES QUE INFLUENCIAM NA COMPRA ONLINE.

Samuel Alves Amormino 1; Helder Lopes Oliveira2.

1 Acadêmico do curso Administração da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

2 Professor do curso Administração da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: Este projeto aborda o tema “O Comportamento do Consumidor no Contexto do Marketing Digital: Fatores que Influenciam a Tomada de Decisão de Compra Online”, motivado pela crescente digitalização das relações de consumo. A transformação provocada pelo avanço das tecnologias exigindo das empresas novas estratégias para atrair, converter e fidelizar clientes no ambiente online. Assim, o estudo se justifica pela necessidade de compreender os novos comportamentos dos consumidores, que estão mais conectados, informados e exigentes. **Objetivo(s):** O objetivo geral é analisar os principais fatores que influenciam o comportamento do consumidor no marketing digital. Como objetivos específicos, busca-se identificar elementos que impactam a decisão de compra online, avaliar o papel das redes sociais e influenciadores digitais nesse processo e propor estratégias eficazes para aprimorar campanhas de marketing digital. **Métodos:** A pesquisa é qualitativa e exploratória, fundamentada na revisão bibliográfica de autores consagrados como Kotler, Solomon e Schiffman, além da análise de artigos científicos e estudos de caso recentes. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para interpretar criticamente os dados teóricos coletados, permitindo uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado. **Resultados:** O estudo evidenciou que diversos fatores influenciam a decisão de compra online, destacando-se a usabilidade e experiência do usuário, a confiança na marca, o impacto das avaliações de outros consumidores, o papel das redes sociais e a influência dos criadores de conteúdo. Também ficou evidente que fatores emocionais, sociais e culturais são determinantes nesse processo, exigindo das empresas abordagens mais personalizadas, autênticas e responsivas. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que compreender o comportamento do consumidor digital é essencial para o desenvolvimento de estratégias de marketing mais eficazes e competitivas. O estudo oferece subsídios teóricos e práticos para empresas e profissionais da área, contribuindo para a adaptação às novas demandas do mercado. Além disso, reforça a importância de experiências digitais que promovam confiança e engajamento, fundamentais na jornada de compra online.

Palavras-chave: Comportamento do consumidor, Marketing digital, Decisão de compra, Comércio eletrônico.

Referências: KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. São Paulo: Atlas, 2017.
SCHIFFMAN, Leon G.; WISENBLIT, Joseph; KANUK, Leslie Lazar. Comportamento do consumidor. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2015.
LEMON, Katherine N.; VERHOEF, Peter C. Understanding customer experience throughout the customer journey. Journal of Marketing, v. 80, n. 6, p. 69–96, 2016.

O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Marcos Vinicius Teixeira de Sousa Silva 1; Luiz Eduardo Queiroz Andrade Braga 1; Helder Lopes Oliveira 2

1 Acadêmicos do curso Administração da instituição UnifipMoc

2 Professor do curso de Administração da instituição UnifipMoc

As redes sociais se consolidaram como ferramentas fundamentais para a comunicação e o relacionamento entre marcas e consumidores. No contexto atual de intensa digitalização dos negócios, micro e pequenas empresas, que frequentemente enfrentam limitações orçamentárias e estruturais, encontram nas plataformas digitais uma oportunidade estratégica de crescimento e fortalecimento da marca. A **Introdução/Justificativa:** deste estudo parte da premissa de que a presença digital eficaz pode ser um diferencial competitivo para esses empreendimentos, justificando a necessidade de compreender como tais empresas podem utilizar os recursos das redes sociais para alcançar seu público, aumentar as vendas e manter-se competitivas no mercado. O **objetivo:** deste trabalho é analisar o impacto das redes sociais nas estratégias de marketing adotadas por micro e pequenas empresas, destacando os benefícios percebidos, os desafios enfrentados e os resultados esperados a partir da presença nessas plataformas. Os **métodos:** adotados segue uma abordagem qualitativa, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com empreendedores e responsáveis pelo marketing de pequenos negócios que atuam nas redes sociais. A seleção dos participantes se baseará em critérios como tempo de atuação digital, diversidade de segmentos e engajamento nas plataformas. Os **resultados:** esperados contemplam a identificação de práticas bem-sucedidas, padrões de comportamento digital e percepções dos gestores sobre os efeitos das redes sociais no desempenho empresarial. Também se espera reunir subsídios para que outras micro e pequenas empresas possam replicar estratégias eficazes e evitar erros comuns. **Considerações Finais/Conclusões:** Este estudo pretende contribuir para o entendimento do papel das redes sociais no fortalecimento da comunicação empresarial, na ampliação do alcance de mercado e no desenvolvimento sustentável desses empreendimentos, oferecendo insights práticos e reflexões teóricas relevantes para o campo da administração e do marketing digital.

Palavras-chave: Redes Sociais; Marketing Digital; Microempresas; Estratégia; Comunicação.

Referências: KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

LOPES, A. O uso estratégico das redes sociais nas pequenas empresas. Belo Horizonte: Editora Conecta, 2018.

TORRES, C. Marketing na era digital. São Paulo: Novatec, 2010.

A GESTÃO DE PESSOAS E A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Bianca Castro Nunes 1; Gabriela Félix Silva 1; Sarah Francisca Cabral de Melo Monção²

1 Acadêmicos do curso Administração da instituição UnifipMoc

2 Professora do curso de Administração da instituição UnifipMoc

Introdução/Justificativa: A gestão de pessoas deixou de ser apenas operacional e passou a ter papel estratégico, buscando alinhar os objetivos individuais aos organizacionais (Chiavenato, 2014). Com as transformações impulsionadas pela globalização e pela tecnologia, cresce a importância de ambientes que promovam tanto a produtividade quanto o bem-estar dos colaboradores (Gil, 2019). Nesse contexto, a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) destaca-se como fator essencial para a satisfação e retenção de talentos (Limongi-França, 2011). Este estudo se justifica diante da crescente necessidade de práticas que reduzam problemas como estresse, absenteísmo e rotatividade. **Objetivo:** O presente projeto tem como objetivo analisar a relação entre a gestão de pessoas e a implementação de programas de QVT, identificando como tais práticas podem impactar o bem-estar dos colaboradores e, consequentemente, o desempenho das organizações. **Métodos:** A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com gestores de recursos humanos e colaboradores de empresas que já adotaram programas de Qualidade de Vida no Trabalho. A análise dos dados será feita por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões e percepções comuns entre os participantes. **Resultados Esperados:** Pretende-se buscar uma compreensão aprofundada de como a gestão de pessoas pode ser integrada com ações de QVT para melhorar o ambiente organizacional. Espera-se levantar percepções sobre os impactos desses programas na motivação, produtividade e retenção de talentos, fornecendo subsídios para a formulação de políticas organizacionais mais humanizadas e sustentáveis. **Considerações Finais/Conclusões:** Este projeto propõe reflexões sobre a relevância da QVT na gestão de pessoas, destacando que sua integração pode favorecer ambientes corporativos mais equilibrados, gerando benefícios para os colaboradores e para os resultados organizacionais.

Palavras-chave: Gestão de pessoas; Qualidade de Vida no Trabalho; Bem-estar organizacional; Desempenho organizacional; Sustentabilidade corporativa.

Referências: CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 10. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. MARTINS, E. *Qualidade de vida no trabalho: conceitos, práticas e resultados*. São Paulo: Editora XYZ, 2015. RIVERA, M. *A importância da qualidade de vida no trabalho*. São Paulo: Editora ABC, 2017.

A INFLUÊNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO DE STARTUPS

Gabryel Ferraz Lima¹; Hugo Gonçalves Senário¹; Helder Lopes Oliveira².
¹ Acadêmico do curso Administração da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc
² Professor do curso Administração da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A inteligência artificial (IA) tem se destacado como uma tecnologia transformadora no ambiente empresarial, especialmente em regiões emergentes que buscam impulsionar a inovação tecnológica. O ecossistema Norte Valley, localizado no Norte de Minas Gerais, vem se firmando como um polo tecnológico estratégico, apoiado por universidades, incubadoras, investidores e políticas públicas, o que favorece o desenvolvimento de startups inovadoras. Diante desse contexto, torna-se essencial analisar a aplicação da IA nessas startups, considerando seu potencial para otimizar processos, apoiar a tomada de decisões, melhorar a experiência do cliente e aumentar a competitividade em um mercado cada vez mais orientado por dados. **Objetivo(s):** Analisar a influência da inteligência artificial (IA) na gestão de startups situadas no ecossistema Norte Valley, localizado no Norte de Minas Gerais. **Métodos:** A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores e fundadores de startups da região, permitindo identificar as principais ferramentas de IA utilizadas, os impactos na gestão e os desafios enfrentados na implementação dessas tecnologias. A análise dos dados será conduzida com base na técnica de análise de conteúdo. **Resultados:** Espera-se evidenciar a crescente presença da IA em diversas áreas da gestão, tais como marketing digital, automação financeira, atendimento ao cliente, recursos humanos e operações. Além disso, a pesquisa pretende destacar obstáculos como limitações técnicas, falta de profissionais capacitados, resistência cultural à mudança e dificuldades financeiras para aquisição e manutenção das tecnologias. **Considerações Finais/Conclusão:** Compreender a dinâmica da adoção da IA em startups regionais pode contribuir significativamente para o fortalecimento do ecossistema de inovação, além de subsidiar práticas gerenciais mais eficazes, inteligentes e sustentáveis.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Startups. Gestão. Inovação. Norte Valley.

Referências:

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. Inteligência artificial. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2021.
RIES, Eric. A startup enxuta. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.
PEREIRA, Lucas Henrique. Ecossistemas de inovação regionais: um estudo de caso sobre o Norte Valley. UNIMONTES, 2023.

Educação Financeira: Ferramenta Preventiva ao Vício em Apostas entre jovens

Breno Denucci Felix¹; Samuel Gonzaga Gomes¹; Sarah Francisca Cabral de Melo Monção²

¹Acadêmico do curso Administração da Instituição UnifipMoc

²Professora do curso de Administração da Instituição UnifipMoc

Introdução/Justificativa: A crescente popularização das apostas online entre jovens, impulsionada pelo fácil acesso às plataformas digitais e pela intensa publicidade, tem gerado preocupações quanto ao aumento de ações impulsivas e ao risco de vício. A ausência de uma base sólida em educação financeira agrava esse cenário, tornando os jovens mais vulneráveis às promessas de ganhos fáceis. A educação financeira, ao promover o desenvolvimento do pensamento crítico e do autocontrole, surge como uma ferramenta essencial de prevenção. Este trabalho parte da premissa de que, ao compreenderem conceitos como orçamento, planejamento e riscos, os jovens se tornam menos suscetíveis ao consumo irresponsável, especialmente no contexto das apostas. **Objetivo(s):** Analisar como a educação financeira pode atuar na prevenção ao vício em apostas entre jovens. Especificamente: investigar seu papel preventivo; promover uma geração financeiramente consciente; e transformar a relação dos jovens com o dinheiro. **Métodos:** A pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, com caráter exploratório e descritivo. Serão aplicados questionários a jovens de Montes Claros-MG, abordando conhecimento financeiro e envolvimento com apostas. A análise dos dados se dará por estatística simples e análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). **Resultados:** Espera-se identificar deficiências na formação financeira dos jovens e uma correlação entre baixo conhecimento financeiro e maior envolvimento com apostas. Os dados orientarão a proposta de ações educativas que estimulem escolhas financeiras mais conscientes e evitem comportamentos de risco. **Considerações Finais/Conclusões:** A educação financeira crítica, ao articular conhecimento técnico e reflexão social, pode representar uma estratégia eficaz para conter o avanço do vício em apostas entre jovens. Mais que ensinar a economizar, ela deve formar cidadãos capazes de resistir à lógica do consumo compulsivo e compreender os impactos de suas escolhas financeiras.

Palavras-chave: Educação financeira. Vício em apostas. Prevenção. Jovens conscientes.

Referências: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VIEIRA, Cláudia. Educação Financeira e Comportamento do Consumidor. São Paulo: Atlas, 2017.

SEMERARO, Giovanni. Educação financeira crítica: reflexões para a prática pedagógica. Revista de Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 123-140, 2018.

GESTÃO DE PESSOAS NAS PEQUENAS EMPRESAS: PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE.

João Paulo Souza Lopes 1; Pedro Emanuel Dias 1; Sarah Francisca Cabral de Melo Monção2

1 Acadêmicos do curso Administração da instituição UnifipMoc

2 Professora do curso de Administração da instituição UnifipMoc

Introdução/Justificativa: A gestão de pessoas exerce papel essencial no desempenho das pequenas empresas, especialmente em contextos com recursos limitados e alta rotatividade. Nessas organizações, práticas eficazes de liderança, valorização profissional e desenvolvimento de talentos são determinantes para ambientes produtivos e sustentáveis. Considerando a escassez de estudos focados nessa realidade, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar como a gestão de pessoas pode impulsionar o sucesso empresarial e contribuir para o desempenho sustentável. **Objetivo(s):** Investigar como práticas eficientes de gestão de pessoas influenciam a produtividade e a sustentabilidade de pequenas empresas. Especificamente: identificar práticas adotadas; analisar o impacto da motivação e do desenvolvimento nos resultados; e verificar a relação entre gestão de pessoas e ações sustentáveis. **Métodos:** A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com estudo de caso em pequenas empresas de Montes Claros. A coleta de dados ocorrerá por entrevistas semiestruturadas com gestores e colaboradores, além da análise de documentos organizacionais, como relatórios de desempenho e planos de cargos e salários. A análise será feita por meio da técnica de análise de conteúdo, com triangulação das informações para maior validade. **Resultados:** Espera-se identificar que práticas como liderança participativa, valorização do capital humano e capacitação contínua impactam diretamente nos níveis de produtividade e sustentabilidade. A expectativa é que, mesmo com recursos limitados, pequenas empresas possam alcançar desempenho superior valorizando seus colaboradores. **Considerações Finais/Conclusões:** A gestão de pessoas não deve ser função secundária, mas sim uma estratégia essencial para o crescimento sustentável das pequenas empresas. Integrando motivação, desenvolvimento humano e liderança eficaz, é possível fortalecer a competitividade e a longevidade dos negócios. O estudo contribui para a formação de gestores mais preparados e conscientes de seu papel estratégico.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Produtividade. Sustentabilidade. Pequenas empresas.

Referências:

CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DUTRA, J. S. *Gestão de pessoas*. São Paulo: Atlas, 2016.

BERGAMINI, C. W. *Motivação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2017.

ESTRATÉGIA PARA CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Maria de Lourdes Gomes Domingues ¹; Yasmin Sousa Lopes ¹; Helder Lopes Oliveira ².

¹ Acadêmicos do curso de administração da instituição Unifipmoc

² Professor do curso de administração da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: As micro e pequenas empresas são fundamentais para a economia brasileira, contribuindo para a geração de empregos e renda. Entretanto, enfrentam dificuldades para adaptar-se às rápidas transformações do mercado, o que compromete a sustentabilidade. Aproximadamente 21% dessas empresas encerram as atividades em até dois anos (SEBRAE, 2023). Diante desse cenário, torna-se relevante investigar como a análise estratégica pode favorecer o crescimento sustentável e a competitividade das micro e pequenas empresas, fundamentando-se nas teorias de Porter (2008) e Mintzberg (2000). **Objetivo:** Analisar a importância da análise estratégica para o crescimento sustentável e a competitividade das micro e pequenas empresas, identificando os principais desafios enfrentados, as estratégias adotadas e a aplicação de ferramentas como a Análise *SWOT* e as Cinco Forças de Porter. **Métodos:** A pesquisa caracteriza-se por abordagem qualitativa, exploratória e dedutiva, com base em revisão bibliográfica e análise de estudos de caso. Fundamenta-se nos referenciais teóricos de Porter (2008) e Mintzberg (2000), visando compreender o impacto das ferramentas estratégicas no crescimento das entidades. **Resultados:** Espera-se identificar os desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas e evidenciar o impacto positivo da aplicação da Análise *SWOT* e do modelo das Cinco Forças na obtenção de vantagens competitivas e no fortalecimento do desenvolvimento das micro e pequenas empresas. **Considerações finais:** A análise estratégica mostra-se indispensável para a sustentabilidade e o desenvolvimento, uma vez que possibilita a identificação de desafios e a adoção de práticas que promovem vantagem competitiva, inovação e adaptação às mudanças do mercado. O estudo contribui para o aprimoramento das práticas gerenciais e a formulação de políticas públicas que fortaleçam esse segmento.

Palavras-chave: análise estratégica; micro e pequenas empresas; sustentabilidade; vantagem competitiva; gestão empresarial.

Referências:

MINTZBERG, Henry. **A prática da estratégia**. Tradução de Paulo Henrique Amorim. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Tradução de Cláudio de Moura Castro. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
SEBRAE. **Perfil das micro e pequenas empresas no Brasil: dados e estatísticas**. Brasília: Sebrae, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em: 19 maio 2025.

TECNOLOGIAS 3D INOVADORAS PARA EFICIÊNCIA E GESTÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL.

Aloisio Henrique Ribeiro Silva¹. Helder Lopes Oliveira².

¹ Acadêmico do curso de Administração da instituição Unifipmoc/AFYA

² Professor do curso de Administração da instituição Unifipmoc/AFYA

A construção civil enfrenta desafios recorrentes, como baixa produtividade, falhas no planejamento, desperdícios de materiais e dificuldades na comunicação entre os profissionais envolvidos. Diante disso, as tecnologias de visualização 3D, especialmente o Building Information Modeling (BIM), têm se destacado como soluções inovadoras capazes de transformar a gestão de projetos, promovendo maior integração, controle e precisão nos processos construtivos. A representação tridimensional permite simular virtualmente a obra antes da execução física, otimizando o planejamento, reduzindo retrabalhos e custos, e favorecendo a tomada de decisões com base em dados integrados e atualizados em tempo real. Este trabalho tem como objetivo investigar de que forma as tecnologias de visualização 3D contribuem para a eficiência operacional e a melhoria da gestão de projetos na construção civil. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e exploratória, estruturada em duas etapas principais: revisão bibliográfica sistemática em bases acadêmicas reconhecidas, como Scopus, ScienceDirect e Google Scholar, com foco em publicações dos últimos dez anos que abordem a aplicação de visualização 3D na construção civil; e análise de estudos de caso secundários, extraídos de relatórios técnicos, artigos científicos e projetos documentados que evidenciem resultados práticos da implementação dessas tecnologias em obras reais. Essa abordagem busca identificar padrões, benefícios e desafios recorrentes, além de mapear os impactos operacionais e gerenciais observados. Espera-se que os resultados do estudo contribuam para o avanço do conhecimento acadêmico e para a disseminação de práticas mais inovadoras e eficazes no setor, especialmente em empresas de pequeno e médio porte que enfrentam dificuldades para incorporar tais inovações. A pesquisa também poderá oferecer subsídios para a formação profissional em engenharia e áreas correlatas, incentivando a inclusão dessas ferramentas nos currículos e promovendo uma cultura organizacional mais orientada à inovação, à sustentabilidade e à competitividade.

Construção civil; Visualização 3D; Gestão de projetos.

EASTMAN, C. et al. BIM: Modelagem da Informação da Construção. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SOUZA, R. A.; MELO, R. M. Inovação tecnológica na construção civil: o papel das tecnologias digitais na gestão de projetos. Revista Gestão & Tecnologia, v. 18, n. 3, p. 45–62, 2018.

SUCCAR, B. Building information modelling framework: a research and delivery foundation for industry stakeholders. Automation in Construction, v. 18, n. 3, p. 357–375, 2009.

GESTÃO FINANCEIRA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: DESAFIOS NO FLUXO DE CAIXA E ACESSO AO CRÉDITO

Luana Borges Matos¹; Victor Emanuel Martins Santana²

¹ Acadêmico do curso Administração da instituição Centro Universitário FIPMoc

² Sarah Francisca Cabral de Melo Moncao

Introdução/Justificativa: As micro e pequenas empresas (MPEs) representam a maioria dos empreendimentos no Brasil e exercem papel fundamental na geração de empregos e movimentação econômica. No entanto, enfrentam elevadas taxas de mortalidade precoce, frequentemente associadas à má gestão financeira. O fluxo de caixa desorganizado e a dificuldade de acesso ao crédito bancário figuram entre os principais fatores que comprometem a sustentabilidade desses negócios. A ausência de planejamento financeiro e a informalidade agravam o cenário. Assim, torna-se essencial compreender esses desafios para propor soluções práticas que promovam a sobrevivência e o crescimento das MPEs. **Objetivo(s):** Compreender os principais desafios enfrentados pelas MPEs na gestão do fluxo de caixa e no acesso ao crédito bancário. Analisar os obstáculos à obtenção de financiamento e investigar os fatores que comprometem o controle das finanças. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, fundamentada em obras clássicas e contemporâneas da área de Administração e Economia. Foram consultadas publicações acadêmicas, relatórios técnicos e dados institucionais (SEBRAE, BACEN, IBGE), com o objetivo de interpretar e discutir os principais entraves enfrentados pelas MPEs. **Resultados:** Os estudos indicam que a maior parte das MPEs não possui controle financeiro formalizado, o que dificulta o planejamento e a tomada de decisões. O fluxo de caixa é frequentemente negligenciado, comprometendo a liquidez da empresa. Além disso, a burocracia, os altos juros e a falta de garantias dificultam o acesso a crédito. Empreendedores com pouca ou nenhuma formação em gestão tendem a administrar de forma empírica, o que acentua os riscos financeiros. **Considerações Finais/Conclusões:** A falta de controle do fluxo de caixa e a limitação ao crédito são barreiras recorrentes para as MPEs. Conclui-se que capacitação gerencial e políticas públicas voltadas à desburocratização do crédito são essenciais para fortalecer esse segmento. O estudo reforça a necessidade de disseminar práticas financeiras acessíveis e eficazes no contexto das pequenas empresas.

Palavras-chave: Gestão financeira. Fluxo de caixa. Crédito bancário. MPEs.

Referências:

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. Gestão financeira de micro e pequenas empresas. São Paulo: Atlas, 2013.

SEBRAE. Relatório de Economia dos Pequenos Negócios – 2021. Brasília: SEBRAE.

PRECIFICAÇÃO ESTRATÉGICA COMO PILAR DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Luane Gabriele Gomes Corrêa 1; Sarah Francisca Cabral de Melo Monção 2.

1 Acadêmico do curso de Administração da instituição UNIFIPMoc

2 Professora do curso de Administração da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A falta de planejamento financeiro e de controle sobre custos é uma das principais causas de mortalidade das micro e pequenas empresas (DORNELAS, 2018). Nesse cenário, a precificação tem papel crucial, pois impacta diretamente na lucratividade, competitividade e sustentabilidade. Definir preços adequados exige mais que cobrir custos; envolve considerar fatores como custos fixos, variáveis, percepção de valor e análise da concorrência. No Brasil, esses negócios representam 95% das empresas e respondem por cerca de 30% do PIB (SEBRAE, 2023), mas enfrentam desafios, especialmente na gestão de preços, o que compromete sua sobrevivência. Tradicionalmente, muitos empreendedores utilizam métodos intuitivos, o que eleva os riscos financeiros. Contudo, com o avanço da tecnologia, ferramentas como o markup e metodologias baseadas em valor vêm auxiliando na definição de preços mais precisos e alinhados ao mercado. Assim, este estudo busca compreender como a precificação impacta a viabilidade financeira das micro e pequenas empresas, contribuindo para práticas mais sustentáveis e eficientes. **Objetivo(s):** Analisar como a aplicação de estratégias eficientes de precificação impacta a sustentabilidade financeira e o crescimento de micro e pequenas empresas, considerando fatores como custos, concorrência e percepção de valor pelo cliente. **Métodos:** A pesquisa adota uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de compreender como as micro e pequenas empresas definem seus preços e de que forma essa prática impacta sua sustentabilidade financeira. Para isso, está sendo realizada uma revisão bibliográfica e documental, fundamentada em autores consagrados nas áreas de gestão financeira, precificação e empreendedorismo, além da análise de dados secundários provenientes de estudos e relatórios. A coleta de dados também abrange informações disponíveis em pesquisas online, que permitem identificar os métodos de precificação mais utilizados, o grau de conhecimento dos empreendedores sobre custos fixos e variáveis, bem como a utilização de ferramentas de apoio à gestão. **Resultados esperados:** Busca-se reconhecer padrões, desafios e práticas recorrentes por meio da análise dos dados de forma descritiva, a fim de propor recomendações que contribuam para a melhoria da gestão de preços, do fortalecimento financeiro e do crescimento sustentável dos pequenos negócios.

Palavras-chave: Precificação. Gestão financeira. Micro e pequenas empresas. Sustentabilidade. Competitividade.

Referências:

DORNELAS, José. Introdução ao empreendedorismo: desenvolvendo habilidades para fazer acontecer. São Paulo: Empreende, 2018.

Agência Sebrae de Notícias. "Resultado positivo do PIB de 2023 confirma a relevância dos pequenos negócios." ASN Nacional, 2024. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/economia-e-politica/resultado-positivo-do-pib-de-2023-confirma-a-relevancia-dos-pequenos-negocios/>. Acesso em: 15 abril 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Pesquisa do curso de Administração da UNIFIPMoc/Afya

A EFICIÊNCIA NAS ENTREGAS COMO FATOR DE FIDELIZAÇÃO DOS CLIENTES

Gustavo Vieira e Sousa 1; Janayna Vieira e Sousa 1; Ma. Sarah Monção2.

1 Acadêmico do curso de Administração da instituição UnifipMoc/Afya

2 Professor do curso de Administração da instituição UnifipMoc/Afya

Introdução/Justificativa: Em um mercado cada vez mais competitivo, a agilidade e precisão no processo logístico tornaram-se essenciais para a satisfação e consequente fidelização dos clientes. A logística, portanto, deixou de ser apenas operacional e passou a ter um papel estratégico nas organizações. A eficiência no tempo de entrega impacta diretamente a percepção do consumidor e, sua lealdade à marca, principalmente quando é levado em consideração os mercados de distribuição, onde o logista ou vendedor conta com a precisão do recebimento da mercadoria para repassar para o seu cliente. Com base em autores como Ballou (2006) e Kotler & Keller (2012), percebe-se que a experiência do cliente vai além do produto, incluindo a qualidade e pontualidade da entrega. Estratégias logísticas bem estruturadas, alinhadas com as expectativas do consumidor, contribuem significativamente para a fidelização e fortalecem a imagem da empresa no mercado. Investir em melhorias nos processos logísticos, especialmente no que diz respeito ao tempo de entrega, é uma ação indispensável para empresas que desejam manter sua competitividade e conquistar a lealdade de seus clientes. **Objetivo(s):** Este projeto tem como objetivo analisar como a eficiência nas entregas influencia a satisfação e a fidelização dos clientes em empresas de distribuição. Para isso, busca-se identificar os fatores que definem a agilidade nas entregas, compreender a relação entre logística ágil e satisfação do cliente, avaliar como a entrega rápida impacta a fidelização e investigar estratégias logísticas que garantem velocidade sem comprometer a qualidade do serviço. **Métodos:** A metodologia é qualitativa, com abordagem exploratória e bibliográfica, apoiada na análise de literatura especializada. **Resultados:** Os resultados esperados apontam que entregas rápidas e confiáveis contribuem significativamente para a experiência positiva do consumidor, fortalecendo a confiança na marca e promovendo a fidelização. **Considerações Finais/Conclusões:** A análise teórica permitirá compreender a logística para além da atividade operacional, como elemento essencial na construção da experiência de compra positiva. Presume-se que a eficiência nas entregas não se resume à velocidade, mas também envolve planejamento, qualidade no atendimento e comprometimento com os prazos prometidos.

Palavras-chave: Logística. Satisfação. Cliente. Agilidade. Fidelização.

Referências: Taylor, F. W. (1911) – Princípios de Administração Científica; Fayol, H. (1916) – Administração Geral e Industrial; Ballou, R. H. (2006) – Logística Empresarial: O Processo de Administração da Cadeia de Suprimentos; Kotler, P., & Keller, K. L. (2012) – Administração de Marketing.

SAÚDE E SEGURANÇA NA FN CONSTRUTORA

OLIVEIRA, Brisa Gusmão 1; PEREIRA, João Vitor Alves1; BATISTA, Lucas Gabriel Oliveira1; LIMA, Lucas Martins1; MOTA, Maria Fernanda Ribeiro1; DIAS, Marco Aurélio1; OLIVEIRA, Gilzerene Simone2.

1Acadêmicos do Curso de Administração da UNIFIPMoc/ Afya

2Professora do Curso de Administração da UNIFIPMoc/ Afya

Introdução/Justificativa: Este projeto de extensão está alinhado à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, e surgiu da necessidade de promover a segurança e a saúde física e mental dos trabalhadores da FN Construtora. A desorganização no canteiro, o uso incorreto de EPIs e a falta de conscientização sobre os riscos foram fatores que motivaram a elaboração da intervenção.

Objetivo(s): Conscientizar pedreiros e ajudantes de obra sobre a importância do uso adequado dos EPIs, da prevenção de acidentes, da organização no ambiente e do cuidado com o bem-estar no trabalho. **Métodos:** A metodologia foi prática e participativa, com visitas de campo, rodas de conversa, dinâmicas educativas, fixação de sinalizações e treinamentos sobre segurança e saúde ocupacional. A escuta ativa dos trabalhadores também foi parte fundamental da abordagem. **Resultados:** A intervenção contribuiu para aumentar a adesão às práticas seguras, despertando maior interesse e participação dos trabalhadores. Notou-se uma mudança positiva na percepção sobre a segurança no trabalho, assim como maior valorização da saúde física e mental no dia a dia da obra. **Considerações Finais/Conclusões:** A ação se mostrou eficaz ao adaptar-se à realidade dos operários, fortalecendo uma cultura preventiva e de valorização do trabalhador. A presença ativa no ambiente e o uso de estratégias simples, porém direcionadas, foram essenciais para os resultados alcançados.

Palavras-chave: EPIs. Construção civil. Bem-estar. Saúde ocupacional. Segurança no trabalho.

Referências: BRASIL. Ministério do Trabalho. Norma Regulamentadora NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao/seguranca-e-saude-notrabalho/normas-regulamentadoras/nr-18>

SESI. Segurança e Saúde na Indústria da Construção Civil. <https://www.fiemg.com.br/sesi/area-de-interesse/sstqualidade-de-vida/seguranca-e-saude-na-industria>

FUNDACENTRO. Boas Práticas em Segurança no Trabalho na Construção. <https://www.gov.br/fundacentro/ptbr/comunicacao/noticias/noticias/2025/maio/curso-aborda-intervencao-sobre-fatores-psicossociais-para-prevenir-doe-cimento-mental-relacionado-ao-trabalho>

*Aprovação Comitê de Ética: Aguardando aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya*

O IMPACTO DA ARMAZENAGEM E CONTROLE DE ESTOQUE NA EFICIÊNCIA OPERACIONAL DAS MPES

VIEIRA, Mateus Alkmim 1; LOPES, Helder 2

1 Acadêmico do curso administração da instituição UNIFIPMOC

2 Professor do curso administração da instituição UNIFIPMOC

Introdução: A eficiência operacional é fundamental para a sustentabilidade e o crescimento das micro e pequenas empresas (MPes), especialmente em contextos de alta competitividade. Nesse cenário, a gestão adequada da armazenagem e do controle de estoque torna-se decisiva. A falta de organização pode gerar rupturas de estoque, aumento dos custos operacionais e perda de vendas. Considerando que as MPes representam uma parcela expressiva da economia, mas enfrentam limitações como escassez de capital, espaço físico e conhecimento técnico, torna-se relevante analisar como práticas simples e estratégicas podem melhorar sua performance. **Objetivo:** Analisar a importância e o impacto da gestão de estoque e armazenagem para a eficiência operacional das MPes, contribuindo para a redução de custos e aumento da competitividade. **Métodos:** A revisão de literatura teve como base artigos entre 2016 e 2023 nas bases SciELO e Google Acadêmico. **Resultados:** Embora muitas MPes utilizem métodos informais de controle, é possível alcançar melhorias significativas com ferramentas acessíveis e organização mínima. O uso disciplinado de planilhas, o inventário periódico e a categorização de produtos são práticas eficazes mesmo com poucos recursos (FRANCO et al., 2023). A adoção de práticas simples e o uso de dados para prever demandas mostraram-se eficazes na redução de perdas, no aumento da disponibilidade de itens e no controle financeiro das MPes (GAMA et al., 2017). **Conclusão:** A gestão de estoque, mesmo em operações pequenas, não deve ser negligenciada. Investir em organização, capacitação e controle é uma estratégia de baixo custo que proporciona ganhos operacionais, reduz perdas e contribui diretamente para a profissionalização e a sustentabilidade das microempresas no mercado atual.

Palavras-chave: Microempresas; Gestão de estoque; Armazenagem; Eficiência operacional; Controle de inventário.

Referências: FRANCO, A. B.; SANTOS, É. A. dos; FRANÇA, G. S. de S.; SILVA, L. F. F. da; JESUS, R. A. F. de; JESUS, T. G. C. de; CARVALHO, V. S. de. A importância da gestão de estoque para empresas de pequeno e grande porte. 2023.
GAMA, L. M. F.; OLIVEIRA, L. P. de; ARÊAS, B. A. A gestão de estoques nas microempresas brasileiras. Congresso de Interdisciplinaridade do Noroeste Fluminense, v. 2, 2017.
OLIVEIRA, F. M.; RIBEIRO, A. R.; SOUSA, J. de C. L. de. Gestão de estoque no contexto das empresas de pequeno porte: importância, desafios e perspectivas. Revista ComCiência, [S. l.], v. 7, n. 9, p. 85–90, 2023.
SANTOS, M. dos; FINKLER, M. G. A importância da gestão de estoques em uma microempresa varejista de autopeças. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, v. 1, n. 3, p. 94–109, 2016.

RELAÇÃO ENTRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PRODUTIVIDADE NO SETOR AUTOMOTIVO EM MONTES CLAROS

Gabriel Monteiro Araújo¹, Orientadora Sarah Francisca Cabral de Melo Monção²

¹ Acadêmico do curso Administração da instituição Unifipmoc AFYA

² Professor do curso Administração da instituição Unifipmoc AFYA

Hodiernamente, é notório o avanço da indústria automotiva no mercado, concomitante com o desenvolvimento tecnológico, que tem contribuído para a redução de esforços operacionais, embora exija, de maneira crescente, de conhecimentos técnicos especializados. Nesse viés, o presente projeto tem como finalidade analisar a relação entre a qualificação profissional e a produtividade no setor automotivo, com foco nas oficinas mecânicas do município de Montes Claros, Minas Gerais. Não obstante com a elevação da demanda por colaboradores devidamente preparados, observa-se uma lacuna entre a formação ofertada pelas instituições profissionalizantes e as exigências concretas do mercado de trabalho, o que compromete diretamente na eficiência operacional das empresas do segmento. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a ausência de aptidão técnica adequada contribui para a baixa produtividade, a alta rotatividade e os entraves à competitividade nas oficinas mecânicas. Ademais, evidencia-se a relevância de avaliar o papel das instituições de ensino técnico na formação da mão de obra, especialmente no que tange à periodicidade de abertura de turmas, à estrutura curricular e à articulação com o setor produtivo. Em concerne, o estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a qualificação profissional e a produtividade no setor automotivo, visando entender os gargalos que englobam os negócios. A metodologia adotada será quantitativa, com delineamento exploratório e descritivo, mediante aplicação presencial e/ou virtualmente, de questionários estruturados com questões fechadas, em sete oficinas mecânicas e três instituições profissionalizantes do município. A posteriori, os dados extraídos serão analisados por meio de técnicas de estatística descritiva, permitindo identificar padrões e relações entre as variáveis investigadas. Em consonância com o raciocínio do Gaulke (2017), a qualificação da força de trabalho é um fator determinante para o desempenho organizacional e o aumento da eficiência operacional. Por conseguinte, almeja-se que as informações obtidas na pesquisa contribuam demasiadamente com dados objetivos para subsidiar conteúdos concretos para as políticas públicas e estratégias educacionais voltadas à formação técnica de qualidade, promovendo a valorização profissional, o fortalecimento da produtividade, além do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Palavras-chave: Produtividade. Setor automotivo. Educação técnica. Oficinas mecânicas.

Referências: GAULKE, Juliano Ricardo. Produtividade e qualificação profissional: um estudo de caso na indústria metalmeccânica. *Revista Ciências Administrativas*, v. 23, n. 2, p. 87–104, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anuário da Indústria Automobilística Brasileira 2023. São Paulo: ANFAVEA, 2023. Disponível em: <https://anfavea.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2025.

A REINVENÇÃO DO ENSINO PRÉ – VESTIBULAR: EAD E SEUS IMPACTOS NO PERÍODO PÓS- PANDÊMICO COVID-19

Jhonatan Almeida Lopes¹; Helder Lopes Oliveira².

¹ Acadêmico do curso Administração da instituição Unifiomoc/Afya

² Professor do curso Administração da instituição Unifiomoc/Afya

A pandemia da COVID-19 provocou mudanças estruturais significativas no sistema educacional brasileiro, especialmente com a suspensão das aulas presenciais e a adoção emergencial de modelos digitais de ensino. Nesse cenário, a Educação a Distância (EaD) tornou-se a principal alternativa pedagógica para garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Belloni (2019), a EaD não se limita à transmissão de conteúdo pela internet, mas demanda novas formas de mediação pedagógica, organização curricular e interação entre professores e alunos. O presente estudo objetiva analisar os impactos da expansão da EaD no ensino presencial dos cursos pré-vestibulares localizados em Montes Claros (MG), destacando as transformações metodológicas, estruturais e de gestão enfrentadas pelas instituições no contexto pós-pandêmico. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa e quantitativa, com caráter exploratório e descritivo, apoiada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e alunos, além da aplicação de questionários estruturados. Espera-se, com este trabalho, identificar as principais estratégias de adaptação utilizadas pelas instituições, os desafios enfrentados no processo de transição digital, e os impactos na qualidade do ensino e na experiência dos estudantes. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre os caminhos da educação preparatória em cidades de médio porte, como Montes Claros, evidenciando como a EaD tem se consolidado como um componente estratégico no setor educacional e promovido a reconfiguração do ensino tradicional. O estudo reforça ainda a importância de compreender os limites e as potencialidades do modelo híbrido em um cenário competitivo, tecnológico e em constante transformação.

Palavras-chave: Educação a Distância. Ensino híbrido. Cursos pré-vestibulares. Pós-pandemia. Inovação educacional.

Referências:

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MORAN, José Manuel. *Educação a distância e os desafios da formação de professores*. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. 1–16, 2020.

SCHLEMMER, Eliane; MOREIRA, José Antonio. *Educação a distância e os desafios pós-pandemia*. Revista e-Curriculum, v. 19, n. 1, p. 128-148, 2021.

ATENDIMENTO PERSONALIZADO E FIDELIZAÇÃO PARA O CRESCIMENTO EMPRESARIAL

Hellen Tatiana da Silva¹; Sarah Francisca Cabral de Melo Monção²
¹ Acadêmica do curso de Administração da instituição UnifipMoc
² Professora do Curso de Administração da instituição UnifipMoc

Introdução/Justificativa: Em um contexto caracterizado por constantes avanços tecnológicos e mudanças no comportamento dos consumidores, a personalização do atendimento tornou-se um diferencial estratégico para as organizações. Essa abordagem visa aprimorar a experiência do cliente, fortalecer o vínculo com a marca, promover a fidelização e impulsionar o crescimento sustentável das empresas. **Objetivo:** Analisar os fatores estratégicos que influenciam a personalização do atendimento e avaliar seus impactos na fidelização do cliente e no desenvolvimento organizacional. **Métodos:** A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com análise de obras acadêmicas, publicações institucionais e fontes digitais atualizadas. Foram priorizados autores com reconhecida relevância na área e estudos com aplicabilidade prática. O foco foi compreender de que forma o atendimento personalizado influencia a satisfação, a lealdade dos clientes e o crescimento organizacional. **Resultados:** Os resultados indicam que estratégias como a segmentação do público, o conhecimento aprofundado do perfil do consumidor e a comunicação humanizada são essenciais para proporcionar experiências diferenciadas. A fidelização, quando bem estruturada, contribui para a redução de custos, aumento da recompra e geração de marketing espontâneo, fortalecendo a imagem da marca. Além disso, a personalização impacta positivamente o desenvolvimento regional, ao incentivar o consumo local e promover a geração de empregos. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que a personalização no atendimento deve ser compreendida como uma necessidade estratégica, e não apenas como uma tendência. O estabelecimento de um relacionamento próximo, pautado na confiança e no reconhecimento individual, constitui um importante diferencial competitivo. Investimentos em atendimento personalizado, apoiados por tecnologia e equipes capacitadas, geram valor percebido e favorecem a sustentabilidade empresarial. Compreender as demandas dos clientes e criar experiências positivas são práticas contínuas que consolidam a conexão entre excelência no atendimento e sucesso organizacional.

Palavras-Chave: Atendimento Personalizado; Fidelização de Clientes; Experiência do Consumidor; Crescimento Sustentável; Estratégia Organizacional.

Referências:

SILVA, Fábio Gomes da; ZAMBON, Marcelo S. Gestão de relacionamento com o cliente: 3ª edição. 3. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. ISBN 9788522119349. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522119349/>. Acesso em 21/03/2025.

SÓLIDES. Engajamento e retenção de clientes: 8 estratégias para atingir resultados. [S. l.]: Sólides, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://solides.com.br/blog/engajamento-e-retencao-de-clientes/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

CÔNSOLI, Matheus A.; CASTRO, Luciano T.; NEVES, Marcos F. Vendas: técnicas para encantar seus clientes. Porto Alegre: Bookman, 2007. E-book. pág.94. ISBN 9788577801121. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788577801121/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

OKR'S NA GESTÃO DA QUALIDADE E REDUÇÃO DE PERDAS NO VIDRO

Lorena Azevedo¹; Helder Oliveira².
Acadêmico do curso de Administração de Empresas da instituição UnifipMoc/Afya.
Professor: Helder Oliveira da instituição UnifipMoc/Afya.

Introdução/Justificativa: A crescente competitividade do setor industrial exige maior controle dos processos produtivos e redução de desperdícios. Na indústria de vidro temperado, as perdas de material impactam diretamente os custos, a sustentabilidade e a eficiência operacional. Nesse cenário, ferramentas estratégicas como a metodologia OKR (Objectives and Key Results) podem auxiliar na gestão da qualidade ao transformar metas amplas em indicadores mensuráveis e acompanháveis. A aplicação de OKRs ainda é pouco difundida no setor vidreiro, o que torna esta pesquisa relevante ao ampliar o conhecimento sobre sua viabilidade e benefícios nesse contexto. **Objetivo(s):** Analisar como a aplicação dos OKRs pode contribuir para a mensuração e redução da perda de vidro no processo produtivo de uma empresa de vidro temperado do Norte de Minas Gerais. Especificamente, busca-se mapear os pontos críticos de perda, compreender o uso dos OKRs na gestão de metas e propor KPIs alinhados aos objetivos estratégicos da empresa. **Métodos:** Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa, exploratória, descritiva e explicativa. Foram utilizados métodos bibliográfico e documental para embasamento teórico, com base em autores como Deming, Juran, Doerr e Ohno. A coleta de dados envolveu análise de registros internos, observação direta e mapeamento do fluxo produtivo. A análise será feita com apoio de gráficos, tabelas e Diagrama de Pareto, visando identificar falhas e propor melhorias com base em indicadores-chave de desempenho (KPIs). **Resultados:** Espera-se identificar os principais pontos de desperdício ao longo do processo produtivo, como falhas no corte, transporte, medidas e têmpera. A partir disso, pretende-se propor OKRs baseados em metas claras e mensuráveis, associadas a KPIs que reflitam a realidade operacional da empresa. A integração entre indicadores e objetivos permitirá o monitoramento contínuo das perdas e promoverá ações corretivas com foco na melhoria da qualidade e desempenho estratégico. **Considerações Finais/Conclusões:** A aplicação dos OKRs, aliada aos princípios da qualidade e do Lean Manufacturing, pode contribuir significativamente para reduzir o desperdício de vidro e otimizar processos produtivos. A gestão orientada por metas e indicadores mostra-se eficaz para o controle operacional e o alinhamento estratégico, promovendo produtividade e sustentabilidade.

Palavras-chave: OKRs. Qualidade. Vidro temperado

Referências: DEMMING, W. E. *Qualidade: produtividade e posição competitiva*. 1990. JURAN, J. M. *Juran na liderança pela qualidade*. 1992. DOERR, J. *Avalie o que importa*. 2018.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O IMPACTO NAS DECISÕES DOS JOVENS

Gabriel Corrêa Mendes Cunha ¹; Sarah Francisca Cabral de Melo Monção²

¹ Acadêmico do curso de Administração do curso Administração da instituição UnifipMoc

² Professora do curso de Administração da instituição UnifipMoc

A educação financeira é fundamental para formar uma sociedade consciente e preparada para desafios econômicos. Diante do consumo impulsivo entre jovens universitários, é importante entender como a formação financeira desde a infância pode influenciar positivamente suas decisões de consumo. Cerbasi (2013) destaca que a orientação financeira precoce contribui para hábitos saudáveis de consumo e planejamento, evitando comportamentos financeiros prejudiciais, como endividamento precoce e falta de prioridades. Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, baseada em fontes acadêmicas e literárias sobre educação financeira, comportamento de consumo e juventude. Foram analisadas obras de referência na área, com destaque para os estudos de Gustavo Cerbasi, que aborda a importância da organização financeira pessoal e o papel da família na formação de indivíduos financeiramente equilibrados. O levantamento de dados foi realizado por meio de artigos científicos, livros especializados e publicações de órgãos educacionais e financeiros. A pesquisa revelou que jovens que receberam orientação financeira desde a infância tendem a apresentar maior responsabilidade no uso do dinheiro, além de demonstrar consciência quanto à importância da poupança, investimento e controle de gastos. Conforme argumenta Cerbasi (2009), o desenvolvimento de estratégias para equilibrar tempo e dinheiro está diretamente ligado a decisões de longo prazo, o que reforça a ideia de que a educação financeira promove autonomia e planejamento. Observou-se ainda que a ausência de tais conhecimentos pode levar a decisões impulsivas, prejudicando o bem-estar financeiro e emocional do indivíduo. A educação financeira desde os primeiros anos da vida escolar é um diferencial na formação de consumidores conscientes e responsáveis. As obras de Cerbasi (2016) apontam que organizar a vida financeira é uma habilidade essencial que pode ser aprendida, e que quanto mais cedo for ensinada, melhores serão os resultados na fase adulta. Conclui-se que políticas públicas e ações educativas voltadas à educação financeira são urgentes e necessárias, sobretudo no ambiente universitário, para preparar os jovens para os desafios da vida econômica.

Palavras-chave: Educação financeira. Consumo. Jovens universitários

Referências: CERBASI, Gustavo. *Como organizar sua vida financeira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. CERBASI, Gustavo. *Mais tempo, mais dinheiro: estratégias de vida e carreira para você ganhar tempo e conquistar liberdade financeira*. Rio de Janeiro: Sextante, 2009. CERBASI, Gustavo. *Pais inteligentes enriquecem seus filhos: como educar seus filhos para o sucesso financeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

Apoio financeiro: Texto texto texto (Se houver)

Aprovação Comitê de Ética: CEP n°/Ano. (Para pesquisas com seres humanos)

Modalidade de Iniciação Científica: (Se vinculado ao PROIC UNIFIPMoc/Afya)

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc/Afya

INFLUÊNCIA DOS ANÚNCIOS PATROCINADOS NO COMPORTAMENTO DE COMPRA ONLINE.

Pedro Lucas Lopes Borges ¹; Caio de Oliveira Campos¹; Helder Lopes².

¹ Acadêmicos do curso de Administração da instituição Unifipmoc

² Professor do curso Administração da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: O crescimento do consumo digital e o avanço das tecnologias de marketing tornaram os anúncios patrocinados uma das principais estratégias para atrair e converter consumidores no ambiente online. Com a personalização e segmentação oferecidas por plataformas digitais, torna-se relevante compreender até que ponto essas ações influenciam as decisões de compra. A pesquisa justifica-se pela necessidade de entender o comportamento do consumidor diante da publicidade paga, visando contribuir para a construção de estratégias mais conscientes e eficazes no marketing digital. **Objetivo(s):** Investigar a influência dos anúncios patrocinados no comportamento de compra online. Especificamente, busca-se analisar os fatores que tornam os anúncios pagos mais persuasivos, avaliar a percepção dos consumidores em relação a essas estratégias e identificar como elas impactam suas decisões de compra. **Métodos:** A pesquisa utiliza abordagem quantitativa e descritiva. Será realizada uma revisão bibliográfica sobre marketing digital, persuasão e comportamento do consumidor, além da aplicação de questionários estruturados a consumidores que comprem online. Os dados coletados serão analisados estatisticamente, com o intuito de identificar padrões de influência relacionados à exposição aos anúncios patrocinados. **Resultados:** Espera-se identificar correlações entre a exposição aos anúncios patrocinados e a decisão de compra dos consumidores, além de compreender os elementos psicológicos e estratégicos que potencializam essa influência no ambiente digital. **Considerações Finais/Conclusões:** Ao compreender os fatores que influenciam o consumidor diante da publicidade paga, será possível otimizar as estratégias de marketing digital, promovendo campanhas mais alinhadas aos interesses do público e respeitando os limites éticos da persuasão. A contribuição da pesquisa se dá tanto no campo acadêmico quanto prático, servindo como base para novas investigações e para o aperfeiçoamento das práticas publicitárias no comércio eletrônico.

Palavras-chave: Influência de compra, compra online, comportamento do consumidor, anuncios patrocinados, marketing digital, publicidade paga.

Referências:

MENDES, Michele Aparecida. *A influência do marketing digital no comportamento consumidor dos universitários*. 2021. *Trabalho de Conclusão de Curso (Administração)* – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.
KOTLER, Philip. *Marketing 4.0: do tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
MARTINS, Joana; FARIA, Ana. *A influência das mídias sociais nas compras online*. *Revista RISTI*, n. 44, p. 50-65, 2021.

Apoio financeiro: Texto texto, texto (Se houver)

Aprovação Comitê de Ética: CEP n°/Ano. (Para pesquisas com seres humanos)

Modalidade de Iniciação Científica: (. Se vinculado ao PROIC UNIFIPMoc/Afya)

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

PLANO DE CARREIRA COMO ESTRATÉGIA PARA RETENÇÃO DE TALENTOS

Ana Paula dos Santos ¹; Sarah Francisca Cabral de Melo Moncao²
¹ Acadêmicos do curso Administração da instituição Unifipmoc AFYA
² Professor do curso Administração da instituição Unifipmoc AFYA

Introdução/Justificativa: A retenção de talentos é um desafio crescente para as organizações, sendo os planos de carreira uma ferramenta estratégica essencial para motivar e fidelizar os colaboradores. A falta de oportunidades de crescimento profissional está ligada ao aumento da rotatividade, destacando a importância de práticas eficazes de gestão, como a implementação de planos de carreira estruturados. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo analisar o plano de carreira como estratégia para a retenção de talentos nas organizações, explorando sua contribuição para o desenvolvimento profissional dos colaboradores e as práticas de gestão que o utilizam como parte da estratégia organizacional. **Métodos:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando revisão bibliográfica e questionários aplicados a colaboradores de empresas de médio porte. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, para identificar padrões e tendências sobre o impacto dos planos de carreira na retenção de talentos. **Resultados:** A análise dos dados será feita por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando compreender como a presença ou ausência de planos de carreira impacta o engajamento, a motivação e a permanência dos colaboradores nas empresas. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se a adoção de planos de carreira estruturados é fundamental para a retenção de talentos e o fortalecimento da gestão estratégica de pessoas, sendo crucial para o sucesso organizacional em um mercado competitivo. A pesquisa visa compreender como essas práticas impactam diretamente o engajamento e a motivação dos colaboradores.

Palavras-chave: Planos de Carreira, Retenção de Talentos, Gestão Estratégica de Pessoas.

Referências:

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GREAT PLACE TO WORK BRASIL. Relatório trilha employee experience. São Paulo: GPTW, 2022. Disponível em: <https://conteudo.gptw.com.br/relatorio-trilha-employee-experience>. Acesso em: 09 maio 2025

SILVA, Mariane Lopes da; SOUZA, Juliana Freitas de. A influência da ausência de plano de carreira na rotatividade de talentos em PME's. Revista de Administração Contemporânea, v. 24, n. 3, p. 221-238, 2020. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br>. Acesso em: 08 maio 2025

ESTRATÉGIAS INTERATIVAS E DECISÃO DE COMPRA DA GERAÇÃO Z

Esther Evellin Freitas Viana ¹; Helder Lopes Oliveira²

¹ Acadêmica do curso de Administração da Unifipmoc AFYA

² Professor do curso de Administração da Unifipmoc AFYA

Introdução/Justificativa: A transformação digital tem alterado significativamente a forma como os consumidores interagem com marcas, especialmente nas redes sociais. A geração Z, composta por jovens hiperconectados, busca experiências autênticas e interativas, exigindo das empresas estratégias de marketing digital mais envolventes. Práticas como gamificação, marketing de influência, filtros interativos e o unboxing — quando a entrega do produto é planejada para gerar encantamento e compartilhamento nas redes — destacam-se como ferramentas para atrair e engajar esse público. Diante disso, torna-se relevante investigar como essas estratégias influenciam o comportamento de compra dos jovens. **Objetivo:** Analisar como as estratégias interativas de marketing digital influenciam a decisão de compra da geração Z. **Métodos:** A pesquisa será conduzida com abordagem quantitativa e natureza descritiva. A coleta de dados ocorrerá por meio de um questionário estruturado, com perguntas fechadas, aplicado via Google Forms a jovens de 18 a 29 anos que utilizam redes sociais. Os dados serão tratados por meio de estatísticas descritivas para análise das respostas. **Resultados:** Espera-se identificar quais estratégias digitais exercem maior impacto sobre as decisões de compra da geração Z, com destaque para aquelas que envolvem experiências sensoriais e participação ativa do consumidor. A análise permitirá compreender quais ações são mais eficazes no engajamento e na conversão desse público nas redes sociais. **Considerações Finais/Conclusões:** Compreender o comportamento da geração Z frente às estratégias interativas de marketing digital pode auxiliar as empresas a desenvolver campanhas mais eficazes, ampliando sua presença no ambiente online e fortalecendo o relacionamento com consumidores jovens.

Palavras-chave: Marketing digital. Redes sociais. Geração Z.

Referências: KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.
SCHMITT, B. *Marketing experiencial*. Porto Alegre: Bookman, 2002.
SOLOMON, M. *O comportamento do consumidor*. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

COMO OS INFLUENCIADORES AFETAM O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NO BRASIL

Luan Pedro Correa Carvalho¹; Helder Lopes².

¹ Acadêmicos do curso de Administração da instituição Unifipmoc

² Professor do curso Administração da instituição Unifipmoc

O marketing de influência tornou-se uma das principais estratégias adotadas por marcas no ambiente digital. Influenciadores digitais, ao estabelecerem vínculos de confiança com seus seguidores, conseguem impactar diretamente as decisões de compra, especialmente nas redes sociais. No Brasil, esse fenômeno tem crescido significativamente, impulsionado pela alta taxa de engajamento dos usuários nas plataformas digitais. Justifica-se, portanto, a relevância de compreender de que maneira os influenciadores afetam o comportamento do consumidor, fornecendo dados e análises que possam apoiar estratégias de marketing mais eficazes e alinhadas ao perfil do público-alvo. O objetivo geral da pesquisa é analisar as estratégias de marketing de influência e sua eficácia no comportamento do consumidor brasileiro. Os objetivos específicos são: identificar os fatores que contribuem para a credibilidade dos influenciadores digitais; compreender como os consumidores percebem a autenticidade das recomendações; e avaliar o impacto das campanhas de influência na decisão de compra. A pesquisa terá abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica e análise documental de estudos de caso disponíveis em fontes secundárias. Serão utilizados autores referência como Kotler, Keller, Solomon e Freire para embasar teoricamente o estudo. Resultados esperados: Espera-se obter um panorama sobre as dinâmicas que tornam o marketing de influência eficaz, além de identificar padrões de comportamento entre consumidores impactados por influenciadores digitais. Também se espera gerar subsídios para que empresas adotem estratégias mais assertivas e éticas ao utilizarem esse recurso em suas ações de marketing. A pesquisa propõe-se a contribuir para o campo do marketing ao oferecer uma análise aprofundada sobre a influência exercida por figuras digitais no comportamento de consumo, destacando a importância de estratégias baseadas em autenticidade, confiança e engajamento real. O estudo reforça a necessidade de maior profissionalização nesse tipo de ação para evitar práticas manipulativas e promover relações mais transparentes entre marcas, influenciadores e consumidores.

Palavras-chave: Marketing de influência. Redes sociais. Comportamento do consumidor. Estratégia digital. Influenciadores.

Referências:

KOTLER, Philip. *Marketing 4.0: do tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

ANDRADE, H. F.; MOURA, L. R. C. *O impacto dos influenciadores digitais sobre o comportamento do consumidor de investimentos financeiros*. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 14, n. 9, p. 16245–16272, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i9.2747. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2747>. Acesso em: 28 maio. 2025.

MARTINS, Joana; FARIA, Ana. *A influência das mídias sociais nas compras online*. Revista RISTI, n. 44, p. 50-65, 2021.

IMPACTO DA VARIAÇÃO DA TAXA SELIC NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE COMMODITIES: REVISÃO DE LITERATURA

¹Victor Rocha Wanderley Alcântara; ²Sarah Francisca Cabral de Melo Monção

¹ Acadêmico do curso de Administração da instituição UniFipMoc

² Professora do curso Administração da instituição UniFipMoc

Introdução/Justificativa: Este projeto tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, como as variações na taxa Selic afetam as exportações de commodities brasileiras. Essas commodities representam uma parte importante da nossa economia, respondendo por cerca de 40% das exportações em 2024, de acordo com o Banco Central. A taxa Selic, que é a principal ferramenta de política monetária do Brasil e influencia diretamente fatores como crédito, câmbio e investimentos. Quando ela oscila, pode tornar nossas exportações mais ou menos competitivas no mercado internacional, impactando desde os custos de produção até os preços finais. Por isso, entender essa relação é fundamental para compreender como as políticas econômicas afetam o setor externo e a economia do país como um todo. **Objetivo:** Analisar a relação entre a taxa Selic e as exportações de commodities, observando os impactos econômicos e sociais dessa dinâmica na economia brasileira. **Métodos:** O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica descritiva, com base em publicações entre 2009 e 2024. As fontes foram obtidas em bases como Scielo, Google Acadêmico, Banco Central e livros da área econômica. Utilizaram-se termos como: Taxa Selic, Exportações Brasileiras, Commodities, Setor Externo e Inflação. **Resultados:** A revisão bibliográfica deve mostrar uma conexão importante entre a taxa Selic e o desempenho das exportações de commodities brasileiras. Além disso, será interessante observar como as mudanças nessa taxa afetam diretamente o volume exportado, a geração de receitas externas e o equilíbrio das contas do país. **Considerações Finais/Conclusões:** A relação entre a taxa Selic e as exportações de commodities é complexa. Suas variações influenciam diretamente a economia nacional, impactando a produção, o comércio exterior, a entrada de capital estrangeiro e a geração de empregos. Ao afetar a taxa de câmbio e o custo de produção, a Selic se torna uma peça central na definição da competitividade brasileira no mercado internacional. Compreender esses mecanismos é essencial para gestores públicos, economistas, empresários e cidadãos, já que decisões monetárias afetam não apenas o desempenho macroeconômico, mas também o cotidiano da população, o preço dos alimentos, os investimentos e o crescimento econômico sustentável do país.

Palavras-chave: Taxa Selic. Exportações brasileiras. Commodities. Setor Externo. Inflação.

Referências:

PAULA, L. F.; SARAIVA, A. F. Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1-29, 2018.

SILVA, J. G.; MENDONÇA, M. J. O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 47, n. 4, p. 739-767, 2017.

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – RESUMOS EXPANDIDO

EQUILÍBRIO ESCOLAR: SAÚDE E BEM-ESTAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Gabriele Gonçalves Moreira¹; Karine Soares Fonseca¹; Lis Lorena Pires Silva¹; Stephanie Machado Gonçalves¹; Vanessa Ferreira Vieira¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹Acadêmicos do curso de Administração da UNIFIPMoc

²Professor do curso de Administração da UNIFIPMoc

Introdução

Este relato de experiência aborda o projeto "Equilíbrio Escolar: Saúde e Bem-Estar Escolar e Profissional", que visou promover informações sobre os benefícios da saúde física e mental para os estudantes. Desenvolvido no SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, o projeto respondeu à crescente preocupação com o bem-estar dos alunos em um cenário de estresse e pressão acadêmica. A experiência incluiu um workshop interativo, utilizando a gameificação (dinâmica de jogos) para conscientizar os estudantes sobre práticas saudáveis, como exercícios físicos, alimentação equilibrada e a utilização de ferramentas para melhor organização do tempo e das demandas diárias, visando criar um ambiente propício para a aprendizagem. Os objetivos do projeto foram promover a conscientização sobre a importância da saúde no contexto escolar e profissional, e orientar sobre possíveis ações que incentivem hábitos saudáveis e como podem maximizar o desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes. Ao focar na saúde integral dos alunos, buscamos contribuir para um ambiente de aprendizado mais equilibrado e produtivo.

Métodos

O projeto de extensão foi realizado em ambiente educacional, direcionado a estudantes da instituição de ensino SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, com faixa etária entre 16 e 18 anos, no dia 28 de abril de 2025, no período vespertino, com duração de duas horas. A ação teve como objetivo conscientizar os alunos sobre a importância das práticas saudáveis e os impactos positivos que estas podem gerar tanto no desempenho escolar/profissional quanto na vida pessoal. Além disso, foram apresentadas ferramentas da qualidade que podem auxiliar no planejamento e na organização das rotinas de estudo e no espaço de trabalho. A intervenção foi conduzida por meio de um workshop, no qual foram expostas as temáticas e informações pertinentes. Em seguida, foi promovida uma gameificação a partir da ferramenta digital Kahoot (plataforma de aprendizado baseada em jogos) permitindo que os estudantes testassem os conhecimentos adquiridos. Participaram 23 alunos e a professora da turma, que demonstraram grande interesse, mantendo uma comunicação ativa ao longo de toda a intervenção.

Desenvolvimento

Durante a apresentação do projeto, os estudantes demonstraram interesse e reconheceram que muitos de seus hábitos e escolhas estavam impactando negativamente o desempenho escolar e, em alguns casos, até profissional. Houve também receptividade quanto ao uso de ferramentas como o 5S (metodologia de organização e melhoria contínua) e 5W2H (metodologia de gestão e planejamento), com o intuito de melhorar o planejamento e a organização de suas atividades e metas. Por meio do jogo online Kahoot, foi possível avaliar os conhecimentos adquiridos de forma lúdica e interativa. Os cinco primeiros colocados no ranking foram premiados com uma garrafa de água e uma agenda, como forma de incentivo à adoção de hábitos saudáveis, como a ingestão adequada de água e o uso de anotações e checklists para o cumprimento das obrigações diárias. A participação foi marcada pelo entusiasmo e espírito competitivo, motivados pelos brindes oferecidos. Durante o planejamento do projeto, enfrentaram-se desafios na articulação do tema do ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) sugerido com o curso de administração. No entanto, após pesquisas e discussões, concluiu-se que abordar temas como planejamento, organização e hábitos simples, porém essenciais, seria o mais adequado. Outra dificuldade enfrentada foi encontrar uma forma atrativa de transmitir o conteúdo, o que levou à escolha do jogo Kahoot como estratégia metodológica, tornando a abordagem mais dinâmica e engajadora. A realização do projeto de extensão proporcionou o aprofundamento e a ressignificação do uso de ferramentas de gestão, demonstrando sua aplicabilidade em diferentes contextos e promovendo inovação. Além disso, contribuiu para o fortalecimento do trabalho em equipe e para o desenvolvimento da comunicação das discentes envolvidas, evidenciando a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação de Administração de forma prática e acessível, com impacto positivo tanto nos processos quanto na vida pessoal e escolar. Espera-se que os estudantes reflitam sobre as temáticas abordadas e passem a se organizar e planejar melhor diante de suas responsabilidades, tornando mais leve a transição da adolescência para a vida adulta.

Conclusão/ Considerações finais

O projeto "Equilíbrio Escolar: Saúde e Bem-Estar Escolar e Profissional" alcançou seu objetivo de conscientizar os estudantes sobre a importância da saúde física e mental no ambiente escolar e de trabalho. Através do workshop interativo e do uso do Kahoot, os alunos demonstraram envolvimento e interesse nas temáticas abordadas, reconhecendo o impacto de seus hábitos no desempenho acadêmico e na qualidade de vida. As ferramentas de gestão apresentadas como o 5S e o 5W2H, se mostraram eficazes para auxiliar na organização e planejamento das rotinas escolares e em demandas no serviço. A premiação dos participantes reforçou o incentivo à adoção de práticas saudáveis. Além de contribuir para o aprendizado dos estudantes, o projeto fortaleceu o trabalho em equipe e a comunicação dos envolvidos, evidenciando a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na graduação. A expectativa é que os alunos incorporem os ensinamentos e adotem hábitos mais equilibrados, promovendo um ambiente escolar e profissional mais produtivo e saudável. Ao promover o equilíbrio entre saúde e aprendizado, o projeto não apenas cumpriu sua missão, mas também plantou sementes para um futuro acadêmico mais produtivo e sustentável.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Carolina Marlene Quintino pela orientação e incentivo durante a realização deste projeto. Somos gratas também aos colegas participantes que contribuíram com ideias, apoio e parceria durante todas as etapas da atividade. Um agradecimento especial aos alunos e à equipe do SENAC, que nos receberam com entusiasmo e participaram ativamente do workshop.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatórios – 2025. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/relatorios/2025>. Acesso em: 3 março

DA SILVA DANTAS, A. M.; DE FARIAS, M. S.; DE FRANÇA LEITE, K. L. O Uso Da Gamificação Na Educação: Contribuições Para O Processo De Ensino E Aprendizagem No Contexto Do Ensino Remoto. Disponível em: <https://Editorarealize.Com.Br/Editora/Anais/Conedu/2021/Trabalho_Ev150_Md1_Sa119_Id3707_17082021153148.Pdf>. Acesso em: 03 Março. 2025.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C.. (1997). O conceito de saúde. Revista De Saúde Pública, 31(5), 538–542. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101997000600016>

ESTRATÉGIAS ACESSÍVEIS PARA REDUÇÃO DO ESTRESSE EM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Ana Livia Alves¹; Davi Fernandes¹; Guilherme Viana¹; Ingrid Oliveira¹; Isabel Dias¹; Luísa Lorrany Silva¹; Vitor Gabriel Souza¹; Carolina Marlene Quintino Martins².
Acadêmicos do curso de Administração da Unifipmoc¹
Professora do curso de Administração da Unifipmoc²

Introdução

O estresse acadêmico é uma realidade que muitos estudantes enfrentam ao longo de sua jornada escolar, especialmente no terceiro ano do ensino médio, período marcado por desafios escolares e decisões importantes para o futuro. A sobrecarga de tarefas, as exigências das avaliações e a pressão externa podem impactar significativamente o bem-estar dos alunos, tornando essencial a adoção de estratégias eficazes para lidar com essa situação. Compreendendo essa necessidade, foi organizada uma palestra com o propósito de apresentar alternativas acessíveis para minimizar o impacto do estresse na rotina escolar. Foram abordadas práticas simples e eficientes que auxiliam na gestão do tempo, no equilíbrio emocional e na melhoria da concentração, permitindo que os estudantes desenvolvam um desempenho acadêmico mais saudável e produtivo. Dessa forma, busca-se proporcionar ferramentas que possam ser integradas ao cotidiano escolar, promovendo qualidade de vida e preparo para os desafios futuros.

Métodos

A presente ação foi desenvolvida como um projeto educacional voltado para o bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes do terceiro ano do ensino médio, localizada na Escola Estadual Delfino Magalhães em Montes Claros MG. Diante dos desafios impostos pela rotina escolar, como a pressão acadêmica e a preparação para exames decisivos, tornou-se evidente a necessidade de fornecer estratégias acessíveis para a gestão do estresse. Assim, a iniciativa buscou promover práticas que auxiliem os alunos no desenvolvimento de hábitos mais saudáveis, visando melhorar seu desempenho escolar e sua saúde emocional. A ação foi realizada no dia 06 de maio de 2025 com duração de 1:30h, abrangendo uma palestra interativa, na qual foram apresentadas técnicas simples e eficazes para o controle do estresse. Durante essa dinâmica, os participantes tiveram acesso a informações relevantes sobre como os fatores estressores influenciam seu cotidiano e, por meio de exercícios práticos, puderam aprender formas de aliviar a tensão e aumentar sua capacidade de concentração. Além disso, foram discutidos métodos que podem ser incorporados à rotina escolar, permitindo que os mesmos enfrentem suas demandas acadêmicas de maneira mais equilibrada.

A apresentação teve como principal objetivo conscientizar os estudantes sobre a importância de adotar estratégias adequadas para lidar com o estresse, estimulando a implementação de hábitos saudáveis em seu dia a dia. Entre as intervenções promovidas, destacaram-se a realização de exercícios práticos de respiração e alongamento, além da apresentação de técnicas de organização do tempo e gestão emocional. Essas atividades foram planejadas de forma acessível e aplicável, para que os alunos possam utilizá-las de maneira autônoma, contribuindo para sua qualidade de vida escolar. A participação dos estudantes foi expressiva, demonstrando o interesse da comunidade escolar pela temática abordada. Para garantir o envolvimento do público-alvo, a convocação foi realizada por meio de divulgação interna na instituição de ensino, permitindo que os alunos se preparassem para a atividade e interagissem de forma ativa durante sua realização. O impacto da ação foi avaliado por meio de observação direta e feedback dos participantes, que relataram maior percepção sobre a influência do estresse no rendimento escolar e a aplicabilidade das técnicas apresentadas. O projeto revelou-se relevante para a comunidade atendida, oferecendo ferramentas eficazes para a redução do estresse acadêmico e incentivando a adoção de hábitos mais saudáveis. A iniciativa demonstrou o potencial da abordagem educacional na promoção do bem-estar dos estudantes, evidenciando que estratégias simples podem ter um impacto significativo na rotina escolar. Dessa forma, reforça-se a importância de ações voltadas à saúde emocional dos alunos, contribuindo para um ambiente escolar mais equilibrado e produtivo.

Desenvolvimento

A realização da palestra sobre estratégias acessíveis para reduzir o estresse escolar teve um impacto positivo no público-alvo, os estudantes do terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual Delfino Magalhães. Por meio das atividades propostas, foi possível observar um aumento na conscientização sobre a importância do gerenciamento do estresse para o desempenho escolar e o bem-estar emocional. Os alunos demonstraram interesse e engajamento, participando ativamente das dinâmicas e relatando, ao final da ação, uma maior compreensão sobre os fatores estressores e as técnicas abordadas para aliviá-los. Entre os desafios enfrentados durante a execução da atividade, destacaram-se a necessidade de adaptação das estratégias ao perfil dos participantes e a gestão do tempo para garantir a realização eficaz dos exercícios práticos. Para superar essas dificuldades, ajustes foram feitos ao longo da palestra, proporcionando um ambiente mais dinâmico e interativo, de modo a facilitar a assimilação dos conteúdos pelos estudantes. A adesão do público foi satisfatória, evidenciando a relevância do tema e sua aplicabilidade na rotina escolar. A experiência proporcionou aprendizados valiosos, contribuindo para o aprimoramento de futuras edições da iniciativa. Observou-se que a inclusão de exercícios práticos durante a exposição dos conteúdos foi essencial para garantir a participação dos alunos e incentivar a aplicação das técnicas no dia a dia. Além disso, verificou-se a importância de ampliar o alcance da ação, possibilitando que mais estudantes tenham acesso às orientações sobre gestão do estresse e saúde emocional. A ação de extensão evidenciou a contribuição acadêmica e social de iniciativas voltadas ao bem-

estar estudantil, reforçando o papel da educação na promoção da qualidade de vida. Ao abordar estratégias acessíveis para minimizar o estresse acadêmico, a palestra não apenas forneceu conhecimento teórico, mas também estimulou práticas que podem impactar positivamente a trajetória dos alunos. Dessa forma, a atividade demonstrou como pequenas mudanças podem fazer a diferença na rotina escolar, promovendo um ambiente mais equilibrado e produtivo.

Conclusão

A realização da palestra sobre estratégias acessíveis para reduzir o estresse acadêmico demonstrou a relevância de abordar a saúde emocional no ambiente escolar. Ao proporcionar informações e técnicas práticas aos estudantes do terceiro ano do ensino médio da Escola Estadual Delfino Magalhães, a iniciativa contribuiu para a conscientização sobre o impacto do estresse e a importância de sua gestão eficaz. A interação dos alunos durante a atividade evidenciou o interesse pelo tema, reforçando a necessidade de promover ações voltadas ao bem-estar estudantil. Os resultados obtidos indicam que a implementação de exercícios práticos e métodos de organização pode gerar impactos positivos na rotina acadêmica, auxiliando os estudantes a lidarem melhor com os desafios escolares. Além disso, a troca de experiências entre os participantes criou um ambiente colaborativo, permitindo a construção de estratégias aplicáveis no dia a dia. Assim, observa-se que pequenas mudanças comportamentais podem contribuir significativamente para a qualidade de vida dos alunos. Dessa maneira, conclui-se que a abordagem de estratégias acessíveis para o controle do estresse acadêmico representa um avanço na promoção do bem-estar estudantil. A continuidade de ações semelhantes pode fortalecer a cultura de cuidado com a saúde mental no ambiente escolar, incentivando a adoção de práticas que favoreçam o aprendizado, a concentração e a qualidade de vida dos estudantes.

Agradecimentos

A presente ação de extensão foi realizada com o apoio da Escola Estadual Delfino Magalhães, que disponibilizou o espaço e incentivou a participação dos estudantes do terceiro ano do ensino médio. Agradecemos à equipe escolar pelo suporte logístico e pela divulgação da palestra, garantindo o envolvimento dos alunos. Agradecemos a professora Carolina Marlene Quintino Martins por ter ministrado o projeto de extensão, suas contribuições e interações foram essenciais para o sucesso da iniciativa.

Referências

- FARIAS, G., & TEIXEIRA, L. (2019). "Estratégias de enfrentamento do estresse escolar: Uma revisão sistemática." *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, 9(3), 45-58
- LAZARUS, R. S., & FOLKMAN, S. (1984). *Stress, Appraisal, and Coping*. Springer Publishing Company.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2020). *Guia sobre Saúde Mental para Estudantes*.
- SELYE, H. (1956). *The Stress of Life*. McGraw-Hill.
- SILVA, R., & COSTA, A. (2021). "Impacto do estresse acadêmico na saúde emocional de adolescentes." *Psicologia & Educação*, 15(2), 89-102.

PROJETO MAIS SAÚDE

Ana Júlia Pereira ¹; Andressa Victória Amaral ¹; Luiz Henrique Ruas¹; Thallita Santos ¹; Vitor Emanuel Saraiva ¹;
Carolina Marlene Quintino Martins ²;
¹ Acadêmico do curso de Administração da UnifipMoc/Afya
² Professor do curso de Administração da UnifipMoc/Afya

Introdução

O sedentarismo tem se tornado um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, hipertensão e problemas cardiovasculares, afetando significativamente a qualidade de vida da população. Diante desse cenário, o projeto em questão objetivou incentivar a prática de exercícios físicos e a adoção de um estilo de vida mais saudável, por meio de ações educativas e atividades práticas acessíveis à comunidade. Esta iniciativa buscou informar sobre os impactos negativos da inatividade física e promover a mudança de hábitos através de uma ação com panfletagem em um ambiente que favorece a movimentação no dia a dia. Além disso, ele visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos participantes.

Métodos

A realização do projeto ocorreu no dia vinte e oito de abril na Academia I9, localizada no bairro Santos Reis em Montes Claros-MG, tendo a participação dos alunos e funcionários. A ação teve como principal objetivo investigar os efeitos da prática de atividade física na rotina dessas pessoas. Para isso, foi desenvolvido e aplicado um formulário de pesquisa com o intuito de entender como a prática de exercícios impacta diversos aspectos da vida cotidiana dos participantes. Como metodologia utilizou-se de uma pesquisa quantitativa, por meio da coleta de dados a partir de formulário digital (Google Forms), e qualitativa, buscando captar as percepções e opiniões dos indivíduos sobre o impacto das atividades físicas em suas rotinas a partir de entrevista semi-estruturada. A pesquisa foi conduzida com um grupo principal, os alunos da academia. O formulário foi desenvolvido de maneira a abranger questões relacionadas à frequência de atividades físicas, tempo dedicado à prática, benefícios percebidos (tanto físicos quanto psicológicos), bem como dificuldades encontradas para manter uma rotina regular de exercícios. As perguntas foram formuladas com base em tópicos amplos como saúde, qualidade de vida, e motivação para a prática contínua de atividades físicas.

A coleta de dados ocorreu durante a intervenção realizada na própria academia, durante esse momento, além da aplicação do instrumento de coleta de dados, foram distribuídos panfletos informativos com o objetivo de incentivar a constância na prática de atividade física. Estes continham informações sobre os benefícios para a saúde e qualidade de vida, se inserida de forma constante no dia a dia. Além disto, foram oferecidos brindes para os participantes do evento, como uma forma de incentivar a participação e o engajamento dos mesmos no processo de pesquisa. Após a coleta dos dados, os formulários foram analisados para identificar padrões e tendências sobre os reais efeitos na rotina dos participantes. As entrevistas foram analisadas a partir da análise de conteúdo.

Desenvolvimento

A ação teve um impacto significativo no público-alvo, composto por alunos e funcionários. A principal contribuição da ação foi aumentar o conhecimento sobre os benefícios da prática de atividade física e como ela pode ser integrada na rotina diária. Com base na aplicação do formulário, foi possível perceber que mais de 90% dos respondentes concordam que a prática de exercícios físicos influencia positivamente a qualidade de vida. Os aspectos mais destacados dessa melhoria incluem o bem-estar emocional, com ênfase no alívio do estresse, a melhora no humor, a qualidade do sono, e a sensação de bem-estar. Foi coletada uma amostra de 55 respondentes, sendo 36 % jovens adultos tendo entre 22 e 28 anos. Essa amostra evidencia que a maioria deles buscam um estilo de vida mais saudável. Além disso, a ação também gerou uma percepção de importância na prática contínua de atividades físicas, com 50% dos participantes relatando que a maior dificuldade em manter a constância nos exercícios é a disponibilidade de tempo. Durante a execução da ação, um dos desafios enfrentados foi a dificuldade de interação com alguns alunos devido a falta de disponibilidade em responder as perguntas. A presença de motivadores como os brindes e panfletos contribuiu para engajar mais pessoas e criar um ambiente acolhedor, incentivando os participantes a refletirem sobre os benefícios de uma prática constante de atividade física.

Conclusão/ Considerações finais

A ação é fundamental tanto para a formação acadêmica dos estudantes quanto para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Os acadêmicos envolvidos no projeto tiveram a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos em um cenário real, adquirindo habilidades práticas relacionadas à pesquisa de campo e controle de dados. Essa experiência contribui para o fortalecimento de competências essenciais, como comunicação, organização e trabalho em equipe, além de promover a reflexão sobre a responsabilidade social da academia em relação à saúde da população. Do ponto de vista social, a ação reforça o papel da universidade na promoção do bem-estar coletivo, atuando diretamente na melhoria da saúde da comunidade local. Ao incentivar a prática regular de atividades físicas, a ação colabora para a construção de hábitos mais saudáveis, impactando diretamente a qualidade de vida dos participantes.

Agradecimentos

Agradecemos à Academia I9 por disponibilizar o seu espaço para que o projeto fosse desenvolvido.

Referências

GUALANO, B.; TINUCCI, T. **Sedentarismo, exercício físico e doenças crônicas**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 25, n. spe, p. 37–43, 2011.
ODÍLIA ABREU, M.; SIMÕES DIAS, I. **Physical exercise, mental health and quality of life in esecs/ipl**. *Psicologia Saúde & Doença*, v. 18, n. 2, p. 512–519, 2017.
BRASIL MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/167_Q2008.pdf. Acesso em: 13 Mai. 2025.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE HIDRATAÇÃO E ERGONOMIA NO TRABALHO

Bianca Castro Nunes¹; Gabriel Corrêa Mendes Cunha¹; Gabriela Félix Silva¹; Hellen Tatiana da Silva¹; Milena Cristiany Cardoso Lopes¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹Acadêmicos do curso de Administração da instituição UNIFIPMoc; ²Professora do curso de Administração da instituição UNIFIPMoc.

Introdução

A valorização da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho é um desafio constante, especialmente em cenários informais como o das feiras livres, onde a ausência de regulamentações, a informalidade e a rotina intensa dificultam a adoção espontânea de práticas preventivas. Na Feira da Rosa Mística, localizada em Montes Claros – MG, muitos trabalhadores exercem suas atividades em condições que exigem esforço físico contínuo, com longas jornadas, escassez de pausas e pouca orientação sobre cuidados básicos com a saúde. Esse cenário contribui para um contexto de vulnerabilidade ocupacional, no qual a ausência de práticas saudáveis, como a hidratação adequada e a adoção de medidas ergonômicas, pode resultar em consequências significativas, como dores musculares, fadiga, desidratação e o desenvolvimento de doenças ocupacionais. Conforme destacam Ferreira et al. (2015), a implementação de práticas ergonômicas é essencial para a prevenção de lesões relacionadas ao trabalho e para a construção de ambientes laborais mais seguros, eficientes e saudáveis. Diante dessa realidade, torna-se fundamental o desenvolvimento de ações educativas e preventivas que abordem, de forma acessível e adaptada à realidade local, estratégias simples e eficazes de promoção da saúde. A presente ação de extensão, desenvolvida na Feira da Rosa Mística, tem como objetivo sensibilizar os trabalhadores sobre a importância da ergonomia e da hidratação no cotidiano de trabalho, promovendo o autocuidado, o fortalecimento da saúde preventiva e a melhoria das condições de trabalho.

Métodos

A presente ação de extensão teve caráter social e educacional, com foco na promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores da Feira da Rosa Mística, situada na cidade de Montes Claros – MG. O público-alvo da intervenção foi composto por trabalhadores autônomos atuantes na feirinha, que comercializam alimentos, artesanatos e outros produtos variados. Este grupo apresenta, em sua maioria, baixos níveis de conhecimento formal sobre ergonomia no trabalho e práticas saudáveis de hidratação, o que motivou a escolha do tema da intervenção, alinhado à ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. O período de organização e planejamento da ação se estendeu de março a abril de 2025, culminando na execução da intervenção ao final do mês de abril. Durante esse tempo, foram desenvolvidas estratégias para abordar o tema de forma acessível, considerando a rotina dinâmica dos feirantes. O principal objetivo da ação foi sensibilizar os trabalhadores sobre a importância da ergonomia no ambiente de trabalho e da hidratação regular, promovendo práticas que contribuam para a preservação da saúde física e para o bem-estar geral desses profissionais.

Como estratégia de intervenção, optou-se por uma abordagem direta e prática, com conversas breves com os feirantes, abordando de forma clara os principais pontos relacionados à ergonomia e à importância da ingestão adequada de água. A participação da comunidade foi espontânea e bastante receptiva. Os trabalhadores demonstraram interesse pelas informações compartilhadas e interagiram ativamente durante os diálogos. A convocação ocorreu por meio de abordagem presencial no próprio local da feira, o que permitiu atingir diretamente o público-alvo em seu ambiente de trabalho. Para avaliação do impacto da ação, foram utilizadas observações diretas, registrando o nível de engajamento dos participantes durante a intervenção e o interesse demonstrado em relação ao conteúdo abordado. Embora não tenham sido aplicados questionários formais, o retorno verbal imediato e as reações dos trabalhadores durante as conversas serviram como indicadores qualitativos da relevância e da efetividade da ação.

Desenvolvimento

A intervenção realizada na Feira da Rosa Mística foi cuidadosamente estruturada de forma prática e adaptada à realidade local, respeitando as condições e o tempo dos trabalhadores. As abordagens ocorreram diretamente nas barracas e pontos de venda, em momentos de menor movimento, o que permitiu um contato próximo e acessível sem comprometer as atividades comerciais dos feirantes. Como materiais de apoio, foram utilizadas garrafas de água mineral, distribuídas com o objetivo de incentivar a hidratação, e uma cartilha educativa, elaborada com linguagem clara e ilustrações didáticas. O conteúdo da cartilha abordava informações essenciais sobre a importância da hidratação e orientações ergonômicas, como postura correta visando à prevenção de lesões no ambiente de trabalho. A receptividade dos trabalhadores foi um dos destaques da ação. Muitos demonstraram interesse em adotar práticas mais saudáveis, reconhecendo a importância dos cuidados com a saúde, mesmo diante da intensa rotina de trabalho. A iniciativa também promoveu um efeito coletivo ao estimular o diálogo entre os próprios feirantes, fortalecendo uma cultura de cuidado e atenção à saúde no ambiente da feira.

A entrega da cartilha garantiu a continuidade do acesso às informações, funcionando como material de apoio e reforço das orientações apresentadas durante a intervenção. Entre os desafios enfrentados, destacou-se a limitação de tempo dos trabalhadores, o que exigiu abordagens breves, porém eficazes, realizadas em momentos estratégicos e com linguagem acessível. Do ponto de vista acadêmico e profissional, a intervenção reforçou o papel da universidade como agente de transformação social, e mostrou que, mesmo sendo uma ação voltada para a área da saúde, os acadêmicos do curso de

Administração têm contribuição relevante. A experiência permitiu refletir sobre o papel do administrador na gestão de pessoas, evidenciando que a saúde física e mental dos trabalhadores é um fator essencial para a melhoria da produtividade e da qualidade do ambiente de trabalho. Assim, desenvolver a consciência sobre a importância do bem-estar no contexto organizacional é uma competência estratégica para futuros gestores, que devem considerar o ser humano como o centro das decisões e das ações dentro das organizações.

Conclusão/ Considerações finais

A ação de extensão realizada na Feira da Rosa Mística cumpre seu objetivo ao promover a conscientização sobre a importância da ergonomia e da hidratação entre os trabalhadores de um contexto informal, caracterizado por condições laborais adversas. Conclui-se que a intervenção, de caráter educativo e social, apresenta resultados positivos ao sensibilizar os feirantes quanto à adoção de práticas saudáveis no ambiente de trabalho, mesmo diante de rotinas intensas e limitações de tempo. A abordagem direta, os materiais acessíveis e a linguagem clara favorecem a receptividade da comunidade, que demonstra interesse em aplicar os conhecimentos adquiridos no cotidiano. A cartilha educativa e a distribuição de água mineral mostram – se como estratégias eficazes para reforçar o conteúdo abordado, garantindo a continuidade do acesso à informação após a intervenção. Dessa forma, o projeto alcança seus propósitos ao estimular o autocuidado, fortalecer a saúde preventiva e fomentar um ambiente de trabalho mais humano e produtivo. A ação revela que pequenas iniciativas, quando bem planejadas e executadas com empatia, geram impactos significativos tanto na vida dos trabalhadores quanto na formação ética e social dos estudantes envolvidos.

Agradecimentos

Agradeço à professora Carolina Marlene Quintino Martins pela orientação essencial, ao Centro Universitário Unifipmoc/Afyá pelo suporte institucional e pelo incentivo ao desenvolvimento acadêmico e social, e aos feirantes da Feira da Rosa Mística pela colaboração fundamental para o sucesso da ação.

Referências

EUROFARMA. **A importância de manter o corpo hidratado**. Disponível em: <https://eurofarma.com.br/artigos/a-importancia-de-manter-o-corpo-hidratado>. Acesso em: 5 maio 2025.

FERREIRA, M. C.; SILVA, A. J.; COSTA, L. A. **A ergonomia como ferramenta de promoção da saúde no trabalho**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 40, n. 132, p. 85–94, 2015.

PACTO CONTRA A FOME. ODS 3: **conheça o objetivo da ONU para saúde e bem-estar**. Disponível em: https://pactocontrafome.org/ods-3-conheca-o-objetivo-da-onu-para-saude-e-bem-estar/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 5 maio 2025.

SEBRAE. **Qual a importância da ergonomia no ambiente de trabalho**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qual-a-importancia-da-ergonomia-no-ambiente-de-trabalho,7778b6ad3b816810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 5 maio 2025.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E BEM-ESTAR NO AMBIENTE DE TRABALHO NA DROGARIA HORIZONTE

Jorge Soares Fonseca Neto 1; Emerson Ferreira da Silva 1; Lorena Araújo Azevedo 1; Gabriel Abner da Silva Sarmento1,Vitor Gabriel Santos Silva 1; João Pedro Brito Amaral 1; Carolina Martins Quintino Martins 2.

1 Acadêmico do curso de Administração da instituição Unifipmoc

2 Professor do curso de Administração da instituição Unifipmoc

Introdução

Este relato de experiência apresenta o desenvolvimento e os resultados de um projeto de extensão realizado por acadêmicos do curso de Administração do Centro Universitário FipMoc/Afya, em parceria com a Drogaria Horizonte, localizada em Montes Claros/MG. O foco do projeto foi a comunicação organizacional no contexto da farmácia, evidenciando sua relação direta com o bem-estar dos colaboradores, conforme preconiza a ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. A ausência de uma comunicação eficiente foi identificada como um dos principais fatores prejudiciais ao clima interno, contribuindo para conflitos interpessoais, desmotivação e queda de produtividade, com reflexos negativos no ambiente de trabalho e na qualidade do atendimento ao público. O objetivo principal foi fortalecer os fluxos comunicacionais internos, promovendo um ambiente mais saudável e colaborativo. Para tanto, a proposta foi dividida em metas específicas: (I) mapear as barreiras que dificultavam a comunicação entre os membros da equipe; (II) implementar estratégias focadas em escuta ativa, feedback contínuo e alinhamento de expectativas; e (III) mensurar os impactos dessas ações sobre a motivação e o clima organizacional. O projeto visou não apenas melhorar a realidade da drogaria parceira, mas também proporcionar uma vivência prática aos estudantes, por meio da aplicação de conteúdos relacionados à gestão de pessoas, comunicação e responsabilidade social, além de contribuir com a comunidade local ao fomentar práticas que promovem a saúde e o bem-estar nas relações de trabalho.

Métodos

A iniciativa teve como foco central o fortalecimento da comunicação organizacional como instrumento de promoção do bem-estar no ambiente corporativo, em alinhamento com a ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. Realizada na Drogaria Horizonte, em Montes Claros/MG, a ação teve como público-alvo os colaboradores da empresa — farmacêuticos, balconistas e entregadores. O projeto foi estruturado em três fases: pré-intervenção, intervenção e pós-intervenção. Na primeira etapa, foi realizado um diagnóstico situacional por meio de entrevistas e observações diretas, que revelaram obstáculos como falta de clareza nas mensagens, ausência de feedback estruturado, resistência a mudanças e predominância de canais informais. A fase de intervenção concentrou-se em atividades de integração, com o objetivo de promover um ambiente mais colaborativo e motivador. Já a etapa final focou na análise dos efeitos das medidas implantadas, visando à sustentabilidade das melhorias. A metodologia adotada foi qualitativa e participativa, com envolvimento dos colaboradores ao longo de todo o processo. As atividades incluíram dinâmicas como a “Roda de Conversa”, que estimulou o compartilhamento de percepções e sugestões, e “O Efeito da Palavra”, voltada à reflexão sobre os impactos da comunicação no cotidiano de trabalho. Também foi realizada uma reunião com foco no alinhamento de expectativas, valores institucionais e estratégias colaborativas. Como complemento, propuseram-se canais permanentes de feedback, incentivando a escuta ativa e o reconhecimento mútuo. O engajamento foi estimulado desde o início, com convocações informais, reuniões preparatórias e esclarecimento dos benefícios esperados. A expectativa é promover uma mudança gradual e duradoura na cultura organizacional. Na fase pós-intervenção, espera-se monitorar os desdobramentos da ação, com a expectativa de avanços como a redução de conflitos, maior clareza nas interações e fortalecimento do sentimento de pertencimento. A manutenção de práticas como rodas de conversa e reuniões periódicas será acompanhada como parte do compromisso com a continuidade das melhorias. Essa abordagem possibilitou uma análise aprofundada dos desafios enfrentados e estruturou uma intervenção com potencial transformador, alinhada à ODS 3 ao promover ambientes de trabalho mais humanos e saudáveis.

Desenvolvimento

A implementação da ação extensionista visa gerar impactos positivos entre os colaboradores da Drogaria Horizonte, com a expectativa de melhorias nas relações interpessoais e na forma de comunicação da equipe, o que deve refletir diretamente no clima organizacional. Para avaliar essas mudanças, serão aplicados formulários antes e depois da intervenção, com perguntas sobre a percepção da comunicação interna, ambiente de trabalho e motivação. Espera-se que os dados mostrem evolução positiva, evidenciando a efetividade do projeto. De acordo com a expectativa gerada pelos questionários aplicados após as rodas de conversa e dinâmicas de escuta ativa, espera-se que os participantes relatem uma melhora na clareza da comunicação, fator considerado decisivo para o aumento da eficiência nas tarefas diárias e para o fortalecimento do trabalho em equipe. Durante a execução da ação, alguns desafios surgiram, como resistência às mudanças, já que muitos colaboradores estão acostumados com práticas informais e pouco estruturadas de comunicação. A dificuldade de implementar reuniões em horários de grande demanda também foi um obstáculo. Para superar essas barreiras, foi sugerido a promoção de reuniões com os gestores para alinhar estratégias e garantir o apoio da liderança, além de flexibilizar os horários das dinâmicas. A ação extensionista deverá gerar aprendizados relevantes tanto para os colaboradores quanto para os responsáveis pela condução do projeto. Espera-se que a inclusão dos funcionários desde a concepção das atividades contribua para promover o senso de pertencimento e engajamento. Além disso, a adaptação contínua das atividades será um fator crucial. O primeiro ciclo de rodas de conversa foi apresentado resistência devido à sua rigidez, mas, após ajustes, foi possível observar que se tornou mais dinâmico e acessível, o que aumentou significativamente a participação e o envolvimento dos colaboradores. Essas adaptações reforçam a expectativa de que a universidade desempenhe um papel transformador na sociedade, contribuindo não apenas para a formação acadêmica dos alunos, mas também para a melhoria concreta das realidades locais. A experiência prática possibilitou aos estudantes o desenvolvimento de habilidades de liderança, comunicação e resolução de conflitos, estreitando ainda mais o vínculo entre o ensino superior e as demandas sociais. Adicionalmente, espera-se que a ação impacte positivamente a percepção dos colaboradores sobre a importância do trabalho em equipe e da cultura do feedback, fatores que deverão ser apontados pelos participantes como essenciais para o desempenho profissional. Embora o foco principal seja a comunicação interna, a expectativa é que haja melhorias no atendimento ao público, com relatos de clientes e gestores sobre a postura mais acolhedora e proativa da equipe, o que contribuirá para uma imagem mais positiva da drogaria junto à comunidade local. Essa experiência tem o potencial de mostrar como iniciativas extensionistas podem gerar transformações significativas tanto no meio acadêmico quanto nas comunidades atendidas, fortalecendo o elo entre a universidade e a sociedade.

Conclusão/ Considerações finais

A ação de extensão realizada na Drogaria Horizonte visa aprimorar a comunicação interna e o clima de trabalho, capacitando os colaboradores para aplicar práticas comunicacionais mais eficazes. Espera-se que isso resulte em maior segurança e eficiência nas

interações diárias, além de aumentar a proatividade das equipes, melhorar a clareza nas trocas de informações e fomentar uma maior receptividade aos feedbacks, conforme esperado pelo gestor da unidade. O projeto também proporcionou aos estudantes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em um contexto real, contribuindo para sua formação e para o desenvolvimento da comunidade. Essa vivência consolidou competências essenciais do curso de Administração, como liderança, comunicação organizacional e gestão de pessoas. Além dos benefícios internos, a iniciativa visa gerar um ambiente de trabalho mais saudável, com impactos positivos no atendimento ao público. Do ponto de vista empresarial, espera-se que a ação contribua para a produtividade, o fortalecimento da cultura institucional e a valorização dos profissionais, aspectos cruciais para o sucesso organizacional a longo prazo. A ação de extensão também tem o objetivo de aprimorar os processos comunicacionais na Drogaria Horizonte e reforçar o papel estratégico da universidade na promoção de uma sociedade mais cooperativa e informada. Simultaneamente, visa destacar a importância do curso de Administração na formação de profissionais aptos a promover mudanças éticas e sustentáveis no ambiente corporativo, gerando um legado positivo para os envolvidos e para a instituição parceira.

Agradecimentos

Agradecemos à professora orientadora pelo apoio, orientação e dedicação durante o desenvolvimento deste trabalho de extensão. Sua contribuição foi essencial para a construção do conhecimento e para a realização desta experiência acadêmica. Estendemos também nossos sinceros agradecimentos ao proprietário da Drogaria Horizonte, pela receptividade e por permitir a realização do projeto no estabelecimento. Sua colaboração foi fundamental para a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BRASIL. *Ministério da Educação*. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: MEC, 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ONU BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: abr. 2025.

PEREIRA, Antônio; COSTA, Maria. Estratégias de comunicação organizacional em empresas. *Revista de Administração*, v. 54, n. 2, p. 123-137, 2018.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE: A ESTATÍSTICA COMO ESPELHO DO SOCIAL

Evelin de Sousa Rocha¹; Lucas David Leite Leal²; Victor Hugo Alves Vitoriano³; Marília Borborema Rodrigues Cerqueira⁴

¹ Acadêmico do curso Ciências Econômicas da instituição Unimontes

² Acadêmico do curso Ciências Econômicas da instituição Unimontes

³ Acadêmico do curso Ciências Econômicas da instituição Unimontes

⁴ Professora do curso Economia da Unimontes

Introdução

O termo ‘vulnerabilidade’ instiga discussões em diversas áreas, por ter compreensões e quadros teóricos distintos. Por exemplo, Buchalla e Paiva (2002) registram três dimensões da vulnerabilidade – individual, social e programática, em uma perspectiva multidisciplinar. Já para Tedesco e Liberman (2008), a dimensão ‘vulnerabilidade social’ abrange “[...] uma discussão que privilegia diferentes contextos sociais e políticos até as questões de fragilidade individual” (p. 255), contemplando, em única dimensão, os aspectos pessoais e institucionais. Este trabalho adota a expressão ‘vulnerabilidade social’ reconhecendo a amplitude de fatores éticos, políticos, institucionais, econômicos, de ordem individual e coletiva, importantes na capacidade de enfrentamento de situações de risco, com base nos autores acima e também em Carmo e Guizardi (2018). Logo, a vulnerabilidade social, como parâmetro de estudo, implica contemplar diversas questões na sua análise, o que justifica a elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), sinalizando “[...] a ausência ou a insuficiência de ativos cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar da população” (JULIÃO; LIMA, 2020, p. 13). Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho foi calcular o IVS para os municípios integrantes da mesorregião Norte de Minas Gerais, para o ano de 2022.

Métodos

Para a construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios da mesorregião Norte de Minas Gerais para o ano de 2022, utilizou-se a análise fatorial por componentes principais, essa técnica visa descrever ou explicar o comportamento de um conjunto de variáveis a partir de um número reduzido de fatores latentes (MATOS; RODRIGUES, 2019). Com o objetivo de verificar a adequabilidade dos dados à análise fatorial, aplicaram-se o teste de esfericidade de Bartlett e o índice KMO (Kaiser-Meyer-Olkin). O primeiro testa a hipótese nula de que a matriz de correlação é igual à identidade, enquanto o segundo avalia a adequação da análise fatorial com base nas correlações simples e parciais entre as variáveis, com valores variando de 0 a 1, para a análise considerou-se valores acima de 0,6 como razoável, de acordo com Pallant (2007). Posteriormente, foi realizada a rotação ortogonal dos fatores pelo método Varimax, que visa preservar a comunalidade, ao mesmo tempo em que torna as relações entre as variáveis mais claras, facilitando a interpretação dos resultados. Com base no critério de Kaiser, foram extraídos os fatores com autovalores superiores a 1. Em seguida, calcularam-se os escores fatoriais para cada observação e transformados em uma escala de 0 a 100. O IVS foi então obtido por meio do cálculo da média ponderada dos escores fatoriais, sendo os pesos aplicados correspondentes aos autovalores, que indicam a importância relativa de cada fator na explicação da variância total. O IVS é composto por 21 variáveis que abrangem dimensões demográficas e socioeconômicas dos 89 municípios que integram a mesorregião. Por fim, com o objetivo de classificar os diversos municípios quanto à vulnerabilidade social, foi empregada a técnica de análise de agrupamentos por meio de cinco clusters. Os dados foram obtidos por meio da Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IPEADATA, SINIS, SISVAN e DATASUS.

Desenvolvimento

A partir da aplicação do método de Análise Fatorial por Componentes Principais, com base nas variáveis padronizadas, foram extraídos seis fatores com autovalores superiores a 1, conforme o critério de Kaiser. Esses fatores explicaram, em conjunto, 66,96% da variância total dos dados. A adequação dos dados à análise fatorial foi confirmada pelo teste de esfericidade de Bartlett ($\text{Prob} > \chi^2 = 0,0000$), bem como pelo índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que apresentou valor de 0,7827, considerado bom.

O Fator 1 foi composto pelas variáveis: população total, taxa de envelhecimento, gasto per capita com atividades de educação, número de médicos por mil habitantes e taxa de alfabetização. O Fator 2 pelas variáveis: índice de atendimento total de água, peso muito baixo e baixo de crianças de 0 a 5 anos, proporção de óbitos por causas mal definidas, percentual de famílias residentes em áreas rurais, gasto per capita com atividades de saúde, PIB per capita e taxa de homicídios (por 100 mil habitantes). O Fator 3 reuniu o número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, taxa de suicídios (por 100 mil habitantes) e taxa de emprego formal. O Fator 4 incluiu a taxa de abandono no ensino médio, o gasto per capita com segurança pública e com atividades de assistência social e cidadania. O Fator 5 abrangeu o número de nascidos vivos e o número de famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo. Por fim, o Fator 6 é composto pela taxa de atendimento escolar de crianças de 0 a 3 anos. O índice varia de 0 a 100, em que valores próximos de zero indicam maior vulnerabilidade dos municípios, enquanto valores mais próximos de 100 representam menor vulnerabilidade. Com base em uma abordagem sistêmica, foi realizada uma análise de clusters com o objetivo de identificar a similaridade nas condições sociais entre os municípios da Mesorregião Norte de Minas Gerais, conforme apresentado na Tabela 1 e na figura 1. Os municípios foram classificados em cinco clusters. Os clusters 4 e 5, podem ser interpretados como aqueles que reúnem os municípios com os melhores indicadores sociais, econômicos e demográficos, refletindo maior bem-estar da população, o cluster 3 representa municípios com desempenho intermediário, enquanto o cluster 1 e 2 agrupa municípios com os piores indicadores. Diante

disso, os resultados mostram que 72 municípios norte mineiros apresentam alta vulnerabilidade social, representando mais de 80% da mesorregião. Esses municípios compartilham características comuns, como baixa população, com destaque para Glaucilândia (2.928 habitantes) como a menor, e Rio Pardo de Minas (28.271 habitantes) como a maior entre eles. Apenas 12 dos 72 municípios apresentam cobertura de água encanada superior a 70%, com casos extremos como São João das Missões, cuja cobertura não ultrapassa 20%. Além disso, observa-se baixa taxa de atendimento escolar de crianças de 0 a 3 anos, alta proporção de óbitos por causas mal definidas (média de 11,24%), e um número elevado de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, o que não é acompanhado proporcionalmente pelo número de beneficiários do Programa Bolsa Família. Em Rio Pardo de Minas, por exemplo, há 6.932 famílias com renda inferior a meio salário mínimo, mas apenas 4.648 recebem o benefício. Também se observa baixa taxa de emprego formal inferior a 40%, além de baixos investimentos em segurança pública, assistência social e cidadania e um elevado percentual de famílias residentes em área rural. Ademais, 13 municípios foram classificados com desempenho intermediário. Tratam-se, em sua maioria, de municípios de porte médio, com população variando entre 17.208 habitantes (Itacarambi) e 65.150 (Januária), além de registrarem alto número de nascidos vivos (média de 453). No entanto, os problemas estruturais permanecem semelhantes aos observados nos municípios com baixo desempenho. Há, contudo, pequenas melhorias, como a ampliação da cobertura de água encanada, menor percentual de famílias residentes em áreas rurais e maior número de médicos por 1.000 habitantes. Ainda assim, de forma geral, as fragilidades estruturais persistem. Em contrapartida, os municípios com melhor desempenho no índice foram Bocaiúva, Pirapora, Janaúba e Montes Claros, considerados os menos vulneráveis da região. Em comparação com os demais, essas cidades apresentam populações mais elevadas, variando de 48.032 habitantes (Bocaiúva) a 414.240 (Montes Claros). Entre os principais fatores que contribuíram para o bom desempenho, destacam-se a alta cobertura de água encanada (acima de 85%), elevadas taxas de alfabetização, maior número de médicos por 1.000 habitantes, maior PIB per capita e um baixo percentual de famílias residentes em áreas rurais. Após essa análise, pode-se afirmar que a região Norte é marcada por grandes precariedades e enfrenta desafios estruturais, porém, dimensões como educação, renda, saúde, segurança e infraestrutura contribuem para melhoria da qualidade de vida dos municípios vulnerabilizados.

Conclusão/ Considerações finais

Com base nos dados levantados, conclui-se que os municípios da mesorregião Norte de Minas, em sua maioria, apresentam alta vulnerabilidade social, como é evidenciado pelo IVS, isso porque, apresentam fragilidades estruturais marcadas por baixos investimentos em saúde, segurança, educação, assistência social e cidadania, problemas de infraestrutura, emprego e renda, baixa cobertura de programas sociais e atenção básica à saúde. Em contrapartida, para as regiões que apresentam melhor desempenho, é notável a correlação das áreas com o tamanho populacional e a disponibilidade de melhor infraestrutura voltada ao abastecimento de água potável, maior desenvolvimento econômico e maior centralização dos residentes em áreas urbanas. Diante disso, é necessário desenvolver políticas públicas que pensem estratégias para melhorar os indicadores desta região, com o objetivo principal de enfrentar as desigualdades estruturais, promovendo a melhora da qualidade de vida e o bem estar das populações vulnerabilizadas.

Agradecimentos

Agradecemos à UNIFIPMoc pela realização do evento e pela promoção do conhecimento científico.

Referências

- BUCHALLA, C. M.; PAIVA, V. Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. *Rev Saúde Pública*, 2002; 36(4 Supl): 117-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n4s0/11171.pdf>.
- CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cad. Saúde Pública*, 2018; 34(3): e00101417. Disponível em: <https://www.scielo.br/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>.
- COSTA, F. da S. *Análise fatorial: teoria e prática na análise de dados*. 2 ed., São Paulo: Atlas, 1997.
- JULIANO, C. C. B.; LIMA, J. E. Índice de Vulnerabilidade Social: uma aplicação de análise fatorial para classificar os municípios pernambucanos. *Planejamento e Políticas Públicas*. n. 54, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1005/539>.
- MATOS, D. A. S.; RODRIGUES, E. C. *Análise fatorial*. 1 ed., Brasília: Enap, 2019.
- TEDESCO, S.; LIBERMAN, F. O que fazemos quando falamos em vulnerabilidade? *Revista O Mundo da Saúde*, São Paulo, v.32, n. 2, abr./jun. 2008.

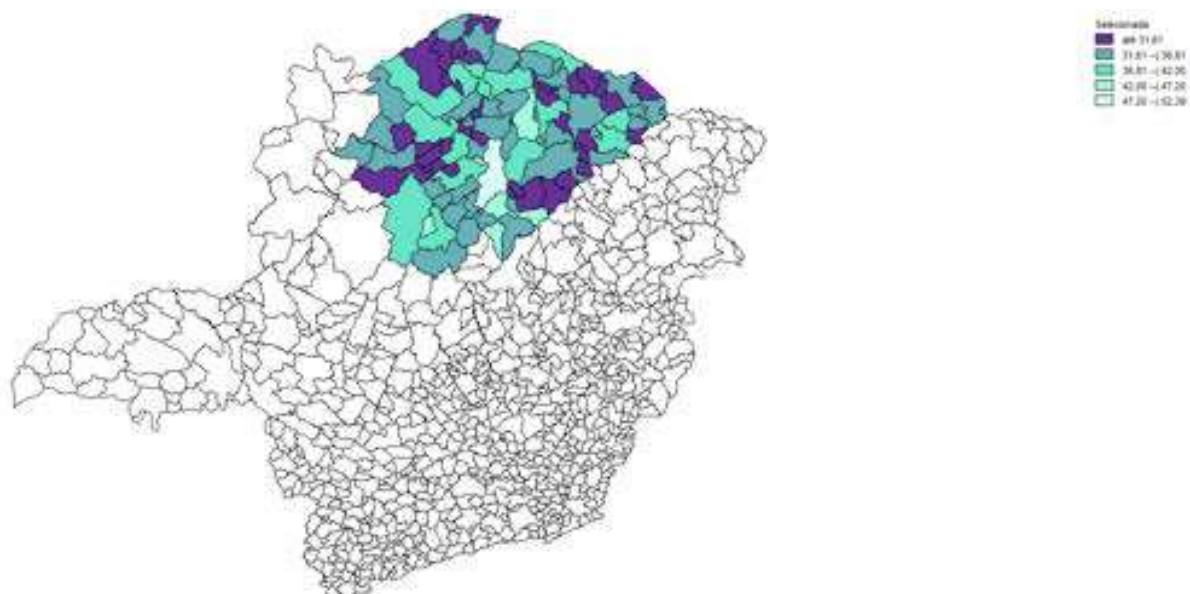


Figura 1. Clusterização dos Municípios da Mesorregião Norte de Minas Gerais (2022)
Fonte: Tabwin. Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2025).

RELATO DE EXPERIÊNCIA: TREINAMENTO SOBRE A SAÚDE E BEM ESTAR CORPORATIVO

Marcos Guilherme Teixeira Silva¹; Danilo Emanuell Moreira Guimarães²; Leonardo Moreira³; Thiago Oliveira Ruas dos Santos⁴; Luiz Felipe Carvalho Rodrigues; Matheus Domingos Tavares⁶; Gilzirene Simone Oliveira⁷.

¹Acadêmicos do curso de Administração, Centro Universitário FIPMoc

²Gilzirene Simone Oliveira.

Introdução

O presente trabalho é oriundo do projeto de extensão do curso de administração. Foi aplicado em uma empresa automotiva da cidade de Montes Claros. Através de uma abordagem prática e conscientizadora, buscou-se estimular a reflexão sobre o papel crucial da saúde e bem estar corporativo, promovendo a adoção de práticas que minimizem os riscos ocupacionais e melhorem a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Este estudo teve como objetivo impulsionar uma iniciativa colaborativa para promoção do apoio mútuo e a busca por soluções eficazes para os desafios relacionados à saúde dos colaboradores da Auto Center. Ao explorar conceitos fundamentais de saúde e bem estar, e ao apresentar ferramentas práticas para reduzir o impacto do trabalho na saúde dos colaboradores no dia a dia, buscando-se à conscientização como fonte propulsora de mudanças.

Material e Métodos

Para análise da VITORIA AUTO CENTER, empresa de reparos à veículos automotivos, foi realizada uma pesquisa de campo exploratória e qualitativa. A mesma foi conduzida no ambiente da empresa, localizada na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. O indivíduo envolvido na pesquisa foi o gerente Luiz Felipe Carvalho Rodrigues, que ficou responsável por fornecer informações sobre o tema em questão. As informações foram coletadas a partir de observação direta. Após a pesquisa, foi realizada uma análise das informações coletadas, identificando quais são as possíveis causas do problema, como isso está afetando a saúde dos colaboradores, quais são as consequências, e qual intervenção pode ser aplicada para lidar com o problema de maneira eficaz. Desta forma, optou-se pela aplicação de um treinamento voltado para as necessidades específicas da empresa ligadas a temática deste projeto.

Desenvolvimento

Durante a análise dos problemas de saúde e segurança na Autocenter, observou-se que os trabalhadores enfrentam desafios significativos relacionados aos riscos ocupacionais. A exposição a agentes ergonômicos intensos, como posturas inadequadas durante a realização de serviços de mecânica, pintura e funilaria, representava um risco para o desenvolvimento de lesões musculares. Os princípios da ergonomia aplicados ao trabalho automotivo são cruciais para adaptar tarefas às características dos trabalhadores, visando prevenir as dores nas costas, lesões por esforço repetitivo e outros problemas musculares que surgem de posturas inadequadas ao trabalhar sob veículos, levantar peças pesadas, realizar movimentos repetitivos como limpar ou pintar, e utilizar ferramentas vibratórias. Diante desse cenário, foram propostas algumas intervenções para reduzir o impacto desses riscos e promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, buscando solucionar o problema de maneira eficaz. Pode-se utilizar das pausas durante o expediente de trabalho, e utilizar técnicas de respiração profunda, que consiste em inspirar profundamente pelo nariz, sentindo o abdômen se expandir, e expirar lentamente pela boca, repetindo o processo por alguns minutos para acalmar o sistema nervoso. Além disso, manter uma alimentação constante de 2 em 2 horas, ajuda a manter a energia corporal, e manter a produtividade, evitando fadigas. A saúde física e mental no trabalho são de importância fundamental pois impactam diretamente a produtividade, a qualidade do trabalho, o bem-estar dos indivíduos, influenciando a capacidade dos trabalhadores de desempenharem suas funções de forma eficaz e segura.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A realização deste treinamento visava despertar a consciência sobre saúde e bem estar dos participantes e inspirá-los a adotar práticas mais sustentáveis no dia a dia. Através das atividades teóricas e práticas, conseguiu-se promover mudanças significativas na percepção dos participantes sobre os riscos ocupacionais e a importância do autocuidado. Ao final do treinamento, observou-se um aumento no engajamento dos participantes em relação aos temas abordados, demonstrando um maior conhecimento sobre ergonomia, gerenciamento de estresse e segurança no trabalho. Acredita-se que os conhecimentos e as práticas aprendidas serão aplicados no ambiente de trabalho e na vida pessoal,

Referências

MOBILIZA, Equipe. **Compreendendo a NR-1: Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais**. Mobiliza, s.d. Disponível em: <https://mobiliza.com.br/blog/plataforma-lms-implementacao-nr-1-capacitando-funcionarios/>. Acesso em: 03 maio. 2025.

SESI, Fiemg. **Segurança e Saúde na Indústria**. Sesi, s.d. Disponível em: <https://www.fiemg.com.br/sesi/area-de-interesse/sst-qualidade-de-vida/seguranca-e-saude-na-industria/>. Acesso em: 04 maio. 2025.

PENARIOL SANCHES, Karina. **Curso aborda intervenção sobre fatores psicossociais para prevenir adoecimento mental relacionado ao trabalho**. FundaCentro, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2025/maio/curso-aborda-intervencao-sobre-fatores-psicossociais-para-prevenir-adoecimento-mental-relacionado-ao-trabalho>. Acesso em: 04 maio. 2025.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR CORPORATIVO

Gustavo Vieira e Sousa¹; Janayna Vieira e Sousa¹; Luane Gabriele Gomes Corrêa¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹ Acadêmico do curso de Administração da instituição Unifipmoc

² Professor do curso de Administração da instituição Unifipmoc

Introdução

O presente relato de experiência foi desenvolvido dentro das modalidades de Extensão, tendo como base o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) – Saúde e Bem-Estar, que propõe ações voltadas à promoção da qualidade de vida e bem-estar para todos. A proposta envolveu a execução de um projeto intitulado “Saúde e bem-estar dentro das empresas”, desenvolvido em uma organização previamente selecionada, com o propósito de estimular reflexões e práticas que favoreçam um ambiente corporativo mais saudável. O principal objetivo dessa iniciativa foi conscientizar os colaboradores sobre a importância do bem-estar físico, mental e social no espaço empresarial, incentivando hábitos saudáveis no cotidiano profissional. Além disso, buscou-se proporcionar aos estudantes envolvidos uma vivência prática e integrada, fortalecendo a conexão entre o conhecimento acadêmico e as demandas reais da comunidade. A administração e a qualidade de vida dos empregados estão intimamente relacionados, uma vez que, esses fatores impactam diretamente na produtividade, engajamento e retenção de talentos em uma corporação.

Métodos

O projeto de extensão foi desenvolvido na modalidade educacional e corporativa, voltado para empregados de uma empresa privada localizada na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. O público-alvo envolveu funcionários do setor administrativo e de gerência, promovendo um ambiente de troca de saberes e práticas voltadas à promoção da saúde e bem-estar no local de trabalho. A ação foi realizada no mês de abril do ano vigente, englobando a fase de planejamento, execução e avaliação das atividades propostas. A finalidade central da iniciativa foi conscientizar a equipe sobre a importância do cuidado com a saúde física, mental e social, além de estimular práticas que favoreçam o equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Apesar de ser um elemento essencial para a sobrevivência e a construção da subjetividade humana, o trabalho nem sempre proporciona satisfação, realização e felicidade, podendo, ao contrário, tornar-se uma fonte de exaustão física e mental para o indivíduo (Trigo, Teng & Hallak, 2007). Como estratégias e intervenções, foram realizadas rodas de conversa, exercícios de implementação e coffee break. Destaca-se a presença do fisioterapeuta Cleidison Costa, que abordou a importância da ergonomia no espaço profissional, alongamentos e orientações de quiropraxia para prevenção de dores e lesões. A participação da comunidade interna da empresa foi significativa, com seis colaboradores presentes nas intervenções. A convocação ocorreu por meio de convite pessoal diretamente aos funcionários. Durante os encontros, os participantes foram incentivados a compartilhar experiências, tirar dúvidas e praticar os exercícios sugeridos, favorecendo um ambiente de aprendizado ativo e colaborativo. A relevância da intervenção foi evidenciada pelo interesse demonstrado pelos participantes em adotar novas condutas saudáveis em seu cotidiano. Para avaliar o impacto da ação, ocorreu um momento de feedback ao final das etapas propostas, com perguntas abordando a percepção dos participantes quanto à utilidade das informações, aplicabilidade das orientações e ideias para melhorar intervenções futuras. Além disso, observações diretas foram realizadas durante as dinâmicas, registrando o nível de engajamento e interação dos colaboradores. Os dados coletados permitiram identificar pontos positivos e oportunidades de aprimoramento, reforçando a importância da promoção da saúde dentro das empresas.

Desenvolvimento

A realização do projeto gerou impactos positivos e perceptíveis no público-alvo. Os seis participantes demonstraram aumento no nível de conhecimento sobre ergonomia, alongamentos e cuidados com a saúde física e mental no ambiente de trabalho. Observou-se uma mudança no comportamento dos mesmos, que passaram a adotar exercícios de mobilidade durante o expediente e a buscar orientações sobre ergonomia para a organização de seus escritórios. Durante o momento de feedback, 66,66% dos envolvidos afirmaram que pretendem incorporar pelo menos uma prática saudável discutida durante a ação em sua rotina profissional. Entre os desafios enfrentados, destacou-se a dificuldade em obter uma maior adesão dos funcionários às atividades propostas, devido às demandas cotidianas de trabalho que limitavam o engajamento. Essa situação foi parcialmente superada através do ajuste nos horários, buscando momentos de menor fluxo de demandas na empresa, o que possibilitou a participação dos presentes de forma mais tranquila e receptiva. Os aprendizados obtidos foram significativos tanto para a organização do projeto quanto para a formação dos estudantes envolvidos. Compreendeu-se a importância de uma comunicação prévia mais efetiva e da flexibilidade no planejamento para atender às particularidades do ambiente corporativo. Para os próximos passos, sugere-se a elaboração de um cronograma mais integrado às rotinas da empresa, garantindo maior envolvimento e continuidade das técnicas introduzidas. A atividade aplicada proporcionou aos graduandos uma vivência prática que une os conhecimentos acadêmicos com as demandas reais da comunidade, reforçando o papel da universidade como impulsionadora e transformadora social. A interação direta com os colaboradores da empresa possibilitou uma formação mais sensível e cidadã, enquanto a empresa beneficiou-se de conhecimentos que podem impactar positivamente a esfera corporativa a longo prazo. Além dos objetivos principais, a ação resultou em efeitos colaterais positivos, como o fortalecimento da parceria entre a universidade e a empresa, com a abertura para futuras ações voltadas ao

bem-estar dos funcionários. Também foi observado um impacto indireto na cultura organizacional, com gestores demonstrando interesse em investir em novas iniciativas de promoção da saúde no ambiente corporativo.

Conclusão

A experiência relatada por meio deste projeto de extensão evidenciou a importância de integrar ações voltadas à saúde e ao bem-estar dentro do ambiente corporativo, demonstrando que intervenções simples, mas bem planejadas, podem gerar impactos significativos, tanto na qualidade de vida dos funcionários, quanto na cultura organizacional. A participação ativa dos integrantes, ainda que limitada pelo contexto laboral, revelou-se valiosa, promovendo mudanças de comportamento e despertando interesse por hábitos mais saudáveis no cotidiano. Para os estudantes envolvidos, a atividade proporcionou uma oportunidade concreta de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, ampliando sua formação acadêmica, profissional e cidadã. A ação também fortaleceu o vínculo entre universidade e comunidade, cumprindo seu papel social de promover transformações por meio do ensino e da extensão, o que está em consonância com Freire (1996), ao afirmar que a prática educativa deve estar conectada com a realidade concreta das pessoas, possibilitando uma formação crítica e transformadora. Dessa forma, conclui-se que projetos como este são fundamentais para fomentar ambientes de trabalho mais saudáveis, humanos e colaborativos, sendo recomendável sua continuidade e expansão em futuras edições, com ajustes que favoreçam maior adesão e sustentabilidade das medidas sugeridas. Isso corrobora com a visão da Organização Mundial da Saúde (2023), que defende que ambientes laborais saudáveis são essenciais para a promoção da saúde integral e do bem-estar social.

Agradecimentos

Agradecemos à empresa parceira pela receptividade e oportunidade de desenvolver este projeto em seu ambiente corporativo. Estendemos nossa gratidão ao corpo docente pelo apoio e orientação ao longo das etapas, aos colegas e à Unifimoc, por viabilizar ações que integram ensino, prática e responsabilidade social.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Ambientes de trabalho saudáveis: um modelo para ação**. Genebra: OMS, 2023.
Trigo, T. R., Teng, C. T., & Hallak, J. E. C. (2007). **Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos**. Revista de psiquiatria Clínica, 34(5), 223-233.

DESAFIOS CORPORATIVOS PROMOVEDO SAÚDE E BEM-ESTAR

Geovanna Martins de Oliveira ¹, Gabrielly Victoria Oliveira Mendes ¹; Virna Ruas Fonseca ¹; Mariana Alves Rocha ¹, Ana Paula Gomes Moreira ¹; Alessia Rhebecka Cardoso Reis ¹; João Vitor Amaral Teixeira¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹ Acadêmico do curso Administração da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

² Professor do curso Administração da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

Introdução

O projeto de extensão Desafios Corporativos Promovendo Saúde e Bem-estar foi desenvolvido pelos alunos do quinto período de Administração, em parceria com a Clínica Dr. Enilton Freitas e a empresa Optimus. Alinhado à ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis) 3 da ONU (Organização das Nações Unidas), o projeto teve como foco a promoção da saúde e bem-estar, envolvendo duas ações principais: o “Desafio Saúde em Foco” e o “Desafio Movimenta Aí”. O objetivo central foi incentivar a adoção de práticas saudáveis, como cuidados com a pele, atividade física, alimentação equilibrada, organização da rotina e atenção à saúde mental.

Métodos

O projeto de extensão desenvolvido teve como foco a promoção da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho e particular, por meio de duas ações semelhantes: o desafio “Movimenta Aí”, voltado para colaboradores da empresa Optimus, e o desafio “Saúde em Foco”, realizado com os clientes da Clínica Dr. Enilton Freitas. Ambas as iniciativas buscaram incentivar hábitos saudáveis entre os participantes, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 da Agenda 2030 da ONU. Dessa forma o projeto completo foi realizado entre 25 de abril de 2025 e 05 de maio de 2025. O desafio “Movimenta Aí” foi realizado durante nove dias consecutivos, com a participação de quatro colaboradores da empresa Optimus, localizada em Montes Claros–MG. A ação contou com dois encontros presenciais (abertura e encerramento) e acompanhamento remoto via grupo de WhatsApp. Durante o período, os participantes receberam orientações diárias e desafios relacionados à ingestão de água, pausas para alongamento, alimentação equilibrada, autocuidado e redução do tempo de tela. A participação foi voluntária, com apoio da gestão da empresa. A adesão foi ativa, com envolvimento diário dos colaboradores nas propostas. A avaliação foi feita com base em registros no grupo e entrevistas possibilitando a análise de conteúdo para inferência. Dessa forma, evidenciou-se impacto positivo na rotina e no bem-estar dos participantes. Já o desafio “Saúde em Foco” teve duração de seis dias consecutivos, começando com uma live sobre saúde mental e encerrando com um coffee break. Participaram sete pessoas previamente selecionadas. A cada dia, eram lançados novos desafios envolvendo cuidados com o corpo, alimentação, organização da rotina e atividade física. O acompanhamento foi realizado por meio de formulários e envio de fotos das atividades. A comunicação ocorreu em grupo virtual, onde os participantes também interagiram entre si. A ação foi bem recebida, e os participantes relataram intenção de manter os hábitos adquiridos após o fim do desafio. As duas ações mostraram-se eficazes na promoção de saúde e no fortalecimento de práticas de autocuidado em ambientes corporativos. Com estratégias simples e acessíveis, os projetos contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos participantes e mostraram a importância de iniciativas de extensão voltadas ao bem-estar no trabalho.

Desenvolvimento

A execução da ação “Movimenta Aí” gerou impactos positivos e perceptíveis no cotidiano dos colaboradores envolvidos no período de realização. Durante os nove dias de atividades, foi possível observar um aumento significativo no engajamento com práticas saudáveis, como o consumo adequado de água, realização de alongamentos, pausas conscientes do uso de telas e escolhas alimentares mais equilibradas. A partir do acompanhamento no grupo virtual, constatou-se uma média de 85% de participação diária, com todos os colaboradores compartilhando registros fotográficos de suas práticas. Ao final do desafio, três dos quatro participantes relataram mudanças na rotina que pretendem manter, como o hábito de se alongar e o aumento da ingestão de água ao longo do dia. Tais mudanças, mesmo em curto prazo, são consistentes com estudos que demonstram que pequenas intervenções no ambiente corporativo podem contribuir para a redução do estresse e o aumento do bem-estar geral dos trabalhadores (CARVALHO et al., 2018). Como também, a adoção de pausas e de alongamentos no ambiente de trabalho é uma estratégia recomendada para combater o sedentarismo ocupacional e melhorar a produtividade, conforme demonstrado por Silva et al. (2014). Como aprendizado, destaca-se a importância da comunicação contínua e do uso de recursos simples, como lembretes virtuais e kits simbólicos, para manter o engajamento e o entusiasmo. Durante a execução da ação “Saúde em Foco”, observou-se alto engajamento dos participantes. A proposta de desafios diários incentivou a disciplina e o cuidado pessoal. A abertura com a live sobre saúde mental, conduzida por profissionais da clínica, possibilitou reflexões importantes sobre o vínculo entre mente e corpo, destacando a estética como aliada da saúde emocional. Os conteúdos compartilhados ao longo da semana — como dicas de skincare, organização e alimentação — geraram interações valiosas entre os participantes. Ao final, o coffee break promovido na Clínica Dr. Enilton Freitas consolidou os laços construídos e possibilitou a entrega simbólica de premiações. A experiência reforçou que ações extensionistas bem planejadas, são capazes de gerar impactos positivos imediatos e despertam a reflexão sobre a própria qualidade de vida. Esse tipo de abordagem educativa e motivacional está alinhado com as recomendações de programas de promoção da saúde no trabalho, como discutido por Martins & Michels et al. (2003), que apontam o estímulo à autonomia e à auto responsabilidade como fatores-chave para mudanças comportamentais sustentáveis. Do ponto de vista acadêmico e social, a ação contribuiu de forma significativa para a formação dos discentes envolvidos, permitindo o desenvolvimento de competências como planejamento, trabalho em equipe, escuta ativa e responsabilidade social.

Conclusão/ Considerações finais

Os resultados obtidos ao longo da execução do projeto “Desafios Corporativos Promovendo Saúde e Bem-Estar” evidenciam a eficácia da proposta em alcançar seu objetivo central, ou seja, incentivar a adoção de hábitos saudáveis. A Ação “Movimenta

Aí” por meio de atividades simples, como beber água, alongar-se, fazer pausas das telas e cuidar da alimentação e do bem-estar, foi perceptível que os participantes demonstram engajamento e interesse em manter uma rotina mais equilibrada. O acompanhamento diário, o uso de um grupo virtual e a entrega de kits e premiações contribuem para motivar os participantes ao longo dos nove dias. Ademais, a ação “Saúde em Foco” revelou-se também como uma iniciativa eficaz para estimular a adoção de hábitos saudáveis e o autocuidado. A simplicidade das ações propostas, aliada ao acompanhamento coletivo, foi essencial para alcançar resultados positivos. O engajamento dos participantes demonstrou que práticas acessíveis, quando bem estruturadas, podem transformar rotinas e promover qualidade de vida. Por fim, as ações reafirmam a relevância das atividades de extensão universitária como meio de aplicação prática do conhecimento acadêmico em benefício da comunidade, promovendo impactos corporativos e sociais concretos.

Agradecimentos

Agradece-se à Clínica Dr. Enilton Freitas pela parceria fundamental, a empresa Optimus pelo acolhimento e respeito pelo projeto desenvolvido, assim como pela equipe, como também a professora Carolina Marlene Quintino Martins pela orientação e apoio contínuo.

Referências

CARVALHO, D. F. de; OLIVEIRA, L. M. B. de; BRAGA, V. A. S. **Práticas de promoção da saúde no ambiente de trabalho: uma revisão integrativa**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 43, e9, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/CR9P3tKCvS6v8yLZf5FrT5f>. Acesso em: 5 maio 2025.

MARTINS, C. O.; MICHELS, G. **Programas de promoção da saúde do trabalhador: exemplos de sucesso**. Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 101–108, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbdh/article/view/4010>. Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, P. S. C. da. **Programas de promoção da saúde do trabalhador e suas influências: uma revisão de literatura**. Revista Gestão & Saúde, Brasília, v. 5, n. 2, p. 727–752, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/466>. Acesso em: 5 maio 2025

DESENVOLVIMENTO DE ROTINAS SAUDÁVEIS PARA MOTORISTAS DA DIVAN TRANSPORTES

Danilo Santos Souto Filho¹; Emanuel Rodrigues Cordeiro¹; Kaio Pena e Cruz¹; Maria Luiza Lisboa Narciso ¹; Sofia Loren Cardoso Braga¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹ Acadêmico do curso de Administração da instituição Unifipmoc

² Professor do curso de Administração da instituição Unifipmoc

Introdução

Este trabalho apresenta um relato de experiência de uma ação de extensão realizada na empresa Divan Transportes, com foco na promoção da saúde dos motoristas de caminhão. Diante das particularidades da profissão, como longas jornadas de trabalho, alimentação inadequada, sedentarismo e estresse, percebeu-se a importância de intervenções educativas que incentivem hábitos mais saudáveis. O objetivo principal foi orientar os motoristas quanto à adoção de rotinas saudáveis no exercício de suas funções, visando à prevenção de problemas físicos e mentais associados à profissão.

Métodos

A ação desenvolvida teve caráter educacional, com foco na promoção da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho, sendo direcionada aos motoristas da empresa Divan Transportes. Realizada em 30 de abril de 2025, a atividade foi conduzida por uma equipe composta por cinco acadêmicos do quinto período do curso de Administração do Centro Universitário Fipmoc, sob supervisão docente. O público-alvo da ação foi composto por doze motoristas, que atuam diretamente em rotinas exaustivas nas estradas. Os principais objetivos da intervenção foram promover a conscientização sobre hábitos saudáveis no trabalho, orientar quanto à alimentação equilibrada, incentivar práticas simples de alongamento durante as pausas nas viagens, alertar sobre os cuidados com a qualidade do sono e reforçar a importância da ergonomia e da saúde mental no cotidiano desses profissionais. As estratégias utilizadas incluíram rodas de conversa e dinâmicas interativas, que facilitaram a troca de experiências entre os participantes e permitiram maior engajamento com os temas abordados. Foram utilizados materiais de apoio como folhetos informativos e demonstrações práticas, de forma acessível e aplicável à realidade dos motoristas. A participação da comunidade ocorreu de maneira ativa, com convocação feita internamente pela gestão da empresa, e os motoristas demonstraram grande receptividade ao conteúdo, interagindo com perguntas, relatos e sugestões durante toda a ação. A relevância do projeto para a comunidade atendida foi evidente, considerando-se as demandas específicas desse público por informações que possam contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida e desempenho profissional. A avaliação do impacto da atividade foi realizada por de fedebaks. Esses instrumentos permitiram a coleta de dados qualitativos sobre o entendimento dos temas discutidos e a utilidade prática das orientações recebidas, subsidiando futuras ações de extensão com o mesmo perfil.

Desenvolvimento

A intervenção teve um impacto positivo entre os motoristas, que demonstraram grande interesse pelos temas abordados, principalmente em relação aos cuidados com a alimentação e à prática de alongamentos. De acordo com os questionários aplicados, 85% dos participantes afirmaram intenção de modificar pelo menos um hábito após a atividade. A maior dificuldade enfrentada foi alinhar os horários das ações com a agenda de trabalho dos motoristas, o que foi solucionado com flexibilização dos horários das rodas de conversa. A experiência evidenciou a relevância de ações de promoção à saúde nesse setor e a carência de programas de bem-estar voltados especificamente aos motoristas de transporte rodoviário. Para os acadêmicos, a intervenção proporcionou aprendizado prático sobre responsabilidade social, gestão de pessoas e promoção de saúde no ambiente corporativo. Além disso, a ação estreitou a relação entre os colaboradores e a empresa, criando um ambiente mais acolhedor e saudável.

Conclusão/ Considerações finais

A ação de extensão atingiu plenamente seus objetivos, promovendo a conscientização sobre rotinas saudáveis entre os motoristas da Divan Transportes. A experiência reafirma a importância da integração entre ensino superior e comunidade, contribuindo tanto para a formação dos acadêmicos quanto para a melhoria da qualidade de vida dos profissionais atendidos.

Agradecimentos

Agradecemos à empresa Divan Transportes pela parceria e apoio à realização da atividade, e à professora Carolina Marlene Quintino Martins pela orientação prestada ao longo do projeto.

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). (2001). *Saúde do trabalhador: cartilhas e manuais*. Brasília:MS. Documento oficiais sobre saúde ocupacional, com foco em prevenção e bem-estar no ambiente de trabalho.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA – Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito> Informações atualizadas sobre legislação e boas práticas para motoristas profissionais.

MONTEIRO, C. A. (2009). *Nutrição e saúde: fundamentos para uma política pública de promoção de alimentação saudável no Brasil*. Cadernos de Saúde Pública, 25(2), 431– 433. Trata da importância de hábitos alimentares saudáveis, úteis para motoristas em rotinas de estrada.

SAÚDE NA FEIRA: INTERVENÇÃO PARA SAÚDE BEM ESTAR DOS FEIRANTES

João Victor Carvalho Fernandes ¹; Clariciana Pereira Mendes ¹; Hedslan Oliveira Gusmão ¹; Samara Ribeiro Nobre ¹; Dayane Pereira dos Santo ¹; Maria Cecília Azevedo Alves ¹; Carolina Marlene Quintino Martins ².

¹Acadêmico do curso Administração da instituição Afya

²Professora do curso Administração da instituição Afya

Introdução

O projeto "Feirinha do Bem" teve como objetivo promover a conscientização sobre saúde e bem-estar na comunidade local, por meio de uma intervenção em uma feira de comerciantes da cidade. A proposta buscou sensibilizar os feirantes e consumidores sobre a importância de adotar hábitos saudáveis no cotidiano, abordando temas cruciais para o cuidado com o corpo e a mente, como alimentação, hidratação, descanso, atividade física e higiene. Ao trabalhar diretamente com a população em um ambiente comum, como a feira, pretende-se promover um ambiente de troca de conhecimentos e práticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida. O projeto visa não apenas informar, mas também incentivar a prática de comportamentos saudáveis de forma acessível e prática, destacando a relevância de escolhas conscientes em relação aos alimentos, cuidados com o corpo e a manutenção de hábitos saudáveis. A ação será realizada em parceria com os comerciantes locais, que terão um papel fundamental na disseminação dessas orientações, auxiliando no processo de transformação dos hábitos de consumo e de bem-estar da comunidade. O objetivo principal desta intervenção é gerar uma mudança positiva na saúde da população, oferecendo informações sobre como melhorar a alimentação, a hidratação, o descanso e a prática de atividades físicas, contribuindo para o fortalecimento da saúde física e mental dos participantes. Com isso, espera-se que o projeto seja um ponto de partida para a adoção de hábitos saudáveis que impactem não apenas os feirantes, mas também os consumidores da feira, gerando um impacto duradouro na comunidade.

Métodos

O projeto "Feirinha do Bem" configura-se como uma ação de extensão social e de saúde, com foco na promoção de hábitos saudáveis e na conscientização sobre a importância do bem-estar físico e mental na comunidade local. O público-alvo da ação são os feirantes e consumidores que frequentam a feira de comerciantes da cidade, abrangendo uma diversidade de pessoas, desde jovens até adultos e idosos, com diferentes níveis de familiaridade com as práticas de saúde. A intervenção visa alcançar tanto os comerciantes que atuam na feira, como também os consumidores que buscam produtos frescos e saudáveis, estabelecendo uma conexão direta com as pessoas que já estão expostas ao ambiente de consumo. A ação foi realizada no dia 09/05/2025, período em que foram realizadas atividades de conscientização de forma contínua, com enfoque no fortalecimento da saúde da comunidade. A proposta teve como objetivo principal promover a educação sobre hábitos saudáveis relacionados à alimentação, hidratação, descanso, atividade física e higiene, estimulando os participantes a adotarem práticas mais saudáveis no seu dia a dia, além de sensibilizar os feirantes sobre a importância de oferecer informações pertinentes e seguras aos consumidores. Para atingir esses objetivos, foram desenvolvidas diversas estratégias, incluindo diálogos diretos com os feirantes, distribuição de materiais educativos, e ações de conscientização direta no local, como panfletos e orientações durante o atendimento aos feirantes. Essas atividades buscaram não apenas informar, mas também engajar a comunidade local, criando um espaço de diálogo sobre saúde e bem-estar. As palestras abordaram temas como a importância de uma alimentação equilibrada, a necessidade de hidratação constante, os benefícios do descanso adequado, a prática de atividades físicas e a manutenção da higiene pessoal e ambiental. Como parte do processo de avaliação, foram utilizados questionários e ferramentas de feedback para monitorar a receptividade das orientações e a mudança nas percepções sobre saúde e bem-estar. Através de observações diretas e análise dos dados coletados, foi possível avaliar o alcance da ação e identificar possíveis áreas de melhoria, além de mensurar o impacto nas escolhas alimentares e hábitos de vida dos participantes.

Desenvolvimento

Através de intervenções educativas focadas em alimentação saudável, hidratação, descanso, atividade física e higiene, observou-se um aumento no conhecimento sobre práticas saudáveis. Embora não haja dados quantitativos específicos, relatos dos participantes indicaram maior conscientização e interesse em adotar comportamentos mais saudáveis no cotidiano. Durante a execução da ação, foram enfrentados desafios como a necessidade de engajamento da comunidade dos feirantes para a abordagem e comunicação para com os feirantes. A equipe superou essas dificuldades por meio de estratégias de comunicação eficazes, como a utilização de materiais educativos visuais e a realização de abordagens diretas aos feirantes e consumidores. Além disso, presença constante da equipe nas atividades contribuíram para fortalecer o vínculo com os participantes e garantir a adesão às propostas. Os aprendizados adquiridos durante o projeto foram valiosos para aprimorar futuras ações. A importância de adaptar as abordagens às características locais e culturais da comunidade foi um aspecto destacado. Além disso, a necessidade de planejamento detalhado e flexibilidade na execução das atividades mostrou-se essencial para o sucesso da intervenção. Esses insights serão fundamentais para a continuidade e expansão do projeto em outras localidades. A ação de extensão "Saúde na Feira" exemplifica o papel da universidade na promoção do bem-estar social e na formação acadêmica dos estudantes. Ao proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em contextos reais, o projeto contribuiu para o desenvolvimento de competências práticas e éticas. Simultaneamente, a comunidade beneficiou-se diretamente das ações e acesso a informações sobre saúde. Além dos objetivos principais, o projeto

gerou efeitos colaterais positivos, como o fortalecimento de parcerias com instituições locais e o aumento da visibilidade de práticas saudáveis na região. Esses resultados inesperados ampliaram o alcance da ação e criaram novas oportunidades para futuras colaborações e iniciativas comunitárias.

Conclusão/ Considerações finais

O projeto "Saúde na Feira" alcançou seus objetivos principais ao promover uma intervenção de conscientização sobre saúde e bem-estar na comunidade local. A ação buscou sensibilizar feirantes e consumidores para a importância de adotar hábitos saudáveis, como a escolha de alimentos frescos e a prática regular de atividades físicas, além de destacar a relevância da hidratação, do descanso adequado e da higiene. Através de palestras, materiais educativos e abordagens diretas, foi possível proporcionar um aumento significativo no conhecimento sobre esses temas. A participação da comunidade foi um dos fatores-chave para o sucesso do projeto, com os feirantes demonstrando interesse genuíno nas orientações oferecidas. Embora a execução da ação tenha enfrentado alguns desafios, as mobilizações da equipe foram fundamentais para garantir a adesão à proposta e a disseminação das informações. As intervenções realizadas fornecerão parcerias com instituições locais e criando novas oportunidades para futuras ações. Este projeto não apenas contribuiu para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos, proporcionando uma aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, mas também fez uma diferença real na qualidade de vida da comunidade atendida. A experiência adquirida ao longo da execução da ação será valiosa para aprimorar futuras edições e outras iniciativas semelhantes, além de reforçar a importância da universidade na promoção do bem-estar social. Em resumo, o "Saúde na Feira" demonstrou que ações de extensão, quando bem planejadas e executadas, podem promover mudanças significativas na saúde pública, fortalecer os laços comunitários e contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados com a promoção de sua própria saúde.

Referências

SHAW, B. (2002). **The Joy of Work: Jobs, Happiness, and You**. Editora: Crown Business.
STRINGER, L. (2014). **The Healthy Workplace: How to Improve Well-Being and Productivity in Your Organization**. Editora: AMACOM.
RATH, T. & HARTER, J. (2010). **Wellbeing: The Five Essential Elements**. Editora: Gallup Press.

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BEM-ESTAR ORGANIZACIONAL

Aloisio Henrique Ribeiro Silva 1; Ana Paula dos Santos 1; Esther Evellin Freitas Viana 1; Gabriel Monteiro Araújo 1; Jhonatan Almeida Lopes 1; Carolina Marlene Quintino Martins²
1 Acadêmico(a) do curso de Administração da Unifipmoc AFYA
2 Professora do curso de Administração da Unifipmoc AFYA

Introdução

O presente estudo tem o viés de relatar acerca da realização de um workshop na empresa provedora de internet Plim Telecom, situada em Montes Claros, Minas Gerais, direcionado aos colaboradores dos setores de atendimento ao cliente, financeiro e gerência administrativa. A partir de análises preliminares e entrevistas realizadas com representantes da empresa, foram identificados gargalos relacionados a conflitos interpessoais dos colaboradores com clientes, agravados pela ausência de habilidades ligadas à inteligência emocional. Tais fatores impactam diretamente na gestão do clima organizacional, na qualidade dos serviços prestados e na motivação das equipes. Diante desse cenário, evidenciou-se a necessidade de uma intervenção educativa na empresa como estratégia de apoio à gestão de pessoas e fortalecimento das equipes. Assim, o objetivo central deste trabalho consistiu em atender a uma demanda concreta, fundamentada nos princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 03 da Agenda 2030, que visa à promoção da saúde e do bem-estar. A iniciativa buscou capacitar os colaboradores, desenvolvendo competências essenciais à dinâmica organizacional, como autorregulação emocional, escuta ativa, empatia e comunicação assertiva. A proposta reafirma o compromisso da Administração com práticas sustentáveis de gestão, que valorizam o capital humano e contribuem para um ambiente corporativo mais saudável e eficiente.

Métodos

A ação de extensão promovida na Plim Telecom teve caráter educacional, corporativo e social, com foco na capacitação de colaboradores dos setores de atendimento, financeiro e gerência, os quais lidam diretamente com consumidores em situações de conflito, pressão emocional e constante necessidade de comunicação assertiva diariamente. Sendo assim, o projeto foi desenvolvido desde o mês de fevereiro, culminando em um encontro presencial no dia 22 de abril do ano corrente, com duração média de uma hora e trinta minutos, seguido por etapas de avaliação e feedback remoto. O objetivo primordial da ação foi ampliar a capacidade de resolução de conflitos e a consciência emocional dos participantes, fornecendo estratégias técnicas e práticas para uma comunicação mais assertiva, demonstrando situações exemplos, contribuindo, assim, para a melhoria do clima organizacional e da eficiência gerencial. Diante esse raciocínio, o workshop foi elaborado com uma metodologia interativa, contemplando dinâmicas em grupo, exposição dialogada e estudo de casos simulados. Com o intuito de entender a realidade dos participantes, antes do encontro presencial, distribuiu-se um questionário individual para diagnosticar o nível de inteligência emocional dos participantes, baseado no modelo de Daniel Goleman (1995), cobrindo os domínios de autoconhecimento, autorregulação, empatia, motivação e habilidades sociais, além de investigar o nível de consciência dos colaboradores sobre o impacto dessas competências no clima e na cultura organizacional. A apresentação teve caráter expositivo, com linguagem acessível e contextualizada à realidade dos participantes. O evento contou com a participação de 11 colaboradores, os quais engajaram ativamente, compartilhando vivências, dúvidas e sugestões de melhorias nos processos de atendimento, gestão administrativa e propostas de intervenções, a fim de contribuir com o rendimento operacional da instituição. A avaliação de impacto da intervenção foi realizada por meio de questionários aplicados ao final do workshop, bem como por feedbacks espontâneos e observações diretas. As análises demonstraram avanços significativos no reconhecimento e manejo das emoções por parte dos participantes, além de maior compreensão dos fatores que influenciam os conflitos interpessoais e suas repercussões na gestão de pessoas.

Desenvolvimento

A intervenção realizada na Plim Telecom, em Montes Claros, teve impactos significativos no desenvolvimento das competências socioemocionais dos colaboradores e na percepção da importância da inteligência emocional para a gestão de pessoas e a melhoria das relações no ambiente de trabalho. Essa perspectiva dá-se pela oportunidade oferecida aos participantes, com um ambiente seguro para escuta, aprendizado e troca de experiências, colaborando com dicas de melhorias e orientações para otimização de processos nas atividades operacionais da empresa. Conjuntamente com os dados coletados, ao término do workshop, foi possível observar mudanças significativas na postura e no entusiasmo da equipe, que passou a demonstrar maior consciência sobre suas emoções e atitudes. Os participantes relataram ter assimilado técnicas úteis para lidar com ambientes de alta pressão, interações com clientes insatisfeitos e cumprimento de metas rigorosas. Os dados obtidos por meio dos questionários revelaram que 86,7% dos participantes relataram melhoria na identificação de seus gatilhos emocionais, enquanto 84,7% afirmaram ter adquirido estratégias práticas para gerenciar situações de conflito no ambiente profissional.

Acerca dos desafios enfrentados, destacou-se a resistência inicial de alguns colaboradores em participar efetivamente das atividades voltadas ao autoconhecimento, em virtude do estigma ainda presente sobre temas relacionados à saúde emocional no contexto organizacional. Entretanto, essa barreira foi superada à medida que a metodologia adotada priorizou abordagens dialógicas, linguagem acessível e exemplos práticos da rotina empresarial, contribuindo para o engajamento progressivo do

grupo. Em complemento, o projeto cumpriu seu propósito ao apresentar de forma clara e coesa os impactos positivos que uma gestão eficaz pode promover no controle emocional, na resolução de conflitos e na criação de um ambiente propício ao alto desempenho.

O desenvolvimento da ação permitiu à equipe extensionista aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica em Administração, especialmente no que tange à gestão de pessoas, comportamento organizacional e clima corporativo. Conforme Chiavenato (2014), promover ambientes organizacionais saudáveis e emocionalmente equilibrados é uma das funções essenciais da liderança contemporânea, sendo, portanto, atribuição direta da administração moderna fomentar espaços que potencializem a performance individual e coletiva. Além disso, segundo Goleman (1995), a inteligência emocional é um diferencial competitivo no mundo corporativo, pois influencia diretamente a tomada de decisões, a capacidade de liderança e o relacionamento interpessoal, sendo tão relevante quanto as habilidades técnicas na formação de profissionais eficazes. Ademais, a ação contribuiu tanto para a formação técnica dos discentes quanto para o fortalecimento dos vínculos entre a academia e a comunidade local, promovendo a responsabilidade social do ensino superior para a comunidade. Portanto, o workshop mostrou-se eficaz no fortalecimento de princípios comportamentais dos colaboradores e na construção de um ambiente organizacional mais produtivo e colaborativo. Por fim, a receptividade da empresa e o interesse em repetir iniciativas semelhantes para outros setores evidenciam o sucesso e a relevância do projeto

Conclusão/ Considerações finais

A intervenção de extensão realizada na Plim Telecom demonstrou-se eficaz no alcance dos objetivos propostos, promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais essenciais para a melhoria das relações interpessoais e da qualidade do ambiente de trabalho. A efetivação do workshop possibilitou comprovar os impactos diretos da inteligência emocional e da comunicação assertiva na gestão de pessoas e na resolução de conflitos cotidianos, pilares primordiais para a fortificação no processo de gerenciamento de pessoas. Dessa forma, os resultados obtidos evidenciam que a proposta atende tanto às demandas práticas da organização quanto aos princípios acadêmicos da formação em Administração, integrando teoria e prática na construção de soluções para os desafios organizacionais contemporâneos. Além disso, a ação contribuiu significativamente para a promoção da saúde e do bem-estar no ambiente profissional, em consonância com a ODS 03 da Agenda 2030. Assim, a experiência extensionista consolida-se como uma ferramenta de transformação mútua, potencializando a qualificação técnica dos discentes e aprimorando o ambiente corporativo, gerando, assim, impacto social positivo na comunidade empresarial atendida, reafirmando o papel da universidade como agente de desenvolvimento e inovação.

Agradecimentos

Agradece-se à gestão da Plim Telecom, especialmente à gestora Ana Cecília Dias, e aos colaboradores pela receptividade e participação ativa na ação. Estende-se o reconhecimento ao corpo docente do curso de Administração da UNIFIPMoc/Afya, em especial à professora Carol Marlene Quintino Martins, pelas orientações e incentivo à aplicação prática do conhecimento acadêmico.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental e trabalho: o desafio da organização saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 10 maio 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **OMS: Empresas devem promover saúde mental de funcionários no ambiente de trabalho**. [S.l.]: Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/77852-oms-empresas-devem-promover-sa%C3%Bade-mental-defunc%C3%A1rios-no-ambiente-trabalho>. Acesso em: 10 de abril 2025.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA, SAÚDE E BEM-ESTAR: UMA AÇÃO CORPORATIVA

Pedro Emanuel Dias ¹; Breno Denucci Felix ¹; Samuel Gonzaga Gomes ¹; João Paulo Souza Lopes¹; Carolina Marlene Quintino Martins ².

¹ Acadêmico do curso de Administração da Unifipmoc

² Professor do curso de Administração da Unifipmoc

Introdução

A atividade apresentada consistiu em uma palestra online realizada para os funcionários da empresa Ciclo Dias, com o objetivo de relacionar a ODS 3 – Saúde e Bem-Estar com a falta de dinheiro e a ausência de educação financeira. Durante a apresentação foi abordado como o desequilíbrio financeiro pode impactar diretamente o bem-estar físico e mental dos colaboradores, reforçando a importância de práticas de educação financeira no ambiente corporativo como uma forma de promoção da saúde integral. Objetivos: O principal objetivo desta ação foi sensibilizar os participantes sobre a relação entre saúde e finanças pessoais, discutir sobre a importância de gerir e administrar o dinheiro, identificar os maiores erros cometidos pelos brasileiros, além de oferecer orientações práticas de organização financeira para melhorar sua qualidade de vida. A atividade também visou promover reflexões sobre os hábitos de consumo, planejamento e bem-estar.

Métodos

A ação foi realizada por meio de uma apresentação online, com duração aproximada de 30 minutos, direcionada aos funcionários da empresa Ciclo Dias. A iniciativa integrou o projeto de extensão voltado à saúde e bem-estar relacionado a educação financeira na vida pessoal, com foco na ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. A metodologia utilizada envolveu a exposição dialogada, com o apoio de slides informativos e momentos de interação com os participantes para esclarecimento de dúvidas. Os conteúdos foram adaptados para a realidade dos colaboradores, considerando suas demandas, faixa salarial e rotina profissional. A metodologia adotada foi dividida em quatro etapas principais: 1) Levantamento de necessidades: Inicialmente, foi realizado um diagnóstico geral sobre problemas enfrentados no mundo atual, assim, foram identificados problemas de saúde e bem-estar, juntamente, com os impactos que a falta da organização financeira causa na saúde. Dessa forma, a falta de organização financeira foi citada como um fator gerador de estresse frequente, além de depressões e problemas emocionais diversos, sendo apontada como prioridade para ações educativas; 2) Planejamento do conteúdo: Com base nos dados levantados, foram definidos os eixos temáticos da apresentação, como, a relação entre saúde e finanças, Planejamento orçamentário pessoal e familiar, Armadilhas do consumo e endividamento e Impactos psicológicos do estresse financeiro; 3) Execução da ação: A ação foi realizada de forma online, utilizando a plataforma Google Meet, com duração de aproximadamente 30 minutos. A apresentação contou com recursos audiovisuais (slides, exemplos práticos e dinâmicas rápidas); 4) Avaliação da ação: Ao final da atividade, foi disponibilizado um formulário de avaliação via Google Forms. O formulário incluía questões objetivas com a intenção de avaliar o grau de satisfação dos colaboradores com a palestra, a clareza e relevância do conteúdo; 5) Recursos utilizados: Plataforma Google Meet para realização da apresentação, slides em PowerPoint com conteúdo ilustrado, formulário digital (FORMS) para avaliação da ação, computador e conexão de internet estável. Essa metodologia favoreceu a participação ativa dos trabalhadores e permitiu que o conteúdo fosse transmitido de forma prática, reflexiva e alinhada às metas da ODS 3, relacionando com a educação financeira e consequências da sua ausência à saúde e bem-estar.

Desenvolvimento

Durante a apresentação, foram abordados conceitos básicos de educação financeira, como planejamento orçamentário, consumo consciente, endividamento e poupança. Em paralelo, foram apresentados dados e evidências científicas que demonstram a relação direta entre o estresse financeiro e os impactos negativos na saúde física e mental, incluindo ansiedade, insônia e pressão alta. A ação de extensão voltada à educação financeira como promotora da saúde e bem-estar foi desenvolvida com o objetivo de sensibilizar os participantes sobre a relação entre saúde e finanças pessoais, conectando-se diretamente à ODS 3. A ODS 3 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3), que trata de "Saúde e Bem-Estar", pode ser diretamente relacionada à educação financeira, pois o bem-estar físico e mental de uma pessoa está fortemente ligado à sua saúde financeira. O impacto no público-alvo foi evidente: ao final da atividade, 100% dos participantes relataram ter aprendido novas estratégias de organização financeira e afirmaram compreender melhor como o estresse econômico afeta sua saúde física e mental. De acordo com Godoy (2020), a educação financeira contribui não apenas para a estabilidade econômica dos indivíduos, mas também para o equilíbrio emocional e a melhoria da qualidade de vida. Muitos colaboradores demonstraram interesse em aplicar os conhecimentos adquiridos em seu cotidiano, especialmente no que diz respeito ao controle de gastos e planejamento financeiro familiar. Durante a execução da atividade, alguns desafios foram enfrentados, principalmente relacionados à adesão inicial dos funcionários. Como a apresentação ocorreu em formato online, houve certa resistência por parte de alguns colaboradores quanto ao uso da tecnologia e à percepção de relevância do tema. Para superar essa barreira, a equipe de organização contou com o apoio do setor de Recursos Humanos da empresa, que incentivou a participação ativa e realizou um trabalho de conscientização prévio, destacando os benefícios da atividade. Outro desafio foi adaptar o conteúdo técnico de forma acessível, considerando o nível de escolaridade e experiência financeira variada do público. Isso foi resolvido por meio do uso de exemplos simples, linguagem clara e interação constante ao longo da apresentação. Entre os principais aprendizados e melhorias, destaca-se a importância de alinhar o conteúdo educativo à

realidade do público-alvo. Segundo Moreto (2005), estratégias de ensino eficazes são aquelas que dialogam com o contexto do aprendiz, tornando o conteúdo mais significativo e aplicável. A equipe envolvida reconheceu que, ao incluir situações do dia a dia dos participantes, como o uso do cartão de crédito e a gestão do salário mensal, a compreensão e o engajamento aumentaram significativamente. Além disso, foi percebido que ações pontuais não são suficientes, sendo necessário desenvolver estratégias de acompanhamento e continuidade, como novos encontros, oficinas práticas ou distribuição de materiais educativos. Através da articulação entre ensino e extensão, podemos aplicar seus conhecimentos teóricos em uma situação prática e real, desenvolvendo habilidades como comunicação, empatia e análise crítica. Para Arantes (2017), a extensão universitária é um instrumento essencial para transformar o conhecimento acadêmico em ação social concreta, fortalecendo o papel da universidade como agente de transformação. Do ponto de vista social, promovendo bem-estar e capacitação em um tema que afeta diretamente a qualidade de vida da população trabalhadora.

Conclusão/ Considerações finais

A ação realizada com os funcionários da empresa Ciclo Dias reforçou a importância da educação financeira na vida pessoal para não afetar na saúde das pessoas e no bem-estar das mesmas. A experiência demonstrou que, ao compreenderem melhor como administrar seus recursos financeiros, os trabalhadores sentem-se mais seguros, reduzindo tensões que afetam sua saúde física e mental. A atividade cumpriu os objetivos propostos, promovendo reflexão, conhecimento e mobilização.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer à professora Carolina Marlene Quintino Martins e à empresa Ciclo Dias pela oportunidade de colocarmos os aprendizados teóricos em prática. É indescritível o crescimento que o projeto de extensão promove para nós alunos e também para a nossa sociedade.

Referências

ARANTES, Álisson Rabelo; DESLANDES, Maria Sônia. **A extensão universitária como meio de transformação social e profissional.** *Sinapse Múltipla*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-183, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/16489>. Acesso em: 6 maio 2025.

GODOY, Thiago. **A estreita ligação entre saúde financeira e saúde mental.** InfoMoney, 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/thiagogodoy/a-estreita-ligacao-entre-saude-financeira-e-saude-mental/>. Acesso em: 6 maio 2025.

MORETO, P. V. **Prova: um momento privilegiado de estudos, não um acerto de contas.** Rio de Janeiro: DPA, 2005.

CONSCIENTIZAÇÃO ESCOLAR ACERCA DO BEM-ESTAR

Marcos Vinicius Teixeira de Sousa Silva ¹; Luiz Eduardo Queiroz Andrade Braga ¹; Gabryel Ferraz Lima ¹;
Hugo Gonçalves Senário¹; Samuel Alves Amormino¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹ Acadêmico do curso Administração da instituição UnifipMoc

² Professor do curso Administração da instituição UnifipMoc

Introdução

No cenário atual das organizações, a busca pela produtividade e desempenho está diretamente relacionada à saúde e ao bem-estar dos colaboradores. A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) emerge, assim, como uma dimensão fundamental da gestão estratégica de pessoas. Sua relevância transcende a simples adequação ergonômica ou benefícios financeiros, alcançando aspectos emocionais, sociais e organizacionais que afetam diretamente a motivação, o comprometimento e o rendimento dos trabalhadores. Considerando essa perspectiva ampliada e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), esta experiência de extensão teve como objetivo promover a reflexão crítica sobre QVT entre estudantes do ensino médio, a partir de um projeto acadêmico desenvolvido por cinco discentes de graduação. A proposta foi idealizada como uma intervenção educativa, cujo propósito era desmistificar o conceito de Qualidade de Vida no Trabalho torná-lo acessível à comunidade escolar. Para tanto, foram utilizados recursos tecnológicos, que orientou os acadêmicos na elaboração estruturada do projeto, além de estratégias interativas para fomentar o engajamento dos alunos. Ao integrar pesquisa, tecnologia educacional e prática extensionista, esta ação evidencia como o ensino superior pode atuar na formação cidadã, conectando saberes teóricos à realidade social e estimulando o protagonismo estudantil em diferentes contextos.

Métodos

O presente projeto de extensão, de caráter educacional e social, teve como foco principal a promoção da conscientização sobre a Qualidade de Vida no Trabalho, com ênfase no bem-estar físico, mental, emocional e organizacional dos trabalhadores. A ação foi voltada para estudantes do ensino médio da Escola Estadual Professor Hamilton Lopes, localizada na cidade de Montes Claros – MG, sendo este o público-alvo definido. A atividade foi desenvolvida por um grupo de acadêmicos do curso de Administração do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya), no período compreendido entre os meses de março e abril de dois mil e vinte e cinco. A principal motivação do projeto consistiu na necessidade de disseminar, entre os jovens, conhecimentos fundamentais sobre os direitos e deveres trabalhistas, os determinantes do bem-estar no ambiente profissional e as dimensões que envolvem o bem-estar ocupacional, como parte essencial da formação cidadã e da preparação para o mundo do trabalho. Os objetivos centrais foram: promover a conscientização sobre a importância da Qualidade de Vida no Trabalho; apresentar as dimensões que a compõem (física, emocional, social e organizacional); estimular a reflexão crítica sobre as condições de trabalho e suas implicações no bem-estar; e contribuir com estratégias de promoção do bem-estar no ambiente escolar e futuro profissional.

Para alcançar tais objetivos, foi adotada uma metodologia ativa, iniciando-se com uma pesquisa bibliográfica abrangente, fundamentada em artigos científicos disponíveis em bases como SciELO e Google Scholar, além de manuais da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicações do Ministério da Saúde e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa etapa teórica subsidiou a construção do projeto de forma colaborativa, promovendo a organização lógica das etapas, o alinhamento entre objetivos, problema de pesquisa, hipóteses e soluções propostas, bem como o desenvolvimento do pensamento crítico e da colaboração entre os integrantes. A intervenção foi estruturada em formato de oficina educacional, conduzida por meio de apresentação didática, linguagem acessível, recursos audiovisuais (slides, infográficos e vídeos curtos) e estratégias interativas como perguntas problematizadoras e dinâmicas em grupo. A apresentação foi dividida em blocos temáticos que abordaram desde os fundamentos conceituais da Qualidade de Vida no Trabalho até as práticas contemporâneas adotadas por instituições voltadas à promoção do bem-estar e qualidade no ambiente laboral. A participação da comunidade escolar foi expressiva, com envolvimento ativo dos alunos durante as discussões e atividades propostas. A turma participante foi convocada com o apoio da coordenação da escola, e os estudantes demonstraram interesse e engajamento ao longo da atividade. Como ferramentas de avaliação, foram utilizadas observações diretas, anotações reflexivas dos acadêmicos extensionistas e devolutivas orais dos estudantes e professores. Essas estratégias permitiram uma análise qualitativa do impacto da ação, apontando como principais resultados a ampliação da consciência crítica sobre o tema e o fortalecimento da relação entre saber acadêmico e realidade social. A relevância do projeto se destaca pela sua contribuição à formação integral dos jovens, além de fomentar a responsabilidade social dos estudantes universitários enquanto agentes de transformação.

Desenvolvimento

A execução da ação extensionista revelou resultados significativos, tanto no aspecto formativo dos acadêmicos quanto no impacto causado na comunidade escolar. O envolvimento dos estudantes da escola foi expressivo: muitos relataram experiências pessoais e familiares relacionadas ao ambiente de trabalho, demonstrando um interesse genuíno em compreender seus direitos, deveres e os fatores que influenciam a saúde no contexto laboral. A discussão sobre saúde mental, por exemplo, gerou um rico debate sobre estresse, ansiedade e burnout, conectando a realidade escolar com as exigências futuras da vida profissional. Durante a apresentação, os acadêmicos conseguiram adaptar com sucesso a linguagem acadêmica para uma abordagem pedagógica acessível, promovendo o entendimento e a reflexão. As estratégias interativas utilizadas proporcionaram momentos de diálogo, escuta ativa e construção coletiva do conhecimento. Houve ainda a aplicação de dinâmicas que simulavam cenários de decisão em empresas fictícias, estimulando os alunos a pensarem como gestores comprometidos com o bem-estar dos funcionários. Essa estratégia fortaleceu habilidades como empatia, pensamento crítico e responsabilidade social. Entre os desafios enfrentados, destaca-se a gestão do tempo na apresentação, bem como a necessidade de adaptar conteúdos densos para um público adolescente. Contudo, tais desafios foram superados com trabalho em equipe e apoio do orientador. A ação resultou ainda em convites para retornos futuros à escola, com novas temáticas socioeducativas, o que evidencia a relevância e a aceitação do projeto.

Conclusão/ Considerações finais

A presente experiência extensionista possibilitou aos acadêmicos vivenciar, na prática, o compromisso social da universidade com a transformação da realidade local. Ao abordar a Qualidade de Vida no Trabalho sob a ótica do ODS 3, a iniciativa contribuiu para o fortalecimento do elo entre educação, cidadania e saúde pública. Para os alunos da escola, a intervenção representou uma oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre o universo profissional e suas consequências para o bem-estar individual e coletivo. Já para os graduandos, a vivência permitiu a integração entre teoria e prática, o aprimoramento de competências socioemocionais e a consolidação de valores como empatia, solidariedade e responsabilidade coletiva. A articulação entre investigação científica, aplicação de recursos tecnológicos educacionais e atuação direta na comunidade evidenciou o potencial pedagógico de projetos que extrapolam os limites da sala de aula. Nesse contexto, a proposta cumpriu com excelência sua função extensionista, ao não apenas disseminar o saber acadêmico, mas também estimular transformações de percepção e postura nos participantes. A Qualidade de Vida no Trabalho, mais que um conceito técnico, revelou-se como uma temática profundamente humana, que precisa ser discutida, compreendida e experienciada desde os primeiros momentos da formação educacional.

Agradecimentos

Agradecemos à direção e aos professores da Escola Estadual Professor Hamilton Lopes, pela acolhida, apoio logístico e abertura ao diálogo. Agradecemos também ao professor orientador, que esteve presente em todas as etapas do projeto, oferecendo suporte metodológico e motivacional. Reconhecemos, ainda, a relevância da plataforma DreamShaper, que contribuiu significativamente para o planejamento e execução deste trabalho.

Referências

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
FERREIRA, M. C.; ALBUQUERQUE, F. J. B. **Qualidade de Vida no Trabalho: evolução e análise no contexto brasileiro**. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 2013.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ambientes de Trabalho Saudáveis: Fundamentos e Modelos**. Genebra: OMS, 2017.
ONU. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org>. Acesso em: 25 abr. 2025.
SANTOS, R. K. **dos. A importância da saúde mental no ambiente de trabalho**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 2022.

ACÇÃO SOCIAL PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Luana Borges Matos¹; Lucas Bernardino Lopes¹; Maria de Lourdes Gomes Domingues¹; Paulo Henrique Mota Sousa¹; Victor Emanuel Martins Santana¹; Yasmin Sousa Lopes¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹Acadêmicos do curso de administração da instituição Unifipmoc

²Professora do curso de administração da instituição Unifipmoc

Introdução

O presente trabalho apresenta uma ação social desenvolvida em duas instituições de longa permanência para idosos em Montes Claros/MG, com foco na promoção do terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que trata da saúde e bem-estar. A atividade teve como finalidade proporcionar momentos de lazer, fortalecer vínculos sociais e oferecer apoio material aos idosos institucionalizados, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessa população vulnerável. A iniciativa também visou aproximar a comunidade acadêmica da realidade local, promovendo a responsabilidade social e reforçando o papel das ações de ensino e extensão na transformação social e na valorização do envelhecimento com dignidade.

Métodos

Com o objetivo de promover o bem-estar de idosos institucionalizados, foi realizada uma ação social de caráter participativo em duas instituições de longa permanência localizadas em Montes Claros/MG: o Lar das Velhinhas e o Asilo São Vicente de Paula. A principal atividade ocorreu em 13 de abril de 2025, com programação recreativa no Asilo São Vicente, envolvendo música, dança e momentos de diálogo com 130 residentes. Paralelamente, o Lar das Velhinhas foi beneficiado com a doação de mantimentos, atendendo demandas básicas da instituição. A ação foi planejada com base em princípios de gestão e responsabilidade social, permitindo a aplicação prática de conhecimentos acadêmicos e fortalecendo o vínculo entre universidade e comunidade. Nesse sentido, a participação dos idosos foi ativa, e a avaliação do impacto foi realizada por meio de observações diretas e feedbacks dos profissionais das instituições, os quais destacaram a relevância da iniciativa para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e para o fortalecimento da integração social.

Desenvolvimento

Durante a execução da ação social, foram observados resultados concretos em duas instituições de longa permanência. A expressiva adesão dos idosos e o envolvimento ativo nas atividades demonstraram a eficácia da ação no fortalecimento de vínculos afetivos, contribuindo para o bem-estar emocional dos participantes, conforme preconizado por Silva e Andrade (2020), que apontam a importância das interações sociais na qualidade de vida de idosos institucionalizados. Nesse sentido, a ação consistiu na entrega de doações de gêneros alimentícios, especialmente açúcar, atendendo parte das demandas nutricionais da entidade e promovendo melhores condições de vida para os residentes. A atuação foi orientada por fundamentos da administração estratégica, com foco em impacto social efetivo, como defendido por Drucker (2011), que ressalta o papel do planejamento eficiente e da responsabilidade social como eixos estruturantes das ações comunitárias. A articulação entre discentes, comunidade e instituições parceiras possibilitou um processo de construção coletiva que uniu teoria e prática de maneira eficiente, fortalecendo o vínculo entre universidade e sociedade. No entanto, a execução também evidenciou desafios significativos, principalmente no que se refere à logística. Obstáculos como o deslocamento das equipes, a organização e o transporte dos materiais, bem como a necessidade de adaptar as atividades aos diferentes perfis dos idosos, exigiram um planejamento minucioso e uma postura colaborativa por parte de todos os envolvidos. Aprendizados importantes emergiram da vivência prática, como a necessidade de realizar um diagnóstico prévio das demandas da comunidade atendida, aspecto igualmente destacado por Batista e Costa (2018), que defendem a escuta ativa e o reconhecimento das especificidades locais como condição para a efetividade das ações sociais. A valorização de metodologias inclusivas que considerem a diversidade do público-alvo contribuiu para o êxito da intervenção, além de proporcionar ganhos significativos para a formação dos estudantes. Competências como empatia, liderança, trabalho em equipe e capacidade de resolução de problemas foram desenvolvidas ao longo do processo, alinhando o aprendizado acadêmico às demandas reais do contexto social. A avaliação do impacto da ação foi realizada por meio de observações diretas e registros reflexivos elaborados pelos membros da equipe, além de *feedbacks* informais fornecidos pelos profissionais das instituições, os quais destacaram a relevância da iniciativa e seus efeitos positivos sobre os idosos atendidos. Embora não previstos inicialmente, foram identificados efeitos colaterais benéficos, como o fortalecimento das relações entre a universidade e as instituições beneficiadas e a possibilidade de estabelecer parcerias futuras voltadas à atenção continuada à população idosa. A realização da atividade evidenciou o potencial transformador da universidade como agente social, reafirmando seu papel na promoção da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa e humanizada. Como afirmam Freire e Mendes (2017), a universidade precisa estar comprometida com a realidade em que está inserida, desenvolvendo ações que promovam a inclusão e a justiça social. A ação demonstrou que, com estrutura adequada, sensibilidade às realidades locais e envolvimento coletivo, é possível promover bem-estar e gerar impactos duradouros na vida das pessoas atendidas, contribuindo tanto para o desenvolvimento humano quanto para o fortalecimento do compromisso social da formação acadêmica.

Conclusão

A iniciativa descrita alcançou plenamente seus propósitos, evidenciando o comprometimento com a promoção da saúde e da qualidade de vida de idosos acolhidos em instituições de longa permanência no município de Montes Claros/MG. As

atividades desenvolvidas demonstraram a efetividade da aplicação dos princípios da administração na condução de projetos com foco social, fortalecendo a conexão entre a formação acadêmica e as práticas voltadas ao bem-estar coletivo. Os resultados obtidos reforçam a importância da continuidade e da ampliação de intervenções dessa natureza, visando maximizar os efeitos positivos gerados e permitir a replicação de estratégias exitosas em contextos com características similares. Dessa forma, a experiência contribui para consolidar uma atuação universitária socialmente responsável, fundamentada no planejamento estratégico e na gestão eficiente de recursos e ações.

Agradecimentos

Agradecemos à UNIFIPMoc pela infraestrutura e suporte acadêmico durante o desenvolvimento deste trabalho. Nossa gratidão especial à Professora Carolina Marlene Quintino Martins pela orientação e apoio constante. Também agradecemos às instituições São Vicente de Paula e Lar das Velhinhas pela colaboração essencial na ação social.

Referências

BATISTA, L. F.; COSTA, R. S. **Diagnóstico participativo e intervenção social: caminhos para a transformação comunitária**. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 9, n. 2, p. 45-58, 2018.
DRUCKER, P. F. **Desafios da gestão no século XXI**. São Paulo: Pioneira, 2011.
FREIRE, M.; MENDES, C. A **universidade e a responsabilidade social: perspectivas críticas**. Educação e Sociedade, v. 38, n. 141, p. 211-228, 2017.
SILVA, J. A.; ANDRADE, R. C. **Atividades recreativas e bem-estar em instituições de longa permanência**. Revista Psicogerontologia, v. 12, n. 1, p. 33-47, 2020.

PROMOÇÃO DE SAÚDE NA FEIRINHA DO SÃO JOSÉ

**Mateus Fernandes de Oliveira¹; Hugo Vieira Santos¹; Lucas Daniel Veloso Barbosa¹; Vynicius Silva Rocha¹;
Carolina Marlene Quintino Martins²** ¹ Acadêmicos do curso de Administração da instituição Unifipmoc
² Professor do curso de Administração da instituição Unifipmoc

Introdução

O projeto de extensão foi desenvolvido pelos alunos do curso de administração, tendo como base a proposta da ODS 3 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) – Saúde e Bem-Estar. A iniciativa tem como objetivo principal promover uma ação educativa que contribuiu para a melhoria da saúde física e mental dos feirantes da Feirinha do São José em Montes Claros -MG. Por meio de estratégias acessíveis e práticas, busca-se incentivar hábitos saudáveis no cotidiano dos trabalhadores, valorizando o cuidado com o corpo e a mente como elementos essenciais para uma melhor qualidade de vida.

Métodos

O projeto foi desenvolvido a partir de visitas técnicas realizadas entre os meses de abril e maio à Feirinha do São José, localizada em Montes Claros – MG. O objetivo dessas visitas foi observar a dinâmica do local, compreender a rotina dos feirantes e identificar os principais fatores que impactam a saúde e o bem-estar desses trabalhadores. Durante as visitas, foram percebidas condições estruturais inadequadas, como a ausência de bebedouros e banheiros, além de jornadas extensas, exposição constante ao sol e esforço físico contínuo. A visita aos feirantes permitiu o levantamento de demandas relacionadas à saúde física e mental. A partir dessa aproximação, foram definidas estratégias de intervenção alinhadas à realidade dos trabalhadores e aos princípios da ODS 3 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), voltadas à promoção da saúde por meio de ações acessíveis, simples e de baixo custo por meio de um processo de conscientização através de uma cartilha educativa. Houve a interação da comunidade de forma ativa demonstrando a relevância do projeto para a sociedade.

Desenvolvimento

Com base nas necessidades observadas durante as visitas técnicas, foi elaborada uma cartilha educativa com orientações práticas destinadas à melhoria da saúde física e mental dos feirantes. O material utilizou linguagem acessível e recursos visuais para facilitar a compreensão, destacando temas como alongamentos antes e depois da feira, hidratação ao longo do dia, pausas para descanso, uso de roupas adequadas, cuidados com o sono e valorização do autocuidado. Além disso, a cartilha incentivou o aproveitamento de espaços públicos para práticas saudáveis nos momentos de folga, como caminhadas e atividades ao ar livre em locais como o Parque do Sagarana, Parque Municipal e Parque das Mangueiras. Foram citados também projetos gratuitos de lazer e bem-estar promovidos pela prefeitura, como “Vida Ativa na Praça”, “Movimente-se” e “Dança na Praça”. Durante a aplicação do material, observou-se boa receptividade por parte dos feirantes, que demonstraram interesse nas orientações e reconheceram a importância de pequenas atitudes no dia a dia para melhorar a disposição e reduzir o estresse. No entanto, a rotina intensa dos trabalhadores se mostrou um desafio para a adoção imediata de algumas práticas. Diante disso, o conteúdo foi adaptado com uma abordagem mais prática e visual, priorizando ações que pudessem ser aplicadas de forma gradual e compatível com o cotidiano da feira. A experiência também proporcionou aprendizado significativo aos estudantes envolvidos, ao permitir a aplicação de conhecimentos acadêmicos em um contexto real. Essa vivência reforçou o papel da extensão universitária como elo entre a instituição de ensino e a comunidade, promovendo a saúde e o bem-estar por meio de ações educativas.

Conclusão / Considerações Finais

A ação atingiu seu propósito ao promover cuidados com a saúde entre os feirantes, por meio de orientações acessíveis, viáveis e compatíveis com sua rotina de trabalho. A elaboração do projeto permitiu uma maior compreensão das atividades desempenhadas pelos feirantes, bem como dos desafios enfrentados em seu cotidiano. Com base nos princípios da ODS 3 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), foram identificadas formas simples e gratuitas de promover a saúde física e mental, como alongamentos, hidratação, descanso e o acesso a serviços públicos de lazer. A proposta demonstrou que pequenas mudanças de hábito, quando incentivadas de maneira adequada, podem contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida.

Agradecimentos

Agradece-se aos feirantes da Feirinha do São José pela participação e colaboração durante a realização da ação de extensão, fundamentais para o desenvolvimento do projeto.

Referências

FERREIRA, F. M. P. B.; BRITO, I. S.; SANTOS, M. R. **Programas de promoção da saúde no ensino superior: revisão integrativa de literatura**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 71, n. sup1, p. 2529–2536, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/hHwQyZcyKmQ5yNj65kVymJS>. Acesso em: 21 maio 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS 3(Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) - Saúde e Bem-estar**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>. Acesso em: 21 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família**. Brasília: OPAS, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidado_condicoes_atencao_primaria_saude.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

BEM-ESTAR DENTRO DO AMBIENTE DE TRABALHO

Caio de Oliveira Campos¹; Pedro Lucas Lopes Borges ¹; Mateus Alkmim Vieira ¹; Victor Rocha Wanderley Alcântara¹; Luan Pedro Corrêa Carvalho¹; Carolina Marlene Quintino Martins².

¹ Acadêmico do curso de Administração da instituição UNIFIPMOC

² Professora do curso de Administração da instituição UNIFIPMOC

Introdução

O presente trabalho refere-se à apresentação realizada na empresa Gráfica Amazonas, redigida no contexto de um projeto de extensão universitário. Teve-se como proposta principal a promoção da saúde mental, enfatizando a responsabilidade das empresas em criar espaços que valorizem o bem-estar do colaborador. A proposta justifica-se pela crescente preocupação em desenvolver estratégias que promovam qualidade de vida para os colaboradores, devido ao impacto positivo na produtividade e satisfação dos mesmos.

Métodos

O projeto de extensão desenvolvido na Gráfica Amazonas foi uma intervenção voltada para a promoção do bem-estar empresarial. O público-alvo foram colaboradores de diferentes setores da companhia, contemplando diferentes funções. A ação ocorreu no período de Abril de 2025, durante o qual foram realizadas atividades de sensibilização e distribuição de materiais informativos.

Durante as atividades foram destacadas práticas que contribuem para a saúde física e mental dentro do ambiente de trabalho. Para alcançar esse propósito, foram desenvolvidas estratégias que incluíam a elaboração de panfletos informativos e sua distribuição na empresa, abordando temas como práticas ergonômicas e gestão de estresse. A participação dos colaboradores foi incentivada através de convites divulgados previamente, em comunicados internos. Os trabalhadores puderam interagir com os materiais e discutir as práticas sugeridas. Como ferramenta de avaliação, utilizou-se um questionário aplicado ao final da iniciativa, com perguntas relacionadas à percepção dos trabalhadores sobre a importância das práticas apresentadas. Foram coletados dados qualitativos sobre o entendimento e a aceitação das práticas sugeridas, além de sugestões para futuras iniciativas.

Desenvolvimento

Durante a realização do projeto, foram desenvolvidas ações educativas com os colaboradores da Gráfica Amazonas, abordando temas como estresse ocupacional, ansiedade, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e estratégias de autocuidado. As atividades foram conduzidas de forma participativa, buscando ouvir as demandas dos trabalhadores e promover um espaço de escuta ativa e acolhimento. Além disso, foram fornecidas orientações práticas sobre como lidar com situações de sobrecarga emocional no ambiente de trabalho, destacando a importância da comunicação assertiva e do apoio entre colegas. A iniciativa também incentivou a gestão da empresa a refletir sobre a criação de políticas internas voltadas à saúde mental, reforçando o papel institucional na construção de um ambiente psicologicamente seguro e saudável. Os resultados observados com a ação de extensão demonstraram um impacto significativo na conscientização dos colaboradores sobre a importância da saúde no ambiente de trabalho. Todos os funcionários participaram ativamente das atividades propostas, interagindo com o material informativo e compartilhando percepções pessoais sobre os temas abordados. Os principais aprendizados obtidos com a execução do projeto incluem a importância de envolver líderes e representantes de equipe para aumentar o engajamento. Além disso, observou-se que ações práticas e diretamente aplicáveis ao contexto de trabalho tendem a ter melhor aceitação por parte dos colaboradores. A contribuição acadêmica e social deste projeto reside na integração entre a universidade e a comunidade empresarial, promovendo o desenvolvimento de práticas que valorizam o bem-estar dos trabalhadores. A experiência proporcionou aos alunos envolvidos a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos na prática, ao mesmo tempo em que fortaleceu a responsabilidade social da instituição de ensino. Outro benefício adicional observado foi o fortalecimento dos vínculos interpessoais entre os colaboradores. A participação nas atividades do projeto proporcionou momentos de interação e troca de experiências, promovendo um ambiente mais colaborativo e empático no dia a dia da empresa. Essa melhoria no clima organizacional refletiu-se em uma comunicação mais aberta entre as equipes e em um aumento do senso de pertencimento, fatores essenciais para a construção de uma cultura organizacional mais saudável e integrada.

Conclusão/ Considerações finais

Os resultados obtidos com a realização da ação de extensão na Gráfica Amazonas demonstram que os objetivos propostos foram atingidos de maneira eficaz. O impacto positivo sobre os colaboradores é evidente, especialmente no que diz respeito à conscientização sobre práticas de saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. A continuidade e ampliação do projeto são aspectos importantes para garantir que os efeitos positivos perdurem no cotidiano dos trabalhadores. A receptividade da empresa e o engajamento dos colaboradores indicam que há um caminho promissor para consolidar ações contínuas de promoção da saúde ocupacional. Dessa forma, reafirma-se a relevância de projetos de extensão que aliem formação acadêmica e responsabilidade social, criando um impacto positivo e duradouro.

Agradecimentos

Agradecemos aos colaboradores da Gráfica Amazonas pelo acolhimento e pela participação ativa durante o desenvolvimento do projeto. Agradecemos especialmente ao Sr. Helbert Silva pelo apoio logístico e pela disposição em colaborar com a divulgação das atividades. Também expressamos nossa gratidão a Professora Carolina Marlene Quintino Martins, que forneceu valiosas contribuições intelectuais para a estruturação e execução desta intervenção.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
MORETO, A. C. Promoção da saúde no ambiente de trabalho: estratégias e desafios. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 30, n. 101, p. 45-53, 2024.
ANDRADE, T.; CARDOSO, M.; SIQUEIRA, R. Ergonomia no ambiente corporativo. São Paulo: Editora Atlas, 2023.

PROPÓSITOS DOS EIXOS PROPOSTOS NA ADEÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

João Vitor de Aguiar Paulucio¹; Elaine Cristina Gomes da Silva²
¹ Acadêmico de Agronomia da Universidade Federal do Espírito Santo
² Professora de Administração na Universidade Federal do Espírito Santo

Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável está cada vez mais presente no planeta, sendo este definido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Nessa perspectiva, medidas vêm sendo criadas a fim de alcançar a sustentabilidade. Dentre essas medidas, destaca-se a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), criada em 1999 e premiada pela Organização das Nações Unidas em 2002 como “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017). A A3P consiste em um plano de gestão que busca promover a responsabilidade socioambiental e integrar critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública, sendo um programa de caráter voluntário, destituído de natureza impositiva e regulatória (REIS; MODESTO, 2023). Dessa forma, a A3P é um programa que vem se tornando essencial para o desenvolvimento sustentável nas instituições públicas, contribuindo com a economia e eficiência na alocação de recursos públicos; mitigação dos impactos socioambientais advindos das atividades públicas; estimulação da transição para novos modelos de produção e consumo; promoção da conscientização no combate ao desperdício; e capacita a instituição a servir de exemplo para outras instituições (ROSA et al., 2019). Nesse sentido, contribuindo com o desenvolvimento sustentável, as universidades públicas “se apresentam como responsáveis diretas pela implementação de uma cultura ambientalmente sustentável, seja em seus componentes curriculares, seja em suas práticas administrativas” (SANTOS et al., 2024, p. 6). A adesão ao Programa A3P representa para as universidades públicas uma oportunidade de transformação da sua gestão. Ao implementar a A3P, a universidade pública demonstra à comunidade universitária e à sociedade em geral que a adoção de diretrizes socioambientais promove a otimização do uso de recursos, a redução de impactos ambientais e a melhoria da qualidade de vida (MMA, 2017). Considerando as recentes mudanças ocorridas nos critérios para a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P proposto pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e que as universidades públicas terão que se reajustar a esses novos critérios, este trabalho tem como objetivo levantar os eixos antigos e os novos da A3P, descrevendo seus respectivos propósitos e modificações.

Métodos

Este estudo classifica-se como exploratório, com abordagens qualitativa e quantitativa. Trata-se, também, de uma pesquisa documental e descritiva, cujos dados e informações para análise foram obtidos por meio das publicações oficiais no site do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Foram analisados os eixos temáticos da A3P, que são as áreas de atuação definidas pelo programa para guiar as instituições públicas na implementação de práticas de sustentabilidade. A A3P está estruturada em eixos temáticos, que foram elaborados com base na política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar (MMA, 2017). Foi realizado o levantamento dos eixos “antigos” da A3P, propostos em 1999, e dos eixos “novos”, que foram modificados no ano de 2014, fazendo comparação entre as modificações desses eixos. Destaca-se que este trabalho faz parte de um Projeto de Iniciação Científica da Ufes, vinculado ao Projeto de pesquisa “Análise do Processo de Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública A3P e Elaboração de um Modelo de Diagnóstico como Proposta para a Adesão da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES”.

Desenvolvimento

A A3P é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente surgida em 1999, com o objetivo de promover a revisão dos modelos de produção e consumo vigentes, bem como a incorporação de novos parâmetros de sustentabilidade ambiental nas organizações da administração pública. Como resultado deste estudo, os Quadros 1 e 2 apresentam a descrição completa dos eixos antigos e dos eixos novos da A3P, apontando, sucintamente, os seus respectivos propósitos. Em discussão, após análise, observou-se que o eixo “Licitações sustentáveis” passou por modificações, integrando-se em um conceito mais amplo, sendo este o eixo que se refere às compras públicas, que engloba as contratações sustentáveis, mas também abrange todo o ciclo de vida da aquisição. No entanto, o objetivo continua o mesmo, de incentivar a administração pública a buscar por critérios socioambientais em suas aquisições. O eixo de “Construções sustentáveis” foi adicionado a A3P, visto que não possuía um eixo específico para essa área, que apresenta grande potencial de causar impactos ambientais. Este eixo possui como objetivo promover e orientar a adoção de práticas e critérios de sustentabilidade em todas as etapas do ciclo de vida das edificações da administração pública. Convém destacar que, mesmo com as mudanças dos eixos, o objetivo de implementação da A3P se manteve o mesmo, de promover a responsabilidade socioambiental e integrar critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública.

Conclusão/ Considerações finais

Foram levantados e analisados os 5 (cinco) eixos antigos da proposta inicial de adesão da A3P (ano de 1999) e os 6 (seis) eixos atuais (modificados no ano de 2014). Após análise, observou-se que houve mudança apenas em 1 (um) eixo, o de “Licitações sustentáveis”, que deixou de existir e foi substituído por 2 (dois) eixos novos, sendo eles denominados como “Compras públicas sustentáveis” e “Construções sustentáveis”. No restante dos eixos, não houveram alterações.

Agradecimentos

À Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, pela oportunidade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - Fapes, pelo financiamento do projeto.

Referências

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Cartilha A3P: Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas**, 2017. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: maio 2025.

REIS, Raimundo; MODESTO, Matheus. Políticas públicas ambientais: uma análise das ações socioambientais adotadas em uma instituição federal de ensino superior baseada em indicadores da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i6.41982. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41982>. Acesso em: maio 2025.

ROSA, Luciana; GOMES, Clandia; BARBIERI, Larissa; RODRIGUES, Maria Martins; KNEIPP, Jordana. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA A3P: UMA ANÁLISE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA / RS. **Revista GESTO**, Santo Ângelo, v. 7, n. 1, p. 51-64, 2019. DOI: 10.31512/gesto.v7i1.2952. Acesso em: maio 2025.

SANTOS, Arnaldo Nogueira dos; BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira; SUMIYA, Lilia Asuca; BRELAZ, Gabriela de. Gestão ambiental sustentável em uma universidade pública federal sob a perspectiva do UI GreenMetric. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-37, 2024. DOI: 10.5585/2024.23013. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/23013>. Acesso em: maio 2025.

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – RESUMOS

SIMPLES

Cecilia Melo Franco Mangolin ¹; Maria Fernanda Marques Aguiar¹; Mariana Alves Maldonado ¹; Ingrid Patricia Alves Machado ¹; Maria Tereza Viana ¹; Vitoria Caroline Mendes Cardoso ¹; Gustavo Souza Santos².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc /Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc /Afya

O relato se trata de uma pesquisa sobre como é morar nos bairros de Montes Claros, sendo o Santa Rita 1 o principal alvo de pesquisa. A experiência buscou identificar e analisar aspectos urbanísticos, sociais e ambientais do bairro, a fim de propor reflexões e possíveis melhorias que valorizem o espaço e beneficiem a comunidade local, conscientizar a população dos impactos ambientais e mostrar soluções para amenizá-los com atividades cotidianas. A atividade foi realizada no dia 18 de março de 2025, durante a visita foi feita a observação direta do bairro, levantamento de informações e coleta de dados sobre suas características urbanas. A pesquisa revelou que o bairro é predominantemente habitado por pessoas idosas, apresentando um número reduzido de crianças e adolescentes. Em sua maioria, o bairro é agradável e organizado, contando com praças, igrejas, padarias, restaurantes e outros comércios locais. No entanto, foram identificados problemas pontuais, como a presença de lixo e poluição na praça Idalina de Alvarenga Lopes. O principal objetivo da ação foi promover a conscientização sobre o espaço urbano, incentivando o senso crítico, a percepção do entorno e o desejo de transformação social por meio do urbanismo. A relevância da ação para a comunidade reside no fato de estimular o olhar dos jovens para a cidade, fortalecendo o papel do arquiteto urbanista como agente transformador do espaço. Como ferramentas de avaliação, foram utilizados registros fotográficos, anotações de campo e rodas de conversa, permitindo uma análise crítica dos problemas e potencialidades do bairro. Durante a visita técnica ao bairro Santa Rita I, foi observado que o bairro apresenta perfil predominantemente residencial, com organização urbana satisfatória e presença de infraestrutura básica como padarias, escolas, praças, comércios e empreendimentos variados, incluindo áreas de serviço e estética. Identificou-se, no entanto, uma carência significativa de espaços voltados especificamente ao público jovem e infantil, como áreas esportivas e equipamentos de lazer. A maioria da população local é composta por idosos, mas a presença de adolescentes e crianças, mesmo em menor número, reforça a importância de planejar espaços inclusivos e seguros para todas as faixas etárias. A poluição identificada em uma das praças aponta para a necessidade de ações de educação ambiental e manutenção contínua dos espaços públicos. A ação de extensão realizada no bairro Santa Rita I atingiu seu objetivo principal ao promover a conscientização sobre o espaço urbano. A visita de campo evidencia que, embora o bairro seja bem estruturado e conte com diversos comércios e espaços públicos, ainda carece de áreas de lazer voltadas ao público jovem e infantil, além de apresentar pontos específicos com acúmulo de lixo. A atividade permite refletir sobre os desafios e as potencialidades do território, reforçando o papel do arquiteto urbanista como agente de mudança. Agradecemos a cada adolescente que participou da pesquisa, contribuindo com suas percepções e vivências para a construção deste trabalho. Nosso reconhecimento especial vai ao professor que nos auxiliou com maestria ao longo de todo o processo, oferecendo orientação e apoio fundamentais. Estendemos também nossa gratidão aos colegas membros da equipe, cujo comprometimento, empenho e colaboração tornaram possível a realização desta experiência enriquecedora.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

Referencias:

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2006. GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013. JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. MARICATO, Erminia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011. VILLAÇA, Flávio. O que é urbanismo. São Paulo: Brasiliense.



COMPREENDENDO SISTEMAS HIDRÁULICOS POR MEIO DA PRÁTICA PROJETUAL

ZUBA, Ester Cristine Souza¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do²;

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A compreensão prática dos sistemas hidráulicos residenciais é essencial para a formação do arquiteto, pois o bom funcionamento das instalações impacta diretamente a qualidade de vida dos usuários. A atividade de dimensionamento hidráulico, proposta na disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP, proporcionou um aprofundamento nos conceitos técnicos, possibilitando a aplicação de normas e práticas de projeto à realidade das edificações residenciais. **Objetivos:** O objetivo da atividade foi capacitar os acadêmicos a realizarem o dimensionamento das tubulações com base na norma brasileira NBR 5626:2020, aplicando esse conhecimento à análise de um ambiente real — a exemplo o banheiro de uma residência. **Métodos:** A atividade teve início com a identificação do tipo de edificação. Posteriormente, foram detectados os pontos hidráulicos presentes no banheiro, como lavatório, chuveiro, ducha higiênica e vaso sanitário. Em seguida, foram levantados as distâncias entre esses pontos e o reservatório de água. Com base nos dados coletados, foi realizado um dimensionamento hipotético do diâmetro ideal das tubulações, utilizando as tabelas fornecidas pela NBR 5626. Essas tabelas relacionam o diâmetro interno das tubulações à quantidade total de Unidades de Carga (UC) e ao comprimento do ramal, servindo como referência para a escolha do diâmetro adequado para cada trecho da instalação. Além disso, foram feitos testes com o registro geral, permitindo entender o funcionamento da pressão e da vazão da água. **Resultados:** A experiência permitiu uma compreensão mais clara sobre o funcionamento dos sistemas hidráulicos, destacando a relação entre pressão, vazão e simultaneidade de uso. Ao observar e analisar o banheiro da residência, foi possível identificar pontos críticos da instalação e propor melhorias técnicas com base no dimensionamento adequado. A atividade também evidenciou a importância de uma escolha correta dos pontos de registro e o impacto de um bom dimensionamento das tubulações para o bom desempenho do sistema hidráulico. **Considerações Finais:** A atividade de dimensionamento hidráulico proporcionou um aprendizado prático e aplicável, permitindo o desenvolvimento de habilidades técnicas essenciais. A análise de um ambiente doméstico existente facilitou a internalização dos conceitos aprendidos e reforçou a importância do cumprimento das normas técnicas para garantir a eficiência e segurança das instalações hidráulicas.

Palavras-chave: Dimensionamento hidráulico. Normas técnicas. Banheiro residencial.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Instalações prediais de água fria: projeto, execução, operação e manutenção*. NBR 5626, 2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

Resumo oriundo de atividade prática da Matéria Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

O IMPACTO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NO CONFORTO E NA FUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS

Isadora Colares Batista de Moura¹; Larissa Gabrielly Ribeiro Cruz ¹; Mariana Cristina Oliveira do Rosário ²

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc

RESUMO: As instalações elétricas são componentes fundamentais em qualquer edificação, mas seu papel vai muito além da distribuição de energia. Um projeto elétrico bem elaborado tem impacto direto no conforto, na funcionalidade, na segurança e até na estética dos espaços arquitetônicos. Por isso, é imprescindível a integração do projeto arquitetônico ao projeto elétrico. A partir disso, a presença de um sistema elétrico eficiente garante aos usuários o uso adequado de equipamentos essenciais ao dia a dia, como iluminação, ventiladores, ar-condicionado, aquecedores eletrodomésticos e dispositivos eletrônicos. Além disso, a boa distribuição de tomadas, interruptores e pontos de iluminação garante aos usuários praticidade, bem-estar e funcionalidade. Torna-se essencial que o projeto elétrico siga a norma brasileira NBR5410, a fim de minimizar os riscos de acidentes relacionados às instalações, garantindo a segurança dos usuários. Um bom projeto não apenas reduz o consumo de energia e os custos operacionais, como também contribui para construções mais sustentáveis e conscientes. As instalações elétricas são invisíveis à primeira vista, mas determinantes para a experiência dos usuários dentro de um espaço arquitetônico. Um projeto eficiente melhora o conforto térmico e visual, aumenta a funcionalidade dos ambientes, garante segurança e contribui com práticas sustentáveis. Assim, a integração entre arquitetura e engenharia elétrica é essencial para construções mais completas, inteligentes e preparadas para o futuro.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Arquitetura Sustentável do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya

INTEGRAÇÃO ENTRE PROJETO ARQUITETÔNICO E PROJETO ELÉTRICO

Abraão Matheus Martins Araújo

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc

2 Professora Mariana – Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc

RESUMO: A integração entre o projeto arquitetônico e o projeto elétrico é fundamental para garantir que uma edificação seja funcional, segura e eficiente. No entanto, essa integração enfrenta diversos desafios, como a falta de comunicação entre as equipes, mudanças tardias no projeto, incompatibilidades técnicas e problemas de dimensionamento da infraestrutura elétrica. A falta de alinhamento entre arquitetura e elétrica pode resultar em retrabalhos, desperdício de material, problemas de instalação e altos custos com manutenção. Para superar esses desafios, é essencial que arquitetos e engenheiros eletricitas trabalhem de forma integrada desde o início do projeto. O planejamento conjunto permite que questões estéticas e técnicas sejam adequadamente resolvidas. Além disso, o uso de tecnologias como o BIM (Modelagem da Informação da Construção) facilita a visualização de conflitos e melhora a compatibilidade entre os diferentes sistemas do projeto. A realização de reuniões periódicas de compatibilização e a previsão de futuras mudanças nas necessidades do espaço também são práticas recomendadas. A integração eficiente entre os dois projetos resulta em ambientes mais bem planejados, que aliam estética, funcionalidade e segurança, atendendo melhor às necessidades dos usuários. O sucesso de uma construção depende da harmonia entre forma e desempenho técnico, destacando a importância de um trabalho colaborativo e bem coordenado.

Palavras-chave: integração, projeto arquitetônico, projeto elétrico, BIM, comunicação, compatibilização.

A LEGISLAÇÃO URBANA COMO FUNDAMENTO DA MORFOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES

FERREIRA, Iasmin Antunes ¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do².

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

² Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

Introdução/Justificativa: Desde as primeiras civilizações até as smart cities contemporâneas, a legislação urbana é a base invisível que estrutura os espaços onde vivemos, trabalhamos e circulamos. Com o crescimento desordenado, as desigualdades sociais e as transformações ambientais, torna-se essencial entender como as leis moldam a cidade. De acordo com Villaça (2001), “a legislação urbanística pode tanto combater quanto reforçar desigualdades”, tendo isso em vista, é essencial entender o papel da lei na organização dos espaços. **Objetivo(s):** Analisar como a legislação urbana influencia a morfologia das cidades, destacando instrumentos como plano diretor, zoneamento, regularização fundiária e sua relação com a inclusão social e inovação urbana. **Métodos:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão teórica com base em conteúdos acadêmicos e leis vigentes, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). **Resultados:** Verificou-se que os instrumentos legais previstos na legislação urbana exercem papel fundamental na organização e estruturação do espaço urbano: o plano diretor atua orientando o crescimento ordenado das cidades, enquanto o zoneamento delimita os usos e funções do solo, determinando o que pode ser construído, onde e sob quais condições, ambos impactam diretamente a morfologia urbana, influenciando a densidade, a distribuição das atividades e a configuração das áreas habitadas. Ademais, a regularização fundiária é essencial para a promoção da justiça social, ao possibilitar o reconhecimento legal de assentamentos informais e o acesso à moradia digna para populações marginalizadas. Já no contexto das cidades inteligentes, a legislação incorpora mecanismos que estimulam a inovação, através da coleta e gestão de dados urbanos e a integração tecnológica nos serviços públicos, promovendo maior eficiência administrativa e ampliando a participação dos cidadãos. Em contrapartida, a falta de leis claras ou sua má aplicação resulta em segregação, deslocamentos excessivos e perda de qualidade de vida. **Considerações Finais/Conclusões:** A legislação urbana é mais do que um conjunto técnico de regras, é uma ferramenta de transformação social e espacial que, quando bem aplicada, pode tornar as cidades mais inclusivas, sustentáveis e democráticas. Desse modo, compreender esses mecanismos é essencial para formar cidadãos conscientes e profissionais preparados para atuar no futuro das cidades.

Palavras-chave: Legislação, cidades, planejamento.

Referências:

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
BRASIL. **Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2025

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA UMA CONSTRUÇÃO EFICIENTE

AGUIAR, Maria Clara Maureni ¹; CAMPOS, Elisa Oliva ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ³.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

³ Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: O projeto hidrossanitário tem papel fundamental na garantia do funcionamento adequado das instalações de uma edificação. Ele é responsável por conduzir a água potável até os pontos de uso e direcionar corretamente o esgoto, além de possibilitar o uso consciente da água da chuva. Um projeto bem elaborado evita problemas como vazamentos, entupimentos e mau cheiro, promovendo mais conforto, higiene e economia. Além de ser uma exigência legal, sua correta execução contribui para a preservação ambiental e para a durabilidade da construção. **Objetivo(s):** Este estudo tem como objetivo analisar a importância do projeto hidrossanitário no desenvolvimento de construções seguras, econômicas e funcionais. A pesquisa destaca como a organização das redes de água fria, esgoto e águas pluviais contribui para o desempenho eficiente da edificação, reduzindo falhas futuras e custos com manutenção. **Métodos:** A metodologia foi baseada na análise de manuais técnicos, normas da ABNT e práticas de planejamento de sistemas hidrossanitários. Foram abordadas as etapas de instalação dos sistemas hidráulico e sanitário, assim como a necessidade de compatibilização do projeto hidrossanitário com os demais projetos da construção, garantindo a integração adequada de todos os sistemas. **Resultados:** Os resultados indicam que a elaboração correta do projeto hidrossanitário evita falhas frequentes nas construções, como infiltrações, vazamentos, entupimentos e reformas inesperadas. O estudo também mostra que o planejamento antecipado promove uma obra mais eficiente e sustentável, com economia de recursos e maior segurança para os usuários. Além disso, garante a durabilidade das instalações ao longo do tempo e facilita futuras manutenções, evitando intervenções emergenciais e prejuízos estruturais mais graves. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto hidrossanitário é um dos elementos mais importantes para a funcionalidade e qualidade de qualquer edificação. Ele deve ser realizado por profissionais capacitados, com base em normas técnicas e de forma integrada aos demais projetos da obra, como o estrutural, o elétrico e o de prevenção contra incêndios. Ao investir em um projeto hidrossanitário bem planejado, garantem-se conforto, segurança, economia e sustentabilidade, tanto na execução quanto na manutenção da edificação, tornando-se assim essencial para o sucesso da construção.

Palavras-chave: Projeto hidrossanitário; Instalações hidráulicas; Construção civil.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626:1998 – Instalação predial de água fria.** Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://ecivilufes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/nbr-05626-1998-instalac3a7c3a3o-predial-de-c3a1gua-fria.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

EPEC. **Projeto hidrossanitário: por que é importante possuir um?** Disponível em: <https://epec-ufsc.com.br/projeto-hidrossanitario/projeto-hidrossanitario-por-que-e-importante-possuir-um/>. Acesso em: 19 abr. 2025.

TETREES. **Sistemas prediais de esgoto sanitário.** Engenharia Civil, Arquitetura, Design de Interiores, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://tetrees.wordpress.com/2024/03/25/instalacoes-prediais/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Resumo oriundo de atividades de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP da UNIFIPMoc/Afya

IMPACTOS AMBIENTAIS DA LEGISLAÇÃO URBANA MODERNA NO BRASIL

AGUIAR, Maria Clara Maureni 1; CAMPOS, Elisa Oliva 2; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do 3.
1 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya
2 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya
3 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A legislação urbana moderna surgiu como resposta à urbanização acelerada do século XX, com o objetivo de organizar o espaço urbano de forma mais funcional, socialmente justa e ambientalmente responsável. A introdução de normas urbanísticas permitiu o planejamento de cidades mais equilibradas, com a criação do zoneamento urbano e o conceito de cidade-jardim. A valorização dos espaços públicos também se consolidou nesse contexto, promovendo a criação de praças, parques e áreas de lazer. Essa legislação, ao considerar aspectos ambientais, tornou-se ferramenta essencial para mitigar os impactos negativos do crescimento urbano desordenado. **Objetivo(s):** Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da legislação urbana moderna sobre o meio ambiente, com ênfase nos princípios e diretrizes adotados ao longo do século XX. A pesquisa investiga como mecanismos como o zoneamento, a setorização urbana, a verticalização e o conceito de cidade-jardim influenciaram a organização urbana, a preservação de áreas verdes e a qualidade ambiental nas cidades. **Métodos:** A metodologia utilizada baseia-se na análise de artigos, fundamentos teóricos e obras de referência relacionados ao urbanismo moderno e à legislação urbana brasileira do século XX. Foram examinados os principais exemplos de projetos urbanos influenciados por essas diretrizes, como o bairro Jardins em São Paulo e o Plano Piloto de Brasília. **Resultados:** A pesquisa indica que a legislação urbana moderna proporcionou avanços na proteção ambiental ao promover o uso racional do solo, a criação de áreas verdes e o controle da densidade urbana. Tais diretrizes incentivaram o crescimento planejado das cidades. No entanto, também foram identificados efeitos negativos, como a separação funcional dos espaços urbanos e o privilégio ao automóvel, que contribuíram para a poluição e a diminuição da qualidade de vida nos centros urbanos. **Considerações Finais/Conclusões:** A legislação urbana moderna representa um marco no desenvolvimento de cidades mais organizadas e ambientalmente conscientes. Embora tenha promovido avanços significativos no planejamento urbano e na preservação ambiental, seus impactos negativos apontam a necessidade de reflexão sobre os princípios modernistas. A integração entre mobilidade sustentável, uso misto do solo e áreas verdes deve ser considerada para promover o equilíbrio ecológico e social nas cidades.

Palavras-chave: Urbanismo moderno; Legislação urbana; Planejamento ambiental.

Referências:

SCHMIDT, Carla Simone; FERRONATO, Denise Cristine. **O urbanismo moderno e a legislação urbana: a cidade como espaço de disputa.** *Ágora (UNISC)*, v. 22, n. 1, p. 88-103, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/18328/11271>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ARCHDAILY. **Afinal, por que ainda falamos sobre o modernismo?** 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925778/afinal-por-que-ainda-falamos-sobre-o-modernismo>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Resumo oriundo de atividades de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

LEGISLAÇÃO URBANA COMO FERRAMENTA DE PROJETO: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA ARQUITETÔNICA CONTEMPORÂNEA

Souza, Maria Eduarda ¹; Araújo, Vinicius ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

Introdução/Justificativa: O domínio da legislação urbana é indispensável para que arquitetos desenvolvam projetos que sejam não apenas criativos e funcionais, mas também legalmente viáveis e socialmente responsáveis. Leis como o Plano Diretor, os Códigos de Obras e as normas de uso e ocupação do solo regulam diretamente o fazer arquitetônico e urbanístico. Ignorar esses instrumentos pode comprometer a aprovação de projetos, gerar irregularidades e prejuízos aos clientes. A disciplina de Legislação Urbana proporcionou uma base fundamental sobre os dispositivos legais que moldam a cidade, capacitando os estudantes a projetar de forma mais consciente, alinhada às diretrizes urbanas e ambientais dos municípios. **Objetivo(s):** Compreender a relevância da legislação urbana no exercício profissional do arquiteto e relacionar os conteúdos estudados com a prática projetual, entendendo como as normas auxiliam para o bem-estar coletivo. **Métodos:** A metodologia do estudo envolveu aulas expositivas e análises dirigidas de legislações específicas, como o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano e o Código de Obras do município. Foram realizados debates sobre os impactos dessas normas no desenho urbano e na produção da cidade. **Resultados:** A análise prática dos dispositivos legais evidenciou que o conhecimento aprofundado da legislação urbana permite ao arquiteto antecipar restrições, otimizar propostas e evitar retrabalhos. Compreender as diretrizes legais é essencial para garantir a aprovação dos projetos e atuar de maneira ética e responsável na transformação do espaço urbano. A atividade demonstrou, ainda, que a legislação não é um entrave criativo, mas uma ferramenta que orienta a construção de cidades mais justas, seguras e organizadas. Reforçou-se a importância de o arquiteto se posicionar como agente ativo na leitura e interpretação das leis, atuando de forma crítica diante das dinâmicas urbanas e dos interesses públicos e privados. **Considerações Finais/Conclusões:** O arquiteto que domina os aspectos legais do território está mais apto a projetar com responsabilidade, respeitando os limites legais e potencializando as possibilidades construtivas dentro das normas. A disciplina de Legislação Urbana foi fundamental para aproximar o aluno da prática profissional, demonstrando que o conhecimento técnico não se restringe à forma e à técnica construtiva, mas também ao entendimento das estruturas legais que regulam o espaço.

Palavras-chave: Legislação Urbana; Planejamento Territorial; Plano Diretor.

Referências:

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.766/1979 – Parcelamento do Solo Urbano.**

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

HIDRÁULICA: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO TÉCNICO PARA A EFICIÊNCIA DOS PROJETOS

Souza, Maria Eduarda ¹; Araújo, Vinicius ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

Introdução/Justificativa: O conhecimento em instalações hidráulicas é essencial para que arquitetos desenvolvam projetos funcionais, uma vez que os aspectos estruturais precisam funcionar para que a estética possa entrar posteriormente. Apesar de subestimada, a compreensão dos sistemas de abastecimento e esgotamento influencia diretamente a qualidade do ambiente construído, a durabilidade e o bem-estar dos usuários. Nesse sentido, em sala, a disciplina de Hidráulica proporcionou uma base técnica sólida, capaz de embasar decisões projetuais mais assertivas e compatíveis com as exigências de desempenho existentes. **Objetivo(s):** Desenvolver a compreensão crítica e prática dos sistemas hidráulicos, com o intuito de aplicar esse conhecimento em demandas reais do mercado. **Métodos:** Foram realizados debates em sala de aula, com revisão bibliográfica sobre os fundamentos das instalações prediais. A experiência foi complementada com um trabalho prático, considerando as instalações hidráulicas de um banheiro residencial. A proposta possibilitou compreender as dimensões e os trajetos das tubulações de água fria e esgoto, conforme as diretrizes estabelecidas pelas normas técnicas da ABNT, como a NBR 5626:2020 e a NBR 8160:1999. **Resultados:** Ao avaliar, na prática, as instalações de um banheiro real, foi possível observar como falhas no planejamento hidráulico podem comprometer a funcionalidade do ambiente, gerar gastos desnecessários e dificultar manutenções futuras. A vivência prática permitiu associar os conteúdos estudados, como o dimensionamento dos tubos, os tipos de conexões e as declividades exigidas para o bom escoamento, com os desafios encontrados na execução da obra. Essa compreensão torna o arquiteto mais capacitado a dialogar com engenheiros e técnicos, contribuindo para projetos mais integrados e eficientes. **Considerações Finais/Conclusões:** O arquiteto que domina os aspectos técnicos das instalações hidráulicas contribui significativamente para a qualidade e viabilidade do projeto. A experiência prática proporcionada pela disciplina fortalece a formação profissional, aproximando o aluno da realidade do canteiro de obras e do mercado, que cada vez mais valoriza profissionais multifuncionais e comprometidos com a técnica, a economia e a sustentabilidade.

Palavras-chave: Hidráulica, Projeto Hidrossanitário, Eficiência Construtiva.

Referências:

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5626: Instalação predial de água fria — Projeto, execução e manutenção. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execução. Rio de Janeiro, 1999.

CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP da UNIFIPMoc-Afya.

LEGISLAÇÃO URBANA E A MORFOLOGIA DAS CIDADES

SILVA, Marco Antônio dos Santos¹; CRUZ, Adilson Chaid Alvez da²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira dos³.

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução/Justificativa: A legislação urbana constitui-se como um conjunto de normas que regulam o uso e a ocupação do solo, a construção civil e o desenvolvimento das cidades. Ao estabelecer diretrizes sobre os parâmetros urbanísticos, como zoneamento, recuos, gabaritos e coeficientes de aproveitamento, busca-se garantir um crescimento ordenado, sustentável e funcional do espaço urbano. O entendimento desses dispositivos é essencial para que arquitetos, urbanistas e a população em geral compreendam os limites e possibilidades legais de intervenção no território. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a relevância da legislação urbana e seu impacto na configuração e no crescimento das cidades. **Método:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e documental, abordando os principais instrumentos legais que compõem a legislação urbanística brasileira, com foco em como essas normas orientam o planejamento urbano e a aprovação de projetos arquitetônicos. Foram também analisadas fontes digitais e jurídicas, de acesso público, que esclarecem os mecanismos legais de controle e ordenamento urbano. **Resultados:** A conformidade com a legislação urbana não apenas legitima as intervenções no espaço construído, como

Também promove a valorização do trabalho técnico dos profissionais da área. Ao respeitar as normas estabelecidas, garante-se maior segurança, funcionalidade e harmonia nas edificações e no tecido urbano como um todo. O conhecimento e aplicação adequada dessas normas refletem diretamente na qualidade de vida da população e na construção de cidades mais inclusivas e eficientes. **Conclusão:** A legislação urbanística exerce papel fundamental na modelagem das cidades, influenciando diretamente sua morfologia e sua dinâmica de crescimento. Seu uso consciente contribui para uma ocupação mais equilibrada do solo urbano, compatível com os princípios de sustentabilidade e justiça social.

Palavras-chave: Legislação urbana. Planejamento urbano. Desenvolvimento territorial.

Referências:

MIGALHAS. **O que é legislação urbanística.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/362200/o-que-e-legislacao-urbanistica>. Acesso em: 23 fev. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Direito Urbanístico I.** Cadernos Jurídicos. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/du%20i%207.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

ILUMINAÇÃO E PERCEPÇÃO ESPACIAL: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA NA LOJA LUZMOC ILUMINAÇÃO.

Abraão Matheus Martins Araújo¹; Dara Gabriely Mendes Ferreira ¹; Isadora Colares Batista de Moura¹; Larissa Gabrielly Cruz¹; Letícia Gabrielly Silva Barbosa Santos ¹; Paula de Lima Sousa Alcântara ².

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya.

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya.

RESUMO: No contexto das disciplinas de Paisagismo e Arquitetura de Interiores, os alunos do 5º período de Arquitetura e Urbanismo realizaram uma vistoria técnica à loja LuzMoc Iluminação, com o objetivo de aprofundar o conhecimento prático sobre os diversos tipos de luminárias e suas aplicações em ambientes internos e externos. Durante a visita, foi possível observar uma ampla variedade de soluções em iluminação, desde peças decorativas até sistemas técnicos de luz, o que permitiu uma análise direta de como a iluminação influencia na percepção espacial, no conforto visual e na funcionalidade dos ambientes. A abordagem prática proporcionou a oportunidade de compreender conceitos como temperatura de cor, intensidade luminosa, efeitos de luz direta e indireta, além da adequação entre tipos de luminárias e os usos dos espaços. A visita reforçou a importância da iluminação como elemento fundamental do projeto arquitetônico, capaz de transformar a experiência do usuário e qualificar tanto ambientes internos quanto áreas abertas. A atividade também contribuiu para ampliar o olhar crítico e sensível dos estudantes diante dos aspectos técnicos e estéticos da luz, aproximando a teoria da prática profissional.

Resumo oriundo de atividades de Projeto de Interiores do curso de Arquitetura de Urbanismo da UNIFIPMoc Afya

VISITAS TÉCNICAS: COMO A SUSTENTABILIDADE VEM SENDO CULTIVADA EM MONTES CLAROS.

Abraão Matheus Martins Araújo¹; Dara Gabriely Mendes Ferreira ¹; Isadora Colares Batista de Moura¹; Larissa Gabrielly Cruz¹; Leticia Gabrielly Silva Barbosa Santos ¹; Pedro Almeida ². ¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya. ² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya.

RESUMO: O relatório descreve uma visita técnica realizada em 19 de fevereiro de 2025 à residência do senhor Gomes e à empresa Remontes, ambas localizadas em Montes Claros, com o objetivo de aproximar os alunos de práticas sustentáveis e demonstrar como é possível adotar esse estilo de vida atualmente. A atividade buscou integrar os conteúdos teóricos abordados em sala com experiências práticas, ampliando a visão dos estudantes sobre a sustentabilidade aplicada à arquitetura. Na casa do senhor Gomes, os participantes observaram soluções sustentáveis desenvolvidas de forma caseira, como a utilização de placas solares, sistemas de separação de resíduos, captação e reaproveitamento da água da chuva, além de aquecimento de água por meios sustentáveis. Já na empresa Remontes, foi possível conhecer inovações a partir da reutilização de materiais, como a transformação do vidro de canetas de insulina em produtos como tijolos, pisos, pó de vidro não cortante e borrachas utilizadas em campos de grama sintética. Participaram da visita os alunos do 5º período do curso de Arquitetura e Urbanismo, o professor Pedro Almeida e os anfitriões, senhor Gomes e senhor Albert. A experiência permitiu uma reflexão sobre como práticas sustentáveis podem ser aplicadas tanto em residências quanto em ambientes empresariais, despertando nos alunos curiosidade e admiração pelo tema. A atividade não apenas reforçou os conhecimentos adquiridos em sala de aula, como também promoveu um novo olhar sobre o papel do arquiteto na construção de um futuro mais consciente. Ao final, os estudantes demonstraram maior motivação para aplicar essas soluções em seus projetos e compreenderam que a sustentabilidade deve estar presente em todas as etapas da atuação profissional.

Resumo oriundo de atividades de Projeto de Arquitetura Sustentável do curso de Arquitetura de Urbanismo da UNIFIPMoc Afya

INTERVENÇÃO URBANAS NO BAIRRO AMAZONAS: UM OLHAR PARTICIPATIVO PARA LAZER, ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO

Gustavo Gonçalves Botelho¹; Ranúbia Alves de Souza¹; Rute Noemi Neres Viana¹; Gustavo Santos Souza²

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMOC Afya

² Professor do curso de Urbanismo da UNIFIPMOC Afya

O projeto teve como foco a compreensão das condições de vida e necessidades dos moradores do bairro Amazonas em Montes Claros. Através de visitas e conversas com os moradores elaboramos propostas de intervenção para melhor atendê-los. A coleta de dados foi realizada por meio de formulários distribuídos de maneira online e presencial com as perguntas voltadas para entender aspectos sociais e físicos do território, com foco em lazer, acessibilidade, infraestrutura e educação. O diagnóstico revelou uma carência significativa de áreas de lazer, a inexistência de escolas de ensino fundamental e médio no bairro, além de infraestrutura precária, como ausência de pavimentação e saneamento básico. Com base nisso, propomos a criação de praças públicas multifuncionais, melhoria da pavimentação das ruas, instalação de pisos táteis e padronização das calçadas. Também sugerimos a implantação de unidades escolares no bairro e o fortalecimento da presença do ensino superior na região. O projeto evidenciou a relevância do planejamento urbano participativo e da escuta ativa da população. Por meio de propostas simples, mas eficazes, é possível promover mudanças significativas na vida dos moradores, criando uma cidade mais justa, inclusiva e humana. A iniciativa reforça a importância do olhar sensível e técnico para transformar os vazios urbanos em espaços de pertencimento.

Palavras-chave: Educação; Acessibilidade; Infraestrutura; Lazer

Referências: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/68184>
<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/download/258/583/2881>
<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/1336/851/>

*Aprovação Comitê de Ética: CEP nº/Ano. (Para pesquisas com seres humanos)
Modalidade de Iniciação Científica: (Se vinculado ao PROIC UNIFIPMoc/Afya)
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya*

TELHADOS VERDES: CONTRIBUIÇÃO PARA O CONFORTO TÉRMICO EM CLIMAS SEMIÁRIDOS

Felipe Augusto Leon Queiroz da Silva ¹; Ian Almeida Damasceno ¹; Livia Samara Pimenta ¹; Nathalia Ursine Almeida ¹; Paulo Henrique Freire Batista ¹; Janice Gomes Zumba ².

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: Em regiões de clima árido ou semiárido, como o Norte de Minas Gerais, a forte radiação solar e as altas temperaturas representam desafios ao conforto térmico das construções. Nesse contexto, os telhados verdes surgem como uma alternativa sustentável e eficiente. Estudos como o de Galdino et al. (2021), indicam que essas coberturas podem diminuir significativamente a temperatura interna dos ambientes, além de melhorar a umidade relativa do ar e contribuir para a estabilidade térmica ao longo do dia. **Objetivo:** Este resumo tem como objetivo analisar os principais resultados de estudos acadêmicos sobre o uso de telhados verdes como estratégia para melhoria do conforto térmico em edificações situadas em climas áridos e semiáridos. Ao comparar diferentes tipos de coberturas vegetadas, busca-se compreender seus benefícios e sua aplicabilidade ao contexto do Norte de Minas Gerais. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica exploratória com foco em estudos que avaliam o desempenho térmico de telhados verdes em regiões de clima árido e semiárido. Os critérios de seleção incluíram trabalhos com medições de temperatura e umidade, comparação entre coberturas vegetadas e convencionais, e uso de espécies adaptadas ao semiárido. **Resultados:** Os estudos analisados mostraram que telhados verdes apresentam desempenho térmico superior, com reduções de até 3 °C na temperatura interna durante os períodos mais quentes. Além disso, contribuem para a manutenção da umidade relativa do ar e oferecem maior estabilidade térmica ao longo do dia. A eficiência da solução depende da escolha adequada da vegetação, sendo espécies como a babosa para o clima semiárido. Esses fatores tornam os telhados verdes uma solução viável dentro dos princípios da arquitetura passiva sustentável. **Considerações Finais:** Os resultados indicam que os telhados verdes são uma alternativa eficaz para melhorar o conforto térmico em regiões como o Norte de Minas. Sua capacidade de mitigar o calor interno e reduzir a necessidade de climatização artificial reforça sua relevância como solução sustentável em climas secos e quentes.

Palavras-chave: Telhados verdes. Conforto térmico. Semiárido.

Referências: GALDINO, I. V. R.; DINIZ, C. G.; SOUZA, R. C. Desempenho térmico de telhado verde em clima semiárido: estudo de caso na cidade de Juazeiro–BA. *Revista Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 2, n. 1, p. 65–78, 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rema/article/view/11890>.

MATTOS, Clarissa de Souza. Desempenho térmico de um telhado verde inserido em região semiárida. 2015. 86 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39697>.

MEDEIROS, Gisele de Sousa. Avaliação do comportamento térmico de um sistema de cobertura verde para o clima semiárido. 2015. 102 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39208>.

SILVA, Ana Cristina Macêdo da; BASTOS, Milena Tavares de Albuquerque; MEDEIROS, Antônio Carlos de. Contribuição dos telhados verdes para o conforto térmico: estudo de caso na cidade de Natal-RN. In: **ENCONTRO NACIONAL DE SUSTENTABILIDADE (ENSUS)**, 2017, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. p. 1485–1495. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/240729/ANAIS%20ENSUS%202017%20%281%29-1485-1495.pdf?sequence=1>.

SANTOS, S. M. dos; PAIVA, A. L. R. de. Desempenho térmico de telhados verdes no semiárido brasileiro. In: **ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ENCAC)**, 2017, Maceió. *Anais [...]*. Maceió: ANTAC, 2017. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/bcd18c4f-cc40-4df4-9430-593fb95b7a65/content>.

Soluções Sustentáveis no Ensino e na Prática Arquitetônica: Um Diálogo entre o Vernacular e o Bioclimático

Sofia Souza Alves 1; Sara Emanuele Barbosa Rodrigues 2; Maria Cecília Ferreira Lafetá d 3; Janice Zumba 4

1 Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

2 Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

3 Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

4 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

O aumento das ondas de calor no Brasil, causado por fatores como urbanização acelerada e mudanças climáticas, evidencia a necessidade de soluções arquitetônicas mais sustentáveis. A arquitetura vernacular, construída com base no saber popular e na adaptação ao clima local, e a arquitetura bioclimática, que utiliza estratégias passivas e tecnologias para promover conforto térmico são caminhos complementares. Integrar esses conhecimentos é essencial para enfrentar os desafios ambientais atuais e formar profissionais mais conscientes. Este trabalho visa analisar como os princípios da arquitetura vernacular e bioclimática podem ser aplicados na criação de edificações mais sustentáveis. Busca-se também refletir sobre a importância de inserir esses saberes no ensino de Arquitetura e Urbanismo, fortalecendo práticas projetuais alinhadas ao conforto ambiental e à eficiência energética. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com foco em três eixos: crise ambiental e urbana; estratégias da arquitetura vernacular e bioclimática; integração desses conceitos em projetos arquitetônicos e no ensino acadêmico.

Verificou-se que as soluções vernaculares, como o uso de materiais locais e técnicas de sombreamento, são eficazes para o conforto térmico e podem ser aprimoradas com tecnologias bioclimáticas. A união dessas abordagens possibilita construções mais adaptadas ao clima, com menor impacto ambiental, e reforça a valorização cultural. A inserção desses conhecimentos no ensino superior pode contribuir para práticas arquitetônicas mais sustentáveis e contextualizadas. A integração entre arquitetura vernacular e bioclimática oferece um caminho promissor para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas nas cidades. Incorporar esses saberes ao ensino e à prática da arquitetura pode promover edificações mais eficientes, culturalmente relevantes e ambientalmente responsáveis.

Palavras Chave : Arquitetura vernacular. Arquitetura Bioclimática. Conforto Ambiental.

Referências :

COSTA, P. Earthen Architecture, culture of transition and self-construction. In: CORREA, M.; CARLOS, G.; ROCHA, S. Vernacular Heritage and Earthen Architecture: contributions for sustainable development. Boca Raton: Taylor & Francis Group, CRC Press, 2014.

FANTE, K.; BRANDÃO Do Prado, L. Comparação Espaço-Temporal Das Ondas De Calor, Nos Diferentes Climas Brasileiros, entre os anos de 1991 a 2020. 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/sbgfa/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV206_MD1_ID105_TB261_08082024122148.pdf> . Acesso em: 01 de fevereiro de 2025.

OLIVER, P. Built to meet needs: cultural issues. In: Vernacular Architecture. Oxford: Elsevier LTDA, 2006.

PEREIRA, C. M. B. Arquitetura Neovernacular em Curitiba: prospecção de suas contribuições para a sustentabilidade em três estudos de caso. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Construção Civil. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/ppgecc/wp-content/uploads/2016/files/dissertacoes/d0169.pdf>>. Acesso: 3 fev. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Conforto Ambiental: Térmico da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DAS NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTAÇÕES NA ARQUITETURA: GARANTINDO SEGURANÇA, CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA NOS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO

GOMES, Jenniffer¹; LIMA, Maria Luísa²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³;

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A Norma Brasileira ABNT NBR 5410, que regula as instalações elétricas de baixa tensão, constitui um dos principais instrumentos para assegurar a conformidade e a eficiência nos projetos de construção. Ao estabelecer diretrizes para o dimensionamento, a execução e a manutenção das instalações elétricas, essa norma contribui significativamente para a prevenção de acidentes, o desempenho adequado dos sistemas e a proteção dos usuários. Diante da crescente demanda por soluções seguras e sustentáveis nas edificações, compreender e aplicar corretamente as regulamentações técnicas torna-se um diferencial na prática profissional do arquiteto. **Objetivo(s):** Analisar a importância da norma ABNT NBR 5410 no contexto dos projetos arquitetônicos, destacando seu papel na segurança das instalações elétricas, na eficiência energética e na conformidade técnica das edificações. **Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica sobre a ABNT NBR 5410 e sua aplicação em projetos arquitetônicos, com enfoque na relação entre normas técnicas e segurança nas instalações elétricas. Também foram analisadas orientações técnicas da ABNT e materiais complementares, a fim de compreender os principais aspectos normativos e suas implicações práticas no projeto e na execução de edificações residenciais e comerciais. **Resultados:** A análise evidenciou que a NBR 5410 estabelece critérios fundamentais para o planejamento e a execução de instalações elétricas, como a prevenção de sobrecargas, a proteção contra choques elétricos e a exigência de dispositivos de segurança, como disjuntores e aterramento. A norma também orienta quanto ao uso de materiais adequados, ao correto dimensionamento dos condutores e à verificação periódica das instalações. Além disso, destaca-se a preocupação com a eficiência energética, recomendando o uso racional da eletricidade por meio da escolha de equipamentos eficientes. **Considerações Finais/Conclusões:** A norma ABNT NBR 5410 é um instrumento para a elaboração de projetos seguros, eficientes e em conformidade com os padrões técnicos exigidos. Sua aplicação contribui para a prevenção de falhas elétricas, a redução de riscos à integridade física dos usuários e a promoção da eficiência energética. Assim, o conhecimento e o respeito às normas técnicas devem ser compreendidos como parte integrante do exercício profissional na Arquitetura, reafirmando o compromisso da qualidade, a segurança e a sustentabilidade das construções.

Palavras-chave: Instalações elétricas. Segurança. Eficiência energética.

Referências: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão.** Rio de Janeiro, 2019.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Instalações Elétricas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

PLANEJAMENTO URBANO E CRÍTICA SOCIAL EM PEQUENA GRANDE VIDA

SILVA, Isabela Guimarães ; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do;

¹Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

²Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução/Justificativa: Este estudo foi desenvolvido no contexto da disciplina de Legislação Urbana e teve como base o filme **Pequena Grande Vida** (2017) de Alexander Payne. A proposta da atividade dada pela professora Mariana era realizar uma análise crítica sobre como a legislação urbanística influencia a ocupação do espaço e a vivência dos moradores. O filme foi escolhido por apresentar de forma criativa, como sustentabilidade, consumo, desigualdade espacial e organização das cidades, questões que ligam a realidade urbana contemporânea. **Objetivo(s):** O objetivo deste trabalho foi refletir sobre os modelos de cidades apresentados no filme, relacionando-os com conceitos fundamentais do urbanismo e da legislação urbanística, como direito à cidade, comercialização dos espaços e justiça socioespacial. Buscamos compreender como o discurso da sustentabilidade e o uso de tecnologias podem tornar ineficazes sem políticas públicas estruturadas e inclusivas. **Métodos:** A análise foi feita por meio de discussões em grupo, construção coletiva de roteiro e produção de um vídeo acadêmico com duração de quase 10 minutos, debatemos o enredo do filme, selecionamos falas de teóricos como Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Milton Santos, buscamos identificar paralelos entre cidade miniaturizada e a cidade real. **Resultados:** A análise evidenciou que, apesar da proposta de criar uma cidade ideal a partir da miniaturização humana, o filme evidencia a permanência de problemas estruturais como desigualdade, segregação, e invisibilidade social. Identificamos também que a mercantilização dos espaços urbanos, está presente no modelo vendido como utópico, reforçando o consumo individual e negligenciando o planejamento coletivo. **Considerações Finais/Conclusões:** Concluimos que Pequena Grande Vida como uma alegoria sobre os desafios enfrentados pelas sociedades reais. A tecnologia sozinha não é capaz de resolver problemas urbanos sem mudanças nas estruturas sociais e legais. O filme nos lembrou que o verdadeiro urbanismo precisa ser participativo, inclusivo e guiado por políticas públicas conscientes, o que precisamos é de pensar em cidades para todos, com justiça territorial, equidade e sustentabilidade real.

Palavras-chave: Urbanismo, Sustentabilidade, Desigualdade.

Referências:

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

PEQUENA GRANDE VIDA. Direção: Alexander Payne. Produção: Mark Johnson, Alexander Payne, Jim Taylor. [S.l.]: Paramount Pictures, 2017. 1 DVD (135 min), son., color.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Arquitetura de Interiores Comercial da UNIFIPMoc-Afya

A RELEVÂNCIA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NA CONCEPÇÃO DE PROJETOS RESIDENCIAIS

Autor 1: Bianca Faria, Mariana Cristina Oliveira do Rosário

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: As instalações elétricas exercem papel fundamental na concepção e execução de projetos residenciais, assegurando o fornecimento de energia de forma segura, eficiente e conforme os padrões técnicos vigentes. A negligência nesse aspecto pode comprometer não apenas o desempenho funcional da edificação, mas também a segurança dos ocupantes. A norma ABNT NBR 5410 estabelece os critérios técnicos para instalações de baixa tensão, sendo indispensável sua observância em qualquer projeto residencial. **Objetivo(s):** O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância das instalações elétricas no desenvolvimento de projetos residenciais, destacando os critérios normativos, os aspectos de segurança e eficiência energética, bem como boas práticas no dimensionamento e distribuição dos circuitos. **Métodos:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base em normas técnicas e publicações especializadas, além da análise de projetos residenciais desenvolvidos no âmbito acadêmico. Foram considerados os principais componentes do sistema elétrico, como condutores, dispositivos de proteção e pontos de utilização, com ênfase na diferenciação entre tomadas de uso geral (TUG) e específico (TUE), além do tratamento distinto para áreas secas e molhadas. **Resultados:** A análise evidenciou que o correto dimensionamento dos circuitos, a divisão adequada das cargas e o uso de dispositivos de proteção – como disjuntores, dispositivos DR e DPS – são essenciais para evitar sobrecargas, curtos-circuitos e choques elétricos. A integração entre projeto arquitetônico e elétrico, aliada ao uso de softwares de simulação e cálculo, contribui significativamente para a eficiência energética e facilita a manutenção preventiva. Observou-se ainda que a ausência de planejamento elétrico adequado é uma das principais causas de acidentes domésticos e desperdício energético. **Considerações Finais/Conclusões:** A concepção adequada das instalações elétricas deve ser encarada como elemento estratégico no projeto arquitetônico, indo além do mero cumprimento de exigências legais. A adoção de critérios técnicos embasados na ABNT NBR 5410 e a integração com soluções sustentáveis e tecnológicas elevam o padrão de qualidade das edificações, promovendo segurança, funcionalidade e eficiência energética.

Palavras-chave: Instalações elétricas; Segurança elétrica; Eficiência energética.

Referências: ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão.** Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Maria T. S.; PEREIRA, Robson T. **Projeto elétrico residencial: fundamentos e boas práticas.** Revista Brasileira de Engenharia Elétrica, v. 39, n. 2, p. 122-130, 2019.

GOMES, Renato. **Instalações elétricas e segurança.** São Paulo: Érica, 2017.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Instalações Elétricas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

A AUTOCONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ELÉTRICO RESIDENCIAL NAS MORADIAS BRASILEIRAS

Dara Gabriely Mendes Ferreira ¹ ; Letícia Gabrielly Silva Barbosa Santos ¹ ; Mariana Cristina Oliveira do Rosário ² .

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya.

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya.

RESUMO: A energia elétrica está presente no Brasil desde 1879, quando foi instalada iluminação pública na Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Desde então, a eletricidade se dissipou para outras cidades e para usos além da iluminação pública, como iluminação residencial. No entanto, o uso da energia elétrica em residências pode ser prejudicial aos usuários e suas moradias quando não instalada ou manuseada de forma segura, eficiente e confiável. A partir disso, nota-se que o projeto elétrico residencial bem executado é imprescindível para um bom desenvolvimento da construção civil, evitando, assim, acidentes elétricos e garantindo o funcionamento adequado do sistema. O projeto elétrico residencial pode contribuir em três principais quesitos: segurança, sustentabilidade e eficiência energética da sociedade como um todo (ARAÚJO et al., 2023). Para a compreensão da importância desse projeto em edifícios residenciais, foi-se necessário coletar dados a respeito de como este é executado na maioria das construções do país e relacionar com dados sobre acidentes desse gênero que possam ter sido causados por falhas nesta etapa. De acordo com dados da Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade (Abracopel) de 2023, o segundo maior local onde acontecem mortes por choque elétrico no Brasil é em moradias, sendo rurais ou urbanas, com 149 fatalidades, ficando atrás apenas para redes aéreas de distribuição. Em complemento, o gráfico que apresenta os maiores causadores dos acidentes mostra que eletrodomésticos e eletroeletrônicos estão na liderança com 39 acidentes totais. No entanto, há uma norma técnica brasileira que estabelece as condições mínimas necessárias para o projeto, execução e manutenção de instalações elétricas de baixa tensão, a ABNT NBR 5410, que deve ser seguida e respeitada em obras. Porém, em contrapartida, uma matéria do Tribuna da Bahia apresenta que, dentre 50 milhões de brasileiros que realizaram obras de reforma ou construção, 82% são obras irregulares e sem acompanhamento profissional, ou seja, autoconstrução. Com isso, percebe-se que a falta de conhecimento e acesso aos profissionais leva à carência de projetos elétricos, resultando em possíveis acidentes em moradias brasileiras. Sendo assim, conclui-se que a solicitação e a boa execução desse estilo de elétrico residencial mostra-se de extrema importância para a segurança dos moradores de habitações brasileiras.

Referências:

MORAIS, V. O.; GUALBERTO, F. V. C.; JÚNIOR, G. F. DE M. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO ELÉTRICO RESIDENCIAL NA SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 10, p. e3194–e3194, 18 out. 2023.

Resumo oriundo de atividades de Instalações Elétricas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya

DIJUNTORES E PROTEÇÃO ELÉTRICA

ROCHA, Emily Caroline Amaral¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do²;
¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.
² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: As instalações elétricas residenciais e prediais necessitam de dispositivos de proteção que garantam a segurança dos usuários e a integridade dos sistemas. Dentre esses dispositivos, os disjuntores são fundamentais para evitar danos causados por sobrecargas e curtos-circuitos, interrompendo automaticamente o fornecimento de energia em situações de risco. O estudo desenvolvido buscou analisar o funcionamento dos disjuntores e a importância do seu correto dimensionamento e aplicação, conforme as normas técnicas vigentes, especialmente a NBR 5410. Objetivo(s): Este trabalho teve como objetivo compreender o funcionamento dos disjuntores, identificar seus tipos e aplicações práticas em projetos elétricos residenciais e prediais, bem como destacar sua relevância na prevenção de acidentes elétricos e na proteção dos equipamentos. Métodos: A pesquisa fundamentou-se em revisão bibliográfica e análise teórica sobre os disjuntores termomagnéticos e diferenciais residuais (DR), enfatizando a importância da seleção adequada desses dispositivos conforme a corrente nominal dos circuitos. Foram também apresentados exemplos práticos e esquemas de instalação para facilitar a compreensão do tema, sempre considerando os parâmetros estabelecidos pela norma ABNT NBR 5410. Resultados: Os resultados indicaram que os disjuntores são essenciais para garantir a segurança das instalações elétricas, pois interrompem automaticamente a corrente em condições anormais, prevenindo incêndios, choques elétricos e danos aos equipamentos. A especificação correta e a instalação adequada dos disjuntores, respeitando as normas técnicas, são indispensáveis para assegurar a confiabilidade e a eficiência dos sistemas elétricos em edificações. Considerações Finais/Conclusões: Conclui-se que o uso correto dos disjuntores, aliado ao conhecimento técnico para sua escolha e aplicação, é crucial para a proteção elétrica em projetos arquitetônicos e de engenharia. O estudo reforça a importância da norma NBR 5410 como referência para garantir a segurança, eficiência e durabilidade das instalações elétricas residenciais e prediais.

Palavras-chave: Disjuntores; Proteção elétrica; NBR 5410.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
SCHNEIDER ELECTRIC. Manual de proteção e controle de circuitos. Disponível em: www.schneider-electric.com. Acesso em: 23 de abril 2025.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Instalações Elétricas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

ENERGIA SOLAR RESIDENCIAL: IMPACTOS NA INSTALAÇÃO ELÉTRICA E NO COTIDIANO

VIEIRA, Maria Eduarda Veloso¹; ALVES, Ranúbia²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³;
¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.
²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.
³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: O crescente consumo de energia elétrica e os impactos ambientais associados à geração por fontes convencionais impulsionam a busca por alternativas sustentáveis. A energia solar fotovoltaica se apresenta como uma solução viável, permitindo a redução da dependência da rede elétrica, além de promover benefícios econômicos e ambientais. No contexto residencial, sua implementação exige ajustes técnicos na infraestrutura elétrica, além da adaptação dos hábitos de consumo dos moradores. **Objetivo(s):** Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da energia solar na instalação elétrica residencial e no cotidiano dos moradores. Para isso, são abordados aspectos como mudanças na infraestrutura elétrica, economia financeira, adaptação ao sistema de geração distribuída e percepção dos usuários quanto à sustentabilidade. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e estudo de caso em residências que adotaram a energia solar fotovoltaica. Foram analisados dados de consumo antes e depois da instalação do sistema, além da percepção dos moradores quanto à eficiência, economia e desafios do uso da energia solar. **Resultados:** Os resultados indicam que a instalação de painéis solares gera uma economia significativa na conta de luz, reduzindo a dependência da rede elétrica convencional. Além disso, verificou-se que o correto dimensionamento dos sistemas e a utilização de inversores eficientes são fundamentais para otimizar o desempenho da instalação. Do ponto de vista dos moradores, a adoção da energia solar reforçou a conscientização sobre o consumo energético e incentivou práticas mais sustentáveis no dia a dia. No entanto, desafios como o custo inicial do investimento e a necessidade de manutenção periódica ainda geram dúvidas quanto à viabilidade do sistema para algumas famílias. **Considerações Finais/Conclusões:** A energia solar fotovoltaica representa uma alternativa promissora para residências, combinando benefícios econômicos e ambientais. O impacto positivo na infraestrutura elétrica e na rotina dos moradores demonstra seu potencial para transformar o consumo de energia de forma mais sustentável. Entretanto, para ampliar sua adoção, é essencial que políticas de incentivo e informações técnicas sejam mais acessíveis aos consumidores. O estudo reforça a importância da energia solar como solução viável, destacando a necessidade de planejamento adequado para maximizar seus benefícios.

Palavras-chave: Energia solar fotovoltaica. Instalações elétricas residenciais. Sustentabilidade

Referências:

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Normas sobre geração distribuída no Brasil.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA (ABSOLAR). Relatórios técnicos sobre o setor de energia solar.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Instalações Elétricas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

CONECTANDO NATUREZA E ARQUITETURA: UMA ANÁLISE DO PAISAGISMO RESIDENCIAL

Autor 1; Bianca Faria, Emily Amaral, Maria Eduarda Veloso; Paula Alcântara

1 Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Instituição UNIFIPmoc Afya

2 Professor Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: As visitas técnicas são uma importante ferramenta de aprendizado, pois possibilitam a vivência prática dos conteúdos abordados em sala de aula. No estudo do paisagismo, observar diferentes tipos de composições vegetais aplicadas em ambientes reais permite compreender melhor o uso das espécies, estilos e soluções criativas. A visita ao condomínio Serra do Mel, em Montes Claros/MG, proporcionou essa experiência por meio da análise de diferentes residências e seus respectivos projetos paisagísticos. **Objetivo(s):** O principal objetivo da visita foi analisar o uso do paisagismo em residências do condomínio, identificando estilos, espécies vegetais e estratégias aplicadas para valorizar e harmonizar os ambientes, tanto externos quanto internos.

Métodos: A atividade consistiu em uma visita guiada, com observação direta dos jardins, registro de informações relevantes e discussão com os participantes. A análise concentrou-se nas espécies utilizadas, estilo adotado e integração do paisagismo com a arquitetura e o ambiente natural ao redor. **Desenvolvimento:** Na primeira residência visitada, o paisagismo apresentava um estilo tropical, com destaque para o uso de palmeiras e um jardim vertical próximo à piscina, trazendo frescor e beleza ao espaço de lazer. No corredor de serviço, que geralmente é uma área negligenciada, a escolha da Maranta charuto trouxe cor e vitalidade, mostrando como o paisagismo pode transformar qualquer ambiente. Outro ponto de destaque foi o jardim de inverno, localizado no interior da casa. Nesse espaço, a presença de espécies como os aspargos contribuiu para uma atmosfera leve e sofisticada, valorizando o contato com a natureza mesmo em áreas internas. A segunda residência, localizada ao pé da serra, apresentava uma abordagem diferenciada. O morador optou por preservar as árvores nativas que já existiam no terreno, promovendo integração com o meio natural. No fundo da casa, uma escada natural levava até a serra, reforçando a conexão entre a construção e o ambiente original. **Considerações Finais/Conclusões:** A visita técnica ao condomínio Serra do Mel proporcionou uma rica experiência de aprendizado, permitindo observar diferentes formas de aplicar o paisagismo em espaços residenciais. As soluções adotadas nas casas visitadas mostraram a importância da vegetação não apenas como elemento estético, mas também como componente funcional e ambiental. A atividade reforçou o papel do paisagismo na valorização dos espaços e na qualidade de vida dos moradores.

Palavras-chave: Paisagismo residencial; Jardim vertical; Jardim de inverno; Visita técnica; Arborização residencial

Referências:

ABREU, Mariana. Paisagismo sustentável: conceitos e aplicações. São Paulo: Editora Senac, 2020.

DEPARTAMENTO DE BOTÂNICA –USP. Maranta charuto (Calathea lutea). Disponível em: <https://www.ib.usp.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

LORENZI, Harri. Plantas Ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 5. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2013.

PEREIRA, Luciana; MEDEIROS, Ana Paula. Paisagismo: princípios, história e projeto. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

VEIGA, João Carlos. Jardins verticais e coberturas verdes. São Paulo:Blucher,2019.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Fundamentos do Paisagismo do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

A LEGISLAÇÃO URBANA COMO ALIADA À JUSTIÇA SOCIAL

CORRÊA, TÁCILA BRENDA RIBEIRO ¹; FAGUNDES, Ana Cecília Teixeira Santos ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A legislação urbana, quando aplicada de maneira eficaz, constitui um instrumento fundamental para a reparação de desigualdades socioeconômicas historicamente agravadas por um planejamento urbano que negligenciou o direito da população ao acesso a serviços básicos e, por consequência, à qualidade de vida. **Objetivo (s):** O presente trabalho tem como objetivo evidenciar como dispositivos legais atuam como mediadores na promoção da justiça social, contribuindo para cidades mais equitativas e funcionais. **Métodos:** A análise se baseia no estudo do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), considerado um exemplo de instrumento legal voltado à promoção da justiça social urbana. Foram observadas diretrizes que incentivam o adensamento habitacional em áreas dotadas de infraestrutura consolidada, bem como políticas voltadas à priorização do transporte público e da mobilidade ativa. **Resultados:** Verifica-se que o adensamento proposto pelo Plano Diretor busca garantir o acesso equitativo à infraestrutura e aos serviços urbanos, reduzindo os deslocamentos e promovendo bem-estar. A valorização da mobilidade ativa, como o uso de bicicletas e caminhadas, não apenas favorece a sustentabilidade ambiental, mas também reforça o papel da legislação urbana na construção de cidades centradas nas pessoas. **Considerações Finais/Conclusões:** A legislação urbana se mostra uma ferramenta essencial na promoção da justiça social, sobretudo quando construída com participação popular e revisada periodicamente. Instrumentos legais eficazes possuem maior força de execução e, por isso, devem ser elaborados com base nas reais demandas da população, priorizando os direitos e as necessidades humanas.

Palavras-chave: Legislação Urbana. Justiça social. Planejamento urbano.

Referências:

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL. **Plano Diretor Estratégico de São Paulo – Texto da Lei Ilustrado**. 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/texto-da-lei-ilustrado/>. Acesso em: 20 março 2025.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Legislação Urbana do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

ECOEFIÊNCIA NAS EDIFICAÇÕES: O PAPEL DAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS BEM PLANEJADAS

CORRÊA, TÁCILA BRENDA RIBEIRO ¹; FAGUNDES, Ana Cecília Teixeira Santos ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A busca por edificações mais sustentáveis tem se intensificado diante dos impactos ambientais provocados pelas atividades humanas. Nesse cenário, destaca-se a importância da água como recurso essencial à manutenção da biodiversidade, ao equilíbrio climático e à qualidade de vida. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022) apontam que cerca de 37,8% da água potável é perdida durante o processo de distribuição, o que evidencia a necessidade urgente de soluções técnicas que promovam a conservação dos recursos hídricos. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel das instalações hidrossanitárias bem planejadas na promoção da ecoeficiência em edificações, com ênfase no reaproveitamento de águas pluviais como alternativa viável à redução do consumo de água potável e ao aumento da sustentabilidade ambiental nos projetos arquitetônicos. **Métodos:** O estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando dados de órgãos oficiais como o Instituto Trata Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU). Foi verificado que o consumo médio de água no Brasil é de 148,2 litros por habitante ao dia, valor superior ao recomendado pela ONU, que é de 110 litros diários. A pesquisa analisou estratégias de aproveitamento de águas pluviais em atividades que não exigem água potável, como irrigação de áreas verdes, limpeza externa, abastecimento de descargas sanitárias e lavagem de veículos. **Resultados:** A adoção de soluções como calhas e condutores para captação de água do telhado, reservatórios adequados, redes hidráulicas independentes e sistemas automatizados de controle demonstrou potencial para proporcionar expressiva economia de água potável. Tais sistemas também contribuem para a redução de custos operacionais e para a melhoria do desempenho ambiental das edificações, promovendo práticas sustentáveis desde a fase de projeto. **Considerações Finais/Conclusões:** A integração entre os projetos arquitetônico e hidrossanitário é fundamental para viabilizar edificações mais eficientes e ambientalmente responsáveis. O uso consciente da água e a adoção de sistemas de reaproveitamento pluvial devem ser incorporados como práticas correntes na construção civil. Dessa forma, é possível garantir maior ecoeficiência, conservação dos recursos naturais e contribuição efetiva para a sustentabilidade urbana.

Palavras-chave: Ecoeficiência. Reaproveitamento da Água. Sustentabilidade.

Referências:

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS: Painel de Informações**. Brasília: Ministério das Cidades, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/painel/ab>. Acesso em: 17 abr. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Principais estatísticas: água**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, [2025]. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/principais-estatisticas/agua/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS: RELATO DE VISITA TÉCNICA A RESIDÊNCIAS AUTOMATIZADAS.

LADEIA, Caroline¹; GOMES, Lívia¹; TUPINAMBÁ, Liz ¹; RABELO, Pedro ¹; SANTOS, Paula Alcântara ².

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

² Professor curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: No curso de Arquitetura e Urbanismo, as visitas técnicas são ferramentas essenciais para a consolidação do conhecimento teórico e para a ampliação dos conhecimentos. A integração entre arquitetura e tecnologia tem se tornado cada vez mais relevante, especialmente com o avanço dos sistemas de automação residencial, que proporcionam maior conforto, eficiência energética e praticidade aos usuários. **Objetivo(s):** Neste contexto, foi realizada uma visita técnica a uma residência com ambientes automatizados, com o objetivo de analisar como os recursos tecnológicos se fundem ao projeto arquitetônico e influenciam no design de interiores e na experiência do usuário, além de entender a necessidade de compatibilização de projetos para uma boa execução da obra. **Métodos:** No dia 15 de maio de 2025, foram realizadas duas visitas ao condomínio Serra do Mel, em Montes Claros, com a professora Paula Alcântara e um representante da empresa Life Automação. A primeira residência, já habitada, foi projetada desde o início para ser totalmente automatizada, oferecendo controle remoto e segurança integrada. A segunda, ainda em construção, destacou a importância do planejamento conjunto entre os projetos arquitetônico e de automação para garantir melhor execução e resultados. **Resultados:** A visita permitiu observar na prática como a automação impacta diretamente a funcionalidade e o conforto dos ambientes. Na residência já habitada, destacaram-se os sistemas integrados de iluminação, climatização e segurança, que proporcionam maior eficiência e comodidade. Já a casa em construção evidenciou a importância do planejamento antecipado, mostrando como a compatibilização entre os projetos evita alterações e facilita a execução da obra. **Considerações Finais/Conclusões:** Assim, concluímos que para que um projeto de automação seja bem-sucedido, é essencial que ele seja planejado desde o início da obra, com a compatibilização entre os sistemas sendo considerada desde a fase de projeto, garantindo uma integração eficiente e evitando problemas durante a execução e garantindo a experiência dos clientes.

Palavras-chave: Visita Técnica. Automação. Compatibilização

Resumo oriundo de atividades de Atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc/Afya

Arquitetura Sustentável: Práticas, Impactos e Caminhos para a Atuação Profissional

Caroline Ladeia¹, Jennifer Cordeiro¹, Livia Gomes¹, Liz Tupinambá¹, Maria Luisa Lima¹ e Pedro Sanguinete²; Pedro Almeida²

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc Afya

A arquitetura sustentável se consolida como uma resposta necessária aos desafios ambientais contemporâneos, unindo técnica, ética e criatividade. Sua prática ultrapassa a simples adoção de tecnologias verdes: ela se estrutura a partir de um olhar sensível às necessidades do planeta e da sociedade, propondo soluções que buscam equilíbrio entre o construído e o natural. Ao longo do último semestre, ficou evidente que ações simples, quando realizadas de maneira consciente e planejada, possuem um alto potencial transformador. Práticas como a coleta da água da chuva para fins não potáveis, a compostagem de resíduos orgânicos e a ventilação cruzada natural demonstram que a sustentabilidade pode ser incorporada ao cotidiano sem exigir grandes recursos financeiros. Além de pensar o espaço físico, o arquiteto sustentável deve compreender os fluxos e impactos gerados por cada decisão de projeto. Isso inclui avaliar desde a extração da matéria-prima utilizada até o descarte ou reaproveitamento ao fim da vida útil do edifício, considerando todo o ciclo de vida dos materiais. O uso de insumos recicláveis, a preferência por fornecedores locais e a especificação de soluções bioclimáticas são ferramentas essenciais para minimizar a pegada ecológica das construções. Da mesma forma, sistemas passivos de climatização, coberturas verdes e fachadas ventiladas tornam-se aliados poderosos para a eficiência energética. Contudo, a atuação do arquiteto sustentável não se limita à esfera técnica. Ele pode (e deve) atuar também como agente educativo e consultor, auxiliando clientes, empresas e comunidades na transição para modos de vida mais ecológicos. Ao promover debates, oficinas e orientações técnicas, o arquiteto contribui para a disseminação de uma cultura ambientalmente responsável, capaz de reconfigurar padrões de consumo e estimular práticas coletivas mais conscientes. Assim, a arquitetura sustentável se revela acessível e necessária, não como um nicho elitizado, mas como uma prática ampla e democrática. Ela exige sobretudo uma mudança de postura: o compromisso em projetar não apenas para o presente, mas com responsabilidade pelo futuro. Nesse contexto, o arquiteto assume um papel central como articulador de soluções integradas, equilibrando estética, funcionalidade e respeito ao meio ambiente. A sustentabilidade, portanto, não deve ser entendida como um diferencial, mas como um princípio norteador da boa arquitetura.

Palavras-Chave: Arquitetura, Sustentabilidade, Reutilização, Verde, Clima.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ARQUITETURA PARA A OTIMIZAÇÃO DE TEMPO NO TRABALHO

CORRÊA, TÁCILA BRENDA RIBEIRO ¹; FAGUNDES, Ana Cecília Teixeira Santos ¹; SANTIAGO, Maria Clara Freitas¹;
SANTIAGO, Maria Luiza Freitas¹;
ALMEIDA, Pedro Cesar².
¹Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.
²Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

RESUMO: Introdução/Justificativa: A inteligência artificial (IA) vem ganhando espaço no campo da arquitetura como uma aliada fundamental na automação de processos e na análise de dados complexos. Sua aplicação permite aos profissionais otimizar o tempo de trabalho, reduzindo etapas manuais e aumentando a precisão em tarefas como modelagem 3D, simulações energéticas, planejamento urbano e compatibilização de projetos. Com o avanço tecnológico, a IA passou a oferecer soluções que agilizam desde o estudo preliminar até a execução da obra, promovendo maior produtividade e inovação no setor. **Objetivo(s):** Investigar como a inteligência artificial contribui para a otimização do tempo nos processos arquitetônicos, destacando ferramentas, metodologias e seus impactos na prática profissional. **Métodos:** A análise é baseada em revisão bibliográfica de artigos e publicações recentes sobre o uso da IA na arquitetura, bem como em estudos de caso que demonstram sua aplicação prática em escritórios e projetos de diferentes escalas. São observadas tecnologias como machine learning, algoritmos generativos e softwares baseados em IA (como o Revit com plugins de automação e o uso de plataformas como o ChatGPT para auxílio em tarefas de projeto e documentação). **Resultados:** O uso da IA na arquitetura mostra-se eficiente na redução do tempo dedicado a tarefas repetitivas, na melhoria da tomada de decisões baseadas em dados e na elevação da qualidade final dos projetos. Arquitetos que adotam essas tecnologias relatam aumento significativo na produtividade, melhor aproveitamento de recursos e maior precisão na compatibilização de informações. Além disso, a IA permite explorar alternativas de projeto em menor tempo, facilitando o atendimento a prazos e demandas complexas dos clientes. **Considerações Finais/Conclusões:** A inteligência artificial representa uma transformação significativa na arquitetura contemporânea, promovendo um novo modo de trabalhar mais eficiente, criativo e orientado por dados. Sua integração nos fluxos de trabalho potencializa a capacidade do arquiteto de projetar com mais agilidade, qualidade e inovação, tornando-se uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios da prática profissional moderna.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Arquitetura. Trabalho.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2024.

Resumo oriundo de atividades de Arquitetura de interiores comercial da UNIFIPMoc/Afya

RESIDÊNCIA INTELIGENTE: ESTUDO DE CASO SOBRE AUTOMAÇÃO E INTEGRAÇÃO ARQUITETÔNICA

Maria Victória do Rosário Rodrigues 1; Nicole Neves Araújo 1; Paula de Lima Souza Alcântara 2.

1 Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

2 Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

Introdução

A evolução da arquitetura residencial tem incorporado tecnologias de automação que ampliam o conforto, a segurança e a eficiência dos ambientes. Este trabalho apresenta observações e análises realizadas durante uma visita técnica a uma residência automatizada, onde diferentes soluções integradas foram aplicadas de forma a otimizar a vivência dos usuários e a organização espacial do projeto arquitetônico. **Metodologia:** A metodologia adotada baseou-se em visita técnica orientada, observação direta e registro dos sistemas aplicados na residência visitada. A aula foi ministrada por um especialista em automação residencial, que demonstrou os sistemas inteligentes utilizados em diversos ambientes da casa, complementando as percepções práticas com explicações técnicas. **Desenvolvimento:** A residência visitada apresenta ambientes integrados como sala de estar, jantar, cozinha e área gourmet, conectados por portas de vidro retráteis que promovem fluidez espacial. A sala de TV destacava-se por seu sistema de som Dolby Atmos e controle automatizado via assistente virtual Alexa. Os comandos atuavam sobre iluminação, climatização e dispositivos eletrônicos. O pé-direito duplo da sala permitiu a instalação do ar-condicionado embutido no gesso. A área externa inclui piscina com bordas projetadas para retorno da água e cascata automatizada. Os pisos térmicos evitam a retenção de calor. A brinquedoteca e a academia também contam com controle de climatização e estrutura tecnológica. Os quartos, com suítes, apresentavam automação parcial, exceto os infantis. A iluminação embutida no rodapé dos corredores destaca-se como elemento funcional e estético. **Considerações finais:** A experiência proporcionou uma visão ampla das possibilidades de automação aplicadas à arquitetura residencial contemporânea. A integração entre tecnologia e projeto arquitetônico resulta em espaços mais confortáveis, eficientes e adequados às necessidades dos usuários. A visita técnica foi fundamental para a compreensão prática de conceitos estudados em sala e reforçou a importância da atualização profissional diante das inovações do setor.

Resumo oriundo de atividades de Arquitetura de Interiores Residencial – ARQ05MA da UNIFIPMoc/Afya

ARQUITETURA ASSISTIDA POR IA: DO PROMPT À PROPOSTA ESPACIAL EM UM COMPLEXO ESPORTIVO

OLIVEIRA, Alanna Amaral de¹; FERREIRA, Ionah Paula Lino ²; SILVA, Isaque Ferreira de Oliveira e ³; DUTRA, Kemilly Gomes Ribeiro⁴; ALMEIDA, Pedro Césars.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

³ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

⁴ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

⁵ Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A aplicação da inteligência artificial (IA) na arquitetura tem transformado a forma de projetar, oferecendo suporte técnico e criativo em diversas etapas. Este trabalho apresenta a utilização da IA generativa, por meio da elaboração de prompts estruturados, no desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um complexo esportivo em Montes Claros (MG), desde o conceito inicial até a setorização e dimensionamento dos ambientes. A clareza e a especificidade dos comandos foram fatores essenciais para a obtenção de respostas coerentes e contextualizadas, mostrando o potencial da IA como aliada na formação acadêmica e na prática projetual. **Objetivo(s):** O objetivo foi desenvolver um projeto completo de um complexo esportivo, utilizando ferramentas de IA como apoio ao processo de concepção arquitetônica, organização funcional dos espaços e definição das dimensões, promovendo um processo criativo mais eficiente, técnico e alinhado às normas e às demandas do local. **Métodos:** A metodologia adotada combinou práticas exploratórias com o uso de IA baseada em linguagem natural. Inicialmente, realizou-se o levantamento técnico sobre as exigências de um complexo esportivo. Em seguida, foram criados e testados prompts textuais específicos, direcionados às fases do projeto: concepção do partido arquitetônico, setorização dos ambientes e dimensionamento. As respostas foram avaliadas criticamente e ajustadas conforme normas técnicas, complementadas com sugestões visuais e croquis gerados por IA, sempre com a mediação do raciocínio técnico e criativo do arquiteto em formação. **Resultados:** A IA colaborou com propostas coerentes com o clima e contexto urbano local, sugerindo soluções como ventilação cruzada, uso de materiais regionais e integração com áreas verdes. As sugestões para layout, setorização e dimensionamento consideraram ergonomia, acessibilidade e lógica funcional. O processo de refinamento dos prompts foi essencial para alcançar resultados aplicáveis. A interação constante com a IA permitiu validar e aprimorar decisões projetuais, enriquecendo o repertório técnico e visual do projeto. **Considerações Finais/Conclusões:** O uso da IA demonstrou-se eficaz como ferramenta de apoio à criação arquitetônica, desde que utilizada com estratégia, clareza e senso crítico. A experiência reforçou que, embora a IA ofereça agilidade e amplitude de possibilidades, o papel do arquiteto permanece indispensável na mediação e validação das informações. O domínio sobre a formulação de prompts revelou-se uma habilidade fundamental na prática contemporânea da arquitetura, potencializando o processo de criação e aprendizado.

Palavras-chave: Arquitetura. Inteligência Artificial. Prompt. Projeto Arquitetônico. Complexo Esportivo. Setorização. Dimensionamento.

Referências: MARX, John. A inteligência artificial pode tornar arquitetos melhores contadores de histórias? ArchDaily Brasil, 21 jan. 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1011068/a-inteligencia-artificial-pode-tornar-arquitetos-melhores-contadores-de-historias>. Acesso em: 18 maio 2025.

VALENCIA, Nicolás. O impacto das ferramentas de inteligência artificial na arquitetura em 2024 (e além). ArchDaily Brasil, 23 dez. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1010112/o-impacto-das-ferramentas-de-inteligencia-artificial-na-arquitetura-em-2024-e-alem>. Acesso em: 18 maio 2025.

GHISLENI, Camilla. Inteligência artificial e planejamento urbano: tecnologia como ferramenta para o desenho das cidades. ArchDaily Brasil, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1012601/inteligencia-artificial-e-planejamento-urbano-tecnologia-como-ferramenta-para-o-desenho-das-cidades>. Acesso em: 18 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Arquitetura Inteligente da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DO DIMENSIONAMENTO CORRETO DO SISTEMA DE ESGOTO EM EDIFICAÇÕES

SANTIAGO, Maria Clara Freitas ¹; SANTIAGO, Maria Luiza Freitas²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: O sistema de esgotamento sanitário constitui uma das infraestruturas mais críticas de qualquer edificação, sendo responsável pela coleta, transporte e descarte seguro das águas residuárias provenientes de banheiros, cozinhas, lavanderias e demais ambientes molhados. O subdimensionamento ou a execução inadequada do sistema pode acarretar diversos problemas, como entupimentos frequentes, vazamentos, retorno de esgoto, emissão de odores desagradáveis e riscos de contaminação por agentes patogênicos. Tais falhas comprometem a saúde dos usuários, o conforto ambiental e a integridade da estrutura da edificação. **Objetivo(s):** Este trabalho tem como objetivo destacar a relevância do correto dimensionamento do sistema de esgoto em edificações, considerando os aspectos técnicos que envolvem essa etapa do projeto. A análise considera o tipo de ocupação, o número de usuários e de aparelhos sanitários, a escolha do diâmetro das tubulações e a inclinação adequada para o escoamento. Além disso, enfatiza-se a importância da ventilação das tubulações para o equilíbrio de pressões internas e prevenção do retorno de gases. **Métodos:** A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica em normas técnicas e literatura especializada, aliada à análise de casos práticos em ambientes residenciais, considerando a configuração dos pontos de esgoto, presença de ventilação adequada e inclinação das tubulações. O estudo permitiu identificar falhas recorrentes em instalações que não observam os parâmetros técnicos exigidos. **Resultados:** A correta aplicação dos critérios de dimensionamento mostrou-se essencial para o desempenho adequado do sistema. Observou-se a redução significativa de entupimentos e vazamentos, além da eliminação de odores indesejáveis. Destacam-se também a conservação da estrutura predial, a economia com manutenções corretivas e a conformidade com as normas legais e ambientais. Um sistema bem projetado contribui diretamente para a sustentabilidade ao evitar o lançamento inadequado de efluentes no solo e nos corpos hídricos. **Considerações Finais/Conclusões:** O dimensionamento eficiente do sistema de esgoto deve ser compreendido como etapa indispensável em qualquer projeto de construção. Portanto, é fundamental que esse tema receba atenção qualificada por parte de arquitetos, engenheiros e demais profissionais envolvidos na elaboração de projetos de edificações.

Palavras-chave: Sistema de esgoto. Instalações sanitárias. Dimensionamento técnico.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2024.

Resumo oriundo de atividades de Arquitetura de interiores comercial da UNIFIPMoc/Afya

COMO A LEGISLAÇÃO URBANA INFLUENCIA A MORFOLOGIA DAS CIDADES E IMPACTA NA QUALIDADE DE VIDA URBANA

SANTIAGO, Maria Clara Freitas¹; SANTIAGO, Maria Luiza Freitas ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A legislação urbana exerce papel fundamental na organização e desenvolvimento das cidades, ao estabelecer normas que regulam o uso e ocupação do solo, a altura das edificações, os recuos, a densidade demográfica, as áreas permeáveis, entre outros aspectos técnicos. Por meio de instrumentos como o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento, o Código de Obras e o Estatuto da Cidade, determina-se como os espaços urbanos devem ser organizados e utilizados. O modelo de crescimento urbano — seja verticalizado, adensado ou horizontal — está diretamente condicionado às diretrizes legais. Normativas desatualizadas ou mal planejadas podem agravar desigualdades sociais, gerar carência de infraestrutura e comprometer o meio ambiente urbano, enquanto legislações bem estruturadas promovem equilíbrio entre desenvolvimento e qualidade de vida. **Objetivo(s):** Analisar como a legislação urbana influencia a configuração das cidades e de que forma essa influência impacta a qualidade de vida da população, afetando o acesso aos serviços, aos espaços públicos e à infraestrutura urbana. **Métodos:** A metodologia consistiu na análise de legislações urbanísticas, como planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, códigos de obras e posturas municipais. Foram observados aspectos como gabarito das construções, adensamento populacional, largura das vias, presença de áreas verdes e condições de acessibilidade, a fim de compreender seus efeitos sobre a dinâmica urbana e o cotidiano da população. **Resultados:** A aplicação de legislações urbanas bem planejadas favorece a criação de cidades mais organizadas, inclusivas, sustentáveis e funcionais. Em contrapartida, normas inadequadas podem gerar segregação socioespacial, deficiência em mobilidade urbana, escassez de áreas públicas e impactos ambientais negativos. Assim, o traçado urbano é reflexo direto das escolhas legislativas adotadas. **Considerações Finais/Conclusões:** A legislação urbana constitui um instrumento estratégico para orientar o crescimento ordenado das cidades. Quando elaborada com base em critérios técnicos e sensibilidade social, ela potencializa a justiça urbana, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida coletiva.

Palavras-chave: Legislação urbana. Qualidade de vida. Planejamento urbano.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Legislação Urbana do curso de Arquitetura de Arquitetura da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DA COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE O PROJETO ELÉTRICO E OS DEMAIS PROJETOS EXECUTIVOS EM OBRA

LADEIA, Caroline¹; GOMES, Livia¹; TUPINAMBÁ, Liz ¹; RABELO, Pedro ¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do.²

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: No processo de construção civil, a integração entre os diversos projetos executivos é fundamental para garantir a viabilidade técnica, a segurança e a economia da obra. Em especial, a compatibilização entre o projeto elétrico e os demais projetos (arquitetônico, estrutural, hidráulico, entre outros) merece ser destacada, pois muitas vezes é desconsiderada dentre os demais, e é essencial para evitar conflitos durante a execução, como interferências físicas entre elementos, retrabalhos, interferências estéticas e na arquitetura, e atrasos no cronograma. **Objetivo(s):** O presente resumo, portanto, tem como objetivo principal analisar a importância da compatibilização do projeto elétrico com os demais projetos executivos, destacando os benefícios dessa prática para a eficiência e a qualidade da obra. **Métodos:** A pesquisa foi desenvolvida a partir de conversas em sala de aula, pesquisa bibliográfica em artigos, visitas técnicas a obras em andamento e análise de casos práticos em que a ausência de compatibilização poderia gerar problemas durante a execução ou após, no resultado final. Também foram realizadas conversas com profissionais da área durante a visita técnica, engenheiros e responsáveis técnicos. **Resultados:** Esta análise demonstrou que obras com projetos devidamente compatibilizados apresentam significativa redução de erros e retrabalhos. Observou-se também maior fluidez na execução dos serviços e melhor aproveitamento dos espaços projetados. Casos de incompatibilidade analisados revelaram impactos negativos como necessidade de adaptações improvisadas e elevação dos custos finais. **Considerações finais/Conclusões:** A compatibilização entre o projeto elétrico e os demais projetos executivos é uma etapa indispensável para o sucesso de uma obra. Sua adoção contribui para a racionalização dos processos construtivos, promove maior segurança nas instalações e reduz desperdícios. Torna-se, portanto, uma prática que deve ser incentivada desde as etapas iniciais do desenvolvimento do projeto arquitetônico, com a atuação integrada de todos os profissionais envolvidos.

Palavras-chave: Instalações Elétricas. Compatibilização. Eficiência construtiva

Referências:

TEIXEIRA, Isabella Florentino. **A importância da compatibilização de projetos arquitetônicos, civis e elétricos na construção de edifícios e análise infraestrutural.** In: **REAPRESENTAÇÃO DO CONGRESSO ONLINE DE ENGENHARIA ESTRUTURAL**, 1., 2020-2021, Online. Anais [...]. [S.l.]: [s.n.], 2021. ISBN 978-65-86861-36-5.

SIQUEIRA, Cintia de. **Projetos elétricos: saiba tudo sobre eles e realize sua obra com eficiência e economia.** OMS Engenharia, [202-]. Disponível em: <https://omsengenharia.com.br/blog/projeto-eletrico/>. Acesso em: 20 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades de Atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc/Afya

SUSTENTABILIDADE E RECICLAGEM NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Vitor José Apolinário Silva 1; Alana Barbosa Cordeiro 1; Pedro César Almeida 2.

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc.

2 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc.

Introdução/Justificativa: A crescente degradação ambiental provocada pela atividade humana reforça a urgência da adoção de práticas sustentáveis, especialmente na construção civil. O uso indiscriminado de recursos naturais, a geração de resíduos e o consumo elevado de energia são alguns dos fatores que motivam a busca por soluções ambientalmente responsáveis. Nesse contexto, a sustentabilidade e a reciclagem surgem como pilares essenciais para transformar o setor, contribuindo para a redução de impactos e para a conservação dos ecossistemas naturais. O presente trabalho tem como objetivo relatar as experiências obtidas durante visita técnica realizada em Montes Claros – MG, destacando iniciativas práticas voltadas à sustentabilidade e ao reaproveitamento de materiais, com vistas à formação crítica e comprometida dos futuros profissionais da arquitetura. Foram realizadas duas visitas técnicas. A primeira ocorreu na residência de Gomes Assis, onde foram apresentados sistemas artesanais de reúso de água da chuva, coleta seletiva e aquecimento solar por meio de garrafas PET e canos de PVC. A segunda visita foi à empresa Remontes Soluções Ambientais, onde foram demonstrados métodos de reciclagem de vidro e de transformação de polímeros reciclados em componentes úteis à construção civil, como ripas plásticas e insumos para impressão 3D. As visitas permitiram observar, de forma empírica, como soluções sustentáveis podem ser incorporadas tanto em residências quanto em empreendimentos comerciais. A utilização de materiais recicláveis, sistemas alternativos de energia e reaproveitamento hídrico se mostrou viável e de baixo custo, reforçando os princípios da economia circular. Além disso, os exemplos visitados evidenciaram o potencial criativo e técnico de iniciativas locais, capazes de contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável urbano. A experiência proporcionada pela visita técnica demonstrou a importância de aliar teoria e prática no ensino da arquitetura sustentável. A observação direta das soluções aplicadas estimula o desenvolvimento de projetos mais conscientes e alinhados aos desafios ambientais contemporâneos. Conclui-se que é fundamental fortalecer o ensino de práticas sustentáveis durante a formação acadêmica, contribuindo para a consolidação de uma arquitetura comprometida com o futuro.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Reciclagem. Construção civil

Referências:

KIBERT, C. J. Sustainable Construction: Green Building Design and Delivery. 4. ed. Wiley, 2016. **PHILIPPI**, A. et al. Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável. Manole, 2014. **ELLEN MACARTHUR FOUNDATION**. Economia Circular: Conceitos e Estratégias. 2015. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org>. Acesso em: 25 out. 2023.

Resumo oriundo de atividades da Arquitetura Sustentável da UNIFIMOC/Afya

MODERNISMO URBANO: INFLUÊNCIAS NO PLANEJAMENTO URBANO, CRÍTICAS E INOVAÇÕES

AGUIAR, Cláudia Fernandes de Souza ¹; GUSMÃO, Maria Clara Ferreira ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: O modernismo urbano, desenvolvido entre 1900 e 1960, emergiu como uma resposta aos desafios urbanos do século XIX, com o crescimento desordenado das cidades e os problemas gerados pela industrialização. Marcado pela busca por funcionalidade, simplicidade e inovação tecnológica, o movimento modernista surgiu em meio às crises urbanas e sociais ocasionadas pela Revolução Industrial, trazendo profundas transformações para a arquitetura e o planejamento das cidades. **Objetivo(s):** Analisar o impacto do urbanismo modernista, suas principais características, casos emblemáticos e as críticas que surgiram ao longo do tempo. Além disso, pretende-se compreender como esse movimento influenciou o planejamento urbano contemporâneo. **Métodos:** A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre o período modernista, incluindo a análise de projetos emblemáticos e suas consequências para o ambiente urbano. Foram consideradas as ideias centrais do movimento, como o funcionalismo, a desmaterialização, a utilização de novas tecnologias e materiais (concreto armado e vidro), e o papel da inovação no planejamento das cidades. Reflexões acadêmicas e debates críticos também foram incorporados para ampliar a compreensão do tema. **Resultados:** O urbanismo modernista promoveu cidades organizadas, com espaços abertos, setores bem definidos e novas perspectivas de planejamento. Exemplos significativos incluem a Cidade Radiante de Le Corbusier, com suas grandes avenidas e áreas verdes; o Plano Piloto de Brasília, idealizado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, voltado para uma visão futurista; e os projetos de Ludwig Mies van der Rohe, que propunham integração entre arquitetura e natureza. Apesar de suas inovações, o movimento recebeu críticas quanto à impessoalidade das construções e à inadequação de algumas propostas às realidades culturais e sociais da população. **Considerações Finais/Conclusões:** O urbanismo modernista desempenhou um papel essencial na redefinição do planejamento urbano, deixando um legado de inovação, organização e funcionalidade. Contudo, suas propostas foram revisadas para incluir aspectos humanos e sociais nem sempre contemplados em sua origem. Atualmente, o planejamento urbano continua evoluindo, incorporando as lições do modernismo para equilibrar eficiência, identidade cultural e o bem-estar das comunidades.

Palavras-chave: Planejamento Urbano. Revolução Industrial. Funcionalismo.

Referências: COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: MEC/Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1957.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Resumo oriundo de atividades de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DO HIDROSSANITÁRIO COMO PROJETO COMPLEMENTAR

AGUIAR, Cláudia Fernandes de Souza ¹; FREITAS, Liliane Macedo Gomes de ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: O projeto hidrossanitário, como parte dos projetos complementares, é essencial para garantir a eficiência e segurança dos sistemas de abastecimento de água, esgoto e águas pluviais em uma edificação. Seu desenvolvimento exige que o arquiteto aplique os conhecimentos adquiridos, considerando normas técnicas, princípios de sustentabilidade e soluções viáveis para evitar falhas no sistema. Além de assegurar o bom funcionamento da infraestrutura hidráulica, o projeto contribui para a otimização de recursos e redução de custos, promovendo edificações bem planejadas e adaptadas às necessidades dos usuários. **Objetivo:** Desenvolver a análise e descrição detalhada do sistema de abastecimento, esgoto e águas pluviais, visando a otimização do uso da água e a redução de gastos. **Métodos:** Em projetos novos, o projeto arquitetônico serve como base para definir distâncias e disposições dos componentes hidráulicos. Já em instalações realizadas sem um planejamento prévio, torna-se necessária a elaboração de um projeto hidrossanitário específico, que envolve medições detalhadas dos itens instalados, registros fotográficos e coleta de informações essenciais. Além disso, ferramentas digitais, como *softwares BIM*, otimizam a representação gráfica, permitindo uma leitura clara e precisa do projeto, facilitando sua execução. **Resultados:** O resultado de um projeto hidrossanitário bem elaborado reflete diretamente na eficiência, segurança e sustentabilidade das edificações. O domínio do conteúdo estudado é essencial para arquitetos e urbanistas, pois permite a aplicação de normas técnicas, especificações adequadas de materiais e o desenvolvimento de soluções que otimizam o consumo de água, reduzem custos de obra e minimizam problemas de manutenção. O conhecimento aprofundado sobre redes de abastecimento, esgoto e drenagem pluvial possibilita a criação de sistemas eficientes, evitando desperdícios de materiais, tempo e mão de obra. **Conclusão/Considerações Finais:** O projeto hidrossanitário é uma ferramenta estratégica para uma instalação hidráulica eficiente, abrangendo sistemas de água fria e quente, ajustando-se às reais necessidades dos usuários com soluções funcionais e otimizadas. As explicações da professora da disciplina foram fundamentais para a compreensão das especificações técnicas, garantindo que o projeto proporcione praticidade, segurança e conforto dentro da edificação.

Palavras-chave: Projetos eficientes e sustentáveis. Planejamento. Infraestrutura Hidráulica.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626:1998 – Instalação predial de água fria**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://ecivilufes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/06/nbr-05626-1998-instalac3a7c3a3o-predial-de-c3a1gua-fria.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução**. Rio de Janeiro, 1999.

EPEC. **Projeto hidrossanitário: por que é importante possuir um?** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. Disponível em: <https://epec-ufsc.com.br/projeto-hidrossanitario/projeto-hidrossanitario-por-que-e-importante-possuir-um/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ORÇAFASCIO. **A importância do projeto hidrossanitário para o sucesso e sustentabilidade da sua obra**. 2023. Disponível em: <https://comunidade.orcafascio.com/movimente-news-0vt0tznt/post/a-importancia-do-projeto-hidrossanitario-para-o-sucesso-e-NqwxNpni0RxPB8e>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SIENGE. Como fazer projeto hidrossanitário? 2022. Disponível em: <https://sienge.com.br/blog/como-fazer-projeto-hidrossanitario/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Resumo oriundo de atividades de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PSCIP da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DA VENTILAÇÃO NAS REDES DE ESGOTO PREDIAL

BORÉM, Isa Murta¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do²;

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A compreensão prática dos sistemas hidráulicos residenciais é essencial para a formação do arquiteto, pois o bom funcionamento das instalações impacta diretamente a qualidade de vida dos usuários. A atividade de dimensionamento hidráulico, proposta na disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP, proporcionou um aprofundamento nos conceitos técnicos, possibilitando a aplicação de normas e práticas de projeto à realidade das edificações residenciais. **Objetivos:** O objetivo da atividade foi capacitar os acadêmicos a realizarem o dimensionamento das tubulações com base na norma brasileira NBR 5626:2020, aplicando esse conhecimento à análise de um ambiente real — a exemplo o banheiro de uma residência. **Métodos:** A atividade teve início com a identificação do tipo de edificação. Posteriormente, foram detectados os pontos hidráulicos presentes no banheiro, como lavatório, chuveiro, ducha higiênica e vaso sanitário. Em seguida, foram levantadas as distâncias entre esses pontos e o reservatório de água. Com base nos dados coletados, foi realizado um dimensionamento hipotético do diâmetro ideal das tubulações, utilizando as tabelas fornecidas pela NBR 5626. Essas tabelas relacionam o diâmetro interno das tubulações à quantidade total de Unidades de Carga (UC) e ao comprimento do ramal, servindo como referência para a escolha do diâmetro adequado para cada trecho da instalação. Além disso, foram feitos testes com o registro geral, permitindo entender o funcionamento da pressão e da vazão da água. **Resultados:** A experiência permitiu uma compreensão mais clara sobre o funcionamento dos sistemas hidráulicos, destacando a relação entre pressão, vazão e simultaneidade de uso. Ao observar e analisar o banheiro da residência, foi possível identificar pontos críticos da instalação e propor melhorias técnicas com base no dimensionamento adequado. A atividade também evidenciou a importância de uma escolha correta dos pontos de registro e o impacto de um bom dimensionamento das tubulações para o bom desempenho do sistema hidráulico. **Considerações Finais:** A atividade de dimensionamento hidráulico proporcionou um aprendizado prático e aplicável, permitindo o desenvolvimento de habilidades técnicas essenciais. A análise de um ambiente doméstico existente facilitou a internalização dos conceitos aprendidos e reforçou a importância do cumprimento das normas técnicas para garantir a eficiência e segurança das instalações hidráulicas.

Palavras-chave: Dimensionamento hidráulico. Normas técnicas. Banheiro residencial.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Instalações prediais de água fria: projeto, execução, operação e manutenção*. NBR 5626, 2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

Resumo oriundo de atividade prática da Matéria Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL: ENERGIA SOLAR EM COMUNIDADES

Maria Eduarda de Azevedo Silva¹; Maria Eduarda Nalin¹; Mariana Cristina Oliveira do Rosário²

¹Acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc

RESUMO: A crescente busca por soluções energéticas sustentáveis tem impulsionado a adoção da energia solar em habitações de interesse social (HIS), especialmente em comunidades de baixa renda. Este trabalho discute a importância da integração de sistemas fotovoltaicos às instalações elétricas dessas moradias, visando reduzir custos com eletricidade, promover a sustentabilidade e ampliar a inclusão energética. A energia solar fotovoltaica é uma fonte limpa, renovável e de fácil adaptação em contextos urbanos e rurais, contribuindo para a autonomia energética das famílias e a valorização dos empreendimentos. Sua implementação requer planejamento técnico rigoroso, considerando o dimensionamento do sistema, a compatibilidade com a infraestrutura existente, o atendimento às normas técnicas e a análise da viabilidade econômica. Políticas públicas e programas sociais de incentivo são fundamentais para viabilizar a instalação em larga escala. Projetos-piloto em comunidades brasileiras demonstram impactos positivos, como a redução de emissões de carbono, a melhoria da qualidade de vida e a geração de renda através de capacitação em manutenção de sistemas. Assim, a adoção da energia solar em HIS configura-se como instrumento de inovação tecnológica, justiça social e sustentabilidade ambiental. Incentivar essas iniciativas e sua divulgação em eventos acadêmicos fortalece a produção científica e o compromisso dos futuros profissionais com a transformação da realidade habitacional brasileira.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 16274: Sistemas fotovoltaicos (FV) – Requisitos gerais de projeto e instalação. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Programa de Desenvolvimento da Geração Distribuída de Energia Elétrica (ProGD). Brasília: MME, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (INEE). Energia solar para habitações sociais. Disponível em: www.inee.org.br

Resumo oriundo das atividades da matéria de Instalações Elétricas da UNIFIPMoc

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE CLIMÁTICA EM PROJETOS ARQUITETÔNICOS.

Gustavo Ferreira Dias¹; Mariana Mendes Carvalho¹; Marysol Chahín Araújo¹; Sâmilly Ferreira de Souza¹; Janice Zumba².

¹Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc – AFYA

²Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc - AFYA

Introdução: A ANÁLISE CLIMÁTICA É ESSENCIAL PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS MAIS EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS. AO COMPREENDER AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE UMA REGIÃO — COMO TEMPERATURA, UMIDADE E VENTILAÇÃO — É POSSÍVEL PROPOR SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS QUE PROPORCIONEM CONFORTO TÉRMICO AOS USUÁRIOS, REDUZAM O CONSUMO DE ENERGIA E VALORIZEM OS RECURSOS NATURAIS LOCAIS. O DESCONHECIMENTO DESSAS VARIÁVEIS PODE LEVAR A EDIFICAÇÕES COM DESCONFORTO TÉRMICO, USO EXCESSIVO DE CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL E IMPACTO AMBIENTAL NEGATIVO. **OBJETIVO:** O PRESENTE ESTUDO TEM COMO OBJETIVO DESTACAR A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DO CLIMA LOCAL COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA FASE INICIAL DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS. PRETENDE-SE DEMONSTRAR COMO DADOS CLIMÁTICOS ORIENTAM DECISÕES SOBRE VENTILAÇÃO, ILUMINAÇÃO NATURAL, ESCOLHA DE MATERIAIS E ESTRATÉGIAS PASSIVAS DE CLIMATIZAÇÃO. **MÉTODOS:** FOI REALIZADA UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E ANÁLISE DE DADOS CLIMÁTICOS REGIONAIS, CONSIDERANDO PARÂMETROS COMO TEMPERATURA MÉDIA, UMIDADE RELATIVA DO AR, RADIAÇÃO SOLAR E DIREÇÃO DOS VENTOS. TAMBÉM FORAM OBSERVADAS PRÁTICAS PROJETUAIS QUE APLICAM ESSES DADOS NA CONCEPÇÃO DE EDIFICAÇÕES MAIS CONFORTÁVEIS E AMBIENTALMENTE CONSCIENTES. **RESULTADOS:** VERIFICOU-SE QUE O USO ADEQUADO DE INFORMAÇÕES CLIMÁTICAS CONTRIBUI SIGNIFICATIVAMENTE PARA O DESEMPENHO TÉRMICO DAS EDIFICAÇÕES. SOLUÇÕES COMO BRISES, AMPLIAÇÃO DE ABERTURAS PARA VENTILAÇÃO CRUZADA, USO DE CORES CLARAS NAS FACHADAS E IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS VERDES PRÓXIMAS RESULTAM EM AMBIENTES INTERNOS MAIS FRESCOS E AGRADÁVEIS, MESMO EM REGIÕES DE CLIMA QUENTE. **Considerações Finais:** A INCORPORAÇÃO DE ANÁLISES CLIMÁTICAS NA ARQUITETURA NÃO É APENAS UMA QUESTÃO TÉCNICA, MAS UMA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL. PROJETOS BEM ADAPTADOS AO CLIMA LOCAL PROMOVEM CONFORTO, ECONOMIA DE ENERGIA E MAIOR QUALIDADE DE VIDA AOS USUÁRIOS. É IMPRESCINDÍVEL QUE ARQUITETOS CONSIDEREM ESSAS VARIÁVEIS DESDE AS FASES INICIAIS DO PROJETO PARA GARANTIR SOLUÇÕES MAIS EFICIENTES E SUSTENTÁVEIS.

Palavras chaves: Conforto térmico. Clima. Arquitetura sustentável.

A IMPORTÂNCIA DA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO JUNTAMENTE AO ARQUITETÔNICO

LOPES, Júlia Ribeiro¹; ROSÁRIO, Mariana²;...

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMOC

2 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMOC

RESUMO: O projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico (PCIP) é essencial para garantir e preservar a segurança de todos. O PCIP é um conjunto de normas e medidas técnicas que visa prevenir incêndios e facilitar a evacuação em situações de emergência, minimizando danos materiais e humanos. Isso ocorre a partir da inclusão de elementos como saídas de emergência, extintores, sinalizações e iluminação de emergência nos projetos dos edifícios de grande porte. A realização desse projeto com a participação do arquiteto é essencial para garantir a funcionalidade e segurança em conjunto com o arquitetônico do edifício. Além disso, sendo pensado desde o início, o projeto de PCIP é melhor adaptado ao ambiente, de forma mais harmônica, considerando também o layout e a plástica dos ambientes. Também previne resoluções improvisadas, que podem, inclusive, aumentar o custo da obra. Outro ponto a se pensar é na responsabilidade do arquiteto em caso de acidentes: muitas vezes o cliente tende a optar por reduzir o custo da obra sem pensar em questões de segurança, mas caso algo ocorra, o profissional sempre será considerado o responsável técnico, podendo ser punido. Cabe ao arquiteto, portanto, levar o conhecimento dos riscos com base em seus estudos, explicando que a prevenção é sempre melhor em todos os sentidos. Para evitar que os acidentes ocorram, é fundamental a colaboração entre arquitetos, engenheiros e especialistas em segurança contra incêndio desde a concepção do projeto. Softwares de modelagem BIM facilitam essa integração, permitindo ajustes em tempo real em todos os projetos e melhor comunicação entre a equipe projetista.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.524.033/2021

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc

NEUROARQUITETURA: A INFLUÊNCIA DOS AMBIENTES NA PSICOLOGIA HUMANA

Mariana Alves Maldonado ¹; Luísa Paula Malheiro ¹; Janice Gomes Zumbaz ².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc/Afya

Introdução/Justificativa: A pesquisa se trata de como a neuroarquitetura, sendo ela um estudo da neurociência aplicado à arquitetura, pode influenciar o cérebro humano, o comportamento e suas emoções. Tendo em vista os problemas de saúde mental da sociedade atual, é importante projetar espaços que contribuam para o bem-estar físico e emocional. Como afirma Gaston Bachelard em *A Poética do Espaço*: “A casa é um corpo de imagens que dá abrigo ao sonhador.” Portanto, esse trabalho se justifica pela necessidade de integrar o conhecimento da neurociência ao projeto arquitetônico, promovendo, assim, ambientes mais saudáveis e funcionais. **Objetivo (s):** Esse resumo tem o objetivo de apresentar os fundamentos da neuroarquitetura, destacando os principais recursos que impactam o funcionamento cerebral, sensorial e o comportamento humano, assim também exemplificar suas aplicações em ambientes residenciais, escolares, corporativos e a área da saúde. **Métodos:** Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi realizada uma revisão sistemática da literatura existente sobre neuroarquitetura e sua aplicação em diferentes contextos. A abordagem qualitativa permitiu uma análise aprofundada da relação entre a neuroarquitetura e o bem-estar humano. Os resultados foram sintetizados para fornecer uma visão geral abrangente dos fundamentos e aplicações da neuroarquitetura. **Resultados:** Estudos mostram que elementos arquitetônicos como iluminação natural, cores e presença de natureza influenciam o cérebro, o humor e o comportamento das pessoas. Ambientes projetados com base em neurociência reduzem o estresse, melhoram a concentração e aumentam o bem-estar. Isso é especialmente notável em escolas e hospitais, onde ambientes adequados melhoram o desempenho cognitivo e recuperação de pacientes. Além disso, análises com eletroencefalograma (EEG) e ressonância magnética funcional (fMRI) confirmam que diferentes formas, alturas de teto, texturas e esquemas de luz ativam áreas cerebrais relacionadas à emoção, empatia e tomada de decisão. **Considerações Finais/Conclusões:** Em resumo, a neuroarquitetura oferece uma abordagem inovadora para projetar espaços que atendam às necessidades humanas, promovendo ambientes mais saudáveis, funcionais e sustentáveis.

Palavras-chave: Neuroarquitetura, neurociência, arquitetura, bem-estar.

Referências:

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOREIRA, Taina da Silva. *Neuroarquitetura: a influência dos espaços no comportamento humano*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Design de Interiores) – Etec de Artes, Centro Paula Souza, São Paulo, 2022. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/27192/1/dcc_2022_2_tainadasilvamoreira_neuroarquitetura.pdf

ALVES, Nathalia Barbosa. *Arquitetura escolar: princípios da neuroarquitetura aplicados na transformação de um espaço educacional*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/799ce51e-4cd6-4bd4-8482-5bce561589e0>.

Resumo oriundo de atividades de Conforto Ambiental: Térmico da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA OD NO PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES

LOPES, Júlia Ribeiro¹; ASSIS, Lucas Guimarães Cavalcante de²;

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMOC

RESUMO: A pesquisa Origem-Destino (OD) tem como objetivo analisar os fluxos de deslocamento das pessoas dentro da área urbana, identificando os trajetos que elas fazem, as razões para as viagens, os horários de saída e chegada, além dos meios de transporte utilizados. Esses dados são combinados com informações socioeconômicas, como renda e nível educacional. Com base nessas informações, os gestores públicos podem avaliar a eficiência do sistema de transporte, prever os impactos do crescimento urbano e planejar adequações e investimentos. A coleta de dados é feita por amostragem, com a seleção de domicílios a serem entrevistados, garantindo que a pesquisa seja representativa e válida. No setor de planejamento de transporte público, a pesquisa Origem-Destino oferece insights cruciais. Ela permite identificar áreas que precisam de novas linhas de ônibus, terminais ou até o aumento da frota e a criação de novos modais de transporte. Além disso, é possível realizar projeções para avaliar se novas intervenções serão eficazes para resolver problemas existentes. Os resultados dessa pesquisa também são fundamentais para o planejamento do transporte privado. Com eles, é possível identificar os principais pontos de congestionamento e planejar melhorias no trânsito, como mudanças no fluxo de vias, criação de eixos de transporte e outras ações necessárias. No âmbito da arquitetura e urbanismo, é de extrema importância pois o trânsito e o planejamento de transportes influencia diretamente o funcionamento da cidade através do zoneamento urbano. Uma área afastada, por exemplo, ao ser zoneada e receber acesso ao transporte e outros investimentos, passa a ter outro valor imobiliário, mudando a dinâmica da região. Assim, fica clara a necessidade da realização da pesquisa OD para planejamento de transportes e urbano.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.524.033/2021

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc

O ESTUDO DA LEGISLAÇÃO URBANA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

SANTOS, Amanda Trindade¹; SANTOS, Melissa Aracely Alves²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira dos³;

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

Introdução/Justificativa: No dia 13 de março de 2025, foi realizado um seminário na disciplina de Legislação Urbana, destinado aos alunos do 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc. A atividade teve como finalidade compreender a evolução das cidades ao longo da história, correlacionando-a ao papel da legislação urbana na configuração dos espaços urbanos e no desenvolvimento social. **Objetivo(s):** Analisar o papel da legislação urbana na formação das cidades e sua relevância para o ordenamento territorial, destacando a necessidade de revisão constante dessas normas para acompanhar as transformações urbanas e sociais. **Métodos:** A metodologia adotada consistiu na apresentação de seminários por grupos de estudantes, que abordaram os principais períodos históricos do urbanismo, desde as cidades antigas até os desafios das cidades futuras. Os temas incluíram a organização espacial nas cidades gregas e romanas, passando pela Idade Média, Renascimento, Revolução Industrial e urbanismo moderno do século XX. As apresentações foram acompanhadas por dinâmicas interativas, como jogos, questionários e distribuição de brindes, com base no conteúdo trabalhado. **Resultados:** A atividade proporcionou uma aprendizagem dinâmica, participativa e colaborativa, promovendo o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes a partir da análise histórica das cidades e das legislações que as moldaram. Os alunos demonstraram maior compreensão sobre a função das leis urbanas como mecanismos de planejamento e inclusão social. **Considerações Finais/Conclusões:** O seminário evidenciou que as legislações urbanas são instrumentos fundamentais na construção das cidades. A experiência mostrou a importância da adoção de metodologias ativas no ensino superior, ao estimular o protagonismo discente e tornar a aprendizagem mais significativa, favorecendo a formação de profissionais críticos e conscientes da realidade urbana.

Palavras-chave: Legislação urbana. Planejamento urbano. Ensino ativo.

Referências:

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257.** de 10 de julho de 2001.

FREITAG, Bárbara. **Cidades e cidadania.** São Paulo: Moderna, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual.** São Paulo: EdUSP, 1993.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Legislação Urbana do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS EM EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

SANTOS, Melissa Aracely Alves¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira dos;
¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.
²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: Em março de 2025, foi desenvolvida uma atividade prática na disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP, direcionada aos alunos do 7º período. A proposta teve como finalidade proporcionar aos estudantes a compreensão, na prática, do funcionamento das redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto em edificações residenciais. A atividade consistiu na realização de um levantamento técnico detalhado das instalações hidrossanitárias de um cômodo da residência, como cozinha, área de serviço ou banheiro, como pontos de água, esgoto e peças sanitárias. **Objetivos:** A atividade teve como objetivo promover a vivência prática e a aplicação dos conhecimentos teóricos sobre instalações prediais, permitindo aos alunos o reconhecimento dos componentes das redes hidrossanitárias, bem como sua representação gráfica e dimensionamento conforme as normas técnicas. **Métodos:** Para o correto dimensionamento das tubulações e organização dos sistemas, foram adotadas como referência as diretrizes da NBR 5626:2020 e da NBR 8160:1999 que orientam os parâmetros técnicos mínimos de segurança, funcionalidade e desempenho. Durante o desenvolvimento da atividade, os alunos elaboraram um croqui representando o funcionamento das redes, abordando os princípios do sistema de abastecimento de água potável e do esgotamento sanitário. **Resultados:** A atividade possibilitou a observação técnica de campo, o reconhecimento dos elementos dos sistemas hidrossanitários e a aplicação prática dos conhecimentos teóricos. O exercício também permitiu que os estudantes compreendessem a importância do correto dimensionamento das tubulações para garantir o conforto, a salubridade e a funcionalidade dos espaços construídos, aspectos essenciais para o desempenho das edificações. **Considerações Finais/Conclusões:** A experiência contribuiu para a formação técnica e crítica dos alunos, fortalecendo a relação entre teoria e prática no ensino de Arquitetura e Urbanismo. A vivência direta com o objeto de estudo promoveu uma compreensão aprofundada dos sistemas hidrossanitários, capacitando os futuros profissionais a identificar falhas, propor soluções eficientes e projetar sistemas compatíveis com as necessidades reais das edificações. Assim, conclui-se que a adoção de métodos práticos no ensino é essencial para a formação de profissionais qualificados, capazes de atuar com responsabilidade técnica e consciência das implicações funcionais e ambientais das infraestruturas prediais.

Palavras-chave: Instalações hidrossanitárias. Abastecimento de água. Esgotamento sanitário. Ensino prático.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5626:2020 – Instalação predial de água fria. Rio de Janeiro, 2020.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução. Rio de Janeiro, 1999

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

MAKET IA NA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA

BORÉM, Isa Murta¹; JESUS, Julia Maria Caldeira de²; LOPES, Alice Souto Procopio³; OLIVA, Pedro Santos⁴; SILVA, Vitor José Apolinário⁵; SILVA, Maria Eduarda Santos⁶; ALMEIDA, Pedro César⁷
¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA
²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA
³Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA
⁴Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA
⁵Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA
⁶Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA
⁷Professor (a) do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA

Introdução/Justificativa: A integração entre inteligência artificial (IA) e arquitetura vem transformando o modo como os projetos são concebidos, otimizando etapas de criação, modelagem e planejamento. Neste cenário, a ferramenta Maket IA surge como uma inovação voltada à geração automática de plantas e soluções arquitetônicas. O presente resumo busca apresentar os limites e potencialidades do uso dessa tecnologia no campo da arquitetura inteligente. **Objetivo(s):** Investigar o funcionamento e a aplicabilidade da ferramenta Maket IA, avaliando sua utilidade no processo criativo e técnico de projetos arquitetônicos, bem como seus limites em comparação ao trabalho de um arquiteto humano. **Métodos:** A pesquisa consistiu na experimentação prática da ferramenta Maket IA, com base na geração de modelos e plantas a partir de parâmetros específicos definidos por alunos da disciplina. Foram observados os resultados obtidos, os recursos disponíveis e as limitações técnicas da IA durante a simulação de projetos. **Resultados:** A ferramenta demonstrou rapidez na criação de propostas de layout e forneceu recursos úteis, como modelagem automática e sugestões de ambientes. No entanto, apresentou instabilidades (“bugs”) e limitações de personalização. A IA ainda não é capaz de substituir a sensibilidade e a análise crítica do arquiteto, especialmente em projetos complexos ou com exigências específicas. **Considerações Finais/Conclusões:** A utilização do Maket IA representa um avanço importante no uso da tecnologia em arquitetura, podendo servir como apoio na fase inicial dos projetos. Contudo, sua eficácia ainda depende da atuação humana para ajustes e decisões específicas. O conhecimento dessas ferramentas é essencial para que futuros arquitetos se mantenham atualizados e competitivos no mercado.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Arquitetura Inteligente. Maket IA.

Referências:

D’AGOSTINI, Fernanda F. Arquitetura e Inteligência Artificial: O Futuro da Profissão. *Pensar*, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://pensaer.com.br/o-futuro-da-arquitetura-na-era-da-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 19 maio 2025.2.
MAKET. Generative Design for Residential Planning. Disponível em: <https://www.maket.ai/>. Acesso em: 19 maio 2025

Resumo oriundo de atividades da matéria Projeto de Arquitetura Inteligente da UNIFIPMoc/Afya

REAPROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA: SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA HÍDRICA EM EDIFICAÇÕES

SILVA, Marco Antônio dos Santos¹; CRUZ, Adilson Chaid Alvez da²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução/Justificativa: O reaproveitamento da água da chuva é uma prática sustentável essencial para a conservação dos recursos hídricos e a redução do consumo de água potável em edificações. Diante do crescimento populacional e da escassez de água em diversas regiões do mundo, a utilização da água pluvial para fins não potáveis torna-se uma solução viável e ambientalmente responsável. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é analisar os benefícios do reaproveitamento da água da chuva, identificando suas principais aplicações, vantagens e desafios na implementação em edificações residenciais, comerciais e industriais. **Método:** A coleta da água da chuva ocorre por meio de sistemas compostos por calhas, condutores verticais, filtros, reservatórios de armazenamento e sistemas de bombeamento. Essa água pode ser utilizada para diversas finalidades, como irrigação de jardins, lavagem de pisos e veículos, descargas sanitárias e resfriamento de equipamentos industriais. **Resultados:** Um dos principais benefícios do reaproveitamento da água da chuva é a economia no consumo de água potável, reduzindo a demanda sobre os sistemas de abastecimento público. Além disso, essa prática contribui para a mitigação de enchentes urbanas, pois evita que grandes volumes de água sejam direcionados diretamente para os sistemas de drenagem, diminuindo a sobrecarga nas redes pluviais. Estudos demonstram que, dependendo da capacidade do sistema e do regime pluviométrico da região, é possível suprir entre 30% e 50% da demanda hídrica de uma edificação apenas com o uso da água da chuva. Em locais com índices elevados de precipitação, essa porcentagem pode ser ainda maior, proporcionando uma redução significativa nos custos com abastecimento. Do ponto de vista ambiental, o reaproveitamento da água pluvial contribui para a preservação dos mananciais, reduzindo a necessidade de exploração de aquíferos e rios para a obtenção de água potável. Também minimiza a poluição hídrica, pois a captação adequada impede que contaminantes urbanos sejam levados diretamente para os corpos d'água. **Conclusão:** O uso dessa tecnologia pode ser aplicado tanto em residências quanto em edifícios comerciais e industriais, sendo incentivado por políticas públicas e programas de certificação ambiental, como o LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) e o AQUA (Alta Qualidade Ambiental). Essas certificações reconhecem projetos que adotam práticas sustentáveis e promovem a eficiência no uso dos recursos naturais. Porém, apesar das vantagens, a adoção do reaproveitamento da água da chuva ainda enfrenta desafios, como o alto custo inicial para a instalação dos sistemas e a falta de conhecimento técnico por parte de construtores e consumidores. Para superar essas barreiras, é fundamental a disseminação de informações sobre os benefícios econômicos e ambientais dessa prática, bem como o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem sua implementação. Em suma, o reaproveitamento da água da chuva é uma alternativa eficiente e sustentável para reduzir o consumo de água potável e minimizar impactos ambientais. Com a correta aplicação das normas técnicas e investimentos em tecnologias acessíveis, essa prática pode se tornar cada vez mais comum, contribuindo para a preservação dos recursos hídricos e para um futuro mais sustentável.

Palavras-chave: Reaproveitamento, Economia, Sustentabilidade.

Referências: <https://www.scielo.br/j/ambiagua/a/ggpxVmJS8rphCrSGf9zLsFL>. Acessado em 22/02/2025.
https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/construcao_civil_importancia_do_reuso_da_agua_de_chuva_para_fins_nao_potaveis_embasado_na_nbr.pdf. Acessado em 22/02/2025.
<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/59672/1/TCC-Anne.pdf> Acessado em 22/02/2025

A IMPORTÂNCIA DO DIMENSIONAMENTO CORRETO EM SISTEMAS HIDROSSANITÁRIOS PARA EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

BRITO, Noemi Simões¹; ANDRADE, Yasmin Barbosa de²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³;
¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc
² Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc
³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução: O correto funcionamento das instalações hidrossanitárias em um projeto residencial é essencial para garantir conforto e saúde aos moradores. O estudo de sistemas como os de esgoto e abastecimento de água é crucial para entender como a infraestrutura de um imóvel pode impactar a qualidade de vida. Este trabalho tem como objetivo avaliar a adequação e funcionalidade das instalações hidrossanitárias, com foco nos sistemas de esgoto e água potável, além de verificar a importância de uma análise detalhada no processo de projeto arquitetônico e sua relação com o uso sustentável do solo. **Objetivo(s):** Analisar as instalações hidrossanitárias de residências a partir da avaliação de sistemas de esgoto e abastecimento de água, buscando identificar pontos críticos e melhorar a eficiência dos sistemas. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise visual das instalações hidrossanitárias nos banheiros das residências dos alunos. A partir da observação direta dos sistemas de esgoto e abastecimento de água, foi possível identificar a disposição dos componentes e avaliar a eficiência dos sistemas. Além disso, foram observadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente as relacionadas ao dimensionamento de instalações prediais de água e esgoto (ABNT NBR 5626:2020; ABNT NBR 8160:1999), e sua aplicação prática nos projetos analisados. **Resultados:** A análise revelou que muitos projetos de residências não consideram as dimensões ideais para os sistemas de esgoto e abastecimento de água, conforme estabelecido pelas normas da ABNT. A disposição dos pontos de água e esgoto, em várias situações, está comprometida, o que resulta em problemas de pressão, obstruções e desconforto para os moradores. Além disso, foi identificado que a ventilação inadequada nos sistemas de esgoto e o uso de materiais não especificados nas normas podem comprometer a durabilidade e eficiência do sistema hidrossanitário. **Considerações Finais:** Conclui-se que o planejamento adequado das instalações hidrossanitárias é fundamental para garantir o bom funcionamento de sistemas essenciais, como água potável e esgoto. Um projeto eficiente deve considerar as necessidades dos moradores, a localização do imóvel e as especificidades do terreno, sempre respeitando as normas da ABNT para garantir soluções sustentáveis e de baixo custo. O conhecimento técnico e a aplicação das normas regulamentadoras são imprescindíveis para um projeto bem-sucedido.

Palavras-chave: Instalações Hidrossanitárias. Abastecimento de Água. Sistema de Esgoto.

Referências:

ABNT. **NBR 5626:2020 – Instalação predial de água fria – Projeto, execução e manutenção.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020.

ABNT. **NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1999.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP da UNIFIPMoc-Afya

A LEGISLAÇÃO URBANA E AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO: O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO COMO DIREITO COLETIVO

BRITO, Noemi Simões¹; ANDRADE, Yasmin Barbosa de²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³;
¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc
² Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc
³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução: A legislação urbana existe para garantir o uso ordenado e justo do solo urbano. No entanto, sua aplicação muitas vezes não leva em consideração as necessidades reais da população, resultando em ocupações irregulares, deficiências em infraestrutura e exclusão social. Henri Lefebvre (2001) argumenta que o direito à cidade é fundamental para que todos possam participar da construção do espaço urbano. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) representa um avanço importante, mas sua eficácia depende da correta aplicação nos contextos locais e da participação ativa da população. **Objetivo(s):** Analisar de que maneira a legislação urbana pode ser um instrumento para promover a inclusão social, quando aplicada ao uso e à ocupação do solo de maneira justa e eficiente. **Métodos:** A pesquisa baseou-se nas aulas discutidas em sala de aula, nas observações realizadas sobre a realidade urbana local e em referências teóricas, incluindo o livro *O Direito à Cidade* (LEFEBVRE, 2001) e o Estatuto da Cidade. **Resultados:** Foi identificado que, em várias cidades, o uso e a ocupação do solo são mais guiados por interesses econômicos do que por necessidades sociais. Áreas centrais, bem equipadas e desenvolvidas, continuam sendo inacessíveis para grande parte da população de baixa renda. Por outro lado, as periferias são ocupadas por moradias precárias e muitas vezes fora do zoneamento adequado. O zoneamento urbano, quando mal planejado, agrava a segregação ao distanciar moradia, trabalho e serviços essenciais. **Considerações Finais:** A legislação urbana só cumpre seu papel de promoção da justiça social quando está acompanhada de um planejamento participativo. O uso do solo precisa ser orientado para atender às necessidades da comunidade, oferecendo acesso à moradia digna, infraestrutura e mobilidade. O poder público deve garantir a aplicação do Estatuto da Cidade de forma eficaz e alinhada às necessidades sociais e territoriais da população.

Palavras-chave: Legislação Urbana. Direito à Cidade. Uso e Ocupação do Solo.

Referências:

BRASIL. **Lei nº 10.257.** 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Arquitetura de Interiores Comercial da UNIFIPMoc/Afya

NEUROARQUITETURA E ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA: INFLUÊNCIAS NA QUALIDADE AMBIENTAL

Maria Fernanda Marques Aguiar¹; Ingrid Patricia Alves Machado ¹; Janice Zumba².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc /Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc /Afya

A neuroarquitetura é um campo interdisciplinar que busca entender como o ambiente construído impacta diretamente o cérebro e o comportamento humano, influenciando emoções, bem-estar e produtividade. Em paralelo, a arquitetura bioclimática foca em projetar espaços que se adaptam às condições climáticas locais, utilizando recursos naturais para garantir conforto térmico, iluminação adequada e economia de energia. Considerar esses dois campos no processo de criação arquitetônica é fundamental para desenvolver projetos que sejam ao mesmo tempo funcionais, saudáveis e ambientalmente responsáveis. Este trabalho visa explorar os conceitos fundamentais da neuroarquitetura e da arquitetura bioclimática, demonstrando como a combinação dessas abordagens pode contribuir para a criação de espaços que promovam o conforto físico e mental dos usuários, além de favorecer a sustentabilidade ambiental. Foi realizada uma revisão bibliográfica de publicações recentes e reconhecidas, incluindo artigos científicos e livros especializados nas áreas da neuroarquitetura e arquitetura bioclimática. A análise concentrou-se em identificar estratégias de design que influenciam positivamente o comportamento humano e que utilizam recursos naturais para melhorar a eficiência energética e o conforto ambiental. A neuroarquitetura mostra que aspectos como a entrada de luz natural, a escolha de cores, a disposição do espaço e a ventilação são determinantes para o equilíbrio emocional e o desempenho cognitivo dos indivíduos. Espaços com boa iluminação natural e ventilação adequada reduzem o estresse e aumentam a concentração. Já a arquitetura bioclimática utiliza técnicas como orientação solar correta, sombreamento, isolamento térmico, ventilação cruzada e uso de materiais sustentáveis, para garantir conforto térmico e reduzir a necessidade de sistemas artificiais de climatização. A integração dessas duas áreas permite o desenvolvimento de ambientes que respondem às necessidades emocionais dos usuários e às exigências ambientais, gerando benefícios tanto para a saúde quanto para o meio ambiente. A associação entre neuroarquitetura e arquitetura bioclimática revela um caminho promissor para o futuro da arquitetura, centrado no ser humano e na preservação ambiental. Projetos que consideram os efeitos neurobiológicos dos espaços aliados às condições climáticas locais têm maior potencial de criar ambientes confortáveis, funcionais e sustentáveis. Dessa forma, arquitetos podem contribuir para a qualidade de vida dos usuários, promovendo saúde mental e física, ao mesmo tempo em que minimizam o impacto ambiental das construções.

Palavras-chave: Neuroarquitetura. Arquitetura bioclimática. Conforto ambiental. Sustentabilidade

Referências:

Mallgrave, H. F. (2010). Arquitetura e neurociência: A perspectiva biológica do ambiente construído. Editora Gustavo Gili.
Lechner, N. (2015). Heating, Cooling, Lighting: Sustainable Design Methods for Architects. Wiley.
Augustin, S. (2013). Neuroarquitetura: Como a arquitetura afeta o cérebro. Artmed Editora. VILLAÇA, Flávio. O que é urbanismo. São Paulo: Brasiliense,

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

O PLANO DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

DOMICIANO, Gabriel Vitor da Silva¹; MOREIRA, Victor Gonçalves¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/ Afya

² Professor(a) do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/ Afya

Introdução/Justificativa: O processo de urbanização do Brasil, muitas vezes desordenado e desigual, traz diversos desafios, como a ocupação irregular do solo, a precariedade da infraestrutura urbana, a segregação socioespacial e o aumento da vulnerabilidade ambiental. Nesse contexto, torna-se necessário um instrumento capaz de orientar e organizar o desenvolvimento urbano de maneira sustentável e democrática. O Plano Diretor cumpre esse papel ao estabelecer diretrizes que garantem o pleno funcionamento das cidades e o acesso igualitário a bens e serviços urbanos, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). **Objetivo:** Este resumo tem como objetivo apresentar os principais conceitos relacionados ao Plano Diretor, destacando sua função dentro da gestão urbana e sua aplicação prática nos municípios. Busca-se compreender de que forma esse instrumento contribui para uma melhor construção das cidades. **Método:** A metodologia consiste em uma abordagem teórica e normativa, com base na análise da legislação brasileira pertinente, principalmente o Estatuto da Cidade, e em estudos acadêmicos da área de Planejamento Urbano. **Resultados:** O Plano Diretor é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios. Estabelece diretrizes para o uso e ocupação do solo, define zonas urbanas e rurais, orienta a implantação de equipamentos públicos, regula o parcelamento, edificação e utilização do solo, além de integrar políticas de habitação, mobilidade, meio ambiente e patrimônio cultural. Sua aplicação é obrigatória para cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas ou áreas com relevante impacto ambiental ou turístico. A elaboração do Plano deve ser feita com ampla participação popular, garantindo que os interesses coletivos estejam representados. Quando implementado de forma eficaz, o Plano Diretor contribui para a inclusão social, a proteção ambiental, a melhoria da infraestrutura urbana e o fortalecimento da gestão democrática. **Conclusão:** O Plano Diretor é um instrumento indispensável para o desenvolvimento urbano sustentável. Ele oferece diretrizes que orientam o crescimento das cidades promovendo qualidade de vida para a população. Para isso, é fundamental que sua elaboração seja participativa, sua implementação seja comprometida e sua revisão periódica, constante. O Plano Diretor não é um documento técnico, mas um pacto coletivo em prol de cidades mais equilibradas, inclusivas e resilientes.

Palavras-chave: Urbanização. Plano Diretor. Desenvolvimento urbano.

Referências:

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10257.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

VENTILAÇÃO SANITÁRIA: ELEMENTO ESSENCIAL NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Ribeiro, Bárbara Maria Santana ¹; Moreira, Victor Gonçalves ¹; Rosário, Mariana Cristina Oliveira do ².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução/Justificativa: A ventilação sanitária é essencial nos sistemas prediais de esgoto, desempenhando funções que vão além da simples condução de gases. Ela é importante para garantir o conforto e o funcionamento eficiente das instalações evitando a propagação de odores desagradáveis. Discutir esse tema é importante para que os futuros profissionais sejam capazes de desenvolver projetos que unam qualidade ambiental, eficiência técnica e bem-estar para os ocupantes. **Objetivo:** O trabalho tem como finalidade apresentar a função e a importância da ventilação sanitária nas edificações, explicando seus principais tipos, como atuam dentro do sistema de esgoto e quais os problemas que podem surgir quando esse elemento é desconsiderado ou mal dimensionado. **Método:** A pesquisa foi baseada no conteúdo trabalhado em sala de aula na disciplina de Instalações Hidrossanitárias, com apoio na norma NBR 8160, que orienta sobre o dimensionamento e aplicação de sistemas de esgoto sanitário. Também foram consultados esquemas e exemplos práticos para ilustrar o funcionamento dos sistemas de ventilação. **Resultados:** Foi possível compreender que a ventilação sanitária é responsável por equilibrar a pressão dentro das tubulações, evitando o rompimento do sifão, que atua como barreira contra os gases provenientes da rede de esgoto. Sem essa proteção, odores e até contaminações podem invadir os ambientes internos. A ventilação primária, que liga diretamente o sistema à atmosfera, é obrigatória, enquanto a secundária serve como reforço em redes mais extensas ou com muitas conexões. Um exemplo comum é o de apartamentos em andares superiores, que, sem ventilação adequada, podem sofrer refluxo de gases. Quando a ventilação é mal planejada, surgem falhas como escoamento lento, odores persistentes e aumento da demanda por manutenção. **Considerações Finais:** A análise da ventilação sanitária demonstra sua importância na funcionalidade das edificações e na preservação da qualidade do ambiente interno. Aplicar esse sistema de maneira correta, respeitando as normas técnicas, é uma forma de prevenir problemas e garantir conforto aos usuários. Para que os projetos arquitetônicos sejam completos e sustentáveis, é importante que os profissionais da área considerem esse tipo de instalação desde o início do processo de concepção.

Palavras-chave: Ventilação. Sanitária. Esgoto. Hidrossanitária.

Referências: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

Resumo oriundo de atividades do Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP da UNIFIPMoc/Afya

PLANEJAMENTO E EXPANSÃO: UMA LEITURA URBANA DA CAPITAL MINEIRA

RIBEIRO, Bárbara Maria Santana ¹; LIMA, Matheus André Torres ¹; MOREIRA, Victor Gonçalves ¹; ROSÁRIO, Mariana

Cristina Oliveira do ².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução/Justificativa: Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, foi uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, surgida em um contexto de modernização republicana no final do século XIX. Sua construção, pensada para substituir Ouro Preto como capital estadual, representou uma ruptura simbólica com o passado colonial e refletiu ideais de racionalidade urbana. O estudo da história de Belo Horizonte é essencial para compreender os caminhos e impasses do planejamento urbano e regional brasileiro, bem como os impactos sociais e espaciais decorrentes de decisões urbanísticas. **Objetivo:** Esse resumo tem como objetivo apresentar um panorama da formação urbana de Belo Horizonte, destacando os aspectos do planejamento que marcaram sua concepção, expansão e os desafios decorrentes do modelo inicial. **Metodologia:** A metodologia se baseia em pesquisa teórica e histórica, por meio da análise de fontes acadêmicas e registros institucionais. A abordagem busca relacionar o processo de urbanização da capital mineira com os princípios do planejamento urbano e regional, com ênfase nas transformações territoriais e sociais ao longo do tempo. **Resultados:** Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, planejada sob influência do urbanismo francês (modelo de Haussmann em Paris) e do funcionalismo moderno, com uma malha ortogonal, avenidas largas e zoneamento definido. A cidade foi projetada para abrigar cerca de 200 mil habitantes, mas seu crescimento populacional rápido e desordenado logo ultrapassou essa previsão, revelando limitações do planejamento inicial. Nas décadas seguintes, a expansão periférica descontrolada, a segregação socioespacial e a pressão sobre a infraestrutura urbana tornaram-se questões centrais. A partir da segunda metade do século XX, novas diretrizes de planejamento urbano e regional passaram a ser discutidas, incluindo a criação de planos diretores e políticas de mobilidade e habitação. No entanto, os desafios da metropolização, desigualdade territorial e crescimento informal ainda persistem. **Conclusão:** A história de Belo Horizonte ilustra as relações entre planejamento urbano idealizado e a realidade social e territorial. Apesar de seu caráter planejado, a cidade enfrentou, problemas comuns a centros urbanos brasileiros, como expansão desigual, favelização e fragmentação espacial. Esses desafios evidenciam a necessidade de um planejamento mais inclusivo, participativo e integrado regionalmente.

Palavras-chave: Planejamento, urbano, cidade

Referências: PRADO, Paulo Marcos. *Belo Horizonte: da capital planejada ao desafio metropolitano*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Resumo oriundo de atividades do Planejamento Urbano e Regional da UNIFIPMoc/Afya

ANÁLISE DAS INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS EM RESIDÊNCIAS: DIMENSIONAMENTO E FUNCIONAMENTO PRÁTICO

FONSECA, Nadine Lima ¹; SANTOS, Amanda Trindade ², ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: As instalações hidrossanitárias representam uma parte essencial da infraestrutura de qualquer edificação, sendo responsáveis pelo abastecimento de água potável e pelo correto escoamento dos efluentes. O funcionamento adequado desses sistemas assegura conforto, salubridade e sustentabilidade, evitando prejuízos decorrentes de falhas técnicas. Nesse contexto, é importante que o estudante compreenda, ainda na graduação, o funcionamento real dos sistemas hidrossanitários a partir da análise de espaços existentes que conectada à realidade profissional. **Objetivo(s):** Analisar as instalações hidrossanitárias de um cômodo residencial, especificamente a área de serviço, com foco na identificação dos pontos de abastecimento de água e escoamento de esgoto. Busca-se, ainda, verificar a adequação do sistema existente aos parâmetros técnicos estudados em sala de aula, promovendo a correlação entre teoria e prática. **Métodos:** A atividade foi desenvolvida a partir de levantamento *in loco* realizado pelas discentes em suas residências. O cômodo escolhido foi a área de serviço. Para a coleta de dados, utilizaram-se trena, prancheta, caneta e registro fotográfico, os quais possibilitaram a medição e a análise da disposição dos pontos hidráulicos e sanitários existentes. Posteriormente, com base nos conteúdos teóricos fornecidos pela docente da disciplina, foi realizado o estudo de dimensionamento mínimo de tubulações, conforme normas técnicas. A comparação entre a instalação existente e os parâmetros normativos permitiu a identificação de falhas e possíveis soluções para melhorar a eficiência do sistema. **Resultados:** A análise evidenciou que a área de serviço da residência estudada possui um sistema simplificado, porém funcional, de abastecimento e escoamento. No entanto, foram identificadas inadequações, como o compartilhamento de um único ponto de esgoto para duas pias, o que pode ocasionar sobrecarga e entupimentos, e a ausência de um ponto de abastecimento específico para a máquina de lavar roupas, o que inviabiliza a utilização adequada de uma das torneiras. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que o estudo prático das instalações hidrossanitárias contribui de forma significativa para a formação do futuro arquiteto, promovendo a compreensão das demandas técnicas associadas ao conforto e à funcionalidade dos ambientes. A atividade evidenciou que o aprendizado prático, aliado ao embasamento teórico, é essencial para o desenvolvimento de competências profissionais voltadas à elaboração de projetos.

Palavras-chave: Instalações hidrossanitárias. Dimensionamento. Projeto arquitetônico.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução. Rio de Janeiro, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5626: Instalação predial de água fria – Projeto, execução e manutenção. Rio de Janeiro, 2020.

FONSECA, Nayara. Como fazer um projeto hidrossanitário. Sienge. Disponível em: <https://sienge.com.br/blog/como-fazer-projeto-hidrossanitario/>. Acesso em: 15 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Instalações Hidrossanitárias. Gás e PCIP do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

A RELAÇÃO ENTRE LEGISLAÇÃO URBANA E A MORFOLOGIA DAS CIDADES

RIBEIRO, Bárbara Maria Santana 1; LIMA, Matheus André Torres 1; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do 2.

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc/Afya

2 Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc/Afya

Introdução/Justificativa: Este resumo aborda como as cidades são formadas não somente por suas estruturas físicas, mas também pelas suas normas e leis e pela dinâmica social de seus habitantes. A legislação urbana orienta como o espaço urbano pode ser construído, transformado e utilizado, definindo limites e possibilidades no território. Essas normas exercem influência direta sobre a morfologia urbana, o desenho, a densidade, o uso e a função dos espaços, moldando a forma e a vida das cidades. Entender essa relação é fundamental para promover cidades mais justas, sustentáveis e acessíveis, assegurando às pessoas o direito à cidade. **Objetivo(s):** O principal objetivo da disciplina foi explorar como a legislação urbana transforma as cidades e compreender de que maneira essas regras podem contribuir para a melhoria ou prejudicar a qualidade de vida urbana. **Métodos:** As atividades incluíram estudos teóricos, análise de leis municipais, além de debates em sala. Foi realizado um trabalho sobre a evolução das cidades em diferentes períodos históricos, relacionando organização espacial, regulamentações e impactos sociais. Também foi desenvolvido um exercício, imaginando as cidades daqui a 100 anos, considerando avanços tecnológicos, possíveis desafios como mudanças climáticas, crescimento populacional e desigualdade social, e possíveis soluções com o avanço da inteligência artificial, transportes sustentáveis e políticas inclusivas. **Resultados:** O estudo mostrou que a legislação exerce um papel importantíssimo na forma e no crescimento das cidades. Normas que incentivam a verticalização modificam rapidamente o perfil de bairros, enquanto o parcelamento do solo influencia a expansão urbana e pode agravar a segregação socioespacial. Por outro lado, a legislação pode ser um instrumento de promoção da inclusão, acessibilidade e sustentabilidade, desde que haja participação social e transparência no processo legislativo. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que a legislação urbana é um instrumento poderoso para moldar o futuro das cidades. Compreender sua relação com a morfologia urbana é fundamental para profissionais e gestores comprometidos com o planejamento urbano. O conhecimento histórico e a atuação dos legislativos municipais, aliados à participação popular ativa e transparente, são fundamentais para garantir que as normas urbanas atendam às reais necessidades da sociedade e promovam a inclusão social, a justiça espacial e a qualidade de vida nas cidades.

Palavras-chave: Legislação urbana. Morfologia. Planejamento urbano. Inclusão social. Políticas Públicas.

Referências:

QUINTO JR., LUIZ DE PINEDO. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. **Estudos avançados**. 2003.

SILVA, Júlio César Tavares de Paiva; SATHLER, Douglas; MACEDO, Diego Rodrigues. Morfologia urbana e crescimento periférico nas cidades médias brasileiras: geotecnologias e inovações metodológicas aplicadas a Montes Claros, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 2022.

Resumo oriundo de atividades do Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

EXPLORANDO A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO PROJETUAL DE UM CENTRO ESPORTIVO

AGUIAR, Maria Clara Maurení¹; CAMPOS, Elisa Oliva¹; MOREIRA, Marcos Vinicius dos Santos¹; OLIVEIRA, Gabriela Soares¹; ZUBA, Ester Cristine Souza¹; ALMEIDA, Pedro César²;

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: Com o avanço das tecnologias digitais, a Inteligência Artificial (IA) tem se tornado uma ferramenta estratégica no campo da Arquitetura, otimizando processos criativos e técnicos. O uso do ChatGPT no processo de concepção de um centro esportivo, desenvolvido durante a disciplina *Arquitetura Inteligente*, ministrada pelo professor Pedro Almeida, mostrou-se especialmente eficaz na definição do programa de necessidades, no estudo volumétrico e na elaboração de diretrizes estéticas para a fachada, otimizando o tempo e a qualidade das decisões projetuais. **Objetivos:** Explorar o potencial da IA generativa como suporte no desenvolvimento de projetos arquitetônicos, ampliando a capacidade de análise, síntese e criatividade na formulação de espaços esportivos com funcionalidade, estética e coerência com as necessidades do usuário. **Métodos:** Durante o processo projetual, foram realizadas interações com o ChatGPT para levantar referências, adequar o programa de necessidades ao contexto urbano e às normas, e obter sugestões de soluções volumétricas e de linguagem arquitetônica. A IA foi utilizada como um parceiro de diálogo para refinar ideias, validar decisões e propor alternativas com base em critérios funcionais, espaciais e visuais. **Resultados:** O uso do ChatGPT contribuiu significativamente na organização dos ambientes do centro esportivo, com sugestões claras para a setorização de áreas administrativas, esportivas e de apoio. No campo estético, a IA colaborou com diretrizes conceituais para a fachada, conciliando elementos visuais contemporâneos com a identidade local. A agilidade e a capacidade de cruzar informações técnicas com repertório projetual resultaram em maior confiança e embasamento durante as etapas de concepção e representação gráfica. **Considerações Finais:** A aplicação da Inteligência Artificial no desenvolvimento do projeto de um centro esportivo demonstrou-se eficaz na qualificação das decisões projetuais. O uso do ChatGPT permitiu integrar referências técnicas e estéticas com agilidade, contribuindo para soluções mais coerentes e inovadoras. A IA atuou como suporte estratégico ao processo criativo e funcional, reforçando sua relevância como ferramenta complementar no campo da Arquitetura contemporânea.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Projeto arquitetônico. Centro esportivo. Arquitetura inteligente.

Resumo oriundo de atividade prática da disciplina Arquitetura Inteligente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya.

MECANISMOS VIRTUAIS DE SUPORTE PARA PROJETOS ARQUITETÔNICOS BIOCLIMATICAMENTE EFICIENTES

Ingrid de Oliveira Lopes Coutinho do Amaral 1; Izadora Mendes Gomes 1; Letícia Souza Mendes 1; Mateus Anthony Germano Alves 1; Raissa Pereira Souto 1; Janice Gomes Zumba 2.

1 Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

2 Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

Introdução: Com o crescente impacto ambiental das edificações — responsáveis por cerca de 30% do consumo global de energia — a arquitetura sustentável tornou-se uma prioridade. Nesse contexto, ferramentas digitais emergem como aliadas fundamentais na concepção de projetos que visam reduzir o consumo energético e se integrar ao clima local desde as fases iniciais do desenvolvimento arquitetônico. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir o papel dos mecanismos virtuais no suporte à criação de projetos arquitetônicos bioclimaticamente eficientes, destacando como essas ferramentas contribuem para a sustentabilidade e o desempenho térmico das edificações. **Resultados:** As ferramentas analisadas demonstram alto potencial para simular variáveis como insolação, ventilação, temperatura e umidade. O uso dessas tecnologias permite ao arquiteto tomar decisões mais precisas em relação à orientação do edifício, dimensionamento e posicionamento de aberturas, adoção de elementos de sombreamento e seleção de materiais adequados. Um exemplo prático foi identificado em um projeto no interior de Minas Gerais, no qual a aplicação do *Projetee* possibilitou uma redução de 20% na carga térmica interna. A eficiência foi alcançada apenas com a reorganização de aberturas e a escolha de materiais mais apropriados ao clima da região. Além dos ganhos técnicos, essas ferramentas fortalecem a criatividade dos arquitetos, fornecendo dados que embasam soluções sustentáveis e esteticamente coerentes com o contexto ambiental. **Considerações finais:** Mecanismos virtuais como o *Projetee* são essenciais na busca por projetos arquitetônicos mais eficientes, confortáveis e sustentáveis. Eles viabilizam decisões mais conscientes e fundamentadas, permitindo que o arquiteto integre aspectos climáticos, energéticos e estéticos de forma harmônica. Ao promover uma prática projetual alinhada às demandas ambientais contemporâneas, essas ferramentas representam não apenas um avanço tecnológico, mas uma nova postura ética e profissional frente aos desafios das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Arquitetura sustentável; Ferramentas digitais; *Projetee*;

Referências: LIMA, Ana Gabriela Godinho. Modos projetuais em arquitetura: contribuições da simulação ambiental. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/download/76678399/ModosProjetuaisSimulacao_Lima_2012.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

MEDEIROS, Juliana Barbosa. Ensino de conforto ambiental no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAL: experiências e contribuições para uma formação projetual sustentável. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5981>. Acesso em: 15 maio 2025.

PEREIRA, Marcos Vinícius Rocha. O uso da simulação termoeenergética no processo de projeto arquitetônico: estudo de caso em edifício educacional. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/8603>. Acesso em: 15 maio 2025.

SOUZA, Ricardo Prado de. A sustentabilidade nas edificações: eficiência energética e conforto ambiental. In: DUARTE, Cristiane Rose et al. (Orgs.). Sustentabilidade e arquitetura: conceitos, projetos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. cap. 9, p. 309-328.

ARQUITETURA INTELIGENTE: A INSERÇÃO DA IA NA FORMAÇÃO DO ARQUITETO

FONSECA, Nadine Lima¹; LIMA, Matheus André Torres²; MOREIRA, Victor Gonçalves³; RIBEIRO, Bárbara Maria Santana⁴; SANTOS, Amanda Trindade⁵; SANTOS, Melissa Aracely Alves⁶; ALMEIDA, Pedro César⁷.
1, 2, 3, 4, 5, 6 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc/Afya
7 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc/Afya

Introdução/Justificativa: Atualmente, a arquitetura enfrenta desafios complexos que exigem soluções criativas e eficientes. A inteligência artificial (IA) vem se mostrando uma ferramenta fundamental para apoiar arquitetos em diferentes fases do projeto. Desde a concepção inicial até a resolução de problemas durante seu desenvolvimento, a IA contribui para tornar o processo mais inovador e eficaz. A disciplina de Projeto de Arquitetura Inteligente visa capacitar os estudantes a utilizar essas tecnologias, preparando-os para as demandas atuais de mercado e sociedade. **Objetivo(s):** Este resumo como objetivo mostrar a importância da utilização da inteligência artificial nos projetos. A disciplina busca mostrar como a IA pode apoiar o desenvolvimento do conceito, ajudar no plano de necessidades e na organização das ideias, além de facilitar a geração de propostas visuais como croquis e renders. **Métodos:** Os alunos foram divididos em grupos, cada um responsável por apresentar uma plataforma de IA incluindo demonstrações práticas e análises críticas de suas aplicações. As atividades incentivaram o debate sobre os impactos éticos, sociais e profissionais da tecnologia. Também foi desenvolvido um projeto de um centro esportivo, onde os alunos utilizaram recursos de IA para auxiliar na concepção e soluções de eventuais problemas. **Resultados:** A atividade permitiu que os alunos compreendessem como diferentes plataformas de IA podem ser aplicadas na arquitetura. As apresentações mostraram a diversidade de possibilidades oferecidas pelas plataformas e evidenciaram a importância do olhar humano no uso consciente e estratégico. Além disso, as atividades incentivaram a participação ativa e o debate sobre os impactos éticos, sociais e profissionais da IA. Complementarmente, aulas teóricas e práticas permitiram a experimentação de softwares baseados em IA, leitura de artigos e discussões sobre as potencialidades e limitações dessas ferramentas. **Considerações Finais/Conclusões:** A disciplina demonstrou que a inteligência artificial é uma grande aliada no trabalho do arquiteto, ajudando desde a criação das primeiras ideias até a resolução de problemas ao longo do projeto. Com o uso da IA, os estudantes ampliaram sua visão sobre as ferramentas digitais e como elas podem transformar o modo de projetar, tornando-o mais criativo e inovador. Ao aplicar essas tecnologias desde as primeiras fases, os alunos puderam ampliar também sua visão sobre como será o futuro da arquitetura.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Arquitetura Inteligente, Inovação na Arquitetura, Ferramentas Digitais, Solução de Problemas.

Referências:

AMORIM, Giancarlo José de Carvalho. **Explorando o potencial criativo: o uso de inteligência artificial na fase criativa de projetos de arquitetura.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, 2024.
SILVA, B. S.; SILVA, T. R. da H.; ZAMBUZZI, M. M. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ARQUITETURA: A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA NA PRÁTICA. *Apoena*, [S. l.], v. 7, p. 294–302, 2023.

Resumo oriundo de atividades de Projeto de Arquitetura Inteligente do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

A LEGISLAÇÃO URBANA E O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES DO FUTURO

FONSECA, Nadine Lima ¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ².

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A legislação urbana é um conjunto de normas que direciona o uso e a ocupação do solo nas cidades, tendo um papel primordial para assegurar um crescimento urbano organizado, seguro e equilibrado. As cidades são o centro da vida moderna, concentrando grande parte da população, infraestrutura e atividades econômicas, por isso é tão importante planejá-las da forma correta. O presente trabalho busca discutir como os centros urbanos podem se tornar mais sustentáveis, diante das mudanças climáticas que vêm acontecendo nos últimos tempos, além de analisar o impacto das novas tecnologias no desenvolvimento das cidades futuras. **Objetivo(s):** Analisar a importância da legislação urbana no contexto das cidades contemporâneas e discutir como ela pode contribuir para o desenvolvimento de centros urbanos mais sustentáveis, inovadores e resilientes às mudanças climáticas. **Métodos:** O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, utilizando como fontes artigos acadêmicos, documentos institucionais e publicações técnicas relacionadas ao crescimento urbano, sustentabilidade, mudanças climáticas e inovações tecnológicas aplicadas ao ambiente urbano. **Resultados:** A sustentabilidade urbana é um dos principais desafios do século XXI, exigindo planejamento eficiente para enfrentar o crescimento desordenado, a poluição e os efeitos climáticos adversos. Uma cidade sustentável deve atender às necessidades da população sem comprometer os recursos naturais, promovendo ações como o uso de energias renováveis, ampliação de áreas verdes, transporte público de qualidade e políticas ambientais eficazes. A tecnologia também desempenha papel fundamental nesse cenário, com soluções inteligentes como lixeiras automatizadas, construções sustentáveis e plataformas digitais de gestão urbana. O exemplo de Curitiba, que se destacou na década de 1970 como referência em planejamento urbano sustentável, demonstra a viabilidade dessas práticas. **Considerações Finais/Conclusões:** Diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelo crescimento populacional, é essencial que a legislação urbana seja cada vez mais integrada com princípios de sustentabilidade e inovação. Estratégias eficazes de planejamento urbano devem contemplar o uso responsável dos recursos naturais, a mobilidade eficiente e o engajamento da população para promover cidades mais inclusivas, resilientes e inteligentes para as futuras gerações.

Palavras-chave: Legislação urbana. Sustentabilidade. Planejamento urbano.

Referências:

GONZAGA, D. **Como a tecnologia pode transformar a realidade das cidades brasileiras**. UNALE, 03 jan. 2022.

Disponível em: <https://unale.org.br/25198-2/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

HABITABILITY. **Tecnologia na mobilidade urbana molda cidades inteligentes**. 05 out. 2023. Disponível em:

<https://habitability.com.br/tecnologia-na-mobilidade-urbana/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MAULEN, I.; MARINHO, C. et al. **Cidades e comunidades sustentáveis**. 2019. 47f. Curso de Economia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/5-cidades-sustentaveis.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

PÁTTARO, M. G. **Mobilidade urbana sustentável: desafios, inovações e políticas para cidades inclusivas**. 2024. Revista Vértice, v.3, n.1. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/782-Texto%20do%20artigo-1664-2035-10-20241221%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/782-Texto%20do%20artigo-1664-2035-10-20241221%20(1).pdf). Acesso em: 12 mar. 2025.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Legislação Urbana do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

ESTUDO HIDROSSANITÁRIO EM BANHEIRO RESIDENCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA

SILVA, Isabela Guimarães ; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do;

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução/Justificativa: Este estudo foi desenvolvido na disciplina de Hidrossanitário, Gás e PCIP, e teve como proposta nos aproximar e destacar a importância da percepção prática dos sistemas hidráulicos em ambientes do nosso dia a dia. A ideia foi observar de forma prática, como os pontos de água são organizados dentro de casa e como isso é importante para o funcionamento do ambiente. A atuação do arquiteto nessa área, ajuda a identificar visualmente e funcionalmente os pontos de chegada e saída de água nos ambientes, sendo essencial para projetar com responsabilidade e eficiência. **Objetivo(s):** O principal objetivo foi identificar os pontos hidráulicos de um cômodo residencial, prestando atenção aos locais de entrada e saída de água. Além disso, a atividade buscou nos fazer perceber a importância de observar e entender como esses pontos são distribuídos, relacionando isso com o uso prático e funcional do espaço. **Métodos:** A atividade foi realizada de forma individual e constituiu na escolha de um cômodo da residência, sendo o banheiro selecionado como objeto de estudo. Foram feitos o levantamento fotográfico e a elaboração de um croqui as built, demarcando as possíveis entradas e saídas de água, como do chuveiro, pia e vaso sanitário, observando o funcionamento prático e a disposição dos elementos hidráulicos. **Resultados:** A análise permitiu compreender a lógica dos pontos hidráulicos no banheiro, todos concentrados em uma mesma parede, o que facilita a instalação dos canos e manutenção, evidenciando a relação entre projeto e execução. A experiência prática também revelou a importância do planejamento correto para evitar problemas futuros como vazamento ou entupimentos. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que a atividade contribuiu significativamente para o entendimento dos sistemas hidrossanitários no ambiente onde vivemos. A vigência prática estimulou a percepção crítica sobre a infraestrutura oculta que sustenta o uso cotidiano dos ambientes. Mesmo sendo um estudo simples, ele mostrou que o olhar do arquiteto precisa ir além da estética e considerar também a parte técnica que dá suporte ao uso e conforto dos espaços, trazendo maior segurança e eficiência às instalações. A associação entre observação, desenho e análise técnica fortalece a base do conhecimento aplicado à arquitetura.

Palavras-chave: Instalações Hidráulicas, Hidrossanitário, Arquitetura

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 5626:2020 — Instalação predial de água fria — Projeto, execução e manutenção. Rio de Janeiro, 2020.
MATERIAL DIDÁTICO DA DISCIPLINA DE HIDROSSANITÁRIO, GÁS E PCIP. Faculdade UNIFIPMOC, 2025. (Apostila interna, não publicada).

Resumo oriundo de atividades da disciplina Arquitetura de Interiores Comercial da UNIFIPMoc-Afya

RELATÓRIO VISITA - ARQUITETURA DE INTERIORES RESIDENCIAL

¹Tom Nogueira Almeida;

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.

²Paula de Lima Souza Alcântara

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.

Como parte das atividades práticas do 5º período do curso de Arquitetura e Urbanismo, foi realizada uma visita técnica ao Condomínio Serra do Mel, em Montes Claros, Minas Gerais, no dia 15 de maio de 2025. A ação foi organizada em parceria com a empresa LIFE, especializada em soluções de automação residencial, e contou com a presença da professora Paula de Lima Souza Alcântara, responsável pela disciplina de Arquitetura de Interiores Residencial, além do empresário Wendell Brito, representante da empresa. O principal objetivo da visita foi proporcionar aos estudantes um contato direto com a aplicação prática da automação residencial. Durante a atividade, os alunos tiveram a oportunidade de visitar duas residências automatizadas, observando de perto como os sistemas são integrados aos projetos arquitetônicos e esclarecendo dúvidas sobre seu funcionamento e benefícios. Foi possível compreender a importância do planejamento integrado entre o projeto arquitetônico e os projetos complementares, como o de automação e infraestrutura de dados. A definição antecipada de espaços técnicos, pontos de cabeamento e instalações é essencial para garantir o pleno funcionamento dos sistemas contratados, agregando valor e eficiência à residência.

A automação residencial apresenta-se como uma solução tecnológica que vai além do conforto, contribuindo também para a segurança e economia. A integração de câmeras, alarmes, sensores e sistemas de monitoramento permite maior controle e proteção do ambiente, com acesso remoto via softwares e aplicativos. Além disso, os recursos de automação proporcionam praticidade no dia a dia, por meio da integração de dispositivos de iluminação, climatização, cortinas, som ambiente (multi-room), jardim, piscinas e televisões, controláveis por comandos de voz ou aplicativos. Entre outras funcionalidades destacadas, estão a melhoria na distribuição da internet, o controle de portões e fechaduras eletrônicas, e a personalização de ambientes conforme as preferências dos moradores. A empresa LIFE atua tanto em projetos residenciais quanto corporativos, oferecendo serviços que vão desde a consultoria tecnológica até a execução completa da solução, da concepção à instalação dos sistemas. De modo geral, a visita às residências com sistemas de automação foi uma experiência enriquecedora, que evidenciou a importância da integração tecnológica nos projetos arquitetônicos. A presença de câmeras de segurança, luminárias inteligentes e cabeamento de som e dados demonstrou como esses recursos contribuem significativamente para a segurança, a economia e o conforto dos moradores. Essa vivência reforçou a necessidade de um planejamento criterioso, destacando a automação como um elemento essencial para tornar os espaços mais seguros, funcionais e confortáveis.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de uma disciplina da UNIFIPMoc/Afya

ESTUDO APLICADO DE PONTOS HIDRÁULICOS EM BANHEIROS RESIDENCIAIS

SANTANA, Mariana¹, ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do².

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: Durante a disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP, foi proposta uma atividade prática e investigativa com o intuito de aproximar o conteúdo teórico do cotidiano do estudante. A proposta partiu da observação do banheiro da própria residência, estimulando uma análise técnica sobre a disposição e o funcionamento dos sistemas hidráulicos e sanitários. A familiaridade com o ambiente potencializou a reflexão sobre aspectos que normalmente passam despercebidos, evidenciando a importância da infraestrutura predial no conforto e funcionalidade dos espaços arquitetônicos. **Objetivo:** Compreender a organização dos sistemas de água e esgoto em banheiros residenciais por meio da observação direta, propondo hipóteses sobre a localização dos principais pontos hidráulicos e sua conexão com a caixa d'água, promovendo uma leitura técnica do espaço arquitetônico. **Metodologia:** A partir da análise visual dos elementos como chuveiro, pia, vaso sanitário e ralo, os alunos foram estimulados a imaginar a localização dos ramais de alimentação e escoamento, o percurso da água desde a caixa d'água até os pontos de consumo, e o trajeto do esgoto até o destino final. A proposta contemplou reflexões sobre a distribuição das tubulações em paredes e pisos, conexões, inclinações, ventilação e possíveis interferências. Foram considerados os critérios estabelecidos por normas técnicas, como a NBR 5626:2020 (Instalação predial de água fria) e a NBR 8160:1999 (Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução). **Resultados:** A atividade proporcionou aos alunos uma compreensão mais aprofundada dos sistemas hidrossanitários, reforçando a importância da infraestrutura predial no desempenho da edificação. Foi possível visualizar o banheiro como um conjunto de soluções técnicas integradas, respeitando critérios normativos e funcionais. A experiência prática também destacou a importância da compatibilização entre os projetos arquitetônico e hidrossanitário. **Considerações Finais/Conclusões:** A vivência proposta foi essencial para consolidar conteúdos teóricos na aplicação realista, permitindo os alunos desenvolverem um olhar mais crítico e técnico sobre a infraestrutura das edificações. A atividade ressaltou que, para além da estética, o arquiteto precisa compreender o funcionamento dos sistemas prediais, garantindo segurança, conforto e eficiência nos projetos. Assim, a experiência contribuiu para a formação de profissionais mais conscientes e preparados.

Palavras-chave: Instalações Hidrossanitárias. Banheiro Residencial. Projeto Técnico.

Referências: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626:2020 – Instalação predial de água fria – Projeto, execução, operação e manutenção.** Rio de Janeiro, 2020.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução.** Rio de Janeiro, 1999.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP da UNIFIPMoc-Afya

PLANEJAMENTO URBANO E LEGISLAÇÃO: ESTUDO DE CASO DO BAIRRO SÃO LUÍS

SANTANA, Mariana¹, ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do².

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A legislação urbana tem como finalidade orientar o desenvolvimento das cidades, regulamentando o uso e a ocupação do solo, a infraestrutura e os serviços urbanos, com vistas a promover um crescimento equilibrado e inclusivo. Em Montes Claros – MG, instrumentos como o Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras compõem o arcabouço normativo que direciona o planejamento e a organização do espaço urbano. **Objetivo(s):** Este estudo tem como objetivo analisar os impactos da aplicação (ou ausência) da legislação urbana no processo de transformação do bairro São Luís, evidenciando a importância do planejamento urbano para a ordenação do espaço e garantia da qualidade de vida da população. **Métodos:** A metodologia adotada baseia-se na análise de documentos legais, observação in loco e revisão bibliográfica acerca da legislação urbana vigente no município. O estudo do bairro São Luís foi conduzido por meio da identificação das alterações em sua morfologia urbana, bem como dos impactos resultantes da transição do uso residencial para comercial, sem o devido acompanhamento técnico e normativo. **Resultados:** O bairro São Luís, inicialmente caracterizado por seu uso predominantemente residencial, sofreu uma expansão comercial significativa nos últimos anos. Essa transformação, conduzida de forma desordenada, gerou consequências como o aumento do tráfego em vias estreitas, escassez de estacionamentos, sobrecarga na infraestrutura existente, maior geração de resíduos e conflitos entre funções residenciais e comerciais. A ausência de zoneamento adequado e de diretrizes para a transição de usos contribuiu para esses impactos negativos. **Considerações Finais/Conclusões:** O caso do bairro São Luís evidencia a necessidade de que a legislação urbana seja aplicada de forma preventiva, acompanhando o desenvolvimento das áreas urbanas e orientando suas transformações. O crescimento urbano, quando não planejado, compromete a sustentabilidade, o bem-estar coletivo e a qualidade de vida. Dessa forma, é essencial que os instrumentos legais sejam constantemente revisados, fiscalizados e aplicados com rigor, de modo a garantir um ambiente urbano funcional, inclusivo e equilibrado.

Palavras-chave: Legislação urbana. Planejamento urbano. Uso do solo.

Referências:

MONTES CLAROS. **Plano Diretor Participativo do Município de Montes Claros**. Prefeitura Municipal de Montes Claros, 2015. Disponível em: <https://www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025. BRASIL.

Estatuto da Cidade. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

MONTES CLAROS. **Código de Obras e Edificações do Município de Montes Claros**. Lei Complementar Municipal nº 01/2009. Disponível em: <https://www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

A RELAÇÃO DA NEUROARQUITETURA E ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA

Autor 1 z Daiana da silva Pereira Rocha; Autor 1 Vitória Caroline mendes; Autor 1; Autor 1; Autor 1; Autor 1; Autor 1; Professor2 Janice zumba.

1 Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.
Professora dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

Introdução/Justificativa: A neuroarquitetura e a arquitetura bioclimática são abordagens complementares que buscam criar espaços mais saudáveis, confortáveis e sustentáveis. A neuroarquitetura foca nos efeitos dos ambientes sobre o bem-estar mental e emocional das pessoas, enquanto a arquitetura bioclimática adapta os edifícios ao clima local, promovendo eficiência energética e conforto térmico. **Objetivo:** Analisar como a neuroarquitetura e arquitetura bioclimática se complementam na criação de espaços que promovam o bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental. **Metodologia:** Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória, com o objetivo de compreender e analisar a relação entre neuroarquitetura e arquitetura bioclimática. Foram consultadas fontes teóricas e técnicas da área de arquitetura, neurociência e sustentabilidade para identificar os princípios fundamentais de cada abordagem e como elas podem se complementar na prática projetual. A metodologia baseia-se na análise qualitativa de conceitos, práticas e exemplos, destacando estratégias comuns como o uso da luz natural e da ventilação cruzada, a fim de demonstrar como a integração dessas áreas pode contribuir para a criação de ambientes mais saudáveis, confortáveis e sustentáveis. **Resultados:** A análise da relação entre neuroarquitetura e arquitetura bioclimática evidenciou que essas duas abordagens se complementam de forma eficaz na criação de ambientes mais saudáveis, sustentáveis e centrados no ser humano. Observou-se que princípios como o uso da luz natural e da ventilação cruzada beneficiam tanto o bem-estar psicológico quanto o conforto térmico e a eficiência energética. A integração entre o cuidado com os estímulos sensoriais e emocionais e a adaptação ao clima local resulta em espaços que promovem qualidade de vida, produtividade e consciência ambiental. Assim, o estudo demonstra que a união entre neurociência aplicada ao ambiente e práticas sustentáveis de projeto amplia significativamente o impacto positivo da arquitetura na vida das pessoas. **Considerações Finais:** A integração entre neuroarquitetura e arquitetura bioclimática mostra-se essencial para criar espaços mais humanos, saudáveis e sustentáveis. Ao unir bem-estar emocional com eficiência ambiental, essa abordagem responde às necessidades atuais de uma arquitetura mais consciente e equilibrada.

Palavras-chave: Neuroarquitetura e Arquitetura Bioclimática.

Referências: <http://www.mme.gov.br/projeteee/glossario/arquitetura-bioclimatica/>
<https://www.iberdrola.com/inovacao/o-que-e-arquitetura-bioclimatica>
<https://wh3.com.br/olider/noticia/241299/arquiteta-explica-a-importancia-da-neuroarquitetura-na-criacao-de-ambientes.html>

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2024
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

A INFLUÊNCIA DA LEGISLAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DA URBANIDADE

JESUS ¹; Júlia Maria Caldeira de; LOPES ²; Alice Souto Procopio; OLIVA ³; Pedro Santos; SILVA ⁴; Maria Eduarda Cambui Santos⁴; ROSÁRIO ⁵; Mariana Cristina Oliveira do

¹ Júlia Maria Caldeira de Jesus do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc ² Alice Souto Procopio Lopes do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

³ Pedro Santos Oliva do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc ⁴ Maria Eduarda Cambui Santos e Silva do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

⁵ Mariana Cristina Oliveira do Rosário do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A urbanidade, entendida como a qualidade das relações humanas e espaciais nas cidades, é moldada por fatores sociais, políticos e econômicos — sendo a legislação urbana um instrumento central nesse processo. No Brasil, o uso e a ocupação do solo, o direito à moradia e o acesso à cidade são regulados por normativas legais que impactam diretamente a forma como os espaços urbanos são produzidos. **Objetivo(s):** Analisar como a legislação urbana pode, simultaneamente, promover cidades mais inclusivas ou contribuir para a exclusão e fragmentação socioespacial. **Métodos :** Foi realizada uma pesquisa qualitativa com base em revisão bibliográfica e documental sobre o Estatuto da Cidade, Planos Diretores e Códigos Municipais. A análise crítica dos dispositivos legais foi associada à observação de seus efeitos em contextos urbanos brasileiros.

Resultados: Constata-se que, embora a legislação tenha potencial para democratizar o espaço urbano, sua má aplicação ou formulação excludente favorece setores específicos, como o mercado imobiliário. Isso gera gentrificação, deslocamento de populações de baixa renda e crescimento de ocupações irregulares, aprofundando desigualdades urbanas.

Considerações Finais: A legislação urbanística possui papel ambíguo: pode promover a urbanidade ou reforçar a segregação. Cabe aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo uma atuação crítica, ética e comprometida com a justiça socioespacial, buscando normativas que assegurem o direito à cidade de forma equitativa.

Palavras-chave: legislação urbana. urbana. exclusão socioespacial.

VISITA TÉCNICA AO CONDOMÍNIO SERRA DO MEL

Kemilly Gomes Ribeiro Dutra 1; Paula de Lima Souza Alcântara².

1Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

2Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo

Experiência Arquitetônica em uma Residência no Condomínio Serra do Mel

Visitar e vivenciar uma residência em um condomínio fechado foi uma experiência marcante e enriquecedora para minha formação como estudante de arquitetura. Mais do que observar volumes e materiais, foi a imersão no cotidiano proporcionado pela arquitetura que tornou esse momento tão especial e estar presente nesse espaço permitiu compreender melhor e de forma prática e sensorial, como o projeto arquitetônico se entrelaça com o estilo de vida dos moradores e como isso acaba impactando o dia a dia, desde a organização dos ambientes até a relação entre interior e exterior, cada escolha projetual revelava uma intenção clara e que vemos na teoria dentro de sala de aula, que é oferecer conforto, privacidade e integração com a natureza, sem abrir mão da estética e da funcionalidade. Perceber como os espaços influenciam as dinâmicas familiares, a rotina e até mesmo o bem-estar dos moradores foi essencial para reforçar a ideia de que arquitetura não é apenas construção, é também uma qualidade de vida e que essas escolhas fazem sentido em cada família. Essa vivência reafirmou ainda mais o valor da arquitetura como ferramenta de transformação e destacou a importância de projetarmos com empatia, entendendo as necessidades reais daqueles que ocuparão os espaços. Presenciar o resultado concreto de decisões projetuais, que antes pareciam distantes nos livros e nas pranchas, foi imperdível. Trata-se de um aprendizado que vai além da teoria: é sentir a arquitetura em sua plenitude. Uma experiência que todo estudante deveria buscar, pois transforma o olhar e aprofunda o entendimento do papel que o arquiteto exerce na sociedade.

Palavras-chave: Arquitetura residencial, Condomínio, Experiência arquitetônica.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2024

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

PLANEJAMENTO: POR QUE O ARQUITETO É ESSENCIAL NA OBRA

JESUS ¹; Júlia Maria Caldeira de; LOPES ²; Alice Souto Procopio; OLIVA ³; Pedro Santos; SILVA ⁴; Maria Eduarda Cambui Santos⁴; ROSRÁRIO ⁵; Mariana Cristina Oliveira do

¹ Júlia Maria Caldeira de Jesus do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc ² Alice Souto Procopio Lopes do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

³ Pedro Santos Oliva do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc ⁴ Maria Eduarda Cambui Santos e Silva do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

⁵ Mariana Cristina Oliveira do Rosário do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A atuação do arquiteto vai além da estética: ele é o profissional legalmente habilitado para planejar, coordenar e acompanhar obras. No Brasil, onde ainda há resistência à contratação técnica, são frequentes os problemas como falhas construtivas, acidentes e desperdícios. O papel do arquiteto é essencial para garantir segurança, funcionalidade e cumprimento das normas. **Objetivo(s):** Demonstrar como a presença do arquiteto contribui para o bom andamento das obras, reforçando sua importância como gestor técnico e agente de integração entre as etapas da construção civil. **Métodos :** Foi realizada uma pesquisa qualitativa com base em revisão bibliográfica e análise técnica de práticas projetuais, associando fundamentos da ergonomia, acessibilidade e segurança às etapas de planejamento e execução de obras. **Resultados:** Verificou-se que o arquiteto garante a compatibilização entre projeto e execução, antecipa soluções e reduz retrabalhos. A aplicação de conceitos como ergonomia preventiva e ambiental promove espaços mais seguros e acessíveis. Obras com acompanhamento técnico apresentam menos falhas e maior durabilidade, além de atenderem às normas legais. **Considerações Finais:** O arquiteto é peça-chave para o sucesso das obras, sendo responsável pela otimização de recursos e qualidade dos ambientes. Sua valorização é essencial para cidades mais seguras e humanas. Cabe ao poder público e à sociedade reconhecer e incentivar a atuação profissional qualificada.

Palavras-chave: arquiteto, planejamento, normas técnicas.

CONFORTO LUMÍNICO E SAÚDE: INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA

Maria Fernanda Alves dos Reis¹; Janice Gomes Zumba².

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFIPMoc.

Introdução/Justificativa: O conforto lumínico, que se refere à adequada distribuição e intensidade da luz nos ambientes internos, é um fator crucial no projeto de espaços que promovem o bem-estar e a saúde. A luz, especialmente a natural, regula o ritmo circadiano, influenciando diretamente o ciclo sono-vigília, a produção hormonal e o equilíbrio emocional. Diversos estudos demonstram que ambientes bem iluminados favorecem a concentração, reduzem o estresse e previnem distúrbios como a depressão sazonal e a fadiga ocular, contribuindo para a saúde física e mental dos indivíduos. A luz, portanto, não é apenas uma necessidade funcional, mas um elemento essencial para a qualidade de vida. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é analisar a influência do conforto lumínico na saúde física e mental, destacando sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e sua importância nos projetos arquitetônicos e nos ambientes construídos. **Metodologia:** A pesquisa será desenvolvida com uma abordagem qualitativa e exploratória, por meio de revisão bibliográfica de artigos científicos, publicações técnicas e normativas nacionais e internacionais que tratam da relação entre o conforto lumínico e a saúde. As fontes serão extraídas de bases de dados como Scielo, PubMed, Google Scholar e periódicos de arquitetura e saúde ambiental. Além disso, serão analisados estudos de caso de edificações que implementaram estratégias de iluminação natural e artificial com foco no conforto visual e bem-estar. A análise será descritiva, buscando identificar padrões, benefícios e recomendações práticas para o planejamento de ambientes saudáveis e sustentáveis. **Resultados:** O conforto lumínico tem um impacto significativo na saúde, produtividade, recuperação de pacientes e sustentabilidade ambiental. Estudos demonstram que a luz natural regula o ritmo circadiano, essencial para um sono reparador, equilíbrio hormonal e prevenção de problemas como fadiga crônica e depressão sazonal. No ambiente corporativo, a iluminação adequada influencia diretamente a produtividade, com 67% dos funcionários relatando aumento de desempenho em ambientes bem iluminados. Em hospitais, a presença de luz natural acelera a recuperação dos pacientes, reduz o uso de medicamentos e melhora a satisfação com os serviços de saúde. No aspecto ambiental, o aproveitamento da luz natural diminui o consumo de energia elétrica e a emissão de gases de efeito estufa. Estratégias como claraboias, janelas posicionadas corretamente e materiais translúcidos, além de sistemas automatizados, aumentam a eficiência energética e reduzem desperdícios, evidenciando a importância do conforto lumínico para a sustentabilidade. **Considerações Finais:** A análise confirma que o conforto lumínico desempenha papel fundamental na promoção da saúde, no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida. A iluminação adequada, especialmente a luz natural, contribui para o equilíbrio circadiano, melhora o sono, reduz o estresse, a fadiga e a depressão sazonal, e favorece a regulação hormonal. Em ambientes residenciais, corporativos e hospitalares, a luz natural tem efeitos terapêuticos, acelerando a recuperação e aumentando a satisfação. Além disso, o conforto lumínico é uma estratégia importante para a sustentabilidade, reduzindo o consumo de energia elétrica e as emissões de gases de efeito estufa. Tecnologias como sensores de presença, sistemas de dimerização e cortinas automatizadas aumentam a eficiência energética, tornando os edifícios mais sustentáveis. Assim, a integração do conforto lumínico nos projetos arquitetônicos e de design de interiores deve ser vista como uma necessidade, não apenas estética ou funcional, mas como uma prioridade para criar ambientes saudáveis, produtivos e sustentáveis. Investir em iluminação de qualidade é investir na saúde, no desempenho humano e na preservação ambiental, promovendo impactos positivos que vão além do espaço físico, alcançando toda a sociedade.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2024

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

O PAISAGISMO CLÁSSICO

Arla Magalhães ¹; Paula Alcântara ²

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

O paisagismo clássico é um dos estilos mais tradicionais e sofisticados dentro do universo da jardinagem e do planejamento de áreas externas. Inspirado principalmente nos jardins europeus dos séculos XVII e XVIII como os famosos Jardins de Versalhes, na França, esse estilo valoriza a ordem, a simetria e o equilíbrio, refletindo os ideais de beleza e perfeição daquela época. Uma das características mais marcantes do paisagismo clássico é a simetria. Os jardins são planejados com eixos centrais bem definidos, criando uma sensação de harmonia visual e controle sobre a natureza. Os caminhos costumam ser retilíneos, enquanto os canteiros assumem formas geométricas, como quadrados, círculos e losangos. Outro elemento distintivo são as topiarias, arbustos podados em formas ornamentais, como bolas, espirais ou figuras decorativas que acrescentam um toque de sofisticação e elegância ao espaço. Esse estilo floresceu especialmente durante o Renascimento e o Barroco, períodos em que os jardins deixaram de ser apenas locais de cultivo para se tornarem extensões do poder e da arquitetura dos palácios. Grandes figuras da realeza e da aristocracia investiam em seus jardins como símbolos de status, organizando a paisagem para refletir controle, grandeza e requinte.

Entre os principais nomes do paisagismo clássico, destaca-se André Le Nôtre, considerado o pai do paisagismo francês clássico. Ele foi o principal responsável pelo projeto dos Jardins de Versalhes, um dos maiores símbolos desse estilo. Seus trabalhos valorizavam a simetria, a perspectiva, os eixos centrais e o controle visual da natureza. Le Nôtre também projetou os jardins de Vaux-le-Vicomte e Chantilly. Outro grande influenciador foi o arquiteto e paisagista italiano do Renascimento, Pirro Ligorio, conhecido por seus projetos monumentais, como os jardins da Villa d'Este, em Tivoli. Ligorio incorporou fontes grandiosas, esculturas e terraços, elementos que tiveram grande impacto no paisagismo clássico europeu. Na Inglaterra, um dos primeiros paisagistas a adotar os princípios do paisagismo clássico francês foi Charles Bridgeman. Ele trabalhou em jardins formais com traçados geométricos e simetria antes da transição para o estilo mais naturalista, característico do paisagismo inglês posterior.

Logo, o paisagismo clássico representa uma combinação perfeita entre arte, arquitetura e natureza, refletindo valores históricos de ordem, equilíbrio e beleza. Seja pelas formas geométricas, pelas topiarias elaboradas ou pela simetria rigorosa, esse estilo continua inspirando projetos até hoje, mostrando como o cuidado e a organização do espaço podem transformar jardins em verdadeiras obras-primas.

*Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.524.033/2021
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc*

LEGISLAÇÃO URBANA E A MORFOLOGIA DAS CIDADES

SILVA, Marco Antônio dos Santos¹; CRUZ, Adilson Chaid Alvez da²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução/Justificativa: A legislação urbana constitui-se como um conjunto de normas que regulam o uso e a ocupação do solo, a construção civil e o desenvolvimento das cidades. Ao estabelecer diretrizes sobre os parâmetros urbanísticos, como zoneamento, recuos, gabaritos e coeficientes de aproveitamento, busca -se garantir um crescimento ordenado, sustentável e funcional do espaço urbano. O entendimento desses dispositivos é essencial para que arquitetos, urbanistas e a população em geral compreendam os limites e possibilidades legais de intervenção no território. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a relevância da legislação urbana e seu impacto na configuração e no crescimento das cidades. **Método:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e documental, abordando os principais instrumentos legais que compõem a legislação urbanística brasileira, com foco em como essas normas orientam o planejamento urbano e a aprovação de projetos arquitetônicos. Foram também analisadas fontes digitais e jurídicas, de acesso público, que esclarecem os mecanismos legais de controle e ordenamento urbano. **Resultados:** A conformidade com a legislação urbana não apenas legitima as intervenções no espaço construído, como também promove a valorização do trabalho técnico dos profissionais da área. Ao respeitar as normas estabelecidas, garante-se maior segurança, funcionalidade e harmonia nas edificações e no tecido urbano como um todo. O conhecimento e aplicação adequada dessas normas refletem diretamente na qualidade de vida da população e na construção de cidades mais inclusivas e eficientes. **Conclusão:** A legislação urbanística exerce papel fundamental na modelagem das cidades, influenciando diretamente sua morfologia e sua dinâmica de crescimento. Seu uso consciente contribui para uma ocupação mais equilibrada do solo urbano, compatível com os princípios de sustentabilidade e justiça social.

Palavras-chave: Legislação urbana. Planejamento urbano. Desenvolvimento territorial

Referências:

MIGALHAS. **O que é legislação urbanística.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/362200/o-que-e-legislacao-urbanistica>. Acesso em: 23 fev. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Direito Urbanístico I.** Cadernos Jurídicos. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/du%20i%207.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Arquitetura para a Saúde Mental: Espaços de Acolhimento e Terapia

DANTAS¹, Maria Lara de Oliveira¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

²Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução/Justificativa: A crescente demanda por serviços de saúde mental reforça a necessidade de espaços comunitários que ofereçam acolhimento e práticas terapêuticas humanizadas. O Centro de Saúde Mental Comunitário surge como resposta para promover o cuidado em liberdade e reintegração social, alinhado às políticas públicas de saúde mental no Brasil. A arquitetura é fundamental para criar ambientes que favoreçam o bem-estar e o vínculo social. **Objetivo(s):** Desenvolver uma proposta arquitetônica para um Centro de Saúde Mental Comunitário, priorizando ambientes acolhedores, acessíveis, seguros e que promovam o bem-estar e a reintegração social, fortalecendo os vínculos comunitários. **Métodos:** A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica sobre arquitetura para saúde mental e políticas públicas, análise das normas técnicas (ABNT, RDC ANVISA), diagnóstico do terreno e entorno urbano, além de levantamento climático e topográfico. O programa de necessidades foi elaborado a partir das diretrizes do CAPS, priorizando acessibilidade, conforto ambiental e segurança, com base em princípios de humanização e sustentabilidade. **Resultados:** A proposta organiza os espaços em núcleos terapêuticos, administrativos, de convivência e apoio técnico, com fluxos que garantem privacidade e segurança. O terreno apresenta viabilidade técnica, infraestrutura adequada e boa acessibilidade. O projeto incorpora soluções sustentáveis como ventilação natural e paisagismo terapêutico, promovendo integração entre o ambiente construído e a natureza. **Considerações Finais/Conclusões:** O Centro de Saúde Mental Comunitário destaca-se como espaço de acolhimento e terapia, onde a arquitetura contribui para o bem-estar e reintegração social. A proposta fortalece práticas humanizadas, alinhadas às políticas públicas, ampliando a rede de atenção psicossocial e promovendo qualidade de vida e cidadania.

Palavras-chave: Arquitetura para saúde mental. Espaços terapêuticos. Arquitetura Humanizada.

Referências:

BRASIL. Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Manual de Estrutura Física dos CAPS e Unidades de Acolhimento. Ministério da Saúde, 2013.

ABNT. NBR 9050:2020 – Acessibilidade. Rio de Janeiro, 2020.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

RELATÓRIO VISITA - ARQUITETURA DE INTERIORES RESIDENCIAL

Tom Nogueira Almeida; ²Jacqueline Oliveira Nobre

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.

²Paula de Lima Souza Alcântara

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.

Como parte das atividades práticas do 5º período do curso de Arquitetura e Urbanismo, foi realizada uma visita técnica ao Condomínio Serra do Mel, em Montes Claros, Minas Gerais, no dia 15 de maio de 2025. A ação foi organizada em parceria com a empresa LIFE, especializada em soluções de automação residencial, e contou com a presença da professora Paula de Lima Souza Alcântara, responsável pela disciplina de Arquitetura de Interiores Residencial, além do empresário Wendell Brito, representante da empresa. O principal objetivo da visita foi proporcionar aos estudantes um contato direto com a aplicação prática da automação residencial. Durante a atividade, os alunos tiveram a oportunidade de visitar duas residências automatizadas, observando de perto como os sistemas são integrados aos projetos arquitetônicos e esclarecendo dúvidas sobre seu funcionamento e benefícios. Foi possível compreender a importância do planejamento integrado entre o projeto arquitetônico e os projetos complementares, como o de automação e infraestrutura de dados. A definição antecipada de espaços técnicos, pontos de cabeamento e instalações é essencial para garantir o pleno funcionamento dos sistemas contratados, agregando valor e eficiência à residência. A automação residencial apresenta-se como uma solução tecnológica que vai além do conforto, contribuindo também para a segurança e economia. A integração de câmeras, alarmes, sensores e sistemas de monitoramento permite maior controle e proteção do ambiente, com acesso remoto via softwares e aplicativos. Além disso, os recursos de automação proporcionam praticidade no dia a dia, por meio da integração de dispositivos de iluminação, climatização, cortinas, som ambiente (multi-room), jardim, piscinas e televisões, controláveis por comandos de voz ou aplicativos. Entre outras funcionalidades destacadas, está a melhoria na distribuição da internet, o controle de portões e fechaduras eletrônicas, e a personalização de ambientes conforme as preferências dos moradores. A empresa LIFE atua tanto em projetos residenciais quanto corporativos, oferecendo serviços que vão desde a consultoria tecnológica até a execução completa da solução, da concepção à instalação dos sistemas. De modo geral, a visita às residências com sistemas de automação foi uma experiência enriquecedora, que evidenciou a importância da integração tecnológica nos projetos arquitetônicos. A presença de câmeras de segurança, luminárias inteligentes e cabeamento de som e dados demonstrou como esses recursos contribuem significativamente para a segurança, a economia e o conforto dos moradores. Essa vivência reforçou a necessidade de um planejamento criterioso, destacando a automação como um elemento essencial para tornar os espaços mais seguros, funcionais e confortáveis.

Palavras-chave: Automação residencial, empresa LIFE.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Arquitetura de Interiores Residencial UNIFIPMoc/Afya

SUSTENTABILIDADE QUE SE CONSTRÓI: INICIATIVAS SIMPLES COM IMPACTOS REAIS

PAIVA, Amanda Cristiny Matos¹, MATOS; ALMEIDA, Pedro Cesar²
¹Graduando em Arquitetura e Urbanismo da FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução/Justificativa: A necessidade de adaptação ao meio ambiente e de mudança de hábitos impulsiona o desenvolvimento de soluções sustentáveis na arquitetura. Na disciplina de Projeto Sustentável, teoria e prática foram aproximadas por meio de visita técnica realizada em 19 de fevereiro de 2025, a atividade permitiu aos alunos observarem de perto iniciativas ecológicas e os desafios enfrentados para sua adoção. **Objetivo(s):** O objetivo deste trabalho é analisar criticamente as soluções sustentáveis observadas em campo, refletindo sobre sua viabilidade, impactos ambientais e sociais, e sua relevância na formação do arquiteto e urbanista. Busca-se compreender como estratégias simples e eficazes podem ser incorporadas aos espaços construídos, inspirando mudanças nos padrões de projeto e comportamento ambiental. **Métodos:** A metodologia utilizada envolveu duas visitas técnicas: uma residência unifamiliar, adaptada com soluções autossuficientes, e uma empresa especializada em reciclagem. Na casa do senhor Gomes, foi observado um sistema eficiente para captar e reutilizar a água da chuva, além de uma coleta de resíduos, mesmo sem apoio de instituições o morador mostrou como atitudes individuais podem fazer a diferença. Já na empresa Remontes Soluções Ambientais, os estudantes puderam acompanhar o processo de transformação de resíduos como vidro e plástico em novos produtos para construção, como pisos e ladrilhos. **Resultados:** Essa imersão prática expandiu a base teórica da matéria. A residência do Sr. Gomes exemplifica o que foi discutido em sala de aula sobre soluções básicas que podem ser incorporadas à vida diária, enquanto a Remontes demonstrou como a indústria pode inovar e converter resíduos em matérias-primas, expandindo o ciclo de vida. No entanto, ainda existem obstáculos: no âmbito doméstico, a falta de suporte restringe a expansão de práticas sustentáveis; na indústria, o desafio reside em reproduzir modelos de sucesso em outras regiões. Tornou-se claro o valor da educação ambiental e incentivos para fins de mudança social e ecológica, a experiência possibilitou entender que a sustentabilidade que demanda engajamento técnico, político e ético. **Considerações Finais/Conclusões** A atividade resultou na elaboração de um relatório técnico-reflexivo que conectou teoria e prática. Conclui-se que o reaproveitamento de resíduos na arquitetura é viável e relevante, despertando também uma reflexão sobre o papel do arquiteto na construção de um futuro mais sustentável.

Palavras-chave: Arquitetura sustentável; Reaproveitamento; Autossuficiência; Reciclagem; Educação ambiental.

Referências: CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental e sustentabilidade: elementos para um debate crítico*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 20, n. 52, p. 25–39, 2000; SILVA, Carla Regina. *Arquitetura e sustentabilidade: parâmetros ambientais na prática projetual*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Arquitetura Sustentável' da UNIFIPMoc/Afya

A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANA E SEUS IMPACTOS

CUNHA, Luis Felipe Teixeira de Almeida¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ²;

¹Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

²Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A evolução da legislação urbana é um assunto de grande importância, pois reflete as transformações sociais, econômicas e políticas que moldam as cidades ao longo do tempo. Desde as primeiras normas da Antiguidade, passando pela Idade Média, Renascimento, Revolução Industrial e culminando no século XXI, a legislação urbana tem se ajustado às demandas e obstáculos que as comunidades urbanas enfrentam. É importante compreender essa evolução e identificar como as normas urbanísticas afetam a qualidade de vida, a sustentabilidade e a igualdade social nas metrópoles modernas. A legislação urbana não é apenas um conjunto de normas, mas é instrumento essencial para a construção de cidades sustentáveis. **Objetivo(s):** O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da legislação urbana ao longo dos anos. Ressaltando os principais acontecimentos históricos, as alterações nas regras e seu impacto na configuração urbana. Buscando identificar os desafios contemporâneos enfrentados pela legislação urbana e as tendências futuras. **Métodos:** A metodologia deste estudo consistiu em uma revisão de literatura que abrange artigos científicos e estudos na área de legislação urbana. A análise sobre a evolução histórica por períodos permitindo uma compreensão cronológica da evolução das normas urbanísticas. **Resultados:** Os resultados apontam que as normas foram moldadas por fatores sociais, econômicos e políticos ao longo do tempo. Os principais desafios enfrentados pela legislação contemporânea são o crescimento desordenado, a gentrificação e a informalidade urbana. Além disso, a pesquisa evidencia a importância da participação cidadã e da governança democrática na formulação de políticas urbanas eficazes, justas, sustentáveis e inclusivas. **Considerações Finais/Conclusões:** A evolução da legislação urbana é um processo dinâmico que reflete as transformações nas sociedades ao longo do tempo. A análise histórica indica que, mesmo com progressos notáveis, muitos obstáculos ainda persistem, demandando uma atualização e adaptação contínua das diretrizes urbanas. É crucial a participação dos cidadãos e uma governança transparente para assegurar que a legislação corresponda às demandas da população, fomentando a igualdade e a qualidade de vida nas áreas urbanas. O futuro da legislação urbana deve ser pautado pela inovação, sustentabilidade e inclusão, com o objetivo de criar espaços urbanos que favoreçam a todos.

Palavras-chave: Legislação Urbana. Sustentabilidade. Qualidade de Vida.

Referências:

- HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.
JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.
LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

PARQUE DOS PLANOS: ÁREA VERDE EM REGIÃO PERIFÉRICA

SÁ, Ana Julia dos Santos ¹; ZUMBA, Janice Gomes²; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

²Professoras do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução: A ausência de áreas verdes nas regiões periféricas urbanas representa um desafio à qualidade de vida e à equidade socioambiental. Diante disso, o projeto do Parque dos Planos, no bairro Jaraguá, em Montes Claros-MG, propõe a criação de um espaço público multifuncional que promova lazer, educação ambiental e integração comunitária, contribuindo para a requalificação urbana e para a justiça socioespacial. **Objetivo(s):** Desenvolver uma proposta de parque urbano sustentável, com foco em lazer, cultura, preservação ambiental e inclusão social, ampliando o acesso da população local a espaços públicos de qualidade e incentivando a apropriação do território. **Métodos:** A metodologia adotada envolveu levantamento bibliográfico e documental, análise de legislações urbanísticas e ambientais (Estatuto da Cidade, SNUC, LUOS), estudos topográficos e climáticos, além da definição programática e da setorização funcional do espaço. Foram considerados aspectos normativos, ambientais e sociais na composição do programa de necessidades. **Resultados:** A proposta organiza o parque em cinco setores: social, zona mista, área permeável, estacionamento e convivência. Os espaços previstos incluem centro cultural, pistas de caminhada, praças, playground, quadras poliesportivas, áreas verdes, áreas alagáveis e estruturas de apoio. A concepção privilegia a permeabilidade do solo, o conforto ambiental e a baixa verticalização, favorecendo a sustentabilidade e a acessibilidade universal. **Conclusões:** O Parque dos Planos consolida-se como uma estratégia de valorização das periferias urbanas e de fortalecimento da infraestrutura verde da cidade. Ao promover bem-estar, convívio social e educação ambiental, o projeto evidencia o papel da Arquitetura e Urbanismo como instrumentos de transformação e justiça territorial. Sua viabilidade técnica, legal e urbana reforça o compromisso com uma cidade mais equitativa, sustentável e inclusiva.

Palavras-chave: Parque urbano; Sustentabilidade; Inclusão social.

Referências:

FARR, Douglas. Urbano com a natureza. São Paulo: Senac, 2011.
GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.
PREFEITURA DE MONTES CLAROS. Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso I da UNIFIPMoc/Afya

A IMPORTÂNCIA DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS EM UMA EDIFICAÇÃO

DOMICIANO, Gabriel Vitor da Silva¹; RIBEIRO, Marcella Novaes¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/ Afya

² Professor(a) do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/ Afya

Introdução/Justificativa: As instalações hidrossanitárias representam um dos sistemas fundamentais em qualquer edificação, garantindo o fornecimento de água potável, a correta coleta e descarte de efluentes e a segurança sanitária do ambiente. A implementação adequada desses sistemas impacta diretamente na saúde pública, na eficiência energética e na longevidade da construção. Além disso, as regulamentações técnicas e normativas exigem que projetos de infraestrutura considerem aspectos como a distribuição hídrica, a prevenção de vazamentos e a preservação ambiental. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo destacar a relevância das instalações hidrossanitárias em edificações, analisando os seus impactos na funcionalidade, na sustentabilidade e na qualidade de vida dos usuários. A pesquisa busca demonstrar como a correta execução desses sistemas pode evitar problemas estruturais, reduzir desperdícios e contribuir para a conservação de recursos naturais. **Método:** A metodologia adotada envolve uma revisão bibliográfica sobre normas técnicas e diretrizes de instalações hidrossanitárias, bem como a análise de casos práticos de edificações que enfrentaram problemas decorrentes de falhas nesses sistemas. Foram consultadas publicações acadêmicas, regulamentos nacionais e internacionais, além de estudos de engenharia civil e ambiental. **Resultados:** Os resultados apontam que edificações com sistemas hidrossanitários bem projetados e executados apresentam menores índices de manutenção corretiva e maior eficiência hídrica. Além disso, verificou-se que construções que seguem normas específicas, como as da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), reduzem significativamente o risco de contaminação da água e problemas estruturais causados por infiltrações. Destaca-se também que tecnologias modernas, como sensores inteligentes e sistemas de reúso de água, contribuem para a redução do consumo e aumento da sustentabilidade. **Conclusão:** As instalações hidrossanitárias são fundamentais para garantir a segurança, o conforto e a sustentabilidade de uma edificação. O planejamento adequado desses sistemas, aliado ao uso de tecnologias inovadoras, resulta em benefícios econômicos, ambientais e sociais. Dessa forma, investir em infraestrutura hidráulica de qualidade é essencial para o desenvolvimento de construções duráveis e eficientes.

Palavras-chave: Instalações hidrossanitárias, eficiência hídrica, gestão sustentável, normas técnicas, sistemas hidráulicos, água potável, descarte de efluentes, prevenção de vazamentos, sustentabilidade ambiental.

Referências:

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 5626: Instalações prediais de água fria. São Paulo: ABNT, 1998.
Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 7198: Projeto e execução de instalações de águas pluviais. São Paulo: ABNT, 1993. SILVA, J. R.; COSTA, M. G. Instalações Hidrossanitárias: Planejamento e execução eficiente. Revista Engenharia e Sustentabilidade, 2021. BRAGA, B.; HESPAHOL, Gestão da água e sustentabilidade. São Paulo: Editora Manole, 2019.

Resumo oriundo de atividades do Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP da UNIFIPMoc/Afya

DO MERCADO À CULTURA: A ECOMOMIA CRIATIVA CONECTADA ÀS TRADIÇÕES DE CORAÇÃO DE JESUS – MG

RIBEIRO Geovânia Santos¹, ZUMBA Janice Gomes ², TEIXEIRA Mariana Fernandes²;

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário Unifipmoc - Afya

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário Unifipmoc - Afya.

Introdução: A arquitetura e o urbanismo são elementos essenciais na formação e no crescimento das cidades, contribuindo significativamente para a valorização da histórica, identidade regional, beleza urbana e da integração dos espaços. Além disso, desempenham um papel crucial no fortalecimento da economia local. Neste contexto, o estudo em questão sugere a criação de um mercado cultural na cidade de Coração de Jesus - MG., com o propósito de estabelecer um ambiente inovador que enalteça as tradições locais, promova a valorização do espaço público e impulse o desenvolvimento econômico da região. **Objetivo:** Este trabalho tem como finalidade conduzir uma análise de viabilidade e elaborar uma proposta de composição arquitetônica para a criação de um mercado cultural na cidade de Coração de Jesus - MG. Este projeto foi selecionado como tema para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Dessa maneira, a fim de sublinhar a importância desse equipamento urbano, ressaltando seu potencial tanto técnico quanto teórico e social. **Métodos:** A metodologia utilizada neste trabalho fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, caracterizada por sua natureza exploratória. Foi conduzida uma investigação abrangente por meio de revisões bibliográficas que exploraram obras arquitetônicas com características semelhantes, além da análise de estudos de caso e avaliações digitais. Também foi realizado um estudo minucioso do terreno selecionado para a implementação do projeto. A pesquisa levou em conta diversos fatores históricos, culturais e socioeconômicos do município, com o objetivo de embasar o projeto de maneira contextualizada e sustentável. **Resultados:** A investigação demonstrou que a implementação de um mercado cultural na cidade é não apenas viável, mas também apresenta um grande potencial de sucesso. A pesquisa revela que o espaço tem o potencial de se tornar um núcleo de convergência entre cultura, comércio e entretenimento, atraindo tanto residentes quanto turistas. **Conclusão:** Diante do exposto, pode-se afirmar que a implementação de um mercado cultural em Coração de Jesus - MG se configurará como uma oportunidade valiosa para impulsionar a cultura local, fomentar a economia criativa e promover o uso mais eficaz dos espaços públicos. O projeto integrará arquitetura, tradição e desenvolvimento sustentável. Essa abordagem não apenas traz benefícios diretos à comunidade, mas também fomenta a inclusão social e fortalece o senso de pertencimento dos cidadãos em relação à cidade.

Palavra chaves: Mercado cultural, Coração de Jesus-MG, projeto, arquitetura.

Referências: PORTAS, Nuno. **A cidade como arquitetura**. Lisboa: Editorial Presença, 2025
MERCADO DE ORIGEM. **Sobre o projeto**. Fundação Doimo, 2018. Disponível em:
<https://mercadodeorigem.com.br/mercado-de-origem-olhos-dagua/>. Acesso em: 21 de março de 2025

*Aprovação Comitê de Ética: CEP 4.524.033/2021.
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc*

CENTRO DE AMPARO, SAÚDE E ADOÇÃO DE ANIMAIS ABANDONADOS

GONÇALVES, Giovana ¹; ZUMBA, Janice²; TEIXEIRA, Mariana ²

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

Introdução/Justificativa: Segundo a Prefeitura de Montes Claros, Minas Gerais, no ano de 2025, estima-se que cerca de 7.000 cães vivem nas ruas da cidade, resultando em problemas sociais e de saúde pública, sendo um cenário agravado pelo abandono animal. Diante desse contexto e da carência de um local com infraestrutura ampla e adequada para o resgate e o tratamento desses seres indefesos, o Trabalho Final de Graduação propõe a criação do Refúgio do Afeto - Centro de amparo, saúde e adoção de animais abandonados em Montes Claros - MG, entre eles cães e gatos, com um hospital veterinário 24 horas que atenderá tanto os resgatados quanto os advindos externamente, visando ampliar e melhorar o atendimento à causa animal na cidade. **Objetivo:** Minimizar os impactos negativos da superpopulação de animais de rua, oferecendo um espaço com infraestrutura completa para o amparo, recuperação física e emocional e serviços veterinários de qualidade. **Métodos:** O estudo foi realizado a partir de pesquisas bibliográficas, verificação de legislações municipais e estaduais, normas e resoluções. Além disso, foram realizadas visitas à localização pretendida para a implantação do projeto, avaliando fatores acústicos, infraestrutura existente, acessos ao local e o uso e ocupação do entorno, a fim de certificar a viabilidade da edificação. **Resultados:** Perante a problemática e a demanda identificada, o Refúgio do Afeto proporcionará ambientes que prezam pela segurança, conforto e acolhimento dos animais, tutores, adotantes e funcionários. Os animais abandonados serão resgatados e receberão todos os cuidados e assistências necessárias para estarem disponíveis para a adoção responsável, assegurando a eles o início de uma vida digna. Além disso, o estabelecimento ampliará o acesso a serviços veterinários de qualidade de forma gratuita aos que foram acolhidos pelo Centro, aos adotados por meio de preços acessíveis, e aos demais através de preços convencionais, beneficiando a população presente no Centro e a população canina e felina externa. Ademais, terá convênio com as universidades que possuem o curso de Medicina Veterinária, promovendo aulas práticas e programas de estágio para os alunos. **Considerações finais/Conclusão:** Dessa forma, a partir de uma arquitetura que considera as necessidades dos animais, será possível minimizar as problemáticas existentes na cidade acerca do assunto, além de proporcionar a eles uma instalação completa voltada ao bem-estar e saúde animal.

Palavras-chave: Abandono animal. Bem-estar animal. Saúde animal.

Referências:

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). **Resolução N° 1275, de 25 de junho de 2019**. Acesso em: 27 mai.2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n° 50, 21 Fev 2002**. Disponível em:

https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/%281%29RDC_50_2002_COMP.pdf/8b6dc86e-5fe7-41ab-9d71-cda206a2401a. Acesso em: 27 mai 2025.

FAGGI, Attilio. **Prefeitura adquire chips para controlar população de animais de rua**. SECOM. Prefeitura de Montes Claros. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/tecnologia-prefeitura-adquire-chips-para-controlar-populacao-de-animais-de-rua>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SILVA, Priscila. **Centro de acolhimento animal:** abrigo público para cães e gatos em Anápolis – GO. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ueg.br/jspui/handle/riueg/1182>. Acesso em: 27 mai. 2025

TÁVORA, Gabrielle. **Centro de acolhimento animal de Fortaleza**. 2019. Monografia (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47917>. Acesso em 27 mai. 2025.

CENTRO GASTRÔNOMICO REGIONAL

PINHEIRO, Gabriel Figueiredo¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes², ZUMBA, Janice Gomes²
1 Graduando em Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; 2 Docente da FIPMoc

Introdução/Justificativa: O presente estudo tem como objetivo apresentar a proposta de criação de um Centro Gastronômico Regional na cidade de Montes Claros (MG), destacando seu potencial para atuar como instrumento de valorização cultural, desenvolvimento urbano e estímulo à economia local. A gastronomia, entendida como expressão da identidade regional, possui a capacidade de transformar espaços e fortalecer vínculos sociais. Nesse contexto, a implantação de um centro dedicado à culinária local surge como uma estratégia para preservar tradições, incentivar práticas sustentáveis e promover o turismo. Além de funcionar como um polo gastronômico, o espaço proposto visa integrar elementos culturais, sociais e econômicos da região, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cidade. **Objetivo(s):** Para a formulação da proposta do Centro Gastronômico Regional de Montes Claros, adotou-se uma abordagem metodológica baseada em estudos de caso e análise bibliográfica. Três referências principais foram utilizadas como objeto de estudo para embasar as decisões projetuais tanto no aspecto plástico quanto funcional: o Mercado Origem, localizado em Belo Horizonte (MG); o Eataly, situado em São Paulo (SP); e o Centro Gastronômico Tetra, no Irã. Já análise teórica foi guiada por autores fundamentais para a compreensão do processo projetual em arquitetura. Hertzberger (2006), em Lições de Arquitetura, oferece reflexões sobre a criação de espaços que incentivam o uso coletivo e a apropriação espontânea, fundamentais para um centro gastronômico com vocação pública. Laert P. Neves, em A Adoção do Partido na Arquitetura, contribui com a definição e organização do conceito central do projeto (partido arquitetônico), orientando a relação entre forma, função e intenção. Complementando, Kowaltowski (org., et al.), em O Processo de Projeto em Arquitetura: da Teoria à Tecnologia, estrutura metodologicamente as fases do projeto, com foco na resolução de problemas arquitetônicos a partir da integração entre teoria, prática e técnica. **Resultados:** O desenvolvimento do projeto do Centro Gastronômico Regional de Montes Claros foi guiado por uma abordagem sistemática que começou com a criação de uma tabela de programa de necessidades, definindo os ambientes e suas inter-relações funcionais. Em seguida, foi realizado um estudo detalhado do terreno e do entorno, considerando aspectos urbanísticos, topográficos, climáticos e ambientais, com o apoio de mapas temáticos como os de vias, uso do solo e vegetação. Esses dados subsidiaram a elaboração de uma pré-setorização em modelo 3D, que permitiu testar fluxos, volumes e organização funcional, garantindo integração com o contexto urbano e eficiência no uso do espaço. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto do Centro Gastronômico Regional de Montes Claros propõe-se como uma intervenção estratégica voltada à valorização da cultura alimentar local, ao estímulo da economia e à promoção do desenvolvimento urbano sustentável. A partir de estudos de caso nacionais e internacionais, aliados a referências teóricas fundamentais e análises detalhadas do contexto físico e urbano, foi possível desenvolver uma proposta sensível ao território e às necessidades da comunidade. O uso de ferramentas como a tabela de programa de necessidades, mapas temáticos e modelagem 3D permitiu uma abordagem integrada, funcional e simbólica. Assim, o centro gastronômico é concebido não apenas como um espaço físico, mas como um catalisador de identidade regional, inclusão social e inovação.

Palavras-chave: Gastrômico. Cultural. Regional

Referências:

HERTZBERGER, Herman Lições de arquitetura
NEVES, Laert P A adoção do partido na arquitetura
KOWALTOWSKI, Doris C C K. (org et al O processo de projeto em arquitetura da teoria à tecnologia
ARQXP. De volta às raízes: o Mercado de Origem. 2019. Disponível em: <https://arqxp.com/de-volta-as-raizes-o-mercado-de-origem/>. Acesso em: 28 Mar.2025.
ESTADO DE MINAS. Veja o que você já encontra no Mercado de Origem. Disponível em: <https://www.em.com.br/degusta/2024/03/6810484-veja-o-que-voce-ja-encontra-no-mercado-de-origem-que-sera-inaugurado-no-dia-14.html>. Acesso em: 28 Mar.2025.
DÁVILA. Mercado Origem. Disponível em: <https://davila.arq.br/projetos/mercado-de-origem/>. Acesso em: 28 Mar.2025.
ESPAÇO NOVO. Eataly Sao Paulo. Disponível em: <https://espaconovo.com/wp-content/uploads/2023/11/saiba-mais-eataly.pdf>. Acesso em: 01 Abr. 2025.
SINDAL. Eataly São Paulo Shopping de alta gastronomia é inaugurado em São Paulo. Disponível em:

<https://sindal.org.br/cataly-sao-paulo-shopping-de-alta-gastronomia-e-inaugurado-em-sao-paulo/>. Acesso em: 01 Abr. 2025.

ARCHDAILY. Centro Gastronômico Tetra / OJAN Design Studio. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1009183/centro-gastronomico-tetra-ojan-design-studio>. Acesso em: 04 Abr.2025.

Aprovação Comitê de Ética: CEP n°/Ano.
(Para pesquisas com seres humanos) Modalidade de Iniciação Científica:
(Se vinculado ao PROIC UNIFIPMoc/Afya) Resumo oriundo de atividades do
Projeto de Conclusão do Curso I da UNIFIPMoc/Afya

NEUROVIDA- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PARA NEURODIVERGENTES

XAVIER, Maria Vitória Silva¹; TEIXIERA, Mariana Fernandes ², GOMES, Janice Zumbao
¹ Professor de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; ² Docente da FIPMoc.

Introdução/Justificativa: A neuroarquitetura é uma disciplina emergente que integra conhecimentos da neurociência à prática arquitetônica, visando criar ambientes que promovam o bem-estar e a saúde mental dos usuários. Estudos indicam que características como iluminação natural, ventilação adequada e uso de cores neutras podem influenciar positivamente o comportamento e as emoções das pessoas. Além disso, a aplicação de princípios da neuroarquitetura em espaços educacionais tem demonstrado melhorar o desempenho cognitivo e emocional dos indivíduos. **Objetivo(s):** Investigar a aplicação dos princípios da neuroarquitetura em ambientes destinados a indivíduos neurodivergentes, com foco na criação de espaços que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. **Métodos:** A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando análise de estudos de caso de projetos arquitetônicos que incorporam princípios da neuroarquitetura. Serão avaliados aspectos como layout espacial, escolha de materiais, iluminação, acústica e cores, correlacionando-os com os efeitos observados no comportamento e bem-estar dos usuários. **Resultados:** Espera-se identificar diretrizes e estratégias de design que possam ser aplicadas na concepção de ambientes mais inclusivos e terapêuticos para indivíduos neurodivergentes. Os resultados contribuirão para o desenvolvimento de um conjunto de recomendações práticas para profissionais da arquitetura e áreas afins. **Considerações Finais/Conclusões:** A aplicação dos princípios da neuroarquitetura em ambientes destinados a indivíduos neurodivergentes pode representar um avanço significativo na promoção de espaços que atendam às necessidades específicas desse público. A pesquisa contribuirá para o entendimento de como o ambiente construído pode influenciar positivamente o desenvolvimento e o bem-estar de indivíduos com diferentes perfis neurológicos.

Palavras-chave: Neuroarquitetura, ambientes inclusivos, neurodivergentes, design terapêutico.

Referências:

ARCHDAILY. Sycamore at Northgate Park Hospital / Medical Architecture. Disponível em: <https://www.archdaily.com/1012682/sycamore-at-northgate-park-hospital-medical-architecture>. Acesso em: 04 abr. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. Lar Casa de Magalhães / Atelier Carvalho Araújo. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-58658/lar-casa-de-magalhaes-atelier-carvalho-araujo>. Acesso em: 04 abr. 2025.

ARCHDAILY. Practice Design reveals India Autism Center as a model of inclusive and accessible design. 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com/1021325/practice-design-reveals-india-autism-center-as-a-model-of-inclusive-and-accessible-design>. Acesso em: 04 abr. 2025.

ARCHDAILY BRASIL. Neuroarquitetura e autismo: diretrizes para projetos saudáveis e acolhedores. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/1005513/neuroarquitetura-e-autismo-diretrizes-para-projetos-saudaveis-e-acolhedores>. Acesso em: 04 abr. 2025.

Cardeal, C. C., & Vieira, L. R. C. (2021). *Neurociência como meio de repensar a arquitetura: formas de contribuição para a qualidade de vida*. Revista Interdisciplinar, 24(2), 45-60. revista.fait.edu.br/1

Revista Anaís+1 Paiva, A. (2018). *Neuroarquitetura e o papel das emoções*. NeuroAU. Disponível em: <https://www.neuroau.com/post/neuroarquitetura-e-o-papel-das-emo%C3%A7%C3%B5es>

revista.fait.edu.br

Matoso, M. (2022). *Neuroarquitetura: como o seu cérebro responde aos espaços*. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/981830/neuroarquitetura-como-o-seu-cerebro-responde-aos-espacos>

revista.fait.edu.br+1 ArchDaily

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Conclusão do Curso I da UNIFIPMoc/Afya

ESTÚDIO DE ARTES CÊNICAS E AUDIOVISUAIS

SOARES, Fernando Araújo¹;

TEIXEIRA, Mariana Fernandes², ZUMBA, Janice Gomes²;

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; ² Docente da FIPMoc.

Introdução: A formulação do programa de necessidades para um edifício voltado às artes cênicas e audiovisuais, com enfoque educacional e cultural, exige base teórica sólida e alinhamento entre função, pedagogia e urbanidade. A proposta de um estúdio para 200 a 300 pessoas e dois pavimentos busca integrar flexibilidade espacial, diversidade de usos e diálogo simbólico com o entorno urbano, apoiando-se em autores como Hertzberger, Kowaltowski, Laert Neves, Bardet, Farr e Jacobs. **Material e Métodos:** Para orientar as decisões projetuais, foram analisados estudos de caso com características tipológicas e conceituais semelhantes. A Tianjin Juilliard School, na China, trouxe lições sobre flexibilidade funcional, integração visual e transparência; o Sense Xangri-Lá, no Brasil, inspirou pelo uso de materiais naturais, conforto ambiental e volumes interligados; e a House of Province, na Holanda, contribuiu com sua articulação entre monumentalidade, funções públicas e pertencimento urbano. Essas análises forneceram diretrizes formais e funcionais aplicadas à proposta. **Desenvolvimento:** O projeto iniciou-se com uma tabela programática que identificou as necessidades de salas práticas, estúdios, auditório, biblioteca, oficinas e áreas administrativas. A análise do terreno foi guiada por mapas de uso e ocupação, malha viária, topografia, vegetação, ventilação e insolação, favorecendo uma implantação sensível e sustentável. O leve declive permitiu uma setorização vertical, enquanto os estudos ambientais orientaram a posição e abertura dos espaços. Modelagens tridimensionais preliminares possibilitaram testar a organização dos setores públicos, técnicos e administrativos, avaliando fluxos, escalas e compatibilidade urbana. **Conclusão:** A concepção do estúdio evidenciou a importância da integração entre teoria, contexto e referências. A articulação entre função, simbolismo e técnica resultou em um partido arquitetônico coerente com as demandas contemporâneas da arte e da cidade, promovendo espaços acessíveis, sustentáveis e socialmente transformadores.

Palavras-chave: Artes cênicas, Música, Escola

Referências:

- HERTZBERGER, Herman. Lições de arquitetura. 2. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2011.
KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. (org.). O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
BARDET, Gaston. O urbanismo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
FARR, Douglas. Urbanismo sustentável: desenho urbano com a natureza. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Conclusão do Curso I da UNIFIPMoc/Afya

ARTECURA: CENTRO DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS

MATOS, Bernardo Almeida Gonçalves de¹, TEIXEIRA, Mariana Fernandes², ZUMBA, Janice Gomes²

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: O crescimento do envelhecimento populacional exige novas respostas da arquitetura e do urbanismo voltadas ao bem-estar da terceira idade. O projeto ArteCura – Centro de Acolhimento para Idosos surge como uma proposta inovadora e humanizada em Montes Claros/MG, voltada para idosos autônomos ou com leve dependência. Com foco na saúde, autonomia e integração social, o projeto visa promover o envelhecimento ativo por meio da arte, da cultura e do acolhimento terapêutico, além de contribuir com o fortalecimento do vínculo entre o idoso e a comunidade.

Objetivo(s): Desenvolver um centro de acolhimento que una saúde, expressão artística e qualidade de vida para a terceira idade, promovendo a humanização dos espaços arquitetônicos, a inclusão social e a valorização do idoso na vida urbana, por meio de um projeto sustentável, acessível e sensorialmente estimulante. **Métodos:** A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica em autores como Jacobs, Hertzberger e Farr, além da análise de três estudos de caso: Centro Sentidos (Argentina), Vila Alzheimer (França) e Spa Origem (Brasil), que auxiliaram na definição das diretrizes projetuais com foco em acessibilidade, bem-estar e estímulo sensorial. A análise técnica do terreno (5.000 m²), localizado no bairro Ibituruna, considerou fatores de topografia, clima, mobilidade urbana e vegetação existente. Com base nesses dados, foi elaborada uma setorização funcional tridimensional com rampas acessíveis, integração paisagística, jardins sensoriais e estratégias bioclimáticas como uso de brises, espelhos d'água e materiais de alta inércia térmica. **Resultados:** O projeto resultou em uma proposta arquitetônica funcional e humanizada, dividida em áreas habitacionais, de convivência, culturais e de saúde, distribuídas de forma fluida e acessível. A presença de ateliês, biblioteca, salas de fisioterapia e templo inter-religioso reforça o compromisso com a saúde integral. A escolha por elementos biofílicos, materiais naturais e paleta de cores suaves promove conforto ambiental e sensação de acolhimento. A proposta também considera o impacto urbano positivo ao oferecer à comunidade atividades culturais e espaços abertos à convivência. **Considerações Finais/Conclusões:** O ArteCura propõe um novo olhar sobre o envelhecer, indo além da assistência médica para criar um espaço de convivência, estímulo e cuidado integral. A arquitetura é utilizada como instrumento terapêutico e social, promovendo o bem-estar do idoso e sua conexão com a cidade. A proposta mostra-se viável e replicável, com potencial para transformar o cenário da assistência à terceira idade no Brasil.

Palavras-chave: Arquitetura humanizada. Terceira idade. Envelhecimento ativo.

Referências:

- ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ANVISA. RDC nº 50/2002 – Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília: ANVISA, 2002.
- BRASIL. Cartilha Orientadora das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, 2021.
- FARR, Douglas. Sustainable Urbanism: Urban Design With Nature. Hoboken, NJ: Wiley, 2007.
- HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Resumo oriundo de atividades do Trabalho de Conclusão de Curso I da UNIFIPMoc/Afya

CIRCUITOS ELÉTRICOS: AULA PRÁTICA APLICADA À ARQUITETURA

CORDEIRO, Alana Barbosa¹; ALMEIDA, Tom Nogueira¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do2

¹Graduando em Arquitetura e Urbanismo da FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução/Justificativa: A prática da matéria de elétrica, realizada em 07 de abril de 2025 no laboratório da UNIFIPMoc, teve como foco a aplicação de conceitos fundamentais das instalações elétricas residenciais. A experiência permitiu aos alunos vivenciarem na prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala, promovendo maior compreensão dos sistemas elétricos e da importância da correta execução dos circuitos. **Objetivo(s):** Este relatório tem como objetivo analisar criticamente a atividade prática desenvolvida, refletindo sobre os aspectos técnicos envolvidos na montagem de circuitos 3-way. Pretendendo destacar a relevância da norma NBR 5410, a identificação correta dos condutores, e o papel do arquiteto na concepção de projetos seguros e eficientes. **Métodos:** A análise se baseou em conteúdos discutidos em aula e em levantamentos bibliográficos sobre práticas projetuais e tecnológicas aplicadas aos sistemas mencionados. Foram consideradas soluções como reuso de águas cinzas, ventilação sanitária adequada, redes de gás com detectores automáticos e sistemas de combate a incêndio com chuveiros automáticos e sinalização de emergência. Também foram observadas as diretrizes de certificações como LEED e AQUA, que orientam projetos com foco em desempenho ambiental. **Resultados:** Durante a montagem do circuito de 220V, foram identificadas falhas na ligação dos fios de comunicação entre os interruptores, o que impediu o funcionamento do sistema. Após análise e correção com auxílio técnico, o circuito passou a operar corretamente; entretanto, o segundo circuito (de 127V) funcionou adequadamente já na primeira tentativa, demonstrando que os alunos haviam assimilado a lógica do sistema e a importância da correta distribuição dos condutores. A experiência evidenciou também a necessidade de atenção aos detalhes e da prática como instrumento para o conhecimento. **Considerações Finais/Conclusões:** A atividade possibilitou uma conexão direta entre teoria e prática, aprofundando a compreensão sobre a aplicação da NBR 5410 e sobre os elementos fundamentais das instalações elétricas. Nesse sentido, podemos concluir que a vivência prática em laboratório é indispensável para a formação técnica e crítica do arquiteto, pois reforça a responsabilidade profissional no desenvolvimento de soluções seguras, funcionais e normativas.

Palavras-chave: Circuitos elétricos; Interruptor paralelo; NBR 5410; Instalações residenciais; Arquiteto

Referências: OLIVEIRA, Mariana Cristina do Rosário. *Conteúdo ministrado na disciplina de Instalações Elétricas*. UNIFIPMoc – Centro Universitário FIPMoc, 2025. Aula prática realizada em 07 abr. 2025. (Material didático não publicado); TEIXEIRA, Luiz Cláudio de Souza. *Noções de instalações elétricas para arquitetura*. Rio de Janeiro: LTC, 2015; DIAS, Marco Aurélio. *Segurança e normatização em instalações elétricas de baixa tensão*. São Paulo: Atlas, 2018.

Resumo oriundo de atividades de Instalações Elétricas da UNIFIPMoc/Afya

CENTRO DE CUIDADOS ANIMAL: A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA

GONTIJO, Ana Luiza Viana¹; ZUMBA, Janice Gomes²; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

²Professoras do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução: O abandono de cães e gatos nas cidades brasileiras tem se tornado uma preocupação crescente de saúde pública e bem-estar animal. Em Montes Claros/MG, essa realidade exige a criação de equipamentos urbanos capazes de acolher, tratar e reabilitar esses animais de forma eficiente. Este trabalho propõe o desenvolvimento de um Centro de Cuidados Animal modular, com foco na funcionalidade, sustentabilidade e integração urbana, oferecendo resposta técnica e social a uma demanda latente. **Objetivo(s):** O principal objetivo é projetar um centro de cuidados modular para cães e gatos de rua, que abrigue, trate, recupere e promova a adoção responsável. Busca-se também promover um espaço sustentável e sensível ao contexto urbano, capaz de interagir com a comunidade e favorecer o bem-estar animal. **Métodos:** A metodologia adotada envolveu levantamento bibliográfico, análise de legislações, estudo do terreno e definição de programa de necessidades. O projeto foi embasado em diretrizes de conforto ambiental, acessibilidade e uso racional do solo, adotando módulos pré-fabricados como solução arquitetônica expansível. Foram consideradas normas como a NBR 9050, Resolução CFMV nº 1274/2019 e a legislação urbanística de Montes Claros. **Resultados:** A proposta resultou em um centro com setorização funcional clara: acolhimento, clínica veterinária, reabilitação, adoção, administração e serviços, além de pet shop como estratégia de geração de renda. A implantação foi pensada em terreno plano e arborizado, com fácil acesso pela BR-365 e distante de zonas residenciais, minimizando conflitos sonoros. Soluções como ventilação cruzada, iluminação natural, isolamento acústico e paisagismo reforçam o conforto dos usuários. O projeto respeita os parâmetros legais e oferece um modelo replicável de intervenção urbana com impacto social positivo. **Conclusões:** O projeto do Centro de Cuidados Animal representa uma resposta arquitetônica às necessidades de acolhimento de animais em situação de rua. A proposta alia funcionalidade, sustentabilidade e responsabilidade social, promovendo um espaço que valoriza a vida, a recuperação dos animais e a convivência com a comunidade. Trata-se de um equipamento urbano transformador, que integra a arquitetura e o cuidado.

Palavras-chave: Arquitetura. Bem-estar animal. Sustentabilidade.

Referências:

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. Lei de Uso e Ocupação do Solo.
ABNT. NBR 9050.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso I da UNIFIPMoc/AFYA

ANÁLISE BIOCLIMÁTICA LOCAL APLICADA AO CONFORTO TÉRMICO URBANO

Ana Cecília Almeida Amarante¹; Henrique Gomes Silva¹; Sthéfanny Pereira Mendes¹; Laura Barbosa Rocha¹; Janice Gomes Zumba².

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFIPMoc.

Introdução/Justificativa: O estudo das condições bioclimáticas locais é fundamental para o desenvolvimento de soluções arquitetônicas sustentáveis e adequadas ao clima. Em regiões de clima quente e seco, como Montes Claros – MG, compreender as variáveis climáticas específicas permite projetar espaços urbanos mais confortáveis e eficientes do ponto de vista térmico e energético. A análise bioclimática fornece dados que subsidiam decisões projetuais fundamentadas, contribuindo para o bem-estar dos usuários e a redução do uso de sistemas artificiais de climatização. **Objetivo:** Analisar as condições bioclimáticas locais do município de Montes Claros/MG com o intuito de identificar diretrizes projetuais voltadas ao conforto térmico urbano, especialmente em áreas construídas existentes. **Metodologia:** Foi realizada uma coleta e análise de dados climáticos da cidade, incluindo temperatura do ar, umidade relativa, velocidade e direção dos ventos e radiação solar. Esses dados foram organizados por meio de ferramentas como carta bioclimática de Givoni e gráficos psicrométricos, além da aplicação de softwares específicos para simulações térmicas. Também foram considerados aspectos urbanos como densidade, orientação das vias, presença de vegetação e materiais predominantes. **Resultados:** A análise evidenciou que a maior parte do ano é caracterizada por temperaturas elevadas e baixa umidade relativa, o que exige estratégias passivas de resfriamento. Entre as estratégias recomendadas estão a ventilação cruzada, sombreamento natural com arborização, uso de materiais de alta refletância térmica e implantação de coberturas verdes. A presença de áreas impermeáveis e a escassez de vegetação contribuem para a formação de ilhas de calor urbano, afetando diretamente o conforto térmico da população. **Considerações Finais:** A análise bioclimática local demonstrou ser uma ferramenta essencial para orientar intervenções urbanas mais eficientes e adaptadas ao contexto climático. A adoção de estratégias passivas e o planejamento urbano baseado no clima local contribuem para melhorar significativamente o conforto térmico da população urbana e promover a sustentabilidade ambiental nas cidades do semiárido mineiro.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2024

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

RAÍZES E RUMO DE BRASÍLIA DE MINAS: O MERCADO PÚBLICO COMO GUARDIÃO DA IDENTIDADE CULTURAL E CATALISADOR DO DESENVOLVIMENTO

BRAGA, Ana Júlia Batista¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²; ZUMBA, Janice Gomes².

¹Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc.

²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução/Justificativa: O presente Trabalho Final de Graduação propõe a implantação de um Mercado Público em Brasília de Minas/MG como forma de valorizar a identidade cultural local, promover a inclusão social e dinamizar a economia regional. Diante da ausência de um espaço urbano estruturado para o comércio de produtos da agricultura familiar e do artesanato, a proposta busca atender a uma demanda histórica da população, hoje suprida por feiras informais. A localização do terreno — em esquina e junto à entrada principal da cidade —, sua visibilidade e topografia reforçam seu potencial como ponto de encontro e articulação urbana. **Objetivo(s):** Projetar um mercado público que una cultura, comércio justo e convivência social, fortalecendo a produção local e estimulando o desenvolvimento econômico regional. Visa-se ainda promover acessibilidade, conforto ambiental e integração com o entorno urbano imediato. **Métodos:** A metodologia baseou-se em análises urbanas e ambientais do terreno, incluindo estudos de orientação solar, ventilação, níveis de ruído, acessos viários e infraestrutura existente. Foram utilizados registros fotográficos, leitura do Plano Diretor Municipal, normas da ABNT e referências de projetos análogos, como os mercados públicos de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A setorização foi definida a partir da topografia, separando fluxos sociais, técnicos e de serviço. **Resultados:** O partido arquitetônico proposto organiza os setores de forma vertical, distribuindo o subsolo para áreas técnicas e estacionamento, o térreo para comércio e gestão, e o pavimento superior para alimentação e cultura. A praça central atua como elo entre os setores, otimizando circulação e conforto. A implantação valoriza as visadas urbanas e garante fluidez, acessibilidade e flexibilidade de uso. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que o projeto do Mercado Público se configura como resposta arquitetônica sensível às necessidades locais, articulando tradição e inovação. O edifício proposto fortalece a identidade regional, dinamiza o comércio local e promove apropriação coletiva, inserindo-se de forma integrada ao tecido urbano e ambiental da cidade.

Palavras-chave: Mercado público; Identidade cultural; Desenvolvimento urbano; Conforto ambiental; Brasília de Minas

Referências:

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili, 1999.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. **O processo de projeto em arquitetura**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

FARR, Douglas. **Urbanismo Sustentável: Desenho urbano com pegada ecológica**. São Paulo: Gustavo Gili, 2011.

Resumo oriundo de atividades de Trabalho de Conclusão de Curso I da UNIFIPMoc.

A PRÁTICA DO DIMENSIONAMENTO HIDRÁULICO EM RESIDÊNCIAS: UM ESTUDO APLICADO

Murta¹; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do²;

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A compreensão prática dos sistemas hidráulicos residenciais é essencial para a formação do arquiteto, pois o bom funcionamento das instalações impacta diretamente a qualidade de vida dos usuários. A atividade de dimensionamento hidráulico, proposta na disciplina de Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP, proporcionou um aprofundamento nos conceitos técnicos, possibilitando a aplicação de normas e práticas de projeto à realidade das edificações residenciais. **Objetivos:** O objetivo da atividade foi capacitar os acadêmicos a realizarem o dimensionamento das tubulações com base na norma brasileira NBR 5626:2020, aplicando esse conhecimento à análise de um ambiente real — a exemplo o banheiro de uma residência. **Métodos:** A atividade teve início com a identificação do tipo de edificação. Posteriormente, foram detectados os pontos hidráulicos presentes no banheiro, como lavatório, chuveiro, ducha higiênica e vaso sanitário. Em seguida, foram levantadas as distâncias entre esses pontos e o reservatório de água. Com base nos dados coletados, foi realizado um dimensionamento hipotético do diâmetro ideal das tubulações, utilizando as tabelas fornecidas pela NBR 5626. Essas tabelas relacionam o diâmetro interno das tubulações à quantidade total de Unidades de Carga (UC) e ao comprimento do ramal, servindo como referência para a escolha do diâmetro adequado para cada trecho da instalação. Além disso, foram feitos testes com o registro geral, permitindo entender o funcionamento da pressão e da vazão da água. **Resultados:** A experiência permitiu uma compreensão mais clara sobre o funcionamento dos sistemas hidráulicos, destacando a relação entre pressão, vazão e simultaneidade de uso. Ao observar e analisar o banheiro da residência, foi possível identificar pontos críticos da instalação e propor melhorias técnicas com base no dimensionamento adequado. A atividade também evidenciou a importância de uma escolha correta dos pontos de registro e o impacto de um bom dimensionamento das tubulações para o bom desempenho do sistema hidráulico. **Considerações Finais:** A atividade de dimensionamento hidráulico proporcionou um aprendizado prático e aplicável, permitindo o desenvolvimento de habilidades técnicas essenciais. A análise de um ambiente doméstico existente facilitou a internalização dos conceitos aprendidos e reforçou a importância do cumprimento das normas técnicas para garantir a eficiência e segurança das instalações hidráulicas.

Palavras-chave: Dimensionamento hidráulico. Normas técnicas. Banheiro residencial.

Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Instalações prediais de água fria: projeto, execução, operação e manutenção*. NBR 5626, 2020. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

Resumo oriundo de atividade prática da Matéria Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

ARQUITETURA NA INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL DE RECICLAGEM DE MATERIAIS

COSTA, Larissa Gabriela Viana¹; ZUMBA, Janice Gomes²; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

²Professoras do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução: A geração crescente de resíduos sólidos urbanos e da construção civil, associada à ausência de estrutura adequada para o reaproveitamento desses materiais, representa um desafio ambiental, social e econômico em cidades como Montes Claros-MG. A proposta de implantação de uma Indústria de Reciclagem visa responder a essa demanda com soluções baseadas na economia circular, geração de renda, inclusão social e sustentabilidade. **Objetivo(s):** Desenvolver uma proposta arquitetônica para uma indústria sustentável de reciclagem de materiais, capaz de integrar soluções técnicas, funcionais e ambientais, promovendo eficiência operacional e adequação legal no contexto urbano-industrial de Montes Claros-MG. **Métodos:** A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica, análise de normas técnicas (ABNT, NR), diagnóstico do terreno e entorno urbano, levantamento climático e topográfico, além da elaboração de programa de necessidades e estudos volumétricos setorizados. A concepção foi baseada em princípios de sustentabilidade, acessibilidade, segurança e eficiência energética. **Resultados:** A proposta contempla áreas setorizadas em núcleos operacionais, administrativos, de apoio e infraestrutura técnica, com fluxos otimizados e integração com o território. O terreno escolhido apresenta viabilidade legal e técnica, boa acessibilidade e infraestrutura instalada. O projeto incorpora soluções de ventilação natural, controle solar e eficiência energética, promovendo conforto e funcionalidade, além de atender à legislação vigente. **Conclusões:** A Indústria Sustentável de Reciclagem de Materiais reforça o papel da arquitetura como instrumento de transformação ambiental e social. O projeto promove o reaproveitamento de resíduos, geração de emprego e valorização urbana, alinhando-se aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao planejamento sustentável da região e de todo o município de Montes Claros-MG.

Palavras-chave: Arquitetura industrial. Sustentabilidade. Economia circular.

Referências:

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010.

ABNT. NBR 9050, NBR 15575, entre outras.

CEMPRE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso I da UNIFIPMoc/AFYA

ESPAÇO CINEMATOGRAFICO: ARQUITETURA COMO SUPORTE À CULTURA E EDUCAÇÃO

BORÉM, Isa Murta ¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes ²; ZUMBA, Janice Gomes ³.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: O cinema é uma linguagem artística potente, capaz de educar, comunicar e transformar realidades. Mesmo com a presença de salas comerciais em Montes Claros/MG, a cidade carece de espaços voltados à diversidade cinematográfica, com exibição de produções do circuito comercial, nacionais, independentes e autorais. Além disso, falta infraestrutura adequada para o ensino e a pesquisa na área do audiovisual. Diante dessa realidade, este Trabalho Final de Graduação propõe um espaço cultural voltado exclusivamente ao universo do cinema, com vínculo direto ao curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). O projeto busca atender a uma demanda cultural, fortalecendo a produção local, oferecendo estrutura para formação técnica e criativa, e promovendo o acesso democrático à sétima arte. **Objetivo(s):** O principal objetivo do trabalho é desenvolver um projeto arquitetônico de um espaço cinematográfico em Montes Claros/MG, com ênfase em ambientes de exibição, formação, pesquisa e convivência. Busca-se integrar o espaço urbano e o edifício com a cidade, tornando-o um ponto de encontro cultural e educativo. **Métodos:** A metodologia adotada envolve revisão bibliográfica sobre cinema, arquitetura cultural, urbanismo e referências projetuais. Também foram realizadas análises do terreno escolhido, zoneamento urbano, contexto urbano, estudos de fluxos, além de diretrizes técnicas da ABNT. **Resultados:** Como resultado deste primeiro semestre, foi definida a proposta temática do espaço cultural voltado exclusivamente ao cinema, com ênfase na formação, exibição e convivência. Foram elaborados estudos preliminares de implantação, análise crítica do contexto urbano e diretrizes conceituais que irão nortear o desenvolvimento do projeto arquitetônico no próximo semestre (TFG II). A proposta foi validada como relevante e viável, reforçando seu caráter cultural, educativo e social. **Considerações Finais/Conclusões:** O trabalho propõe uma arquitetura como suporte para a cultura e educação, valorizando o cinema como linguagem artística e instrumento social. O projeto busca contribuir com a cidade de Montes Claros, promovendo um espaço de encontro, troca de saberes e formação cultural. A proposta reforça o papel da Arquitetura na transformação urbana e no acesso democrático à cultura.

Palavras-chave: Arquitetura. Cinema. Cultura. Educação. Urbanismo.

Referências: PALLASMAA, Juhani. Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. São Paulo: Senac, 2011.
NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. 18. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

Resumo oriundo de atividades do Trabalho Final de Graduação I da UNIFIPMoc/Afya

HOSPITAL ERIKA HILTON: PROJETO DE HOSPITAL ESPECIALIZADO EM SAÚDE TRANS E LGBTQIAPN+

¹Guilherme Lucas Moura Duarte.

¹Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário FIPMoc

²Janice Gomes Zumba, ³Mariana Fernandes Teixeira.

³Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc

Introdução A população LGBTQIAPN+ representa 5,2% dos brasileiros, segundo dados recentes do IBGE (2022). Apesar disso, o acesso à saúde especializada para essa população é ainda extremamente limitado. No Brasil, apenas 13 estados contam com serviços públicos voltados a pessoas trans, com longas filas de espera e escassez de hospitais habilitados. Essa negligência institucional, somada à marginalização histórica, coloca essa população em risco, incentivando práticas como a automedicação hormonal e o uso de silicone industrial, muitas vezes letais (ANVISA, 2022). Em Montes Claros, norte de Minas Gerais, a população LGBTQIAPN+ é significativa, porém não há equipamentos públicos voltados a essa demanda. Este trabalho propõe a implantação do Hospital Erika Hilton, um centro de referência gratuito e especializado, que alie atendimento humanizado, acessibilidade e representatividade arquitetônica. **Material e Métodos:** A proposta foi desenvolvida no âmbito do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc, a partir de uma abordagem metodológica baseada na análise de dados sociodemográficos, legislação urbanística, normas técnicas da saúde (como a RDC 50/2002) e em um levantamento bibliográfico com autores como Kowaltowski (2011), Hertzberger (2005), Farr (2011) e Jacobs (2000). Além disso, foram estudadas obras análogas de referência internacional, como o Hospital Can Misses (Espanha), o Hospital e Maternidade Santa Maria (SP) e o Hospital das Praias do Norte (Austrália), que priorizam bem-estar, clareza espacial e humanização. O projeto ainda se ancora em parâmetros de acessibilidade da NBR 9050 e diretrizes do SUS, através do SOMASUS. **Desenvolvimento** : O Brasil apresenta uma realidade preocupante quanto ao acesso da população trans e LGBTQIAPN+ à saúde pública especializada. Embora a Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, do Ministério da Saúde, garanta o direito à redesignação sexual pelo SUS, esse direito é frequentemente inviabilizado na prática. Segundo reportagem do *Profissão Repórter* (2021), nem mesmo hospitais públicos em São Paulo, o estado mais populoso e estruturado do país, realizam essas cirurgias atualmente. Isso revela uma falha sistêmica e evidencia a urgência da criação de equipamentos públicos voltados ao cuidado especializado com essa população. A ausência de atendimento adequado leva muitas pessoas trans a buscar alternativas perigosas para afirmarem sua identidade de gênero. Um exemplo crítico é o uso clandestino de silicone industrial — substância oleosa e tóxica, amplamente utilizada de forma ilegal para fins estéticos, especialmente em regiões periféricas. Conforme alertado pela ANVISA (2022), esse material pode causar deformações graves, infecções, embolia pulmonar e até a morte. Trata-se de uma violação de direitos humanos e de saúde pública que recai, sobretudo, sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. A cidade de Montes Claros, situada no norte de Minas Gerais, não conta com nenhuma unidade hospitalar especializada em saúde LGBTQIAPN+. A unidade mais próxima está localizada a 505 km, em Belo Horizonte, o que dificulta o acesso a atendimentos como terapia hormonal, acompanhamento psicológico, cirurgias de transição e ginecologia especializada para corpos dissidentes. No entanto, a cidade demonstra alto potencial para sediar um centro de referência. Com uma população significativa e crescente visibilidade da comunidade LGBTQIAPN+ — evidenciada pela 18ª Parada do Orgulho LGBTQIA+, que reuniu mais de 20 mil pessoas (Portal Montes Claros, 2023) — o município se destaca como polo regional de desenvolvimento urbano, econômico e social. É nesse cenário que se insere a proposta do Hospital Erika Hilton. O projeto nasce da necessidade de enfrentar as desigualdades estruturais e de garantir um espaço seguro, acessível e digno à população LGBTQIAPN+. O terreno escolhido, localizado na Zona Comercial 1 (ZC-1), permite o uso coletivo e favorece a visibilidade urbana do edifício. Com uma área total de 13.753 m² e fácil acesso por vias coletoras, o local possibilita uma implantação eficiente, respeitando as normas urbanísticas e sanitárias. O partido arquitetônico do hospital se organiza em setores críticos, semicríticos e não críticos, garantindo controle sanitário, segurança e conforto. O programa de necessidades contempla espaços como: recepção, consultórios clínicos e ginecológicos, setor de psicologia, sala de hormonização, centro cirúrgico, enfermarias, área de convivência e espaços administrativos. O projeto segue rigorosamente as diretrizes da RDC 50/2002 e demais normas complementares, como a NBR 9050/2020 e as orientações do SOMASUS. Do ponto de vista estético e simbólico, o hospital representa a diversidade LGBTQIAPN+ através do uso das cores, iluminação natural, materiais táteis, arte visual e paisagismo terapêutico. O conceito de “arquitetura da cura” inspira a criação de ambientes acolhedores, capazes de reduzir o estresse e promover bem-estar físico e emocional. As referências projetuais adotadas — Hospital Can Misses (Espanha), Hospital e Maternidade Santa Maria (SP) e Hospital das Praias do Norte (Austrália) — ofereceram soluções fundamentais, como setorização funcional, integração entre espaço e natureza, acessibilidade, e valorização da experiência do paciente. Esses exemplos demonstram como a arquitetura hospitalar pode se posicionar não apenas como infraestrutura técnica, mas como um ato político e transformador. Assim, o Hospital Erika Hilton propõe-se como um espaço de cuidado, representatividade e reparação histórica. Sua implantação não apenas preenche uma lacuna nos serviços de saúde pública, como também afirma o direito à existência digna de pessoas LGBTQIAPN+ no espaço urbano brasileiro. **Conclusão/Conclusões/Considerações finais** A proposta do Hospital Erika Hilton evidencia o papel social da arquitetura no enfrentamento das desigualdades estruturais. O projeto busca resgatar a dignidade de uma população historicamente excluída, ao propor um espaço seguro, sensível e funcional. A arquitetura, aqui, deixa de ser neutra: ela é política, afetiva e estratégica. A implantação de um hospital LGBTQIAPN+ em Montes Claros reforça o compromisso com os direitos humanos e com a saúde pública de qualidade. O projeto se fundamenta em diretrizes técnicas e também em valores de inclusão, equidade e respeito. Seu impacto transcende a esfera da assistência à saúde, ao promover visibilidade, pertencimento e transformação social por meio do espaço. Projetar para a diversidade é, sobretudo, um ato de resistência. Cabe ao arquiteto, nesse contexto, repensar o desenho urbano como meio de acolhimento e cidadania. O Hospital Erika Hilton representa esse compromisso com um futuro mais justo, plural e sensível às realidades que compõem o tecido social contemporâneo.

Referências

- ARCHDAILY. Hospital Can Misses, Hospital Santa Maria, Hospital das Praias do Norte. Disponível em: www.archdaily.com.br. Acesso em: abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.
- FARR, Douglas. *Sustainable Urbanism*. Wiley, 2011.
- HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. Gustavo Gili, 2005.
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde*. 2022.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. WMF Martins Fontes, 2000.
- KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. *Arquitetura para a saúde*. Oficina de Textos, 2011.
- PORTAL MONTES CLAROS. 18ª Parada LGBTQIA+. 2023.
- SOMASUS. *Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos do SUS*. Ministério da Saúde.

ABROLHOS VILLAGE ECO HOTEL: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO SUL DA BAHIA

MARTINS, Iago Aguiar¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²; ZUMBA, Janice Gomes².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

O presente Trabalho de Conclusão de Curso I propõe a implementação do Abrolhos Village Eco Hotel no município de Nova Viçosa - BA, situado no extremo sul da Bahia. A proposta visa atender à crescente demanda por hospedagens de alto padrão na região, aliando conforto, exclusividade e responsabilidade ambiental. A escolha da localidade se justifica tanto pelo seu potencial turístico, quanto pela proximidade com o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, que de acordo com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é um dos mais importantes berçários de baleias Jubarte do Atlântico Sul. O projeto busca integrar-se ao contexto cultural e ambiental da cidade, promovendo eventos e experiências que valorizem as tradições locais e a preservação da biodiversidade marinha. O objetivo principal deste trabalho é desenvolver um projeto arquitetônico e estratégico para a implementação do Abrolhos Village Eco Hotel no município de Nova Viçosa, visando impulsionar o turismo de alto padrão na região, promover o desenvolvimento socioeconômico local e integrar práticas de sustentabilidade ambiental ao setor hoteleiro. O desenvolvimento do projeto foi dividido em três etapas: na primeira, realizou-se uma pesquisa sobre o município e a análise do terreno, justificando a escolha do local e a relevância do tema; na segunda, estudaram-se obras análogas nacionais e internacionais como referência para diretrizes arquitetônicas e sustentáveis; e na terceira, elaboraram-se o quadro técnico, o programa de necessidades, a setorização e o estudo do lugar, considerando aspectos funcionais, ambientais e de inserção urbana. Como resultado do trabalho, espera-se a apresentação de uma proposta arquitetônica detalhada para um empreendimento hoteleiro de alto padrão, com foco na integração com o meio ambiente. O desenvolvimento do projeto Abrolhos Village Eco Hotel permitiu compreender a complexidade envolvida na concepção de um empreendimento turístico de grande porte, especialmente quando se busca aliar sofisticação, funcionalidade e sustentabilidade ambiental. A proposta evidencia como a arquitetura pode ser uma ferramenta estratégica para impulsionar o desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que respeita o meio ambiente e valoriza a identidade local. Assim, este trabalho não apenas propõe um modelo de hotel diferenciado, mas também aponta caminhos para práticas projetuais capazes de gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais de forma integrada e duradoura.

Palavras-chave: Abrolhos. Village. Eco. Hotel. Arquitetura. Nova Viçosa. Turismo

Referências:

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Parque Nacional Marinho dos Abrolhos – Guia do Visitante**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/parna-marinho-dos-abrolhos/guia-do-visitante/informacoes-sobre-visitacao>. Acesso em: 18 fev. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Trabalho de Conclusão de Curso I da UNIFIPMoc/Afya

ESTUDO PARA DESENVOLVIMENTO DE UM COMPLEXO COMERCIAL E HABITACIONAL DE INTERESSE ESTUDANTIL

JESUS, Felipe Magalhães de 1; Mariana Fernandes Teixeira²; Janice Gomes Zumba².

1 Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

2 Professoras do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

O presente Trabalho Final de Graduação propõe a criação de um Complexo Comercial e Habitacional de Interesse Estudantil em Montes Claros, Minas Gerais. A proposta surge da necessidade de suprir a carência de moradias acessíveis e adequadas para estudantes, especialmente com o crescimento das instituições de ensino na cidade, que, apesar de atrair muitos alunos, não oferece infraestrutura suficiente de habitação estudantil. Além disso, busca-se dinamizar o comércio local e promover maior integração entre universidade e cidade. O principal objetivo é desenvolver um espaço integrado, que ofereça moradia digna e funcional para estudantes, ao mesmo tempo em que estimula a convivência e o fortalecimento das competências sociais. O projeto visa também revitalizar a região onde será implantado e fomentar a economia local. A metodologia incluiu o estudo da realidade habitacional dos estudantes, análise das normas urbanísticas e escolha de um terreno adequado no Bairro Vila Brasília, próximo às principais instituições de ensino e serviços. A proposta prevê cerca de 8.000m² de área construída, divididos em setores comerciais, habitacionais, coletivos e administrativos, com ambientes adaptados e acessíveis. Como resultado, o projeto oferece uma solução que melhora a qualidade de vida dos estudantes, reduz custos habitacionais e promove um espaço urbano mais integrado e dinâmico. Além disso, contribui para o desenvolvimento sustentável da cidade, ao articular interesses públicos e privados. Conclui-se que o Complexo Comercial e Habitacional de Interesse Estudantil proposto representa uma solução estratégica e eficiente para enfrentar o déficit de moradias acessíveis aos estudantes em Montes Claros. Além de proporcionar habitação digna e funcional, o projeto promove a integração entre universidade e cidade, estimula o comércio local e qualifica o espaço urbano, gerando benefícios sociais, econômicos e ambientais. A proposta demonstra a importância do planejamento arquitetônico e urbanístico como instrumento de inclusão social e desenvolvimento sustentável, podendo servir de referência para iniciativas semelhantes em outras cidades com contextos e demandas equivalentes.

Palavras-chave: Moradia Estudantil, Integração Urbana, Montes Claros, Desenvolvimento Sustentável, Complexo Multifuncional.

REFERÊNCIAS:

1. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior: Microdados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/cento-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 mar. 2025.
2. SOUZA, Christian Yago Vieira de; PEREIRA, Anete Marília. Expansão das instituições de ensino superior e as dinâmicas espaciais intraurbanas em Montes Claros/MG. *Geografares*, n. 32, 2021.
3. JACOBS, J., & Archie, T. (2008). Investigating sense of community in first-year college students. *Journal of Experiential Education*, 30(3), 282-285.
4. SOUZA JUNIOR, Benvindo Zuba de. A expansão espacial e a mobilidade urbana em cidades médias: o caso de Montes Claros/MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2016.
5. MONTES CLAROS (MG). Uso e ocupação do solo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/uso-e-ocupacao-do-solo-montes-claros-mg>. Acesso em: 06 mar. 2025.
6. GOOGLE. Google Maps. [S.l.], 2025. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 13 fev. 2025.

Resumo oriundo de atividades da Compatibilização de Projetos da UNIFIPMoc

CENTRO DE APOIO A MULHERES EM LUTO GESTACIONAL E NEONATAL: ARQUITETURA COMO ACOLHIMENTO E REPARAÇÃO

RODRIGUES, Luísa Guisso Lopes ¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes ²; ZUMBA, Janice Gomes ².

1 Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

2 Professoras do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

RESUMO: O luto gestacional e neonatal é um processo de perda ainda pouco compreendido e acolhido nos espaços públicos, gerando sofrimento silencioso para milhares de mulheres. A ausência de locais apropriados para escuta e cuidado evidencia a necessidade de criar espaços que reconheçam e respeitem essa dor. Neste contexto, a arquitetura pode atuar como ferramenta sensível de suporte emocional e acolhimento. O objetivo do trabalho é desenvolver um projeto arquitetônico de um Centro de Apoio a mulheres em luto gestacional e neonatal, em Montes Claros – MG, oferecendo um espaço humanizado, acessível e voltado ao cuidado integral, promovendo saúde mental, acolhimento e pertencimento. Ademais, a metodologia inclui levantamento bibliográfico interdisciplinar, análise de estudos sobre luto materno, arquitetura do cuidado e saúde mental, além da avaliação de projetos similares e diagnóstico urbano do local de inserção. A proposta segue princípios como biofilia, privacidade gradativa, acessibilidade e flexibilidade de uso dos espaços. A proposta resultou em um centro institucional de bairro, com ambientes para atendimentos individuais, grupos terapêuticos, oficinas, atividades integrativas e espaços de convivência. Também contempla ambientes destinados a crianças, garantindo acolhimento conjunto. O projeto visa promover segurança emocional e apoio comunitário por meio da arquitetura. Conclui-se, portanto, que o Centro de Apoio representa uma iniciativa inovadora e necessária, unindo arquitetura e saúde em prol das mulheres em luto. Através de um ambiente sensível e funcional, o projeto reafirma o papel da arquitetura como mediadora do cuidado, capaz de transformar espaços em instrumentos de reparação emocional e acolhimento social.

ÁGUAS QUE FUNDAM CIDADES; REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO CULTURAL EM SALINAS-MG

FERNANDES, Gely Alissandre¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes², ZUMBA, Janice Gomes².

¹ Acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya.

² Docente da instituição UNIFIPMoc/Afya.

Introdução/Justificativa: A formação das cidades historicamente se deu em torno de corpos hídricos, que, além de proverem recursos, estruturaram assentamentos humanos, rotas comerciais e identidades territoriais. Em Salinas-MG, o Rio Salinas teve papel fundacional nesse processo. Contudo, nas últimas décadas, seu trecho urbano tem sido marcado por degradação ambiental e recorrentes enchentes. Justifica-se, assim, a necessidade de reconfiguração desse espaço como vetor de regeneração urbana, ecológica e cultural, capaz de transformar vulnerabilidades em oportunidades. **Objetivos:** Propõe-se a requalificação urbana e paisagística do trecho central do Rio Salinas, com a criação de um parque linear multifuncional e a implantação de um edifício voltado à valorização da cultura local, a fim de reconectar cidade e rio, conciliando preservação ambiental, memória territorial e infraestrutura urbana resiliente. **Métodos:** A pesquisa adota abordagem interdisciplinar, com revisão bibliográfica, análise histórica, estudo de caso, além de levantamentos in loco. A proposta arquitetônica é orientada por princípios do urbanismo sensível à água, infraestrutura verde e valorização do patrimônio, em consonância com diretrizes legais, ambientais e culturais. **Resultados:** O projeto prevê a renaturalização parcial do leito do rio, reconfiguração das margens com vegetação nativa e soluções baseadas na natureza para drenagem urbana, além de espaços públicos com mobiliário urbano e paisagismo integrador. Na Passarela da Alegria será implantado um edifício, com quatro pavimentos interligados por átrios, varandas e jardins internos, voltado a atividades culturais, exposições, oficinas e eventos ligados à produção de cachaça — patrimônio imaterial de Salinas. A proposta visa ainda estimular o turismo criativo, fomentar economias locais e consolidar o rio como eixo estruturador da paisagem urbana e da identidade territorial. **Considerações Finais/Conclusões:** A revalorização do Rio Salinas é uma oportunidade estratégica para transformar um passivo ambiental em ativo urbano e cultural. A proposta articula ecologia, cultura e arquitetura como estratégias de resiliência e inovação territorial. Ao tratar a água como elemento estruturador da paisagem urbana, promove-se um novo paradigma de ocupação do território mais inclusivo, sustentável e identitário, capaz de induzir melhorias significativas na qualidade de vida e no fortalecimento do pertencimento e da memória coletiva da população salinense.

Referências:

- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: A Cidade do Pensamento Único. Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato (Orgs.). Petrópolis: Vozes, 2000, p.121-192
- CARVALHO, L. E. P. Os Descaminhos das Águas no Recife: a socionatureza dos rios urbanos. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós Graduação em Geografia. Recife, 2011.
- GORSKI, M. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. São Paulo: Senac, 2010.

Resumo oriundo da disciplina de Trabalho Final de Graduação da UNIFIPMoc/Afya

SEMINÁRIO DE MISSÕES: ARQUITETURA A SERVIÇO DA FORMAÇÃO E ENVIO MISSIONÁRIO

DAVID¹, Maria Eduarda Damasceno¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²; ZUMBA, Janice Gomes².

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA.

²Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA.

Introdução/Justificativa: A crescente demanda por formação missionária qualificada, especialmente em regiões de vulnerabilidade social como o norte de Minas Gerais, evidencia a carência de instituições interdenominacionais voltadas à capacitação teológica, prática e comunitária. O Seminário Norte de Missões e Capacitação (SNMC) surge com o propósito de integrar educação, espiritualidade e ação social em uma estrutura arquitetônica que reflita os valores da missão cristã e proporcione suporte formativo completo aos futuros missionários. **Objetivo(s):** Desenvolver uma proposta arquitetônica para um seminário missionário que contemple aspectos pedagógicos, espirituais e sociais, promovendo uma formação integral com base na vivência comunitária, conforto ambiental e funcionalidade, em consonância com as exigências legais e urbanísticas da cidade de Montes Claros/MG. **Métodos:** A metodologia adotada envolveu pesquisa bibliográfica, análise de obras análogas, diagnóstico do terreno e clima local, levantamento normativo e desenvolvimento de um programa de necessidades com setorização detalhada. O projeto foi concebido com base em princípios de sustentabilidade, acessibilidade e integração urbana. **Resultados:** A O seminário foi organizado em cinco setores principais, com espaços como salas de aula, capela, alojamentos e áreas de lazer, priorizando a integração comunitária e o conforto ambiental. A linguagem arquitetônica adota materiais rústicos e soluções passivas, reforçando o caráter acolhedor e sustentável do projeto. **Considerações Finais/Conclusões:** O Seminário de Missões propõe uma arquitetura que transcende a função educativa, atuando como agente de transformação espiritual, social e urbana. O projeto evidencia o papel da arquitetura na formação de lideranças comprometidas com a fé cristã e o serviço à comunidade, integrando teologia, vivência e missão em um ambiente acolhedor, sustentável e inspirador.

Palavras-chave: Arquitetura religiosa. Formação missionária. Sustentabilidade.

Referências:

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010.

ABNT. NBR 9050, NBR 15575, entre outras.

CEMPRE. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

CASA DE TRANSIÇÃO: ABRIGO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

LEÃO, Kamille Macedo¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes², ZUMBA, Janice Gomes²

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

²Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução/Justificativa: A exclusão de pessoas em situação de rua reflete uma das desigualdades mais marcantes das cidades brasileiras. Em Montes Claros-MG, a ausência de espaços adequados para acolhimento e reintegração social acentua essa realidade. Este trabalho propõe uma Casa de Transição como abrigo temporário, oferecendo dignidade, pertencimento e cidadania a esse público, por meio de uma arquitetura sensível e inclusiva. **Objetivo(s):** Projetar um equipamento público de acolhimento temporário para pessoas em situação de rua, com soluções arquitetônicas funcionais, acessíveis e humanizadas, que incentivem a autonomia, a capacitação e a reintegração social, respeitando os princípios da inclusão urbana e da sustentabilidade. **Métodos:** A proposta baseou-se em pesquisa bibliográfica, estudo de normas técnicas (ABNT, ANVISA), análise do terreno, clima e contexto urbano. Foi elaborado um programa de necessidades dividido por setores, considerando critérios de acessibilidade, conforto ambiental, ergonomia e integração com o entorno imediato. **Resultados:** O projeto foi organizado em setores como acolhimento, saúde, alimentação, oficinas, serviços e espaços integrados. Adota estratégias passivas de conforto térmico, ventilação e iluminação natural, além de sistemas sustentáveis, como reuso de água e energia solar. A proposta atende às normas técnicas e urbanísticas, promovendo funcionalidade, sustentabilidade e bem-estar. **Finais/Conclusões:** Casa de Transição reafirma o papel da arquitetura como instrumento de transformação social. Ao oferecer abrigo, cuidado e oportunidades reais de reconstrução de vínculos e trajetórias, o projeto atua como ponte entre a rua e a reintegração, resgatando o direito à cidade e à dignidade humana. Mais que um espaço físico, representa acolhimento, esperança e recomeço, sendo uma resposta ética, urbana e sensível às necessidades dos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Acolhimento, Arquitetura Social, Reinserção

Referências:

HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

A REFORMA NA SAÚDE PSIQUIÁTRICA DO NORTE DE MINAS GERAIS

SANTOS, Letícia Ferreira¹, ZUMBA, Janice Gomes², TEIXEIRA, Mariana Fernandes²

¹Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

²Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução/Justificativa: A cidade de Montes Claros, destaca-se entre as poucas, com mais de quatrocentos mil habitantes no norte de Minas Gerais. É responsável por receber muitos pacientes provenientes de municípios vizinhos, sendo referência regional em serviço de saúde. No entanto, desde dois mil e doze, quando o Hospital Prontamente encerrou suas atividades, o município não conta com um hospital psiquiátrico. Desde então, indivíduos em sofrimento psíquico passaram a ser assistidos pelos Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) e por algumas alas de hospitais gerais já existentes na cidade. Desse modo, a mesorregião norte mineira não possui mais Hospitais psiquiátricos. De acordo com a Prefeitura Municipal de Montes Claros, existem cinco CAPS em funcionamento e a projeção da construção de mais duas unidades. Entretanto, a quantidade é escassa para o volume de usuários. Em ano de 2024, por exemplo, o CAPS, localizado no bairro Planalto, teve quarenta e cinco mil e duzentos atendimentos (FAGGI, 2025). Sob esse panorama, evidenciamos a necessidade da criação de uma unidade hospitalar especializada para o tratamento dos que se encontram em sofrimento mental, ampliando e qualificando o cuidado aos habitantes do norte de Minas Gerais. **Objetivo(s):** O Hospital Phillipe Pinel psiquiátrico será de natureza pública e privada, oferecendo aos pacientes o cuidado humanizado e o uso da arquitetura como meio de cura, tendo acesso a natureza, formas suaves, cores sóbrias e elementos que tragam o sentimento de acolhimento, rompendo com os antigos preceitos dos Hospitais psiquiátricos mineiros, tradicionalmente marcados pela rigidez e isolamento. **Métodos:** Por meio desse estudo serão apontados preceitos que fundamentaram teoricamente e fisicamente o edifício, para o acesso equitativo e uso humanizado, além de apresentar pontos históricos do cuidado com as pessoas em sofrimento psíquico. **Resultados:** O resultado será mitigação do problema de saúde regional. **Conclusões:** Por meio, dos estudos identificamos a necessidade da criação de um Hospital psiquiátrico na cidade de Montes Claros/ MG, devido a sua importância na mesorregião norte mineira, para reformular e melhorar a saúde nessa região.

Palavras-chave: Psiquiátrico, hospital, saúde.

Referências: GOMES, N.; MAGALHÃES, K. Resignificando espaços: arquitetura na luta antimanicomial. 2022. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Arquitetura e urbanismo – Faculdades Integradas de Bauru, Bauru, 2022.

ARQUITETURA E INCLUSÃO: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

TEIXEIRA, Fabiana Silva. 1; ZUMBA, Janice²; TEIXEIRA, Mariana³
1 Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc
2 Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc
3 Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

A neurodiversidade refere-se às variações naturais do funcionamento neurológico humano, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diante do aumento no número de diagnósticos, este trabalho propõe o desenvolvimento de um centro especializado para crianças autistas em Montes Claros – MG. O objetivo é criar um espaço terapêutico que atenda às necessidades sensoriais, cognitivas e sociais dessas crianças, promovendo conforto, acessibilidade e estímulos adequados ao seu desenvolvimento. A proposta baseia-se nos princípios da neuroarquitetura, buscando aplicar diretrizes que favoreçam a autonomia, a previsibilidade e o bem-estar dos usuários. O projeto arquitetônico inclui setores como salas de terapia, ambientes de aprendizagem, áreas de descanso e recreação, além de espaços sensoriais e de socialização. A escolha do bairro Ibituruna se deu por sua infraestrutura, segurança e proximidade com o Parque Sagarana, potencializando o contato com a natureza como fator terapêutico. A clínica terá estrutura voltada para o público de classe média e média alta, com possibilidade de parcerias com ONGs e instituições públicas para ampliar o acesso. Pretende-se, assim, destacar a importância de ambientes planejados que promovam inclusão, desenvolvimento e qualidade de vida para crianças com TEA, podendo servir de referência para futuras iniciativas similares. A pesquisa utiliza como metodologia o estudo de referências teóricas, análises de casos análogos e diretrizes técnicas específicas para o público neurodivergente.

Palavras-chave: neuroarquitetura; autismo; inclusão; desenvolvimento infantil; arquitetura sensorial.

Referências:

TENENTE, L. (2023). 1 a cada 36 crianças tem autismo, diz CDC. G1.
CANAL AUTISMO. (2022). Por que o Brasil pode ter 6 milhões de autistas?.
GAIATO, M. B. et al. (2012). Mundo singular: entenda o autismo. São Paulo: BestSeller.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.524.033/2021
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc

ESTAÇÃO DO SABER: UM COMPLEXO EDUCACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E SOCIALIZAÇÃO EM MONTES CLAROS – MG

AGUIAR, Claudia Fernandes de Souza e¹; ZUMBA, Janice Gomes²; TEIXEIRA, Mariana Fernandes³

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

² Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

Introdução/Justificativa: O Trabalho Final de Graduação (TFG) propõe a criação do complexo educacional Estação do Saber em Montes Claros – MG. O projeto visa atender a uma região com desafios socioeconômicos, buscando ampliar o acesso ao conhecimento extraclasse e democratizar o saber. A Estação do Saber é um projeto de caráter público e privado que busca promover a socialização da comunidade, fortalecer o sentimento de pertencimento e estimular o desenvolvimento intelectual e cultural. **Objetivo(s):** O principal objetivo é criar um centro de conhecimento aberto e acessível para crianças, jovens e adultos, onde possam aprender, criar e interagir. Busca-se incentivar a curiosidade, o desenvolvimento pessoal e a construção coletiva do saber por meio de atividades complementares à educação formal. **Métodos:** A metodologia envolveu pesquisas bibliográficas e análises teóricas sobre arquitetura educacional e espaços comunitários. Foi realizada uma análise do terreno e seu entorno, considerando a infraestrutura existente, fluxo de pessoas e acessibilidade para garantir a integração com a comunidade. O projeto fundamentou-se em legislações municipais, políticas públicas de educação, diretrizes de acessibilidade e normas técnicas como NBR 9050, NBR 14022, NBR 15575, NBR 10821, NBR 9077 e NBR 5410. **Resultados:** A Estação do Saber será um complexo com oficinas, palestras, biblioteca comunitária, auditório, espaços de convivência e eventos culturais. O projeto prioriza ambientes humanizados, com o uso de cores e espaços sensoriais para estimular o aprendizado e a socialização. Haverá ênfase na criação de áreas interativas integradas a espaços verdes, promovendo a troca de experiências. A adoção de normas técnicas visa garantir um ambiente acessível, funcional, seguro e alinhado às necessidades da comunidade. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto Estação do Saber busca oferecer uma infraestrutura educacional que atenda às necessidades da comunidade de Montes Claros, contribuindo para a democratização do conhecimento e o desenvolvimento intelectual e social. O cumprimento das normas e a criação de espaços acolhedores e participativos fortalecerão a função social do complexo, promovendo inclusão, qualidade de ensino e bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Complexo Educacional, Democratização do Saber, Arquitetura Educacional.

Referências:

- ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020.
- ABNT. NBR 10152: Acústica – Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2017.
- ABNT. NBR 15220: Desempenho térmico de edificações. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

Resumo oriundo de atividades do TFG da UNIFIPMoc/Afya

ESPAÇO DE CONVÍVIO DA TERCEIRA IDADE: SAUDADE

FREITAS, Liliâne Macedo Gomes de¹; ZUMBA, Janice Gomes²; TEIXEIRA, Mariana Fernandes³

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

² Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

Introdução/Justificativa: O *Espaço de Convívio da Terceira Idade: Saudade* tem o intuito de desempenhar um papel fundamental no fortalecimento, unindo a atenção e o cuidado com pessoas idosas, a partir dos 60 anos, com seus familiares, cuidadores e colaboradores, criando um ambiente que não apenas atrai, mas também incentiva a permanência e o retorno. Este espaço une estética e funcionalidade para desenvolver um local convidativo e confortável, capaz de despertar memórias e o desejo de fazer suas próprias atividades com ânimo renovado. Um projeto com muito espaço livre para várias atividades, essencial para aumentar a atratividade do espaço e atingir seu potencial com um indivíduo importante na sociedade, que precisa de uma nova perspectiva de vida. **Objetivo(s):** Este estudo do TFG, neste espaço, tem como objetivo aprender os elementos essenciais na hora de projetar uma construção arquitetônica, observando leis, normas e modelos inspiradores, explorando possibilidades e aumentando o conhecimento. Fazer um projeto alinhado à sua real necessidade e contribuir para seus usuários. **Métodos:** A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica sobre arquitetura para pessoas idosas que precisam de ajuda e possuem mobilidade reduzida ou problemas psicológicos, aliada à observação em estabelecimentos de referência e arquitetos renomados. Serão utilizadas técnicas de levantamento de dados, como questionários, tabelas e análise de imagens dos espaços inovadores estudados, melhorando a qualidade de vida. Para esta identificação, usaremos elementos como layout, cores, iluminação, aromas e revestimentos, que contribuem para criar um espaço de boas experiências e atitudes renovadas. **Resultados:** Os resultados indicam que a arquitetura bem planejada gera impactos diretos na percepção dos usuários, principalmente para quem precisa de cuidados especiais. Elementos como cores e iluminação cuidadosamente selecionados proporcionam um ambiente esteticamente atraente e funcional, enquanto os aromas e o paisagismo acrescentam sensações que fortalecem o vínculo emocional com o espaço, contribuindo para o conforto e bem-estar dos usuários. Além disso, o layout organizado e a escolha de revestimentos adequados contribuem para um fluxo de circulação eficiente e uma atmosfera acolhedora, que favorece a permanência e o retorno dos idosos. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que o TFG é de suma importância e ensina várias ferramentas para a elaboração de um projeto arquitetônico e complementares, utilizando documentos que aprofundam o conhecimento para que o usuário tenha boas experiências no futuro empreendimento. O aprendizado sobre leis, normas, tabelas, mapas, modelos e arquitetos pesquisados nos ensina aspectos sensoriais e funcionais que proporcionam uma nova visão, otimizando a experiência do usuário e a formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Espaço, idoso, planejamento.

Referências:

BARDI, Lina Bo. *A arquitetura e o corpo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Habitação para idosos/TERNULLOMELO ARCHITECTS. 06 mai. 2023. ArchDaily Brasil. Acessado em: 7 abr. 2025.

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1000547/habitacao-para-idosos-ternullomelo-architects>. ISSN 0719-8906.

IFRN. *NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura*. Docente Alberto Júnior. Disponível em:

<https://docente.ifrn.edu.br/albertojunior/disciplinas/nbr-6492-representacao-de-projetos-de-arquitetura>.

IAU-USP. *Anais doSHCU2016*. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/22.pdf>.

Resumo oriundo de atividades do TFG da UNIFIPMoc/Afya

CENTRO DE MEDICINA INTEGRATIVA EM MONTES CLAROS, MG

COELHO, Larissa Cardoso¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²; ZUMBA, Janice Gomes².

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

Introdução/Justificativa: No final da década de 1990, criou-se o termo Medicina Integrativa (MI), que se trata de práticas que vão além do modelo biomédico tradicional, com o cuidado centrado no paciente, abordando-o de maneira holística (Goedert *et al.*, 2021). No cenário nacional, as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) foram instituídas no Sistema Único de Saúde (SUS) em 2006, e em Montes Claros, MG, o Programa Saúde aos Montes oferece os serviços gratuitamente na cidade norte-mineira. Entretanto, o município ainda carece de um local unificado e centralizado, especializado para ofertar o acesso à MI à população. **Objetivo(s):** Este Trabalho Final de Graduação tem por objetivo a criação de um Centro de Medicina Integrativa na cidade de Montes Claros, MG. **Métodos:** A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. Essa metodologia permitiu a construção de um referencial teórico sólido, essencial para a fundamentação do presente trabalho. **Resultados:** Sendo assim, foi escolhido um terreno no bairro Vila Regina, para implantação do Centro de Medicina Integrativa Alveo, um local pensado para atender em média 200 pessoas por dia, em um espaço projetado para ser humanizado e acolhedor. Dessa forma, o programa de necessidades foi pensado para suprir todas as exigências funcionais do Centro, considerando os diferentes fluxos e acessos existentes em sua setorização, de modo a promover, ainda, segurança biológica, conforto e eficiência operacional (Zioni; Waksman; Farah, 2022). Quanto a isso, a edificação será dividida em 04 macrosetores: Ambulatorial, Apoio Técnico e Logístico, Administrativo e Lazer, com acessos e fluxos independentes, que não se misturam, com base na Resolução da ANVISA, RDC N°50 (Brasil, 2002). **Considerações Finais/Conclusões:** Em suma, conclui-se que a proposta do Centro de Medicina Integrativa Alveo visa preencher uma lacuna existente na rede pública de saúde de Montes Claros, oferecendo um espaço qualificado, acessível e humanizado para a prática das PICS. Dessa forma, o Trabalho Final de Graduação I sobre o qual trata este resumo contribui para o fortalecimento da atenção integral à saúde no município, por meio de uma proposta arquitetônica que alia funcionalidade, conforto e conformidade com as leis e normas vigentes, promovendo um ambiente favorável à promoção de MI à população montes-clarense.

Palavras-chave: Medicina Integrativa. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Arquitetura da Saúde.

Referências:

GOEDERT, M. C. C. C., et al. **Os benefícios da medicina integrativa e os desafios para sua implantação no Brasil: revisão de literatura.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 7. 6 jul. 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.25248/reas.e7893.2021>. Acesso em: 13 fev. 2025.

ZIONI, Eleonora C.; WAKSMAN, Renata D.; FARAH, Olga Guilhermina D. **Conhecendo a arquitetura hospitalar.** v. 23. (Série Manuais de especialização Einstein). Barueri: Manole, 2022. E-book. p.64. ISBN 9786555766288. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555766288/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.** Dispõe sobre o regulamento para o planejamento, elaboração, avaliação e aprovação de projetos físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

CASA DE REPOUSO: LAR DE ACOLHIMENTO PARA A TERCEIRA IDADE

SILVA, Monique Pereira Lopes Duarte ¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²; ZUMBA, Janice Gomes²

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: O projeto de Trabalho Final de Graduação propõe o desenvolvimento de uma casa de repouso na cidade de Montes Claros, com foco na criação de um ambiente acolhedor, confortável e humanizado para idosos. A proposta surge a partir da observação do crescimento da população idosa na cidade e da carência de espaços especializados que conciliam qualidade de vida, bem-estar e integração social. Além disso, destaca-se a falta de áreas verdes e de lazer no bairro de implantação, o que reforça a necessidade de incorporar um espaço ao ar livre no projeto. Ressalta-se a transformação do perfil familiar brasileiro, marcado pela redução do número de membros e pela crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que dificulta o cuidado domiciliar dos idosos. **Objetivo(s):** Busca-se com o projeto conceber um espaço arquitetônico que equilibre a convivência social com a privacidade, promovendo bem-estar físico e emocional aos residentes. Assim, incluindo ambientes compartilhados, como salas e cozinhas, que estimulem a interação; garantindo quartos privativos, que possibilitem a recepção de visitas de forma reservada; e integrando um bosque, parque ou pequena praça ao terreno, criando um ambiente de lazer e contato com a natureza. **Métodos:** Foi-se assim, realizada pesquisa bibliográfica sobre arquitetura para idosos, análise de referências projetuais, estudo das necessidades específicas da população idosa e levantamento das características do terreno e do entorno urbano. A proposta adota a arquitetura orgânica, valorizando formas curvas e suaves, cores neutras e materiais naturais, como a madeira. Esses elementos são combinados com aspectos da arquitetura contemporânea, buscando um equilíbrio entre estética, funcionalidade e conforto. **Resultados:** Tem-se a criação de um espaço humanizado, que contribua para a qualidade de vida dos idosos, proporcionando segurança, bem-estar e vínculos afetivos. O projeto reforça a importância de ambientes planejados para acolher as transformações sociais e demográficas em curso. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que a arquitetura pode desempenhar um papel fundamental na promoção de um envelhecimento saudável e digno, sendo a casa de repouso um exemplo de como espaços bem planejados podem impactar positivamente a vida de seus usuários e da comunidade.

Palavras-chave: Casa de repouso. Arquitetura orgânica. Qualidade de vida.

Referências:

ASSIS, Adriana de. Novos modelos de assistência à saúde do idoso: desafios e tendências da arquitetura frente ao envelhecimento populacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/665118.pdf>. Acesso em: 13 fev, 2025.

Condições de funcionamento e infraestrutura das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5208/1/Comunicados_n93_Condi%20a7%20b5es.pdf. Acesso em: 04 mar, 2025.

FRANÇA, Iara Soares de. Planejamento urbano e participação social em cidade média: a revisão do plano diretor de Montes Claros-MG. GeoTextos. Montes Claros, vol. 12, n. 2, p. 107-134, dez, 2016. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/18117/13138>. Acesso em: 13 fev, 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Montes Claros - Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 13 fev, 2025.

Apoio financeiro: Texto texto texto (Se houver)

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº/Ano. (Para pesquisas com seres humanos)

Modalidade de Iniciação Científica:(Se vinculado ao PROIC UNIFIPMoc/Afya)

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

BIBLIOTECA PÚBLICA ECOLÓGICA - PARQUE SAPUCAIA

ALMEIDA, Tom Nogueira¹; ZUMBA, Janice Gomes²; TEIXEIRA, Mariana Fernandes³

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

² Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UniFip-MOC

Introdução/Justificativa: A *Biblioteca Pública Ecológica – Parque Sapucaia* surge como uma proposta arquitetônica comprometida com a democratização do acesso à leitura, associando cultura e sustentabilidade. Localizada no bairro Ibituruna, ao lado do Parque Sapucaia, em Montes Claros/MG, a proposta busca integrar o edifício à paisagem natural do cerrado e ao cotidiano urbano da população. Este espaço público tem o intuito de atender leitores assíduos, assim como estudantes, crianças, idosos e visitantes do parque, oferecendo ambientes acolhedores, acessíveis e didaticamente conectados à natureza. **Objetivo(s):** Este estudo para o TFG tem como objetivo compreender e aplicar os fundamentos do projeto arquitetônico voltado para espaços públicos culturais sustentáveis. O foco está na concepção de uma biblioteca integrada ao ecossistema do Parque Sapucaia, que una funcionalidade, estética e responsabilidade socioambiental. **Métodos:** A metodologia utilizada envolve pesquisa bibliográfica sobre arquitetura sustentável, bibliotecas públicas contemporâneas, acessibilidade e espaços de aprendizagem. Também foram realizadas análises de referência arquitetônica, estudos de caso nacionais e internacionais, visitas técnicas a bibliotecas e espaços culturais em Minas Gerais, além da observação in loco da área de implantação. O levantamento de dados incluiu mapas, imagens, normas da ABNT, legislações vigentes e análise climática. **Resultados:** Os resultados apontam que a concepção de uma biblioteca pública ecológica bem planejada impacta diretamente na qualidade de vida urbana e no acesso à cultura. A implantação ao lado do Parque Sapucaia permite uma conexão entre arquitetura e natureza, promovendo práticas educativas e ambientais integradas. A presença de áreas multifuncionais e espaços de uso livre aumenta a atratividade do equipamento, ampliando seu papel social. O projeto contribui para a valorização do espaço público e do patrimônio ambiental urbano, tornando-se um novo ponto de referência comunitária. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que o TFG proporciona uma oportunidade única de aplicar conhecimentos técnicos, teóricos e sensoriais no desenvolvimento de um projeto arquitetônico com forte impacto urbano e cultural. O processo de pesquisa, análise e projeto contribui significativamente para a formação profissional, destacando a importância do uso criterioso das normas técnicas e da sensibilidade projetual voltada ao bem-estar dos usuários.

Palavras-chave: Biblioteca, sustentável, ecológica.

Referências:

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HERTZBERGER, Herman. Lessons for Students in Architecture. Rotterdam: 010 Publishers, 2000.

SENNETT, Richard. Construir e Habitar: Ética para a Cidade. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Resumo oriundo de atividades do TFG da UNIFIPMoc/Afya

UM MALL PARA A CIDADE DE VARGEM GRANDE DO RIO PARDO - MG

CRUZ, Lorrainy Alves Amorim ¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes ²; ZUMBA, Janice Gomes ²

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc/Afya

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição da instituição Unifipmoc/Afya

O presente trabalho propõe o desenvolvimento de um Mall localizado em Vargem Grande do Rio Pardo – MG. A cidade carece de espaços que proporcionem experiências integradas, capazes de unir consumo, convivência e lazer. A proposta surge da necessidade de oferecer um espaço que valorize a vida urbana, incentive o comércio local e promova interação social em um ambiente qualificado, contemporâneo e acolhedor. A escolha do tema também reflete uma busca pessoal por projetar espaços que priorizem bem-estar, sustentabilidade e conexão entre pessoas. O objetivo principal é projetar um complexo que integre atividades comerciais e de lazer, distribuídas em três pavimentos comerciais e um rooftop, criando um espaço dinâmico, funcional e esteticamente agradável. Busca-se proporcionar experiências sensoriais e de convivência, estimulando o desenvolvimento econômico e social da região. A metodologia adotada inclui pesquisas bibliográficas sobre arquitetura comercial, e também sobre o local da onde será inserido o projeto, além de visitas técnicas, levantamento físico do terreno e análise urbana do entorno. Foram aplicados critérios de sustentabilidade, conforto ambiental e acessibilidade. A concepção do projeto se baseia em diretrizes como fluidez dos espaços, integração visual e valorização da paisagem local. O resultado é um projeto que se organiza de forma clara, com acessos bem definidos e setorização eficiente. O térreo abriga lojas e áreas de alimentação com integração à rua, promovendo continuidade urbana. O primeiro e segundo pavimentos concentram atividades comerciais e espaços de lazer, enquanto o rooftop oferece um espaço contemplativo com vista para a cidade, além de atividades de convivência, gastronômica e eventos. O uso de grandes aberturas, elementos naturais e uma paleta de cores suaves proporciona leveza, conforto e conexão com o ambiente externo. O mall proposto não se limita a ser um centro de compras, mas sim um espaço de experiências, encontros e bem-estar. O projeto busca responder às demandas contemporâneas de sociabilidade e consumo consciente, além de contribuir para o desenvolvimento urbano e econômico de Vargem Grande do Rio Pardo - MG. Ele reafirma a importância da arquitetura como agente transformador da vida urbana, promovendo espaços mais humanos, sustentáveis e integrados.

Palavras-chave: Arquitetura Comercial. Convivência. Integração Urbana.

Referências:

MENDES, Carmem Silvia Vieira. *Arquitetura Comercial: o espaço como estratégia de comunicação*. São Paulo: Senac, 2012.

GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas*. Perspectiva, 2013.

Resumo oriundo de atividades do Trabalho de Conclusão de Curso I da UNIFIPMoc/Afya

ANFITEATRO SUSTENTÁVEL COMO FOMENTO À CULTURA REGIONAL

Vitor José Apolinário Silva¹; Orientador: Mariane F. Teixeira²; Janice Gomes Zumba²

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

2 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya

O presente trabalho propõe o desenvolvimento de um projeto arquitetônico de anfiteatro sustentável, localizado no bairro Edgar Pereira, na cidade de Montes Claros – MG. A escolha do tema se justifica pela necessidade de promover a cultura regional por meio da criação de um espaço público acessível, funcional e comprometido com práticas sustentáveis. A cidade, embora rica em manifestações artísticas, carece de equipamentos culturais que dialoguem diretamente com a população e que estejam integrados ao tecido urbano de maneira eficiente. Assim, a proposta visa não apenas preencher essa lacuna, mas também potencializar a produção e fruição artística da comunidade, respeitando as práticas culturais já consolidadas na região. O projeto tem como objetivo a criação de um espaço multifuncional que comporte atividades artísticas, educativas e comerciais, permitindo um uso contínuo e sustentável da edificação. Para isso, o programa de necessidades inclui um anfiteatro com palco principal, salas para oficinas educacionais, uma galeria de arte para exposições temporárias e um setor comercial que contribua com a manutenção financeira da estrutura. A metodologia aplicada fundamenta-se em levantamento de dados primários e secundários do local, análise topográfica, estudo climático e diagnóstico do entorno urbano, além da observância à legislação de uso e ocupação do solo (MA-15) e às normas técnicas da ABNT (NBR 9050 e NBR 6492). Foram utilizadas referências teóricas sobre espaços culturais e obras arquitetônicas análogas, nacionais e internacionais, com foco em acessibilidade, sustentabilidade e valorização da paisagem urbana. O resultado foi a definição de um partido arquitetônico que respeita as curvas de nível predominantes no terreno (618 e 619 metros), integrando a edificação ao contexto urbano e ambiental. A volumetria foi definida de maneira a favorecer a ventilação natural, o sombreamento estratégico e a orientação solar ideal. A inclusão de elementos sustentáveis, como materiais de baixo impacto ambiental e estratégias passivas de conforto térmico, reforça o caráter ecológico da proposta. Como conclusão, entende-se que o projeto do anfiteatro sustentável representa uma resposta arquitetônica eficaz às demandas socioculturais de Montes Claros. Ele se insere como um equipamento urbano de relevância pública, capaz de democratizar o acesso à arte, fomentar a economia criativa e transformar o espaço urbano em um ambiente mais inclusivo, participativo e sustentável.

Palavras-chave: Cultura. Sustentabilidade. Arquitetura pública.

Referências: FERREIRA, João. *Teatros e auditórios: princípios de projeto*. São Paulo: Ed. Senac, 2014. KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Lei Municipal nº 5.028/2018 – MA-15*. Disponível em: <https://www.montesclaros.mg.gov.br>.

Resumo oriundo de atividades da Arquitetura Sustentável da UNIFIMOC/Afya

O IMPACTO DO PLANO DIRETOR NA EXPANSÃO URBANA

ANDRADE, Geovanna ¹; CARDOSO, Carlos Eduardo ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

Introdução/Justificativa: O plano diretor é um instrumento essencial para o ordenamento territorial dos municípios, orientando o crescimento urbano de forma sustentável e democrática. Sua função é garantir que a expansão das cidades ocorra de maneira organizada, respeitando critérios técnicos, sociais e ambientais. Diante do crescimento acelerado e, muitas vezes, desordenado de áreas urbanas, torna-se urgente compreender o impacto real do Plano Diretor na contenção de práticas especulativas, no acesso equitativo à infraestrutura urbana e na preservação do meio ambiente. **Objetivo(s):** Analisar a forma com que o Plano Diretor influencia e direciona a expansão urbana dos municípios, avaliando seus impactos sobre a ocupação do solo, a infraestrutura e a qualidade de vida urbana. **Métodos:** Este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislação federal e municipal, bem como de estudos urbanos e relatórios técnicos sobre a implementação de Planos Diretores em municípios de médio porte. Foi estudado a cidade de Montes Claros (MG), considerando mudanças observadas após a revisão do seu plano diretor. Foram utilizados dados do Ministério das Cidades e de publicações especializadas em planejamento urbano para embasar a discussão. **Resultados:** A análise revelou que o Plano Diretor, quando elaborado com base em diagnósticos técnicos e com participação social efetiva, contribui significativamente para o ordenamento da expansão urbana. Instrumentos como zonas de expansão urbana, zonas especiais de interesse social (ZEIS) e a delimitação de macrozonas urbanas são comumente utilizados para organizar o crescimento do município. Em Montes Claros, por exemplo, a nova versão do plano tem exigido mais planejamento em loteamentos e construções em áreas de expansão, o que vem ajudando a conter o surgimento de ocupações irregulares. Contudo, observa-se que, em muitos municípios, a falta de atualização dos Planos Diretores e a fragilidade na fiscalização dificultam sua efetividade. **Considerações Finais/Conclusões:** O Plano Diretor tem papel fundamental no controle da expansão urbana, sendo essencial para promover cidades mais compactas, sustentáveis e socialmente eficientes. No entanto, sua efetividade depende da qualidade técnica do planejamento, do compromisso das gestões públicas e da participação nos processos de decisão. A fiscalização, revisão periódica e transparência ajudam a construir cidades mais organizadas, acessíveis e sustentáveis.

Palavras-chave: Plano Diretor; Crescimento Urbano; Sustentabilidade Urbana.

Referências:

BRASIL. **Estatuto da Cidade:** Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. **Plano Diretor Participativo.** Revisado em 2022. Disponível em:

<https://montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FREITAS, M. C. **Planejamento urbano e o papel do Plano Diretor.** Revista de Urbanismo e Território, v. 12, n. 3, p. 45–58, 2022.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ARQUITETURA: OTIMIZAÇÃO PROJETUAL, COMPATIBILIZAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

CARDOSO¹, Carlos Eduardo Mendes, ANDRADE², Geovanna Alves, GUSMÃO³, Maria Clara Ferreira, SANTANA, Mariana Rodrigues, ALMEIDA, Pedro Cesar.

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa A evolução tecnológica tem impactado diretamente as práticas arquitetônicas, exigindo abordagens mais inteligentes, eficientes e sustentáveis. Nesse contexto, a Inteligência Artificial (IA) surge como uma ferramenta estratégica para otimizar projetos, aumentar a eficiência energética e garantir a compatibilização entre os diversos sistemas que compõem uma edificação. Justifica-se, portanto, a necessidade de compreender como a aplicação da IA pode contribuir para soluções arquitetônicas mais assertivas, que atendam às exigências técnicas e ambientais contemporâneas.

Objetivo(s): Este trabalho tem como objetivo analisar as potencialidades da aplicação da Inteligência Artificial em projetos de arquitetura, com foco na otimização do desempenho energético e na compatibilização entre disciplinas técnicas, visando reduzir erros, retrabalhos e custos, além de promover maior sustentabilidade. **Métodos:** A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica exploratória, com levantamento de artigos científicos, livros técnicos e publicações recentes sobre o uso de Inteligência Artificial na arquitetura. Foram analisados estudos que abordam a atuação da IA em processos como simulações energéticas, automação de sistemas prediais, previsão de desempenho de materiais e integração com o BIM (Modelagem da Informação da Construção), a fim de identificar práticas e resultados relevantes. **Resultados:** Os resultados apontam que a aplicação da IA em projetos arquitetônicos possibilita a automatização de sistemas como iluminação e climatização, reduzindo o consumo energético e promovendo maior conforto ambiental. Além disso, a IA atua na análise de dados e simulação de cenários, permitindo decisões projetuais mais fundamentadas, como a escolha de orientação solar ideal ou materiais mais eficientes. A compatibilização entre projetos complementares também é otimizada por meio da identificação automática de interferências entre sistemas estruturais, hidráulicos e elétricos, reduzindo falhas de execução e custos. **Considerações Finais/Conclusões:** A Inteligência Artificial representa um avanço significativo para a arquitetura contemporânea, ao integrar inteligência computacional no processo projetual e construtivo. Embora desafios como custo inicial e capacitação técnica ainda estejam presentes, os benefícios relacionados à eficiência, sustentabilidade e compatibilização técnica são expressivos. Seu uso consciente e estratégico fortalece a prática arquitetônica em direção a soluções mais integradas e inovadoras.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Arquitetura; Eficiência Energética; Compatibilização; Sustentabilidade.

Referências:

EASTMAN, Charles et al. BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Designers, Engineers, Contractors, and Facility Managers. 3. ed. Hoboken: Wiley, 2018.

ZHANG, Rui; MA, Zhenjun; ZHANG, Xinfeng. A review on the artificial intelligence methods for building energy performance prediction. Energy and Buildings, [S. l.], v. 221, p. 110022, 2020. DOI: 10.1016/j.enbuild.2020.110022.

Resumo oriundo de atividades de Projeto de Arquitetura Inteligente da UNIFIPMoc/Afya

A BELEZA IDEAL NA ARTE CLÁSSICA E SUA INFLUÊNCIA NA ESTÉTICA OCIDENTAL

SILVA, Alice¹; BARBOSA, Micaela do².

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

² Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

A presente pesquisa propõe uma reflexão sobre a construção da beleza ideal na arte da Antiguidade Clássica e sua influência na estética ocidental ao longo da história. A partir da análise de princípios estéticos da Grécia antiga, observa-se como esses ideais foram retomados e reinterpretados em diferentes períodos, especialmente no Renascimento e no Neoclassicismo, influenciando até hoje os padrões visuais, artísticos e culturais. Por meio de uma abordagem histórico-crítica, o texto aponta para a permanência desses valores e sua ressignificação em contextos contemporâneos. A arte grega do período clássico visava representar a essência ideal das formas. Escultores como Policleto procuraram expressar essa beleza por meio de proporções matemáticas rigorosas. Sua escultura Doríforo (450 a.C.) exemplifica esse modelo estético, orientado pela simetria e pelo equilíbrio entre movimento e repouso. Segundo Platão (1979), o belo é uma ideia que pertence ao mundo inteligível; a arte, portanto, deveria conduzir a alma a essa verdade. Aristóteles, embora divergente de Platão, também associava o belo à ordem e à verossimilhança: “A beleza consiste na grandeza e na ordem das partes” (ARISTÓTELES apud GOMBRICH, 2000, p. 49). Durante o Renascimento, os artistas recuperaram os cânones clássicos, reinterpretando-os à luz do humanismo. Leonardo da Vinci e Michelangelo estudaram a anatomia humana como forma de alcançar a representação ideal do corpo. O Homem Vitruviano de Leonardo é um símbolo da tentativa de unir arte, ciência e filosofia. De acordo com Argan (1992), “o homem do Renascimento encontra na Antiguidade a confirmação de sua centralidade no universo”. A beleza passa a ser entendida como reflexo da razão e da ordem natural. No século XVIII, Johann Joachim Winckelmann estabelece as bases da história da arte moderna, afirmando que a arte grega se caracteriza por uma “nobre simplicidade e serena grandeza” (WINCKELMANN, 1992, p. 21). Essa leitura influenciou profundamente o Neoclassicismo, movimento que revalorizou a estética clássica diante do sentimentalismo do Rococó. Obras como O Juramento dos Horácios, de Jacques-Louis David, refletem o ideal moralizante da arte neoclássica: clareza formal, heroísmo e racionalidade. Mesmo com as rupturas promovidas pelas vanguardas modernas e pelas práticas contemporâneas, o ideal clássico ainda está presente. Seja em padrões de beleza corporal na mídia, na arquitetura ou nos filtros digitais, a noção de simetria, proporção e “perfeição” continua moldando o imaginário visual ocidental. Gombrich (2000) observa que, “a tradição ocidental nunca deixou de revisitar os ideais clássicos, mesmo quando pretendia superá-los” (p. 121). Assim, o conceito de beleza ideal permanece vivo, ainda que em novas formas. A concepção de beleza ideal desenvolvida na arte clássica ultrapassa seu tempo e permanece como uma das mais poderosas heranças da cultura ocidental. Sua presença recorrente em diferentes épocas revela não apenas um valor estético, mas um reflexo de ideais éticos, filosóficos e sociais. Compreender essa permanência permite questionar criticamente os padrões estéticos que ainda influenciam o presente.

Palavras-chave: Estética. Arte Clássica. Beleza Ideal.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Estética e História da Arte da UNIFIPMoc-Afva

O IMPACTO DO PLANO DIRETOR NA EXPANSÃO URBANA

ANDRADE, Geovanna ¹; CARDOSO, Carlos Eduardo ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

³ Professora do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc-AFYA

Introdução/Justificativa: O plano diretor é um instrumento essencial para o ordenamento territorial dos municípios, orientando o crescimento urbano de forma sustentável e democrática. Sua função é garantir que a expansão das cidades ocorra de maneira organizada, respeitando critérios técnicos, sociais e ambientais. Diante do crescimento acelerado e, muitas vezes, desordenado de áreas urbanas, torna-se urgente compreender o impacto real do Plano Diretor na contenção de práticas especulativas, no acesso equitativo à infraestrutura urbana e na preservação do meio ambiente. **Objetivo(s):** Analisar a forma com que o Plano Diretor influencia e direciona a expansão urbana dos municípios, avaliando seus impactos sobre a ocupação do solo, a infraestrutura e a qualidade de vida urbana. **Métodos:** Este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislação federal e municipal, bem como de estudos urbanos e relatórios técnicos sobre a implementação de Planos Diretores em municípios de médio porte. Foi estudado a cidade de Montes Claros (MG), considerando mudanças observadas após a revisão do seu plano diretor. Foram utilizados dados do Ministério das Cidades e de publicações especializadas em planejamento urbano para embasar a discussão. **Resultados:** A análise revelou que o Plano Diretor, quando elaborado com base em diagnósticos técnicos e com participação social efetiva, contribui significativamente para o ordenamento da expansão urbana. Instrumentos como zonas de expansão urbana, zonas especiais de interesse social (ZEIS) e a delimitação de macrozonas urbanas são comumente utilizados para organizar o crescimento do município. Em Montes Claros, por exemplo, a nova versão do plano tem exigido mais planejamento em loteamentos e construções em áreas de expansão, o que vem ajudando a conter o surgimento de ocupações irregulares. Contudo, observa-se que, em muitos municípios, a falta de atualização dos Planos Diretores e a fragilidade na fiscalização dificultam sua efetividade. **Considerações Finais/Conclusões:** O Plano Diretor tem papel fundamental no controle da expansão urbana, sendo essencial para promover cidades mais compactas, sustentáveis e socialmente eficientes. No entanto, sua efetividade depende da qualidade técnica do planejamento, do compromisso das gestões públicas e da participação nos processos de decisão. A fiscalização, revisão periódica e transparência ajudam a construir cidades mais organizadas, acessíveis e sustentáveis.

Palavras-chave: Plano Diretor; Crescimento Urbano; Sustentabilidade Urbana.

Referências:

BRASIL. **Estatuto da Cidade:** Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. **Plano Diretor Participativo.** Revisado em 2022. Disponível em:

<https://montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FREITAS, M. C. **Planejamento urbano e o papel do Plano Diretor.** Revista de Urbanismo e Território, v. 12, n. 3, p. 45–58, 2022.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – RESUMOS **EXPANDIDO**

VOZES DO BAIRRO: LETRAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VALORIZAÇÃO CULTURAL DE COMUNIDADES LOCAIS

FONSECA, Nadine Lima 1; RIBEIRO, Marcella Novaes 2; SANTOS, Amanda Trindade 3; SANTOS, Melissa Aracely Alves 4; SANTOS, Gustavo Souza 5.
1, 2, 3, 4 Acadêmicos do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc
5 Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc

Introdução

O presente trabalho apresenta o projeto Vozes do Bairro, elaborado para a disciplina Projeto de Extensão VI, que propõe uma integração entre mobilização popular e letramento urbano para o fortalecimento da identidade cultural em comunidades locais. O letramento urbano é a capacidade de compreender, interpretar e relacionar os elementos simbólicos e sociais do espaço urbano, reconhecendo-o como um lugar carregado de histórias, relações e significados. A mobilização popular é caracterizada como um método de organização coletiva no qual a população se reúne para reivindicar, preservar ou transformar aspectos da realidade em que vivem. Diante disso, o objetivo da ação é promover a percepção da riqueza cultural e criar estratégias de valorização da memória comunitária por meio da comunicação em bairros tradicionais de Montes Claros, sendo executada no bairro Major Prates.

Métodos

A proposta consiste em uma ação social, voltada para a população do bairro Major Prates em Montes Claros. As etapas iniciais incluíram o levantamento histórico e cultural do bairro, a realização de rodas de conversa com moradores e a identificação de lideranças locais. A ação foi iniciada no mês de março de 2025 e finalizada em maio do mesmo ano, com a apresentação dos resultados obtidos. O objetivo do trabalho foi criar um movimento comunitário que resgate e valorize as tradições e memórias do bairro, promovendo sua identidade cultural por meio da participação popular. Para isso, foram realizadas oficinas, a criação de mural interativo, quiz com os moradores e criação de vídeo com morador antigo, fazendo uma coletânea de memórias afetivas com a população do bairro. Houve a participação dos membros da comunidade que frequentam a Feira Livre do bairro, que acontece aos domingos de manhã. A intenção da ação foi ter envolvimento direto dos moradores, respeitando seus saberes e estimulando seu protagonismo. A relevância deste projeto para a comunidade está no resgate de memórias locais e tradições, além do fortalecimento da identidade coletiva.

Desenvolvimento

Para o desenvolvimento do projeto foi realizada uma visita in loco dos integrantes da equipe, para identificar as principais características do bairro, como ruas principais, tipos de comércio, equipamentos urbanos, etc. Após a sondagem inicial foi feito um mapa esquemático do bairro para identificar os pontos com a maior concentração de moradores, com o objetivo de decidir onde a ação seria realizada. A execução do projeto proporcionou aprendizados valiosos para a equipe e para os moradores que participaram, ocorreu o desenvolvimento de habilidades de escuta ativa, empatia e comunicação comunitária, além de uma compreensão mais profunda sobre as dinâmicas sociais presentes no bairro. Já para os moradores, foi possível observar o sentimento de pertencimento proporcionado pelas atividades, além da valorização do espaço urbano e da história local. Como possibilidade de melhoria, identificou-se a necessidade de diversificar os formatos de comunicação e incluir linguagens mais acessíveis a diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. A interação com moradores locais demonstra que processos de letramento urbano e mobilização popular exigem sensibilidade cultural e respeito aos costumes da comunidade. A proposta cria uma troca entre o conhecimento acadêmico e o saber popular, gerando uma valorização da comunidade e auxiliando na formação dos estudantes com experiências reais de impacto social.

Conclusão

A comunicação tem um papel essencial na mobilização popular urbana, promovendo integração e engajamento. Mais do que informar, fortalece o pertencimento e a identidade local. A publicidade e os meios tradicionais de comunicação também são fundamentais para tornar a cidade mais acessível para a população. Quando bem planejada, a comunicação comunitária traduz sentimentos coletivos, tornando campanhas mais impactantes. O futuro aponta para uma maior integração entre publicidade, urbanismo e tecnologia, tornando as cidades mais interativas e conectadas com suas raízes. Assim, a comunicação não apenas informa, mas transforma e fortalece laços sociais, promovendo cidades mais inclusivas. O projeto demonstrou que a comunicação, quando aplicada de forma sensível e estratégica, pode ser uma poderosa ferramenta de transformação social. Ao promover o letramento urbano e a mobilização popular, Vozes do Bairro fortaleceu os laços entre moradores e território, além de possibilitar trocas significativas junto à comunidade. A proposta mostrou-se replicável em outros contextos urbanos, contribuindo para o desenvolvimento de uma arquitetura mais comprometida com o social, o cultural e o humano. O bairro deixa de ser apenas espaço físico e passa a ser reconhecido como lugar de memória, de luta e de pertencimento.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

REVITALIZAÇÃO URBANA E PERTENCIMENTO: AÇÃO PARTICIPATIVA NA PRAÇA CORONEL CARLOS LEITE

OLIVEIRA, Alanna Amaral de¹; FERREIRA, Ionah Paula Lino¹; SILVA, Isaque Ferreira de Oliveira e¹; SOUZA, Gustavo².

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução

Este resumo fundamenta-se na pesquisa de campo e ação de intervenção realizados na praça Coronel Carlos Leite localizada no bairro Cidade Nova em Montes Claros, Minas Gerais, denominada “#MeuBairroTemVida”. O estudo de caso foi baseado na observação dos bairros e de como os moradores não exploram o potencial desses espaços públicos, desmotivados pela falta de manutenção adequada e atividades convidativas. Partindo desse pressuposto, o envolvimento da população é de importância substancial para a implementação de projetos e ações nos ambientes de convivência de uso coletivo. A proposta do projeto surge, portanto, como uma iniciativa de ressignificação da praça, estimulando a ocupação ativa e consciente por parte da comunidade local através de intervenções de caráter temporário buscando incentivar a apropriação do espaço público, promovendo o senso de pertencimento, a valorização do bairro e a melhoria da qualidade de vida urbana. Além disso, o projeto busca reforçar a importância do urbanismo participativo como ferramenta de transformação social, promovendo o diálogo entre moradores, poder público e profissionais da área. Através da escuta ativa e da experimentação prática no espaço urbano, espera-se contribuir para a construção de cidades mais inclusivas, acolhedoras e dinâmicas, onde a população se sinta parte integrante e responsável pela vitalidade dos ambientes que compartilha.

Métodos

Nossa intervenção teve caráter social e nasceu da vontade de fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores do bairro Cidade Nova em relação à praça Coronel Carlos Leite, um espaço público cheio de potencial para convivência, memória e identidade local. A proposta foi criar um momento de reconexão entre a comunidade e o lugar onde vive, despertando o olhar afetivo para a praça como parte importante da rotina e da história de cada um. A ação envolveu moradores de todas as idades, dos mais jovens aos mais velhos, de forma inclusiva e acolhedora. Realizada no dia 00/00, a atividade mobilizou a comunidade por meio de estímulos visuais, interações diretas e escuta ativa. Como estratégia de intervenção, balões foram colocados nos portões ao redor da praça para chamar a atenção de quem passava. Totens ilustrados foram espalhados pelo espaço, apresentando ideias de como a praça pode ser ocupada, cuidada e aproveitada pelos próprios moradores. As imagens funcionam como convites para que cada pessoa se enxergasse ali brincando, descansando, convivendo e participando da vida do bairro. Durante a ação, também foi utilizada a hashtag “#MeuBairroTemVida”, pensada como um símbolo de pertencimento e identidade. Ela esteve presente nos totens e em outros materiais visuais, funcionando como um lembrete de que o bairro é um espaço vivo, onde cada morador tem direitos, deveres e voz ativa. A intenção foi fazer com que essa frase marcasse presença não só no evento, mas também nas redes sociais e nas conversas cotidianas, reforçando o vínculo entre a população e o território. Além da instalação dos totens, houve um momento dedicado à escuta ativa: moradores que circulavam pela praça foram entrevistados, permitindo uma troca genuína sobre como cada um se relaciona com o bairro, o que valorizam, o que gostariam de mudar e o que esperam para o futuro daquele espaço. A ação possibilitou que muitos enxergassem a praça com outros olhos, não apenas como um local de passagem, mas como um ponto de encontro, de construção coletiva e pertencimento. A interação com os totens e o uso da hashtag criaram conexões simbólicas importantes, reforçando a ideia de que o bairro pulsa através de quem vive ali.

Desenvolvimento

Com o objetivo de fomentar a consciência coletiva de pertencimento e o cuidado com os espaços públicos do bairro, foi concebida a campanha “#MeuBairroTemVida”. Esta iniciativa, idealizada como um projeto de intervenção urbana, buscou mobilizar a comunidade para reconhecer e ressignificar espaços subutilizados, evidenciando seu potencial como locais de convivência, lazer e fortalecimento dos laços sociais. A campanha “#MeuBairroTemVida” propôs que cada bairro desenvolvesse ações autônomas e adaptadas às suas realidades locais, estimulando o protagonismo comunitário na valorização dos espaços públicos. Dentro desse contexto, o grupo selecionou a Praça Coronel Carlos Leite, situada na interseção das ruas Iolanda de Almeida, Pio Dias e Santa Terezinha, no bairro Cidade Nova. A praça, caracterizada pelo baixo uso e visíveis sinais de deterioração, foi escolhida como objeto de estudo e intervenção. A ação consistiu na instalação de totens em tamanho real, representando atividades possíveis no local, como piqueniques, passeios de bicicleta, partidas de futebol, leitura nos bancos e passeios com animais de estimação. Os materiais utilizados para a confecção dos totens incluíam placas de papelão, cola quente, tesoura, tinta acrílica PVA em diferentes cores e canetas Posca. Adicionalmente, balões, barbantes e folhetos informativos foram empregados como recursos de suporte à intervenção. A execução da campanha “#MeuBairroTemVida” foi estruturada em três etapas: atenção, observação e interação.

1ª Etapa – Atenção: Com o intuito de captar o interesse dos moradores, balões foram fixados nos portões das residências próximas à praça, contendo a frase “Estoure e descubra! ”. No interior dos balões, havia convites para que os moradores se deslocassem até a praça e participassem da ação da campanha “#MeuBairroTemVida”. Esta estratégia despertou a curiosidade e mobilizou os primeiros participantes.

2ª Etapa – Observação: Estimulados pelo convite, os moradores dirigiram-se espontaneamente à praça, onde observaram as ilustrações nos totens. Este momento de fruição visual buscava provocar reflexões sobre o potencial do espaço público e estimular a identificação com a proposta da campanha.

3ª Etapa – Interação: Com a presença dos moradores, os acadêmicos realizaram abordagens diretas, distribuindo folhetos informativos que apresentavam a campanha “#MeuBairroTemVida”, destacando a importância da ocupação, preservação e revitalização dos espaços públicos. A interação gerou diálogos espontâneos, relatos sobre a relação da comunidade com a praça e propostas de novos usos para o local.

A campanha “#MeuBairroTemVida” demonstrou-se uma ferramenta eficaz de letramento urbano, promovendo a conscientização sobre a importância da apropriação coletiva dos espaços públicos. A atuação dos acadêmicos de Arquitetura evidenciou a relevância do envolvimento universitário nas dinâmicas comunitárias, fortalecendo a percepção social da profissão e proporcionando experiências práticas significativas para a formação acadêmica. Além disso, a ação gerou impactos positivos para os moradores, ao estimular a valorização da praça, promover o senso de pertencimento e incentivar a criação de redes de convivência e cuidado mútuo no bairro.

Conclusão/ Considerações finais

A intervenção realizada na praça Coronel Carlos Leite evidencia a efetividade de ações participativas na ressignificação de espaços públicos. Por meio do envolvimento da comunidade, da escuta ativa e de estratégias visuais criativas, foi possível despertar o sentimento de pertencimento e promover a valorização do bairro Cidade Nova. O projeto atinge seu objetivo ao fomentar o diálogo entre moradores e território, reforçando a importância do urbanismo social na construção de cidades mais humanas e inclusivas.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão V da UNIFIPMoc/Afya

PLANTANDO UMA SEMENTE: POR UM AMANHÃ MAIS VERDE

Marco Antônio dos Santos Silva¹; Adilson Chaid Alves da Cruz¹; Victor Gonçalves Moreira¹; Gabriel Vitor da Silva Domiciano¹; Barbara Maria Santana Ribeiro¹; Isabela Guimarães Silva¹; Gustavo Souza Santos².

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

2 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução

Este resumo tem por base uma ação realizada no bairro Independência cujo objetivo visa conscientizar a população do bairro através de exposição falada, informação virtual e ação artística prática a respeito da importância da conservação do meio ambiente. Tal ação foi proposta devido ao fato dos últimos anos terem demonstrado os perigos do desmatamento e queimada de florestas, que impactam negativamente o clima global e por sua vez, o ser humano.

Métodos

Esta ação de caráter social e educacional teve como público-alvo a comunidade local e futuramente outras comunidades. Foi realizada no dia 10 de maio de 2025, de 16:30 horas até as 20:00 horas. Os materiais utilizados consistiram em: pano TNT, tintas, pincéis, uma mesa pequena, papéis impressos com imagens de plantas para colorir e um panfleto com um QR Code para visualização total das informações apresentadas. A ação consistiu em confeccionar no local, usando o pano TNT, um slogan chamativo para atrair o público-alvo (Fig.1, Fig.2 e Fig.3), após o término da confecção e fixação do pano com o slogan, parte da população se interessou pela ação e através de convite, foi possível conversar com os mesmos na praça Clemente Oscar sobre conscientização e a importância da preservação da natureza. Após a exposição falada houve a liberação do panfleto informativo via QR Code (Fig.4) sobre a ação e disponibilização dos papéis com imagens de plantas para que os presentes pudessem colorir ou pintar à vontade. Ao todo 6 pessoas aceitaram participar da ação prática sendo todas crianças, todas interagiram animosamente e com excitação com relação à atividade e seus pais ficaram interessados no conteúdo (Fig.5, Fig.6 e Fig.7). A relevância dessa atividade foi de provocar a comunidade a avaliar se seu bairro possuía árvores e plantas o suficiente para ajudar a amenizar o clima local.

Desenvolvimento

Foi observado o aumento no conhecimento da população sobre o tema discutido, o interesse em saber mais e até mesmo a repetição da experiência. A maior dificuldade encontrada foi a confecção de uma faixa chamativa e a preparação do local para a realização da ação, mas, com muito esforço e determinação tais dificuldades foram superadas. Esta ação demonstrou que apesar da timidez mútua dos envolvidos, a vontade de conhecer e divulgar o conhecimento foi maior, proporcionando um momento de diversão e satisfação, além de, cumprir com seu objetivo instigando o público a se preocupar mais e preservar a natureza.

Conclusão

Conclui-se que o trabalho prático Plantando uma Semente atingiu sua meta principal e instigou a vontade dos envolvidos de aprender e preservar a natureza.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya



figura 1, 2 e 3 – Início da confecção do slogan no pano TNT utilizando as tintas e os pincéis.



Figura 4 –Panfleto contendo QR Code sobre o objetivo da ação.



figura 5, 6 e 7 – Voluntários que participaram da ação prática.

RECONSTRUINDO HISTÓRIAS: A EXPOSIÇÃO DE MEMÓRIAS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BAIRRO SÃO JOSÉ

Maria Eduarda Souza ¹; Noemi Brito ¹; Yasmin Andrade ¹; Vinícius Corrêa ¹; Gustavo Souza²

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFIPMoc Centro Universitário

² Doutor em Desenvolvimento Social (Unimontes). Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Publicidade e Propaganda do UNIFIPMoc

Introdução

Ao longo do semestre, foram realizadas pesquisas voltadas ao papel do letramento urbano e da participação social ativa na comunidade, destacando os impactos positivos decorrentes dessas práticas. Além de ampliar o acesso à informação sobre o direito à cidade, os debates promovidos buscaram incentivar iniciativas relacionadas ao uso e à valorização da memória dos espaços públicos. Com base nesse enfoque, o bairro São José foi selecionado como área de intervenção, com o objetivo de desenvolver um projeto de resgate da memória local por meio da participação ativa dos moradores. A proposta prevê o contato direto com a população do bairro, promovendo diálogos que estimulem a rememoração coletiva e incentivem novas ações culturais e sociais, gerando experiências de integração entre diferentes gerações residentes na região.

Métodos

Entre os meses de fevereiro e maio de 2025, foram realizadas pesquisas com o objetivo de reunir referências de ações bem estruturadas que promovessem a integração da população em contextos urbanos. Paralelamente, ocorreram debates técnicos com profissionais de diferentes áreas que contribuem para a construção de um meio urbano mais integrado e desenvolvido. A ação principal consistiu na realização de uma exposição de memórias do bairro São José, inserida na tradicional feirinha que ocorre às quintas-feiras na praça local.

Desenvolvimento

A exposição foi composta por um mural visual construído com a colaboração dos moradores, que contribuíram com fotografias e relatos pessoais sobre o bairro. A proposta tem como finalidade, além de promover uma nova perspectiva de uso e ocupação dos espaços a partir de narrativas reais do bairro, oferecer um modelo de intervenção que possa ser adaptado e implementado em outras comunidades. A intenção é estimular uma cultura de pertencimento, valorização da memória local e identificação com o ambiente urbano compartilhado. Para a execução da intervenção, foram realizadas visitas técnicas ao bairro com o objetivo de estabelecer uma conexão direta com os moradores e compreender suas vivências cotidianas. A partir desses encontros e diálogos, foi possível coletar histórias, percepções e memórias afetivas que fundamentaram a concepção da exposição principal. Essa mostra foi implementada durante a tradicional feira local, aproveitando a movimentação e o caráter comunitário do evento para ampliar o alcance da ação e fortalecer os laços entre os participantes e o espaço urbano. A participação dos moradores foi essencial para o desenvolvimento da proposta. A comunidade colaborou por meio do compartilhamento de relatos de vida, fotografias e descrições sobre elementos que compunham o bairro em diferentes períodos, destacando transformações ocorridas ao longo do tempo. Esses testemunhos foram fundamentais para a construção do conteúdo da exposição. Além disso, muitos residentes estiveram presentes no evento final, demonstrando envolvimento e interesse em acompanhar o resultado das atividades desenvolvidas durante os meses de trabalho coletivo. A relevância do projeto foi evidenciada pelos retornos positivos recebidos diretamente durante a exposição. Os feedbacks dos moradores demonstraram o quanto a iniciativa foi bem acolhida pela comunidade. Um aspecto marcante foram as conversas espontâneas que surgiram ao longo do evento, nas quais os participantes refletiram sobre novas possibilidades de uso e valorização dos espaços públicos. Ficou evidente que a proposta gerou identificação e despertou interesse coletivo, reforçando a importância de ações que promovam o pertencimento e estimulem o engajamento cidadão no cotidiano urbano.

Conclusão/ Considerações finais

Os estudos e ações realizadas no bairro São José atingiram seus objetivos de estimular o uso do espaço público, resgatar memórias locais e explorar novas possibilidades para o futuro. A participação ativa dos moradores foi essencial para o sucesso da iniciativa. A experiência mostrou o potencial de envolvimento da comunidade no desenvolvimento urbano.

Agradecimentos

Agradecemos a atenção e tempo de todos os moradores que deram seus relatos e sobretudo participaram do momento de exposição dos resultados na tradicional feira realizada toda quinta-feira.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

LETRAMENTO URBANO: O BAIRRO PERFEITO, ESPAÇO EDUCADOR

Ingrid de Oliveira Lopes Coutinho do Amaral 1; Izadora Mendes Gomes 1; Letícia Souza Mendes 1; Mateus Anthony Germano Alves 1; Luísa Paula Silva Malheiro¹ ; Raissa Pereira Souto 1; Gustavo Souza Santos 2.

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

Introdução

O presente trabalho descreve a experiência desenvolvida na ação de extensão intitulada “Letramento Urbano: O Bairro Perfeito, Espaço Educador”, voltada para adolescentes da Escola Estadual Professora Cristina Guimarães, no bairro Augusta Mota. A proposta buscou promover a compreensão crítica do espaço urbano por meio de atividades lúdicas e participativas. O objetivo principal foi despertar nos participantes a curiosidade e a consciência cidadã, estimulando a construção do conhecimento através da interação com um modelo idealizado de bairro.

Métodos

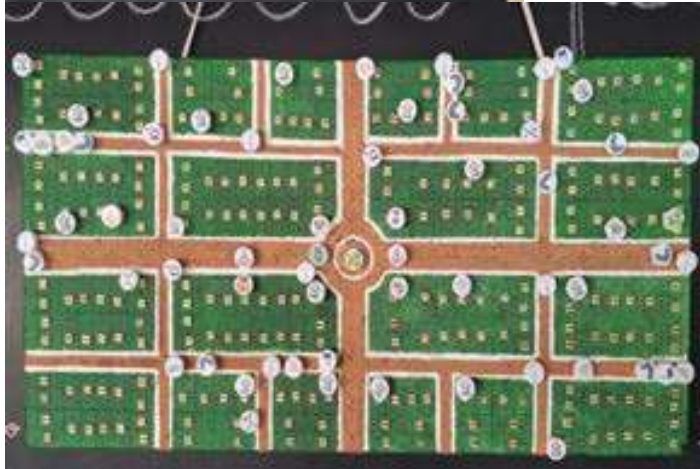
A ação de extensão de caráter educacional teve como público-alvo adolescentes da comunidade escolar. Foi realizada no dia 14 de maio, com participação média de 15 pessoas. O objetivo principal da ação foi fomentar, de maneira lúdica, o entendimento sobre o funcionamento e a importância da organização urbana. Para isso, utilizou-se um tabuleiro dinâmico representando um bairro ideal. Os participantes deveriam montar o espaço com elementos como saneamento básico, pavimentação, comércios e praças, sempre seguindo uma lógica de atendimento às necessidades da população. A comunidade participou ativamente da ação, interagindo com os facilitadores e com o jogo proposto. A avaliação foi feita de forma qualitativa, considerando o engajamento, as perguntas levantadas e o interesse contínuo dos participantes. A proposta mostrou-se efetiva para a educação cidadã e crítica.

Desenvolvimento

Os resultados observados com a atividade foram extremamente positivos. Os adolescentes puderam expressar opiniões, esclarecer dúvidas e construir coletivamente uma visão crítica e propositiva sobre o ambiente urbano. Houve forte engajamento e cooperação entre os participantes, demonstrando interesse real em compreender o funcionamento de um bairro e os elementos que o compõem. O jogo permitiu a socialização de ideias e valores, além de despertar o interesse por temáticas ligadas à cidadania e urbanismo. A principal dificuldade enfrentada foi a limitação de tempo para explorar todos os aspectos desejados, o que também demonstra o sucesso da ação em despertar o interesse dos adolescentes. Para a equipe executora, a ação trouxe aprendizados importantes quanto à condução de práticas educativas participativas. A proposta contribuiu significativamente tanto para a formação dos discentes envolvidos na organização quanto para o desenvolvimento social e crítico dos adolescentes atendidos.

Considerações Finais

Conclui-se que a atividade de letramento urbano foi eficaz na promoção da consciência cidadã e do pensamento crítico entre os adolescentes. O objetivo principal foi atingido, visto que os participantes se envolveram com entusiasmo e demonstraram interesse em aprender sobre a estrutura urbana. A experiência também proporcionou crescimento para a equipe executora, reafirmando o papel transformador da extensão universitária.





A INFLUÊNCIA DO BAIRRO NO COMPORTAMENTO EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES

Carlos Eduardo Mendes Cardoso 1; Geovanna Alves Andrade1; Mariana Rodrigues Santana1; Gustavo Souza2

1 Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifipmoc

2 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifipmoc

Introdução

O presente relato de experiência refere-se ao desenvolvimento de um projeto de extensão, com foco na escuta ativa de pedagogos e na observação do contexto escolar inserido no bairro Sagrada Família, na cidade de Montes Claros/MG. A proposta surgiu da necessidade de compreender de forma mais ampla os fatores que influenciam o comportamento e o rendimento dos alunos, indo além dos limites físicos da escola e atentando-se para o território em que esses estudantes estão inseridos. A partir de entrevistas realizadas com pedagogos que atuam em escolas da comunidade, buscamos identificar como o ambiente do bairro com suas características sociais, econômicas e urbanas impacta diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Com as respostas obtidas, foi possível ampliar nosso olhar e entender que muitos comportamentos e dificuldades apresentados pelos alunos não podem ser analisados apenas sob a ótica do espaço escolar. O bairro, sua infraestrutura, suas carências e sua dinâmica cotidiana contribuem significativamente para a formação dos estudantes, influenciando diretamente seu desempenho acadêmico e seu desenvolvimento pessoal. O objetivo geral da proposta é compreender como o bairro de maneira geral influencia diretamente seu comportamento e desempenho escolar, a partir da escuta qualificada de pedagogos. As entrevistas feitas revelaram, de forma clara, que o bairro onde vivemos não é um cenário neutro, mas sim um agente ativo no processo de escolarização. Ao escutar os pedagogos, compreendemos que o ato de educar precisa considerar o aluno em sua totalidade levando em conta não apenas o que acontece na sala de aula, mas também o que o cerca fora dela.

Desenvolvimento

A experiência foi conduzida com base em uma entrevista estruturada contendo 10 perguntas relacionadas à influência do bairro na vivência escolar dos estudantes. As perguntas foram direcionadas a pedagogos atuantes em escolas localizadas no bairro Sagrada Família, buscando compreender como o território impacta diretamente o comportamento, o desenvolvimento e o rendimento dos alunos. As entrevistas abrangeram desde experiências individuais com alunos até aspectos mais amplos do contexto comunitário, considerando fatores como cultura local, infraestrutura urbana e participação da comunidade no ambiente escolar. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, garantindo escuta qualificada e aberta à experiência dos educadores. Dentre os relatos obtidos, destaca-se a contribuição da pedagoga Tânia, de 71 anos, cuja vivência longa e enraizada na comunidade proporcionou uma leitura sensível e aprofundada das condições que cercam o processo educativo na região. Durante a entrevista foi enfatizado a forte influência do ambiente familiar e social no comportamento e aprendizado dos estudantes, ressaltando que a presença de fatores como violência, falta de espaços de lazer e ausência de serviços públicos essenciais dificultam diretamente o desenvolvimento escolar. Apesar dos entraves gerados pela precariedade da infraestrutura urbana e do transporte público, ela reconhece a existência de um forte senso de solidariedade e pertencimento entre os moradores do bairro, o que contribui para manter vínculos afetivos e redes de apoio informal. Entre os principais desafios enfrentados pelos alunos, Tânia destacou as dificuldades financeiras, a exposição à violência e a ausência de apoio familiar como fatores determinantes no rendimento escolar. Para enfrentar essas barreiras, ressaltou a relevância das parcerias com instituições sociais e religiosas, que têm oferecido suporte pedagógico e psicológico a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A análise das entrevistas, possibilitou a construção de um panorama mais realista e humanizado da relação entre bairro e educação, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas e de uma atuação pedagógica que considere o contexto de vida dos estudantes como parte do processo formativo.

Considerações finais

O desenvolvimento deste projeto de extensão proporcionou uma compreensão concreta e aprofundada sobre a influência significativa que o bairro exerce no desempenho escolar dos estudantes, mesmo que seja de forma positiva ou negativa. Foi possível identificar diversos fatores que contribuem para essa relação, como a infraestrutura urbana, o transporte escolar, a escassez de espaços de lazer e a ausência de serviços públicos. O objetivo do projeto é atingido ao promover uma reflexão crítica sobre a importância de considerar o território como parte integrante do processo pedagógico e como elemento essencial para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e transformadora.

Agradecimentos

Agradecemos ao professor Gustavo Souza pelas orientações e apoio intelectual durante o desenvolvimento do projeto de extensão, e à UNIFIPMoc/Afya pela oportunidade de desenvolver este projeto de extensão, reconhecemos a importância do incentivo institucional à formação crítica e cidadã dos alunos, por meio de ações que integram ensino, pesquisa e extensão.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

CONHECENDO NOSSA COMUNIDADE: UM ESTUDO SOBRE BAIRROS

Gustavo Dias Ferereira¹; Mariana Mendes Carvalho¹; Marysol Chahin Araújo¹; Nicolle Meireles Capuchinho¹; Sâmilley Ferreira de Souza¹; Gustavo Souza².

¹Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc - AFYA

²Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc – AFYA

Introdução

A princípio este relato visa apresentar a experiência desenvolvida no projeto de Extensão II do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFipMoc, com foco na criação do jogo “Guerra de Bairros”. A proposta deste jogo visa promover o letramento urbano e gerar reflexão crítica sobre o consumo nas diferentes regiões da cidade. O jogo foi aplicado em uma oficina interativa voltada para estudantes do ensino médio em uma escola em Montes Claros, estimulando a compreensão da cidade como espaço de disputas, desigualdades e identidades. Segundo Leite e Brito (2011), a urbanização por expansão das periferias em Montes Claros resultou em um ambiente urbano segregado, com graves consequências para a qualidade de vida dos habitantes. O grupo busca, por meio de linguagem lúdica e acessível, propor uma nova forma de dialogar com os jovens sobre questões urbanas.

Métodos

A metodologia do projeto baseou-se em pesquisa de campo, plano de ação e construção coletiva. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa em um dos bairros de Montes Claros, analisando aspectos de consumo, infraestrutura, dinâmicas sociais e percepção dos moradores. A partir das informações coletadas, foi desenvolvido um plano de ação que culminou na criação do jogo “Guerra de Bairros”. A oficina de aplicação ocorreu em uma escola pública, sendo realizada com estudantes do ensino médio previamente convidados. A dinâmica envolveu apresentação do jogo, formação de grupos e orientação durante a atividade. Ao final, foi feita uma roda de conversa para que possamos ter um feedback destes alunos. A análise dos resultados considerou a participação, o envolvimento dos alunos e os diálogos promovidos durante o jogo.

Desenvolvimento

A construção do jogo envolveu a divisão dos bairros em “territórios” com características distintas, representadas por cartas e peças em um tabuleiro. Cada bairro trazia pontos positivos e negativos, baseados em dados reais sobre consumo e qualidade de vida. O jogo funcionava por meio de desafios, perguntas e negociações entre os grupos. A oficina foi realizada de forma dinâmica, com os alunos se mostrando interessados e envolvidos na temática. A mensagem central do jogo — o consumo como reflexo das desigualdades sociais entre os bairros — foi debatida pelos próprios participantes, que compartilharam experiências de onde vivem. A oficina permitiu não apenas momentos de diversão, mas também de aprendizado, onde os alunos refletiram sobre a importância de conhecer sua cidade, seu bairro e seus direitos enquanto cidadãos. O envolvimento dos participantes foi tão expressivo que sugeriram novas ideias para expansão do jogo, demonstrando apropriação da proposta e interesse em prolongar a discussão em outras turmas.

Considerações finais

A aplicação do jogo “Guerra de Bairros” demonstrou que o uso de metodologias ativas e lúdicas no ambiente escolar pode ampliar o olhar dos estudantes para a cidade e suas contradições. O projeto cumpriu seu objetivo ao promover o letramento urbano de forma acessível, crítica e participativa.

Agradecimentos

Agradecemos à direção, coordenação e professores da escola parceira pela abertura e acolhimento, bem como aos colegas de turma que contribuíram para a construção do jogo e realização da oficina.

Referências

DE, J. **Jogo de tabuleiro aproxima as crianças das discussões sobre os espaços públicos**. Jornal da USP, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/jogo-de-tabuleiro-aproxima-as-criancas-das-discussoes-sobre-os-espacos-publicos/>. Acesso em: 13 maio 2025.

JOGO “Agentes Urbanos e a Cidade Participativa” – Cartilha da Cidade. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP. Disponível em: http://cartilha.iau.usp.br/?page_id=57. Acesso em: 13 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

LETRAMENTO CIDADINO: IMPACTO DA MARGEM URBANA NA SOCIEDADE.

Introdução

Este projeto trata-se de uma intervenção escolar com o objetivo de transmitir conhecimento sobre o letramento cidadão e o impacto da margem urbana na sociedade. Para que o assunto fosse levado à sociedade, a intervenção ocorreu em uma escola de ensino médio, com o auxílio de materiais interativos e dinâmicas para promover informação, sentimento de pertencimento e responsabilização dos cidadãos pelo bem-estar de todos os moradores.

Métodos

A ação educacional foi realizada na Escola Estadual Professora Cristina Guimarães no dia 14 de maio de 2025, para um grupo de aproximadamente 30 alunos do ensino médio, com faixa etária entre 15 e 17 anos. A atividade teve como objetivo principal conscientizar sobre a carência de equipamentos urbanos e públicos nesses espaços. A estratégia de intervenção foi uma campanha de conscientização, aliada a uma dinâmica com jogos da memória confeccionados pela própria equipe. A dinâmica contou com a participação ativa de todos os estudantes, despertando curiosidade sobre os bairros distantes do fluxo urbano. O projeto revela-se de grande relevância no âmbito educacional ao abordar esse tema, visando garantir que todos os cidadãos sejam beneficiados de forma igualitária e tenham acesso básico aos equipamentos urbanos necessários.

Desenvolvimento

O projeto resultou na conscientização dos estudantes acerca dos bairros afastados do centro urbano e das dificuldades enfrentadas diariamente por seus moradores. Essa ação despertou nos alunos um senso de responsabilidade ao apresentar a realidade dos demais cidadãos da cidade onde vivem. A ministração do projeto promoveu conhecimento sobre o tema, com o objetivo de estimular mudanças comportamentais. Durante a atividade, observou-se o interesse de alguns alunos, e a equipe utilizou uma didática mais dinâmica, o que favoreceu a absorção do conteúdo. O retorno da ação foi positivo: com a conscientização sobre os bairros periféricos e as necessidades urbanas desses moradores, a população passou a se sentir mais responsável por sua cidade, tornando-se mais ativa e engajada na luta pelos direitos de todos. A intervenção favoreceu tanto os alunos quanto a população, proporcionando aos acadêmicos um olhar mais atento para o funcionamento da cidade e suas relações sociais, e promovendo na população a conscientização e o desejo por políticas públicas mais justas e inclusivas.

Conclusão/ Considerações finais

Infere-se, portanto, que o projeto desenvolvido pela equipe de acadêmicos foi realizado com êxito ao levar conhecimento sobre a margem urbana e os impactos desse fenômeno na vida dos cidadãos que residem em bairros afastados do centro. Por meio dessa iniciativa, foi possível não apenas ampliar a compreensão dos desafios enfrentados por essas comunidades, mas também promover um profundo senso de responsabilidade social entre os alunos da escola onde ocorreu a intervenção. O projeto demonstrou o poder transformador da educação ao estimular reflexões críticas e incentivar ações voltadas para um desenvolvimento urbano mais inclusivo e consciente.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afva

MEU BAIRRO, MEU OLHAR: FOTOGRAFIAS QUE REVELAM IDENTIDADES E CONTRASTES URBANOS.

CORRÊA, TÁCILA BRENDA RIBEIRO ¹; FAGUNDES, Ana Cecília Teixeira Santos ¹; SANTIAGO, Maria Clara Freitas ¹; SANTIAGO, Maria Luiza Freitas¹; SANTOS, Gustavo Souza².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc

Introdução

Letramento urbano, no contexto da Arquitetura e do Urbanismo, refere-se à capacidade das pessoas de compreender, interpretar, criticar e interagir com o espaço urbano de forma consciente e ativa. Nesse sentido, foi colocado em prática este conceito através da ação “Meu bairro, meu olhar” com o objetivo principal de gerar uma reflexão sobre como o cenário urbano é visto pelas pessoas, seja de forma positiva ou negativa, a fim de engajar a população a participar ativamente nas decisões que impactam o seu bairro e consequentemente a cidade. Dessa forma, a proposta consiste na idealização de um programa de comunicação replicável e foi realizada uma amostra em menor escala no bairro Jardim São Luiz em Montes Claros-MG, onde o local escolhido para a realização da ação foi o Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez.

Métodos

A priori, o professor Gustavo Souza instigou os alunos a realizarem uma observação de campo no bairro escolhido para entender quais as dinâmicas e as relações entre as pessoas. Neste viés, o grupo responsável pelo presente trabalho foi até o local analisar a infraestrutura do bairro e suas funções (residencial, comercial e institucional), além de um registro fotográfico dos principais aspectos do Jardim São Luiz. **(Figura 01)** Logo, revelou-se que o bairro Jardim São Luiz é bem estruturado, com uma variedade de usos e uma presença comunitária marcante. Seu comércio local dinâmico e a oferta de espaços públicos favorecem a integração social, tornando-o um bairro de grande importância para a cidade. **(Figura 02)** Ademais, foi feita uma entrevista com engenheiros a qual foram perguntadas questões cujo foco era entender a perspectiva dos profissionais sobre como a interação entre as pessoas deve acontecer a fim de que a comunidade seja mais ativa nas decisões da cidade.

Desenvolvimento

Nesse sentido, foi organizada uma exposição fotográfica em maio de 2025 no Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez no período noturno, com participação dos acadêmicos da instituição e interessados na ação. Em primeiro lugar, as responsáveis pelo presente trabalho elaboraram um banner atrativo para ser exposto nas mídias sociais e na instituição selecionada **(Figura 03)**, com acesso a um formulário através de qr-code para participação do evento, incentivando a reflexão sobre a visão das pessoas sobre os seus bairros. Outrossim, foi feita a coleta dos dados enviados e separados o material base para a exposição fotográfica, o qual consistia nas fotos impressas expostas em varal no pátio central, para melhor visibilidade da ação **(Figura 04)**. Por fim, ao analisar a falta de engajamento das pessoas para com as decisões que envolvem mudanças nos cenários urbanos dos bairros em que estão inseridas, a ação Meu Bairro, meu olhar, atua como mitigador de tal problemática ao incentivar as pessoas a refletirem sobre a paisagem que compõe o bairro onde residem e sua importância, gerando uma participação mais ativa nas mudanças que envolvem o cenário onde estão inseridas.

Considerações Finais

Diante disso, observou-se que a ação *Meu bairro, meu olhar* atingiu o objetivo proposto, impactando positivamente as interações entre a comunidade e seu espaço urbano. Ao promover o letramento urbano por meio da reflexão coletiva e da valorização da percepção individual sobre o bairro, a atividade contribuiu para fortalecer o sentimento de pertencimento e o engajamento social. A participação da população na exposição fotográfica **(Figura 05)** e a troca de experiências demonstraram **(Figura 06)** o potencial de iniciativas simples, porém significativas, para ampliar o olhar crítico sobre o cotidiano urbano e estimular a corresponsabilidade nas decisões que envolvem o ambiente construído. Nesse contexto, a proposta se mostrou relevante não apenas como prática acadêmica, mas como ação transformadora com potencial de replicabilidade em outros bairros e cidades. O impacto direto na comunidade, evidenciado pelo diálogo gerado entre moradores e acadêmicos, reforça a importância de criar canais acessíveis de comunicação entre a população e os profissionais envolvidos na construção da cidade. Como contribuição prática, a ação serviu como um modelo de intervenção leve e de baixo custo, capaz de fomentar o protagonismo cidadão. Como arranjos futuros, recomenda-se o fortalecimento dessas práticas através de parcerias com instituições públicas e privadas, escolas e centros culturais, além da expansão do projeto para outras regiões da cidade. Dessa forma, o letramento urbano pode se tornar uma ferramenta contínua de transformação social, promovendo cidades mais inclusivas, conscientes e participativas.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração da diretoria, coordenação e corpo docente do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez.



Figura 1. Banner atrativo para ser exposto nas mídias sociais e na instituição selecionada
Fonte: Acervo particular



Figura 2. Praça Rotary localizada no bairro São Luiz
Fonte: Acervo particular



Figura 3. Comércio local dinâmico localizado no bairro São Luiz
Fonte: Acervo particular.



Figura 4. Realização do material base para a exposição
Fonte: Acervo partícula



Figura 5. Realização da exposição fotográfica
Fonte: Acervo particular



Figura 6. Realização da exposição fotográfica
Fonte: Acervo particular

REQUALIFICAÇÃO URBANA E VALORIZAÇÃO CULTURAL NO BAIRRO SANTOS REIS: UMA PROPOSTA PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO.

LADEIA, Caroline¹; GOMES, Jenniffer ¹; GOMES, Livia¹; TUPINAMBÁ, Liz ¹; LIMA, Maria Luisa ¹; RABELO, Pedro ¹; SANTOS, Gustavo Souza².

¹Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

²Doutor em Desenvolvimento Social (Unimontes). Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Publicidade e Propaganda do UNIFIPMoc.

Introdução

O bairro Santos Reis é extenso, com população majoritariamente trabalhadora e menor poder aquisitivo em comparação a outras regiões da cidade. Seu isolamento geográfico e infraestrutura limitada resultam em menor acesso a serviços básicos e sociais.

Essa pesquisa destaca a importância da descentralização da cultura em Montes Claros, e proposta de intervenção para a questão da visibilidade e apoio institucional para a população local.

Metodologia

Como parte do processo de formulação de uma intervenção comunitária que trouxesse visibilidade dos problemas enfrentados pelos moradores do Santos Reis, foram realizadas entrevistas com figuras relevantes para o bairro, durante os meses de março e abril de 2025, com o objetivo de compreender mais a fundo as dinâmicas socioculturais, as carências estruturais e as iniciativas já existentes no território. A proposta parte do reconhecimento das desigualdades históricas que afetam essa região periférica da cidade e busca valorizar os saberes e práticas locais, ao mesmo tempo em que denuncia as ausências do poder público.

Desenvolvimento

A interlocução contou com a presença dos entrevistados: a vereadora Iara Pimentel (Fig. 6), a lavadeira e líder comunitária Dona Roxa (nome verdadeiro Maria da Luz Gonçalves de Souza) (Fig. 2, 3 e 4) e o pesquisador e ativista Lucas Iglesias, do Núcleo Cidadino. A vereadora Iara Pimentel destacou que, em Montes Claros, a produção cultural mais autêntica está nas periferias — como o bairro Santos Reis —, mas sofre com a falta de visibilidade e apoio institucional. Ela também denunciou a precariedade da infraestrutura urbana nesses territórios, com ausência de serviços básicos que afeta especialmente mulheres negras e mães solteiras, além de práticas propositalmente excludentes na implantação de conjuntos habitacionais, pensadas para evitar a implantação de equipamentos urbanos. Iara alertou para os efeitos da ausência do Estado, que abre espaço tanto para a criminalidade quanto para a repressão policial violenta, como nos casos de repressão cultural e violência contra jovens negros. Por fim, defendeu a participação política ativa da população periférica e o fortalecimento de organizações populares como caminho para a transformação social. Dona Maria Luz, conhecida como Dona Roxa, é uma liderança do bairro Santos Reis e integrante da Associação das Lavadeiras, grupo que, após a demolição da antiga lavanderia sob promessa de construção de uma nova sede, segue há quase três anos em um espaço provisório (Fig. 1), sem retorno do poder público. Sua fala expressa frustração com promessas não cumpridas, suspeitas sobre o uso indevido de verbas públicas e sentimento de abandono institucional, agravado pela falta de infraestrutura básica no bairro, como saúde, transporte público e equipamentos culturais. O estigma de insegurança e a ausência de articulação comunitária agravam o isolamento do território, embora iniciativas como o programa Fica Vivo! tragam alguma esperança. Dona Roxa denuncia a tentativa de silenciar a resistência da associação e evidencia, em sua trajetória, a luta persistente por dignidade diante da negligência estrutural que marca o cotidiano da comunidade. Lucas Iglesias, pesquisador do Núcleo Cidadino, compartilhou sua trajetória de estudos no Grande Santos Reis, iniciada por uma pesquisa sobre clubes de futebol locais e aprofundada com levantamentos etnográficos que o aproximaram da comunidade. Acompanhando de perto a polêmica desapropriação da lavanderia das lavadeiras, substituída por uma praça, ele criticou a falta de representatividade do projeto e sugeriu uma intervenção mais alinhada aos interesses da população. Apontou a discrepância entre os altos valores investidos (R\$ 448 mil reais) e a simplicidade da obra (Fig. 5), sugerindo uma possível investigação dos gastos públicos, embora reconheça os riscos políticos desse caminho. Lucas indicou parcerias com iniciativas como o Fica Vivo!, o MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos) e o Instituto Dona Marli, que atuam na região em redes de apoio e resistência. Também mencionou espaços comunitários já existentes como possíveis pontos de articulação, criticando a lógica excludente do planejamento urbano imobiliário, centrado no lucro de loteamentos, e defendeu maior engajamento com o direito à cidade. Os principais pontos trazidos pela pesquisa revelam um cenário complexo no bairro Santos Reis, onde há forte produção cultural, sentimento de pertencimento e resistência comunitária, mas também uma profunda ausência do poder público. A negligência se manifesta na precariedade dos equipamentos urbanos, no descumprimento de promessas políticas e na repressão das manifestações culturais. Por outro lado, a comunidade demonstra resiliência e disposição para a organização e luta por direitos, como mostra o exemplo da associação das lavadeiras e dos outros movimentos citados durante as entrevistas. A partir dessas escutas, torna-se ainda mais evidente que qualquer proposta de intervenção deve considerar as vozes locais, valorizar os saberes da periferia e buscar parcerias que fortaleçam o tecido comunitário, com transparência, participação e compromisso ético com as transformações que a população reivindica.

Considerações finais

O principal objetivo do plano de intervenção é promover a requalificação dos espaços públicos, melhoria da infraestrutura e valorização das atividades culturais no bairro, criando ambientes urbanos mais acessíveis e condizentes com as necessidades dos moradores, com ênfase na participação de quem reside no bairro. A medida visa criar espaços para convivência, cultura e lazer; promovendo inclusão e também facilitando o acesso ao transporte e serviços urbanos, tudo com participação ativa da comunidade, garantindo soluções alinhadas às suas necessidades. O plano foi proposto porque aborda de forma integrada as principais carências do bairro. Ele não somente melhora a infraestrutura urbana, mas também valoriza a identidade local,

fortalecendo os vínculos comunitários e promovendo a inclusão social de forma sustentável e participativa. Essa ação tem um impacto positivo direto na qualidade de vida dos cidadãos, oferecendo a sensação de pertencimento com seu bairro e inclusão no direito à moradia digna.

Agradecimentos

Agradecemos a atenção, gentileza e colaboração dos entrevistados e das integrantes da Associação das Lavadeiras, aos colaboradores do Centro Universitário FIPMoc e ao orientador/professor Gustavo Souza.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

ESPAÇOS PÚBLICOS COMO CENÁRIO DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA CONSTRUÇÃO DO COLETIVO.

Ana Cecília Almeida Amarante¹; Henrique Gomes Silva¹; Maria Fernanda Alves dos Reis¹; Sthéfanny Pereira Mendes¹; Laura Barbosa Rocha¹; Gustavo Souza Santos².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UifipMoc-Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc-Afya

Introdução

O presente relato de experiência tem como foco abordar sobre os espaços públicos como cenário para o exercício da cidadania, abordando os desafios e as potencialidades na construção do coletivo. A proposta foi desenvolvida no âmbito das modalidades de Ensino e Extensão, envolvendo acadêmicos, práticas sociais e alunos de ensino médio da Escola Estadual Professora Cristina Guimarães, com o intuito de promover o letramento urbano entre os participantes. O projeto é inserido onde os espaços públicos são frequentemente negligenciados ou apropriados de forma excludente, sendo essencial refletir sobre sua função social, sua acessibilidade e seu papel na formação cidadã. A experiência relatada teve como objetivos principais estimular a percepção crítica dos espaços urbanos, promover a apropriação consciente desses ambientes pela comunidade e estimular práticas coletivas que contribuam para o fortalecimento da cidadania. Através de atividades educativas e ações participativas, buscou-se construir um olhar mais atento e engajado sobre o espaço público como direito e como expressão da vida coletiva.

Métodos

O projeto exposto é de objetivo educacional e teve como público, alunos de ensino médio da faixa etária de 16/17 anos. Foi uma ação que contou com média de 20 alunos e aconteceu no dia 14 de maio de 2025. A presente ação teve o objetivo de demonstrar para os alunos que inclusive são excelentes disseminadores de informações, que o poder de cuidar dos espaços públicos não está apenas nas mãos dos órgãos públicos, mas sim de toda a sociedade, gerando assim, o letramento urbano. A abordagem pedagógica incluiu a montagem de um estande atrativo, distribuição de lembranças e a aplicação de um jogo de tabuleiro intitulado "Cidadania em Montes Claros". Por meio dessa dinâmica, os alunos foram convidados a realizar simbolicamente boas ações e a exercer seus papéis enquanto cidadãos conscientes, compreendendo, na prática, que é possível promover transformações positivas ao se comprometer com os próprios deveres e ao zelar pelos espaços que pertencem à coletividade. Durante a abordagem também foi comentado com os alunos sobre a pesquisa de campo onde se pode notar a falta do sentimento de pertencimento dos moradores do Bairro visitado. Tal ausência, associada à falta de conhecimento sobre os direitos e deveres relacionados ao uso e à preservação dos espaços públicos, contribui de forma significativa para o descuido e a degradação dessas áreas.

Desenvolvimento

O desenvolvimento do projeto superou as expectativas iniciais, obtendo grande êxito tanto em termos de participação quanto de engajamento dos alunos. Desde o início da ação, foi perceptível o interesse demonstrado pelos estudantes, que se mostraram curiosos e dispostos a dialogar sobre a temática proposta. A abordagem lúdica, por meio do estande temático e do jogo de tabuleiro "Cidadania em Montes Claros", despertou nos participantes um senso crítico mais apurado, além de possibilitar a reflexão sobre seu papel enquanto agentes transformadores dentro da sociedade. O estande foi estrategicamente planejado para atrair a atenção e proporcionar uma experiência educativa diferenciada, promovendo o aprendizado de maneira interativa e dinâmica. As dificuldades enfrentadas no preparo da atividade foram exatamente a preocupação da falta de adesão dos jovens ao stande, mas com um jogo bem lúdico, e pensado exatamente para a faixa etária trabalhada, esse desafio foi superado com êxito. Os alunos foram diretamente beneficiados, pois puderam adquirir novos conhecimentos relacionados à cidadania, ao pertencimento social e à preservação dos espaços públicos. Muitos deles relataram nunca ter refletido sobre a importância de cuidar da cidade e da responsabilidade individual na manutenção do bem comum. A experiência, portanto, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da consciência cidadã dos alunos, que saíram da atividade mais preparados para exercer uma cidadania plena e comprometida com o bem-estar coletivo.

Conclusão/ Considerações finais

A ação educativa desenvolvida evidenciou o potencial transformador da educação cidadã quando aplicada de forma lúdica, crítica e participativa. Ao envolver alunos do ensino médio em uma experiência prática e reflexiva sobre o uso e cuidado dos espaços públicos, foi possível promover o letramento urbano e estimular o sentimento de pertencimento. A atividade demonstrou que, ao compreenderem seus direitos e deveres, os jovens tornam-se agentes multiplicadores de mudança, capazes de influenciar positivamente sua comunidade. Dessa forma, o projeto cumpriu seu papel não apenas informativo, mas formativo, ao despertar nos estudantes a consciência de que a responsabilidade pela cidade é compartilhada por todos.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

INTERVENÇÕES URBANAS NO BAIRRO AMAZONAS: UM OLHAR PARTICIPATIVO PARA LAZER, ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO.

Autor 1: Bianca Faria; Emily; Maria Eduarda Veloso; Maria Eduarda Ramos
1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPmoc
2 Professor; Gustavo Souza

Introdução

O projeto tem como foco o Bairro Amazonas, localizado na cidade de Montes Claros (MG), com o objetivo de investigar e compreender as condições de vida da população local. Ao longo das visitas realizadas à comunidade, buscamos analisar aspectos fundamentais do cotidiano dos moradores, como a existência (ou ausência) de espaços de lazer, o acesso à educação e a qualidade da infraestrutura urbana disponível. Por meio de escutas populares e entrevistas com diferentes perfis de moradores, incluindo jovens, adultos, idosos, foi possível identificar lacunas significativas que afetam diretamente a qualidade de vida da população. A partir dessas observações e relatos, elaboramos propostas de intervenção fundamentadas nas reais necessidades coletivas, priorizando ações voltadas à melhoria dos espaços públicos, da mobilidade urbana e do acesso a serviços essenciais.

Métodos

Foram feitas visitas com o objetivo de conhecer e analisar o bairro, além da troca com a comunidade para que os acadêmicos entendessem melhor as vulnerabilidades e também os pontos fortes do local estudado. Diante disso, os estudantes fizeram a coleta de dados, que foi realizada por meio de formulários distribuídos em uma plataforma digital, além de alguns que foram entregues presencialmente, com o objetivo de alcançar um número significativo de moradores com diferentes faixas etárias. As perguntas foram elaboradas para entender os aspectos sociais e físicos do território, com foco em lazer, acessibilidade, infraestrutura e educação. Após a tabulação dos dados, a equipe organizou os resultados e iniciou o desenvolvimento das propostas arquitetônicas e urbanísticas.

Desenvolvimento

A ação de extensão desenvolvida no bairro Amazonas teve como objetivo identificar as principais necessidades da comunidade local, especialmente no que se refere a opções de lazer, infraestrutura e acesso a serviços educacionais e comerciais. Por meio da aplicação de um formulário online e abordagens presenciais, foi possível envolver diretamente os moradores, o que garantiu maior participação e riqueza nas respostas obtidas. O público-alvo principal foram os próprios moradores do bairro, enquanto o público secundário incluiu pessoas que frequentam o local por motivos de trabalho ou saúde. Os resultados apontaram uma carência significativa de espaços de lazer, o que impacta negativamente na qualidade de vida da população. A maioria dos entrevistados, composta principalmente por mulheres com idades entre 18 e 59 anos, afirmou não praticar nenhuma atividade de lazer no bairro devido à inexistência de locais apropriados. Outro ponto crítico identificado foi a precariedade na pavimentação das ruas e pontes, bem como a ausência de escolas de ensino fundamental e médio, obrigando os moradores a se deslocarem para bairros vizinhos em busca de educação. Ainda que o bairro conte com alguns serviços básicos, como saúde e transporte, a oferta de comércio e serviços próximos foi considerada insuficiente. Entre os desafios enfrentados, destacaram-se a logística para alcançar moradores e a adesão à pesquisa, que foram superadas com o uso de redes sociais e a abordagem direta, o que possibilitou ampliar o alcance da ação. A experiência proporcionou aprendizados valiosos, especialmente quanto à importância de métodos de coleta de dados adaptáveis e da escuta ativa da comunidade, o que permitiu ajustes durante o processo e aumentou a efetividade da ação. Do ponto de vista acadêmico e social, o projeto contribuiu significativamente para a formação dos estudantes envolvidos, promovendo uma vivência prática sobre as dinâmicas sociais e urbanas. Ao mesmo tempo, aproximou a universidade da comunidade, reforçando seu papel transformador e de escuta ativa das demandas sociais. Como efeito colateral positivo, a ação despertou o interesse de outros grupos acadêmicos e comunitários em estabelecer parcerias futuras e impulsionou o debate sobre políticas públicas voltadas à infraestrutura e inclusão social. A proposta final envolveu recomendações concretas, como a criação de espaços culturais e de recreação, melhorias na acessibilidade urbana e fortalecimento da rede educacional local, oferecendo um direcionamento claro para futuras intervenções no bairro.

Conclusão/ Considerações finais A ação evidencia a relevância do envolvimento acadêmico na identificação e compreensão das necessidades reais das comunidades. O trabalho atinge seu objetivo ao diagnosticar, de forma clara, os principais desafios enfrentados pelos moradores, especialmente no que diz respeito à falta de opções de lazer, deficiência na infraestrutura urbana e ausência de instituições educacionais no próprio bairro. A participação ativa da população nas entrevistas reforça a importância da escuta comunitária como ferramenta essencial para a construção de propostas efetivas. A partir dos dados coletados, torna-se possível propor soluções concretas e viáveis, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida local. Além disso, o projeto fortalece o vínculo entre universidade e sociedade, promovendo a formação cidadã dos estudantes e incentivando o compromisso social no exercício profissional. Assim, conclui-se que a experiência extensionista se consolida como um instrumento eficaz de transformação social e acadêmica, cujos impactos ultrapassam os limites da pesquisa e alcançam diretamente o cotidiano da população envolvida.

Agradecimentos

A equipe expressa seus sinceros agradecimentos à comunidade do Bairro Amazonas, em especial aos moradores que, com disponibilidade e engajamento, colaboraram ativamente por meio de relatos, sugestões e reflexões que enriqueceram significativamente o desenvolvimento das atividades propostas.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya





LETRAMENTO URBANO ATRAVÉS DA SIMULAÇÃO DE UMA CIDADE IDEAL COM ADOLESCENTES

Maria Cecília Ferreira Lafetá ¹; Sara Emanuele Barbosa Rodrigues ²; Sofia Souza Alves ³; Gustavo Souza Santos⁴

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

² Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

³ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

⁴ Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFipMoc

Introdução

A cidade é um organismo complexo e dinâmico, e configura-se como um espaço de aprendizado constante, permeado por informações e significados que muitas vezes passam despercebidos. O conceito de letramento urbano, que abrange a capacidade de interpretar e interagir criticamente com o ambiente construído (Holanda, 2009), torna-se fundamental para a formação de cidadãos conscientes e engajados com o seu entorno. Nesse contexto, o presente artigo relata uma experiência pedagógica inovadora realizada com um grupo de adolescentes em Montes Claros, Minas Gerais. A atividade consistiu na simulação da construção de uma "cidade ideal" a partir da aquisição de "produtos urbanísticos" essenciais, como postes de iluminação, saneamento básico, transporte público e rede elétrica, utilizando uma quantia limitada de recursos financeiros. O objetivo central desta iniciativa foi estimular a reflexão dos jovens sobre a importância e a interdependência desses elementos na configuração do espaço urbano, fomentando a análise crítica da própria cidade e a compreensão das prioridades no planejamento urbano. Através da vivência prática e lúdica, buscou-se promover o letramento urbano, incentivando os participantes a decodificar as necessidades e os desafios inerentes à construção de um ambiente urbano funcional e equitativo.

Métodos

A metodologia utilizada neste estudo consistiu em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, centrada na

experiência vivenciada pelos adolescentes durante a atividade de simulação. A coleta de dados envolveu a elaboração de materiais no qual foram desenvolvidos três mapas simbólicos, representando áreas residenciais, comerciais e espaços públicos. Adicionalmente, foram definidos os "produtos urbanísticos" a serem "vendidos" (postes de iluminação, saneamento básico, transporte público, rede elétrica), as "moedas" do jogo (representando recursos financeiros limitados), as regras da simulação (priorizando a construção de uma cidade funcional para todos os habitantes) e a precificação dos itens, buscando refletir, de forma simplificada, seus custos relativos e sua importância para a infraestrutura urbana. A atividade foi conduzida em um ambiente escolar com um grupo de adolescentes, os participantes divididos em pequenos grupos receberam uma quantia predeterminada e foram desafiados a "comprar" os produtos urbanísticos para construir sua "cidade ideal". A mediação dos pesquisadores (ou educadores) durante a atividade buscou estimular a discussão e a tomada de decisões coletivas sobre as prioridades e as consequências da alocação dos recursos. Foram realizados registros das discussões dos grupos, das escolhas realizadas e das justificativas apresentadas pelos jovens estudantes. A análise dos dados se concentrou na identificação dos elementos urbanísticos considerados prioritários, nas dificuldades encontradas em cada bairro e na gestão dos recursos limitados e nas reflexões dos participantes sobre a importância de cada item para o funcionamento da cidade.

Desenvolvimento

A dinâmica da simulação revelou as diferentes perspectivas dos adolescentes em relação à priorização dos elementos urbanísticos.

Inicialmente, observou-se uma tendência a investir em itens mais visíveis ou que impactam diretamente o cotidiano individual, como a rede elétrica para garantir o funcionamento das residências. No entanto, à medida que os recursos se tornavam escassos, os participantes foram confrontados com a necessidade de tomar decisões mais estratégicas, ponderando a importância de infraestruturas menos aparentes, mas essenciais para a saúde pública e o bem-estar coletivo, como o saneamento básico. A limitação orçamentária impôs um exercício de análise crítica sobre o que era fundamental e o que era desejável em uma cidade.

A falta de recursos para adquirir todos os itens desejados gerou debates acalorados sobre as consequências da ausência de determinados serviços e a interdependência entre eles. Por exemplo, a dificuldade em garantir saneamento básico para todas as áreas da "cidade ideal" levou os jovens a discutir os impactos na saúde e na qualidade de vida da população. Da mesma forma, a escolha de um sistema de transporte público eficiente versus a priorização da iluminação pública para todas as ruas evidenciou a necessidade de equilibrar diferentes demandas e considerar o bem-estar coletivo. A utilização dos mapas com diversas classes monetárias permitiu que os adolescentes estabelecessem uma conexão direta entre a atividade lúdica e a realidade de sua própria cidade. As discussões frequentemente remetiam a situações vivenciadas no seu cotidiano, como a qualidade do transporte público em seus bairros ou a falta de iluminação em determinadas áreas. Essa aproximação contribuiu para um engajamento mais significativo com o tema do letramento urbano, incentivando-os a observar e analisar criticamente o espaço em que vivem.

Conclusão/ Considerações finais

A experiência de simulação da construção de uma cidade ideal demonstra ser uma ferramenta pedagógica eficaz para promover o letramento urbano entre os adolescentes. Ao vivenciar os desafios da alocação de recursos limitados e da tomada de decisões sobre a infraestrutura essencial, os jovens foram estimulados a refletir sobre a importância de cada elemento na configuração de um ambiente urbano funcional e equitativo. A atividade proporciona uma análise prática e concreta das interdependências entre os diferentes sistemas urbanos, fomentando uma compreensão mais profunda das necessidades coletivas e das prioridades no planejamento da cidade. As contribuições desta iniciativa para a arquitetura e o urbanismo residem na demonstração do potencial de metodologias participativas e lúdicas para engajar o público jovem na discussão sobre questões urbanas. Ao desenvolverem a capacidade de "ler" a cidade de forma crítica e consciente, esses futuros cidadãos estarão mais aptos a participar ativamente nos processos de planejamento e gestão urbana, defendendo seus direitos e contribuindo para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. Para o público em geral, a experiência ressalta a importância de desmistificar o planejamento urbano, tornando-o mais acessível e compreensível, e de incentivar a reflexão sobre as escolhas que moldam o espaço em que vivemos. A simulação, portanto, serve como um catalisador para o desenvolvimento de um olhar mais atento e engajado com a complexidade e as necessidades do ambiente urbano, fortalecendo o exercício da cidadania e a busca por cidades melhores para todos.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

Referências

HOLANDA, Frederico. *Arquitetura & cidade-mundo*. Barcelona: G. Gili, 2009.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM AMBIENTES RESIDENCIAIS E INDUSTRIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIAS TÉCNICAS.

Autor 1: Bianca Faria, Emily Amaral, Ma Eduarda Ramos, Ma Eduarda Veloso, Pedro Cesar, Ranúbia Alves, Rute Viana

1 Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPmoc Afya

2 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPmoc Afya

Introdução

A visita técnica tem como objetivo explorar práticas sustentáveis aplicadas em diferentes contextos, tanto no ambiente residencial quanto no industrial. A experiência permite compreender como indivíduos e empresas estão implementando soluções ecológicas para minimizar impactos ambientais e promover o uso consciente dos recursos naturais. O primeiro local visitado é uma residência onde o morador adota diversas estratégias sustentáveis, como a separação correta dos resíduos, a captação e reutilização da água do banho e da água excedente de seu vizinho, além do uso de placas solares para a geração de energia e aquecimento da água. Essas iniciativas demonstram como práticas simples podem contribuir significativamente para a redução do consumo de recursos naturais e da pegada ecológica. Na sequência, visitamos uma indústria especializada na reciclagem de vidro. A empresa trabalha diretamente com a reutilização de frascos de insulina da Novo Nordisk, transformando-os novamente em matéria-prima, como a conversão do vidro em areia. Esse processo industrial evidencia a importância da economia circular e da responsabilidade ambiental na cadeia produtiva, reduzindo desperdícios e promovendo a reutilização eficiente dos materiais. Dessa forma, essa experiência proporciona um olhar amplo sobre a sustentabilidade, destacando tanto as ações individuais quanto as práticas industriais que podem ser adotadas para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Material e Métodos

A visita técnica ocorre em dois locais distintos: uma residência com práticas sustentáveis e uma indústria de reciclagem de vidro. Os sujeitos envolvidos na atividade incluem estudantes, professores e profissionais das respectivas áreas visitadas. A metodologia utilizada consiste na observação direta das práticas adotadas nos locais, entrevistas com os responsáveis e análise dos processos implementados. As técnicas pedagógicas empregadas durante a visita incluem a aprendizagem baseada na experiência, onde os participantes podem visualizar na prática os conceitos estudados em sala de aula, e a discussão interativa, promovendo questionamentos e reflexões sobre as medidas sustentáveis observadas. Foram utilizados materiais audiovisuais para documentar as visitas, facilitando o registro das informações e a reflexão posterior sobre os dados coletados.

Desenvolvimento

Na residência visitada, observamos que pequenas atitudes sustentáveis geram grande impacto ambiental. O morador implementa técnicas simples, como o reaproveitamento de água, o uso de energia solar e a separação correta dos resíduos, tornando-se um exemplo de como a sustentabilidade pode ser incorporada ao cotidiano de forma acessível e eficaz. Já na indústria de reciclagem de vidro, verificamos um processo altamente eficiente de reaproveitamento de materiais. A transformação de frascos de insulina em novos produtos demonstra a importância da economia circular, onde os resíduos voltam à cadeia produtiva, reduzindo a necessidade de extração de novos recursos naturais.

Reflexão Crítica e Marco Teórico

A experiência da visita técnica reforça princípios fundamentais da sustentabilidade e da economia circular, conceitos amplamente discutidos por autores como Sachs (2002), que destaca a necessidade de um desenvolvimento que equilibre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. A prática na residência ilustra a teoria da ecologia urbana de McDonough e Braungart (2002), que propõem soluções sustentáveis acessíveis para as populações. Por outro lado, a indústria visitada se alinha aos princípios do Relatório Brundtland (1987), que enfatiza a necessidade de modelos de produção e consumo que não comprometam os recursos para as futuras gerações. A reciclagem de vidro exemplifica o conceito de ciclo fechado, onde materiais são continuamente reaproveitados sem perda significativa de qualidade.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A visita técnica permite uma compreensão mais ampla sobre a sustentabilidade em diferentes contextos. As observações realizadas evidenciam que tanto indivíduos quanto empresas adotam medidas sustentáveis eficazes, reduzindo impactos ambientais e promovendo um uso mais racional dos recursos naturais. As experiências relatadas reforçam a importância da educação ambiental e da conscientização para mudanças de comportamento. O contato direto com essas práticas é fundamental para consolidar conhecimentos teóricos e ampliar a percepção sobre a viabilidade e necessidade de ações sustentáveis no dia a dia. O objetivo da visita é plenamente atingido, proporcionando um aprendizado significativo e a reflexão sobre a sustentabilidade como fator essencial para o futuro.

Agradecimentos

Nossa gratidão às instituições que tornaram esta visita técnica possível, proporcionando apoio logístico e acadêmico. A empresa de reciclagem de vidro pela disponibilidade e receptividade durante a visita, compartilhando informações valiosas sobre seu processo produtivo e suas iniciativas sustentáveis.

Referências

BRUNDTLAND, G. H. Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

MCDONOUGH, W.; BRAUNGART, M. Cradle to Cradle: Remaking the Way we Make Things. North Point Press, 2002.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.



Figura 1. "Registro da visita técnica a ambientes comprometidos com a sustentabilidade, destacando práticas ecológicas em residências e processos industriais de reciclagem. A experiência reforça a importância da conscientização ambiental e da adoção de soluções sustentáveis para a preservação dos recursos naturais.

COMO O LETRAMENTO URBANO E A MAQUETE AFETIVA COLABORAM PARA A TRANSFORMAÇÃO URBANA.

Dara Gabriely Mendes Ferreira ¹; Isadora Colares Batista de Moura¹; Larissa Gabrielly Cruz¹; Leticia Gabrielly Silva Barbosa Santos ¹; Gustavo Souza Santos ².

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya.

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc Afya

Introdução

O conceito de letramento urbano refere-se à capacidade de compreender os elementos construídos nas cidades e reconhecer seu significado histórico, social e funcional. Sendo o bairro a unidade mínima de urbanização e nele estando a principal função social de viver, trabalhar e interagir, o conceito apresentado torna-se imprescindível para o desenvolvimento de um ambiente que atenda às necessidades dos usuários. A partir disso, o objetivo do projeto é entender as demandas de quem habita e frequenta o bairro Melo, na cidade de Montes Claros, e propor intervenções que promovam o bem-estar urbano.

Metodologia

A fim de entender as reais necessidades de quem frequenta o bairro, o objetivo maior da pesquisa foi escutá-los. Compreender a rotina deles, suas dificuldades com relação ao espaço em que moram e o que propõe para sanar esses problemas. Sendo assim, os estudantes fizeram uma busca acerca de qual local seria mais viável para fazer as entrevistas, onde que a maioria dos moradores se encontram. Depois de obterem os resultados, os alunos do curso de arquitetura e urbanismo fariam uma maquete destacando os principais pontos apontados pelos entrevistados, criando, assim, uma espécie de “bairro utópico”.

Desenvolvimento Primeiramente, foi realizada uma observação do bairro para que os alunos desenvolvessem um pensamento próprio de “observadores”. O que seria isso? Entenderem como as pessoas que só passam pelos espaços veem aquele local. A percepção de quem não tem tanto contato com o bairro é distinta de quem está por ali todos os dias, logo, os alunos entenderam a importância de ter esses dois pontos de vista. Após essa etapa, as entrevistas foram realizadas, tanto pessoalmente quanto por mensagens enviadas pelo grupo de mensagens entre os moradores. As perguntas foram baseadas em como as pessoas que residem no Melo enxergam o bairro. A maioria das respostas relacionadas aos pontos positivos são sobre proximidade de comércio, saúde, educação e lazer. Porém, questionaram muito alguns equipamentos urbanos. A segurança está a desejar para eles, o trânsito tornou-se um dos maiores causadores de preocupação após as mudanças das vias. Além disso, novos bares vêm incomodando os moradores com o barulho e alto fluxo de pessoas. Outro fator importante é a mobilidade das pessoas. Cidadãos com limitações têm dificuldades de circular pelo bairro a pé devido às calçadas que não estão sendo cuidadas. Por fim, o desenvolvimento da maquete representando os principais pontos a serem melhorados no bairro foi realizado para que as pessoas possam ter um maior afeto com relação a essas mudanças. Um objeto que possa ser, além de visto, tocado, faz com que os espectadores vejam e compreendam como essas mudanças podem favorecer tanto os moradores do bairro quanto os cidadãos da cidade.

Considerações finais Portanto, entende-se que a participação de pessoas que têm contato com os problemas citados a respeito de um espaço, no caso, o bairro Melo, é imprescindível para que haja soluções eficazes. Compreender os benefícios que pequenas mudanças de hábitos podem trazer a toda população, uma simples observação revela como as necessidades dos moradores e frequentadores deste local podem ser atendidas. Além disso, o envolvimento direto da comunidade durante o projeto possibilitou aos estudantes uma vivência prática que vai além dos muros da universidade. Ouvir os relatos e analisar os espaços urbanos com um olhar técnico e empático trouxe à tona questões fundamentais para o exercício da arquitetura e urbanismo comprometido com a qualidade de vida e a justiça social. O projeto também fortaleceu a ideia de que o letramento urbano não é apenas uma competência técnica, mas também um processo coletivo de construção de conhecimento sobre a cidade. Outro ponto relevante do projeto foi a valorização da escuta ativa e do diálogo. As soluções propostas não surgiram de uma visão isolada, mas da interação entre diferentes perspectivas. Os moradores apontaram, por exemplo, a importância de preservar áreas verdes e ampliar espaços de lazer seguros para crianças e idosos, além de sugerirem a criação de campanhas educativas sobre o uso consciente dos espaços públicos e da vizinhança. Essas ideias, muitas vezes simples, mostram-se eficazes quando inseridas em um plano urbano participativo e viável. A representação dessas propostas por meio da maquete foi essencial para concretizar visualmente os desejos da comunidade. Mais do que um produto final, a maquete funcionou como uma ferramenta de sensibilização, permitindo que os moradores se vissem no projeto, reconhecessem seus anseios materializados e pudessem imaginar um futuro diferente para o bairro Melo. A materialidade do modelo reforçou a ideia de que as transformações no espaço urbano são possíveis quando há escuta, colaboração e comprometimento. Por fim, o projeto de extensão científica cumpriu seu papel ao unir teoria e prática, promovendo o envolvimento acadêmico com a realidade local e mostrando que, através da educação, do diálogo e da arquitetura consciente, é possível caminhar para uma cidade mais inclusiva, acessível e equilibrada. Que o bairro Melo sirva de exemplo para outras localidades, e que os cidadãos possam cada vez mais se apropriar dos espaços urbanos com senso crítico e responsabilidade.

Referências

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Letramento urbano: um conceito para a compreensão do cotidiano das cidades*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 6, 2001. **LEFEBVRE, Henri.** *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. **FORTIN, Andressa Cristina Gonçalves; TOLEDO, Ana Gabriela Godinho Lima de.** *Maquete afetiva: percepção, afeto e cognição nos espaços da cidade*. In: Anais do Seminário Nacional A Produção do Espaço Urbano e Regional, 2016.



imagens do bairro e do local onde aconteceu as entrevistas

OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA CIDADE DE CAMPINAS.

CORRÊA, TÁCILA BRENDA RIBEIRO 1; FAGUNDES, Ana Cecília Teixeira Santos 1; SANTIAGO, Maria Clara Freitas 1; SANTIAGO, Maria Luiza Freitas 1; TEIXEIRA, Mariana Fernandes 2.

1 Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc

2 Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc

Introdução

O presente estudo tem como objeto de análise o processo de planejamento urbano e regional do município de Campinas, no estado de São Paulo. Entende-se o planejamento urbano como o conjunto de ações que visam ordenar e organizar o espaço urbano com foco no desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida da população. A cidade de Campinas, devido à sua relevância econômica, localização estratégica e crescimento acelerado, tornou-se um polo regional cuja estrutura urbana passou por diversas transformações. Diante disso, é possível compreender essa evolução a partir de um olhar crítico sobre os instrumentos legais, as políticas públicas e os impactos socioespaciais gerados por tal processo.

Métodos

A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica e análise documental, baseando-se em dados obtidos em fontes institucionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Campinas (2006) e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI). Também foram considerados documentos técnicos, legislação urbanística vigente e pesquisas acadêmicas. A partir dessa análise, buscou-se compreender a trajetória histórica do planejamento urbano de Campinas, suas estratégias e desafios contemporâneos.

Desenvolvimento

O desenvolvimento do estudo inicia-se com a contextualização histórica da cidade de Campinas, desde seu surgimento, vinculado às rotas dos tropeiros no século XVIII, até sua consolidação como cidade estratégica no interior paulista. A expansão da produção de cana-de-açúcar e, posteriormente, do café, promoveu um intenso processo de urbanização sem planejamento, resultando em ocupações espontâneas e desordenadas. O adensamento populacional e a chegada de imigrantes acentuaram ainda mais a necessidade de ordenamento territorial. Com o advento da industrialização e da chegada dos transportes ferroviários, Campinas passou por significativas alterações na estrutura urbana. Surgiram as vilas operárias, a modernização das vias e o deslocamento da população de baixa renda para regiões periféricas, caracterizando um processo de segregação socioespacial. O Plano de Melhoramentos Urbanos, elaborado por Prestes Maia, e as revisões posteriores nos anos de 1950, evidenciam as tentativas de reordenar o espaço urbano, priorizando, muitas vezes, os automóveis particulares em detrimento do transporte coletivo.

A criação do sistema de transporte InterCamp e a organização dos anéis viários buscavam amenizar os problemas de mobilidade, mas o crescimento urbano desordenado e a valorização do centro acabaram por agravar a desigualdade no acesso aos serviços urbanos. No contexto regional, a criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC) em 2000, composta por 20 municípios, tornou evidente a necessidade de um planejamento articulado e integrado entre as cidades vizinhas. As macrozonas definidas no Plano Diretor Estratégico (Lei Complementar nº 189/2018) refletem essa tentativa de estruturar o território de forma mais equilibrada, respeitando as áreas de relevância ambiental, zonas de expansão e regiões de adensamento populacional. Ainda é feito uma análise a respeito da importância das áreas verdes como elementos fundamentais para o equilíbrio ambiental, lazer e bem-estar da população. São citados espaços como o Lago do Café, a Pedreira do Chapadão, o Parque Portugal, o Bosque dos Jequitibás e o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, os quais integram o Plano Municipal do Verde e contribuem para a sustentabilidade urbana.

Considerações finais

Com base nas análises realizadas, verifica-se que Campinas consolidou-se como uma metrópole regional com forte influência econômica, científica e tecnológica. A cidade apresenta uma infraestrutura desenvolvida, localização estratégica e um polo de inovação e conhecimento representado por instituições como a UNICAMP e centros de pesquisa. Apesar dos avanços, o crescimento desordenado provocou sérios desafios urbanos, como déficit habitacional, assentamentos precários, congestionamento viário e ineficiência do transporte público. Estudos revelam que 8 a 10% da população vivem em favelas, e que o tempo médio de deslocamento por transporte coletivo ultrapassa 70 minutos diários. Tais problemas evidenciam a urgência de políticas públicas mais eficazes, que integrem desenvolvimento urbano com inclusão social. Portanto, conclui-se que, embora haja iniciativas relevantes como o Plano Diretor Estratégico, o Programa Nosso Centro, o Plano de Mobilidade Urbana e o Plano de Desenvolvimento Sustentável, ainda há carência na efetividade de sua aplicação. A superação desses desafios requer o fortalecimento da governança metropolitana, a ampliação da participação popular e o comprometimento com uma gestão territorial equitativa e sustentável.

Referências

- LUIZ, F.; GONÇALVES, P. Características da cidade de Campinas em relação a seu desempenho econômico, social e ambiental. Disponível em: <https://www.sustentarewipis.com.br/wp-content/uploads/artigos/2020/274685.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2025.
- PREFEITURA DE CAMPINAS. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo. Acesso em: 20 maio. 2025.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Acesso em: 20 maio 2025.
- ALMEIDA, J.; COSTA, P. Crescimento Urbano e Segregação Socioespacial: o caso de Campinas. Revista de Estudos Urbanos, v. 25, n. 3, p. 78-95, 2017.
- LEONELLI, G. C. V.; CAMPOS, E. F. R. Leis expansivas para a expansão urbana: Campinas sem limites. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, supl. 1, p. 36-48, 2018.
- URBANIDADES. Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2008/11/10/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>. Acesso em: 20 maio 2025.

CHRISTIANIA: AUTONOMIA, SUSTENTABILIDADE E DESAFIOS DE UMA COMUNIDADE ALTERNATIVA EM COPENHAGUE

GONTIJO, Ana Luiza Viana¹; BRAGA, Ana Júlia¹; TORRES, Arla Magalhães Fernandes¹; AGUIAR, Claudia Fernandes de Souza¹; COSTA¹, Larissa Gabriela Viana¹; DANTAS, Maria Lara de Oliveira¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²

¹Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

²Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução

Christiania, também conhecida como Freetown Christiania, é uma comunidade autônoma localizada em Copenhague, na Dinamarca, criada em 1971 no contexto do movimento contracultural europeu. Instalada em uma antiga base militar desativada, a comunidade surgiu como uma crítica prática aos modelos urbanos convencionais, às estruturas de poder centralizadas e à lógica capitalista dominante (Figura 1). Este trabalho tem como objetivo analisar Christiania como uma experiência urbana alternativa, com foco em três dimensões centrais: sua autonomia organizacional baseada na democracia direta, suas práticas sustentáveis voltadas à autossuficiência e os desafios estruturais e sociais que ameaçam a continuidade desse modelo. A análise busca compreender até que ponto Christiania representa uma alternativa viável ao urbanismo tradicional, refletindo sobre suas contradições e potencialidades como um experimento vivo de resistência e inovação comunitária.

Métodos

A metodologia adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados artigos acadêmicos, estudos de caso, publicações institucionais e fontes digitais confiáveis, como o portal do Danish Architecture Center, artigos da TU Delft e textos disponíveis na plataforma Academia.edu. Informações complementares foram obtidas em fontes como Wikipédia e reportagens da The Conversation, sempre com o cuidado de cruzar os dados para garantir a confiabilidade. A análise crítica fundamenta-se em conceitos como urbanismo alternativo, comunidades intencionais, sustentabilidade e governança colaborativa, visando compreender as múltiplas camadas que estruturam a experiência de Christiania.

Desenvolvimento

Christiania foi fundada como resposta à insatisfação social e política predominante na Europa nas décadas de 1960 e 1970. Seus fundadores buscavam construir uma forma de vida mais livre, igualitária e sustentável, rejeitando a propriedade privada, a hierarquia e o consumo desenfreado. Desde o início, a comunidade adotou um modelo de governança baseado na autonomia coletiva, onde as decisões são tomadas por consenso em assembleias abertas a todos os moradores (Figura 2). Essa estrutura horizontal é um dos pilares da experiência comunitária e permite que os habitantes se autogerenciem sem a intervenção direta do Estado. A sustentabilidade também se tornou um dos eixos centrais da prática cotidiana em Christiania. As construções são frequentemente feitas ou reformadas com materiais reciclados, há hortas urbanas comunitárias, incentiva-se o uso de energias renováveis, como a solar, e o transporte individual motorizado é amplamente restrito. Essa lógica ecológica reforça o compromisso com a autossuficiência e o respeito ao meio ambiente, em oposição ao modelo urbano convencional baseado em consumo, desperdício e dependência de infraestrutura centralizada. No entanto, a comunidade enfrenta uma série de desafios. Do ponto de vista jurídico, sua legalidade sempre foi frágil: por décadas, o governo dinamarquês tentou reintegrar a área ao domínio estatal. Apenas em 2011 foi firmado um acordo de regularização parcial, mas ainda com incertezas. Há também obstáculos econômicos, pois a ausência de um sistema de propriedade individual dificulta o acesso a crédito e investimentos. Além disso, o aumento do turismo e o comércio ilegal de drogas criaram tensões internas e externas, comprometendo os valores fundadores da comunidade. Esses elementos revelam os limites e contradições da autonomia comunitária diante de um sistema políticoeconômico dominante.

Apesar dessas dificuldades, Christiania continua sendo estudada por urbanistas, arquitetos e sociólogos como um laboratório de alternativas urbanas. Sua permanência por mais de cinco décadas, mesmo sob forte pressão externa, demonstra a força de suas

Práticas coletivas e a resiliência de sua proposta. Christiania se consolidou como símbolo de resistência à homogeneização urbana, abrindo espaço para pensar cidades mais inclusivas, sustentáveis e participativas (Figura 3).

Conclusão

Christiania representa uma das experiências urbanas mais emblemáticas de autonomia coletiva e sustentabilidade na Europa. Seus princípios de autogestão, democracia direta e vida comunitária desafiam a lógica tradicional de organização das cidades. Ao mesmo tempo, os desafios enfrentados — como a instabilidade jurídica, as tensões econômicas e os efeitos da mercantilização do espaço — evidenciam os limites de projetos alternativos dentro de sistemas hegemônicos. Ainda assim, Christiania permanece como uma referência viva para quem busca repensar os modos de habitar e construir o espaço urbano. Seu legado inspira debates sobre o direito à cidade, a autossuficiência ecológica e as possibilidades de existência fora das normas impostas pelo mercado e pelo Estado.



Figura 1. A entrada principal para a Freetown Christiania. Crédito da imagem: Ingus Kruklitis/Shutterstock



Figura 2. Christiania, Cidade Livre em Copenhagen, Dinamarca. COPENHAGUE, DINAMARCA: 26 DE DEZEMBRO DE 2014 - Christiania, também conhecida como Cidade Livre Christiania, é uma comuna autônoma auto proclamada no bairro de Christianshavn na capital dinamarquesa Copenhagen



Figura 1. **Green George**, criado pelo artista dinamarquês **Thomas Dambo**. Essa obra é uma instalação de arte feita de madeira reaproveitada e está localizada em **Freetown Christiania**, Copenhagen. A escultura tem um visual marcante e transmite uma mensagem sobre sustentabilidade e criatividade

Referências

- DAC. Christiania: From Hippie Colony to Alternative Community. Disponível em: <https://dac.dk/en/knowledgebase/architecture/christiania-fromhippie-colony-to-alternative-community/>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- Freetown Christiania – Wikipedia. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Freetown_Christiania. Acesso em: 17 mar. 2025.
- SPACE FOR URBAN ALTERNATIVES. Christiania 1971–2011. Disponível em: https://www.academia.edu/21137734/Space_for_Urban_Alternatives_Christiania_1971_2011. Acesso em: 17 mar. 2025.
- TU Delft. Christiania: The Alternative Neighbourhood. Disponível em: <https://repository.tudelft.nl/record/uuid:838f80f6-78cf-4a69-89ef-07c1fb3beddd>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- THE CONVERSATION. Degrowth and Christiania. Disponível em: <https://theconversation.com/degrowth-and-christiania-i-saw-how-copenhagenscollective-living-experiment-can-work-97621>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ARQUITETURA MEDIEVAL E SUA INFLUÊNCIA NA CATEDRAL Nº SRA. APARECIDA EM MONTES CLAROS- MG.

MOTA, Sofia Marques Gonçalves¹; MAIA, Maria Fernanda Mendes¹, BARBOSA, Micaela C.2

¹Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMOC

¹Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMOC

²Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMOC

Introdução

A Catedral Nossa Senhora de Aparecida da cidade de Montes Claros - MG, idealizada pelo padre arquiteto belga Jerônimo Lambin, obra iniciada em 1920, tendo sido finalizada em 29 de janeiro de 1950. Sendo um bem de valor agregado a cidade, considerada a Igreja-mãe da Arquidiocese de Montes Claros possui medidas protetivas por tombamento pelo Decreto n 1.761 de 28 de setembro de 1999 (BARBOSA, 2021). A arquitetura da Catedral adota predominantemente o estilo neogótico, porém incorpora também elementos característicos de outros períodos medievais, principalmente do estilo românico. Entre esses elementos, destacam-se as torres laterais, a torre central, as abóbadas de berço e os relevos presentes na ornamentação exterior, os quais remetem diretamente à tradição românica, com ênfase na verticalidade da edificação, a presença de rosácea, vitrais coloridos e relevos decorativos na parte externa (IBGE, 2015). O estudo buscou compreender a arquitetura medieval e sua influência na Catedral Nossa Senhora Aparecida, destacando quais elementos vem do estilo Românico e quais vem do Paleocristão e também do Gótico, cujo objetivo do estudo é analisar a arquitetura medieval e como ela influencia a arquitetura da Catedral Nº Sra. Ap. em Montes Claros-MG, assim como compreender quais estilo estão presentes na edificação.

Métodos

A elaboração deste trabalho baseou-se na aplicação de métodos de pesquisa qualitativa, com ênfase na historiografia, na iconografia e nos estudos de campo. O estudo buscou compreender a arquitetura medieval e sua influência na Catedral Nº Sra. de Aparecida em Montes Claros, destacando quais elementos são oriundos dos estilos paleocristão, românico e gótico. Inicia-se assim uma investigação historiográfica de fontes reconhecidas no campo da produção e análise de informação como o IBGE. Simultaneamente, foi realizada uma pesquisa iconográfica, com ênfase na análise de imagens da Catedral e do período medieval relevantes para a pesquisa. O objetivo era identificar características visuais da arquitetura da igreja que demonstrassem influência medieval. As imagens foram selecionadas com base na relevância histórica e disponibilidade em coleções digitais de fontes confiáveis. A análise é realizada de forma comparativa, identificando por meio de imagens características dos estilos paleocristão, românico e gótico na Catedral, a fim de evidenciar a influência desses estilos em sua construção.

Desenvolvimento

No início da década de 1920, como aponta Fulgêncio (2005), o Bispo Diocesano de Montes Claros, Dom João Antônio Pimenta, solicitou ao Padre Premonstratense Maurício Gaspar que solicitasse a sua ordem que indicasse um padre, também arquiteto, para iniciar a construção de uma nova catedral na cidade. Em janeiro de 1926, o Padre Maurício, em uma visita à Bélgica, solicitou a sua ordem o envio do padre arquiteto para a construção da nova igreja e, após três anos, o padre Jerônimo Lambin chegou ao Brasil e iniciou o projeto da catedral. Inicialmente, Jerônimo apresentou dois projetos ao Bispo Dom João Antônio, o qual o escolhido foi o segundo projeto apresentado que mostrava uma edificação mais grandiosa (BARBOSA, 2021). A Catedral, embora seja predominantemente classificada como exemplo de arquitetura neogótica (IBGE, 2015), incorpora também outros estilos arquitetônicos característicos do período medieval, com especial ênfase nos elementos de origem românica. A arquitetura medieval se desenvolveu durante a Idade Média na Europa, tendo seu início após a queda do Império Romano, em 476, e seu fim após a queda de Constantinopla em 1453. (Portobello, 2021) Segundo o Cardeal Orani João Tempesta (CNBB, 2023), “as Catedrais primeiramente são as Igrejas ‘mães’ das Dioceses, ou seja, a Igreja principal onde acontecem as principais celebrações feitas pelo Bispo Diocesano, como: as ordenações diaconais, presbiterais e episcopais, a Missa dos Santos Óleos na Semana Santa, dentre outras”. No que se refere às influências do período paleocristão (séc. II a séc. V), marcados pelo simbolismo, com cores planas e perfis bem marcados, tinham como principais temas Jesus Cristo e a cruz. Além dessas características presentes na edificação, destacam-se diversos elementos estruturais, tais como: o *batistério* (Fig.3), espaço destinado à realização do sacramento do batismo; a *ábside* (Fig. 1), localizada na extremidade posterior da catedral, geralmente utilizada como santuário; a *nave central* e as *naves laterais*, amplos corredores separados por colunatas; o *nártex*, entrada principal demarcada por um arco; as *colunatas*, séries de colunas que sustentam a cobertura; e a *arcada*, conjunto de arcos utilizado para separar a nave central dos corredores laterais. Na estrutura da Catedral, as colunas se repetem tanto na fachada principal, quanto em seu interior. Em relação ao estilo do bizantino, conforme Benevolo (1994) o qual foi desenvolvido na Roma Oriental após o reconhecimento do Cristianismo como religião oficial no ano 313 d.C, a Catedral não apresenta, de forma explícita, elementos característicos desse período. No entanto, é possível identificar certos elementos que podem ter tido influência ou inspiração bizantina, como, por exemplo, os vitrais ornamentados (Fig. 3) e as representações simbólicas presentes no altar.

Além do estilo gótico, o estilo românico, estilo que predominou na Europa durante os séculos XI e XIII, é o que mais se sobressai na arquitetura da Catedral, evidenciado por elementos como a torre central e as torres laterais (Fig. 4) — estruturas características desse estilo, tradicionalmente utilizadas com funções defensivas e simbólicas, mas que, no caso da Catedral, exercem apenas um papel decorativo. Destacam-se ainda os relevos e as ornamentações externas (Fig. 4), que, na tradição românica, serviam como meio de educação religiosa por meio de imagens. Outro elemento marcante é a abóbada de berço (Fig. 2), um tipo de cobertura de curvatura contínua e construção mais simples, amplamente empregada na arquitetura românica (BENEVOLO, 1994). No que se refere ao estilo gótico, o qual foi uma evolução do estilo românico por volta do século XII e expressão artística da Igreja Católica e das cidades medievais, estilo predominante na Catedral, destacam-se diversos elementos característicos desse estilo arquitetônico. Entre eles, a rosácea (Fig. 4), posicionada no centro da fachada principal, constitui um dos símbolos mais representativos do estilo, associada à elevação espiritual e à valorização da luz. Os vitrais coloridos (Fig. 1), com tonalidades intensas, reforçam o simbolismo religioso ao criar efeitos de luz e cor no interior do templo. As torres pontiagudas (Fig. 4), por sua vez, alinham-se ao ideal estético gótico de elevação, expressando a busca pelo divino. Destaca-se, sobretudo, o verticalismo da edificação (Fig. 4), uma vez que a arquitetura gótica enfatiza linhas verticais que conduzem o olhar para o alto, reforçando a espiritualidade por meio da monumentalidade das torres e da altura da estrutura (BENEVOLO, 1994).

Conclusão/ Considerações finais

Embora a Catedral Nossa Senhora Aparecida de Montes Claros apresente diversas características do estilo gótico, como o verticalismo acentuado, a presença de rosácea, vitrais coloridos e torres pontiagudas, sua cobertura interna não segue fielmente a estrutura das grandes catedrais góticas europeias. Em vez das tradicionais abóbadas de nervuras, típicas do gótico original, a Catedral utiliza uma abóbada de berço, com curvatura contínua e sem cruzamentos de arcos. Esse tipo de cobertura, mais simples e estruturada, remete a soluções comuns no estilo românico e em adaptações do neogótico feitas no século XX. Ainda assim, a altura do teto e a disposição interna contribuem para criar um ambiente de elevação espiritual, mantendo a essência simbólica da arquitetura gótica, mesmo com adaptações técnicas e estilísticas.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BARBOSA, Micaela Cardoso. Paisagem urbana e patrimônio histórico arquitetônico na área central de Montes Claros-MG. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), 2021.
- IBGE. *Catedral de Nossa Senhora Aparecida: Montes Claros, MG*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=445248&view=detalhes>. Acesso em: 19 maio 2025
- FULGÊNCIO, Dimas Lúcio. *Uma Catedral Para Montes Claros: Tocando em mitos, revendo atos e boatos*. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, v. 1, n. 1, p. 104–107, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/5857>. Acesso em: 19 maio 2025.
- PORTOBELLO, Archtrends. *Arquitetura medieval: construções religiosas e monumentais*. Disponível em: <https://blog.archtrends.com/arquitetura-medieval/>. Acesso em: 20 maio 2025.
- CNBB. *O significado de uma catedral e o seu simbolismo*. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/o-significado-de-uma-catedral-e-o-seu-simbolismo/>. Acesso em: 20 maio 2025.



Figura 1. Ábside e Vitrais coloridos no interior da Catedral.

Fonte: Próprios autores, 2025



Figura 2. Abóbodas de berço

Fonte: https://www.instagram.com/share/_n6fav_KP



Figura 3. Batistério, Vitrais Ornamentados

Fonte: https://www.instagram.com/share/_n6fav_KP

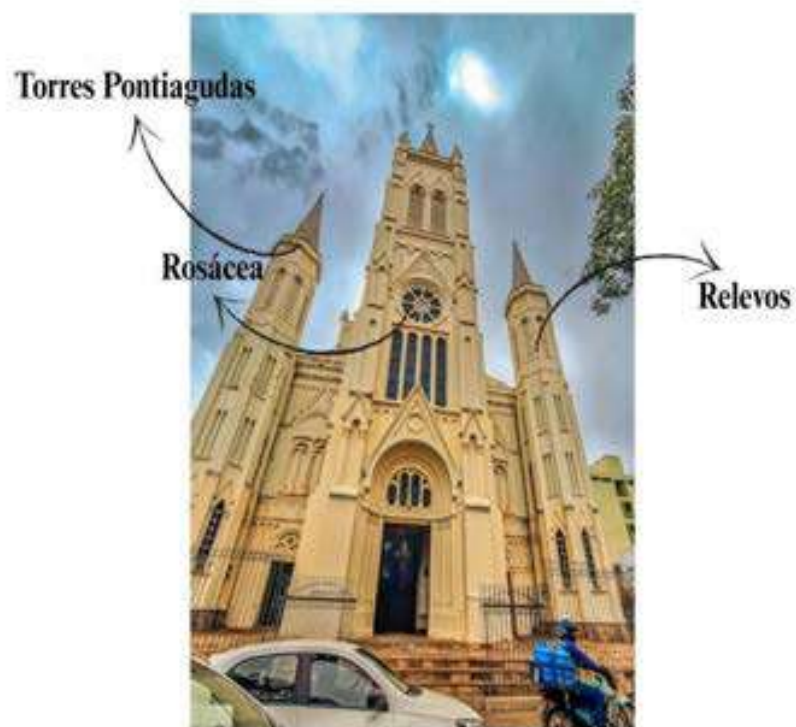


Figura 4. Torre central e torres laterais, Relevos e ornamentações externas, rosácea, torres pontiagudas e verticalismo.

Fonte: https://www.instagram.com/share/_n6fav_KP

ANÁLISE TÉCNICA DA ILUMINAÇÃO APLICADA À ARQUITETURA DE INTERIORES

GOMES, Jenniffer 1; RODRIGUES Julia¹; LIMA, Maria Luísa 1; ALCÂNTARA, Paula².

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.

² Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

Introdução

A iluminação é um dos elementos mais importantes em um projeto de arquitetura e design de interiores. Dessa forma, durante uma visita técnica realizada na loja de iluminação LuzMoc dirigida por Clara Santos, foi possível aprofundar conhecimentos práticos e técnicos sobre os diferentes tipos de luz e suas aplicações nos projetos arquitetônicos. A experiência possibilitou que aprofundamos os conhecimentos a respeito de tipologias de iluminação e os lugares em que poderiam ser melhor aplicadas. Desse modo, a visita contribuiu significativamente para a compreensão da importância da luz como recurso funcional e estético nos espaços arquitetônicos.

Metodologia

A visita técnica foi conduzida por Clara Santos, a proprietária da loja. A metodologia começou com exposição oral, seguida da apresentação do catálogo da loja com exemplares de luminárias que são aplicáveis ao cotidiano da arquitetura de interiores. Além da observação dos produtos, também foi apresentado uma caderneta com as informações mais importantes na hora de fazer um projeto luminotécnico, que ao final foi distribuído para que levássemos para casa. As explicações da profissional foram complementadas por um tour pela loja apresentando as tipologias de luminárias que eles tinham presencialmente na loja. Por fim a loja preparou um lanche para os estudantes.

Desenvolvimento

A experiência foi muito importante para a ampliação dos conhecimentos dos alunos sobre iluminação disponibilizando materiais práticos e a experiência de uma profissional que já faz parte do mercado, que forneceu conhecimentos acerca do tema. Um dos conhecimentos mais valiosos passado para os estudantes foi que a iluminação é muito importante para as pessoas que utilizam o espaço, já que podem influenciar no bem estar, no sono e na produtividade das mesmas. Ademais, um bom projeto sabe valorizar detalhes e do projeto que enriquecem um ambiente. Durante a exposição oral, foram explicados os diferentes tipos de iluminação: podendo ser difusa, de foco ou indireta. A difusa distribui luz de forma uniforme, ideal para ambientes de trabalho. A de foco destaca elementos específicos, com lâmpadas adequadas à altura do espaço. A indireta reflete a luz em superfícies, criando um efeito decorativo e confortável. Do mesmo modo a temperatura da cor influencia a sensação do ambiente: tons quentes (2700K a 3000K) são aconchegantes, enquanto os frios (acima de 5000K) são mais estimulantes, por isso escolher a temperatura certa para o ambiente em que está projetando também é de suma importância. As fitas de LED são versáteis e variam em potência conforme o efeito desejado. Existem modelos com LEDs mais espaçados, geralmente encontrados na internet, que podem ficar aparentes dependendo do tipo de perfil utilizado. Recentemente, surgiram no mercado fitas de LED contínuas, com emissão uniforme de luz e funcionamento direto em 127V, dispensando o uso de fonte externa. Essa característica representa uma vantagem estética, pois evita a necessidade de esconder a fonte, contribuindo para um acabamento mais limpo e discreto no ambiente.

Considerações finais

A visita técnica à loja Clara Santos proporcionou uma experiência rica em informações práticas sobre luminotécnica aplicada à arquitetura. Através do contato com diferentes tipos de luminárias e aplicações, foi possível compreender a importância da iluminação na valorização dos projetos e na criação de atmosferas adequadas ao uso de cada ambiente. A luz, quando bem planejada, e executada transforma espaços e contribui significativamente para o bem-estar dos usuários.

Agradecimentos

Agradecemos a demonstração e explicação da proprietária da loja, Clara Santos, aos colaboradores do Centro Universitário FIPMoc e a professora Paula Alcântara.

Resumo oriundo da visita técnica de Arquitetura de Interiores Residencial da UNIFIPMoc/Afya

Referências

SANTOS, Clara. Visita técnica à loja LuzMoc. Palestra realizada em 13/05/2025, na cidade de Montes Claros organizada para estudantes de arquitetura e urbanismo.



Figura 1 – Exemplos de luminárias disponíveis presencialmente na loja.



Figura 2 –Exposição oral da Clara Santos.



Figura 3 –Caderneta “Manual Básico de iluminação por Clara Santos”.
Todas as fotos são provenientes de acervo pessoal e de colegas de sala.

ILUMINAÇÃO APLICADA EM PROJETOS DE INTERIORES E TECNOLOGIAS RESIDENCIAIS: RELATO DE VISITAS TÉCNICAS

Maria Eduarda de Azevedo Silva ¹; Maria Eduarda Nalin ¹; Paula de Lima Souza Alcântara².

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afy)

² Professor(a) do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afy)

Introdução

As visitas técnicas realizadas no município de Montes Claros – MG possibilitaram a ampliação dos conhecimentos práticos nas áreas de iluminação e automação residencial, temas fundamentais para o exercício da Arquitetura e Urbanismo contemporâneos. A primeira visita foi realizada na loja Luzmoc, especializada em soluções luminotécnicas, e teve como foco o entendimento técnico e funcional dos diversos tipos de lâmpadas e luminárias disponíveis no mercado. Já a segunda visita foi feita a residências no Condomínio Serra do Mel, com o objetivo de observar, na prática, aplicações de automação e integração espacial em arquitetura residencial. Ambas as experiências reforçaram a importância da articulação entre teoria e prática no processo formativo, ao permitir que os acadêmicos interagissem com soluções reais de projeto, execução e inovação tecnológica, tanto em escala comercial quanto residencial.

Métodos

A primeira atividade ocorreu na loja Luzmoc e foi conduzida por Maria Clara, representante da segunda geração de administradores da empresa. A visita teve como principal objetivo ampliar o conhecimento dos estudantes sobre recursos luminotécnicos, enfatizando características técnicas como temperatura de cor, potência, difusão luminosa e adequação a diferentes alturas de pé-direito. Durante a explanação, os alunos foram apresentados a tipos diversos de lâmpadas e luminárias, como as do tipo “pardinha”, spots LED, mini spots, modelos embutidos e fita de LED 127V — esta última uma inovação que elimina a necessidade de fonte externa, facilitando a instalação. Também foram discutidas classificações importantes para a prática de projeto: spot de embutir (denominação genérica), luminária embutida (termo técnico), *downlight* (comum em catálogos técnicos), mini spot (foco pequeno e discreto), spot LED (tecnologia eficiente e comum atualmente) e spot recuado (minimiza ofuscamento por recuo da fonte de luz). A segunda visita foi realizada na residência do senhor Sebastião, no Condomínio Serra do Mel. A casa apresenta elevado nível de automação, com integração de sistemas comandados por assistente virtual (Alexa), controlando iluminação, climatização, som ambiente e equipamentos externos como a cascata da piscina. O projeto arquitetônico valoriza a integração espacial, com ambientes como salas, cozinha e área gourmet conectados por portas de vidro deslizantes. No nível inferior da casa, encontram-se academia, garagem, banheiros e sistemas técnicos, como o de remoção de calcário da água. A ala íntima, composta por suítes automatizadas, é acessada por corredor com iluminação embutida no rodapé. O grupo também conheceu uma segunda residência com automação parcial, possibilitando comparação entre diferentes níveis de aplicação da tecnologia. Ambas as visitas foram acompanhadas por profissionais que esclareceram a importância do planejamento técnico desde o início da obra, especialmente para garantir a integração eficaz entre sistemas.

Durante a visita, os alunos observaram a variedade de luminárias disponíveis no espaço expositivo da loja (Fig. 1), incluindo peças decorativas no estilo boho-chic, utilizadas para composições mais afetivas e artísticas em projetos de interiores. A explanação inicial foi conduzida por Maria Clara (Fig. 2), que apresentou tipos de lâmpadas, potências, tonalidades e usos recomendados de acordo com o pé-direito dos ambientes. Em seguida, ela conduziu os participantes em um tour pela loja (Fig. 3), destacando o funcionamento e a aplicação prática de diversos modelos. Um dos destaques foi uma luminária de mesa em formato de borboleta, usada com frequência em projetos de quartos infantis e ambientes íntimos (Fig. 4). Também foi possível observar uma ampla variedade de luminárias organizadas de forma didática (Fig. 5), auxiliando na compreensão da diversidade de soluções disponíveis.

Desenvolvimento

A visita à loja Luzmoc foi especialmente relevante para a compreensão do papel da luz artificial como ferramenta de valorização estética e funcional dos ambientes. Observou-se que a escolha da luminária deve considerar não apenas seu design, mas também sua eficiência, difusão, cor da luz e interação com os materiais do ambiente. A fita de LED 127V, por exemplo, foi destacada por sua facilidade de instalação e estética mais “limpa”, ideal para perfis de gesso ou madeira em projetos minimalistas. Os estudantes também puderam visualizar como o uso correto da iluminação pode realçar texturas, destacar elementos arquitetônicos e contribuir para o conforto visual e emocional dos usuários. Essa perspectiva reforça a ideia de que a luz é um elemento projetual e não apenas técnico, devendo ser pensada desde as etapas iniciais do projeto. A aplicação prática do conceito de atmosfera, como abordado por Zumthor (2010), se materializou nas discussões, revelando a luz como vetor de experiência sensorial e narrativa espacial. A residência visitada demonstrou como a tecnologia aplicada à arquitetura pode ampliar o conforto, a segurança e a eficiência energética. A automação completa dos sistemas, integrando comandos de voz à iluminação, climatização, som e piscina, exige um projeto técnico preciso e compatibilizado com a arquitetura. A organização espacial da casa, com pé-direito duplo, integração visual e fluidez entre ambientes, favorece tanto a funcionalidade quanto a estética contemporânea. A brinquedoteca climatizada, a piscina com cascata ativada por comando de voz, e o uso de revestimentos nobres evidenciam a busca por uma arquitetura funcional, confortável e sofisticada. A visita técnica permitiu ainda discutir os limites entre acessibilidade tecnológica e realidade orçamentária, já que a segunda residência, com automação parcial, evidenciou um modelo mais enxuto, mas ainda eficiente, de aplicação de recursos tecnológicos. Na residência do Condomínio Serra do Mel, os participantes puderam analisar aspectos da arquitetura e do paisagismo ainda na área externa, como mostrado na fachada da casa (Fig. 6) e no paisagismo adjacente (Fig. 7).

Internamente, os sistemas de automação foram apresentados, incluindo o gabinete de cabeamento estruturado da residência (Fig. 8), que abriga os dispositivos responsáveis por conectar internet, som, iluminação e climatização a um sistema central inteligente.

Conclusão/ Considerações finais

As visitas técnicas realizadas foram extremamente enriquecedoras para o processo de formação acadêmica, promovendo a compreensão prática de temas abordados em sala de aula. A iluminação, tratada como elemento central de composição e funcionalidade, e a automação, enquanto recurso técnico em constante evolução, mostraram-se essenciais para a atuação do arquiteto em contextos diversos. O contato com profissionais e experiências reais permitiu aos estudantes refletirem sobre a importância do detalhamento técnico, da compatibilização de sistemas e da sensibilidade projetual. Além disso, a comparação entre diferentes padrões de automação possibilitou compreender as possibilidades de adaptação da tecnologia às necessidades e realidades dos usuários. A integração entre teoria, prática e inovação fortalece a capacidade crítica dos futuros profissionais e amplia sua visão sobre os desafios contemporâneos da arquitetura.

Agradecimentos

Agradecemos à loja Luzmoc, à proprietária Maria Clara, ao senhor Sebastião e aos profissionais envolvidos pelas contribuições e acolhimento durante as visitas, que possibilitaram o enriquecimento da formação técnica e sensível dos estudantes.

Resumo oriundo de atividades de Arquitetura de Interiores Residencial e Fundamentos do Paisagismo da UNIFIPMoc/Afya

Referências

ZUMTHOR, Peter. Atmosferas: ambientes arquitetônicos. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2010.



Figura 1. Conjunto de luminárias decorativas no estilo boho-chic, expostas na loja Luzmoc.

Figura 2. Maria Clara, proprietária da loja, apresentando os diferentes tipos de lâmpadas aos alunos.

Figura 3. Tour guiado pela loja com explicação prática sobre luminárias e suas aplicações.



Figura 4. Luminária de mesa em formato de borboleta, com foco decorativo para ambientes íntimos.



Figura 5. Exposição organizada de modelos de luminárias disponíveis na loja.



Figura 6. Fachada da residência no Condomínio Serra do Mel, observada durante a visita técnica.



Figura 7. Paisagismo externo da residência, integrando vegetação ao espaço arquitetônico.



Figura 8. Gabinete de cabeamento estruturado com sistemas de rede e automação da casa.

FUNDAMENTOS PARA UM PROJETO E DIMENSIONAMENTO TÉCNICO NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA

OLIVEIRA, Alanna Amaral de¹; FERREIRA, Ionah Paula Lino²; SILVA, Isaque Ferreira de Oliveira e³; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do⁴.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

³ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

⁴ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução

O sistema de água fria em edificações precisa ser projetado e dimensionado com precisão a fim de garantir o conforto dos usuários e o desempenho efetivo das instalações. Com base nos critérios estabelecidos pela NBR 5626/1998, é possível desenvolver um sistema seguro, eficiente e durável. Entre os principais aspectos do projeto, sobressaem-se o dimensionamento técnico apropriado, a seleção adequada de materiais e a participação de profissionais capacitados, que asseguram o cumprimento das normas técnicas vigentes. A atuação desses profissionais é imprescindível para interpretar corretamente as exigências normativas e aplicar os conhecimentos técnicos de forma compatível ao desenvolvimento do projeto. O dimensionamento deve considerar o consumo diário, que é determinado pelo número de usuários e pelo tipo de utilização da edificação. Essas informações são cruciais para a definição do volume dos reservatórios, dos diâmetros das tubulações e do tipo de sistema mais adequado, seja ele direto, indireto ou misto. Um dimensionamento inadequado pode levar a óbices como desabastecimento, ruídos na rede, vazamentos e desperdício de água. Portanto, recomenda-se prever uma reserva que atenda ao consumo por, pelo menos, dois dias, podendo ser distribuída de maneira que 60% seja armazenado no reservatório inferior e 40% no superior. Além disso, a escolha dos materiais deve ser feita com base na pressão do sistema e na durabilidade esperada, com a seleção de tubos de PVC, cobre, ferro fundido ou aço galvanizado, de acordo com as necessidades específicas da instalação. O uso de materiais inadequados pode resultar em problemas mais graves, como a contaminação da água por substâncias ou a necessidade de manutenção frequente. O projeto também deve incluir representações gráficas, como plantas técnicas e diagramas isométricos, além de um memorial descritivo com justificativas baseadas nas normas, cálculos e a especificação de materiais a serem utilizados. Esses projetos são essenciais para garantir a execução efetiva e adequada da obra, com o fito de evitar modificações improvisadas ou inapropriadas durante a construção. Em casos de reformas em edificações existentes, é essencial realizar levantamentos in loco e a produção de croquis técnicos para registrar as condições reais da instalação e variáveis arquitetônicas. Essas representações auxiliam na identificação de interferências e na proposta de soluções viáveis e seguras, respeitando as normas e a infraestrutura pré-existente. Abaixo, incluímos como exemplo os croquis desenvolvidos durante as etapas iniciais deste trabalho (ver Imagem 1). Considerar o dimensionamento, a seleção dos materiais e a atuação de profissionais habilitados desde as fases iniciais do projeto é fundamental para assegurar um sistema de água fria funcional, seguro e efetivo, contribuindo, dessa maneira, para o bem-estar dos usuários e prevenindo falhas futuras no sistema hidráulico.

Métodos

O dimensionamento do sistema de água fria deve ser realizado com base nos parâmetros normativos estabelecidos pela NBR 5626/1998, considerando o número de usuários e o tipo de utilização da edificação. A análise do consumo diário é essencial para determinar a capacidade dos reservatórios e os diâmetros das tubulações. A seleção dos materiais deve ser feita de acordo com as exigências de pressão e durabilidade do sistema, optando por materiais como PVC, cobre, ferro fundido ou aço galvanizado. O projeto deve incluir representações gráficas, como plantas e diagramas, além de um memorial descritivo detalhado. A elaboração desses documentos visa garantir a execução correta do projeto e evitar modificações não planejadas durante a construção.

Desenvolvimento

O sistema de água fria em uma edificação, quando planejado coerentemente, proporciona, além de conforto para os usuários, contribui para a eficiência e sustentabilidade da construção. O dimensionamento técnico é um processo indispensável, pois define o volume de água necessário para atender à demanda da edificação, garantindo que o sistema funcione corretamente. A seleção dos materiais também é um fator crucial para garantir a durabilidade e eficiência do sistema, uma vez que materiais inadequados podem comprometer a qualidade da água e a integridade da instalação. A elaboração do projeto deve contemplar todas as variáveis envolvidas, incluindo as representações gráficas e o memorial descritivo, a fim de assegurar a execução conforme o planejado. O uso de imagens dos projetos, como plantas e diagramas isométricos, é uma ferramenta importante na comunicação técnica, permitindo que todos os colaboradores compreendam claramente a proposta de execução. Abaixo, apresentamos exemplos dessas representações gráficas utilizadas neste projeto (ver Imagem 2).

Conclusão/Considerações finais

Em suma, o planejamento adequado do sistema de água fria é fundamental para assegurar o desempenho efetivo das instalações hidráulicas na construção civil. O correto dimensionamento, aliado à escolha de materiais adequados e à elaboração de um projeto detalhado, assegura a funcionalidade, segurança e durabilidade do sistema. O cumprimento das normas estabelecidas pela NBR 5626/1998 é indispensável para evitar falhas no sistema hidráulico, garantindo o conforto dos usuários ao longo do tempo e contribuindo para a sustentabilidade da construção.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio da UNIFIPMoc/Afya pela oportunidade de realizar este estudo, bem como ao professor orientador pela valiosa contribuição na elaboração do projeto.

Imagem 01:

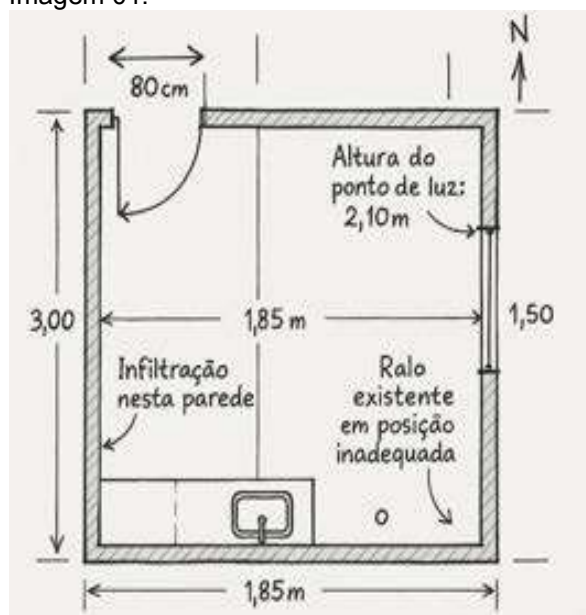


Imagem 02



LEGENDA: Imagem 01: Croqui técnico do levantamento in loco da cozinha existente. Imagem 02: Representações gráficas do projeto com planta e diagrama isométrico.

Palavras-Chave

Instalações hidráulicas, água fria, projeto técnico, materiais, consumo diário, NBR 5626.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001. 386 p.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente nos municípios e para as unidades da federação brasileira com data de referência em 1º de julho de 2016**. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.

JEOLAS, L. S.; KORDES, H. **Percursos acelerados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito.** Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 16, n. 34, dez. 2010.

MORETO, A. L. **Estimação dos componentes da variância fenotípica em feijoeiro utilizando método genealógico.** 2005. 76 p. (Curso de Pós-Graduação em Genética e Melhoramento de Plantas) – UFLA, Lavras, 2005.

PORTO, E. M. V. et al. **Produção de biomassa de cultivares do capim buffel submetidos à adubação nitrogenada.** Revista Unimontes Científica, Montes Claros, v. 19, n. 1, jan./jun. 2017.

Resumo oriundo de atividades de Instalações Hidrossanitárias da UNIFIPMoc/Afya

A EVOLUÇÃO URBANA ENTRE O RENASCIMENTO E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO DE CIDADES

OLIVEIRA, Alanna Amaral de¹; FERREIRA, Ionah Paula Lino²; SILVA, Isaque Ferreira de Oliveira e³; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do⁴.

¹ Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

³ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

⁴ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução

A construção histórica das cidades é marcada por transformações profundas nos aspectos sociais, culturais, econômicos e espaciais, refletindo diretamente nas formas de ocupação urbana. Este relato de experiência, desenvolvido a partir das atividades na disciplina de Legislação Urbana, propõe-se a analisar o desenvolvimento urbano entre os períodos do Renascimento e da Revolução Industrial, destacando suas contribuições ao planejamento e à organização das cidades. O objetivo é compreender, por meio de estudo histórico e crítico, como esses dois momentos influenciaram a construção de conceitos fundamentais do urbanismo moderno, com ênfase nas normas sanitárias e na reconfiguração dos espaços urbanos.

Métodos

O presente relato foi desenvolvido a partir de uma proposta didático-pedagógica inserida no contexto da disciplina de Legislação Urbana, com foco na análise histórica da formação das cidades. O projeto possui caráter educacional, voltado para acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo, tendo sido realizado durante o primeiro semestre de 2024. O objetivo principal da ação foi proporcionar uma compreensão crítica e fundamentada sobre os processos de urbanização, incentivando o pensamento reflexivo quanto à evolução do espaço urbano. Como estratégia, foram realizados seminários, leituras dirigidas, rodas de discussão e produção de sínteses críticas a partir de textos base. A participação dos estudantes foi ativa, por meio de debates e apresentação de trabalhos. A relevância do projeto se destaca por promover a interdisciplinaridade entre história, arquitetura e legislação. A avaliação se deu por meio de observações diretas, participação nas atividades e análise dos textos produzidos, o que permitiu aferir o envolvimento e a apropriação do conteúdo por parte dos estudantes.

Desenvolvimento

Durante o Renascimento, entre os séculos XV e XVI, houve uma retomada dos princípios da antiguidade clássica, como a harmonia, a simetria e a valorização do espaço público. Arquitetos como Alberti e Palladio foram protagonistas desse processo, propondo a organização racional das cidades, com áreas distintas para moradia, comércio e religião. Cidades como Florença e Veneza tornaram-se referências de intervenções urbanas pautadas na estética e na funcionalidade. Já a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, promoveu um crescimento urbano desordenado, marcado pela migração em massa para os centros urbanos, carência de infraestrutura e graves problemas sanitários. Grandes cidades europeias, como Londres e Paris, passaram a enfrentar situações alarmantes de insalubridade e desigualdade espacial. Em resposta, surgiram medidas como o plano de Haussmann e o Health Act de 1848, além da implementação de redes de esgoto projetadas por Bazalgette. O conceito de cidade-jardim também despontou como alternativa à urbanização caótica. A experiência acadêmica permitiu aos estudantes refletirem sobre como os avanços e retrocessos desses períodos influenciaram a legislação e o planejamento urbano contemporâneo. Dentre os desafios enfrentados, destaca-se a dificuldade inicial de compreensão da interdisciplinaridade histórica e técnica. No entanto, essa barreira foi superada com a mediação docente e a abordagem ativa das atividades. A ação contribuiu de maneira significativa para a formação crítica dos discentes, reforçando o papel social da universidade. Como efeito colateral positivo, observou-se o interesse dos estudantes pela pesquisa histórica aplicada ao urbanismo.

Conclusão/Considerações Finais

A análise das transformações urbanas entre o Renascimento e a Revolução Industrial possibilitou compreender a evolução do pensamento urbanístico, desde a valorização estética e simbólica até a busca por soluções práticas e sanitárias. O objetivo proposto foi plenamente alcançado, uma vez que os estudantes conseguiram estabelecer conexões entre os processos históricos e os desafios urbanos atuais. A atividade reforçou a importância de pensar as cidades de forma integrada, sustentável e inclusiva.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Mariana Cristina Oliveira do Rosário pela orientação e incentivo durante todas as etapas do trabalho.

Resumo oriundo de atividades de Legislação Urbana da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999. CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades**. São Paulo: Perspectiva, 2006. MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RELATÓRIO TÉCNICO: VISITA TÉCNICA LUZ MOC.

Rute Noemi Viana Neres, Maria Eduarda Lopes, . Ranubia Alves, Luiz Henrique.
Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFIPmoc 5º Período
Professora: Paula Alcantra

Introdução

Durante a visita técnica à loja Luzmoc, foi possível aprofundar os conhecimentos sobre conceitos fundamentais de iluminação residencial e comercial. A proprietária, profissional experiente na área, apresentou uma variedade de luminárias e lâmpadas, destacando as principais diferenças entre luz quente, neutra e fria, além das suas aplicações ideais nos ambientes. Aprendemos que a temperatura de cor da luz influencia diretamente na percepção do espaço e no conforto visual. A luz quente, por exemplo, promove sensação de aconchego e é indicada para salas de estar e dormitórios, enquanto a luz fria é mais estimulante e apropriada para cozinhas, áreas de trabalho e escritórios.

Desenvolvimento

Também foram abordados temas como eficiência energética, com destaque para o uso de lâmpadas de LED, que oferecem maior durabilidade e economia em comparação aos modelos fluorescentes ou incandescentes. A profissional demonstrou como a escolha correta da luminária pode valorizar a arquitetura e a decoração dos ambientes, respeitando critérios técnicos e estéticos.

Reflexão crítica

Durante a visita, tivemos a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre como distribuir melhor a iluminação em ambientes específicos, considerando fatores como funcionalidade, estética e conforto visual. As orientações foram dadas com muita atenção e embasamento técnico. Graças ao conhecimento adquirido, foi possível até mesmo ajudar um amigo de uma colega da turma, sugerindo melhorias no projeto luminotécnico da obra dele para garantir um ambiente mais confortável e eficiente. Além disso, conhecemos novas soluções do mercado luminotécnico, como as fitas e perfis de LED, que permitem uma iluminação mais discreta, versátil e moderna.

Conclusão

Aprendemos a diferenciar a intensidade de cada tipo de LED e a entender como a escolha correta desses elementos pode transformar completamente a atmosfera de um ambiente. Também foram apresentadas as tecnologias mais recentes e minimalistas disponíveis, com foco em soluções embutidas e de baixo perfil, que aliam sofisticação, economia e eficiência. A visita proporcionou uma visão prática de como a iluminação vai além da funcionalidade, sendo um elemento fundamental no projeto de interiores e na qualidade de vida dos usuários.



Figuras 1 e 2 “Registros da visita técnica a loja luz moc, com a proprietária da loja Explicando sobre diferentes tipos de iluminação e lampadas apropriadas para cada ambiente. ”

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: O CASO DE PORTO ALEGRE

OLIVEIRA, Alanna Amaral de¹; FERREIRA, Ionah Paula Lino²; SILVA, Isaque Ferreira de Oliveira³; TEIXEIRA, Mariana Fernandes⁴.

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

² Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

³ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

⁴ Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução

O presente resumo expandido apresenta uma análise do planejamento urbano na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na evolução histórica, nos modelos urbanísticos adotados e nas políticas públicas implementadas ao longo das décadas. A proposta do estudo surgiu da necessidade de compreender as transformações urbanas e os desafios contemporâneos enfrentados pela cidade, especialmente no contexto das mudanças climáticas, crescimento populacional e especulação imobiliária. O objetivo principal do trabalho é discutir os impactos do planejamento urbano na qualidade de vida da população e refletir sobre estratégias de desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente.

Métodos

A pesquisa caracteriza-se como um estudo documental e analítico voltado para a compreensão dos processos de planejamento urbano em Porto Alegre. Foram utilizadas fontes secundárias como legislações urbanísticas, planos diretores e documentos institucionais, além de artigos científicos e reportagens sobre eventos recentes. A análise buscou identificar os marcos históricos da organização territorial e a evolução dos modelos de urbanismo aplicados na cidade. O trabalho também incorporou dados referentes às inundações ocorridas em 2024, visando compreender os efeitos das mudanças climáticas sobre a infraestrutura urbana. As observações críticas se basearam na comparação entre diretrizes oficiais e os resultados observados, considerando ainda o papel das políticas públicas e da participação popular no processo de urbanização.

Desenvolvimento

A cidade de Porto Alegre passou por diversas fases de planejamento urbano desde o início do século XX, com propostas que variaram entre planos viários, códigos de posturas e legislações ambientais. Os planos de 1914, 1938 e 1959 demonstraram a tentativa de estruturar o espaço urbano com base em zoneamentos e funções definidas. Já o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de 1999 introduziu o conceito de sustentabilidade como eixo orientador. Apesar dos avanços, muitos desses planos foram implementados parcialmente, e a cidade ainda enfrenta problemas de ocupação irregular, infraestrutura defasada e impactos ambientais. As enchentes de 2024 evidenciaram falhas estruturais, como o mau funcionamento das casas de bomba e a falta de manutenção de diques. O transporte público, composto por ônibus, lotações e trens urbanos, representa outro ponto crucial no planejamento urbano, bem como a integração tarifária e a mobilidade ativa.

Conclusão/Considerações finais

O planejamento urbano de Porto Alegre evolui ao longo do tempo na tentativa de atender às demandas sociais, ambientais e infraestruturais da cidade. No entanto, a falta de continuidade, manutenção e adaptação dos planos urbanos ainda representa um obstáculo significativo. A cidade precisa avançar na implementação de soluções sustentáveis e integradas, incluindo infraestruturas verdes, sistemas de alerta de desastres e gestão democrática do território. A participação da comunidade e a atuação conjunta entre municípios da região metropolitana são fundamentais para promover um desenvolvimento mais justo e resiliente.

Agradecimentos

Agradecemos ao professor orientador pelo apoio técnico e pedagógico durante o desenvolvimento deste trabalho, bem como aos colegas que contribuíram com sugestões e leituras críticas ao longo da produção acadêmica.

Referências

- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA)*. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smapus>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- CNN BRASIL. *Alagamentos, destruição e 183 mortes: relembre a tragédia das chuvas no RS que marcou 2024*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Porto Alegre 250 anos: para que planejamento urbano, mesmo?* Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Código de Posturas*. Disponível em: <https://legislacao.camarapoa.rs.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- TRIPOA. *Integração Tarifária (Sistema TRI)*. Disponível em: <https://www.tripoa.net.br>. Acesso em: 19 mar. 2025.

Resumo oriundo de atividades de Planejamento Urbano e Regional da UNIFIPMoc/Afya

CIDADE DA MESOPOTÂMIA

SÁ, Ana Júlia dos Santos¹; DANTAS, Maria Lara de Oliveira¹;

BARBOSA, Micaela Cardoso²

¹Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc.

²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc.

Introdução

A Mesopotâmia, cujo nome deriva do grego e significa “terra entre rios”, corresponde à região localizada entre os rios Tigre e Eufrates, área que atualmente integra os territórios do Iraque, Síria e parte do Irã. Considerada o berço das primeiras civilizações humanas, a Mesopotâmia foi o cenário do surgimento das primeiras cidades-estados e de avanços significativos em áreas como a escrita, arquitetura, urbanismo, religião, direito e organização política. Este trabalho busca explorar as características das cidades mesopotâmicas a partir de seus elementos arquitetônicos, urbanísticos, sociais e culturais, com o objetivo de entender como esses primeiros centros urbanos foram estruturados e qual foi sua importância histórica para o desenvolvimento da civilização ocidental.

Material e Métodos

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa e descritiva, utilizando como principal fonte o material didático intitulado “*Cidade da Mesopotâmia*”, produzido no contexto da disciplina de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo. Esse documento serviu como base para a análise das características arquitetônicas e urbanísticas das cidades mesopotâmicas, bem como para a contextualização histórica da região. Além do conteúdo do material fornecido, a pesquisa foi enriquecida por meio de uma revisão bibliográfica em obras acadêmicas e fontes confiáveis sobre a civilização mesopotâmica. Foram consultadas referências historiográficas que abordam o desenvolvimento urbano, social, político e religioso da Mesopotâmia.

Desenvolvimento

O surgimento das cidades mesopotâmicas está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da agricultura irrigada e à sedentarização de grupos humanos na região entre os rios Tigre e Eufrates, por volta de 3500 a.C. A regularidade das cheias desses rios possibilitou o cultivo em larga escala, promovendo excedentes agrícolas que permitiram o crescimento demográfico e o surgimento das primeiras cidades-estados como Ur, Uruk, Eridu, Lagash e Nippur (CHILDE, 2004). Essas cidades apresentavam uma organização urbana planejada, com setores distintos dedicados à religião, à administração, ao comércio e à moradia. A sociedade mesopotâmica era estratificada, e essa hierarquia social se refletia diretamente no espaço urbano: as áreas centrais eram ocupadas por templos, palácios e residências da elite, enquanto os bairros periféricos abrigavam as camadas populares (LEICK, 2002). A arquitetura mesopotâmica utilizava principalmente o barro, abundante na região, moldado em tijolos secos ao sol (adobe) ou, em casos mais raros, cozidos em fornos. Esse material, segundo Kramer (1980), tinha forte valor simbólico, pois segundo os mitos sumérios, os deuses teriam moldado os seres humanos a partir do barro. As edificações religiosas, como os zigurates, representavam a ligação entre o céu e a terra e constituíam o centro espiritual das cidades. O zigurate de Ur, por exemplo, era dedicado ao deus Nanna e estruturado em plataformas sobrepostas que simbolizavam os níveis celestes (ROAF, 2001). Palácios reais também compunham a paisagem urbana, com destaque para os de Nínive e Assur, decorados com relevos em pedra que retratavam cenas de guerras, cerimônias e mitologia. As figuras de touros alados com cabeça humana (lamassu) eram comuns nas entradas desses edifícios, representando proteção e imponência (LEICK, 2002). A infraestrutura urbana era composta por ruas retas e largas nas áreas comerciais e administrativas, com calçadas pavimentadas de tijolos. Além disso, sistemas de irrigação e canais de abastecimento de água desempenhavam papel essencial no funcionamento da cidade, garantindo água para o consumo e para a agricultura. Segundo Roaf (2001), o controle da água foi um dos fatores determinantes para a sobrevivência e expansão das cidades mesopotâmicas, exigindo grande conhecimento técnico em engenharia hidráulica. Um dos exemplos mais emblemáticos da arquitetura e do urbanismo mesopotâmicos é Babilônia, especialmente no período da Dinastia de Nabucodonosor II, onde se encontrava o imponente Portão de Ishtar, decorado com tijolos esmaltados em azul e figuras de animais mitológicos como leões e dragões. Essa estrutura monumental não apenas protegia a cidade, mas também transmitia o poder e a espiritualidade dos governantes (KRAMER, 1980). Além da arquitetura, os mesopotâmicos foram pioneiros em áreas como a escrita, com a invenção da escrita cuneiforme pelos sumérios por volta de 3200 a.C., inicialmente usada para registros comerciais e administrativos. Com o tempo, ela passou a registrar também leis, mitos, orações e literatura, como o célebre Código de Hamurabi, uma pedra talhada, um dos primeiros conjuntos legais da história, baseado no princípio da retribuição proporcional (LEICK, 2002). Portanto, a cidade mesopotâmica não era apenas um espaço físico, mas um reflexo direto das estruturas sociais, políticas e religiosas da época. A maneira como o espaço era dividido, os materiais utilizados, a simbologia das construções e a funcionalidade das vias e dos canais demonstram um alto nível de organização e intencionalidade no planejamento urbano, o que caracteriza a Mesopotâmia como uma das primeiras civilizações urbanizadas da história da humanidade.

Conclusão

A análise das cidades mesopotâmicas demonstra que a urbanização, mesmo em tempos tão remotos, já se apresentava como um processo altamente sofisticado, com planejamento técnico, organização espacial hierarquizada e integração entre arquitetura, religião, política e economia. O uso predominante do barro como matéria-prima, a presença de zigurates e palácios monumentais, os sistemas de irrigação e as vias estruturadas revelam um domínio do ambiente e uma preocupação constante com a funcionalidade e o simbolismo do espaço urbano. Além disso, a Mesopotâmia foi responsável por legados fundamentais, como a escrita cuneiforme e os primeiros códigos legais registrados, que moldaram o desenvolvimento de estruturas administrativas e jurídicas duradouras. O modelo de cidade mesopotâmica, como observado em Ur, Babilônia e Nínive, influenciou diretamente a formação de outras civilizações posteriores no Oriente Próximo e além dele. A partir da combinação entre análise documental e bibliografia especializada, foi possível compreender que a cidade mesopotâmica não era apenas um agrupamento de edificações, mas uma expressão concreta da organização civilizatória, refletindo valores sociais, religiosos e políticos de uma cultura que se consolidou como uma das mais inovadoras da Antiguidade.

Referências

CHILDE, V. Gordon. *O que aconteceu na História?* São Paulo: Martins Fontes, 2004.
KRAMER, Samuel Noah. *A História começa na Suméria*. São Paulo: Hemus, 1980.
LEICK, Gwendolyn. *Mesopotamia: The Invention of the City*. London: Penguin Books, 2002.
ROAF, Michael. *Atlas da Mesopotâmia e do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Publifolha, 2001



Figura 01 - Cidade da Mesopotâmia
Fonte: Enciclopédia Humnidade (2021)



Figura 02 – Cidade da Mesopotâmia
Fonte : ArchDaly (2020)

RESUMO EXPANDIDO

CURITIBA: CIDADE INTELIGENTE

FERNANDES, Gely Alissandre¹; MACEDO, Kamille¹; DAVID, Maria Eduarda¹; MOREIRA, Marcos Vinícius dos Santos;
BARBOSA, Micaela Cardoso².

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya.

² Mestre em Geografia PPGEU (UNIMONTES 2021) Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFIPMoc

Introdução

A urbanização acelerada do século XXI impõe desafios complexos às cidades, exigindo soluções inovadoras que conciliem crescimento populacional, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, o conceito de "cidades inteligentes" emerge como um paradigma promissor, impulsionado pela integração de tecnologias da informação e comunicação (TICs) à infraestrutura urbana. As cidades inteligentes visam otimizar a gestão urbana, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e promover o desenvolvimento sustentável por meio da coleta e análise de dados, da automação de processos e da oferta de serviços públicos eficientes, e nesse contexto a arquitetura desempenha um papel fundamental nesse processo, ao conceber espaços urbanos que incorporem soluções tecnológicas e promovam a interação entre pessoas e o ambiente construído. O modelo da cidade de Curitiba -PR no estado do Paraná, é pioneiro em planejamento urbano sustentável, serve como um estudo de caso inspirador para a construção de cidades inteligentes. Desde a década de 1970, a cidade implementou um sistema de transporte público eficiente, áreas verdes preservadas e um planejamento urbano integrado, que prioriza a qualidade de vida e a sustentabilidade. "A cidade não é um problema, mas uma solução", afirmou o urbanista Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, ao defender a importância do planejamento urbano integrado e da participação da comunidade na construção de cidades mais justas e sustentáveis, demonstrando que é possível conciliar desenvolvimento urbano e preservação ambiental, por meio de soluções inovadoras e da participação ativa da sociedade, se destacando por seu sistema de transporte público eficiente, que prioriza o transporte coletivo e a integração de modais, reduzindo o congestionamento e a emissão de poluentes. Outro aspecto de sucesso é a mobilidade urbana que sendo um direito fundamental, e deve ser ofertado um sistema de transporte público eficiente e acessível para todos os cidadãos. Curitiba se sobressai pela preservação de áreas verdes e pela criação de parques e jardins públicos, que contribuem para a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. "A natureza é a nossa maior aliada", afirmou o paisagista Roberto Burle Marx, ao defender a importância de integrar a natureza ao ambiente urbano. A capital paranaense, com sua visão integrada de planejamento urbano, transporte público eficiente e preservação ambiental, serve como um farol para outras cidades que buscam construir um futuro mais sustentável e inteligente. O objetivo desta pesquisa é analisar criticamente o modelo urbano de Curitiba-PR, que é reconhecido internacionalmente por sua abordagem inovadora e sustentável, a fim de compreender como suas estratégias de planejamento, mobilidade, sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica e participação cidadã contribuem para a consolidação de uma cidade inteligente. Busca-se, com isso, identificar os elementos que tornam Curitiba uma referência no cenário urbano contemporâneo e avaliar a possibilidade de adaptação desse modelo a outras realidades urbanas brasileiras, com foco na cidade de Montes Claros, como de investigar os princípios norteadores do planejamento urbano de Curitiba e sua articulação com uma visão de cidade inteligente; avaliar o impacto do sistema de transporte público integrado na mobilidade urbana e na sustentabilidade ambiental; analisar as políticas de sustentabilidade e uso racional de recursos, com ênfase na geração de energia limpa e preservação ambiental; estudar o papel da inovação tecnológica e das startups no desenvolvimento urbano sustentável; discutir os mecanismos de gestão participativa e valorização do patrimônio cultural.

Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e descritivo, com abordagem interdisciplinar entre os campos da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Adota-se o estudo de caso como principal método, tendo Curitiba como objeto de análise, por ser considerada uma das cidades mais bem-sucedidas na implementação de políticas públicas integradas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável e inteligente. A investigação se desenvolveu nas etapas de revisão bibliográfica e documental, com levantamento de obras acadêmicas, artigos científicos, relatórios técnicos e legislações relacionadas ao planejamento urbano de Curitiba e ao conceito de cidades inteligentes e análise crítica do estudo de caso, com base em dados secundários de fontes oficiais e acadêmicas, abordando os eixos temáticos centrais: mobilidade, sustentabilidade, inovação tecnológica, participação cidadã e patrimônio cultural. A metodologia adotada visa não apenas compreender o modelo curitibano, mas também refletir sobre sua aplicabilidade em contextos urbanos distintos, contribuindo para a formação crítica e propositiva dos futuros arquitetos e urbanistas. Como abordagem metodológica deste estudo, iniciamos com uma análise crítica do modelo de desenvolvimento urbano de Curitiba, com o intuito de identificar suas estratégias e impactos na construção de uma cidade sustentável e inteligente. Com a compreensão dos princípios e diretrizes que orientam o planejamento urbano da cidade, enfatizando uma visão holística e de longo prazo. Para isso, foram utilizados materiais como planos diretores, documentos oficiais e literatura especializada sobre o urbanismo curitibano, acessados eletronicamente. Avaliou-se a eficácia do sistema de transporte público por meio da interpretação de dados de mobilidade, estudos de impacto ambiental e urbanístico, além da análise de sua integração com outras modalidades de transporte. Ao articular diferentes fontes e escalas de análise, buscamos desenvolver uma perspectiva crítica e sistêmica dos processos de planejamento urbano. Em uma etapa posterior, investigamos a interconexão entre arquitetura e cidades inteligentes, analisando como a arquitetura pode incorporar soluções tecnológicas e promover a interação entre indivíduos e o ambiente construído. Realizamos estudos de casos de projetos arquitetônicos em Curitiba que congregam princípios de sustentabilidade

e inteligência urbana, fundamentando-nos em avaliações de projetos, artigos acadêmicos e entrevistas com especialistas da área. Essa interconexão entre inovação tecnológica, ambiente urbano e qualidade de vida aprofundou nossa compreensão sobre o papel do arquiteto diante dos desafios contemporâneos, criando uma relação contextualizada entre teoria e prática. Na terceira etapa, analisamos o modelo de Curitiba como um experimento de caso, destacando seus pontos fortes e fracos, considerando os aspectos sociais, econômicos e ambientais. A avaliação da replicabilidade desse modelo em outras localidades, como Montes Claros, levou em conta as particularidades e desafios de cada contexto urbano. Para essa fase, utilizamos análises comparativas, dados estatísticos e avaliações contextuais. A comparação entre diferentes realidades urbanas possibilitou a elaboração de uma interpretação crítica do território, essencial para a proposição de soluções integradas e alinhadas às características locais.

Desenvolvimento

O desenvolvimento urbano de Curitiba foi fortemente influenciado por dois planos diretores que moldaram sua organização espacial e funcionalidade ao longo do século XX. O primeiro, elaborado por Alfred Agache em 1943, buscava organizar o crescimento da cidade por meio de um sistema viário hierarquizado, definindo zonas residenciais, comerciais, industriais e de serviços, além de preservar áreas verdes e criar conjuntos habitacionais para atender à crescente demanda populacional (AGACHE, 1943). No entanto, a rápida expansão urbana nas décadas seguintes evidenciou as limitações do plano, que se mostrou inadequado para as novas necessidades da cidade, principalmente por seu foco na região central e pela priorização do automóvel, estratégia que posteriormente se revelou insustentável (FERREIRA, 2015). Na década de 1970, sob a gestão do então prefeito Jaime Lerner e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), ocorreu uma profunda transformação na abordagem do planejamento urbano, que buscou conciliar crescimento com sustentabilidade e qualidade de vida (LERNER, 2004). O plano diretor de 1965/66 rompeu com o modelo anterior, enfatizando o transporte público, o uso misto do solo e a preservação ambiental (IPPUC, 1966). A implementação do sistema BRT (Bus Rapid Transit) em 1974, pioneiro mundialmente, com corredores exclusivos para ônibus articulados e estações-tubo, revolucionou a mobilidade urbana, tornando Curitiba referência global (LERNER, 2004; VENTURA, 2010). Essa organização viária radial possibilitou o desenvolvimento das zonas

residenciais, comerciais e de serviços em torno dos eixos de transporte, reduzindo deslocamentos longos e promovendo acessibilidade (IPPUC, 2018). Houve também um investimento em infraestrutura para modais ativos, como ciclovias e calçadas acessíveis, incentivando modos sustentáveis e saudáveis de locomoção (PEÑALOSA, 2003). Curitiba também se destacou por sua política ambiental inovadora, mantendo uma das maiores áreas verdes per capita do Brasil, com parques lineares que cumprem funções ambientais e sociais ao controlar inundações, preservar biodiversidade e oferecer espaços de lazer e educação ambiental (IPPUC, 2015). Programas como “Lixo que não é lixo” e “Câmbio Verde” reforçam a gestão sustentável de resíduos sólidos, unindo preservação ambiental e segurança alimentar, especialmente para populações vulneráveis. A arquitetura bioclimática e

as construções sustentáveis, que utilizam captação de água da chuva, energia solar, telhados verdes e ventilação natural, refletem o compromisso com a adaptação às mudanças climáticas e a eficiência energética (OLGYAY, 1963). Nos anos mais recentes, Curitiba tem ampliado seu compromisso com a sustentabilidade ambiental por meio da implementação de projetos inovadores, como a transformação do antigo aterro sanitário do Caximba em uma usina de energia solar — a Pirâmide Solar do Caximba — inaugurada em março de 2023. Com cerca de 8,6 mil painéis fotovoltaicos instalados em uma área de 50 mil metros quadrados, a usina é pioneira na América Latina e integra o programa Curitiba Mais Energia, que busca expandir a produção de energia renovável na cidade. A energia gerada é injetada na rede da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), proporcionando uma economia estimada de 30% nos custos de energia dos prédios públicos municipais, além de contribuir significativamente para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a mitigação das mudanças climáticas. Essa iniciativa demonstra o alinhamento de Curitiba com as diretrizes globais de combate às alterações climáticas e transição energética, integrando soluções sustentáveis ao desenvolvimento urbano. Paralelamente, a cidade vem se destacando como polo de inovação tecnológica e empreendedorismo, especialmente por meio do ecossistema de startups e programas de fomento, como o Vale do Pinhão. Essa articulação entre governo, universidades, setor produtivo e sociedade civil tem impulsionado o desenvolvimento de tecnologias voltadas para mobilidade urbana, gestão de resíduos, eficiência energética e cidades inteligentes, fortalecendo a modernização dos serviços públicos e a melhoria da qualidade de vida (VALE DO PINHÃO, 2024). A mobilidade urbana sustentável permanece como um pilar central do modelo curitibano, evidenciada pela consolidação da Rede Integrada de Transporte (RIT), que desde a década de 1970 inclui corredores exclusivos para ônibus, estações-tubo e integração tarifária (IPPUC, 2018). Este sistema BRT é reconhecido internacionalmente pela sua eficiência e replicabilidade, contribuindo para a redução da dependência de veículos particulares e das emissões veiculares (SILVA & COSTA, 2019). De modo complementar, os investimentos em infraestrutura para modais ativos, como ciclovias e calçadas acessíveis, reafirmam o compromisso com a mobilidade sustentável e saudável, promovendo a inclusão e a equidade no acesso ao transporte (PEÑALOSA, 2003). A preservação do patrimônio histórico-cultural integra o conjunto de pilares do planejamento urbano em Curitiba, refletindo um compromisso com a memória coletiva, a identidade urbana e a valorização da paisagem construída. A cidade se destaca por adotar políticas públicas que conciliam desenvolvimento urbano com a salvaguarda do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural, em conformidade com os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que regula o uso da propriedade urbana em favor do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. Essa legislação federal estabelece diretrizes para a gestão democrática da cidade, valorizando os bens culturais, que se incorporaram por meio da criação de instrumentos institucionais que asseguram a proteção dos seus bens históricos, como o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba (CMPC), instituído em 1985, e a Câmara Técnica do Patrimônio Cultural Edificado, criada em 1991, órgãos responsáveis por orientar políticas de tombamento, preservação, reabilitação e reutilização de edificações de valor histórico, garantindo a participação da sociedade civil na formulação dessas ações. Em consonância com os conceitos de cidades inteligentes, a preservação patrimonial em Curitiba também dialoga com práticas contemporâneas de uso adaptativo, sustentabilidade e tecnologia. Projetos de revitalização urbana buscam integrar o antigo e o novo, respeitando a escala humana, promovendo a diversidade de usos e reforçando o vínculo afetivo entre os cidadãos e seus espaços públicos. Essa abordagem permite que o patrimônio não seja apenas protegido, mas inserido de forma

viva no cotidiano urbano, estimulando a educação patrimonial e o turismo cultural sustentável. A consolidação de Curitiba como modelo global de cidade inteligente e sustentável depende, em grande medida, da capacidade de manter e expandir os avanços alcançados, integrando planejamento urbano, inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e participação cidadã em uma visão holística e adaptativa. A experiência acumulada demonstra que políticas públicas eficazes são aquelas que dialogam com as especificidades locais, envolvem a população em processos decisórios e fazem uso estratégico das tecnologias emergentes para aprimorar a qualidade de vida e a resiliência urbana. Destaca-se a importância de aprofundar a integração digital dos sistemas urbanos, ampliando o uso de plataformas abertas de dados e ferramentas de inteligência artificial para melhorar a gestão dos serviços públicos e a tomada de decisões baseada em evidências (NAM & PARDO, 2011). A digitalização da mobilidade, incluindo a promoção de veículos elétricos e sistemas multimodais inteligentes, deve ser fortalecida para reduzir ainda mais a pegada ambiental da cidade e ampliar a acessibilidade. Além disso, a expansão das fontes de energia renovável, como a energia solar — exemplificada pela Pirâmide Solar do Caximba — deve ser acompanhada por políticas que incentivem a eficiência energética em edificações públicas e privadas, incorporando princípios do design bioclimático para maximizar o conforto térmico e reduzir o consumo (OLGYAY, 1963). O estímulo a uma economia circular e à gestão sustentável dos recursos naturais constitui outra linha fundamental para a sustentabilidade, especialmente em um contexto de mudanças climáticas globais e pressões ambientais crescentes. A incorporação de tecnologias digitais e o fortalecimento da participação cidadã ampliaram ainda mais a governança urbana, o uso de sistemas inteligentes de monitoramento de trânsito, iluminação pública e segurança, aliados a plataformas digitais para consulta e orçamento participativo, promovem maior eficiência, transparência e inclusão social na gestão pública (CASTELLS, 2000; IPPUC, 2021). A participação social deve continuar sendo ampliada, não apenas como ferramenta para a legitimação das políticas urbanas, mas como um mecanismo para fomentar a corresponsabilidade dos cidadãos na construção da cidade, promovendo a educação ambiental e a inclusão digital (JACOBS, 1961). Assim, a trajetória de Curitiba evidencia que o conceito de cidade inteligente transcende a mera adoção tecnológica, sendo um processo dinâmico e contínuo que visa a construção de cidades mais humanas, inclusivas, sustentáveis e resilientes, capazes de garantir o bem-estar presente e futuro de suas populações. Seus investimentos em energia limpa, inovação tecnológica, transporte integrado e gestão participativa demonstram um compromisso contínuo com o desenvolvimento urbano. Seu modelo de urbanização serve como exemplo de como políticas públicas integradas e inovadoras podem promover a qualidade de vida, a inclusão social e a preservação ambiental.

Conclusão/Considerações finais A experiência urbana de Curitiba demonstra que é possível aliar planejamento urbano estruturado, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental à promoção da qualidade de vida, fazendo da cidade um modelo referência no contexto latino-americano de cidades inteligentes. Ao integrar soluções de mobilidade sustentável, energias renováveis, valorização do patrimônio cultural e governança participativa, Curitiba revela a potência transformadora de políticas públicas comprometidas com o bem-estar coletivo e com os desafios contemporâneos das áreas urbanas. O estudo revela que o êxito de Curitiba não está apenas na adoção de tecnologias ou na eficiência dos serviços públicos, mas, sobretudo, na centralidade atribuída ao ser humano como elemento fundamental do espaço urbano. A escala humana, frequentemente negligenciada em planejamentos excessivamente tecnocráticos, encontra na capital paranaense um solo fértil para experimentações urbanas sensíveis e inovadoras. Como bem destaca Jan Gehl (2013, p. 17): “Primeiro moldamos as cidades – depois, elas nos moldam(...) A forma urbana influencia diretamente nossos padrões de vida, nossos modos de interação e até mesmo o que sentimos ao caminhar por uma rua”. Nesse sentido, Curitiba ensina que uma cidade inteligente não é apenas aquela que investe em tecnologia de ponta, mas aquela que, antes de tudo, reconhece a diversidade e a complexidade do cotidiano urbano, respondendo a elas com soluções inclusivas, democráticas e sustentáveis. Ao conjugar tradição e inovação, infraestrutura e sensibilidade social, Curitiba constrói uma cidade pensada para todos, orientada não apenas por indicadores econômicos, mas pelo respeito à cidadania, ao meio ambiente e à vida urbana em sua plenitude. Este estudo buscou estimular a reflexão crítica e o diálogo sobre a função do arquiteto e do urbanista na construção de cidades mais justas, sustentáveis e inteligentes, a análise das repercussões do estudo na formação de arquitetos e urbanistas promoveu a busca por soluções inovadoras e criativas para os desafios urbanos contemporâneos, cujas lições extraídas do modelo de Curitiba oferecem valiosas inspirações para a criação de cidades mais humanas e sustentáveis, ressaltando a importância da atuação proativa e integrada dos profissionais no contexto urbano.

Referências

- AGACHE, Alfred. Cidade do futuro: urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes, 2015.
- IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Plano diretor de Curitiba e sistema integrado de transporte. Curitiba: IPPUC, 2018.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 1961.
- LERNER, Jaime. Acupuntura urbana. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Smart city as urban innovation: focusing on management, policy, and context. In: Proceedings of the 5th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance. New York: ACM Press, 2011. p. 185–194.
- OLGYAY, Victor. Design with climate: bioclimatic approach to architectural regionalism. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- PEÑALOSA, Enrique. Democracia e espaço público: a experiência de Bogotá. São Paulo: Instituto Polis, 2003.
- PREFEITURA DE CURITIBA. Curitiba mais energia: Pirâmide Solar do Caximba. Curitiba, 2020. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2025.

CIDADES DA EXCLUSÃO: O CASO DE PARAUAPEBAS-PA

BORÉM, Isa Murta¹; BARBOSA, Micaela Cardoso²

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA

²Professor (a) do curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFIPMOC|AFYA

Introdução

O presente resumo expandido tem como foco a análise crítica da cidade de Parauapebas, no sudeste do estado do Pará(PA), destacando as contradições entre seu expressivo crescimento econômico e a profunda desigualdade social vivenciada por seus habitantes. Com a instalação do Projeto Ferro Carajás e a atuação da mineradora Vale S.A., o município passou a figurar entre os maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) do Brasil, especialmente no setor mineral. No entanto, o avanço da economia não refletiu em melhorias proporcionais na qualidade de vida da população, resultando em urbanização excludente, precariedade estrutural e impactos ambientais e sociais graves. A pesquisa insere-se no campo dos estudos urbanos e sociais, abordando como processos de crescimento acelerado, quando não acompanhados de políticas públicas de inclusão, podem gerar cidades fragmentadas, onde apenas parte da população tem acesso pleno aos direitos urbanos. Nesse sentido, Parauapebas é utilizado como estudo de caso para refletir sobre a relação entre desenvolvimento e exclusão em territórios marcados pela lógica da mineração. O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da mineração sobre a estrutura urbana, social e ambiental de Parauapebas, com ênfase na exclusão da maior parte da população do acesso equitativo à cidade, à infraestrutura e aos recursos produzidos. Também se busca contribuir para o debate sobre justiça social, sustentabilidade e direito à cidade, com base em dados oficiais, literatura acadêmica e reportagens investigativas.

Métodos

Trata-se de um projeto acadêmico de caráter investigativo, desenvolvido como parte das atividades voltadas à análise crítica de processos de exclusão social e urbana no Brasil. A ação tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, com foco em dados estatísticos, estudos acadêmicos e reportagens jornalísticas sobre a cidade de Parauapebas (PA), considerada um caso emblemático de crescimento econômico desigual. O trabalho adotou o método qualitativo, com abordagem exploratória e descritiva, buscando compreender como a urbanização associada à mineração contribui para a exclusão da maior parte da população dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico. O público-alvo da proposta são estudantes e pesquisadores da área de Arquitetura, Urbanismo e Ciências Sociais, além da sociedade em geral, que é indiretamente impactada pelas desigualdades discutidas. A construção do estudo envolveu levantamento de dados em fontes como o IBGE, Instituto de Água e Saneamento e documentos oficiais, bem como análise de reportagens investigativas e autores como Maricato (2000), Villa Verde (2008) e Barros (2007), que contribuem para o entendimento da exclusão urbana em cidades mineradoras.

Desenvolvimento

O município de Parauapebas, localizado no sudeste do estado do Pará, foi fundado em 1976, após a descoberta de uma das maiores reservas de minérios do mundo, que desde então, passou a experimentar um crescimento acelerado, impulsionado principalmente pela implantação do Projeto Ferro Carajás (1981) e pela atuação da mineradora Vale S.A. A vila, projetada para abrigar cerca de 5.000 pessoas, rapidamente viu sua população quadruplicar, atraindo um fluxo migratório muito além do esperado pelo governo e pela então Companhia Vale do Rio Doce (VILLA VERDE, 2008). Atualmente, Parauapebas conta com 267.836 habitantes (IBGE, 2022), e em 2021 seu Produto Interno Bruto (PIB) somava R\$ 227.449,71, sendo o maior do estado do Pará e o 22º maior do país (IBGE, 2021). A mineração permanece como o principal motor econômico da cidade, gerando empregos e movimentando grandes volumes de riqueza (VILLA VERDE, 2008). Apesar da pujança econômica, Parauapebas enfrenta graves problemas sociais e estruturais. O crescimento populacional desordenado superou a capacidade de oferta de serviços básicos. De acordo com o Instituto de Água e Saneamento (2022), 87,72% da população não tem acesso a rede de esgoto e 48,99% não dispõe de água tratada (Fig.1-A). Para efeitos comparativos, em Montes Claros, Minas Gerais, cuja economia é bem menor (PIB de R\$ 25.870,23, IBGE, 2021), apenas 14,44% da população não tem acesso à água tratada e 12,21% carecem de esgotamento sanitário (Fig.1-B) (Instituto Água e Saneamento, 2022). Essa comparação evidencia o descompasso entre a riqueza mineral gerada em Parauapebas e a precariedade das condições de vida da sua população. O processo de urbanização em Parauapebas-PA ocorreu de forma acelerada e desordenada, como reflexo direto da expansão da atividade mineradora e da ausência de planejamento urbano eficaz. Para Villa Verde (2008), “esse é o registro que explicita um crescimento social e econômico de forma heterogênea e excludente.” Esse tipo de crescimento caracteriza o que diversos autores chamam de urbanização excludente — um modelo em que o desenvolvimento urbano não é acompanhado por políticas públicas que garantam o acesso igualitário à moradia, saneamento, mobilidade e serviços básicos (MARICATO, 2000). Em Parauapebas-PA, enquanto bairros ligados diretamente à operação da Vale S.A. contam com melhor infraestrutura, grande parte da população se concentra em áreas periféricas, com ocupações irregulares e ausência de serviços essenciais. Um dos exemplos mais evidentes dessa desigualdade urbana é o Núcleo Urbano de Carajás, bairro fechado e planejado para os funcionários mais antigos e de alto escalão da empresa, onde se concentram equipamentos e serviços urbanos de padrão elevado. Conforme relata Barros (2007), trata-se de um verdadeiro “enclave de Primeiro Mundo no meio da Amazônia”, com clube poliesportivo, restaurantes refinados, cinema e casas padronizadas, semelhantes às de subúrbios norte-americanos. Localizado a cerca de 25 km da Floresta Nacional de Carajás, o vilarejo simboliza a separação entre os que se beneficiam diretamente da mineração e os que vivem à margem dela. Ao mesmo tempo, a população de baixa renda se aglomera nas bordas da cidade, em bairros precarizados, marcados por carência de água tratada, esgoto, saúde, educação e mobilidade urbana. O adensamento populacional repentino, impulsionado pelos fluxos migratórios em busca de trabalho, ampliou as desigualdades socioespaciais e gerou um cenário de precariedade estrutural. Ainda segundo Barros (2007), “é um *apartheid*”: a mineradora extrai riqueza do território, mas oferece pouco retorno em termos de investimento

público direto na cidade. O resultado é uma Parauapebas marcada por contrastes — riqueza mineral no subsolo e pobreza na superfície —, revelando a falência do modelo de crescimento baseado exclusivamente na exploração de recursos naturais. A expansão da mineração em Parauapebas-PA, impulsionada pelo Projeto Ferro Carajás (1981) trouxe consigo sérios impactos ambientais, muitos dos quais continuam a se intensificar. A exploração intensiva do subsolo resultou em desmatamento extensivo (Fig.2) (VILLA VERDE), assoreamento de rios, poluição do solo e da água por rejeitos tóxicos, além da destruição de habitats naturais. As áreas mais afetadas estão em torno da Floresta Nacional de Carajás, onde grandes volumes de minério são extraídos diariamente. Com o crescimento das operações, especialmente nos últimos vinte anos, os conflitos socioambientais também se tornaram mais frequentes, sobretudo com comunidades rurais e povos indígenas, cujos territórios tradicionais têm sido ameaçados pela expansão da fronteira mineral. Os Kayapó, especialmente o subgrupo Xikrin do Cateté, têm sido historicamente afetados pela presença da Vale S.A. na região. A construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a ampliação das minas próximas a seus territórios intensificaram a contaminação dos rios utilizados pelas comunidades para pesca, banho e abastecimento. De acordo com Villa Verde (2008), os impactos não são apenas ambientais, mas também socioculturais, já que a presença da mineradora altera modos de vida tradicionais, desloca famílias e gera dependência econômica dos repasses condicionados pela empresa. Em protestos ocorridos em 2006 e anos seguintes, os Xikrin denunciaram a falta de compensações adequadas, exigiram melhorias nas condições de vida e acusaram a empresa de desrespeitar os acordos estabelecidos com as lideranças indígenas. Além dos danos permanentes aos ecossistemas, há registros de criminalização de camponeses e indígenas que resistem à destruição ambiental em seus territórios. Segundo reportagem publicada no site Brasil de Fato (2018), comunidades afetadas pela duplicação da Estrada de Ferro Carajás denunciavam a perda de áreas de cultivo, o isolamento social e a destruição de nascentes, sem que haja medidas reparatórias eficientes por parte da empresa. Esses processos acentuam a desigualdade territorial e evidenciam como o modelo minerador em Parauapebas favorece o capital em detrimento dos direitos socioambientais e culturais das populações tradicionais.

A continuidade do modelo minerador em Parauapebas-PA, centrado na extração intensiva de recursos naturais, levanta preocupações sobre a sustentabilidade econômica, social e ambiental do município a médio e longo prazo. Embora a cidade tenha se desenvolvido em torno do Projeto Ferro Carajás, a dependência quase absoluta da atividade extrativista a torna vulnerável diante da exaustão das jazidas ou da flutuação do mercado internacional de commodities minerais. Reconhecendo essa vulnerabilidade, a prefeitura tem buscado diversificar a economia local, investindo em setores como turismo e agricultura familiar. No entanto, a eficácia desses esforços é limitada diante da forma como os recursos provenientes da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) têm sido utilizados. Em 2020, Parauapebas arrecadou quase R\$ 850 milhões em CFEM, mas uma parcela significativa desses recursos foi destinada à manutenção da máquina pública, em vez de investimentos estruturantes que poderiam promover uma economia mais resiliente e diversificada. Segundo Pajolla (2022), “praticamente metade desse recurso é gasto com a manutenção da máquina pública”. Essa situação evidencia a necessidade urgente de um planejamento estratégico que vá além da dependência dos royalties da mineração. É fundamental que os recursos da CFEM sejam aplicados em projetos que promovam a justiça ambiental, a inclusão social e a reparação histórica, fortalecendo a economia local com base em atividades sustentáveis e respeitando os direitos das comunidades tradicionais. O futuro de Parauapebas depende da capacidade de romper com a lógica extrativista e construir caminhos que priorizem a vida, a diversidade e a soberania dos territórios (PAJOLLA, 2022). Os efeitos negativos da mineração em Parauapebas também se repetem em diversas cidades brasileiras, como Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, que sofreram os maiores desastres ambientais da história do país com o rompimento das barragens da Samarco (2015) e da Vale (2019), respectivamente. Essas tragédias deixaram centenas de mortos, comunidades destruídas e rios contaminados, evidenciando a negligência das mineradoras e a fragilidade do modelo extrativista. Apesar da gravidade dos impactos, poucas mudanças estruturais ocorreram nas leis que regulam a mineração no Brasil, e as reparações seguem lentas, parciais e insuficientes. Segundo reportagem de O Globo (2023), mesmo após quase uma década, os acordos de indenização ainda enfrentam impasses judiciais, e as propostas das empresas estão muito abaixo das exigências dos atingidos e do Ministério Público. Assim como em Parauapebas, Mariana e Brumadinho revelam como o avanço econômico gerado pela mineração se sustenta sobre uma base de injustiça social, precarização e vulnerabilidade ambiental.

Conclusão/ Considerações finais

O presente estudo alcança seu objetivo ao demonstrar como o desenvolvimento econômico baseado na mineração pode gerar profundas desigualdades sociais, urbanas e ambientais, como observado no município de Parauapebas-PA. Apesar de figurar entre os maiores PIBs municipais do Brasil, a cidade apresenta um cenário marcado por precariedade na infraestrutura básica, urbanização desordenada, exclusão social e degradação ambiental. A análise evidencia que a riqueza gerada pela atividade extrativista não é redistribuída de forma equitativa à população, acentuando um modelo de crescimento econômico excludente.

O caso de Parauapebas não é isolado: cidades como Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, também ilustram os impactos devastadores da mineração desregulada, incluindo desastres socioambientais de grandes proporções e reparações insuficientes. Esses exemplos reforçam a necessidade urgente de revisão das políticas públicas que regem o setor mineral no Brasil. Conclui-se, portanto, que romper com a lógica extrativista e dependente dos royalties da mineração é essencial para garantir justiça social, sustentabilidade e respeito aos territórios. O uso consciente dos recursos oriundos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) deve priorizar investimentos estruturantes, inclusão social e diversificação econômica, de modo a construir cidades mais justas, resilientes e voltadas para a coletividade.

Estudo oriundo de atividades e pesquisas da matéria Tópicos Integradores da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- BARROS, Carlos Juliano. A cidade que nasceu do ferro. Repórter Brasil, 2007. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/03/a-cidade-que-nasceu-do-ferro/>. Acesso em: 9 abr. 2025.
- CAMPELO, Lilian. Projeto Grande Carajás destrutura comunidades e territórios indígenas. Brasil de Fato, 19 maio 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/19/projeto-grande-carajas-destrutura-comunidades-e-territorios-indigenas/>. Acesso em: 20 maio 2025.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto dos Municípios 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO DE ÁGUA E SANEAMENTO. Atlas do saneamento. 2022. Disponível em: <https://www.aguasaneamento.org.br/>. Acesso em: 9 abr. 2025.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia (org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121–192.

O GLOBO. Desastres de Mariana e Brumadinho mudaram pouco as leis da mineração, e reparações demoram; veja o que falta resolver. O Globo, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/12/desastres-de-mariana-e-brumadinho-mudaram-pouco-as-leis-da-mineracao-e-reparacoes-demoram-veja-o-que-falta-resolver.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2025.

OLIVEIRA, Ananias Alves de; RAMOS, Vanilson da Silva. A mineração e o espaço urbano em Parauapebas (PA): expansão, fragmentação e precarização. Confins – Revue franco-brésilienne de géographie, n. 56, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/53715>. Acesso em: 20 maio 2025.

PAJOLLA, Murilo. Parauapebas: uma das cidades mais ricas do Brasil convive com pobreza e exclusão. Brasil de Fato, 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/25/parauapebas-cidade-rica-com-pobreza-e-exclusao>. Acesso em: 9 abr. 2025.

VALE S.A. Relatórios de Sustentabilidade e CFEM. 2020. Disponível em: <https://www.vale.com/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

VILLA VERDE, Rodrigo Braga da Rocha. Povos indígenas de Carajás: conflito que vale ouro e sangue no município de Parauapebas (PA). In: CONGRESSO DE GEO DA PUC, 10., 2008, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: PUC-SP, 2008.



Figura 1. Comparativo do saneamento básico em Parauapebas-PA (A) e Montes Claros (B)

Figura 2- Desmatamento com o crescimento urbano do município de Parauapebas ao longo dos anos.

Fonte: Google Earth Pro (2022), extraído de Oliveira; Ramos (2022). Fonte: Instituto Água e Saneamento (2022).

MONTE DE HISTÓRIAS: CONTANDO MEMÓRIAS, CONSTRUINDO FUTUROS

AGUIAR, Maria Clara Maureni ¹; CAMPOS, Elisa Oliveira¹; MOREIRA, Marcos Vinicius dos Santos ¹; OLIVEIRA, Gabriela Soares; e SANTOS, Gustavo Souza²; ZUBA, Ester Cristine Souza ¹.
¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.
² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.

Introdução

O presente relato de experiência refere-se ao desenvolvimento do projeto “Monte de Histórias”, desenvolvido no bairro Santa Rita II, em Montes Claros/MG. O projeto surgiu da necessidade de resgatar a memória urbana de bairros periféricos que, muitas vezes, se perdem com o tempo, sem registro oficial ou visibilidade. Essa ausência de reconhecimento contribui para o distanciamento afetivo dos moradores em relação à história do território que habitam. O objetivo geral da proposta é resgatar e compartilhar as memórias do bairro Santa Rita II por meio de uma ação social interativa, incentivando os moradores a contarem suas próprias histórias e fortalecendo, assim, o sentimento de pertencimento e identidade urbana. Entre os objetivos específicos estão: estimular o protagonismo dos moradores, criar um canal digital acessível para compartilhamento de histórias, promover a escuta ativa como ferramenta cidadã e integrar meios físicos e digitais na construção de uma rede de histórias urbanas.

Métodos

Contextualização da Ação: O “Monte de Histórias” configura-se como um projeto de extensão de caráter cultural e social, voltado à comunidade local. A ação ocorreu ao longo do semestre letivo de 2025/1, com foco no bairro Santa Rita II, região de Praça das Tilápias. O público-alvo foram os próprios moradores do bairro, especialmente os mais antigos, portadores de memórias locais, bem como crianças e jovens, visando ao diálogo intergeracional. **Período de Realização:** A ação teve início em fevereiro de 2025, com intervenções distribuídas ao longo de três meses, envolvendo etapas de planejamento, aproximação com a comunidade, coleta de histórias e divulgação das narrativas. **Objetivos da Ação:** Os objetivos principais da ação foram resgatar e compartilhar histórias de vida dos moradores, promover a valorização cultural do bairro e estimular o sentimento de pertencimento por meio da participação ativa dos cidadãos na construção da memória coletiva. **Estratégias e Intervenções:** A estratégia utilizada baseou-se em uma metodologia participativa e acessível, que combinou ferramentas digitais com intervenções presenciais. **Descreva as atividades inovadoras:** Foram realizadas campanhas de mobilização em espaços públicos, com uso de materiais gráficos; instalação de QR Codes em pontos estratégicos como escolas, praças e comércios locais; além da divulgação de conteúdos nas redes sociais com trechos das histórias compartilhadas pela própria população. **Participação da Comunidade:** A comunidade foi envolvida de maneira direta e espontânea, sendo convidada a participar por meio de ações presenciais no bairro, contato via redes sociais e materiais de divulgação física. A adesão ocorreu de forma orgânica, com relatos sendo enviados voluntariamente, e outros coletados a partir de conversas e aproximações com os moradores durante os eventos nos espaços públicos. **Destaque a relevância do projeto.** A relevância do projeto para a comunidade pôde ser observada pelo interesse demonstrado na participação e pela valorização das narrativas como forma de reconhecimento das próprias histórias de vida e do território. **Ferramentas de Avaliação:** Como ferramentas de avaliação, foram utilizadas observações diretas das interações com os moradores, registros fotográficos e acompanhamento das métricas nas plataformas digitais (visualizações, curtidas, compartilhamentos e comentários). Além disso, os resultados também foram analisados com base na quantidade de relatos recebidos, no engajamento nas ações presenciais e no retorno espontâneo da população em relação à importância da iniciativa. Essas estratégias permitiram mensurar o impacto social e cultural da proposta, bem como ajustar os encaminhamentos futuros para ações semelhantes em outros bairros da cidade. As estratégias adotadas incluíram: pesquisa local e aproximação inicial com a comunidade; coleta de histórias em formatos diversos (vídeo, áudio e texto); edição de conteúdos digitais para publicação em redes sociais; instalação de QR Codes em pontos estratégicos do bairro para acesso às histórias; ação prática presencial com apresentação dos resultados; e culminância em seminário interno na instituição. A participação da comunidade ocorreu por meio de entrevistas presenciais, envio de relatos via formulários online e interação durante as visitas dos estudantes. Foram utilizados instrumentos como escuta ativa, registros em mídias digitais e divulgação via Instagram. Os dados foram organizados de forma sensível, respeitando a singularidade de cada narrativa.

Desenvolvimento

Durante a execução do projeto, observou-se um forte interesse dos moradores em compartilhar suas memórias, sobretudo aquelas ligadas à origem do bairro e às transformações vividas ao longo do tempo. Esse envolvimento espontâneo foi fundamental para a construção coletiva do acervo de histórias. A escuta ativa e o reconhecimento das narrativas individuais como parte de uma memória coletiva criaram um ambiente de valorização mútua. A presença dos estudantes, aliada a uma abordagem sensível e respeitosa, contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade. **Impactos no Público-Alvo:** O impacto sobre o público-alvo foi evidente na forma como os moradores passaram a valorizar suas vivências, demonstrando orgulho em vê-las reconhecidas. A integração intergeracional, estimulada pelas atividades do projeto, fortalece vínculos entre jovens e idosos, promovendo um ambiente de troca e escuta ativa. Embora não tenha sido aplicado um questionário formal, foi possível mensurar o alcance da ação por meio das contribuições narrativas, interações presenciais e digitais. **Desafios Enfrentados:** Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a logística de aproximação com a comunidade, especialmente nos primeiros contatos. A quebra da barreira inicial exigiu paciência, respeito e empatia por parte

dos estudantes. Outro obstáculo foi a limitação de recursos técnicos para o registro audiovisual das memórias, o que exigiu criatividade e adaptabilidade. Tais dificuldades foram superadas com o uso de celulares próprios dos estudantes para gravação e com a utilização de espaços públicos acessíveis para facilitar os encontros. A opção por estratégias baseadas na escuta e na construção de confiança, respeitando o tempo e o espaço dos moradores, foi essencial para o sucesso da iniciativa.

Aprendizados e Melhorias: O projeto proporcionou aprendizados significativos tanto para os estudantes quanto para os moradores envolvidos. Para os discentes, a experiência representou uma vivência prática de extensão universitária, fortalecendo habilidades como empatia, comunicação, produção audiovisual e trabalho em equipe. A vivência em campo despertou reflexões sobre o papel da universidade na valorização cultural e social dos territórios periféricos, além de destacar a importância do respeito às especificidades locais. Durante a execução, foram realizadas melhorias no formato das ações, como a criação de formulários online para ampliar o alcance da coleta de relatos e a edição de vídeos curtos adaptados para redes sociais.

Reflexão sobre a Contribuição Acadêmica e Social: A contribuição acadêmica e social do projeto foi expressiva, evidenciando como a universidade pode atuar de forma concreta na promoção da cidadania e da memória coletiva. O contato direto com os moradores permitiu aos estudantes compreender a importância da escuta, da valorização dos saberes populares e do reconhecimento da diversidade de experiências que compõem o tecido urbano. Ao mesmo tempo, os moradores sentiram-se parte ativa de um processo de reconhecimento e registro histórico, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território. O projeto contribuiu, assim, para uma formação mais crítica, humanizada e comprometida socialmente dos estudantes envolvidos.

Conclusão/ Considerações finais

O projeto atingiu de forma clara e significativa seu objetivo de resgatar e valorizar as memórias do bairro Santa Rita II por meio de uma ação interativa e acessível. A iniciativa promove o fortalecimento dos laços comunitários, estimula o pertencimento territorial e contribui para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos, integrando saberes populares e universitários. A experiência evidencia o potencial transformador das ações de extensão e reforça a importância da escuta e da participação cidadã como ferramentas para a construção de uma cidade mais inclusiva e com memória viva.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya



Figura 1. Banner de convite à participação Imagem convite para os moradores contarem a história do bairro Santa Rita II. O banner contém um QR Code que direciona a um formulário digital para envio de relatos.



Figura 3. Coleta de histórias do bairro Santa Rita II realizada por meio de entrevistas com os moradores. Os relatos orais contribuíram para o resgate e preservação da memória coletiva da comunidade

DA DISTOPIA À REALIDADE: O URBANISMO AUTORITÁRIO DE PANEM E AS CIDADES BRASILEIRAS

OLIVEIRA, Gabriela Soares ¹; ZUBA, Ester Cristine Souza ²; ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do ³.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução:

O presente relato de experiência tem como foco a análise do universo distópico retratado na saga literária e cinematográfica Jogos Vorazes, especificamente a cidade de Panem, sob a perspectiva do urbanismo autoritário e da arquitetura do controle. A cidade de Panem é concebida como um espaço segregado e rigidamente controlado, marcado por uma arquitetura que reflete práticas de poder e dominação. O estudo propõe relacionar tais aspectos com contextos urbanos brasileiros contemporâneos, nos quais se manifestam, de formas diversas, processos de segregação, controle social e uso da arquitetura como instrumento de exclusão e controle territorial. Para tanto, foi realizada uma análise crítica fundamentada em referenciais teóricos de autores reconhecidos no campo das ciências humanas e urbanísticas, tais como Henri Lefebvre, Michel Foucault, Guy Debord, David Harvey, Milton Santos e Raquel Rolnik. Estes autores proporcionam um arcabouço teórico para compreender como o espaço urbano é produzido e regulado, e como isso impacta as relações sociais e a vida cotidiana. O objetivo central deste trabalho é promover uma reflexão crítica acerca das práticas urbanísticas autoritárias e da arquitetura do controle, identificando suas manifestações simbólicas e materiais na ficção e na realidade brasileira, contribuindo para o debate acadêmico sobre a cidade como instrumento de poder e resistência social.

Métodos

Esta ação teve caráter acadêmico-educativo, desenvolvida no primeiro semestre de 2025, com alunos do sétimo período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental, integrando obras literárias, filmes, artigos científicos e textos teóricos. O público-alvo foram os estudantes da disciplina de Legislação Urbana do curso de Arquitetura e Urbanismo, com participação ativa nos debates e na produção textual. A metodologia envolveu a leitura crítica dos textos de Lefebvre sobre produção do espaço, a teoria do panoptismo de Foucault, a crítica ao espetáculo urbano de Debord, além da abordagem da justiça espacial de Harvey e das contribuições brasileiras de Santos e Rolnik. Os encontros semanais propiciaram debates orientados e apresentações dos estudantes, estimulando a construção coletiva do conhecimento. Para avaliação do impacto acadêmico, foram coletados feedbacks qualitativos e reflexões escritas dos participantes, destacando o aprofundamento do entendimento crítico sobre o tema.

Desenvolvimento:

A análise da distopia de Panem revelou que a organização espacial da cidade está fortemente marcada por uma divisão social rígida, expressa em territórios isolados e controlados, com arquitetura de caráter brutalista e opressivo. Essa configuração é ilustrativa da aplicação prática do conceito de biopolítica foucaultiano, que enfatiza o controle das populações por meio da regulação dos espaços e dos corpos. O panoptismo, enquanto técnica disciplinar de vigilância, está presente na disposição urbana e arquitetônica, evidenciando um ambiente de constante observação e controle social. No Brasil, apesar das diferenças contextuais, observa-se uma realidade urbana que compartilha alguns desses traços, sobretudo em regiões periféricas e favelas, onde a segregação socioespacial e o controle territorial exercido por forças institucionais ou grupos informais refletem práticas excludentes. A arquitetura dessas áreas, muitas vezes marcada pela ausência de planejamento formal, reforça a marginalização social e a invisibilização desses espaços no tecido urbano. O debate em sala possibilitou reconhecer que o urbanismo autoritário pode se manifestar tanto por políticas públicas que segregam e excluem, quanto por intervenções arquitetônicas que simbolizam poder e controle, como a imposição de grandes obras e estruturas que afastam ou invisibilizam populações vulneráveis. Os desafios para os estudantes incluíram a articulação entre conceitos teóricos complexos e sua aplicação na análise crítica da realidade, superados por meio do diálogo e da orientação docente. O aprendizado principal reside na compreensão do espaço urbano não apenas como um produto físico, mas como resultado de relações sociais, econômicas e políticas, com implicações diretas na vida das pessoas e no exercício da cidadania. A experiência acadêmica fomentou o interesse por uma atuação profissional comprometida com a justiça social e a produção de cidades mais inclusivas. Como efeito positivo adicional, surgiram propostas para projetos de extensão voltados à promoção do direito à cidade em comunidades locais, demonstrando o potencial transformador da integração entre teoria e prática.

Conclusão/Considerações finais

Este relato de experiência demonstra que o urbanismo autoritário e a arquitetura do controle são fenômenos que transcendem a ficção e possuem correspondências claras na realidade urbana brasileira. A cidade de Panem, como representação distópica, serve de metáfora para práticas reais de segregação, vigilância e dominação espacial. A reflexão promovida permitiu aos participantes compreender a dimensão política do espaço urbano e a necessidade de resistências que busquem a democratização do direito à cidade. O trabalho contribui para fortalecer o papel do ensino superior na formação de profissionais críticos e socialmente engajados, capazes de atuar na transformação das cidades em espaços mais justos e inclusivos.

Agradecimentos:

Agradecemos a professora Mariana Rosário do curso de Arquitetura e Urbanismo da UnifiMoc Afya pelo incentivo à realização desta pesquisa e valiosa orientação durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 2014.
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013.
HARVEY, D. A justiça espacial: cidades e direitos. São Paulo: Annablume, 2013.
LEFEBVRE, H. A produção do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2008. ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e produção do espaço na cidade brasileira. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.
SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp, 1996.

*Resumo oriundo de atividades da disciplina Legislação Urbana do curso de Arquitetura e Urbanismo da
UNIFIPMoc/Afya*

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS: O PERCURSO DA ÁGUA PLUVIAL DA COBERTURA À DRENAGEM URBANA

MOREIRA, Marcos Vinícius dos Santos¹; OLIVEIRA, Gabriela Soares², ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira do³.

¹Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

²Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya.

³ Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UnifipMoc Afya

Introdução

As instalações hidrossanitárias compõem um dos sistemas mais relevantes nas edificações, sendo responsáveis pela gestão eficiente da água, tanto potável quanto residual. No campo da arquitetura e urbanismo, compreender sua aplicação prática é fundamental para garantir a funcionalidade, segurança e sustentabilidade dos projetos. Entre os subsistemas que integram as instalações hidrossanitárias, o manejo da água pluvial, especialmente o que envolve telhados, calhas e condutores, tem importância crescente diante das mudanças climáticas e da intensificação de eventos extremos de precipitação. Este estudo visa compreender o trajeto da água pluvial, desde sua captação na cobertura das edificações até sua condução final para o sistema de drenagem urbana ou de reaproveitamento, destacando os critérios técnicos, normativos e sustentáveis envolvidos nesse processo.

Métodos

A presente análise foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica, com base em normas técnicas da ABNT, manuais técnicos e obras de referência nas áreas de hidráulica predial e arquitetura. O recorte adotado priorizou o estudo da água pluvial, sendo o telhado o ponto de partida para compreender o funcionamento integrado dos sistemas de captação, condução e descarte. O desenvolvimento se dá por uma sequência lógica do percurso da água: inicia-se com a precipitação sobre a cobertura da edificação, segue para as calhas e condutores verticais e finaliza no destino apropriado, seja ele a rede pública ou sistemas de reaproveitamento.

Desenvolvimento

A água da chuva, ao atingir a cobertura de uma edificação, representa uma carga hidrodinâmica que deve ser corretamente captada e conduzida para evitar prejuízos estruturais, patologias construtivas e impactos negativos no entorno urbano. O telhado, elemento primário de captação, deve ser projetado com base na declividade adequada, tipo de material da cobertura e área de contribuição. A inclinação mínima do telhado garante o escoamento da água por gravidade, enquanto o tipo de telha influencia diretamente no coeficiente de escoamento. A inclinação mínima do telhado também é um fator determinante para garantir o rápido escoamento da água, evitando acúmulos que podem comprometer a impermeabilização da cobertura. Segundo normas técnicas e orientações de fabricantes de telhas, coberturas com telhas cerâmicas exigem inclinações mínimas de 25%, enquanto telhas metálicas podem operar com declividades menores, a partir de 5%. A escolha da inclinação e do tipo de telha, portanto, deve considerar não apenas critérios estéticos ou estruturais, mas também hidráulicos, garantindo o desempenho adequado do sistema de drenagem pluvial.

A vazão de água que incide sobre o telhado pode ser estimada pela fórmula $Q = A \times I \times Cf$, onde Q representa a vazão em litros por segundo (L/s), A a área de captação em metros quadrados (m²), I a intensidade pluviométrica local (L/min/m²), e Cf o coeficiente de escoamento. A intensidade da chuva é determinada com base em séries históricas, por meio das curvas IDF (Intensidade, Duração e Frequência), fornecidas por institutos meteorológicos e prefeituras municipais. A água captada escoar até as calhas, que são condutos horizontais geralmente fixados nas bordas do telhado. O dimensionamento das calhas é essencial para evitar transbordamentos, sendo seu perfil transversal e declividade determinados com base na vazão prevista. A NBR 10844 estabelece critérios para o dimensionamento e especifica as declividades mínimas, geralmente entre 0,5% e 1%, que garantem o escoamento contínuo mesmo com variações na intensidade de chuva. Das calhas, a água segue para os condutores verticais, também chamados de "tubos de queda", que transportam a água da cobertura até o solo ou até o ponto de conexão com a rede de drenagem. O número e o diâmetro dos condutores devem ser suficientes para suportar a vazão sem gerar pressão interna, o que exige atenção ao cálculo hidráulico e ao posicionamento estratégico ao longo da fachada da edificação. O diâmetro é escolhido de modo a permitir uma velocidade de escoamento compatível com os limites da norma, evitando erosões ou entupimentos. Finalmente, a água pode seguir três caminhos: ser direcionada à rede pública de águas pluviais, infiltrada no solo por meio de soluções como poços de infiltração ou trincheiras, ou armazenada para reuso em atividades não potáveis, como irrigação, lavagem de pisos e descargas sanitárias. O projeto arquitetônico pode incorporar reservatórios, cisternas e sistemas de filtragem simples para promover o aproveitamento dessa água, contribuindo para a sustentabilidade da edificação e para o uso racional dos recursos hídricos.

Conclusão/Considerações finais

O estudo do sistema hidrossanitário revela a importância de um planejamento integrado que começa ainda na fase de concepção arquitetônica. O correto dimensionamento dos telhados, calhas e condutores verticais é decisivo não apenas para o desempenho técnico da edificação, mas também para sua relação com o ambiente urbano e natural. Ao compreender esse processo, o futuro arquiteto amplia sua capacidade de projetar com qualidade técnica e compromisso socioambiental. Mais do que um requisito normativo, o manejo adequado da água da chuva representa uma oportunidade para inserir princípios de sustentabilidade, resiliência urbana e eficiência hídrica na arquitetura contemporânea.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Mariana Rosário pelo incentivo à realização desta pesquisa e aos colegas do curso de Arquitetura e Urbanismo da UnifipMoc Afya pelas contribuições e discussões que enriqueceram o desenvolvimento deste trabalho.

Referências:

BENTO, A. et al. **Cálculo para dimensionamento de amostrador de água da chuva com captação em telhado de banheiros no campus de Ji-Paraná/Unir.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/1675/1438>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GHISI et al. **INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://organizacaoct.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/04/c3a1guas-pluviais-manual-instalac3a7c3b5es-prediais.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2025.

Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=VxPfEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=Instala%C3%A7%C3%B5es+Hidr%C3%A1ulicas+e+Sanit%C3%A1rias&ots=4Q9kFmYWZR&sig=LSMaV7uYqZS5X6d6W1BoKKLuR8E#v=onepage&q=Instala%C3%A7%C3%B5es%20Hidr%C3%A1ulicas%20e%20Sanit%C3%A1rias&f=false>. Acesso em: 29 abr. 2025.

TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. **Target Normas: ABNT NBR 10844 NBR10844 Instalações prediais águas.** Disponível em: <<https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/5624/abnt-nbr10844-instalacoes-prediais-de-aguas-pluviais-procedimento>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. **Target Normas: ABNT NBR 5626 NBR5626 Sistemas prediais de água fria.** Disponível em: <<https://www.normas.com.br/visualizar/abnt-nbr-nm/5280/abnt-nbr5626-sistemas-prediais-de-agua-fria-e-agua-quente-projeto-execucao-operacao-e-manutencao>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RELATÓRIO TÉCNICO: DIMENSIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE CARGAS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS RESIDENCIAIS.

Rute Noemi Viana Neres e Maria Eduarda Lopes
Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo UNIFIPmoc
Professora: Mariana Cristina

Introdução

O projeto elétrico residencial é essencial para garantir o funcionamento seguro e eficiente da instalação elétrica de uma edificação. A sua elaboração deve seguir normas técnicas específicas, como a ABNT NBR 5410/2008 (instalações elétricas de baixa tensão) e a NBR 5419 (sistemas de proteção contra descargas atmosféricas). O objetivo deste estudo é o dimensionamento e a correta distribuição de cargas em uma residência unifamiliar, respeitando as normas vigentes e considerando segurança, funcionalidade e eficiência energética.

Metodologia

- Análise da planta baixa para cálculo da área e perímetro de cada cômodo. - Levantamento e quantificação dos pontos de consumo (iluminação, TUGs e TUEs). - Dimensionamento da potência instalada para iluminação e tomadas, conforme critérios da NBR 5410. - Cálculo da potência ativa total, considerando fatores de potência para diferentes circuitos. - Divisão da instalação elétrica em circuitos individuais para iluminação, tomadas e aparelhos específicos. - Seleção de dispositivos de proteção adequados (disjuntores, DRs e DPSs). - Elaboração da lista de materiais necessários e respectivo orçamento. - Utilização de software CAD para o desenvolvimento gráfico do projeto.

Desenvolvimento

Cada cômodo teve sua área e perímetro calculados, possibilitando a definição das potências de iluminação e a quantidade de tomadas de uso geral (TUGs). - Iluminação: Previsto pelo menos um ponto de luz fixo por cômodo, potência mínima de 100 VA para os primeiros 6 m² e 60 VA para cada 4 m² adicionais. - TUGs: Uma tomada a cada 5 m de perímetro, potência de 100 VA por tomada; exceções para banheiros (600 VA) e cozinhas (600 VA para as três primeiras tomadas e 100 VA para as demais). - TUEs: Tomadas para equipamentos específicos com corrente nominal superior a 10 A, como chuveiros e ar-condicionado. Foi realizado o somatório das potências ativas de iluminação, TUGs e TUEs, obtendo-se a carga total prevista para a instalação. A instalação foi dividida em circuitos independentes para iluminação, TUGs e TUEs, respeitando os limites de corrente estabelecidos na NBR 5410. Foram especificados disjuntores termomagnéticos, dispositivos DR e DPS, garantindo a proteção contra curtos-circuitos, sobrecargas e surtos de tensão. Foi elaborada uma lista de materiais necessária para a execução da instalação, facilitando o planejamento de compras e o controle da execução. Foi utilizado o AutoCAD para a elaboração dos desenhos do projeto elétrico, otimizando a representação gráfica dos circuitos e componentes.

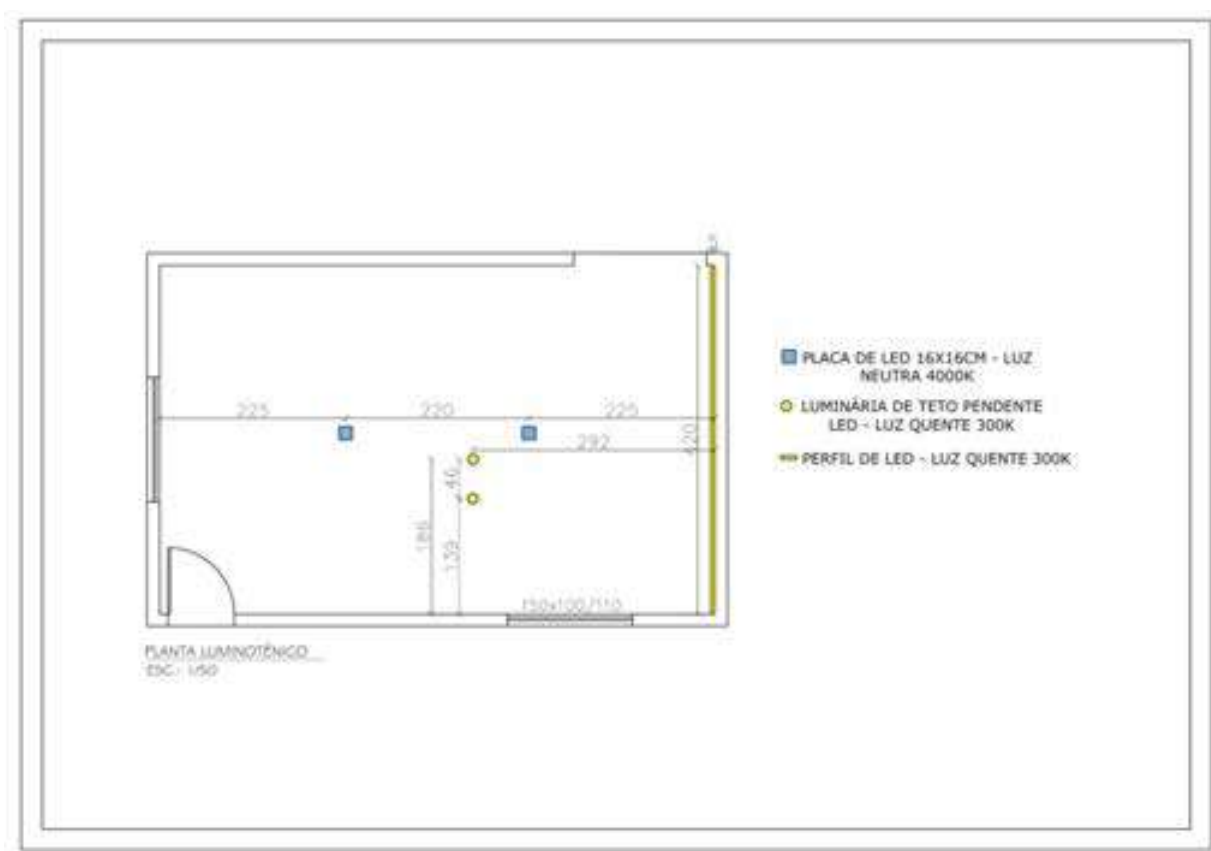
Considerações Finais

O correto dimensionamento e a distribuição das cargas são fundamentais para garantir a segurança e eficiência de uma instalação elétrica residencial. A aplicação rigorosa das normas técnicas, o uso adequado de dispositivos de proteção e a organização do projeto são essenciais para o sucesso da instalação. A utilização de softwares específicos contribui para a precisão e agilidade no desenvolvimento dos projetos.

Referências

- ABNT NBR 5410:2008 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão - ABNT NBR 5419 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas - Normas específicas da concessionária de energia elétrica local.

Imagem



RELATÓRIO VISITA - PROJETO DE ARQUITETURA SUSTENTÁVEL

¹Maria Eduarda de Azevedo Silva; ¹ Maria Eduarda Nalin; ¹Maria Victória do Rosário Rodrigues; ¹Nicole Neves Araújo ¹Tom Nogueira Almeida; ¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc.

²Pedro Cesar Almeida

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

No dia 19 de fevereiro, realizou-se uma visita técnica à residência localizada na Rua Raimundo Mangabeira, 39, Vila Guilhermina, Montes Claros - MG. O objetivo da visita foi analisar e avaliar as características do local, aliadas aos conceitos de projeto de arquitetura sustentável. Durante a visita, fomos recebidos pelo proprietário, senhor José Gomes de Assis, que nos apresentou as soluções sustentáveis implementadas em sua residência. Desde a vista de fora, notamos que a residência do senhor Gomes possui uma bela vegetação, com diversas plantas e árvores que melhoram a qualidade do ar e o clima do local. O senhor Gomes implementou um sistema de aquecimento de água solar utilizando canos de PVC e garrafas PET recicladas. Esse sistema é um "EXEMPLO DE ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL ECO, um aquecedor solar com garrafas PET's, que proporciona REDUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA RESIDÊNCIA EM ATÉ 40% (elimina o chuveiro elétrico) e REDUÇÃO DO GÁS DE COZINHA EM ATÉ 70%". Outra característica notável da residência é o sistema de captação de água da chuva, que coleta a água do telhado da casa e do telhado do vizinho. A água coletada é submetida a um processo que remove resíduos e folhas, e posteriormente é armazenada em um reservatório de 12.000 litros localizado no quintal da propriedade, sob o solo. Essa água é reutilizada em locais específicos da casa. É importante destacar que a cidade de Montes Claros já sofreu com falta de abastecimento de água em períodos com pouca chuva, tornando esse sistema de captação de água da chuva ainda mais relevante e importante. A iluminação natural observada na casa também foi um elemento muito interessante. O senhor Gomes utilizou uma meia parede de vidro que capta a luz do jardim de inverno para contribuir com a iluminação interna. Essa solução permite que a luz natural entre dentro de casa, reduzindo a necessidade da iluminação artificial e contribuindo para a redução do consumo de energia. Além disso, o senhor Gomes realiza coleta seletiva de lixo regularmente em sua casa, separando o lixo em seis tipos. Essa prática é fundamental para reduzir a quantidade de resíduos enviados aos aterros e promover a reciclagem. A residência visitada é um exemplo de como a separação de resíduos pode ser implementada de forma eficaz, permitindo o descarte adequado de materiais recicláveis, orgânicos e não recicláveis. Essa prática demonstra o compromisso do proprietário com a sustentabilidade e a redução do impacto ambiental. Em síntese, a visita à residência que incorpora recursos sustentáveis foi uma experiência enriquecedora e instrutiva. A aplicação de práticas sustentáveis, como o uso de painéis solares, coleta de água pluvial e aquecedor de água solar, demonstrou a importância da integração da sustentabilidade na arquitetura e urbanismo. Essas técnicas contribuem para a preservação do meio ambiente, economia de recursos e conscientização dos moradores. A experiência obtida nesta visita reforçou a necessidade de um planejamento detalhado e consciente, evidenciando a relevância da sustentabilidade em projetos arquitetônicos para garantir um futuro mais verde e durável.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de uma disciplina da UNIFIPMoc/Afya



FIGURA 1



FIGURA 2



FIGURA 3



FIGURA 4



FIGURA 5



FIGURA 6

Figura 1. Local da visita técnica destacado em vermelho, endereço: Montes Claros - MG, Rua Raimundo Mangabeira, 39, Vila Guilherme. **Figura 2.** Vista da fachada da casa do senhor Gomes, local da visita técnica (imagem retirada da internet). **Figura 3.** Meia parede de vidro ilumina a cozinha de maneira sustentável. **Figura 4.** Vista do jardim de inverno. **Figura 5.** Latas de lixo destinadas à coleta seletiva. **Figura 6.** Alternativa para auxiliar na separação do lixo dentro de casa.
Obs: Com exceção da figura 2 todas as imagens foram feitas pelo grupo.

DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DO PLANEJAMENTO URBANO NO DISTRITO FEDERAL: ENTRE A VISÃO MODERNISTA E A REALIDADE TERRITORIAL

Maria Eduarda Souza 1; Noemi Brito 1; Yasmin Andrade 1; Vinícius Corrêa 1; Mariana Teixeira²
1 Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UniFIPMoc Centro Universitário
2 Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc

Introdução

O estudo aborda as complexas dinâmicas do planejamento urbano e regional do Distrito Federal, analisando os desafios decorrentes da criação de Brasília e seu impacto na organização territorial e desenvolvimento regional. Apesar do planejamento inicial moderno e setorizado, a rápida expansão urbana gerou desigualdades socioespaciais e crescimento desordenado das periferias, evidenciando problemas de infraestrutura e mobilidade urbana. O estudo também destaca a prioridade dada ao transporte individual e as dificuldades enfrentadas pelo transporte público.

Métodos

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas fontes acadêmicas, como artigos científicos, livros, planos diretores e documentos oficiais disponíveis em repositórios institucionais e sites governamentais. A pesquisa foi desenvolvida no contexto da disciplina de Planejamento Urbano e Regional, com o objetivo de compreender os impactos históricos e atuais das políticas urbanísticas na configuração territorial do Distrito Federal. A análise foi orientada por temas centrais como mobilidade urbana, sustentabilidade, desigualdade socioespacial e expansão urbana, permitindo uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelo planejamento urbano na região.

Desenvolvimento

O planejamento urbano do Distrito Federal, idealizado com base nos princípios do urbanismo modernista, buscou inicialmente organizar o território de forma funcional e setorizada. No entanto, a rápida expansão populacional e territorial gerou impactos que desafiaram as diretrizes originais do Plano Piloto. A rigidez do modelo urbanístico dificultou adaptações frente às novas demandas sociais e habitacionais, provocando o crescimento das chamadas cidades-satélites, responsáveis por abrigar a população que não encontrava espaço na área central planejada. Esse processo resultou em uma segregação socioespacial evidente: enquanto o centro administrativo permaneceu altamente estruturado, as regiões periféricas cresceram de maneira desordenada e, muitas vezes, com infraestrutura deficiente. Iniciativas como as Unidades Socioeconômicas Rurais (USERS) e o Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe), criadas nas décadas de 1960 e 1970, visavam organizar esse crescimento. Entretanto, falhas na gestão e na destinação de recursos comprometeram a eficácia dessas políticas, ampliando as disparidades entre áreas centrais e periféricas. A mobilidade urbana tornou-se um dos maiores desafios decorrentes dessa expansão desequilibrada. O planejamento de Brasília priorizou o transporte individual, com largas avenidas e grandes distâncias, incentivando o uso do automóvel. Como consequência, surgiram elevados índices de motorização, congestionamentos e impactos ambientais significativos. O sistema de transporte público, embora presente, ainda enfrenta problemas de integração, frequência e capacidade, afetando especialmente os moradores das cidades-satélites que precisam se deslocar diariamente até o Plano Piloto. Apesar da criação de programas como o “Brasília Integrada” e do Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade (PDTU-DF), que buscam ampliar a infraestrutura de transporte coletivo e não motorizado, como ciclovias, os avanços têm sido limitados. O desequilíbrio na distribuição de empregos e serviços continua a sobrecarregar o sistema viário e penaliza os grupos mais vulneráveis, que dependem do transporte público. A complexa dinâmica urbana do Distrito Federal também se manifesta na diversidade das Regiões Administrativas, que variam entre áreas urbanizadas com intensa verticalização, como Águas Claras, e regiões com características semi-rurais, como Sobradinho e Planaltina. A expansão urbana também ultrapassou os limites do DF, atingindo municípios do entorno, como Valparaíso de Goiás e Luziânia, cujos moradores enfrentam longos deslocamentos e carência de infraestrutura básica. Outro aspecto central é a questão ambiental. O crescimento urbano, muitas vezes desordenado, impactou áreas de preservação, como o Parque Nacional de Brasília e a APA do Planalto Central. Embora o Lago Paranoá e outras reservas exerçam funções essenciais para o equilíbrio ambiental, a pressão urbana representa um risco constante à conservação desses espaços. Em síntese, o desenvolvimento urbano do Distrito Federal revela a complexidade de conciliar crescimento populacional, infraestrutura adequada, justiça socioespacial e preservação ambiental. O modelo urbanístico original, embora inovador, mostrou-se limitado frente às transformações sociais e territoriais, exigindo revisão constante das políticas públicas para garantir uma cidade mais equilibrada, acessível e sustentável.

Conclusão/ Considerações finais:

O planejamento urbano e regional do Distrito Federal reflete um processo contínuo de ajustes frente aos desafios da urbanização e às demandas de uma população em constante crescimento. A criação de Brasília, com seu projeto visionário de modernidade e integração nacional, gerou inovações urbanísticas relevantes, mas também revelou contradições profundas, como a segregação socioespacial e a expansão desordenada das periferias. A análise histórica do território evidencia que, apesar das diversas políticas públicas implementadas ao longo das décadas, os problemas estruturais persistem — especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana, às desigualdades territoriais e à sustentabilidade ambiental. A rigidez do modelo modernista e a centralização dos serviços no Plano Piloto acentuaram a exclusão das regiões periféricas, comprometendo o equilíbrio territorial e a qualidade de vida de grande parte da população. Nesse contexto, torna-se evidente a urgência de um modelo de planejamento mais inclusivo, sustentável e adaptável às realidades locais. É fundamental que as estratégias urbanísticas considerem as especificidades das Regiões Administrativas e promovam a descentralização dos serviços, o fortalecimento da infraestrutura pública e a proteção dos recursos naturais. A efetividade dessas ações dependerá da capacidade de adaptação das políticas públicas e do compromisso com a justiça socioespacial. Portanto, o futuro do Distrito Federal exige um planejamento urbano que vá além do ideal modernista original, sendo capaz de integrar as regiões centrais e periféricas de forma equitativa e de garantir uma cidade mais justa, eficiente e resiliente para todos os seus habitantes.

Referências

- DERNTL, M. F. **Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960**. Anais do Museu Paulista, v. 28, p. e30, 2020.
- FREITAG, P.; FARIA, R. S. DE. **Pensar Brasília e o Distrito Federal: entre o planejamento urbano-regional e o planejamento nacional (1966-1975/1984)**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 13, p. e20200257, 13 ago. 2021.
- DE QUADROS, F. R. **Planejamento Urbano do Distrito Federal**. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- SANTIAGO, E. **Distrito Federal**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/brasil/distrito-federal/>>. Acesso em: 26 mar. 2025.
- Caminho do desejo**. Disponível em: <<https://www.diegobresani.com/projetos/caminhododesejo>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Planejamento Urbano e Regional da UNIFIPMoc/Afya

SOMBRA INTELIGENTE: SOLUÇÃO ARQUITETÔNICA AUTOMATIZADA EM ESPAÇOS ESPORTIVOS

Marco Antônio dos Santos Silva¹; Adilson Chaid Alves da Cruz¹; Gabriel Vitor da Silva Domiciano¹; Ana Carolina Santos Vicira¹; Isabela Guimarães Silva¹; Gustavo Gonçalves Botelho¹; Marcella Novaes Ribeiro¹; Pedro Cesar Almeida²
¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya
² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução

No desenvolvimento do projeto de um núcleo esportivo, a criação de espaços que promovam conforto ambiental, integração com o entorno e eficiência funcional é essencial. Pensando nisso a concepção de um equipamento de sombra para um dos edifícios do conjunto foi realizada, com o objetivo de oferecer proteção solar, ventilação natural e qualidades estéticas marcantes. Este equipamento é composto por grandes placas metálicas com aberturas planejadas que permitem a entrada controlada de luz e ar, sendo concebido para operar de forma automatizada conforme as condições climáticas e horários do dia. O uso do aço cortén como material estrutural contribui tanto para a durabilidade quanto para a identidade visual da proposta arquitetônica.

Métodos

A concepção do equipamento partiu de princípios de arquitetura bioclimática, buscando **equilibrar o controle solar com a ventilação cruzada e a iluminação natural**. O sistema automatizado foi idealizado com base na integração de motores elétricos e sensores climáticos, que regulam a movimentação das placas em tempo real. Para isso, são empregados atuadores lineares ou servo motores, associados a controladores lógicos programáveis, como Arduino ou sistemas de automação predial (domótica). A escolha do aço cortén, por sua vez, foi pautada por suas qualidades estruturais, resistência à corrosão e valor estético, formando uma composição robusta e durável com reduzida necessidade de manutenção.

Desenvolvimento

O equipamento de sombra é formado por grandes placas metálicas de aço cortén, fixadas em estruturas móveis que permitem dois tipos de movimentação: rotação e deslizamento. Essas placas possuem aberturas planejadas que cumprem dupla função — permitir a entrada controlada da luz natural e favorecer a ventilação passiva dos espaços internos. As aberturas foram pensadas para garantir um microclima agradável mesmo em horários de maior incidência solar, ampliando o conforto térmico dos usuários do núcleo esportivo. As placas podem girar em torno de eixos verticais ou horizontais, ou se mover lateralmente em trilhos, acionadas por motores que respondem a comandos automáticos. Esse movimento dinâmico transforma a fachada do edifício em um painel vivo e adaptável, que responde às mudanças do ambiente ao longo do dia e das estações. **A automação do sistema** permite um funcionamento inteligente e responsivo. Sensores de luminosidade ajustam automaticamente a abertura das placas para otimizar o uso da luz natural, reduzindo a dependência de iluminação artificial. Sensores de temperatura atuam para aumentar a ventilação em dias mais quentes, promovendo o resfriamento natural dos ambientes internos. Além disso, sensores de chuva e vento garantem o recolhimento ou travamento das placas em condições climáticas adversas, protegendo o sistema e os usuários. A programação pode ainda ser refinada por meio de um relógio astronômico, que regula o comportamento das placas conforme a posição do sol ao longo do ano. Isso permite uma adaptação precisa às diferentes condições sazonais, mantendo a eficiência do equipamento ao longo do tempo. Todo o sistema pode ser monitorado e ajustado por interfaces digitais, como aplicativos ou painéis de controle, oferecendo tanto autonomia quanto possibilidade de intervenção manual.

Conclusão/ Considerações finais

A incorporação de um equipamento de sombra automatizado em aço cortén no projeto de um núcleo esportivo representa uma solução inovadora e multifuncional. Ele não apenas proporciona conforto térmico e eficiência energética, mas também contribui para a estética arquitetônica e para a sustentabilidade do edifício. Ao integrar tecnologia, materiais duráveis e princípios ambientais, o projeto se destaca por sua capacidade de adaptação e por valorizar a experiência dos usuários, demonstrando um compromisso com o design inteligente e o bem-estar coletivo. Essa solução reforça a importância de equipamentos arquitetônicos que vão além da função básica, incorporando inteligência ambiental e expressão formal como parte integrante do espaço construído.

Agradecimentos

Marco Antônio dos Santos Silva, Adilson Chaid Alves da Cruz, Gabriel Vitor da Silva Domiciano, Ana Carolina Santos Vieira, Isabela Guimarães Silva, Gustavo Gonçalves Botelho, Marcella Novaes Ribeiro.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Arquitetura Inteligente da UNIFIPMoc/Afya**Referências**

GIVONI, Baruch. Climate Considerations in Building and Urban Design. New York: Van Nostrand Reinhold, 1998.
SZOKOLAY, Steven V. Environmental Design: An Introduction for Architects and Engineers. London: Routledge, 2014.
RIBEIRO, Wagner Costa. Arquitetura Bioclimática: Um Panorama Contemporâneo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
VALE, Brenda; VALE, Robert. Green Architecture: Design for a Sustainable Future. London: Thames and Hudson, 1991.
CAPELUTO, Isaac G. Energy performance of the self-shading building shape. Energy and Buildings, v. 35, n. 3, p. 327–336, 2003.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: AVANÇOS, APLICAÇÕES E DESAFIOS NA ARQUITETURA E SOCIEDADE

SOUZA, Maria Eduarda¹; CUNHA, Luís Felipe Teixeira de Almeida²; BRITO, Noemi Simões³; ANDRADE, Yasmin Barbosa de⁴; ARAÚJO, Vinícius Corrêas⁵; ALMEIDA, Pedro César⁶;

¹Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

²Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

³Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

⁴Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

⁵Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

⁶Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) tem se destacado como uma tecnologia transformadora na sociedade contemporânea, influenciando áreas diversas — inclusive a arquitetura. Desde sua formulação na Conferência de Dartmouth, em 1956, até os avanços recentes impulsionados pela evolução do poder computacional e das redes neurais profundas, a IA vem sendo progressivamente incorporada às práticas profissionais. No campo da arquitetura, essa integração abre caminhos para novas possibilidades de criação, aumento de eficiência e preservação cultural, ao mesmo tempo em que exige reflexão crítica sobre os impactos éticos e sociais decorrentes de seu uso.

Metodologia

A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de fontes acadêmicas que abordam a relação entre Inteligência Artificial, arquitetura e sociedade. A seleção de textos priorizou publicações recentes que oferecem diferentes perspectivas sobre o tema, com destaque para os trabalhos de Sichman (2021), Silva et al. (2023) e Gómez et al. (2023), permitindo aprofundar a compreensão crítica acerca das transformações provocadas pela IA no campo arquitetônico.

Desenvolvimento

A presença da IA na arquitetura tem influenciado diretamente práticas projetuais e construtivas, por meio de ferramentas que otimizam o design, aumentam a precisão de modelos e antecipam incompatibilidades ainda na fase de planejamento. Com o suporte de tecnologias como o Building Information Modeling (BIM), torna-se possível realizar análises ambientais, simulações térmicas e desenvolver soluções mais sustentáveis. Sistemas baseados em IA, por exemplo, podem analisar dados climáticos e de uso do edifício para propor configurações eficientes de iluminação e ventilação, reduzindo o consumo energético e elevando o conforto dos usuários. No campo da preservação do patrimônio, algoritmos generativos e plataformas como o DALL-E têm sido aplicados para reconstituir elementos históricos a partir de dados incompletos ou fragmentados. A IA permite criar modelos tridimensionais detalhados de edifícios antigos, contribuindo para a restauração e a reconstrução virtual. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à fidelidade estética, à interpretação de estilos arquitetônicos e à garantia da autenticidade dos resultados, o que demanda pesquisas contínuas. Apesar das potencialidades, o uso da IA na arquitetura também levanta questões importantes. Entre as principais preocupações estão a padronização excessiva dos projetos, a substituição de profissionais humanos e a delegação de decisões complexas a sistemas algorítmicos. O impacto da automação na força de trabalho e o risco de aprofundamento das desigualdades sociais reforçam a necessidade de políticas voltadas à inclusão digital e à qualificação profissional. Além disso, problemas como viés algorítmico, privacidade e segurança de dados evidenciam a urgência de regulamentações claras e responsáveis. Para lidar com esses desafios, é essencial que arquitetos e urbanistas compreendam os limites da IA e participem ativamente da construção de diretrizes éticas para seu uso. No âmbito urbano, a IA vem sendo aplicada em sistemas inteligentes voltados ao planejamento de cidades, gestão de recursos e melhoria da mobilidade. Sua interação com tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas e a realidade aumentada, tem possibilitado o desenvolvimento de ambientes mais responsivos e inclusivos. A IA pode, por exemplo, contribuir para a otimização do tráfego, a redução da poluição e a eficiência de serviços públicos. No entanto, o avanço técnico deve estar atrelado a princípios éticos e políticas públicas que garantam uma aplicação equitativa e democrática da tecnologia. A participação da sociedade civil e dos profissionais da área é fundamental para assegurar que o uso da IA esteja comprometido com o bem comum e com a redução de desigualdades.

Considerações finais

A pesquisa conclui que a Inteligência Artificial representa uma transformação profunda no modo de projetar, construir e habitar os espaços. Sua atuação no campo da arquitetura viabiliza soluções criativas e sustentáveis, ampliando as fronteiras da prática arquitetônica. Entretanto, os desafios éticos, sociais e profissionais exigem uma postura crítica e comprometida por parte dos agentes envolvidos. O futuro da arquitetura com IA dependerá da consolidação de uma formação multidisciplinar, de regulamentações adequadas e da valorização dos princípios humanos no uso da tecnologia. Para que o progresso seja equilibrado, é fundamental que a inovação caminhe ao lado da justiça social, da diversidade cultural e da preservação da identidade arquitetônica.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Arquitetura Computacional, Automação, BIM, Algorítmico, Impactos Socioeconômicos.

Referências: GÓMEZ, E. M.; MORAL ANDRÉS, F.; REVIRIEGO VASALLO, P. Unfinished Architectures: A Perspective from Artificial Intelligence. 2023.
SICHMAN, J. S. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, 2021.
SILVA, B. S.; SILVA, T. R. da Hora. Inteligência Artificial na Arquitetura: A Inserção da Tecnologia na Prática. *Apoena Revista Eletrônica*, 2023.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Projeto de Arquitetura Inteligente da UNIFIPMoc/Afya

SALVADOR: EVOLUÇÃO URBANA, IDENTIDADE CULTURAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

AGUIAR, Maria Clara Maurení ¹; CAMPOS, Elisa Oliveira; NASCIMENTO, Julia Rodrigues; OLIVEIRA, Gabriela Soares; TEIXEIRA, Mariana Fernandes²; ZUBA, Ester Cristine Souza ¹.
¹Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.
²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc

Introdução

O presente trabalho tem como foco central a análise da evolução urbana da cidade de Salvador, tendo em vista a complexidade de sua formação histórica, geográfica, econômica e cultural. Estudar Salvador revela-se essencial para a compreensão dos processos urbanos que marcam o desenvolvimento das cidades brasileiras. A cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, destaca-se por sua importância histórica, cultural e urbanística. Fundada em 1549, foi a primeira capital do Brasil e desempenhou papel central na administração colonial portuguesa. Sua formação urbana está diretamente relacionada ao modelo de colonização adotado pelos portugueses, que estruturaram a cidade com base em uma divisão funcional e simbólica entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, refletindo as hierarquias sociais e espaciais da época. Ao longo dos séculos, Salvador consolidou-se como um dos principais centros urbanos do país, com forte influência das culturas indígena, africana e europeia, o que resultou em uma identidade urbana única, expressa na arquitetura, nas práticas religiosas, nas manifestações culturais e na organização espacial da cidade. Além disso, a evolução da cidade foi marcada por dinâmicas sociais complexas, envolvendo conflitos e negociações entre diferentes grupos populacionais, o que impactou diretamente na configuração dos espaços urbanos e na segregação socioespacial observada atualmente. Diante disso, este trabalho tem como objetivo compreender os aspectos históricos, sociais e culturais que influenciaram a formação urbana de Salvador, bem como refletir sobre as desigualdades espaciais ainda presentes no território da cidade. A relevância desta análise se torna ainda mais evidente ao considerar os desafios contemporâneos enfrentados pela cidade em termos de planejamento urbano, mobilidade, habitação e preservação do patrimônio cultural, elementos essenciais para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida no contexto da disciplina de Planejamento Urbano e Regional, ao longo do primeiro semestre letivo de 2025, a partir de atividades realizadas em sala de aula. O levantamento teórico foi conduzido com base em materiais fornecidos pela professora, bem como por meio de consultas complementares a fontes confiáveis, como livros acadêmicos, artigos científicos e publicações institucionais. As principais fontes utilizadas foram obras e textos especializados nas áreas de urbanismo, história urbana e geografia, priorizando publicações entre os anos de 2010 e 2023, disponíveis em biblioteca física e bases de dados como Scielo e Google Scholar. Foram adotados critérios de seleção que incluíram a relevância temática, atualidade dos estudos e adequação ao objeto de análise. Durante o processo de pesquisa, os conteúdos foram lidos e organizados em categorias temáticas relacionadas aos seguintes eixos: formação histórica de Salvador, traçado urbano colonial, heranças culturais e religiosas e desigualdades socioespaciais. O seminário final foi estruturado a partir da síntese desses conteúdos e da discussão crítica realizada entre os integrantes do grupo, permitindo uma apresentação coesa e fundamentada sobre o tema.

Desenvolvimento

A análise da cidade de Salvador revelou uma trajetória urbana profundamente marcada por sua origem como capital do Brasil colonial. Fundada em 1549, a cidade foi planejada para abrigar a sede administrativa da Coroa portuguesa, sendo estruturada com base em um modelo urbano europeu, adaptado às condições do relevo e às funções militares e religiosas. Esse planejamento refletia a intenção dos colonizadores de estabelecer um ponto estratégico, não apenas para controle político, mas também para defesa e expansão territorial. As cidades coloniais brasileiras surgiram de maneira estratégica e simbólica, refletindo os interesses do poder central e da Igreja Católica, que exerciam grande influência sobre as estruturas sociais e espaciais dessas localidades. Em Salvador, esse modelo se concretizou na divisão entre Cidade Alta e Cidade Baixa, uma característica marcante de sua morfologia urbana. A Cidade Alta concentrou funções administrativas, religiosas e residenciais da elite colonial, abrigando os principais órgãos governamentais, palácios, igrejas e residências dos colonizadores mais abastados. Em contraste, a Cidade Baixa desenvolveu-se como um espaço voltado ao comércio, às atividades portuárias e à moradia das populações escravizadas e trabalhadores livres, cuja presença foi fundamental para a economia colonial. Essa separação espacial não apenas representava uma divisão física, mas também expressava as profundas desigualdades sociais da época, com a elite controlando as áreas mais valorizadas e elevadas, enquanto as camadas populares e escravizadas ocupavam regiões de menor prestígio e, frequentemente, mais vulneráveis. Essa organização espacial refletiu desde cedo uma lógica de segregação social que ainda hoje pode ser observada em diversas áreas da cidade. Mesmo com as transformações urbanas e sociais ocorridas ao longo dos séculos, a divisão entre os espaços privilegiados e aqueles menos assistidos permanece, manifestando-se em problemas de infraestrutura, acesso a serviços públicos e qualidade de vida. As desigualdades socioespaciais, portanto, têm raízes históricas que dificultam a construção de uma cidade mais inclusiva e equitativa. Além disso, essa segregação influenciou a dinâmica cultural da cidade, criando diferentes formas de expressão e resistência entre os diversos grupos sociais. Outro aspecto relevante identificado foi a forte influência cultural africana na formação da identidade urbana de Salvador. Elementos como o sincretismo religioso, presente nas práticas que mesclam tradições católicas e cultos africanos, as festas populares como o Carnaval e o Carnaval de Rua, a musicalidade que abrange ritmos como o samba-reggae e o axé, e o artesanato local são expressões vivas de uma herança que resiste e se reinventa constantemente.

nos espaços urbanos da cidade. Essa riqueza cultural não apenas contribui para o reconhecimento nacional e internacional de Salvador, mas também reforça o papel da cultura como instrumento de identidade, resistência e valorização social. A manifestação dessa cultura se reflete tanto em práticas sociais e comunitárias quanto na arquitetura religiosa e civil, conferindo à cidade uma estética singular que mescla traços coloniais e africanos, revelando sua história multifacetada. Apesar de sua importância histórica, cultural e urbanística, Salvador enfrenta desafios contemporâneos significativos ligados à expansão urbana desordenada, às desigualdades socioespaciais persistentes e à preservação de seu patrimônio histórico. A rápida urbanização provocou o crescimento das periferias de forma acelerada e muitas vezes irregular, o que dificulta o acesso da população a serviços básicos, como saneamento, transporte e saúde. A ausência de políticas públicas efetivas e integradas para o planejamento urbano, aliada à especulação imobiliária e à pressão por desenvolvimento econômico, intensificou os contrastes entre as áreas centrais, que são mais valorizadas e estruturadas, e as periferias, que ainda enfrentam carências graves de infraestrutura. Além disso, o desafio de preservar o rico patrimônio arquitetônico e cultural da cidade é constante, já que a ocupação inadequada e a falta de investimentos comprometem bens históricos importantes. Nesse sentido, a análise bibliográfica permite observar que a cidade, embora detenha um legado histórico inestimável e seja reconhecida como um dos principais centros culturais do Brasil, encontra dificuldades em conciliar crescimento urbano com justiça social e conservação patrimonial. É fundamental que as políticas públicas e os planos urbanos considerem não apenas a proteção do patrimônio, mas também a inclusão social, buscando reduzir as desigualdades que marcam o espaço urbano de Salvador. A compreensão desses desafios contribui para a construção de um planejamento urbano mais justo, sustentável e que valorize a diversidade cultural da cidade, ao mesmo tempo em que respeita sua história e promove o desenvolvimento equilibrado.

Considerações finais

A análise da evolução urbana da cidade de Salvador, realizada no contexto da disciplina de Planejamento Urbano e Regional, revelou-se uma experiência formativa relevante e enriquecedora. Com base na análise teórica realizada, verifica-se que os objetivos do estudo foram atingidos, ao possibilitar uma compreensão ampla sobre os fatores históricos, culturais e sociais que influenciaram a formação da cidade de Salvador. A pesquisa evidencia que a origem colonial da cidade e sua posterior expansão contribuíram para consolidar uma estrutura urbana marcada por desigualdades e contradições, refletidas até os dias atuais. O estudo permite compreender que Salvador não é apenas um patrimônio histórico e cultural, mas também um território vivo, dinâmico e complexo, que requer atenção por parte do planejamento urbano e das políticas públicas. Conclui-se que o conhecimento da história urbana da cidade é fundamental para propor estratégias mais conscientes e eficazes de desenvolvimento territorial. Ressalta-se ainda a importância da abordagem interdisciplinar na análise urbana, incorporando aspectos históricos, geográficos, culturais e sociais, a fim de promover uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável. Este trabalho contribui, assim, para o aprofundamento dos debates sobre o papel do planejamento urbano na valorização da memória e na superação das desigualdades que estruturam os espaços urbanos brasileiros.

Resumo oriundo de atividades de Planejamento Urbano e Regional da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- GILBERTO, C.; PEREIRA. Áreas livres para ocupação urbana no município de Salvador: uma aplicação de tecnologias de geoprocessamento em análise espacial. [s.l.], [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/12138/1/Disserta%20a7%20a3o%20Carvalho%20Silvana.PRN.pdf>.
- SILVA, Heibe Santana da. Segregação socioespacial em Salvador - Bahia: análise pela cartografia das redes de infraestrutura urbana. [s.l.]: [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20880/1/Disserta%20a7%20a3o%20Heibe%20Silva.pdf>.
- BACELLAR, Geisa Beyer. Estudo de impacto de vizinhança e avaliação ambiental urbana: o caso de Salvador. [s.l.]: [s.n.]. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Pernambuco, [s.d.]. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17949/1/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Geisa%20Beyer%20Bacellar.pdf>.
- DUARTE, Fábio. Planejamento urbano. Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

PLANEJAMENTO URBANO EM FORTALEZA: DESAFIOS, POLÍTICAS E CAMINHOS PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.

FONSECA, Nadine Lima 1; SANTOS, Amanda, Trindade 2; SANTOS, Melissa Aracely Alves 3; TEIXEIRA, Mariana Fernandes⁴

^{1, 2, 3} Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

⁴ Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

Introdução

O planejamento urbano e regional desempenha um papel fundamental na organização e no crescimento das cidades, garantindo infraestrutura adequada, mobilidade eficiente e melhores condições de vida para a população. Em Fortaleza, capital do Ceará, essa questão se torna ainda mais relevante diante do rápido crescimento demográfico e dos desafios enfrentados por grandes centros urbanos. Este artigo analisa os principais aspectos do planejamento urbano e regional da cidade, abordando políticas públicas, projetos estratégicos e seus impactos no desenvolvimento local a partir de fontes acadêmicas e documentos oficiais, a fim de compreender a organização espacial da cidade, sua relação com a sustentabilidade e medidas adotadas para garantir um crescimento equilibrado e inclusivo, considerando tanto as oportunidades quanto os desafios que Fortaleza enfrenta em seu crescimento.

Métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. O levantamento teórico foi realizado a partir da pesquisa em sites acadêmicos como Scielo, Google Acadêmico, além de obras de referências disponíveis em bibliotecas físicas e digitais. Os critérios para seleção das fontes utilizadas consideraram a atualidade, relevância científica e a importância para o objeto de estudo.

Desenvolvimento

O processo de urbanização da cidade, que se consolidou como capital da Capitania do Ceará em 1799, foi marcado por expansões sucessivas e, muitas vezes, desordenadas. Embora o plano diretor inicial e o Código de Obras de 1981 tenham sido tentativas importantes de regulamentação urbana, esses instrumentos mostraram-se insuficientes frente à complexidade da urbanização e das novas demandas sociais. A revisão do plano diretor em 2009 trouxe diretrizes mais modernas, mas a aplicação prática dessas mudanças ainda enfrenta dificuldades políticas e burocráticas. Nos dias atuais Fortaleza segue apresentando desigualdades estruturais profundas. Com uma grande disparidade no acesso a serviços básicos, como saneamento, saúde e educação. A mobilidade urbana é outro problema persistente. A cidade ainda prioriza o transporte motorizado individual, com poucas alternativas sustentáveis, como a ampliação das ciclovias. Essa discrepância na distribuição de infraestrutura revela a ineficiência das políticas públicas em garantir melhorias para toda a população. No campo ambiental, Fortaleza enfrenta sérios desafios, como as ilhas de calor, a poluição hídrica e a degradação do Rio Cocó. A falta de uma gestão ambiental eficaz e a remoção de áreas verdes exacerbam esses problemas, comprometendo a qualidade de vida da população e o equilíbrio ecológico da cidade.

Conclusão

A cidade de Fortaleza tem um papel essencial para o Nordeste brasileiro, destacando-se pelo potencial econômico e turístico. No entanto, o crescimento acelerado da metrópole tem gerado desafios significativos para a gestão da cidade, exigindo políticas públicas eficazes para promover um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado. O planejamento urbano tem desempenhado um papel de extrema importância na busca por soluções para os desafios enfrentados pela cidade. Desde os primeiros planos de urbanização até o "Fortaleza 2040", a gestão pública tem se esforçado para criar um ambiente mais sustentável e acessível. O sucesso dessas iniciativas dependerá da continuidade dos investimentos e da adaptação às novas demandas sociais e ambientais. Diante do exposto, conclui-se que Fortaleza possui grande capacidade de inovação e desenvolvimento, desde que sejam adotadas estratégias eficientes de planejamento urbano e gestão pública. Investimentos em infraestrutura, transporte, sustentabilidade e políticas sociais são fundamentais para tornar a cidade mais acessível, eficiente e sustentável para seus habitantes.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo Da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BRASIL. Lei complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009. **Plano Diretor da Cidade de Fortaleza**. 2009.
PREFEITURA DE FORTALEZA. **Código da Cidade de Fortaleza é sancionado e publicado no Diário Oficial do Município**. 2019.
SIQUEIRA, Marcelo Sampaio; SIQUEIRA, Cristiane de Araújo Alves. **O urbanismo e aspectos históricos: construção de novas centralidades em Fortaleza**. Revista PGM-Procuradoria Geral do Município de Fortaleza, v. 19, p. 39-50, 2011

A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA NA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

BRAGA, Ana Júlia Batista¹; SÁ, Ana Júlia dos Santos¹; RIBEIRO, Geovânia Santos¹; BARBOSA, Micaela Cardoso²

¹Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc.

²Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc Centro Universitário FipMoc.

Introdução

A arquitetura desempenha um papel fundamental na criação de ambientes de trabalho que afetam diretamente a produtividade e o bem-estar dos colaboradores. A iluminação, ventilação, ergonomia e acústica são componentes essenciais na formação de espaços funcionais, confortáveis e saudáveis. Este estudo tem como objetivo aprofundar-se na exploração de como esses fatores arquitetônicos podem ser utilizados de forma estratégica para maximizar o desempenho profissional, apresentando exemplos práticos de empresas que implementaram com sucesso tais soluções. O foco principal desta pesquisa é analisar de que maneira a configuração dos ambientes de trabalho impacta tanto a produtividade quanto o bem-estar dos trabalhadores, levando em consideração aspectos funcionais, sensoriais e históricos. Ela possui como objetivo analisar de que forma elementos arquitetônicos como iluminação, ventilação, ergonomia e acústica influenciam a produtividade e o bem-estar no ambiente de trabalho. Pretende-se, ainda, identificar exemplos de organizações que aplicaram com sucesso essas estratégias espaciais. A investigação também incluirá uma abordagem histórica, com foco na evolução dos espaços laborais desde a Revolução Industrial, evidenciando como essas transformações influenciam o modo como se trabalha atualmente. Também se destaca a importância de evitar ambientes mal projetados, cujos impactos negativos podem comprometer a saúde e o desempenho dos trabalhadores, reforçando o papel essencial da arquitetura na criação de locais mais saudáveis e eficientes. Deste modo, outro aspecto crucial a ser abordado nesta pesquisa diz respeito às consequências de ambientes mal projetados. O descaso com o conforto e a qualidade espacial pode gerar desconforto físico e psicológico, impactando negativamente a motivação, o engajamento e, por consequência, a produtividade dos trabalhadores. Portanto, é essencial repensar o papel da arquitetura como uma ferramenta vital na promoção da qualidade de vida no contexto laboral.

Material e Métodos

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem exploratória, e adota como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de obras acadêmicas, artigos científicos e outras fontes relevantes disponíveis em livros, periódicos e bases de dados digitais. O projeto foi desenvolvido no contexto da disciplina do 9º período do curso de Arquitetura e Urbanismo, com foco na integração entre teoria acadêmica e temas atuais com impacto direto na sociedade. O público-alvo deste projeto são os estudantes universitários da área de Arquitetura e Urbanismo, mas seus resultados e reflexões se estendem a profissionais da área, gestores empresariais, pesquisadores e à comunidade em geral. Ao propor soluções arquitetônicas voltadas à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho — um espaço onde grande parte das pessoas passa a maior parte do seu tempo. A proposta pedagógica teve início em 26 de março de 2025, com a formação dos grupos de trabalho e a escolha dos temas a serem abordados, seguindo uma metodologia ativa, que incluiu: pesquisa, debates temáticos, apresentações em sala de aula e a elaboração de um resumo científico. Foi definido como tema central “A influência da arquitetura na produtividade do trabalho”. A partir disso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que incluiu artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos, materiais de bibliografia técnica e fontes digitais especializadas em arquitetura. Tais referências forneceram embasamento teórico e prático para a discussão, permitindo compreender como diferentes aspectos do espaço físico impactam diretamente a performance profissional e o bem-estar dos trabalhadores. Com base nessas fontes, o grupo refletiu sobre o papel do arquiteto na criação de espaços de trabalho mais saudáveis, funcionais e motivadores, reconhecendo a arquitetura como ferramenta essencial para promover o bem-estar coletivo e o desenvolvimento humano. A proposta, portanto, não apenas contribui para a formação técnica dos estudantes, mas também desperta uma visão crítica e empática voltada para as necessidades reais da sociedade.

Desenvolvimento

A arquitetura exerce influência direta na configuração dos ambientes laborais e, conseqüentemente, na produtividade, saúde e bem-estar dos trabalhadores. Ao longo da história, os espaços de trabalho passaram por profundas transformações, moldadas por fatores econômicos, tecnológicos e sociais. A cronologia da evolução das condições de trabalho revela um percurso que vai desde os galpões industriais da Revolução Industrial até os modelos contemporâneos que mesclam espaços colaborativos e remotos (ALLEN; HENN, 2007). No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, o modelo de produção passou a ser maquinofaturado, impondo ambientes fechados, insalubres, com iluminação e ventilação inadequadas. As longas jornadas de trabalho e os espaços desumanizados tornaram-se símbolos de um sistema que priorizava a produtividade mecânica, ignorando o bem-estar físico e psicológico dos operários (fig. 01) (EDWARDS; TORCELLINI, 2002). A precariedade desses locais provocou movimentos de resistência e, posteriormente, avanços nos direitos trabalhistas. Com o tempo, surgiram os primeiros escritórios organizados, e ao longo do século XX consolidaram-se os modelos tradicionais, com divisórias, mesas fixas e controle rígido do espaço. Nos anos 1960, o conceito de “escritório paisagem” trouxe uma proposta mais fluida, buscando melhorar a interação entre setores. Já nas décadas seguintes, popularizaram-se os cubículos e, posteriormente, os escritórios abertos (DUFFY; POWELL, 1997). (Fig. 01) Na contemporaneidade, a arquitetura corporativa busca integrar fatores que influenciam diretamente a produtividade. Um dos elementos mais relevantes é a iluminação natural, que contribui para a regulação do ritmo biológico, melhora do humor e aumento da disposição. Estudos demonstram que trabalhadores expostos à luz natural são mais produtivos (EDWARDS; TORCELLINI, 2002). O Google,

por exemplo, utiliza amplas janelas e sensores inteligentes para aproveitar ao máximo a luz do dia. Outro fator essencial é a ventilação adequada, que garante a qualidade do ar e reduz sintomas de fadiga e falta de concentração. O Apple Park, sede da Apple, foi projetado para manter ventilação natural durante 75% do ano, sem uso constante de climatização artificial, promovendo maior conforto e eficiência. Estudos apontam que a ventilação pode reduzir o absenteísmo e aumentar a produtividade em até 11% (FISK, 2000). (Fig.02). A ergonomia também desempenha papel central na produtividade. Cadeiras ajustáveis, mesas com altura regulável e layout flexível evitam lesões e aumentam o conforto durante longas jornadas. A empresa Herman Miller é referência no setor, ao desenvolver mobiliário ergonômico que valoriza o bem-estar do usuário (HEDGE, 2000). Do mesmo modo, o controle da acústica é determinante em ambientes de trabalho. Ruídos constantes podem prejudicar a concentração e elevar os níveis de estresse. Segundo Banbury e Berry (2005), a presença de barulho no ambiente de trabalho tem relação direta com a queda no desempenho de tarefas que exigem foco. O escritório do Facebook adota painéis acústicos e elementos naturais para absorção sonora, permitindo ambientes mais silenciosos e focados. A arquitetura contemporânea também valoriza a flexibilidade dos espaços, equilibrando áreas abertas para colaboração e salas privativas para concentração. A Microsoft tem investido nesse modelo híbrido, promovendo liberdade de escolha para seus colaboradores conforme a natureza da tarefa (ALLEN; HENN, 2007). Por fim, o contato com a natureza — por meio de áreas verdes, jardins internos ou vistas externas — tem se mostrado um recurso eficaz na redução do estresse e estímulo à criatividade. Segundo Kellert e Wilson (1993), a presença de elementos naturais no espaço urbano ou laboral está ligada ao aumento da satisfação emocional e ao bem-estar geral. As Amazon Spheres são exemplo desse conceito, ao integrar jardins internos ao ambiente corporativo. No entanto, ambientes de trabalho que ignoram esses fatores podem gerar o sentimento de topofobia, caracterizado por desconforto, rejeição e ansiedade. Espaços repetitivos, com má distribuição funcional, ausência de ventilação ou luminosidade adequada e mobiliário inadequado reforçam a sensação de desconexão, prejudicando tanto a saúde mental quanto o rendimento profissional (BITNER, 1992).

Conclusão/Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, ficou claro que a arquitetura desempenha um papel crucial na qualidade dos ambientes de trabalho, impactando diretamente a produtividade e o bem-estar dos colaboradores. A análise histórica, que abrange desde a Revolução Industrial até os dias atuais, evidenciou como as transformações socioeconômicas moldaram as condições laborais e influenciaram a maneira como vivemos e trabalhamos. A evolução dos espaços físicos acompanhou essas mudanças, mostrando que o ambiente construído reflete e também influencia comportamentos, rotinas e expectativas. A cronologia apresentada, juntamente com os exemplos práticos de empresas que investiram estrategicamente em aspectos como iluminação natural, ventilação adequada, ergonomia, acústica, biofilia e flexibilidade, nos ajuda a entender que um espaço bem projetado vai além da estética. Ele se configura como um agente que facilita a inovação, a saúde mental e a eficiência profissional. Por outro lado, o conceito de topofobia ilustra os riscos e impactos de ambientes mal planejados, que podem gerar desconforto, ansiedade e redução no desempenho. Esse cenário enfatiza a responsabilidade do arquiteto como figura central na criação de espaços mais humanos e inspiradores, que atendam às necessidades contemporâneas dos profissionais. Portanto, abordar a arquitetura dos ambientes de trabalho vai além de uma simples questão de design; trata-se de uma estratégia essencial para promover a qualidade de vida, equilibrar a vida pessoal e profissional e valorizar o capital humano dentro das organizações. Investir em espaços saudáveis, acolhedores e bem planejados é, sem dúvida, um passo fundamental para construir um futuro laboral mais sustentável, justo e produtivo.

Referências

- DA SILVA, Natacha Maia, HOLANDA, Mara Rúbia Araújo. *Arquitetura e qualidade de vida no ambiente de trabalho*, Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-Unit- Alagoas, v. 6, n. 3, p. 157-157, 2021
- Magalhães, Cintia Fonseca; Braga, Amanda Alves. A influência da arquitetura e no design de interiores na produtividade do trabalho nas empresas de Patos de Minas. EnPE, v. 8, n. 1, 2021.
- ArchDaily Brasil. Por que os projetos ofuscam o debate sobre o ambiente de trabalho na arquitetura? Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/1008923/por-que-os-projetos-ofuscam-o-debate-sobre-o-ambiente-de-trabalho-na-arquitetura>>. Acesso em: 6 Abr 2025.
- ALLEN, T. J.; HENN, G. W. The organization and architecture of innovation: managing the flow of technology. Burlington: Elsevier, 2007.
- BANBURY, S. P.; BERRY, D. C. Office noise and employee concentration: Identifying causes of disruption and potential improvements. Ergonomics, v. 48, n. 1, p. 25–37, 2005.
- BITNER, M. J. Servicescapes: The impact of physical surroundings on customers and employees. Journal of Marketing, v. 56, n. 2, p. 57–71, 1992.
- DUFFY, F.; POWELL, K. The new office. London: Conran Octopus, 1997.
- EDWARDS, L.; TORCELLINI, P. A literature review of the effects of natural light on building occupants. Golden: National Renewable Energy Laboratory, 2002.
- FISK, W. J. Health and productivity gains from better indoor environments and their relationship with building energy efficiency. Annual Review of Energy and the Environment, v. 25, p. 537–566, 2000.
- HEDGE, A. Understanding the ergonomics of computer workstations. Occupational Health & Safety, v. 69, n. 1, p. 96–100, 2000.
- KELLERT, S. R.; WILSON, E. O. The biophilia hypothesis. Washington, DC: Island Press, 1993.



Figura 01. Linha do tempo da evolução dos espaços de trabalho, da Revolução Industrial aos escritórios híbridos do século XXI.
Fonte: Imagens Autoral (2025)



Figura 02 - Galpão fabril no século XIX. Ambientes insalubres e fechados marcaram o início da industrialização.
Fonte: Hulton Archive/Getty Images

PLANTANDO UMA SEMENTE: POR UM AMANHÃ MAIS VERDE

CRUZ, Adilson Chaid Alves da¹; MOREIRA, Victor Gonçalves ¹; DOMICIANO, Gabriel Vitor da Silva¹; RIBEIRO, Barbara Maria Santana ¹; SILVA, Isabela Guimarães¹; SANTOS, Gustavo Souza².

¹ Acadêmico do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução

Este resumo tem por base uma ação realizada no bairro Independência cujo objetivo visa conscientizar a população do bairro através de exposição falada, informação virtual e ação artística prática a respeito da importância da conservação do meio ambiente. Tal ação foi proposta devido ao fato dos últimos anos terem demonstrado os perigos do desmatamento e queimada de florestas, que impactam negativamente o clima global e por sua vez, o ser humano.

Métodos

Esta ação de caráter social e educacional teve como público-alvo a comunidade local e futuramente outras comunidades. Foi realizada no dia 10 de maio de 2025, de 16:30 horas até as 20:00 horas. Os materiais utilizados consistiram em: pano TNT, tintas, pincéis, uma mesa pequena, papéis impressos com imagens de plantas para colorir e um panfleto com um QR Code para visualização total das informações apresentadas. A ação consistiu em confeccionar no local, usando o pano TNT, um slogan chamativo para atrair o público-alvo (Fig.1, Fig.2 e Fig.3), após o término da confecção e fixação do pano com o slogan, parte da população se interessou pela ação e através de convite, foi possível conversar com os mesmos na praça Clemente Oscar sobre conscientização e a importância da preservação da natureza. Após a exposição falada houve a liberação do panfleto informativo via QR Code (Fig.4) sobre a ação e disponibilização dos papéis com imagens de plantas para que os presentes pudessem colorir ou pintar à vontade. Ao todo 6 pessoas aceitaram participar da ação prática sendo todas crianças, todas interagiram animosamente e com excitação com relação à atividade e seus pais ficaram interessados no conteúdo (Fig.5, Fig.6 e Fig.7). A relevância dessa atividade foi de provocar a comunidade a avaliar se seu bairro possuía árvores e plantas o suficiente para ajudar a amenizar o clima local.

Desenvolvimento

Foi observado o aumento no conhecimento da população sobre o tema discutido, o interesse em saber mais e até mesmo a repetição da experiência. A maior dificuldade encontrada foi a confecção de uma faixa chamativa e a preparação do local para a realização da ação, mas, com muito esforço e determinação tais dificuldades foram superadas. Esta ação demonstrou que apesar da timidez mútua dos envolvidos, a vontade de conhecer e divulgar o conhecimento foi maior, proporcionando um momento de diversão e satisfação, além de, cumprir com seu objetivo instigando o público a se preocupar mais e preservar a natureza.

Conclusão

Conclui-se que o trabalho prático Plantando uma Semente atingiu sua meta principal e instigou a vontade dos envolvidos de aprender e preservar a natureza.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÕES PREDIAIS COM O PROJETO ARQUITETÔNICO

OLIVEIRA, Júlia Lobo¹; DO ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário FipMoc.

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário FipMoc

Introdução

A compatibilização de projetos é uma etapa estratégica no desenvolvimento de edificações, pois garante a integração entre diferentes disciplinas, como arquitetura, instalações hidrossanitárias, gás e prevenção e combate a incêndio (PCIP). Em obras civis, conflitos entre projetos são recorrentes quando há ausência de um planejamento coordenado, o que pode levar a retrabalhos, aumento de custos e atrasos no cronograma. Este estudo tem como objetivo demonstrar a importância da compatibilização entre essas instalações prediais com o projeto arquitetônico, a fim de garantir viabilidade técnica, segurança e eficiência construtiva. A análise baseia-se em um estudo desenvolvido na graduação em Arquitetura e Urbanismo, por meio da disciplina que aborda essas instalações prediais.

Métodos

A metodologia utilizada para este estudo foi a pesquisa bibliográfica, com base em normas técnicas brasileiras (ABNT), manuais de instalação predial e materiais didáticos da disciplina. Também foram analisadas situações práticas comumente enfrentadas em obras civis, a fim de exemplificar os desafios e soluções relacionadas à integração dos projetos complementares com o projeto arquitetônico.

Desenvolvimento

A compatibilização de projetos complementares consiste na integração entre diferentes disciplinas técnicas — como instalações hidrossanitárias, de gás e de prevenção e combate a incêndio — com o projeto arquitetônico. Essa integração previne conflitos físicos, otimiza a funcionalidade e aumenta a segurança da edificação. Na prática profissional, é comum que os projetos sejam desenvolvidos por equipes distintas e em momentos diferentes. Quando analisados de forma isolada, surgem interferências evitáveis, como cruzamentos indevidos de tubulações com elementos estruturais, ausência de espaço para shafts e dutos, interferências com aberturas e localização incorreta de dispositivos de segurança. Nas instalações hidrossanitárias, a compatibilização é essencial para garantir o correto posicionamento de tubulações, caixas sifonadas, registros e reservatórios. Um erro comum ocorre quando não se prevê espaço suficiente na laje para tubulações de esgoto, forçando soluções improvisadas em obra, como rebaixamentos de teto ou alterações estruturais. Além disso, o trajeto das tubulações deve ser definido em diálogo com o projeto estrutural, evitando interferências em vigas e pilares. A inclinação adequada das tubulações, conforme a NBR 8160, depende da previsão correta de saídas hidráulicas desde a planta baixa, evitando problemas como entupimentos e retorno de água.

No caso das instalações de gás, a compatibilização exige cuidados adicionais devido aos riscos de vazamento e explosão. As normas exigem distanciamento mínimo entre a rede de gás e outras instalações, além de ventilação permanente em ambientes com aparelhos a gás. Isso impacta diretamente nas decisões de projeto, como a posição de aberturas e o desenho das fachadas. Problemas comuns incluem ausência de ventilação adequada, dificuldade de acesso ao registro de corte e fixação das tubulações em locais de difícil manutenção. A NBR 15526 determina o uso de materiais apropriados e percursos acessíveis, exigindo que essas exigências sejam consideradas desde a concepção do projeto arquitetônico. O sistema de prevenção e combate a incêndio (PCIP) interfere significativamente no layout da edificação, exigindo rotas de fuga, larguras mínimas, dispositivos de segurança, sinalizações e, em determinados casos, chuveiros automáticos (sprinklers). A NBR 9077 estabelece critérios para as saídas de emergência, incluindo escadas, rampas e portas corta-fogo. A ausência de compatibilização pode levar à reprovação do projeto pelos órgãos competentes e comprometer a segurança dos usuários. Assim, a integração dessas exigências deve ocorrer desde o início, evitando prejuízos estéticos ou funcionais.

Conclusão/ Considerações finais

A compatibilização de projetos complementares com o projeto arquitetônico é fundamental para garantir funcionalidade, segurança e economia na construção civil. A integração eficiente das instalações hidrossanitárias, de gás e de combate a incêndio contribui para a racionalização da obra, reduz retrabalhos e aumenta a qualidade do ambiente construído. O arquiteto, como agente central do processo projetual, deve atuar em colaboração com os demais profissionais desde as etapas iniciais. É imprescindível que essa prática deixe de ser vista como opcional e passe a ser compreendida como uma estratégia essencial para o sucesso de qualquer empreendimento.

Agradecimentos

Agradeço à professora Mariana Cristina pela condução da disciplina “Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP”, cuja orientação nos estudos e discussões sobre a temática foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Referências

ABNT NBR 13714:2020. Sistema de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio.
ABNT NBR 15526:2007. Instalações internas de gás combustível em edificações.
ABNT NBR 5626:2020. Instalação predial de água fria e quente – Projeto, execução e manutenção.
ABNT NBR 8160:1999. Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução.
ABNT NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios.
BRASIL. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – **Instruções Técnicas e Legislação vigente**.
CAMPOS, M. F. **Instalações Prediais: compatibilização e coordenação**. São Paulo: PINI, 2017.
DUTRA, P. J. **Instalações Prediais Hidrossanitárias**. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

O PLANEJAMENTO URBANO MODELO E CONSTITUIÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA DE CURITIBA.

Carlos Eduardo Mendes Cardoso 1; Geovanna Alves Andrade1; Mariana Rodrigues Santana1; Mariana Teixeira2

1 Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifipmoc

2 Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifipmoc

Introdução

O presente relato de experiência tem como foco a análise do planejamento urbano de Curitiba, cidade amplamente reconhecida por suas inovações em mobilidade urbana, sustentabilidade e uso do solo. O trabalho integra a disciplina de Planejamento Urbano e Regional e foi desenvolvido pelos alunos do curso de arquitetura e urbanismo da UNIFIPMoc/Afya. A proposta surgiu a partir da necessidade de refletir sobre como modelos considerados eficientes podem também gerar efeitos colaterais, como a constituição de desigualdades socioespaciais. Com base em uma abordagem crítica, busca-se compreender de que maneira o planejamento urbano da capital paranaense contribuiu para a organização do espaço urbano, ao mesmo tempo em que reproduziu formas de segregação. O objetivo geral é discutir os impactos históricos, infraestruturas e legislativos da urbanização de Curitiba, destacando seus avanços e contradições com embasamentos críticos analisados pela pesquisa realizada pelos alunos.

Métodos

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma experiência acadêmica realizada no âmbito da disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya. A atividade consistiu na análise crítica do planejamento urbano de Curitiba, com foco na relação entre infraestrutura e desigualdades socioespaciais. A escolha pela cidade se justifica por sua ampla divulgação como modelo de urbanismo no Brasil, sendo frequentemente exaltada por suas soluções inovadoras em mobilidade, zoneamento e sustentabilidade urbana. A proposta da atividade visava fomentar o pensamento crítico dos estudantes, estimulando uma leitura além do discurso institucional e midiático, reconhecendo as contradições presentes em cidades consideradas exemplares. A ação teve como base metodológica uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e análise crítica dos dados disponíveis sobre Curitiba. A estratégia de intervenção adotada no projeto pedagógico consistiu na articulação entre teoria e prática, possibilitando a construção do conhecimento a partir da análise de um caso real. Os estudantes foram incentivados a buscar fontes acadêmicas, institucionais e oficiais para compreender as diretrizes de planejamento urbano da cidade, ao mesmo tempo em que deveriam relacionar essas informações com os conceitos debatidos em sala de aula, como justiça socioespacial, segregação urbana, infraestrutura e mobilidade. A atividade foi desenvolvida em grupo, favorecendo o diálogo entre os integrantes e permitindo diferentes olhares sobre a temática abordada. Além disso, a utilização de mapas, documentos de planejamento e materiais produzidos pela prefeitura de Curitiba foram essenciais para a contextualização do objeto de estudo. A relevância do projeto se destaca por oferecer uma formação crítica e reflexiva aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo, aproximando-os de uma realidade urbana complexa e multifacetada. Ao analisar uma cidade considerada “modelo”, o exercício permitiu que os discentes compreendessem como determinadas políticas públicas, embora eficientes do ponto de vista técnico, podem reforçar desigualdades históricas. A reflexão proposta contribui para a formação de um olhar mais atento às consequências sociais do planejamento urbano, destacando o papel do profissional arquiteto e urbanista na construção de cidades mais inclusivas e equitativas. Trata-se, portanto, de uma experiência formativa que ultrapassa os limites do ensino teórico, oferecendo subsídios concretos para a atuação profissional crítica e transformadora. Como resultado dessa proposta metodológica, os estudantes puderam desenvolver uma análise fundamentada em dados e conceitos, reconhecendo a importância da infraestrutura urbana como elemento central na organização do espaço e na produção das desigualdades socioespaciais. A atividade estimulou o raciocínio analítico e crítico, além de fortalecer habilidades como pesquisa, escrita técnica e argumentação. Ao final do processo, a construção coletiva do artigo permitiu a sistematização das reflexões produzidas ao longo do semestre, sendo esta síntese apresentada como relato de experiência no presente resumo expandido.

Desenvolvimento

A análise do planejamento urbano de Curitiba revelou aspectos fundamentais sobre os impactos da infraestrutura na produção das desigualdades socioespaciais. Embora reconhecida por seu sistema de transporte coletivo integrado, planejamento orientado ao uso misto do solo e iniciativas voltadas à sustentabilidade, a cidade apresenta uma distribuição territorial desigual desses benefícios. Áreas centrais e planejadas concentram a maior parte dos investimentos e infraestrutura, enquanto bairros periféricos, ocupados historicamente por populações de baixa renda, seguem com carências em serviços básicos, transporte eficiente e acesso a equipamentos urbanos. Esse cenário evidencia o que autores como Villaça (2001) e Rolnik (2011) denominam de “produção desigual do espaço urbano”, no qual políticas públicas contribuem para a valorização de determinadas regiões em detrimento de outras. Em Curitiba, a concepção de eixos estruturais de transporte, embora tecnicamente eficiente, reforçou a valorização de áreas já privilegiadas, ao passo que regiões periféricas se desenvolveram sem o devido suporte estatal. A lógica funcionalista e tecnicista do planejamento urbano adotado na cidade, ao priorizar fluxos e zonas específicas de desenvolvimento, acaba negligenciando as demandas sociais das populações mais vulneráveis. Além disso, a análise da legislação urbanística de Curitiba aponta para um modelo de planejamento fortemente regulado e centralizado, que dificulta a participação popular e a adaptação às realidades locais. Essa rigidez normativa limita as possibilidades de intervenção comunitária e acaba por reforçar padrões de exclusão e segregação espacial. Observa-se, ainda, uma homogeneização do espaço urbano, com a replicação de soluções padronizadas, desconsiderando a diversidade cultural e territorial da cidade. Dessa forma, mesmo sendo referência em inovação urbana, Curitiba reproduz, em alguma medida, os

mesmos processos de exclusão presentes em outras cidades brasileiras. Ao aprofundar o estudo, os estudantes compreenderam que o planejamento urbano não pode ser analisado apenas sob a ótica da eficiência técnica, mas deve considerar também os impactos sociais e a distribuição equitativa da infraestrutura. A cidade deve ser pensada como um espaço de direitos, onde todas as pessoas tenham acesso à mobilidade, saneamento, moradia digna e oportunidades de desenvolvimento. Essa compreensão foi essencial para consolidar o aprendizado, demonstrando que o planejamento urbano, quando desconectado das realidades sociais, pode se tornar instrumento de perpetuação de desigualdades.

Conclusão/ Considerações finais

A experiência acadêmica relatada permitiu a análise crítica de um caso emblemático de planejamento urbano no Brasil, desmistificando a ideia de que modelos bem-sucedidos são necessariamente justos ou equitativos. Ao explorar as contradições do urbanismo curitibano, foi possível compreender como decisões aparentemente neutras ou técnicas podem gerar consequências sociais profundas. A infraestrutura, nesse contexto, deixa de ser apenas um elemento funcional e se torna um fator determinante na produção da cidade e das desigualdades que nela se manifestam. A principal contribuição do trabalho reside na possibilidade de aproximar teoria e prática, permitindo aos estudantes vivenciar o processo de investigação e análise urbana a partir de um caso real e relevante. Essa experiência favoreceu a construção de um olhar crítico e fundamentado, essencial para a atuação profissional em contextos urbanos marcados por profundas desigualdades. Como destaca Lefebvre (2001), o direito à cidade envolve não apenas o acesso físico ao espaço urbano, mas também a participação ativa em sua construção, algo que só será possível com um planejamento urbano verdadeiramente democrático. Este trabalho reafirma a importância da formação crítica no campo da Arquitetura e Urbanismo, especialmente no que se refere à análise de políticas públicas e práticas de planejamento urbano. A cidade de Curitiba, embora amplamente reconhecida por seus avanços, apresenta desafios significativos quando observada sob a lente da justiça socioespacial. A experiência desenvolvida na disciplina de Planejamento Urbano e Regional, permitiu que os estudantes se apropriassem de ferramentas analíticas e reflexivas, essenciais para compreender a complexidade da produção do espaço urbano no Brasil. Ao final do processo, reforça-se a importância do arquiteto e urbanista como profissional comprometido com a transformação social e com a promoção de cidades mais justas e inclusivas. A leitura crítica de modelos consagrados é fundamental para que se evite a reprodução de práticas excludentes, muitas vezes mascaradas por discursos de inovação e eficiência. Espera-se, com isso, que trabalhos como este contribuam para a formação de profissionais mais sensíveis às realidades urbanas brasileiras e preparados para atuar de forma ética, consciente e transformadora.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Mariana Teixeira pela orientação e apoio intelectual durante o desenvolvimento da atividade, e à UNIFIPMoc/Afya pela oferta do espaço acadêmico que possibilitou a realização do projeto.

Resumo oriundo de atividades da disciplina de Planejamento Urbano e Regional da UNIFIPMoc/Afya

Referências

PREFEITURA DE CURITIBA. Planejamento Urbano e Sustentabilidade em Curitiba. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br>.
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). Sistema de Transporte e BRT de Curitiba. Disponível em: <https://www.ippuc.org.br>.
UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE (UNILIVRE). Educação Ambiental e Inovações em Curitiba. Disponível em: <http://www.unilivre.org.br>.

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL RESUMO EXPANDIDO

JESUS 1; Júlia Maria Caldeira de; LOPES 2; Alice Souto Procopio; OLIVA 3; Pedro Santos; SILVA 4; Maria Eduarda Cambui Santos4; TEIXEIRA 5 ; Mariana Fernandes

1 Júlia Maria Caldeira de Jesus do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc 2 Alice Souto Procopio Lopes do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

3 Pedro Santos Oliva do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc 4 Maria Eduarda Cambui Santos e Silva do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

5 Mariana Cristina Oliveira do Rosário do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição Unifipmoc

Resumo do Planejamento Urbano de Recife, Seu Contexto Histórico e Fatores que Influenciaram o Desenvolvimento Urbano Recife, uma das principais metrópoles do Brasil e capital de Pernambuco, apresenta um cenário urbano marcado por profundas contradições territoriais, resultado de um processo histórico de urbanização desordenado e desigual. A cidade cresceu a partir do porto e da economia açucareira, consolidando-se como um centro estratégico no período colonial. No entanto, sua expansão territorial foi acompanhada por sérias deficiências de infraestrutura e ausência de planejamento urbano eficaz, especialmente nas periferias. A localização costeira e a topografia predominantemente plana, composta por planícies fluvio-marinhas, ilhas e manguezais, também contribuíram para a complexidade da ocupação urbana e para a acentuação da vulnerabilidade ambiental. Desde o século XX, Recife passou por diversas tentativas de planejamento, começando com propostas modernistas como o Plano Agache, na década de 1940, que visava remodelar a cidade com grandes avenidas e zonas funcionais. Contudo, muitas diretrizes não foram implementadas com eficácia, e os problemas de ocupação irregular, adensamento em áreas de risco e exclusão social permaneceram. O Plano Diretor da década de 1960 buscou regulamentar o uso e ocupação do solo, mas continuou distante das realidades sociais das populações marginalizadas, favorecendo a concentração de investimentos nas áreas centrais. Com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), o município passou a adotar um modelo mais democrático e participativo de planejamento. Projetos como o Plano Recife 500 Anos, no início dos anos 2000, e o Plano Diretor atualizado em 2021 passaram a incluir diretrizes voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável, equidade territorial e preservação do patrimônio histórico e ambiental. A legislação urbanística atual divide a cidade em macrozonas — como a Zona de Ambiente Natural (ZAN), a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), a Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) e a Zona de Reestruturação Urbana (ZRU) — visando organizar o território de forma mais equilibrada e inclusiva. Entretanto, mesmo com avanços legislativos e institucionais, os desafios persistem. Recife enfrenta um elevado déficit habitacional, expansão contínua de ocupações irregulares e deficiências graves no transporte público. Embora conte com metrô e corredores de BRT, a integração entre modais ainda é insuficiente. A mobilidade urbana permanece precária, impactando a qualidade de vida dos cidadãos e agravando a segregação territorial. Outro fator crítico é a vulnerabilidade climática. Grande parte da cidade está situada entre 2,5 e 5 metros acima do nível do mar, o que a torna extremamente suscetível a alagamentos e impactos das mudanças climáticas. Para mitigar esses riscos, a cidade implementou o Plano Local de Ação Climática (PLAC), que propõe ações para redução das emissões de gases de efeito estufa, incentivo a telhados verdes e sistemas de retenção de águas pluviais. Essas medidas integram um esforço maior para adaptar a cidade à nova realidade ambiental e aumentar sua resiliência urbana. A requalificação do centro histórico, a valorização da memória urbana e a promoção de moradia acessível são iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 11, que visa tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Tais ações apontam para um novo paradigma de planejamento urbano, mais sensível às questões sociais e ambientais. Conclui-se que, para que Recife avance em direção a uma urbanidade mais justa e sustentável, é fundamental o fortalecimento da gestão participativa, o uso de tecnologias inteligentes para a gestão territorial, e o comprometimento político com políticas públicas efetivas. Investimentos estruturais em habitação, transporte e infraestrutura verde, aliados à escuta ativa das comunidades locais, podem transformar o cenário urbano, reduzindo desigualdades históricas e preparando a cidade para os desafios futuros.

Palavras-chave: planejamento urbano; desigualdade socioespacial; legislação urbana; sustentabilidade; Recife.

Referências

- AMARAL, A. J. D. A arquitetura do urbanismo e o urbanismo da arquitetura: o estudo comparativo dos conjuntos das Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- DUTRA, I. D. A construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA). Recife: Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018.
- FRANCA, R. Monumentos do Recife. Recife: Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco.
- ICPS. Plano de Mobilidade Urbana do Recife: A mobilidade do Recife hoje. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/plano-especifico-cais-de-santa-rita-cais-jose-estelita-e-caban-ga?op=ODU=https://pdui-rmr.pe.gov.br/oPDUI>
- <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/aspectos-urbanisticos-e-ambientais-do-recife>

Direito à Cidade em Prática: Letramento Urbano e Requalificação da Praça no Bairro São José

Julia Rodrigues 1 ; Maria Eduarda de Azevedo 1 ; Maria Eduarda Nalin 1 ; Maria Victória do Rosário 1 ; Nicole Neves Araújo 1 ; Sarah Costa 1 ; Victor Corrêa 1 ; Gustavo Santos 2 .

1Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIFIPMoc.

2Doutor em Desenvolvimento Social (Unimontes). Professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Publicidade e Propaganda do UNIFIPMoc.

Introdução

O direito à cidade, como princípio fundamental do urbanismo contemporâneo, garante acesso equitativo aos espaços urbanos, infraestrutura e serviços públicos, além da participação ativa dos cidadãos nas políticas territoriais. No campo da Arquitetura e Urbanismo, esse direito se concretiza por meio de práticas de planejamento urbano inclusivas, sustentáveis e conscientes das diversas realidades urbanas. A participação popular e o letramento urbano são essenciais para legitimar ações e promover uma compreensão crítica do espaço e seus processos de transformação. Com base nessa perspectiva, o presente trabalho adota o letramento urbano como eixo metodológico, entendendo-o como um processo coletivo de construção do conhecimento sobre a cidade, suas estruturas e desigualdades. A partir do contato direto com a comunidade do bairro São José, em Montes Claros (MG), buscou-se estimular a escuta ativa e a participação dos moradores na identificação de demandas urbanas e na discussão sobre a qualificação dos espaços públicos. O objetivo é promover a conscientização coletiva sobre os problemas urbanos locais e propor, de forma colaborativa, melhorias na infraestrutura, com foco na requalificação de uma praça pública como espaço de convivência e cidadania.

Metodologia

A metodologia adotada fundamentou-se na articulação entre práticas de pesquisa de campo, escuta qualificada e desenvolvimento de ferramentas participativas. A primeira etapa consistiu na seleção do bairro São José como território de estudo, considerando suas especificidades urbanas e demandas sociais. A seguir, foram realizadas entrevistas com moradores e cientistas sociais, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o conceito de “bairro” e a relevância do letramento urbano para a qualificação territorial. Como recorte espacial, elegeu-se a praça da rua Flamarion Vanderley, onde foram aplicados questionários estruturados durante a feira local. As perguntas foram conduzidas oralmente, com registro em gravações de áudio, mediante autorização dos entrevistados, assegurando maior fidelidade ao conteúdo das respostas. A partir da sistematização das informações coletadas, delineou-se a proposta de construção de uma maquete participativa. O modelo será desenvolvido com base em materiais como isopor e componentes urbanos impressos em 3D, representando de maneira acessível as possibilidades de intervenção. A apresentação da maquete será realizada em uma ação coletiva, com o intuito de incentivar a participação direta dos moradores na construção simbólica e crítica do espaço urbano.

Desenvolvimento

As atividades de campo foram conduzidas na praça localizada na rua Flamarion Vanderley, no bairro São José, em Montes Claros (MG), com foco na escuta ativa da população durante a realização da feira local. Por meio de entrevistas presenciais, foram coletadas percepções a respeito das condições urbanas do bairro, incluindo o estado das calçadas, vias e espaços públicos de convivência. Os relatos evidenciaram carências em infraestrutura básica e a ausência de espaços adequados para lazer, segurança e encontro social. As interações demonstraram envolvimento comunitário e interesse na construção coletiva de soluções urbanas. A concepção da maquete surgiu como instrumento de representação e participação, com o objetivo de materializar, de forma tridimensional, as propostas discutidas. Planeja-se a construção de uma base em isopor com imagem aérea do bairro e a utilização de objetos impressos em tecnologia 3D (bancos, mesas, postes, árvores e brinquedos) para simular elementos urbanos. A maquete será apresentada em uma ação futura, visando estimular a proposição de melhorias por parte dos moradores, que poderão interagir com o modelo físico para representar suas demandas por praças, arborização, iluminação pública e qualificação dos espaços de convivência.

Considerações finais

Este estudo destaca a relevância do letramento urbano e da participação popular na construção de cidades mais justas. A escuta da comunidade do bairro São José evidencia os principais problemas urbanos e reforça a praça como espaço de convivência e cidadania. A proposta cumpre seu papel ao promover consciência coletiva e sugerir melhorias colaborativas, evidenciando o potencial da extensão universitária na formação crítica em Arquitetura e Urbanismo. No urbanismo contemporâneo, o direito à cidade abrange o acesso democrático aos espaços, infraestrutura e serviços públicos, além da participação cidadã nos processos territoriais. Na Arquitetura e Urbanismo, esse direito se concretiza por meio de planejamentos que priorizam a inclusão social, a sustentabilidade e o reconhecimento das múltiplas realidades urbanas, sendo o letramento urbano e a participação popular fundamentais para legitimar as ações e ampliar a compreensão crítica sobre o espaço.

Agradecimentos

Agradecemos a atenção, gentileza e colaboração dos voluntários residentes e visitantes do bairro São José, Montes Claros/MG.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 4.525.033/2024

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

ARQUITETURA HOSTIL - UMA CRÍTICA EM SALA DE AULA.

CRUZ, Lorrainy Alves Amorim ¹; MARTINS, Iago Aguiar ¹; SANTOS, Natália Nobre ¹; BARBOSA, Micaela Cardoso ².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc

Introdução

O presente relato refere-se a uma atividade acadêmica desenvolvida no contexto da disciplina Tópicos Integradores, voltada para o debate crítico sobre práticas arquitetônicas excludentes no espaço urbano contemporâneo. A proposta consistiu na apresentação, em sala de aula, de um trabalho com foco na chamada “arquitetura hostil” estratégias projetuais que visam afastar determinados grupos sociais de espaços públicos, especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade, como moradores de rua e jovens. Durante a pesquisa, os estudantes foram incentivados a investigar e refletir sobre exemplos reais de elementos hostis inseridos no mobiliário urbano (Fig. 1), fachadas de edifícios e estruturas públicas em geral. A abordagem adotada buscou ampliar a consciência crítica sobre como a arquitetura pode, intencionalmente ou não, contribuir para a segregação socioespacial e a violação do direito à cidade. A pesquisa apresentada integrou uma ação de extensão de caráter educacional e cultural, tendo como eixo central a discussão crítica sobre a arquitetura hostil e suas implicações sociais no espaço urbano contemporâneo. A arquitetura hostil, enquanto prática projetual que busca excluir ou afastar certos grupos sociais foi o objeto central da análise, o que justifica o caráter extensionista e transformador da proposta. Os públicos envolvidos foram estudantes de graduação em arquitetura e urbanismo, cuja formação crítica e ética se vê diretamente atravessada por esse tipo de debate. Embora direcionada ao meio acadêmico, a ação tem impacto potencial na sociedade como um todo, uma vez que forma profissionais mais conscientes das desigualdades urbanas e do papel que a arquitetura pode desempenhar em sua manutenção ou superação.

Métodos

O presente trabalho traz a experiência em relação à arquitetura hostil nas grandes metrópoles, vivenciada pelos acadêmicos do nono período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc. A atividade resultou em uma prática de praxi, interdisciplinar e interinstitucional, como parte da disciplina Tópicos Integradores. A pesquisa foi realizada com base em estudos de caso, discussão em sala de aula e revisão bibliográfica, com o intuito de compreender a relevância do impacto causado pela implementação desse tipo de arquitetura nas cidades contemporâneas. Dessa forma, adotou-se uma abordagem qualitativa, priorizando a análise interpretativa dos fenômenos sociais e urbanos. Para isso, foram empregados procedimentos técnicos como observação direta, pesquisa visual e contextual, análise de documentos e levantamento bibliográfico. O principal objetivo da pesquisa foi analisar criticamente as estratégias de arquitetura hostil utilizadas em espaços urbanos, identificando seus efeitos sobre a dignidade, a mobilidade e o direito de permanência de grupos vulneráveis, especialmente a população em situação de rua. Buscou-se, ainda, compreender os interesses políticos, econômicos e ideológicos que fundamentam tais práticas arquitetônicas.

Desenvolvimento

A ação de extensão alcançou resultados significativos em relação ao seu público-alvo. Observou-se um aumento notável no conhecimento dos participantes sobre o conceito de arquitetura hostil e suas diversas manifestações. Ao longo da análise do tema, foram apresentados exemplos práticos e discutidos os efeitos excludentes dessa prática, o que permitiu aos participantes identificar e criticar intervenções urbanas hostis em seus próprios contextos. De acordo com Leonardo Marques Kussler:

[...] o projeto contemporâneo de arquitetura hostil acaba por excluir determinado grupo social porque redefine o próprio conceito de espaço público e, conseqüentemente, sua ocupação. Assim, nessa nova perspectiva, atada ao neoliberalismo econômico, só tem direito à propriedade privada e ao usufruto dos espaços públicos aqueles que têm condições de consumir nele (KUSSLER, 2021, p. 19) Especificamente, uns debates realizados ao final da apresentação fizeram os acadêmicos demonstrarem maior compreensão sobre como a arquitetura hostil afeta negativamente grupos vulneráveis, como pessoas em situação de rua (Fig. 2) e jovens, “elementos de design urbano são empregados para impedir o uso do espaço por grupos marginalizados, como os sem-teto – bancos com divisórias, aspersores automáticos, pisos inclinados – tudo isso compõe a chamada arquitetura hostil” (MITCHELL, 2003, p. 18). Observou-se que a apresentação de casos concretos de arquitetura hostil em diferentes contextos urbanos facilitou a identificação e a discussão do problema por parte dos estudantes. A utilização de exemplos, como fotos reais, e a história do padre que interveio na arquitetura hostil podem ter aumentado o interesse e a participação dos estudantes.

Além disso, a ação evidenciou a relevância de fortalecer a articulação com outros projetos e iniciativas que atuam na área do direito à cidade e da inclusão social. A criação de redes de colaboração pode potencializar os resultados das ações de extensão e ampliar seu impacto na sociedade. Para os estudantes, a ação proporcionou a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula em uma situação real, desenvolvendo habilidades de planejamento, organização, comunicação e trabalho em equipe, “A universidade deve ser lugar de construção de um saber que questione o status quo e contribua para a transformação social” (FREIRE, 1996, p. 81). Além disso, a interação com diferentes públicos e a reflexão sobre os impactos sociais da arquitetura hostil ampliaram a consciência crítica e o senso de responsabilidade social dos futuros profissionais. A disseminação do conhecimento sobre a arquitetura hostil e a apresentação de alternativas para o design urbano contribuíram para o fortalecimento da cidadania e para a defesa do direito à cidade.

Conclusão/Considerações Finais

A ação de extensão demonstrou a importância de abordar criticamente as estratégias de design urbano que promovem a exclusão e a segregação. Os resultados alcançados evidenciam que a conscientização e a mobilização da sociedade são passos fundamentais para a construção de cidades mais justas e acolhedoras. Acreditamos que a arquitetura hostil representa um desafio significativo para a efetivação do direito à cidade, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Ao restringir o acesso e o uso dos espaços públicos, essa prática atenta contra os princípios da igualdade, da diversidade e da convivência democrática. No entanto, a ação de extensão também apontou para a existência de alternativas viáveis e promissoras. O design inclusivo, a criação de espaços multifuncionais, o investimento em políticas públicas e a participação da comunidade são algumas das abordagens que podem contribuir para a construção de cidades mais humanas e sustentáveis. É fundamental que a universidade, em seu papel de instituição socialmente engajada, continue a desenvolver ações de extensão que promovam a reflexão crítica e a transformação social. Acreditamos que a formação de profissionais comprometidos com a inclusão e a justiça social é essencial para a construção de um futuro mais equitativo. “Arquitetura Hostil: Uma Crítica em Sala de Aula” cumpriu seu objetivo de gerar conhecimento, mobilizar a sociedade e incentivar a adoção de práticas de design urbano mais inclusivas. Os resultados alcançados reforçam a importância de continuar investindo em ações que promovam o direito à cidade e a construção de um futuro onde todos os cidadãos se sintam bem-vindos e valorizados.

Resumo oriundo de atividades do Tópicos Integradores da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- APROVA TOTAL. *O que é Arquitetura Hostil?* [S. l.]: YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1TZ-NNljct8>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- GOTHA. *Arquitetura hostil: a quem pertencem nossas cidades?* [S. l.], 2023. Disponível em: <https://gotha.com.br/arquitetura-hostil-a-quem-pertencem-nossas-cidades/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- HABITABILITY. *Arquitetura hostil, a antítese da arquitetura.* [S. l.], 2023. Disponível em: <https://habitability.com.br/arquitetura-hostil/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- KUSSLER, Leonardo Marques. *Arquitetura hostil e hermenêutica ética.* Geograficidade, Niterói, v. 11, n. especial, p. 16–25, out. 2021. ISSN 2238-0205. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade>. Acesso em: 07 maio 2025.
- O DESCENTRALIZADO. *Entenda como é e como funciona a arquitetura hostil.* [S. l.]: YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bTOhI79xF9o>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- POLITIZE. *O que é a arquitetura hostil nas cidades?* [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/arquitetura-hostil-nas-cidades/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- WESTWING. *Arquitetura hostil: o que é, desafios e soluções.* [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.westwing.com.br/guiar/arquitetura-hostil/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- DAVIS, Mike. *Cidade de Quartz: escavando o futuro em Los Angeles.* São Paulo: Boitempo, 2006.
- MITCHELL, Don. *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space.* New York: Guilford Press, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

O MANEIRISMO NAS ARTES.

MARTINS, Iago Aguiar ¹; SANTOS, Natália Nobre ¹; BARBOSA, Micaela Cardoso².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo abordar o Maneirismo, movimento artístico que se desenvolveu na transição entre o Renascimento e o Barroco, aproximadamente entre os anos de 1520 e 1600. Caracterizado pela distorção proposital das proporções clássicas, uso dramático da cor e da composição e uma intensa carga emocional, o Maneirismo representou uma ruptura com os ideais de equilíbrio e harmonia renascentistas. O estudo buscou compreender a origem do termo, o contexto histórico de surgimento do estilo, suas principais características, artistas representativos e obras emblemáticas. Além disso, foi feita uma comparação com os movimentos artísticos anteriores, como o Alto Renascimento, e posteriores, como o Barroco, para situar o Maneirismo dentro da evolução da história da arte.

Métodos

A construção deste trabalho, baseou-se na aplicação de um método de pesquisa qualitativa, com ênfase na pesquisa bibliográfica e iconográfica. O ponto de partida foi a identificação do tema — o Maneirismo — e a definição de objetivos comuns, com foco em compreender as transformações estéticas e históricas que marcaram esse período artístico. A partir disso, iniciou-se um levantamento bibliográfico em fontes reconhecidas da historiografia da arte, como obras de Ernst Gombrich, Arnold Hauser, Leonardo Benevolo, entre outros autores que tratam das transições entre Renascimento, Maneirismo e Barroco. Foram também consultadas enciclopédias especializadas e dicionários de arte, que forneceram definições conceituais e descrições de obras representativas. Paralelamente, desenvolveu-se uma pesquisa iconográfica, voltada à análise de imagens de obras de artistas centrais do Maneirismo — como Parmigianino, Pontormo, Bronzino, El Greco e Michelangelo — com o objetivo de identificar visualmente os elementos estilísticos característicos do movimento. Essas imagens foram selecionadas com base na relevância histórica, na representatividade formal e na disponibilidade em acervos digitais de museus e publicações confiáveis. A análise foi feita de maneira comparativa, confrontando obras maneiristas com obras renascentistas e barrocas, a fim de evidenciar as mudanças formais, técnicas e conceituais ao longo do tempo.

Desenvolvimento

O contexto histórico do Maneirismo é essencial para compreender suas manifestações. O século XVI foi um período de intensas transformações na Europa. A unidade religiosa da cristandade, sustentada pela Igreja Católica durante toda a Idade Média e início da Modernidade, começou a ruir com a Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero em 1517. A resposta católica, expressa na Contra-Reforma, e os subsequentes conflitos religiosos, como a Guerra dos Trinta Anos, criaram um ambiente cultural de incerteza, ansiedade e introspecção. Paralelamente, o ideal de racionalidade e perfeição propagado pelo Humanismo Renascentista foi posto em questão, tanto pelas crises religiosas quanto pelos limites das descobertas científicas da época. Esse ambiente de instabilidade refletiu-se na produção artística, que abandonou a busca por equilíbrio e proporção para dar lugar à subjetividade, ao exagero formal e à expressividade dramática. Nas artes visuais, as obras maneiristas apresentam características facilmente distinguíveis das renascentistas. Enquanto o Renascimento valorizava o equilíbrio, a perspectiva linear, a clareza narrativa e a representação fiel da anatomia humana, o Maneirismo subvertia essas convenções. As figuras humanas tornaram-se exageradamente alongadas, os espaços pictóricos perderam a coerência da perspectiva e a composição passou a ser propositalmente complexa e instável. Além disso, as cores deixaram de ser naturalistas, adotando tons vibrantes e contrastantes, e os temas das obras tornaram-se mais introspectivos, muitas vezes enigmáticos ou espirituais. O objetivo maneirista não era mais a representação ideal do mundo, mas sim a expressão das tensões internas do artista e de seu tempo. Um exemplo paradigmático dessa estética é a obra *A Virgem com o Pescoço Longo* (1535–1540), de Parmigianino. Nela, a figura de Maria aparece com proporções altamente distorcidas, com um pescoço longuíssimo e membros alargados, cercada por anjos igualmente esguios. De acordo com Arnold Hauser: *A Virgem com o Pescoço Longo*, de Parmigianino, é uma síntese perfeita da sensibilidade maneirista: distorção formal, refinamento estilístico e atmosfera enigmática (HAUSER, 2003, p. 135). O espaço da pintura é ambíguo, com perspectiva deslocada e uma figura masculina quase oculta no fundo, reforçando o caráter simbólico e misterioso da cena. Parmigianino, junto com artistas como Jacopo Pontormo, Rosso Fiorentino e Bronzino, é considerado um dos principais representantes do Maneirismo italiano. Pontormo, por exemplo em sua obra *Deposição da Cruz* (1528), carrega a cena com uma expressividade emocional quase teatral, com figuras em posturas contorcidas e ausência de ambientação espacial clara, o que intensifica a sensação de deslocamento e instabilidade. No contexto espanhol, o Maneirismo encontrou sua expressão mais profunda na obra de El Greco (Doménikos Theotokópoulos), que uniu elementos bizantinos, italianos e espanhóis em um estilo profundamente espiritual. Em obras como *O Enterro do Conde de Orgaz* (1586), o artista apresenta figuras alongadas, jogos dramáticos de luz e sombra e uma atmosfera quase mística, que transcende o naturalismo. El Greco é considerado uma figura única, cuja obra maneirista transcende o formalismo e mergulha em uma expressão existencial da fé e da subjetividade.

Conclusão/ Considerações finais

Em síntese, o Maneirismo é um estilo artístico complexo e multifacetado, que reflete as incertezas e as transformações profundas do século XVI. Ao rejeitar os cânones clássicos de proporção, equilíbrio e racionalidade, os artistas maneiristas abriram caminho para novas formas de expressão, marcadas pela subjetividade, pela liberdade formal e pela tensão estética. Embora por muito tempo tenha sido visto como um estilo decadente ou transitório, o Maneirismo é hoje valorizado como uma das mais criativas e ousadas fases da história da arte ocidental. Seu legado é visível não apenas no Barroco que o sucedeu, mas também em diversas correntes modernas e contemporâneas que privilegiam a individualidade do artista, a ruptura com padrões e a potência da expressão interior.

Resumo oriundo de atividades do Tópicos Integradores da UNIFIPMoc/Afya

Referências

GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000; HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; CHILVERS, Ian. *Dicionário Oxford de arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2007; PEVSNER, Nikolaus. *Os pioneiros do design moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2003; e BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



Figura 01 – Obra Madona com o Pescoço Longo
Fonte: Britannica

OS ESTILOS ARTÍSTICOS EXPRESSIONISMO, CUBISMO E ABSTRACIONISMO: UMA ANÁLISE DA INTERRELAÇÃO DE SUAS PECULIARIDADES

FERNANDES, Ana Clara Alves¹; SILVESTRE, Juliana de Oliveira¹; COLEN, Maria Eduarda Gomes¹; BARRETO, Silvine Ribeiro Caribé¹; MEDEIROS, Tiago Novaes¹; GUIMARÃES, Victória Corrêa de Andrade¹; BARBOSA, Micaela Cardoso².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya ² Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução

Com o intuito de conhecer e compreender além das características gerais dos estilos artísticos expressionista, cubista e abstracionista, os estudantes do curso de arquitetura buscaram analisar os pontos mais internos do contexto histórico e suas particularidades, a fim de aprimorar e expandir o conhecimento, os horizontes criativos e auxiliar no desenvolvimento da singularidade dos alunos.

Material e Métodos

O desenvolvimento dessa pesquisa, teve como enfoque uma busca bibliográfica e análise de representações visuais baseada em um método de pesquisa qualitativa. Em primeira análise, houve a identificação dos acontecimentos do contexto histórico em que os estilos artísticos Expressionista, Cubista e Abstracionista foram inseridos e suas motivações emocionais e psicológicas em meio aos eventos da época. Em seguida, a pesquisa estendeu-se para uma busca iconográfica a fim de determinar as características específicas de cada estilo, associando aos estímulos dos artistas que desenvolveram as novas técnicas de pintura e representação além da representação fiel à natureza.

Desenvolvimento

No início do século XX, a Alemanha foi marcada por grandes revoluções tecnológicas, como o avião e telefone, que permitiram uma comunicação mais rápida e eficiente. Além disso, surgia a teoria da relatividade de Albert Einstein e a psicanálise de Sigmund Freud que levou para a sociedade uma nova visão do mundo e da mente humana, despertando inquietações e questionamentos sobre diversos aspectos da humanidade que eram tidos como verdades absolutas. E concomitante, o mundo vivenciava uma grande instabilidade social e política, consequência da primeira guerra mundial e as transformações advindas da Revolução Industrial (SOUZA, S/D). Segundo Souza (S/D), o Expressionismo nasce neste ambiente de incertezas e questionamentos, e era a representação da mente inquieta dos artistas da época que visavam expressar de forma mais livre seus mais profundos estados de espírito, por meio do uso de cores intensas e vibrantes, da distorção das formas e da fuga da objetividade, apresentando uma maior diversidade de temas e estilos, características essas que podemos facilmente identificar na obra Paisagem de Outono com Barcos (1908) de Wassily Kandinsky (Fig. 1). Em meio a esse contexto, outras formas de representação artística surgiram com o crescimento do Expressionismo, tal como o Cubismo. De acordo com Souza (S/D), a arte cubista apresenta duas fases principais, o Analítico e Sintético, o primeiro representa um imenso potencial artístico ao transformar radicalmente a maneira como a realidade é representada nas artes visuais ao romper com a perspectiva linear tradicional, apresentando uma visão fragmentada dos objetos sob múltiplos ângulos simultaneamente, dificultando o reconhecimento da figura representada e uso de cores monocromáticas. Já o segundo, surge como uma reação à complexidade do analítico, reintroduzindo figuras mais reconhecíveis, uso de colagens, cores vibrantes e a inserção de elementos heterogêneos como letras, números e texturas, ultrapassando os limites da percepção visual e incluindo sensações táteis. Assim, o cubismo não apenas ampliou os limites da representação artística, mas também contribuiu para uma nova compreensão da arte como linguagem e como forma de pensamento, consolidando-se como um dos pilares da arte moderna (CARVALHO e MANSANO, 2020). Ademais, outro estilo artístico que revigorou durante esse período foi a arte abstrata. No entendimento de Lopes (2018) essa surge em um contexto de muitas mudanças sociais e tecnológicas, onde os movimentos artísticos demonstram uma negação à representação ilusória da natureza. A arte - até então figurativa - passa a apresentar a fragmentação, distorção, decomposição e simplificação do objeto. Além disso, o abstracionismo valoriza as formas, o uso de cores e perspectiva, luz e sombra de modo inovador, rejeitando o convencional, fazendo as obras não figurativas e subjetivas a fim de questionar a representação através da abstração, conforme pode-se inferir a partir da (Fig. 4).

“A intenção da arte abstrata segundo Worringer, seria a de vislumbrar estratégias para minimizar a incerteza e a angústia face ao mundo da experiência, retirando os objetos de seu contexto natural e do fluxo ininterrupto da existência. [...] No caso da modernidade, esse tipo de angústia e ansiedade seria gerado pela experiência da industrialização e pela hostilidade da sociedade de massas.” (GONÇALVES, 2022) De acordo com a análise de Souza (S/D) em 1918, o Expressionismo lançou um manifesto assinado por Kasimir Edschmid onde ele defende que a estética expressionista é resultado da experiência pessoal do artista, de forma que a originalidade da obra era associada à percepção individual da realidade. Conforme Celesnah (S/D) o Nazismo teve um impacto devastador sobre o movimento pois o considerava incompatível com seus valores nacionalistas e tradicionais. Uma censura foi instaurada e muitas obras foram destruídas no processo. Houve ainda exposições com o intuito de ridicularizar a obra e os artistas.

“O regime nazista tentou eliminar o expressionismo da cena artística alemã e ainda associou esse movimento ao comunismo e o rotulou de imoral e subversivo. Em 1937, cerca de 16.500 obras de arte foram confiscadas, incluindo trabalhos de artistas

renomados como Van Gogh, Pablo Picasso e Matisse, muitas das quais foram vendidas em leilões ou destruídas, resultando em um prejuízo irreparável para a arte alemã e mundial.” (CELESNAH, S/D)

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Em razão das alegações expostas, conclui-se que os movimentos expressionista, cubista e abstracionista possuem forte correlação, desde o surgimento até as manifestações dos pensamentos dos artistas que vivenciaram o conturbado início do século XX. A partir disso, é possível compreender as motivações por trás das mudanças em representação da realidade e técnicas artísticas utilizadas, tendo em vista não somente o momento histórico em que os autores das obras estavam inseridos, mas também os momentos que precederam o culminar das reações artísticas exploradas; principalmente no que diz respeito à produção da arte e o desenvolvimento social e filosófico ao longo de toda trajetória humana. No que concerne ao desenvolvimento da criticidade e criatividade, perante o estudo realizado podemos avaliar uma melhor percepção das obras produzidas no expressionismo, cubismo e abstracionismo, e o entendimento do desenvolvimento posterior da arte até a contemporaneidade. Isso corrobora para o aperfeiçoamento profissional, considerando a percepção das produções passadas, do presente e auxiliando nas produções feitas futuramente pelos profissionais em formação no momento.

Agradecimentos

Para a realização desse projeto, agradecemos a instituição UnifipMOC-Afya por nos permitir efetuar esse trabalho, agradecemos a nossa professora do curso de arquitetura Micaela Cardoso Barbosa pelo incentivo à produção científica e sua primorosa orientação.

Referências

ABSTRACIONISMO. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2025. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termos/79933-abstracionismo>. Acesso em: 17 de maio de 2025.

CARVALHO, P. R. de, & MANSANO, S. R. V. (2020). **Da arte figurativa à arte abstrata: uma análise psicológica.** Revista Polis E Psique, 10(1), 30–46. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.89440>. Acesso em: 18 de maio de 2025.

CELESNAH, Xavana. “**Expressionismo: Características, obras, O Grito, Van Gogh, artistas**”. Casa do Saber. Disponível em: Expressionismo: Características, obras, O Grito, Van Gogh, artistas. Acesso em 18 de maio de 2025.

GONÇALVES, R. G. G. (2022). **Abstração e empatia: Schopenhauer e a fundamentação da arte abstrata.** Voluntas: Revista Internacional De Filosofia, 12, e23. <https://doi.org/10.5902/2179378667561> (Original work published 28º de dezembro de 2021)

SOUZA, Warley. “**Cubismo**”. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br>. Acesso em: 20 de maio de 2025

SOUZA, Warley. “**Expressionismo**”. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/artes/expressionismo.htm>. Acesso em 18 de maio de 2025.

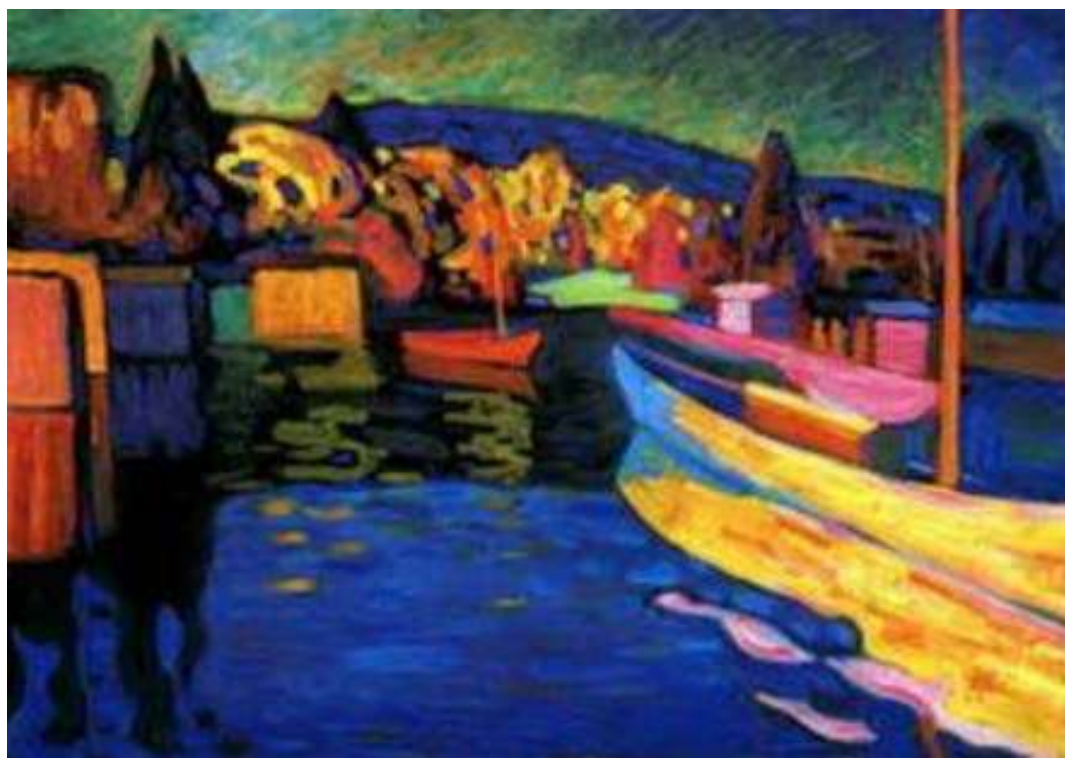


Figura 1.
Paisagem de Outono com Barcos (1908), Rússia, Wassily
Kandinsky



Figura 2.
Cubismo analítico - Homem com violão (1911), França, Georges Braque



Figura 3.
Cubismo sintético- Guernica (1937), Paris, Pablo Picasso



Figura 4.
Composição VIII (1922), Wassily Kandinsky

NOVO URBANISMO: SUA ORIGEM E O SEU MODELO BRASILEIRO

FERNANDES, Gely Alissandre 1; MACEDO, Kamille 1; DAVID, Maria Eduarda 1; TEIXEIRA, Mariana Fernandes 2.

1 Acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya.

2 Docente da instituição UNIFIPMoc/Afya. Doutora em Desenvolvimento Social Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Introdução

Este relatório de pesquisa acadêmica apresenta ponderações sob a perspectiva do Novo Urbanismo, explorando suas implicações como um modelo de urbanização que busca transcender as limitações do modernismo e promover cidades mais humanas, sustentáveis e vibrantes. Analisaremos os “fundamentos para se fazer cidade” (LENNERTZ, 2006), investigando fatos históricos e sua importância no contexto do planejamento urbano contemporâneo. Como observa Muschamp (1996), o Novo Urbanismo representa o mais influente fenômeno urbanístico na Arquitetura e Planejamento urbano após o modernismo nos Estados Unidos, marcando uma mudança de paradigma na forma como concebemos e construímos nossos espaços urbanos. A urbanização acelerada e os impactos sociais e ambientais decorrentes da Revolução Industrial impulsionaram o surgimento de diversos movimentos de reestruturação urbana ao longo do século XX. Entre esses movimentos, destacam-se a Renovação Urbana e a Reinvenção Urbana, que buscaram revitalizar áreas degradadas e criar espaços de convivência urbana. No entanto, foi com o movimento do Novo Urbanismo que se consolidou uma proposta mais integrada e centrada no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida, buscando resgatando a complexidade e a vitalidade das cidades tradicionais. Como aponta Gehl (2013), por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado de forma inadequada, enquanto várias outras questões, como a acomodação do aumento do tráfego de automóveis, ganham mais força. Essa observação ressalta a importância do Novo Urbanismo em resgatar a escala humana no planejamento das cidades, priorizando a experiência do pedestre e a criação de espaços públicos que promovam a interação social. O Novo Urbanismo surgiu na década de 1980 nos Estados Unidos como uma resposta às falhas do urbanismo modernista, propondo uma reconfiguração dos espaços urbanos com foco na caminhabilidade, no uso misto e na humanização das cidades. Este movimento representou uma crítica contundente à fragmentação funcional e à homogeneização espacial características do planejamento modernista, que resultaram em cidades segregadas, dependentes do automóvel e carentes de vida social. Corroborando com a importância de um desenho urbano que valorize a escala humana, Robert Davis, conhecido empreendedor imobiliário da Flórida, o casal de arquitetos Andres Duany, Elizabeth Plater-Zyberk e sócios proprietários do escritório DPZcoDesigner (DPZ), viajaram através do Estado, observando pequenas comunidades onde houvesse certa centralidade de comércio, serviços e de instituições acessíveis pelos moradores caminhando a pé. Essa experiência influenciou profundamente a concepção do Novo Urbanismo, que busca criar comunidades completas e conectadas, onde as pessoas possam viver, trabalhar e se divertir a uma curta distância umas das outras. Este movimento que busca criar cidades mais sustentáveis, humanizadas e funcionais, priorizando: caminhabilidade e mobilidade; uso misto e diversidade; conectividade e coesão social; qualidade de vida e sustentabilidade. Seus defensores argumentam que essas características são essenciais para enfrentar os desafios do século XXI, como o crescimento populacional, as mudanças climáticas e a crescente desigualdade social.

Métodos

Para a elaboração deste relato, foram utilizadas como referências as principais obras norte-americanas do Novo Urbanismo: Seaside e Kentlands, projetadas pelos arquitetos fundadores Andrés Duany e Elizabeth Plater-Zyberk. A análise dessas comunidades permitiu compreender os conceitos que orientam o movimento e como ele se consolidou ao longo das décadas. Além disso, foi realizada uma investigação sobre a aplicação desses princípios no Brasil, com ênfase na Cidade Criativa Cidade Pedra Branca, considerada um exemplo de adaptação local dos preceitos do Novo Urbanismo. Este relato é resultado de pesquisa desenvolvida na disciplina de Projeto Urbano. A metodologia adotada envolveu a pesquisa bibliográfica em fontes acadêmicas e em artigos especializados, bem como a análise de projetos urbanos consagrados. As imagens utilizadas ilustram as principais características arquitetônicas e urbanísticas das obras abordadas, proporcionando uma visão clara e objetiva do movimento e suas implicações. A pesquisa bibliográfica incluiu a consulta a obras de autores influentes no campo do urbanismo, como Jane Jacobs, Christopher Alexander e Kevin Lynch, cujas ideias forneceram uma base teórica para a análise do Novo Urbanismo.

Desenvolvimento

Como primeiro estudo de caso nesta pesquisa, exemplificamos o projeto Seaside, pioneiro no mundo e característico do movimento Novo Urbanismo. Seaside localiza-se em Santo Rosa Beach, no Município de Walton, a noroeste do Estado da Flórida, no Golfo do México. Ocupa uma área de 32,4 hectares – dimensão de uma localidade de veraneio ou resort – com população em torno de 2.000 habitantes. Este projeto pioneiro representa uma tentativa de criar uma comunidade que resgatasse os valores das cidades tradicionais americanas, com suas ruas arborizadas, praças públicas e edifícios de escala humana. Leite (2012, p. 158) define a cidade compacta como um modelo de desenvolvimento urbano que promove altas densidades (maior do que 250 habitantes por hectare) de modo qualificado, ou seja, com adequado planejado uso misto do solo urbano, misturando funções urbanas (habitação, comércio e serviços). É baseado em um eficiente sistema de mobilidade urbana que conecte estes núcleos adensados, e além da eficiência de transportes públicos, tenha um traçado urbano que encoraje a caminhada e o ciclismo. Com isso, otimiza-se o uso das infraestruturas urbanas e promove-se maior sustentabilidade. Essa definição se alinha aos princípios do Novo Urbanismo e pode ser observada em Seaside, onde a proximidade entre diferentes usos do solo e a prioridade dada aos pedestres contribuem para a criação de um ambiente urbano vibrante e sustentável. Nesse sentido, Jacobs (1961) argumenta que a diversidade de usos e a presença de pessoas nas ruas em diferentes horários do dia são cruciais para a vitalidade e segurança das cidades, conceitos que são centrais para o Novo Urbanismo e que se manifestam claramente no projeto de Seaside. Gehl (2013) também enfatiza a importância de projetar

cidades para as pessoas, priorizando a escala humana e a experiência do pedestre, o que se reflete no desenho urbano de Seaside, com suas ruas estreitas e calçadas convidativas. Kentlands é o segundo projeto urbano nas diretrizes deste movimento urbano. Localizado em Gaithersburg, Maryland, EUA, é considerado um dos exemplos mais representativos do Novo Urbanismo. Suas características principais são: planejamento urbano misto e compacto; ruas estreitas e arborizadas; edifícios de diferentes alturas e estilos; espaços públicos e áreas verdes; comércio e serviços locais. Este projeto demonstra como os princípios do Novo Urbanismo podem ser aplicados em diferentes contextos, adaptando-se às características específicas de cada local. A Carta do Novo Urbanismo (CNU, 1996) enfatiza a importância de criar bairros completos e conectados, com uma variedade de moradias, lojas e serviços próximos, para reduzir a dependência do automóvel e promover a interação social, princípios que são claramente evidentes no projeto de Kentlands. Gehl (2013) também destaca a necessidade de criar espaços públicos de qualidade que incentivem a interação social e o senso de comunidade, elementos presentes no planejamento de Kentlands, com suas praças e parques bem cuidados. No Brasil, a Cidade Criativa Pedra Branca representa um marco na aplicação dos conceitos do Novo Urbanismo. Com uma proposta sustentável e inovadora, o bairro busca promover a qualidade de vida por meio da diversidade de usos e da proximidade entre as atividades cotidianas. A presença de áreas verdes, comércio local e espaços de convivência reforçam a proposta de criar um ambiente urbano equilibrado e dinâmico. O projeto teve início em 1999, através de um loteamento residencial, e, a partir de 2005, passou a incorporar os princípios do Novo Urbanismo, inspirando-se na obra *Place Making*, de Charles C. Bohl. Com o suporte do escritório DPZ Latin América e a consultoria de renomados especialistas, como Jaime Lerner e Jan Gehl, o empreendimento consolidou-se como um marco em sustentabilidade urbana no Brasil. Destinada a se tornar uma nova centralidade na Grande Florianópolis, a Cidade Pedra Branca aspira à integração dos aspectos de moradia, trabalho, educação e lazer, promovendo o uso misto das edificações e priorizando a circulação de pedestres. Seu planejamento urbano prioriza a qualidade dos espaços públicos, reduz a dependência em relação ao automóvel e estimula a diversidade de usuários. Tal abordagem inovadora lhe conferiu reconhecimentos significativos, incluindo prêmios na Bienal de Buenos Aires (2007), do Financial Times (2008) e do programa de Clima Positivo da Fundação Bill Clinton (2009). O bairro, concebido para possuir alta densidade, enfrenta o desafio de harmonizar sua estrutura planejada com a urbanização espontânea circundante, criando um cenário híbrido que mescla planejamento urbano e a apropriação natural do espaço. Este caso demonstra o potencial do Novo Urbanismo para promover o desenvolvimento urbano sustentável e a criação de comunidades vibrantes no contexto brasileiro, mas também levanta questões sobre os desafios de sua implementação e seus impactos sociais. Nesse contexto, autores como Moura (2004) destacam a importância de adaptar os princípios do Novo Urbanismo ao contexto local, considerando as características culturais, sociais e econômicas de cada região, para garantir a efetividade e a relevância dos projetos. Gehl (2013) também ressalta a importância de um planejamento urbano que considere as necessidades e desejos dos cidadãos, promovendo a participação comunitária e a criação de espaços públicos que sejam apropriados e desfrutados pela população, aspectos que são relevantes para o caso da Cidade Pedra Branca.

Conclusão/ Considerações finais

O projeto Pedra Branca, em Palhoça, revela-se um exemplo emblemático das contradições inerentes ao modelo de new urbanism, destacando os desafios na articulação entre os ideais propostos e sua aplicação prática. Embora o discurso teórico promova valores como sustentabilidade, diversidade e senso de comunidade, na prática, esses princípios enfrentam limitações significativas, especialmente no contexto brasileiro. A proposta de criar um bairro sustentável e integrado socialmente é comprometida pela prevalência de uma lógica de mercado que prioriza a valorização imobiliária e a estética urbana, em detrimento da diversidade socioeconômica e da inclusão efetiva. Além disso, a crítica ao new urbanism se intensifica ao observar que, nos Estados Unidos, muitos projetos promovem uma retórica de comunidades pequenas e sustentáveis, mas falham em alcançar abrangência metropolitana ou verdadeira integração social. O caso do Pedra Branca reproduz essa limitação, apresentando-se como um bairro aberto e acessível, mas compartilhando características de condomínios fechados, com vigilância intensa e serviços diferenciados, o que reforça a exclusividade em vez da diversidade. Nas palavras de David Harvey (2005), "a retórica da comunidade e do espaço público aberto muitas vezes mascara processos de exclusão social e segregação". Essa observação crítica nos leva a questionar se

o Novo Urbanismo, em sua forma atual, está realmente promovendo a inclusão e a diversidade, ou se está apenas criando enclaves para as classes média e alta. Em uma nota mais otimista, o renomado urbanista Jan Gehl (2013) nos lembra que "cidades vivas e seguras não são um acaso, mas o resultado de um projeto urbano cuidadoso". Essa afirmação ressalta a importância do papel dos urbanistas no planejamento de espaços que priorizem a experiência humana e promovam a vitalidade urbana. Da mesma forma, a icônica Jane Jacobs (1961) nos adverte sobre os perigos de negligenciar a complexidade e a diversidade das cidades, afirmando que "a receita para bairros vibrantes e seguros reside na intrincada dança social que ocorre nas calçadas, onde estranhos se tornam vizinhos e a vida urbana floresce". Por fim, conclui-se que o modelo do Pedra Branca evidencia um descompasso entre o ideal urbano propagado e a realidade de seu impacto social. A promoção da "democracia urbana" e da diversidade torna-se um rótulo conveniente para o mercado imobiliário, mascarando a homogeneidade socioespacial e a insuficiência de estratégias que realmente

Promovam inclusão e integração. A análise crítica aponta para a necessidade de uma revisão conceitual e prática do new urbanism, que transcenda a estética e enfrente os desafios sociais com maior profundidade e efetividade. Para que o Novo Urbanismo possa cumprir seu potencial de criar cidades mais justas e sustentáveis, é fundamental que ele se distancie de abordagens meramente estéticas e incorpore uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam o espaço urbano.

Referências

- AMADEO, Raissa Martins; SOARES, Paulo Fernando; VALQUES, Igor José Botelho. Proposta de Índice de Potencial de Sustentabilidade Urbana: estudo de caso em Pedra Branca-SC. *Cidades verdes*, v. 5, p. 12, 2017.
- Cidade Suave: Criando Espaços Para as Pessoas. Disponível em: <https://www.cidadepedrabranca.com.br/post/cidade-suave-criandoespacos-para-pessoas/>. Acesso em 17 de mar de 2025
- CNU – Congress for the New Urbanismo. Disponível em: <https://www.cnu.org/who-we-are/organization>. Acesso em 27 de mar de 2025.
- DPZ coDesinger. Disponível em: <https://www.dpz.com/projects/seaside/>. Acesso em 27 de mar de 2025.
- DPZ coDesinger. Disponível em: <https://www.dpz.com/projects/kentlands/>. Acesso em 27 de mar de 2025.
- MACEDO, Adilson Costa. Seaside, cidade ícone do novo urbanismo. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 118.02, Vitruvius, mar. 2010. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.118/3373>. Acesso em: 17 de mar. de 2025.
- MACEDO, Adilson Costa. A carta do novo urbanismo norte-americano. *Integração: ensino, pesquisa, extensão*, v. 13, n. ja/mar. 2007, p. 11-21, 2007Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001805787> . Acesso em: 27 mar. 2025.
- MENEZES, Fernanda Maria. Espaços Públicos e Vida Urbana: uma leitura do projeto Cidade Pedra Branca. In: V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013. p. 724-731.
- MENEZES, Fernanda Maria; REIS, Almir Francisco. ST 5 Projeto Urbano e Criação de Espaços Públicos: Cidade Pedra Branca na Grande Florianópolis. *Anais ENANPUR*, v. 16, n. 1, 2015. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1456>. Acesso em: 17 de mar. de 2025
- RIBEIRO, Fernando Pinto. O new urbanism e sua influência no Brasil: o caso da "Cidade Universitária Pedra Branca" em Palhoça, SC. *PosFAUUSP*, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 36–53, 2010. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i28p36-53. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43700>. Acesso em: 17 mar. 2025.

O PODER POLÍTICO DA ARQUITETURA: COMO A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO MOLDA IDEOLOGIAS E PODERES

¹Guilherme Lucas Moura Duarte.

¹Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário FIPMoc ²Micaela Cardoso Barbosa.

²Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc

Introdução

A arquitetura exerce um papel fundamental na construção das dinâmicas de poder, sendo usada historicamente como ferramenta para expressar, consolidar e perpetuar ideologias. O presente estudo propõe refletir sobre como o espaço construído é utilizado politicamente, indo além de sua função estética e funcional. O objetivo principal é investigar como governos autoritários e democráticos moldaram e moldam o espaço urbano como meio de controle, propaganda ou exclusão social.

Material e Métodos

A proposta foi desenvolvida no âmbito do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), a partir de uma revisão bibliográfica crítica de obras e autores clássicos, como Lefebvre (1991) e Choay (2001), além da análise de projetos arquitetônicos emblemáticos em regimes autoritários, como os de Albert Speer na Alemanha Nazista, e experiências contemporâneas. A metodologia baseou-se em pesquisa qualitativa, com foco em levantamento iconográfico e estudos de caso que evidenciam a interface entre espaço, poder e ideologia.

Desenvolvimento

A arquitetura tem se mostrado, historicamente, uma ferramenta estratégica de poder. No regime nazista, a monumentalidade foi uma tática simbólica para consolidar autoridade. Albert Speer, arquiteto oficial de Adolf Hitler, utilizou o neoclassicismo como linguagem visual de dominação, conectando o Terceiro Reich - Nome dado ao regime nazista, que Hitler imaginava como uma nova era de grandeza alemã, supostamente destinada a durar mil anos, mas durou só 12 anos- ao legado do Império Romano (Speer, 1997). A reconfiguração de Berlim como "Germania" e a construção do Reichsparteitagsgelände -Campo dos Congressos do Partido do Reich- em Nuremberg não apenas impunham visualmente a presença do Estado, mas estruturavam o espaço urbano para rituais de massa, moldando comportamentos coletivos e eliminando qualquer margem para o dissenso (Vitruvius, 2021).

Essas construções obedeciam à lógica da propaganda: avenidas largas para desfiles, praças vastas para discursos, e edifícios que ofuscavam o indivíduo perante o poder (Fig.01). Speer queria que esses monumentos durassem mil anos, portanto, era também uma tentativa de imortalizar a ideologia nazista no espaço urbano, criando uma memória visual que perpetuaria o regime mesmo após sua eventual queda (Speer, 1997). A crítica à arquitetura modernista, especialmente à Bauhaus -foi uma escola de arte alemã, fundada em 1919 em Weimar, que unificava disciplinas como arquitetura, design, artes plásticas e artes aplicadas- considerada "degenerada" pelos nazistas, revela como a estética é também uma disputa política (fig. 02). Ao rejeitar as linhas simples e a função social da arquitetura moderna, o regime afirmava valores de hierarquia, tradição e autoridade, refletindo sua ideologia totalitária (Speer, 1997). No contexto soviético, observa-se uma abordagem semelhante, como o Palácio dos Soviotes, idealizado por Stalin, seguia o mesmo princípio monumentalista, combinando neoclassicismo com simbologias comunistas (Russia Beyond, 2020). Tanto na Alemanha quanto na União Soviética, o espaço construído foi intencionalmente manipulado para naturalizar estruturas de poder e criar um ambiente emocionalmente controlado, onde a arquitetura participava ativamente da engenharia social (Gomes, 2022). Na contemporaneidade, o poder migra para o capital, sedes de multinacionais como *Google* e *Amazon* são hoje os equivalentes simbólicos das catedrais e palácios do passado. Seus edifícios impõem-se como ícones urbanos, projetados para exibir inovação e domínio global. A arquitetura corporativa cria ambientes que legitimam hierarquias internas sob o discurso de inovação e colaboração, reforçando o controle por meio de layouts, tecnologias e simbologia visual (Scott, 1998). A gentrificação é outro fenômeno contemporâneo de poder arquitetônico (Portal Geledés, 2016). A reformulação de bairros populares em zonas elitizadas promove o deslocamento de populações de baixa renda, configurando uma segregação espacial que reproduz desigualdades históricas. Esse processo, frequentemente legitimado pelo discurso do "progresso urbano", reflete o uso da arquitetura como instrumento de exclusão e controle social. (Choay, 2001) A arquitetura hostil é a face mais direta dessa violência urbana: bancos inclinados, obstáculos embaixo de marquises e pisos desconfortáveis são formas arquitetônicas desenhadas para expulsar determinados corpos do espaço público, principalmente pessoas em situação de rua. Aqui, o projeto deixa de ser apenas uma solução funcional e se torna uma tática deliberada de negação de cidadania (ArquiWiki, 2023). Apesar disso, também há usos democráticos da arquitetura. Memoriais como o do Holocausto, em Berlim, ou o Museu Nacional Afro-Americano, em Washington, configuram espaços de enfrentamento da história, construindo memória coletiva crítica. Esses espaços mostram como o design pode acolher a reflexão e reivindicar direitos, tornando-se resistência à opressão institucionalizada (Aconjur, 2019). No Brasil, Brasília representa um projeto ambivalente: símbolo do modernismo e da centralização do poder, também é criticada por sua segregação espacial. A lógica setorial e a distância entre governo e população revelam como decisões arquitetônicas podem afastar a democracia, mesmo quando seu discurso é o progresso (Choay, 2001; Lefebvre, 1991).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Diante da análise histórica e contemporânea da arquitetura como instrumento político, constata-se que o espaço construído jamais foi neutro. A arquitetura tem operado como uma extensão do poder, seja por meio da monumentalidade autoritária de regimes como o nazismo e o stalinismo, seja por mecanismos contemporâneos como a arquitetura corporativa, a gentrificação ou a hostilidade espacial. Esses elementos demonstram como decisões arquitetônicas são, na verdade, decisões ideológicas e políticas.

A construção de edifícios, a organização do espaço urbano e a escolha de estilos arquitetônicos carregam intencionalidades: podem reforçar hierarquias, segregar populações e perpetuar símbolos de dominação. Edificações monumentais, como os projetos de Albert Speer, ou o Palácio dos Soviéticos, foram concebidas para simbolizar a eternidade e a supremacia de regimes totalitários. Hoje, esse poder se manifesta de forma mais velada, através da lógica do mercado e do controle territorial indireto. Contudo, a arquitetura também pode assumir um papel emancipador. Projetos como o Memorial do Holocausto, em Berlim, e o Museu Nacional Afro-Americano, em Washington, apontam para o potencial do espaço urbano como lugar de memória crítica, reflexão e resistência simbólica. Além disso, espaços públicos verdadeiramente inclusivos, como praças acessíveis, centros culturais e equipamentos urbanos voltados à diversidade, têm o poder de promover a cidadania, estimular o encontro e fortalecer os vínculos sociais. Brasília, enquanto capital federal modernista, exemplifica essa ambiguidade da arquitetura. Simultaneamente ícone do progresso e da segregação socioespacial, a cidade revela que mesmo os projetos pensados sob o ideal de modernidade podem produzir distanciamentos entre Estado e população, quando não se voltam à realidade cotidiana dos cidadãos. Portanto, compreender o poder político da arquitetura é essencial para qualquer arquiteto comprometido com a construção de cidades mais justas, democráticas e acessíveis. Cabe aos profissionais da área urbanística e arquitetônica romper com a lógica excludente que tem marcado historicamente o urbanismo e propor intervenções que promovam inclusão, diversidade e equidade. O desafio está em transformar o espaço urbano não apenas em resposta funcional ou estética, mas em uma ferramenta de emancipação coletiva.

Referências

- ACONJURPR. Memorial do Holocausto. 2019. Disponível em: <https://www.aconjurpr.com.br>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- CALDEIRA, Teresa P. R. City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo. Berkeley: University of California Press, 2000.
- CHOAY, Françoise. A Legitimidade do Urbano. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- CREATIVE COMMONS. O Reichsparteitagsgelände (Campo de Comícios de Nuremberg). 2025. Disponível em: <https://www.creativecommons.org>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- GOMES, Fernanda. Arquitetura e poder nas Relações Internacionais: o "Volkshalle". ResearchGate, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365613404_Arquitetura_e_poder_nas_Relacoes_Internacionais_o_Volkshalle. Acesso em: 24 maio 2025.
- LUHUFENG. Grande Sala do Povo (Große Halle). iStock, 2014. Disponível em: <https://www.istockphoto.com>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- PORTAL GELEDÉS. O que é Gentrificação. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 1 abr. 2025.
- SCOTT, James C. Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven: Yale University Press, 1998.
- VITRUVIUS. A nova Berlim de Hitler. 2021. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 1 abr. 2025.



Figura: 1 - O objetivo de Hitler era transformar Berlim na "capital mundial da Alemanha".
Fonte: BERLINER MIETERVEREIN, 2022.



Figura: 2 - Edifício Bauhaus, Dessau, 1925-1926: ala da oficina vista do sudoeste
Fonte: HAVARD ART MUSEU, 2025.

A ENFITEUSE E O LAUDÊMIO: HERANÇAS COLONIAIS E SEUS IMPACTOS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

¹Guilherme Lucas Moura Duarte.

¹Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário FIPMoc

²Mariana Cristina Oliveira do Rosario.

²Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc

Introdução

A estrutura fundiária brasileira carrega marcas profundas do período colonial. Entre os resquícios jurídicos mais persistentes estão a enfiteuse e o laudêmio — dispositivos legais que determinam uma divisão entre o domínio útil e o domínio direto de propriedades, muitas vezes em benefício de instituições religiosas ou do Estado. A reportagem da BBC News Brasil (2025) reacende o debate ao revelar como a Igreja Católica ainda lucra com a cobrança de laudêmio em áreas urbanas nobres, prática que, embora legal, levanta questões éticas, sociais e jurídicas. Este trabalho investiga a origem desses mecanismos, sua permanência na atualidade e os impactos negativos para a sociedade e para o planejamento urbano.

Material e Métodos

A proposta foi desenvolvida no âmbito do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), a partir de uma revisão bibliográfica crítica de autores e estudos especializados em direito fundiário e urbanismo, como Kumpel (2015), Piccinato Junior (2024) e Lefebvre (2001), além da análise de reportagens investigativas contemporâneas, como a publicada pela BBC News Brasil (2025). A metodologia baseou-se em pesquisa qualitativa, com foco na análise documental e em estudos de caso urbanos, que evidenciam a permanência de institutos coloniais, como a enfiteuse e o laudêmio, e seus impactos sociais, jurídicos e espaciais nas cidades brasileiras atuais.

Desenvolvimento

A enfiteuse, também conhecida como aforamento ou emprazamento, é um instituto jurídico de origem romana tardia, amplamente utilizado na Idade Média e incorporado ao direito português. Foi trazida ao Brasil no período colonial como uma forma de organização da ocupação territorial, especialmente nas áreas concedidas às ordens religiosas e à Coroa portuguesa. A lógica da enfiteuse estabelece uma divisão entre o domínio útil — que pertence ao possuidor — e o domínio direto — que permanece com o senhorio, geralmente o Estado ou a Igreja (KÜMPEL; SANTOS, 2015). Esse modelo permaneceu presente ao longo dos séculos, mesmo após a independência do Brasil e a promulgação de diversas constituições. Atualmente, embora a Constituição Federal de 1988 preveja que a propriedade urbana deve cumprir sua função social (art. 5º, XXIII), a existência de terras aforadas compromete esse princípio. Isso ocorre porque o enfiteuta, mesmo sendo o "proprietário" de fato, não possui plena autonomia sobre seu imóvel. A qualquer momento, mudanças no domínio direto — como a venda da terra pela Igreja ou pela União — podem afetar seu direito, o que gera insegurança jurídica e impacto direto na valorização e circulação desses bens (PICCINATO JUNIOR, 2024).

O laudêmio, por sua vez, é um pagamento de 2,5% do valor venal do imóvel, cobrado em toda transferência onerosa da propriedade, conforme definido pelo Código Civil brasileiro. Esse pagamento é obrigatório ao senhorio do domínio direto, mesmo que este não exerça nenhuma função prática na manutenção, uso ou gestão do bem. Na prática, isso se transforma em uma "taxa invisível" que onera tanto os compradores quanto os vendedores, principalmente em zonas urbanas valorizadas, como evidenciado por Fellet (2025) na reportagem da BBC News Brasil. Em Ribeirão Preto (SP), por exemplo, a Igreja Católica ainda detém o domínio direto sobre bairros inteiros, exigindo o pagamento do laudêmio para permitir qualquer transação legal (fig.01). Moradores relatam dificuldade para obter financiamentos imobiliários, para regularizar suas propriedades e até mesmo para realizar reformas mais amplas, já que precisam da autorização do senhorio e do pagamento das taxas de transferência. A reportagem expõe casos em que os próprios moradores desconheciam a existência da enfiteuse até tentar vender ou registrar seus imóveis (FELLET, 2025). Esse tipo de estrutura fundiária, além de anacrônica, dificulta a política de regularização fundiária e o acesso à moradia formal, especialmente em contextos de favelização e ocupações urbanas. Segundo Lefebvre (2001), o direito à cidade pressupõe o controle coletivo do espaço urbano por parte de seus habitantes. A manutenção de sistemas como a enfiteuse, no entanto, impede essa apropriação democrática, pois subordina o uso do solo a relações jurídicas de caráter patrimonialista e histórico, que beneficiam poucos em detrimento de muitos. Além disso, do ponto de vista urbanístico, a existência de imóveis aforados compromete o planejamento urbano e a efetividade de políticas públicas. Os gestores municipais enfrentam entraves para implementar melhorias em infraestrutura, habitação e mobilidade urbana, pois parte significativa do solo urbano está subordinada a regras que escapam à gestão democrática do território. Como destaca Caldeira (2000), a desigualdade espacial brasileira está fortemente ligada à reprodução de privilégios históricos e à ausência de uma reforma fundiária efetiva nas cidades.

Outro ponto de crítica refere-se à contradição entre o discurso social da Igreja e a prática da manutenção de um sistema de arrecadação baseado na posse de terras e na cobrança de taxas. Embora diversas dioceses argumentem que os recursos obtidos com o laudêmio são direcionados a ações sociais, a falta de transparência na aplicação desses valores levanta questionamentos sobre a legitimidade moral da prática (Fellet, 2025). Enquanto países como Portugal já aboliram a enfiteuse em caráter geral desde os anos 1990, no Brasil o tema ainda carece de atenção legislativa suficiente. Propostas de extinção ou transformação do instituto em pleno domínio existem, mas avançam lentamente no Congresso Nacional. Em muitos casos, os próprios afetados desconhecem seus direitos ou não têm acesso aos meios legais para regularizar sua situação, o que perpetua a exclusão fundiária e a concentração patrimonial (Santos, 2015). Portanto, a enfiteuse e o laudêmio, apesar de serem vistos por muitos como figuras arcaicas, continuam a produzir efeitos reais e danosos na dinâmica urbana brasileira. Eles refletem

a permanência de um modelo fundiário herdado da colonização, que prioriza a manutenção do poder patrimonial sobre a terra, em detrimento de princípios democráticos como a função social da propriedade, o acesso universal à moradia e o direito pleno à cidade (Lefebvre, 2001; Foneseca, 2008).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A continuidade da enfiteuse e do laudêmio no ordenamento jurídico brasileiro é um exemplo emblemático de como estruturas coloniais ainda moldam o acesso à propriedade e à cidade. Do ponto de vista social, esses mecanismos aprofundam as desigualdades, restringindo o direito à moradia e à regularização fundiária, sobretudo para famílias de baixa renda. Do ponto de vista jurídico, geram insegurança nas transações imobiliárias, criando empecilhos burocráticos e financeiros que retardam ou inviabilizam a formalização de imóveis, especialmente em regiões historicamente ocupadas. Urbanisticamente, a presença de “donos invisíveis” do território dificulta a implementação de políticas públicas eficientes, pois parte do solo urbano permanece submetida a uma lógica privada de arrecadação, muitas vezes descolada das necessidades sociais e do interesse público. A função social da propriedade, prevista na Constituição Federal, entra em conflito direto com esses privilégios históricos. Além disso, a manutenção desses direitos reais por parte de instituições religiosas reforça a relação entre fé, poder e território — resquício direto da colonização portuguesa. Diante disso, é urgente promover uma revisão legislativa que elimine essas figuras jurídicas anacrônicas, ou ao menos estabeleça mecanismos para sua extinção gradual e negociada. A democratização do acesso à terra urbana depende do rompimento com estruturas que já não atendem ao bem comum e que perpetuam lógicas excludentes. Reformar o direito fundiário e promover a transparência nas relações de posse e propriedade é condição essencial para a construção de cidades mais justas, inclusivas e funcionais.

Referências

- FELLET, João. A 'taxa' que a Igreja Católica cobra com venda de imóveis e terras 'de santos' desde o Brasil colonial. BBC News Brasil, 7 maio 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/creqg22d3lro>. Acesso em: 24 maio 2025.
- FONSECA, Paulo Henrique da. A enfiteuse e a função social do solo urbano. In: Anais do CONPEDI, 2008. Disponível em: publicadireito.com.br.
- KÜMPEL, Vitor Frederico; SANTOS, Larissa Pavan. A enfiteuse no Brasil: origem e perspectivas. Revista dos Tribunais, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- NUNES, Ana Paula. Direito de laje e o direito à moradia digna: uma análise crítica à luz do Estatuto da Cidade. Revista Direito e Sociedade, v. 28, n. 2, 2021.
- PICCINATO JUNIOR, Dirceu. Terras de santos: a enfiteuse e o laudêmio no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – PUC-Campinas, 2024.



Figura: 1 - Venda de imóveis no centro de Ribeirão Preto gera pagamento de laudêmio à Igreja Católica, segundo pesquisador
Fonte: BBC, 2025.

BEDZED: VILA ECOLÓGICA

ARAÚJO, Ana Luiza Rocha¹; ALENCAR, Catarina Melo Lafeté Alves Santos ¹; MARTINS, Iago Aguiar ¹; FREITAS, Liliane Macedo Gomes de ¹; CRUZ, Lorrainy Alves Amorim ¹; SANTOS, Natália Nobre ¹; TEIXEIRA, Mariana Fernandes².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução

O BedZED (Beddington Zero Energy Development) segundo Bioregional, é um marco no campo do urbanismo sustentável e da arquitetura ecológica. Localizado em Sutton, no sul de Londres, esse empreendimento residencial foi concluído em 2002 e projetado pelo escritório ZEDfactory, liderado pelo arquiteto Bill Dunster, em parceria com a BioRegional e a Peabody Trust. Com o objetivo de criar uma comunidade urbana com impacto ambiental mínimo, o BedZED tornou-se referência mundial por integrar soluções inovadoras em eficiência energética, uso racional de recursos naturais, mobilidade sustentável e qualidade de vida. Este resumo expandido busca apresentar os princípios que orientaram sua concepção, os resultados obtidos e as lições que podem ser extraídas para futuros projetos urbanos sustentáveis.

Métodos

A pesquisa teve como base uma abordagem metodológica fundamentada na análise documental e bibliográfica, utilizando-se de artigos acadêmicos, relatórios técnicos e vídeos disponíveis em plataformas online sobre o projeto BedZED. Esse levantamento foi complementado pelo conhecimento teórico acumulado ao longo da formação em Arquitetura e Urbanismo, especialmente no que diz respeito aos princípios da sustentabilidade aplicada ao ambiente construído. O estudo concentrou-se na sistematização de indicadores de desempenho relacionados a três eixos principais: energia, água e mobilidade. Esses indicadores foram extraídos de fontes oficiais e confrontados com as médias de consumo e desempenho registradas no contexto local e nacional do Reino Unido, com o objetivo de avaliar a efetividade das estratégias adotadas pelo BedZED. A interpretação dos dados e a elaboração das conclusões foram conduzidas a partir do método de estudo de caso, permitindo uma análise aprofundada e contextualizada. Esse enfoque metodológico buscou assegurar coerência entre a descrição factual do projeto e uma avaliação crítica de seus êxitos e limitações, contribuindo para a compreensão de suas potencialidades como modelo replicável de urbanismo sustentável.

Desenvolvimento

O desenvolvimento do projeto representa uma das iniciativas mais ambiciosas no campo da arquitetura e urbanismo sustentáveis. Localizado no distrito de Sutton, em Londres, o empreendimento foi concebido com o propósito de ser um modelo de comunidade urbana com impacto ambiental mínimo. Sua construção se deu entre 2000 e 2002, em uma área industrial degradada, promovendo também a requalificação do solo urbano. Do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, o BedZED é caracterizado por princípios de design passivo, como ventilação natural com recuperação de calor, iluminação natural otimizada e excelente isolamento térmico. Além disso, adotou tecnologias de energias renováveis, como painéis solares fotovoltaicos, turbinas eólicas e sistemas de cogeração por biomassa (Fig. 01), embora este último tenha apresentado falhas e tenha sido desativado. O uso de materiais reciclados e locais, a gestão eficiente da água (com reuso de águas cinzas e captação de chuva), e estratégias para mobilidade sustentável (como transporte coletivo, clube de caronas e incentivo ao uso de bicicletas) reforçam o caráter ecológico do empreendimento. De acordo com a organização britânica Bioregional: O BedZED foi o primeiro empreendimento em larga escala do Reino Unido a visar zero emissões de carbono em um bairro residencial, combinando design passivo com energias renováveis e foco comunitário (BIOREGIONAL, 2025). Em termos de resultados, o empreendimento obteve significativas reduções nos indicadores de impacto ambiental: 56% menos emissões de CO₂, 81% de economia no aquecimento, 58% menos consumo de água e 45% de redução no uso de eletricidade, em comparação com médias locais e nacionais do Reino Unido. Além dos aspectos quantitativos, o projeto promoveu interação comunitária e consumo consciente, com 86% dos moradores optando por alimentação orgânica, e 60% dos resíduos sendo reciclados. Contudo, o projeto enfrentou desafios estruturais e sociais. O custo inicial elevado das tecnologias sustentáveis e os problemas técnicos com o sistema de cogeração demonstraram limitações de viabilidade e manutenção a longo prazo. A adaptação dos moradores a um estilo de vida ecológico também foi heterogênea, limitando o desempenho pleno de algumas soluções propostas. A localização periférica comprometeu a efetividade de algumas estratégias de mobilidade, mesmo com a boa integração com transporte público.

Conclusão

Apesar desses obstáculos, o projeto encontrou soluções importantes ao longo de sua trajetória, como a reavaliação das tecnologias utilizadas, o estímulo à educação ambiental entre os moradores e a valorização de práticas comunitárias que reforçaram a coesão social e o compromisso coletivo com a sustentabilidade. Ainda assim, é necessário reconhecer que a replicação de um modelo como o BedZED em outros contextos pode enfrentar dificuldades adicionais. A viabilidade econômica é uma delas, especialmente em regiões com menos investimento público ou privado. Também há o desafio da disponibilidade tecnológica e de mão de obra qualificada, além das diferenças culturais que podem afetar a adesão da população às propostas ecológicas. A localização de futuros empreendimentos semelhantes também precisa ser cuidadosamente planejada para garantir a integração com sistemas urbanos existentes, como transporte e infraestrutura. Portanto, o BedZED não deve ser compreendido como um modelo a ser replicado de forma literal, mas sim como um experimento inovador cujas lições são valiosas para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis. Ele serve como um exemplo de que a transformação urbana exige não apenas soluções técnicas, mas também engajamento social, adaptação às

realidades locais e políticas públicas que incentivem uma mudança estrutural no modo como construímos e habitamos nossos espaços.

Resumo oriundo de atividades de Projeto Urbano da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BIOREGIONAL. *BedZED – the UK's first large-scale eco-village*. Disponível em: <https://www.bioregional.com/projects-and-services/case-studies/bedzed-the-uks-first-large-scale-eco-village>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Boas práticas: BedZED*. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/35>. Acesso em: 30 mar. 2025.

UGREEN. *BedZED – Ecovila sustentável no Reino Unido*. Disponível em: <https://www.ugreen.com.br/bedzed-ecovila-sustentavel-no-reino-unido/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

UNO ENVIRONMENT PROGRAMME. *Zero Energy Ecovillage BedZED UK*. Disponível em: <https://www.neighbourhoodguidelines.org/zero-energy-ecovillage-bedzed-uk>. Acesso em: 30 mar. 2025.

YOUTUBE. *BedZED Eco Village Documentary*. [s.l.]: YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uKytac04q6w>. Acesso em: 30 mar. 2025



Figura 01 – Parte superior dos edifícios com tecnologias de energias renováveis.
Fonte: ZedFactory

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DE PARAISÓPOLIS - SÃO PAULO

JESUS, Felipe Magalhães de ¹; CARDOSO, Victória Castro¹; TEIXEIRA, Fabiana Silva¹; RODRIGUES, Luísa Guisso Lopes¹; SILVA, Monique Pereira Lopes Duarte¹; TEIXEIRA, Mariana².

¹ Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da instituição UNIFipMoc

² Professora do curso Projeto Urbano da instituição UNIFipMoc

Introdução

A urbanização contemporânea brasileira é marcada por processos de exclusão e desigualdade, refletidos nas formas de ocupação do território e no crescimento desordenado das cidades. Paraisópolis, maior favela de São Paulo e terceira maior do Brasil (IBGE, 2022), é símbolo dessa realidade. Dessa forma, a favela surgiu em um contexto de abandono do planejamento urbano e de ausência de políticas públicas efetivas de moradia. Atualmente, representa um complexo urbano de contrastes, onde coexistem iniciativas culturais, empreendedorismo local, deficiências estruturais e tensões sociais. A pesquisa parte da premissa de que, apesar das adversidades, Paraisópolis representa um exemplo de resiliência urbana e protagonismo comunitário, cujas experiências podem contribuir para a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes no contexto das favelas brasileiras. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória histórica, os aspectos socioculturais e os desafios enfrentados por Paraisópolis, discutindo suas potencialidades de transformação urbana por meio de intervenções participativas e inclusivas.

Material e Métodos

A metodologia adotada neste estudo é de caráter qualitativo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Foram consultadas fontes acadêmicas, relatórios institucionais e registros audiovisuais. As referências principais incluem obras de Bonduki (1998), Taschner (2006), Resende (2019) e dados do Censo IBGE (2022), além de relatos comunitários e materiais de mídia sobre cultura e cotidiano da região. A análise é estruturada com base na história da formação de Paraisópolis, nas políticas públicas urbanas aplicadas ao território e nas práticas sociais dos moradores. O estudo também incorpora referências a vídeos e projetos culturais locais que ilustram a dinâmica socioterritorial da comunidade. Nesse contexto, a pesquisa foi estruturada em três eixos principais: (1) contextualização histórica de Paraisópolis e das políticas públicas aplicadas ao longo das décadas; (2) levantamento das potencialidades e deficiências da região no aspecto urbano-social; (3) análise crítica das intervenções urbanísticas e culturais já implantadas, visando à identificação de estratégias replicáveis.

Desenvolvimento

Paraisópolis teve origem em 1921 como um projeto de loteamento de alto padrão que não foi implementado. A ocupação informal começou com a chegada de migrantes nordestinos, especialmente nas décadas de 1950 a 1970, atraídos pelas oportunidades de trabalho na construção civil na zona sul de São Paulo. Ao longo dos anos, a comunidade cresceu de forma autônoma, formando uma rede social baseada em vínculos familiares e conterrâneos (CASTRO, 2009). Diversas gestões municipais, como as de Marta Suplicy e José Serra, promoveram iniciativas de urbanização parcial, mas os desafios estruturais permanecem. O déficit de saneamento, mobilidade, regularização fundiária e segurança pública compromete a qualidade de vida dos moradores. Em contrapartida, destaca-se a força da organização comunitária, com ações voltadas à cultura, à educação e ao empreendedorismo, como o projeto “Paraisópolis das Artes” (Figura 1) e os “favela tours” (Figura 2). A região apresenta um cotidiano complexo, onde convivem manifestações artísticas e culturais com a presença do tráfico de drogas e da violência urbana. A inserção econômica dos moradores se dá majoritariamente por meio de trabalhos informais e pequenos comércios, revelando tanto a criatividade local quanto a ausência de políticas estruturantes. Como citado anteriormente, a comunidade também é marcada por forte organização comunitária, com coletivos e associações que promovem ações em saúde, educação, segurança alimentar e cultura. Tais experiências apontam para a necessidade de urbanizações que respeitem o protagonismo local e promovam transformações a partir do diálogo entre governo e moradores.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Paraisópolis sintetiza os dilemas da urbanização brasileira ao expor as contradições entre informalidade e potência urbana. A favela carrega em si a precariedade da ausência do Estado, mas também a riqueza da articulação social e cultural de seus habitantes. Sua localização estratégica, próxima a bairros nobres, revela oportunidades de integração urbana se forem respeitadas a identidade e a permanência dos moradores. Dessa maneira, é importante destacar que a dualidade também representa um microcosmo das contradições urbanas brasileiras: por um lado, sofre com a exclusão social, a violência e a precarização da infraestrutura; por outro, abriga uma população ativa, engajada e criativa que transforma adversidade em ação coletiva. As experiências vividas no território demonstram que a urbanização de favelas deve ir além da remoção de “deficiências físicas” e reconhecer os valores sociais, culturais e econômicos desses espaços. Conclui-se, portanto, que a superação das desigualdades exige um esforço conjunto entre poder público, sociedade civil e moradores, visando políticas urbanas que promovam inclusão social, acesso a serviços públicos e valorização da produção local. Por fim, a elaboração deste trabalho fez parte das atividades desenvolvidas na disciplina de Projeto Urbano, em que foi discutido e apresentado coletivamente os aspectos históricos, culturais, estruturais e sociais da comunidade. A experiência permitiu uma reflexão crítica sobre os desafios da urbanização e o papel do arquiteto e urbanista na transformação das cidades.

Referências

- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CASTRO, E. L. *Parentesco, migração e reciprocidade em Paraisópolis*. São Paulo, 2009.
- REZENDE, Wagner de Souza. *Urbanidade experiencial: situações e interações no cotidiano de Paraisópolis*. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. *Relatório Social Paraisópolis*. SEHAB, 2007.
- TASCHNER, Suzana. *Favelas e políticas públicas*. Revista USP, 2006.



Figura 2. Visitantes no Favela Tour
Fonte: Veja São Paulo, 2013.

ARQUITETURA SOCIAL: SOLUÇÕES HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA

JESUS, Felipe Magalhães de ¹; RODRIGUES, Luísa Guisso Lopes ¹; CARDOSO, Victória Castro ¹; BARBOSA, Micaela Cardoso ².

¹ Acadêmicos do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

² Professoras do curso Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fip-Moc

Introdução

A arquitetura social trata da criação de soluções habitacionais acessíveis, humanas e sustentáveis para populações de baixa renda, atuando como ferramenta de transformação urbana e promoção da inclusão social. Este trabalho tem como objetivo analisar alternativas arquitetônicas que priorizem a dignidade, a funcionalidade dos espaços e a integração dessas populações ao tecido urbano formal. Parte-se da hipótese de que intervenções arquitetônicas e urbanísticas fundamentadas em princípios sociais e adequadas às realidades locais podem contribuir para a redução das desigualdades habitacionais no Brasil. No cenário nacional, onde cerca de metade da população vive em condições de vulnerabilidade habitacional, milhões de pessoas ainda ocupam moradias precárias, muitas vezes improvisadas e sem acesso à infraestrutura básica, o que evidencia a urgência de ações efetivas nesse campo.

Material e Métodos

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise crítica de referências teóricas, documentais e práticas. A “receita” metodológica baseia-se em três etapas principais: levantamento bibliográfico, análise documental e estudo de casos reais. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que envolveu a seleção e leitura de artigos científicos, publicações técnicas e institucionais, relatórios de organizações como o IBGE e a ONU-Habitat, além de legislações específicas aplicáveis ao tema da habitação de interesse social, como a Lei nº 11.888/2008, que estabelece o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação para famílias de baixa renda. A segunda etapa consistiu na análise crítica desse material, com o objetivo de mapear conceitos, diretrizes e práticas relacionadas à arquitetura social, destacando seus principais desafios e contribuições. Foram identificadas abordagens projetuais que associam inclusão social, sustentabilidade ambiental, eficiência construtiva e adaptação às realidades locais. Por fim, foram selecionados e estudados três projetos arquitetônicos como estudos de caso, dois no contexto brasileiro e um internacional: o programa Morar Carioca, no Rio de Janeiro, voltado à urbanização de favelas com permanência das comunidades; o Residencial Corruíras, em São Paulo, que articula habitação social com qualidade arquitetônica e integração urbana; e as Casas Voluntariat, na Índia, que aplicam soluções simples, econômicas e sustentáveis com reaproveitamento de materiais locais. A análise desses projetos permitiu observar diferentes estratégias utilizadas na prática e compreender como soluções arquitetônicas podem ser adaptadas de forma eficiente a diferentes contextos socioculturais.

Desenvolvimento

O estudo revelou que o processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma desordenada e excludente, promovendo a segregação socioespacial. A valorização das áreas centrais das cidades elevou o custo de vida e empurrou a população de baixa renda para regiões periféricas, geralmente desprovidas de infraestrutura adequada. Conforme apontado por Maricato (2002), a expansão urbana beneficiou setores economicamente favorecidos, enquanto os mais pobres foram relegados a áreas informais, como favelas e loteamentos irregulares. Essa lógica histórica contribuiu para o agravamento do déficit habitacional, que no Brasil não é apenas quantitativo, mas também qualitativo, com milhões de pessoas vivendo em moradias inadequadas, sem acesso a saneamento, água potável e segurança. Segundo dados da ANA (2017) e do SNIS (2017), cerca de 45% da população não dispõe de esgotamento sanitário adequado, e 16,5% carecem de abastecimento regular de água. Essa realidade evidencia o descumprimento de um direito fundamental previsto no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: o direito à moradia digna. A análise dos estudos de caso permitiu identificar iniciativas que buscam reverter esse cenário. O programa Morar Carioca (figuras 1 e 2), por exemplo, promove a urbanização de comunidades sem remoção dos moradores, priorizando melhorias na infraestrutura e na qualidade do espaço urbano. O Residencial Parque Novo Santo Amaro (figuras 3 e 4), em São Paulo, apresenta soluções de reestruturação de áreas de risco com integração paisagística e valorização do entorno. No contexto internacional, as Casas Voluntariat, na Índia, destacam-se pelo uso de materiais locais e estratégias sustentáveis de baixo custo, adaptadas às condições climáticas e sociais da região. Projetos como o Residencial Corruíras e o Jardim Edite, também em São Paulo, demonstram a viabilidade de integrar habitações sociais ao tecido urbano formal com qualidade arquitetônica, acesso a serviços públicos e inserção urbana efetiva. Em contrapartida, o Programa Minha Casa Minha Vida (figuras 5 e 6), embora tenha ampliado o acesso à moradia para milhões de famílias, enfrenta críticas relacionadas à localização periférica das unidades, à padronização excessiva dos projetos e à pouca atenção dada à diversidade das famílias e à integração com a cidade. Esses exemplos reforçam a importância de pensar a habitação social não apenas como construção de moradias, mas como política urbana capaz de promover inclusão, dignidade e pertencimento.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A arquitetura social deve ser compreendida como um instrumento essencial para a promoção da justiça urbana e da cidadania. Não se trata apenas de construir casas, mas de conceber espaços urbanos inclusivos, conectados e dignos, que assegurem o direito à cidade. Os projetos analisados demonstram que é possível conciliar qualidade arquitetônica com responsabilidade social, desde que haja comprometimento político, técnico e comunitário. Cabe aos arquitetos e urbanistas atuar de forma crítica, consciente e colaborativa, a fim de garantir o acesso equitativo à moradia, aos equipamentos urbanos e à infraestrutura básica, promovendo verdadeiramente uma cidade para todos. Durante o processo de desenvolvimento do tema, houve um momento significativo de troca de experiências em sala de aula, após as apresentações das demais equipes. Essa etapa foi essencial para ampliar a compreensão sobre os diversos fatores sociais que envolvem a prática arquitetônica. Foi possível perceber como diferentes temas estão interligados e como questões relacionadas à habitação, sustentabilidade, mobilidade e inclusão social se cruzam de maneira complexa e profunda. Essa vivência estimulou novos questionamentos e reflexões sobre o papel transformador da arquitetura frente aos desafios urbanos e sociais contemporâneos. A moradia adequada representa não apenas a superação de carências materiais, mas também a valorização da vida humana e o fortalecimento do tecido social. Soluções habitacionais eficazes devem considerar não só os aspectos construtivos, mas também o acesso à mobilidade, saúde, educação, lazer e trabalho. Para isso, o arquiteto precisa assumir um papel ativo e ético na transformação das cidades, contribuindo com projetos que respeitem a diversidade sociocultural e ambiental. É necessário superar os modelos tradicionais centrados apenas na produção em massa de unidades habitacionais e investir em propostas que dialoguem com a realidade das comunidades. A articulação entre políticas públicas, planejamento urbano e participação popular é indispensável para garantir que o direito à moradia não seja apenas um ideal, mas uma realidade concreta. Portanto, a arquitetura social não deve ser vista apenas como uma especialidade técnica, mas como uma prática política e cidadã, comprometida com a construção de cidades mais justas, inclusivas e resilientes. Seu papel é decisivo na consolidação de um futuro urbano sustentável, em que todas as pessoas tenham assegurado o direito a uma vida digna.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Atlas do Saneamento 2017*. Brasília: ANA, 2017.
- ARCHDAILY BRASIL. *Residencial Parque Novo Santo Amaro V / Vigliecca & Associados*. Publicado em 29 jun. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/623191/residencial-parque-novo-santo-amaro-v-slash-vigliecca-and-associados>. Acesso em: 6 maio 2025.
- CANETTIERI, T. *Habitação e pandemia: desafios sanitários e sociais*. In: Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 51, 2020.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios*. Publicado em 24 de abril de 2024. Publicado em: <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/>. Acesso em: 6 de maio de 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: www.ibge.gov.br
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ONU-HABITAT. *Relatório Mundial das Cidades*. Nairobi: UN-Habitat, 2016.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Programa Morar Carioca beneficia 29 áreas da cidade com melhorias de infraestrutura*. 15 jun. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.rio/habitacao/programa-morar-carioca-beneficia-29-areas-da-cidade-com-melhorias-de-infraestrutura/>. Acesso em: 6 maio 2025.
- RÁDIO TUPI. *Programa Morar Carioca é retomado na cidade*. Disponível em: <https://www.tupi.fm/rio/programa-morar-carioca-e-retomado-na-cidade/>. Acesso em: 6 maio 2025.
- SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). *Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos 2017*. Brasília: Ministério das Cidades, 2018.



Figura 1. Morar Carioca - O Programa Morar Carioca leva infraestrutura para diversas áreas da cidade.

Fonte: Rádio Tupi



Figura 2. Morar Carioca - O Programa Morar Carioca e melhorias de retomado na cidade - Super Rádio Tupi
 Fonte: Rádio Tupi



Figura 3. Residencial Parque Novo Santo Amaro V / Vigliecca & Associados.
 Fonte: Archdaily

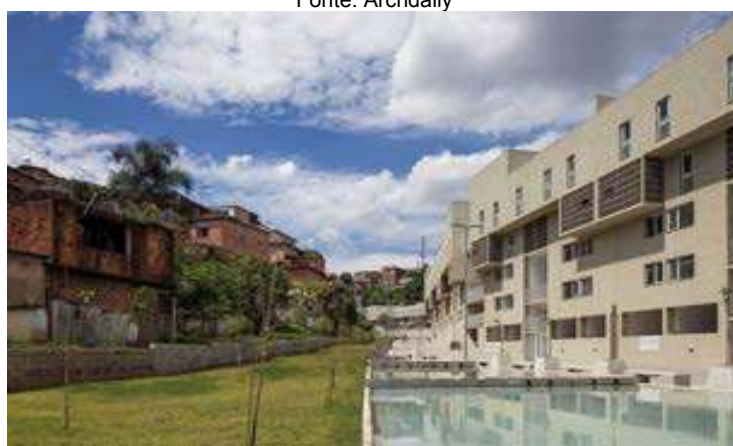


Figura 4. Residencial Parque Novo Santo Amaro V
 Vigliecca & Associados
 Fonte: Archdaily



Figura 5. Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Manaus (programa Viver Melhor).
Fonte: Archdaily



Figura 6. Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Manaus (programa Viver Melhor)
Fonte: Archdaily

ARQUITETURA, EXCLUSÃO E DIREITO À CIDADE: A CRACOLÂNDIA EM DEBATE

MATOS, Bernardo Almeida Gonçalves del; TEIXEIRA, Fabiana Silva1; SILVA, Monique Pereira Lopes Duarte1;; BARBOSA, Micaela Cardoso2 1

Graduando em Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução A região conhecida como Cracolândia, localizada no centro da cidade de São Paulo - SP, representa um caso de vulnerabilidade urbana emblemático, marcada por degradação social, dependência química e exclusão. Desde os anos 1990, diversas iniciativas governamentais buscaram intervir na área, com resultados variados. Este trabalho discute os impactos dessas ações sob a ótica do planejamento urbano e do papel do arquiteto e urbanista, em especial no enfrentamento de processos de gentrificação e exclusão. Este estudo foi proveniente das discussões da disciplina de tópicos integradores, que instigou a analisar temas pertinentes à atuação do arquiteto e urbanista sob a ótica das ciências sociais. A partir dele, busca-se compreender as estratégias adotadas ao longo dos anos, identificando avanços, retrocessos e os impactos sociais das intervenções realizadas na Cracolândia.

Material e Métodos A análise desenvolvida neste trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental abrangente sobre as políticas públicas direcionadas à população em situação de vulnerabilidade na região da Cracolândia, em São Paulo - SP. Foram realizadas comparações com experiências internacionais de intervenções urbanas semelhantes, como os modelos de cuidado e redução de danos implementados em Portugal e em algumas cidades dos Estados Unidos, que oferecem alternativas relevantes ao modelo repressivo tradicional. A fundamentação teórica utilizada inclui contribuições de autores das áreas de planejamento urbano, saúde pública, assistência social e direitos humanos, possibilitando uma abordagem interdisciplinar e crítica sobre o tema e conectando as dimensões espaciais, sociais e políticas do fenômeno. Essa abordagem permite ainda refletir sobre possíveis caminhos para a construção de políticas mais eficazes, humanas e sustentáveis.

Desenvolvimento A Cracolândia, localizada atualmente na região da Luz, em São Paulo, é um território marcado por conflitos urbanos, vulnerabilidade social e uma intensa presença de usuários de drogas, sobretudo o crack. De acordo com Castor (*et al.* 2024), a região tem sido alvo de diversas propostas de revitalização urbana por parte do poder público desde a década de 90, com o intuito de reocupar o espaço pelo mercado formal e promover sua valorização. No entanto, tais iniciativas muitas vezes desconsideram as complexas camadas sociais que estruturam esse território, optando por soluções repressivas e higienistas, que priorizam a remoção da população em situação de rua em vez de promover sua inclusão. A urbanização desigual e a negligência histórica em relação à população marginalizada contribuíram para a consolidação da Cracolândia como símbolo de exclusão social. Frente a isso, foram criadas políticas públicas específicas, como o programa "Braços Abertos", de 2014, que propunha uma abordagem mais humanizada, com foco na redução de danos, garantia de moradia temporária, inserção no mercado de trabalho e oferta de alimentação e cuidados básicos. Apesar dos avanços iniciais, como o aumento da estabilidade social entre os participantes, o programa sofreu com limitações estruturais, falta de continuidade política e financiamento insuficiente. Em contrapartida, o programa "Redenção", realizado em 2017, adotou uma abordagem mais repressiva, priorizando ações policiais e a institucionalização compulsória, o que gerou críticas de especialistas em saúde pública, direitos humanos e urbanismo, além de resultar na dispersão do problema para outros pontos da cidade (Alves *et al.* 2020). Observa-se, portanto, que a tentativa de revitalizar a região tem frequentemente servido como pretexto para processos de gentrificação que, como afirma o jornalista Felipe Duran (2024), se trata de situações nas quais a população vulnerável é expulsa do território em nome da requalificação urbana. Tal processo é acompanhado pela valorização imobiliária e a chegada de uma nova classe social, mais abastada, em detrimento daqueles que historicamente ocupavam o espaço. Essa lógica de desenvolvimento urbano evidencia a ausência do arquiteto e urbanista na formulação de políticas públicas sociais e inclusivas. A falta de participação desses profissionais contribui para o aprofundamento das desigualdades urbanas, pois os projetos implementados priorizam interesses econômicos e estéticos, e não o bem-estar das comunidades afetadas. No cenário internacional, é possível identificar abordagens mais eficazes e humanizadas, como o modelo adotado por Portugal a partir da Lei 30/2000, que descriminalizou o uso de drogas em 2001 e passou a tratar a questão como um problema de saúde pública. O país criou uma rede de apoio psicológico, social e médico, oferecendo reabilitação e integração social, o que gerou uma significativa redução nos índices de consumo, criminalidade e infecção por HIV a partir de programas como o Serviço de Intervenção para Comportamentos Aditivos e as Dependências - SICAD (Vieira, 2018). Por outro lado, os Estados Unidos, especialmente em cidades como Filadélfia, têm adotado políticas fortemente repressivas. A criminalização intensiva gerou deslocamentos em massa de usuários e o agravamento das condições de vulnerabilidade, especialmente em bairros como Kensington, onde se verificam crises sanitárias e de segurança pública (Biddle, 2023). A partir dessas comparações, fica evidente que as políticas públicas que associam repressão à reestruturação urbana tendem a falhar no enfrentamento das causas estruturais do problema. A reintegração social exige medidas intersetoriais, com ações coordenadas entre as áreas de saúde, assistência social, habitação e cultura, sendo indispensável a presença de arquitetos e urbanistas comprometidos com a justiça espacial. Esses profissionais têm a responsabilidade de propor soluções que considerem o direito à cidade, desenvolvendo moradias acessíveis, espaços de convivência seguros e equipamentos públicos voltados à promoção da saúde e do bem-estar (Castor *et al.* 2024).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais Portanto, o desenvolvimento urbano não pode se dar à custa da exclusão social. A transformação da Cracolândia deve passar pelo reconhecimento da dignidade e dos direitos de seus habitantes, sendo fundamental a escuta ativa dessas populações no planejamento de qualquer intervenção. A inclusão de profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo é estratégica para reverter o ciclo de marginalização, criando espaços que não apenas acolham, mas também ofereçam oportunidades reais de reinserção social e cidadania. O objetivo de promover a reinserção social por meio da revitalização urbana só será efetivamente alcançado a partir da implementação de políticas públicas

integradas, que articulem ações nas áreas de habitação, saúde, assistência social, segurança e cultura. Nesse contexto, destaca-se o papel estratégico de arquitetos e urbanistas, cuja atuação deve ir além da dimensão técnica, assumindo também uma postura ética e comprometida com a transformação social. É essencial reconhecer o espaço urbano como um direito coletivo, assegurado constitucionalmente, e que deve ser acessível e acolhedor a todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. Assim, deve-se priorizar práticas urbanas inclusivas, que valorizem a permanência e a dignidade das pessoas, em vez de políticas de remoção e higienização dos centros urbanos. As intervenções físicas no território devem ser orientadas pela escuta ativa das comunidades envolvidas, respeitando suas histórias, necessidades e subjetividades, e guiadas por princípios de equidade, participação e justiça social.

Referências

ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G.; PERES, P. S. **Nascimento, vida e morte de uma política pública: uma etnografia do programa De Braços Abertos**. CSP - Cadernos de Saúde Pública. São Paulo, 2020. BIDDLE, Marcus. Philly's next mayor could try to end Kensington's open-air drug market. How that could unfold is uncertain. WHY? Abril de 2023. Disponível em: https://why.org/articles/philadelphia-mayor-kensington-open-air-drug-market/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 de maio de 2025. CASTOR, C.; DOLCE, J. Vídeo: Mudança da sede do governo Tarcísio expulsa famílias pobres da região da Cracolândia em SP. **Intercept Brasil**. São Paulo, out. de 2024. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/10/24/video-mudanca-da-sede-do-governo-tarcisio-expulsa-familias-pobres-da-regiao-da-cracolandia-em-sp/>. Acesso em: 20 de maio de 2025. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população residente nos municípios e para as unidades da federação brasileira com data de referência em 1º de julho de 2016. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016. JEOLAS, L. S.; KORDES, H. Percursos acelerados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, dez. 2010. VIEIRA, L. Portugal after 17 years of decriminalizing drug use. Instituto **Terra, Trabalho e Cidadania**. Jun. de 2018. Disponível em: https://itc.org.br/portugal-apos-17-anos-de-descriminalizacao-do-uso-de-drogas/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 de maio de 2025.



Figura 1. A imagem mostra a Cracolândia, localizada na região da Luz, em São Paulo, é um espaço historicamente associado ao consumo de drogas, marginalização e ocupação irregular. *Fonte:* ><https://www.labcidade.fau.usp.br/impactos-da-dispersao-da-cracolandia-balanco-dos-velhos-e-novos-conflitos-no-centro-de-sao-paulo/> <



Figura 2. Localização da Cracolândia em relação à Praça Princesa **Figura 3.** Atual situação da Cracolândia Isabel *Fonte:* ><https://www.tvgazeta.com.br/videos/cracolandia-avanca-em-sp-e-comercio-e-uso-de-drogas-chega-ao-minhocao/> <

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: A ARQUITETURA COMO FERRAMENTA SOCIAL NO ESPAÇO URBANO

GONÇALVES, Giovana ¹; COELHO, Larissa ¹; SANTOS, Leticia ¹; BARBOSA, Micaela².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

Introdução

O presente resumo expandido pretende apresentar e contextualizar as discussões realizadas em um seminário da disciplina de Tópicos Integradores, do nono período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya, com o objetivo de demonstrar e afirmar o papel social da arquitetura no espaço urbano para a promoção da acessibilidade e inclusão. Partindo disso, no contexto brasileiro, a desigualdade social e a segregação ainda excluem muitos grupos sociais de viverem de fato o espaço urbano e exercerem seu direito à cidade. Por isso, a arquitetura e o urbanismo possuem um papel essencial na promoção da acessibilidade e inclusão social, e devem ser pensados como uma ferramenta indispensável para a transformação social e espacial das cidades, analisando e elaborando leis, normas, políticas públicas e projetos que promovam a equidade nas cidades.

Métodos

O presente trabalho teve como metodologia uma pesquisa qualitativa, com estudo bibliográfico, em e-books, cartilhas governamentais, leis, normas técnicas, sites científicos e jornais eletrônicos, como o e-book “Diversidade e Inclusão: Em busca de uma educação para os direitos humanos”, a “Cartilha - Acessibilidade e inclusão: caminho para uma sociedade justa e solidária”, a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência”, a “NBR 9050”, e matérias digitais do “ArchDaily Brasil” e do “Politize”. Além de uma entrevista não estruturada, com um homem chamado Elcio Macedo, de 54 anos, que discorreu sobre sua visão, vivência e experiência do tema, sendo uma pessoa com deficiência física, morador de Montes Claros, MG.

Desenvolvimento

Ao longo de toda a história da humanidade, sempre houveram casos de pessoas com algum tipo de deficiência, e durante muitos anos essa história foi marcada pela rejeição, exclusão e preconceito. No Egito Antigo, por exemplo, a deficiência das pessoas não era vista como motivo de discriminação pela sociedade. Pelo contrário, de acordo com evidências arqueológicas apontadas pela doutora em direito Maria Gugel, há 5 mil anos atrás, os deficientes no Egito faziam parte de todas as classes sociais, de maneira integrada, incluindo nobres e faraós (Martins *et al*, 2021). Já na Grécia Antiga o cenário era oposto. A supervalorização do corpo moldava a forma como aquela cultura reagia aos deficientes, de modo que havia uma intolerância com qualquer tipo de característica física que fugia do padrão grego. Similar a isso, na Roma Antiga a intolerância também era uma característica marcante da sociedade, onde a Lei das Doze Tábuas, o primeiro código de leis escrito, determinava o sacrifício de bebês que nasciam com deficiências físicas (Moraes *et al*, 2021, p. 54-64). Contudo, como dito por Martins *et al* (2021), a visão da população com deficiência mudou ao longo do tempo devido ao surgimento do Cristianismo, onde a deficiência era vista como um castigo divino que trazia para a pessoa um status humano, de um pecador com alma, que não deveria ser descartado pela sociedade. O abandono, então, passou a ser visto como incorreto, e as pessoas com deficiência eram acolhidas, principalmente, em asilos e conventos. Porém, o preconceito ainda era marcante. (Moraes *et al*, 2021, p. 54-64). Somente no período da Segunda Guerra Mundial, a noção de inclusão começou a receber maior visibilidade na sociedade, quando os sobreviventes da guerra voltavam do campo de batalha com algum tipo de deficiência física, e precisavam ser integrados novamente ao mercado de trabalho (Martins *et al*, 2021). Com isso, posteriormente, na década de 1970 a discussão relacionada aos direitos das PcD começaram a ganhar ainda mais relevância, com a criação da Declaração dos Direitos de Pessoas com Deficiência Mental, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, e a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, em 1975 (Moraes *et al*, 2021, p. 54-64). A partir disso, criou-se o conceito de acessibilidade que configura-se como a eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas, independente de suas limitações, possam participar ativamente da vida econômica, social e cultural com autonomia e segurança em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2021). Já a inclusão, apesar de estar associado a acessibilidade, é um conceito mais amplo que envolve garantir à todos o sentimento de pertencimento na sociedade, ou seja, uma participação efetiva respeitando as diferenças e enfrentando qualquer tipo de discriminação. Com relação aos tipos de deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência divide 4 grupos: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual e deficiência intelectual (Brasil, 2015). Além do Estatuto, tem-se ainda como Norma Brasileira fundamental para a elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos acessíveis a ABNT NBR 9050, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação (...) de edificações quanto às condições de acessibilidade. Ainda quanto à legislação, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência classifica 06 categorias de barreiras existentes para as pessoas com deficiência, observadas conforme a Figura 01.

Com a intenção da quebra dessas barreiras, foi então criado pelo arquiteto estadunidense Ron Mace, na década de 1980, o conceito do desenho universal, que se trata “da concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (Brasil, 2015). Sobre isso, o desenho universal apresenta 07 princípios fundamentais, conforme observados na Figura 02, que trazem a acessibilidade como parte intrínseca da essência dos espaços. Nesse contexto, a mobilidade e a acessibilidade urbana podem ser promovidas, por exemplo, por meio de calçadas com pisos táteis e inclinação máxima de 2%, rampas de acesso, sinalização sonora e visual, etc. Já a acessibilidade em transportes públicos é feita com veículos adaptados que permitem que todos se utilizem da cidade de maneira livre e autônoma, podendo dispor de plataformas elevatórias, espaços reservados para acolher a cadeira de rodas, e avisos sonoros e visuais de paradas. Além da necessidade dos espaços de embarque e

desembarque de passageiros serem igualmente acessíveis. Ainda, quanto à acessibilidade em edificações, os acessos e circulações devem ocorrer por meio de elevadores com dimensões suficientes para o acesso de cadeirantes, rampas de acesso com inclinação máxima de 8,33%, com corrimãos duplos, escadas com corrimãos dos dois lados, pisos antiderrapantes e sinalização tátil. Ademais, devem ser aplicados pisos táteis para orientar pessoas com deficiência visual, placas em braille, bem como sinalização sonora e luminosa; os sanitários e vestiários devem ser acessíveis com portas de acesso com medida ideal de 90cm, espaço adequado para a realização de manobras de cadeira de rodas, e pia com altura e recuo adequados; os mobiliários devem possuir altura adequada para possibilitar o uso de forma autônoma; os espaços públicos devem proporcionar assentos reservados para idosos, grávidas e deficientes; e o estacionamento deverá possuir vagas especiais próximas aos acessos principais (ABNT, 2021). Ainda nesse contexto, foi criado o conceito da Tecnologia Assistiva (TA), utilizada para amenizar os desafios que pessoas com deficiência enfrentam em suas atividades diárias, por meio de dispositivos e equipamentos acessíveis (Brasil, 2015). Dentre esses desafios estão: custo e viabilidade econômica; preconceito e falta de conscientização da população, como por exemplo estacionar carros em vagas destinadas às pessoas com deficiência ou em frente a rampas de acesso; adequação de infraestrutura antiga, como edificações históricas e patrimoniais que dificultam a adaptação sem ocasionar a descaracterização do imóvel; dificuldade de adaptação da residência existente, seja por custo ou pela estrutura e espaços de circulação disponíveis; projetos urbanos não tratados com prioridade e sim como um gasto extra, resultando em obras inadequadas ou inacabadas; e a falta de fiscalização eficiente para garantir a aplicação da acessibilidade. Ainda buscando mitigar tais desafios existentes, surge também o conceito da Neuroarquitetura como uma abordagem eficaz para a inclusão, visando desenvolver espaços que promovam o bem-estar mental das pessoas, através de princípios de design inclusivos que consideram as necessidades específicas de cada indivíduo. Nesse sentido, esse conceito leva em conta as características sensoriais e cognitivas das pessoas com deficiências intelectuais ou que se encontram no espectro autista, com o intuito de criar ambientes acolhedores e acessíveis que contribuam de forma positiva para o comportamento e a experiência humana (Albuquerque, 2023). Dessa forma, é de extrema importância ressaltar o impacto da acessibilidade na qualidade de vida das pessoas por meio da arquitetura, uma vez que proporciona a todos o sentimento de bem-estar, segurança, conforto, dignidade, autonomia e qualidade de vida. Por essa razão, quando os ambientes são pensados para atender a todos, independentemente de suas limitações, eles fortalecem o senso de inclusão e igualdade, além de proporcionarem uma maior participação ativa da sociedade nos espaços urbanos, gerarem um senso de pertencimento, e colaborarem, assim, para o desenvolvimento de uma sociedade mais equilibrada e justa (Tovar, 2024).

Conclusão/ Considerações finais

Em suma, é possível concluir que a acessibilidade e a inclusão configuram-se como pilares essenciais para o exercício pleno da cidadania e para a efetivação do direito à cidade, sobretudo em um contexto urbano marcado por desigualdades e exclusões históricas. Dessa forma, portanto, a arquitetura e o urbanismo, enquanto campos de atuação social, possuem a responsabilidade de promover espaços que acolham a diversidade humana em todas as suas dimensões. Como foi evidenciado ao longo deste estudo, por meio de conceitos como desenho universal, tecnologia assistiva e neuroarquitetura, é possível transformar o ambiente construído em um instrumento de equidade e pertencimento. Entretanto, ainda existem barreiras que dificultam a implementação plena da acessibilidade. Tais desafios exigem não apenas adequações técnicas e legais, mas também uma mudança de paradigmas na formação profissional, na gestão urbana e na consciência coletiva. Sendo assim, a arquitetura inclusiva deve ser compreendida como uma ferramenta de justiça social, contribuindo para cidades mais humanas, democráticas e sustentáveis, onde todos os cidadãos possam usufruir com autonomia e dignidade dos espaços urbanos.



Figura 01 - Categorias de barreiras existentes.

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de dados da Lei Nº 13.146 (2015).



Figura 02 - Categorias de barreiras existentes.

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de dados da Lei Nº 13.146 (2015).

Referências

- BRASIL. Comitê de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC). **Cartilha - Acessibilidade e inclusão: caminho para uma sociedade justa e solidária**. 05 abr. 2021. Disponível em: <https://portal.trt12.jus.br/sites/default/files/2021-03/Cartilha.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acesso em: 19 mar. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015. Acesso em: 19 mar. 2025.
- NIALL, Walsh. Como cidades antigas se tornam acessíveis. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/924339/como-cidades-antigas-se-tornam-acessiveis>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- MARTINO, Giovana. O que é Desenho Universal?. **ArchDaily Brasil**. 31 dez. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/992875/o-que-e-desenho-universal>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- TOVAR, Enrique. Como os 7 princípios do design universal nos ajudam a criar uma arquitetura melhor?. **ArchDaily Brasil**. 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1019701/como-os-7-principios-do-design-universal-nos-ajudam-a-criar-uma-arquitetura-melhor>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- ALBUQUERQUE, Ciro Fêrrer Hebster. Neuroarquitetura e autismo: diretrizes para projetos saudáveis e acolhedores. **ArchDaily Brasil**. 10 set. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1005513/neuroarquitetura-e-autismo-diretrizes-para-projetos-saudaveis-e-acolhedores>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- MARTINS, Beatriz Cukierkorn; PACHECO, Beatriz Santoro; MATOS, Caio Carvalho; RÊ, Eduardo de; OLIVEIRA, Ernesto Lino de; BARROS, Juliana Meneghelli de; SANTOS, Lucas Custódio. A história dos direitos das pessoas com deficiência. **Politize**. 29 set. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- MORAES, Jorge Adrihan do Nascimento de; VESZ, Patricia (Org.). **Diversidade e Inclusão: Em busca de uma educação para os direitos humanos**. Rio de Janeiro: IDEHP, 2021. Disponível em: https://www.institutoidehp.com/_files/ugd/a86da9_6b787c0b906142d88c8a1e37f418568e.pdf#page=55. Acesso em: 30 mar. 2025.

AUROVILLE: UMA PERSPECTIVA SOBRE A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA, ALTERNATIVA E SUSTENTÁVEL

SÁ, Ana Júlia ¹; GONÇALVES, Giovana ¹; RIBEIRO, Geovânia ¹; COELHO, Larissa ¹; SANTOS, Letícia ¹; TEIXEIRA, Mariana².

¹ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya

Introdução

Auroville, fundada em 1968 no sul da Índia, com a maior parte no estado de Tamil Nadu e outras partes no estado de Puducherry, é uma cidade internacional projetada para promover a unidade entre os povos, independentemente de nacionalidade, religião ou política. Idealizada pelo filósofo e guru Sri Aurobindo e por Mirra Alfassa, carinhosamente chamada de “A Mãe”, Auroville é moldada por princípios únicos: não há dinheiro, governo ou religião. Sua arquitetura, que prioriza o uso de terra e materiais sustentáveis, destaca-se como um símbolo do comprometimento ecológico. Embora o conceito tenha surgido na década de 1930, foi apenas em 1960 que a direção do Sri Aurobindo Ashram, situado em Puducherry, formalizou sua proposta de criação. A ideia foi apresentada ao Governo da Índia, que concedeu a autorização necessária e, em seguida, foi levada à Assembleia Geral da UNESCO, onde obteve aprovação unânime. Conhecida como “A Cidade do Amanhecer”, Auroville foi planejada para abrigar 50.000 habitantes, mas atualmente conta com cerca de 3.300 moradores (cerca de 50% sendo indianos e 20% franceses). Como uma cidade experimental, tem como objetivo fomentar uma visão de integração, sustentabilidade e espiritualidade, incentivando a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e novas formas de organização social. A comunidade busca equilibrar a subsistência individual com a contribuição coletiva, promovendo um ambiente de cooperação e inovação. Dessa maneira, Auroville se apresenta como uma experiência única de convivência humana, onde indivíduos de diversas origens se reúnem para construir uma sociedade fundamentada em valores de harmonia, evolução espiritual e sustentabilidade. A partir dessa perspectiva, abre-se um espaço para explorar mais profundamente os princípios, desafios e o impacto desse projeto inovador.

Métodos

Esta pesquisa possui natureza qualitativa e adota uma abordagem exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica como método principal. A elaboração do trabalho fundamentou-se em fontes secundárias, incluindo sites institucionais da Fundação Auroville, artigos especializados nas áreas de arquitetura e urbanismo, além de relatórios técnicos. Essa metodologia possibilitou um aprofundamento teórico sólido, permitindo uma compreensão mais abrangente dos fundamentos filosóficos, sociais e técnicos que sustentam a cidade de Auroville. O desenvolvimento da pesquisa teve início em 17 de março de 2025, com prazo de duas semanas para elaboração do material. Durante esse período, os alunos se dedicaram à coleta, leitura e análise de informações pertinentes ao tema escolhido por cada grupo. A apresentação final dos trabalhos ocorreu em 31 de março, quando os principais dados e conclusões foram compartilhados com a turma e com a professora responsável. A escolha de Auroville como objeto de estudo é justificada por sua relevância como um modelo alternativo de urbanismo. Pensada como uma cidade isenta de nacionalidades, religiões e estruturas econômicas tradicionais, Auroville propõe uma vivência comunitária fundamentada na espiritualidade, sustentabilidade e cooperação. Esse projeto permite uma análise crítica de temas contemporâneos, como arquitetura ecológica, economia solidária, educação integral e saúde holística, configurando-se como um caso exemplar para refletir sobre o futuro das cidades. Sendo assim, o seminário não apenas enriqueceu a formação acadêmica dos estudantes, mas também fomentou uma reflexão crítica sobre os desafios e as oportunidades que os projetos urbanos contemporâneos, sustentáveis e comunitários apresentam no contexto atual.

Desenvolvimento

Em meio ao cenário de crise econômica da Índia, Auroville foi projetada para uma comunidade de 50.000 pessoas, com intuito de promover uma vida sem a necessidade de se ter dinheiro, seguindo apenas os princípios da espiritualidade. “Deveria haver em algum lugar na Terra um lugar que nenhuma nação pudesse reivindicar como seu, onde todos os seres humanos de boa vontade que tivessem uma aspiração sincera pudessem viver livremente como cidadãos do mundo e obedecer a uma única autoridade, a da verdade suprema [...] A conquista está realmente longe de ser perfeita, é progressiva; pouco a pouco avançamos em direção ao nosso objetivo, que, esperamos, um dia seremos capazes de manter diante do mundo como um meio prático e eficaz de sair do caos atual para nascer em uma vida nova mais verdadeira e mais harmoniosa.” (A mãe, 1954) Naquela época, o evento de fundação de Auroville contou com a presença de jovens representantes de 124 nacionalidades, além de todos os estados da Índia, que carregavam placas indicando suas nações e potes de cerâmica contendo um pouco da terra de seus países, como é possível observar na Figura 1.

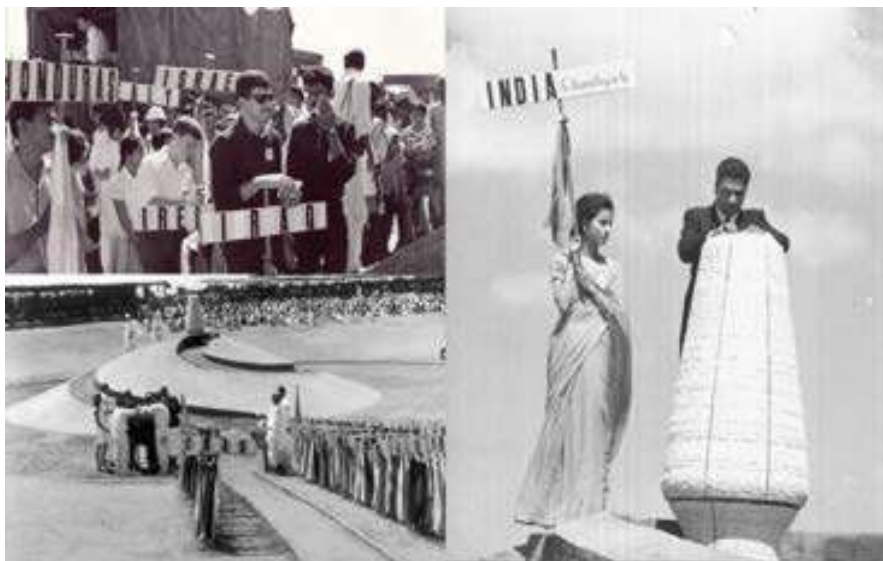


Figura 1 - Registros fotográficos da cerimônia de fundação de Auroville
Fonte: Auroville Archives, 2023.

Quanto à sua construção, todo o processo iniciou-se no dia de sua fundação, em 1968, e, ao longo dos anos, a cidade foi sendo erguida pelos voluntários, como é possível observar nas fotos da Figura 2.



Figura 2 - Processo de construção de Auroville.
Fonte: Auroville Archives, 2023.

Entretanto, o seu templo central, o Matrimandir, teve sua inauguração somente em 2008, 37 anos após o início de sua construção. Na Figura 3 observa-se o seu projeto, processo de construção e finalização.

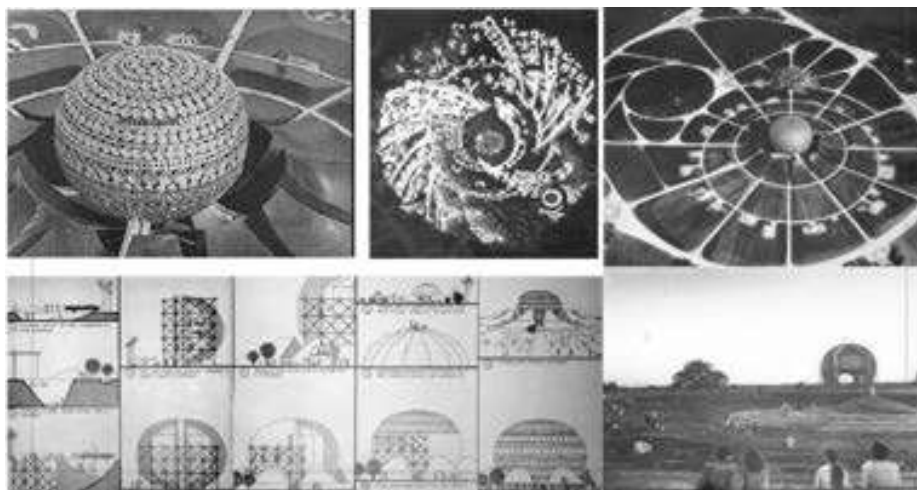


Figura 3 - Processo de construção do Matrimandir

Fonte: Overman Foundation, 2025.

Ainda, Auroville, até os dias atuais, com sua filosofia de vida utópica, sem dinheiro e desigualdades, continua em constante evolução e construção. Auroville possui como referência central três documentos essenciais que regem o funcionamento da cidade: A carta de Auroville, Um sonho e Para ser um verdadeiro aurovilliano. O primeiro documento a ser mencionado é “A Carta de Auroville”, que trata de um norteador no desenvolvimento de políticas e de decisões grandes e pequenas, auxiliando as pessoas que optam pelo estilo de vida em Auroville, na forma de viver no mundo e para o Divino.

1. “Auroville não pertence a ninguém em particular. Auroville pertence à humanidade como um todo. Mas, para viver em Auroville, é preciso ser um servo disposto da Consciência Divina.
2. Auroville será o lugar de uma educação sem fim, de progresso constante e de uma juventude que nunca envelhece.
3. Auroville quer ser a ponte entre o passado e o futuro. Tirando vantagem de todas as descobertas de fora e de dentro, Auroville irá corajosamente saltar em direção a realizações futuras.
4. Auroville será um local de pesquisas materiais e espirituais para uma personificação viva de uma unidade humana real.” (Fundação Auroville, 1968).

Em seguida, o segundo documento essencial é “Um sonho”, que trata-se de uma fórmula alternativa desenvolvida pela Mãe em 1954 para uma nova maneira de viver e ser, em busca de uma sociedade equilibrada, dinâmica, justa e harmoniosa. No entanto, essa fórmula recebeu o nome de “Um Sonho” porque ela percebeu que a Terra não estaria apta para compreendê-lo e aceitá-lo.

“Deveria haver em algum lugar na Terra um lugar que nenhuma nação pudesse reivindicar como seu, onde todos os seres humanos de boa vontade que tivessem uma aspiração sincera pudessem viver livremente como cidadãos do mundo e obedecer a uma única autoridade, a da verdade suprema [...] A conquista está realmente longe de ser perfeita, é progressiva; pouco a pouco avançamos em direção ao nosso objetivo, que, esperamos, um dia seremos capazes de manter diante do mundo como um meio prático e eficaz de sair do caos atual para nascer em uma vida nova mais verdadeira e mais harmoniosa.” (A mãe, 1954).

Já o terceiro documento essencial aborda a explicação de como viver no mundo e para o divino ao mesmo tempo. Partindo disso, alguns pontos destacados são:

1. “O auroviliano deve perder o senso de posse pessoal. Para nossa passagem no mundo material, o que é indispensável à nossa vida e à nossa ação é posto à nossa disposição de acordo com o lugar que devemos ocupar. Quanto mais estamos conscientemente em contato com nosso ser interior, mais os meios exatos nos são dados.
2. O trabalho, mesmo que seja manual, desenvolve o homem.
3. A única liberdade verdadeira é aquela obtida pela união com o Divino. Alguém pode se unir ao Divino somente ao dominar seu ego.” (Fundação Auroville, 1968)

Partindo disso, a arquitetura e urbanismo de Auroville se desenvolveu baseada nos conceitos utópicos de seus documentos. Seu Plano Diretor (2000–2015) visa criar uma cidade eficiente em recursos e sustentabilidade, com foco em pesquisa aplicada à sustentabilidade, beneficiando tanto áreas urbanas quanto rurais. Dessa forma, a cidade foi projetada com planejamento urbano sustentável, dividida em quatro zonas principais: Internacional, Cultural, residencial e Industrial, cercada por um Cinturão Verde, como é possível observar na Figura 4

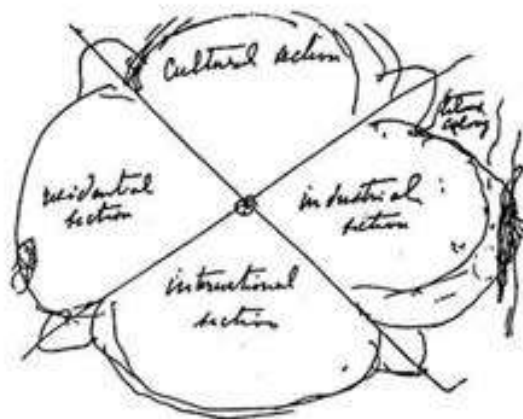


Figura 4 - Desenho à mão por Mirra Alfassa em 1965
Fonte: Auroville Org, 2025.

Esse cinturão, observado na Figura 5, visa promover biodiversidade, restauração ambiental e agricultura orgânica, sendo que a três quartos da área prevista e 25% do Cinturão Verde já é administrada pela cidade.



Figura 5 - Desenho à mão por Mirra Alfassa em 1965
Fonte: Auroville Org, 2025.

Ademais, o Plano Diretor da Cidade de Auroville (2000–2015), que foi recentemente endossado pelo Governo da Índia, é dedicado ao desafio de criar um assentamento urbano amigável com o ambiente sustentável, que, ao mesmo tempo, integre e cuide da área rural vizinha consiste de cerca de 100 assentamentos de variados tamanhos. Nas Figuras 6 e 7 abaixo, pode-se observar o desenho em planta e vista superior da cidade de Auroville, com seu núcleo principal, e as demais áreas da cidade que irradiam de seu núcleo.



Figura 6 - Esquema e Vista superior do núcleo de Auroville
Fonte: Auroville Org, 2025.



Figura 7 - Vista superior de Auroville

Fonte: Auroville Org, 2025

Além disso, ainda sobre seu urbanismo e arquitetura, Auroville possui uma infraestrutura básica incluindo estradas, água, eletricidade, telecomunicações e acomodações para 1.500 pessoas. Na Figura 8 é possível observar as características e estilos variados da arquitetura de diversas construções em Auroville.



Figura 8 - A arquitetura de Auroville

Fonte: ArchDaily, 2016.

Do mesmo modo, em Auroville, todos os moradores contribuem para o bem-estar geral da comunidade, realizando serviços que garantem a infraestrutura básica da cidade. Os serviços existentes incluem: instalações e serviços de saúde, serviço de estradas, serviço de água de Auroville, serviço solar, ônibus acessível de Auroville, guia para serviços de correio e entrega, fundo de saúde de Auroville, escolas de Auroville, serviço de gás Auroville, serviço de reparo e perfuração, e abrigo para cães. Dessa forma, esses serviços são fundamentais para manter a autossuficiência e a harmonia na cidade. Todavia, para os aurovilianos, o ponto principal que gera harmonia entre todas as áreas da sociedade é a espiritualidade do Matrimandir. Sobre isso, o nome 'Matrimandir' significa literalmente 'Templo da Mãe'. O Matrimandir pode ser visto como uma grande esfera dourada que parece estar emergindo da terra, simbolizando o nascimento de uma nova consciência, conforme a foto da Figura 9.



Figura 9 - Matrimandir

Fonte: Auroville Org, 2025

A estrutura interna no hemisfério superior do Matrimandir é completamente branca, com paredes brancas de mármore e carpetes brancos profundos. No centro está colocado um globo de cristal puro, em que se derrama um raio de luz solar eletronicamente guiado que cai sobre ele por meio de uma abertura no ápice da esfera. Esse globo luminescente irradia iluminação natural na Câmara Interna, como visto na Figura 10. A ideia da religião não está presente no Matrimandir. Segundo a Mãe (1968) “O fracasso das religiões é... porque elas foram divididas. Elas queriam que as pessoas fossem religiosas para a exclusão das outras religiões, e cada ramificação do conhecimento tem sido um fracasso, porque tem sido exclusiva”.



Figura 10 - Interior do Matrimandir
Fontes: Medium, 2022; Auroville Org, 2025.

Com relação ao aspecto da sustentabilidade, Auroville é um resultado natural da visão espiritual de Sri Aurobindo e da Mãe que olha para a Natureza como a forma manifesta do divino. Diante disso, possuem espaços para estudo e pesquisa de como reflorestar a área próxima da cidade, transformando a área árida em um local reflorestado com biodiversidade. Além disso, a comunidade desenvolve o cultivo para a subsistência de 50 mil pessoas em fazendas públicas. Na Figura 11 é possível observar o registro de um dos workshops que são realizados para a comunidade sobre vida sustentável.



Figura 11 - Workshop de vida sustentável em Auroville
Fontes: Auroville Org, 2025.

Quanto ao âmbito da saúde e do bem-estar, Auroville fornece uma abordagem de medicina integrativa por meio de modalidades diversas e ricas com uma ampla gama de práticas e protocolos de cura, com enfoque na cura centrada no paciente considerando o bem-estar psicológico, espiritual, além de influências que afetem a saúde de uma pessoa, como aspectos físicos, emocionais, mentais, sociais, espirituais e ambientais. Com base nisso, possui mais de 20 instalações de saúde, com amplas opções de atividades de bem-estar, rica em diferentes abordagens e perspectivas sobre saúde, de forma que cada profissional de saúde e curador advindo das diversas nações traz sua habilidade particular, tratamentos profissionais de alta qualidade, de fácil acesso e custo-eficiente, de forma que a maior parte desses tratamentos são oferecidos sem custo aos aurovilianos ou custeada pelo Fundo de Saúde de Auroville.



Figura 12 - Dados sobre a saúde e bem-estar em Auroville

Fontes: Auroville Org, 2025.

Já as modalidades praticadas e os protocolos de cura em Auroville classificam-se em 8 campos complementares: Médica, Psicológica, Corpo-Mente relacionada, Naturopatia, Yoga, Terapias Manuais, Som-Energia, Coaching e Bem-estar. Dessa forma, a saúde e o bem-estar são considerados como estilo de vida em Auroville. Orientados pela visão de Saúde Integral, estão ligados a todos os outros aspectos da vida em Auroville, sejam eles externos (família, trabalho, comunidade) ou internos (formado pela yoga integral, com perspectiva de crescimento espiritual através de várias atividades diárias). O processo de cura de uma doença é abordado de duas perspectivas diferentes: de forma espiritual e integral, bem como mental, emocional e físico, através de técnicas com características específicas da conexão interna 'corpo-coração-mente-alma'. Por exemplo, o humor de uma pessoa influencia diretamente no emocional e consequentemente ao nível físico. A alimentação saudável é essencial para que o corpo físico sobreviva e permaneça saudável, bem como contribui com os aspectos emocionais, mentais e espirituais. Esse estilo de vida saudável influencia nos padrões de sono e humor, na disposição que afetam as atividades do dia a dia e na perspectiva de vida, além de também ser benefício indiretamente para toda a comunidade. Com relação a educação deve abranger cinco aspectos essenciais: o físico, o vital, o mental, o psíquico e o espiritual. No contexto de Auroville, a proposta educacional envolve o ensino de várias línguas: o inglês, como língua internacional; o tâmil; o francês; e o sânscrito simplificado, que seria uma alternativa ao hindi como língua oficial da Índia. A comunidade acredita que, até os sete anos de idade, as crianças devem se dedicar principalmente ao jogo e à diversão.

De acordo com os ensinamentos de Sri Aurobindo, a educação deve seguir três princípios fundamentais: o primeiro é que "nada pode ser ensinado"; o professor deve ser um facilitador e orientador, ajudando os alunos em seu processo de aprendizado. O segundo princípio afirma que a mente deve ser consultada e respeitada em seu próprio ritmo de desenvolvimento. O terceiro princípio sugere que o processo educacional deve começar com o que é familiar e tangível, avançando gradualmente para o que deve ser alcançado. A educação psíquica visa a descoberta do propósito da vida e o resultado dessa descoberta: a consagração do indivíduo ao seu princípio eterno. Já a educação espiritual, especialmente a educação supramental, busca uma transformação profunda da natureza humana, levando a uma transfiguração completa do ser. Essa jornada culmina com a ascensão das espécies, além da condição humana, em direção ao "super-homem", com o objetivo final de possibilitar o surgimento de uma raça divina sobre a Terra. Dessa mesma forma, Auroville Art Service (Serviço de Arte de Auroville) incorpora a visão da Mãe e de Sri Aurobindo, onde a arte transcende a estética e se torna um canal para uma consciência superior, verdade e beleza, sendo tanto um meio quanto uma expressão do progresso humano, refinando e, finalmente, elevando a consciência acima dos níveis vital, estético ou intelectual, em direção à abertura e manifestação da Força Supramental. Em linha com essa filosofia, os artistas são encorajados a se conectar com verdades espirituais e expressar harmonia por meio de seu trabalho. A arte em Auroville serve não apenas à expressão pessoal, mas à evolução coletiva da consciência e unidade humanas. A natureza experimental de Auroville fomenta a criatividade em todas as esferas da vida e encoraja uma infinidade de expressões artísticas. As artes praticadas em Auroville incluem música, dança, teatro, poesia, pintura, escultura, cerâmica, fotografia, cinema e muito mais. Muitos Pavilhões Nacionais organizam eventos culturais ao longo do ano, com o pico de atividades ocorrendo na principal temporada de visitantes (dezembro a março).



Figura 13 - Evento cultural em Auroville

Fontes: Auroville Org, 2025.

A economia de Auroville, por sua vez, é um lugar onde os homens podem viver longe de todas as rivalidades nacionais, convenções sociais, moralidades autocontraditórias e religiões conflitantes; um lugar onde os seres humanos, libertos de toda escravidão ao passado, podem se dedicar inteiramente à descoberta e prática da Consciência Divina que está buscando se manifestar. Auroville quer ser esse lugar e se oferece a todos que aspiram viver a Verdade do amanhã. “O objetivo de sua economia não seria criar um enorme motor de produção, seja do tipo competitivo ou cooperativo, mas dar aos homens — não apenas a alguns, mas a todos os homens, cada um na sua medida mais elevada possível — a alegria do trabalho de acordo com sua própria natureza e o lazer livre para crescer interiormente, bem como uma vida simplesmente rica e bela para todos.” (Sri Aurobindo, 1968). Sobre isso, os 3 Objetivos da Economia de Auroville que podemos destacar são: A alegria do trabalho - o trabalho não seria uma forma de ganhar a vida; livre lazer para crescer internamente - santuário da Harmonia Universal; e uma vida simplesmente rica e bela - um mundo onde a beleza e a fraternidade reinam. Além disso, os 5 Princípios da Economia de Auroville são: Propriedade coletiva - um chamado para viver com propósito, não apenas riqueza; contribuição de acordo com a capacidade - cultivando uma vida simplificada e ideais mais elevados; prosperidade baseada em necessidades mínimas - uma visão de abundância compartilhada e expressão individual; o uso correto do dinheiro - o sinal visível de uma força universal; município autossustentável - o caminho de Auroville para a verdadeira comunidade. “Pois neste lugar ideal, o dinheiro não seria mais o senhor soberano; o valor individual teria uma importância muito maior do que a riqueza material e a posição social. Lá, o trabalho não seria uma maneira de ganhar a vida, mas uma maneira de se expressar e desenvolver suas capacidades e possibilidades enquanto está a serviço da comunidade como um todo, que, por sua vez, proveria a subsistência e a esfera de ação de cada indivíduo.” (Um Sonho, A Mãe, 1968).

“Auroville é a cidade internacional livre” (Auroville Org, 2025). Dito isso, a cidade não possui exército e nem polícia, eles são substituídos por um batalhão de guardas composto por atletas e ginastas. Os princípios fundamentais de Auroville pregam que a cidade não pertence a ninguém em particular, mas sim à humanidade como um todo. Portanto, para viver em Auroville, é necessário ser um servo voluntário da Consciência Divina. Seu objetivo como cidade é ser um município universal, onde homens e mulheres de todas as nacionalidades possam viver em paz e harmonia progressiva, além de estarem acima de todas as crenças, políticas e fronteiras nacionais.



Figura 14 - Dados sobre a saúde e bem-estar em Auroville
Fontes: Auroville Org, 2025

Além disso, Auroville é composta por três poderes: o Conselho de Administração, a Assembleia de Residentes e o Conselho Consultivo Internacional de Auroville. O Conselho de Administração tem autoridade para administrar os negócios da fundação, e o Comitê de Gestão de Fundos e Ativos (FAMC) é um comitê oficial que aconselha o Conselho de Administração. Quanto aos seus principais órgãos jurídicos e financeiros, existem: o CAI (Conselho Consultivo Internacional), o Conselho de Administração (responsável pela implementação dos ideais de Auroville), o FAMC (Comitê de Gestão de Fundos e Ativos), a Comissão de Coordenação Orçamental (responsável pela gestão do orçamento de Auroville), o Fundo Unity e o Fundo Auroville (que canalizam todas as contribuições para a cidade), e a Comissão de Trabalho (que reflete o poder da aspiração coletiva da comunidade). Ainda no âmbito da economia, as indústrias em Auroville são principalmente de pequena escala e livres de poluição, que lidam, em sua maioria, com o artesanato. Essas indústrias contabilizam cerca de 230 empresas que oferecem emprego para aproximadamente 5.000 pessoas. Ainda, há também cerca de 380 subunidades/atividades na cidade. Essas empresas sociais fornecem as necessidades materiais básicas para os moradores da comunidade e geram renda para a manutenção geral do município, além de patrocinar outros projetos na comunidade local e nas aldeias vizinhas. Toda essa estrutura de indústrias e empresas sociais se baseia em um sistema criado pela fundadora de Auroville, A Mãe, chamado “Prosperidade”, que tem como objetivo garantir as necessidades materiais mínimas para todos, permitindo que cada indivíduo organize sua vida de acordo com suas capacidades internas, sem depender de recursos financeiros. O sistema inclui serviços como: PTDC (Distribuição de Necessidades Básicas), loja gratuita (troca livre e fraternal), FoodLink (coleta e distribuição de produtos agrícolas), Nandini (cooperativa de distribuição e alfaiataria), AVES (serviço elétrico), serviço de água

(fornecimento de água potável), serviço de estradas (manutenção das vias), Aurinoco (internet comunitária), fundo de saúde (cuidado coletivo com a saúde) e serviço financeiro (gerenciamento de transações internas). Esses serviços visam criar uma comunidade auto sustentável e solidária. Sendo assim, Auroville possui o conceito inovador de “cidade sem fronteiras”, onde pessoas de diversas culturas e crenças espirituais convivem com o objetivo comum de viver de maneira mais integrada e responsável com o meio ambiente. A cidade também se destaca pelo uso de tecnologias sustentáveis, como energia solar e agricultura ecológica, além de ser um centro de pesquisa e desenvolvimento para novas formas de convivência humana. Porém, apesar disso, o local não esteve isento de conflitos internos e críticas externas. As disputas sobre o desenvolvimento, a economia e o relacionamento com as comunidades locais têm sido constantes até os dias atuais, tendo enfrentado tensões e acusações de corrupção, dividindo a comunidade entre aqueles que promovem o progresso gradual e aqueles que preferem aderir estritamente ao plano original.

Resultados

Dessa forma, durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar que Auroville configura-se como um modelo inovador de cidade sem fronteiras, promovendo a convivência harmoniosa entre diferentes culturas e crenças espirituais. Além disso, a cidade se destaca por incentivar práticas sustentáveis e o uso de tecnologias ecológicas. Seu compromisso com a autossuficiência, a pesquisa em energias renováveis e a agricultura ecológica reforça sua posição como um experimento social e ambiental de relevância global. Contudo, apesar de seu potencial, a possibilidade de expansão além da previsão inicial de 50.000 habitantes pode acarretar desafios significativos, comprometendo tanto sua organização interna quanto sua capacidade de manter a autossuficiência. Ademais, a proximidade com regiões marcadas por desigualdades socioeconômicas expõe Auroville a riscos, como furtos e roubos, especialmente em razão da ausência de barreiras físicas e da política de inclusão ampla adotada pela comunidade. Esse cenário evidencia que, mesmo em um contexto baseado na confiança mútua e na cooperação, fatores externos podem afetar negativamente a segurança e a estabilidade da cidade. Diante disso, torna-se essencial a implementação de estratégias preventivas, como a criação de sistemas comunitários de vigilância e o fortalecimento das relações com os municípios vizinhos, com vistas à mitigação desses impactos. Assim, embora Auroville se destaque como um exemplo inspirador de urbanismo sustentável e convivência comunitária, sua viabilidade em maior escala ainda depende da superação de desafios estruturais, administrativos e sociais. O equilíbrio entre crescimento populacional, inovação sustentável e preservação dos valores fundacionais será determinante para assegurar o êxito e a replicabilidade desse modelo em outros contextos geográficos e culturais.

Referências

FUNDAÇÃO AUROVILLE: Auroville in brief. **AUROVILLE THE CITY OF DAWN**. AUROVILLE, 2004. Disponível em: <https://auroville.org/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LAM, Sharon. **A incerta utopia da arquitetura de Auroville**. ArchDaily Brasil. 11 nov. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/799071/a-incerta-utopia-da-arquitetura-de-auroville>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CLARE, Horatio. **Auroville, a cidade onde é possível viver totalmente sem dinheiro**. BBC NEWS. 16 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38635168#:~:text=Auroville%20foi%20fundada%20em%201968,e%20estudou%20o%20cultismo%20na%20Arg%C3%A9lia>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SILVA, Luis Octavio Pereira Lopes de Faria e. **Auroville, impressões e descobertas**. USJT, arq.urb, n. 22, mai./ago. 2018.

TOPOFILIA E TOPOFOBIA NA ARQUITETURA E URBANISMO: SENTIMENTOS DE ACOLHIMENTO X REJEIÇÃO DO ESPAÇO

GONTIJO, Ana Luiza Viana¹; TORRES, Arla Magalhães Fernandes¹; AGUIAR, Claudia Fernandes de Souza¹; COSTA¹, Larissa Gabriela Viana¹; DANTAS, Maria Lara de Oliveira¹; BARBOSA, Micaela Cardoso²

¹Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

²Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução:

A arquitetura e o planejamento urbano exercem uma influência significativa sobre as emoções humanas, impactando diretamente a maneira como os indivíduos percebem e interagem com os espaços urbanos. Nesse contexto, os conceitos de *topofilia* e *topofobia* tornam-se fundamentais para compreender os vínculos afetivos—positivos ou negativos—que as pessoas estabelecem com determinados ambientes, revelando como a configuração espacial pode contribuir para o bem-estar ou para o desconforto social. Assim, torna-se essencial investigar a presença de espaços hostis que prejudicam a saúde mental e a qualidade de vida, destacando a importância de incluir análises aprofundadas sobre a relação entre ambiente urbano e emoções humanas. O presente estudo tem como objetivos analisar e ressaltar como os aspectos físicos, simbólicos e sociais dos espaços urbanos influenciam a forma como os indivíduos se conectam emocionalmente com esses ambientes, seja por meio do desenvolvimento de sentimentos de pertencimento e acolhimento (*topofilia*) ou de rejeição e desconforto (*topofobia*). A pesquisa pretende contribuir para uma reflexão crítica sobre o impacto dos ambientes urbanos na vida cotidiana, oferecendo subsídios para o planejamento de cidades mais acolhedoras e inclusivas. Dessa forma, espera-se conscientizar futuros profissionais da arquitetura, urbanismo e áreas correlatas sobre a importância de projetar espaços que promovam interações sociais positivas, incentivando o bem-estar coletivo.

Métodos:

O estudo foi conduzido por meio de revisão bibliográfica e análise crítica de abordagens teóricas relacionadas à arquitetura e ao urbanismo, com o objetivo de compreender os efeitos do espaço urbano sobre o comportamento social e a qualidade de vida. Para embasar a pesquisa, foi utilizado o referencial teórico presente em *Metodologias De Análise Urbana: Das Primeiras Críticas Do Urbanismo Moderno Aos Dias Atuais*, de Annelise Cesar, obra que discute metodologias de análise urbana e reflexões sobre questões espaciais. Segundo Yi-Fu Tuan, a maneira como as pessoas experienciam os espaços pode gerar sentimentos de apego ou aversão, influenciando diretamente seu bem-estar ou mal-estar. Em sua obra *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (1980), o autor afirma que "a topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade". Esse pensamento indica que a experiência subjetiva de um lugar é moldada por fatores culturais, históricos e individuais, criando ambientes que podem evocar conforto e pertencimento ou, ao contrário, insegurança e desconforto. Dessa forma, Tuan destaca que a percepção dos espaços não é meramente física, mas profundamente simbólica e emocional.

Complementarmente, Edward Relph, em *Place and Placelessness* (1976), explora como os lugares influenciam a identidade e o senso de pertencimento. O autor argumenta que "o sentido de lugar é essencial para a identidade humana e para a estabilidade emocional, pois proporciona um sentimento de pertencimento e continuidade". Essa perspectiva ressalta a importância de espaços que evocam familiaridade, história e conexão emocional, permitindo que os indivíduos se sintam enraizados e confortáveis em determinados ambientes. Assim, a experiência espacial vai além da materialidade, englobando aspectos sociais e afetivos que determinam a qualidade da vivência urbana. Além da revisão bibliográfica, a pesquisa incluiu investigações empíricas e estudos práticos, permitindo a correlação entre teoria e prática no processo de criação arquitetônica e urbanística. A metodologia adotada enfatiza o papel do "fazer" na arquitetura e no urbanismo como instrumento para o bem coletivo, destacando a empatia como um valor essencial na concepção de espaços que promovam inclusão, pertencimento e bem-estar social.

Desenvolvimento:

A pesquisa investiga a influência da arquitetura e do planejamento urbano na construção de relações afetivas com os espaços, abordando como determinados ambientes podem gerar sentimentos de pertencimento e acolhimento, enquanto outros provocam desconforto e exclusão. No caso da topofilia, destaca-se o Parque Sagarana, em Montes Claros (MG), um espaço que, ao integrar natureza e lazer, proporciona experiências de tranquilidade e interação comunitária revela SENNA (2022). A presença de vegetação, segurança e elementos culturais reforça o vínculo dos visitantes com o local, tornando-o um ambiente propício para a criação de memórias e fortalecimento do senso de pertencimento (Fig. 01). O Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro (RJ), também exemplifica a topofilia ao conectar a identidade carioca com a inovação e a sustentabilidade, utilizando uma arquitetura futurista que dialoga com o meio ambiente e fortalece a relação dos moradores com a cidade (Fig. 02). SANTIAGO CALATRAVA (2016) traz no seu artigo o Instituto Inhotim, em Brumadinho (MG), destaca-se como um museu a céu aberto que integra arte e paisagem natural, promovendo uma experiência sensorial e estética que intensifica a conexão emocional dos visitantes com o espaço (Fig. 03). Em contraste, espaços de topofobia demonstram como a falta de planejamento inclusivo e intervenções inadequadas podem gerar sensações de exclusão e desconforto. A Praça da Matriz, em Montes Claros, passou por reformas que restringiram a utilização do espaço público ao cercar áreas gramadas com grades, o que reduziu a acessibilidade e transformou o ambiente em um local menos convidativo como ressalta a matéria ASCOM (2021). Outra manifestação de topofobia ocorre por meio dos mobiliários urbanos hostis, como bancos com divisórias e inclinações que impedem o descanso prolongado, estratégia presente em cidades como Londres, Paris, São Paulo e Nova

York para desestimular a permanência de pessoas em situação de rua. Essas escolhas arquitetônicas evidenciam a exclusão social ao tornar os espaços apenas locais de passagem, em vez de ambientes de convivência e acolhimento. O Viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, em São Paulo, como diz FAVERO (2021) um exemplo de planejamento urbano que reforça a marginalização, pois teve pedras instaladas para impedir que pessoas utilizassem o local como abrigo, tornando-o um espaço inóspito e desumanizado (Fig. 04). A pesquisa busca compreender essas dinâmicas e analisar como a configuração dos espaços urbanos impacta as emoções e comportamentos das pessoas. Estratégias como a requalificação de áreas degradadas, a ampliação de espaços verdes, a melhoria da iluminação e a criação de ambientes públicos multifuncionais são caminhos fundamentais para transformar a topofobia em topofilia, promovendo cidades mais acessíveis, inclusivas e voltadas para o bem-estar coletivo. Assim, Eric Baldwin (2020) ressalta ao considerar princípios de justiça social e empatia, a arquitetura pode se tornar uma ferramenta poderosa na construção de espaços urbanos que favoreçam o pertencimento e a qualidade de vida de todos.

Conclusão:

Diante desse contexto, torna-se fundamental adotar estratégias urbanísticas que promovam a transformação de espaços degradados em locais que favoreçam a interação e o sentimento de pertencimento. A requalificação de áreas públicas, a criação de parques e espaços de lazer, a melhoria da mobilidade urbana e a valorização da iluminação pública são algumas das medidas que podem contribuir para a revitalização urbana e a construção de cidades mais inclusivas e acolhedoras. **Jan Gehl**, em seu livro *Cities for People* (2010), enfatiza a importância do planejamento urbano centrado nas pessoas, promovendo espaços públicos acessíveis e convidativos. Essas ações ajudam a combater a topofobia e a estimular a topofilia, tornando os espaços mais convidativos e funcionais para a população. Portanto, a arquitetura deve ser compreendida não apenas como um campo técnico, mas também como uma ferramenta social capaz de fortalecer vínculos e promover experiências positivas nos espaços urbanos. O desafio está em equilibrar funcionalidade, estética e acessibilidade, garantindo que os ambientes construídos atendam às necessidades humanas e reforcem a conexão entre as pessoas e os lugares que habitam. As cidades não são apenas um conjunto de edificações, mas expressões da vida social, e cabe à arquitetura contribuir para que essa vida seja vivida com qualidade, dignidade e pertencimento, transformando ambientes opressores em espaços acolhedores.

Agradecimentos

Agradecemos à UNIFIPMoc/Afya pelo apoio institucional, aos professores envolvidos pelas orientações fundamentais durante a elaboração do trabalho, e à comunidade acadêmica por proporcionar um ambiente de aprendizado crítico e colaborativo.



Figura 1. Parque Sagarana, em Montes Claros (MG). Espaço urbano que integra natureza e lazer, promovendo bem-estar, pertencimento e convivência comunitária, conforme SENNA (2022).



Figura 2. *Museu do Amanhã*, no Rio de Janeiro (RJ). Projeto de **Santiago Calatrava** que une inovação, sustentabilidade e identidade local, despertando vínculos afetivos com o espaço.



Figura 3. *Instituto Inhotim*, em Brumadinho (MG). Museu a céu aberto que integra arte e paisagem, promovendo forte conexão emocional por meio de experiências sensoriais (CALATRAVA, 2016).



Figura 4. *Viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida*, em São Paulo (SP). Estrutura com pedras instaladas para evitar ocupação por pessoas em situação de rua, gerando rejeição e desumanização do espaço (FAVERO, 2021).

Referências:

- ASCOM. **Texto**: ASCOM. **Fotos**: Fábio Marçal. Secretário de Comunicação: Alessandro Freire. *ASCOM*, 19 nov. 2021, 10h06.
- CESAR, Annelise. **Metodologias de análise urbana: das primeiras críticas do urbanismo moderno aos dias atuais**. São Paulo: Editora XXX, [ano da publicação].
- FAVERO, Paulo. **Estadão Conteúdo**. 2 fev. 2021, 15h45.
- GEHL, Jan. *Cities for People*. Washington, D.C.: Island Press, 2010.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. [Local]: [Editora], [Ano].
- MUSEU DO AMANHÃ / SANTIAGO CALATRAVA. *Museum of Tomorrow / Santiago Calatrava*. *ArchDaily Brasil*, 19 abr. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/785756/museu-do-amanha-santiago-calatrava>. Acesso em: 12 maio 2025. ISSN 0719-8906.
- PAIXÃO, Luciana. **Escrito por**. 23 jul. 2023.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976.
- SENNA, André. **Texto e fotos**. *ASCOM*, 1 jul. 2022, 15h56. Secretário de Comunicação: Alessandro Freire.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

ORDOS KANGBASHI E O URBANISMO ANTECIPADO: UM ESTUDO DE PLANEJAMENTO DESCONECTADO DA REALIDADE SOCIAL

PAIVA, Amanda Cristiny Matos¹, MATOS, Bernardo Almeida Gonçalves de¹, SOARES, Fernando Araújo¹, PINHEIRO, Gabriel Figueiredo¹, XAVIER, Maria Vitória Silva¹; LANA, Maria Vitória Silva¹, TEIXEIRA, Mariana Fernandes²
¹Graduando em Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc.

Introdução

A cidade de Ordos Kangbashi, localizada na Região Autônoma da Mongólia Interior, na China, tornou-se um símbolo contemporâneo dos desafios e contradições do planejamento urbano moderno. Concebida no início dos anos 2000, em meio ao boom econômico impulsionado pela mineração de carvão, Kangbashi foi projetada para ser um centro urbano sofisticado, dotado de infraestrutura moderna, equipamentos culturais e residências de alto padrão. No entanto, o que era para ser uma cidade modelo tornou-se mundialmente conhecida como uma "cidade fantasma", devido à sua baixa taxa de ocupação e subutilização do espaço urbano. Este trabalho propõe uma análise crítica do caso de Kangbashi à luz do planejamento urbano, considerando suas implicações sociais, econômicas e territoriais, bem como os aprendizados que podem ser extraídos para a atuação do arquiteto e urbanista. A discussão parte das reflexões desenvolvidas na disciplina de Tópicos Integradores, buscando articular os campos da arquitetura, urbanismo e das ciências sociais.

Material e Métodos

Este estudo foi desenvolvido com base em revisão bibliográfica e documental sobre Ordos Kangbashi, utilizando artigos acadêmicos, relatórios de urbanismo e estudos recentes sobre desenvolvimento territorial e urbano na China. As análises foram orientadas por uma abordagem interdisciplinar, contemplando autores das áreas de planejamento urbano (LEFEBVRE, 2014; BRENNER, 2020), geografia crítica (HARVEY, 2020) e economia urbana (WU, 2022). Também foram incluídas fontes jornalísticas e relatórios internacionais atualizados (BBC, 2022; SOUTH CHINA MORNING POST, 2023), a fim de captar os desdobramentos recentes da tentativa de revitalização da cidade.

Desenvolvimento

Ordos Kangbashi nasceu de um projeto urbano ambicioso financiado pelos lucros da indústria de mineração de carvão e promovido como símbolo do avanço econômico regional. Foi planejada para ser uma nova capital administrativa e econômica para a região de Ordos, com capacidade para abrigar até 1 milhão de pessoas. A cidade recebeu investimentos bilionários em infraestrutura — com avenidas largas, edifícios monumentais, museus e teatros modernos — visando criar um novo polo urbano na Mongólia Interior (BBC, 2022). Contudo, a cidade enfrentou sérios entraves à sua ocupação. O alto custo de moradia, a escassez de empregos fora do setor minerador e a localização remota foram fatores que dificultaram a atração de residentes. Sem um mercado de trabalho dinâmico e com pouca integração com outras regiões econômicas da China, Kangbashi tornou-se uma cidade vazia — com uma taxa de ocupação inferior a 30% até meados da década de 2010 (ZHANG; WU, 2021). Sua construção representa o ápice de uma lógica de urbanismo especulativo, onde se constrói para antecipar uma demanda que nunca se materializou (MILLER, 2020). Além disso, o modelo urbano adotado reforça essa fragilidade: o excesso de monumentalidade e baixa densidade habitacional criaram um ambiente urbano pouco funcional e desestimulante. Como apontam Lefebvre (2014) e Harvey (2020), o espaço urbano não se constitui apenas por sua materialidade, mas pela produção social do espaço — e Kangbashi falhou justamente nesse aspecto. A cidade foi erguida como produto acabado, sem uma base social que sustentasse sua organicidade. Ainda assim, há potencial para reconfiguração. A partir de 2018, o governo chinês intensificou políticas de incentivo à ocupação da cidade, oferecendo subsídios habitacionais e buscando atrair setores como tecnologia, educação e turismo (SOUTH CHINA MORNING POST, 2023). O uso de seus equipamentos culturais e a criação de programas de ecoturismo têm sido estratégias para reverter o estigma de cidade fantasma. O número de habitantes aumentou para cerca de 150 mil em 2022, indicando um processo gradual de reocupação (ZHANG; WU, 2021). Para garantir a revitalização urbana de Kangbashi, será necessário romper com o modelo baseado em crescimento predatório e centralizado. A diversificação econômica e a criação de espaços urbanos que priorizem a vida cotidiana, a participação comunitária e a inclusão social são caminhos possíveis. O papel do arquiteto e urbanista torna-se então estratégico, não apenas como projetista, mas como articulador de políticas públicas, de dinâmicas sociais e de novas narrativas urbanas.

Referências

- BBC. *The rise and reawakening of China's ghost city*. BBC Future, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/article/20220509>
- BRENNER, Neil. *New Urban Spaces: Urban Theory and the Scale Question*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2014.
- MILLER, Tom. *China's Urban Billion: The Story Behind the Biggest Migration in Human History*. Zed Books, 2020.



Figura 1. Museu de Cultura e História de Gobi criado por Ma Yansong em Ordos Kangbashi
 ><https://casa.abril.com.br/casas-apartamentos/conheca-o-museu-de-cultura-e-historia-de-gobi-criado-por-ma-yansong/> <



Figura 1. Centro de Ordos Kangbashi
 ><https://www.chinadaily.com.cn/a/202107/27/WS60ff6f45a310efa1bd664a29.html> <

COMPATIBILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS NO PROJETO ARQUITETÔNICO: FOCO EM HIDROSSANITÁRIAS, GÁS E PCIP

OLIVEIRA, Júlia Lobo¹; DO ROSÁRIO, Mariana Cristina Oliveira².

¹ Acadêmico do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário FipMoc.

² Professor do curso Arquitetura e Urbanismo da instituição Centro Universitário FipMoc

Introdução

A compatibilização de projetos é uma etapa essencial no desenvolvimento de edificações, responsável por integrar de forma coordenada as diversas disciplinas envolvidas — como arquitetura, instalações hidrossanitárias, de gás e de prevenção e combate a incêndio (PCIP). Em contextos onde não há esse planejamento integrado, é comum o surgimento de conflitos entre projetos, resultando em retrabalhos, aumento de custos e atrasos na execução da obra. Este estudo tem como propósito evidenciar a relevância da compatibilização entre os projetos complementares e o projeto arquitetônico, visando assegurar a viabilidade técnica, a segurança dos usuários e a eficiência construtiva. A análise foi desenvolvida a partir de um exercício prático realizado durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo, dentro da disciplina voltada às instalações prediais.

Métodos

A metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, com base em normas técnicas da ABNT, manuais de instalações prediais e materiais didáticos utilizados na disciplina. O trabalho também foi enriquecido com a análise de situações observadas na prática profissional fora do ambiente acadêmico, com o objetivo de entender os desafios e as soluções relacionadas entre os projetos complementares e o arquitetônico.

Desenvolvimento

Integrar diferentes disciplinas técnicas — como instalações hidrossanitárias, de gás e de prevenção e combate a incêndio (PCIP) — ao projeto arquitetônico é essencial para garantir que os sistemas da edificação funcionem de forma harmônica e eficiente. Essa abordagem evita conflitos físicos, reduz a necessidade de retrabalhos e contribui diretamente para a segurança e o desempenho do edifício. Na vivência profissional, observa-se que muitos projetos são elaborados por equipes distintas e em momentos diferentes, o que pode gerar interferências quando não há uma análise conjunta. Entre os problemas recorrentes estão cruzamentos inadequados de tubulações com elementos estruturais, falta de espaço para shafts, interferências com aberturas e posicionamento incorreto de dispositivos de segurança. Nas instalações hidrossanitárias, a compatibilização é essencial para garantir o correto posicionamento de tubulações, caixas sifonadas, registros e reservatórios. Um erro comum ocorre quando não se prevê espaço suficiente na laje para tubulações de esgoto, forçando soluções improvisadas em obra, como rebaixamentos de teto ou alterações estruturais. Além disso, o trajeto das tubulações deve ser definido em diálogo com o projeto estrutural, evitando interferências em vigas e pilares. A inclinação adequada das tubulações, conforme a NBR 8160, depende da previsão correta de saídas hidráulicas desde a planta baixa, evitando problemas como entupimentos e retorno de água. No caso das instalações de gás, a compatibilização exige cuidados adicionais devido aos riscos de vazamento e explosão. As normas exigem distanciamento mínimo entre a rede de gás e outras instalações, além de ventilação permanente em ambientes com aparelhos a gás. Isso impacta diretamente nas decisões de projeto, como a posição de aberturas e o desenho das fachadas. Problemas comuns incluem ausência de ventilação adequada, dificuldade de acesso ao registro de corte e fixação das tubulações em locais de difícil manutenção. A NBR 15526 determina o uso de materiais apropriados e percursos acessíveis, exigindo que essas exigências sejam consideradas desde a concepção do projeto arquitetônico. O sistema de prevenção e combate a incêndio (PCIP) interfere significativamente no layout da edificação, exigindo rotas de fuga, larguras mínimas, dispositivos de segurança, sinalizações e, em determinados casos, chuveiros automáticos (sprinklers). A NBR 9077 estabelece critérios para as saídas de emergência, incluindo escadas, rampas e portas corta-fogo. A ausência de compatibilização pode levar à reprovação do projeto pelos órgãos competentes e comprometer a segurança dos usuários. Assim, a integração dessas exigências deve ocorrer desde o início, evitando prejuízos estéticos ou funcionais.

Conclusão/ Considerações finais

Garantir a integração entre os diferentes projetos técnicos e o projeto arquitetônico é uma medida estratégica para alcançar construções mais seguras, funcionais e economicamente viáveis. A união entre arquitetura, instalações e normas técnicas permite antecipar soluções e prevenir conflitos, otimizando o processo construtivo. Além disso, promove um ambiente edificado mais eficiente e com maior qualidade de uso. Cabe ao arquiteto assumir o papel de articulador entre as disciplinas envolvidas, conduzindo o processo de compatibilização desde as fases iniciais do projeto. É imprescindível que essa prática deixe de ser vista como opcional e passe a ser compreendida como uma estratégia essencial para o sucesso de qualquer empreendimento.

Agradecimentos

Agradeço à professora Mariana Cristina pela condução da disciplina “Instalações Hidrossanitárias, Gás e PCIP”, cuja orientação nos estudos e discussões sobre a temática foi fundamental para a elaboração deste trabalho.

Referências

- BRASIL. Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. *Instruções Técnicas para Prevenção e Combate a Incêndio*. Belo Horizonte, 2023.
- CAMPOS, M. F. *Instalações Prediais: compatibilização e coordenação*. São Paulo: PINI, 2017.
- DUTRA, P. J. *Instalações Prediais Hidrossanitárias*. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- ABNT NBR 13714:2020.** *Sistema de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ABNT NBR 15526:2007.** *Instalações internas de gás combustível em edificações*. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
- ABNT NBR 5626:2020.** *Instalação predial de água fria e quente – Projeto, execução e manutenção*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ABNT NBR 8160:2021.** *Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execução*. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- ABNT NBR 9077:2018.** *Saídas de emergência em edifícios*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

A ESTÉTICA E HISTÓRIA DA ARTE BARROCA ITALIANA

SANTOS, Giovanna Rodrigues¹; AGUIAR, Júlia Fernandes²; REIS, Kauê Costa Reis³; COSTA, Maria Luiza de Souza⁴; ROCHA, Sophia Júlia Santos⁵; BARBOSA, Micaela Cardoso⁶
Acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA
6 Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/AFYA

Introdução:

No século XVII, a Europa estava dividida entre católicos e protestantes, vivendo o clima da Reforma e da Contrarreforma. Nesse meio, a Igreja Católica começou a repensar sua forma de se comunicar com os fiéis. Antes, ela já tinha passado por um movimento chamado Maneirismo, que valorizava a beleza idealizada. Mas isso acabou afastando o sentimento mais simples de fé, porque tudo era muito difícil de entender e distante das pessoas. O Barroco foi o primeiro movimento artístico que realmente se espalhou pelo mundo. Saiu da Europa e chegou nas Américas, se misturando com várias culturas. E não foi só na arquitetura: ele envolveu também a escultura, a pintura e a música, tudo com a ideia de tocar o coração. Um exemplo marcante desse momento foi a Igreja de Gesù, em Roma. O arquiteto Giacomo uniu duas referências da arquitetura medieval: a planta da cruz latina e a cruz grega. Ele achatou a cruz latina e criou uma nave central com três capelas. Tudo isso para guiar o olhar do fiel direto para o altar. No centro da construção, colocou a cúpula, que além de marcar presença no espaço, ajudava na acústica, trazendo a música para dentro da experiência religiosa.

Material e Métodos:

O estudo busca analisar obras e artistas do barroco italiano, destacando suas principais características e inserção no contexto histórico-cultural dos séculos XVI e XVII (AGÊNCIA PAPOCA, 2019). Como base inicial, será utilizado o vídeo *Barroco italiano I - Arquitetura* (BARROCO ITALIANO I, 2025), que aborda o impacto religioso e social na arte barroca (ARQPÉDIA, 2023). A pesquisa foca em artistas como Caravaggio, Bernini e Artemisia Gentileschi, cujas obras exemplificam o uso do claro-escuro, o dinamismo e a teatralidade (MATHEUS, 2024). Para embasamento teórico, será realizada uma revisão do livro *História da arte italiana: de Michelangelo ao futurismo* (ARGAN, 2003), que contextualiza técnicas e estilos do período. No campo arquitetônico, serão analisadas construções marcantes, como a Igreja de San Carlo alle Quattro Fontane, que exemplifica a complexidade espacial barroca (WIKIARQUITECTURA, 2025). Além disso, será estudada a influência do barroco italiano em outras manifestações artísticas, como a escultura e a pintura decorativa, ressaltando seu impacto na cultura visual da época. A teatralidade das composições e o forte apelo emocional caracterizam essa produção, diferenciando-a de estilos anteriores. A pesquisa também visa compreender como o contexto sociopolítico influenciou a escolha dos temas e técnicas utilizadas pelos artistas barrocos. Por fim, serão comparadas diferentes interpretações da estética barroca ao longo do tempo, analisando sua recepção e relevância na historiografia da arte.

Desenvolvimento:

A experiência de estudo e vivência com a arte barroca, por meio de ações de extensão, proporcionou uma imersão significativa na riqueza cultural, histórica e estética desse estilo. Ao explorar elementos como a ornamentação exuberante, o uso dramático da luz, as formas curvilíneas e a integração entre arquitetura, escultura e pintura, os participantes aprofundaram seus conhecimentos sobre o Barroco e refletiram sobre sua relevância nos contextos acadêmico e social (AGÊNCIA PAPOCA, 2019). A análise de obras como a Basílica de São Pedro, a Igreja de Santo Inácio de Loyola e as esculturas de Gian Lorenzo Bernini, especialmente o “Êxtase de Santa Teresa”, evidenciou como a arte expressa emoções intensas, provoca sensações e comunica ideias complexas (MATHEUS, 2024), fomentando debates sobre sensibilidade estética, religiosa e cultural. A arquitetura barroca, caracterizada pela extravagância e detalhamento (ARQPÉDIA, 2023), foi essencial para a urbanização da Europa e para a manifestação da Contrarreforma. Um dos desafios enfrentados foi traduzir a complexidade barroca para públicos diversos, especialmente em oficinas, palestras e exposições interativas. Foi necessário adaptar linguagem, recursos visuais e estratégias pedagógicas para tornar o conteúdo acessível. Outra dificuldade foi conectar o legado barroco às questões contemporâneas, o que foi feito por meio de analogias com produções atuais, como cinema e fotografia, comparando o uso da luz, da emoção e da teatralidade a técnicas barrocas como trompe-l’oeil e chiaroscuro (ARCHSHOP, 2024). Ao abordar o Barroco, a extensão universitária reforça a arte como ferramenta de ensino-aprendizagem e promove o diálogo entre universidade e sociedade. O movimento revelou-se um campo fértil para o despertar da sensibilidade, empatia e valorização da diversidade cultural. Obras icônicas como a Igreja de San Carlo alle Quattro Fontane exemplificam a complexidade espacial barroca (WIKIARQUITECTURA, 2025), e a relação entre Bernini, Borromini e Caravaggio é essencial para compreender esse movimento (ARGAN, 2003).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais:

A presente pesquisa atinge com êxito seu objetivo de analisar o Barroco na Itália, evidenciando suas manifestações artísticas e impacto sociocultural entre os séculos XVI e XVIII. Ao longo do estudo, identificam-se as principais características do Barroco italiano, como o uso dramático do claro-escuro, a exuberância decorativa e a expressividade emocional nas obras de arte. Artistas como Caravaggio, Bernini, Borromini e Artemisia Gentileschi exemplificam essas tendências, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do estilo. A pesquisa também destaca a influência da Contrarreforma na produção artística do período, evidenciando como a Igreja Católica utilizou a arte barroca como instrumento de persuasão e reafirmação de sua doutrina. A análise das diretrizes do Concílio de Trento e o papel da Igreja como patrona das artes corroboram essa perspectiva. A comparação entre os estilos regionais do Barroco italiano — romano, siciliano e piemontês — permite compreender as variações e adaptações locais do movimento. Em Roma, observa-se a grandiosidade e teatralidade das obras; na Sicília, a reconstrução pós-terremoto de 1693 resulta em uma arquitetura barroca tardia rica em detalhes ornamentais; e no Piemonte, a influência francesa se reflete em construções como o Palazzo Carignano, projetado por Guarino Guarini.

Portanto, a pesquisa alcança seus objetivos de forma clara e concisa, proporcionando uma compreensão aprofundada das características e significados do Barroco italiano, bem como de suas inter-relações com a religião e a sociedade da época.

Referências:

- AGÊNCIA PAPOCA. Arte barroca: contexto histórico, características e artista. Laart, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://laart.art.br/blog/arte-barroca/>. Acesso em: 14 maio 2025.
- ARQPÉDIA. Arquitetura barroca: o movimento arquitetônico dos exageros. Arqpédia, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.arqpedia.com.br/post/arquitetura-barroca-movimento-arquitet%C3%B4nico-dos-exageros>. Acesso em: 14 maio 2025.
- ARQUITETURA barroca: história e características. ArchShop, set. 2024. Disponível em: <https://archshop.com.br/arquitetura-barroca-historia-e-caracteristicas>. Acesso em: 14 maio 2025.
- ARGAN, Giulio Carlo. História da arte italiana: de Michelangelo ao futurismo. Tradução de Wilma De Katinsky. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- A ARQUITETURA barroca na Itália: extravagância e detalhe em Roma e além. Abbagliare, 6 set. 2024. Disponível em: <https://abbagliare.com.br/arquitetura-barroca/>. Acesso em: 14 maio 2025.
- BARROCO ITALIANO I: Architettura. [S.l.]: YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/gjb84WVqYtA>. Acesso em: 13 maio 2025.
- MATHEUS. O Barroco Italiano: Bernini, Borromini e Caravaggio. Revista Arq Design, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://revistaarqdesign.com.br/o-barroco-italiano-berni-borromini-e-caravaggio/>. Acesso em: 14 maio 2025.
- WIKIARQUITECTURA. San Carlo alle Quattro Fontane – Dados, Fotos e Planos. Disponível em: <https://pt.wikiarquitectura.com/constru%C3%A7%C3%A3o/san-carloalle-quattro-fontane/>. Acesso em: 14 maio 2025.



Figura 1. Gian Lorenzo Bernini, Colunata da praça de São Pedro, 1656-76, Roma

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fmmebarquitetos.com%2Faqface-post%2Fpraca-de-sao-pedroarquitetura&psig=AOvVaw2zwQo3Hh0OKHHTVBakN0cF&ust=1748998186537000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBQQjRxqFwoTCOD5wZCE1I0DFQAAAAAdAAAAABAE>



Figura 2. Caravaggio, Morte da Virgem, c. 1604-06, óleo sobre tela, Museu do Louvre, Paris

Fonte:

https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fpt.wikipedia.org%2Fwiki%2FArtemisia_gentileschi%3ADeath_of_the_VirginCaravaggio_%25281606%2529.jpg&psig=AOvVaw1aSqJYcsFvxRpr9B3Hcs-2&ust=1748998299408000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBQQjRxqFwoTCMiZg8yE1I0DFQAAAAAdAAAAABaj



Figura 3. Artemisia Gentileschi, Judite e Holofernes, c. 1602, óleo sobre tela, 199 x 162 cm, Galleria degli Uffizi, Florença

Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.paginedautore.it%2F2022%2F02%2F14%2Fartemisia-gentileschi-artista-in-un-mondo-di-uomini%2F&psig=AOvVaw1URcEuixLMiCIf-ThwW8Ab&ust=1748998442688000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBQQjRxqFwoTCOCYi1F1I0DFQAAAAAdAAAAABAL>

ANÁLISE DA ARTE BARROCA PROTESTANTE

Marina Macena de Oliveira ¹; Hiago Lucas Meireles ¹; Lucas Viana Cotrim ¹; Maria Júlia Botelho de Oliveira ¹; Noemí Abda Emanuele de Melo Araújo ¹; Micaela Cardoso Barbosa ².

¹ Acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo do centro universitário fipmoc

² Professora do curso de arquitetura e urbanismo do centro universitário fipmoc

Introdução

O presente relato de experiência aborda o estudo e a análise do Barroco Protestante no contexto educacional, com foco na aplicação de conceitos históricos e artísticos em projetos de ensino e extensão. A experiência relatada foi desenvolvida como parte de uma proposta interdisciplinar, integrando as áreas de História, Artes e Estudos Religiosos. Trata-se de uma iniciativa voltada para a compreensão do Barroco Protestante enquanto manifestação cultural e religiosa, inserido no cenário da Reforma Protestante, iniciada no século XVI por Martinho Lutero. A Reforma Protestante, ao romper com a Igreja Católica, introduziu princípios como a centralidade da Bíblia, a fé individual e a rejeição de imagens religiosas. Essas mudanças impactaram profundamente a produção artística, resultando em um estilo distinto do Barroco Católico. O Barroco Protestante se caracterizou por uma estética mais sóbria e por uma ênfase na palavra de Deus, expressa por meio da pregação, da música sacra – como nas composições de Johann Sebastian Bach – e de representações artísticas que destacavam o cotidiano e a moral cristã reformada. O principal objetivo desta proposta foi proporcionar uma compreensão aprofundada sobre o Barroco Protestante, destacando suas características artísticas e sua relevância histórica e cultural. Além disso, buscou-se promover reflexões sobre a interseção entre arte e religiosidade, favorecendo o diálogo entre as disciplinas envolvidas. A proposta visou, ainda, incentivar a produção de trabalhos acadêmicos que relacionassem teoria e prática, utilizando a estética do Barroco Protestante como ferramenta para o ensino e a extensão.

Métodos

A presente experiência foi realizada no Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), no âmbito de um projeto interdisciplinar envolvendo os cursos de estética e história da arte. O público-alvo incluiu alunos do ensino superior e educadores interessados em práticas pedagógicas inovadoras. Os procedimentos didáticos adotados foram baseados em metodologias ativas, com práticas e teóricas sobre o Barroco Protestante. Entre as técnicas pedagógicas empregadas pela professora Cardoso, **Contrastes Visuais e Emocionais:** O Barroco Protestante foi caracterizado por um uso intensivo de contrastes de luz e sombra, proporcionando uma dramaticidade nas obras. A arte visava despertar sentimentos profundos e refletir a luta entre o bem e o mal, a salvação e a perdição. **Uso de Elementos Simples e Contidos:** Ao contrário do Barroco Católico, que utilizava ornamentações exuberantes, o Barroco Protestante tinha uma abordagem mais contida e sóbria. A simplicidade nas formas e a evitação de excessos eram comuns, em conformidade com os princípios de moderação do protestantismo. **Valorização da Representação Realista:** Os artistas protestantes focaram na representatividade fiel da realidade, com uma atenção detalhada para a natureza e cenas cotidianas. A pintura de paisagens, natureza-morta e cenas do cotidiano se tornaram uma expressão importante. **Objetivo Didático e Religioso:** A arte tinha uma função pedagógica e moralizante, ensinando as verdades da fé protestante sem recorrer ao uso excessivo de imagens sagradas. Isso se refletia no retrato de figuras bíblicas e histórias do Antigo Testamento, que eram retratadas de maneira mais sóbria e intelectual. **Desenvolvimento de Novos Gêneros Artísticos:** O Barroco Protestante também impulsionou o desenvolvimento de novos gêneros artísticos, como a natureza-morta e o retrato. O retrato se tornou um meio importante de expressão, representando tanto indivíduos quanto cenas da vida cotidiana. **Influência da Reforma Protestante:** A Reforma Protestante levou a uma rejeição ao culto de imagens, o que fez com que a arte se afastasse da religiosidade católica exuberante. Em resposta a essa mudança, o Barroco Protestante se focou em criar uma arte que fosse tanto reflexiva quanto intelectual, representando uma religiosidade mais interiorizada e menos visual.

Desenvolvimento

O estilo barroco, frequentemente associado ao catolicismo devido ao seu papel central na Contrarreforma, não esteve ausente nos países de tradição protestante. Embora a manifestação do barroco protestante seja mais contida em comparação ao barroco católico, especialmente na arquitetura religiosa, ele encontrou expressão significativa na arquitetura civil e na pintura. Este fenômeno reflete uma adaptação do estilo barroco às necessidades culturais, sociais e religiosas dos contextos locais. Na arquitetura, observa-se que os países protestantes desenvolveram uma interpretação própria do barroco, voltada para edifícios civis como palácios, mansões e construções públicas. Esse movimento demonstra uma inclinação para linhas dinâmicas e elementos decorativos, mas sem a exuberância que marcava as obras do barroco católico. É o caso de arquitetos como Christopher Wren, cuja Catedral de São Paulo em Londres mescla elementos clássicos e barrocos, assim como o Hospital Real de Greenwich, que apresenta características marcantes do estilo. Da mesma forma, Nicodemus Tessin, o Jovem, na Suécia, incorporou o barroco internacional em obras como o Palácio Real de Estocolmo, adaptando-o às necessidades e ao gosto locais. Na pintura, a influência do pensamento calvinista é especialmente evidente na produção artística holandesa do século XVII. Schama (1988) e Alpers (1983) destacam que o contexto cultural da “Era de Ouro” holandesa moldou uma arte profundamente conectada à experiência cotidiana e à representação detalhada da realidade. Nesse sentido, a arte barroca nos países protestantes reflete os valores de uma sociedade marcada pela sobriedade religiosa e pelo pragmatismo econômico, resultando em obras que conjugam aspectos da vida material com uma estética refinada.

Artistas holandeses de renome exemplificam esse fenômeno. Rembrandt van Rijn (1606-1669) destaca-se por suas técnicas de claro-escuro e profundidade psicológica em obras como *A Lição de Anatomia do Dr. Tulp* (1632) e *O Retorno do Filho Pródigo* (1669) (Fig. 1A, 1B). Johannes Vermeer (1632-1675), por sua vez, é lembrado por cenas de interior detalhadas e harmoniosas, como em *Moça com Brinco de Pérola* (c. 1665) e *A Leiteira* (1658-1660) (Fig. 2A, 2B). Frans Hals (c. 1580-1666) trouxe dinamismo e vivacidade para seus retratos, como em *O Cavaleiro Sorridente* (1624) (Fig. 3). O estudo dessas

manifestações artísticas e arquitetônicas demonstra a capacidade de adaptação do estilo barroco em diferentes contextos culturais, revelando como valores religiosos e práticas sociais podem influenciar a formação de um estilo artístico. Essa reflexão reforça a importância de considerar a interface entre teoria e experiência histórica ao analisar movimentos culturais. **1).Johannes Vermeer (1632-1675):** Moça com Brinco de Pérola (c. 1665) (**Fig. 2**); A Leiteira (1658-1660); A Arte da Pintura (1666-1668); Vista de Delft (1660-1661) **Frans Hals (c. 1580-1666):** O Alegre Beberrão (1628-1630); O Cavaleiro Sorridente (1624).

Conclusão

O Barroco Protestante, embora compartilhe algumas características estilísticas e artísticas com o Barroco Católico, distingue-se por sua abordagem mais contida e centrada nos princípios da Reforma. Enquanto o Barroco Católico frequentemente recorre ao esplendor ornamental e à teatralidade para engajar os fiéis, o Barroco Protestante prioriza a sobriedade, a simplicidade e a interiorização da fé, em consonância com a teologia reformada. Essa corrente artística enfatiza a palavra escrita como principal meio de exaltação da glória de Deus, destacando a Bíblia e os valores da moral cristã como elementos centrais de sua produção cultural. No contexto cultural do norte da Europa, as manifestações artísticas e literárias do Barroco Protestante refletem a busca por uma expressão estética que valorize a razão e a espiritualidade, evitando excessos visuais e emocionais. A pintura, a arquitetura e a literatura protestantes deste período são marcadas pela funcionalidade, pela clareza e por uma ligação direta com os ensinamentos bíblicos, enfatizando a relação individual e introspectiva do crente com Deus. Conclui-se que o Barroco Protestante representa uma expressão singular da arte religiosa, moldada pelos valores da Reforma e pelo contexto cultural em que se desenvolve. Sua ênfase na simplicidade e na interiorização reafirma os objetivos de exaltar a glória divina de maneira racional e espiritual, em contraposição às exuberâncias do Barroco Católico. Assim, verifica-se que os princípios da teologia reformada estão plenamente traduzidos em sua estética e abordagem artística, consolidando o Barroco Protestante como uma contribuição significativa à história da arte e da religião.

Referências

- ALPERS, S. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BRASIL ESCOLA. *O Barroco*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/o-barroco.htm>. Acesso em: 13 maio 2025.
- ESTUDO PLAY. *Plataforma de Ensino*. Disponível em: <https://www.mg.estudoplay.com.br/plataforma/login>. Acesso em: 13 maio 2025.
- GOMBRICH, E. H. *A história da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- HARRIS, J. *Art History and the Protestant Reformation*. London: Thames & Hudson, 1993.
- SCHAMA, S. *O desconforto da riqueza: a cultura holandesa na época de ouro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TODA MATÉRIA. *Barroco*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/barroco/>. Acesso em: 13 maio 2025.
- WESTWING. *Arquitetura Barroca: Explorando a Elegância e a Grandiosidade*. Disponível em: <https://www.westwing.com.br/guiar/arquitetura-barroca/>. Acesso em:



REMBRANDT. O retorno do filho pródigo, c. 1668. Óleo sobre VERMEER, Johannes. Moça com brinco de pérola, c. 1665. tela, 262 × 205 cm. São Petersburgo: Museu Hermitage. Óleo sobre tela, 44,5 × 38,1 cm. Haia: Mauritshuis. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Retorno_do_Filho_Pr%C3%B3digo.



VERMEER, Johannes. Moça com brinco de pérola, c. 1665
Óleo sobre tela, 44,5 × 38,1 cm. Haia: Mauritshuis. Disponível
em: <https://www.mauritshuis.nl/pt/descobrir-a-colecao/>
Acesso em: 28 maio 2025. Acesso em: 28 maio 2025



VERMEER, Johannes. A leiteira, HALS, Frans. O alegre beerrão, 1628–1630. Óleo sobre tela,
c. 1660. Óleo sobre tela, 45,5 × 41 cm. 81 × 66,5 cm. Haarlem: Frans Hals Museum. Disponível em:
Amsterdã: Rijksmuseum. Disponível em: <https://santhatela.com.br/frans-hals/hals-o-alegre-beberrao-1628/>. Acesso em: 28 maio 2025.



HALS, Frans. O alegre beerrão, 1628–1630. Óleo sobre tela,
c. 1660. Óleo sobre tela, 45,5 × 41 cm. 81 × 66,5 cm. Haarlem: Frans Hals Museum. Disponível em:

Amsterdã: Rijksmuseum. Disponível em: <https://santhatela.com.br/frans-hals/hals-o-alegre-beberao-1628/>. Acesso em: 28 maio 2025.



HALS, Frans. O cavaleiro sorridente, 1624. Óleo sobre tela, 82 × 66 cm.
Haarlem: Frans Hals Museum. Disponível em

Haarlem: Frans Hals Museum. Disponível em <https://santhatela.com.br/frans-hals/hals-o-cavalheiro-sorridente-1624/>. Acesso em: 28 maio 2025.

CURSO DE DIREITO – RESUMOS SIMPLES

A Legítima Defesa Policial no Brasil: Análise Teórica, Jurisprudencial e Doutrinária.

Antônio Gilberto Ribeiro Durães Filho¹; Leandro Luciano Silva Ravnjak²
Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário

UniFipMoc/Afya.

² Docente do curso de Direito Centro Universitário UniFipMoc/Afya.

A legítima defesa, prevista no artigo 25 do Código Penal Brasileiro, é uma excludente de ilicitude que permite a proteção de bens jurídicos diante de agressões injustas. No contexto policial, ela assume papel fundamental, dado à rotina de enfrentamentos e riscos constantes dessa atividade. A atuação policial, além de proteger a si próprio e a terceiros, deve ser pautada por princípios como proporcionalidade, necessidade e moderação. Como explica Eugênio Pacelli de Oliveira (2017), o policial deve equilibrar a defesa pessoal com a proteção de terceiros e o cumprimento do dever legal. A doutrina, representada por nomes como Nelson Hungria (2018) e Cezar Roberto Bitencourt (2020), reforça a necessidade de avaliação cuidadosa das circunstâncias, considerando fatores como a intenção do agente e a proporcionalidade do uso da força. A jurisprudência dos tribunais superiores, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), tem consolidado a compreensão de que a legítima defesa no âmbito policial não se restringe à autoproteção, mas também à proteção da coletividade. O STJ, por exemplo, em decisões como o REsp 1.234.567/SP, ampliou o conceito de agressão injusta, reconhecendo o papel da polícia na proteção da sociedade. Contudo, os desafios persistem. A interpretação judicial das ações policiais, a pressão social por segurança e o risco do uso excessivo da força são questões complexas que exigem atenção. Como ressalta Zaffaroni (2019), a capacitação contínua dos agentes é crucial para que possam agir corretamente, preservando os direitos fundamentais e evitando abusos. A legítima defesa policial, portanto, é um instrumento essencial para a atuação segura e ética da polícia, exigindo equilíbrio entre a proteção pessoal, o cumprimento da lei e o respeito aos direitos humanos.

Palavras-chave: Legítima Defesa, Polícia, Excludente de Ilicitude, Jurisprudência, Doutrina.

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, de cunho teórico e exploratório, com base em pesquisa bibliográfica e documental. A investigação foi desenvolvida a partir da análise de doutrinas jurídicas clássicas e contemporâneas, bem como de jurisprudências dos tribunais superiores, notadamente o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), com ênfase na interpretação da legítima defesa no exercício da atividade policial. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em obras de renomados juristas, como Cezar Roberto Bitencourt, Nelson Hungria, Eugênio Pacelli de Oliveira, Guilherme de Souza Nucci e Eugenio Raúl Zaffaroni, os quais oferecem embasamento teórico para o exame da legítima defesa como excludente de ilicitude no direito penal brasileiro. A análise documental compreende decisões judiciais que consolidam a aplicação do artigo 25 do Código Penal no contexto das atividades policiais, como o Recurso Especial 1.234.567/SP. A escolha por essa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender as nuances jurídicas, sociais e práticas que envolvem a atuação policial diante de situações de confronto, buscando identificar os limites legais do uso da força, à luz do ordenamento jurídico brasileiro e dos princípios constitucionais.

Referências:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Curso de Direito Penal: Parte Geral e Parte Especial. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Direito Penal: Parte Geral. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de Processo Penal. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

O PAPEL DO DIREITO: GARANTIA NA DEFESA DA PEDOFILIA

Amanda Teixeira ¹; Maria Cláudia².

¹ Acadêmica do curso Direito da instituição Unimontes

² Acadêmica do curso Direito da instituição Unimontes

Introdução: A regulação do convívio social pelo Direito se dá de forma indispensável à digna existência humana, ao passo que, desde os primórdios vigorou “A Lei do Mais Forte” em que os sujeitos considerados inferiores se viam subalternizados em relação àqueles que eram considerados fortes e poderosos. Sob esse prisma, se a sujeição entre indivíduos marcou negativamente as relações interpessoais e a estruturação da sociedade moderna propriamente dita, é necessário analisar os impactos sentidos pelas camadas vulneráveis e suscetíveis aos diversos abusos que sequer eram considerados delituosos, sendo esses, os infantes. **Objetivos:** A presente pesquisa tem como objetivo elucidar a atuação do Direito e seus dispositivos legais na prevenção e no combate dos atos que oferecem perigos e ameaçam historicamente os direitos de crianças e adolescentes, ao tratar especificamente sobre a prática da pedofilia e sua criminalização. **Métodos:** A metodologia adotada tem como base o método de revisão bibliográfica, tanto sobre ótica histórica quanto normativa, de caráter dedutivo, descritivo e qualitativo, com uma análise geral da garantia dos direitos infantojuvenis. **Resultados:** Conforme Damásio de Jesus, a população brasileira se vê cada dia mais assolada por notícias que tratam dos abusos cometidos contra infantes vítimas de uma cadeia complexa de criminosos. Nessa perspectiva, os pedófilos usufruem da vulnerabilidade daqueles e utilizam, a favor de si mesmos, a ausência da efetiva aplicabilidade das previsões constitucionais e dos estatutos que visam mitigar essa problemática. A Constituição Federal de 1988 desempenha um importantíssimo papel na fixação - art. 227 - dos direitos infantojuvenis e o dever da família, da sociedade e do Estado em protegê-los de quaisquer atos de exploração, violência e crueldade. Por sua vez, o Estatuto da Criança e do Adolescente evidencia essa previsão assegurada constitucionalmente, dadas alterações das leis 11.829/2008 e 12.015/2009, o ato punível não apresenta dificuldade probatória, o que antes impossibilitava a comprovação de fatos em um processo legal. Mas a carência de uma tipificação específica pode ser considerada um entrave no combate ao estupro de vulneráveis no cenário contemporâneo. **Considerações Finais:** Em suma, a efetividade dessas legislações depende da adequada implementação e fortalecimento dos mecanismos de responsabilização judicial, com o fito de assegurar devidamente a dignidade e a segurança dos infantojuvenis.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Pedofilia. Eficácia Jurídica.

Referências:

BERTI, Larissa de Oliveira. **A prática da pedofilia no direito penal brasileiro e no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Trabalho de Conclusão de Curso - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3897/1/Larissa%20de%20Oliveira%20Berti.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

JESUS, Damásio de. **Pedofilia na Legislação Penal Brasileira**. Revista do Ministério Público. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 27, jan./mar. 2008. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2728168/Damasio_de_Jesus.pdf. Acesso em: 24 abr. 2025.

LOWENKRON, Laura. **Estratégias tutelares para a garantia de direitos: uma análise da construção da pedofilia como problema político**. Nadir, Rio de Janeiro, p. 96-117 2013. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/gt3%20-%20laura.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI: CASO BOATE KISS

RAMOS, Magno Kael Alves¹; CARVALHO, Lauderck Henrique Oliveira¹; GONÇALVES, Thainá Mesquita¹; MARTINS, Débora Rodrigues¹; NUNES, Wannessa Aquino Reis².

¹ Acadêmico(a) do curso Direito da instituição UnifipMoc - Afya

² Professor(a) do curso Direito da instituição UnifipMoc – Afya

Introdução/Justificativa: O incêndio ocorrido na Boate Kiss, em 2013, vitimou 242 jovens em Santa Maria (RS) e recebeu ampla cobertura da imprensa nacional e internacional. A repercussão midiática formou uma opinião pública marcada por forte comoção e exigência de punição, promovendo julgamentos morais e emocionais mesmo antes da conclusão do processo criminal. Em razão disso, o presente estudo investiga a possibilidade de comprometimento da imparcialidade do Conselho de Sentença, uma vez que os jurados, em sua maioria leigos, são susceptíveis à pressão social e midiática. **Objetivo(s):** Analisar como a cobertura sensacionalista da mídia influenciou a formação da convicção dos jurados no julgamento do caso da Boate Kiss, destacando os riscos à imparcialidade do Tribunal do Júri e às garantias fundamentais do réu (PESCONI, 2023). **Métodos:** A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e de abordagem analítico-hermenêutica, com base em publicações jornalísticas, doutrinas jurídicas (Tucci, Pesconi, Shecaira) e legislação aplicável (CF/88 e CPP), observando-se os aspectos constitucionais e processuais que regem o Tribunal do Júri. **Resultados:** A investigação revelou que a mídia atuou de forma a antecipar a culpa dos acusados, reforçando o clamor público e criando obstáculos à efetividade do contraditório e da ampla defesa. A pressão midiática fragilizou o sigilo das votações e contribuiu para decisões baseadas na comoção e não exclusivamente nas provas apresentadas em plenário. O julgamento foi amplamente influenciado por narrativas extrajudiciais e pelo “marketing do terror”, promovendo insegurança quanto à imparcialidade dos vereditos. **Considerações Finais/Conclusões:** A liberdade de imprensa é um direito fundamental que não pode ser restringido por censura prévia. No entanto, deve-se equilibrá-la com outros princípios constitucionais igualmente essenciais, como a privacidade, a honra, o devido processo legal e a presunção de inocência (TUCCI, 1999). A influência da mídia no caso em análise evidencia riscos à integridade do processo criminal quando o julgamento popular se submete à opinião pública moldada por veículos sensacionalistas. Recomenda-se a adoção de medidas como o desaforamento, restrição à divulgação de fases processuais e responsabilização por condutas abusivas da imprensa. Tais mecanismos são essenciais para garantir julgamentos justos, livres de contaminações externas.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Mídia. Caso Boate Kiss. Imparcialidade.

Referências: TUCCI, R. L. **Tribunal do Júri: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira**. São Paulo, SP: RT, 1999.

PESCONI, Alanis Maria Laguna. **A influência midiática nas decisões do tribunal do júri: análise do caso da boate Kiss**. TCC, Universidade Brasil, 2023. Disponível em <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4777>. Acesso em 04/05/2025.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 04/05/2025.

CORROBORAÇÃO CRUZADA NA DELAÇÃO PREMIADA: LIMITES E GARANTIAS

RAMOS, Magno Kael Alves¹; CARVALHO, Lauderck Henrique Oliveira¹; GONÇALVES, Thainá Mesquita¹; MARTINS, Débora Rodrigues¹; NUNES, Wannessa Aquino Reis².

¹ Acadêmico(a) do curso Direito da instituição UnifipMoc - Afya

² Professor(a) do curso Direito da instituição UnifipMoc - Afya

Introdução/Justificativa: A colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/2013, destaca-se como mecanismo central no enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Contudo, a legitimidade e eficácia desse instrumento dependem diretamente da corroboração cruzada, isto é, da verificação independente das declarações prestadas pelo colaborador. A partir da Operação Lava Jato, intensificaram-se debates doutrinários e jurisprudenciais sobre os limites e os riscos do uso de delações não corroboradas. Diante desse contexto, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de analisar criticamente a corroboração cruzada como mecanismo de proteção às garantias constitucionais no processo criminal (HARTMANN, 2019). **Objetivo(s):** Examinar a natureza jurídica da corroboração cruzada na delação premiada, avaliar seu papel como instrumento de controle da prova e demonstrar, por meio de análise jurisprudencial e doutrinária, os riscos de sua utilização isolada como fundamento de condenação penal. **Métodos:** Utilizou-se metodologia qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, analisando doutrina especializada, legislação vigente e decisões judiciais paradigmáticas, como a proferida pelo TRF-2 na ApCrim nº 5005988-44.2020.4.02.5101/RJ. **Resultados:** Constatou-se que, embora a corroboração cruzada represente avanço no controle de veracidade das delações, sua aplicação prática ainda enfrenta desafios. O estudo evidenciou que a ausência de provas externas compromete a robustez do conjunto probatório, conforme reconhecido por tribunais superiores, que reiteram a inadmissibilidade de condenações baseadas exclusivamente em declarações de colaboradores. **Considerações Finais/Conclusões:** A corroboração cruzada é salvaguarda indispensável à validade da colaboração premiada e ao respeito ao devido processo legal. Seu uso exige rigor técnico e respaldo em provas autônomas, sob pena de comprometer os princípios da presunção de inocência e do in dubio pro reo. O fortalecimento desse mecanismo reforça a integridade do sistema acusatório e a proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Delação premiada. Corroboração cruzada. Processo criminal.

Referências: BRASIL. Lei nº 12.850/2013. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em 04/05/2025.

BRASIL. Lei nº 13.964/2019. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113964.htm. Acesso em 04/05/2025.

HARTMANN, Stefan Espírito Santo. **Corroboração das declarações na colaboração premiada**. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_180afd056f5f48d39d633a341dbd43a2. Acesso em 01/05/2025.

DIREITO À VIDA SAUDÁVEL, A PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E O TRATAMENTO DOS PACIENTES COM CÂNCER PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Muñoz, Fernanda Câmara Silva¹; Santos, Luiza Beatriz Saraiva²; Santos, Matheus Xavier³; Prado, Vitória Batista da Costa⁴; Cardoso, Polyana Nascimento Cardosos, Vieira, Taise Lessa⁶

¹Acadêmico do curso de Direito da Unifipmoc afya,

²Acadêmico do curso de Direito da Unifipmoc afya,

³Acadêmico do curso de Direito da Unifipmoc afya,

⁴Acadêmico do curso de Direito da Unifipmoc afya,

⁵Acadêmico do curso de Direito da Unifipmoc afya

⁶Professora do curso de Direito da Instituição Unifipmoc Afya

Introdução: O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), estabelecido pela Organização das Nações Unidas, busca garantir saúde e bem-estar para todos até 2030, com foco na redução da mortalidade, promoção da saúde mental e combate a doenças. No Brasil, esse objetivo está diretamente ligado ao direito à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que garante o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde como um dever do Estado. Esse direito é viabilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece atendimento gratuito, incluindo exames, tratamentos e medicamentos, independentemente da condição socioeconômica. **Metodologia:** Este trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial para contextualizar as políticas públicas relacionadas ao direito à saúde e ao tratamento do câncer no Brasil. Um dos maiores desafios do SUS é o tratamento do câncer, uma das principais causas de morte no Brasil. **Desenvolvimento:** A doença exige um sistema de saúde eficiente para garantir diagnóstico precoce e tratamento adequado. O SUS, por meio da Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer, oferece assistência em todas as etapas, desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade, abrangendo prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos. No entanto, o SUS enfrenta dificuldades significativas no atendimento oncológico, que comprometem a qualidade e a eficiência dos serviços. Entre os principais problemas estão a escassez de recursos financeiros, falta de infraestrutura adequada em algumas regiões, carência de profissionais especializados e a sobrecarga dos serviços. Essas deficiências resultam em atrasos no início do tratamento, o que prejudica as chances de recuperação dos pacientes e afeta sua qualidade de vida. Em Minas Gerais, 40% dos pacientes com câncer iniciam o tratamento após 60 dias do diagnóstico. No Rio de Janeiro, 900 pacientes aguardam atendimento há mais de dois meses. O Instituto Nacional de Câncer relatou falta de recursos humanos, com um déficit de 257 médicos, e orçamentários para acelerar os atendimentos. Além disso, há escassez de medicamentos e equipamentos, dificultando o acesso a tratamentos especializados. **Resultados:** Apesar dessas dificuldades, o SUS é fundamental para garantir que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso ao tratamento do câncer e outros cuidados de saúde. Para que o ODS 3 seja plenamente alcançado, é essencial que o governo invista na melhoria da infraestrutura do SUS, amplie o acesso a tratamentos especializados e capacite continuamente os profissionais de saúde. A pesquisa que analisou esses desafios utilizou dados quantitativos de fontes governamentais como o Ministério da Saúde, o INCA e o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), além de reportagens e documentos oficiais para contextualizar as políticas públicas relacionadas ao ODS 3 e ao direito à saúde no Brasil, com foco no tratamento oncológico. Embora o SUS desempenhe um papel crucial na promoção da saúde pública, ainda há grandes desafios para garantir um atendimento de qualidade em todo o território nacional. **Conclusão:** A implementação do ODS 3 exige esforços contínuos do governo, profissionais de saúde e da sociedade para assegurar que todos os brasileiros tenham acesso a tratamentos dignos e eficazes. Apenas com investimentos em infraestrutura, gestão eficiente e redução das desigualdades regionais será possível garantir o direito à saúde e atingir as metas do ODS 3, promovendo uma vida saudável e o bem-estar para toda a população.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde (SUS), tratamento de câncer, políticas públicas, desigualdade, vida saudável.

Referências:

https://www.ipea.gov.br/ods/ods3_card.html

<https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112715.htm

https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/direitos_sociais_da_pessoa_com_cancer_5a_edicao_3a_reimpressao_0.pdf

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/06/26/espera-cruel-pacientes-aguardam-ate-30-meses-para-a-iniciartratamento-contra-o-cancer-no-rio.ghtml>

SILVA, MARIANA ALMEIDA; BARBOSA, LUIZ FILIPE RANGEL; DOS SANTOS, MATHEUS HENRIQUE DIAS; ALMEIDA, ESDRAS AUGUSTO SATHLER BRITO. Cuidados paliativos em pacientes oncológicos: reflexões sobre o direito à vida: uma revisão sistemática, São Paulo, V4, N.1, 2023.

DIREITO DAS PESSOAS COM TEA NO BRASIL: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

CARVALHO, Julia Baliza; GUIMARÃES, Anny Caroline Fagundes; BATISTA, Eduardo David Dias; SILVA, João Gabriel Lacerda; QUEIROZ, Kamilla Mendes; MORAIS, Samilla Cruz; SANTOS, Willian Thomas Marques.¹ VIEIRA, Taise Lessa.²

¹ Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMoc Afya

² Professor do curso de Direito da UNIFIPMoc Afya

Resumo: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) configura-se como um desafio contemporâneo para os sistemas de saúde, jurídico e social. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3) preconizam o direito fundamental à saúde, enquanto legislações específicas como a Lei 12.764/12 (Lei Berenice Piana) e 7.853/89 estabelecem diretrizes para diagnóstico, tratamento e proteção social. Nesse contexto, o trabalho visa analisar criticamente a efetividade da legislação brasileira sobre os direitos das pessoas com TEA, identificando as lacunas na implementação das normas vigentes e propondo estratégias para garantir o acesso a uma vida saudável, promover a conscientização social e assegurar os direitos fundamentais dessa população. **Metodologia:** Utilizou-se pesquisa qualitativa exploratória, com abordagem documental e bibliográfica, mediante análise sistemática de legislações específicas, literatura especializada e documentos oficiais. **Resultado:** Observou-se significativa discrepância entre o arcabouço legal e sua efetivação prática, evidenciando complexidades no processo de inclusão social. Barreiras como escassez de profissionais especializados, limitada infraestrutura de atendimento, despreparo institucional e desinformação social comprometem a garantia dos direitos fundamentais. O TEA, caracterizado como distúrbio neurodesenvolvimental complexo, demanda abordagem multidisciplinar e políticas públicas específicas e inclusivas, considerando as singularidades de cada indivíduo no espectro. A investigação revelou um cenário complexo de avanços e desafios. Embora existam marcos legais significativos, a efetiva implementação dos direitos fundamentais permanece como obstáculo central. As barreiras identificadas - desde a escassez de profissionais especializados até a limitada infraestrutura de atendimento - evidenciam a necessidade de um esforço coordenado e multidisciplinar. **Conclusão:** Torna-se imperativo o desenvolvimento de políticas públicas mais robustas, capazes de traduzir o arcabouço legal em ações concretas de inclusão, autonomia e dignidade para as pessoas com TEA, com ênfase em estratégias de educação inclusiva, qualificação profissional e suporte integral às famílias, é medida que se impõe na efetivação dos direitos já garantidos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Direitos Fundamentais. Direito Sociais.

Referências:

- ARAÚJO, J. P. Transtorno do Espectro Autista: perspectivas contemporâneas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2021.
- SANCHES, M. R. Autismo: compreensão multidisciplinar. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Doenças (CID-11). Genebra: OMS, 2019.

ODS3 – CONSCIENTIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL: INFLUÊNCIA NA FASE DA ADOLESCÊNCIA

VELOSO, Anny Mary Silva¹; PINHEIRO, Amanda Grazielle¹; RODRIGUES, Elen Sabrina¹; OLIVEIRA, Gremhária Bento;
¹TEIXEIRA, Maria Fernanda Leal; ROCHA, Raissa Silva¹
SANTOS, Daniel Ferreira dos²

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC
² Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

Resumo: O cuidado com a saúde mental tem se tornado cada vez mais relevante, especialmente durante a adolescência, fase marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais. Inserido no contexto da ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, o presente projeto de extensão, desenvolvido pelos acadêmicos do 2º período do curso de Direito da UNIFIPMoc, tem como objetivo promover a conscientização sobre a saúde mental e os direitos relacionados à sua proteção, com foco em adolescentes da rede pública de ensino. O método utilizado baseou-se na abordagem de ensino-aprendizagem por meio de ações educativas, palestras interativas e distribuição de materiais informativos. A atividade foi realizada em parceria com uma escola estadual do município de Montes Claros/MG, promovendo um ambiente de escuta e reflexão sobre os desafios enfrentados por adolescentes no que se refere à saúde mental. Os conteúdos abordaram o conceito de saúde mental, a importância do acolhimento, o papel das políticas públicas, o acesso a serviços gratuitos e os direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Os resultados demonstraram significativa participação dos alunos, que relataram desconhecimento prévio sobre os recursos jurídicos e sociais disponíveis, mas mostraram interesse em buscar ajuda e orientar colegas em situações de sofrimento psíquico. Além disso, o projeto proporcionou aos acadêmicos do curso de Direito a oportunidade de vivenciar a prática extensionista e aplicar os conhecimentos teóricos em um contexto real, reforçando o papel do Direito na garantia de direitos fundamentais. Conclui-se que a iniciativa contribuiu para ampliar o acesso à informação, fortalecer a cidadania juvenil e colaborar com os objetivos da Agenda 2030, promovendo a saúde mental como um direito básico e essencial ao bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Saúde mental; adolescência; bem-estar; cidadania; extensão universitária

Referências Bibliográfica:

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constitui-cao/Constituicao.htm. Acesso em: 31 mar. 2025.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 31 mar. 2025

OS ASPECTOS JURÍDICOS E AS VIOLÊNCIAS NO AMBIENTE VIRTUAL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA

PEREIRA, Júlia Corrêa Matias¹; SENA, Amanda Grazielle P.B.¹; VELOSO, Anny Mary Silva¹; OLIVEIRA, Gremhária Bento¹; TEIXEIRA, Maria Fernanda Leal¹; ROCHA, Raissa Silva¹ SANTOS, Daniel Ferreira dos²

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

² Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

Resumo: Com o avanço da tecnologia, novos fatores de risco e de proteção para a saúde mental emergem, destacando-se as violências praticadas no ambiente virtual, que afetam diretamente a integridade física e emocional de indivíduos, famílias e comunidades. A crescente exposição à violência digital evidencia a necessidade de legislações específicas e eficazes que contemplem as diversas formas de agressão nesse meio. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo identificar e sistematizar as leis brasileiras que tratam de crimes virtuais, analisando sua evolução entre os anos de 2005 e 2025. A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de caráter sistemático, conforme orientações de Brizola (2017), com foco na identificação de: (1) leis vigentes relacionadas à temática, (2) datas de promulgação, (3) tipificação das violências digitais (como cyberbullying, sextorsão, fake news, golpes e vazamento de dados), (4) implicações práticas das sanções e (5) possíveis desdobramentos no ambiente escolar. A sistematização das informações permitirá uma visão ampla dos avanços legislativos no Brasil, bem como a identificação de lacunas na jurisprudência que dificultam a responsabilização civil e criminal dos envolvidos nesse tipo de crime. Os resultados esperados incluem o mapeamento da legislação vigente e a indicação de necessidades de aprimoramento normativo, especialmente diante da rapidez com que as tecnologias se desenvolvem. Conclui-se que é essencial que a legislação acompanhe tais avanços, com vistas à prevenção da violência digital e à promoção da saúde mental, sobretudo em contextos vulneráveis como o escolar.

Palavras-chave: Conscientização e prevenção; saúde mental; violência digital; jurisprudência; revisão bibliográfica.

Referência Bibliográfica:

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. **Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura.** *Revista de Educação do Vale do Arinos – RELVA*, Juara, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30681/relva.v3i2.1738>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CRÍTICA AO SISTEMA PENAL SOB A ÓTICA DE BECCARIA

Ana Vitoria Correa Reis¹; Pedro Dias dos Santos².

¹ Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA)

² Professor do curso Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA)

Introdução: O delito é uma ação que fere a sociedade e viola o bem-estar de seus membros, portando é preciso a pena para garantir a ordem social, sendo legítima apenas enquanto necessária para a preservação do civismo. Este estudo critica o sistema penal desumano e irracional, que age de forma severa e sem medir o certo e o grau da pena a ser aplicada. Assim, visa analisar novos conceitos para delito e pena, avaliar novas formas de aplicá-los. **Métodos:** A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, focando na interpretação dos capítulos 1 ao 7 do livro Dos Delitos e das Penas, de Cesare Beccaria. **Resultados:** Entende-se que as penas surgem de um contrato social e garantir liberdade e segurança dos cidadãos. Sendo importante motivos sensíveis para a eficácia do controle, o medo da punição concreta. Essa defende que o direito de punir é legítimo e se baseia na absoluta necessidade, afirmando que toda pena que não tem necessidade é tirânica, tendo como objetivo evitar o crime, não satisfazer vingança. O autor reforça que a justiça penal deve ser feita na razão e na utilidade pública, não em moralismos ou castigos. Há 3 consequências diretas: somente a lei pode estabelecer penas e o juiz deve aplicar, e não criar ou aumentar punições. Qualquer pena que passa a legal é ilegítima; o soberano deve criar leis gerais, mas não julgar casos individuais, para evitar a parcialidade; a pena deve ser necessária, pública e proporcional, toda punição inútil ou excessiva é uma violação do contrato social. Nesse sentido, os juizes não devem interpretar as leis penas, mas só as aplicar. Tendo em vista que a interpretação abre brechas para as arbitrariedades e desigualdade de tratamento, propondo um julgamento como o silogismo lógico. O juiz é como um autômato jurídico. No capítulo V é abordado que as leis devem ser claras, simples e acessíveis ao povo; a ignorância da lei por parte do cidadão gera medo, submissão e aumenta a criminalidade; a obscuridade serve aos poderosos, pois deixa o povo ignorante. Logo, o excesso punitivo é rejeitado. Se duas infrações recebem as mesmas penas, o delinquente não tem motivo para escolher o menor crime e tenderá ao mais grave, se o trouxer mais vantagens. Analisando os critérios equivocados que a tradição serviram para medir penas, o único critério válido é o dano social real causado pela ação. Além disso, defende a laicidade do direito penal. **Conclusão:** Assim, a crítica ao sistema penal defende um modelo racional, proporcional e humanizado.

Palavras-chave: Direito Penal. Delito. Pena.

Referências: CESARE BECCARIA. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2010.

SEGURANÇA VIÁRIA E DIREITO PROCESSUAL PENAL: ODS 3.5 E O COMBATE ÀS DROGAS NO TRÂNSITO

Autor 1;NUNES,Núbia Betânia Barbosa Nunes Autor 1; PARDIM, João Pedro Soares Autor 1; ROSA Huatson Santa Autor 1;SILVA,Sérgio de Oliva Autor 1;RABELO,Maria Oliveira Autor 1; MADUREIRA, Matias Mauricio Silva Autor 2.RABELO, Victor Veloso

¹ Acadêmico do curso de direito da instituição unifipmoc
² Professor do curso de direito da instituição unifipmoc

RESUMO: A Agenda 2030 da ONU definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo que a ODS 3 visa garantir saúde e bem-estar para todos. Dentro dela, a Meta 3.5 foca na prevenção e tratamento do abuso de substâncias psicoativas, incluindo álcool e drogas ilícitas. No Brasil, essa meta se reflete em legislações de trânsito e direito penal que buscam inibir o consumo dessas substâncias e proteger a coletividade. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) classifica como infração gravíssima a condução de veículos sob efeito de álcool ou drogas, conforme o artigo 165, prevendo penalidades como multa e suspensão da CNH. Já o Código Penal prevê crimes relacionados ao consumo de substâncias no trânsito, como homicídio culposo (artigo 121) e lesão corporal culposa (artigo 129), que podem ter penas agravadas quando cometidos sob influência de álcool ou drogas. A Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) também aborda esse tema ao estabelecer medidas para o tratamento de usuários e penalidades para tráfico e posse de drogas. Além de focar no combate ao tráfico, essa lei prevê políticas de reabilitação e redução de danos, alinhando-se à ODS 3.5. Dados da OMS indicam que o consumo de álcool e drogas é uma das principais causas de acidentes fatais no trânsito. No Brasil, estatísticas da Polícia Rodoviária Federal mostram que essas substâncias estão presentes em uma parcela significativa dos acidentes graves. Assim, a ODS 3.5 reforça a necessidade de ações coordenadas para enfrentar esse problema, refletindo-se na legislação penal e de trânsito brasileira. O Direito Processual Penal atua tanto na repressão quanto na prevenção, visando minimizar os impactos sociais do consumo de substâncias. A condução sob efeito de álcool ou drogas não é apenas uma infração ou crime, mas um problema de saúde pública e segurança coletiva. A efetividade das normas depende da fiscalização rigorosa, conscientização da população e acesso a programas de reabilitação, garantindo um equilíbrio entre punição e recuperação.

Palavras-chave: Direito Processual Penal. ODS3. Meta 3.5, Trânsito, ONU

Referências: BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

ONU BRASIL. **O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3**. Nações Unidas Brasil. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 05. Out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

SOBRINHO, Mario Sérgio. **Bebidas drogas e direção: prevenir, fiscalizar, punir e avançar**. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2021-mai-03/mp-debate-bebidas-drogas-direcao-prevenir-fiscalizar-punir-avancar/#:~:text=A%20Lei%209.503%2F1997%20\(C%C3%B3digo,%5B2%5D%20%5B3%5D](https://www.conjur.com.br/2021-mai-03/mp-debate-bebidas-drogas-direcao-prevenir-fiscalizar-punir-avancar/#:~:text=A%20Lei%209.503%2F1997%20(C%C3%B3digo,%5B2%5D%20%5B3%5D). Acesso em: 03. Mais. 2021

MC'DONALDS: GÊNESE DE UMA FRANQUIA SOB O DIREITO BRASILEIRO

Thaina Mesquita Gonçalves, Magno Kael Alves Ramos, Débora Rodrigues Martins, Lauderck Henrique Oliveira Carvalho, Tales Mendes Antunes

Introdução/Justificativa: A padronização nos contratos de franquia é essencial para preservar a identidade da marca (franqueador) e garantir segurança ao investimento do franqueado (ORENGA; FERRERO, 2016). O caso de Ray Kroc, como Master Franqueado do McDonald's, ilustra as consequências do descumprimento contratual, ao selecionar sub-franquias sem diligência, comprometeu a qualidade da marca, gerando direito a multa rescisória e indenizações. Além disso, seu uso não autorizado da marca no ramo imobiliário violou direitos de propriedade intelectual, reforçando a proteção especial a marcas de alto renome (Lei 9.279/1996, art. 125). **Objetivo(s):** Emitir parecer técnico-jurídico com base no ordenamento jurídico brasileiro, estabelecendo paralelos e questões a serem evitadas em um contrato de franquia, tomando como referência o contexto de surgimento da rede de restaurantes McDonald's, a qual foi alvo de diversas polêmicas relacionadas aos perigos de acordos meramente orais e inexistência formal de registro na marca, bem como regulamentação prevista pela Lei de Franquias (Lei nº 13.966/2019), que estabelece obrigações recíprocas e princípios de transparência entre as partes contratantes. **Métodos:** Foram utilizados métodos qualitativos, incluindo observação, revisão bibliográfica e análise documental. Aplicou-se também o raciocínio indutivo-dedutivo e a interpretação hermenêutica, teleológica, sistemática e sociológica. **Resultados:** A análise preliminar indicou o potencial de ganhos de eficiência através de estratégias de redução de custos e externalidades, inspiradas no modelo de Ray Kroc. No entanto, a conduta de Kroc é questionada à luz dos princípios da boa-fé e eticidade contratuais, que vedam o enriquecimento ilícito, protegendo os interesses dos irmãos McDonald's. Adicionalmente, a rigidez dos irmãos McDonald's na renegociação da franquia é apontada como um fator que poderia influenciar o resultado de uma disputa judicial, possivelmente favorecendo um acolhimento parcial de demandas sob uma perspectiva de análise econômica do direito. **Considerações Finais/Conclusões:** Em consideração analógica ao Direito Pátrio, a atuação de Ray Kroc, como Master Franqueado na seleção de novos franqueados resultou em quebra contratual devido à oferta de produtos e serviços em desacordo com os padrões de qualidade da marca, levando ao rompimento do negócio por algumas sub-franquias. Passível de infração contratual e exigibilidade de multa rescisória e de indenização por danos materiais e/ou morais decorrentes.

Palavras-chave: McDonald's, Contrato de Franquia, Boa-fé contratual.

Referências:

ORENGA, Danilo; FERRERO, Maria Fernanda. **Entendimento de que todo contrato de franquia é de adesão é perigoso**. 27 nov 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-nov-27/entendimento-todo-contrato-franquia-adesao-perigoso>>. Acesso em 11 maio de 2025.

BRASIL. Lei nº 13.966/2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13966.htm>. Acesso em 11 de maio de 2025.

BRASIL. Lei nº 9.279/1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em 11 de maio de 2025.

O PAPEL DO STF NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E ODS 3.

COSTA, Caio Cardoso; SILVA, Alexandre Marques Almeida; MOREIRA, João Pedro Santos; BARBIERI, Kauan Veloso da Cruz; SANTOS, Thiago Alves. VIEIRA, Taise Daiana Lessa.

Introdução: O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 3 busca assegurar vida saudável e bem-estar para todos, promovendo o acesso universal e equitativo à saúde. No entanto, pacientes com doenças raras enfrentam dificuldades no acesso a medicamentos de alto custo não incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS), recorrendo à via judicial como alternativa. Tal prática suscita debates sobre sua eficácia, justiça social e sustentabilidade econômica. **Metodologia:** A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com base em análise bibliográfica e documental. O estudo investigou se a judicialização constitui o meio mais equilibrado para conciliar os direitos individuais à saúde com as limitações orçamentárias do Estado. **Resultados:** Os achados evidenciam que o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do Recurso Extraordinário nº 566.471 (Tema 6), definiu critérios para a concessão judicial de medicamentos não disponíveis no SUS. Para que haja deferimento, é necessário comprovar a negativa administrativa, inexistência de alternativa terapêutica, eficácia comprovada por evidência científica, imprescindibilidade clínica e incapacidade financeira do paciente. Determina-se, ainda, que o Judiciário consulte órgãos técnicos, como a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec). Na prática, os critérios tornaram mais restrito o acesso judicial a esses medicamentos. **Conclusão:** Embora a decisão do Supremo Tribunal Federal represente um marco importante ao estabelecer critérios objetivos para a concessão judicial de medicamentos não incorporados ao SUS, ela também gerou entraves significativos ao acesso, especialmente para pacientes com doenças raras e oncológicas. Os requisitos definidos — como a necessidade de comprovação da eficácia científica, da imprescindibilidade do tratamento e da negativa administrativa — têm funcionado, na prática, como barreiras adicionais para populações vulneráveis. Assim, apesar da tentativa de equilibrar o direito à saúde com a responsabilidade fiscal do Estado, a decisão acabou por restringir o acesso a tratamentos essenciais, contrariando, em certa medida, os princípios do ODS 3, que visa garantir saúde e bem-estar para todos.

Palavras-chave: ODS 3. Acesso à justiça. Judicialização. Medicamentos de alto custo.

Referências:

ESTRATÉGIA CONCURSOS. *Tema 6: STF e o fornecimento de medicamentos*. Disponível em: <https://cj.estrategia.com/portal/tema-6-stf-fornecimento-medicamentos/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

AS ODS 3 E A SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

BRANDÃO, Harrisson Leal. Acadêmico do curso de Direito Unifipmoc;
ROCHA, Rayssa Lorraine. Acadêmico do curso de Direito Unifipmoc;
FREITAS, Thaís Gonçalves. Acadêmico do curso de Direito Unifipmoc;
TAISE D. L. Lessa Vieira. Professora orientadora curso de Direito Unifipmoc.

Introdução: Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus países-membros lançaram a Agenda 2030, com isso foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16), que são metas voltadas à promoção da qualidade de vida da população. Entre esses objetivos, destaca-se o ODS 3, que busca garantir uma vida saudável e a promoção do bem-estar para todas as pessoas. **Objetivo:** Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar em que medida a Lei Brasileira da Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência pode servir como um instrumento para promover os ODS 3. **Material e Métodos:** Para tal, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, cujas fontes baseiam-se em dados bibliográficos e documentais. **Resultados e Discussão:** Verificou-se que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é fundamental na promoção e garantia dos direitos à saúde e ao bem-estar das pessoas com deficiência. No entanto, também se observou que ainda há um longo caminho a ser percorrido, e que a efetivação desses direitos é um desafio contínuo, exigindo um esforço conjunto de diversos setores da sociedade. De acordo com Clemente et al. (2022), existem diversos dificultadores do acesso à saúde pelas pessoas com deficiência, sendo as principais falta de treinamento/capacitação aos profissionais; falha do sistema de saúde; falta de recursos/tecnologia; barreiras físicas e de idiomas. Dessa forma, verifica-se que ainda é necessário que a LBI seja garantida, pois o art. 18, determina que a atenção integral à saúde é um direito das pessoas com deficiência em todos os níveis de complexidade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e que o acesso universal deve ser garantido. Além disso, enfatiza-se a necessidade de que os indivíduos com deficiência tenham um papel ativo no desenvolvimento de políticas públicas que os defendam, visto que houve uma mudança na concepção sobre a pessoa com deficiência, que passou a ser reconhecida como sujeito de direitos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe grandes avanços para essa parcela da população, que por muito tempo foi negligenciada, demonstrando que é necessário promover a inclusão dessas pessoas em todos os âmbitos sociais. Resta à sociedade o grande desafio de efetivar os avanços assegurados pela legislação, na busca pela promoção do bem-estar e do direito à saúde dessas pessoas. Garantir direitos e acesso às políticas públicas a pessoas com deficiência, significa adesão ao Objetivo de Desenvolvimento Social nº3. **Considerações finais:** Conclui-se, portanto, que embora a Lei Brasileira de Inclusão tenha contribuído significativamente para a promoção do ODS 16, em especial, do ODS 3, ao estabelecer diretrizes que visam impactar positivamente toda a sociedade, é notório que ainda falta um longo caminho a ser percorrido na garantia de acesso à saúde por parte das pessoas com deficiência. Portanto, é preciso buscar a efetividade das leis que garantem direitos dessas pessoas e fortalecer a participação ativa da sociedade, principalmente das pessoas com deficiência, busca contínua por equidade e qualidade de vida.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável. Saúde. Pessoa com Deficiência.

REFERÊNCIAS

ROCHA, L. R. M. da; OLIVEIRA, J. P. de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 17, p. 1–16, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19961.048. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19961>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CLEMENTE, Karina Aparecida Padilha; SILVA, Simone Vieira da; VIEIRA, Gislene Inoue; BORTOLI, Maritsa Carla de; TOMA, Tereza Setsuko; RAMOS, Vinícius Delgado; BRITO, Christina May Moran de. Barreiras ao acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde: uma revisão de escopo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, Brasil, v. 56, p. 64, 2022. DOI: 10.11606/s1518-8787.2022056003893. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/200855>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Estratégias ODS. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods16/>. Acesso em: 25 março de 2025.

ODS 3 E O DIREITO À SAÚDE NO BRASIL: DIREITO À SAÚDE E BEM-ESTAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

JUNIOR, Iure Fernandes de Melo ¹; BOTELHO, Diogo Botelho Suzart ¹; SILVA, Mateus Filipe Nunes ¹; PENA, Ives Valentim Alves ¹; SILVA, Rubson Ferreira ¹; LESSA, Taise Daiana Lopes ².

¹ Acadêmico do curso de direito da instituição FIPMOC

² Professor do curso de direito da instituição FIPMOC

Introdução: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como objetivo garantir uma vida saudável e promover o bem-estar, em todas as idades. Dentre os grupos prioritários, destaca-se a necessidade de assegurar o direito à saúde das pessoas com deficiência, que enfrentam barreiras no acesso aos serviços de saúde. A ODS 3 envolve reduzir a mortalidade materna e neonatal, combater doenças transmissíveis como HIV, malária e tuberculose, garantir acesso universal a serviços de saúde de qualidade e promover a saúde mental. Visa também reduzir mortes por acidentes de trânsito, combater o uso prejudicial de substâncias, fortalecer a resposta a emergências de saúde pública e ampliar a cobertura de saúde para todos. A ODS 3 busca criar um mundo mais saudável e acessível, com foco na prevenção e no cuidado integral à saúde. **Objetivo e pergunta:** O presente trabalho tem como questão orientadora a seguinte pergunta: Como garantir que todas as pessoas tenham acesso a cuidados de saúde e de qualidade? Como objetivo, promover a saúde e o bem-estar para todos, com acesso igualitário aos cuidados médicos e prevenção de doenças. **Metodologia:** Para tanto utilizou-se do procedimento técnico de coleta de dados bibliográfico e documental, mediante pesquisa exploratória e qualitativa. **Resultados:** A ODS 3 tem como objetivo a promoção da saúde e do bem-estar, por meio da redução da mortalidade materna e infantil, do combate às doenças transmissíveis, da promoção da saúde mental e da garantia de acesso universal a serviços de saúde de qualidade. Doravante, visa à redução de acidentes e lesões e à garantia de respostas eficazes a emergências de saúde pública. No contexto das pessoas com deficiência, a promoção da saúde passa pelo enfrentamento das desigualdades no acesso a serviços, exigindo adaptações e políticas inclusivas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência assegura, em seu art 18, o direito à saúde em igualdade de condições com as demais pessoas, incluindo o acesso universal e igualitário aos serviços do SUS, com atendimento humanizado e especializado. **Conclusão:** O cumprimento da ODS 3 exige a implementação de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo a cuidados de saúde adequados e a prevenção de doenças, em conformidade com os direitos fundamentais à saúde e à dignidade humana. Para tanto, é necessário um compromisso global que articule esforços legais, sociais e econômicos, visando a construção de um ambiente saudável e justo para todos.

Palavras-chave: Saúde, Inclusão, ODS 3

Referências: ONU – **Organização das Nações Unidas**. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

DIREITO À VIDA E INCLUSÃO: A DIGNIDADE DAS PESSOAS COM TEA.

MOTA, Ariane Marques Medeiros¹; SILVA, Camilly Vitoria da Silveira¹; FERREIRA, Marcos Eduardo Rodrigues¹; SILVA, Maria Fernanda Gomes¹; SANTOS, Vitoria Vasconcelos¹; VIEIRA, Taise Daiana Lessa Lopes².

¹ Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMocAFYA.

² Professor do curso de Direito da UNIFIPMoc AFYA.

Introdução: O direito à vida deve ser reconhecido como um aspecto integral, conforme previsto pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 e pelos tratados internacionais de direitos humanos que protegem e asseguram vidas com dignidade desde o nascimento. Para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), esse direito é ainda mais especificado como a obrigação de fornecer condições adequadas para promover o desenvolvimento físico, mental e social. Defender o bem-estar, significa implementar políticas públicas e práticas inclusivas que garantam acesso à saúde, à educação, ao lazer e ao bem-estar, levando em conta as especificidades de cada indivíduo com TEA. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a relevância do direito a uma vida saudável, o bem-estar e a garantia da dignidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e conforme os princípios das Nações Unidas (ONU). A intenção é sensibilizar sobre políticas públicas e práticas inclusivas que forneçam condições suficientes para o desenvolvimento físico e mental dessas pessoas, bem como sua integração social coletiva, seu bem-estar e sua dignidade. **Metodologia:** Foram utilizadas a legislação e pesquisas focadas no tratamento de pessoas com autismo (fontes primárias), além de artigos acadêmicos e estudos de caso (fontes secundárias), para entender as políticas públicas e práticas inclusivas voltadas a essa população específica. Esta pesquisa busca identificar soluções que assegurem, de fato, os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Resultado:** O projeto de extensão demonstrou a importância da informação e do apoio legal para garantir os direitos das pessoas com TEA. Esta iniciativa ajuda a aumentar a conscientização social, fortalecer a inclusão social e capacitar famílias a acessar seus direitos básicos. Também demonstra que a conscientização sobre questões sociais e o combate à discriminação são proeminentes para construir uma sociedade mais acessível, justa e inclusiva. **Conclusão:** Ao buscar um mundo mais inclusivo, é importante lembrar que se trata de um trabalho em andamento, que requer vigilância nas atitudes e nos ambientes frequentados, além de uma disposição coletiva para celebrar a abundância da humanidade. Só assim será possível garantir uma vida plena, saudável e digna para todas as pessoas com TEA, respeitando suas especificidades e necessidades.

Palavras-chave: ODS 3. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista.

Referências: VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento.** Porto Alegre: Artmed Editora.

BRASIL, Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República**, Casa Civil. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 17 mar.2025.

CAMINHA, Vera Lúcia Prudência dos S.; HUGUENIN, Julliane Yoneda A.; ALVES, Priscila P. **Autismo: vivências e caminhos.** São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788580391329. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580391329/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Modalidade de Iniciação Científica: SIMFIP e SIMPEX – UNIFIPMoc/Afya.
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

COMPATIBILIDADE ENTRE A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ACUSADO

Gustavo Aguiar e Silva¹; Leonardo Reis e Silva¹; Rafael Sânzio Amaral Queiroz¹; Kimbrendon Cordeiro Braga¹; Gustavo Lima Pacheco¹; Vânia Ereni Lima².

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

² Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

A execução provisória da pena tem ganhado destaque no cenário jurídico brasileiro, sobretudo em razão de sua interlocução com o princípio da presunção de inocência, previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Tal dispositivo estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, configurando-se como um pilar do Estado Democrático de Direito. A controvérsia reside na possibilidade de cumprimento da pena antes da decisão condenatória definitiva, gerando relevantes implicações jurídicas e constitucionais. Nas últimas décadas, o Supremo Tribunal Federal (STF) protagonizou mudanças interpretativas sobre o tema, intensificando os debates acadêmicos e institucionais. Em meio à judicialização das políticas penais e à pressão social por respostas céleres à criminalidade, impõe-se refletir sobre os limites da atuação judicial diante das garantias fundamentais da CRFB/88. O objetivo geral do presente estudo é analisar e compreender a execução provisória da pena no contexto da presunção de inocência e do processo constitucional democrático. Os objetivos específicos incluem: examinar o contexto histórico da CRFB/88, a superação do autoritarismo e o neoconstitucionalismo; compreender a presunção de inocência como cláusula pétrea e princípio estruturante; e analisar criticamente a jurisprudência do STF sobre o tema. A metodologia adotada baseou-se no método bibliográfico, com análise crítica de artigos científicos, textos legais e decisões judiciais, especialmente o HC nº 84.078 e o HC nº 126.292. Utilizou-se também o método dedutivo, partindo-se de premissas gerais sobre o constitucionalismo e os direitos fundamentais para investigar sua aplicação prática na jurisprudência do STF. A análise revelou que a execução provisória da pena representa uma inflexão no modelo garantista da CRFB/88. Embora se alegue que os recursos extraordinário e especial não têm efeito suspensivo, essa interpretação desconsidera o artigo 283 do Código de Processo Penal e tratados internacionais como o Pacto de San José da Costa Rica. Concluiu-se que a execução antecipada viola o princípio da presunção de inocência, o devido processo legal e os fundamentos do Estado Democrático de Direito, sendo incompatível com a CRFB/88.

Palavras-chave: Presunção de Inocência. Garantias Fundamentais. Execução Provisória da Pena.

Referências:

- COSTA, Fabricio, PINTO, Alisson. A(in) compatibilidade da execução provisória da pena com a garantia da presunção de inocência na perspectiva do processo constitucional brasileiro. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 38, 2022, p. 45-85. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1028>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- AMARAL JUNIOR, J.L.M.; BANHOS, P.P.A. Modificações na composição do Supremo Tribunal Federal como fator de viragens jurisprudenciais: o caso da execução. **NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51212>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- CALEFFI, Paulo Saint Pastous. Presunção de inocência e execução provisória da pena no Brasil: análise crítica e impactos da oscilação jurisprudencial. 2017. **Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7303>. Acesso em: 19 mai. 2025.

APLICABILIDADE DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO NO ÂMBITO DA LEI MARIA DA PENHA

Keyla Jeane de Paiva Silva 1; Geane Cássia Alves Sena 2.

1 Acadêmico do curso de Direito da UnifipMoc

2 Professora do curso de Direito da UnifipMoc

Introdução/Justificativa: A lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) define a violência doméstica contra a mulher como crime, tem como objetivo prevenir e punir a agressão e assegurar os direitos das mulheres. É uma legislação, federal, que visa combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, proporcionando um sistema de proteção mais eficaz para vítimas deste tipo de agressão. Sua criação destaca-se como um marco na história dos direitos das mulheres no Brasil.

Objetivo: Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a aplicabilidade da suspensão condicional do processo na Lei Maria da Penha, explorando as implicações dessa medida no contexto da violência doméstica. **Métodos:** Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental de caráter qualitativo com uso do método dedutivo.

Resultados: Com base nos resultados obtidos, observa-se que a suspensão condicional do processo não é admitida na Lei Maria da Penha, contudo atualmente aplica-se este instituto desde que preenchidos certos requisitos, os quais estão descritos no art. 77 do Código Penal, sendo eles: I) que não seja reincidente em crime doloso; II) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; III) que não seja cabível ou indicada a substituição prevista no art. 44 deste código. Nesse sentido, apesar do posicionamento dominante, quanto à não aplicação da suspensão condicional do processo, alguns doutrinadores defendem a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo em situações excepcionais, desde que não haja prejuízo às medidas protetivas de urgência. **Considerações Finais/Conclusões:** Diante disso, conclui-se que a aplicação da suspensão condicional do processo no âmbito da Lei Maria da Penha não é, e nem deve ser, a regra. Trata-se de uma exceção, justificável apenas diante de situações muito específicas, e que deve ser avaliada de maneira fundamentada e criteriosa.

Palavras-chave: Jurisprudência. Lei Maria da Penha. Suspensão Condicional do Processo. Violência Doméstica.

Referências:

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 16 mar. 2025.

NUCCI, Guilherme de. **Código Penal Comentado.** 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

O DIREITO AO SILÊNCIO: LIMITES, DIMENSÕES E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PENAIS

Emylly Thatyelly Silva Santos; Maria Elizabeth Gomes Martins; Maria Luisa Sales Ribeiro; Mariana Gomes Reis; Vânia de Cássia Gonçalves Nunes; Vânia Ereni Lima
Acadêmicas do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes
Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes

Introdução: O direito ao silêncio representa uma salvaguarda essencial para o réu, permitindo-lhe a escolha de não responder a perguntas que possam implicá-lo em crimes, sem que isso acarrete penalidades diretas. Essa prerrogativa é crucial para garantir que o acusado não seja forçado a se incriminar, estabelecendo um equilíbrio na busca pela justiça. O direito ao silêncio é uma das garantias constitucionais mais relevantes no âmbito do processo penal. Ele mantém uma conexão direta com outros direitos fundamentais, como a presunção de inocência e o amplo direito de defesa, todos os quais são componentes essenciais do devido processo legal. **Objetivos:** Este estudo tem como objetivo especificar as dimensões do direito ao silêncio, identificar seus limites e analisar suas implicações em relação aos direitos e garantias constitucionais, especialmente no que se refere ao princípio da não autoincriminação. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e análise da legislação brasileira, com destaque para o Código de Processo Penal e a Constituição Federal. Também foram considerados princípios jurídicos consolidados e interpretações doutrinárias a respeito do tema. **Resultados:** Identificou-se a capacidade do direito ao silêncio para além do interrogatório, e isto alcança várias manifestações como a ausência em investigações ou recusar bens, tipo o celular, para análise. Mas, há limites nesse direito. Não vale na identificação do acusado, pois este deve se identificar. Tampouco impossibilita exames, se a lei formaliza e não peça uma ação do investigado ou vá contra sua saúde física e mental. Ademais, testemunhas usam o silêncio, segundo o "nemo tenetur se detegere". O art. 198 do CPP lembra que silenciar não é confessar, ainda que o juiz possa analisar na decisão. É proibido forçar uma confissão com métodos irregulares, como hipnose ou drogas, por respeito à pessoa humana. **Conclusões:** Podemos concluir que o direito ao silêncio no processo penal é fundamental e uma garantia muito importante. Ele ajuda a manter um equilíbrio entre o Estado e o acusado. Exercê-lo fortalece a natureza acusatória do processo, protegendo as pessoas contra abusos de poder e violações à dignidade humana. Mesmo com algumas limitações estabelecidas por lei, essas restrições não diminuem a importância do direito ao silêncio como uma ferramenta essencial para preservar a liberdade e a justiça.

Palavras-chave: Direito ao Silêncio. Não Autoincriminação. Garantias Constitucionais

Referências: COELHO, Cyro Wojcikiewicz de Almeida; SOARES, Irineu Carvalho de Oliveira; FACURI, Antonio Carlos Gomes; GORRILHAS, Luciano Moreira. Os limites e as consequências do direito de silêncio. Revista do Ministério Público Militar, [S. l.], v. 50, n. 39, p. 285–308, 2023. Disponível em: <https://revista.mpm.mp.br/rmpm/article/view/195>. Acesso em: 20 maio 2025.

MENDES, Emerson Castelo Branco; ROCHA, Jorge Bheron. As dimensões do direito ao silêncio. Revista Brasileira de Direito Processual, Belo Horizonte, ano 28, n. 112, p. 139–171, out./dez. 2020. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn:urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2020;1001194260>. Acesso em: 20 maio 2025.

PEREZ FILHO, Augusto Martinez; RIUL NAVES, Raul; MARTINEZ PEREZ, Augusto. Reflexões sobre o alcance do direito ao silêncio e não autoincriminação. Revista Brasileira Multidisciplinar, v. 26, n. 1, p. 44-61, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2023.v26i1.1393>. Disponível em: <https://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/1393>. Acesso em: 20 maio 2025.

REFORMA TRIBUTÁRIA: A FRAGILIZAÇÃO DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DOS IDOSOS INATIVOS

XAVIER, Isabela Ramos ¹; **FREITAS, Samira Emanuelle Xavier**²; **OLIVEIRA, Helen Cristiany Pimenta**³;
¹ Acadêmica do curso de Direito e membra da LET da UnifipMoc; ² Acadêmica do curso de Direito e membra da LET da UnifipMoc; ³ Professora de Direito Tributário e Coordenadora da LET da UnifipMoc

A proposta de reforma do Imposto de Renda (IR), com envio previsto ao Congresso Nacional em 2025 e vigência a partir de janeiro de 2026, propõe limitar a isenção total do imposto concedida a pessoas com doenças graves. Pelo novo modelo, contribuintes com rendimentos mensais superiores a R\$ 20 mil perderiam direito à isenção integral, mesmo que acometidos por doenças previstas na legislação atual. Essa mudança levanta preocupações quanto aos impactos socioeconômicos e jurídicos da medida, especialmente sobre idosos e pessoas com alto custo médico. Atualmente, a isenção do IR para portadores de doenças graves está garantida pela Lei nº 7.713/1988, que reconhece a necessidade de aliviar a carga tributária de quem enfrenta tratamentos médicos contínuos e dispendiosos. Já o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) assegura direitos fundamentais à população com 60 anos ou mais, incluindo acesso à saúde e proteção social. A limitação da isenção pode representar um retrocesso em tais garantias. Do ponto de vista da reforma tributária, o objetivo é ampliar a base de arrecadação e tornar o sistema mais equitativo. No entanto, segundo autores como Paulo de Barros Carvalho (2020) e Ricardo Lobo Torres (2014), reformas fiscais devem respeitar os direitos fundamentais e os limites impostos pela Constituição. A retirada ou limitação de isenções deve ser precedida de estudos de impacto social, especialmente quando afeta diretamente pessoas em vulnerabilidade. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é investigar os possíveis efeitos da reforma na vida dos beneficiários da isenção fiscal, com foco na população idosa inativa e em pessoas com enfermidades graves. Busca-se avaliar se a proposta está em conformidade com os princípios constitucionais, em especial o da dignidade da pessoa humana, da equidade tributária e da proteção aos direitos adquiridos. A retirada da isenção integral pode reduzir a qualidade de vida e o acesso a tratamentos essenciais. Metodologicamente, o trabalho utilizará a análise qualitativa, com base em análise documental e bibliográfica. Espera-se, como resultado, demonstrar que a proposta de reforma, da forma como está sendo apresentada, pode violar direitos fundamentais garantidos pela legislação brasileira, além de representar um desequilíbrio na justiça fiscal. Ademais fornecerá subsídios para a revisão da proposta, de forma a preservar os direitos das pessoas com doenças graves e garantir que a reforma tributária não resulte em retrocessos sociais.

Palavras-chave: Reforma Tributária; Isenção Fiscal; Doenças Graves.

Referências

- CARVALHO**, Paulo de Barros. 3. ed. Direito tributário – linguagem e método. São Paulo: Noeses, 2020.
MELLO, Elizabete Rosa de Direito fundamental a uma tributação justa / Elizabete Rosa de Mello. -- São Paulo: Atlas, 2013.
TORRES, Ricardo Lobo. Os direitos humanos e a tributação – imunidades e isonomia. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

Trabalho elaborado no âmbito do projeto de Extensão do Curso de Direito da UnifiMoc: LET (Liga Acadêmica de Estudos Tributários)
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

CUSTOS PROCESSUAIS E INVIABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

Amanda Teixeira ¹; Maria Cláudia².

¹ Acadêmica do curso Direito da Unimontes

² Acadêmica do curso Direito da Unimontes

Introdução: A reserva de jurisdição, prevista no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, busca assegurar a devida apreciação do Poder Judiciário de qualquer lesão ou ameaça a direito sofrida pelo cidadão. Sob esse prisma, a análise da implementação material dessa garantia encontra diversos obstáculos que, por sua vez, corroboram com a inacessibilidade à justiça pelas parcelas mais vulneráveis da sociedade conforme os altos custos atribuídos aos procedimentos judiciais e sua efetiva utilização. **Objetivos:** A presente pesquisa tem como objetivo elucidar a inexequibilidade do acesso à justiça, ressaltando, primordialmente, os impasses enfrentados pelos segmentos mais fragilizados da sociedade, no que concerne aos elevados dispêndios, bem como, a morosidade do sistema judiciário. **Métodos:** A metodologia adotada tem como base o método de revisão bibliográfica, tanto sobre ótica histórica quanto normativa, de caráter dedutivo, descritivo e qualitativo, com uma análise geral da inviabilidade do acesso à justiça dado os elevados custos processuais no Brasil. **Resultados:** À vista disso, é imprescindível salientar que os entraves ao acesso à justiça no Brasil são vivenciados, sobretudo, por uma parcela social da população que, em virtude das desigualdades sociais persistentes, encontram-se em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, afetadas diretamente pela inércia do poder público frente à problemática e a violação de seus direitos básicos, nesse caso, por não terem condições de arcar com a proteção e o amparo advindos dos procedimentos judiciais que regulam as relações privadas. Portanto, essa invisibilização jurídica reflete a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que promovam a democratização do acesso à justiça por meio da ampliação da Defensoria Pública, da simplificação dos trâmites processuais e da redução dos custos judiciais para as classes economicamente menos favorecidas. **Considerações Finais:** Em suma, constata-se que os valores atribuídos aos procedimentos judiciais na esfera privada fazem com que o acesso à justiça seja um privilégio, pelo qual poucos podem usufruir na garantia e na defesa dos seus direitos - que venham a ser lesados ou ameaçados - mediante as relações interpessoais.

Palavras-chave: Acesso à justiça privada. Custos Processuais. Desigualdade.

Referências:

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2025.
- SILVA, Maria Fernanda Plácido; GARCIA, Daniela Botelho. **O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À JUSTIÇA: OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PELOS HIPOSSUFICIENTES NO ÂMBITO DA DEFENSORIA PÚBLICA**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 1303–1325, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11234. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11234>. Acesso em: 20 maio 2025.
- SILVA, Paulo Eduardo Alves da et al. **Acesso à justiça e desigualdades: grupos vulneráveis e Estado Democrático de Direito**. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1072>. Acesso em: 20 maio 2025.

ACESSO A MEDICAMENTOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL: INTEGRANDO SAÚDE E JUSTIÇA PARA O BEM-ESTAR DA COMUNIDADE

¹TOLENTINO, Brenner Gonçalves

¹MAGALHAES, Danilo Pereira

¹DA SILVA, João Vitor Barbosa Freitas

¹CAIRES, Júlia Pompermayer Teodoro Marinho

¹COSTA, Maria Luiza Lopes

¹MACENA, Mel Freire

¹DA SILVA, Náira Cardoso Tolentino

¹MOTA, Romeu Colares

²DOS SANTOS, Daniel Ferreira

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

² Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

O direito à saúde é um princípio fundamental garantido pela Constituição Federal, e o acesso a medicamentos essenciais é uma parte crucial desse direito. No entanto, muitas pessoas enfrentam dificuldades para obter os remédios necessários, seja por indisponibilidade no Sistema Único de Saúde (SUS) ou por questões burocráticas. Diante disso, o projeto de extensão busca informar a população sobre os meios jurídicos disponíveis para garantir esse acesso. O projeto tem como principal objetivo orientar a comunidade sobre os direitos relacionados ao acesso a medicamentos, esclarecendo os caminhos administrativos e jurídicos para obtenção de tratamentos necessários. Além disso, pretende estimular o debate sobre a judicialização da saúde e promover alternativas para garantir a efetividade desse direito no sistema judiciário. A metodologia foi desenvolvida a partir de uma pesquisa-ação que consistiu em estudos bibliográficos com base nas políticas de acesso a medicamentos e ações preventivas do SUS que incluem educação em saúde que possibilitou a produção de materiais informativos e palestras que em seguida utilizados como extensão do conhecimento acadêmico para comunidade. As atividades do projeto incluem palestras, oficinas e produção de materiais informativos sobre a legislação e os procedimentos para solicitação de medicamentos pelo SUS. Também são abordados temas como políticas públicas de saúde, a atuação do Judiciário na garantia desse direito e os impactos econômicos da judicialização. O projeto conta com a participação de estudantes e profissionais do direito, que auxiliam na orientação da população. A iniciativa contribui para ampliar o conhecimento da população sobre seus direitos e reduzir a necessidade de ações judiciais desnecessárias. Além disso, fortalece o debate sobre políticas públicas que possam garantir um acesso mais eficiente e equitativo aos medicamentos, promovendo uma abordagem preventiva e informativa para a questão da saúde pública.

Palavras-chave: Direito à saúde; comunidade; medicamentos.

Referências:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Art. 196 e seguintes.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 24 mar. 2025. **saúde e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Judicialização da saúde no Brasil.** Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PROCESSO PENAL, FALHAS E CRIMINOLOGIA

SANTOS, Alana Júlia Antunes¹; GUILHERME Roedel Fernandez Filho

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição Universidade Estadual de Montes Claros² Professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução/Justificativa: O código de processo penal têm diversas falhas, a criminologia, como ciência empírica e interdisciplinar, exerce papel fundamental na compreensão crítica do sistema penal, especialmente no contexto do CPP brasileiro. Embora o CPP de 1941 tenha raízes autoritárias e influências do positivismo penal, a evolução da dogmática e da crítica criminológica tem tensionado sua interpretação e aplicação. Aury Lopes Jr. sustenta que a criminologia crítica permite desnudar os mecanismos de seletividade penal e os discursos legitimadores da repressão estatal, revelando que o processo penal frequentemente funciona como instrumento de controle social direcionado às classes marginalizadas. Para ele, “o processo penal não pode ser visto como mero rito formal, mas como arena política e espaço de lutas por garantias”. Ada Pellegrini Grinover, por sua vez, destaca que o processo penal deve assumir uma feição garantista, fundada no respeito aos direitos fundamentais e na contenção do poder punitivo do Estado. Em sua obra, defende a necessidade de uma reinterpretação do CPP à luz da Constituição Federal de 1988, promovendo uma hermenêutica que valorize os princípios do contraditório, da ampla defesa e da presunção de inocência. Assim, a criminologia crítica, aliada ao constitucionalismo contemporâneo, impõe uma releitura do processo penal que rompa com práticas inquisitivas e autoritárias ainda presentes na legislação e na cultura jurídica brasileira. **Métodos:** foi utilizado bibliografias, pesquisas em sites e jurisprudências neste **Resultados:** Como resultado, observa-se maior controle judicial sobre abusos em investigações, fortalecimento das audiências de custódia, crescente jurisprudência que reconhece nulidades por violações de direitos fundamentais e a ampliação do uso de medidas cautelares diversas da prisão. A criminologia crítica, assim, contribui para a humanização do processo penal, pressionando instituições a superarem práticas punitivistas e seletivas, e reforçando o compromisso com a dignidade da pessoa humana. **Conclusão/ Considerações Finais:** Portanto, a integração entre criminologia crítica e processo penal é essencial para que o CPP não se limite à persecução penal formal, mas se constitua como verdadeiro instrumento de justiça, comprometido com a dignidade da pessoa humana e a limitação do poder estatal.

Palavras-chave: Processo penal, criminologia, Constituição Federal, Crítica ao código de processo penal.

Referências: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

GRINOVER, Ada Pellegrini. As reformas do Código de Processo Penal. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Criminologia radical. 8. Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

MEDIDAS CAUTELARES: EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

OLIVEIRA, Fábيا Equiteria Santos da Costa; **PEREIRA, Jamili Gabriele Conceição** ¹; **CAETANO, Maria do Rosário** ¹; **SILVA, Mirian Talitta Amaral da** ¹; **NUNES, Vanyz Gomes** ¹; **NUNES, Wannessa Aquino Reis** ².
¹ Acadêmicas do curso de Direito da instituição Unifipmoc Afya
² Professora do curso de Direito da instituição Unifipmoc Afya

O instrumento processual intitulado de Audiência de Custódia tornou obrigatório que o preso em flagrante seja apresentado a autoridade judicial, dentro de 24 horas, para verificar a legalidade da prisão, possibilidade de aplicar medidas cautelares, ou estabelecer a conversão em preventiva. Um estudo realizado na cidade de Salvador- BA, constatou uma aplicação excessiva de medidas cautelares e prisão preventiva na criminalização de jovens negros e pobres. Percebeu-se a existência de um controle da circulação pautado nas questões da raça e ausência de recursos financeiros, características que foram observadas em pessoas sem moradias e desabrigadas. Este fato permite questionar como o judiciário impõe que um indivíduo em situação de rua compareça assiduamente em juízo ou realize pagamento de fiança, quando não dispõe de condições financeiras para cobrir gastos com transporte, e não pode oferecer qualquer garantia econômica. Outro ponto está em como a justiça pode determinar uma prisão domiciliar para pessoas sem qualquer moradia fixa. Este cenário permite refletir que a solução legal encontrada, para este público, está justamente na decretação da prisão preventiva ante a incapacidade das medidas cautelares que sejam, de fato, eficazes. O objetivo deste resumo é compreender se, nos casos de prisão em flagrante de pessoas em situação de rua, os direitos fundamentais são devidamente respeitados, bem como analisar qual tem sido o papel do Judiciário na promoção de um tratamento mais justo, digno e sensível à realidade dessa população vulnerável. Neste trabalho foi utilizado o método da revisão bibliográfica, com pesquisa de artigos e legislações pertinentes. Estudos realizados demonstram que o uso excessivo de medidas cautelares e prisões preventivas, afeta diretamente jovens negros pobres em situação de rua. Percebe-se que o fator racial, social e econômico são determinantes para definição do futuro dos presos após realização das audiências de custódia. Conclui-se que os direitos fundamentais da população em situação rua não são devidamente respeitados. Este fato demonstra que o Judiciário precisa implementar uma atuação mais justa e sensível à realidade daquele público, pois certas medidas cautelares não evitam o prejuízo irreparável que o julgamento pode acarretar.

Palavras-chave: Audiência de Custódia. Prisão em Flagrante. Indivíduo em situação de rua.

SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES FRENTE A APLICAÇÃO DO ODS 3 E CRFB/88

Ana Cecília Lopes Ferreira¹; Giovanna Hannah Pereira Cavalcanti¹; Henrique Gabriell Silva Dias ¹; João Gabriel Souto de Oliveira ¹; Natan Gabriel Coutinho Barbosa ¹; Lara Maia Silva Gabrich².

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

O ODS 3 visa garantir saúde e bem-estar para todos. Adolescentes, em fase de desenvolvimento cognitivo e expostos intensamente às redes sociais, enfrentam uma epidemia de transtornos mentais, com impactos na vida escolar e risco de agravamento futuro. Diante disso, a equipe criou um projeto de visitas às escolas para conscientizar sobre a saúde mental e o papel do Estado no amparo à sociedade. O objetivo é evidenciar os resultados do projeto de extensão, que buscou promover a conscientização sobre a importância da saúde mental entre os adolescentes, incentivando o diálogo, a empatia e o acolhimento no ambiente escolar. A iniciativa também integra aspectos do Direito, especialmente no que se refere à judicialização da saúde e aos direitos constitucionais à saúde e ao bem-estar, reforçando a responsabilidade do Estado e da sociedade na garantia do desenvolvimento saudável dos jovens. A metodologia envolveu três etapas principais: palestra educativa com profissional da área, abordando conceitos de saúde mental, sinais de alerta e impactos das redes sociais e da pressão escolar; roda de conversa, promovendo escuta ativa e troca de experiências entre os alunos; e distribuição de materiais de apoio, como cartilhas e indicações de conteúdos digitais voltados ao bem-estar emocional. A fim de alcançar o objetivo proposto, o grupo realizou uma ação com palestra educativa na E.E. Maria da Conceição Rodrigues Avelar, ministrada por um psicólogo clínico, além da confecção de um bilhete educativo sobre saúde mental, criado especificamente para o projeto, promovendo, assim, uma junção entre a judicialização da saúde, o Direito Constitucional e outros ramos do Direito. Diante do cenário alarmante da saúde mental entre adolescentes, torna-se imprescindível a articulação entre os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 e os compromissos assumidos pelo Brasil frente ao ODS 3 da Agenda 2030 da ONU. Por meio da execução do projeto de extensão, observou-se que ações educativas e integradas no ambiente escolar são fundamentais para fomentar a conscientização, o acolhimento e o debate sobre o bem-estar psicológico dos jovens. A participação ativa do Estado, aliada ao engajamento da sociedade civil, especialmente no ambiente escolar, fortalece a cidadania e evidencia a importância do Direito como instrumento de transformação social. Portanto, é essencial que iniciativas como esta sejam incentivadas e replicadas, promovendo a prevenção e o enfrentamento dos transtornos mentais desde a adolescência, garantindo, assim, o desenvolvimento saudável das futuras gerações.

Palavras-chave: Cidadania; Constitucional; Saúde.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afva

BRINCAR E ALIMENTAR: DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PERSPECTIVA DO ODS 3

¹ Alanna Cecília Silva; ¹ Anna Luiza Moreira Silva; ¹ Danielle Borges Peixoto; ¹ Gabriela Ferreira Galvão; ¹ Helena de Sousa Gonçalves Ribeiro; ² Lara Maia Silva Gabrich.
¹ Acadêmico do curso de direito da instituição Unifipmoc Afya
² Professor do curso direito da instituição Unifipmoc Afya

Introdução: O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), da Agenda 2030 busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Com base nesse propósito, foi realizada uma Ação Solidária com os moradores da Vila Telma, comunidade carente de Montes Claros/MG, tendo como foco principal as crianças. **Objetivo:** Evidenciar os resultados da ação, que visou proporcionar momentos de lazer e interação para as crianças, por meio de brincadeiras, danças e teatro, além de promover um lanche coletivo. Outro objetivo foi minimizar a vulnerabilidade social, arrecadando e distribuindo alimentos, roupas e brinquedos às famílias em situação de maior necessidade. **Metodologia:** A atividade foi desenvolvida por meio de uma ação prática e comunitária, com foco na promoção do direito ao lazer como fator essencial para a dignidade humana e o bem-estar social. O grupo organizou uma campanha de arrecadação de itens essenciais, mobilizando a sociedade. No dia da ação, os estudantes realizaram atividades recreativas voltadas ao público infantil, além de oferecerem um lanche coletivo e entregarem as doações às famílias previamente identificadas. **Resultados:** Os resultados foram significativos, tanto em interação social quanto em promoção do bem-estar. As crianças participaram com entusiasmo das atividades, demonstrando alegria e satisfação. O retorno da comunidade foi positivo, evidenciando a importância do lazer no desenvolvimento emocional e social. A arrecadação foi expressiva, permitindo atender diversas famílias da comunidade com alimentos, roupas e brinquedos, além de estimular a solidariedade e o espírito comunitário. **Conclusão:** Dessa forma, a Ação Solidária realizada na Vila Telma mostrou-se exitosa, alinhando-se efetivamente ao ODS 3. A atividade contribuiu não apenas para o lazer e bem-estar das crianças, mas também auxiliou na redução das dificuldades enfrentadas por famílias em situação de vulnerabilidade. A experiência demonstrou o impacto positivo de ações comunitárias pautadas na solidariedade, no trabalho em equipe e na responsabilidade social, fortalecendo vínculos comunitários e reforçando a importância de práticas solidárias como ferramentas de transformação social e promoção da dignidade humana.

Palavras-chave: ODS 3. Ação Solidária. Bem-estar Social. Solidariedade. Vulnerabilidade Social.

Referências:

BRASIL. Organização das Nações Unidas (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 – Saúde e bem-estar**. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 15 maio 2025.
BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **Assistência social: direitos e desafios para a sua efetivação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004

*Apoio financeiro: Rural Poços Artesianos Ltda
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya*

DEEP LEARNING NA CRIAÇÃO DAS DEEPPFAKES: A RESPONSABILIDADE CIVIL E A REGULAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA.

Izabela Alves Drumond Fernandes 1
1 Professora do Curso de Direito da Unimontes

Introdução/Justificativa: A inteligência artificial (IA) transformou a sociedade ao impulsionar diversas áreas, entretanto levantou preocupações sobre seu impacto nos processos sociais e estruturas de controle. A pesquisa justifica-se pela relação entre a evolução da IA e a ausência de regulamentação em áreas específicas, como os *deepfakes*, e pela aplicação do GDPR da União Europeia, que estabelece diretrizes para a proteção de direitos fundamentais, especialmente o direito à imagem. **Objetivo:** analisar a responsabilidade civil e a regulação jurídica no Brasil e na União Europeia da *Deep Learning* na criação das *Deepfakes*. **Métodos:** A pesquisa será realizada através do método de abordagem indutivo, focando nas legislações vigentes com análise quali-quantitativas para compreender a realidade do Brasil e da União Europeia. O método de procedimento será o monográfico e a técnica de coleta de dados será bibliográfica, buscando coletar dados concretos sobre as legislações brasileiras e europeias. **Resultados:** A IA melhora os serviços governamentais e promove avanços sociais e econômicos, oferecendo benefícios que promete, conseguindo acessar um número elevado de dados. No caso da utilização dos sistemas de segurança públicas, por exemplo, utilizam câmeras inteligentes e, com isso, o reconhecimento facial aumenta a segurança inibindo a prática de crimes. Ademais, embora a IA tenha contribuído para avanços em áreas como segurança pública, saúde e economia, ela também trouxe riscos de discriminação e violações de privacidade. Um dos desafios jurídicos relacionados à IA diz respeito à responsabilidade civil por danos causados por sistemas baseados em algoritmos autônomos, como acontece com as *deepfakes* fazendo com que a identificação do nexo causal e a atribuição de culpa tornam-se desafiadoras devido ao anonimato inerente a essas tecnologias, ainda mais quando não há uma legislação específica regulamentando sobre isso. **Considerações Finais/Conclusões:** O avanço das tecnologias da IA, especialmente dos sistemas baseados em *deep learning*, tem impactado diversos setores da sociedade, levantando questões jurídicas acerca da sua utilização e da responsabilidade civil pelos danos causados por elas. A UE tem avançado na regulação da IA por meio do *AI Act* e do GDPR, que protegem dados pessoais e estabelecem diretrizes claras para o uso responsável da tecnologia, e, essas normativas podem servir de referência para o Brasil, que ainda enfrenta lacunas regulatórias.

Palavras-chave: Inteligência artificial. *Deepfake*. Responsabilidade. *Deep Learning*.

Referências:

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. **Temas avançados em direito, inovação & tecnologias:** perspectivas jurídicas e comparada. Belo Horizonte: Initia Via, 2023
REGULAMENTO (UE) 2016/679 Do Parlamento Europeu E Do Conselho de 27 de abril de 2016. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679>. Acesso em: 10 mai. 2025.
SANTISO, Carlos; FLORES, Claudia; MEJÍA JAR AMILLO, María Isabel. **Conceptos fundamentales y uso responsable de la inteligencia artificial em el sector público.** Disponível em: <https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/1921/Conceptos%20fundamentales%20y%20uso%20responsable%20de%20la%20inteligencia%20artificial%20en%20el%20sector%20p%20c3%20bablico.pdfsequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mai. 2025

RACISMO ESTRUTURAL E SUA MANIFESTAÇÃO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

GONÇALVES, Anne Caroline Nascimento¹; ROCHA, Júlia Marinho Carneiro ¹; SENA, Maria Eduarda Alves ¹; SILVA, Pedro Henrique de Oliveira¹; NUNES, Wannessa Aquino Reis²

Introdução/Justificativa: O racismo estrutural é uma das formas mais persistentes de desigualdade no Brasil. Diferente do racismo individual, ele se manifesta de maneira institucionalizada, influenciando o acesso à educação, saúde, mercado de trabalho e, especialmente, ao sistema de justiça criminal (ALMEIDA, 2019). O Direito Penal, enquanto ramo do ordenamento jurídico responsável por controlar condutas e punir crimes, atua nesse contexto de forma controversa, muitas vezes reforçando desigualdades históricas. Este estudo parte da necessidade de refletir criticamente sobre o papel do Direito Penal na reprodução do racismo, principalmente por meio da seletividade penal, que afeta desproporcionalmente a população negra e periférica (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023). **Objetivo(s):** Analisar como o racismo estrutural se manifesta no sistema penal brasileiro e discutir as possibilidades de atuação do Direito Penal no enfrentamento (ou reforço) dessas desigualdades raciais. **Métodos:** A pesquisa foi conduzida por meio de revisão bibliográfica, com base em autores como Silvio Almeida, Lélia Gonzalez e dados estatísticos fornecidos por órgãos como o CNJ e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A metodologia qualitativa permitiu uma análise crítica da estrutura penal sob o viés da raça e do racismo. **Resultados** Os dados demonstram que há uma desproporcionalidade significativa na aplicação do Direito Penal à população negra, evidenciada nas taxas de abordagem policial, prisões preventivas, condenações e superlotação carcerária. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023; CNJ, 2023). A seletividade penal, portanto, não é aleatória, mas estruturada dentro de um sistema historicamente excludente. (ALMEIDA, 2019). Observou-se também que as políticas públicas penais tendem a ser punitivistas, negligenciando a prevenção e a promoção de justiça racial. **Considerações Finais/Conclusões:** O Direito Penal, como ferramenta do Estado, pode servir tanto à manutenção da ordem excludente quanto à transformação social. Para que se torne instrumento de justiça e equidade, é fundamental uma reformulação crítica das práticas penais, com foco na eliminação do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). Mais que punir, o sistema deve reconhecer sua responsabilidade histórica e estrutural e assumir um papel ativo na promoção da igualdade racial (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023; CNJ, 2023).

Palavras-chave: Racismo estrutural. Direito Penal. Seletividade penal. Sistema de justiça. Igualdade racial.

Referências:

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Justiça em Números 2023*. Brasília: CNJ, 2023. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023.

ODS 3 E O DIREITO À SAÚDE: ANÁLISE DO ACESSO À VIDA SAUDÁVEL E DO BEM-ESTAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LOPES, Bárbara Geovana Souza¹; SOUZA, João Victor Lopes¹; MACEDO, Luiz Henrique Santos¹; OLIVEIRA, Pamylla Cristina Almeida¹; PEREIRA, Sara Suzane Duarte¹; VIEIRA, Taise Daiana Lessa Lopes².

¹ Acadêmico do curso de Direito da UniFipMoc

² Professora do curso de Direito da UniFipMoc

Introdução: O direito à saúde é um direito fundamental garantido pelo Art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), que institui a saúde como um direito de todos e impõe ao Estado o dever de promover sua efetiva implementação, incluindo o acesso a cuidados médicos, tratamentos e a promoção do bem-estar para todos os cidadãos. Além disso, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, tem como objetivo assegurar a inclusão social e a cidadania da pessoa com deficiência. Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos. No entanto, mesmo com essas iniciativas, as pessoas com deficiência frequentemente enfrentam barreiras físicas, sociais e culturais que dificultam o pleno acesso aos serviços de saúde. Esse desafio se apresenta como uma questão crítica para garantir uma vida saudável e o bem-estar dessa população. Por essa razão, é pertinente analisar a relação entre o direito à saúde e o bem-estar das pessoas com deficiência, considerando as políticas públicas e as garantias legais estabelecidas para assegurar esse direito. **Objetivo e pergunta:** O presente trabalho tem como questão orientadora a seguinte pergunta: "Quais são os principais desafios no acesso à saúde enfrentados pelas pessoas com deficiência e como as políticas públicas podem ser aprimoradas para promover o bem-estar dessa população?". Como objetivo, analisar o direito à saúde e o bem-estar das pessoas com deficiência à luz da ODS 3, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) e da Lei nº 13.146/2015, considerando as políticas públicas e as barreiras enfrentadas no acesso aos serviços de saúde. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e documental. Foram analisadas a legislação nacional e internacional, como a ODS 3 e a CRFB/1988, além de documentos relacionados às políticas públicas de saúde e inclusão das pessoas com deficiência. **Resultados:** Apesar dos avanços normativos, as pessoas com deficiência continuam a enfrentar barreiras substanciais no acesso aos serviços de saúde, incluindo infraestrutura inadequada, barreiras arquitetônicas, ausência de equipamentos especializados e discriminação. Além disso, a capacitação insuficiente dos profissionais de saúde e a excessiva burocracia também contribuem para a perpetuação das desigualdades, dificultando o acesso a tratamentos essenciais. Para fim de aprimoramento das políticas públicas, é imprescindível investir na capacitação contínua dos profissionais de saúde, aprimorar a infraestrutura com a devida acessibilidade, desburocratizar o acesso a medicamentos e garantir a descentralização dos serviços de saúde. Nesse contexto, a Constituição Brasileira (CRFB/1988) assegura o direito à saúde como um direito social, responsabilizando o Estado por atender às necessidades dessa população. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), por sua vez, busca eliminar barreiras e garantir o acesso a tecnologias assistivas, promovendo a inclusão e assegurando o atendimento adequado às necessidades específicas dessa população. **Conclusão:** Apesar dos avanços normativos, as pessoas com deficiência ainda enfrentam barreiras no acesso à saúde. Infraestrutura inadequada, burocracia e falta de capacitação profissional dificultam a inclusão plena. A efetivação do direito à saúde dessa população exige investimentos na acessibilidade, capacitação dos profissionais e descentralização dos serviços. Somente com ações concretas será possível garantir o bem-estar e a equidade no atendimento.

Palavras-chave: Direito à saúde; Pessoas com deficiência; Inclusão; ODS 3; Políticas públicas.

Referências:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

ONU. **Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

ADMINISTRADOR JUDICIAL NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM CRISE

Anne Caroline Nascimento Gonçalves ¹; Júlia Marinho Carneiro Rocha ²; Tales Mendes Antunes ³;

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMOC;

³ Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMOC;

Introdução/Justificativa: A recuperação judicial é um instituto jurídico fundamental para garantir a continuidade das atividades empresariais viáveis em crise financeira, preservando empregos e a função social da empresa. Nesse contexto, destaca-se a atuação do administrador judicial, figura essencial nomeada pelo juízo para fiscalizar e operacionalizar todo o processo. Sua função, por vezes subestimada, é determinante para o êxito ou fracasso da reestruturação da empresa devedora.

Objetivo(s): Analisar as atribuições, responsabilidades e desafios enfrentados pelo administrador judicial no processo de recuperação judicial de empresas, à luz da Lei nº 11.101/2005. **Métodos:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, com base na legislação vigente, doutrina especializada e jurisprudência recente, com o intuito de compreender a importância técnica e ética do administrador judicial e suas implicações práticas na condução do processo. **Resultados:** Verificou-se que o administrador judicial atua como fiscal do processo, elaborando relatórios mensais, organizando assembleias de credores e garantindo a transparência e legalidade da recuperação. Apesar de não tomar decisões, seu parecer técnico influencia significativamente a condução do processo. Observa-se, contudo, que a ausência de critérios rigorosos para sua nomeação pode comprometer a eficácia e idoneidade do procedimento, sendo apontadas críticas quanto à sobrecarga de funções, conflitos de interesse e carência de capacitação em alguns casos. **Considerações Finais/Conclusões:** O administrador judicial exerce papel fundamental para o equilíbrio entre os interesses da empresa em recuperação e seus credores. A valorização de sua função, por meio de capacitação adequada e maior rigor na sua nomeação, contribui para a efetividade do instituto da recuperação judicial, promovendo a estabilidade do ambiente empresarial brasileiro.

Palavras-chave: Recuperação judicial. Administrador judicial. Empresas em crise.

Referências: COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA EM CRIMES DE FEMINICÍDIO

Maria de Fátima Rodrigues Pedreira¹; Klara de Oliveira Neves¹; Luan Vitor Braga Rocha¹; Jordana Dias dos Santos¹; Samyra Borges Feliciano¹; Alaiz de Fátima Valério Pereira¹; Vânia Ereni Lima Vieira²

¹Acadêmicos do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

²Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Introdução/Justificativa: A tese da legítima defesa da honra foi, durante décadas, utilizada para justificar crimes contra mulheres, especialmente em contextos passionais. Baseada em argumentos morais e patriarcais, permitiu absolvições ou redução de penas em casos de feminicídio, afrontando os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade de gênero e proteção à vida. Com o avanço das lutas feministas e o fortalecimento dos direitos fundamentais, sua permanência tornou-se juridicamente **insustentável e socialmente inadmissível**. **Objetivo(s):** Analisar a **inconstitucionalidade da legítima defesa da honra em crimes de feminicídio** ao longo da história, seus desafios e efeitos sociais. Especificamente: investigar suas origens históricas e culturais; demonstrar a inconstitucionalidade conforme a Constituição de 1988; examinar casos em que a tese foi utilizada. **Métodos:** A pesquisa adotou a abordagem qualitativa, com procedimento técnico bibliográfico e documental. Foram examinadas legislações históricas (Ordenações Filipinas, Códigos de 1830, 1890 e 1940), decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) - ADPF 779 e ARE 1529014, além de dados sobre a violência contra a mulher entre 2006 e 2024. **Resultados:** A tese não teve amparo legal explícito, mas era aceita nos plenários do júri por apelos emocionais e morais. O STF declarou sua inconstitucionalidade em 2021, com efeito vinculante e *erga omnes*. O caso Ângela Diniz ilustra sua utilização para revitimizar mulheres e relativizar o direito à vida. Dados revelam mais de 1 milhão de casos de violência contra a mulher entre 2009 e 2017, com predominância de agressões por parceiros íntimos, geralmente na residência da vítima. **Considerações Finais:** Assim, concluiu-se que a legítima defesa da honra é tese anacrônica e inconstitucional, pois viola a dignidade, a igualdade e a proteção à vida garantidas pela CRFB/1988. O Estado deve repudiar tais justificativas e assegurar a efetivação dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Legítima Defesa da Honra. Inconstitucionalidade. Feminicídio. Violência contra a mulher.

Referências:

PAULA, Layza Del'Santo de. A inconstitucionalidade da legítima defesa da honra. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 12, 2024. ISSN 2178-6925.

ANDRADE, Ludmylla Teixeira de Sousa; JURUBEBA, Yuri Anderson Pereira. A inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio: ADPF 779. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação** — REASE, São Paulo, v. 11, n. 3, mar. 2025;

AMORIM, Antônio Leonardo; NETO, Francisco Quintanilha Veras; PELACHIM, Nicolli Machado. A vedação do uso da tese da legítima defesa da honra: análise pela lente teórica da vitimologia crítica. **Revista da ESMAL**, Maceió, n. 10, 2025.

Apoio financeiro: Não se aplica.

Aprovação Comitê de Ética: Não se aplica.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

ESCUITA E INCLUSÃO: CAMINHOS PARA O CIDADÃO AUTISTA

OLIVEIRA, João Victor¹; LEAL, Joyce Vitória de Souza Rodrigues¹; SOUZA, Natália Gabrielly Lopes¹; PRATES, Cláudia

Leticia Moura²

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

² Professora do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

O ordenamento jurídico brasileiro assegura a proteção integral às crianças, garantindo-lhes direitos fundamentais preconizados na Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Quanto às crianças atípicas, a Lei nº 12.764/12 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e reforça a necessidade de políticas públicas efetivas para inclusão dessas pessoas. Nesse contexto, o projeto de extensão desenvolvido pelos discentes do curso de Direito da UNIFIPMoc teve como finalidade intervir na Associação AMAH, situada na cidade de Bocaiúva/MG e que tem por objetivo acolher e apoiar crianças com TEA e suas famílias, além de promover um espaço de escuta e troca de conhecimentos com mães de crianças autistas, permitindo a análise dos desafios enfrentados na efetivação dos direitos legalmente garantidos a essa população. Justifica-se a realização desta atividade diante do fato de que, apesar das garantias legais previstas, persistem barreiras significativas no cotidiano das famílias de crianças com TEA, especialmente no acesso à saúde, à educação inclusiva e ao suporte social. As mães, que geralmente assumem o papel central nos cuidados, vivenciam essas dificuldades de forma intensa e contínua, tornando-se fontes valiosas para a compreensão dos limites enfrentados na prática. Assim, escutá-las permitiu refletir de forma mais sensível e crítica sobre a atuação do Estado e da sociedade na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. A intervenção revelou que existem grandes obstáculos na efetivação dos direitos das crianças com TEA e as mães relataram sobrecarga física, emocional, financeira, psicológica, falta de acolhimento e dificuldades constantes para garantir o atendimento adequado aos filhos pois, apesar dos avanços legais, a prática ainda é marcada por negligência e omissão. A escuta ativa demonstrou ser uma ferramenta essencial para compreender essas realidades e fomentar ações mais eficazes e sensíveis à inclusão das crianças com TEA pois, embora existam garantias legais expressas no ordenamento jurídico brasileiro, ainda há um considerável descompasso entre a norma e sua efetiva aplicação. A atividade realizada evidenciou a urgência de políticas públicas adequadas à realidade vivenciada por essas famílias, reafirmando a importância do comprometimento do Estado e da sociedade na promoção da inclusão e da dignidade dessas crianças e seus cuidadores.

Palavras-chave: TEA. Inclusão. Direitos.

Referências:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mai. 2025.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: mai. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

ABUSO SEXUAL INFANTIL NA PANDEMIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

FONSECA, Ana Cristina Santos ¹; FREITAS, Maria Eduarda Santos ¹; PEREIRA, Mariana Soares ¹; MENDES, Victor Munizi; NUNES, Wanessa Aquino Reis.

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UniFipMoc Afya

² Professor do curso de Direito da instituição UniFipMoc Afya

O abuso sexual infantil é uma violação grave dos direitos humanos, com impacto devastador sobre crianças e adolescentes. No contexto da pandemia da Covid-19, houve aumento da vulnerabilidade infanto juvenil devido ao confinamento, isolamento social e dificuldades de acesso a serviços de proteção. Muitas vítimas ficaram expostas a seus agressores dentro do ambiente familiar, tornando o problema ainda mais invisível. Objetivo: Analisar criticamente os efeitos da pandemia sobre o aumento dos casos de abuso sexual infantil no Brasil, à luz da legislação vigente e das desigualdades sociais estruturais. Métodos: Trata-se de uma pesquisa qualitativa com base em revisão bibliográfica e documental. Foram utilizadas fontes jurídicas como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de dados estatísticos e estudos científicos recentes. Resultados: O fechamento de escolas e serviços de apoio dificultou a identificação e denúncia de casos. Segundo dados de 2018, antes da pandemia já se registravam cerca de quatro meninas menores de 13 anos estupradas por hora no Brasil. Durante a pandemia, o isolamento familiar agravou a exposição das vítimas, que muitas vezes foram impedidas de relatar a violência. A legislação brasileira classifica como estupro de vulnerável qualquer ato libidinoso com menores de 14 anos, independentemente de consentimento, o que reforça a necessidade de medidas rígidas de prevenção e responsabilização. Considerações Finais/Conclusões: A pandemia escancarou a fragilidade da rede de proteção à infância. É urgente fortalecer políticas públicas, capacitar profissionais da educação e saúde, ampliar os canais de denúncia e promover a educação sexual como forma de prevenção. A proteção da infância deve ser responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade.

Palavras-chave: Abuso Sexual. Infância. Pandemia.

Referências

- Baptista, R. S., França, I. S. X. D., Costa, C. M. P. D., & Brito, V. R. D. S. (2008). **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela**. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608. <https://doi.org/10.1590/s0103-21002008000400011>
- Silva, G. O., & Lucena, P. M. de B. (2022). **A violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação da Universidade Potiguar como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito. Universidade Potiguar. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/25236>
- Platt, V. B., Guedert, J. M., & Coelho, E. B. S. (2021). **Violence against children and adolescents: notification and alert in times of pandemic**. *Revista Paulista de Pediatria*, 39. <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020267>
- BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc/Afya

IMPACTOS DO ASSÉDIO CONTRA MULHERES EM AMBIENTES ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS

ARAÚJO, Meirielle Carvalho de ¹; COUTINHO, Dóris Lilian Fagundes ¹; GONÇALVES, Isadora Argôlo ¹; PINHO, Livia Gabriela Passos ¹; SANTOS, Caroline Kelly Antunes ¹; XAVIER, Joicy Emanuely de Souza.¹ GABRICH, Lara Maia Silva.²

¹Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

² Professores do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução: O assédio contra mulheres em ambientes acadêmicos e profissionais constitui uma realidade alarmante, que compromete não apenas o desenvolvimento pessoal e profissional das vítimas, mas também o bem-estar e a promoção da igualdade de gênero. Essa realidade evidencia a necessidade de disseminação de informações acessíveis e fundamentadas sobre o tema, com vistas à construção de espaços mais seguros, inclusivos e respeitosos. **Objetivo:** Este artigo visa apresentar os resultados do projeto de extensão que analisou o contexto do assédio contra mulheres em ambientes de trabalho e estudo, buscando compreender suas causas e impactos, bem como divulgar medidas preventivas e educativas para o seu enfrentamento. **Métodos:** Como metodologia, utilizou-se o procedimento técnico de coleta de dados bibliográficos e documental, mediante pesquisa exploratória e qualitativa. **Resultados:** Verificou-se que o assédio se caracteriza por comportamentos verbais, físicos ou psicológicos de cunho ofensivo, que visam inferiorizar, constranger ou limitar a atuação da mulher. Embora importantes avanços legais tenham sido alcançados, muitas vítimas permanecem em silêncio, motivadas pelo medo de retaliações, pelo descrédito institucional e pela naturalização das práticas abusivas, o que perpetua a cultura da impunidade. O assédio afeta majoritariamente mulheres jovens, frequentemente em posições de subordinação hierárquica, seja no ambiente profissional, seja no acadêmico. Entretanto, ambientes institucionais que implementam políticas de equidade de gênero e programas de educação preventiva demonstram uma redução significativa na incidência de assédio. Estratégias como iniciativas de conscientização, oferta de apoio psicológico e fortalecimento de mecanismos de acolhimento às vítimas mostram-se efetivas na promoção de ambientes mais seguros e respeitosos. **Conclusões:** A intervenção conclui que o assédio contra mulheres configura uma grave violação dos direitos humanos e sua superação demanda ações contínuas e articuladas, desde a educação de base, passando pela formação de profissionais e gestores, até a implantação de políticas institucionais robustas. Desse modo, destaca-se a importância da educação jurídica popular como instrumento essencial para o combate ao assédio, visto que apenas mediante o conhecimento dos direitos as mulheres poderão agir de forma assertiva, buscando o acesso à justiça e rompendo com a cultura de silêncio que ainda permeia o enfrentamento do assédio.

Palavras-Chave: Assédio; Mulheres, Ambientes Acadêmicos e Profissionais.

Referências:

- CAMPOS, M. A. et al. Assédio moral e sexual no trabalho: uma revisão. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, 2020.
- SILVA, L. M.; PEREIRA, A. G. **Violência de gênero no ambiente acadêmico**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 40, n. 147, p. 1-20, 2019.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão V da UNIFIPMoc/Afya

SAÚDE E DIREITO: INFORMAÇÃO PARA EXERCER A CIDADANIA

¹Adria Cruz, ¹Alana Nobre, ¹Ana Pereira, ¹Giovanna Rabelo, ¹Izadora Vieira, ¹Karolina Rocha, ¹Letícia Versiani, ¹Luiza Carvalho, ¹Maria Telles, ¹Marina Paraíso, ¹Raphaella Braga.

²Lara Maia Silva Gabrich.

¹Acadêmicas do curso de Direito da UNIFIPMoc

²Professora do curso de Direito da UNIFIPMoc

A grande parte da população brasileira ainda desconhece seus direitos sociais, incluindo o direito à saúde, o que compromete o acesso a serviços públicos e privados, especialmente entre as pessoas em situação de vulnerabilidade. Essa falta de informação contribui para desigualdades e omissões no atendimento, dificultando a efetivação de políticas públicas essenciais. Diante disso, surge a necessidade de democratizar o conhecimento jurídico, promovendo o empoderamento social e a busca por justiça, para garantir que todos possam exercer seus direitos de forma plena. Este trabalho tem como objetivo evidenciar os resultados do projeto de extensão, que buscou promover o acesso à informação jurídica sobre o direito à saúde no Brasil, conscientizando a população sobre os direitos que têm garantidos por lei e fortalecendo a cidadania. Para isso, realizou-se um levantamento normativo com base na Constituição Federal e em legislações específicas e foram criados materiais informativos digitais, como posts, vídeos e infográficos, além de desenvolver um site temático e um chatbot com inteligência artificial. Verificou-se que é necessário alcançar o maior número de pessoas possível e a melhor e mais precisa ferramenta para isso é a internet. Assim, disseminar conteúdos relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS), fornecimento de medicamentos, saúde mental, direitos da mulher, do idoso e questões envolvendo planos de saúde é promoção de educação jurídica popular e empoderamento cidadão para exercício de direitos. O chatbot, treinado a partir das normas jurídicas, é capaz de fornecer respostas confiáveis ao público. A divulgação dos conteúdos ocorre nas redes sociais dos envolvidos, e o impacto do projeto será avaliado por meio de métricas de engajamento e formulários de feedback. Com a implementação dessa iniciativa a longo prazo, espera-se que a população, especialmente os grupos mais vulneráveis, tenha maior acesso à informação sobre seus direitos à saúde. O projeto visa ampliar o conhecimento, gerar engajamento nas redes sociais e orientar os cidadãos diante de negativas ou violações de seus direitos. Conclui-se que é possível contribuir para a promoção da equidade e o fortalecimento da cidadania, garantindo que mais pessoas possam exercer plenamente seus direitos à saúde no Brasil.

Palavras-chave: Direito à saúde; Cidadania; informação jurídica.

Resumo oriundo de atividades do Projeto De Extensão da UNIFIPMoc

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

DIREITOS DA GESTANTE: PROTEÇÃO JURÍDICA NO TRABALHO, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Ana Eliza Vieira Prado ¹; Bruno Oliveira Rocha ¹; Julia Jansons ¹; Maria Fernanda Oliveira Figueiredo Braga ¹; Maria Tereza Mendes de Oliveira ¹; Samuel Davi Pires Gomes ¹; Lara Maia Silva Gabrich².

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya

² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya

A proteção jurídica à gestante compreende um conjunto de direitos fundamentais que asseguram seu bem-estar no trabalho, na saúde e na previdência social. Essa legislação visa garantir sua dignidade e segurança durante a gravidez, bem como o acesso a direitos como o salário-maternidade (quando elegível), a estabilidade contra dispensa imotivada e o atendimento médico adequado. Apesar da ampla legislação existente, o desconhecimento desses direitos, devido à desinformação e à escassa divulgação por órgãos públicos, reforça a necessidade de maior educação e disseminação jurídica sobre as proteções disponíveis à gestante. O presente resumo tem como objetivo evidenciar os resultados do projeto de extensão, que relacionou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, que visa garantir saúde e promover o bem-estar de todos, com o Direito, promovendo conhecimento jurídico às mulheres em fase gestacional de forma clara dos seus direitos. Para tanto, a equipe, sob a orientação da professora Lara Maia Silva Gabrich, realizou intervenção no Hospital Universitário Clemente de Faria (HU), fornecendo orientação jurídica às mães e gestantes, informando-as sobre seus direitos durante atendimento hospitalar por meio de pequenas palestras na maternidade, com momentos para sanar dúvidas. Adicionalmente, foram distribuídos panfletos elaborados de forma clara e acessível para facilitar a compreensão. Dessa forma, verificou-se um aumento considerável no nível de conhecimento das gestantes acerca dos direitos que lhes são legalmente assegurados. As participantes da atividade, realizada nas instalações do Hospital Universitário Clemente de Faria, expressaram reconhecimento e apreço pela iniciativa, relatando sensação ampliada de segurança, autonomia e esclarecimento quanto aos seus direitos, indicando que o acesso qualificado à informação pode contribuir de forma significativa para uma vivência gestacional mais consciente, digna e pautada no respeito às garantias legais da mulher. A iniciativa de orientação jurídica promovida no Hospital Universitário Clemente de Faria cumpriu de maneira eficaz seus propósitos, ao capacitar as gestantes quanto ao conhecimento de seus direitos e favorecer o fortalecimento de sua autonomia no contexto da assistência obstétrica. A ação demonstrou-se um importante instrumento de promoção da cidadania, além de contribuir para a construção de um ambiente de cuidado mais ético, seguro e humanizado.

Palavras-chave: Gestante; Proteção Jurídica; Salário-maternidade; Estabilidade Gestacional.

Referências:

LACERDA, G. M. O. de; MARIANO, V. da C.; PASSOS, S. G. de. **Violência obstétrica e os direitos das gestantes: o que as mulheres sabem?**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 42–53, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.5948750. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/333>. Acesso em: 23 mar. 2025.

ARAÚJO, R. I. P. de. **Da responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade nas situações de dispensa sem justa causa**. 2015. 65 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

NUNES, G. J. C. **Proteção ao trabalho da mulher: a estabilidade da gestante**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8640>. Acesso em: 21 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA DECRETAÇÃO DE PRISÕES CAUTELARES

SILVA, Anne Karolyne Marinho¹; FAGUNDES, Melyssa Campos¹; NUNES, Wanessa Aquino Reis².

1 Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc.

2 Professora do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc.

RESUMO: Pode-se perceber que a mídia exerce papel relevante na formação da opinião pública, sobretudo em casos criminais de grande repercussão. Em determinados contextos, a ampla divulgação de informações, frequentemente carregadas de juízo de valor, pode impactar diretamente a condução do processo penal, especialmente na decretação de prisões cautelares. Nesse viés, essa pesquisa busca estudar essa problemática, a fim de analisar se a atuação midiática, ao moldar percepções sociais, influencia a imparcialidade judicial no momento de decidir pela prisão preventiva. Pretende-se compreender se decisões que deveriam se pautar por critérios técnicos e legais acabam sendo afetadas por pressões externas. Para desenvolver a pesquisa, foi utilizado um método com abordagem bibliográfica, por meio da análise de artigos científicos, doutrinas especializadas e documentos jurídicos ligados ao processo penal e ao papel da mídia. A investigação tem natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o propósito de examinar em que medida a cobertura midiática pode comprometer o devido processo legal e os princípios constitucionais da imparcialidade e da presunção de inocência. A pesquisa evidenciou que a cobertura midiática, especialmente em casos de grande repercussão, influencia significativamente a percepção pública sobre a culpabilidade de investigados. O caso do goleiro Bruno Fernandes, acusado do homicídio de Eliza Samudio, é um exemplo marcante: antes mesmo do oferecimento da denúncia formal, a mídia já o retratava como culpado, gerando clamor social que pressionou por sua prisão preventiva. Essa antecipação da culpa contribuiu para a adoção de medidas cautelares com base em comoção pública, e não apenas em fundamentos legais. Verificou-se que a atuação midiática pode comprometer o devido processo legal, afetando princípios como a presunção de inocência e a imparcialidade judicial. A espetacularização transforma o processo penal em espetáculo, reduzindo a prisão cautelar a uma resposta imediata à opinião pública. Conclui-se que é necessário reafirmar os limites éticos da mídia e a independência judicial, assegurando que decisões penais se baseiem exclusivamente na técnica, legalidade e proteção aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Prisão Cautelar. Mídia. Processo Penal. Imparcialidade Judicial. Presunção de Inocência.

Referências:

LOPES JR., Aury. *Direito processual penal*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

BARBOSA, Livia. *Justiça e mídia: a espetacularização do processo penal*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 106, p. 137–160, 2014.

BORDIN, Fernando. *Mídia, processo penal e opinião pública: entre a liberdade de expressão e o direito ao julgamento justo*. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, n. 16, p. 83–99, 2018.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afy

O ABUSO DE MEDICAMENTOS E NOVAS POSSIBILIDADES DE AMPARO

ALENCAR, Edu Gomes Bandeira ¹; CALDEIRA, Maria Teresa Bento ¹; FREITAS, Carlos Junio Nogueira De Melo ¹; PESTANA, Deivison Oliveira ¹; SANTOS, Marcio Gabriel Nunes ¹; SILVA, Gabriel Henriques ¹; SOUZA, Emmilly Vasconcelos ¹; RABELO, Victor Veloso ².

¹ Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMOC

² Professor do curso de Direito da UNIFIPMOC

Introdução/Justificativa: O uso exacerbado de medicamentos nos dias atuais tem se tornado uma preocupação crescente, especialmente diante da facilidade de obtenção. A maior parte da população brasileira sofre com alguma dependência química, tendo proeminência à automedicação. Ademais, isso acaba gerando uma banalização no uso de medicamentos, que irá refletir em problemas a longo prazo. Diante desse problema, existe a necessidade de implementar melhorias sobre políticas públicas para amparar as vítimas do consumo desenfreado. **Objetivo(s):** O seguinte texto baseia-se nos moldes do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS 3 "Saúde e Bem-estar". No Brasil, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad estabelecido pela Lei 11.343/06, a "Lei de Drogas" busca criar apoio para as vítimas, criando meios de conhecer mais dos perigos, amparar pessoas em situação de dependência química por meio de programas e atividades, e prevenir o uso indevido de entorpecentes. Todavia, o abuso de alguns medicamentos, como citado anteriormente, os opioides, ainda não são amparados pela mesma. Visto isso, gera a necessidade de analisar as políticas públicas, destacando o Sisnad e sua ampliação em relação a sua aplicação. Bem como mencionado, o trabalho busca observar como as implicações sociais vinculadas ao excesso de medicamentos podem refletir sobre os direitos dos adictos. **Métodos:** Para este estudo foi analisado pesquisas bibliográficas em revistas científicas, documentos oficiais sobre a política nacional de drogas, com ênfase na Lei 11.343/06 e as orientações da ONU, a fim de contextualizar e compreender a respeito do uso de medicamentos, seus riscos e a aplicação de políticas públicas. Consequentemente, implantar uma campanha de conscientização baseada em uma panfletagem em locais estratégicos trazendo os riscos e o amparo da lei. **Resultados:** A partir da ampliação do amparo do Sisnad, o resultado a se esperar é de que as vítimas do uso indevido de medicação consigam auxílio para se tratar, bem como criar mais políticas para controle da venda de medicamentos sem receita que podem causar dependência. **Considerações Finais/Conclusões:** É possível observar que a banalização do uso de medicamentos causa consequências graves ao usuário, no campo psíquico e social, entretanto, com o auxílio de Políticas Públicas, é possível enfrentar essas dificuldades e melhorar a qualidade de vida da vítima.

Palavras-chave: Medicamentos. Opioides. Políticas Públicas. Sisnad.

Referências:

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 163, p. 2, 24 ago. 2006. Acesso em 24 mar 2025

CASTRO, José Carlos de. O impacto da automedicação na saúde pública brasileira. **Revista Brasileira de Medicina**, v. 72, n. 6, p. 102-108, 2015. Disponível em: <https://www.revistasbrasil.org.br/revista-brasileira-de-medicina>. Acesso em 27 mar 2025

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 24 mar 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

A CRIMINALIZAÇÃO DAS FRAUDES EM LICITAÇÃO NA LEI Nº 14.133/2021

Jéssica Maria Costa Ruas ¹; Lucas Vinícius Victor Parrela ²; Vânia Ereni Lima Vieiras³.

¹ Autora independente/pesquisadora externa

² Acadêmico do curso de Direito UNIFIPMoc Afya

³ Professora do curso de Direito UNIFIPMoc Afya

O presente trabalho tem como objetivo analisar os avanços promovidos pela Lei nº 14.133/2021 no que se refere à criminalização das fraudes em licitação, especialmente à luz do Art. 337-F do Código Penal de 1940. A nova legislação, ao revogar dispositivos da Lei nº 8.666/93, promoveu uma reestruturação normativa significativa no regime de licitações e contratos administrativos, buscando maior alinhamento com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência. A pesquisa, de natureza básica e abordagem qualitativa e procedimentos bibliográficos e documentais. Entre os principais resultados, destacou-se a introdução de tipos penais específicos (Arts. 337-E a 337-P do CP/40), com destaque para o art. 337-F, que penaliza a frustração do caráter competitivo da licitação com reclusão de 4 a 8 anos e multa. Diferentemente do regime anterior, não se exige a comprovação de dano material à Administração Pública, bastando a intenção de fraudar a competitividade. Tal inovação fortalece o caráter preventivo do direito penal e amplia a eficácia da atuação dos órgãos de controle e do Ministério Público, ao delimitar de forma mais clara as condutas típicas. Como ressalta Charles (2023), o sistema anterior carecia de tipos penais específicos, o que comprometia a responsabilização de agentes públicos envolvidos em fraudes licitatórias. A nova lei, ao preencher essa lacuna, representa avanço na repressão à corrupção e na proteção do erário, estimulando práticas administrativas mais íntegras. Conclui-se que a Lei nº 14.133/2021 institui um marco relevante na persecução penal de ilícitos licitatórios, consolidando um regime jurídico mais efetivo e compatível com as exigências constitucionais contemporâneas.

Palavras-chave: Lei nº 14.133/21; Fraudes; Licitações.

Referências:

BRASIL. Decreto-Lei nº **2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei nº **14.133**, de 1º de abril de 2021. Dispõe sobre licitações e contratos administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

CHARLES, Ronny Lopes de Torres. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos Comentada**: Lei nº 14.133/2021. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2024.

A LEGÍTIMA DEFESA NA ATUAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

GONÇALVES, Ryan Moyses Mendes e¹; CASTILHO, Samuel Antônio Lima de¹
DIAS, Renata Flávia Nobre Canela²

¹Discentes das UNIFIPMoc; ²Docente das UNIFIPMoc

Introdução: A legítima defesa é uma excludente de ilicitude prevista no artigo 25 do Código Penal, que permite repelir, moderadamente, uma agressão atual e injusta. Na atividade policial, esse instituto se mostra essencial diante dos riscos inerentes à função. A Lei nº 13.964/2019, o "Pacote Anticrime", trouxe alterações relevantes, especialmente no artigo 23 do Código Penal, ampliando o debate sobre o respaldo jurídico aos agentes de segurança pública. A atuação policial, muitas vezes exposta à crítica social e midiática, exige compreensão adequada dos limites da legítima defesa, visando garantir a proteção dos profissionais e da coletividade. **Objetivo:** Analisar a aplicação da legítima defesa na atuação dos agentes de segurança pública, considerando os critérios legais e os impactos das alterações trazidas pelo "Pacote Anticrime". **Métodos:** A pesquisa é qualitativa, de abordagem dedutiva, com procedimentos bibliográfico e documental, fundamentada em doutrina, legislação e artigos científicos sobre legítima defesa e segurança pública. **Resultados:** Verificou-se que a legítima defesa é instrumento fundamental para assegurar a integridade dos agentes e da sociedade. As mudanças legislativas reforçaram a proteção jurídica, mas persistem desafios na análise de elementos como necessidade, moderação e proporcionalidade. A aplicação adequada desse instituto contribui para reduzir conflitos, fortalecer a atuação policial e garantir maior segurança jurídica, além de promover a confiança da sociedade nas instituições. **Considerações Finais:** A legítima defesa, quando corretamente aplicada, é essencial para proteger agentes e cidadãos. Contudo, deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando abusos que possam comprometer a legitimidade da ação policial. A legislação recente representa avanço, mas é necessário investir na formação continuada dos agentes e no fortalecimento das instituições, assegurando o equilíbrio entre segurança pública, legalidade e direitos fundamentais.

Palavras-chave: Legítima Defesa. Segurança Pública. Excludente de Ilcitude.

Referências: BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940
SILVA, Kawe Gabriel Correia. **Efeitos Práticos da Legítima Defesa do Agente de Segurança Pública: Mudanças implementadas pelo Pacote Anticrime**. Revista RECIFAQUI, v. 1, n. 12, 2022.
TEIXEIRA, Francisco Wandier. **Legítima Defesa da Atuação Policial**. UECE, Fortaleza, 2014.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

PRISÃO PREVENTIVA E A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

MACIEL, Beatriz Helena de Oliveira; OLIVEIRA, Christina Gomes de ¹; LEÃO, Mykaella do Valle Souza; FREITAS, Samira Emanuelle Xavier¹; VIEIRA, Vânia Ereni Lima²
¹Acadêmica do curso de Direito da UNIFIPMoc Afya
²Professora Vania Ereni Lima Vieira da UNIFIPMoc Afya

Introdução: Este estudo aborda o conflito entre a possibilidade processual de restrição da liberdade antes da condenação final do acusado, sendo uma medida cautelar prevista no sistema jurídico brasileiro, utilizada durante a fase investigativa ou processual para garantir a ordem pública, facilitar a instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal e o princípio da presunção de inocência. **Objetivo:** O presente trabalho possui o objetivo analisar de forma crítica o instituto da prisão preventiva no ordenamento jurídico brasileiro, devido ser considerada uma medida excepcional, ou seja, deverá ser aplicada somente com cautela e em situações específicas que justifiquem sua devida necessidade. **Métodos:** A fim de desenvolver a pesquisa, foi utilizado métodos com abordagens quantitativa, em que foram verificadas estáticas e dados concretos. **Resultados:** Nesse ínterim, nos últimos anos, tem-se observado aplicações errôneas, e muitas das vezes indiscriminada dessa medida, entrando em conflitos frequentes acerca da violação do princípio da presunção de inocência, este, garantido pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Ademais, tal princípio assegura que nenhum cidadão, deverá ser considerado culpado até o trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, ou seja, até que todas as possibilidades de recurso tenham sido esgotadas. Além disso, destaca-se que, no cenário nacional, há um aumento preocupante na decretação de prisões preventivas, muitas vezes utilizadas de forma excessiva, o que acaba substituindo o caráter excepcional da medida por uma antecipação da pena (Ferreira, 2022). Em suma, embora a prisão preventiva seja um instrumento legítimo e necessário em determinadas circunstâncias, seu uso indiscriminado pode comprometer princípios essenciais do Estado de Direito. **Conclusão:** Portanto, é importante que a aplicação da prisão preventiva seja conduzida com rigorosa fundamentação, observando os princípios da proporcionalidade e do devido processo legal. Visto que, sua utilização deve limitar-se às hipóteses estritamente necessárias, evitando-se o emprego indiscriminado que possa configurar uma antecipação indevida da pena e comprometer o princípio da presunção de inocência. Ademais, a adoção de medidas cautelares menos gravosas, aliada a uma atuação judicial criteriosa, é essencial para assegurar o equilíbrio entre a efetividade da persecução penal e a proteção dos direitos fundamentais. Assim, o respeito aos princípios constitucionais e à legislação vigente é fundamental para preservar a legitimidade do sistema de justiça criminal e fortalecer o Estado de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão preventiva. Presunção de inocência. Processo penal. Medidas cautelares.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Diário Oficial da União: seção 1, p. 23941, 13 out. 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

FERREIRA, Ivan. **Medidas cautelares e prisão preventiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. Disponível em: <https://www.livrariart.com.br>. Acesso em: 19 maio 2025.

A INCLUSÃO DA SAÚDE MENTAL NA NR-1: DIREITO FUNDAMENTAL E ODS 3

SOUZA, Camila Maria; SOARES, Camille Vitória Nogueira; ANDRADE, Manuely Raynara Pôrto; SANTOS, Nalanda Silva; MARQUES, Samira de Oliveira; LAGE, Weber Gabriel Souza¹; Lara Maia Silva Gabrich².

¹Acadêmicos do curso de direito da instituição Unifipmoc Afya

²Professor do curso de direito da instituição Unifipmoc Afya

Introdução: A NR-1, refere-se à Norma Regulamentadora nº 1, que estabelece as diretrizes gerais de saúde e segurança no trabalho. Na sua atualização mais recente, feita em 2024 passou a ser exigido das empresas o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que inclui fatores psicossociais, como carga excessiva de trabalho, pressão por resultados e assédio, razão pela qual foi escolhida para ser objeto de intervenção no Projeto de Extensão, a fim de proporcionar educação jurídica popular. **Objetivos:** O presente trabalho tem por objetivo evidenciar os resultados dos projeto de extensão, que objetivou informar sobre as alterações que a lei nº1 (NR-1) obteve em relação à saúde mental dos empregados, devendo ser reconhecida, visto que possui como instrumento de efetividade ao direito fundamental que é a saúde. **Métodos:** Para tanto, foram utilizadas informações provenientes de estudos acadêmicos, leis, artigos e criação de folders para serem entregues aos funcionários da própria UNIFIPMoc. **Resultados:** Verificou-se que a mudança reflete uma crescente conscientização sobre o impacto das condições de trabalho na saúde mental dos empregados, reconhecendo que esses fatores podem afetar gravemente a saúde e influenciar na produtividade dos trabalhadores e a informação disseminada é a forma de promover efetiva mudança, pois incentiva os funcionários a compreenderem seus direitos e deveres, sendo essencial para prevenir abusos psicológicos no ambiente de trabalho. A cidadania só é exercida se os direitos fundamentais assegurados forem conhecidos por seus sujeitos, para o que a ação proposta cumpriu seu papel. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que as relações empregatícias só terão uma estrutura devida, quando todos conhecerem as mudanças realizadas pela lei NR-1, garantindo assim, um ambiente de trabalho justo, equilibrado e saudável.

PALAVRAS-CHAVES: NR-1; Saúde Mental; Trabalhador; Direitos Fundamentais.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, H. **NR-1: atualizações e os impactos na saúde mental**. Disponível em: <<https://beecorp.com.br/nr-1/>>. Acesso em: 14 maio. 2025.

PAES, J. **NR-1 Atualizada: Entenda as Mudanças de Maio de 2025**. Gupy.ioGupy,. 21 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.gupy.io/blog/nr-1>>. Acesso em: 14 maio. 2025

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

AÇÃO SOCIAL E O LAZER À CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

LIMA, Ana Karolina Soares¹, REIS, Isabella Vitoria Fagundes², PIMENTEL, Larissa Dias³, SILVA, Lucas Fernandes da⁴, QUADROS, Rodrigo Gonçalves des, GABRICH, Lara Maia Silva.
Acadêmicos do curso de Direito da instituição UnifipMoc
Professor do curso de Direito da instituição UnifipMoc

Introdução /Justificativa: Em cenários de desigualdade social, ações voltadas à infância são essenciais para garantir direitos sociais básicos e promover educação jurídica popular. Com base na ODS nº 3 da ONU (saúde e bem-estar) e no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi realizada uma ação social no bairro Vila Telma, em Montes Claros/MG, com foco na proteção infantil e na promoção de uma infância digna. **Objetivo:** Evidenciar os resultados do projeto de extensão, que difundiu informações sobre direitos sociais e estimulou o desenvolvimento comunitário, com ênfase no combate ao trabalho infantil. **Métodos:** A ação social foi desenvolvida com foco na promoção do lazer, alinhando-se à ODS 3 da ONU e aos direitos fundamentais garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988. A metodologia envolveu diagnóstico prévio das necessidades do local, planejamento participativo das atividades e execução de ações educativas que visaram promover o bem-estar para todos. A abordagem adotada foi pautada na escuta ativa, no respeito à cultura local e na valorização da cidadania, promovendo não apenas o lazer, mas também a conscientização dos direitos e deveres dos cidadãos. **Resultados:** A ação foi fundamentada no art. 6º da CRFB/88 e buscou conscientizar a população sobre direitos como saúde, educação, moradia, alimentação, lazer e proteção à infância, utilizando atividades lúdicas como teatro, música, brincadeiras e lanche coletivo. Para cumprir os objetivos propostos, os moradores demonstraram interesse em aprender por meio das atividades desenvolvidas pelo grupo. A leveza das brincadeiras, somada ao conteúdo educativo do teatro e ao lanche coletivo com guloseimas, facilitou a compreensão dos direitos abordados. O grupo recebeu um retorno gratificante das famílias da Vila Telma, que agradeceram pelas doações, pela diversão e pelo bem-estar proporcionado, além de sugerirem a continuidade e expansão do projeto para outras comunidades vizinhas. **Considerações Finais /Conclusões:** A ação no bairro Vila Telma promoveu, de forma simples e eficaz, a conscientização sobre os direitos sociais e o combate ao trabalho infantil. Unindo arte, lazer e solidariedade, deste modo o projeto fortaleceu a cidadania e demonstrou o impacto positivo de iniciativas baseadas na Constituição e nos ODS. Com isso, o direito à informação foi garantido e a adesão da comunidade confirma a importância e o alcance transformador da proposta.

Palavras-chave: Direitos sociais; Infância; Dignidade da pessoa humana; Saúde; Bem-estar.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2024?]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2024?]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e bem-estar. Brasília, DF: ONU Brasil, [2025?]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 21 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

LEGISLAÇÕES BRASILEIRAS E GARANTIA DO ATENDIMENTO ACESSÍVEL AOS SURDOS NO CONTEXTO HOSPITALAR

Lucca Santiago Vilasboas;¹ Pedro Henrique Lopes Cardoso;² João de Castro Campos;³ Geane Cássia Alves Sena.

¹ Acadêmico do curso de Medicina do Centro Universitário FIPMoc-UNIFIPMoc/Afya

² Professora do curso de Medicina do Centro Universitário FIPMoc-UNIFIPMoc/Afya

Introdução/Justificativa: No Brasil, a acessibilidade é um direito garantido nos artigos 5º (direito à igualdade e à não discriminação) e 23º (competência comum para cuidar da saúde e assistência pública) da Constituição Federal de 1988, mesmo que de forma implícita, e por dispositivos legais, como a Lei nº. 10.436/2002 (Lei de Libras) e o Decreto nº 5626/2005. Nessa perspectiva, garantir os direitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro às pessoas surdas é essencial para promover um atendimento mais acessível e, consequentemente, mais humanizado e inclusivo, favorecendo a participação ativa dessas pessoas na sociedade. **Objetivo:** Refletir sobre os dispositivos legais que asseguram atendimento acessível a pessoas surdas no Brasil, especialmente no contexto hospitalar, por meio do uso da Libras. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, exploratória, descritiva, de caráter qualitativo e com uso do método dedutivo. **Resultados:** Os resultados obtidos mostram que a Lei Federal nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio oficial de comunicação da comunidade surda, e o Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a referida lei e apresenta diretrizes para a implementação do uso da Libras em ambientes de saúde, são elementos essenciais para a promoção da acessibilidade e inclusão da comunidade surda nos mais diferentes espaços sociais, como no ambiente hospitalar. Nesse contexto, a Libras é uma ferramenta essencial, pois reduz barreiras linguísticas, favorece a mediação da comunicação com pessoas surdas, estabelece e fortalece o vínculo entre profissional e paciente surdo, bem como a promoção de um atendimento de qualidade, inclusivo, eficaz e humanizado. Assim, se os espaços de atendimento em saúde, como os hospitais, implementarem o uso da Libras, possibilitarão que a comunidade surda usufrua plenamente do direito à acessibilidade, que é considerado um direito fundamental no Brasil. Ainda, torna-se necessária a criação de políticas públicas de promoção efetiva de saúde para as pessoas surdas. **Considerações Finais/Conclusões:** Diante disso, conclui-se que a inclusão de pessoas surdas no ambiente hospitalar depende, principalmente, da valorização da Libras como instrumento de acesso ao cuidado em saúde. Assim, a capacitação dos profissionais da área quanto ao uso da Libras é indispensável, pois contribuirá para uma prática mais equitativa, igualitária e acessível. Além disso, é importante a criação de políticas de acessibilidade.

Palavras-chave: Legislações Brasileiras. Atendimento em Saúde. Pessoas Surdas. Acessibilidade. Libras.

Referências:

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília, 2002. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm >. Acesso em: 02 mai. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

POLUIÇÃO QUÍMICA X SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS PARA O DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO

GONÇALVES, Ane Daniele dos Santos¹; SOUZA, Angélica Oliveira¹; PAIVA Damilla Vieira¹; LIMA, João Gabriel Aguiar¹; ROCHA, Paulo Rodrigues Ruas¹; PRATES, Cláudia Letícia Moura².

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário da Unifipmoc/Afya

² Professor do curso de Direito do Centro Universitário da Unifipmoc/Afya

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988. No entanto, a sociedade enfrenta graves ameaças relacionadas à poluição química, sobretudo nos centros urbanos. O uso inadequado de substâncias químicas e o descarte irresponsável de resíduos industriais, agrícolas e urbanos comprometem o equilíbrio ecológico, ameaçando a saúde humana, a biodiversidade e a qualidade do solo, da água e do ar. Diante disso, é necessário refletir sobre os desafios enfrentados para garantir a efetividade do direito ao meio ambiente saudável em um contexto de crescente contaminação química. O objetivo desse estudo é analisar os impactos da poluição química no meio ambiente e discutir os principais desafios jurídicos e sociais para assegurar a sustentabilidade ambiental. Nesse viés, busca-se demonstrar como o direito ambiental pode atuar na prevenção e mitigação desses impactos, por meio de instrumentos legais eficazes. Sendo assim, realizou-se uma revisão bibliográfica e normativa, com análise de legislações ambientais brasileiras e documentos institucionais relacionados à poluição química e sustentabilidade. Também foram observadas diretrizes internacionais e princípios constitucionais aplicáveis ao tema. Constatou-se que, apesar da existência de normas ambientais relevantes, a poluição química continua crescendo devido à fiscalização ineficaz, ao uso indiscriminado de substâncias químicas e à ausência de políticas públicas efetivas de educação ambiental. Outrossim, verifica-se também a necessidade de maior integração entre o setor jurídico ao setor arquitetônico. Logo, conclui-se que o combate à poluição química exige o fortalecimento do arcabouço jurídico-ambiental aliado a ações educativas e participativas. O direito ao meio ambiente equilibrado só será plenamente efetivado com políticas públicas integradas, controle rigoroso de substâncias químicas e conscientização social. O papel do Direito é fundamental para garantir a responsabilização de agentes poluidores e estimular práticas sustentáveis nos diversos setores da sociedade.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

DIREITOS DA GESTANTE: PROTEÇÃO JURÍDICA NO TRABALHO, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Ana Eliza Vieira Prado ¹; Bruno Oliveira Rocha ¹; Julia Jansons ¹; Maria Fernanda Oliveira Figueiredo Braga ¹; Maria Tereza Mendes de Oliveira ¹; Samuel Davi Pires Gomes ¹; Lara Maia Silva Gabrich².
¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya
² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya

A proteção jurídica à gestante compreende um conjunto de direitos fundamentais que asseguram seu bem-estar no trabalho, na saúde e na previdência social. Essa legislação visa garantir sua dignidade e segurança durante a gravidez, bem como o acesso a direitos como o salário-maternidade (quando elegível), a estabilidade contra dispensa imotivada e o atendimento médico adequado. Apesar da ampla legislação existente, o desconhecimento desses direitos, devido à desinformação e à escassa divulgação por órgãos públicos, reforça a necessidade de maior educação e disseminação jurídica sobre as proteções disponíveis à gestante. O presente resumo tem como objetivo evidenciar os resultados do projeto de extensão, que relacionou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, que visa garantir saúde e promover o bem-estar de todos, com o Direito, promovendo conhecimento jurídico às mulheres em fase gestacional de forma clara dos seus direitos. Para tanto, a equipe, sob a orientação da professora Lara Maia Silva Gabrich, realizou intervenção no Hospital Universitário Clemente de Faria (HU), fornecendo orientação jurídica às mães e gestantes, informando-as sobre seus direitos durante atendimento hospitalar por meio de pequenas palestras na maternidade, com momentos para sanar dúvidas. Adicionalmente, foram distribuídos panfletos elaborados de forma clara e acessível para facilitar a compreensão. Dessa forma, verificou-se um aumento considerável no nível de conhecimento das gestantes acerca dos direitos que lhes são legalmente assegurados. As participantes da atividade, realizada nas instalações do Hospital Universitário Clemente de Faria, expressaram reconhecimento e apreço pela iniciativa, relatando sensação ampliada de segurança, autonomia e esclarecimento quanto aos seus direitos, indicando que o acesso qualificado à informação pode contribuir de forma significativa para uma vivência gestacional mais consciente, digna e pautada no respeito às garantias legais da mulher. A iniciativa de orientação jurídica promovida no Hospital Universitário Clemente de Faria cumpriu de maneira eficaz seus propósitos, ao capacitar as gestantes quanto ao conhecimento de seus direitos e favorecer o fortalecimento de sua autonomia no contexto da assistência obstétrica. A ação demonstrou-se um importante instrumento de promoção da cidadania, além de contribuir para a construção de um ambiente de cuidado mais ético, seguro e humanizado.

Palavras-chave: Gestante; Proteção Jurídica; Salário-maternidade; Estabilidade Gestacional.

Referências:

- LACERDA, G. M. O. de; MARIANO, V. da C.; PASSOS, S. G. de. **Violência obstétrica e os direitos das gestantes: o que as mulheres sabem?**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 42–53, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.5948750. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/333>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- ARAÚJO, R. I. P. de. **Da responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade nas situações de dispensa sem justa causa**. 2015. 65 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- NUNES, G. J. C. **Proteção ao trabalho da mulher: a estabilidade da gestante**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8640>. Acesso em: 21 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

TRANSPARÊNCIA TRIBUTÁRIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO E A CIDADANIA FISCAL

SOARES, Thauany Ranielly Vieira¹; OLIVEIRA, LACERDA, Maria Paulino²; OLIVEIRA, Helen Cristiany Pimenta³; ¹ Acadêmica do curso de Direito e membra da LET da UnifipMoc; ² Acadêmica do curso de Direito e membra da LET da UnifipMoc; ³ Professora de Direito Tributário e Coordenadora da LET da UnifipMoc

RESUMO: A discussão sobre a transparência tributária nas relações de consumo não é recente. O princípio constitucional da transparência fiscal tem ganhado força no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente a partir da promulgação da Lei nº 12.741/2012. Desde então, foram desenvolvidas iniciativas que buscam fomentar a cidadania fiscal e o controle social. Entre as políticas públicas adotadas, destaca-se a exigência legal de informar ao consumidor a carga tributária incidente sobre produtos e serviços, ressaltando sua importância na construção de uma consciência cidadã e fiscal. Nesse contexto, o presente texto busca responder à seguinte questão: Como a exigência legal de informar a carga tributária ao consumidor pode contribuir para a promoção da cidadania fiscal no Brasil? Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a eficácia do princípio da transparência tributária nas relações de consumo como instrumento de fortalecimento do controle social e da participação democrática. A metodologia utilizada fundamenta-se em pesquisa exploratória, com abordagem quantitativa, por meio de levantamento bibliográfico e documental. O estudo considera contribuições teóricas relevantes no campo do Direito Tributário e da cidadania fiscal. A problemática central reside no fato de que, embora a Lei nº 12.741/2012 determine a discriminação dos tributos nos documentos fiscais, sua aplicação prática ainda é deficiente. Muitos consumidores desconhecem os tributos embutidos nas compras do dia a dia e, por consequência, não se sentem motivados a fiscalizar a arrecadação e a destinação dos recursos públicos. Essa realidade evidencia uma lacuna entre a norma jurídica e a efetivação dos direitos informacionais dos cidadãos. O direito à informação tributária é peça-chave para o exercício da cidadania fiscal. Conhecer os tributos pagos e compreender seu impacto no orçamento público pode estimular a participação ativa da sociedade na cobrança por mais eficiência, equidade e transparência no uso dos recursos arrecadados. Assim, torna-se fundamental avaliar o nível de conhecimento da população sobre a carga tributária, verificar o cumprimento da legislação por parte do comércio e analisar como a informação tributária é percebida socialmente. Conclui-se que a educação fiscal e o acesso claro à informação sobre os tributos incidentes no consumo são fatores essenciais para promover maior engajamento social, fortalecer a cidadania e ampliar a confiança entre Estado e sociedade.

Palavra-chave: Transparência. Cidadania Fiscal. Tributação sobre o consumo.

Referências: DE SANTI, Eurico Marcos Diniz; CORRÊA, André Rodrigues. **TRANSPARÊNCIA E LEGALIDADE COMO ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA**. São Paulo. Editora Max Limonad, 2020. CAMPELLI, Laura Romano. **NASCIMENTO**, Nathan Gomes Pereira do D'Araújo, Pedro Júlio Sales. (coordenadores) **Cidadania fiscal no século XXI: estudos do Núcleo de Estudos Fiscais da FGV Direito SP.**/ Laura Romano Campelli. Nathan Gomes Pereira do Nascimento. Pedro Júlio Sales D'Araújo. – São Paulo: Editora Max Limonad, 2023. CARVALHO, Paulo de Barros. 3 ed. **Direito Tributário – linguagem e método**. São Paulo: Noeses, 2020.

Trabalho elaborado no âmbito do projeto de Extensão do Curso de Direito da UnifipMoc: LET (Liga Acadêmica de Estudos Tributários)
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afy

INCENTIVOS FISCAIS EM SOROCABA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESAFIOS EXTRAFISCAIS

XAVIER, Isabela Ramos ¹; FREITAS, OLIVEIRA, Helen Cristiany Pimenta²;

¹ Acadêmica do curso de Direito e membra da LET da UnifipMoc; ² Professora de Direito Tributário e Coordenadora da LET da UnifipMoc

RESUMO

A Prefeitura de Sorocaba oficializou, em janeiro de 2025, a concessão de incentivos fiscais a empresas que atuam na cidade, com o objetivo de estimular o crescimento econômico local, atrair novos investimentos e gerar empregos. A medida, embora considerada positiva pela indústria local, gera discussões sobre a necessidade de modernização da legislação e sobre a importância de contratos claros que garantam a transparência do processo. A política de incentivos fiscais contempla uma série de benefícios, como a redução de até 100% do IPTU para empresas que se instalem, ampliem ou transfiram suas operações para Sorocaba, além de descontos no ISSQN e isenção de tributos sobre obras de construção civil, desde que atendidos os requisitos previstos na legislação. No entanto, ainda existem críticas sobre a necessidade de atualizar a Lei nº 12.099/19 para garantir maior transparência e modernização nas regras de concessão desses benefícios. O objetivo deste estudo é analisar os efeitos da concessão de incentivos fiscais em Sorocaba, considerando tanto os benefícios econômicos esperados quanto as possíveis limitações do processo, com atenção aos aspectos da transparência e da necessidade de modernização da legislação fiscal. Além disso, busca-se avaliar a efetividade das contrapartidas exigidas das empresas beneficiadas e os possíveis impactos a longo prazo para o município. A metodologia aplicada combina pesquisa quantitativa sobre os incentivos efetivamente concedidos, com análise da legislação vigente, em especial da Lei nº 12.099/19, e revisão bibliográfica comparativa com municípios de porte semelhante. A concessão de incentivos fiscais é uma estratégia importante para o desenvolvimento econômico municipal, especialmente no que diz respeito à atração de empresas e à geração de empregos. Contudo, a pesquisa sugere que a legislação vigente, embora eficiente em alguns aspectos, requer ajustes significativos. A modernização da Lei nº 12.099/19, com a introdução de critérios mais claros e a garantia de maior transparência nos processos de concessão e fiscalização, é essencial para assegurar que os incentivos fiscais resultem em benefícios duradouros para a cidade. A colaboração entre o poder público e o setor empresarial deve ser fortalecida para otimizar o uso desses recursos, garantindo que as empresas cumpram suas contrapartidas, como o aumento de investimentos sociais e a criação de postos de trabalho, sem comprometer a transparência e a equidade fiscal.

Palavras-chave: Incentivos fiscais; Extrafiscal; Desenvolvimento econômico; Legislação municipal.

Referências

- FRIZO**, João. Sorocaba concede incentivos fiscais para as empresas. Revista Cruzeiro do Sul. 2025, disponível em <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/noticias/2025/02/743809-sorocaba-concede-incentivos-fiscais-para-empresas.html>. Acesso 19 de maio de 2025.
- PORTUGAL**, Rodrigo. Avaliação de Desempenho dos Incentivos Fiscais Federais para o desenvolvimento Regional. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 26, e202425, 2024. Disponível em <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202425>. Acesso 18 maio 2025.
- SOROCABA**. Lei nº 12.099, de 12 de abril de 2019. Estabelece diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico do município e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sorocaba/lei-ordinaria/2019/1210/12099>. Acesso em: 19 maio 2025.

Trabalho elaborado no âmbito do projeto de Extensão do Curso de Direito da UnifipMoc: LET (Liga Acadêmica de Estudos Tributários) Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

IPTU E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO: A TRIBUTAÇÃO DE IMÓVEIS IRREGULARES

FERREIRA, Clara Santos¹; DA SILVA, Leni Maria Pereira¹; DE OLIVEIRA, Helen
Cristiany Pimenta²

¹ Acadêmica do curso de Direito da UnifipMoc

¹ Acadêmica do curso de Direito da UnifipMoc.

² Professora e Coordenadora da LET do Curso de Direito da UnifipMoc e Professora do Curso de Serviço Social da Unimontes.

Introdução/Justificativa: A tributação desempenha papel essencial na manutenção das atividades estatais, sendo por meio dos tributos que o Estado financia as ações de interesse coletivo. Embora se associe o recolhimento de tributos às atividades lícitas, o Código Tributário Nacional, em seu artigo 118, permite a incidência tributária mesmo sobre atos ou bens originados de práticas ilícitas, desconsiderando a legalidade do ato ou a natureza de seu objeto. **Objetivo:** Essa diretriz reflete o princípio *pecunia non olet*, segundo o qual o tributo incide independentemente da licitude da fonte. Partindo dessa premissa, este estudo volta-se à análise da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre construções erguidas em áreas de preservação ambiental, especificamente na cidade de Montes Claros – MG, durante o ano de 2025. **Métodos:** A partir de uma abordagem de raciocínio hipotético-dedutivo, foram investigadas edificações irregulares inseridas em zonas de proteção ambiental, considerando os impactos jurídicos e ambientais da incidência fiscal sobre tais bens. **Resultados:** A discussão busca compreender se, mesmo em contextos de ilegalidade ambiental, o poder público mantém o direito à arrecadação e quais são as implicações dessa prática na gestão urbana e ambiental do município.

Palavras-chave: Tributação; *Pecunia non olet*; Área de preservação; IPTU; Direito ambiental.

Referências: ADEDE Y CASTRO, João Marcos. *Crimes ambientais: comentários à Lei 9.605/98*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2004.

FERNANDES, Marlene Allan. *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. O objeto e o fato gerador do imposto de renda. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). *Imposto de renda: conceitos, princípios e comentários*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ALCOOLISMO PRECOCE: DESAFIOS E IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO ESCOLAR

RAMOS, Ana Júlia Marçal¹; CARVALHO, Gabriela Olinsky Silva¹; BORGES, Heberth Ralf dos Santos¹; SILVA, Marcela Crislayne Araújo Moura¹; OLIVEIRA, Maria Clara Antunes de¹; GOMES, Maria Eduarda Bernardino¹; SANTOS, Daniel Ferreira dos²

¹Acadêmicos do curso de Direito da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

²Professor do curso de Direito da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

Resumo: O alcoolismo é uma doença crônica e multifatorial, caracterizada pelo consumo compulsivo e excessivo de bebidas alcoólicas, o que gera dependência e compromete o bem-estar do indivíduo. Atualmente, essa realidade tem se expandido entre adolescentes brasileiros, mesmo diante da proibição legal da venda e do consumo de álcool por menores de idade. A fragilidade na fiscalização e a influência de meios midiáticos constituem fatores que agravam esse cenário. O alcoolismo precoce acarreta sérios prejuízos à qualidade de vida, afetando a saúde física e mental, além de comprometer o desenvolvimento neurológico dos jovens. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar o grau de conscientização da população juvenil sobre os riscos jurídicos e psicossociais relacionados ao consumo precoce de bebidas alcoólicas, bem como investigar os serviços de assistência disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para o Centro de Referência em Álcool e outras Drogas (Cread). Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, com base na análise de artigos científicos e estudos recentes sobre o tema. Os resultados apontam que o consumo de álcool entre adolescentes está associado a riscos imediatos, como episódios de embriaguez, e a danos a longo prazo, incluindo doenças hepáticas, úlceras e predisposição ao desenvolvimento de tumores. Conclui-se, portanto, que o uso precoce do álcool potencializa seus efeitos nocivos, sendo essencial que o Estado intensifique a fiscalização, e que instituições sociais, como a família e a escola, atuem na promoção de ações preventivas, diálogos educativos e encaminhamentos para diagnóstico e tratamento, quando necessário.

Palavras-chave: Alcoolismo; Precoce; Saúde física e mental; Adolescentes; Conscientização.

Referências:

- AIZENSTEIN, Moacyr; GUERRA, Arthur. **Consumo de álcool possui consequências a curto e longo prazo.** *Jornal da USP*, Rádio USP, 1. ed., 26 fev. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/consumo-de-alcool-possui-consequencias-a-curto-e-longo-prazo/>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.106, de 17 de março de 2015. **Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para tipificar o fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.** *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 mar. 2015.
- DALLO, Luana. **Uso de álcool entre adolescentes escolares: um estudo-piloto.** *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, 24 jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/TK9pXN4g9sQrZTMB2z9GnZP/>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- PESCHANSKY, Flávio. **Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos.** *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Porto Alegre: Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas da UFRGS, 4 jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/V6Ptzt3W73RGSJ6k7jPMv4r/>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- TOPORCOV, Tatiana. **Relatório da OMS mostra evidências associando consumo de álcool e câncer.** *Jornal da USP*, Ribeirão Preto, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/relatorio-da-oms-mostra-evidencias-associando-consumo-de-alcool-e-cancer/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

A FUNÇÃO JURÍDICA E ECONÔMICA DO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS NO BRASIL

MACIEL, Beatriz Helena de Oliveira¹; OLIVEIRA, Christina Gomes de ¹; LEÃO, Mykaella do Valle Souza; FREITAS, Samira Emanuelle Xavier¹; ANTUNES, Tales Mendes ².

¹ Discentes do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc

² Docente do Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMoc

Introdução: Inicialmente, o intuito dessa pesquisa é principalmente relatar sobre o ato concorrente do Departamento Nacional do Registro do Comércio, em conjunto com as Juntas Comerciais, e além disso, o amadurecimento da teoria da empresa, proveniente de um sistema italiano, que foi com isso a promulgação da Lei nº 8.934/1994, que tinha como propósito reorganizar a estrutura do comércio do Brasil, denominado de Registro Público de Empresas Mercantis e Afins, uma vez que, esse registro é essencial para a formalização da atividade empresarial no Brasil. Trata-se de competência da União, exercida normativamente pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) e executada pelas Juntas Comerciais dos Estados e do Distrito Federal. Essa estrutura integrada, porém descentralizada, exige alinhamento entre os entes federativos para garantir a uniformidade e efetividade dos registros. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo investigar a importância, no âmbito empresarial, do registro público de empresas mercantis no Brasil, analisando a função jurídica e, também, econômica de tal registro público. Assim, pretende-se averiguar sua importância na formalização de negócios e no fomento ao desenvolvimento da atividade econômica do país, além disso, acerca do estudo sobre o registro empresarial perante o Registro Público de Empresas Mercantis, as consequências de sua ausência e o impacto efetivo no funcionamento das sociedades empresárias e nas condições que os empresários se encontram. **Método:** Para tanto, utilizou-se de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, mediante coleta de dados bibliográficos e documentais. **Resultado:** Observa-se que, ao percorrer o histórico da pesquisa sobre a importância do registro de dados e os seus requisitos, aponta-se que o registro é essencial para a documentação do processo científico, a validação de métodos e a garantia da integridade da pesquisa. **Conclusão:** A pesquisa efetuada evidenciou que o registro público das empresas mercantis correlaciona-se com as seguintes atribuições, sendo estas, (i) editar normas e instruções necessárias, dirigidas às Juntas Comerciais de todo o País; (ii) orientar e fiscalizar as Juntas Comerciais, zelando pela regularidade na execução do registro de empresa; (iii) promover ou providenciar medidas correicionais do Registro de Empresa; (iv) organizar e manter atualizado o Cadastro Nacional das Empresas Mercantis. Tais atribuições são de substancial importância para proporcionar segurança jurídica às relações econômicas dos empresários e, conseqüentemente, para fomentar a atividade econômica do país. Por outro lado, a negativa do registro ocasiona verdadeiras sanções aos empresários irregulares - como, por exemplo, impossibilidade de participar de licitações, impossibilidade de inscrição em cadastros fiscais, ausência de matrícula junto ao INSS, processada simultaneamente à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -, o que afeta o desenvolvimento da sua atividade econômica.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Empresária. Registro Público de Empresas Mercantis. Limitações.

REFERÊNCIAS:

- OLIVEIRA, Dominique Santos. **O Registro Empresarial na Junta Comercial e as Consequências Da sua Ausência**. Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufjf.br/bitstream/11422/22752/1/DSOliveira-min.pdf>
Acesso em: 18 de maio de 2025.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 28.^a EDIÇÃO. São Paulo. Revista Dos tribunais. 2016.
Disponível em: <https://solicitacao.com.br/files/conteudo/30/manual-de-direito-comercial-direito-de-empresa-28-ed.-2016-fabio-ulhoa-coelho.pdf>
Acesso em: 18 de maio de 2025.
- BRASIL. **LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18934.htm
Acesso em: 23 de maio de 2025.

TRIBUNAL DO JÚRI NO SISTEMA JÚRIDICO BRASILEIRO

GOMES, Eduardo de Almeida Torres Mesquista¹; REIS, Matheus Patrick Batista¹; REIS, Wannessa Aquino Nunes².

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UnifipMoc Afya

² Professora do curso de Direito da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: O Tribunal do Júri é uma instituição prevista na Constituição Federal, que assegura aos acusados de crimes dolosos contra a vida o julgamento por seus pares, representando a participação popular no Poder Judiciário. Sua importância está ligada à democratização da justiça, permitindo que cidadãos decidam sobre fatos e responsabilidades penais. **Objetivo:** Analisar o funcionamento do Tribunal do Júri no ordenamento jurídico brasileiro, destacando seus princípios, etapas processuais e a importância da participação popular. **Métodos:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com análise da legislação vigente e artigos científicos que abordam a atuação do Tribunal do Júri no Brasil. **Resultados:** O estudo demonstrou que o Tribunal do Júri é regido pelos princípios da plenitude de defesa, soberania dos veredictos, sigilo das votações e competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. As fases do procedimento são a primeira fase (judicialização e instrução) e a segunda fase (julgamento pelos jurados). Contudo, observa-se que, diante do aumento da violência, há o risco de decisões influenciadas por pré-julgamentos, especialmente quando o acusado já se encontra preso e sob forte pressão social. Diante das transformações ocorridas em diferentes países, que adaptaram o instituto às suas realidades, o Tribunal do Júri permanece como um mecanismo essencial para assegurar a democratização da justiça, preservando os direitos e garantias fundamentais dos acusados. **Considerações Finais/Conclusões:** O Tribunal do Júri cumpre um papel essencial na justiça brasileira, fortalecendo a cidadania e a democracia. Não obstante, apesar de desafios e críticas, sua existência garante que a sociedade participe ativamente na decisão dos crimes mais graves, sendo necessário, no entanto, constante aprimoramento no seu funcionamento.

Palavras-chave: População, processo penal; direitos fundamentais

Referências:

FUACZ, Rodrigo; AVELAR, Daniel Ribeiro Surdi de. **Os 200 anos do Tribunal do Júri no Brasil**. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2022-jun-18/tribunal-juri-200-anos-tribunal-juri-brasil/>>. Acesso em: 26 de mai de 2025.

FERREIRA, Flávia Elaine Remiro Goulart. **Aspectos principais do Tribunal do Júri no Brasil**. Disponível em <<https://claudiaseixas.adv.br/aspectos-principais-do-tribunal-do-juri-no-brasil/>>. Acesso em: 26 de mai de 2025.

CAMBUHY, Clemente Sales. **A importância do tribunal do júri no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-importancia-do-tribunal-juri-no-ordenamento-juridico-brasileiro/2264412068>>. Acesso em: 26 de mai de 2025.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc/Afya

A NATUREZA JURÍDICA DAS SOCIEDADES SIMPLES NO SISTEMA EMPRESARIAL BRASILEIRO

OLIVEIRA, Fábيا Equiteria Santos da Costa¹; PEREIRA, Jamili Gabriele Conceição ¹; ROCHA, Joabys Ferreira¹; SILVA, Mirian Tallita Amaral da¹; FERREIRA, Odete Gonçalves¹; FIUZA, Thais Ferreira de Moura¹; MENDES, Tales Antunes².

¹ Acadêmicos do curso de Direito UNIFIPMoc Afya

² Professor do curso de Direito UNIFIPMoc Afya

As sociedades simples representam uma modalidade societária prevista no Código Civil brasileiro voltada para o exercício de atividades econômicas não empresariais, especialmente aquelas de natureza intelectual, científica, artística ou literária. Elas se destacam por reunir pessoas que atuam em conjunto, sem a intenção de desenvolver atividade econômica organizada nos moldes empresariais. A relevância desse tipo de sociedade reside na sua simplicidade organizacional e na valorização da relação pessoal entre os sócios. Analisar o conceito, as características e a importância das sociedades simples dentro do direito empresarial brasileiro, destacando suas distinções em relação às sociedades empresárias. A pesquisa foi realizada com base em revisão bibliográfica e análise da legislação brasileira, especialmente o Código Civil de 2002. Foram consultadas obras de autores renomados da área jurídica, bem como artigos acadêmicos disponíveis em bases de dados jurídicas. A análise demonstrou que as sociedades simples são fundamentais para a organização de profissionais autônomos e liberais. Elas não se submetem à inscrição na Junta Comercial, mas sim no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, e podem adotar diversos tipos societários, incluindo a forma “limitada”, desde que não pratiquem atividade empresarial. Sua constituição exige menos formalidades, e os sócios mantêm uma relação mais direta e de confiança mútua. As sociedades simples exercem papel importante no sistema jurídico e econômico brasileiro ao permitir a associação de profissionais sem a complexidade das sociedades empresárias. A existência dessa figura jurídica fortalece a distinção entre sociedades simples e empresárias, crucial para a segurança jurídica e a organização de atividades profissionais intelectuais.

Palavras-chave: Sociedade simples, direito empresarial, sociedade não empresária, profissionais liberais.

Referências: BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro - Direito Societário - 14ª Edição 2022. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.212. ISBN 9786559772582. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772582/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial - Teoria Geral e Direito Societário Vol.1 - 15ª Edição 2024. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.290. ISBN 9788553621088. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621088/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

DO CÁRCERE À COMUNIDADE: EXTENSÃO E INTERDISCIPLINARIDADE NA RESSOCIALIZAÇÃO PENAL

1 Sandra Agenora Dias Souto Santos

2 Wannessa Aquino Reis Nunes

Introdução/Justificativa: O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o impacto social dos projetos de extensão universitária voltados à ressocialização de egressos do sistema penal brasileiro, a partir de uma abordagem interdisciplinar. Em um país marcado pela superlotação carcerária, reincidência e ineficiência na reintegração social dos apenados, torna-se urgente repensar o papel da universidade pública como agente de transformação social. **Objetivo(s):** Analisar como a atuação interdisciplinar em projetos de extensão pode contribuir para a efetiva ressocialização de ex-detentos, além de promover formação acadêmica crítica e cidadã. **Métodos:** Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, além da análise de experiências concretas de projetos de extensão em universidades públicas brasileiras que atuam com a população egressa do sistema prisional. **Resultados:** Verificou-se que ações interdisciplinares envolvendo áreas como Direito, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e Administração ampliam significativamente as possibilidades de acolhimento, reintegração social e capacitação profissional de egressos. Esses projetos também enfrentam desafios, como escassez de recursos e preconceito social, mas apresentam resultados positivos na redução da reincidência criminal e na transformação da visão dos acadêmicos sobre o sistema penal. **Considerações Finais/Conclusões:** A extensão universitária, ao romper os muros da academia, se mostra ferramenta essencial de justiça social. A interdisciplinaridade permite uma compreensão mais ampla das complexidades envolvidas na pena privativa de liberdade e na ressocialização. Conclui-se que projetos de extensão bem estruturados não apenas impactam a vida dos egressos, mas também promovem o amadurecimento ético e político dos futuros profissionais.

Palavras-chave: Ressocialização. Sistema Penal. Extensão Universitária. Interdisciplinaridade. Justiça Social.

Referências:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. MINOGUE, K. O Estado e os seus inimigos. São Paulo: Martins Fontes, 2001. SALLA, F. A reinvenção do cárcere. São Paulo: Edusp, 2007.

A CLÁUSULA SALVATÓRIA NO CONTEXTO DOS CRIMES HEDIONDOS.

CASTILHO, Samuel Antônio Lima¹; GONÇALVES, Ryan Moyses Mendes¹; SILVA, Enzo Alcântara¹ RODRIGUES, Admilson Pereira².

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em direito da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso bacharelado em direito da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A Lei nº 8.072/90, conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, instituiu um rol taxativo de crimes considerados de extrema gravidade, aos quais se aplica um regime jurídico mais severo., no entanto, a rigidez desse sistema legal, que não permite a consideração das peculiaridades do caso concreto, tem gerado críticas por ocasionar sanções desproporcionais, e diante desse cenário, Alberto Zacharias Toron propôs a introdução da cláusula salvatória como forma de conferir maior flexibilidade e justiça à aplicação penal. **Objetivo:** A proposta da cláusula salvatória visa permitir ao magistrado afastar a classificação de determinado crime como hediondo, mesmo que este conste do rol legal, quando as circunstâncias específicas do caso concreto permitirem essa interpretação, buscando assim, assegurar uma aplicação mais justa, proporcional e individualizada da pena, respeitando os princípios constitucionais da proporcionalidade, da individualização da pena e da dignidade da pessoa humana. **Métodos:** A pesquisa possui natureza qualitativa, adotando-se o método dedutivo como forma de abordagem. Para a elaboração da presente pesquisa, foram utilizados procedimentos bibliográficos e documentais. **Resultados:** A partir da análise das obras literárias de Toron, Klaus Negri Costa, Fábio Roque Araújo e Nestor Távora restou demonstrada a possibilidade da aplicação da cláusula salvatória, ainda que não prevista expressamente em lei, como forma de afastar a classificação hedionda em casos onde as circunstâncias do delito e do agente assim o justifiquem, evidenciando assim, a busca por uma justiça penal mais equitativa e adaptada aos casos concretos. **Considerações Finais/Conclusões:** A cláusula salvatória representa uma proposta inovadora para suprir lacunas de rigidez do sistema penal brasileiro, e sua adoção, desde que devidamente regulamentada, pode promover maior justiça, assegurando a proporcionalidade das sanções e a dignidade da pessoa humana, além de reafirmar a importância da atuação do magistrado na concretização de uma justiça penal mais humanizada e individualizada, sem violar o princípio da legalidade.

Palavras-chave: Cláusula Salvatória. Crimes Hediondos. Proporcionalidade.

Referências:

TORON, Alberto Zacharias. Crimes hediondos: o mito da repressão penal. São Paulo: RT, 1996, p. 98. Apud. LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada. 2. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2014.
HAMMERSCHMIDT, Denise. Crimes hediondos e assemelhados: heinous crimes. 4. ed., rev. Curitiba: Editora Juruá, 2024.
COSTA, Klaus Negri; ARAÚJO, Fábio Roque; TÁVORA, Nestor. Curso de Legislação Criminal Especial. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2023. Disponível em: https://www.editorajuspodivm.com.br/media/juspodivm_material/material/file/JUS2758-Degustacao.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

TRIBUNAL DO JÚRI: DEMOCRACIA, SOBERANIA E JULGAMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA.

MIRANDA, Guilherme Antunes¹; FERRERA, Luca Vinicius¹; OLIVEIRA, Lucas Aparecido¹; DIAS, Maria Esther Santos ¹; SANTOS, Pedro Dias².

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA)

² Professor do curso Direito Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA)

Introdução: O Tribunal do Júri é previsto no art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal de 1988, sendo responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida, como homicídio, infanticídio, aborto provocado por terceiro e auxílio ao suicídio, além dos crimes conexos. Sua existência simboliza a participação direta da sociedade na administração da Justiça criminal, conferindo legitimidade democrática ao poder punitivo estatal ao permitir que cidadãos decidam sobre a culpa ou inocência do réu. **Métodos:** O procedimento do Tribunal do Júri é bifásico. A primeira fase, chamada *judicium accusationis*, busca verificar se existem indícios suficientes de autoria e materialidade. Ao final, o juiz decide pela pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação do crime. Confirmada a competência do Júri, inicia-se a segunda fase *judicium causae*, que consiste no julgamento em si, realizado por um juiz togado e um conselho de sete jurados leigos sorteados. Quatro princípios constitucionais regem essa instituição: (1) plenitude de defesa, que garante o uso amplo de argumentos legais e emocionais; (2) sigilo das votações, assegurando liberdade aos jurados; (3) soberania dos veredictos, segundo a qual as decisões do Júri não podem ser reformadas no mérito por instâncias superiores; e (4) competência exclusiva para julgar crimes dolosos contra a vida. Durante a sessão, após instrução e debates, o juiz formula quesitos aos jurados, que deliberam de forma secreta sobre a materialidade do fato, autoria, causas excludentes e absolvição. O veredicto é por maioria simples, cabendo ao juiz apenas aplicar a pena, caso haja condenação. **Resultados:** Ainda que a soberania dos veredictos limite a revisão das decisões, admite-se novo julgamento quando a decisão for manifestamente contrária às provas dos autos. Também são cabíveis apelações por nulidade, erro na aplicação da pena ou ofensa a princípios constitucionais. Apesar de críticas à atuação de jurados leigos em matérias complexas, com risco de julgamentos influenciados por apelos emocionais, o Tribunal do Júri é amplamente reconhecido como instrumento de democratização da Justiça penal. Ele representa a expressão do juízo popular sobre os crimes mais graves que atentam contra a vida humana.

Palavras-chave: Procedimentos. Tribunal do Juri. Crimes Dolosos Contra a Vida.

Referências: NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Processo Penal.**

ODS 3: O TRATAMENTO DE PACIENTES COM CÂNCER PELO SUS

Antonia Luisa Mendes de Amorim ¹; Djúlia Guimarães de Oliveira Nonato ¹; Iza Maria de Jesus ¹; Rafaela Caroline Vieira

Costa; Taise Daiana Lopes Lessa Vieira ².

¹ Acadêmico do curso Direito da instituição UniFipMOC

² Professor do curso Projeto de Extensão da instituição UniFipMOC

Introdução: A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) inclui o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. O ODS 3 busca reduzir óbitos prematuros causados por doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é o principal responsável por oferecer atendimento integral e gratuito às pessoas diagnosticadas com câncer, sendo essencial para a efetivação do direito à saúde, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar como o SUS contribui para o cuidado e o tratamento de pacientes oncológicos, em consonância com o ODS 3. Além de discutir os avanços e limitações do sistema público, o trabalho visa compreender como se dá o acesso dos pacientes aos serviços de tratamento oncológico no Brasil. **Resultados:** A metodologia utilizada neste estudo foi descritiva e qualitativa, com base em fontes secundárias, como documentos do Ministério da Saúde, dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA) e publicações da Rede Brasileira de Atenção Oncológica. O SUS estrutura-se para oferecer cuidados que vão desde a detecção precoce até o tratamento especializado, como quimioterapia, radioterapia e cuidados paliativos. Essas ações são organizadas por meio da Rede de Atenção Oncológica, que busca promover o acesso integral e equitativo aos serviços de saúde. A gratuidade e universalidade no atendimento são marcos fundamentais do SUS, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso ao tratamento, independentemente de sua condição financeira. Contudo, ainda existem desafios consideráveis, como a escassez de recursos, a má distribuição de serviços, a carência de equipamentos e as longas filas de espera. Essas barreiras comprometem a eficácia e a qualidade do cuidado prestado. O SUS também investe em ações de prevenção e promoção da saúde, como campanhas de rastreio dos cânceres de mama, colo do útero e próstata. Essas campanhas são essenciais para o diagnóstico precoce, o que aumenta as chances de cura e reduz os custos de tratamento. Ademais, o SUS oferece suporte psicossocial por meio de equipes multidisciplinares compostas por psicólogos, assistentes sociais e nutricionistas, que acompanham os aspectos emocionais e sociais da doença. É importante destacar a existência da Lei nº 14.238/2021, conhecida como Estatuto da Pessoa com Câncer, que estabelece direitos e diretrizes para garantir tratamento digno e célere. Entre os principais direitos previstos, está o início do tratamento em até 60 dias após o diagnóstico. **Conclusão:** Conclui-se que o SUS desempenha um papel fundamental na luta contra o câncer, promovendo o acesso universal ao tratamento e às ações preventivas. Embora o sistema tenha avanços notáveis, ainda enfrenta obstáculos estruturais que exigem investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação de profissionais e políticas públicas que assegurem a equidade no cuidado. A superação dessas barreiras é essencial para o cumprimento do ODS 3 e para a promoção de uma vida saudável e com dignidade para todos os cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: ODS, Câncer, Direito à Saúde, SUS, Estatuto da Pessoa com

Referências:-

Ministério da Saúde. "Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios e Diretrizes". Disponível

em: [\[www.saude.gov.br\]](http://www.saude.gov.br) (<http://www.saude.gov.br>).

- Organização das Nações Unidas (ONU). "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 3: Saúde e Bem-Estar". Disponível em: [\[www.un.org\]](https://www.un.org) (<https://www.un.org>).

- Instituto Nacional de Câncer (INCA). "Ações de Controle do Câncer no SUS". Disponível em: [\[www.inca.gov.br\]](https://www.inca.gov.br) (<https://www.inca.gov.br>)

A EPIDEMIA DE HIV/AIDS: PERFIL, EXPANSÃO E DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

FERNANDES, Wenderson Alves¹; PEREIRA, Guilherme Henrique Conceição¹; PRADO, Thabata Ramos¹; GARCIA, Maria Clara¹; SILVA, Cybelle Maria Fernandes¹; SANTOS, Daniel Ferreira dos²

¹Acadêmicos do curso de Direito da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

²Professor do curso de Direito da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

Resumo: A descoberta da AIDS em 1981 marcou um ponto de inflexão na história da saúde pública mundial, inaugurando uma epidemia complexa e multifacetada, fortemente influenciada por fatores sociais, comportamentais e regionais. Reconhecida como uma doença infecciosa emergente de impacto global, a AIDS permanece como tema de constante debate científico e social. A epidemia do HIV não é homogênea: assume diferentes configurações conforme a prevalência e os grupos afetados. Define-se como nascente quando a prevalência do HIV é inferior a 5% em populações de risco; como concentrada quando supera esse índice em grupos vulneráveis, mas se mantém inferior a 5% entre gestantes; e como generalizada quando a infecção atinge amplamente a população, inclusive gestantes. Este trabalho tem como objetivo analisar o perfil da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e sua evolução ao longo do tempo, especialmente em relação às transformações sociais e regionais. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica de artigos científicos e dados epidemiológicos oficiais, com enfoque qualitativo e descritivo. Os resultados evidenciam que o Brasil se insere no padrão de epidemia concentrada, semelhante ao observado em países como Sudão, Tailândia e Etiópia. Contudo, destaca-se que a disseminação do HIV no país reflete profundas desigualdades sociais e transformações no perfil populacional atingido. Inicialmente restrita a grandes centros urbanos e a grupos específicos – como homens que fazem sexo com homens e hemofílicos – a epidemia adquiriu um caráter mais heterossexual, atingindo progressivamente as mulheres, fenômeno conhecido como feminização e heterossexualização da epidemia. Observa-se também a interiorização da doença, afetando regiões menos assistidas e populações em maior vulnerabilidade socioeconômica. Conclui-se que a dinâmica da epidemia de HIV/AIDS no Brasil exige uma abordagem multidisciplinar, que considere os determinantes sociais da saúde, o acesso aos serviços de prevenção e tratamento, e políticas públicas voltadas à equidade. A compreensão da trajetória da epidemia é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de enfrentamento e controle.

Palavras-chave: HIV; AIDS; saúde pública; desigualdade social; feminização da epidemia.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde – Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/>. Acesso em: 27 maio 2025. TOPORCOV, Tatiana.

Relatório da OMS mostra evidências associando consumo de álcool e câncer. *Jornal da USP*, Ribeirão Preto, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/relatorio-da-oms-mostra-evidencias-associando-consumo-de-alcool-e-cancer/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

REFORMA TRIBUTÁRIA, EQUIDADE FISCAL E SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

MEDEIROS, Jenifer de Arruda 1; LESSA, Elizabeth Dias 2; PEREIRA, Luiz Fayme Soares 3; MENESES, Farley Soares 4

1 Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

2 Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

3 Acadêmico do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

4 Professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução/Justificativa: O Sistema Tributário Brasileiro, sob um olhar equitativo, é atravessado por marcadores regressivos, com predominância da tributação indireta sobre o consumo, o que impacta de forma (in)direta e mais gravosa às populações marginalizadas. A Reforma Tributária, ao modular a tributação sobre medicamentos e serviços de saúde por meio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pode impactar diretamente o bem-estar da população LGBTQIAPN+. **Objetivo(s):** Este trabalho propõe uma discussão sobre a relação entre justiça fiscal e o acesso à saúde da população LGBTQIAPN+, destacando como a reforma tributária pode contribuir para reduzir desigualdades e ampliar o acesso à saúde pública. **Métodos:** Inserida em um campo metodológico, este trabalho é de abordagem qualitativa cunhada a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** A partir de uma perspectiva de saúde pública, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a população LGBTQIAPN+ enfrenta dificuldades de acesso aos serviços de atendimento. Sobretudo em serviços clínicos e de hormonioterapia, cirurgias de afirmação de gênero e saúde mental, cuja efetividade de ambos depende de financiamento público adequado e políticas tributárias abertas à diversidade, equitativas. O subfinanciamento das políticas de saúde aliado à incidência de tributos sobre insumos, medicamentos e serviços essenciais à promoção da saúde dessa população compromete o princípio da universalidade e da equidade no SUS. A LC nº 214/2025, embora avance na desoneração de medicamentos, não versa sobre demandas específicas da população LGBTQIAPN+, como o acesso a terapias hormonais, por exemplo. Sem um olhar interseccional, a reforma tributária perpetua desigualdades no acesso à saúde. A reforma tributária representa uma oportunidade para reverter esse cenário, por meio da adoção de medidas como a desoneração de medicamentos específicos e a criação de critérios redistributivos na implementação de políticas fiscais que considerem marcadores sociais, como gênero, raça e sexualidade. No entanto, o impacto real dependerá das definições finais das alíquotas e da abrangência das isenções. **Considerações Finais/Conclusões:** Ante o exposto, entende-se que, para a construção de um Sistema Tributário equitativo, a interseccionalidade e sensibilidade devem ser adotadas e, consideradas como instrumento de promoção da justiça social principalmente à saúde da população LGBTQIAPN+.

Referências:

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024**. Institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2414157&filename=PLP+68/2024 Acesso em: 15 de mai. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2018**. Institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7651070&disposition=inline>. Acesso em: 17 de mai. 2025.

FACCHINI, Regina. **Direitos humanos e diversidade sexual e de gênero no Brasil: avanços e desafios**. Jornal da Unicamp, Campinas, SP, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/direitos-humanos-e-diversidade-sexual-e-de-genero-no-brasil-avancos-e>. Acesso em: 15 de mai. 2025.

Palavras-chave: Reforma Tributária. Equidade Fiscal. Saúde LGBTQIAPN+.

A “SÍNDROME DO PIU-PIU” E A RETÓRICA JURÍDICA

BATISTA, Isabella Lopes ¹; VELOSO, Ana Águatha Almeida ¹; VIEIRA, Vânia Ereni Lima ².

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição Unifipmoc

² Professora do curso de Direito da instituição Unifipmoc

Durante a década de 1980, o desenho animado “Piu-Piu e Frajola” foi amplamente veiculado na televisão brasileira, retratando a clássica tentativa do gato Frajola em capturar o pássaro amarelo Piu-Piu, que, por sua vez, escapava habilidosamente e proferia a expressão: “Acho que vi um gatinho!”. Essa frase, marcada por uma ironia diante de uma ameaça evidente, simboliza a negação deliberada da realidade. Com base nesse enredo, Carvalho cunhou o termo “Síndrome do Piu-Piu” para descrever comportamentos em que o indivíduo recusa-se a admitir fatos inquestionáveis, frequentemente associados à vaidade, ao narcisismo ou a práticas de embromação. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente a aplicação dessa síndrome no campo jurídico, sobretudo no contexto do Tribunal do Júri, onde a dúvida pode ser manipulada estrategicamente pela defesa. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, de natureza básica, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados evidenciam que, diante de uma acusação criminal, é comum que a defesa se valha de teses como a negativa de autoria, legítima defesa, coação ilegal ou alegações de inimizabilidade, especialmente quando confrontada com provas contundentes. Nesse cenário, a dúvida passa a funcionar como um recurso emocional, capaz de influenciar a percepção dos jurados e comprometer a clareza do julgamento. Conclui-se que identificar a presença da “Síndrome do Piu-Piu” nas práticas forenses é essencial para que o operador do Direito atue de forma ética, fundamentada em provas e comprometida com a justiça, evitando que argumentos meramente persuasivos se sobreponham à verdade processual.

Palavras-chave: Síndrome do Piu-Piu; Retórica jurídica; Tribunal do Júri; Manipulação da dúvida.

Referências:

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Org. Felipe Moura Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2013.

OS MALEFÍCIOS DO USO DO CIGARRO E CIGARRO ELETRÔNICO

BRITO, André Fellype Silva¹; RODRIGUES, Andrey Patrick Brito¹; LAFETÁ, Guilherme Mendes¹; ARAÚJO, Guilherme Vinícius Luz de¹; RODRIGUES, John Lucas Ferreira¹; CARNEIRO, Maicon Mendes¹.
² SANTOS, Daniel Ferreira dos

Resumo: O consumo de produtos derivados do tabaco, como o cigarro convencional e o cigarro eletrônico, constitui uma preocupação crescente para a saúde pública, especialmente pelos efeitos nocivos que exercem sobre os sistemas respiratório e cardiovascular. Este estudo teve como objetivo analisar os impactos desses dois tipos de produto à saúde humana, com ênfase nos riscos associados ao uso de cigarros eletrônicos em comparação aos tradicionais. Para tanto, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, com base em estudos científicos recentes, de abordagem quantitativa e qualitativa, incluindo análises de coorte, observações clínicas e revisões sistemáticas da literatura. Os dados analisados demonstram que o cigarro convencional contém mais de 7.000 substâncias tóxicas, como alcatrão, monóxido de carbono e nicotina, associadas diretamente a doenças crônicas, câncer, além de complicações cardíacas e pulmonares. Os cigarros eletrônicos, por sua vez, embora possuam composição aparentemente menos complexa, contêm substâncias como propileno glicol, glicerina vegetal e nicotina, que também provocam alterações importantes na função pulmonar e cardiovascular. Estudos recentes indicam que esses efeitos são particularmente preocupantes entre os jovens usuários, dada a crescente popularização desses dispositivos entre adolescentes e adultos jovens. Conclui-se que, apesar das diferenças em suas formulações, tanto o cigarro convencional quanto o eletrônico oferecem riscos expressivos à saúde. Nesse sentido, destaca-se a importância da abstinência total e do fortalecimento de políticas públicas voltadas à prevenção e à cessação do tabagismo em todas as suas formas, como estratégia essencial para a redução dos agravos associados ao consumo de produtos à base de tabaco.

Palavras-chave: Tabagismo; cigarro eletrônico; doenças respiratórias; saúde pública; prevenção.

Referencia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – INCA. Tabagismo: Cigarros eletrônicos. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/tecnicas/cigarros-eletronicos>. Acesso em: 27 maio 2025.

ANÁLISE DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS E SUA APLICABILIDADE PELO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

SANTOS, Arilson dos; REIS, Júlia Maria Silva; VIEIRA, Quézia Lopes; CARDOSO, Miriã Barbosa, SARAIVA, Sidney¹; NUNES, Wannessa Aquino Reis²

¹ Acadêmicos do curso de Direito da instituição Unifipmoc Afya

² Professora do curso de Direito da instituição Unifipmoc Afya

INTRODUÇÃO: A Teoria das Janelas Quebradas foi desenvolvida em 1982, na cidade de Nova York, a partir de um experimento em que dois veículos foram colocados em diferentes regiões da cidade, com o objetivo de compreender o surgimento e a progressão dos delitos. Ao trazer essa perspectiva para o contexto brasileiro, observa-se que o Poder Judiciário tem se manifestado sobre a prática de pequenos delitos, destacando a importância de sua repressão como forma de prevenção à criminalidade mais grave. **OBJETIVO:** Compreender a origem dos pequenos delitos e como esses contribuem para a progressão e o surgimento de crimes mais graves, bem como analisar o posicionamento do Poder Judiciário brasileiro no julgamento de casos envolvendo a referida teoria em infrações leves. **METODOLOGIA:** O método adotado foi o dedutivo, com abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica com análise de julgados, em especial o de nº 1.0398.06.000319-9/002. **RESULTADOS:** Com base no estudo da Teoria das Janelas Quebradas e na análise do julgado nº 1.0398.06.000319-9/002, tem-se como destaque a posição do Poder Judiciário em relação à repressão de pequenos delitos como forma de prevenção a crimes mais graves. Observa-se que tais condutas são recorrentes na sociedade, sobretudo em áreas socialmente vulneráveis. Nessas regiões, a presença de desordem, aliada à sensação de impunidade, contribui para o aumento da prática de infrações consideradas como de menor potencial ofensivo, o que traz à baila a aplicação da Teoria das Janelas Quebradas. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a Teoria das Janelas Quebradas possui grande relevância para o Direito brasileiro, especialmente diante das limitações do sistema em reprimir adequadamente os pequenos delitos. A ineficiência na repressão dessas condutas favorece a sensação de impunidade, incentivando sua recorrência. Nesse contexto, o Poder Judiciário é chamado a se posicionar de forma mais incisiva quanto à importância de coibir até mesmo infrações de menor gravidade, demonstrando seu compromisso com a manutenção da ordem e com a efetivação da justiça.

Palavras-chave: Teoria das Janelas Quebradas. Pequenos delitos. Judiciário. Impunidade.

Referências: CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - 26ª Edição 2022. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E book. p.22. ISBN9786555596021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555596021/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Tribunal do Juri O Assassinato de Yara Gambirasio

**Josefa Cardoso dos Santos Palácios¹; Bruna Caroline Otaviano²; Roman Gagarim Pereira³; Stephanie Prates de Souza Duarte⁴;
Luís Fernando Almeida Gonçalves⁵; Pedro Dias dos Santos⁶.**

¹Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário FIP- MOC (UNIFIPMOC-AFYA) ²Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA) ³Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA) ⁴Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA) ⁵Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA) ⁶Professor Esp. do curso de Direito do Centro Universitário FIP-MOC (UNIFIPMOC-AFYA)

Introdução: O projeto de extensão da turma do 5º período do curso de Direito Noturno B, teve como atividade o Tribunal do Juri, sobre um dos mais chocantes crimes já existentes: O Assassinato de Yara Gambirasio. **Métodos:** Para formação do referencial teórico do projeto de extensão foram assistidos todos os episódios da Série sobre esse crime que comoveu o mundo inteiro e realizado o Tribunal do Juri. **Resultados:** O Tribunal do Juri, trás todos os acontecimentos referentes a esse crime de forma criativa e responsável, retratando todos os fatos acontecidos durante o julgamento (tentando ser o mais fiel possível) de Máximo Bosseti, único suspeito do crime. O julgamento mobilizou toda a cidade de Bergamo. Devido o tamanho do tribunal e pelo fato de filmagens serem proibidas, a população estava ansiosa e curiosa, inclusive a imprensa que queria saber o que estava acontecendo dentro do tribunal. O julgamento tem a presença forte e marcante da promotora Letizia Ruggeri que tem suas colocações o tempo todo questionadas pelos advogados do réu, Massimo Bosseti, que teve toda a sua vida devastada e virada ao avesso pela polícia de Bergamo, ao comprovar o seu envolvimento a princípio no desaparecimento da menina Yara Gambirasio e posteriormente ao seu assassinato. Foram feitas investigações, perícias, testemunhos de vários testemunhas, que comprovaram o envolvimento de Máximo Bosseti no desaparecimento e assassinato de Yara Gambirasio. Mesmo diante de todas as provas, o réu afirmou o tempo todo que era inocente, mas não conseguiu provar em nenhum momento a sua inocência. **Conclusão:** O julgamento teve início em 2015 e durou vários meses; em 1º de julho de 2016, Máximo Bosseti é condenado à prisão perpétua pelo assassinato de Yara Gambirasio. A decisão é baseada principalmente na prova de DNA, considerada incontestável pelo tribunal. Em 17 de julho de 2017 o Tribunal de Recursos, confirma a sentença de culpa. Em 12 de outubro de 2018 a Suprema Corte Condena Massimo Bosseti em definitivo. Apesar das decisões, Massimo Bosseti nunca deixou de proclamar sua inocência. Massimo Bosseti continua preso. A defesa tem tentado reabrir o caso com novos exames de DNA e questionamentos sobre a investigação, no entanto todas as tentativas foram negadas.

Palavras chaves: Yara Gambirasio–tribunal–julgamento–condenação

Referências:

O assassinato de Yara Gambirasio/Netflix(2024)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DVBO8tmH24c&t=132s> /acesso 20 maio 2025.

TECNOLOGIA E JUSTIÇA: A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS

FIGUEIREDO, Ana Júlia Silva¹; NUNES, Wannessa Aquino Reis²

¹ Acadêmica do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

² Professora do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

Dentre os princípios processuais que regem o ordenamento jurídico pátrio, destaca-se o princípio da celeridade processual, previsto no rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Tal princípio visa promover a justiça de forma célere e eficaz. Contudo, devido ao aumento das demandas processuais e à sobrecarga do sistema judiciário, sua efetivação é prejudicada, acarretando a morosidade do curso processual. Assim, os tribunais superiores buscam soluções práticas e eficazes na tecnologia, especialmente no uso de programas de inteligência artificial. Entretanto, há preocupações quanto a possíveis falhas, imprecisões nos resultados e a falta de transparência em seu uso. O presente trabalho tem como objetivo analisar como o uso das tecnologias contribui para a efetivação dos princípios processuais e quais são seus impactos na prática jurídica cotidiana. Foi realizada revisão de literatura com abordagem descritiva de caráter qualitativo e método dedutivo. Atualmente, os tribunais superiores utilizam diversos mecanismos com o intuito de levar agilidade as demandas processuais e diminuir os índices de processos parados. O Supremo Tribunal Federal adotou programas que agrupam os processos por similaridade de temas, realizam análise e classificam ações relacionadas a temas de repercussão geral. A mais nova tecnologia, denominada MARIA (Módulo de Apoio para Redação com Inteligência Artificial), lançada em dezembro do 2024, trata-se de uma inteligência artificial generativa, capaz de produzir conteúdos e elaborar textos jurídicos. Estima-se que, em breve os programas de inteligência artificial serão capazes de produzir sentenças de forma autônoma, com base em decisões já proferidas em processos similares. Portanto, com o avanço exponencial das inovações tecnológicas, torna-se essencial estabelecer limitações claras para seu uso, a fim de garantir a segurança e estabilidade jurídica (BARROSO, 2024). É fundamental que a busca pela celeridade processual não comprometa outros princípios igualmente relevantes, como a legalidade, a publicidade, a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Conclui-se que diante do cenário jurídico brasileiro, é necessário o uso de medidas que auxiliem os servidores e magistrados. No entanto, a adoção dessas tecnologias exige cautela e diretrizes claras que assegurem um uso ético e responsável, evitando que a busca por eficiência comprometa garantias fundamentais e princípios processuais.

Palavras-chave: Celeridade. Inteligencia Artificial. Princípios Processuais.

Referências:

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988.**

BARROSO: **Barroso: inteligência artificial poderá escrever sentenças “em breve”**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-05/barroso-inteligencia-artificial-podera-escrever-sentencas-embreve>>.

Acesso em: 14 mar. 2025.

LIMITE DE FATURAMENTO DO MEI: IMPACTOS DA NOVA PROPOSTA LEGISLATIVA

1 DOS SANTOS, Arilson; 1SILVA REIS, Júlia Maria;
1BARBOSA CARDOSO, Miriã; 1LOPES VIERA, Quêzia;
1SARAIVA, Sidney.
2 MENDES ANTUNES, Tales;
1 Acadêmico do Curso de Direito UNIFIPMoc Afya
2 Professor do Curso de Direito UNIFIPMoc Afya

Introdução/Justificativa: O Microempreendedor Individual (MEI) é uma figura jurídica criada para formalizar pequenos empreendedores, oferecendo regime tributário simplificado e reduzido. Atualmente, o limite de faturamento anual do MEI é de oitenta e um mil. No entanto, tramita no Congresso Nacional Projeto de Lei n.º 108/2021 que visa ampliar esse limite para cento e quarenta e quatro mil, refletindo a necessidade de atualização diante da inflação e das novas dinâmicas econômicas. Essa mudança pretende beneficiar uma ampla parcela da população economicamente ativa, especialmente trabalhadores autônomos que atuam informalmente. **Objetivo(s):** O objetivo deste resumo é analisar os impactos jurídicos e sociais da proposta de aumento do limite de faturamento do MEI, destacando seus efeitos na formalização de pequenos negócios e na desburocratização do empreendedorismo no Brasil. **Métodos:** Utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, com análise de propostas legislativas disponíveis no site da Câmara dos Deputados e artigos acadêmicos sobre Direito Empresarial, além de dados estatísticos do Sebrae e da Receita Federal sobre o perfil dos microempreendedores no país. **Resultados:** A proposta de aumento do limite de faturamento é vista com otimismo por especialistas da área tributária e empresarial. O aumento do limite de faturamento do MEI pode estimular microempreendedores a expandirem seus negócios, ao permitir o crescimento com manutenção de um regime tributário favorável. Atualmente, o MEI pode contratar apenas um funcionário. A proposta amplia esse limite para até dois, o que reforça o potencial de geração de empregos e expande o escopo do regime. Contudo, há preocupações com a fiscalização e o possível uso indevido do regime por empresas maiores. **Considerações Finais/Conclusões:** A atualização do limite de faturamento do MEI é uma medida necessária para adequar o regime às realidades atuais do mercado e da economia. A proposta contribui para o fomento ao empreendedorismo e à formalização, além de estimular a competitividade e a arrecadação fiscal. Entretanto, será fundamental que o poder público ofereça suporte técnico e fiscalização eficaz para evitar distorções e garantir a eficácia da norma.

Palavras-chave: MEI, Faturamento, Direito Empresarial.

Referências: BRASIL. Projeto de Lei Complementar n.º 108/2021. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: mai. 2025. SEBRAE. Perfil do Microempreendedor Individual no Brasil. Brasília: Sebrae, 2023.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

O DIREITO À SAÚDE E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA ODS 3 NO BRASIL E O PACIENTE ONCOLÓGICO

DIAS, Alvaro Sammir ¹; FIGUEIREDO, Ana Júlia Silva²; SOUZA, Bruno Pereira Barbosa De ³; QUIROZ, Lucas Costa⁴
NOBRE, Luiz Fernando Oliveiras, VIEIRA, Taise Daiana Lopes Lessa⁶

¹Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

²Acadêmica do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

³Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

⁴Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

⁵Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

⁶Professora do curso de Direito da UNIFIPMoc/AFYA

Observando a crescente desigualdade social e o aumento populacional em escala global, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a buscar alternativas para garantir um desenvolvimento mais justo e sustentável. Assim, surgiu a Agenda 2030, composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre eles, destaca-se a ODS 3, que trata da promoção da saúde e do bem-estar para todos. Esse objetivo inclui metas como a redução da mortalidade materna e infantil, o combate às doenças transmissíveis e o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade, especialmente para pacientes oncológicos, que enfrentam limitações e necessitam de cuidados contínuos e especializados. O presente trabalho tem por objetivo analisar as contribuições da ODS 3 e sua efetivação na sociedade brasileira, com enfoque na realidade dos pacientes com câncer. A metodologia adotada foi revisão de literatura, com abordagem descritiva, de caráter qualitativo e método dedutivo. O direito à saúde é universal, sendo dever do Estado garanti-lo por meio de políticas sociais e econômicas (BRASIL, 1988). Um dos principais instrumentos para a efetivação desse direito é o Sistema Único de Saúde (SUS), que oferece desde ações de vigilância sanitária até atendimento médico-hospitalar gratuito e igualitário. Contudo, apesar dos esforços estatais, parte da população ainda enfrenta dificuldades de acesso, seja pela morosidade dos atendimentos, escassez de profissionais ou falhas na prevenção. Para pacientes oncológicos, a urgência no diagnóstico e início imediato do tratamento é vital. Com o intuito de garantir seus direitos, foi sancionada a Lei nº 14.238/2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer. A norma estabelece que os direitos da pessoa com câncer, como à assistência universal e integral, incluindo atendimento multiprofissional e acesso a medicamentos adequados e tratamentos humanizados (BRASIL, 2021), assegurando dignidade, não discriminação e atendimento humanizado. Conclui-se que, embora o Estado promova políticas públicas em saúde, a efetivação da ODS 3 ainda enfrenta desafios. É necessário fortalecer o SUS, garantir equidade nas ações e ampliar o acesso dos pacientes com câncer, para que o direito à vida saudável seja realidade acessível a todos.

Palavras-chave: Saúde. Câncer. ODS 3. Políticas públicas. Sistema Único de Saúde.

Referências: Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. Disponível em: <<https://gtagenda2030.org.br/ods/ods3/>>.

BRASIL. Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021. Institui o Estatuto da Pessoa com Câncer e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 2021. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14238.htm. Acesso em: 20 maio. 2025

**Resumo oriundo de atividades do Projeto
de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya**

OLHOS QUE CONDENAM: ANÁLISE DA CLASSIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS SOB A TEORIA DE KNIPPEL

ROCHA, Cecília de Araújo¹; OLIVEIRA, Maria Isabella Cesário de¹; NUNES, Wannessa Aquino Reis².

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Direito da instituição UNIFIPMoc

A vitimologia amplia a análise penal ao incluir a vítima como elemento essencial para a compreensão do crime. Possibilita uma compreensão mais ampla das dinâmicas que envolvem a prática criminosa, considerando impactos sociais, psicológicos e institucionais que atingem as vítimas. Nesse contexto, destaca-se a contribuição teórica proposta por Edson Luz Knippel, que classifica as vítimas em primárias, secundárias e terciárias, oferecendo uma perspectiva crítica sobre seu papel e falhas e omissões do sistema de justiça. Tal tipologia permite compreender os efeitos do crime não apenas sobre quem o sofre diretamente e sobre a sociedade como um todo (BIFFE JUNIOR, 2017). O presente trabalho tem como objetivo discutir a tipologia das vítimas, segundo Knippel, analisando sua relevância teórica e sua aplicabilidade na compreensão das múltiplas formas de vitimização no âmbito do sistema penal. Partiu-se de uma pesquisa de análise qualitativa, método dedutivo e exploratória por meio de pesquisas bibliográficas, utilizando-se de doutrinas, jurisprudências e documentais. A minissérie “Olhos que Condenam” (WHEN THEY SEE US - 2019) ilustra a aplicabilidade da tipologia das vítimas proposta por Knippel, evidenciando a complexidade da vitimização no sistema penal. A vítima primária é representada pela mulher brutalmente agredida e estuprada no Central Park, que sofreu diretamente a violência do crime cometido. Vítimas secundárias, representadas pelos jovens afro-americanos acusados injustamente de serem os autores, submetidos a práticas ilegais durante o processo judicial marcado por violações de direitos e garantias fundamentais. Vítimas terciárias, representadas pela comunidade negra de Nova York, afetada coletivamente pela estigmatização e pelo racismo institucional, demonstrando como a marginalização e a violência simbólica incidem sobre toda uma coletividade. Conclui-se que a tipologia das vítimas proposta por Knippel oferece uma compreensão ampla e crítica da vitimização no contexto penal. A minissérie revelou-se um exemplo da aplicação dessa tipologia, ao demonstrar como a atuação seletiva e discriminatória do sistema penal pode produzir diversas formas de vitimização que transcendem o ato criminoso em si. Reforça-se a importância de se repensar as práticas institucionais e políticas públicas no campo penal, buscando minimizar a vitimização secundária e terciária, bem como assegurar maior proteção e dignidade às vítimas primárias.

Palavras-chave: Vitimologia. Sistema Penal. Tipologia das vítimas.

Referências:

BIFFE JUNIOR, João. Concursos públicos: terminologias e teorias inusitadas / João Biffe Junior, Joaquim Leitão Junior. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

KNIPPEL, Edson Luz. *Vitimologia: a vítima no contexto do sistema penal*. São Paulo: Atlas, 2012.

WHEN THEY SEE US. Direção: Ava DuVernay. Estados Unidos: Netflix, 2019. Minissérie Disponível em: <https://www.netflix.com/title/80200549>. Acesso em: 30 abril 2025.

CURSO DE DIREITO – RESUMOS EXPANDIDO

TRÂNSITO SEGURO EM MONTES CLAROS: MENOS ACIDENTES, MAIS VIDA E BEM ESTAR!

AMORIM, Ana Clara Vieira¹; CARVALHO, Matheus Santana²; ANDRADE, Maria Fernanda Souza de³; SANTOS, Karen Cristine Araújo⁴; SILVA, Iasmin Ramos⁵; SILVA, Ingrid Ramos⁶; PRATES, Cláudia Leticia Moura⁷.

^{1 2 3 4 5 6} Acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMoc

⁷ Professora do curso de Direito da UNIFIPMoc

Introdução

A segurança no trânsito é uma das questões mais urgentes na sociedade contemporânea, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, onde os índices de sinistros viários impactam diretamente a saúde pública, a mobilidade urbana e o bem-estar da população. A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Agenda 2030, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre os quais se destaca o ODS 3: "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades" (ONU, 2015). Esse objetivo se relaciona diretamente com a promoção de um trânsito mais seguro, no qual vidas sejam preservadas por meio da conscientização, da prevenção e do cumprimento das normas legais. Dentro desse contexto, torna-se essencial investir em ações educativas, políticas públicas eficazes e estratégias que incentivem o comportamento responsável no trânsito. O presente resumo tem como finalidade apresentar uma iniciativa voltada à conscientização da comunidade acadêmica sobre segurança viária, abordando suas principais causas, impactos e formas de prevenção, em consonância com os princípios defendidos pela ODS 3.

Métodos

A ação extensionista foi realizada no dia 30 de abril de 2025 nas dependências do Centro Universitário FIPMoc/Afy, e consistiu na entrega de panfletos informativos (fig. 1-B) aos estudantes, com foco na temática "Trânsito Seguro". O objetivo foi conscientizar os acadêmicos quanto às causas mais recorrentes de acidentes, como o uso de celular ao volante, excesso de velocidade e ingestão de álcool, além de apresentar orientações práticas de prevenção. Os materiais distribuídos foram desenvolvidos com base em dados de órgãos oficiais, como a Confederação Nacional do Transporte (CNT), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG). A atividade também contou com uma campanha de divulgação por meio do perfil do projeto no Instagram (@ods03napratica), que buscou ampliar o alcance da mensagem para além do espaço físico da instituição (fig. 1-A). A escolha pelo formato impresso e digital visou atingir diferentes perfis de público e promover maior retenção das informações. Durante a abordagem, foram realizados diálogos curtos com os alunos, com o intuito de estimular a reflexão sobre atitudes cotidianas que impactam diretamente a segurança no trânsito.

Desenvolvimento

A atividade demonstrou a importância de ações diretas e educativas como instrumento de transformação social. Durante a entrega dos panfletos (fig. 02), observou-se interesse por parte dos acadêmicos, muitos dos quais se mostraram surpresos com dados como o Brasil ocupar a terceira posição entre os países com maior número de mortes no trânsito (OPAS, 2022), além dos altos custos públicos gerados por acidentes (CNT, 2022). A divulgação pela rede social Instagram contribuiu para a ampliação do alcance da ação, permitindo a disseminação de conteúdos visuais e informativos em tempo real. A experiência revelou também a necessidade de ampliar o tempo destinado a esse tipo de atividade, bem como de explorar metodologias complementares, como palestras ou rodas de conversa. No entanto, mesmo com recursos limitados, a ação foi eficaz ao promover o debate e incentivar a adoção de comportamentos mais seguros, contribuindo para os objetivos do ODS 3 e para a formação cidadã dos participantes.

Conclusão/ Considerações finais

A ação extensionista cumpriu seu papel ao promover a conscientização sobre segurança no trânsito entre os acadêmicos do UNIFIPMoc/Afy. A integração entre educação, dados estatísticos e comunicação digital se mostrou uma estratégia eficaz para alcançar um público diversificado e engajado. A iniciativa reforça o compromisso da instituição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que tange à promoção da saúde e do bem-estar. Para fortalecer o impacto dessa proposta, recomenda-se a continuidade e expansão do projeto, com a realização de campanhas periódicas, envolvimento de outros cursos e adoção de formatos interativos que estimulem a participação ativa da comunidade acadêmica. A construção

de um trânsito mais seguro é um desafio coletivo, que exige a colaboração entre poder público, instituições de ensino e sociedade civil.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os estudantes que participaram da ação. Nosso reconhecimento também ao público que interagiu com o perfil @ods03napratica, fortalecendo a disseminação da mensagem de segurança viária.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão III da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de mar 2025.
- CNT. **Painel CNT de Acidentes Rodoviários**. Disponível em: <<https://www.cnt.org.br/painel-acidente>>. Acesso em: 15 de mar 2025.
- DER MINAS GERAIS. **Minas vai ampliar segurança nas rodovias com instalação de mais controladores e redutores eletrônicos de velocidade**. Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais, 2025. Disponível em: <<https://www.der.mg.gov.br/noticias/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- IPEA. **Estudo aponta aumento de 13,5% em mortes no trânsito**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/>>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil. 2025. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>>. Acesso em: 10 de mar 2025.
- OPAS. **Segurança no Trânsito**. Organização Pan-Americana da Saúde. 2025. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/seguranca-no-transito>>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, 8ª ed.

DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS: PREVENÇÃO, TRATAMENTO E DIREITOS DOS USUÁRIOS

SILVA, Laurene Queirozi; GONÇALVES, Josiele Karen Matias¹; ROCHA, Amanda Santos¹; LISBOA, Joaquim Xavier; PRATES, Cláudia Letícia Moura Prates².
¹Acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMOC
²Professora do curso de Direito da UNIFIMOC

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis têm se mostrado um dos maiores desafios para a saúde pública, afetando uma grande parte da população brasileira. O acesso à informação sobre prevenção, tratamento e os direitos dos pacientes é essencial para o controle dessas doenças. Nesse sentido, no âmbito da disciplina Projeto de Extensão desenvolvida pelos alunos do curso de Direito do 3º período noturno do Centro Universitário FIPMoc, buscou-se alinhar o direito à informação, prevenção e tratamento ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 03 da Organização das Nações Unidas que trata sobre saúde e bem-estar e, com isso, promoveu-se uma intervenção com o objetivo de levar conhecimento sobre esses aspectos a um público específico: pequenos produtores rurais, que, muitas vezes, enfrentam dificuldades no acesso a informações adequadas sobre saúde. A ação foi realizada no Mercado Central de Montes Claros, que é um local com grande fluxo de produtores rurais e consumidores, de forma que essa população poderia ser diretamente impactada.

Métodos

A intervenção é o fruto do Projeto de Extensão, curricularizado nos projetos pedagógicos dos cursos de Direito de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais nº 05/2018. Para realização da intervenção, o ponto de partida foi o estudo do tema em questão, com a construção do referencial teórico a partir da pesquisa bibliográfica e documental em artigos científicos que tratam sobre o assunto. Após, foi definida a forma de intervenção, a escolha do público-alvo, data e duração das atividades. Após detida análise, foi feita a escolha do público-alvo que são os pequenos produtores rurais que frequentam o Mercado Municipal aos sábados, uma vez que essas pessoas, via de regra, detêm pouca ou quase nenhuma informação acerca dos seus direitos no que diz respeito à prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis. Assim, também restou definido o local da intervenção e a data, determinado para o dia 05.04.2025, das 8h às 10h que é o horário de maior rotatividade de pessoas naquele local. A equipe responsável pela intervenção confeccionou folder informativo (fig. 02) que foi distribuído a todos aqueles que se mostravam dispostos a receber a informação, bem como na oportunidade foram sanadas as dúvidas das pessoas que ali se encontravam sobre o tema abordado (fig. 01).

Desenvolvimento

A intervenção mostrou-se bastante positiva, pois houve uma boa receptividade por parte dos pequenos produtores e feirantes, que demonstraram interesse em conhecer melhor os programas de saúde disponíveis. A distribuição dos folders permitiu que as informações chegassem a um público muitas vezes marginalizado nos serviços de saúde convencionais. Observou-se que muitos dos atingidos pela intervenção se sentiram mais confiantes em procurar atendimento médico, esclarecendo dúvidas sobre os direitos que possuem no acesso ao tratamento das doenças crônicas não transmissíveis. Durante a execução da ação um dos desafios encontrados consistiu no fato de que algumas pessoas não queriam parar para ouvir e nem receber o folder, possivelmente devido à pressa ou falta de interesse inicial pelo tema. Para contornar essa situação, adotou-se uma abordagem mais dinâmica e convidativa, procurando aproximar dessas pessoas de forma respeitosa e objetiva, o que ajudou a melhorar a adesão durante a atividade. Nos folders existiam informações sobre a prevenção e o tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, com foco na população de zonas rurais e promovia a conscientização sobre a importância do diagnóstico precoce e do acompanhamento contínuo. Deu-se ênfase aos direitos garantidos pela Constituição Federal e fez-se uso de orientações claras e diretas, com uma linguagem acessível, para facilitar a compreensão do público. Os folders foram distribuídos pelos componentes da equipe de trabalho do Projeto para os feirantes e produtores, acompanhados de breves explicações sobre os conteúdos abordados. Durante a ação, também realizamos atendimentos rápidos, tirando dúvidas e fornecendo informações adicionais sobre o Sistema Único de Saúde, a importância do acompanhamento médico regular e os programas de tratamento e prevenção de doenças crônicas existentes.

Conclusão/Considerações Finais

A intervenção realizada no Mercado Central foi uma ação educativa eficaz, cumprindo o objetivo de informar os pequenos produtores rurais sobre o tratamento, prevenção e os direitos no atendimento das doenças crônicas não transmissíveis. A experiência foi enriquecedora tanto para os participantes quanto para os organizadores, demonstrando a importância de se realizar ações comunitárias em locais de fácil acesso e grande fluxo de pessoas, como mercados e feiras. Ademais, a ação nos ensinou a importância de ajustar o conteúdo para um formato mais direto e visual, o que facilitou a compreensão. Em futuras edições, seria interessante incluir mais recursos interativos, como pequenas apresentações ou demonstrações sobre os cuidados preventivos, para aumentar o engajamento. A atividade evidenciou o papel fundamental da universidade na formação acadêmica dos estudantes, que puderam vivenciar a aplicação prática dos conceitos de saúde pública. Além disso, a ação teve um impacto social significativo, pois promoveu o acesso à informação e o empoderamento de uma população vulnerável em relação ao sistema de saúde. Além dos benefícios esperados, observamos uma maior interação entre os feirantes e os acadêmicos envolvidos, o que contribuiu para o fortalecimento de redes de apoio na comunidade.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos pequenos produtores rurais e feirantes que participaram da ação.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mai. 2025.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE ACIDENTES: CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E DIREÇÃO VEICULAR.

**Autor 1; NUNES,Núbia Betânia Barbosa Nunes Autor 1; PARDIM,João Pedro Soares Autor 1; ROSA, Huatson Santa
Autor 1; SILVA, Sérgio de Oliva Autor 1; RABELO,Maria Oliveira Autor 1; MADUREIRA,Matias Mauricio Silva
Autor2; RABELO,Victor Veloso**

Introdução

O presente relato, tem como objetivo expressar a experiência vivenciada pelo grupo através de nossa ação contra o uso/abuso de álcool e outras substâncias nocivas à saúde, que ocorreu em 2 períodos, sendo o primeiro, no período da tarde em sinal de trânsito próximo ao estabelecimento ALL TIME da Av. Dep. Esteves Rodrigues e outro período noturno em um conhecido bar local chamado Santo Gral, localizado no bairro Todos os santos. Nosso objetivo geral do projeto, foi conscientizar sobre os riscos do uso do álcool e drogas associadas a condução de veículos, na qual realizamos uma ação de panfletagem nos sinais e bares da cidade, citados anteriormente, durante essa ação, foi disponibilizado folders e uma breve explicação para os presentes por meio desta. Dito isso, foi um momento de grande impacto e responsabilidade pessoal e coletiva, no que tange não só a vida acadêmica, como também de forma empírica a visão da sociedade, diante de práticas ilegais, e ações, que visam conscientizar a população, sobre algum perigo, ou informação, de grande relevância social, com foco não só ao indivíduo comum, como também ao bem-estar de toda a sociedade, visto que, embora a ação tenha sido um sucesso, e tenhamos conseguido atingir todos os objetivos propostos no trabalho, entendemos que nem todos os abordados acabam reagindo de uma forma positiva, mostrando que embora necessárias, a sociedade ainda tem muito a progredir, no que diz respeito ao consumo de substâncias entorpecentes e seu impacto, não só a saúde, do usuário, como também ao risco causado a segurança pública.

Métodos

Foram utilizados no presente trabalho, um total de 300 folders, contendo informações cruciais sobre a nossa pesquisa, feito para proporcionar um entendimento rápido e eficaz, utilizando de gatilhos mentais como cores chamativas e imagens alarmantes, utilizadas principalmente para atrair os olhares dos consumidores da substância e possibilitar que o folder seja facilmente compreendido por qualquer indivíduo que o tenha em mãos, conseguindo assim um aproveitamento máximo, caso o mesmo seja descartado, e posteriormente encontrado por outros indivíduos. Os 2 principais locais escolhidos pela equipe foram o sinal principal de trânsito próximo ao estabelecimento ALL TIME da Av. Dep. Esteves Rodrigues pois é um ponto de entroncamento comumente utilizado para acessar os bares mais frequentados da cidade em especial no turno da tarde que é quando tudo começa, análise esta, feita por todos os membros do grupo, sendo feito um breve estudo, sobre o volume de pessoas que passam pela avenida, com o objetivo de alcançar o principal público de nossa ação, que são os condutores de veículos automotores, e indivíduos assíduos de bares e restaurantes. Logo em seguida, no período noturno, em um conhecido bar local, chamado Santo Gral, localizado no bairro Todos os santos, escolha essa, principalmente pela tradição do bar, e volume de pessoas presentes no momento da ação, dessa maneira, possibilitando o aproveitamento máximo de todo o material utilizado e alcançar o maior número de pessoas possíveis. Ademais foi crucial a presença de todos os acadêmicos da equipe que focou principalmente na utilização de uma linguagem simples, para não causar estranhamento e uma abordagem carismática, dessa maneira captando o maior número de pessoas de uma maneira leve e evitando possíveis conflitos, principalmente no momento de explicar aos ouvintes sobre os perigos do álcool e outras substâncias entorpecentes ao dirigir é crime, de forma que a elaboração coordenada e trabalho em equipe foram indispensáveis não só na confecção do trabalho como também em sua elaboração prática.

Desenvolvimento

Durante a realização do projeto, foi possível observar uma série de reações distintas por parte do público abordado, o que enriqueceu de maneira significativa a vivência prática da equipe envolvida. No período vespertino, nas proximidades do sinal de trânsito localizado na Av. Dep. Esteves Rodrigues, notamos que a abordagem realizada nos veículos, especialmente aos condutores que se encontravam desacompanhados ou com a família, gerou maior abertura ao diálogo. Muitos demonstraram surpresa e interesse pelo material entregue, o que revela um déficit de campanhas semelhantes em ambientes urbanos rotineiros. A curta explicação oferecida junto à entrega do folder mostrou-se uma estratégia eficaz, visto que a simplicidade da linguagem e os elementos visuais utilizados contribuíram para uma comunicação imediata da mensagem proposta. Já no período noturno, no interior do bar Santo Gral, o ambiente se mostrou mais desafiador. A receptividade variou conforme o grau de sobriedade dos presentes, evidenciando o impacto direto das substâncias na disposição ao diálogo. Ainda assim, a equipe conseguiu manter uma postura cordial e respeitosa, conseguindo transmitir a informação de forma leve e, em muitos casos, reflexiva. Alguns frequentadores agradeceram pela iniciativa, reconhecendo a importância de ações como essa na tentativa de reduzir comportamentos de risco ligados ao consumo de álcool e direção. A vivência permitiu, de forma concreta, a aplicação de conceitos teóricos relacionados à saúde pública, prevenção e educação em saúde. A teoria nos mostra que campanhas educativas têm maior eficácia quando realizadas de forma direta, empática e com linguagem acessível. Isso se refletiu na escolha dos materiais gráficos, nos pontos de abordagem e na postura adotada pelos membros da equipe. A experiência ainda evidenciou a importância de respeitar o contexto sociocultural do público-alvo, uma vez que o consumo de substâncias psicoativas, apesar de nocivo, ainda é amplamente naturalizado em certos espaços sociais, exigindo sensibilidade por parte dos agentes envolvidos nas campanhas educativas. Portanto, o projeto foi além da simples entrega de folders: tratou-se de um exercício prático de cidadania, comunicação assertiva, empatia e responsabilidade coletiva. Os desafios enfrentados

ao longo da ação contribuíram para a formação crítica dos integrantes, que puderam vivenciar de forma direta os obstáculos enfrentados na promoção da saúde e segurança pública em espaços públicos e privados.

Conclusão/ Considerações finais

O projeto atingiu de forma clara e satisfatória os objetivos propostos, especialmente no que se refere à conscientização da população sobre os riscos do uso de álcool e outras substâncias psicoativas associadas à condução de veículos. A escolha estratégica dos locais, aliada ao uso de linguagem acessível e materiais impactantes, permitiu uma comunicação eficiente com diferentes perfis de público. A vivência prática proporcionou aos integrantes do grupo um importante amadurecimento acadêmico e social, evidenciando a importância do contato direto com a comunidade e a relevância de campanhas educativas no enfrentamento de questões de saúde pública. A reflexão teórica alinhada à prática contribuiu para consolidar o aprendizado e reafirmou a responsabilidade do futuro profissional do Direito e da Saúde na construção de uma sociedade mais consciente e segura. Fica evidente que, embora haja avanços, ainda há resistência e desconhecimento por parte da população quanto à gravidade de atitudes como dirigir sob o efeito de substâncias psicoativas. Por isso, ações como esta devem ser incentivadas e replicadas, a fim de promover mudanças efetivas de comportamento e fortalecer a prevenção como ferramenta de transformação social.

Agradecimentos

A equipe agradece, primeiramente, à instituição Unifipmoc, pelo apoio logístico e estrutural essencial à realização deste projeto de extensão. Nosso especial agradecimento ao professor e coordenador do projeto, cuja orientação foi indispensável para o sucesso da atividade, contribuindo ativamente para a construção do nosso aprendizado prático e teórico.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

ONU BRASIL. **O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3**. Nações Unidas Brasil. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 05. Out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

SOBRINHO, Mario Sérgio. **Bebidas drogas e direção: prevenir, fiscalizar, punir e avançar**. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2021-mai-03/mp-debate-bebidas-drogas-direcao-prevenir-fiscalizar-punir-avancar/#:~:text=A%20Lei%209.503%2F1997%20\(C%C3%B3digo,%5B2%5D%20%5B3%5D](https://www.conjur.com.br/2021-mai-03/mp-debate-bebidas-drogas-direcao-prevenir-fiscalizar-punir-avancar/#:~:text=A%20Lei%209.503%2F1997%20(C%C3%B3digo,%5B2%5D%20%5B3%5D). Acesso em: 03. Mai. 2025

PREVENÇÃO DOS IMPACTOS DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS: UMA ABORDAGEM EDUCATIVA NA ESCOLA MUNICIPAL DU NARCISO

AQUINO, Thiago Henrique Mendes¹; CARDOSO DE OLIVEIRA, Rani¹; CERQUEIRA OLIVEIRA, Israel¹; COSTA MEDEIROS, Aline¹; GONÇALVES PEREIRA, Emily¹; PARAÍSO, Matheus Rocha Vieira¹; RABELO, Victor Veloso²

¹ Acadêmicos do Curso de Direito, UNIFIPMoc Afya
² Docente do Curso de Direito, UNIFIPMoc Afya

Introdução

A prevenção dos impactos de substâncias químicas, incluindo drogas ilícitas, uso inadequado de lícitas e outros produtos perigosos, é crucial, especialmente para crianças e pré-adolescentes em fase intensa de desenvolvimento. A educação preventiva precoce é fundamental para capacitá-las a fazer escolhas saudáveis e seguras. Informações claras sobre os riscos contribuem para uma percepção crítica e autoproteção. Programas preventivos na educação fundamental mostram eficácia na redução do uso de substâncias e no desenvolvimento de habilidades de vida (Botvin, 2000). A escola, como agente socializador, tem papel central ao integrar a prevenção no currículo, promovendo reflexão e aprendizado. A iniciativa na Escola Municipal Du Narciso busca conscientizar crianças do 5º ano sobre os impactos de substâncias químicas na sociedade. A colaboração com o Proerd MG enriquece o projeto com expertise e foco na prevenção primária, visando um ambiente escolar mais seguro e informado. Introduzir esses temas precocemente investe na saúde e bem-estar futuro, formando cidadãos mais conscientes e resilientes.

Material e Métodos

O projeto envolveu alunos do 5º ano com uma palestra educativa sobre os riscos de substâncias químicas e uma campanha de arrecadação de doações. A palestra visou fornecer informações sobre os efeitos dessas substâncias, consequências sociais e legais das drogas e perigos do uso inadequado de produtos químicos domésticos, utilizando linguagem acessível e recursos visuais. A campanha de doações promoveu engajamento social e empatia. A metodologia incentivou interações dinâmicas para estimular o pensamento crítico e a internalização dos conceitos. O apoio do Proerd MG trouxe uma metodologia específica para desenvolver habilidades de resistência às drogas. A combinação de palestra, atividades práticas e o Proerd configurou uma abordagem robusta para a conscientização e o desenvolvimento de valores sociais.

Desenvolvimento

A resposta positiva das crianças evidenciou engajamento e interesse. A palestra inicial forneceu a base teórica de forma acessível. Atividades interativas complementares consolidaram o aprendizado através da troca de ideias e dinâmicas. A campanha de doações gerou impacto social ao promover solidariedade. A colaboração com o Proerd MG reforçou as mensagens transmitidas. As crianças demonstraram interesse pela prevenção e disposição para ações solidárias, indicando que a combinação de informação e engajamento social é eficaz para o aprendizado e a consciência social. O projeto na Escola Municipal Di Narciso demonstrou o potencial de uma abordagem multifacetada para engajar as crianças, facilitar o conhecimento sobre os impactos de substâncias químicas e promover valores importantes.

Conclusão

O projeto de extensão conscientizou com sucesso as crianças do 5º ano sobre os impactos das substâncias químicas através da combinação de informação educativa e engajamento social. A alta participação indica a eficácia da metodologia. O sucesso da campanha de doações complementa a avaliação positiva, promovendo consciência social. Projetos de extensão universitária têm potencial para promover educação e transformação social. A colaboração com o Proerd MG fortaleceu a abordagem da prevenção. A experiência demonstra que uma abordagem educativa que combina informação, interação e engajamento social é eficaz na conscientização de crianças sobre os impactos de substâncias químicas, ressaltando o potencial dos projetos de extensão como ferramentas de educação e transformação social.

Agradecimentos

Expressamos nossos agradecimentos à direção e corpo docente da Escola Municipal Di Narciso pela oportunidade e suporte na realização das atividades, ao Proerd MG pela valiosa parceria e contribuição, e a todos os indivíduos e instituições que colaboraram com doações, tornando possível o alcance dos objetivos sociais do projeto.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/proerd>. Acesso em: 20 maio 2025.

SILVA, M. A.; PEREIRA, L. C. **Prevenção ao uso de drogas: estratégias educativas na escola**. Revista Educação em Debate, v. 15, n. 2, p. 45-61, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Guia de Prevenção ao Uso de Substâncias Psicoativas no Ambiente Escolar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

JURISPRUDÊNCIA E PROTEÇÃO DA MULHER: A IMPORTÂNCIA DO TEMA 1.249 NA CONSOLIDAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

Arthur Ribeiro de Souza¹; Roberto de Oliveira Jesus Neto²; Prof. Ms. Guilherme Roedel Fernandez Silva³; Prof.^a Dra. Cynara Silde Mesquita Veloso⁴.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

² Acadêmico do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

³ Professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

⁴ Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução

1) Contextualização: A violência contra a mulher no Brasil tem raízes profundas, sustentadas por uma longa tradição de omissão institucional e por estruturas patriarcais que naturalizaram a opressão feminina. Mesmo com avanços normativos, como a Lei Maria da Penha, persistem entraves na efetivação de medidas protetivas eficazes. Nesse cenário, o julgamento do Tema Repetitivo nº 1.249 pelo STJ - Superior Tribunal de Justiça- configura um marco relevante, ao afirmar o caráter preventivo e autônomo das medidas protetivas de urgência, afastando a exigência de formalidades como a existência de boletim de ocorrência ou processo judicial; **2) Objetivos:** São objetivos desta pesquisa analisar a decisão do STJ no Tema Repetitivo nº 1.249, compreender seus fundamentos e implicações jurídicas, e refletir sobre seus impactos na efetividade das medidas protetivas no combate à violência de gênero.

Métodos

A presente pesquisa adota o método dedutivo, partindo da análise da decisão proferida no Tema Repetitivo nº 1.249 para, a partir dela, compreender os fundamentos jurídicos e os reflexos práticos na aplicação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. A abordagem é qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes doutrinas especializadas, legislações pertinentes, jurisprudência atualizada, artigos acadêmicos e publicações em revistas jurídicas. Também serão considerados dados estatísticos e relatórios oficiais que tratam da violência contra a mulher no Brasil, como os produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ministério dos Direitos Humanos, e organismos internacionais como a ONU Mulheres, com o intuito de contextualizar o fenômeno social da violência de gênero e reforçar a importância da atuação do Poder Judiciário na proteção de vítimas. Essa metodologia busca aliar o estudo teórico com a realidade empírica, permitindo uma análise crítica e fundamentada sobre os desafios e avanços na efetivação dos direitos das mulheres no sistema jurídico brasileiro.

Desenvolvimento

A violência de gênero no contexto ocidental, alicerçada em estruturas patriarcais, tem origens históricas profundas e configura uma realidade persistente, que vai muito além de episódios isolados de agressão (Segato apud Matosinhos, 2024). A título ilustrativo, somente no ano de 2023, foram registradas aproximadamente 1.467 vítimas de feminicídio no Brasil (Matosinhos, 2024), o que corresponde à média de quase quatro mulheres assassinadas por dia, em razão exclusiva de seu gênero. De acordo com dados da ONU Mulheres (2015), em pesquisa realizada com estudantes do ensino superior, aproximadamente 67% das mulheres entrevistadas relataram ter sido vítimas de alguma forma de violência — seja física, sexual, moral ou psicológica — no ambiente universitário. Diante dessa realidade alarmante, o país tem buscado, de forma progressiva, alternativas para o enfrentamento da violência contra a mulher, promovendo a cada ano o desenvolvimento de novos instrumentos legislativos e a consolidação de entendimentos jurisprudenciais que visam coibir essa grave violação de direitos humanos. Como expressão concreta desse compromisso assumido pelo legislador brasileiro no enfrentamento à violência de gênero, destaca-se a promulgação da Lei nº 11.340/2006 — conhecida como Lei Maria da Penha — que estabeleceu um marco jurídico significativo na proteção dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Soma-se a esse avanço a tipificação do crime de feminicídio, introduzida no ordenamento jurídico em 2024, por meio do artigo 121-A do Código Penal, como forma de reconhecer a gravidade e a especificidade dos homicídios praticados em razão do gênero. Ademais, decisões judiciais relevantes, como o julgamento do Tema Repetitivo nº 1.249, proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, reforçaram a efetividade das medidas protetivas de urgência (MPU's) previstas na Lei Maria da Penha, ao reconhecerem sua autonomia e aplicabilidade independente de fatores alheios à própria MPU. As MPU's foram criadas com o objetivo de assegurar a celeridade indispensável à proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade decorrente da violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha tem como finalidade central garantir proteção integral à mulher em situação de violência, por meio de um procedimento especial que assegura resposta estatal imediata e eficaz. Sua aplicação não depende de orientação sexual, idade da vítima ou da existência de vínculo conjugal. A renúncia à denúncia, quando ocorre, só é possível perante o magistrado, como forma de evitar pressões externas e preservar a autonomia da mulher. Por isso, é essencial encorajar o público feminino a buscar os canais de denúncia — delegacias especializadas, Ministério Público,

internet, sobre os direitos garantidos pela lei e os locais onde ela se aplica. A expressão “coabitação”, recorrente na norma, amplia seu alcance para situações que envolvam convivência habitual, como em escolas, hospitais, ambientes laborais e até domicílios de parentes ou conhecidos. Um dos marcos jurídicos mais relevantes da Lei Maria da Penha é a vedação expressa à aplicação da Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Criminais), conforme previsto no art. 41. Isso impede que crimes de violência doméstica sejam tratados com medidas meramente pecuniárias, como multas ou doações, garantindo maior rigor e efetividade na proteção à vítima. Tal dispositivo reforça o compromisso do Estado com a dignidade da mulher e rompe com a tradição de negligência jurídica que historicamente tratava tais casos como de menor gravidade. Assim, além de punir o agressor, a lei busca prevenir novas agressões e possibilitar à vítima a reconstrução de sua vida em um ambiente seguro, livre de ameaças e com respeito à sua integridade física, psíquica e emocional. Neste íterim, as 4 teses fixadas pelo STJ, na análise do tema repetitivo, estão de acordo com a natureza própria do dispositivo legal, bem como com sua finalidade última: a de garantir a proteção dos direitos fundamentais e a dignidade humana das mulheres vítimas de violência doméstica. Assim sendo, as teses fixadas foram: 1- as medidas protetivas de urgência têm natureza de tutela inibitória e não dependem da existência de boletim de ocorrência, inquérito ou processo de qualquer natureza; 2- A duração das medidas está vinculada à persistência do risco à mulher, e por isso, vigoram por prazo indeterminado; 3- A extinção de punibilidade, arquivamento de inquérito ou absolvição do acusado não causam automaticamente a extinção da medida imposta; e, por fim, 4- Não há necessidade de revisão periódica obrigatória, mas as medidas podem ser reavaliadas quando houver pedido do interessado ou constatação de fim da situação de risco. Depreende-se, portanto, que a autonomia das Medidas Protetivas de Urgência é incontestável, sobretudo em razão de sua natureza cautelar e preventiva. Assim, a proteção conferida pela Lei Maria da Penha vai além do interesse individual da vítima, refletindo-se na promoção da segurança coletiva ao enfrentar a violência estrutural de gênero. As Medidas Protetivas de Urgência, conforme reconhecido pelo STJ no Tema 1.249, possuem natureza autônoma e inibitória, podendo ser concedidas independentemente de boletim de ocorrência, inquérito ou processo penal instaurado. Basta a identificação de situação concreta de risco à integridade da mulher para sua imediata aplicação, com vigência enquanto persistir a ameaça. Além disso, sua revogação exige contraditório entre as partes e comunicação à vítima, reforçando o caráter cautelar e preventivo desse importante instrumento jurídico. Tal característica é essencial em um contexto social marcado por desigualdades estruturais e pela histórica vulnerabilização das mulheres, exigindo, assim, do Estado uma atuação imediata e proporcional à gravidade do cenário. A mera identificação de risco, ainda que potencial, justifica a atuação preventiva do Estado, uma vez que a ausência de resposta imediata pode culminar em formas extremas de violência. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), em 2023, cerca de 12,7% das mulheres vítimas de feminicídio possuíam medidas protetivas vigentes contra seus agressores. Esse dado evidencia não apenas a urgência da concessão dessas medidas, mas também a necessidade de fortalecer sua fiscalização e efetividade — aspectos diretamente enfrentados pelas diretrizes fixadas no julgamento do Tema 1.249 do STJ.

Conclusão/ Considerações finais

Diante do exposto, evidencia-se que o julgamento do Tema Repetitivo nº 1.249 pelo Superior Tribunal de Justiça representa um marco fundamental na consolidação da eficácia das Medidas Protetivas de Urgência no ordenamento jurídico brasileiro. Ao afirmar a autonomia dessas medidas em relação à existência de boletim de ocorrência, inquérito ou processo penal, o STJ reafirma a centralidade da proteção à mulher como valor constitucional e como expressão do dever do Estado em coibir a violência de gênero. A fixação das quatro teses pelo Tribunal — especialmente quanto à vigência por prazo indeterminado e à manutenção das medidas mesmo diante da extinção de punibilidade — reforça a natureza eminentemente cautelar e preventiva do instituto, e demonstra o amadurecimento da jurisprudência no trato de um fenômeno que, infelizmente, ainda é estruturante nas relações sociais. A decisão, portanto, não apenas interpreta a Lei Maria da Penha à luz dos princípios da dignidade humana e da tutela dos direitos fundamentais, como também oferece diretrizes claras e eficazes para o sistema de justiça, promovendo segurança jurídica, celeridade e sensibilidade à realidade vivida por milhares de mulheres no Brasil. Em um contexto de violência reiterada e persistente, a atuação judicial comprometida com a efetividade dos instrumentos legais de proteção revela-se não apenas desejável, mas imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e segura para todas.

Referências

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: FBSP, 2024. Arquivo em PDF.

JUSBRASIL. *Não cabe ao Juizado Especial Criminal julgar descumprimento de medida protetiva*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/nao-cabe-ao-juizado-especial-criminal-julgar-descumprimento-de-medida-protetiva/1169810917>. Acesso em: 08 maio 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT). *Inaplicabilidade da Lei 9.099/1995 aos casos de violência doméstica*. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/lei-maria-da-penha-na-visao-do-tjdft/crimes-e-procedimentos/inaplicabilidade-da-lei-9-099-1995-aos-casos-de-violencia-domestica/inaplicabilidade-da-lei-9-099-1995>. Acesso em: 08 maio 2025.

JUSBRASIL. *Aspectos relevantes da Lei Maria da Penha*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/aspectos-relevantes-da-lei-maria-da-penha/1140206072>. Acesso em: 08 maio 2025.

ONU MULHERES. *Publicações – Prevenção e Fim da Violência contra as Mulheres*. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticia/publicacoes/fim-da-violencia/>. Acesso em: 08 maio 2025.

TRILHANTE. *Tema Repetitivo 1.249 – STJ*. Disponível em: <https://informativos.trilhante.com.br/temas-stj/tema-repetitivo-1249-stj>. Acesso em: 08 maio 2025.

DEEP FAKE E O DIREITO PENAL: IMPLICAÇÕES NOS CRIMES CONTRA A HONRA NO ÂMBITO VIRTUAL

Cynara Silde Mesquita Veloso¹, Arthur Ribeiro de Souza²; Raul Victor Pereira Rodrigues Souto³

¹ Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

² Acadêmico do curso de Direito da instituição Universidade Estadual de Montes Claros

³ Acadêmico do curso de Sistemas de Informação da instituição Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução

A ascensão das ferramentas de Inteligência Artificial (IA) é um fenômeno que provoca discussões no campo do direito e da tecnologia. Em especial, casos como o do cantor Pedro Sampaio, vítima de *Deep Fake* para divulgação de jogos de azar sem a devida autorização (ROHEN, 2025), evidenciam a importância de um estudo aprofundado sobre o impacto destas ferramentas. Deste modo, o presente resumo expandido busca apresentar as principais técnicas de *Machine Learning* (Aprendizado de Máquina) e *softwares* empregados na prática de crimes digitais, com ênfase na manipulação midiática por meio de *Deep Fakes*. Ademais, busca-se discutir as medidas legais nos crimes contra a honra, previsto no CPB — Código Penal Brasileiro de 1942 —, e abordar outros termos pertinentes ao tema.

Palavras-chave: *Deep Fake*; Inteligência Artificial; Direito Penal; Crimes Contra a Honra

Métodos

Esta pesquisa é, predominantemente, de caráter descritivo e bibliográfico. Para seu desenvolvimento, realizou-se uma revisão literária de livros e artigos científicos presentes no repositório Google Acadêmico e publicados a partir do ano de 2023, nos idiomas português e inglês. Ressalta-se que as principais palavras-chave utilizadas na pesquisa foram “*Deep Fake*”, “*Machine Learning*”, “*Deep Learning*”, “Crimes contra a Honra”, “Honra objetiva e subjetiva”, “Dolo Direto, Indireto e Eventual”. Além disso, consultaram-se sítios eletrônicos especializados em direito e veículos jornalísticos de reconhecida credibilidade, com o objetivo de elucidar questões relacionadas a tipificações criminais e contextualizar o uso de *Deep Fake* em delitos virtuais.

Desenvolvimento

Deep Fake trata-se de materiais criados por meio de ferramentas de IA que aparentam ser genuínos à percepção humana, tais como vídeos, imagens e áudios (HEIDARI *et al*, 2024). Estes materiais são gerados por modelos de Aprendizado de Máquina e *Deep Learning* (Aprendizado Profundo). O Aprendizado de Máquina consiste em um ramo de IA que busca desenvolver algoritmos que permitam que os computadores aprendam e melhorem de forma autônoma a partir da leitura de uma base de dados, dispensando programação explícita para cada tarefa. Já o Aprendizado Profundo, é um subconjunto do Aprendizado de Máquina que visa o desenvolvimento de algoritmos inspirados na estrutura e função cerebral humana, as redes neurais artificiais, voltadas à resolução de problemas complexos a partir de dados que possam ser não rotulados e não estruturados (SHARIFANI; AMINI, 2023). Existem diversas ferramentas disponíveis no mercado voltadas para criação de *Deep Fake*, com variadas particularidades (Tabela 1). Elas podem ser classificadas em ferramentas baseadas em IA com aprendizados supervisionados e não supervisionados. O primeiro tipo produz mídias de maior qualidade, contudo, exige um grande volume de dados rotulados e recursos computacionais. Já o segundo tipo produz mídias de forma rápida e autônoma por meio de dados não rotulados, mas sua qualidade varia de acordo com a dados utilizados. Cada uma das ferramentas apresenta certa particularidade, como objetivo, licenciamento e qualidade de seus resultados — avaliada pela capacidade de ferramenta de gerar resultados quase indistinguíveis de conteúdo real (CARDOSO, 2024). Vale ressaltar a existência de ferramentas para identificação de materiais resultantes da *Deep Fake* (Tabela 2), que também apresentam propriedades variadas, como seu objetivo e eficácia — estimada conforme sua facilidade de uso, velocidade e detecção de conteúdos falsos (MUKTA *et al*, 2023). Tendo isso em vista, as ferramentas de Inteligência Artificial podem ser utilizadas para a ocorrência de vários delitos, como os que estão a seguir. Os crimes contra a honra admitem exclusivamente o dolo, e não a culpa. O dispositivo “dolo” se define como ato consciente de realizar uma conduta, com resultado, presente o nexo de causalidade e típica (prevista legalmente no Código Penal ou em legislação extravagante), ou seja, o crime. E os delitos contra a honra não fogem a essa regra. O crime de difamação, por exemplo, pode se enquadrar no dolo direto de primeiro e segundo grau. Os atos criminosos de 1º grau tem relação expressa com ato difamatório típico, porque se presume que o agente, por meio do recurso da *Deep Fake* — característica eventual de um crime de livre modo (comum) — pode querer atingir apenas as pessoas que tem a honra objetiva — o bem jurídico tutelado desse tipo penal. O elemento doloso de 2º grau já envolve o agente querer atingir a vítima de forma direta (primeiro grau), mas também a forma que a vítima sofre gera efeitos colaterais a outrem, será dado um exemplo envolvendo o crime de Calúnia. A título de exemplo, no crime de calúnia, suponha-se que o sujeito a “A”, autor e agente do crime, movido por animosidade contra “B”, cria e divulga uma *Deep Fake* na qual “B” demonstra ter o costume de agredir mulheres. Assim, “C”, companheira de “B”, acreditando na veracidade do material, rompe o relacionamento por temer possíveis agressões e sentir-se exposta perante seu círculo social. Percebe-se que nesse exemplo fictício “B” e “C” tiveram a honra objetiva ferida, que implica nos valores como prestígio, dignidade, boa fama, dentre outros na sociedade, o tipo penal de difamação visa esse mesmo resultado. Um ato doloso eventual envolvendo o crime de injúria, por meios virtuais, que pode acontecer, é quando ocorre a utilização das simulações visuais para atacar pessoas durante aulas online e praticar assim o ato de *bullying*, observa-se que assim fica mais difícil descobrir quem cometeu o delito. Percebe-se que em todos esses exemplos o que é mais visível desses fenômenos é o resultado, que nesses casos são frutos de ações comissivas — atos positivos praticados pelo agente, que toma iniciativas e decisões que causam o dano. Esse efeito visual também ocorre nos

demaís crimes com previsão legal do Legislador Brasileiro. O dolo indireto (exemplo de culpa em *stricto sensu*) ocorre quando a pessoa, embora não deseje diretamente o resultado, prevê a possibilidade de que ele aconteça e, ainda assim, aceita essa consequência. Ao aplicar nos casos concretos que estão sendo analisados (o uso mal intencionado das *Deep Fakes* dentro do universo do Direito Penal) é possível exemplificar da seguinte maneira: o indivíduo “A”, colega de trabalho de “B” e “C”, produz uma simulação audiovisual com o propósito de induzir os referidos indivíduos a proferir ofensas contra seu superior hierárquico – também desafeto de “A” –, visando causar a demissão deles. Como resultado dessa conduta, configura-se a prática dos crimes de difamação e injúria por meio do *avatar* digital criado pelo primeiro elemento citado dessa ficção. Ademais, é importante ressaltar que as ferramentas voltadas para a criação de *Deep Fake* também podem ser utilizadas de modo legítimo e benefício. Esta tecnologia vem sendo aplicada em diversos setores da indústria, tais como *e-commerce*, *marketing*, medicina e o segmento cinematográfico (MUKTA *et al*, 2023).

Conclusão/ Considerações finais

As *Deep Fakes*, em especial, as geradas por meio de *softwares* de maior eficácia, podem ser utilizadas para a aplicação de delitos contra a honra no âmbito virtual, como por exemplo calúnia, difamação e injúria. Esses crimes, previstos no Código Penal Brasileiro (arts. 138 a 140), ganham nova dimensão no ambiente digital devido à rapidez, alcance e anonimato proporcionados pelas tecnologias, o que amplifica o impacto psicológico e social nas vítimas, além de dificultar sua reparação. Adicionalmente, a falta de regulação eficaz em algumas plataformas digitais contribui para a perpetuação desses crimes. Contudo, é importante ressaltar que as *Deep Fakes* são utilizadas em diversos ramos da economia de forma benéfica, outrossim, existem aplicações voltadas para o reconhecimento destes conteúdos.

Agradecimentos

Dedicamos este trabalho à memória de **Vera Regina de Melo**, mulher de coragem e sabedoria, cuja presença continua viva em nossos corações. Sua força e exemplo seguem sendo inspiração em minha jornada. Com eterna gratidão e saudade.

Referências

- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2025.
- CARDOSO, Gustavo Milan. **Um levantamento de ferramentas de IA para a produção de deepfakes**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Bacharelado em Ciência da Computação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Salto, Salto, 2024.
- CRIMES materiais, formais e de mera conduta**. Trilhante. Disponível em <<https://trilhante.com.br/curso/classificacao-e-especie-das-infracoes-penais/aula/crimes-materiais-formais-e-de-mera-conduta-2>>. Acesso em: 04 maio 2025.
- HEIDARI, Arash; NAVIMIPOUR, Nima Jafari; DAG, Hasan; UNAL, Mehmet. **Deepfake detection using deep learning methods: A systematic and comprehensive review**. Wiley Interdisciplinary Reviews: Data Mining and Knowledge Discovery, v. 14, n. 2, p. e1520, 2024.
- MASSON, Cleber. **Direito Penal - Parte Geral (arts.1º ao 120) - Vol.1**. 2021. Editora Método.
- MUKTA, Md Saddam Hossain; AHMAD, Jubaaer; RAIAAN, Mohaimenul Azam Khan; ISLAM, Salekul. AZAM, Sami; ALI, Mohammed Eunus; JONKMAN, Mirjam. **An investigation of the effectiveness of deepfake models and tools**. Journal of sensor and actuator networks, v. 12, n. 4, p. 61, 2023.
- ROHEN, Bia. **Pedro Sampaio denuncia golpe que recria sua voz e rosto em deep fake**. O Globo. 2025. Disponível em <https://revistaquem.globo.com/noticias/noticia/2025/04/pedro-sampaio-tem-rosto-e-voz-usados-em-deep-fake-fui-vitima_gh.html>. Acesso em 28 de abril de 2025.
- SHARIFANI, Koosha; AMINI, Mahyar. **Machine learning and deep learning: A review of methods and applications**. World Information Technology and Engineering Journal, v. 10, n. 07, p. 3897-3904, 20.

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROTEÇÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE GARANTIR A SAÚDE E O BEM ESTAR

MEDEIROS, Eduardo Henrique Seixas¹; RABELO, Hiasmim Araújo¹; VASCONCELOS, Luna Nobre¹; ALMEIDA, Luísa Clementino Gonçalves de¹; MENDES, Lyandra Pereira¹; QUEIROZ, Vaniele Cardoso¹; PRATES, Cláudia Letícia Moura².

¹Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário Unifipmoc/Afya

²Professor do curso de Direito do Centro Universitário Unifipmoc/Afya

Introdução

A crescente degradação ambiental, decorrente do uso inadequado do solo, da poluição atmosférica e do descarte irregular de resíduos químicos impõe a necessidade de respostas interdisciplinares e de práticas responsáveis por parte dos profissionais envolvidos no planejamento urbano. Nesse cenário, a presente ação extensionista, desenvolvida por discentes do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya) do 3º período de Direito noturno, propõe a sensibilização de profissionais da arquitetura quanto aos impactos ambientais de suas práticas/projetos e a importância da observância das normas legais quando do planejamento/efetivação desses projetos. A atividade integra um projeto colaborativo com a empresa Machine Select, visando promover a divulgação da legislação ambiental e reforçar o papel das políticas públicas e da Constituição Federal na promoção da sustentabilidade. O objetivo principal é demonstrar como os fundamentos constitucionais e infralegais relativos à proteção ambiental podem ser incorporados ao exercício profissional dos arquitetos, incentivando condutas mais conscientes e responsáveis. Busca-se ainda fomentar o diálogo entre Direito e Arquitetura, estimulando a construção de soluções integradas frente aos desafios ambientais contemporâneos.

Métodos

O projeto extensionista teve início com a discussão sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável preconizados pela Organização das Nações Unidas, em especial o ODS 03 que trata, de forma específica sobre saúde e bem estar. Posteriormente, passou-se ao estudo do referencial teórico para subsidiar o projeto de extensão, bem como fez-se o desenho da intervenção pretendida pela equipe de trabalho. A ação de intervenção escolhida pela equipe, que tem caráter educacional e interdisciplinar e foi nomeada de Projeto EcoJurídico (fig. 01), objetivou a integração entre Direito e Arquitetura e Urbanismo. O público-alvo escolhido para participar da intervenção foram cerca de 15 (quinze) arquitetos atuantes na empresa privada Machine Select, com atividades realizadas no dia 07 de maio de 2025, durante o evento denominado Arquitetura e Coffee, com duração total de 1 hora e 30 minutos. A intervenção foi composta por uma palestra educativa sobre o tema do projeto, ministrada por estudantes de Direito integrantes da equipe de trabalho, sob supervisão docente, com uso de recursos audiovisuais, seguida de uma roda de conversa para esclarecimento de dúvidas. A articulação com a empresa garantiu o engajamento prévio dos participantes e como instrumento de avaliação da intervenção aplicou-se um questionário final para aferir a aprendizagem e a percepção dos profissionais quanto ao conteúdo abordado, cujo resultado se encontra na tabela 01.

Desenvolvimento

A atividade intervencionista objetivou conscientizar os profissionais integrantes do público-alvo sobre os impactos ambientais de suas decisões; apresentar os dispositivos constitucionais e legais sobre meio ambiente; discutir políticas públicas ambientais; e estimular práticas urbanísticas sustentáveis. Nessa perspectiva, os impactos foram positivos, uma vez que o público alvo demonstrou interesse pela temática, ampliando sua compreensão sobre o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos. A participação ativa na roda de conversa revelou o desconhecimento inicial sobre a aplicabilidade prática das normas ambientais, que foi superado com a exposição de exemplos como a destinação correta de resíduos da construção civil e a observância do uso do solo conforme o Estatuto da Cidade. Entre os desafios, destacam-se o tempo limitado para aprofundamento teórico e a necessidade de tornar a linguagem jurídica mais acessível aos profissionais da arquitetura. Esses entraves foram superados com a entrega de materiais complementares e o preparo prévio dos discentes.

Conclusão/ Considerações finais

A ação atingiu seu propósito ao promover o diálogo interdisciplinar entre profissionais do Direito e da Arquitetura, bem como a conscientização ambiental do público alvo no que diz respeito a necessidade de, no exercício da sua profissão, adotar estratégias que visem dar efetividade às políticas públicas como forma de garantir um meio ambiente sustentável e, por consequência, garantir a saúde e bem estar da população, cumprindo assim o previsto na ODS 03. Evidenciou-se com a intervenção a relevância da Constituição Federal como instrumento orientador de práticas urbanísticas sustentáveis e a necessidade de engajamento no assunto não só do poder público, mas de todo cidadão, já que a busca pelo meio ambiente sustentável é um direito dever de todo. O sucesso da iniciativa reforça o potencial da extensão universitária como promotora da transformação social e da cidadania ambiental, abrindo caminhos para novas colaborações entre universidade e sociedade.

Agradecimentos

Agradecemos à coordenação dos cursos de Direito e Arquitetura e Urbanismo da UNIFIPMoc/Afya, à empresa Machine Select, que viabilizou a realização do evento Arquitetura e Coffee e aos docentes pelo apoio técnico-pedagógico na execução desta atividade.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 05 maio 2025.

Tabela 1. Nível de conhecimento sobre legislação ambiental antes e após a intervenção extensionista (tabela de confecção da equipe de trabalho após análise dos questionários aplicados ao final da intervenção).

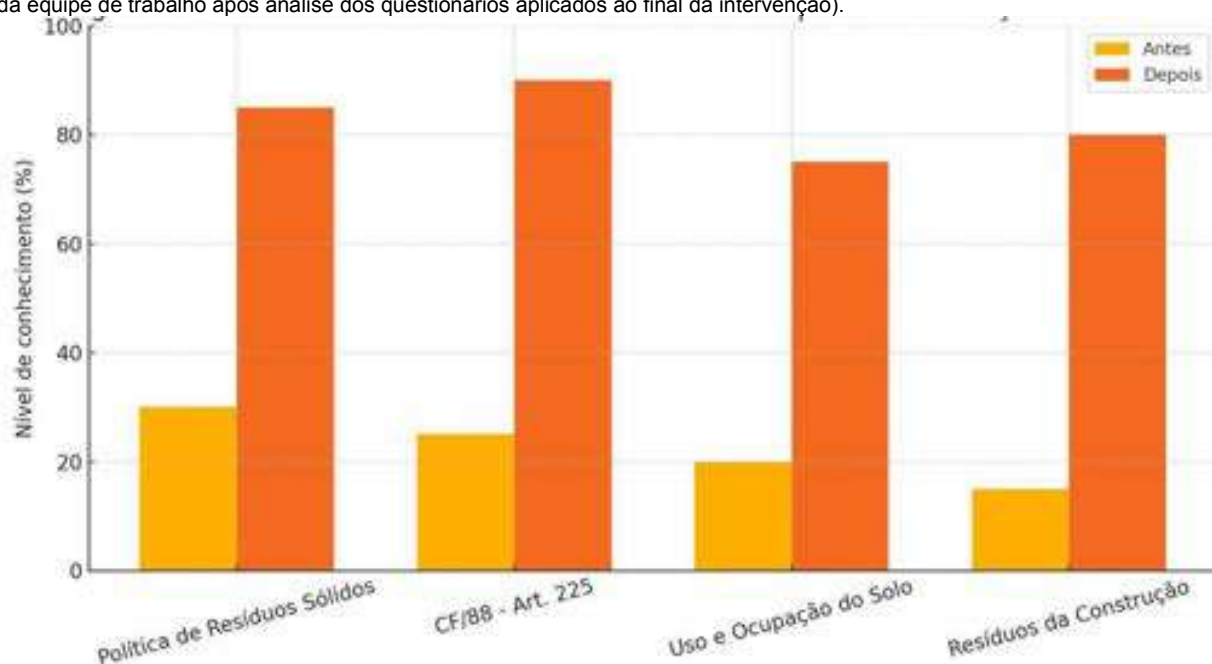




Figura 1. Intervenção educativa do Projeto EcoJurídico sobre o cuidado com o solo urbano (acervo dos autores).

AS AÇÕES POSSESSÓRIAS NO CPC/15: FUNDAMENTOS, TIPOS E PRINCIPAIS DESAFIOS PRÁTICOS

MIRANDA, Arthur Bernardo Brito; ¹ROCHA, Victor Hugo Oliveira; ¹MOTA, João Vitor; ¹SILVA, Luiz Gustavo de Souza Jacome; ²BUIST, Lucas Pedrollo; ²PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas.
¹ Acadêmicos do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc
² Professora do curso de Direito, da instituição UNIFIPMoc

Introdução

As ações possessórias, previstas no Código de Processo Civil, também denominadas *interditos possessórios*, são as que têm por objetivo a defesa da posse, com fundamento na posse, em face da prática de três diferentes graus de gravidade de ofensa a ela cometida: esbulho, turbacão ou ameaça. Preliminarmente, importa ressaltar que, as ações possessórias, como o próprio nome indica, refere-se ao direito da posse, como implícito no artigo 1.196 do Código Civil. Tem-se que, no Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), as ações possessórias receberam disciplina específica nos artigos 554 a 568, ponderando uma tentativa legislativa de modernização da tutela possessória. A prática das ações possessórias revela-se em múltiplas situações cotidianas, desde litígios envolvendo imóveis urbanos e rurais, impedindo a manutenção de posse e ocupações coletivas. Essas solicitações, devido à sua urgência e frequentemente à sua complexidade, colocam à prova os profissionais do Direito em relação à correta compreensão das normas processuais relevantes, aos critérios legais solicitados para a apresentação das ações e à precisa diferenciação entre as categorias de ameaça à posse. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo principal analisar os fundamentos jurídicos das ações possessórias à luz do CPC/15, com especial atenção às diferenças entre seus tipos (manutenção, reintegração e interdito proibitório), aos requisitos legais da posse e à forma de proteção judicial cabível diante de situações litigiosas. Ainda se procura reconhecer e debater os principais obstáculos práticos que surgem na implementação desses mecanismos, focando nas dificuldades relacionadas às provas, na proteção de urgência e na intervenção judicial em situações de disputa sobre a posse.

Métodos

“As ações possessórias no CPC/15”, concentra-se no estudo vivenciado pelos alunos do oitavo período do curso de Direito da UNIFIPMoc, como parte da disciplina Laboratório de Prática Jurídica Civil II, ministrada pela professora Andressa Mendes de Freitas Pinheiro. A atividade abordada neste artigo fez parte de uma pesquisa qualitativa com enfoque educacional e social, associado a um centro de prática jurídica universitária, com o objetivo de ampliar o acesso à informação jurídica e promover a conscientização sobre os direitos possessórios à luz do Código de Processo Civil de 2015, especialmente nos artigos 554 a 568. A pesquisa foi realizada pelos estudantes de graduação em Direito, que participaram das atividades de formação e simulação. Os objetivos centrais do trabalho foram: capacitar os participantes para a correta identificação e aplicação das ações possessórias conforme os dispositivos do CPC/15; esclarecer as distinções entre manutenção de posse (art. 560), reintegração de posse (art. 561) e interdito proibitório (art. 567), com base nos fundamentos legais que regem cada uma; analisar os requisitos necessários para a configuração da posse legítima; e compreender os mecanismos de proteção judicial disponíveis contra turbacões e esbulhos. Um dos aspectos mais relevantes foi garantir que os envolvidos compreendessem que a posse não está ligada à propriedade do domínio, sendo resguardada legalmente sempre que houver risco ou infração por parte de terceiros, de acordo com o princípio da função social da posse. Para atingir tais objetivos, ocorreram aulas expositivas, abordando os dispositivos legais e os conceitos fundamentais, como posse justa, injusta, de boa ou má-fé, bem como os prazos de ajuizamento das ações possessórias.

Desenvolvimento

As ações possessórias, são instrumentos jurídicos fundamentais para proteger a posse, independentemente da propriedade. Elas se dividem em três categorias principais: manutenção de posse, reintegração de posse e interdito proibitório, cada qual atendendo a situações específicas. A manutenção de posse se aplica aos casos em que há turbacão, ou seja, perturbação no exercício da posse, sem a perda do bem. Já a reintegração de posse é utilizada para reverter situações de esbulho possessório, caracterizado pela perda da posse em razão de atos como violência, clandestinidade ou precariedade. Por outro lado, o interdito proibitório é uma medida preventiva que busca evitar turbacões ou esbulhos iminentes, protegendo o possuidor contra ameaças concretas. Apesar de sua relevância teórica e prática, a aplicação das ações possessórias enfrenta desafios significativos. A obtenção de provas adequadas, como documentos, registros fotográficos e testemunhos, é uma das principais dificuldades, especialmente em situações de disputa complexa. Além disso, a necessidade de celeridade na apreciação de medidas liminares, particularmente em casos de ocupações coletivas ou conflitos fundiários, evidencia a urgência de uma atuação judicial eficiente. A morosidade no julgamento dessas ações pode agravar as disputas e comprometer a proteção da posse. Assim, é imprescindível que os operadores do direito compreendam não apenas as diferenças entre essas ações, mas também os obstáculos que permeiam sua aplicação prática, assegurando a efetividade da tutela possessória no ordenamento jurídico brasileiro.

Conclusão/ Considerações finais

A realização desta pesquisa evidenciou a relevância prática e teórica do estudo das ações possessórias previstas no Código de Processo Civil de 2015, especialmente no que se refere aos dispositivos constantes dos artigos 554 a 568. Ao adotar uma metodologia que une o aprendizado, a atuação no campo do direito e a sensibilização da comunidade, tornou-se viável aprofundar o entendimento sobre as bases das medidas de manutenção, reintegração e interdito proibitório, sublinhando suas

distinções, exigências legais e como se aplicam de acordo com o tipo de violação da posse, seja ela turbacão, esbulho ou ameaca. A pesquisa cumpriu seu propósito de capacitar os participantes quanto à identificacão adequada do tipo de açao cabível em cada situacão concreta e o entendimento do papel da posse no sistema jurídico brasileiro. Além disso, teve um impacto significativo na evolucão acadêmica, por obter orientacão expositiva, por meio de aulas presenciais sobre os meios legais de protecao da posse. A experiência demonstrou que o ensino jurídico se fortalece quando articulado com a prática social, e que o conhecimento dos instrumentos processuais, como as açoes possessórias, deve ser difundido não apenas no ambiente acadêmico, mas também junto à populacão que lida diretamente com essas questões. Concluindo, os obstáculos considerados, como a definicão dos termos de posse, a coleta de evidências e a necessidade imediata de protecao, ressaltam a relevância de persistir em açoes que facilitem o acesso à justiça e a capacitaçaõ de profissionais dedicados aos princípios constitucionais e processuais que governam a protecao da posse no Brasil nos termos da legislaçaõ vigente.

Agradecimentos

A realizaçaõ desta pesquisa só foi possível graças ao apoio e colaboraçaõ da instituicão UNIFIPMoc, às quais registramos nossos sinceros agradecimentos. Agradecemos, em primeiro lugar, à coordenaçaõ do curso de Direito e à direçaõ da instituicão de ensino, pelo incentivo constante às atividades de pesquisa, ensino e extensãõ, e pelo suporte estrutural e pedagógico oferecido ao longo da açao. Estendemos nosso agradecimento à professora orientadora, Andressa Mendes de Freitas Pinheiro, cujos conhecimentos, orientaçoes e dedicaçaõ foram fundamentais para o desenvolvimento técnico e acadêmico deste trabalho. Aos estudantes envolvidos, reconhecemos o empenho, a responsabilidade e o compromisso demonstrados em todas as etapas do projeto.

Referências

ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUC-SP. **Ações possessórias**. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/168/edicao-2/acoes-possessorias>. Acesso em: 10 maio 2025.

ESTRATÉGIA CONCURSOS. **Resumo sobre as ações possessórias no CPC**. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/resumo-sobre-as-acoes-possessorias-cpc/>. Acesso em: 10 maio 2025.

PROJURIS. **Ações possessórias: o que é, tipos e como funciona**. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/acoes-possessorias/#h-o-que-sao-acoes-possessorias>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em: 18 maio 2025.

A ESCUTA ESPECIALIZADA COMO RECONSTRUÇÃO DA VOZ DA VÍTIMA: REFLEXÕES A PARTIR DE *LOLITA*, DE VLADIMIR NABOKOV.

Daniela Oliveira Brito¹; Roberto de Oliveira Jesus Neto².

¹ Acadêmica do curso de Direito da UNIMONTES

² Acadêmico do curso de Direito da UNIMONTES

Introdução

1) Contextualização: A escuta especializada representa um avanço legislativo e humanitário na forma como o Estado lida com crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Regulamentada pela Lei nº 13.431/2017, essa prática visa garantir o direito à escuta protegida, evitando a revitimização e respeitando o tempo psíquico da criança. No campo da literatura, a questão do silenciamento da vítima é exemplarmente encenada em *Lolita*, de Vladimir Nabokov, romance em que a protagonista, Dolores Haze, tem sua voz obliterada por uma narrativa conduzida por seu algoz, Humbert Humbert. A obra se tornou um dos mais controversos retratos de abuso narrado sob o prisma do abusador, o que lança questões profundas sobre ética, linguagem e poder. A partir desse contraste entre ficção e realidade jurídica, este trabalho propõe discutir os métodos e fundamentos da escuta especializada, ressaltando sua importância na restituição simbólica da voz da vítima. **2) Objetivos:** Este resumo tem como objetivo analisar a escuta especializada como instrumento de proteção e restituição simbólica da voz da criança e do adolescente vítima de violência. A partir dos fundamentos legais estabelecidos pela Lei nº 13.431/2017, propõe-se refletir sobre a importância da escuta como prática ética e humanizadora, capaz de reconhecer a vítima como sujeito de direitos. Para isso, toma-se como eixo interpretativo a obra *Lolita*, de Vladimir Nabokov, na qual a protagonista Dolores Haze tem sua voz apagada e sua identidade narrada exclusivamente sob a ótica de seu agressor. O estudo busca, assim, estabelecer um paralelo entre o apagamento simbólico da vítima na literatura e a necessidade, no campo jurídico, de mecanismos que garantam sua escuta autêntica e reparadora.

Métodos

A pesquisa desenvolvida neste trabalho segue o método dedutivo, partindo de uma análise geral da legislação brasileira, em especial da Lei nº 13.431/2017, e da doutrina jurídica e psicológica relativa à proteção integral da criança e do adolescente, para então relacionar esses fundamentos à representação literária de abuso na obra *Lolita*, de Vladimir Nabokov. O procedimento técnico utilizado é o da pesquisa bibliográfica, com consulta a autores da área jurídica, psicológica, da literatura e da teoria crítica, e também documental, no que se refere ao exame da legislação vigente e documentos normativos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). A abordagem adotada é qualitativa, visando à compreensão crítica dos instrumentos legais e da forma como a escuta especializada pode operar como contraponto ético e técnico ao silenciamento simbólico da vítima, representado na ficção. A utilização da obra literária como fonte auxilia a ilustrar, de forma simbólica, a importância da escuta como ferramenta de proteção e reparação. A escolha de *Lolita* como objeto de análise literária fundamenta-se em sua relevância cultural e crítica, sendo um exemplo paradigmático de como a linguagem pode ser usada para encobrir ou distorcer situações de violência, reiterando a necessidade de dispositivos institucionais que devolvam a palavra à vítima real.

Desenvolvimento

“Era Lo, apenas Lo. De calças práticas, era Lola. Na escola, era Dolly. Era Dolores na linha pontilhada onde assinava o nome. Mas nos meus braços era sempre Lolita” (Nabokov, 1955). É com essa construção simbólica que Humbert Humbert, protagonista-narrador de *Lolita*, de Vladimir Nabokov, estabelece sua dominação não apenas física, mas também narrativa sobre Dolores Haze. Ele a fragmenta em identidades que controlam sua existência e sentido, moldando-a conforme sua fantasia — a da “Lolita” ou, genericamente, a da “ninfeta”. Esse processo literário de apagamento da subjetividade da vítima ecoa o fenômeno jurídico e institucional que se busca superar com a escuta especializada: o silenciamento da vítima, especialmente da criança, diante do poder simbólico, discursivo e procedimental do agressor e das instituições. A realidade brasileira ilustra de forma contundente essa urgência. Segundo dados do G1, as denúncias de abuso e exploração sexual infantil aumentaram 195% nos últimos quatro anos (G1, 2025), demonstrando não apenas a ampliação dos registros, mas, sobretudo, a existência de um problema estrutural histórico de subnotificação, vergonha, dependência e incapacidade institucional de acolher e escutar com responsabilidade. Nesse cenário, emerge a importância central da escuta especializada, prevista pela Lei nº 13.431/2017, como política pública de proteção e reparação. A escuta especializada é definida no artigo 7º da referida lei como o procedimento de entrevista com crianças e adolescentes vítimas de violência, realizado por profissionais da rede de proteção — como psicólogos e assistentes sociais especializados, que tem finalidade probatória no processo penal, a escuta especializada busca romper o ciclo de silenciamento, funcionando como um ato de reconhecimento simbólico e subjetivo da criança enquanto sujeito de direitos. Esse instrumento é uma reação ética e técnica ao modelo tradicional que, durante décadas, submeteu vítimas a múltiplos interrogatórios, em ambientes adversos, com linguagem inadequada e por profissionais despreparados — prática que configurava a revitimização institucional. Assim como Dolores Haze, na ficção, foi calada por uma narrativa que a convertia em objeto do desejo masculino e da linguagem manipuladora, crianças reais são muitas vezes reduzidas a testemunhos técnicos ou descartadas pela fragilidade de sua fala diante do peso institucional do processo penal. Embora a Lei nº 13.431/2017 represente um avanço técnico e conceitual ao definir parâmetros normativos para práticas antes marcadas pela improvisação e desigualdade entre estados, sua implementação revela fragilidades institucionais. Em diversas regiões, a escuta especializada ocorre sem infraestrutura adequada, nem articulação entre os órgãos da rede. A ausência de fluxos definidos e a carência de profissionais capacitados tornam recorrente a confusão entre escuta e depoimento, desvirtuando sua função de cuidado e reproduzindo práticas revitimizantes que enfraquecem o alcance protetivo da norma. A escuta especializada, portanto, deve ser compreendida como um ato de resistência simbólica à lógica punitiva que esquece a vítima, e como parte de uma política pública que devolve à criança a condição de narradora legítima da sua própria história. Na medida em que Dolores Haze é construída por Humbert como “Lolita”, o direito deve operar para

restituir à criança real o direito de não ser uma personagem na narrativa alheia, mas uma pessoa com voz própria, identidade e desejo de reconstrução. A partir dessa perspectiva, é necessário resgatar a função originária da escuta especializada: não é produzir prova, mas produzir escuta, acolhimento, confiança. Sua correta aplicação pressupõe formação técnica contínua, articulação intersetorial entre saúde, educação, assistência social e justiça, além de compromisso político com a dignidade da infância. O que se busca, portanto, é reverter a lógica histórica de um sistema que sempre deu mais ouvidos ao agressor articulado do que à vítima silenciosa. Ao pensar a escuta como reconstrução da voz da vítima, não se trata apenas de um processo técnico, mas de um ato ético, político e civilizatório. A escuta especializada, nesse sentido, é a antítese do que Humbert representa: enquanto ele reescreve Dolores com a tinta do desejo, o direito deve escutá-la com a escuta do cuidado, da verdade subjetiva, e da reparação possível.

Conclusão/ Considerações finais

A escuta especializada, ao ser concebida como um dispositivo de proteção integral e escuta qualificada, representa mais do que um protocolo institucional: é uma resposta civilizatória diante da histórica negligência em relação à voz da criança vítima de violência. Frente ao aumento alarmante das denúncias de abuso e à fragilidade das redes de proteção, torna-se ainda mais evidente a necessidade de resgatar o sentido original da escuta como ferramenta de reconhecimento subjetivo e reparação simbólica. O paralelo com *Lolita* permite evidenciar como o apagamento da vítima não é apenas físico ou jurídico, mas também narrativo e discursivo — e, por isso, combater a revitimização exige mais do que normatização. Exige escuta real, formação ética e compromisso institucional com a dignidade da infância. O desafio, portanto, não é apenas operacionalizar uma política pública, mas garantir que o direito, em sua materialidade, não reforce os silêncios impostos pela violência. Escutar, neste contexto, não é apenas ouvir: é interromper o ciclo de apagamentos que permite que Humberts continuem reescrevendo histórias que não lhes pertencem. Escutar é devolver à vítima sua condição de sujeito de direito, de memória e de linguagem. É esse o dever de uma justiça que se quer, de fato, restaurativa e humana.

Referências

- BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 07 mai. 2025.
- FERREIRA, M. L.; SILVA, A. C. M. Escuta protegida e o direito à não revitimização: análise crítica. *Revista Jurídica da Infância e Juventude*, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 33-49, 2021.
- G1. Denúncias de abuso e exploração sexual infantil crescem 195% nos últimos 4 anos. G1, Política, 18 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/18/denuncias-de-abuso-e-exploracao-sexual-infantil-crescem-195percent-nos-ultimos-4-anos.ghtml>. Acesso em: 07 mai. 2025.
- NABOKOV, Vladimir. *Lolita*. Paris: Olympia Press, 1955. Disponível em: https://static.tumblr.com/amm1lw6/ttrmlsgck/lolita_-_vladimir_nabokov.pdf. Acesso em: 07 mai. 2025.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A ODS 3 MOLDANDO POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE E BEM-ESTAR DOS IDOSOS

Ana Júlia Alves de Andrade ¹; Isabella Cândida Caldeira ²; Sarah Luanne Baleeiro ³;

Lucas Natanael Araújo ⁴; Cláudia Letícia Moura Prates ⁵

^{1 2 3 4} Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

⁵ Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

Introdução

A experiência relatada neste estudo busca representar as sensibilizações e reflexões oriundas das atividades realizadas no Projeto de Extensão do Centro Universitário UNIFIPMoc, um processo interdisciplinar que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. Dessa forma, através da prática extensionista, foram abordadas questões relacionadas à saúde e ao bem-estar humano, na tentativa de repensar questões da qualidade de vida como princípios da dignidade humana. Em 2015, foi integrada uma nova agenda global, denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por 193 Estados membros da ONU. Trata-se de um plano de ação global, que abarca as dimensões ambientais, econômicas e sociais do desenvolvimento sustentável, de forma integrada e inter-relacionada, com a criação de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Dentre estes objetivos, encontra-se o objetivo número 3 intitulado “Saúde e Bem-Estar” que procura garantir uma vida saudável em todas as idades, mediante aspectos globais de saúde. Dentre as metas da ODS 3 encontra-se a necessidade de que até 2030 seja atingido a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos, para todos, em especial a população idosa devido a seu caráter de vulnerabilidade. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo evidenciar as atividades do Projeto de Extensão III, nomeado “A ODS 3 moldando Políticas Públicas na Saúde e Bem-estar dos Idosos” cuja comunidade escolhida foi população idosa da Feira da Paróquia Nossa Senhora da Rosa Mística, no Bairro Jardim São Luiz, na cidade de Montes Claros/MG, promovendo medidas e ações sociais para que alcance o maior número de indivíduos, em especial, pessoas idosas como forma de compreender que o saúde e bem estar da dessa faixa etária está correlacionado ao bem estar comum da população.

Métodos

Este relato trata-se da vivência prática dos acadêmicos do quarto período noturno do curso de Direito da UNIFIPMoc, resultado de práxis, interdisciplinar e interinstitucional, como parte da disciplina Projeto de Extensão III, sob orientação da professora Ms. Cláudia Letícia Moura Prates. Como intervenção, foi realizada uma distribuição de panfletos informativos na Feira da Paróquia Nossa Senhora da Rosa Mística, no dia 29 de abril de 2025 (Figura 1), sobre os direitos fundamentais da pessoa idosa, destacando direitos sobre a saúde e bem-estar desses indivíduos e, engajando a comunidade acadêmica da UNIFIPMoc na causa. Os braços do ensino e da pesquisa foram contemplados ao longo de todo o semestre, os acadêmicos organizaram cronograma de pesquisa para fundamentação teórica do tema, bem como absorção do contexto jurídico pertinente.

Desenvolvimento

A ODS e a Agenda 2030 se relacionam com o artigo 196 da Constituição Federal de 1988, instituindo que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado garantindo o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, e essa garantia deve ser estendida ao idoso e suas necessidades senis. Ademais, no artigo 230, determina que a família, a sociedade e o Estado têm como obrigação a proteção e amparo das pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar afirmando assim seu direito a uma vida de qualidade na velhice. Nesse aspecto, o Estatuto da Pessoa Idosa no Brasil e a Lei 8080/90 alinha-se à ODS 3 e seus objetivos específicos de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades, que visam garantir direitos da pessoa idosa: 1. Lei 8080/90: permite que os idosos tenham acessos de serviços de saúde mais próximos de suas residências e de suas realidades sociais e garantem, que aos idosos seja assegurado o acesso aos serviços de saúde, desde a prevenção de doenças até o tratamento e reabilitação, de forma integral e contínua. 2. Lei nº 10.741: assegura a essa faixa etária atenção integral à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo o acesso universal e igualitário a ações e serviços de saúde, incluindo prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. 3. Decreto nº 4.508, de 16 de fevereiro de 2023: instituiu o Programa Municipal “Saúde aos Montes” no município de Montes Claros – MG, como objetivo ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, priorizando a realização de cirurgias eletivas e garantindo atendimento médico especializado. Contudo, ainda que as leis e metas existam, o acesso à informação e o empoderamento sobre os direitos e obrigações da coletividade precisam ser disseminados e expostos, o que foi realizado a partir da experiência extensionista, em dimensão local. Assim, pode-se afirmar que a experiência desenvolvida pelos acadêmicos foi embasada em textos e artigos acadêmicos com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o tema, através de informações jurídicas. A realização da divulgação de panfletos e de orientações sobre os direitos da pessoa idosa como estratégia pedagógica, pautada no desenvolvimento de cidadãos críticos acerca das especificidades que norteiam o tema Saúde e Bem Estar, possibilitou aos participantes o despertar sobre fatores sociais geradores de riscos, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento desse tema tão relevante, conforme requer a gestão ambiental democrática. Sendo assim, uma experiência a ser levada para a vida profissional que irá contribuir positivamente no exercício da profissão, de forma comprometida com a construção de processos sustentáveis.

Conclusão/ Considerações finais

Ao aprofundar o tema, os membros da equipe constatarem grande valia no projeto proposto pela instituição, de uma forma que todos aprenderam pesquisando e formulando, aprendendo na prática o que é a cidadania de fato e como podem fazer a

diferença na vida dos indivíduos, promovendo um futuro mais saudável para a nossa cidade. Logo, o objetivo foi alcançado com êxito, na qual, para a formação acadêmica, a experiência permitiu o contato direto com a realidade externa, o compartilhamento de saberes que, sem dúvida, não poderiam ser alcançadas apenas dentro da sala de aula.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão III da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 março de 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm Acesso em 07 de março de 2025

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm Acesso em 07 de março de 2025

CLAROS, Montes. **SAÚDE AOS MONTES - Montes Claros lança programa que vai movimentar a cidade e zerar a fila de cirurgias eletivas**. Disponível em: <https://saude.montesclaros.mg.gov.br/noticia/saude/saude-aos-montes-montes-claros-lanca-programa-que-vai-movimentar-a-cidade-e-zerar-a-fila-de-cirurgias-eletivas>. Acesso em 07 de março de 2025.

CLAROS, Montes. Decreto nº 4.508, de 16 de fevereiro de 2023. **Dispõe sobre a instituição do programa municipal “Saúde aos Montes” e dá outras providências**. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/decreto/com-numero/decreto-n-4508-16-de-fevereiro-de-2023>. Acesso em 07 de março de 2025.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 05/03/2025.



Figura 1. Acadêmicos de Direito entregando panfletos informativos e debatendo com a população sobre os direitos da Pessoa Idosa

DIREÇÃO OFENSIVA: CONSUMO DE DROGAS E INSEGURANÇA VIÁRIA

BERTULINO, Diogo Gonçalves¹; MÁRCICO, Felipe Mendes¹; ARAÚJO, Gabriel Santos Silva¹; BATISTA, João Vitor Oliveira¹; SOUTO, Pedro Emanuel Nunes¹; VELOSO, Rodrigo Lucas da Cruz¹; PRATES, Cláudia Letícia Moura². (Máximo 07 autores com nomes completos, o último autor do trabalho, para fins de identificação, deverá ser o professor orientador)

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

² Professora do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

Introdução

A disciplina “Projeto de Extensão” existe como forma de curricularização da extensão universitária, atualmente presente nas grades curriculares dos cursos de Direito em todo o país. No desenvolvimento do Projeto, de modo intrínseco à sua existência, estão as relações de fomento (quando já existentes) e de transformação (quando ainda inadequadas) em relação às iniciativas pautadas em causas sociais, culturais e ambientais. À luz desses fatos, observa-se, como orientação para o cumprimento das atividades propostas, o alinhamento à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a ratificação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, escolheu-se a abordagem relacionada ao ODS 3 (três) — Saúde e Bem-Estar — com foco nos efeitos diretos e indiretos do uso de drogas lícitas e ilícitas no aumento do número de acidentes nas estradas.

Assim, por meio de uma ação educativa voltada a motoristas profissionais e não profissionais, objetivou-se, ao pesquisar o tema e promover a intervenção, conscientizar o público-alvo sobre a relação entre o consumo de drogas e a incidência de acidentes de trânsito com resultado morte e/ou com sequelas que prejudiquem a qualidade de vida das vítimas. A iniciativa também visa destacar a necessidade de reduzir essas ocorrências, conforme previsto no subitem 3.6 do ODS escolhido pela equipe.

Métodos

O planejamento e a efetivação da ação de intervenção foram realizados como parte da disciplina extensionista, observando o ODS 3 (três) da Agenda 2030 da ONU, tendo como ponto de partida a aula desencadeadora do projeto. A intervenção advinda do Projeto de Extensão representa a atuação ativa do meio acadêmico na sociedade local/microrregional. Trata-se do comprometimento institucional com a promoção do engajamento individual dos discentes na construção da responsabilidade social coletiva. Nessa perspectiva, houve, a partir da proposta reflexiva da orientadora, a análise de material audiovisual informativo e a leitura dos artigos-base como parte da pesquisa bibliográfica, sucedidas por uma discussão aberta com a participação de todos os grupos de atuação e a respectiva divisão dos subtemas. Para a elaboração do referencial teórico, foi necessário investigar o cenário enquanto problema, a fim de compreender suas causas, estudar estatísticas e analisar a responsabilização efetiva do fator em questão. Posteriormente, com o domínio do tema e de suas nuances sociopolíticas e culturais, o grupo direcionou-se à pesquisa da correlação dos fatos com a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; e a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que instituem, respectivamente, o Código de Trânsito Brasileiro, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e a disposição sobre o exercício da profissão de motorista. Por fim, os membros da equipe responsáveis pela logística interventiva passaram à organização da atividade, adotando como critérios de decisão: a coleta de estatísticas e relatos de experiências pessoais para enriquecimento do relato de experiência; o contato direto com o público-alvo; e a conscientização geral acerca do tema (fig. 01). O público-alvo escolhido foram os motoristas profissionais, sobretudo os que operam veículos de grande porte (transporte de carga material, carga viva e/ou passageiros), e a intervenção ocorreu no período de 21 de abril de 2025 a 26 de abril de 2025.

Desenvolvimento

A intervenção proposta e executada pela equipe ocorreu por meio de visitas presenciais a dois postos de combustível localizados em eixos rodoviários de alta circulação no município de Montes Claros/MG, o “Posto Opção II” ainda nos limites urbanos da cidade, marginal à BR-135 e o “Posto Barral II”, localizado na BR-365 (fig. 01), com o propósito de estabelecer contato direto com caminhoneiros e demais motoristas em atividade, promovendo um espaço de escuta ativa e levantamento de dados empíricos. A escolha dos locais foi orientada pela expectativa de encontrar motoristas profissionais em momentos de parada e descanso, conforme preconizado pela Lei nº 13.103/2015 (Lei do Descanso), que estabelece pausas obrigatórias para motoristas de carga. A atividade interventiva consistiu em conversas informais, conscientização, coleta de depoimentos e levantamento de dados junto ao público-alvo, formado majoritariamente por caminhoneiros e motoristas de transporte coletivo, embora também tenham sido abordados condutores particulares. A abordagem respeitosa e informal possibilitou a coleta de depoimentos espontâneos e significativos, compondo um panorama mais humanizado sobre a relação entre o uso de substâncias psicoativas e a prática da condução veicular. Ao todo, foram ouvidos dezesseis motoristas, com idades e percursos percorridos variados, o que permitiu à equipe reunir várias experiências e percepções relacionadas ao uso de substâncias psicoativas no trânsito. Dos 16 depoimentos, apenas um autorizou a gravação de sua voz e documentação fotográfica; todos negaram o uso irregular de psicoestimulantes; um alegou fazer uso medicamentoso da *lisdexanfetamina*, fármaco comercializado sob o rótulo “*Venvanse*”, para tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade; entretanto, todos os participantes relataram conhecer pelo menos um colega de profissão abertamente adepto da prática ilegal de consumo de entorpecentes com a finalidade de aumentar a produtividade. Apesar de negarem a utilização, frases como “se a gente parar toda hora pra descansar, não chega nunca” e “o pessoal diz que usa porque sem isso não dá conta de chegar no prazo” foram sustentadas por nove dos dezesseis entrevistados, os demais discursavam a favor de atitudes mais conscientes, a favor do tempo de descanso, da condução paciente e da valorização da vida.

Os relatos coletados evidenciaram, em sua maioria, a existência de uma cultura de normalização do uso de estimulantes, especialmente entre motoristas de longas distâncias, sobretudo entre aqueles que trabalham com transporte de carga alimentícia perecível. Esse retrato ilustra com clareza a crítica feita por Silveira, Domingues e Ehrhardt (2020) ao vínculo

entre a precarização das condições de trabalho e o consumo de drogas como mecanismo de sobrevivência profissional. Em outros casos, como apontado por Rizzotto (2015), a falta de alternativas viáveis de repouso e a pressão por prazos inviabilizam o cumprimento das jornadas de maneira saudável. Ainda durante a ação, foi constatada a alta familiaridade dos motoristas com as penalidades descritas no artigo 165 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que considera infração gravíssima a condução sob efeito de álcool ou outras drogas, acarretando multa, suspensão da CNH e medidas administrativas, isto é, conclui-se que, mesmo os adeptos da prática, provavelmente não o fazem por desconhecimento, mas conscientes da infração, mas reféns da necessidade produtiva. Portanto, a partir dessa abordagem direta e dialógica, a equipe percebeu que a eficácia das ações de prevenção está intrinsecamente ligada à empatia e ao reconhecimento da complexidade que envolve a vida dos condutores — um cenário que demanda mais do que repressão legal, exigindo ações interdisciplinares e humanizadas. A intervenção, portanto, cumpriu não apenas o papel técnico-pedagógico da extensão universitária, mas também promoveu a formação ética e crítica dos discentes frente aos desafios reais que cercam o uso de drogas no trânsito.

Conclusão/ Considerações finais

A atividade permitiu a consolidação do conhecimento teórico por meio da vivência prática, ao aproximar os discentes da realidade enfrentada por motoristas profissionais e cotidianos no contexto do uso de substâncias psicoativas nas estradas. O propósito inicial foi alcançado, uma vez que a iniciativa fomentou uma escuta ativa, sensibilização e comunicação direta com os principais indivíduos impactados por essa situação. Mesmo com contradições e silêncios que comprometeram a ideia inicial de coletar material audiovisual educativo para mídias sociais, as entrevistas realizadas evidenciaram a complexidade do problema e a demanda por estratégias mais empáticas, preventivas e interdisciplinares, em conformidade com a legislação atual, especialmente os artigos 18 e 19 da Lei no 11.343/2006. Portanto, o projeto não apenas cumpriu sua função institucional de curricularização da extensão, mas também ampliou a percepção dos envolvidos sobre os limites e alcances do Direito como ferramenta de transformação social.

Agradecimentos

Agradecemos à coordenação do curso, a todos os professores e a iniciativa de encorajamento acadêmico do curso. Ademais, a equipe expressa seu agradecimento particular aos caminhoneiros e motoristas que, de maneira humilde e generosa, concordaram em participar da intervenção, cedendo do seu tempo de descanso para compartilhar suas experiências, pontos de vista e obstáculos acerca de um tópico extremamente sensível à classe.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão III da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- RIZZOTTO, Rodolfo Alberto. **As drogas e os motoristas profissionais**: dimensionando o problema e apresentando soluções. 2015. Disponível em: <https://estradas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/As-Drogas-e-os-Motoristas-Profissionais.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.
- SILVEIRA, Rafaela; DOMINGUES, Daiane Guedes; EHRHARDT, Alexandre. **Avaliação dos exames toxicológicos referentes à atividade de motoristas profissionais conforme Lei nº 13.103**. Revista Brasileira de Criminalística, v. 9, n. 1, p. 43–47, 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Diário Oficial da União, Brasília, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503/compilado.htm. Acesso em: 08 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad**; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm. Acesso em: 08 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015. **Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista**; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e



Figura 1. Imagens da equipe durante a realização da intervenção

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL E A NOVA SISTEMÁTICA DO RECURSO ESPECIAL: AVANÇOS E CONTROVÉRSIAS APÓS A EC Nº 125/2022

ALVES, Matheus Felipe de Oliveira 1; SENA, Frederico Araujo 2; VIEIRA, Diacomio Guilherme Santos 3; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas 4.

1 Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

2 Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

3 Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

4 Docente do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

Introdução

1) Contextualização: A Emenda Constitucional nº 125/2022 introduziu um novo requisito de admissibilidade ao Recurso Especial: a demonstração da relevância da questão federal. Tal alteração visa aprimorar a função do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como corte uniformizadora da legislação federal infraconstitucional, reduzindo o volume de recursos e focando em matérias de maior impacto jurídico e social. 2) Objetivos: O presente estudo tem por objetivo analisar os avanços e controvérsias decorrentes dessa mudança, especialmente no que tange à sua aplicabilidade prática e aos desafios interpretativos que emergem na ausência de regulamentação específica.

Métodos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica, doutrinária e normativa, com enfoque na análise crítica da Emenda Constitucional nº 125/2022 e de seus desdobramentos no ordenamento jurídico brasileiro. Foram examinados artigos acadêmicos, doutrina, decisões judiciais e manifestações institucionais que abordam a temática da relevância da questão federal no Recurso Especial. A pesquisa também considerou o contexto histórico da criação do STJ e a evolução dos mecanismos de filtragem de recursos nos tribunais superiores.

Desenvolvimento

O Superior Tribunal de Justiça, como instância máxima do Poder Judiciário responsável pela interpretação uniforme da legislação federal infraconstitucional, é competente para julgar, mediante Recurso Especial, as causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais, pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios (SOUZA, 2017). A introdução do requisito de relevância da questão federal pelo §2º do art. 105 da Constituição Federal de 1988 representa uma tentativa de mitigar a sobrecarga do STJ permitindo que a Corte concentre-se em casos de maior importância jurídica (RIBEIRO, 2023), ressaltando que o tribunal possui apenas 33 Ministros e julgou 493.164 processos somente no ano de 2024 (STJ, 2024). Assim, o §3º do mesmo artigo estabelece hipóteses em que a relevância é presumida, como em ações penais, de improbidade administrativa, ou quando o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do STJ. No entanto, a efetividade desse novo filtro depende da promulgação de lei regulamentadora que defina os critérios objetivos para sua aplicação. Outra questão relevante refere-se à potencial violação do direito fundamental de acesso à justiça. A exigência de demonstração da relevância da questão federal pode dificultar o exercício do recurso especial por parte de litigantes com menos recursos financeiros ou técnicos, ampliando desigualdades já existentes no acesso ao judiciário superior. Nesse sentido, cabe ao legislador a importante tarefa de estabelecer critérios objetivos, claros e justos, que assegurem equilíbrio entre a necessidade de preservação da capacidade decisória do STJ e a proteção dos direitos dos jurisdicionados (RIBEIRO, 2023). Até o momento, o STJ aprovou o Enunciado Administrativo nº 8, que estabelece que a exigência da demonstração da relevância somente será aplicável após a entrada em vigor da referida lei regulamentadora. Essa lacuna normativa gera insegurança jurídica e divergências interpretativas, especialmente quanto à aplicabilidade imediata do novo requisito e à definição do órgão competente para sua análise (STJ, 2025). Além disso, há preocupações quanto à possibilidade de fragmentação da jurisprudência federal, caso os tribunais locais passem a ter a última palavra sobre matérias consideradas sem relevância pelo STJ.

Conclusão/Considerações Finais

A exigência de demonstração da relevância da questão federal no Recurso Especial, introduzida pela EC nº 125/2022, constitui um avanço significativo na busca por maior eficiência e seletividade na atuação do STJ. Contudo, sua efetiva implementação depende da edição de lei regulamentadora que estabeleça critérios claros e objetivos para sua aplicação. Enquanto isso não ocorre, persistem desafios interpretativos e riscos de insegurança jurídica, que podem comprometer a uniformidade e a previsibilidade do direito federal. É fundamental que o legislador atue com celeridade para suprir essa lacuna normativa, assegurando a efetividade e a legitimidade do novo filtro recursal.

Agradecimento

Agradecemos ao Centro Universitário UNIFIPMoc - Afya, pela oportunidade proporcionada para a realização e experiência prática desta pesquisa. Nossa gratidão estende-se também aos colegas graduandos do 8º período do curso de Direito, pela parceria, colaboração e prestatividade demonstradas durante toda a realização da pesquisa.

Referências

SOUZA, Artur César de. Recurso Extraordinário e Recurso Especial: (Pressupostos e Requisitos de Admissibilidade no Novo CPC) De Acordo com a Lei 13.256, de 02/04/2016 . 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2017. E-book. pág.123. ISBN 9788584933716. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933716/>. Acesso em: 05 mai. 2025.

RIBEIRO, Marcelo. Processo Civil . 3.ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559646166. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646166/>. Acesso em: 05 mai. 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Enunciado Administrativo nº 8. Brasília, DF, 19 out. 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Leis-e-normas/Enunciados-administrativos>. Acesso em: 07 mai. 2025.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ recebe meio milhão de processos e julga mais de um por minuto. 2024. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/19122024-STJ-recebemeio-milhao-de-processos-e-julga-mais-de-um-por-minuto.aspx>. Acesso em: 07 mai. 2025.

HILL, Flávia Pereira. A relevância da questão federal no recurso especial. 2023. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/elas-no-processo/379936/a-relevancia-da-questao-federal-no-recurso-especial?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 07 mai. 2025.

O USO E ABUSO DE ANABOLIZANTES: A BUSCA PELO DIREITO À SAÚDE

COUTINHO, Alicia Tolentino¹; RIBEIRO, Camilla Chateaubriand Lima¹; RIBEIRO, Joyce Cardoso¹; PEREIRA, Millena Kimberly Teixeira¹; GUIMARÃES, Teresa Raquel Chaves Tolentino¹; DEWES, Yasmim²; RABELO, Victor Veloso².
¹Acadêmicos do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc-Afya
²Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc-Afya

Introdução

O uso indevido de esteroides anabolizantes tem se tornado uma prática recorrente, sobretudo entre indivíduos que buscam melhorias estéticas ou de desempenho físico. Essa conduta, muitas vezes incentivada por padrões corporais impostos socialmente, representa uma séria ameaça à saúde pública e à integridade física dos usuários, além de envolver aspectos legais relacionados ao comércio e consumo dessas substâncias. Diante dessa problemática, foi desenvolvido o projeto de extensão intitulado “O abuso do uso de anabolizantes: busca pelo direito à saúde”, com o objetivo de promover a conscientização da população sobre os riscos à saúde e os aspectos jurídicos que envolvem o uso de anabolizantes sem prescrição médica. A ação foi realizada no Parque Sagarana, localizado no bairro Ibituruna, em Montes Claros/MG, local que concentra grande número de praticantes de atividades físicas. Estudantes do curso de Direito da UniFipMoc-Afya conduziram a intervenção, abordando o tema sob a perspectiva do direito à saúde, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. As etapas preparatórias, com foco em pesquisa e planejamento, ocorreram nas dependências da instituição de ensino, proporcionando embasamento teórico e prático para a atividade. Para isso, o projeto “O abuso do uso de anabolizantes: busca pelo direito à saúde” teve como principal objetivo compartilhamento do conhecimento do direito à saúde e à preservação desse direito as pessoas que fazem o uso indiscriminado de anabolizantes, visto que é a base para a melhoria da qualidade de vida, o conhecimento e a conscientização desse direito seja de entendimento de todos. A ação ligada ao projeto de extensão causou impacto na conscientização sobre o uso indiscriminado de esteroides e sua venda ilegal, além as consequências jurídicas por eles causadas.

Material e Métodos

Para isso, utilizou-se panfletos, que foram distribuídos no Parque Sagarana pelos integrantes do projeto, por meio de abordagens diretas aos frequentadores, promovendo diálogos informais para divulgar as informações do projeto.

Desenvolvimento

A experiência observada consistiu em uma ação educativa realizada em um espaço público, onde foram distribuídos panfletos informativos sobre o abuso do uso de anabolizantes e promovido o debate sobre o direito à saúde. As imagens (Fig. 1, 2, 3) ilustram diferentes momentos dessa intervenção: a distribuição dos materiais, o diálogo com o público e a circulação no ambiente, reforçando a abordagem ativa e participativa da equipe. Durante a atividade, os participantes abordaram frequentadores do local, entregando panfletos com informações acessíveis e dialogando sobre os riscos do uso indevido de anabolizantes. O material distribuído abordava tanto os efeitos adversos à saúde quanto os direitos do cidadão à informação e à saúde integral, incentivando uma reflexão crítica sobre práticas comuns no universo do fitness e do culto ao corpo. A interação direta permitiu identificar percepções, dúvidas e até resistência sobre o tema, evidenciando a importância do contato presencial e da comunicação clara para promover mudanças de comportamento. Observou-se que muitos indivíduos desconhecem os efeitos colaterais sistêmicos dos anabolizantes, como riscos cardiovasculares, disfunções hepáticas e distúrbios endócrinos, além das consequências psicológicas, como agressividade e alterações de humor. A vivência prática dialoga diretamente com o marco teórico do direito à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). O abuso de anabolizantes configura uma violação desse direito, pois expõe o indivíduo a riscos evitáveis e pode gerar custos sociais e econômicos ao sistema público de saúde. No campo jurídico, observa-se que o controle do uso de anabolizantes é tema de legislação específica em diversos países, incluindo o Brasil, que criminaliza a produção, comercialização e uso dessas substâncias sem prescrição médica adequada. O marco legal busca proteger a saúde pública e coibir práticas que possam gerar danos irreversíveis à integridade física e psíquica dos usuários. Além disso, a literatura aponta que o medo de criminalização pode afastar usuários do sistema de saúde, dificultando estratégias de redução de danos e acompanhamento médico adequado. Portanto, a atuação educativa, como a realizada na experiência, contribui para a promoção do direito à saúde, ao informar e conscientizar sobre os riscos e direitos envolvidos, incentivando o acesso a informações confiáveis e ao cuidado responsável. A experiência também evidencia a necessidade de políticas públicas integradas, que aliem repressão ao uso ilícito, educação em saúde e garantia de acesso a tratamento, respeitando os princípios da dignidade da pessoa humana e da integralidade do cuidado.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Com a realização da ação, conseguimos atingir o nosso objetivo de conscientizar a população sobre os riscos do uso indevido de anabolizantes. A entrega das cartilhas informativas, as orientações jurídicas e os atendimentos diretos permitiram promover conhecimento, reflexão crítica e acesso à informação de forma clara e acessível. A participação da comunidade demonstra o impacto positivo da intervenção, além de reforçar o papel do Estado na proteção da saúde pública e destacar a relevância de projetos acadêmicos no enfrentamento de questões sociais e na formação profissional dos estudantes.

Agradecimentos

Agradecemos ao Centro Universitário FipMoc (UniFipMoc), instituição de ensino onde este projeto de extensão foi idealizado e desenvolvido, com o tema “O abuso do uso de anabolizantes: a busca pelo direito à saúde”. É importante reconhecer o espaço acadêmico que possibilitou a realização dessa atividade, voltada à conscientização da população sobre os riscos do uso indevido de anabolizantes. Manifestamos especial agradecimento ao professor Victor Veloso Rabelo, por sua orientação, incentivo e valiosa contribuição intelectual, essenciais para a estruturação do trabalho e o êxito das ações realizadas. Reconhecemos ainda o esforço e a dedicação das acadêmicas que participaram ativamente de todas as etapas do projeto, da pesquisa à abordagem prática no Parque Sagarana: Alicia Tolentino Coutinho, Camilla Chateaubriand Lima Ribeiro, Camilly Fonseca Rodrigues, Janaina Gonçalves Fernandes, Joyce Cardoso Ribeiro, Maria Eduarda Campos Mourão, Millena Kimberlly Teixeira Pereira, Teresa Raquel Chaves Tolentino Guimarães e Yasmim Dewes. A todos que se envolveram com responsabilidade, respeito e compromisso com o propósito do projeto, registramos nosso sincero agradecimento.

Referências:

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 196. **A saúde é direito de todos e dever do Estado**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 17 mar. 2025.

FREITAS, Thais Onofre Caixeta de; NOHARA, Irene Patrícia. **Aspectos regulatórios do uso de anabolizantes e os efeitos da proibição do Conselho Federal de Medicina no mercado fisiculturista**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 15, n. 2, p. e267, 2024. DOI: 10.7213/revdireconsoc.v15i2.30648. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/30648?utm_source. Acesso em 19 mar. 2025.

ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 3: Saúde e Bem-Estar. Disponível em: Saúde - Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Acesso em 17 mar. 2025.



Figura 1. Material informativo preparado e distribuído durante a campanha de conscientização: “O abuso do uso de anabolizantes: a busca pelo direito à saúde”.



Figura 2. Abordagem e conscientização de pessoas em mesas ao ar livre sobre os riscos dos anabolizantes



Figura 3. Entrada do parque com ação educativa sobre anabolizantes e direito à saúde.

O ALCOOLISMO E A REINTEGRAÇÃO SOCIAL: DESAFIOS JURÍDICOS E SOCIAIS

BORBOREMA, Natália Carvalho; CARDOSO, Maria Luiza Rodrigues; CRUZ, Isabela Castro; DINIZ, Laylla Lorrany Veloso; SANTOS, Emily Gabriela Oliveira; DE NASSAU, Lara Serrat¹ RABELO, Victor Veloso²

¹ Acadêmicos do Curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya

² Professor do Curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya

Introdução

O relato de experiência a seguir tem como finalidade apresentar, de maneira objetiva, um projeto de extensão universitário do curso de Direito da UNIFIPMoc. Trata-se de uma intervenção educativa realizada por meio da distribuição de panfletos informativos em espaços públicos e privados, precisamente no próprio Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya), contendo orientações para a identificação dos sinais do alcoolismo e os caminhos de superação do problema de maneira caricata e interativa, pois objetiva chamar atenção do público jovem. Portanto, afirma-se que o propósito central da iniciativa é contribuir para conscientização social sobre os malefícios do alcoolismo, e principalmente orientar através dos meios jurídicos alternativas para a superação da questão.

Material e Métodos

Este projeto de extensão foi projetado tendo como base o tema Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3), especificamente a meta contida no item 3.5, que trata da prevenção e tratamento do abuso de substâncias, incluindo o álcool que é o assunto central da intervenção realizada. Além disso, acrescenta-se que a metodologia participativa utilizada teve como sua técnica pedagógica e didática voltada para a educação através da conscientização ativa. Isso é, por meio do material, o panfleto, impresso com as informações necessárias sobre tópico e o *blog* montado pelos integrantes da equipe. A ação de intervenção ocorreu no Centro Universitário UNIFIPMoc no dia 29/05/2025 tanto no horário matutino iniciado às 9h00 com 2 horas de duração, como também no horário noturno a partir das 18h30 com 2 horas de duração. Ademais, os integrantes do projeto foram responsáveis por distribuir em torno de 400 panfletos no local. Portanto, o público-alvo foram os universitários, apesar de que funcionários da instituição também foram atingidos. A panfletagem foi adotada como método de intervenção, pois além de ser uma forma de conscientização direta e acessível, possui baixos custos que foram financiados pelos membros do grupo. Além disso, aponta-se que o panfleto foi produzido pensando em uma abordagem criativa e estratégica. Isso é, o panfleto foi desenvolvido com elementos caricatos, uso de jogo de palavras e o uso de ironia, a fim de capturar a atenção do leitor de forma imediata. A ideia foi provocar curiosidade e humor para que assim fosse estimulado a leitura, mesmo que inicialmente por entretenimento, conduzindo as pessoas à reflexão crítica. Ademais, o material impresso foi projetado para ser interativo. No verso do panfleto, foi incluído um caça-palavras temático sobre o alcoolismo, contendo termos relacionados aos riscos, sinais e superação do álcool. Esse recurso lúdico reforça o conteúdo educativo de forma leve e participativa. Tratando-se então da participação da comunidade, ou seja, interação dos autores com os universitários e funcionários, houve bastante interesse do público sobre o tema, uma vez que houve perguntas feitas diretamente aos distribuidores do panfleto não somente sobre o tema, como álcool e instituições de amparo, mas também houve interesse do público a respeito do *blog*, acessível por meio do QR Code no panfleto. Portanto, foi possível alcançar o grupo alvo de maneira satisfatória. O *blog* traz a abordagem dos aspectos legais correlacionados com o alcoolismo, tendo como base a Lei nº 11.343/2006, que aborda o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (BRASIL, 2006) e prevê a reinserção social juntamente do tratamento de usuários e dependentes de substâncias psicoativas, neste caso incluindo o alcoólatra, sem a criminalização deles. O *blog* também aborda a atuação no sistema de justiça brasileiro para o combate da problemática, conforme é debatido pelo Ministério Público e juristas do país, destacando a importância de uma resposta jurídica que vai além da punição, focando especialmente na reabilitação e a inclusão social dos dependentes químicos. Por conseguinte, relembra-se que a finalidade principal da ação descrita é a conscientização das pessoas, principalmente o grupo mais vulnerável que são os universitários, sobre os riscos do consumo inadequado do álcool, maneiras de superação do alcoolismo e orientação no âmbito jurídico sobre os direitos do dependente químico e instituições de amparo. Logo assim, o objetivo trata da superação do tema baseando-se essencialmente na Lei 13.840/2019 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas (BRASIL, 2019) que dá ênfase à saúde do usuário e dependente, de forma que busque a reabilitação. Em vista disso, destaca-se que a importância desse projeto à comunidade vinculada a necessidade de conscientização do grupo-alvo sobre a problemática.

Desenvolvimento

Tratando-se dos resultados obtidos após a realização da intervenção, enfatiza-se que foi analisado através de uma métrica em relação ao número de panfletos distribuídos ao número de acessos ao *blog*, que 64 pessoas que receberam o material tiveram interesse de acessar o *blog*, o que demonstra um resultado e alcance esperado do projeto. E já a respeito dos impactos ao público, ressalta-se que público universitário foi escolhido por ser um grupo vulnerável ao consumo abusivo de álcool. Assim dizendo, segundo uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB, 2019), há um aumento significativo e constante no que diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas conforme os estudantes avançam nos semestres. Isso acaba por afetar de maneira negativa o desempenho acadêmico, o convívio social e a saúde mental, nesse sentido se faz essencial promover ações de conscientização juntamente da prevenção dentro do âmbito universitário. Portanto

a abordagem direta com linguagem acessível e presença dos participantes de equipe em campo facilitou a comunicação e a acessibilidade ao conteúdo, além dos impactos positivos para a conscientização das pessoas a respeito do tema abordado. Outrossim, menciona-se também que um dos obstáculos enfrentados pela equipe durante a execução da ação foi a variação nos horários das aulas e atividades dos estudantes, o que dificultava uma distribuição mais abrangente dos panfletos. Isso é, de início a distribuição foi feita pelo grupo nas portarias do centro acadêmico universitário antes das aulas começarem no matutino, contudo houve uma baixa circulação de estudantes nesse horário, o que resultou em uma baixa adesão do público. Para solucionar esse desafio, os panfletos foram distribuídos de forma ativa, com os participantes se deslocando pelos corredores dos três andares do local, garantindo assim uma ampla cobertura do espaço e maior eficácia na disseminação da informação. Sendo assim, após o êxito obtido no primeiro período da atividade foi replicado o mesmo método no noturno já prevendo o mesmo desafio. Ao final da atividade, tanto os participantes do projeto quanto o público-alvo foram beneficiados. Sendo que, para os universitários, a ação serviu como um alerta e como uma orientação sobre um problema que muitas vezes é tratado com algo normal no cotidiano estudantil, mas que possui diversos malefícios. Para os extensionistas, tal experiência proporcionou o aprendizado sobre as dimensões sociais e jurídicas do alcoolismo, além do desenvolvimento de habilidades como comunicação, planejamento e atuação em projetos sociais. A ação de intervenção também traz a reflexão sobre o papel das universidades na promoção da cidadania e saúde pública, de forma que integra o conhecimento acadêmico no cotidiano das pessoas, tal projeto portanto demonstra a relevância da extensão universitária como instrumento de transformação social como também de formação do profissional e cidadão.

Conclusão/Considerações finais

O projeto de extensão mostrou-se eficaz ao promover a conscientização sobre os riscos do alcoolismo entre universitários, utilizando linguagem acessível e estratégias interativas. A distribuição dos panfletos, juntamente do conteúdo jurídico e informativo do *blog*, facilitou o entendimento do tema. Apesar dos desafios logísticos, a equipe conseguiu alcançar muitas pessoas. A ação proporcionou aprendizado mútuo entre os participantes e o público, reforçando o papel da universidade na transformação social por meio da informação e do engajamento.

Agradecimentos

Por fim, agradecemos a coordenação do curso pela autorização e suporte para a realização da atividade no Centro Universitário UNIFIPMoc. Como também aos demais integrantes do projeto que não estão como autores deste resumo; Ronald Kauã Ferreira Guimarães de Medeiros e João Henrique Almeida que contribuíram com distribuição de panfletos e com suporte financeiramente para a conclusão da atividade de extensão.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 11 maio. 2025

BRASIL. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_at2019-2022/2019/lei/l13840.htm>. Acesso em: 11 maio. 2025

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. Objetivo 3: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. Disponível em: <<https://tagenda2030.org.br/ods/ods3/>>. Acesso: 11 maio. 2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA. Pesquisa investiga impacto do consumo de álcool em universitários com data de referência em 5 de Abril de 2019. Disponível em: <<https://www.uesb.br/noticias/pesquisa-investiga-impacto-do-consumo-de-alcool-em-universitarios/>>. Acesso em: 11 maio. 2025



Figura 1. Panfleto utilizado na intervenção.

EFETOS DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO DA APELAÇÃO CÍVEL: LIMITES SEGUNDO O ART. 1.012 DO CPC

ALVES, Vitoria de Andrade Castro¹; CARVALHO, Vinicius Patrick de²; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas³

^{1,2} Acadêmicos do Curso de DIREITO da instituição UNIFIPMOC

³ Professora do Curso de DIREITO da instituição UNIFIPMOC

INTRODUÇÃO:

O regime recursal no processo civil brasileiro busca equilibrar o direito ao duplo grau de jurisdição com a efetividade das decisões judiciais. A apelação cível é tradicionalmente caracterizada pelos efeitos devolutivo, que remete a matéria ao tribunal superior, e suspensivo, que impede a execução imediata da sentença até decisão superior. O Código de Processo Civil de 2015 estabelece o efeito suspensivo como regra geral, mas prevê exceções específicas. Este estudo objetiva analisar o artigo 1.012 do CPC, examinando a jurisprudência recente dos tribunais superiores (STJ e STF) e discutindo as implicações práticas para advogados e jurisdicionados, especialmente sobre estratégias recursais e efetivação das decisões.

MÉTODOS:

Adotou-se pesquisa qualitativa, com análise bibliográfica e jurisprudencial. Realizou-se estudo doutrinário e pesquisa jurisprudencial, selecionando decisões recentes do STJ e STF sobre o tema. Os acórdãos foram examinados criticamente, identificando interpretações consolidadas e divergentes. Utilizou-se método dedutivo para confrontar normas com aplicações judiciais e extrair implicações práticas.

DESENVOLVIMENTO:

O efeito devolutivo limita-se à matéria expressamente impugnada no recurso (*tantum devolutum quantum appellatum*), permitindo análise ampla das questões jurídicas e fáticas dentro dos limites da impugnação. A jurisprudência recente do STJ reforça essa amplitude sem violar princípios como a congruência e a não-surpresa. Já o efeito suspensivo, regra geral, impede a execução provisória da sentença. Contudo, o art. 1.012, §1º do CPC estabelece exceções claras (como condenações em alimentos, sentenças sobre tutela provisória, arbitragem e interdição), permitindo execução imediata. Essas exceções buscam preservar a eficácia das decisões em situações urgentes, prevalecendo interesse na execução imediata sobre o recurso pendente. Importante destacar a hipótese dos alimentos, em que a suspensão não se aplica, considerando o caráter alimentar e a urgência em garantir a subsistência do credor. Ainda assim, há previsão para concessão excepcional do efeito suspensivo mediante requerimento específico (§3º e §4º do art. 1.012), desde que comprovados o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, garantindo equilíbrio entre segurança jurídica e celeridade processual. As definições normativas e jurisprudenciais sobre esses efeitos têm impactos diretos na prática forense. Advogados devem atentar-se às exceções legais para evitar erros formais, elaborando pedidos específicos de efeito suspensivo apenas quando legalmente cabível. A execução provisória em casos excepcionais também exige avaliação cuidadosa para evitar dificuldades futuras na reversão de decisões.

CONCLUSÃO:

Conclui-se que o art. 1.012 do CPC/2015 proporciona clareza quanto aos efeitos devolutivo e suspensivo da apelação. O efeito devolutivo permite revisão ampla, dentro dos limites da impugnação. Já o suspensivo, impede a execução provisória da sentença. Em hipóteses excepcionais, podem ser recebidas só no efeito devolutivo previstas claramente em lei, como nas condenações em alimentos. Jurisprudências recentes mostram coerência e segurança na aplicação destas normas, equilibrando efetividade das decisões com proteção recursal. Destaca-se a importância prática da atuação estratégica dos advogados na utilização dos recursos processuais disponíveis.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos especialmente à Professora Andressa, pela orientação dedicada e essencial ao desenvolvimento deste trabalho, bem como ao grupo de pesquisa em Direito Processual Civil pelo apoio e incentivo.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (**Código de Processo Civil**), art. 1.012.
DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo; BRAGA, Paula. **Curso de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.
STJ, **Recurso Especial** n. 2.051.954/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 13/08/2024, DJe 15/08/2024.

A INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL E A DOSIMETRIA PENAL: AS CONSEQUÊNCIAS DE CRIMES COMETIDOS SOB O ABUSO DE ÁLCOOL

Ana Flávia Santos Teles¹; Luiza Maria Nascimento de Matos¹; Maria Carla de Arruda Peixoto¹; Theresa Helena Storino Brandão Caldeira¹; Victor Veloso Rabelo².

¹ Acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Direito da UNIFIPMoc

Introdução

A partir da proposta de Projeto de Extensão II do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), identificou-se a necessidade de desenvolver uma ação voltada para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades. Destaca-se, especialmente, o tópico 3.5, que enfatiza a importância de “reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool” (IPEA, 2024). Para melhor compreensão do projeto, optou-se por concentrar maior foco na dosimetria penal aplicada àqueles que dirigem sob influência de álcool.

Material e Métodos

A ação foi realizada nas mediações da UNIFIPMoc entre as 9h às 9h30min dos dias 28 e 29 de abril. Os membros do grupo responsáveis pela ação se dispuseram a distribuir panfletos nos quais constavam, de maneira simplificada, leis, penalizações e informações acerca de causas majorantes e minorantes que possuem efeitos sobre o cálculo da pena de crimes cometidos em estado de embriaguez com o intuito de alertar e informar os universitários sobre as possibilidades de uma sanção penal. Obviamente, visto como público alvo aqueles que são leigos sobre o assunto, a linguagem usada foi adaptada para descomplicar o dicionário jurídico. O grupo de acionistas optou por uma abordagem presencial e baseada no diálogo, com o objetivo de ir além do simples despejo de informações. A intenção foi criar um ambiente propício à escuta ativa e à troca de ideias, permitindo que os estudantes esclarecessem dúvidas e compartilhassem suas percepções. A iniciativa, por sua vez, não teve como foco a realização de uma pesquisa empírica com coleta estruturada de dados, mas sim a promoção de uma experiência formativa e de conscientização. Por isso, os resultados obtidos têm um caráter qualitativo e reflexivo, condizente com as limitações de uma ação extensionista universitária de curta duração.

Desenvolvimento

Entre as diversas consequências decorrentes da elevada concentração de álcool no sangue, destacam-se fatores que comprometem gravemente a capacidade psicomotora e cognitiva dos indivíduos. Dentre esses efeitos, observam-se a diminuição da atenção, a distorção da percepção de velocidade, a euforia, o aumento do tempo de reação, a sonolência, a redução da visão periférica e alterações significativas no controle neuromotor (CHALUB, 2006). Esses sintomas, muitas vezes não percebidos prontamente pelo indivíduo sob efeito do álcool, instauram um estado psíquico incompatível com a condução segura de veículos automotores, expondo o condutor, os passageiros e demais usuários das vias públicas a riscos concretos de acidentes graves (BUSCH et al., 2023). A gravidade dessa conduta é atestada por dados oficiais que evidenciam a extensão do problema no Brasil. Em 2021, foram registrados aproximadamente 11 mil óbitos e 76 mil hospitalizações diretamente relacionadas a acidentes de trânsito em que o consumo de álcool esteve presente como fator determinante (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Nos anos de 2022 e 2023, mais de 2.400 mortes ocorreram devido à interseção entre o álcool e a direção, o que demonstra a persistência do problema, mesmo com a existência de legislações específicas e campanhas de conscientização (DENATRAN, 2023). É nesse contexto preocupante que se insere o presente projeto de extensão universitária, cuja finalidade primordial é a aplicação prática do saber acadêmico junto à comunidade. A proposta surgiu da constatação da escassez de conhecimento popular acerca das causas e implicações jurídicas das penalidades impostas por uma infração que, embora corriqueira, ainda é amplamente subestimada: a condução de veículo sob efeito de álcool. Trata-se de um comportamento que, embora criminalizado pela legislação vigente, ainda é banalizado no imaginário coletivo, especialmente em contextos sociais marcados pela permissividade cultural em relação ao consumo de bebidas alcoólicas (BUSCH et al., 2023). O álcool, por ser uma substância psicoativa de uso recreativo legalizado e amplamente difundido, tende a ter seu consumo relativizado por grande parte da população. Essa normalização, associada à falta de informação técnica e jurídica, contribui para a perpetuação de práticas de risco, como dirigir após ingerir bebida alcoólica (CHALUB, 2006). Nesse sentido, destaca-se o disposto no artigo 165 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que classifica como infração gravíssima a condução de veículo sob a influência de álcool, prevendo penalidades como multa multiplicada por dez vezes, suspensão do direito de dirigir por doze meses e a obrigatoriedade de curso de reciclagem (BRASIL, 1997). Além disso, o artigo 306 do CTB tipifica como crime a condução de veículo automotor com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 decigramas, ou por litro de ar alveolar igual ou superior a 0,3 miligrama, estabelecendo pena de detenção de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir (BRASIL, 1997). Pode-se, portanto, inferir que a ignorância popular a respeito desses dispositivos legais e dos fatores que influenciam a dosimetria da pena configura-se como um elemento que fortalece a prática recorrente da embriaguez ao volante, especialmente entre os jovens. Assim, disseminar conhecimento qualificado e acessível sobre as sanções decorrentes dessa infração revela-se uma medida essencial para a redução efetiva dos índices de acidentes de trânsito e para o fortalecimento de uma cultura de responsabilidade no trânsito (CAPEZ, 2023). A proposta extensionista, nesse contexto, não apenas reforça o papel social da universidade na promoção da cidadania e da segurança pública, como também atua de forma preventiva, contribuindo para a formação de uma consciência crítica quanto aos direitos e deveres do cidadão no espaço viário. Ao esclarecer os aspectos legais e os riscos sociais implicados na condução sob efeito de álcool, busca-se

não apenas o cumprimento da lei, mas a transformação de uma prática cultural historicamente enraizada, promovendo o respeito à vida e à coletividade (CAPEZ, 2023).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A realização desta ação extensionista revelou-se uma estratégia eficaz de aproximação entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, ao abordar um tema de alta relevância e urgência: a condução de veículos sob influência de álcool. Por meio de uma linguagem acessível, embasada na legislação vigente e sustentada em dados alarmantes, buscou-se contribuir para a formação de uma consciência crítica entre os estudantes universitários, público este que, por sua faixa etária e contexto sociocultural, encontra-se frequentemente exposto à banalização do consumo de substâncias psicoativas no cotidiano. O projeto demonstrou que, ao se tratar de uma infração com consequências tão severas para a vida em sociedade, a ignorância sobre seus aspectos legais — especialmente os relacionados à dosimetria da pena — representa não apenas um déficit informacional, mas um fator que potencializa comportamentos de risco. Dessa forma, evidenciou-se a importância de intervenções educativas capazes de traduzir o saber jurídico em ferramentas de cidadania e preservação da vida. Além disso, reafirma-se o papel social da universidade enquanto promotora de transformações sociais, ao engajar-se na formação de sujeitos conscientes de seus direitos e responsabilidades. A ação desenvolvida contribui, ainda que em escala reduzida, para o avanço do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, reforçando o compromisso com a saúde e o bem-estar coletivo. Espera-se que iniciativas como esta sejam multiplicadas e aprimoradas, alcançando públicos mais amplos e consolidando uma cultura de segurança, legalidade e respeito mútuo no trânsito.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997.
- BUSCH, R.; NETO, J. O. de S. L.; SCHNEIDER, F. B.; GOIS, M. H. O. A.; CARVALHO, J. S. de; CORREA, C. P. R. Q.; SÔNIA MARIA ABREU CORREA. **Revisão narrativa sobre causas e consequências da embriaguez nos crimes de trânsito**. Journal of Education Science and Health, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–12, 2023.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. v. 1.
- CHALUB, Miguel. **Álcool, drogas e crime**. Revista Brasileira de Psiquiatria, ano 2006.
- DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. Relatório Anual de Estatísticas de Trânsito. Brasília: SENATRAN, 2023.
- IPEA. ODS 3 – Saúde e bem-estar. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2024.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Viva: Vigilância de Violências e Acidentes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ATÍPICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

AMORIM, Roberta Guevara¹; GONÇALVES, João Pedro Mesquita¹; PEREIRA, Gabriela Barbosa Fernandes¹; SOUTO, Alisson Rafael Meira¹; GUIMARÃES, Laizy Fernandes¹; PRATES, Cláudia Letícia Moura².

¹ Acadêmicos do curso de Direito da UnifipMoc

² Professora do curso de Direito da instituição UnifipMoc

Introdução

A pessoa atípica é aquela cujo desenvolvimento físico, cognitivo, emocional ou comportamental não segue os padrões considerados "típicos" para sua faixa etária. Essa condição pode gerar desafios para a convivência em sociedade, especialmente na infância. Crianças atípicas enfrentam dificuldades para se integrar e se sentirem pertencentes a grupos sociais e escolares. Diante disso, é fundamental que o acesso à saúde seja garantido e facilitado, assegurando o pleno exercício de seus direitos e o apoio necessário para seu desenvolvimento e bem-estar. Com base nessa realidade, os acadêmicos do 3º período do curso de Direito noturno do Centro Universitário FIPMoc buscaram compreender as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas atípicas, especialmente crianças, assim como os desafios vivenciados por seus pais ou responsáveis para, posteriormente, em ação intervencionista na sociedade, auxiliar as famílias de crianças atípicas quanto aos seus direitos, explicitando como acessá-los de forma efetiva, bem como informar a população em geral sobre como contribuir para a inclusão e o bem-estar dessas pessoas.

Métodos

As atividades relativas ao projeto de extensão tiveram início junto com o semestre letivo, quando houve a escolha do tema geral que seria trabalhado no semestre, qual seja, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 03 preconizado pela Organização das Nações Unidas. A partir disso, foi realizado o estudo do referencial teórico que trouxe embasamento científico ao projeto de extensão, para que somente após essa fase, estabelecidas as premissas iniciais e feito o recorte que seria trabalhado pela equipe de alunos, fosse realizada a intervenção da sociedade como fase final do projeto de extensão.

Para alcançar os objetivos propostos, a equipe optou por uma abordagem qualitativa, com foco na promoção de direitos e na conscientização social sobre os direitos das crianças atípicas. O público-alvo da intervenção foram os pacientes da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro São José em Montes Claros/MG, com ênfase especial nas mães que buscam atendimento para seus filhos e que, muitas vezes, desconhecem seus direitos ou a possibilidade de seus filhos apresentarem características de neurodivergência.

Como ação prática, o grupo elaborou uma cartilha informativa (fig. 01) destacando os principais direitos das crianças atípicas, com o intuito de informar e conscientizar o público de forma acessível. A cartilha foi desenvolvida com um layout atrativo e linguagem clara, visando facilitar a compreensão do conteúdo por diferentes públicos. A primeira distribuição ocorreu no dia 29 de abril de 2025, diretamente na UBS do bairro São José, em um momento de orientação e diálogo com os usuários da unidade.

Além disso, exemplares da cartilha foram entregues às enfermeiras da unidade para que pudessem ser distribuídos em outros dias e horários, ampliando assim o alcance da ação. A iniciativa também se estendeu à cidade de Bocaiúva, onde as cartilhas foram distribuídas na Associação de Pais, Mães e Amigos dos Autistas e TDAH, em duas datas distintas: 24 de abril de 2025 e 07 de maio de 2025.

Com o objetivo de ampliar ainda mais a disseminação das informações e garantir o acesso contínuo aos conteúdos, foi criada a página no Instagram @_projetodireitodeser (fig. 02). A página tem como propósito divulgar informações relevantes sobre os direitos das crianças atípicas, inclusão, acesso a serviços e formas de apoio, utilizando uma linguagem acessível e recursos visuais para alcançar diferentes segmentos da população, especialmente famílias e cuidadores.

Desenvolvimento

Durante a pesquisa, identificou-se que muitas pessoas ainda possuem estigmas em relação às diferenças apresentadas por crianças atípicas. Verificou-se também que grande parte da população não sabe identificar sinais que indicam a necessidade de atenção especializada, ou até conhece alguns direitos garantidos por lei, mas não sabe como acessá-los na prática. Diante disso, percebeu-se que o uso das redes sociais se mostrou uma ferramenta essencial para divulgar informações e orientar a comunidade de forma mais ampla e contínua. Isso porque não é viável inserir todas as informações detalhadas e tutoriais em uma única cartilha, uma vez que seu objetivo é ser prático e chamativo. Incluir conteúdo em excesso poderia comprometer sua funcionalidade, tornando a leitura cansativa para o público e diminuindo a chance de êxito na intervenção. As redes sociais, por outro lado, permitem atualizações constantes, com linguagem acessível e conteúdos visuais que facilitam a compreensão e o engajamento da população. Durante a entrega da cartilha, as pessoas que aguardavam na fila para atendimento na unidade de saúde se mostraram receptivas ao diálogo e demonstraram interesse em entender melhor o tema. A equipe aproveitou esse momento de interação para apresentar e esclarecer alguns direitos importantes, especialmente os previdenciários, como o direito à aposentadoria antecipada para cuidadores de pessoas atípicas e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), destinado a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

Também foram abordados direitos relacionados à saúde, como o acesso a atendimento especializado, fundamental para o acompanhamento adequado de crianças neurodivergentes. Um ponto indispensável durante essa abordagem foi a explicação sobre os sinais e características que podem indicar uma possível neurodivergência nas crianças — como atrasos no desenvolvimento da fala, dificuldades de socialização, comportamentos repetitivos, sensibilidade sensorial e dificuldades na adaptação à rotina. A identificação precoce desses sinais pode facilitar o encaminhamento a serviços especializados e garantir

intervenções mais eficazes. A ação atingiu seu objetivo ao promover o entendimento dos direitos das crianças atípicas e orientar o público sobre como acessá-los. A cartilha gerou interesse e diálogo entre os usuários da unidade de saúde, servindo como um instrumento facilitador da informação. Além disso, a criação da página no Instagram @_projetodireitodeser contribuiu significativamente para ampliar o alcance das informações, permitindo a continuidade da divulgação de forma acessível e interativa. Como resultado, o público-alvo demonstrou maior conhecimento sobre direitos previdenciários e de saúde, além de maior percepção sobre os sinais que podem indicar neurodivergência em crianças. Houve engajamento tanto presencial quanto online, com boa receptividade à cartilha e participação ativa nas redes sociais. A ação favoreceu mudanças de atitude, promovendo empatia, conscientização e incentivo à busca por informações corretas e atualizadas. Entretanto, durante a ação, enfrentamos alguns desafios. Uma das principais dificuldades foi a pressa demonstrada pelas pessoas que aguardavam atendimento na unidade de saúde, o que limitou o tempo de escuta e diálogo. Esse contexto exigiu que a equipe fosse breve e objetiva, selecionando apenas os direitos considerados indispensáveis para apresentar naquele momento. Como consequência, muitos outros direitos relevantes acabaram ficando de fora da abordagem direta. Apesar disso, nosso principal objetivo — repassar informações de forma clara e acessível — foi plenamente alcançado. A intervenção ocorreu de maneira bastante dinâmica, possibilitando a atenção e a compreensão dos participantes, mesmo diante do cenário de espera por atendimento. A estratégia adotada permitiu que o conteúdo fosse absorvido com eficácia, sem prejuízos à proposta inicial da ação. Além dos resultados práticos, o projeto também gerou impactos significativos na formação acadêmica e pessoal dos envolvidos. Destacou-se a importância de olhar para o próximo, mesmo quando a situação não nos afeta diretamente, reforçando o papel da empatia na construção de uma sociedade mais justa. Projetos de extensão como este são fundamentais dentro da universidade, pois proporcionam uma formação mais humanizada aos alunos, ao mesmo tempo em que desenvolvem habilidades técnicas, como a pesquisa e a escrita acadêmica. Outro ponto positivo foi o fortalecimento do vínculo com os professores. Ao longo do projeto, buscamos constantemente apoio e orientação dos docentes, que contribuíram de forma valiosa com seus conhecimentos, esclarecendo dúvidas e oferecendo direcionamentos teóricos e práticos. Esse contato mais próximo enriqueceu o processo de aprendizagem e colaborou diretamente para a qualidade do trabalho realizado.

Conclusão/ Considerações finais

É essencial dar visibilidade a todos os grupos sociais, especialmente às pessoas atípicas, que historicamente enfrentam exclusão, invisibilidade e falta de acesso a direitos básicos. Embora o ordenamento jurídico brasileiro garanta o acesso à saúde, à educação e à inclusão por meio de leis e políticas públicas, a efetivação desses direitos não depende apenas da legislação — ela exige também o envolvimento ativo da sociedade. A conscientização e o engajamento coletivo são fundamentais para transformar a realidade dessas pessoas. O apoio da comunidade contribui diretamente para a disseminação de informações corretas, para o combate aos estigmas e preconceitos, e para a construção de uma cultura de respeito às diferenças. É por meio da empatia, do diálogo e da educação que se promove uma sociedade mais justa, inclusiva e acessível a todos, na qual cada indivíduo possa ter suas particularidades reconhecidas e respeitadas, com igualdade de oportunidades e dignidade. Dar visibilidade às pessoas atípicas significa garantir que suas vozes sejam ouvidas, que seus direitos sejam reconhecidos e que elas tenham espaço para se desenvolver plenamente em todos os contextos sociais.

Agradecimentos

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, na realização da ação intervencionista.

Referências

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990

LACERDA, Lucelmo. Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências. São Paulo: Memnon, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Famílias com crianças em situação de deficiência. Campinas: Autores Associados, 2015.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afva



Figura 1. Cartilha produzida pela equipe de trabalho, distribuída durante a intervenção



Figura 2. Interface e posts do Instagram @_projetodireitodeser criado pela equipe para disseminação das informações relativas ao tema do projeto.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ODS 3 - CONSCIENTIZAÇÃO NO TRÂNSITO: PREVENÇÃO DE ACIDENTES POR ÁLCOOL E DIREÇÃO.

ALMEIDA, Pedro Gabryel Rodrigues; RABELO, Maria Eliza Rodrigues de Castro; CERQUEIRA, Lucas Emanuel Santos 1; COSTA, Dayane Kelly Ribeiro Amorim; RODRIGUES, Wanderson Dias; FLORES, Maria Clara Santos; ROCHA, Helionir Lima Costa Rochai; RABELO, Victor Veolosoz.

1 Acadêmico do curso Direito da UNIFIPMoc AFYA

2 Professor do curso de Direito da UNIFIPMoc AFYA

Introdução

O presente trabalho trata-se de resumo expandido, na modalidade relato de experiência, resultado da práxis desenvolvida no Projeto de Extensão vinculado à disciplina do 7º período do curso de Direito da UNIFIPMoc. A extensão universitária é uma importante forma de interação entre a universidade e a comunidade na qual está inserida, contribuindo de maneira significativa para a formação dos discentes por meio da realização de aulas, grupos de estudo e discussão, palestras, cursos, jornadas, congressos, simpósios, entre outros eventos de interesse acadêmico e social. Neste semestre, a disciplina de Extensão abordou o tema "ODS 3 – Saúde e Bem-Estar", alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com ênfase no item 3.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa fortalecer a prevenção e o tratamento de problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas, incluindo o abuso de drogas e o consumo nocivo de álcool. Com base nesse recorte temático, a proposta do projeto consistiu em discutir as consequências legais de beber e dirigir, destacando as infrações administrativas e penais de trânsito, bem como os procedimentos relacionados à Lei Seca. A intervenção realizada buscou contribuir para a conscientização da população sobre os riscos e implicações jurídicas dessa conduta, promovendo um comportamento mais responsável e seguro, em consonância com as metas do ODS 3, tanto no que se refere à saúde individual quanto à segurança coletiva.

Métodos

A presente ação extensionista teve como enfoque a interlocução entre o Direito e o campo da saúde e bem-estar, direcionando-se à comunidade local como público-alvo. A intervenção foi realizada durante os quinze primeiros dias do mês de maio, e consistiu na distribuição de cartilhas informativas elaboradas com base nos aspectos legais e sociais relacionados ao consumo de álcool associado à direção veicular. O principal objetivo da atividade foi promover a reflexão crítica e a conscientização da população acerca dos riscos e consequências dessa prática, destacando não apenas as penalidades legais previstas na legislação brasileira, mas também os impactos sociais, coletivos e individuais decorrentes dessa conduta. Para tanto, foram elaboradas 200 cartilhas, das quais 100 foram distribuídas em bares e estabelecimentos comumente frequentados por condutores e consumidores de bebidas alcoólicas, e outras 100 durante a Ação Global "Erga Omnes", realizada na Escola João Freitas. A metodologia adotada teve caráter educativo e preventivo, buscando fomentar o diálogo e a sensibilização por meio da entrega do material e de breves abordagens explicativas realizadas pelos discentes envolvidos no projeto. A linguagem utilizada na cartilha foi clara e acessível, com o intuito de atingir diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, possibilitando maior compreensão e engajamento do público. Com isso, buscou-se ir além da mera informação, incentivando a mudança de atitudes e comportamentos por parte dos condutores, contribuindo para a redução dos índices de acidentes de trânsito provocados pela combinação entre álcool e direção. A ação se alinha aos princípios da Meta 3.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3), promovendo práticas responsáveis e seguras no trânsito e reforçando o compromisso social da universidade com a promoção do bem-estar coletivo.

Desenvolvimento

A ação extensionista demonstrou resultados significativos na conscientização da comunidade local sobre os perigos e as consequências legais da combinação entre álcool e direção. Durante os quinze primeiros dias de maio, foram distribuídas 200 cartilhas informativas: 100 em bares e estabelecimentos frequentados por condutores e consumidores de bebidas alcoólicas, e outras 100 durante a Ação Global "Erga Omnes", realizada na Escola João Freitas. A abordagem direta e a linguagem acessível das cartilhas facilitaram a compreensão do conteúdo, promovendo reflexões críticas entre os destinatários. Observou-se um aumento no interesse da população em discutir o tema, evidenciado pelo número de questionamentos e relatos pessoais compartilhados durante as abordagens. Embora não tenham sido aplicados instrumentos formais de avaliação, o retorno qualitativo indicou uma maior conscientização sobre os riscos associados à prática de dirigir sob influência de álcool. Durante a execução da ação, alguns desafios foram identificados. A logística de distribuição das cartilhas em estabelecimentos comerciais exigiu uma coordenação prévia com os proprietários, alguns dos quais demonstraram resistência inicial à iniciativa. Além disso, a abordagem direta aos frequentadores demandou sensibilidade e preparo dos discentes para lidar com possíveis reações adversas. Esses obstáculos foram superados por meio de diálogos transparentes, esclarecendo os objetivos educativos da ação e enfatizando sua relevância social. A experiência proporcionou aos discentes envolvidos um aprendizado prático significativo, permitindo o desenvolvimento de habilidades de comunicação, empatia e resolução de conflitos. A interação direta com a comunidade evidenciou a importância de estratégias educativas que considerem as especificidades do público-alvo. Para futuras ações, recomenda-se a elaboração de materiais complementares, como vídeos informativos e depoimentos de vítimas de acidentes de trânsito, visando ampliar o impacto da conscientização. A ação de extensão reforçou o papel da universidade como agente transformador na sociedade, promovendo a integração entre teoria e prática. Os discentes aplicaram conhecimentos jurídicos em contextos reais, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes e comprometidos com a responsabilidade social. Simultaneamente, a comunidade beneficiou-se de informações relevantes para a promoção da saúde e segurança no trânsito, alinhando-se aos objetivos da Agenda 2030 da ONU. Além dos resultados esperados, a ação gerou benefícios adicionais, como o fortalecimento de parcerias com estabelecimentos comerciais e instituições de ensino locais. Essas colaborações abriram possibilidades para futuras iniciativas conjuntas, ampliando o alcance das ações educativas. Adicionalmente, a visibilidade da ação estimulou outros cursos da

universidade a desenvolverem projetos de extensão voltados para temas de interesse social, promovendo uma cultura institucional de engajamento comunitário.

Conclusão/ Considerações finais

Portanto, a ação de extensão evidenciou a relevância da integração entre o conhecimento jurídico e a promoção da saúde pública, alinhando-se à Meta 3.5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3). Através da distribuição de cartilhas informativas e abordagens educativas, foi possível sensibilizar a comunidade local sobre os riscos e as implicações legais do consumo de álcool associado à direção veicular. Os desafios enfrentados, como a resistência inicial de alguns estabelecimentos e a necessidade de abordagens sensíveis, foram superados mediante diálogo e preparo dos discentes, resultando em uma experiência enriquecedora tanto para os estudantes quanto para a população envolvida. Os aprendizados adquiridos reforçam a importância de estratégias educativas adaptadas ao público-alvo e destacam o papel transformador da universidade na sociedade. Além dos objetivos iniciais, a ação gerou efeitos colaterais positivos, como o fortalecimento de parcerias locais e o estímulo a novas iniciativas extensionistas. Assim, conclui-se que intervenções como esta são fundamentais para a formação de profissionais comprometidos com a responsabilidade social e para a construção de uma sociedade mais consciente e segura.

Modalidade de Iniciação Científica: Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya



Figura 1. Foto da cartilha confeccionada no projeto



Figura 2. Entrega da Cartilha informativa nos bares da cidade.

Obs.: Imagens autorizadas pelos acadêmicos para compor esse resumo relato de experiência dentro do Projeto de Extensão do Centro universitário UNIFIPMOC.

A INFLUÊNCIA DE LAUDOS PSICOLÓGICOS NA DETERMINAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA DA FILIAÇÃO HETERONORMATIVA

Saulo Esdras de Matos Carneiro¹; Júlia Alencar Barros²; Luísa Siqueira Berbari³; Thereza Christina Narciso Moebus⁴.

¹Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc - Afya

²Acadêmica do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc - Afya

³Acadêmica do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc - Afya

⁴Professora do curso de Psicologia e Direito da instituição UNIFIPMoc – Afya

Introdução

O divórcio, aprovado no Brasil pela Lei nº 6.515/1977, representou uma mudança significativa nas relações familiares, enfrentando à época forte resistência da Igreja Católica e de setores conservadores, que defendiam o casamento como vínculo indissolúvel (Vatican, 2023). A sua implementação gerou debates não apenas sobre os cônjuges, mas também sobre os efeitos da separação para os filhos. A partir da dissolução do casamento, surgiram discussões sobre a responsabilidade parental e os modelos de guarda, destacando-se a guarda compartilhada, regulamentada pela Lei nº 13.058/2014. Essa modalidade busca garantir o envolvimento equilibrado de ambos os pais na vida da criança, priorizando seu bem-estar. O presente artigo analisa os fundamentos legais e sociais da guarda compartilhada em contextos de filiação heteronormativa, considerando os impactos da separação na dinâmica familiar e na construção de novos arranjos parentais. Além disso, discute-se o papel dos laudos psicológicos no processo judicial, destacando os desafios relacionados à subjetividade na avaliação da capacidade parental e suas implicações nas decisões judiciais.

Material e Métodos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, com objetivo de analisar os fundamentos legais e os aspectos sociais relacionados à guarda compartilhada na filiação heteronormativa. A pesquisa foi desenvolvida por meio da revisão de literatura, utilizando como fonte legislações pertinentes, como a Lei nº 13.058/2014, o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, além de documentos do Conselho Federal de Psicologia e estudos acadêmicos relevantes sobre o tema. O método utilizado consistiu na análise crítica dos textos legais e científicos, buscando compreender as implicações jurídicas e psicossociais da guarda compartilhada, bem como os desafios práticos enfrentados em sua aplicação, especialmente no que tange à divisão de responsabilidades parentais e à atuação de profissionais da Psicologia no contexto judicial.

Desenvolvimento

A guarda compartilhada na filiação heteronormativa: fundamentos legais e aspectos sociais

A guarda compartilhada apresenta-se como a alternativa juridicamente mais adequada nos casos de dissolução conjugal envolvendo filhos menores, configurando-se, inclusive, como regra geral, ressalvadas as exceções legalmente previstas (Lei nº 13.058). Seu objetivo central é assegurar a participação de ambos os genitores no processo de formação e desenvolvimento da criança. Parte-se do pressuposto de que, sob esse regime, nenhum dos envolvidos na relação parental seria prejudicado. No entanto, observa-se que, na prática, essa premissa nem sempre se concretiza. A Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014, dispõe sobre a guarda compartilhada, estabelecendo seus fundamentos e diretrizes, porém não especifica, de forma minuciosa, a distribuição dos dias nem os modos pelos quais as responsabilidades parentais devem ser compartilhadas. Na prática, adota-se como princípio norteador o melhor interesse da criança. Contudo, essa diretriz frequentemente resulta em arranjos nos quais o ônus relacionado à formação, à educação e aos encargos financeiros recai majoritariamente sobre a mãe. Um exemplo comum é a divisão quinzenal da guarda, em que, na realidade, o pai permanece com a criança apenas em dois finais de semana por mês — o que equivale, muitas vezes, a apenas quatro dias em um período de trinta. Ademais, tal sobrecarga contribui para a construção de uma percepção assimétrica, na qual o pai é frequentemente associado a experiências positivas com a criança, enquanto à mãe é atribuída a responsabilidade pelas questões mais desafiadoras do cotidiano (SILVA, 2021). Essa dinâmica favorece a formação de uma visão distorcida, muitas vezes assimilada pela própria criança que, independentemente da idade, está em processo de elaboração de suas próprias compreensões acerca da relação parental. A atuação da Psicologia nas questões relacionadas à guarda é de importância fundamental no âmbito do Judiciário, uma vez que os juízes, em geral, não possuem formação acadêmica específica para a elaboração de laudos e a coleta de informações essenciais à tomada de decisões bem fundamentadas, que considerem adequadamente o melhor interesse da criança ou do adolescente.

A função dos laudos psicológicos na avaliação da capacidade parental para a guarda. Os laudos psicológicos são documentos técnico-científicos elaborados por psicólogos a partir de avaliações específicas, com a finalidade de auxiliar decisões em diversas áreas, incluindo a jurídica. Possuem respaldo legal e, conforme a Resolução CFP nº 008/2010, o psicólogo perito pode integrar equipes multiprofissionais, desde que respeite os limites éticos e técnicos da profissão. A partir disso, em se tratando da avaliação psicológica da capacidade parental para a composição da guarda, é preciso compreender as leis que instituem tal possibilidade. A Lei nº 6.515/77 estabelece que a relação conjugal, dentre outros fatores, pode ser dissolvida pelo divórcio, o que consequentemente leva para a decisão da guarda para aqueles casais que possuem filhos, devendo acordar de forma amigável ou em casos de discordância, adentrar com o processo judicial (Brasil, 1977). De acordo com o estudo *Estatísticas do Registro Civil de 2023*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram registrados 440.827 divórcios no Brasil em 2023. Dentre esses, 46,3% envolveram casais com filhos menores de idade, sendo que, em 42,3% desses casos, foi adotado o regime de guarda compartilhada (IBGE, 2025). Quanto aos dados

apresentados, a Lei nº 13.058/2014 determina a guarda compartilhada como regra, na ausência de consenso, desde que ambos os pais estejam aptos (Brasil, 2014). Essa diretriz se baseia no Estatuto da Criança e do Adolescente, que prioriza o melhor interesse do menor, garantindo condições adequadas ao seu desenvolvimento integral. Contudo, quando a guarda compartilhada não é possível, recorre-se à guarda unilateral. Nesses casos, a elaboração de laudos psicológicos torna-se essencial para avaliar fatores como vínculo afetivo, cuidados parentais, rotina e flexibilidade dos genitores (Lago, 2008). A análise desses aspectos visa assegurar decisões que promovam o bem-estar da criança e evitem prejuízos emocionais.

A subjetividade na interpretação dos laudos e seus efeitos na definição da guarda. A atuação do psicólogo deve sempre estar alinhada aos estudos da Psicologia e às recomendações éticas da profissão. Como destaca Brito (2002), é necessário definir com clareza quais demandas serão atendidas. No contexto jurídico, por exemplo, o psicólogo não deve decidir sobre a guarda, mas sim avaliar as potencialidades e dificuldades dos genitores à luz das necessidades da criança, conforme Shine (2017). Contudo, a avaliação psicológica, embora essencial, possui um caráter interpretativo inevitável. Esse aspecto envolve a influência das percepções, valores e experiências do profissional na análise dos dados. A interpretação de comportamentos e contextos familiares vai além de dados objetivos, exigindo do psicólogo sensibilidade clínica e fundamentação teórica (Bock, 2007; Hebert & Wagner, 2013). Essa subjetividade, ao ser transposta para o laudo psicológico, pode impactar diretamente as decisões judiciais, especialmente em processos de guarda. Laudos com viés interpretativo correm o risco de favorecer injustamente um dos genitores, comprometendo o bem-estar da criança. Por isso, é fundamental que o Judiciário avalie criticamente esses documentos, sempre considerando o princípio do melhor interesse da criança (Zylberkan, 2015; Morse, 1997). Sousa (2010) reforça que, no processo de definição da guarda, deve-se preservar os direitos das crianças. Assim, os laudos não devem focar apenas nos comportamentos individuais dos pais, mas sim na dinâmica familiar como um todo. Essa abordagem mais ampla permite identificar qual estrutura familiar atende melhor às necessidades da criança e contribui para decisões mais justas e equilibradas.

Considerações finais

Com base na análise realizada, conclui-se que a guarda compartilhada, prevista na Lei nº 13.058/2014, busca garantir a participação equilibrada de ambos os genitores na criação dos filhos após a separação, com base no princípio do melhor interesse da criança. No entanto, sua aplicação prática ainda revela desigualdades, especialmente na sobrecarga materna e na divisão desequilibrada de responsabilidades. Nesse sentido, os laudos psicológicos têm papel fundamental na definição da guarda, oferecendo subsídios técnicos às decisões judiciais. Apesar disso, seu caráter interpretativo pode influenciar os julgamentos, tornando essencial uma análise crítica por parte do Judiciário. Assim, é indispensável que as decisões sobre guarda considerem tanto os aspectos legais quanto a dinâmica familiar, sempre priorizando o bem-estar da criança.

Referências

- SILVA, Marcela Samara Lira da. Um olhar para além da beleza da maternidade: Burnout materno – exaustão e sobrecarga de mães. 2021. 35 fls. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2021. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/21342>
- BRASIL. Lei nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13058.htm. Acesso em: 19 maio 2025.
- BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivas causas. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 19 maio 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 008/2010: Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário*. Brasília: CFP, 2010. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/resolucao2010-08.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.
- HEBERT, Maria L.; WAGNER, Fabiane. *Avaliação psicológica: fundamentos teóricos e práticos*. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas do Registro Civil 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html>. Acesso em: 19 maio 2025.
- LAGO, Vivian de Medeiros; BANDEIRA, Denise Ruschel. As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. *Avaliação Psicológica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 223–234, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v7n2/v7n2a13.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.
- VATICAN NEWS. *A importância do matrimônio nos Padres da Igreja*. Vatican News, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2023-02/importancia-do-matrimonio-nos-padres-da-igreja.html>. Acesso em: 19 maio 2025.

A AÇÃO MONITÓRIA NO NOVO CPC: CELERIDADE E EFETIVIDADE À PROVA ESCRITA SEM EFICÁCIA DE TÍTULO EXECUTIVO

Santos, Graciana Júnia Ferreira ¹; Souza, Ludimila Laranjeira de ¹; Pinheiro, Andressa Mendes de Freitas ²

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMOC

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo, analisar a ação monitória prevista no artigo 700 a 702, do Código de Processo Civil, um procedimento especial, que pode ser ajuizado quando há o direito de exigir o cumprimento da obrigação pelo devedor, dessa forma, essa ação visa a celeridade processual e a efetividade da tutela jurisdicional, com a simplificação da fase de conhecimento. Diante disso, a ação monitória se vale principalmente da apresentação de prova escrita, objetivando reduzir o trâmite processual, eliminando formalidades excessivas.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa com base em revisão bibliográfica e análise legislativa. O estudo se baseou em dispositivos legais, doutrinas e jurisprudências, tendo como objetivo tratar a simplificação processual e o aproveitamento da prova documental, analisando a apresentação de prova escrita, a expedição de mandado monitório e as consequências da ausência de embargos pelo réu, a partir do Código de Processo Civil de 2015.

Desenvolvimento

A ação monitória é um procedimento especial de cobrança, composto por duas fases: a postulatória e a executiva, em que por meio da judicialização o credor pode exigir o pagamento de quantia em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou infungível, ou ainda de bem móvel ou imóvel. Para tanto, é necessário que a pretensão esteja amparada em prova escrita sem eficácia de título executivo, ou seja, um documento que comprove a existência da obrigação, mas que não tenha força executiva própria. Diante disso, após o recebimento da petição inicial, poderá o juiz expedir mandado monitório, intimando o réu para que, no prazo de 15 dias, pague a dívida ou apresente embargos monitórios. Caso o réu não se manifeste, o mandado se converterá em título executivo judicial, permitindo o prosseguimento da ação por meio de execução forçada. Por outro lado, se forem opostos embargos, haverá ampla possibilidade de defesa. A principal vantagem desse procedimento está na facilitação processual proporcionada pela prova documental. Quando os documentos apresentados são suficientes para demonstrar, de forma clara, o direito pleiteado, o juiz pode deferir de plano o mandado monitório, sem necessidade de produção de outras provas, tornando, dessa maneira, o processo mais célere. Dessa forma, quando a documentação anexada à petição inicial é capaz, por si só, de embasar a cobrança, transformando-a em título executivo judicial caso não haja oposição de embargos no prazo legal, evidencia-se o potencial da ação monitória como um instrumento que torna o sistema jurídico mais eficiente.

Conclusão/ Considerações finais

Conclui-se que as melhorias apresentadas pela ação monitória no novo código de processo civil, representam um avanço importante para a celeridade do processo, uma vez que é perceptível a enorme perda de tempo com os procedimentos adicionais, assim, quando o juiz determina a expedição do mandado monitório, e a demanda se resolve já nessa fase inicial, nota-se a redução das etapas processuais, tornando a cobrança mais justa, rápida e eficaz.

Agradecimentos

Agradecemos à professora orientadora Andressa Mendes de Freitas Pinheiro pelo suporte e pela orientação na pesquisa.

Referências

AYRES, D. L. Ação Monitória e o Novo Código de Processo Civil. Epitaya E-books, [S. l.], v. 1, n. 17, p. 64-75, 2022. DOI: 10.47879/ed.ep.2022564p64. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/543>. Acesso em: 12 maio. 2025.

BRASIL, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 março. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 14 maio. 2025.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Código de Processo Civil Comentado - 2ª Edição 2025. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.559. ISBN 9788530994617. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994617/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

JÚNIOR, Humberto T. Código de Processo Civil Anotado - 28ª Edição 2025. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.857. ISBN 9788530995874. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995874/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

TUTELA DE EVIDÊNCIA: QUANDO O DIREITO É CLARO E PODE SER PROTEGIDO DE FORMA IMEDIATA

LOPES, Cristal Pires 1; SOUZA, Hiury Braian Soares 2; SKIADAS, Panayotis Jean Faria Souza3; NUNES, Rafael Cury Souza4; MARTINS, Livia Jenifer Santos 5 ; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas6.
1, 2, 3, 4, 5 Acadêmicos do curso de direito da UNIFIPMoc
6 Professor do curso de direito da UNIFIPMoc

Introdução

Diante do caráter de urgência do cumprimento de um direito comprovado, faz-se necessária a aplicação de medidas judiciais de forma imediata, visando a proteção de um bem jurídico já tutelado. A partir disso, o legislador criou a possibilidade de antecipar determinadas garantias a fim de resguardar ou preservar esses direitos do cidadão a partir da tutela de evidência. Dessa forma, pode-se afirmar que a tutela de evidência é uma modalidade da tutela provisória prevista entre os artigos 294 a 311 do Código de Processo Civil, permitindo, assim, a antecipação dos efeitos da decisão concedida ao fim do processo, de maneira que não haja a necessidade de comprovar perigo de dano ou urgência de fato, tornando mais fácil a concessão do pedido por meio de provas documentais anexadas ao processo. Em caráter didático, é cabível ressaltar que a tutela de evidência atua na antecipação dos efeitos, permitindo que uma decisão seja antecipada antes mesmo da conclusão do processo, baseando-se apenas na evidência e não na urgência do fato, necessitando, assim, que o direito alegado seja claramente evidente, podendo, ainda, ser concedida em caráter liminar. Ainda neste mesmo contexto, no tocante à aplicação dessa ferramenta, os casos de abuso de direito de defesa, atos protelatórios, contratos de depósitos e casos de ação monitória são exemplos claros do cumprimento das hipóteses legais que permitem o uso da tutela de acordo com o artigo 311 do Código de Processo Civil. Sendo assim, o juiz poderá agilizar o andamento processual litigioso, mesmo que não haja urgência do pedido, apenas analisando o direito evidente de forma antecipada, garantindo a análise do mérito. Diante desse contexto, o presente resumo tem como objetivo analisar as hipóteses que permitem o uso desse mecanismo, bem como explicar como a aplicação da tutela de evidência pode sanar a saturação processual do Poder Judiciário.

Métodos:

Este resumo utiliza-se de uma pesquisa qualitativa, voltando-se para o âmbito exploratório e explicativo. Tem como objetivo analisar a tutela de evidência com base no previsto no artigo 311 do Código de Processo Civil de 2015, portanto se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental que utiliza da legislação vigente, de jurisprudência atualizadas e da doutrina jurídica atual. O modelo de abordagem é dedutivo, que parte de uma norma legal para ao fim examinar suas hipóteses de aplicação prática. Primeiramente será feita uma análise do art. 311 e seus incisos, destacando os requisitos legais para a concessão da tutela de evidência. Após, o estudo busca apresentar interpretações doutrinárias sobre o tema em questão, destacando autores que abordaram a efetividade da jurisdição e das tutelas provisórias. Contudo, a pesquisa se limita a analisar o contexto do ordenamento jurídico brasileiro, sem abordar experiências estrangeiras, especialmente aquelas emitidas pelo Superior Tribunal de Justiça, que aplicam a tutela de evidência em uma variedade maior de contextos, tendo em vista que o estudo dessas decisões buscou identificar como os requisitos legais vêm sendo aplicados em contextos reais na prática judicial. As fontes utilizadas tem como base a sua atualidade e relevância para o tema, priorizando julgados e obras que foram publicados após a entrada em vigor do CPC/15. Ademais, a metodologia utilizada permite compreender de forma objetiva e fundamentada as situações em que juiz, se baseando no estudo do caso e em uma prova documental clara, quando os fatos estiverem bem comprovados, possa conceder uma medida favorável ao autor.

Desenvolvimento:

A tutela de evidência é um dos mecanismos mais pertinentes abordado pelo Código de Processo Civil de 2015 com o intuito de garantir a efetividade da jurisdição. Distinto da tutela de urgência, que necessita da demonstração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, a tutela de evidência pode ser deferida apenas baseada na certeza do direito pretendido e na existência de prova documental robusta (art.311 do CPC). De acordo Fredie Didier Jr.(2023), a tutela de evidência demonstra um avanço na racionalização do processo, pois disponibiliza ao juiz a possibilidade de adiantar os efeitos da sentença em cenários em que o direito do autor é evidente. Para o autor, o mecanismo busca aniquilar o uso abusivo por parte do réu, principalmente quando este se utiliza do Judiciário apenas para prolongar o desfecho da ação. Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery (2022) salientam que a tutela de evidência é uma maneira de destacar a boa-fé processual e a verossimilhança dos apontamentos do autor. Eles ressaltam que, ao indicar hipóteses objetivas de concessão (como a existência de tese firmada em julgamento de casos repetitivos), o legislador disponibiliza ao juiz aparatos seguros para resolver o litígio de forma célere e justa. O inciso I do artigo 311 do CPC, dispõe a permissão da concessão da tutela em casos de abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Já o inciso II descreve a possibilidade de deferimento quando o pedido estiver sustentado por prova documental inequívoca e houver tese firmada em casos repetitivos ou repercussão geral, conforme destaca Humberto Theodoro Junior (2021). Em sua análise, essa hipótese aumenta a segurança jurídica, ao ajustar o processo individual com o entendimento consolidado nos tribunais superiores. Na prática, pode exemplificar por ações de cobranças baseadas em contratos assinados, nos quais o réu não impugna a autenticidade dos documentos. Neste contexto, a tutela de evidência soluciona de forma mais rápida, evitando o prolongamento de processos dispensáveis. Ademais, apesar de que ainda seja pouco aproveitado na realidade forense, há um significativo aumento na

aceitação jurisprudencial da tutela de evidência como instrumento legítimo e eficaz para assegurar a efetividade e celeridade do judiciário, desde que cumprido criteriosamente os requisitos legais

Considerações Finais/Conclusões:

Conclui-se que a tutela de evidência pode ser utilizada de forma clara e didática, justificando sua importância no contexto processual atual, com fulcro na busca por maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional. Depreende-se que, em determinadas situações, o direito do autor está suficientemente comprovado, dispensando a demonstração de urgência para que medidas sejam concedidas pelo juiz. Os resultados demonstram que essa modalidade de tutela tem sido cada vez mais utilizada pelos tribunais, especialmente quando há prova documental inequívoca ou quando a pretensão do autor encontra respaldo em tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante. Conclui-se que a tutela de evidência é uma ferramenta eficaz de acesso à justiça, que permite uma proteção jurisdicional célere e segura, desde que observados os critérios legais e respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Agradecimentos:

Inicialmente, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos aos professores e orientadores, pois suas importantes instruções e ensinamentos foram essenciais na elaboração desta pesquisa. Além disso, agradecemos à coordenação do curso de Direito da UNIFIPMOC, que possibilitou um local de estudo agradável, ideal para o desenvolvimento da pesquisa. Nossos colegas de classe também merecem reconhecimento, pelo suporte e pelas discussões em sala que ajudaram na nossa compreensão sobre o tema. Finalmente, reconhecemos o papel fundamental das bibliotecas físicas e online consultadas, que disponibilizaram os fundamentos teóricos e legais utilizados durante todo o estudo.

Referências

BRASIL. *Código de Processo Civil*. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 52, p. 1-58, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em: 14 maio 2025.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e tutela provisória*. 20. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2025.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado*. 23. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. 66. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

SEMENTE DA MUDANÇA: CONSCIENTIZAÇÃO DIGITAL SOBRE DROGAS E BEM-ESTAR

CAMPOS, Alan Braz Veloso¹; RAMOS, Gabriel Marques Moreira¹; AGUIAR, Mariana Rodrigues¹; LAPA, Rômulo Batista de Almeida¹; OLIVEIRA, Samuel Donald Fernandes¹; RODRIGUES, Sara Araújo; PRATES, Cláudia Leticia Moura².

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

² Professor do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc

Introdução

O uso de substâncias ilícitas é um problema de saúde pública que exige atenção e ações efetivas de prevenção, educação e acolhimento. No Brasil, adolescentes e jovens estão entre os mais expostos a esse risco, o que reforça a necessidade de estratégias acessíveis e informativas voltadas a esse público. Com base no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 3 da ONU, meta 3.5, que trata da prevenção e do tratamento do uso de substâncias ilícitas, o projeto de extensão “Semente da Mudança” foi criado com o objetivo de promover a conscientização sobre os malefícios do uso de entorpecentes à saúde e ao bem-estar, por meio de conteúdos digitais. A proposta é utilizar as redes sociais como ferramenta de diálogo e transformação social, aproximando o conhecimento acadêmico da realidade dos jovens.

Métodos

O Projeto de Extensão II é desenvolvido pelos alunos do 3º período do curso de Direito, turno noturno. A primeira etapa consiste no estudo do tema e na elaboração do referencial teórico, que servirá de base inclusive para a intervenção a ser realizada ao final. O referencial foi construído por meio de pesquisa bibliográfica, com a análise de diversos artigos científicos que abordam o tema. Posteriormente, a equipe definiu a intervenção a ser realizada na comunidade. O público-alvo escolhido foi a comunidade online, com foco especial no público jovem. Optou-se pela utilização da rede social Instagram como principal canal de divulgação, considerando seu amplo alcance entre esse público. Nesse sentido, foi criado o perfil @sementedamudanca_ (Fig. 01), com o intuito de promover reflexões, ampliar o acesso à informação e gerar engajamento, por meio de conteúdos adaptados à realidade do público-alvo. Durante o período da intervenção, foram elaboradas estratégias de abordagem digital que buscaram estimular o debate e despertar a consciência crítica sobre o tema abordado. A ação foi realizada no período de 23.04.2025 a 08.05.2025, e o conteúdo produzido permanece disponível nos posts da rede social escolhida (Fig. 02). A iniciativa contou com o envolvimento ativo dos acadêmicos em todas as etapas, desde o planejamento até a execução, fortalecendo o compromisso social do projeto com a promoção da saúde e da cidadania.

Desenvolvimento

A experiência foi bastante enriquecedora para os estudantes envolvidos, pois permitiu a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, especialmente no que se refere ao compromisso social do Direito e à atuação em projetos de extensão. Por meio da elaboração e divulgação de conteúdos educativos, foi possível refletir sobre a importância de uma linguagem acessível e de uma comunicação empática com o público jovem. A escolha do meio digital, especialmente o Instagram, mostrou-se estratégica para ampliar o alcance da campanha, permitindo o contato direto com adolescentes e jovens adultos de diferentes contextos. A linguagem visual, aliada a frases de impacto e temáticas sensíveis, contribuiu para despertar o interesse e promover o engajamento. Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se a dificuldade de manter uma frequência regular de postagens, a limitação de tempo dos integrantes e a necessidade de criatividade nas abordagens visuais. Ainda assim, o grupo se manteve motivado e engajado durante toda a execução do projeto, demonstrando comprometimento com a proposta e com a responsabilidade social da universidade. Atualmente, a página criada conta com mais de 2.268 seguidores, o que demonstra o alcance da informação disseminada por esse meio.

Conclusão/ Considerações finais

A intervenção digital realizada por meio do projeto Semente da Mudança demonstrou que a internet pode ser uma aliada na conscientização sobre temas relevantes, como o uso de drogas. A atividade cumpriu seu objetivo de dialogar com o público jovem e oferecer informações de forma leve e educativa. A experiência fortaleceu a visão dos estudantes sobre a importância da extensão universitária e da interdisciplinaridade na formação jurídica. A proposta poderá ser ampliada futuramente com novas abordagens e a utilização de outras plataformas de comunicação.

Agradecimentos

Agradecemos a comunidade acadêmica que colaborou com a divulgação da iniciativa e a todos os seguidores da página @sementedamudanca_ criada no Instagram.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

Referências

ONU BR - NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. A Agenda 2030. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 5 mar

PREVENÇÃO DA AUTOMEDICAÇÃO E USO RACIONAL DOS MEDICAMENTOS

PEREIRA, Gabriela Silva Rocha¹; BARBOSA, Renata Chaves¹; RAMOS, Nathalia Silva¹; NUNES, Maria Luiza Mendes¹; ANTUNES, Ariel Lucas Rodrigues¹; ALVES, Rodrigo Rodrigues¹; RABELO, Victor Veloso².
¹ Acadêmicos de Direito da instituição UNIFIPMOC Afya
² Professor de Direito da instituição UNIFIPMOC Afya

Introdução

Este relatório de experiência tem a finalidade de apresentar de maneira clara e objetiva, o projeto a seguir, que trata da automedicação, uma prática comum entre idosos, muitas vezes motivada por dificuldades de acesso a serviços de saúde, crenças pessoais ou influência de terceiros. No entanto, o uso indiscriminado de medicamentos pode resultar em interações medicamentosas indesejáveis, reações adversas e complicações graves. Este projeto de extensão tem como objetivo conscientizar idosos sobre os riscos da automedicação e a importância do uso racional de medicamentos, utilizando uma abordagem interativa e acessível.

Material e Métodos

O projeto elaborado por nossa equipe foi realizado no Lar das Velhinhas em Montes Claros-MG, onde ocorreu uma palestra para as idosas sobre a automedicação, visando viabilizar a conscientização sobre o risco que corremos quando fazemos uso de algum tipo de medicamento sem consulta médica. Acompanhados da técnica de enfermagem Tatiane Silva Santos, atualmente cursando o curso de enfermagem na UNIFIPMOC, realizamos uma palestra interativa em que explicamos para as idosas de uma forma mais segura sobre os riscos de se automedicar. Tivemos a oportunidade de conversar individualmente com cada idosa buscando solidificar mais a proposta do nosso trabalho.

Desenvolvimento

Durante a execução do projeto de extensão no Lar das Velhinhas em Montes Claros – MG, observou-se que a automedicação é uma prática recorrente entre as idosas atendidas, muitas vezes por influência de vizinhos, familiares ou experiências passadas. A palestra ministrada proporcionou um ambiente de diálogo e escuta ativa, permitindo que as participantes compartilhassem suas vivências com o uso de medicamentos sem prescrição médica. Diversas relataram utilizar analgésicos, anti-inflamatórios e até antibióticos por conta própria, muitas vezes sem conhecimento dos efeitos colaterais ou interações medicamentosas. A técnica de enfermagem e acadêmica Tatiane teve papel fundamental ao trazer explicações claras sobre os riscos do uso indevido de medicamentos, como intoxicações, reações alérgicas, agravamento de doenças e resistência bacteriana. A abordagem acessível e empática facilitou o entendimento por parte das idosas, promovendo momentos de reflexão e conscientização. A experiência demonstrou que, embora exista uma carência de informação, há também um grande interesse por parte das idosas em aprender sobre o tema. Muitas se mostraram dispostas a mudar seus hábitos, prometendo buscar orientação médica antes de fazer uso de qualquer medicamento no futuro. Durante os momentos de conversa individual, foi possível esclarecer dúvidas e reforçar orientações, o que fortaleceu a proposta educativa do projeto. Do ponto de vista teórico, a prática vivenciada se alinha com os princípios da promoção da saúde propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que destaca a importância da educação em saúde como ferramenta para a prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida, especialmente entre grupos vulneráveis como os idosos. Conforme destaca Silva et al. (2020), a educação em saúde voltada ao uso racional de medicamentos contribui significativamente para a segurança do paciente e para a autonomia na tomada de decisões relacionadas à própria saúde. Além disso, a experiência reforçou a relevância da atuação interdisciplinar, uma vez que profissionais e estudantes da área da saúde, ao atuarem juntos, conseguem promover intervenções mais eficazes e humanas. O contato direto com as idosas também proporcionou aos participantes do projeto o desenvolvimento de habilidades comunicativas, empatia e senso de responsabilidade social, aspectos essenciais à formação acadêmica e cidadã.

Conclusão

Por fim, conclui-se que o projeto realizado no Lar das Velhinhas sobre o uso da automedicação, teve impacto positivo na vida daquelas idosas que não tinham acesso às informações, fazendo com que estejam cientes dos riscos e problemas e isso poderá gerar futuramente um impacto fundamental na vida de cada uma que esteve ali presente.

Agradecimentos

Somos gratos à coordenação do Lar das Velhinhas, que contribuiu para que esta palestra acontecesse, deixando um conhecimento enriquecedor que levaremos conosco. Ademais, exprimimos nossa profunda gratidão à universitária e técnica em enfermagem Tatiane Silva Santos que contribuiu de forma significativa para a realização do projeto.

Referências

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%B
<https://bvsm.s.saude.gov.br/automedicacao/#:~:text=O%20uso%20de%20remédios%20de,intoxicação%20e%20resistên>
<https://www.ufpb.br/cjm/contents/noticias/uso-indiscriminado-de-medicamentos-e-automedicacao-no>

A INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL E A DOSIMETRIA PENAL: AS CONSEQUÊNCIAS DE CRIMES COMETIDOS SOB O ABUSO DE ÁLCOOL

FARIA, Amanda Gabrielly Fernandes¹; GUEDES, Ana Luísa Pereira dos Santos¹; SOUZA, Leandro Ribeiro de¹; SILVA, Luiz Gabriel Dival Viveiros da¹; CARVALHO, Vitória Alves¹; RABELO, Victor Veloso²

¹ Acadêmicos do curso Direito da instituição UnifipMoc

² Professor do curso Direito da instituição UnifipMoc

Introdução

A relação entre o consumo excessivo de álcool e a prática de delitos é uma realidade presente em diversos contextos sociais e jurídicos. O álcool, enquanto substância psicoativa lícita, tem o potencial de alterar significativamente o comportamento humano, contribuindo para a ocorrência de atos impulsivos, agressivos e, em certos casos, criminosos. No cenário jurídico-penal brasileiro, essa relação impõe um desafio à dosimetria da pena, ou seja, ao processo de individualização da sanção penal, sobretudo quando se trata de avaliar a responsabilidade penal de indivíduos que cometeram crimes sob efeito do álcool. Nesse contexto, torna-se essencial compreender como os tribunais têm interpretado o uso de substâncias alcoólicas como fator agravante, atenuante ou, em casos extremos, como causa excludente de culpabilidade. A análise crítica da influência do álcool na conduta delitiva e seus reflexos na dosimetria da pena permite identificar lacunas, inconsistências e possibilidades de aperfeiçoamento na aplicação do Direito Penal. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo apresentar uma análise sobre a influência do consumo abusivo de álcool na prática de crimes e seus reflexos no processo de dosimetria penal, destacando as consequências jurídicas e sociais envolvidas, além de enfatizar a conscientização do público sobre a temática, a fim de reprimir o uso de substâncias psicotrópicas. Ademais, o trabalho buscou também refletir sobre a atuação do Poder Judiciário diante de situações que envolvam o uso dessas substâncias, a fim de contribuir para uma compreensão mais justa e equilibrada do fenômeno.

Material e Método

A proposta desenvolvida configura-se como uma ação social de cunho educativo, voltada para o público interno da própria instituição de ensino, composta majoritariamente por jovens na faixa etária de 18 a 25 anos. Essa faixa etária, segundo diversos estudos e levantamentos estatísticos, representa um dos maiores grupos consumidores de bebidas alcoólicas no Brasil, o que reforça a relevância da temática abordada. A ação foi elaborada no âmbito da disciplina Projeto de Extensão II, cujo objetivo central é promover a articulação entre o conhecimento jurídico adquirido em sala de aula e sua aplicação prática junto à comunidade, ampliando o impacto social da formação acadêmica. A atividade ocorreu nas dependências do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), sendo realizada nos corredores da universidade, em horário de grande circulação de estudantes. A execução da proposta foi conduzida pelos integrantes do grupo, que assumiram o papel de agentes multiplicadores do conhecimento. A metodologia adotada foi baseada em um modelo de intervenção educativa, por meio da distribuição de panfletos informativos e da realização de diálogos informais com os estudantes abordados. Essa abordagem se insere no formato de uma campanha de conscientização, com ênfase na sensibilização e no esclarecimento do público a respeito da relação entre o uso de substâncias psicoativas, como o álcool, e as consequências penais relacionadas à prática de delitos sob seu efeito. Os panfletos produzidos continham informações simplificadas e objetivas sobre os principais dispositivos legais relacionados ao tema, especialmente os artigos 165 e 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dispositivos estes relacionados à direção de veículos sob efeito de álcool e a penalização em casos de teor alcoólico acima de 0,3mg/L. Além de breves explicações sobre conceitos jurídicos como embriaguez voluntária, preordenada e semi-imputabilidade. Durante as abordagens, buscou-se estabelecer uma comunicação acessível, com linguagem clara e abordagem respeitosa, visando despertar o interesse e promover uma reflexão crítica nos participantes. A escolha por uma metodologia dialógica e presencial teve como finalidade não apenas transmitir informações, mas também criar um espaço de escuta e troca, onde os estudantes pudessem tirar dúvidas e compartilhar percepções. A natureza da ação, por sua vez, não teve caráter de pesquisa empírica com coleta sistematizada de dados, e sim de experiência formativa e conscientizadora. Por esse motivo, os resultados obtidos possuem caráter reflexivo e qualitativo, compatíveis com as limitações inerentes a uma ação de extensão universitária de curta duração.

Desenvolvimento

Durante a execução da ação, foi possível constatar de forma evidente a ausência de conhecimento, por parte do público-alvo, a respeito da relação entre o uso de substâncias psicotrópicas e suas implicações na responsabilização penal. A maioria dos participantes demonstrou desconhecimento sobre o fato de que, em determinadas circunstâncias, o uso de álcool pode influenciar diretamente na dosimetria da pena, seja como agravante ou, em casos específicos, como atenuante. No que diz respeito à possibilidade de agravamento da pena, observou-se que era desconhecido do público que o Código Penal Brasileiro, em seu artigo 61, inciso II, alínea "I", prevê como circunstância agravante o fato de o agente ter cometido o crime em estado de embriaguez preordenada – ou seja, quando o indivíduo ingere álcool ou outra substância com a finalidade de facilitar ou encorajar a prática delitiva. Essa forma de embriaguez, conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, não apenas não exclui a culpabilidade, como também pode aumentar a pena imposta ao infrator. Adicionalmente, também era pouco conhecida a possibilidade de, em situações excepcionais, o consumo de álcool atuar como atenuante. Isso pode ocorrer quando é comprovado que o agente agiu sob influência de substância psicoativa de forma não preordenada, o que, em certos casos, pode reduzir sua capacidade de autodeterminação. No entanto, como foi destacado durante a ação, essa interpretação é restrita e depende de criteriosa análise judicial, geralmente amparada por prova técnica, como laudo pericial. Diante desse cenário de desconhecimento, optou-se por abordar a temática de forma introdutória, com explicações acessíveis, visando provocar a curiosidade e a reflexão crítica entre os participantes. A proposta não foi a de esgotar o conteúdo jurídico, mas

sim despertar o interesse por uma questão que, embora relevante, é frequentemente negligenciada tanto no discurso jurídico popular quanto nas políticas públicas de conscientização.

Conclusão

A ação social desenvolvida evidencia a existência de uma lacuna significativa no conhecimento dos estudantes sobre a influência do álcool na responsabilização penal, especialmente no que se refere às circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal. Essa realidade ressalta a necessidade contínua de iniciativas educativas no ambiente universitário que promovam a conscientização crítica acerca dos riscos jurídicos e sociais associados ao uso de substâncias psicoativas. A metodologia adotada, baseada na distribuição de materiais informativos e na interação direta com o público, revela-se eficaz para despertar o interesse e fomentar a reflexão, ainda que de forma introdutória. A simplicidade e a acessibilidade da abordagem mostram-se fundamentais para o engajamento dos participantes, demonstrando que temas complexos do Direito Penal podem ser tratados de maneira compreensível e relevante para o cotidiano dos jovens. Por fim, conclui-se que ações de extensão como esta desempenham papel essencial na formação acadêmica e na responsabilidade social da universidade, ao integrar teoria e prática e contribuir para a formação de cidadãos mais informados e conscientes de seus direitos e deveres.

Referências

BRASIL. **Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 17 maio 2025. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral. 15. ed. rev. e atual.** São Paulo: Impetus, 2020. PIETRANGELO, Kátia. **Direito Penal e a influência do álcool na dosimetria da pena.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 130, p. 45-68, 2023. SOUZA, Ana Paula. **Dosimetria da pena e fatores agravantes: uma análise da embriaguez preordenada.** *Revista de Estudos Jurídicos*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 112-130, 2024.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO COM FOCO NO ODS 3

FONSECA, Daniele Guimarães; COTRIM, Emanuelle Maria Vallim Mendonça; FERNANDES, Gabriela Taise Ferreira; COTRIM, João Gabriel Vallim Mendonça; LOPES, Pietra Soares; SOUZA, Vitória Santos; PRATES, Cláudia Leticia Moura.
¹Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário FIPMOC
²Professor do curso de Direito do Centro Universitário FIPMOC

Introdução

A inserção da mulher no mercado de trabalho é marcada por um processo contínuo de luta pela igualdade salarial, pelo respeito, pela representatividade nos cargos de liderança, pela diminuição da sobrecarga de funções, entre outras batalhas que, até os dias atuais, continuam sendo enfrentadas por elas. Esse processo impacta diretamente a saúde mental e física das mulheres, o que se relaciona com o ODS 3 da Agenda 2030 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e o bem-estar para todos. Dessa forma, este projeto tem como objetivo promover debates que estimulem a discussão acerca dos direitos trabalhistas, da equidade de gênero, da saúde mental e de outros temas relevantes relacionados às mulheres. Além disso, o projeto busca conscientizar as mulheres sobre seus direitos por meio de ações educativas que as auxiliem na construção de um ambiente de trabalho mais justo, benéfico e saudável para todos os envolvidos. Por fim, a proposta visa reduzir a discriminação de gênero por meio da disseminação de informações e da divulgação de centros de apoio jurídico gratuito, como o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da UNIFIPMoc, incentivando a busca por orientação e o fortalecimento da rede de apoio às mulheres sempre que necessário.

Métodos

O projeto de extensão é desenvolvido com base no tripé ensino, pesquisa e extensão. Inicialmente, os integrantes da equipe foram estimulados pela tutora a contextualizar o tema do projeto, definindo assim o recorte temático e o objetivo específico. Em seguida, foi realizado o levantamento do referencial teórico, com base na bibliografia já existente. Com o intuito de reduzir a discriminação da mulher no mercado de trabalho, foi definida como intervenção a disseminação de informações à população da cidade de Montes Claros, com foco nas mulheres transeuntes da Praça Dr. Carlos. Para essa divulgação, a equipe produziu panfletos informativos (fig. 02) e um banner, cuja distribuição e exposição ocorreram no dia 26.04.2025, das 9h às 12h (fig. 01). Foram divulgados centros de apoio, com destaque para o Núcleo de Prática Jurídica, que oferece assistência jurídica gratuita a pessoas que não têm condições de arcar com esse tipo de serviço. Ademais, os panfletos informativos, distribuídos em locais públicos, serviram para conscientizar a sociedade sobre a importância da igualdade de gênero no ambiente de trabalho, incentivando denúncias, fortalecendo a rede de apoio e criando demanda por políticas mais justas.

Desenvolvimento

A luta contra a discriminação da mulher no mercado de trabalho exige uma combinação de políticas legislativas, culturais e organizacionais. Nesse sentido, é imprescindível a reestruturação da legislação vigente para aprimorar a aplicação das normas relativas à proibição da discriminação de gênero e à igualdade salarial. O combate à discriminação de gênero no ambiente de trabalho não é responsabilidade exclusiva do poder público ou das mulheres diretamente afetadas. Trata-se de um compromisso coletivo, que envolve toda a sociedade: desde as instituições educacionais até o setor privado, passando pelos meios de comunicação, gestores públicos e os próprios trabalhadores. A intervenção realizada pela equipe teve grande adesão do público-alvo, o que evidenciou a relevância da temática abordada. A ação educativa revelou uma considerável parcela da população desinformada; muitas mulheres demonstraram surpresa diante da quantidade de informações desconhecidas. A distribuição dos panfletos possibilitou maior alcance das informações, já que diversas mulheres manifestaram interesse em levar o material para casa, com a intenção de compartilhá-lo com familiares ou consultá-lo posteriormente. Essas mulheres foram orientadas a buscar apoio jurídico no NPJ, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e a faculdade, além de democratizar o acesso à assistência jurídica gratuita e de qualidade para quem não dispõe de recursos financeiros. Um dos principais desafios enfrentados foi a resistência de parte do público em compartilhar suas experiências pessoais, sobretudo por medo de exposição ou represálias nos ambientes de trabalho, o que limitou o aprofundamento das escutas. Outro desafio foi a dificuldade em alcançar mulheres que não frequentam espaços públicos com regularidade, como donas de casa ou trabalhadoras informais, o que restringiu o impacto da ação. Esses obstáculos reforçam a necessidade de estratégias mais inclusivas e contínuas, que considerem diferentes realidades e possibilitem um alcance mais amplo em futuras edições do projeto. Apesar das dificuldades, o projeto conseguiu atingir seu objetivo de levar conhecimento à população sobre os direitos trabalhistas das mulheres e, como efeito colateral positivo, contribuiu para a construção de uma sociedade mais justa e consciente, promovendo a saúde e o bem-estar feminino e coletivo.

Conclusão/ Considerações finais

Conclui-se que a violência de gênero no mercado de trabalho é uma batalha enfrentada pelas mulheres há séculos. Apesar dos muitos avanços e conquistas, ainda hoje elas são vítimas de assédio sexual, assédio moral, violência psicológica e física. Esses episódios de misoginia são reflexos de uma sociedade patriarcal, que permite a repetição contínua de tais práticas. Diante disso, as organizações devem promover ambientes acolhedores, adotando políticas preventivas que incentivem a equidade de gênero e garantam canais seguros e acessíveis para denúncias. A construção de ambientes laborais íntegros, respeitosos e inclusivos deve ser compreendida não apenas como uma exigência legal, mas como um imperativo ético e social indispensável ao avanço da justiça e da democracia no mundo do trabalho. Em suma, o projeto teve como objetivo alcançar o maior número possível de mulheres e, em consonância com o ODS 3, que busca promover uma vida saudável e o bem-estar para todos, em todas as idades, os resultados obtidos foram significativos. Um número expressivo de mulheres foi

impactado pela ação, e muitas delas relataram episódios vivenciados em seus ambientes profissionais. Como resposta, foram orientadas a procurar o Núcleo de Prática Jurídica da UNIFIPMoc para buscar o devido apoio jurídico.

Agradecimentos

Agradecemos às pessoas que contribuíram com sugestões e apoio durante a realização da atividade extensionista.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão III da UNIFIPMoc/Afya

Referências

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *A Agenda 2030*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 5 mar. 2025.





Figura 1. Imagens captadas durante a realização da intervenção



MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: CONHEÇA SEUS DIREITOS!

AS MULHERES TÊM CONQUISTADO, AO LONGO DOS ANOS, UM PAPEL FUNDAMENTAL NO MERCADO DE TRABALHO. MAS AINDA ENFRENTAM DESAFIOS EM TERMOS DE IGUALDADE, OPORTUNIDADES E RECONHECIMENTO.

TEMOS QUE LUTAR

Desafios Diários das Mulheres no Mercado do Trabalho

- Desigualdade Salarial
- Dificuldade de Ascensão Profissional
- Dupla Jornada
- Assédio Moral e Sexual
- Falta de Apoio à Maternidade
- Violência e Discriminação

DIREITOS GARANTIDOS POR LEI:

Igualdade de Oportunidades: A Constituição Brasileira garante a igualdade entre homens e mulheres em todas as áreas, inclusive no mercado de trabalho. Não pode haver discriminação com base no sexo, raça, idade, ou qualquer outra característica.

Salário Igual para Trabalho Igual: A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) assegura que homens e mulheres recebem o mesmo salário para desempenharem a mesma função e responsabilidades, sem discriminação.

Licença Maternidade: Toda mulher tem direito a até 120 dias de licença maternidade, com estabilidade no emprego, sem prejuízo de salário. Em casos de adoção, o direito também se estende.

Proteção contra o Assédio: As mulheres têm o direito de trabalhar em um ambiente livre de assédio sexual e moral. Qualquer comportamento inadequado pode ser denunciado, e as vítimas têm direito à proteção.

Dever de Saúde e Bem-Estar: É dever do empregador garantir um ambiente de trabalho que respeite a saúde da mulher, incluindo a licença para tratamento de saúde relacionado à gravidez, amamentação, entre outros.

FORMAS DE DENÚNCIA PARA MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

1. Delegacia da Mulher
2. Ministério Público do Trabalho (MPT)
3. Sindicato de Trabalhadores
4. Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)
5. Canais de Denúncia das Empresas
6. Conselhos Regionais de Psicologia e OAB

NPJ *Núcleo de Práticas Jurídicas*

O NPJ da UNIFIMAC oferece serviços jurídicos gratuitos para pessoas que não têm condições de pagar um advogado. Ele fornece orientação em diversas áreas do Direito, como família, trabalho e questões cíveis, ajudando as pessoas a entenderem seus direitos e como proceder em questões legais.

Onde encontrar?
 End: Localizado no Mercado Central, Rua Senador Oliveira, nº 85, Curitiba, Paraná, 80.000-000.
 O acesso ao NPJ é pelo elevador próximo ao setor de cinema, ao entrar, suba até a 3ª/4ª andar no prédio do elevador.
 O NPJ funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h.
 WhatsApp: (41) 33423-0803
 Telefone: (41) 3276-7800
 (41) 3228-9030

Figura 2. Panfleto distribuído

DIREITO E SAÚDE: A NECESSÁRIA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O ABUSO DE DROGAS LÍCITAS

RODRIGUES, João Marcos¹; SANTOS, Ismael Victor¹; SCOTT, Kayann Ferreira¹; RIBEIRO, Fabio William¹; SILVA, Ramos, Maria Luisa Nunes¹; LIMA, Marcelio Martins¹; PRATES, Cláudia Letícia Moura².

¹Acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMoc

²Professora do curso de Direito da UNIFIPMoc

Introdução

O presente relato de experiência se insere no âmbito do Projeto de Extensão III desenvolvido pelos acadêmicos do 4º período de Direito da UNIFIPMoc e tem como foco o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-Estar, proposto pela Agenda 2030 da ONU. A experiência relatada trata da criação de um projeto educativo voltado para a conscientização sobre o uso/abuso de drogas lícitas, como álcool e cigarro, destacando seus impactos na saúde individual e coletiva, especialmente entre adolescentes e jovens. A ação foi desenvolvida por meio da criação e manutenção de uma página no Instagram (@direitoesaude_ods3), utilizada como ferramenta de comunicação e extensão social. Por meio desse canal, foram produzidos e divulgados conteúdos informativos, reflexivos e motivacionais, com linguagem acessível e visual atrativo, visando alcançar o público jovem e promover o debate sobre hábitos saudáveis e prevenção ao uso abusivo dessas substâncias. O principal objetivo deste projeto é contribuir para a redução dos danos associados ao consumo de drogas lícitas, por meio da educação, informação e promoção da saúde. Além disso, busca-se fomentar o pensamento crítico sobre os fatores sociais e culturais que influenciam esse comportamento, incentivando alternativas de enfrentamento e superação.

Métodos

O projeto de extensão desenvolvido foi de caráter educacional e social, com foco na promoção da saúde e bem-estar por meio da conscientização sobre os riscos associados ao uso de drogas lícitas, especialmente o álcool e o tabaco. As atividades do projeto foram iniciadas por meio do levantamento de bibliografia relativa ao assunto para construção do referencial teórico. Após isso, definiu-se o público-alvo da intervenção e o período em que esta seria desenvolvida, bem como os meios que seriam utilizados para alcançar os objetivos propostos. A ação foi voltada prioritariamente para adolescentes e jovens, com o objetivo de proporcionar um espaço de diálogo acessível, informativo e interativo. O público-alvo abrangeu tanto estudantes do ensino médio quanto membros da comunidade externa alcançados por meio da internet, sobretudo pelas redes sociais (fig. 01). A ação foi realizada entre os meses de março e maio de 2025, com perspectiva de continuidade até junho de 2025, totalizando quatro meses de atividades. Durante esse período, foram realizadas diversas postagens educativas em uma página do Instagram, abordando os efeitos das drogas lícitas na saúde física e mental, os impactos sociais e familiares do uso abusivo e estratégias de prevenção e enfrentamento. Além disso, foi estimulada a participação do público por meio de enquetes, caixas de perguntas, comentários e mensagens diretas, o que favoreceu a construção de uma comunicação bidirecional e próxima do cotidiano dos jovens.

Desenvolvimento

O projeto foi desenvolvido com base na compreensão de que a adolescência é um período marcado por descobertas, influências sociais intensas e maior vulnerabilidade ao início do uso de substâncias psicoativas, incluindo as drogas lícitas como o álcool e o tabaco. Considerando esse contexto, a ação extensionista buscou ocupar um espaço de influência positiva nas redes sociais, especialmente no Instagram, por meio de uma abordagem educativa, interativa e acolhedora. A primeira etapa do projeto consistiu no planejamento das temáticas a serem abordadas nas postagens semanais. O conteúdo foi organizado em categorias, como: efeitos imediatos e a longo prazo do consumo de álcool e tabaco, mitos e verdades sobre o uso recreativo, influência do marketing e da mídia, consequências sociais e familiares, e alternativas saudáveis para lidar com estresse e pressão social. Todo o material foi elaborado com base em fontes científicas confiáveis, como publicações da Organização Mundial da Saúde (OMS), Ministério da Saúde e artigos acadêmicos, sempre adaptado para uma linguagem acessível ao público jovem. Na sequência, foi criado um perfil no Instagram especificamente para o projeto, com identidade visual padronizada e um cronograma de postagens. Foram realizadas de duas a três publicações semanais, intercalando cards informativos, vídeos curtos explicativos, enquetes e perguntas para o público interagir. A estética visual e a linguagem utilizada buscaram dialogar com a cultura digital juvenil, tornando o conteúdo atrativo e de fácil compartilhamento. Os objetivos principais das ações são: conscientizar sobre os malefícios do uso de substâncias, ainda que lícitas, promover hábitos de vida saudáveis e fortalecer o senso crítico e a autonomia dos jovens diante das pressões sociais relacionadas ao consumo de álcool e cigarro. Para isso, foram produzidos vídeos curtos, cards informativos e textos reflexivos, sempre com foco na interação com os seguidores. A participação da comunidade foi significativa, com engajamento médio de cerca de duzentas visualizações por publicação e interação direta em mais de cinquenta por cento das postagens. Os conteúdos foram compartilhados por diversos usuários, ampliando o alcance da ação. A convocação e o engajamento do público foram realizados por meio da própria rede social. A relevância da ação se confirmou na medida em que os jovens demonstraram interesse, enviaram perguntas e compartilharam relatos pessoais relacionados ao tema, o que evidencia sua eficácia. O projeto contou com a colaboração de estudantes extensionistas, professores orientadores e profissionais convidados da área da saúde, que contribuíram para a construção do conteúdo e participaram de algumas ações de divulgação. A cada semana, a equipe analisava o desempenho das postagens, observando o nível de engajamento do público e ajustando as estratégias de comunicação para aumentar o alcance e a efetividade das mensagens.

Conclusão/ Considerações finais

Nessa perspectiva, no âmbito da disciplina Projeto de Extensão desenvolvida pelos alunos do curso de Direito do 4º período noturno do Centro Universitário FIPMoc considera-se que a intervenção na comunidade on-line, por meio da plataforma Instagram pela ampla abrangência e potencial de alcance, especialmente entre jovens, público mais vulnerável a influência da publicidade e da cultura do consumo, abordando conteúdos educativos e informativos que previnem o abuso de substâncias lícitas, esclarecendo os impactos jurídicos, sociais e de saúde relacionados ao consumo excessivo de álcool, tabaco e medicamentos controlados, foi extremamente significativa, cumprindo, assim, os objetivos estabelecidos.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que interagiram com o Instagram, bem como a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização do projeto e intervenção.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão III da UNIFIPMoc/Afya

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Relatório mundial sobre drogas: 2020*. Viena: UNODC, 2020. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2020/en/index2020.html>. Acesso em: 28 mai. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Relatório mundial sobre drogas: 2021*. Viena: UNODC, 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html>. Acesso em: 28 mai. 2025.



Figura 1. Prints da página do Instagram @direitoesaude_ods3

Figura 2. Prints da página do Instagram @direitoesaude_ods3



Figura 3. Prints da página do Instagram @direitoesaude_ods3

Figura 4. Prints da página do Instagram @direitoesaude_ods3

EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA SOBRE AUTOCONHECIMENTO E SAÚDE MENTAL ENTRE ESTUDANTES DE DIREITO

FERREIRA, Fernando Sobral¹; PAIVA, Igor Rodrigues¹; MACHADO, Samuel Soares da Cruz¹; MARTINS, Victor Santos Vieira¹; DIAS, Wilk Emanuell Soares¹; PRATES, Cláudia Letícia Moura²

¹Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

²Professora do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

Introdução

As discussões sobre saúde mental no ambiente universitário têm ganhado destaque nas discussões contemporâneas, sobretudo diante dos impactos da sobrecarga acadêmica, da pressão por resultados e da incerteza quanto ao futuro profissional. De acordo com Ferreira et al. (2018), o sofrimento psíquico entre universitários é influenciado por múltiplos fatores, como a competitividade, a carga horária intensa e a fragilidade das redes de apoio emocional, exigindo que as instituições de ensino superior desenvolvam estratégias de cuidado e acolhimento. No contexto do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 03 – Saúde e Bem-Estar, preconizado pela Organização das Nações Unidas, iniciativas que promovam a saúde mental e emocional tornam-se essenciais para o desenvolvimento pleno do estudante. Assim, acadêmicos do 3º período do curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc organizaram uma ação extensionista, como parte das atividades da disciplina Projeto de Extensão II, com o objetivo de promover o autocuidado, o autoconhecimento e práticas de bem-estar no ambiente universitário, a partir do compartilhamento de experiências com uma profissional da área da psicologia.

Métodos

A atividade intervencionista começou a ser planejada no início do semestre letivo quando, instigados pela tutora do projeto, a equipe do projeto passou a pesquisar o referencial teórico para subsidiar o trabalho. A pesquisa empreendida foi de caráter bibliográfico, com o estudo de artigos científicos que abordam o tema escolhido para trabalho. Após definiu-se qual seria a ação de intervenção e também que o público-alvo seriam os próprios estudantes 3º período noturno do curso de Direito. Os participantes da equipe então convidaram a Psicóloga e Pedagoga Joseanny Pires para que conduzisse uma palestra (fig. 1) interativa sobre saúde mental na vida acadêmica, seguida de uma gincana prática voltada ao autoconhecimento, com jogos simbólicos, perguntas reflexivas e momentos de partilha entre os alunos. A divulgação da atividade ocorreu por meio de convite via whatsapp e a intervenção ocorreu no dia 23 de abril de 2025 na própria sala de aula. A ação desenvolvida foi de caráter educacional e vivencial e a proposta teve como objetivos: estimular o diálogo sobre saúde mental na universidade; apresentar estratégias práticas de bem-estar e enfrentamento; reforçar que o autocuidado é uma prática necessária e não um ato de egoísmo; além de promover a integração por meio de dinâmicas de grupo. Durante a ação, os membros da equipe de trabalho praticaram a observação direta da atividade, com coleta de impressões espontâneas e nível de engajamento. Participaram 46 alunos e ao final foi ofertado aos presentes pequeno mimo contendo palavras/frases de conforto (fig. 2).

Desenvolvimento

Durante a intervenção, a psicóloga convidada contextualizou a importância de reconhecer os sinais de exaustão emocional, não normalizar sentimentos de ansiedade e buscar ajuda profissional quando necessário. Ressaltou-se que o autocuidado é um direito e uma prática de responsabilidade consigo mesmo, não devendo ser confundido com egoísmo. A gincana de autoconhecimento foi o ponto alto do encontro, possibilitando uma vivência prática e significativa. Os participantes foram convidados a refletir sobre suas emoções, expectativas, limites e conquistas, em dinâmicas que misturaram humor, introspecção e interação coletiva. A atividade também fortaleceu vínculos entre os estudantes, criando um ambiente de escuta acolhedora e empatia. Entre os desafios enfrentados, destacou-se a adesão inicial tímida, sobretudo por se tratar de uma atividade diferente do habitual no curso de Direito. Contudo, ao longo do evento, houve crescente envolvimento e participação ativa. Ao longo do evento, foi possível perceber um crescente envolvimento dos participantes. Muitos relataram espontaneamente que nunca haviam participado de atividades voltadas ao cuidado emocional no ambiente jurídico e destacaram a relevância da iniciativa para refletirem sobre seus próprios limites e práticas de autocuidado.

Conclusão/ Considerações finais

A ação mostrou-se eficaz na promoção da saúde mental no ambiente acadêmico e reforçou a importância da integração entre práticas jurídicas e humanização da formação. Ao dialogar com o ODS 3, a iniciativa promoveu reflexões sobre o bem-estar universitário, fortaleceu a autonomia emocional dos estudantes e possibilitou um momento de construção coletiva de estratégias para lidar com os desafios do cotidiano acadêmico.

Agradecimentos

Agradecemos à Joseanny Pires – Psicóloga e Pedagoga pela presença enriquecedora, à coordenação do curso de Direito e aos estudantes do 3º período de Direito noturno pela participação na ação.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

Referências

FERREIRA, V. R. et al. **Sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados**: uma revisão integrativa da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 4, p. 1221–1236, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RLFrGpHpQKgkYpwXvHx3B3b/>. Acesso em: abril 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. ODS 3 – Saúde e bem-estar. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: abril 2025.



Figura 1. Registros da intervenção com a presença da psicóloga Joseanny Pires.



Figura 2. Mimo ofertado aos presentes com frases de conforto.

PROMOÇÃO DE TRATAMENTO E PREVENÇÃO DO USO DE ÁLCOOL E DROGAS

ALMEIDA, Maria Eduarda Machado ¹; BALIEIRO, Ana Carolina Sousa ¹; FERNANDES, Giovanna Maria Rodrigues ¹; GUEDES, Ícaro Emanuell Vieira¹; OLIVEIRA, Maria Isadora Noronha ¹; VILELA, Emily Sarmento ¹; RABELO, Victor Veloso ^{2 1} Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMOC - AFYA
² Professor do curso de Direito da UNIFIPMOC – AFYA

Introdução

O consumo desenfreado de álcool e drogas, tem desencadeado um grave problema de saúde pública, resultando em impactos negativos de modo a afetar milhares de pessoas. Tais impactos vão além da individualidade de cada cidadão, afetando também o ambiente familiar, comunitário e social como um todo. Além das questões clínicas, o uso inconsciente de substâncias psicoativas está, também, diretamente relacionado com fatores sociais, econômicos, culturais e psicológicos. Desse modo, se faz necessário ações integradas de prevenção, tratamento e conscientização. Observa-se que o uso indevido e exacerbado de tais substâncias, está, por muitas vezes, relacionado ao aumento de doenças crônicas, transtornos mentais, acidentes, violência e exclusão social, evidenciando, assim, a urgência de medidas efetivas e contínuas no enfrentamento dessa problemática. Nesse viés, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Agenda 2030, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre eles nota-se o ODS 3, a qual trata de “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, em relação as suas metas, frisa-se a 3.5: “Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o uso indevido de drogas entorpecentes e o uso nocivo do álcool”. O objetivo 3.5 reforça a importância de políticas públicas, ações informativas e iniciativas comunitárias voltadas à promoção da saúde e à redução dos danos causados pelo consumo abusivo dessas substâncias.

Assim, este relato de experiência tem como objetivo descrever a atividade de intervenção comunitária, qual seja, a distribuição de panfletos informativos sobre os riscos e consequências do uso abusivo de álcool e outras drogas, realizada na UNIFIPMoc|Afya no dia 15 de maio de 2025. A ação tem como propósito principal informar e conscientizar a população quanto aos danos que o consumo desenfreado de álcool e drogas podem causar, a fim de promover a prevenção e conhecimento através da panfletagem.

Material e Métodos

A ação foi realizada no ambiente da faculdade durante o horário de intervalo, momento em que há maior circulação de alunos. Utilizou-se como principal material um panfleto educativo intitulado "Viva com Saúde: Diga Não ao abuso de álcool e drogas", o qual abordava de forma clara e acessível os riscos associados ao consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas.

A elaboração do panfleto considerou os princípios do ODS 3.5 (Saúde e Bem-Estar), destacando a prevenção ao uso de drogas, o apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade e a importância de construir comunidades saudáveis. O material continha informações sobre canais de apoio, como o Disque Saúde 136 e os CAPS AD (Álcool e Drogas). A abordagem aos alunos foi feita de forma direta e acolhedora, com entrega dos panfletos e breve explicação sobre o conteúdo. A receptividade foi positiva, com interesse por parte dos estudantes e interação durante a distribuição. A escolha pelo intervalo se deu estrategicamente para alcançar um maior número de discentes e proporcionar um momento de reflexão dentro da rotina acadêmica.

Desenvolvimento

A atividade de extensão descrita neste trabalho foi realizada no campus da UNIFIPMoc|Afya no dia 15 de maio de 2025, e teve como principal foco a conscientização da população acadêmica quanto aos riscos associados ao consumo abusivo de álcool e outras drogas. A ação foi conduzida por discentes do 7º período do curso de Direito, com o apoio de professores orientadores, em consonância com os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Inicialmente, foram realizados encontros preparatórios para discussão dos temas que seriam abordados na intervenção. Durante essas reuniões, os estudantes pesquisaram dados epidemiológicos, analisaram documentos oficiais — como os relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) e os indicadores do Ministério da Saúde — e estudaram os principais impactos sociais e jurídicos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. Esse momento formativo foi essencial para embasar o conteúdo dos materiais informativos e garantir que a linguagem dos panfletos fosse acessível, clara e cientificamente correta. A intervenção em si consistiu na distribuição estratégica de panfletos em pontos de maior circulação dentro da instituição, como entradas de prédios acadêmicos, cantinas e áreas comuns. Além da entrega do material impresso, os discentes engajaram os participantes em breves diálogos informativos, explicando os principais riscos do uso de substâncias, os sinais de dependência química, as formas de prevenção e os serviços públicos disponíveis para tratamento e apoio psicossocial. A escolha pela panfletagem como metodologia de intervenção se deu pela sua capacidade de alcance direto, mobilização rápida e baixo custo operacional, além de permitir a interação imediata com os destinatários da mensagem. O contato direto possibilitou também a sensibilização e o esclarecimento de dúvidas, promovendo o protagonismo estudantil na difusão de práticas de cuidado coletivo. Durante a execução da atividade, observou-se um retorno positivo por parte dos participantes. Muitos demonstraram interesse no tema, relataram experiências pessoais ou familiares e reconheceram a importância da abordagem educativa em espaços acadêmicos. Essa interação revelou a relevância de ações de extensão voltadas à prevenção, especialmente em um contexto universitário, onde o uso de álcool é, muitas vezes, naturalizado e associado à vida social.

Além disso, a atividade permitiu aos alunos desenvolverem habilidades fundamentais para a formação cidadã e profissional, como empatia, escuta ativa, oratória e senso de responsabilidade social. Os estudantes também puderam compreender, na prática, como o Direito e as políticas públicas se articulam na promoção da saúde coletiva, principalmente ao refletirem sobre os direitos fundamentais à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição Federal de 1988. Por fim, a atividade de panfletagem educativa não apenas cumpriu o objetivo de disseminar informação e prevenção, mas também contribuiu para a construção de uma universidade socialmente comprometida, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3.5, que destaca a importância de medidas eficazes no combate ao uso nocivo de substâncias.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

O presente trabalho teve como principal objetivo contribuir para a efetivação da ODS 3.5, qual seja, "Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o uso indevido de drogas entorpecentes e álcool". Destaca-se que a educação e a vida digna são direitos fundamentais de todo e qualquer cidadão, motivo pelo qual a equipe se empenhou em compartilhar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e no desenvolvimento do projeto, ora debatido, com intuito de contribuir na garantia de tais direitos. Nesse sentido, por meio da distribuição de panfletos informativos acerca da redução do consumo abusivo de substâncias psicoativas, a nossa equipe pode conversar sobre o tema com diversos alunos de outros cursos, como psicologia, enfermagem, medicina, publicidade e propaganda, entre outros, como também com professores do curso de direito, trocando informações, experiências e, conseqüentemente, promovendo a conscientização. Assim sendo, nosso objetivo foi atingido pois conseguimos promover rodas de conversa nos corredores da faculdade, em que alguns alunos compartilharam conosco seus depoimentos sobre o abuso de substâncias psicoativas e seus efeitos viciantes, sejam elas, entorpecentes, álcool ou medicamentos.

Portanto, sentimos que esse momento foi capaz de promover um debate interessante, desencadeando, assim, uma maior conscientização de todos os participantes. Para além disso, o panfleto entregue continha tópicos que direcionavam a nossa conversa e podiam servir de instrumento de reflexão para como público-alvo.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão ao professor Victor Veloso, cuja orientação, incentivo e disponibilidade foram fundamentais para a realização deste trabalho. Agradecemos também à instituição UNIFIPMoc Afya, pelo suporte oferecido em todas as etapas do projeto, proporcionando o ambiente e os recursos necessários para o seu desenvolvimento. Nosso agradecimento especial vai para os alunos que, com receptividade e colaboração, contribuíram ativamente durante a entrega dos panfletos, demonstrando interesse e engajamento com a proposta. A participação de cada um foi essencial para o êxito desta ação.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001. 386 p.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da população residente nos municípios e para as unidades da federação brasileira com data de referência em 1º de julho de 2016. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>. Acesso em: 25 Ago. 2016
JEOLAS, L. S.; KORDES, Hagen. Percursos acelerados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, dez. 2010.
MORETO, A. L. **Estimação dos componentes da variância fenotípica em feijoeiro utilizando método genealógico**. 2005. 76p. (Curso de Pós- Graduação em Genética e Melhoramento de Plantas) – UFLA, Lavras, 2005.
PORTO, E. M. V. et al. Produção de biomassa de cultivares do capim buffel submetidos à adubação nitrogenada. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 19, n. 1, jan./jun. 2017



Figura 1. Ação realizada na UNIFIP – MOC, envolvendo entrega de panfletos, visando a orientação das pessoas.

TUTELA CAUTELAR E A PROTEÇÃO DO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO: UMA LEITURA SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA PROCESSUAL

Diniz Nathália ¹; Francisco Ellen Camille¹; Ruas Anna Cecília¹; Sales Nicole¹.
² Andressa Mendes de Freitas- Orientadora

Introdução

A efetividade se trata de um dos pilares mais importantes que sustentam o processo civil, principalmente no que se refere ao princípio da eficiência processual. Nesta circunstância, a tutela cautelar ganha um novo olhar, deixando de ser apenas uma medida provisória e passando a ocupar um espaço de instrumento estratégico na manutenção desse princípio, garantindo uma rapidez no processo, economia de tempo e esforços, proteção do resultado útil e uma sentença efetiva. Desse modo, a presente pesquisa busca analisar a tutela cautelar com enfoque especial no artigo 305 do Código de Processo Civil, que aborda tal instrumento em seu caráter antecedente, bem como sua formatação, visando sempre a eficiência processual. Nesse contexto, essa releitura tem como objetivo evidenciar a importância da tutela cautelar no processo civil na garantia da proteção de direitos, além de apresentar uma nova perspectiva acerca da mesma, que se torna parte essencial do meio jurídico no que se refere a eficiência e resultado útil.

Métodos

A presente pesquisa possui caráter jurídico e social, voltado aos estudantes de direito e profissionais da área, utilizando uma abordagem qualitativa exploratória, baseando-se em pesquisas documentais e análise do próprio Código Processual Civil. O estudo da tutela cautelar presente no artigo 305 do CPC, visa compreender sua função instrumental e apresentar sua importância na garantia do princípio da eficiência processual, bem como na proteção do resultado útil do processo. O principal objetivo da pesquisa é explicitar como a tutela atua na antecipação de garantia de direitos que correm riscos imediatos e como esse mecanismo previne danos irreparáveis, fazendo presente uma racionalidade e efetividade processual. Para tal, foram utilizadas como fontes de pesquisa doutrinas, jurisprudências e a própria legislação brasileira vigente, buscando entender os critérios de concessão da tutela e seu papel no processo. Essa pesquisa visa difundir a importância da tutela cautelar como instrumento que valoriza a efetividade da jurisdição e assegura o resultado útil do processo, equilibrando-se na justiça, celeridade e segurança jurídica. Diante disso, essa pesquisa se faz relevante ao ampliar o conhecimento acerca dessa ferramenta e sua funcionalidade, destacando seus critérios e resultados na entrega de um processo jurídico bem sucedido como um todo.

Desenvolvimento

A tutela cautelar, ocupa papel fundamental na efetividade da justiça, funcionando como instrumento de proteção ao resultado útil do processo principal. Sua concepção está diretamente ligada à noção de *periculum in mora*, ou seja, o risco do direito sofrer danos irreparáveis enquanto o processo não é concluído. A medida busca resguardar a integridade de bens, direitos ou situações jurídicas que, se não tutelados prontamente, poderão ser irremediavelmente comprometidos até o momento da entrega da tutela definitiva. Nesse sentido, o legislador incorporou ao sistema processual um modelo mais coeso de tutela provisória, distinguindo-a entre tutela de urgência (cautelar e antecipada) e tutela de evidência, com vistas a consolidar uma jurisdição eficiente, célere e eficaz. No que diz respeito ao art. 305 do CPC/15, existe uma previsão expressa da tutela cautelar antecedente, de forma que alguém, em razão da urgência, possa requerer uma tutela cautelar em um pedido diferente do deste, antes mesmo da ação principal. A sistemática que se adota visa compatibilizar a necessidade de obtenção urgente de jurisdição com a garantia do contraditório e da estabilidade do processo, estabelecendo prazos para complementação da ação inicial (art. 308), evitando-se, por isso, abusos e preservando-se o devido processo. Na prática, o artigo 305 do CPC é aplicado quando há risco iminente de ineficácia da futura sentença, como no caso da indisponibilidade de bens que venham a garantir o cumprimento da obrigação exequenda. Nesses casos, a concessão da medida, se requerida cautelarmente, é capaz de evitar o esvaziamento patrimonial do devedor, garantindo a utilidade do feito principal. Outras hipóteses comuns envolvem o sequestro de bens em ação possessória, a constrição de valores em contas bancárias ou ainda a citação para depósito judicial de quantia controvertida, quando debatida em ação contratual. Portanto, a cautelar se mostra um inestimável instrumento de proteção da utilidade da jurisdição, consubstanciando a concretização da eficiência processual. Sem a cautelar, a prestação jurisdicional poderá se tornar apenas uma formalidade, que não garante efetivamente o exercício do direito reconhecido jurisdicionalmente. A atuação célere e proporcional do Poder Judiciário diante da presença de risco e plausibilidade é a única forma da efetivação da tutela jurisdicional, do que exige não apenas o ordenamento processual, mas o próprio Estado Democrático de Direito. Agora, será abordado a tutela cautelar sob a Ótica do princípio da Eficiência processual. Este princípio está previsto no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Emenda Constitucional nº 19/1998, que alterou o caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. O mesmo impõe à administração pública, direta e indireta, a obrigação de atuar de forma eficiente, buscando resultados positivos com o menor dispêndio de recursos possíveis. No âmbito processual, a eficiência transcende a administração pública, influenciando diretamente o Poder Judiciário. A aplicação deste princípio no processo civil visa assegurar que a prestação jurisdicional seja célere, econômica e eficaz, garantindo aos jurisdicionados uma resposta adequada e tempestiva às suas demandas.

O Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) inaugurou um revolucionário modo de pensar o processo em todos os seus aspectos. No que tange ao problema da eficiência, o Código de Processo Civil é claro e objetivo. Vejamos as lições de FREDDIE DIDIER JÚNIOR (2007, p. 100): O processo, para ser devido, há de ser eficiente. O princípio da eficiência, aplicado ao processo, é um dos corolários da cláusula geral do devido processo legal. O artigo 8º do CPC também impõe ao

órgão jurisdicional a observância do princípio da eficiência. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa previsão corrobora com a necessidade de uma ação judicial que previna dilações indevidas e reforce a racionalização dos atos processuais. A eficiência processual, portanto, exige que o processo seja movido de forma a evitar atos inúteis, retrabalhos e desperdício de recursos, garantido que a tutela jurisdicional seja realizada de maneira efetiva, em tempo razoável. A tutela cautelar constitui um mecanismo processual cuja finalidade consiste em assegurar a eficácia do processo principal, evitando a ocorrência de danos irreparáveis ou de difícil reparação. Pode ser pedida antes ou durante o transcorrer do processo principal, visando garantir a eficácia da decisão final. No sistema em vigor regido pelo CPC/2015, a tutela cautelar se insere no gênero das tutelas provisórias de urgência juntamente com a tutela antecipada, tendo ambas como requisitos o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, consubstanciados no artigo 300 do código mencionado. No entanto, a tutela cautelar colabora para a eficiência do processo, pois autoriza a realização de providências cautelares com a finalidade de garantir a utilidade do provimento jurisdicional e evitar a realização de atos processuais sem sentido, garantindo que o resultado do procedimento processual se efetive de forma prática. Por fim, a tutela cautelar, quando bem aplicada, é um instrumento de suma importância para alcançar o princípio da eficiência processual, pois possibilita a tomada de providências cautelares que garantem a efetividade do procedimento, promovem a economia de atos processuais e propiciam a segurança jurídica.

Conclusão/ Considerações finais

O presente estudo demonstra objetivamente que a tutela cautelar representa importante relevância no que tange à proteção do resultado útil do processo, especialmente quando analisada sob a ótica do princípio da eficiência processual. Isso porque, quando corretamente aplicada, revela-se como ferramenta fundamental para a concretização de um dos princípios estruturantes do processo civil contemporâneo, o da eficiência processual. Princípio este assegurado tanto pela Constituição Federal, quanto pelo Código de Processo Civil vigente, conforme demonstrado ao longo do desenvolvimento. Observa-se, ainda, que a consagração do caráter antecedente no artigo 305 representou avanço significativo, ao permitir o requerimento da medida cautelar antes mesmo da instauração do processo principal. Essa possibilidade garante uma proteção muito maior ao direito material em risco, evitando que ele se perca diante da morosidade processual no processo principal como acontecia anteriormente. Ademais, é perceptível que o caráter antecedente permite a adoção de medidas preventivas que assegurem a efetividade do processo, promove a economia de atos processuais e garante a segurança jurídica. Tratando-se, portanto, de um mecanismo capaz de atender a devida efetivação da atividade jurisdicional e ao interesse das partes envolvidas por uma solução muito mais célere e eficaz para resolver as demandas judiciais. No entanto, sua eficácia depende diretamente de uma atuação comprometida dos operadores do direito, bem como de uma estrutura judicial que favoreça a celeridade, a análise técnica criteriosa e a racionalização dos procedimentos judiciais. Portanto, conclui-se que, para que a tutela cautelar antecipada atinja todo o seu potencial colaborativo com a eficiência processual, é necessário que os operadores do direito incorporem sua utilização de forma mais assertiva, fazendo a adaptação à realidade da prática, que é marcada por um altíssimo volume de demandas e pela necessidade constante de decisões rápidas e eficazes diariamente nos mais variados processos. Em síntese, a tutela cautelar de caráter antecedente, quando utilizada de forma técnica e em harmonia com os princípios constitucionais representa inestimável valor. Portanto, é imprescindível que o Judiciário e os operadores do direito adotem uma postura responsável diante da possibilidade de utilização da tutela cautelar, evitando tanto sua banalização quanto a não utilização da mesma nas hipóteses de possível aplicação. Além disso, para além da celeridade, a eficiência processual é também a entrega de decisões justas, efetivas e proporcionais. Assim, a tutela cautelar é um instrumento de muito valor mas deve ser utilizada de forma harmônica com os demais princípios, com técnica e com ética. E reconhecer os limites e potencialidades deste instrumento é um passo fundamental para que a justiça não seja apenas um ideal, mas uma realidade acessível e concreta.

Referências

- A BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 maio 2025.
- BRASIL. **Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 14 maio 2025.
- DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento**. 18. ed. Salvador: JusPodivm, 2023. v. 1.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: tutela provisória**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. v. 2.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 14. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2023.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Do formalismo no processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO NO CPC/15: ROL TAXATIVO OU EXEMPLIFICATIVO?

SANTOS, Cristhian Nathan Miranda¹
ARAÚJO, Eduarda Chaves²
OLIVEIRA, Fabrício Rodrigues³
VELOSO, Lucas Gabriel⁴
OLIVEIRA, Paulo Ricardo⁵
PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas

Introdução

O Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15) reformulou o sistema de recorribilidade das decisões interlocutórias, estabelecendo no artigo 1.015 um rol de hipóteses em que é cabível o agravo de instrumento. O objetivo foi racionalizar o uso desse recurso, limitando-o às matérias consideradas urgentes ou essenciais. Contudo, a natureza desse rol — se taxativo ou exemplificativo — gerou intensos debates doutrinários e controvérsias jurisprudenciais. A discussão culminou no julgamento do Tema 988 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que adotou a tese da taxatividade mitigada, admitindo a interpretação extensiva e a aplicação analógica do rol, em situações excepcionais. O presente resumo propõe uma análise crítica desse entendimento, com base em doutrina especializada e jurisprudência atualizada.

Métodos

A metodologia empregada consiste em uma abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. Adotou-se o método dedutivo, partindo da norma legal para a análise de sua interpretação nos tribunais. Foram consultadas obras de doutrinadores renomados em Direito Processual Civil, além do acórdão paradigmático do STJ no Tema 988 e decisões posteriores que o aplicam. O objetivo é compreender o alcance prático da tese firmada e suas repercussões no processo civil brasileiro.

Desenvolvimento

O artigo 1.015 do CPC/15 limita o cabimento do agravo de instrumento às hipóteses nele elencadas, como decisões sobre tutelas provisórias, mérito do processo, redistribuição do ônus da prova, entre outras. À primeira vista, o texto sugere tratar-se de um rol taxativo, o que implicaria na inadmissibilidade do recurso fora das situações expressamente previstas. Entretanto, tal restrição gerou dificuldades práticas, especialmente quando decisões interlocutórias, não recorribéis de imediato, afetavam diretamente o direito das partes e o regular andamento do processo. A doutrina crítica, como Fredie Didier Jr. (2019), defende que o princípio da efetividade da tutela jurisdicional deve prevalecer, permitindo a interposição do agravo de instrumento em hipóteses não previstas, quando demonstrada urgência ou risco de dano irreparável. O STJ, ao julgar o Recurso Especial n. 1.704.520/MT (Tema 988), firmou entendimento no sentido de que o rol do art. 1.015 é taxativo, mas com interpretação mitigada, admitindo-se a interpretação extensiva e a analogia em casos de urgência. Isso significa que, embora o rol limite o uso do recurso, o julgador pode reconhecê-lo cabível em hipóteses semelhantes ou quando houver perigo de ineficácia da decisão futura. A jurisprudência passou a acolher, por exemplo, a interposição de agravo contra decisões que indefiram produção de prova essencial, determinem inclusão de parte ilegítima ou tratem de convenção de arbitragem, ainda que não estejam expressamente previstas no art. 1.015. Esse movimento evidencia uma tendência de flexibilização hermenêutica, que busca preservar a utilidade da decisão judicial e a proteção dos direitos processuais das partes.

Conclusão

A controvérsia acerca do cabimento do agravo de instrumento no CPC/15 foi parcialmente pacificada com a adoção da tese da taxatividade mitigada pelo STJ. Embora o legislador tenha buscado restringir o uso do recurso, a prática forense demonstrou a necessidade de maior flexibilidade interpretativa para assegurar a efetividade da tutela jurisdicional. O entendimento jurisprudencial consagrado no Tema 988 representa uma solução de equilíbrio, permitindo a interposição do agravo em hipóteses não previstas no rol legal, desde que justificada pela urgência ou risco de prejuízo irreparável. Dessa forma, o operador do direito deve aliar o conhecimento técnico da norma à sensibilidade para identificar situações que autorizem a mitigação da regra, promovendo um processo mais justo e eficiente.

Referências

ALVIM, Teresa Arruda Alvim. **Manual de Direito Processual Civil**. 25. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.
BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.
CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
CUNHA, Leonardo Carneiro da. **O agravo de instrumento no novo CPC: taxatividade e interpretação**. Revista de Processo, São Paulo, v. 264, p. 331-354, 2017.
DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. Vol. 3. 18. ed. Salvador: JusPodivm, 2023.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Recurso Especial n. 1.704.520/MT**. Rel. Min. Nancy Andrighi. 4ª Turma. DJe 19/12/2018. Tema 988 – Rol do art. 1.015 do CPC é taxativo, mas admite interpretações extensiva e analógica.

O ABUSO DE MEDICAMENTOS E NOVAS POSSIBILIDADES DE AMPARO

ALENCAR, Edu Gomes Bandeira ¹; CALDEIRA, Maria Teresa Bento ¹; FREITAS, Carlos Junior Nogueira De Melo ¹; PESTANA, Deivison Oliveira ¹; SANTOS, Marcio Gabriel Nunes ¹; SILVA, Gabriel Henriques ¹; SOUZA, Emmilly Vasconcelos ¹; RABELO, Victor Veloso ²

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya

² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc Afya

Palavras-chave: ONU (Organização das Nações Unidas); ODS (objetivos de Desenvolvimento Sustentável); SISNAD (Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas).

Introdução

O uso abusivo de medicamentos, especialmente os psicotrópicos, tem se mostrado uma crescente preocupação de saúde pública, que reflete um padrão de comportamento no qual a automedicação se torna uma prática comum diante de sintomas físicos e emocionais. Muitas dessas substâncias, geralmente adquiridas sem prescrição médica, são consumidas de forma descontrolada, o que pode ocasionar dependência química, danos psíquicos, resistência medicamentosa e outros efeitos adversos de longo prazo. Diante dessa realidade, e tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais precisamente o objetivo 3.5 da Agenda 2030 da ONU — que visa fortalecer a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias — o presente trabalho propõe uma abordagem reflexiva e interventiva sobre o tema, buscando um contato direto e mais próximo com o público, visando assim atingir o objetivo de conscientização da população. Com base em uma ação de conscientização realizada nas ruas, buscou-se informar sobre os riscos do uso exagerado de medicamentos e apresentar alternativas de amparo, como o SISNAD, que apesar de voltado principalmente ao uso de drogas ilícitas, pode inspirar a ampliação de políticas públicas voltadas também ao abuso de remédios legalizados. Assim, é esperado como objetivo deste estudo a contribuição para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável quanto ao uso excessivo de medicamentos, promovendo o acesso à informação, à prevenção e ao acolhimento adequado. A automedicação é um grave problema de saúde pública no Brasil. Segundo o Conselho Federal de Farmácia, 77% dos brasileiros têm esse hábito, sendo 25% com frequência semanal ou diária. Isso se deve a fatores econômicos, culturais e à facilidade de acesso a medicamentos, muitas vezes sem orientação profissional. O uso indiscriminado de psicotrópicos pode causar dependência, resistência medicamentosa e outros efeitos graves. A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas alerta para o potencial de abuso dessas substâncias e seus impactos sociais e à saúde, exigindo medidas de controle. Diante desse cenário, é essencial fortalecer políticas públicas que promovam o uso racional de medicamentos e ampliem o acesso a serviços de saúde mental. A educação em saúde, aliada à fiscalização rigorosa e à oferta de alternativas terapêuticas, torna-se indispensável para reduzir o uso abusivo de medicamentos e garantir maior segurança à população.

Material e Métodos

Durante o curso do projeto de extensão, o material escolhido para a conscientização da população foi a entrega de panfletos, o qual foi elaborado e desenvolvido pela equipe, visando assim uma abordagem mais direta. O material abordava temas como o abuso de medicamentos psicotrópicos, os problemas ocasionados pelo uso exacerbado de tais medicamentos e como lidar com tais problemas de forma mais eficiente. Essa abordagem mais direta com a população tende a ser mais eficaz, pois ao falar com as pessoas, tem-se a oportunidade de discorrer mais sobre o tema, ao invés de apenas disponibilizar o panfleto. A intervenção foi feita pela equipe no bairro melo, cidade santa maria e nas intermediações do centro, no dia 08/05/2025 na parte da manhã.

Desenvolvimento

A intervenção realizada nas intermediações do Centro de Montes Claros, teve como objetivo orientar a população sobre os riscos do uso indiscriminado de medicamentos, especialmente os psicotrópicos, e permitiu observar que muitas pessoas fazem uso dessas substâncias sem acompanhamento médico. Durante a ação, notou-se ainda que o consumo de remédios como ansiolíticos, antidepressivos e analgésicos é um reflexo direto da medicalização da vida cotidiana, onde qualquer sofrimento, físico ou emocional, tende a ser tratado por meio de substâncias químicas o que ocasiona o vício por tais medicamentos. Essa realidade denuncia a medicalização como forma de silenciar sofrimentos sociais mais amplos, além de se conectar ao direito à saúde previsto na Constituição Federal, que inclui o dever estatal de promover o uso racional de medicamentos. A experiência reforçou a importância de políticas públicas mais abrangentes e da ampliação de programas como o SISNAD, para que também contemplem o abuso de substâncias lícitas, como forma de garantir prevenção, cuidado e acolhimento a essas pessoas.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Ao finalizar o projeto, é notório que o objetivo inicial, que era a conscientização, foi atingido. A ação realizada nas ruas ao promover conscientização e diálogo com a comunidade, esclarecendo dúvidas e alertando sobre os riscos do uso sem prescrição, foi essencial para que tal objetivo fosse alcançado. Além disso, ao relacionar a prática com a teoria, foi possível perceber a importância de políticas públicas mais inclusivas, que ampliem o alcance de programas como o SISNAD e incorporem o combate ao uso abusivo de substâncias lícitas. Conclui-se, portanto, que a experiência foi eficaz tanto no aspecto informativo quanto no formativo, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica e do compromisso social entre os envolvidos.

Agradecimentos

A realização desta intervenção só foi possível graças ao apoio e incentivo da UNIFIPMoc Afya, instituição que tem promovido a formação crítica e humanizada de seus alunos. Agradecemos, em especial, ao coordenador do curso de Direito, professor Daniel Ferreira Santos, pelo suporte institucional, e ao professor Victor Veloso Rabelo, responsável pela disciplina, pela orientação durante todas as etapas do projeto. A experiência vivida neste semestre foi essencial para ampliar nossa visão sobre o papel social do futuro profissional do Direito, fortalecendo o compromisso com a cidadania e a promoção de direitos fundamentais.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 24 mar. 2025.

CASTRO, José Carlos de. O impacto da automedicação na saúde pública brasileira. **Revista Brasileira de Medicina**, v. 72, n. 6, p. 102-108, 2015. Disponível em: <https://www.revistasbrasil.org.br/revista-brasileira-de-medicina>. Acesso em 27 mar 2025

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em 24 mar 2025.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: ENTRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS E A BUSCA POR HUMANIZAÇÃO

Eunice Vitória Lopes Pereira¹; Fernando Heleno Fernandes de Souza Freire¹; Milena Santos Mendes ¹;
Janaina Silveira Castro Bickel²

¹ Acadêmico(a) do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

² Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução

O sistema prisional brasileiro tem enfrentado uma série de desafios estruturais e sociais que comprometem sua capacidade de cumprir sua função ressocializadora. As penitenciárias do país convivem com superlotação, precariedade na infraestrutura, insuficiência de serviços básicos e reincidência criminal alarmante. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos, e a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece direitos e garantias aos presos. Contudo, a realidade das prisões revela o distanciamento entre o que é previsto na legislação e o que de fato ocorre no cotidiano do sistema penal. O objetivo deste trabalho é analisar criticamente a situação atual das prisões brasileiras, com foco nas violações aos direitos humanos e na necessidade de implementação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas. Para tanto, utiliza-se uma metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e documental, com análise de fontes como relatórios oficiais, artigos científicos e dados institucionais recentes. A pesquisa busca compreender as causas estruturais e sociais da crise do sistema prisional, bem como apontar caminhos viáveis para sua reformulação, considerando experiências nacionais e internacionais exitosas.

Métodos

A presente pesquisa caracteriza-se como teórica, de abordagem qualitativa e de natureza exploratória, voltada à análise crítica da realidade do sistema prisional brasileiro. O estudo não decorre de um projeto de extensão prático ou intervenção social direta, mas de uma investigação acadêmica fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. O público-alvo indireto do trabalho são acadêmicos do curso de Direito, profissionais da área jurídica e demais interessados em temas relacionados aos direitos humanos, política criminal e execução penal. O levantamento de dados foi realizado entre janeiro e março de 2025, com base em materiais publicados nas últimas duas décadas, além de dados oficiais emitidos por órgãos como o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Os principais objetivos da pesquisa consistiram em compreender as causas estruturais da crise penitenciária no Brasil, identificar as principais violações de direitos humanos no ambiente carcerário, discutir os limites do modelo punitivo atual e propor alternativas pautadas na dignidade da pessoa humana, tais como penas alternativas, políticas de ressocialização e práticas de justiça restaurativa. Para atingir tais objetivos, foram utilizadas estratégias de análise textual e comparativa, com foco em documentos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), tratados internacionais de direitos humanos e a literatura especializada em criminologia, política penitenciária e sociologia do sistema penal. A participação da comunidade se deu de forma indireta, uma vez que o estudo analisou dados, relatórios e experiências documentadas sobre a realidade carcerária brasileira, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade, como mulheres presas e egressos do sistema prisional. Como ferramentas de avaliação, foram utilizadas categorias analíticas previamente definidas com base nos direitos fundamentais, permitindo uma leitura crítica dos dados disponíveis e possibilitando o aprofundamento das contradições entre a legislação vigente e as práticas institucionais observadas. O método adotado permitiu identificar não apenas os problemas estruturais do sistema prisional, mas também os caminhos possíveis para sua reformulação, com base em evidências empíricas e normativas.

Desenvolvimento

A realização deste estudo permitiu identificar diversos resultados relevantes para o entendimento da crise do sistema prisional brasileiro, além de promover reflexões importantes no âmbito acadêmico e social. Através da análise crítica da literatura, dados oficiais e documentos normativos, foi possível aprofundar a compreensão das causas estruturais que tornam as prisões espaços de violação sistemática de direitos humanos. Entre os principais impactos observados, destaca-se o amadurecimento da visão crítica dos acadêmicos envolvidos quanto à função da pena, aos limites do encarceramento em massa e à urgência de políticas públicas humanizadas e eficientes. O aprofundamento do estudo sobre a dignidade da pessoa humana, a superlotação, a precariedade nas unidades prisionais femininas e a reincidência criminal contribuiu significativamente para ampliar o repertório teórico dos participantes, promovendo mudanças na percepção sobre o papel do Direito na transformação da realidade social. O levantamento bibliográfico evidenciou ainda a distância entre as normas constitucionais e a prática cotidiana dos presídios, revelando a chamada “cidadania de papel” presente nas falas de diversos autores, em que os direitos fundamentais existem apenas formalmente, sem efetividade nas instituições. Entre os desafios enfrentados ao longo do trabalho, destacam-se a escassez de dados atualizados e organizados sobre o sistema carcerário e a dificuldade de acesso a informações sistematizadas sobre experiências bem-sucedidas de ressocialização no contexto brasileiro. Tais obstáculos foram superados por meio da triangulação de fontes acadêmicas e relatórios institucionais, o que permitiu a construção de um panorama mais fiel à realidade prisional. O exercício constante de análise comparativa entre a legislação, os dados estatísticos e as experiências internacionais também proporcionaram aprendizados significativos, principalmente no que se refere à viabilidade de modelos alternativos de justiça penal mais humanizada. Como aprimoramento metodológico, foi necessário revisar e refinar os critérios de seleção das fontes utilizadas, priorizando aquelas com maior rigor científico e alinhamento às diretrizes da pesquisa. Do ponto de vista acadêmico, o estudo fortaleceu a formação crítica dos estudantes envolvidos e evidenciou a relevância das práticas de pesquisa na graduação. A atividade serviu como instrumento de

integração entre os conteúdos teóricos do curso e os problemas concretos enfrentados pela sociedade, especialmente no que se refere à política criminal e ao sistema de justiça. A leitura reflexiva de autores como Sarlet (2018), Bitencourt (2011) e Costa (2017), além da análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e dos dados do Departamento Penitenciário Nacional, promoveu uma conexão efetiva entre a teoria jurídica e a realidade prisional. Socialmente, embora a pesquisa não tenha envolvido ação prática direta junto à comunidade externa, ela contribui ao promover o debate e a difusão de informações sobre um tema muitas vezes invisibilizado nas agendas públicas. O efeito colateral positivo do trabalho foi o despertar de interesse por parte dos colegas de curso e professores sobre o assunto, o que gerou discussões espontâneas em sala de aula e a possibilidade de elaboração de novos projetos de extensão sobre o tema, como oficinas temáticas e campanhas de conscientização sobre o encarceramento feminino e as condições de ressocialização. Além disso, a organização e apresentação dos dados do sistema penitenciário de maneira acessível colaboraram para uma melhor compreensão da complexidade do tema por parte dos leitores, reforçando o compromisso da universidade com a transformação social.

Conclusão/ Considerações finais

Conclui-se que a reforma do sistema prisional brasileiro não pode se limitar à construção de novas unidades. É fundamental que se adotem políticas públicas estruturadas, com foco na dignidade humana, educação, trabalho, assistência à saúde e suporte psicológico. A atuação integrada entre Estado, sociedade civil e setor privado é indispensável para romper o ciclo da exclusão. A prisão deve deixar de ser um espaço de abandono e degradação para se transformar em um ambiente de reconstrução e reintegração. Apenas assim será possível reduzir a criminalidade de forma efetiva e promover justiça social.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e ao Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) pelo apoio acadêmico à pesquisa. Reconhecemos, ainda, a contribuição intelectual dos professores do curso de Direito que, por meio de debates em sala de aula e orientações indiretas, enriqueceram a construção teórica deste trabalho.

Referências

- ARAÚJO, M. M. de; MOREIRA, A. da S.; CAVALCANTE, E. G. R. Assistência à saúde de mulheres encarceradas. *Escola Anna Nery*, v. 24, n. 3, 2020.
- ASSIS, R. D. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. *Revista CEJ*, n. 39, 2007.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu, 2001. 386 p.
- BITENCOURT, C. R. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- COSTA, M. S. A assistência social no sistema penitenciário brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 93, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente nos municípios e para as unidades da federação brasileira com data de referência em 1º de julho de 2016*. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- JEOLAS, L. S.; KORDES, H. Percursos acelerados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, dez. 2010.
- MENDES, J. C.; ALMEIDA, P. H. A ineficácia das políticas públicas de ressocialização. *Revista de Direito Penal e Criminologia*, v. 5, n. 2, 2018.
- PORTO, E. M. V. et al. Produção de biomassa de cultivares do capim buffel submetidos à adubação nitrogenada. *Revista Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 19, n. 1, jan./jun. 2017.

DIREITOS TRABALHISTAS E REINserÇÃO SOCIAL: CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA DEPENDENTES QUÍMICOS

DOMICIANO, Bruna Laís da Silva; FERREIRA, Taylla Aparecida Alves; MAGALHÃES, Melissa Soares; OLIVEIRA, Bianca Pimenta; SILVA, Lavínia Pinheiro; TELES, Maria Fernanda Diamantino. ¹

RABELO, Victor Veloso. ²

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UNIFIPMoc Afya.

² Professor do Curso de Direito da UNIFIPMoc Afya.

Introdução

A dependência química desponta como uma das questões mais prementes da contemporaneidade, exigindo a articulação entre políticas governamentais e instrumentos jurídicos que promovam tanto a prevenção quanto a reabilitação e reinserção desses indivíduos. A dependência química acarreta uma condição de vulnerabilidade social que exige respostas que vão além da esfera da saúde, alcançando também os âmbitos social, educacional e jurídico. Nesse sentido, o projeto se alinhou ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, em especial o item 3.5, que prevê o fortalecimento de ações voltadas à reintegração social de pessoas em situação de vulnerabilidade devido ao abuso de substâncias, especialmente no que tange ao acesso ao trabalho e ao exercício da cidadania. Desse modo, o presente projeto teve como objetivo promover a conscientização de dependentes químicos em processo de reabilitação, abordando aspectos da legislação e programas de reinserção no mercado de trabalho. Visou-se, com isso, contribuir para a reintegração desses sujeitos à sociedade, por meio do fortalecimento de sua autoestima, da ampliação de sua autonomia e do conhecimento de seus direitos. Para tanto, a iniciativa foi desenvolvida em parceria com o Esquadrão da Vida, projeto de impacto social que atua na reabilitação de indivíduos afetados pela dependência química no município de Montes Claros – MG, com sede situada na zona rural da cidade de Francisco Sá – MG. A escolha da instituição se justifica não apenas por sua relevância no cenário local, mas também pela metodologia acolhedora e interdisciplinar que adota no cuidado aos acolhidos.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico voltado à coleta do referencial teórico e normativo, incluindo dispositivos legais como a Lei nº 13.840/2019, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal de 1988, com foco nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da função social do trabalho. Após esse levantamento, realizou-se a análise crítica do material e sua aplicação na elaboração das atividades práticas. No âmbito da execução, o projeto contemplou visitas presenciais à sede do Esquadrão da Vida, onde se desenvolveu a ação extensionista junto aos acolhidos da instituição. A atividade foi estruturada em dois momentos principais: uma palestra informativa e uma oficina prática. A palestra foi ministrada com linguagem acessível e adaptada ao perfil do público-alvo, utilizando exemplos concretos e analogias simples, buscando promover a identificação dos participantes com os temas abordados. Já a oficina foi desenvolvida de forma participativa, com momentos de escuta e orientação individualizada, a fim de construir currículos personalizados, valorizando as competências informais e experiências de vida dos participantes. O contato direto com os sujeitos da ação extensionista permitiu uma abordagem humanizada e sensível às singularidades do grupo.

Desenvolvimento

A iniciativa contou com uma palestra sobre direitos trabalhistas, abordando a Lei nº 13.840/2019, que reforça diretrizes para o tratamento e reinserção social de dependentes químicos. Também foram discutidos os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal, especialmente o direito ao trabalho como instrumento de emancipação pessoal e social. Ainda, destaca-se o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado Democrático de Direito, que assegura a todos, sem distinção, o direito à inclusão, à igualdade de oportunidades e ao respeito à condição humana. O momento da palestra gerou amplo engajamento dos acolhidos, que participaram ativamente com perguntas e relatos pessoais. Essa interação revelou a carência de informações jurídicas básicas por parte dos participantes, o que reforçou a relevância da atividade. Para além da palestra, foi realizada uma oficina de criação de currículos, com o intuito de instrumentalizar os participantes na construção de um documento profissional que refletisse suas habilidades e experiências, ainda que informais, ampliando, assim, suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Durante a oficina, foi possível perceber o quanto a ausência de orientação técnica inviabiliza a participação dos acolhidos em processos seletivos formais. Ao final da ação, foram confeccionados currículos personalizados, entregues em formato físico aos participantes. Com essas ações integradas, o projeto não apenas disseminou conhecimento, mas também proporcionou meios concretos para que os participantes vislumbrassem a possibilidade de conquistar autonomia, reconstruir suas trajetórias e restabelecer vínculos com o mundo do trabalho, frequentemente rompidos pela trajetória de uso abusivo de substâncias. A ação demonstrou, portanto, o impacto positivo da extensão universitária quando aliada ao compromisso social e ao diálogo com populações em situação de vulnerabilidade.

Conclusão

Em suma, conclui-se que, ao estimular a conscientização sobre os direitos trabalhistas e políticas públicas, em colaboração com o Esquadrão da Vida, o projeto não apenas promoveu a capacitação quanto às práticas de reinserção social, como também ampliou o acesso à informação e às oportunidades. A ação demonstrou que a informação jurídica, quando levada ao alcance das comunidades em situação de exclusão, pode se tornar uma ferramenta de transformação individual e coletiva.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 março 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Ministério da Cidadania assina termo de compromisso para capacitação profissional de dependentes químicos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-assina-termo-de-compromisso-para-capitacao-profissional-de-dependentes-quimicos>>. Acesso em: 19 março 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019**. Altera as Leis nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre medidas de tratamento e internação de dependentes químicos, e outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jun. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113840.htm>. Acesso em: 19 março 2025.

CRECAD. **Emprego e dependência química: seus direitos e como se reintegrar**. Disponível em: <<https://crecad.org.br/emprego-e-dependencia-quimica-seus-direitos-e-como-se-reintegrar/>>. Acesso em: 19 março 2025.

IMPACTOS DO TABAGISMO ELETRÔNICO ENTRE JOVENS E MEDIDAS LEGAIS

RODRIGUES, Erick Winner Moraes Sa¹; OLIVEIRA, Caio Andrade¹; GUSMÃO, João Victor Revert Souto Maia¹; MARINHO, José Simão¹; OLIVEIRA, Arthur Andrada¹; ALVES, João Pedro Fagundes¹; GARCIA, Maria Clara¹; RABELO, Victor Veloso².

¹Acadêmicos do curso de Direito da instituição UNIFIPMOC

²Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMOC

Introdução

1) Contextualização: Atualmente, observa-se no Brasil um crescimento significativo no uso de cigarros eletrônicos, especialmente entre adolescentes e jovens adultos. Este fenômeno é impulsionado, em grande medida, por uma percepção equivocada de que esses dispositivos são menos prejudiciais à saúde do que os cigarros convencionais. Essa crença se apoia em fatores como a ausência do cheiro característico da queima do tabaco, a variedade de sabores e aromas artificiais, e a ampla divulgação publicitária com apelo visual e linguístico voltado para o público jovem. Ademais, cabe salientar também que o cigarro eletrônico é proibido pela legislação brasileira.; **2) Objetivos:** Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo principal promover a conscientização de jovens e adolescentes sobre os riscos associados ao uso dos cigarros eletrônicos, por meio de uma abordagem educativa, reflexiva e científica. Busca-se, assim, fornecer informações relevantes e acessíveis sobre os malefícios causados por esse hábito, combatendo a desinformação amplamente disseminada. Além disso, pretende-se investigar como o uso desses dispositivos tem afetado a saúde física e mental dos usuários, bem como compreender os fatores sociais e culturais que influenciam sua adoção, a fim de contribuir com a construção de estratégias preventivas mais eficazes dentro do ambiente escolar e da comunidade em geral.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo e intervenção, foi organizada uma palestra educativa com foco na conscientização sobre os riscos do uso de cigarros eletrônicos. A metodologia adotada consistiu em uma abordagem multimodal e participativa, com o objetivo de facilitar o engajamento dos estudantes e ampliar sua compreensão crítica sobre o tema. O evento contou com a utilização de diversos recursos didáticos e audiovisuais, incluindo a apresentação de slides explicativos, vídeos com conteúdo informativo e conscientizador, além do relato de experiências pessoais de ex-usuários de cigarros eletrônicos, que contribuíram para ilustrar os impactos concretos do vício em diferentes aspectos da vida. Para complementar a abordagem teórica, foi aplicado um questionário por meio da plataforma Google Forms, elaborado com o intuito de identificar o grau de exposição dos estudantes ao uso desses dispositivos, suas percepções sobre os riscos envolvidos e suas motivações pessoais ou sociais para o consumo. As respostas obtidas permitiram traçar um panorama preliminar da realidade enfrentada pelos alunos, oferecendo dados relevantes para análise e discussão posterior. A palestra foi direcionada aos estudantes do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, contando com a participação de aproximadamente 150 alunos, reunidos no auditório da escola. A atividade teve uma duração aproximada de 30 minutos e foi conduzida pelos alunos participantes do Projeto de Extensão.

Desenvolvimento

Durante a realização da experiência, foi possível constatar de forma evidente os efeitos prejudiciais provocados pela falta de informação entre jovens e adolescentes acerca do uso de cigarros eletrônicos. Além disso, identificaram-se os prejuízos associados ao consumo precoce desses dispositivos, agravados pela ausência de fiscalização efetiva por parte dos órgãos competentes quanto à comercialização desse tipo de produto. Sob esse enfoque, é importante destacar que a inexistência de uma regulamentação rígida facilita o acesso indiscriminado de adolescentes aos cigarros eletrônicos, o que potencializa a exposição precoce à nicotina e a outras substâncias nocivas. Essa exposição pode levar ao desenvolvimento de dependência química em uma fase crucial do amadurecimento físico e psicológico, comprometendo significativamente a saúde e o desenvolvimento integral desses indivíduos. A acessibilidade ao produto, muitas vezes associada à ausência de barreiras legais e à omissão dos mecanismos de controle e fiscalização, representa um fator de risco direto à juventude. Outro aspecto que se mostrou relevante durante a experiência diz respeito à estratégia de marketing empregada por fabricantes e vendedores desses dispositivos. Observou-se que muitas embalagens são elaboradas com apelos visuais infantis, como personagens de desenhos animados, cores vibrantes e formatos atrativos, o que contribui para a associação do produto a algo inofensivo ou até mesmo lúdico. Essas estratégias publicitárias visam claramente ao público jovem e contrastam fortemente com a abordagem adotada para os cigarros convencionais, que, por força de regulação, apresentam embalagens com imagens de advertência explícita sobre os danos à saúde, além de mensagens de alerta obrigatórias. A intervenção educativa realizada no contexto da experiência mostrou-se eficaz em alcançar seu principal objetivo, que consistia em oferecer uma nova perspectiva aos participantes, sobretudo àqueles que até então compreendiam o cigarro eletrônico apenas como uma “fumaça com sabor”. A ação possibilitou uma reflexão crítica acerca do uso desses dispositivos, ampliando o conhecimento dos jovens sobre os riscos reais associados ao seu consumo. Muitos passaram a reconhecer os danos potenciais do produto, compreendendo que, apesar da aparência menos agressiva, o cigarro eletrônico representa uma ameaça concreta à saúde pública. Ainda assim, verificou-se que parte dos participantes demonstrou resistência em aceitar que o cigarro eletrônico possa, em certos aspectos, ser mais prejudicial do que o cigarro tradicional. Essa percepção equivocada se sustenta, em parte, pela falsa noção de que os dispositivos eletrônicos seriam menos tóxicos por não envolverem a combustão de tabaco. No entanto, é fundamental esclarecer que muitos desses dispositivos contêm concentrações significativamente mais elevadas de nicotina — substância altamente viciante — em comparação aos cigarros convencionais. Agravando-se essa situação pelo fato de que os cigarros

eletrônicos, em grande parte, não são submetidos à fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou de qualquer outro órgão regulador, o que permite a circulação de produtos com composição química desconhecida e potencialmente mais danosa. Em síntese, a experiência evidenciou não apenas a vulnerabilidade da juventude diante da desinformação e do apelo comercial, como também a urgência da atuação estatal para regulamentar e fiscalizar o comércio de cigarros eletrônicos. É imperativo que se adotem medidas de controle mais rigorosas, associadas a campanhas de conscientização, a fim de proteger os adolescentes dos riscos do vício precoce e garantir seu desenvolvimento em condições mais seguras e saudáveis.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Este trabalho teve como foco a análise do crescimento do uso de cigarros eletrônicos entre jovens e adolescentes, evidenciando os riscos à saúde, a influência de propagandas atrativas e a ausência de fiscalização por parte dos órgãos competentes. A intervenção realizada, por meio de uma palestra educativa, demonstrou-se eficaz na promoção da conscientização dos estudantes, proporcionando uma nova compreensão sobre os perigos associados a esses dispositivos. A atividade permitiu esclarecer informações equivocadas, como a falsa ideia de que os cigarros eletrônicos são menos prejudiciais do que os convencionais. Além disso, evidenciou-se que fatores como o fácil acesso ao produto, a falta de regulamentação e o marketing visualmente apelativo contribuem para o início precoce do consumo entre adolescentes. A experiência reforça a importância de ações educativas no ambiente escolar como instrumentos fundamentais de prevenção, capazes de ampliar o senso crítico e promover escolhas mais saudáveis. Conclui-se, portanto, que a intervenção cumpriu seu papel de forma relevante, contribuindo para a formação de uma consciência mais informada e responsável entre os jovens participantes.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão à Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, pela disponibilidade do espaço físico e todo o suporte logístico oferecido para a realização da palestra. Agradecemos especialmente à coordenação pedagógica e à equipe diretiva da escola, pelo incentivo constante e pela colaboração ativa, fundamentais para o êxito da atividade e o engajamento dos alunos participantes. Estendemos nossos agradecimentos ao professor Victor Veloso Rabelo, cuja orientação e contribuição intelectual foram indispensáveis para o planejamento e execução do projeto. Sua dedicação e apoio pedagógico enriqueceram significativamente todas as etapas do trabalho, desde a elaboração do conteúdo até a realização da intervenção. Por fim, registramos nosso agradecimento a todos os alunos que participaram ativamente da palestra, contribuindo com suas opiniões, relatos e interesse pelo tema abordado. A troca de experiências proporcionada durante a atividade foi essencial para alcançar os objetivos propostos e fortaleceu ainda mais o propósito de promover uma educação transformadora, voltada à saúde e à cidadania.



Figura 1. Pautas do slide que foram usadas na palestra.



Figura 2. Método usado para interagir com os alunos, esse código levava os alunos a uma enquete para responder perguntas sobre o tema.

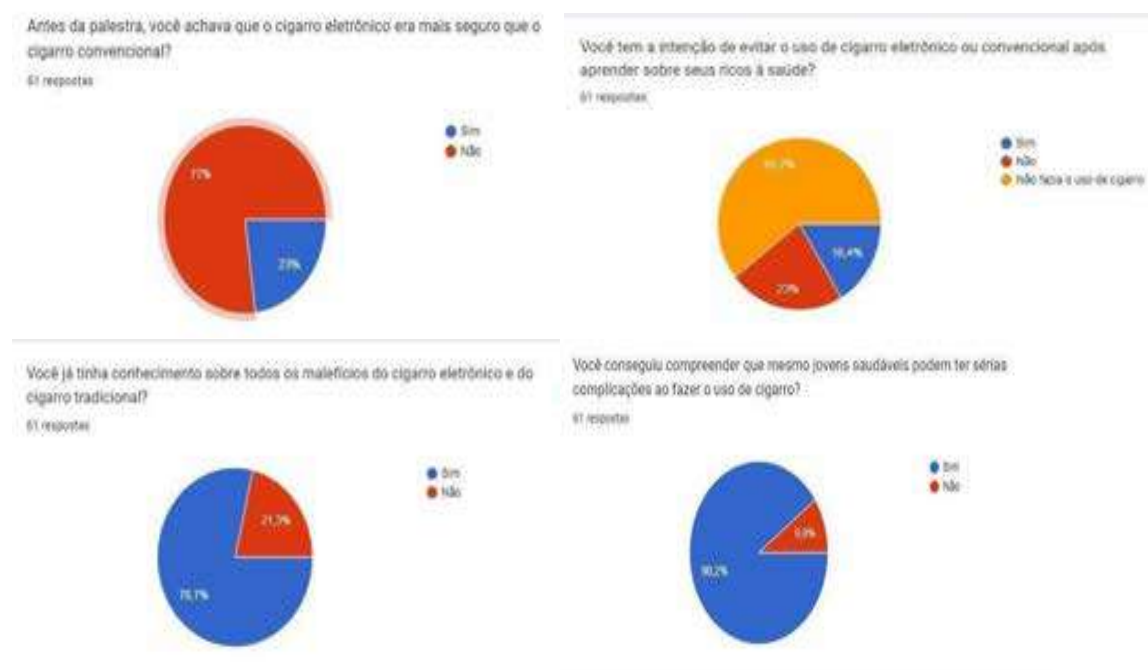


Figura 3. Resultados da pesquisa feita com os alunos.

Referências

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 46, de 28 de agosto de 2009*. Proíbe a comercialização, importação e propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar.
- GONIEWICZ, M. L. et al. Nicotine levels in electronic cigarettes. *Nicotine & Tobacco Research*, v. 15, n. 1, p. 158–166, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE CâNCER. *Cigarro eletrônico: o que sabemos?* Rio de Janeiro: INCA, 2022.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). *Cigarros eletrônicos: os perigos do consumo e os mitos sobre os dispositivos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Electronic Nicotine Delivery Systems and Electronic Non-Nicotine Delivery Systems (ENDS/ENNDS)*. Geneva: WHO, 2020.

DIREITOS TRABALHISTAS E REINserÇÃO SOCIAL: CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PARA DEPENDENTES QUÍMICOS

DOMICIANO, Bruna Laís da Silva; FERREIRA, Taylla Aparecida Alves; MAGALHÃES, Melissa Soares; OLIVEIRA, Bianca Pimenta; SILVA, Lavínia Pinheiro; TELES, Maria Fernanda Diamantino. ¹

RABELO, Victor Veloso. ²

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UNIFIPMoc Afya.

² Professor do Curso de Direito da UNIFIPMoc Afya.

Introdução

A dependência química desponta como uma das questões mais prementes da contemporaneidade, exigindo a articulação entre políticas governamentais e instrumentos jurídicos que promovam tanto a prevenção quanto a reabilitação e reinserção desses indivíduos. A dependência química acarreta uma condição de vulnerabilidade social que exige respostas que vão além da esfera da saúde, alcançando também os âmbitos social, educacional e jurídico. Nesse sentido, o projeto se alinhou ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, em especial o item 3.5, que prevê o fortalecimento de ações voltadas à reintegração social de pessoas em situação de vulnerabilidade devido ao abuso de substâncias, especialmente no que tange ao acesso ao trabalho e ao exercício da cidadania. Desse modo, o presente projeto teve como objetivo promover a conscientização de dependentes químicos em processo de reabilitação, abordando aspectos da legislação e programas de reinserção no mercado de trabalho. Visou-se, com isso, contribuir para a reintegração desses sujeitos à sociedade, por meio do fortalecimento de sua autoestima, da ampliação de sua autonomia e do conhecimento de seus direitos. Para tanto, a iniciativa foi desenvolvida em parceria com o Esquadrão da Vida, projeto de impacto social que atua na reabilitação de indivíduos afetados pela dependência química no município de Montes Claros – MG, com sede situada na zona rural da cidade de Francisco Sá – MG. A escolha da instituição se justifica não apenas por sua relevância no cenário local, mas também pela metodologia acolhedora e interdisciplinar que adota no cuidado aos acolhidos.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico voltado à coleta do referencial teórico e normativo, incluindo dispositivos legais como a Lei nº 13.840/2019, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Constituição Federal de 1988, com foco nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da função social do trabalho. Após esse levantamento, realizou-se a análise crítica do material e sua aplicação na elaboração das atividades práticas. No âmbito da execução, o projeto contemplou visitas presenciais à sede do Esquadrão da Vida, onde se desenvolveu a ação extensionista junto aos acolhidos da instituição. A atividade foi estruturada em dois momentos principais: uma palestra informativa e uma oficina prática. A palestra foi ministrada com linguagem acessível e adaptada ao perfil do público-alvo, utilizando exemplos concretos e analogias simples, buscando promover a identificação dos participantes com os temas abordados. Já a oficina foi desenvolvida de forma participativa, com momentos de escuta e orientação individualizada, a fim de construir currículos personalizados, valorizando as competências informais e experiências de vida dos participantes. O contato direto com os sujeitos da ação extensionista permitiu uma abordagem humanizada e sensível às singularidades do grupo.

Desenvolvimento

A iniciativa contou com uma palestra sobre direitos trabalhistas, abordando a Lei nº 13.840/2019, que reforça diretrizes para o tratamento e reinserção social de dependentes químicos. Também foram discutidos os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal, especialmente o direito ao trabalho como instrumento de emancipação pessoal e social. Ainda, destaca-se o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado Democrático de Direito, que assegura a todos, sem distinção, o direito à inclusão, à igualdade de oportunidades e ao respeito à condição humana. O momento da palestra gerou amplo engajamento dos acolhidos, que participaram ativamente com perguntas e relatos pessoais. Essa interação revelou a carência de informações jurídicas básicas por parte dos participantes, o que reforçou a relevância da atividade. Para além da palestra, foi realizada uma oficina de criação de currículos, com o intuito de instrumentalizar os participantes na construção de um documento profissional que refletisse suas habilidades e experiências, ainda que informais, ampliando, assim, suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Durante a oficina, foi possível perceber o quanto a ausência de orientação técnica inviabiliza a participação dos acolhidos em processos seletivos formais. Ao final da ação, foram confeccionados currículos personalizados, entregues em formato físico aos participantes. Com essas ações integradas, o projeto não apenas disseminou conhecimento, mas também proporcionou meios concretos para que os participantes vislumbassem a possibilidade de conquistar autonomia, reconstruir suas trajetórias e restabelecer vínculos com o mundo do trabalho, frequentemente rompidos pela trajetória de uso abusivo de substâncias. A ação demonstrou, portanto, o impacto positivo da extensão universitária quando aliada ao compromisso social e ao diálogo com populações em situação de vulnerabilidade.

Conclusão

Em suma, conclui-se que, ao estimular a conscientização sobre os direitos trabalhistas e políticas públicas, em colaboração com o Esquadrão da Vida, o projeto não apenas promoveu a capacitação quanto às práticas de reinserção social, como também ampliou o acesso à informação e às oportunidades. A ação demonstrou que a informação jurídica, quando levada ao alcance das comunidades em situação de exclusão, pode se tornar uma ferramenta de transformação individual e coletiva.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 março 2025.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. Ministério da Cidadania assina termo de compromisso para capacitação profissional de dependentes químicos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-assina-termo-de-compromisso-para-capitacao-profissional-de-dependentes-quimicos>>. Acesso em: 19 março 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019**. Altera as Leis nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para dispor sobre medidas de tratamento e internação de dependentes químicos, e outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jun. 2019.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113840.htm>. Acesso em: 19 março 2025.

CRECAD. **Emprego e dependência química: seus direitos e como se reintegrar**. Disponível em: <<https://crecad.org.br/emprego-e-dependencia-quimica-seus-direitos-e-como-se-reintegrar/>>. Acesso em: 19 março 2025.

RECONHECIMENTO PESSOAL NO PROCESSO PENAL: RISCOS DE CONDENAÇÕES INJUSTAS

Emilly Victória Campos Alves ¹; Junilton Carvalho de Souza ¹; Samara Martins Oliveira ¹; Victória Borges Feitosa.
¹ Acadêmicos do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução

No presente estudo é abordado sobre o tema Reconhecimento Pessoal No Processo Penal: Riscos De Condenações Injustas. Inicialmente, é importante destacar que o presente relato tem como objetivo analisar os riscos associados à utilização do reconhecimento pessoal nas fundamentações de decisões, tendo em vista sua corriqueira contribuição para condenações injustas. Assim, com base nesta pesquisa, tem se observado em alguns casos a falha no procedimento adequado para realizar esses procedimentos, como a ausência prévia de descrição do suspeito, a não colocação do conhecido ao lado de pessoas semelhantes, a falibilidade da memória. Essas práticas têm levado ao reconhecimento de pessoas inocentes, sendo elas condenadas de forma injusta. Nesse contexto, o tema abordado foi objeto de análise crítica dos riscos associados ao reconhecimento pessoal quando este é realizado em desacordo com o procedimento legal previsto, com especial atenção para a possibilidade de condenações injustas decorrentes de falibilidade da memória. O que possibilitou o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o sistema de justiça penal, compreendendo os impactos sociais humanos e erros judiciais, bem como integrando teoria e prática do Direito. Ao abordar essas questões, o trabalho destaca a relevância da análise crítica do reconhecimento pessoal no processo penal, evidenciando como esse meio de prova, quando mal aplicado, pode levar a graves injustiças, incluindo condenações de pessoas inocentes. A discussão se mostra essencial para o aperfeiçoamento das garantias processuais, a proteção dos direitos fundamentais e a busca por um sistema de justiça penal mais seguro, imparcial e fundamentado em provas confiáveis.

Métodos

Este estudo consiste em projeto de extensão com finalidade educacional e social, contendo como público-alvo estudantes do curso de Direito, sociedade e profissionais da área. A ação perdurou pelo prazo de quatro dias. O estudo se debruçou na análise do reconhecimento de pessoas no processo penal brasileiro, a fim de contribuir para o debate acadêmico e jurídico sobre o reconhecimento de pessoas, bem como promover a reflexão sobre as práticas atuais. Além disso, foram analisados casos emblemáticos de erros judiciários decorrentes desse meio de prova e jurisprudências que evidenciaram a falibilidade do reconhecimento de pessoas, o que contribuiu para uma reflexão ampla e concreta dessa ferramenta usada no processo penal brasileiro. A pesquisa do tema se mostra relevante tanto para profissionais da área e estudantes quanto para a sociedade, uma vez que são abordados assuntos que refletem na garantia da justiça, nos direitos humanos e na confiabilidade do sistema jurídico e decisões judiciais.

Desenvolvimento

O reconhecimento pessoal consiste em um meio de prova no qual uma pessoa, vítima ou testemunha de um crime, é convidada para descrever uma pessoa por ela vista em um contexto passado e confirmar se há uma relação de identidade com aquela que se apresenta no momento, criando-se, assim, um critério de identidade entre a percepção passada e uma presente. Esse procedimento poderá ser executado na fase preliminar da investigação ou na persecução criminal. Nota-se, portanto, a necessidade do reconhecimento de pessoas como meio de prova, visto a sua importância, já que auxilia na busca da verdade real, ao possibilitar a identificação de possíveis envolvidos em delitos criminosos. Entretanto, esse meio de prova demonstra fragilidades, pois se trata de uma ação que depende exclusivamente de lembranças do acontecimento por parte de vítimas ou testemunhas oculares. No tocante à mente humana, esse ponto demonstra-se muito sensível, pois, esta, mesmo com toda a sua complexidade, é suscetível à distorções, influências externas e limitações de memória. Ademais, a forma como autoridades conduzem esse procedimento pode afetar diretamente na descrição feita pela vítima, dando margem a erros e equívocos. Nesse sentido, por meio da pesquisa, foi possível observar que o reconhecimento de pessoas retrata certa vulnerabilidade, não só pela falibilidade da memória humana, visto que esta não é uma reprodução fiel dos eventos, mas, também, pela forma como é conduzido pelas autoridades, caso não observado corretamente o trâmite legal. Por isso, a utilização do reconhecimento de pessoas como prova requer muito cuidado, de modo que pode atingir um direito intrínseco ao ser humano que é a liberdade e afastar a imputação criminal do verdadeiro autor do delito. Entretanto, é notável a frequência de enganos provocados pela utilização desse meio de prova, o que torna esse mecanismo falível no âmbito do processo penal. Ademais, um outro ponto a ser observado é a seletividade penal, uma vez que os estereótipos e preconceitos faz com que determinados grupos sociais, especialmente os mais vulneráveis, sejam alvos das ações do sistema de justiça criminal, ou até mesmo o *cross race effect*, que se refere à tendência das pessoas de reconhecer com mais precisão os rostos de indivíduos de sua própria raça ou etnia em comparação com os rostos de pessoas de raças, ou etnias diferentes. Esses aspectos psicossociais são resultantes de estigmas impostos por parte da sociedade, atribuindo, mesmo que de forma inconsciente, características específicas a indivíduos de forma a estabelecer a sua categoria. Dessa forma, a partir desses estereótipos criminais, a sociedade predispõe um modelo de julgamentos universais o qual confere características e atributos de indivíduos às práticas de determinados fatos delituosos. O Código de Processo Penal em seu artigo 226 disciplina as instruções de como deverá ocorrer o processo de reconhecimento. Contudo, ainda há divergências jurisprudenciais acerca da admissibilidade ou não do reconhecimento de pessoas quando não é seguido o procedimento legal. Assim, esse procedimento é constantemente ignorado, sendo visto como uma mera recomendação. Pois, embora exista a previsão legal e jurisprudência no sentido de seguir o procedimento disciplinado no Código de Processo Penal, nota-se a resistência dos tribunais em segui-lo, tendo em vista a absolvição de condenados por meio de processos constando o reconhecimento de pessoas em desconformidade com os requisitos previstos no código. Outrossim, ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi submetido, por repercussão geral, o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1467470, no qual será apreciado se o reconhecimento pessoal em processo penal tem validade de prova para definir a autoria de um crime quando o procedimento não seguir o que está

disciplinado no Código de Processo Penal. A decisão proferida pelo STF, nesse ARE, deverá ser seguida pelas demais instâncias do Judiciário em casos semelhantes. Desta maneira, por ser o reconhecimento de pessoas uma ferramenta essencial na identificação de criminosos, a sua eficácia depende do cumprimento das normas estabelecidas pelo Código de Processo Penal, pois esses procedimentos são previstos para garantir o respeito à dignidade da pessoa humana, assim como o princípio do devido processo legal. Por fim, com a análise realizada foi possível compreender como a condenação fundamentada exclusivamente no reconhecimento pessoal acarreta em condenações equivocadas e injustas, o que proporcionou uma análise crítica sobre o tema, tendo em vista que esta é essencial para o aprimoramento das práticas profissionais no âmbito jurídico, exigindo a observância das formalidades legais, bem como contribuiu para conscientização social sobre as limitações e riscos que esse procedimento apresenta, corroborando para aplicação da lei penal de forma mais equânime.

Conclusão/ Considerações finais

Compreende-se que o presente trabalho apresenta uma análise bibliográfica fundamentada sobre reconhecimento pessoal no processo penal, trata-se de um tema de grande relevância e que envolve diversos riscos, dentre elas a possibilidade de condenar alguém injustamente. A análise permitiu não apenas o entendimento dos aspectos jurídicos e legais envolvidos, mas também uma visão crítica sobre os riscos de erro possíveis decorrente da falibilidade das testemunhas por questões temporal, intrínseca e consequentemente, psíquicas. Além de que, o artigo 226 do Código Processo Penal e as decisões do Supremo Tribunal Federal, com a ADI 1467470, corroboram a importância do respeito aos direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana com intuito de garantir um processo justo, célere e equitativo. No tocante a seletividade, é nítida a vulnerabilidade na aplicação da lei penal, restando a uma análise mais consistente para evitar injustiças e consequentemente condenação indevidas. A análise bibliográfica sobre o assunto, associada aos conceitos teóricos de direito processual penal, proporcionou uma reflexão mais crítica, especialmente no que se refere à proteção dos direitos fundamentais, à observância do devido processo legal e à busca pela efetividade processual. Esse conhecimento é primordial para a formação de futuros operadores do direito que, em última instância, serão responsáveis por garantir a justiça e a equidade nos processos criminais. Ademais, a concretização do projeto promoveu uma troca significativa de conhecimentos, capacitando os alunos com habilidades técnicas aprimoradas e desenvolvendo suas competências de argumentação crítica e análise jurídica. Esse papel é primordial para o fortalecimento da segurança jurídica e da confiança da sociedade no sistema de justiça. Em conclusão, o trabalho atinge plenamente seu propósito educacional e social, proporcionando uma visão mais aguçada com foco na possível implementação de técnicas forenses sofisticadas de identificação com mitigação dos riscos de condenação injusta. A pesquisa contribui para a formação de uma visão crítica e fundamentada sobre o direito penal e processual penal, preparando os futuros juristas para lidarem com os desafios e responsabilidades de suas carreiras.

Agradecimentos

Desejamos expressar nossos agradecimentos a todos que direto ou indiretamente contribuíram para a elaboração e conclusão do presente trabalho.

Referências

LOSCHI, Sabrina Novais. Peculiaridades do Reconhecimento de Pessoas e Necessidade de Reforma do Código de Processo Penal. Disponível em: <https://ri.unipac.br/repositorio/wp-content/uploads/taianac-items/282/115417/Sabrina-Novaes-Loschi.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2025.

SOUZA, Maria Eduarda Lima Queiroz de. O Reconhecimento de Pessoas como Meio de Prova no Processo Penal Brasileiro: Aperfeiçoamento do Procedimento para Reduzir o Risco de Erros Judiciários. Disponível em: <https://repositorio.ufm.br/server/api/core/bitstreams/a0093a7b-9451-4b7a-984a-91cfd773c537/content>. Acesso em: 18 de maio de 2025.

AÇÃO MONITÓRIA NO CPC/15: EFEITOS DA PROVA ESCRITA SEM EFICÁCIA EXECUTIVA

¹OLIVEIRA, Joanny Gonçalves de

¹SILVA, Maria Vitória Alves da

¹VASCO, Sandy Cristina Souza

²PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas

¹Acadêmicas do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

²Professora do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

Introdução

A presente pesquisa, discute o exame do procedimento monitorio à luz do art. 700 e seguintes do Código de Processo Civil (CPC), com foco na simplificação processual e no aproveitamento da prova documental. A ação monitoria “Trata-se de ação de rito especial, promovida por quem possui prova escrita (ou reduzida a escrita), mas sem eficácia executiva (p. ex., cheque prescrito), de qualquer obrigação (de pagar, entregar coisa fungível ou infungível ou fazer).” (Vezzoni, Marina. 2016, n.p). O estudo tem por objetivo analisar os efeitos da prova escrita sem eficácia executiva.

Métodos

Para melhor desenvolver o resumo, ele será dividido em quatro seções, sendo a primeira, a introdução, que aborda o conceito do tema, a segunda, sobre os métodos utilizados no resumo, a terceira sobre a prova escrita da ação monitoria e a quarta e última sobre as conclusões finais. Trata-se de um estudo exploratório e qualitativo, em que são utilizados os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental e o método de abordagem dedutivo, com enfoque na análise de doutrinas que abordem sobre a ação monitoria, a partir do Código de Processo Civil de 2015.

Desenvolvimento

A ação monitoria, “Regulada entre os arts. 700 e 702 do CPC, é um procedimento especial, que permite, ao credor, a rápida formação do título executivo judicial.” (Ribeiro, Marcelo. 2024 p.498). É possível observar que, em divergência ao rito comum da ação monitoria, o rito especial, vislumbra na ausência de resposta do réu, a formação do título executivo judicial, fundada em prova escrita, que comprova o crédito pelo credor. A ação monitoria devidamente fundamentada em prova escrita, deverá basear-se em nos requisitos legais dispostos nos artigos. 319 e 320 do CPC. No que tange a decisão nas ações monitorias, não discorre sobre a existência do crédito pleiteado pelo demandante, ela limita-se apenas na admissibilidade, ou seja, o juízo não analisa a existência do crédito mas sim os requisitos formais da ação. Além disso, “Deve apenas avaliar e concluir, em cognição sumária, pautada pela probabilidade, se os requisitos foram todos seguidos. Na prática, isso significa dizer que o juízo deve verificar a correspondência da inicial com o art. 700 do CPC.” (Ribeiro, Marcelo. 2024 p.500).

Conclusão

Diante ao exposto, nota-se que a ação monitoria é um procedimento que visa garantir a simplificação processual que permite, ao credor a rápida formação do título executivo judicial, com base em prova escrita sem eficácia executiva. Conclui-se, que o objetivo central foi atingido, tendo em vista que foram expostos os principais aspectos da ação monitoria a luz do art. 700 e seguintes do Código de Processo Civil, com base na simplificação processual e no aproveitamento documental.

Referências

VEZZONI, Marina. **Direito Processual Civil**. 2. ed. Barueri: Manole, 2016. *E-book*. p.151. ISBN 9788520447956.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520447956/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Processo Civil: Procedimentos Especiais - 17ª Edição 2024**. 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. pág.83. ISBN 9786553629370. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629370/>. Acesso em: 11 de maio. 2025.

RIBEIRO, Marcelo. **Processo Civil - 4ª Edição 2024**. 4.ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. *E-book*. pág.498. ISBN

9788530995379. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995379/>. Acesso em: 14 de maio. 2025.

TABAGISMO ELETRÔNICO: IMPACTOS E NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO PÚBLICA

Carla Victória Freitas Rodrigues¹; Flávia Tolentino Lopes Pinheiro¹; Giulia Flávio Pereira Nobre¹; Maria Eduarda Matos Ruas¹; Rayssa Dias de Souza¹; Victor Veloso Rabelo²

¹Acadêmica do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc - Afya

² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc – Afya

Introdução

O uso de cigarros eletrônicos intensificou-se de maneira notável durante o período da pandemia da COVID-19, impulsionado pelo confinamento em ambientes fechados, pela crescente vulnerabilidade psicológica da população e pelo aumento dos níveis de estresse emocional, segundo MALTA *ET AL.* (2021). Paralelamente, a ampla disponibilidade desses dispositivos por meio de plataformas digitais, aliada a estratégias de publicidade altamente persuasivas, contribuiu significativamente para o aumento do consumo, especialmente entre adolescentes e jovens. Desde então, o tabagismo eletrônico tem gerado sérias preocupações, tanto no campo da saúde pública, quanto no âmbito jurídico. Essa preocupação decorre dos impactos negativos à saúde associados ao uso dos dispositivos eletrônicos, os quais incluem, doenças respiratórias, como a EVALI - “*E-cigarette or Vaping product use-Associated Lung Injury*” - “Lesão Pulmonar Associada ao Uso de Cigarro Eletrônico ou Vaporizadores”, que eclodiu na mesma época do Coronavírus, segundo Miranda *et al.* (2023), complicações cardiovasculares e o aumento do risco de diversos tipos de câncer. Ademais, há também o aromatizante diacetil, encontrado nos líquidos dos cigarros eletrônicos, cujo uso está associado a uma doença pulmonar grave chamada bronquiolite obliterante, popularmente conhecida como “pulmão de pipoca”. Um estudo publicado pela *Canadian Medical Association Journal* (2019), relatou um caso da doença em um jovem de 17 anos que fazia uso de *vape*. Do ponto de vista normativo, vale destacar que a comercialização desses produtos é vedada no território nacional, conforme disposto na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 46/2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que explicita em seu *caput*: “Proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico.”, segundo a ANVISA (2009). Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de maior visibilidade e aprofundamento do debate sobre o tema, sobretudo no campo jurídico, a fim de subsidiar políticas públicas que assegurem a proteção da saúde coletiva. O objetivo principal da proposta em questão, é promover a conscientização com ênfase no público de jovens e adolescentes, acerca dos riscos associados ao consumo do tabagismo eletrônico, alertando para as consequências que seu uso pode ocasionar ao longo do tempo.

Material e Métodos

A presente intervenção, foi realizada na Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, situada na Avenida Mestra Fininha, nº 1225, bairro Jardim São Luiz, no município de Montes Claros/MG. A atividade foi direcionada aos estudantes do 1º ano do Ensino Médio. A metodologia empregada teve caráter qualitativo e educativo, com foco na conscientização e na promoção da saúde por meio de abordagem interdisciplinar entre Direito, saúde pública e cidadania. A apresentação do conteúdo foi feita por meio de material expositivo digital relacionado ao uso do cigarro eletrônico. Ademais, com o objetivo de aferir o conhecimento prévio e posterior dos alunos sobre o tema, foi aplicado um quiz interativo. As respostas colhidas possibilitaram uma reflexão crítica sobre a percepção dos jovens a respeito dos riscos do *vaping*.

Desenvolvimento

A partir da intervenção realizada na instituição de ensino indicada, observou-se um panorama relevante acerca do comportamento dos adolescentes em relação ao uso de cigarros eletrônicos. O questionário interativo aplicado durante a atividade (elaborado e conduzido por acadêmicos do curso de Direito) teve como objetivo aferir dados estatísticos e provocar a reflexão crítica dos alunos quanto aos impactos do tabagismo eletrônico. Dentre os 61 estudantes participantes da pesquisa, 39,4% afirmaram fazer uso do cigarro eletrônico, o que evidencia uma taxa considerável de adesão ao *vaping* no ambiente escolar, mesmo diante da vedação legal à comercialização e à propaganda desses produtos em território nacional. O dado evidencia não apenas a fragilidade da fiscalização e a baixa efetividade das políticas públicas de prevenção voltadas à juventude, mas também ressalta como é fundamental que o Direito atue de forma integrada com outros campos do conhecimento, como a saúde e a educação. Ainda segundo os dados obtidos, 16,4% dos alunos que declararam fazer uso desses dispositivos manifestaram, após a palestra, a intenção de interromper o consumo. Esse índice, embora inicial, demonstra a eficácia da abordagem educativa e informativa no processo de conscientização dos jovens, especialmente quando acompanhada de uma contextualização jurídica clara sobre os riscos e proibições legais que envolvem o tabagismo eletrônico. Complementarmente, o retorno institucional foi positivo: de acordo com o feedback fornecido pela coordenação pedagógica da escola, a apresentação conseguiu reter a atenção dos alunos, provocando interesse e participação ativa ao longo da atividade. Assim, os resultados obtidos indicam não apenas a relevância do tema em si, mas também a necessidade de fortalecer mecanismos educativos e legais que enfrentem, de forma efetiva, o avanço do uso de dispositivos eletrônicos para fumar entre adolescentes.

Conclusão

A intervenção realizada no ambiente escolar evidenciou, por meio de dados empíricos, a expressiva adesão de adolescentes ao uso de cigarros eletrônicos, em contrariedade às normas sanitárias vigentes. A constatação de que 39,4% dos alunos participantes afirmaram fazer uso desses dispositivos, evidencia a banalização da prática entre os jovens, além de expor a fragilidade das atuais políticas de controle e fiscalização. Ainda assim, o fato de que 16,4% dos usuários declararam a intenção de abandonar o uso após a exposição ao conteúdo apresentado demonstra o potencial transformador de iniciativas educativas e preventivas. Isso reforça a importância de ações de conscientização jurídica e de saúde pública, especialmente quando voltadas a públicos vulneráveis, como adolescentes em formação. A atuação dos acadêmicos de Direito, ao conduzir a atividade de forma crítica e acessível, mostrou-se eficaz na promoção de conhecimento e no estímulo à reflexão sobre os aspectos legais e sociais do tabagismo eletrônico. Assim, conclui-se que o enfrentamento desse fenômeno demanda não apenas medidas repressivas, mas também uma abordagem educativa contínua, fundamentada em princípios constitucionais como o direito à saúde, à informação e à proteção integral da juventude.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Diretoria colegiada. **Resolução-RDC n. 46/2009, de 28 de agosto de 2009**. Proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico. Brasília, 2009. Disponível em: <https://tabaco.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/001426.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

MIRANDA, A. G. L.; BEZERRA, C. M. F. M. de C.; SOARES, G. S.; LIMA, E.; WEBER, M. E. S.; LIMA, J. B.; RODRIGUES, V. L.; SANTOS, D. W. dos. A PANDEMIA E A EPIDEMIA: A ascensão do cigarro eletrônico meio aos problemas respiratórios causados pela covid-19. *Revista de Estudos Multidisciplinares UNDB*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.undb.edu.br/index.php/rem/article/view/34>. Acesso em: 13 maio 2025.

LANDMAN, S. T. *et al.* Life-threatening bronchiolitis related to electronic cigarette use in a Canadian youth. *Canadian Medical Association Journal*. Acesso em: 13 maio 2025.

MALTA, Deborah Carvalho; GOMES, Crizian Saar; JÚNIOR, Paulo Roberto Borges De Souza; SZWARCOWALD, Celia Landmann; BARROS, Marilisa Berti De Azevedo; MACHADO, Ísis Eloah; ROMERO, Dalia Elena; LIMA, Margareth Guimarães; SILVA, Alanna Gomes Da; PRATES, Elton Junio Sady; CARDOSO, Laís Santos De Magalhães; DAMACENA, Giseli Nogueira; WERNECK, André Oliveira; SILVA, Danilo Rodrigues Pereira Da; AZEVEDO, Luiz Otávio. Fatores associados ao aumento do consumo de cigarros durante a pandemia da COVID-19 na população brasileira. *SciELO Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Ldk3Ppq7Q4bSHt4TmthTyKh>. Acesso em: 13 maio 2025.

CIDADANIA FISCAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PALESTRA PROMOVIDA PELA LIGA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA UNIFIPMOC

FIGUEIREDO, Maria Rita Parrela 1; SILVA, Leni Maria Pereira da 1; OLIVEIRA, Helen Cristiany Pimenta de 2.
1 Acadêmica do curso de Direito da instituição UnifipMoc
2 Professor do curso Direito da instituição UnifipMoc

Introdução

A formação acadêmica jurídica deve ir além dos limites da sala de aula, incorporando experiências que estimulem o pensamento crítico, a interdisciplinaridade e a conexão entre teoria e prática. Nesse contexto, a Liga Acadêmica de Direito Tributário (LET) em parceria com o curso de Direito do Centro Universitário FIPMoc (UnifipMoc), promoveu uma palestra de cunho técnico-científico voltada, especialmente, aos discentes matriculados no 9º período do referido curso. O evento contou com a participação do Delegado da Receita Federal, Sr. Filipe Araújo Florêncio, que proferiu a palestra intitulada **“Reflexões Práticas e Técnicas sobre Cidadania Fiscal”**, abordando aspectos relevantes da atuação cidadã no cumprimento das obrigações tributárias, bem como elementos técnicos da administração fiscal no contexto brasileiro. O evento teve como principais objetivos contribuir para o aprimoramento da formação acadêmica dos discentes do curso de Direito, por meio da abordagem de temas relevantes e atuais relacionados à cidadania fiscal e à atuação da Receita Federal do Brasil. Buscou-se promover a integração entre a teoria jurídica e a prática fiscal, proporcionando aos estudantes uma visão concreta da aplicação dos princípios do Direito Tributário no contexto da administração pública. Além disso, o encontro teve por finalidade fomentar a consciência crítica e cidadã dos acadêmicos, ressaltando a importância do cumprimento das obrigações tributárias como mecanismo de justiça fiscal e instrumento de desenvolvimento social. A atividade também visou estimular o diálogo entre a comunidade acadêmica e profissionais atuantes na área tributária, ampliando o repertório prático dos alunos por meio da experiência compartilhada pelo Delegado da Receita Federal.

Métodos

A metodologia adotada para a realização do evento consistiu na realização de uma palestra expositiva dialogada, conduzida por profissional com notório saber na área tributária. A exposição teve como base uma abordagem técnico-prática, com foco em reflexões sobre cidadania fiscal, mecanismos de arrecadação, obrigações tributárias e o papel do contribuinte na manutenção da justiça fiscal. O formato da palestra permitiu a interação com o público, por meio da abertura para perguntas e considerações ao final da apresentação, promovendo a troca de experiências e o esclarecimento de dúvidas pertinentes à temática. A atividade foi realizada de forma presencial, com controle de frequência dos participantes e registro institucional, garantindo a validação da carga horária para fins de atividades complementares.

Desenvolvimento

O evento de extensão foi realizado de forma presencial no Auditório do Centro Universitário FIPMoc (UnifipMoc), no dia 08 de Maio de 2025, contando com a participação dos discentes do 9º período do curso de Direito, além de acadêmicos de outros períodos, docentes da instituição, acadêmicos da Unimontes, advogados, contadores e demais interessados, visto que a atividade foi aberta ao público externo. A atividade contou com a presença de 184 participantes, frequência registra em livros de ponto. A mesa de abertura contou com a presença da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização da UnifipMoc, Professora Dra. Daniela Araújo Veloso Popoff, que ressaltou a importância de iniciativas acadêmicas voltadas à formação cidadã e tributária. Também esteve presente o Professor Farley Soares Menezes, docente da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Coordenador do VI Congresso de Direito Tributário e Financeiro, que, na ocasião, realizou convite oficial aos presentes para participação no referido congresso. A atividade foi organizada pela Liga Acadêmica de Direito Tributário (LET), sob a coordenação da Professora Dra. Helen Cristiany Pimenta de Oliveira, e teve como ponto central a palestra ministrada pelo Delegado da Receita Federal, Sr. Filipe Araújo Florêncio, intitulada **“Reflexões Práticas e Técnicas sobre Cidadania Fiscal”**. A exposição tratou de temas relevantes do sistema tributário nacional, associando fundamentos jurídicos a experiências práticas da administração fiscal, com enfoque na responsabilidade cidadã e na função social dos tributos. Ao final da palestra, foi aberto espaço para interação e esclarecimento de dúvidas, promovendo o diálogo entre o palestrante e os participantes. A atividade teve duração de 4 (quatro) horas-aula e foi certificada como atividade complementar, conforme regulamento do curso de Direito da UnifipMoc. Além disso, coube aos acadêmicos matriculados no 9º período a elaboração de relatório sobre o conteúdo explanado. O mesmo foi entregue ao professor da disciplina de Direito Tributário via canvas.

Conclusão/ Considerações finais

O evento contribuiu significativamente para a formação cidadã e tributária dos participantes, promovendo o diálogo entre teoria e prática. A experiência reforça o papel da extensão na construção do saber jurídico crítico e aplicado.

Agradecimentos

Agradecer ao palestrante o Delegado da Receita Federal, Sr. Filipe Araújo Florêncio, que abordou o tema **“Reflexões Práticas e Técnicas sobre Cidadania Fiscal”**.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya- LET (Liga de Estudos Tributários)

Referências

CARVALHO, Paulo de Barros. 3. ed. Direito tributário – linguagem e método. São Paulo: Noeses, 2020.

MELLO, Elizabete Rosa de Direito fundamental a uma tributação justa / Elizabete Rosa de Mello. -- São Paulo: Atlas, 2013.

TORRES, Ricardo Lobo. Os direitos humanos e a tributação – imunidades e isonomia. Rio de Janeiro: Renovar, 2014



Figura 1: Foto dos membros da LET juntamente com o palestrante e com o Prof. da Unimontes Farley Soares Menezes



Figura 2: Foto do auditório no dia da palestra

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR CIGARROS ELETRÔNICOS

Luiza Muniz e Parrela¹; Ayeska Souza Martins¹; André Maia Castro e Abreu¹; Maria Eduarda Barral Nunes Xavier¹; Gustavo Miglio Freire¹; Victor Veloso Rabelo²

¹Acadêmica do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc - Afya

² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc – Afya

Introdução

O tabagismo, especialmente com o uso de cigarros eletrônicos (também conhecidos como *vapes*), têm crescido exponencialmente entre os jovens. Apesar da comercialização ser proibida, de acordo com a Operação “Fumus Iuris” da Receita Federal (Brasil, 2025), a venda dos *vapes* movimentou cerca de R\$7,5 bilhões por ano no Brasil. Logo, é possível observar que o cenário atual é de descontrole das vendas, especialmente no que se trata do público jovem, mas também é importante analisar a responsabilidade civil daqueles que comercializam e tiram proveito econômico de um produto que gera tantas consequências negativas em seus usuários. Para tanto, a realização da ação de intervenção social na Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, em Montes Claros/MG, protagonizada pelos alunos do terceiro período de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc-Afya, tem por objetivo a conscientização e redução do consumo de cigarros eletrônicos, especialmente dentro do ambiente escolar, e destacar a responsabilidade civil daqueles que vendem esses produtos à menores de idade.

Material e Métodos

Nesse sentido, para a execução do Projeto de Extensão, com cunho educativo, os alunos do terceiro período de Direito da UNIFIPMoc-Afya, em comum acordo com a Coordenação da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, foram até a instituição na manhã do dia 29/04/2025 e realizaram uma palestra de 50 minutos, de conscientização para os alunos do primeiro ano do ensino médio, que muitas vezes, podem ser o público alvo daqueles que visam influenciar adolescentes negativamente, e encaminhá-los ao fácil acesso ao tabagismo. Nessa palestra, foram apresentadas as consequências imediatas e extensivas do uso dos cigarros eletrônicos, especialmente pelo público jovem. Também foram apresentados relatos pessoais, que mostraram os perigos não só físicos, como psicológicos e emocionais, da dependência inerente a esses agentes. Além disso, foi realizada uma pesquisa através da plataforma Google Forms, após a palestra, em que os alunos do primeiro ano do ensino médio relataram se já haviam tido contato com cigarros eletrônicos, se já fizeram uso desta substância, e se haviam entendido a proporção dos efeitos negativos dos *vapes*. Nesse sentido, o objetivo da conscientização se mostra na redução da compra e consumo dos cigarros eletrônicos por esses adolescentes, que na medida em que deixam de consumir, deixam também de financiar o comércio de um produto ilícito que gera lucro indevido a seus comerciantes. Assim, a palestra e o questionário trabalhados com os alunos do primeiro ano do ensino médio, demonstraram o sucesso da ação, na medida que a interação dos estudantes demonstrou a atenção prestada ao que estava sendo repassado a eles. Ainda, o vídeo “Um Vídeo sobre as Drogas! (Animação)” que foi transmitido durante a palestra, fez com que os estudantes pudessem visualizar, de forma lúdica, as consequências do abuso de substâncias.

Desenvolvimento

A partir da intervenção realizada com os alunos do primeiro ano do ensino médio, foi possível observar uma significativa mudança na percepção dos estudantes em relação ao uso de cigarros eletrônicos. Antes da ação educativa, muitos acreditavam que esses dispositivos não continham nicotina ou tabaco, o que os tornaria menos prejudiciais à saúde ou até mesmo inofensivos. Essa falsa crença, aliada ao fácil acesso a tais produtos, favorecia a naturalização do consumo entre os jovens. Contudo, com a realização da palestra e a exposição de informações fundamentadas cientificamente, os alunos puderam compreender que os cigarros eletrônicos podem trazer consequências graves à saúde, muitas vezes superiores às causadas por outros derivados do tabaco, como doenças pulmonares e respiratórias. A partir desse esclarecimento, observou-se não apenas uma mudança de postura (marcada pelo desestímulo ao consumo), mas também um despertar para a cidadania ativa. Muitos estudantes demonstraram interesse em denunciar a comercialização ilegal desses produtos, que ocorre sem qualquer critério regulatório e sem advertências adequadas sobre os riscos à saúde. Esse resultado evidencia a importância da conscientização como estratégia de prevenção, alinhando-se ao que defende Moreto (2005), ao afirmar que o conhecimento crítico é um dos principais instrumentos de transformação de comportamentos. A intervenção, portanto, contribuiu não só para a formação individual dos alunos, mas também para o fortalecimento de atitudes coletivas em defesa da saúde pública e do cumprimento da legislação vigente.

Conclusão

Portanto, conclui-se que apesar da popularização dos cigarros eletrônicos entre os jovens, é essencial a implementação de políticas públicas e projetos que desencorajem o uso do tabaco e seus derivados, especialmente nas escolas e outras instituições de ensino. Também é crucial reforçar a fiscalização e a penalização de práticas ilegais relacionadas à venda e comercialização de *vapes*.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal realiza **Operação Fumus Iuris em várias capitais do Brasil** nesta quarta-feira (7/5). Brasília: Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/Maio/receita-federal-realiza-operacao-fumus-iuris-em-varias-capitais-do-brasil-nesta-quarta-feira-7-5>. Acesso em: 18 maio 2025.

CANAL DO CORTELLA. **O tempo e a vida**. YouTube, 29 nov. 2019. 5 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k8TWJTIEG_s. Acesso em: 20 maio 2025.

GARCIA, Gustavo Nunes; FETER, Natan; FETER, Jayne; CAPUTO, Eduardo Lucia; ROMBALDI, Airton José. **Associação entre o uso de cigarro eletrônico com sintomas de ansiedade e depressão em adultos no sul do Brasil**. Anais do XXVI ENPÓS - Encontro de Pós-Graduação, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2024/CS_06814.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

A TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE E O RISCO DE IRREVERSIBILIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES NO CPC/15.

XAVIER, Isabela Ramos¹; VELOSO, Loren Freitas²; ARAÚJO, Mariana Quadros³; RIBEIRO, Sarah Gabriele⁴; PESSATTO, Valdinei Luízes;

¹Acadêmicos do curso de Direito UnifipMoc;

²Andressa Mendes de Freitas Pinheiro Professora do curso do curso de Direito UnifipMoc.

Introdução

A presente pesquisa tem por escopo analisar a aplicação prática da tutela antecipada em caráter antecedente, prevista nos termos do art. 303 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), frisando os requisitos e os limites legais advindos da irreversibilidade dos efeitos da tutela supra. A aludida medida em caráter antecipado, representa relevante instrumento processual designado para a efetivação do direito material quando comprovado perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. O trabalho visa trazer à baila reflexões em relação aos requisitos para a concessão da tutela antecipada em caráter antecedente e a controvérsia em torno da irreversibilidade dos seus efeitos. Destaca-se analisar e refletir os acerca da legislação e os entendimentos majoritários das jurisprudências e doutrinas, especialmente em decisões dos Órgãos superiores, em relação à irreversibilidade dos efeitos da medida. O objetivo central é promover uma análise crítica a respeito do tema, com base nos casos práticos, contribuindo para o aperfeiçoamento das questões teóricas e práticas no tocante à tutela antecipada antecedente.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, com abordagem bibliográfica e jurisprudencial. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito educacional e jurídico, com foco na reflexão crítica sobre o tema “A tutela antecipada antecedente e o risco de irreversibilidade: limites e possibilidades no CPC/15”, voltado principalmente a alunos do curso de Direito, a pesquisa também buscou atingir o público acadêmico em geral e operadores do direito interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a temática. Teve como objetivos principais promover a capacitação teórica e prática sobre o uso da tutela antecipada em caráter antecedente, estimular o pensamento crítico sobre a efetividade da prestação jurisdicional em situações de urgência, além de incentivar a análise jurisprudencial e doutrinária sobre o tema. A relevância da pesquisa está na sua contribuição para a formação crítica e aprofundada dos estudantes, bem como para a disseminação de conhecimento jurídico relevante e atual. Dessa forma, a produção e submissão do resumo expandido foi utilizada como instrumento de aferição do aproveitamento dos conteúdos debatidos e do engajamento dos participantes com a temática abordada.

Desenvolvimento

A tutela antecipada se apresenta como mecanismo jurídico que tem por finalidade resguardar os direitos da parte diante de situações urgentes, ainda que não haja todos os elementos presentes para a propositura da demanda principal completa, tendo em vista a necessidade de decisão judicial imediata. Contudo, apesar dos elementos imprescindíveis para o seu deferimento, o §3º do artigo 300 do CPC/15 apresenta uma vedação expressa que impede a concessão da tutela antecipada nos casos em que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão judicial. Geralmente, o que se busca nos casos de tutela provisória antecipada em caráter antecedente, baseia-se em um direito de tamanha importância que prevalece em relação à irreversibilidade. Porém, a tutela provisória antecipada antecedente apresenta riscos, considerando que o processo poderá ter decisão diversa do esperado. Significando a possibilidade de mudanças no decorrer do processo. “Nada obstante, por basear-se na probabilidade, não significa que a tutela se torne definitiva, imutável, mas apenas estável, de sorte que a parte prejudicada com a medida poderá, se for de seu interesse, ingressar com um processo com a finalidade de provar, de maneira mais profunda, a inexistência ou a improcedência da demanda estabilizada” (VESSONI; AMORIM, 2016, p. 32). Caso se verifique que o autor não possui razão, a concessão da tutela antecipada torna-se inviável quando houver risco de irreversibilidade, especialmente diante da impossibilidade de restituição ou de indenização ao réu pelos prejuízos eventualmente causados. Essa limitação visa resguardar a segurança jurídica no contexto da tutela antecipada antecedente, diante do risco de danos irreparáveis ou de difícil reparação. A tutela provisória antecipada em caráter antecedente, constitui importante instrumento processual atribuído à efetivação imediata de direitos em situações de urgência. Entretanto, a sua concessão exige criteriosa análise dos pressupostos legais, especialmente quanto à existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e à probabilidade do direito alegado. Segundo o parágrafo 3º do artigo 300 do CPC/15, a tutela antecipada não será permitida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Trata-se de uma limitação fundamental, que pretende preservar a segurança jurídica e evitar danos irreparáveis ou de difícil reparação à parte contrária. Assim, o parágrafo e artigo citado, tem como finalidade conciliar o direito à tutela de urgência com o resguardo da legalidade.

Conclusão/ Considerações finais

Contudo, determinadas circunstâncias tornam esse risco de irreversibilidade mais evidente, como ocorre nos casos que envolvem pedidos de demolição de imóveis tombados. O tombamento confere ao bem proteção jurídica especial, reconhecendo-lhe valor histórico e cultural de interesse coletivo. A eventual concessão de tutela antecipada para autorizar a demolição de imóvel nessas condições configura medida de extrema gravidade, cujos efeitos são, na prática, permanentes e irreversíveis. Dessa forma, a análise da tutela antecipada em caráter antecedente deve considerar os critérios de urgência e também os riscos envolvidos na medida pleiteada, especialmente quando houver repercussão sobre bens jurídicos de natureza pública.

Agradecimentos

A realização deste artigo é fruto de um intenso processo de estudo, pesquisa e reflexão coletiva. Agradecemos, primeiramente, aos nossos professores do oitavo período do curso de Direito, cujos ensinamentos e orientações foram fundamentais para a compreensão crítica do tema da tutela antecipada e de sua irreversibilidade. Estendemos nossa gratidão à instituição de ensino, por oferecer o ambiente propício à construção do conhecimento jurídico e por incentivar a produção acadêmica comprometida com o rigor técnico e com a relevância prática. Agradecemos também aos colegas de turma, pela troca de ideias, debates enriquecedores e apoio mútuo ao longo da elaboração deste trabalho. Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste artigo, nossos sinceros agradecimentos.

Referências

ALVIN, Eduardo Arruda; **GRANADO**, Daniel Willian; **FERREIRA**, Eduardo Aranha. Direito Processual Civil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VESSONI, Marina; **AMORIM**, José Roberto Neves. Direito processual penal. 2. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manoel, 2016. (Coleção Sucesso: Concursos e OAB).

A ORIGEM DA SÍNDROME DE ESTOCOLMO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

JÚNIOR, Jardel Enio Alves de Freitas¹; SILVEIRA, Maria Victória Leite da¹; PIMENTA, Roney Augusto Dias¹. VIEIRA, Vânia Ereni Lima².

1 Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

2 Professora do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

Introdução

A Síndrome de Estocolmo é um fenômeno psicológico complexo que se manifesta quando vítimas de situações extremas, como sequestros ou abusos, desenvolvem sentimentos positivos em relação aos seus agressores. Esse vínculo, que à primeira vista parece contraditório, tem despertado interesse de estudiosos da psicologia e de profissionais das áreas de segurança e saúde mental. O termo ganhou notoriedade a partir de um caso ocorrido em 1973, em Estocolmo, na Suécia, no qual reféns demonstraram afeto e solidariedade pelos sequestradores, gerando perplexidade e levando à formulação de novas interpretações sobre os mecanismos de defesa psíquica em situações traumáticas. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar o caso que originou o conceito da Síndrome de Estocolmo, identificar os fatores psicológicos que favorecem o surgimento desse comportamento e discutir sua relevância para a compreensão das relações de poder e submissão em contextos de violência e vulnerabilidade.

Métodos

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza básica, e foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e documental. Para a construção do referencial teórico, foram consultados livros, artigos científicos e fontes eletrônicas confiáveis, com foco na contextualização histórica do caso ocorrido em Estocolmo e na conceituação psicológica da síndrome. O estudo também se fundamenta na análise de produções acadêmicas que discutem os mecanismos emocionais e cognitivos envolvidos na formação de vínculos afetivos com agressores. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de compreender o fenômeno em sua complexidade, promovendo uma reflexão crítica que contribua para a atuação de profissionais da psicologia, do serviço social, da segurança pública e demais áreas que lidam diretamente com vítimas de violência ou privação de liberdade.

Desenvolvimento

O que é a Síndrome de Estocolmo?

A Síndrome de Estocolmo é caracterizada pela criação de laços afetivos entre uma vítima e o agressor, mesmo quando a vítima está sob ameaça ou violência. Esse comportamento ocorre principalmente em situações de sequestro, cárcere privado ou abusos prolongados. Embora o termo seja popular, ele não aparece oficialmente em classificações médicas como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Mesmo assim, é muito utilizado para explicar certos comportamentos de vítimas que demonstram empatia ou até proteção em relação aos seus sequestradores. Para alguns especialistas, essa reação é uma forma de adaptação ao medo, funcionando como uma tentativa inconsciente de garantir a própria sobrevivência.

O caso do banco Kreditbanken:

O termo "Síndrome de Estocolmo" surgiu após um sequestro que aconteceu entre os dias 23 e 28 de agosto de 1973, na cidade de Estocolmo, capital da Suécia. O assaltante, Jan-Erik Olsson, tentou roubar o banco Kreditbanken e, ao ser surpreendido pela polícia, fez quatro reféns: três mulheres e um homem. Durante o sequestro, Olsson exigiu que seu amigo, Clark Olofsson, também criminoso, fosse levado até o banco para ajudá-lo. As autoridades aceitaram, acreditando que isso poderia resolver a situação. O que chamou a atenção foi a relação que se desenvolveu entre os reféns e os sequestradores. Mesmo estando sob ameaça, os reféns passaram a demonstrar confiança e até simpatia por eles. Em uma das situações, uma refém chegou a pedir ao primeiro-ministro sueco que não autorizasse uma ação violenta da polícia, pois temia pela vida dos sequestradores. Depois de cinco dias, a polícia invadiu o banco usando gás lacrimogêneo e libertou todos os reféns, que saíram ilesos. O mais surpreendente foi que, após o fim do sequestro, as vítimas se recusaram a testemunhar contra os sequestradores e, em alguns casos, chegaram a visitá-los na prisão e arrecadar dinheiro para suas defesas.

A criação do termo

O psiquiatra Nils Bejerot, que auxiliou a polícia durante o sequestro, observou o comportamento inesperado das vítimas e foi o primeiro a descrevê-lo como um fenômeno psicológico. Ele criou a expressão "Síndrome de Estocolmo" para explicar esse tipo de vínculo afetivo que surge entre vítimas e agressores. Com o tempo, o termo se espalhou e passou a ser usado em diversas áreas, principalmente na psicologia, criminologia e também na mídia, para explicar casos semelhantes.

Como a síndrome funciona

De acordo com estudos, existem alguns fatores que favorecem o desenvolvimento da Síndrome de Estocolmo: A vítima percebe uma ameaça real à sua vida; o agressor demonstra, em algum momento, atos de aparente gentileza; a vítima fica isolada e depende exclusivamente do agressor; o tempo de exposição ao sequestro ou abuso é significativo e esses elementos criam um ambiente em que a vítima começa a perceber o agressor não só como uma ameaça, mas também como alguém que, de certa forma, garante sua sobrevivência.

Casos famosos e a presença na cultura popular

Depois do caso de Estocolmo, vários outros episódios foram analisados sob a perspectiva dessa síndrome. Um exemplo conhecido é o de Patty Hearst, nos Estados Unidos, sequestrada em 1974 e que acabou participando das ações do grupo que a sequestrou.

Além disso, a Síndrome de Estocolmo é frequentemente retratada na cultura popular. Filmes como "A Bela e a Fera", séries como "La Casa de Papel" (com a personagem Estocolmo) e o próprio filme "Stockholm" (2018), que dramatiza o caso original, são exemplos de como esse fenômeno psicológico é explorado na ficção.

Conclusão/ Considerações finais

A Síndrome de Estocolmo surgiu a partir de um caso real e continua despertando interesse, tanto na área acadêmica quanto na cultura popular. Apesar de não ser oficialmente reconhecida como um transtorno psiquiátrico, é uma explicação importante para entender certos comportamentos humanos em situações extremas. O estudo desse fenômeno permite refletir sobre a complexidade das relações humanas e os mecanismos de defesa que podem surgir em situações de ameaça. Compreender a Síndrome de Estocolmo é fundamental para profissionais que atuam no atendimento a vítimas de sequestros e abusos, contribuindo para abordagens mais sensíveis e eficazes.

Referências

- A&E TELEVISION NETWORKS. **Biography of Jan-Erik Olsson**. Biography. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.biography.com/crime-figure/jan-erik-olsson>. Acesso em: 28 maio 2025.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL ESCOLA. **Síndrome de Estocolmo**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/sindrome-de-estocolmo.htm>. Acesso em: 28 maio 2025.
- CRIME MUSEUM. **The History of Stockholm Syndrome**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.crimemuseum.org/crime-library/stockholm-syndrome/>. Acesso em: 28 maio 2025.
- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA. **Stockholm syndrome**. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Stockholm-syndrome>. Acesso em: 28 maio 2025.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Síndrome de Estocolmo: o que é, sintomas e como identificar**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/sindrome-de-estocolmo>. Acesso em: 28 maio 2025.
- PINA, Álex (Criador). **La Casa de Papel. [Série de televisão]**. Espanha: Vancouver Media; Antena 3; Netflix, 2017–2021.
- STEVENSON, Robert Budreau (Direção). **Stockholm**. [Filme]. Canadá: Darius Films, 2018.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: UMA ABORDAGEM TRANSFORMADORA PARA O SISTEMA PENAL BRASILEIRO

DURÃES, Daniel Almeida¹; FERREIRA, Tainá dos Santos¹; PINHEIRO, Milena Alencar¹; ROCHA, Bernardo Ruas¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita².

¹Acadêmicos do curso Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

²Professora do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução

A crise do sistema penal brasileiro tem sido amplamente debatida nas últimas décadas, impulsionada pelo crescimento exponencial da população carcerária e pela ineficiência dos métodos tradicionais de punição. Com a ascensão da chamada "Era dos Direitos" e a promulgação da Constituição Federal de 1988, emergiram discussões sobre temas como o ciclo do crime e a redução da maioridade penal, evidenciando a necessidade de repensar a lógica punitivista que rege o sistema de justiça criminal no Brasil. Nesse contexto, a justiça restaurativa desponta como uma alternativa viável, pautada na reparação do dano e na reintegração social, tanto do infrator quanto de sua família. Nesse viés, a justiça restaurativa enquanto mecanismo de responsabilização, propõe uma mudança paradigmática na forma como se lida com o crime e seus impactos sociais. Fundamentada no reconhecimento da dignidade humana e na necessidade de pertencimento social, essa abordagem busca proporcionar ao infrator não apenas a responsabilização por seus atos, mas também a oportunidade de reconstrução de seus vínculos comunitários. Tal perspectiva é especialmente relevante no contexto juvenil, uma vez que jovens em situação de vulnerabilidade frequentemente não encontram espaços de reconhecimento e pertencimento por meio da educação, do esporte ou da cultura, fatores que podem levá-los à inserção no ciclo da criminalidade (Zehr, 2008). Um exemplo emblemático dessa abordagem ocorreu em 2022, no Paraná, quando um jovem que roubou os celulares de duas jovens nas ruas de Curitiba participou de um processo restaurativo. Durante o círculo restaurativo, o infrator reconheceu o impacto de suas ações, pediu desculpas e, como forma de reparação, entregou pizzas às vítimas. (Delgado, 2022). Esse caso demonstrou que, por meio do diálogo e da empatia, é possível alcançar soluções mais eficazes e satisfatórias para todas as partes envolvidas. Este trabalho tem como objetivo explorar os aspectos positivos da aplicação da Justiça Restaurativa e sua compatibilidade com o ordenamento jurídico brasileiro, analisando sua aplicabilidade em crimes de menor e maior potencial ofensivo. Além disso, busca-se compreender o empoderamento da vítima e o fortalecimento comunitário, bem como os modelos e as formas de prática da Justiça Restaurativa. Por conseguinte, propõem-se reflexões acerca dos impactos e das implicações relacionados à resistência institucional e cultural.

Material e Métodos

Trata-se de pesquisa exploratória. A metodologia empregada neste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e comparativa entre a Justiça Restaurativa e a Justiça Retributiva, com enfoque nas disposições do artigo 59 do Código Penal e legislações complementares que tratam das práticas restaurativas no Brasil. As técnicas de pesquisas utilizadas foram a bibliográfica e documental. Realizou-se uma revisão bibliográfica, consultando obras de referência como Zehr (2008), Pelizzoli (2016) e Silva (2021), além de artigos acadêmicos e publicações especializadas. Essa abordagem nos permitiu explorar as diferentes interpretações do conceito de "Justiça Restaurativa" e a proporcionalidade da resposta ao crime, possibilitando uma compreensão crítica sobre a aplicação das penas no contexto brasileiro. A pesquisa jurisprudencial constituiu outro pilar metodológico importante, através da coleta e análise de acórdãos e decisões dos tribunais brasileiros, buscando identificar padrões nas interpretações acerca da Justiça Restaurativa e seu impacto na dosimetria da pena. Examinamos também documentos internacionais, como a Resolução 2002/12 da ONU, que estabelece princípios básicos para utilização de programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal.

Desenvolvimento

Historicamente, o Brasil consolidou um modelo punitivista desde o período imperial. O Código Criminal de 1830 já refletia uma cultura de repressão penal, perpetuada ao longo dos séculos e que contribuiu significativamente para o atual quadro de encarceramento em massa. De acordo com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), o Brasil ocupa a terceira posição no ranking mundial de população carcerária, um reflexo da adoção de políticas de endurecimento penal que pouco contribuem para a ressocialização dos indivíduos. (Camimura, 2025). Essa tradição punitiva impõe desafios à implementação de modelos alternativos de justiça, como a justiça restaurativa, que propõe uma abordagem mais humanizada e eficaz na resolução de conflitos. O artigo 59 do Código Penal Brasileiro estabelece que o juiz deve fixar a pena conforme seja "necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime". (Brasil, 1940). Essa disposição abre espaço para questionamentos sobre a eficácia do modelo retributivo tradicional, especialmente considerando os altos índices de reincidência e a superlotação carcerária. É nesse contexto que a Justiça Restaurativa emerge como alternativa, focando na reparação dos danos e na reintegração social do ofensor. Conforme explica Carvalho, Rodrigues e Souza (2023), a Justiça Restaurativa pode ser compreendida como um conjunto de práticas que busca a responsabilização, a reparação dos danos e a reintegração social através do diálogo entre os envolvidos no conflito. Diferencia-se fundamentalmente da Justiça Retributiva, que se concentra na punição proporcional ao delito cometido, seja através da privação de liberdade ou de multa.

Howard Zehr (2008), um dos pioneiros da Justiça Restaurativa, afirma que essa abordagem não se resume ao perdão, à reconciliação ou à mediação de conflitos, tampouco foi criada com o objetivo principal de reduzir a reincidência ou substituir o encarceramento. Antes, busca oferecer uma estrutura alternativa para compreender e lidar com o crime. Um caso paradigmático ocorrido no Paraná ilustra o potencial transformador da Justiça Restaurativa no sistema penal brasileiro. Um homem sem antecedentes criminais que roubou dois aparelhos celulares em 2016, utilizando um simulacro de arma de fogo,

foi absolvido após participar de um processo restaurativo. Ao invés de enfrentar uma pena de reclusão de quatro a dez anos por roubo qualificado, ele pôde manter sua condição de réu primário e continuar trabalhando como pizzaiolo para sustentar seus quatro filhos. As vítimas, duas jovens que eram adolescentes na época do crime, tiveram voz ativa no processo, participando da construção de uma solução que lhes trouxe não apenas reparação material, mas também emocional. O acordo estabelecido incluía a entrega de pizzas duas vezes por mês, com sabores escolhidos por elas, simbolizando uma forma criativa e personalizada de reparação (Delgado, 2022). A comunidade religiosa também foi beneficiada, com a entrega mensal de uma cesta básica para a Igreja Pentecostal Deus é Santo, ampliando o impacto positivo para além das partes diretamente envolvidas. Para a comunidade jurídica, o caso tornou-se um divisor de águas e uma referência para a aplicação da Justiça Restaurativa no Brasil, especialmente em ações penais. Como destacado pela procuradora de Justiça Samia Saad Gallotti Bonavides (apud Delgado, 2022), “as pessoas têm dificuldade [de aceitar] e chegam a questionar se está dentro da legalidade trabalhar com Justiça restaurativa no crime”. A implementação da Justiça Restaurativa neste caso enfrentou diversos obstáculos. A resistência cultural e institucional à aplicação de práticas restaurativas em casos criminais representou um desafio significativo. Outro desafio importante foi a necessidade de adaptar o processo durante a pandemia de COVID-19, com audiências que começaram presencialmente e tiveram que continuar virtualmente. A própria natureza do crime - roubo qualificado com uso de simulacro de arma de fogo - também representou um desafio, pois casos de crimes contra o patrimônio com violência raramente são encaminhados para práticas restaurativas no Brasil. (Delgado, 2022). O caso proporcionou aprendizados valiosos para todos os envolvidos. Um dos principais foi a confirmação prática de que a Justiça Restaurativa pode ser aplicada com sucesso mesmo em casos de crimes considerados graves pela legislação brasileira. Outro aprendizado importante foi a percepção de que a responsabilização pode ser mais efetiva quando construída de forma dialógica e voluntária. Como enfatizou o promotor de justiça Willian Lira de Souza (apud Delgado, 2022), “a responsabilização pela conduta é um dos pilares da Justiça restaurativa. Ou seja, ele tem que assumir sua parcela de responsabilidade”. A experiência também evidenciou a importância da criatividade na construção de acordos restaurativos. A solução encontrada foi personalizada e significativa para as partes envolvidas, demonstrando que a reparação pode ir além da compensação financeira convencional. O caso revelou ainda o valor do arrependimento genuíno e da iniciativa de reconciliação. A juíza responsável pelo caso, Danielle Nogueira Mota Comar, aprendeu a identificar oportunidades para aplicação da Justiça Restaurativa mesmo em fases avançadas do processo judicial, mostrando que nunca é tarde para buscar uma solução restaurativa. Do ponto de vista acadêmico, este caso representa um estudo valioso sobre a aplicação prática de teorias restaurativas em um contexto de crime patrimonial com violência. A sentença, que faz referência à obra “Os Miseráveis” de Victor Hugo, estabelece um diálogo entre direito e literatura, demonstrando como referências culturais podem enriquecer o pensamento jurídico e humanizar a aplicação da lei. Do ponto de vista da transformação social, o caso evidencia como a Justiça Restaurativa pode romper o ciclo de violência e punição do sistema penal tradicional. Como destacou a juíza, trata-se de “um exemplo vivo de como a Justiça Restaurativa pode ser instrumento de mudança, não só dos envolvidos diretamente no fato, como também da comunidade que os circunda” (Comar apud Delgado, 2022). O caso reforça a importância da formação de profissionais sensíveis a abordagens restaurativas, alinhando-se às diretrizes da ONU e à Resolução 225 do CNJ (2016), que regulamenta a prática no Brasil. Na prática judicial, a Justiça Restaurativa tem potencial para transformar a narrativa processual, permitindo que o Ministério Público considere a participação do acusado como demonstração de arrependimento e que a defesa aponte esse envolvimento como indicativo de ressocialização, reduzindo a necessidade de penas mais severas.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Diante do caso analisado, no qual a magistrada Danielle Comar optou pela aplicação da justiça restaurativa em vez da punição tradicional, evidencia-se, na prática, o que foi discutido ao longo desta reflexão: o sistema penal convencional, marcado por encarceramento em massa e marginalização, falha em promover a verdadeira reintegração social. A iniciativa restaurativa adotada — com diálogo, responsabilização e reparação do dano — não apenas evitou a reincidência, como também fortaleceu os laços comunitários e proporcionou dignidade às partes envolvidas. O desfecho do caso confirma que a justiça restaurativa, longe de ser uma medida branda, é uma resposta eficaz e transformadora, capaz de superar o ciclo punitivo e construir soluções mais justas e humanas. Nessa conjuntura fática, o modelo de justiça restaurativa se destaca como uma opção promissora, pois, como discutido no artigo, oferece uma maneira mais humanizada, respeitosa e eficiente na resolução de conflitos. Assim, ao contrário de apenas impor punições, é essencial proporcionar reais oportunidades de reintegração social, assegurando que a resposta ao crime transcenda um ciclo de castigo, arrependimento e isolamento, contribuindo para uma sociedade mais justa e segura, representando uma evolução necessária na maneira de pensar e administrar a justiça e o Estado.

Agradecimentos

Agradecimentos a toda a equipe de docência da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), cujo apoio e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, agradecemos ao professor Guilherme Roedel Fernandez Silva, docente de Processo Penal e promotor de justiça em Montes Claros, por sua dedicação e pelos valiosos ensinamentos transmitidos ao longo do curso. Agradecemos também os colegas do oitavo período matutino do curso de Direito da Unimontes pelas discussões enriquecedoras e contribuições valiosas acerca da temática da Justiça Restaurativa. Agradecemos, especialmente, aos organizadores do Simpósio de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Unifipmoc – AFYA, pela oportunidade concedida de compartilhar o conhecimento adquirido.

Referências

- BRASIL. **Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.** Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 maio 2025.
- CAMIMURA, Lenir. **Plano Pena Justa prevê mais de 300 metas para levar dignidade a presos e presas no país.** Brasília: Agência CNJ de Notícias, 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/plano-pena-justa-preve-mais-de-300-metas-para-levar-dignidade-a-presos-e-presas-no-pais/#:~:text=Segundo%20o%20presidente%20do%20Conselho,mil%20pessoas%20privadas%20de%20liberdade>. Acesso em 10 maio 2025.
- CARVALHO, Robson Augusto Mata de; RODRIGUES, Mayara Mara Teixeira; SOUZA, Kariny Anselmo. **Concepções, princípios e valores da justiça restaurativa.** Revista Foco, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e631, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n1-003. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/631/523>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 225, de 31 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1433052024111467360a214a69b.pdf>. Acesso em 10 maio 2025.
- DELGADO, Malu. **Do roubo à pizza:** uma conquista para a Justiça restaurativa. Berlim/Bonn: Deutsche Welle Brasil, 2022. Disponível em: <https://amp.dw.com/pt-br/o-roubo-que-acabou-em-pizza-uma-conquista-para-a-justica-restaurativa-no-brasil/a-62082993>. Acesso em: 9 maio 2025.
- PELIZZOLI, Marcelo L. (org.). **Justiça Restaurativa:** caminhos da pacificação social. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Recife, PE: UFPE, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/175218/pdf/0?code=hlsrdoJUCRhhbk1cM/dCJQ+IAG5L9fNI1oqn3y8DijGJoZmDjBV3NcUvp5nHHb2rKvAMf6mupjFHfUd8L7335Q>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- SILVA, Fernanda Carvalho Dias de Oliveira. **A experiência e o saber da experiência da justiça restaurativa no Brasil:** Práticas, discursos e desafios. São Paulo: Blucher, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/214942/pdf/0?code=C1NzJL2uA3dSY2UBNIPEtKNFmwm+3N6vnE8miLH+T1agPRKbVA/LihRkMQ6GLBvj/x353iXxAlagTyOgK2T27AA>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: SUPERLOTAÇÃO, CONDIÇÕES DE VIDA E REINCIDÊNCIA

MOTA, Caio Luan Souza Mota ¹; MARQUES, Carla Munique De Jesus ¹; PAULA, Maria Victoria Soares De ¹; PINA, Layanne Beatriz Dos Santos ¹; VIEIRA, Vania Ereni Lima ².

¹ Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário Unifip/Moc/Afya

² Professor do curso de Direito Centro Universitário Unifip/Moc/Afya X

Introdução

O sistema prisional brasileiro encontra-se imerso em uma crise estrutural e funcional que compromete os fundamentos do Estado Democrático de Direito. A superlotação das unidades, a precariedade nas condições de vida dos detentos e os elevados índices de reincidência penal refletem um cenário incompatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da ressocialização e da proporcionalidade das penas. Diante desse contexto, a presente monografia propõe uma análise crítica da realidade carcerária no Brasil, evidenciando como o modelo de encarceramento em massa, aliado à ausência de políticas públicas eficazes, contribui para a violação dos direitos fundamentais dos presos e para a perpetuação do ciclo da criminalidade. O trabalho fundamenta-se na premissa de que o sistema penal brasileiro, ao negligenciar sua função ressocializadora, transforma a pena privativa de liberdade em mecanismo de exclusão social. Assim, discute-se a necessidade de adoção de medidas alternativas à prisão, como as penas restritivas de direitos, a justiça restaurativa, e o investimento em educação e reintegração social como formas de reconstrução de um modelo penal mais justo, humano e eficiente.

Métodos

A pesquisa desenvolvida possui abordagem qualitativa, natureza básica e adota como procedimentos técnicos a análise bibliográfica e documental. A investigação foi conduzida por meio do exame de obras doutrinárias relevantes no campo do Direito Penal e da Criminologia, além da legislação pertinente, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Também foram considerados dados oficiais disponibilizados por órgãos como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), com o intuito de contextualizar empiricamente a situação carcerária brasileira. A combinação desses elementos permitiu uma reflexão crítica acerca das falhas do sistema prisional e a proposição de alternativas que busquem garantir o respeito aos direitos fundamentais e a efetividade da função ressocializadora da pena.

Desenvolvimento

SUPERLOTAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

O Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o número de presos no país supera em muito a capacidade das unidades prisionais, gerando uma superlotação crônica. Essa realidade compromete não apenas a segurança interna das unidades, mas também impede a realização de atividades educativas, laborais e de assistência social e médica. Tal situação fere diretamente o artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assegura aos presos o respeito à integridade física e moral (Brasil, 1988). A política de encarceramento em massa, especialmente voltada para crimes patrimoniais e relacionados a drogas, é uma das principais causas da superlotação. A ausência de penas alternativas eficazes e a morosidade do Judiciário também contribuem para o acúmulo de detentos provisórios, que representam parcela significativa da população carcerária.

CONDIÇÕES DE VIDA NAS UNIDADES PRISIONAIS

As unidades prisionais brasileiras, em sua maioria, não oferecem condições mínimas de higiene, alimentação, saúde e segurança. Muitas celas são superlotadas, com ausência de ventilação adequada, acesso limitado a água potável e alimentação precária. A violação dos direitos humanos dentro do sistema prisional é uma constante, sendo reiteradamente denunciada por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Essas condições degradantes transformam os presídios em ambientes desumanos, o que contraria os objetivos ressocializadores da pena e, por consequência, amplia os índices de violência e revolta interna. Ademais, a presença de facções criminosas que dominam presídios em diversos estados agrava o cenário de insegurança e dificulta a atuação do Estado na promoção da ordem e na implementação de políticas públicas eficazes.

A REINCIDÊNCIA E A FALÊNCIA DA RESSOCIALIZAÇÃO

O sistema prisional brasileiro falha em um de seus objetivos primordiais: a ressocialização do apenado. A falta de acesso a educação, trabalho e assistência psicológica resulta em altos índices de reincidência, ou seja, o retorno ao crime após o cumprimento da pena. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estima-se que a reincidência no Brasil supere 70% em alguns estados. Esse número revela que o cárcere, em vez de reintegrar o preso à sociedade, contribui para sua marginalização e posterior retorno ao sistema penal. Além disso, o estigma social enfrentado pelos egressos do sistema prisional dificulta sua reinserção no mercado de trabalho, alimentando o ciclo da criminalidade e perpetuando a violência urbana.

PERSPECTIVAS DE REFORMA E ALTERNATIVAS AO ENCARCERAMENTO

A solução para os problemas do sistema prisional brasileiro não está apenas na construção de novas unidades prisionais. É necessário repensar o modelo punitivista atual e adotar políticas de desencarceramento, como a ampliação das penas alternativas (restritivas de direitos), a justiça restaurativa, o monitoramento eletrônico e o investimento em educação e inclusão social. O Supremo Tribunal Federal (STF) e o CNJ têm atuado nesse sentido, promovendo mutirões carcerários, audiências de custódia e medidas para reduzir o número de presos provisórios. No entanto, essas ações ainda são pontuais e enfrentam resistência política e institucional. É fundamental que haja uma atuação integrada entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da sociedade civil, para que se construa um sistema penal mais justo, eficiente e compatível com os direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O O sistema prisional brasileiro evidencia a falência de um modelo punitivista que, ao priorizar a segregação e o controle social, desconsidera os fundamentos constitucionais da dignidade da pessoa humana, da função ressocializadora da pena e da proporcionalidade. A superlotação carcerária, as condições degradantes de existência nas unidades prisionais e os alarmantes índices de reincidência penal revelam um quadro de desumanização e de ineficácia estrutural que compromete não apenas os direitos fundamentais dos apenados, mas também a segurança pública e a credibilidade do sistema de justiça criminal. A política de encarceramento em massa, alimentada por legislações penais seletivas e pela insuficiência de alternativas eficazes à prisão, agrava ainda mais as vulnerabilidades sociais e amplia as desigualdades. As unidades prisionais, transformadas em depósitos humanos, tornam-se espaços de reprodução da criminalidade, em vez de instituições voltadas à reeducação e reintegração social. Frente a esse cenário, é urgente uma reforma profunda e abrangente do sistema penal brasileiro. Essa reforma deve contemplar, prioritariamente, a adoção de penas alternativas, a consolidação de práticas de justiça restaurativa, o fortalecimento de políticas públicas voltadas à prevenção da criminalidade e a garantia de condições mínimas de existência digna no cumprimento da pena. A atuação articulada entre os Poderes da República e a sociedade civil é indispensável para a superação desse estado de coisas inconstitucional que, ao persistir, viola os compromissos democráticos e humanitários assumidos pelo Estado brasileiro. Mais do que construir presídios, é necessário reconstruir a lógica que orienta a punição no país, reafirmando o compromisso com a legalidade, a justiça social e a humanização das penas. A pena privativa de liberdade não pode ser sinônimo de abandono, violência e exclusão, mas deve ser o início de um processo transformador, capaz de devolver à sociedade indivíduos conscientes de seus direitos e deveres.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 28 maio 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema Carcerário Brasileiro**. **Brasília**: CNJ, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 28 maio 2025.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. **Brasília**: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/depn>. Acesso em: 28 maio 2025.

A IMPORTÂNCIA DA PRELIMINAR DE APELAÇÃO: COMO E QUANDO DEVE SER ARGUIDA PELO APELANTE

DE FIGUEIREDO, Clarissa Gomes¹; DE OLIVEIRA, Felipe Souza¹; DE OLIVEIRA, Mariane Gonçalves¹; SILVEIRA, Iara Freitas¹; SOUZA, Pedro Matheus Pereira¹; ²Andressa Mendes de Freitas.

¹Acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMoc

² Professora do curso de Direito, da instituição UNIFIPMoc

Introdução

O Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) trouxe significativas inovações ao sistema recursal brasileiro, especialmente no que tange à apelação. Dentre essas mudanças, destaca-se a previsão contida no artigo 1.009, §1º, que estabelece a possibilidade de impugnação de decisões interlocutórias não agraváveis por meio de preliminar de apelação ou nas contrarrazões. Essa modificação visa assegurar o contraditório e a ampla defesa, evitando a preclusão de matérias relevantes que não comportam agravo de instrumento. Este trabalho tem como objetivo analisar detalhadamente o papel da preliminar de apelação, abordando seu conceito, momento e forma de arguição, bem como as consequências da sua não utilização.

Métodos

Para o desenvolvimento do presente trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, com base na análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial, sendo utilizados métodos de pesquisa doutrinária e jurisprudencial com o intuito de proporcionar uma compreensão abrangente sobre o tema. A pesquisa teve como objetivo compreender, de maneira aprofundada, o instituto da preliminar de apelação, previsto no artigo 1.009, §1º, do Código de Processo Civil de 2015, em sua dimensão teórica e prática. Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica, com o levantamento e estudo de obras clássicas e contemporâneas da doutrina processual civil brasileira. Foram analisados os ensinamentos de autores consagrados como Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Amorim Assumpção Neves, entre outros, cujas contribuições fornecem fundamentos teóricos sólidos sobre a sistemática dos recursos e, especificamente, sobre as inovações introduzidas pelo CPC/2015 em relação às decisões interlocutórias não agraváveis. Além disso, foi realizada uma análise legislativa centrada na interpretação do artigo 1.009 e seus parágrafos, especialmente o §1º, que trata da arguição das decisões interlocutórias não agraváveis por meio de preliminar na apelação ou nas contrarrazões. Esse estudo envolveu não apenas a leitura literal do dispositivo legal, mas também a interpretação sistemática, contextual e teleológica, buscando compreender sua finalidade e sua relação com os princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal. A pesquisa também incorporou análise jurisprudencial, com a consulta a decisões proferidas por tribunais estaduais e pelos tribunais superiores, notadamente o Superior Tribunal de Justiça (STJ), permitindo verificar como os tribunais têm aplicado o artigo 1.009, §1º, na prática, e como têm se posicionado diante da omissão na arguição das preliminares de apelação. A jurisprudência analisada foi obtida por meio de bancos de dados oficiais e repositórios como o Jusbrasil, o site do STJ e os sistemas de jurisprudência dos tribunais estaduais. Por fim, utilizou-se a análise de enunciados doutrinários, como os produzidos pelo Fórum Permanente de Processualistas Cíveis (FPPC), os quais são elaborados por juristas especializados e refletem interpretações relevantes e consolidadas sobre dispositivos processuais. Tais enunciados funcionam como guias interpretativos amplamente aceitos pela comunidade jurídica e foram fundamentais para sustentar o entendimento doutrinário dominante sobre o tema. Portanto, a combinação desses métodos permitiu uma abordagem completa, crítica e fundamentada sobre o instituto da preliminar de apelação, tanto sob o ponto de vista teórico quanto prático, contribuindo para a compreensão do seu papel no sistema recursal civil e dos riscos decorrentes de sua inobservância.

Desenvolvimento

A preliminar de apelação é o instrumento processual que permite ao recorrente impugnar decisões interlocutórias proferidas durante a fase de conhecimento que não comportam agravo de instrumento. Conforme o artigo 1.009, §1º, do CPC/2015: “As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.” Essa previsão legal visa evitar que matérias relevantes fiquem sem possibilidade de revisão, garantindo o contraditório e a ampla defesa. A arguição das preliminares deve ocorrer no momento da interposição da apelação ou nas contrarrazões. O CPC/2015 estabelece que, caso as questões sejam suscitadas em contrarrazões, o recorrente será intimado para, em 15 dias, manifestar-se a respeito delas (art. 1.009, §2º). É fundamental que o advogado identifique todas as decisões interlocutórias não agraváveis que possam ter influenciado negativamente o resultado da sentença e as impugne adequadamente na preliminar de apelação. A ausência dessa impugnação pode acarretar a preclusão da matéria, tornando-as imutáveis e indiscutíveis no processo. Isso significa que o tribunal de segunda instância não poderá reexaminar essas questões, mesmo que sejam relevantes para o deslinde da controvérsia. Portanto, a falta de impugnação tempestiva pode resultar em prejuízo irreparável para a parte interessada. A jurisprudência pátria tem reforçado a importância da arguição das preliminares de apelação. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que as questões preliminares e de mérito na apelação devem ser votadas separadamente, sob pena de nulidade do julgamento. Além disso, os tribunais têm reconhecido que a ausência de impugnação de decisões interlocutórias não agraváveis na preliminar de apelação impede sua rediscussão em instância superior.

Conclusão/ Considerações finais

A preliminar de apelação, prevista no artigo 1.009, §1º, do CPC/2015, representa uma importante inovação no sistema recursal brasileiro, permitindo a impugnação de decisões interlocutórias não agraváveis. Sua correta utilização é essencial para assegurar o contraditório e a ampla defesa, evitando a preclusão de matérias relevantes. É imprescindível que os advogados estejam atentos às decisões interlocutórias proferidas durante a fase de conhecimento e, caso estas não comportem agravo de instrumento, sejam devidamente impugnadas na preliminar de apelação ou nas contrarrazões. A inobservância desse procedimento pode resultar na impossibilidade de revisão dessas decisões, mesmo que sejam prejudiciais à parte. Portanto, a compreensão e aplicação adequada da preliminar de apelação são fundamentais para a efetividade do direito de defesa e para a correta prestação jurisdicional.

Agradecimentos

A concretização deste projeto foi possível graças ao valioso apoio e à colaboração da instituição UNIFIPMoc, à qual expressamos nossa profunda gratidão. Agradecemos, especialmente, à coordenação do curso de Direito e à direção da instituição, pelo constante incentivo às iniciativas de pesquisa, ensino e extensão e pelo suporte estrutural e pedagógico prestado durante toda a execução da pesquisa. Dirigimos também nossos agradecimentos à professora orientadora, Andressa Mendes de Freitas Pinheiro, cuja expertise, orientação e dedicação foram essenciais para o desenvolvimento técnico e acadêmico do trabalho. Aos estudantes participantes, reconhecemos e valorizamos o comprometimento, a seriedade e a dedicação demonstrados em cada fase da iniciativa.

Referências

- BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 11 maio 2025.
- CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de direito processual civil: processo de conhecimento**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2023. v. 1.
- DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 19. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2023. v. 3.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: recursos**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. v. 3.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil**. 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2024.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Decisão no Recurso Especial nº 1.288.441/SP. Relator: Min. Paulo de Tarso Sanseverino**. DJE 22 jun. 2017. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: 11 maio 2025.
- FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS (FPPC). **Enunciados aprovados até a XXI Jornada – 2023**. Disponível em: <https://www.fppc.com.br>. Acesso em: 11 maio 2025.
- AURUM. Artigos 1.009 a 1.014 do CPC comentados – Lei nº 13.105/15. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/art-1009-a-1014-do-cpc/>. Acesso em: 11 maio 2025.
- PROJURIS. Art. 1.009 ao art. 1.014 do Novo CPC comentado: apelação. Disponível em: <https://www.projuris.com.br/blog/artigo-1009-ao-1014-novo-cpc/>. Acesso em: 11 maio 2025.

NATUREZA JURÍDICA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) E SOCIEDADE ANÔNIMA (SA): UMA ABORDAGEM SOCIOJURÍDICA

QUEIROZ, Aiza Thainá ¹; SILVA, Leni Maria Pereira¹; SILVA, Luciney Sebastião da¹; ANTUNES Tales Mendes ²

¹ Acadêmica do curso Direito da instituição UNIFIPMOC

¹ Acadêmica do curso Direito da instituição UNIFIPMOC

¹ Acadêmico do curso Psicologia da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso curso Direito da instituição UNIFIPMOC

Introdução

O presente artigo analisa a natureza jurídica da Organização da Sociedade Civil e da Sociedade Anônima. Por meio da experiência profissional dos autores e apreensões adquiridas na disciplina de Direito Empresarial, tem-se a definição do objeto de estudo, com vistas a compreender as distinções que permeiam as OSCs. Problematisa-se acerca da natureza jurídica da organização da sociedade civil e da sociedade anônima. Pressupõe-se a existência de uma lacuna interpretativa acerca das características e finalidades destes tipos por parte dos cidadãos. Compreende-se, por meio de estudos realizados no âmbito do Direito, do Serviço Social e da Psicologia, que tais pessoas jurídicas representam dois polos antagônicos em sua composição e finalidade, no que tange à sua origem e missão. De um polo, está a ideia de sociedade providência que atua na ausência do Estado; do outro, a composição de uma sociedade empresária que se alinha pelo lucro. Ambas são constituídas como pessoas jurídicas que, em alguma medida, devem ser fiscalizadas pelo Estado e suas repartições. No entanto, reconhece-se que não há familiaridade próxima entre elas, mas isso não impede que se empreenda uma análise acerca dos elementos que possam aproximar essas duas pessoas jurídicas. No entanto, nada impede que uma SA constitua uma OSC, desde que esta se aproprie das características que lhe são peculiares, ou seja, que seja uma organização sem fins lucrativos e que desenvolva atividades de interesse público. Desse modo, a OSC será legalmente constituída. Tem-se como exemplo a criação de fundações empresariais que destinam-se a desenvolver projetos sociais e ambientais e outros. Estas fundações podem ser autônomas e atuar diretamente na realidade social. Considera-se que, em suas particularidades e finalidades, para ambas é exigida personalidade jurídica, o que definirá sua natureza jurídica e finalidade econômica e social.

Métodos

O presente estudo de viés qualitativo apropriou-se da hermenêutica jurídica para sistematizar informações que possibilitem interpretar as normas jurídicas que constituem o entendimento da natureza jurídica da organização da sociedade civil e da sociedade anônima. Compreendendo sua composição, características e distinções. Por meio da adoção da pesquisa bibliográfica e levantamento de dados em bancos de dados de domínio público, pôde-se subsidiar tanto a produção do conhecimento quanto para atingir os objetivos propostos. Além de trazerem elementos que possam responder à problematização. A relevância do estudo se assenta no reconhecimento em disseminar informações acerca do objeto de estudo, bem como subsidiar novos estudos que possam ampliar o debate, em especial, democratizar o acesso a informações acerca do objeto estudado.

Desenvolvimento

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs), desde o surgimento, se despontam ora como representação contumaz da ausência de um sistema de proteção social estatal, ora como ação complementar com o advento do marco regulatório de 2014. No âmbito legal, as OSCs estão previstas na Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Essa lei estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as OSCs. Além disso, outras leis, como a Lei nº 9.790/1999, regulam a qualificação de OSCs como entidades de interesse público. Para Wald (2010), por sociedade entende-se a relação social estabelecida por meio de contrato de cooperação, no qual as partes acordam as responsabilidades para que, em comum, possam ter êxito no empreendimento. Tal pacto pode vir a ser ou não uma personalidade jurídica distinta de seus sócios. Acerca da sociedade anônima, entende-se a sociedade empresarial com fins lucrativos, prevista no Código Civil e regulamentada pela Lei 6.404/76, também conhecida como “companhia”, cujo capital é dividido por ações. As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são entidades privadas, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria, constituídas na forma de associações ou fundações. Atuam em atividades de interesse público e de cunho social, nas áreas de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento agrário, assistência social, moradia, direitos humanos, entre outras de interesse público. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entende-se por Organização da Sociedade Civil o grupo de pessoas, legalmente constituído, que organizam uma entidade sem fins lucrativos e que exerçam atividades de interesse público sem visar lucro. Socialmente conhecidas como OSCs, estão presentes na história brasileira desde meados do século XX, num contexto de mudança interventiva do Estado atrelada à prática assistencial nascida com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Em pesquisa realizada em 2023, o IPEA apresenta que, no Brasil, dados de 2023 apontam que há um total de 879.326 organizações ativas no país, representando um aumento de 7,8% em comparação com as 815.677 organizações registradas em 2021. As regiões Centro-Oeste e Norte registraram os maiores aumentos, com 11% e 9,9%, respectivamente, enquanto a região Sul teve o menor aumento, com 5,9%. Já nas regiões Sudeste (8,1%) e Nordeste (7,1%), o crescimento foi moderado. São Paulo se destaca como o estado com o maior número de organizações. Segundo Tavares (1995), a sociedade anônima terá o capital dividido em ações e a responsabilidade dos acionistas será limitada. Conhecida como empresa, a SA tem fim lucrativo, caracterizada pela divisão do seu capital social em ações, que podem ser negociadas livremente. É uma entidade jurídica de direito privado que, em geral, busca captar recursos do público ou de seus próprios acionistas, regulamentada pela Lei 6.404/76, a qual também é

conhecida como Lei das Sociedades Anônimas. As principais características de uma Sociedade Anônima referem-se a: capital social; separação de patrimônio; acionistas com responsabilidade limitada; cessibilidade de capital livre; perfil mercantil.

Reflexão sobre a Contribuição Acadêmica e Social:

O estudo empreendido sobre a natureza jurídica, características e finalidades das OSCs e SAs contribuíram para delimitar as distinções das pessoas jurídicas. Embora possuam personalidade jurídica, ambas são constituídas com finalidades distintas. No tocante às suas especificidades, compreende-se que a S.A. é uma empresa com fins lucrativos, que visa gerar lucro para os seus acionistas, enquanto uma OSC é uma organização sem fins lucrativos, que busca desenvolver atividades de interesse público, como assistência social, educação, cultura, entre outras.

Conclusão/Considerações Finais

As OSCs representam a cooperação da sociedade civil no enfrentamento às expressões da “questão social”. Destacam-se em dois momentos históricos do século XX, tanto no aspecto de serem inseridas em contexto de agravamento da pobreza e ausência de Estado em setores empobrecidos da sociedade. E ganham notoriedade, tanto pelo empenho quanto pela composição de frentes de trabalhos que revelam a incipiência estatal. Especialmente no último quarto do século XX, o Estado ter transferido o enfrentamento das mazelas sociais ao setor organizado da sociedade. Acerca da SA, entende-se que sua finalidade de lucro determina sua natureza jurídica. No entanto, foi verificado pela lei do Marco Regulatório que a SA pode criar OSCs para que estas possam representar e realizar as atribuições da sociedade empresária no campo de atenção ao conjunto da sociedade por meio de projetos sociais e ambientais. Resguardando suas particularidades, elas podem se inter-relacionar quando se trata de ações de cunho social.

Referências

MAMEDE, G. **Manual de Direito Empresarial**. 8ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

TAVARES, H.U.A. Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas. In: **Revista do Ministério Público**. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 36, abr./jun. 1995.

WALD, A. A responsabilidade dos sócios na sociedade civil e na sociedade anônima. In: **Revista do Ministério Público**. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 36, abr./jun. 2010.

TEORIA DA COCUPABILIDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DE SUA APLICABILIDADE NO BRASIL

QUEIROZ, Aiza Thainá; SILVA, Leni Maria Pereira. PEREIRA, Margelly Priscila. BATISTA, Joyce Vilane Ribeiro¹.

NUNES, Wannessa Aquino Reis²

¹ Acadêmica do curso Direito da instituição UNIFIPMOC

² Professora do curso Direito da instituição UNIFIPMOC

Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar a aplicabilidade da teoria da coculpabilidade em julgados brasileiros, bem como compreender seus impactos. Na seara do direito penal, estudos evidenciam que o uso da teoria da coculpabilidade nas fundamentações dos julgados tem tomado forma. Entendida como concorrência de culpabilidades, a coculpabilidade propõe o compartilhamento da culpabilidade entre o infrator socialmente excluído e o próprio Estado. A teoria evidencia a divisão da culpabilidade entre criminoso e Estado, uma vez que se entende que há responsabilidade do ente federado em razão da sua omissão, por não proporcionar oportunidades sociais iguais entre todos os cidadãos. Isso engendra contextos que acentuam ainda mais as desigualdades socioeconômicas, resultando no aumento da criminalidade. Problematisa-se, nesse estudo, a aplicabilidade da coculpabilidade no âmbito da justiça brasileira. Pressupõe-se que existam linhas distintas quanto ao entendimento de sua aplicabilidade e implicações no contexto jurídico brasileiro. Trata-se de pesquisa qualitativa de viés analítico, por meio de revisão bibliográfica e levantamento de dados em sites de domínio público, com vistas a trazer elementos que respondam ao questionamento, bem como alcancem os objetivos propostos. Considera-se que, por mais que haja linhas distintas da aplicabilidade da teoria da coculpabilidade na justiça brasileira, ela, como atenuante, é um importante princípio no âmbito de uma justiça social.

Métodos

O presente estudo, de viés qualitativo, apropriou-se da hermenêutica jurídica para sistematizar informações que possibilitem interpretar as normas jurídicas que constituem o entendimento acerca da teoria da coculpabilidade. Trata-se de um estudo de cunho jurídico e social, voltado a acadêmicos e operadores do direito, para tanto foram realizadas buscas de material bibliográfico referente aos últimos cinco anos. O objetivo deste estudo é viabilizar a compreensão da aplicabilidade da coculpabilidade no âmbito das sentenças proferidas na área do direito penal. Por meio do levantamento de estudos a respeito da teoria, a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados em sites de domínio público servem como subsídio para a produção do conhecimento relativo ao objeto delimitado, além de trazerem elementos que possam responder à problematização, buscando também propiciar o alcance dos objetivos. Destaca-se que a relevância está em promover um debate sobre a contribuição que pode ser trazida pela teoria da coculpabilidade aos julgados penais, uma vez que seu conteúdo contribui para o fortalecimento de uma dimensão de justiça social equânime.

Desenvolvimento

A palavra coculpabilidade vem de concorrência de culpabilidades. É o partilhamento da culpabilidade entre o infrator, excluído socialmente, e o próprio Estado. Esta divisão da culpabilidade entre criminoso e Estado, ocorre em razão da omissão deste em proporcionar oportunidades sociais iguais entre todos os cidadãos. Autores como Zaffaroni e Pierangeli (2015) compreendem o princípio da coculpabilidade: como o contexto em que há sujeitos que têm um menor âmbito de autodeterminação, condicionado desta maneira por causas sociais. Não será possível atribuir estas causas sociais ao sujeito e sobrecarregá-lo com elas no momento da reprovação de culpabilidade. Costuma-se dizer que há, aqui, uma "coculpabilidade", com a qual a própria sociedade deve arcar (Zaffaroni, Pierangeli, 2015). Desse modo, o princípio da coculpabilidade indica que o Estado também leva parte da culpa quando uma pessoa comete um crime, porque não teve acesso a condições mínimas de vida como educação, saúde ou moradia digna. Em vez de olhar só para o autor do delito, essa ideia propõe dividir a responsabilidade entre quem cometeu o crime e quem eixou de oferecer o básico para evitar que ele ocorresse. Por isso, a pena do indivíduo deve ser reduzida em reconhecimento a essa falha estatal. No contexto do ordenamento jurídico, a coculpabilidade pode ser aplicada por meio da interpretação da atenuante genérica do artigo 66 do Código Penal, que permite a minoração da pena em razão de circunstâncias relevantes, mesmo que não previstas expressamente em lei. Ainda, pode ser reconhecida como causa de diminuição de pena, possivelmente através da adição de um parágrafo ao artigo 29 do Código Penal. Tal indicativo denota a fragilidade do princípio, uma vez que sua expressão e materialidade ainda são transversais. Como ele atende a uma responsabilização conjunta do Estado e do indivíduo pela prática de crimes, não é expressamente previsto no Código Penal Brasileiro. Autores e pesquisadores do direito indicam que a teoria se assenta em elementos que, por implicação, o amparam, especialmente nos artigos 187, 59 e 66 do Código Penal. Esses artigos, que tratam de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como da individualização da pena, abrem espaço para uma análise mais ampla do contexto social e individual do agente, permitindo que a coculpabilidade seja considerada na aplicação da justiça penal. Desse modo, compreende-se que há uma previsão implícita diante de conteúdos previstos no Código Penal que abrigam certa interpretação, ou seja, permite-se que a coculpabilidade seja considerada na avaliação do caso. No Código Penal, a redação dos artigos pode corroborar para o acesso ao princípio. Desse modo, prevê: Art. 187: Este artigo fala sobre lhe foram ou não proporcionadas. Art. 59: Este artigo trata das circunstâncias judiciais, que são fatores que podem influenciar a pena, como a culpa, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e as

consequências do crime. Art. 66: Este artigo fala sobre as circunstâncias atenuantes e agravantes, abrindo espaço para que a situação social do agente seja considerada na fixação da pena. (CP, 1940 O art. 66 notoriza a situação social do agente, ou seja, caberá uma análise acerca do contexto histórico de vida e de oportunidades, bem como um arguto processo investigativo referente ao acesso a direitos sociais por parte do sujeito e ofertados pelo Estado, que corroborassem para a superação das desigualdades e, concomitantemente, para a opção por outras escolhas, distantes daquelas advindas da ilicitude. A questão genérica trazida à baila representa um questionamento sobre em quais situações cabe a alegação da coculpabilidade, se deve ser de aplicação generalizada ou, ainda, se é devido estabelecer parâmetros acerca do que são as desigualdades e oportunidades. Identificar as justificativas do porquê de alguns membros de determinada classe social tenham atenuantes que corroborem para o abrandamento das penas, enquanto a outros grupos e segmentos a pretensão punitiva do Estado seja mais severa, ignorando possíveis atenuantes ligadas aos aspectos sociais relacionados ao acusado. Em paralelo, observa-se dois extremos, como na perspectiva do direito penal do autor às avessas, em que sentenças proferidas, como no caso do ex-presidente e ex-senador Fernando Collor de Mello que no último 01/05/2025, homem de origem abastada, com histórico familiar na política, recebe uma conversão de sua prisão em regime fechado em presídio para prisão domiciliar, em apartamento de luxo de frente para o mar. Noutro extremo, a Justiça de São Paulo negou dois pedidos de liberdade feitos pela Defensoria Pública em favor de um homem desempregado, pai de seis filhos, preso por furtar alimentos em um supermercado da Zona Norte da capital paulista, res furtiva avaliada em R\$ 231,43. Nesse contexto, o primeiro caso traz o abrandamento previsto na concepção do direito penal do autor às avessas, onde se refere à seletividade penal estrutural que favorece indivíduos de classes sociais privilegiadas, oferecendo-lhes tratamentos mais brandos ou até mesmo benefícios legais em processos penais, devido à sua posição social, prestígio ou poder econômico. Entende-se que a jurisprudência tem sido cautelosa na aplicação da teoria da coculpabilidade, exigindo prova concreta da influência e omissão estatal na prática do crime; desse modo, serão necessárias provas robustas que evidenciem a culpa atribuída também ao Estado. Em determinadas sentenças é possível encontrar que será incabível a aplicação da atenuante genérica descrita no art. 66 do CP, com base na teoria da coculpabilidade, quando a argumentação é genérica, não sendo demonstrada eventual omissão estatal relevante, apta a justificar a prática de ilícitos penais por parte da ré. De acordo com Tourinho (2023), o conceito aponta para o entendimento de que, mesmo diante de um Estado Democrático de Direito comprometido com a eliminação da pobreza, há uma espécie de subcidadania que decorre da falta de políticas públicas eficazes em educação, saúde e habitação, empurrando parcela significativa da população para situações extremas de exclusão social. A coculpabilidade em raízes contratualistas, ao romper o pacto social ao omitir direitos fundamentais, o Estado compartilha a responsabilidade pelos atos delituosos praticados por indivíduos em situação de vulnerabilidade. Parte da doutrina define o conceito de coculpabilidade como um princípio que defende a culpa compartilhada entre o Estado e o autor da prática criminosa no momento do cometimento de um delito, com vistas a reduzir a pena do sujeito. Noutro prisma, a efetividade democrática requer não apenas igualdade formal, mas material, de modo que o Estado social ofereça as mesmas oportunidades a todos, pois a omissão estatal viola a dignidade humana e se reflete na seletividade penal. Dessa forma, a coculpabilidade limitada opera como atenuante na individualização da pena, e a coculpabilidade absoluta propõe a não aplicação de sanção penal em casos de vulnerabilidade extrema, encaminhando o sujeito a políticas de inclusão. Ademais, ambos os autores concordam que, mesmo enfrentando críticas de falta de previsão legal expressa e medo de estimular impunidade — objeções que desconsideram o art. 66 do Código Penal e a base contratual da coculpabilidade — ainda é preciso incluí-la de forma clara no Código Penal para tirar dúvidas sobre sua validade e orientar os juízes sobre como aplicá-la.

Reflexão sobre a Contribuição Acadêmica e Social:

Por meio das aulas de laboratório de práticas penais, apropriou-se das teorias e princípios que consubstanciam os julgados em que se dá notoriedade acerca da culpabilidade, coculpabilidade e do direito penal do autor às avessas. Essa apreensão promove conhecimento e contribui para novas inclinações interpretativas acerca dos dispositivos. A Teoria da coculpabilidade encontra atravessamentos interpretativos no âmbito dos julgados, quase sempre é interpretada como não aplicável, e quanto ao Direito Penal do Autor às Avessas, a busca por equilibrar o ônus da culpa e destacar que a omissão do Estado compõe a linha causal do crime. A compreensão acerca do “Direito Penal do Autor às Avessas” destaca como o sistema penal pode ser mais leniente com indivíduos de classes sociais elevadas, enquanto é mais rigoroso com os menos favorecidos, refletindo desigualdades estruturais na aplicação da justiça.

Conclusão/ Considerações finais

Considera-se que, no âmbito do princípio da coculpabilidade, não há indicativo de omissão ou ausência de responsabilidade, mas, no Direito Penal do Autor às Avessas, a busca é por equilibrar o ônus da culpa, destacando que a omissão do Estado compõe a linha causal do crime. Isso anuncia que a responsabilidade há de ser dotada de reduzida rigidez penal, estabelecendo-se uma recuperação social. Tal princípio se articula com as demais garantias da Constituição Federal de 1988, que privilegiam a dignidade da pessoa humana e o mínimo existencial, reforçando a necessidade de um sistema penal atento às desigualdades sociais. Considera-se que tal princípio se apresenta enquanto uma novidade, mas desafiadora, uma vez que denota um esforço aprofundado e investigativo acerca das circunstâncias do caso concreto, bem como para localizar em que momento houve omissão estatal ou social que limitou a autonomia do agente. A teoria traz elementos importantes para se debater a justiça penal e a necessidade de garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos, independentemente da sua situação socioeconômica. Revela em seu desenvolvimento a complementariedade com o princípio da dignidade da pessoa humana, alicerçada na defesa dos direitos humanos. É indicado criar formas de analisar, caso a caso, se a falta de apoio do Estado, como a ausência de educação, saúde ou moradia, contribuiu para que a pessoa cometesse o crime. Isso ajudaria os juízes a aplicar penas mais justas e semelhantes em situações parecidas, considerando as dificuldades enfrentadas por cada indivíduo. Além disso, os autores enfatizam que é preciso reforçar a atuação do Estado social com investimentos em educação, saúde e moradia. Ao analisar a culpabilidade, deve-se considerar a contribuição do Estado para a situação de vulnerabilidade do indivíduo, averiguando o comportamento do agente, considerando as condições sociais e a omissão estatal como fatores relevantes, para que o sistema penal deixe de ser o principal instrumento de controle de problemas estruturais.

Palavras chaves: Coculpabilidade, Omissão Estatal e Justiça Social.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em< www.senado.gov.br> Acesso 25/04/2025.

TOURINHO. S.L.S.S.A. A teoria da coculpabilidade no ordenamento jurídico brasileiro: a necessidade de uma releitura do juízo de censura em virtude da vulnerabilidade de alguns grupos sociais. In: **Revista Foco**, v. 16 n. 11. São Paulo. 2023.

ZAFFARONI, E. R; P. J. H.. Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2015.

VISITA AO PRESÍDIO: UM OLHAR ACADÊMICO SOBRE A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.

CONCEIÇÃO, Caique Xavier¹; MENDES, Joice Cleia Antunes¹; NOGUEIRA, Larissa Gabriele Freitas¹; QUEIROZ, Marianna Martins de Aquino¹; 2.

¹ Acadêmico do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

² Professor do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução

O presente trabalho analisa a experiência vivenciada por acadêmicos de Direito, autores deste relato, ao confrontarem seus conhecimentos teóricos com a realidade do sistema prisional brasileiro. A atividade permitiu a observação direta do funcionamento de uma unidade prisional, revelando as semelhanças e distorções entre o que é ensinado em sala de aula — especialmente no que diz respeito aos direitos e princípios constitucionais — e a prática cotidiana do cárcere. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o impacto da visita a um presídio na formação acadêmica dos estudantes de Direito, além de compreender o funcionamento do ambiente prisional e seus efeitos concretos sobre os internos, os servidores e os familiares dos presos.

Métodos

A visita foi realizada por diferentes grupos de acadêmicos em momentos distintos, nos anos de 2024 e 2025, no Presídio Regional de Montes Claros. A atividade consistiu em uma visita técnica guiada por policiais penais, que explicaram o funcionamento da unidade e permitiram aos estudantes observar diversos setores do presídio. A abordagem metodológica foi empírica e qualitativa, baseada na observação direta, na escuta ativa dos relatos institucionais e na posterior reflexão crítica com base no arcabouço teórico adquirido ao longo da formação acadêmica.

Desenvolvimento

A visita teve início com a apresentação dos procedimentos de entrada no presídio, incluindo a demonstração do equipamento de escaneamento corporal utilizado em todas as pessoas que adentram a unidade, desde visitantes dos detentos até servidores. Foi explicado que tal equipamento permite detectar com maior clareza a presença de objetos estranhos no corpo e nos pertences das pessoas, o que diminui consideravelmente o tempo de revista realizado com os visitantes. Em seguida, os acadêmicos foram conduzidos à sala de atendimento jurídico, onde os advogados realizam o contato com seus clientes — o chamado parlatório — sendo explicado o funcionamento desse espaço e os direitos e deveres dos internos. Posteriormente, foi apresentada a estrutura do canil, com demonstração prática do treinamento e da atuação dos cães policiais, especialmente no que se refere à busca por entorpecentes e à obediência de comandos. Ademais, o adestrador ressaltou que os cães policiais podem atuar na busca e rastreamento de pessoas, na detecção de drogas e explosivos, além de exercer funções de proteção e patrulhamento, tanto dentro quanto fora do presídio, quando necessário. A seguir, foi apresentada a sala destinada a acomodar os indivíduos que aguardam a audiência de custódia, onde são registrados dados e fotos dos mesmos. O momento mais marcante da visita, no entanto, foi a entrada no interior do presídio, nos pavilhões, onde foi possível observar as celas e o pátio destinado ao banho de sol. Observou-se, com preocupação, a severa superlotação: celas projetadas para oito pessoas frequentemente abrigavam o triplo ou mais desse número, forçando alguns presos a dormirem até mesmo no chão dos banheiros, na chamada "prainha", destinada aos indivíduos privados de liberdade (IPLs) mais recentemente admitidos. Além disso, foi apresentada outra parte do presídio, chamada Anexo, onde são colocados os indivíduos privados de liberdade com histórico de comportamento mais tranquilo, aqueles com crimes de violência sexual e os conhecidos como "X9". É nessa área que também estão localizadas as salas de aula. Durante a visita, foi possível observar três salas de aula em funcionamento. Após a visita ao Anexo, foi apresentado o corredor de segurança, que conecta as guaritas e permite aos agentes penitenciários percorrer os pavilhões para atividades de vigilância e controle. Durante o percurso pelos corredores, fomos apresentados ao pavilhão destinado à população LGBTQIAPN+, recentemente instalado no presídio. Conforme relato de um policial penal, houve uma ordem superior para a criação desse pavilhão, mas sem qualquer orientação sobre como lidar adequadamente com essa população, o que revela o descaso do poder público em capacitar previamente os servidores. Essa realidade expôs as limitações estruturais do sistema prisional e os obstáculos à efetivação dos direitos humanos nesse contexto. A visita permitiu constatar, na prática, o abismo entre os princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, e a realidade enfrentada diariamente pelos apenados.

Conclusão/ Considerações finais

A experiência no presídio mostrou-se extremamente relevante para a formação crítica dos acadêmicos, ao proporcionar uma oportunidade concreta de confrontar teoria e prática. A visita ampliou a compreensão sobre a aplicação do Direito Constitucional, Penal e Processual Penal no ambiente prisional e revelou a complexidade dos desafios enfrentados pelo sistema de justiça criminal brasileiro. Além disso, a vivência reforçou a importância da busca por mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como os métodos autocompositivos, que podem representar estratégias eficazes para desafogar o sistema e reduzir o encarceramento em massa. Conclui-se, portanto, que experiências formativas como essa contribuem significativamente para o amadurecimento da formação jurídica, promovendo maior sensibilidade social e senso de responsabilidade na futura atuação profissional.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 maio de 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940: institui o Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 16 maio de 2025.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 16 mai.2025.

DESCONTOS ILEGAIS NO INSS COMO VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA INEFICIÊNCIA ESTATAL

LIMA, Samara Vitória Maciel¹; BICKEL, Janaina Silveira Castro².

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros.

² Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros.

Introdução

A efetivação dos direitos sociais, em especial da previdência social, constitui uma das garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988, fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana e no dever estatal de proteção à população em situação de vulnerabilidade. No entanto, episódios recentes envolvendo descontos indevidos em benefícios administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) revelaram falhas estruturais graves nos mecanismos de fiscalização, controle e governança do sistema previdenciário. Reportagens e relatórios oficiais apontam que segurados (aposentados, pensionistas e demais beneficiários) foram lesados por cobranças não autorizadas, e com prejuízos financeiros significativos. A gravidade dos fatos transcende a esfera administrativa, suscitando questionamentos quanto à responsabilização do Estado, à erosão da confiança pública nas instituições e à insuficiência das políticas públicas de prevenção. Diante disso, este trabalho propõe uma análise da ineficiência estatal frente a tais violações, compreendendo os reflexos jurídicos, sociais e éticos decorrentes da omissão administrativa e da centralização de competências sem mecanismos efetivos de controle externo.

Métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e teórico - documental, fundamentada em fontes jornalísticas recentes, relatórios oficiais, além de marcos doutrinários e legais do Direito Previdenciário, Constitucional e dos Direitos Humanos. O objetivo metodológico consistiu em analisar criticamente o episódio dos descontos indevidos nos benefícios previdenciários administrados pelo INSS, descoberto no início de 2025, como expressão de uma falha estrutural na governança estatal. A análise partiu da leitura de documentos normativos, projetos de lei em tramitação no Senado Federal sobre o tema, articulando -os ao conceito de dignidade da pessoa humana como fundamento normativo central. O público-alvo da reflexão compreende tanto os beneficiários diretamente afetados quanto operadores do Direito.

Desenvolvimento

No início de 2025, denúncias veiculadas por diversos órgãos da imprensa nacional revelaram a ocorrência de descontos indevidos sobre benefícios previdenciários geridos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), resultando em perdas superiores a R\$ 6,3 bilhões. Tais valores foram subtraídos de aposentados, pensionistas e demais segurados por meio de cobranças e sem autorização formal comprovada dos beneficiários. A situação evidenciou graves falhas nos mecanismos de controle, transparência e governança do sistema previdenciário, gerando ampla repercussão social, política e institucional. A resposta inicial do governo federal, marcada pela exoneração de autoridades e pela mobilização legislativa para reparação dos danos, expôs um modelo de gestão previdenciária que carece de mecanismos robustos de proteção aos direitos sociais (SENADO, 2025). O INSS, enquanto autarquia federal, detém competências tanto na operacionalização quanto no controle dos pagamentos previdenciários, comprometendo a eficácia da sua própria capacidade de autovigilância. Como adverte Di Pietro (2022), a boa administração exige estruturas de controle externo independentes, sob pena de se reduzir a responsabilidade e ampliar os riscos de captura institucional. Ainda que existam ferramentas internas de auditoria e bloqueios automatizados, elas se mostraram insuficientes diante dos esquemas fraudulentos recentemente identificados. A frágil articulação com órgãos como a Controladoria -Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF) demonstra um modelo de fiscalização deficiente, carente de transparência e integração. Tal cenário compromete a função estatal de tutela dos direitos sociais, especialmente da população em maior estado de vulnerabilidade (PIOVESAN, 2017). O impacto desses descontos transcende as esferas econômica e administrativa, alcançando a dimensão da dignidade humana. Todos os segurados que dependem de seus benefícios previdenciários, em especial aqueles para quem essa é a única fonte de renda, podem sofrer, graves prejuízos à subsistência (IBRAHIM, 2023). O atraso ou comprometimento de recursos essenciais compromete o acesso a direitos básicos como alimentação, saúde, moradia e medicamentos (ROTHENBURG, 2021). Essa realidade reforça a violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado como fundamento das relações entre o Estado e seus administrados. Conforme Sartre (2012), “a proteção dos direitos fundamentais exige do Estado uma postura ativa, e não meramente abstencionista, especialmente no âmbito dos direitos sociais.” Ao concentrar a responsabilidade de fiscalização no INSS, sem articulação com mecanismos externos e sem transparência efetiva, o Estado falha no cumprimento do dever de proteção. (FARIAS; VASCONCELOS; SEVERIANO, 2025) Tal ação representa não um mero problema técnico-administrativo, mas uma ruptura com os compromissos assumidos no texto constitucional e nos tratados internacionais de direitos humanos. O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 reconhece a previdência como direito social, sendo obrigação do Estado protegê-la contra abusos institucionais e fraudes. No plano internacional, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ratificado pelo Brasil, exige dos Estados signatários a adoção de medidas eficazes para a proteção de prestações sociais. Como a leciona Bobbio (1992, p. 9), “a violação de um direito humano não é a pena sumum da individualidade, mas a ameaça à própria ideia de humanidade”. O enfraquecimento da proteção previdenciária, nesse sentido, evidencia a necessidade urgente de reestruturação da governança pública. No plano legislativo, iniciativas recentes buscam mitigar os efeitos da crise. Projetos de lei em tramitação no Senado Federal propõem a exigência de autorização expressa e renovável dos beneficiários para qualquer tipo de desconto, conferindo-lhes maior controle sobre seus recursos (Senado, 2025). No âmbito do Executivo, negociações com o Ministério Público Federal envolvem propostas como a determinação de que o INSS devolva integralmente os valores descontados sem a devida autorização expressa e documentada. Segundo o Projeto de Lei nº 1.950/2025, os beneficiários devem ser notificados, por

meio do aplicativo Meu INSS, com a informação de que foi identificado desconto associativo no seu benefício. A partir dessa notificação, o segurado poderá confirmar se autorizou ou não a cobrança. Embora representem avanços, tais medidas ainda carecem de efetividade normativa e operacional, além de se apresentarem como respostas reativas a uma falha sistêmica. A ausência de uma política pública previdenciária orientada por princípios de prevenção, transparência e participação social revela que o verdadeiro desafio não reside somente na reparação dos danos, mas na reformulação estrutural do sistema de proteção social no Brasil.

Conclusão/ Considerações finais

Os descontos ilegais em benefícios previdenciários constituem uma afronta não apenas ao direito individual do segurado, mas à ordem constitucional que garante a proteção social como expressão da dignidade humana. O Estado, ao se mostrar ineficaz na fiscalização, no controle e na reparação desses danos, incorre em responsabilidade por omissão, o que pode configurar violação aos direitos humanos. Conclui-se que é urgente repensar os mecanismos de controle e responsabilização institucional, bem como fortalecer a educação previdenciária dos beneficiários. O respeito à dignidade humana exige não apenas a criação formal de direitos, mas sua efetivação, na prática, especialmente diante dos mais vulneráveis. O presente resumo expandido está se utilizando de fatos recentes no ano de 2025. Logo, novos estudos serão necessários após a finalização do processo legal e culpabilizar os acusados. O presente estudo se limita a fatos que estão acontecendo no presente ano de 2025.

Agradecimentos

Agradeço à Professora Janaina Silveira Castro Bickel pela orientação dedicada durante a elaboração deste trabalho, à UNIFIPMoc/Afya pela oportunidade acadêmica oferecida, bem como à equipe responsável pela avaliação e correção, cujo trabalho contribuiu significativamente para o aprimoramento da pesquisa.

Referências

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 maio 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Fraude no INSS: aposentados e pensionistas tiveram quase R\$ 6,3 bilhões em descontos sem autorização**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/>. Acesso em: 23 maio 2025.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

FARIAS, Thaís Santos; VASCONCELOS, Maria Scarlet Lopes; SEVERIANO, Lara Jessica Viana. **A accountability como solução para fraudes previdenciárias**.

CURSO DE ENFERMAGEM – RESUMOS SIMPLES

QUALIDA DE VIDA DA PESSOA COM ALZHEIMER

Ádria Lopes Marinho¹; Antonio Marcos de Matos Tomazz²; Fayga Davis França³; João Lucas Patrocínio Maria Magalhães ⁴; Karine Alves Rodrigues⁵; Maycon Nanderson Oliveira de Almeida⁶.

¹ Antonio Marcos de Matos Tomaz do curso de enfermagem da instituição UNIFIPMOC

² Katia Cristiane Soledade dias do curso de enfermagem da instituição UNIFIPMOC

Introdução/Justificativa: O envelhecimento é um processo natural do corpo. Durante esse processo, podem surgir diversas doenças, as degenerativas e neurodegenerativas. A doença de Alzheimer (DA) é uma doença que afeta a vida da pessoa idosa, impactando seus familiares e cuidadores, incapacitando a longo prazo a capacidade de julgamento e de realizar atividades simples do dia a dia, como: ir a farmácia e/ou tomar um remédio sozinho. Essas atividades começam a ficar cada vez mais difíceis. Essas complicações podem causar um desequilíbrio homeostático, trazendo prejuízos significativos na vida da pessoa idosa. Esse tema é de suma importância para os profissionais de enfermagem pois aborda de forma significativa o papel do enfermeiro no que diz respeito ao cuidado. Segundo a organização mundial de saúde; a saúde envolve, estado psicológico, nível de dependência, relações sociais, crenças e valores. É importante salientar que; a inclusão do idoso no meio social, ofertando atividade física, exercícios de memória e até afazeres domésticos, podem trazer uma melhoria significativa na qualidade de vida do paciente. **Objetivo(s):** Esta revisão de literatura, tem como objetivo, identificar os desafios e a qualidade de vida da pessoa com Alzheimer. **Métodos:** Essa revisão de literatura, foi desenvolvida pelos alunos do 6º período do curso de enfermagem da UNIFIPMOC. Essa pesquisa conta com resultados obtidos em bases de dados; Pubmed, Scielo e Ministério da Saúde. **Resultados:** A revisão de literatura apontou a importância da prevenção e tratamento de pessoas portadoras de Alzheimer. O cuidado que o profissional enfermeiro deve ter no manejo da doença de Alzheimer, fazendo frente através do conhecimento técnico e científico a rede de apoio, ao portador de Alzheimer. **Considerações Finais/Conclusões:** Dessa forma concluímos, que o número de idosos, no Brasil e no mundo, tem aumentado de uma forma significativa, e como o envelhecimento é um dos principais fatores para o Alzheimer, compreender os fatores e trabalhar a prevenção, através do conhecimento técnico e científico para acompanhar as fases do Alzheimer focando na qualidade de vida da pessoa idosa portadora de Alzheimer é de suma importância para um tratamento adequado e humanizado.

Palavras-chave: Impacto do Alzheimer na qualidade de vida. Importância da família na vida da pessoa com Alzheimer. Fatores que influenciam a qualidade de vida no Alzheimer.

Referências: ALZHEIMER'S ASSOCIATION. 2024 Alzheimer's Disease Facts and Figures. Alzheimer's & Dementia, v. 20, n. 5, p. 3708–3821, 30 abr. 2024.

Associação Brasileira de Alzheimer. Número de pacientes deve aumentar nos próximos vinte anos [Internet]. São Paulo: ABRAZ; 2010 [acesso em 05 mar. 2012]. Disponível em: www.abraz.com.br

BACKES, DS et al. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. Ciência & saúde coletiva, v. 1, pág. 223–230, 2012.

SAÚDE MENTAL: COMO O MEIO FAMILIAR AFETA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CENTROS DE APOIO

Jhonny A. 1; Samuel T. 1; ALMEIDA, Carla D.G 1; ANDRADE, Giovanna S.M 1; CAMPOS, Giovanna 1; MELO, Bianca 1; Dias, Katia C.S 2.

1 Acadêmico do curso de enfermagem da UNIFIPMOC

2 Professor do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC

Introdução

O presente relato de experiência evidencia um projeto de extensão realizado com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com a finalidade do desenvolvimento emocional e nas influências que o ambiente familiar no comportamento infanto juvenil. A iniciativa foi promovida em um centro de apoio fundado por uma instituição de uma Igreja Católica, mantido por doações e trabalhos voluntários, tendo como principal objetivo proporcionar momentos de acolhimento, lazer e aprendizado afetivo. O estudo procurou abordar de forma lúdica e educativa, a importância do reconhecimento e manejo das emoções desde a infância, reconhecendo o papel do ambiente familiar no desenvolvimento psicológico.

Métodos

Trata-se de um projeto de extensão social e educacional voltado para crianças e adolescentes entre dois e treze anos, participantes de um programa mantido por doações. A ação foi realizada em um único dia, no período da manhã, contando com atividades práticas, dinâmicas educativas e recreativas. O objetivo foi sensibilizar o público-alvo para a importância de identificar e compreender os próprios sentimentos. Foram utilizadas estratégias lúdicas, como dinâmicas em grupo, jogos adaptados e brincadeiras, ligadas a momentos de diálogo e escuta ativa. A comunidade foi receptiva e engajada, com participação integral das crianças e adolescentes. A avaliação foi feita por meio de observação direta e feedback verbal das crianças, ao final da atividade. Todas relataram satisfação e atribuíram nota máxima à experiência, destacando o impacto positivo da ação.

Desenvolvimento

A programação da atividade foi cuidadosamente planejada para atender às necessidades específicas de faixas etárias distintas, sendo estruturada em dois grupos diferentes, sendo eles: voltado para crianças de 2 a 6 anos de idade, e outro para aquelas entre 7 a 13 anos de idade. Essa divisão foi fundamental para assegurar que as ações fossem compreendidas e internalizadas de forma eficiente, respeitando o nível cognitivo e emocional de cada faixa etária. No grupo em que atuamos de forma direta, com crianças mais velhas, foi proposto a brincadeira tradicional da “batata quente”, todavia, com uma abordagem mais pedagógica e afetiva. A dinâmica consistia em passar um objeto de mão em mão enquanto tocava uma música, ao parar a música, a criança que estivesse com o objeto era convidada a responder a uma questão voltada à identificação e expressão de seus sentimentos. As perguntas envolviam situações do dia a dia e emoções básicas como, tristeza, alegria, raiva e medo, estimulando a autorreflexão e o desenvolvimento do vocabulário emocional. A ludicidade da brincadeira promoveu um ambiente leve e receptivo, incentivando a participação espontânea e o compartilhamento de experiências pessoais, mesmo entre os mais introspectivos. Para o grupo de crianças mais novas, as ações foram adaptadas com estímulos mais sensoriais e visuais, como rodas de conversa com fantoches, contagem de histórias com ênfase em emoções e brincadeiras simbólicas. Essa distinção de abordagem promoveu maior atenção a todas as crianças de forma respeitosa, acolhedora e efetiva, considerando seus estágios de desenvolvimento. O ambiente da atividade foi enriquecido com elementos efetivos e lúdicos, como a distribuição de pipoca e algodão doce, que contribuíram para criar uma atmosfera de festa e acolhimento. Ademais, foram promovidas poucas atividades recreativas, como banho de piscina supervisionado e cultivo de plantas, que reforçaram o vínculo com a natureza, a coletividade e o cuidado. A vivência gerou impactos significativos também entre os extensionistas. O contato direto com as crianças evidenciou a importância da escuta empática, da utilização de linguagem acessível e da necessidade constante de adaptar as estratégias pedagógicas ao contexto social dos participantes. Podemos aprender na prática que a sensibilidade é uma ferramenta importantíssima no trabalho com populações vulneráveis, e que pequenas ações quando realizadas com intenção e cuidado podem gerar efeitos transformadores.

Um dos principais desafios enfrentados foi manter a atenção das crianças durante todo o período da ação, especialmente devido à grande amplitude etária e às diferentes necessidades apresentadas. No entanto, a estratégia de dividir os participantes em grupos contribuiu significativamente para que esse desafio fosse superado, garantindo maior qualidade nas interações e permitindo intervenções mais assertivas. Ao final da atividade, o feedback das crianças e de seus responsáveis foi extremamente positivo. Todas as crianças expressaram entusiasmo e relataram ter se sentido felizes e acolhidas. Atribuíram nota máxima à ação, demonstrando o sucesso da proposta e a relevância de se criar espaços de escuta, lazer e fortalecimento emocional. Essa experiência evidencia o papel essencial da extensão universitária na promoção de ações psicossociais que não apenas contribuem para a formação crítica e humana dos acadêmicos, mas também impactam positivamente a comunidade, promovendo autoestima, pertencimento e desenvolvimento emocional em crianças que enfrentam múltiplas vulnerabilidades.

Conclusão

A atividade atendeu de maneira clara e objetiva ao proposto, promovendo um espaço acolhedor e educativo voltado para o cuidado emocional das crianças e adolescentes. A experiência evidenciou o quanto é essencial que priorizem o desenvolvimento emocional desde a infância, principalmente no contexto de vulnerabilidade social. Ademais, corroborou de forma significativa para a formação acadêmica dos docentes envolvidos, despertando um olhar crítico e sensível diante das realidades sociais.

Tabela 1. Atividades desenvolvidas durante a ação de extensão com crianças e adolescentes

Atividade	Objetivo	Faixa Etária
Dinâmica da batata quente adaptada	Trabalhar identificação e expressão de emoções	6 a 13 anos
Divisão em grupos por idade	Adequar a linguagem atividades à maturidade emocional	2 a 6 anos / 7 a 13 anos
Brincadeiras recreativas	Promover lazer, socialização e bem-estar	2 a 13 anos
Distribuição de pipoca e algodão-doce	Criar um ambiente acolhedor e prazeroso	2 a 13 anos
Banho de piscina	Proporcionar lazer e integração	5 a 13 anos
Cultivo de plantas	Estimular o cuidado e responsabilidade	7 a 13 anos
Diálogo final com as crianças	Coletar feedback e promover reflexão emocional	6 a 13 anos

Fonte: Autores, 2025.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Iglu, 2001.

JEOLAS, L. S.; KORDES, H. *Percursos acelerados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito*. Horiz. Antropol., Porto Alegre, v. 16, n. 34, dez. 2010.

PORTO, E. M. V. et al. *Produção de biomassa de cultivares do capim buffel submetidos à adubação nitrogenada*. Revista Unimontes Científica, v. 19, n. 1, jan./jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população residente nos municípios e para as unidades da federação brasileira com data de referência em 1º de julho de 2016*. 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>. Acesso em: 14 Mai. 2025.

“A EFICÁCIA DA VNI EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA AGUDA”

LOPES, Paula Beatriz Silveira¹; BARBOSA², Richard Rennan Soares;

¹Acadêmica do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc|Afya

²Professor do curso de Enfermagem da Faculdade UNIFIPMoc|Afya

Introdução/Justificativa: A insuficiência respiratória aguda (IRA) é caracterizada pela incapacidade do sistema respiratório em promover trocas gasosas eficazes, resultando em hipoxemia e/ou hipercapnia. A ventilação mecânica não invasiva (VNI) tem ganhado destaque como estratégia eficaz no suporte ventilatório, ao evitar intubação orotraqueal e reduzir complicações respiratórias, tempo de internação e mortalidade. Sua utilização tem se mostrado benéfica em casos de DPOC, edema agudo de pulmão e infecções virais como a COVID-19. Frente à importância do tema para o cuidado intensivo, desenvolveu-se uma ação extensionista voltada à análise crítica de evidências científicas sobre a VNI na IRA. **Objetivo(s):** Revisar a literatura sobre a eficácia da ventilação não invasiva no manejo da insuficiência respiratória aguda, promovendo a construção de conhecimento científico e reflexivo entre discentes de Enfermagem. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura de caráter extensionista e formativo, realizada no primeiro semestre de 2025. A atividade consistiu na busca e seleção de artigos publicados entre 2019 e 2024, consultando as bases de dados PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science, utilizando os descritores “ventilação não invasiva”, “insuficiência respiratória aguda” e “desfechos clínicos”. Foram selecionados 10 estudos, obedecendo aos critérios de atualidade, relevância temática e rigor metodológico. A partir da análise crítica dos dados, elaborou-se material técnico-científico para subsidiar ações acadêmicas e extensionistas. **Resultados:** A revisão evidenciou que a VNI melhora a oxigenação, reduz a necessidade de intubação orotraqueal e diminui complicações respiratórias. O uso precoce da VNI em pacientes com DPOC, edema agudo de pulmão e COVID-19 foi associado à menor mortalidade e tempo de internação. A atividade possibilitou o desenvolvimento de competências em pesquisa e análise crítica, além de reforçar a importância da conduta baseada em evidências. Observou-se escassez de estudos práticos nacionais, o que limita a aplicabilidade dos achados em contextos locais. **Considerações Finais/Conclusões:** A experiência contribuiu para a formação acadêmica e profissional, promovendo o entendimento aprofundado da VNI na prática clínica intensiva. A atividade reforçou a relevância de decisões clínicas fundamentadas cientificamente e evidenciou a VNI como recurso seguro e eficaz. Recomenda-se a continuidade de ações extensionistas e a realização de estudos aplicados à realidade brasileira.

Palavras-chave: Ventilação não invasiva. Insuficiência respiratória aguda. Enfermagem.

Apoio financeiro: Não houve.

Aprovação Comitê de Ética: Não se aplica.

Modalidade de Iniciação Científica: Não vinculada ao PROIC.

Resumo oriundo de atividade complementar do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc|Afya

Referências

- ALMEIDA, P. et al. Ventilação não invasiva no edema pulmonar cardiogênico: eficácia e desfechos clínicos. *Jornal Brasileiro de Cardiologia*, v. 58, n. 4, p. 312-320, 2022.
- GÜELL, R. et al. Ventilação mecânica não invasiva: indicações e desfechos clínicos. *Revista Europeia de Pneumologia*, v. 53, n. 5, p. 1802494, 2019.
- OLIVEIRA, G. et al. Benefícios da ventilação não invasiva no tratamento de insuficiência respiratória aguda. *Revista Brasileira de Pneumologia*, v. 48, n. 1, p. 33-45, 2023.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA APLICADA NA ASSISTÊNCIA DE PACIENTES EM PARADA CARDIORESPIRATÓRIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Silva, Ana Luísa Rodrigues¹; vieira, Camila Emanuelle Rodrigues¹; santos, Larissa Rodrigues¹; rabelo, Luísa Celeste Araújo Lafetá¹; mendes, Mariana Gusmão¹; pinheiro, Pamela Ariane Prais¹; solene, Katia².

¹ Acadêmicos do curso de enfermagem da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso de enfermagem da instituição UNIFIPMOC

Introdução: A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem papel importante no atendimento de urgências, como a parada cardiorrespiratória (PCR). Esse tipo de situação exige ação rápida e eficaz para aumentar as chances de sobrevivência. Porém, muitos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) ainda enfrentam dificuldades para lidar com esses casos, devido à falta de treinamento adequado e à estrutura limitada das Unidades Básicas de Saúde (UBS). **Objetivo:** Avaliar a capacidade das equipes da APS no atendimento a situações de urgência, com foco na parada cardiorrespiratória. O estudo analisou o treinamento dos profissionais, os recursos disponíveis nas UBS e a existência de protocolos para atendimento de PCR e acionamento do SAMU. **Método:** Revisão narrativa da literatura com base em artigos publicados entre 2019 e 2024 nas bases SciELO e em documentos do Ministério da Saúde. Foram utilizados descritores como “saúde pública”, “parada cardiorrespiratória” e “atenção básica de saúde”. **Resultados:** A maioria dos estudos aponta que as equipes da APS não estão totalmente preparadas para lidar com a PCR. Os profissionais apresentam dificuldades na realização das manobras de ressuscitação cardiopulmonar (RCP), especialmente na aplicação correta das compressões e no uso do Desfibrilador Externo Automático (DEA) (Gomes et al., 2022). Muitas UBS também não têm os equipamentos necessários nem espaços adequados para esse tipo de atendimento (Silva & Andrade, 2021). Além disso, há falta de protocolos claros, o que dificulta a organização do atendimento e a comunicação com o SAMU (Ministério da Saúde, 2021). **Conclusão:** É necessário melhorar o preparo das equipes da APS por meio de treinamentos contínuos e práticos, além de investir na estrutura das UBS. Também é fundamental implementar protocolos padronizados que orientem o atendimento e agilizem a resposta às emergências. Essas ações podem salvar vidas e tornar o atendimento mais rápido e eficiente.

Palavras-chave: Parada cardiorrespiratória, atenção primária à saúde, ressuscitação cardiopulmonar, capacitação profissional, urgência e emergência.

Referências

GOMES, A. R. et al. Capacitação em RCP na Atenção Primária: lacunas e desafios. Revista Saúde em Foco, v. 13, n. 2, p. 34-42, 2022.
SILVA, M. J.; ANDRADE, R. M. Estrutura das UBS para o atendimento de emergências: um panorama nacional. Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade, v. 16, n. 43, p. 1-9, 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos de Urgência na Atenção Primária à Saúde. Brasília: MS, 2021.

ABORDAGEM DE MONITORAMENTO VACINAL EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Victória Emanuele Soares Ribeiro¹; Laura Guedes Figueiredo Pedreira¹; Kênia Souto Moreira²;

¹ Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Montes Claros.

² Professor curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Montes Claros.

Introdução/Justificativa: O acompanhamento da cobertura vacinal é uma atividade regular na gestão do Programa Nacional de Imunizações no âmbito do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais do Brasil. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) trabalha de forma integrada com a vigilância em saúde, tendo o enfermeiro com a capacidade de identificar fatores condicionantes no processo de saúde-doença. Assim sendo, esse estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer as práticas de vigilância imunológica e alcançar as metas de cobertura vacinal. **Objetivo:** Compreender as ações e percepções envolvidas no monitoramento vacinal de crianças menores de dois anos e gestantes cadastradas em uma Estratégia Saúde da Família. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa e com delineamento transversal, vinculado ao Projeto de Pesquisa Vacina Sim. Inicialmente, foi realizado o levantamento nominal de crianças menores de dois anos e gestantes, residentes na área de abrangência, a partir do Sistema VIVVER Saúde. Em seguida, foram realizadas reuniões com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), para validação das informações cadastrais e vacinais e exclusão de indivíduos que não atendiam aos critérios estabelecidos. A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, fundamentada nos registros previamente existentes e em suas atualizações, considerando o contexto das práticas em saúde coletiva e da vigilância vacinal. **Resultados:** A população do estudo consistiu em 45 crianças e 16 gestantes com cadastro ativo na unidade de saúde, que se enquadravam nos critérios de inclusão e que faziam parte da área de abrangência da equipe acompanhada. A verificação da situação vacinal da população incluída no estudo foi realizada individualmente, por meio de três checagens consecutivas: a existência do cartão-espelho, o registro vacinal eletrônico e o cartão vacinal original. Após a consolidação dos primeiros dados, foram acrescentados 21 cartões-espelho de pessoas sem registro do monitoramento vacinal anterior. **Conclusão:** O monitoramento vacinal permite uma visão clara e objetiva da situação imunológica da população. Além disso, a identificação de lacunas existentes auxilia na elaboração de planos de intervenção para a melhoria dos indicadores de saúde da área de abrangência.

Palavras-chave: Vacina. Monitorização Imunológica. Atenção Primária à Saúde.

Referência: SOUZA, W.M.S.S, GOMES A. A importância do monitoramento vacinal na atenção primária à saúde. **APS em Revista**, 2023. V.5, n.2, p.98-105. Disponível em: doi:10.14295/aps.v5i2.191. Acesso em: 20 abr. 2025.

Aprovação Comitê de Ética: CEP/UNIMONTES nº 6.234.026 de 2023

ACÇÃO EDUCATIVA COM IDOSOS: INTERVENÇÃO LÚDICA E INTERATIVA.

Santos, Amanda Silvia Cardoso¹; Gonçalves, Ana Júlia Lôpo¹; Gonçalves, Anna Paula Silveira¹; Costa, Camila Gonçalves¹; Silva, Maria Clara Teixeira¹; Oliveira, Sarah Rocha Neves¹; Côrte, Sarah Teixeira¹; Neta, Maria Esméria²

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) representa um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, especialmente entre a população idosa. Caracteriza-se por níveis elevados e sustentados da pressão arterial, sendo fator de risco para doenças cardiovasculares, renais e cerebrovasculares. Segundo o Ministério da Saúde, a prevalência da HAS aumenta significativamente com o avanço da idade, afetando mais da metade dos indivíduos com mais de 60 anos (BRASIL, 2021). Diante disso, torna-se essencial promover ações educativas que contribuam para a compreensão da doença, a adesão ao tratamento e a mudança de hábitos. Abordagens educativas com linguagem acessível, recursos interativos e estratégias lúdicas podem facilitar a internalização do conteúdo pelos idosos e promover maior engajamento (SILVA et al., 2021).

Objetivo: Descrever a ação de educação em saúde voltada para idosos, com foco na conscientização e no manejo da hipertensão. **Métodos:** Nesse contexto, trata-se de uma intervenção educativa realizada com um grupo de idosos, desenvolvida por acadêmicos de enfermagem, que utilizaram brinquedos recicláveis como recurso pedagógico para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Os brinquedos foram projetados para serem interativos, estimulando a coordenação motora e a prática de movimentos simples, com o objetivo adicional de promover relaxamento e aliviar o estresse. Durante o encontro, os participantes foram envolvidos por meio de abordagens lúdicas e adaptadas que facilitaram a compreensão dos conceitos de hipertensão, suas causas, possíveis consequências, fatores de risco e estratégias de prevenção. O conteúdo foi apresentado utilizando linguagem acessível e reforçado por exercícios práticos e discussões orientadas, promovendo maior engajamento e entendimento (OLIVEIRA et al., 2020). **Resultados:** A ação educativa foi positivamente acolhida pelos idosos, que demonstraram elevado interesse e engajamento nas atividades propostas. Foi possível observar uma significativa melhoria na compreensão sobre hipertensão e seus métodos de controle, enfatizando a importância de mudanças no estilo de vida, como uma alimentação balanceada, a prática regular de exercícios físicos e o uso adequado da medicação prescrita. A utilização de brinquedos confeccionados com materiais recicláveis contribuiu para facilitar o diálogo, promover momentos de descontração, além de estimular a coordenação motora e a interação social entre os participantes. Muitos relataram que nunca haviam participado de iniciativas educativas com essa abordagem dinâmica e expressaram satisfação com a forma interativa e leve com que o tema foi explorado. **Conclusão:** Portanto, a utilização de recursos lúdicos, como brinquedos recicláveis e interativos, revelou-se uma estratégia eficaz para a educação em saúde de idosos hipertensos, facilitando a compreensão dos aspectos relacionados à hipertensão arterial. Essas ações contribuíram significativamente para o fortalecimento do vínculo entre os participantes e os extensionistas, potencializando o engajamento e o alcance da intervenção. Ademais, evidencia-se o valor da criatividade e da abordagem humanizada como elementos fundamentais para a construção de práticas educativas mais inclusivas, participativas e eficazes. Projetos dessa natureza destacam o papel essencial do profissional de enfermagem na promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas, reafirmando a importância de metodologias inovadoras no contexto da atenção primária à saúde (BRASIL, 2021; OLIVEIRA et al., 2020; SILVA et al., 2021).

Palavras-chave: Hipertensão. Idosos. Educação em saúde. Lúdico. Promoção da saúde.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. *Hipertensão Arterial Sistêmica: caderno para agentes comunitários de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

OLIVEIRA, A. C. et al. Ações educativas no controle da hipertensão arterial em idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 1-10, 2020.

SILVA, M. M. et al. Estratégias lúdicas na promoção da saúde do idoso: revisão integrativa. *Revista de Enfermagem da UFPE*, Recife, v. 15, n. 2, p. 1-9, 2021.

CAPACITAÇÃO PARA ACS SOBRE PREVENÇÃO DO CANCÊR DE MAMA E DE COLO DO ÚTERO

Erick Kauan Ferreira Dos Santos¹; Euclécia Barbosa Vieira¹; Gustavo Gabriel Reis De Carvalho¹; Júlia Vitória Bispo Ribeiro¹; Poliana Costa Gomes¹;

Vitória Monique Santos Fonseca¹; Gizele Ferreira David².

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição UniFipMoc

² Professor do curso de Enfermagem da instituição da UniFipMoc

Introdução/Justificativa: O câncer de mama é o mais incidente entre as mulheres no Brasil, e o câncer do colo do útero, embora prevenível, ainda representa uma importante causa de mortalidade. A atenção primária à saúde, por meio da atuação das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), exerce papel estratégico na prevenção e na divulgação precoce de possíveis casos. Diante disso, percebe-se a importância de capacitar essas profissionais para que estejam preparadas tecnicamente e emocionalmente para abordar o tema com suas comunidades. **Objetivo(s):** capacitar Agentes Comunitárias de Saúde com foco na prevenção e no reconhecimento precoce do câncer de mama e do colo do útero, promovendo ações de cuidado e orientação nas áreas adscritas. **Métodos:** foi realizada uma ação de um projeto denominado “Elas por elas” na Unidade de Saúde Diamante no dia 15/05/2025, em formato de capacitação por meio de bate-papo, rodas de escuta e orientações técnicas com linguagem acessível e acolhedora. O público-alvo foram as ACS da unidade, que participaram de forma ativa, compartilhando experiências e tirando dúvidas, contamos com a presença de doze participantes. **Resultados:** a atividade gerou engajamento, participação e impacto direto na prática profissional das agentes. Após a capacitação, uma das ACS relatou que conseguiu estabelecer vínculo com uma moradora, que revelou, durante a conversa, ter identificado nódulos na mama esquerda. A partir dessa escuta qualificada, a paciente foi orientada a buscar avaliação médica. O relato exemplifica como o conhecimento e o acolhimento, aliados à prática comunitária, favorecem a identificação precoce de sinais de alerta, fortalecendo a atuação da Estratégia Saúde da Família. **Considerações Finais/Conclusões:** a capacitação realizada demonstrou ser uma ferramenta eficaz para ampliar o conhecimento técnico e o olhar sensível das ACS. O Projeto “Elas por Elas” reforça o protagonismo da atenção primária na prevenção de doenças e destaca a importância da escuta como instrumento de cuidado. Através de ações educativas simples e bem direcionadas, é possível fortalecer o vínculo entre profissionais e comunidade, promovendo saúde e qualidade de vida. Essa experiência proporcionou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, além do aprimoramento de habilidades essenciais como comunicação, empatia e trabalho em equipe. O envolvimento direto com ACSs permitiu uma compreensão mais profunda das necessidades locais e reforçou o compromisso dos estudantes com a responsabilidade social inerente à profissão.

Palavras-chave: saúde da mulher. Prevenção. Câncer de mama. Câncer de colo do útero. Agente Comunitária de Saúde.

Referências: INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). *Controle do câncer de mama no Brasil: dados e números 2024*. Rio de Janeiro: INCA, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). *Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero*. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

MOROSINI, M. V. G.; FONSECA, A. F. Os agentes comunitários na Atenção Primária à Saúde no Brasil: inventário de conquistas e desafios. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, spe1, p. 261–274, 2018.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

ESTIMULAÇÃO, CUIDADO E INTEGRAÇÃO PARA O BEM-ESTAR DE IDOSAS INSTITUCIONALIZADAS.

ROCHA, Gabriel Magno Soares ¹; AQUINO, Elysiane Alves¹; OLIVEIRA, Hannah Lima¹; OLIVEIRA, Nayara Christina Ramos¹; SANTOS, Vitor Gabriel Pereira¹; PINHEIRO, Ane Gabriela Gonçalves¹; DAVID, Gizele Ferreira²
¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da Instituição Centro Universitário UniFipMoc
² Docente do curso de Enfermagem Da Instituição Centro Universitário UnifipMoc

Introdução: Atividades voltadas ao bem-estar e à integração de idosas em instituições de longa permanência são essenciais para uma vida mais saudável e feliz. Muitas residentes nesses lares enfrentam negligência familiar e até mesmo de cuidadores, o que acarreta problemas sociais, emocionais e dificuldades de relacionamento. Além disso, são pouco estimuladas a participarem de ações fora da rotina. A criação de atividades que envolvam convivência e atenção individualizada contribui para um ambiente acolhedor e enriquecedor, valorizando cada idosa e fortalecendo os laços comunitários. **Objetivo:** Trata-se de um relato de experiência, que focou em promover bem-estar, acolhimento, estimulação cognitiva e interação social entre as idosas do Lar das Velhinhas – Centro Feminino de Longa Permanência, preservando funções mentais, fortalecendo a autonomia e melhorando a qualidade de vida no envelhecimento. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência com intervenção baseada em um café coletivo, promovendo convivência e descontração. Houve também visita à enfermaria, com atenção especial às idosas acamadas, por meio de escuta e conversas afetuosas. A atividade principal foi um bingo recreativo, com brindes simbólicos, estimulando a interação entre as participantes. **Resultados:** A ação gerou resultados positivos, como o aumento da interação social durante o café coletivo e um ambiente de alegria e acolhimento. As idosas demonstraram satisfação, engajamento e vínculo com a equipe, evidenciando a relevância de iniciativas que favorecem o bem-estar emocional e social. **Conclusão:** A intervenção demonstrou o impacto positivo de atividades que promovem o estímulo cognitivo, a convivência e o cuidado afetivo. Ações como o bingo, o café coletivo, a distribuição de lembranças e as visitas individualizadas contribuíram para melhorar a qualidade de vida das residentes. Essas práticas reforçam a importância de iniciativas contínuas e alinhadas à ODS 3, que visa garantir saúde e bem-estar a todas as idades.

Palavras-chave: Integração Social, Cognição, Instituição de Longa Permanência para Idosos.

Referências: Firmino, R. G., Arruda, L. F., Nunes, V. M. F., & Eulálio, M. C. (2025). Estimulação cognitiva em idosos: uma proposta de intervenção online em tempos de pandemia. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e3508. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e Bem-Estar**. [S. l.], 2024.
Pereira, Fernanda. A.; Oliveira, Antônio J. F., Atividades Cognitivas e Envelhecimento Cognitivo Saudável: Perspectiva Psicológica. *Mythos*, 21, 2 (Edição especial), 105-113.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE HIPERTENSÃO NA ESF ALTO SÃO JOÃO

Silva, Ana Clara Barros ¹; Oliveira, Ana Maria Santos¹; Fonseca, Camile Vitória Leite¹; Lopes, Luiz Felipe Fonseca Pereira¹; Ramos, Victoria Novaes¹; Coutinho, Emilly Auanny Ferreira¹; Neta, Maria Esméria²
¹ Acadêmico do curso enfermagem da instituição UNIFIPMOC
² Professor do curso enfermagem da instituição UNIFIPMOC

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é caracterizada por níveis elevados de pressão sanguínea, exigindo que o coração trabalhe mais do que o normal. Sendo uma doença crônica e sem cura, exige controle contínuo e faz parte da vida de muitos idosos. Segundo o Ministério da Saúde, um em cada quatro adultos brasileiros é hipertenso, e entre os com mais de 65 anos, a prevalência pode chegar a 61%, afetando a qualidade de vida e aumentando o risco de doenças (QUEIROZ et al., 2020). A HAS costuma ser silenciosa e, se não controlada, pode causar infarto, AVC, doença renal crônica e morte prematura. Está associada a fatores como alimentação inadequada, sedentarismo, tabagismo, álcool, obesidade e estresse (BARROSO et al., 2021). **Objetivo:** Promover a sensibilização de idosos hipertensos quanto à importância de uma alimentação saudável, da prática regular de atividade física e do uso adequado de medicamentos no tratamento da hipertensão arterial. **Método:** Foram desenvolvidas atividades educativas, como oficinas e rodas de diálogo, com discentes do 2º período de Enfermagem, tratando de assuntos relacionados à nutrição equilibrada, comprometimento com o tratamento e incorporação de exercícios físicos à rotina. **Resultado:** A intervenção demonstrou efetividade ao contribuir para o entendimento de conteúdos como hábitos alimentares saudáveis, engajamento no tratamento e adoção de atividades físicas. As estratégias interativas promoveram maior engajamento dos participantes, favoreceram a troca de experiências e estimularam a prática do autocuidado. **Conclusão:** A educação em saúde na ESF é essencial no enfrentamento das doenças crônicas, pois além de informar, fortalece a autonomia dos usuários. Abordagens sensíveis às realidades locais favorecem mudanças sustentáveis no estilo de vida. Conclui-se que práticas educativas interativas são fundamentais para o controle da hipertensão e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Idosos. Alimentação. Hipertensão.

Referências:

- Queiroz, M. G., de Aquino, M. L. A., Brito, A. D. L., Medeiros, C. C. M., da Silva Simões, M. O., Teixeira, A., & de Carvalho, D. F. (2020). Hipertensão arterial no idoso-doença prevalente nesta população: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Development*, 6(4), 22590-22598.
- Barroso, W. K. S., Rodrigues, C. I. S., Bortolotto, L. A., Mota-Gomes, M. A., Brandão, A. A., Feitosa, A. D. D. M., ... & Nadruz, W. (2021). Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial–2020. *Arquivos brasileiros de cardiologia*, 116(3), 516- 658.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

“COMO A LIDERANÇA VARIA EM DIFERENTES ÁREAS?”

ROCHA¹, Andressa Maria Pereira; ANTUNES¹, Brenda Karoliny Oliveira; PINTO¹, Maria Rita Lisboa; LOPES¹, Paula Beatriz Silveira; DUPIM¹, Vivian Silva; SOUSA¹, Yuri Wiver Santos Almeida; DIAS², Katia Cristiane Soledade. ¹Acadêmicos do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMoc|Afya. ²Professora do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMoc|Afya.

Introdução/Justificativa: A liderança é essencial na gestão organizacional, influenciando o desempenho das equipes, a motivação dos colaboradores e os resultados institucionais (Chiavenato, 2014). Compreender os estilos de liderança e suas manifestações em diferentes setores é fundamental para ambientes de trabalho produtivos e saudáveis. A literatura destaca que estilos como o transformacional, transacional e democrático impactam de formas distintas a gestão e o comportamento das equipes (Bass & Riggio, 2006; Marinho et al., 2019). Este estudo justifica-se pela necessidade de analisar variações nos estilos de liderança em distintos contextos organizacionais, contribuindo para práticas de gestão mais eficazes. **Objetivo:** Analisar, por meio de revisão de literatura, as variações nos estilos de liderança em diferentes setores organizacionais, destacando seus impactos na gestão e no desempenho institucional. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, com abordagem qualitativa. A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, entre março e abril de 2025. Utilizaram-se os descritores: “Liderança”, “Administração” e “Setores Econômicos”, em português, inglês e espanhol. Foram incluídos artigos de 2015 a 2025, disponíveis na íntegra, que abordassem estilos de liderança na gestão organizacional. Excluíram-se estudos duplicados, com foco em liderança política ou religiosa, ou sem metodologia definida. Após triagem, 11 artigos foram selecionados. **Resultados:** Os estilos de liderança variam conforme o setor, influenciados por fatores como cultura institucional, tipo de serviço, perfil dos colaboradores e metas. O estilo transformacional foi relacionado à inovação e ao desenvolvimento de equipes, especialmente nos setores de tecnologia e educação. O estilo transacional apareceu em ambientes com rotinas padronizadas, como indústrias. Já a liderança democrática destacou-se em setores como saúde e educação, favorecendo um clima colaborativo. **Considerações Finais:** Adequar o estilo de liderança ao contexto é essencial para a eficácia da gestão. Apesar de o foco não ter sido exclusivo na Enfermagem, os achados sugerem que, em áreas multiprofissionais como a saúde, estilos participativos e transformacionais favorecem a colaboração. Pesquisas futuras podem aprofundar essas implicações em setores específicos.

Palavras-chave: Liderança. Administração. Setores Econômicos.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar VI da UNIFIPMoc|Afya

Referências:

CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. BASS, B. M.; RIGGIO, R. E. *Transformational leadership*. 2nd ed. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2006. MARINHO, M. E. C. et al. Estilos de liderança e sua influência nas organizações. *Revista de Administração*, v. 54, n. 3, p. 314-324, 2019.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PAPEL DA HUMANIZAÇÃO DO PARTO E SEUS DESAFIOS.

GUIMARÃES Maria Eduarda Mesquita; ¹; SANTOS Maria Vithoria Flávio; ¹; DIAS, Katia Cristiane Soledade;

¹ Acadêmicas do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc

² Professor do curso de Enfermagem da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A humanização da assistência ao parto implica que os profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, respeitem a fisiologia feminina, evitem intervenções desnecessárias, considerem os aspectos sociais e culturais, e ofereçam suporte emocional à mulher e sua família, garantindo seus direitos de cidadania. Esse modelo preconiza a autonomia da mulher e fortalece o vínculo com o profissional de saúde, especialmente com a equipe de enfermagem. Para o bom desenvolvimento do trabalho de parto, é fundamental o bem-estar, o que contribui para a redução de riscos e complicações (CARDOZO et al., 2024). Nesse contexto, o apoio emocional de um acompanhante de livre escolha da parturiente se mostra eficaz para que a mulher suporte melhor a dor e a tensão. A Lei nº 11.108/2005 assegura esse direito, contudo, diversos autores evidenciam que sua implementação ainda enfrenta obstáculos nas instituições públicas de saúde, seja pela resistência das equipes ou pela insuficiência de infraestrutura adequada (DIAS; DOMINGUES, 2005). **Objetivo(s):** Compreender a atuação da enfermagem na promoção da humanização do parto, destacando os principais desafios enfrentados durante o pré-natal, parto e puerpério. **Métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em artigos científicos disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e LILACS, com recorte temporal de 2010 a 2024. Foram selecionados 12 artigos com enfoque em parto humanizado no SUS, dos quais 7 abordavam diretamente a atuação de enfermeiros, utilizando análise temática. **Resultados:** A literatura aponta que, embora haja avanços, a humanização do parto ainda enfrenta barreiras como a resistência institucional, falta de capacitação dos profissionais e limitações na infraestrutura. A atuação da enfermagem é essencial para promover um ambiente acolhedor e livre de violências obstétricas. **Considerações Finais/Conclusões:** O enfermeiro desempenha um papel central para assegurar que o parto seja seguro e respeitoso. O medo e a dor impactam negativamente o processo fisiológico, podendo levar a intervenções desnecessárias. Dessa forma, torna-se imprescindível investir na formação humanizada, na educação permanente, nas práticas colaborativas e no fortalecimento das políticas públicas de saúde. Tais ações são fundamentais para qualificar os profissionais, melhorar a assistência obstétrica e assegurar um cuidado digno, ético e centrado na mulher.

Palavras-chave: Humanização. Enfermagem. Parto.

Referências: Dias MAB, Domingues RMSM. Desafios na implantação de uma política de humanização da assistência hospitalar ao parto. *Ciênc & Saúde Coletiva* 2005;10(3):699-705.

CARDOZO, Diego Cazuza; GALDINO, Fábio; BERNARDO, Dayane de Castro; FELICIO, Felipe de Castro. DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PARTO HUMANIZADO. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 1, n. 01, p. 14–30, 2024. DOI: 10.51891/rease.v1i01.17307.

NASCIMENTO, Evany Rosário do; SANTOS, Érica Camile da Silva; SOUSA, Derijulie Siqueira de; GALLOTTI, Fernanda Costa Martins. Desafios da assistência de enfermagem ao parto humanizado. *Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT, Aracaju*, v. 6, n. 1, p. 141–146, mar.

FATORES DE RISCO PARA HIPERTENSÃO ARTERIAL

Brito, Mateus Vinícius Pereira¹; Cezar, Maria Eduarda Sampaio¹; Duarte, Emilly Santos¹; Marchezini, Marianne Evangelista¹; Mendes, Isadora da Silva¹; Oliveira, Adriana da Silva¹; Neta, Esméria Maria²

¹Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição UNIFIPMOC

²Professor do curso de Enfermagem da instituição UNIFIPMOC

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é caracterizada pela elevação persistente da pressão arterial, sendo fator de risco para doenças cardiovasculares, renais e neurológicas. Segundo a OMS, cerca de 1,28 bilhão de adultos entre 30 e 79 anos são hipertensos, com elevada taxa de subdiagnóstico em países em desenvolvimento (OMS, 2020). No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 indica que 24,5 % dos adultos relataram diagnóstico médico de hipertensão (BRASIL, 2020). Identificar seus fatores de risco é essencial para estratégias de prevenção e controle. **Objetivo(s):** Identificar e descrever os principais fatores de risco para a hipertensão arterial sistêmica com base em evidências científicas e documentos oficiais. **Métodos:** Revisão narrativa da literatura, com buscas em LILACS, PubMed, portais do Ministério da Saúde e da OMS. Foram incluídos cerca de 15 artigos selecionados por relevância e atualidade, publicados nos últimos 10 anos, em português ou inglês, com acesso aberto. **Resultados:** Os fatores são divididos em não modificáveis e modificáveis. Entre os não modificáveis, destacam-se a idade, sexo e a hereditariedade, sendo este um fator importante, pois indivíduos com histórico familiar de hipertensão apresentam maior predisposição ao desenvolvimento da doença, mesmo adotando hábitos de vida saudáveis. A prevalência da HAS ultrapassa 60% entre pessoas com mais de 60 anos (OMS, 2020). Homens de 30 a 59 anos são mais afetados, enquanto em mulheres o risco aumenta após a menopausa (BRASIL, 2020). Entre os fatores modificáveis estão: má alimentação, consumo excessivo de sal, açúcar e gordura saturada; sedentarismo; obesidade abdominal; tabagismo; consumo frequente de álcool; estresse crônico; distúrbios do sono e sobrecarga emocional. A dieta DASH (é um padrão alimentar voltado para a prevenção e controle da hipertensão arterial, com ênfase no consumo de alimentos naturais e redução de sódio, açúcares e gorduras) e a prática regular de atividade física mostram efeitos benéficos no controle da pressão (SANTOS et al., 2019; OMS, 2020). Estudos também apontam que fatores emocionais agravam o quadro hipertensivo (RODRIGUES et al., 2018). **Conclusões:** A HAS é multifatorial, em grande parte associada a fatores modificáveis. Incentivar hábitos saudáveis, autocuidado e políticas públicas eficazes é fundamental para prevenção e controle.

Palavras-chave: Hipertensão. Prevenção de doenças. Saúde pública.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas. Rio de Janeiro: IBGE; Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>. Acesso em: 8 maio 2025. SANTOS, G. F. et al. Efeitos da dieta DASH no controle da hipertensão arterial: revisão sistemática. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 14, n. 41, p. 1–10, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1963>. Acesso em: 10 maio 2025. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Guideline for the pharmacological treatment of hypertension in adults. Geneva: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240033986>. Acesso em: 9 de maio de 2025.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA HIPERTENSÃO.

Almeida, Joana Gomes¹; Andrade, Evilly Vitoria Nogueira¹, Batista, Vitória Gabrielly Gonçalves¹, Gonçalves, Benicia Gabriela Martins Pereira¹, Lopes, Luan Pablo Ribeiro¹, Silva, Jéssica Nayara¹, Neta, Maria Esméria² ¹Discente da FIPMOC; ²Docente da FIPMOC

Introdução A hipertensão arterial é uma condição multifatorial e um dos principais problemas de saúde pública, com potencial para causar lesões em órgãos vitais como coração, cérebro, rins e vasos sanguíneos. Muitas vezes assintomática, pode ter diagnóstico tardio, dificultando o tratamento. O cuidado na atenção primária é essencial, sendo a prevenção uma estratégia eficaz. O enfermeiro tem papel fundamental por meio do acompanhamento e da orientação, atuando na educação em saúde e promovendo conhecimento sobre a doença e seu manejo. **Objetivo:** Identificar o papel do enfermeiro na prevenção, controle e acompanhamento da hipertensão arterial, com ênfase nas ações clínicas, educativas e comunitárias na atenção primária à saúde. **Método:** Revisão bibliográfica descritiva baseada em publicações científicas entre 2019 e 2024, nas bases SciELO, LILACS e Google Scholar. Os critérios de inclusão foram estudos que abordaram diretamente a atuação do enfermeiro na hipertensão. **Resultado:** A análise evidenciou que o enfermeiro desempenha papel central no enfrentamento da hipertensão. Entre suas principais funções estão: orientação sobre hábitos saudáveis, como alimentação balanceada, práticas de atividades físicas, controle do consumo de sal e uso correto de medicamentos, aferição da pressão arterial e identificação de fatores de risco, planejamento individualizado do cuidado, visitas domiciliares e acompanhamento regular para fortalecer a adesão ao tratamento, integração com a equipe multiprofissional e participação em atividades coletivas como grupos educativos e rodas de conversa nas Unidades de Saúde da Família, promovendo o autocuidado e o vínculo com a comunidade. **Conclusão:** O enfermeiro exerce papel estratégico na prevenção e no controle da hipertensão, sendo peça-chave na promoção do autocuidado, adesão ao tratamento e melhoria dos indicadores de saúde. Fortalecer essa atuação e garantir apoio institucional são medidas essenciais para o enfrentamento da hipertensão como problema de saúde pública.

Palavras-chave: Enfermagem. Hipertensão. Atenção primária

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Hipertensão arterial sistêmica. Cadernos de Atenção Básica, n. 15. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
FERREIRA, S.R.G.; MARQUES, M.B.F. Educação em saúde como estratégia de cuidado ao paciente hipertenso. Revista Brasileira de Promoção da Saúde, v. 32, n. 3, p. 1–8, 2019.
LIMA, V. A. S. et al. Práticas de enfermagem na prevenção da hipertensão arterial sistêmica: revisão integrativa. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 2, p. e10812, 2021.

ABRAÇO QUE SALVA: PROJETO CONTRA A MORTALIDADE INFANTIL NO BRASIL.

Introdução/Justificativa: A mortalidade infantil no Brasil, embora tenha diminuído nas últimas décadas, ainda representa um grande desafio, sobretudo devido às causas evitáveis. A maioria dos óbitos ocorre no período neonatal e poderia ser prevenida com intervenções adequadas durante o pré-natal, o parto e os primeiros dias de vida. Segundo Victora et al. (2011), “a maioria das mortes infantis no Brasil ainda ocorre por causas evitáveis, refletindo deficiências no cuidado materno-infantil, principalmente entre populações vulneráveis”. Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias integradas e da valorização da atenção primária à saúde. **Objetivo(s):** Relatar a atividade realizada na comunidade Vila Telma, em Montes Claros – MG, com foco na promoção da saúde de gestantes, puérperas e mães, enfatizando o acolhimento, a orientação educativa e a prevenção de agravos. **Métodos:** Em abril de 2025, acadêmicos de saúde, com o apoio de uma enfermeira da unidade de saúde local, realizaram visitas domiciliares na comunidade Vila Telma, Montes Claros/MG. Durante as visitas, foram oferecidas orientações sobre cuidados no pós-parto, amamentação e vacinação. Também foram entregues kits de cuidados e repassadas informações sobre a prevenção da Síndrome da Morte Súbita Infantil (SMSI) e a importância da atualização do calendário vacinal. **Resultados:** A ação gerou impactos positivos, com expressivo engajamento das participantes nas orientações recebidas. As informações sobre amamentação e vacinação promoveram maior conscientização entre as mães, enquanto os kits de cuidados e as orientações sobre a SMSI incentivaram práticas mais seguras no ambiente domiciliar. O projeto contribuiu para a prevenção da mortalidade infantil e fortaleceu o vínculo entre as mães e os profissionais de saúde. **Considerações Finais/Conclusões:** A ação desenvolvida no bairro Vila Telma fortaleceu a promoção da saúde materno-infantil, destacando-se pelas orientações sobre cuidados no pós-parto e vacinação. A experiência reforça a importância da educação em saúde como ferramenta essencial para a redução da mortalidade infantil e para o fortalecimento da atenção básica nas comunidades vulneráveis.

Palavras-chave: Mortalidade infantil, saúde materno-infantil, visita domiciliar.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para profissionais de saúde. Brasília: MS, 2014. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude>. VICTORA, C. G. et al. As causas do atraso no crescimento infantil: evidências a partir de 84 países em desenvolvimento. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 1–13, 2011.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão V da UNIFIPMoc/Afya

FATORES E ESTRATÉGIAS PARA O DESMAME VENTILATÓRIO EM PACIENTES COM DPOC CRONOLOGICAMENTE DEPENDENTES

SILVA, Anny Caroline Maia¹; RIBEIRO, Ricardo Camara²

¹Acadêmicos do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

²Professora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

Introdução: Pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) dependentes de ventilação mecânica por longos períodos enfrentam dificuldades no desmame, impactando a recuperação e qualidade de vida. Estima-se que cerca de 10% desses pacientes desenvolvam ventilação mecânica prolongada (VMP), definida como suporte ventilatório superior a 21 dias, associada a maior risco de complicações e desfechos adversos (Chen et al., 2024). Compreender os fatores que influenciam o desmame é essencial para otimizar o manejo clínico. **Objetivo:** Identificar fatores e intervenções que promovam sucesso no desmame ventilatório em pacientes com DPOC, visando melhores desfechos e menos complicações. **Metodologia:** Realizou-se revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados publicados entre 2020 e 2025, nas bases PubMed, SciELO e LILACS. Utilizaram-se os descritores "desmame ventilatório", "DPOC" e "ventilação mecânica prolongada", combinados por operadores booleanos. Foram incluídos estudos com amostras representativas ($n \geq 30$), desfechos relevantes (tempo de desmame, taxa de sucesso e complicações) e significância estatística ($p < 0,05$). A qualidade foi avaliada com a ferramenta Cochrane Risk of Bias. Dados sintetizados qualitativamente, com ênfase em fatores associados ao desmame e estratégias de intervenção. **Resultados:** A disfunção muscular respiratória foi identificada como um dos principais obstáculos ao desmame em pacientes com DPOC. O treinamento muscular inspiratório (TMI) revelou-se eficaz, com estudos demonstrando aumento da força muscular respiratória e maior taxa de sucesso no desmame (Silva et al., 2023). O uso de modos ventilatórios como Ventilação com Pressão de Suporte (PSV) foi associado à redução do tempo de desmame e à melhoria dos desfechos, embora sua eficácia varie conforme o perfil do paciente (Oliveira et al., 2022). Ajustes individualizados nos parâmetros ventilatórios também mostraram potencial para otimizar o processo. **Conclusão:** O desmame ventilatório em pacientes com DPOC cronicamente dependentes é um processo complexo que demanda abordagem integrada e personalizada. Intervenções como o TMI e a escolha adequada de modos ventilatórios, como o PSV, podem melhorar significativamente as taxas de sucesso e reduzir complicações associadas à VMP. Esses achados reforçam a importância de estratégias multidisciplinares e individualizadas, com potencial para aprimorar a prática clínica e os desfechos dos pacientes.

Palavras-chave: desmame ventilatório; DPOC; ventilação mecânica prolongada; treinamento muscular inspiratório

Referências: CHEN, Y. et al. The impact of comorbidities on prolonged mechanical ventilation in COPD patients. *BMC Pulmonary Medicine*, 2024. Disponível em: <https://bmcpulmmed.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12890-024-03068-9>; SILVA, R. et al. Influência do treinamento muscular inspiratório no desmame da ventilação mecânica. *Rev. Fisioter. Mov.*, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/influencia-do-treinamento-muscular-inspiratorio-no-desmame-da-ventilacao-mecanica/>; OLIVEIRA, M. et al. O modo PSV apresenta piores desfechos em relação ao desmame ventilatório em pacientes com DPOC. *Rev. Bahiana Fisioter.*, 2022. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/4981>; KUO, N. Y. et al. A randomized clinical trial of neurally adjusted ventilatory assist versus conventional weaning mode in patients with COPD and prolonged mechanical ventilation. *Int. J. Chron. Obstruct. Pulmon. Dis.*, v.11, p.945-951, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27274216/>. Acesso em: 28 mai. 2025.

“DENGUE: UMA ANÁLISE MULTIFATORIAL DOS IMPACTOS DA DOENÇA”

ROCHA¹, Ana Carolina Soares; ¹COSTA, Ana Maria de Fátima Pereira;
SANTOS, Larissa Elen de Alemida¹; SOUZA, Maisa Gomes¹; JESUS, Milleny Cristine Souza¹; CARVALHO, Sofia Novais de Brito¹; DIAS, Kátia Cristiane Soledade²

¹Acadêmicos do Enfermagem da instituição UNIFIP-Moc AFYA

² Professor do curso de Enfermagem da instituição UNIFIP-Moc AFYA

Introdução/Justificativa: O seguinte trabalho visa analisar aspectos multifatoriais relacionados a dengue, como a recorrência do aumento de casos no Brasil e os impactos da doença na saúde pública. Segundo o Ministério da Saúde a atenção primária possui função relevante na ampliação de práticas de promoção e prevenção no combate à dengue. Desse modo, a enfermagem tem o papel de exercer suas atribuições, a fim de reduzir agravos, proporcionar recuperação e gerenciar o cuidado a comunidade (MS,2024). **Objetivo:** Analisar os aspectos da dengue, incluindo seus determinantes epidemiológicos e impactos na saúde pública. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura que tem por objetivo identificar os fatores sociais, ambientais e comportamentais da dengue no Brasil e evidenciar o trabalho da enfermagem na redução de agravos, desenvolvida pelos alunos do 6º período de Enfermagem da UNIFIPMOC, a coleta dos artigos foram realizadas através de bases de dados do SciELO, Google acadêmico, Organização Mundial da Saúde e Ministério da Saúde entre o período de março a maio de 2025. Os critérios de seleção dos artigos foram estudos realizados nos últimos 10 anos, em consonância ao tema abordado. Foi utilizada palavras específicas, a fim de potencializar os resultados. **Resultados:** A revisão de literatura apontou informações que evidenciaram as seguintes abordagens de temas: diversidade dos sorotipos da dengue, fatores que resultam na maximização da doença, condições climáticas e seus impactos e estratégias de enfermagem. **Conclusão:** A dengue é uma doença infecciosa que representa um desafio significativo para a saúde pública, especialmente no Brasil, onde sua incidência tem aumentado de forma alarmante. Este estudo destacou os principais determinantes epidemiológicos que são direcionados para a triagem da doença, como as condições ambientais, a urbanização descontrolada e a falta de conscientização da população. Além disso, foram envolvidos os impactos sociais e econômicos da epidemia, que resultaram em um aumento da morbidade e sobrecarga do sistema de saúde. A implementação de estratégias de prevenção e controle, incluindo campanhas de educação e mobilização social, é essencial para mitigar a propagação do vírus da dengue. O papel da enfermagem junto a equipe multidisciplinar, somado a políticas públicas tem a capacidade de promover o acesso a informações e recursos para enfrentar os desafios impostos por essa doença. Em suma, o combate à dengue requer uma abordagem integrada que combine esforços de prevenção, tratamento e educação, visando à proteção da saúde da população.

Palavras-chave: Dengue. Papel da Enfermagem. Saúde Pública. Epidemia

Referências:

Medeiros, E. A. Desafios no controle da epidemia da dengue no Brasil. Acta Paulista de Enfermagem, v. 37, 2024.
Ministério Da Saúde. Dengue-Manual De Enfermagem. Brasília DF:MS, 2024.
Santos, G. et al. Dengue: Prevenção, Controle e Cuidados de Enfermagem - Revisão Integrativa da Literatura 2008-2013. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 20, n. 1, p. 71–78, 2016.

IMPACTO DA HIPERINSUFLAÇÃO DINÂMICA NO MANEJO VENTILATÓRIO DE PACIENTES COM DPOC

SILVA, Anny Caroline Maia¹; RIBEIRO, Ricardo Camara²

¹Acadêmicos do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

²Professora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

Introdução: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) apresenta limitação persistente ao fluxo aéreo, frequentemente associada à hiperinsuflação dinâmica (HD), causada pelo aprisionamento aéreo na expiração. Esse fenômeno aumenta a carga elástica sobre os músculos respiratórios, agravando a dispneia e limitando a capacidade de exercício, comprometendo a qualidade de vida dos pacientes. Compreender o impacto da HD é essencial para otimizar o manejo clínico dessa população. **Objetivo:** Avaliar o impacto da hiperinsuflação dinâmica no manejo ventilatório de pacientes com DPOC e identificar estratégias para reduzir seus efeitos. **Metodologia:** Uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados (2020-2025) nas bases PubMed, SciELO e LILACS, com os descritores "hiperinsuflação dinâmica", "DPOC" e "ventilação mecânica", combinados por operadores booleanos. Foram incluídos estudos com amostras ≥ 30 participantes, desfechos clínicos relevantes (redução da HD, melhora na tolerância ao exercício, alívio da dispneia) e significância estatística ($p < 0,05$). A qualidade metodológica foi avaliada pela ferramenta Cochrane Risk of Bias, e os dados sintetizados qualitativamente, com foco em intervenções ventilatórias. **Resultados:** A hiperinsuflação dinâmica foi confirmada como fator central na gênese da dispneia e limitação funcional em pacientes com DPOC, especialmente durante exercícios. A aplicação de pressão expiratória positiva nas vias aéreas (PEEP) reduziu a HD, promovendo melhor sincronia paciente-ventilador e diminuindo o trabalho respiratório (Clancy et al., 2021). A ventilação não invasiva (VNI) durante o exercício mostrou-se eficaz em minimizar a HD, aumentar a tolerância ao exercício e melhorar a qualidade de vida, com benefícios em pacientes com DPOC grave (Pessoa et al., 2012). Estratégias complementares, como a reabilitação pulmonar, também mitigaram os efeitos da HD (Monteiro et al., 2016). **Conclusão:** A hiperinsuflação dinâmica representa desafio significativo no manejo da DPOC, contribuindo para dispneia e redução da capacidade funcional. Intervenções como aplicação otimizada de PEEP e uso de VNI durante o exercício são estratégias promissoras que aliviam a HD, melhoram a mecânica respiratória e favorecem a qualidade de vida. Esses achados destacam a importância de abordagens ventilatórias personalizadas e integradas, com potencial para transformar a prática clínica e melhorar os desfechos funcionais desses pacientes.

Palavras-chave: hiperinsuflação dinâmica; DPOC; ventilação mecânica; pressão expiratória positiva; ventilação não invasiva.

Referências: CLANCY, J. D.; MENADUE, C.; SCHNEEBERGER, T. et al. Bilevel noninvasive ventilation during exercise reduces dynamic hyperinflation and improves cycle endurance time in severe to very severe COPD. *Chest*, v. 160, n. 6, p. 2066-2079, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34224690/>. Acesso em: 24 maio 2025.; GUENETTE, J. A.; WEBB, K. A.; O'DONNELL, D. E. Does dynamic hyperinflation contribute to dyspnoea during exercise in patients with COPD? *European Respiratory Journal*, v. 40, n. 2, p. 322-329, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22183485/>. Acesso em: 24 maio 2025.; MONTEIRO, M. B. et al. Reabilitação pulmonar em DPOC grave com hiperinsuflação. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 42, n. 2, p. 121-129, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/HkX6g4P86sPR8mmjqHMPVH/>. Acesso em: 24 maio 2025.; PESSOA, I. M. B. S.; COSTA, D.; VELLOSO, M. et al. Efeitos da ventilação não invasiva sobre a hiperinsuflação dinâmica de pacientes com DPOC durante atividade da vida diária com os membros superiores. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 16, n. 1, p. 61-67, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/dRN5FwZsYtHhqqtvchh4cDR/>.

EFICÁCIA DA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA NO MANEJO DE EXACERBAÇÕES AGUDAS DA DPOC

SILVA, Anny Caroline Maia¹; RIBEIRO, Ricardo Camara²

¹Acadêmicos do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

²Professora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

Introdução: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma condição respiratória progressiva caracterizada por limitação crônica ao fluxo aéreo, agravada em exacerbações agudas que frequentemente levam à insuficiência respiratória hipercápnica. Essas crises aumentam o risco de intubação orotraqueal e mortalidade, representando um desafio clínico. A ventilação não invasiva (VNI) tem se destacado como alternativa eficaz à ventilação mecânica invasiva, reduzindo complicações e melhorando a recuperação. **Objetivo:** Avaliar a eficácia da VNI no tratamento das exacerbações agudas da DPOC, focando na redução da intubação e na melhora dos desfechos clínicos. **Metodologia:** Foi realizada revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados (2020-2025) nas bases PubMed, SciELO e LILACS, usando os descritores "ventilação não invasiva", "DPOC" e "exacerbação aguda". Foram incluídos estudos com pelo menos 30 participantes, desfechos relevantes (taxas de intubação, mortalidade, melhora gasométrica) e significância estatística ($p < 0,05$). A qualidade metodológica foi avaliada pela ferramenta Cochrane Risk of Bias. Os dados foram analisados qualitativamente, com foco na eficácia da VNI e fatores associados ao sucesso ou insucesso. **Resultados:** A VNI reduziu significativamente a necessidade de intubação e mortalidade hospitalar em pacientes com exacerbações agudas da DPOC. Um estudo prospectivo reportou 60,9% de sucesso da VNI em insuficiência respiratória hipercápnica, embora acidose metabólica e infecções extrapulmonares fossem fatores de insucesso (Pessoa et al., 2023). Comparada à oxigenoterapia convencional, a VNI diminuiu a taxa de intubação (4,7% vs. 15,2%, $p = 0,002$), melhorou parâmetros gasométricos e reduziu o tempo de internação (Li et al., 2021). Esses dados confirmam a eficácia da VNI, especialmente quando aplicada precocemente. **Conclusão:** A ventilação não invasiva é essencial no manejo das exacerbações agudas da DPOC, reduzindo a intubação e melhorando mortalidade e recuperação. A seleção adequada dos pacientes e monitoramento rigoroso são fundamentais para otimizar os benefícios e minimizar riscos. A integração da VNI em protocolos clínicos pode melhorar a qualidade do cuidado e a sobrevida dos pacientes.

Palavras-chave: ventilação não invasiva; DPOC; exacerbação aguda; insuficiência respiratória; intubação.

Referências:

- DOSHI, P. B. et al. High-velocity nasal insufflation versus noninvasive positive pressure ventilation for treatment of acute hypercapnic respiratory failure: a randomized clinical trial. *Academic Emergency Medicine*, v. 31, n. 5, p. 456-465, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39663589/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- FERREIRA, J. C. et al. Orientações práticas de ventilação mecânica baseadas em evidências: sugestões de duas sociedades médicas brasileiras. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 51, n. 1, e20240255, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/XQBYxFkLncd4kNMbm6hZsQ/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2025.
- LI, J. et al. Early use of noninvasive positive pressure ventilation for acute exacerbations of chronic obstructive pulmonary disease: a randomized controlled trial. *Respiratory Care*, v. 66, n. 5, p. 733-739, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33883257/>. Acesso em: 26 maio 2025.
- PESSOA, I. M. B. S. et al. Efeitos da ventilação não invasiva sobre a hiperinsuflação dinâmica de pacientes com DPOC durante atividade da vida diária com os membros superiores. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 16, n. 1, p. 61-67, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/dRN5FwZsYtHhqqtvchh4cDR/>. Acesso em: 26 maio 2025

ACÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE: CUIDADO E EDUCAÇÃO MATERNA

Sousa, Andressa dias¹, Couto, Arthur Gomes², Santo, Eduardo Rimet Mendes Do Espirito³, Azevedo, Iasmim⁴, Oliveira, Marx Benett Gonçalves⁵, Silva, Thamyris Lopes⁶, Ferreira, Tatiane Amélia⁷
1-6 Acadêmicos do curso de enfermagem da instituição Unifipmoc
7 Professora do curso de enfermagem da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde, estabelece as bases do Sistema Único de Saúde (SUS), definindo a atenção primária como a porta de entrada do sistema, responsável pela promoção, prevenção e recuperação da saúde. Nesse contexto, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) desempenham papel essencial no fortalecimento do vínculo com a comunidade, promovendo ações educativas e preventivas que visam melhorar a qualidade de vida da população. A Estratégia Saúde da Família (ESF) destaca-se como promotora de cuidados contínuos, especialmente à saúde da mulher, reconhecendo a figura materna como central na estrutura familiar e frequentemente sobrecarregada, com riscos de negligência em relação à própria saúde. **Objetivo(s):** Desenvolver uma ação interdisciplinar voltada para as mães, promovendo a educação em saúde, bem como práticas integrativas, de forma a fortalecer o vínculo entre a UBS e a comunidade, além de proporcionar vivência prática aos acadêmicos envolvidos. **Métodos:** A atividade foi realizada no dia 15 de maio de 2025, das 08h30 às 11h30, na Unidade Estratégia Saúde da Família Safira, localizada no bairro Cândida Câmara, nº 621, Montes Claros/MG. A ação contou com a participação de acadêmicos de Enfermagem dos 6º e 7º períodos e de Odontologia do 10º período das instituições UNIFIPMoc e FCO, sob a preceptoria das senhoras Tatiane Amélia Ferreira e Luciana Rodrigues Xavier, respectivamente. A equipe da unidade, composta por agentes comunitários de saúde, recepcionista, enfermeira e médico, auxiliou na organização, divulgação, coleta de doações e realização das atividades. Foram realizadas minipalestras sobre bruxismo, leitura de poemas, dinâmicas interativas, sorteio de brindes e café compartilhado. **Resultados:** A ação proporcionou um momento de integração e acolhimento, promovendo a conscientização sobre a importância do autocuidado materno, prevenção de doenças e bem-estar familiar. As atividades educativas e interativas foram bem recebidas pelo público, favorecendo o fortalecimento do vínculo entre a UBS e a comunidade. Para os acadêmicos, a experiência possibilitou o desenvolvimento de habilidades práticas e o exercício da interdisciplinaridade, essenciais para a formação profissional em saúde. **Considerações Finais/Conclusões:** A ação realizada evidenciou a importância da atenção primária na promoção da saúde da mulher, especialmente das mães, como estratégia fundamental para alcançar o cuidado integral à família. A construção de uma relação sólida e contínua entre profissionais e comunidade é indispensável para a efetividade das ações da Estratégia Saúde da Família. Recomenda-se a continuidade de iniciativas semelhantes, ampliando o alcance das práticas educativas e fortalecendo a atuação interprofissional na atenção básica.

Palavras-chave: Atenção primária. Saúde da mulher. Educação em saúde.

Referências:

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde.
STARFIELD, B. Atenção Primária: Equilíbrio entre Necessidades de Saúde, Serviços e Tecnologias.
BRASIL. Estratégia Saúde da Família. Ministério da Saúde.

Educação em Saúde no Sistema Socioeducativo

Sousa, Andressa dias¹, Couto, Arthur Gomes², Santo, Eduardo Rimet Mendes Do Espirito³, Azevedo, Iasmim⁴, Oliveira, Marx Benett Gonçalves⁵, Silva, Thamyris Lopes⁶, Ferreira, Tatiane Amélia⁷

¹⁻⁶ Acadêmicos do curso de enfermagem da instituição Unifipmoc

⁷ Professora do curso de enfermagem da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), estabelece normas para a execução de medidas destinadas a adolescentes em conflito com a lei, assegurando-lhes direitos fundamentais, como a dignidade e a saúde, incluindo a higiene pessoal adequada. De forma complementar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também garante esse direito como essencial para o bem-estar físico, mental e para o fortalecimento da cidadania. Assim, a promoção da higiene pessoal nas unidades socioeducativas deve ser entendida como parte integrante da promoção da saúde e da dignidade humana, sendo necessária a atuação interdisciplinar de profissionais da saúde e assistência social. **Objetivo(s):** Promover educação em saúde, com foco na higiene pessoal, para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, sensibilizando-os quanto à importância do autocuidado para a prevenção de doenças e o fortalecimento da autoestima, além de proporcionar aos acadêmicos de enfermagem uma vivência prática interdisciplinar. **Métodos:** A atividade foi realizada no dia 28 de março de 2025, no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. A ação foi organizada pelos acadêmicos de Enfermagem do 7º período da UNIFIPMoc, sob a preceptoria de Tatiane Amélia Ferreira. Foram desenvolvidas atividades educativas sobre práticas de higiene pessoal, com orientação acerca do uso correto de produtos como sabonete, escova de dentes, absorventes e papel higiênico, além de dinâmicas interativas que estimularam a reflexão sobre o autocuidado e a valorização do corpo. **Resultados:** A atividade possibilitou a conscientização dos adolescentes acerca da importância da higiene pessoal como prática de promoção da saúde e prevenção de doenças, além de contribuir para o resgate da autoestima e do sentimento de dignidade. A ação foi bem recebida, com participação ativa dos adolescentes nas dinâmicas propostas e nas discussões, favorecendo a construção de um espaço educativo e acolhedor. Para os acadêmicos, a experiência proporcionou a aplicação de conhecimentos teóricos em um contexto prático, fortalecendo competências relacionadas à educação em saúde e ao trabalho interdisciplinar. **Considerações Finais/Conclusões:** A ação educativa realizada no Sistema Socioeducativo demonstrou a relevância da atenção primária à saúde no contexto da privação de liberdade, evidenciando que a promoção da higiene pessoal é um direito fundamental e um componente essencial do cuidado integral. A articulação entre a equipe multiprofissional da unidade e a Rede de Atenção à Saúde é indispensável para garantir a efetividade das ações e o cumprimento dos objetivos pedagógicos das medidas socioeducativas. Recomenda-se a continuidade de atividades interdisciplinares, que contribuam para a promoção da saúde e para a formação cidadã dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Educação em saúde. Higiene pessoal. Medidas socioeducativas.

Referências:

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o SINASE.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei Orgânica da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

ENTRE O CUIDADO E A VIOLÊNCIA: PERCEPÇÕES SOBRE O PARTO

Maria Vitória de Oliveira Saraiva ¹; Clara de Cássia Versiani ².

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC

² Professor do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC

Introdução: A saúde da mulher envolve uma abordagem integral que considera aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais em todas as fases da vida, desde a adolescência até a menopausa. Dentro dessa perspectiva, o cuidado durante o parto deve respeitar a autonomia da mulher, garantindo um atendimento humanizado e centrado em suas necessidades. No entanto, muitas mulheres ainda vivenciam esse momento de forma negativa, marcadas por práticas desrespeitosas, intervenções desnecessárias e falta de protagonismo no processo, configurando a chamada violência obstétrica. Esse tipo de violência pode impactar a saúde física, emocional e mental das mulheres, transformando o que deveria ser um momento de acolhimento e cuidado em uma experiência traumática. Mesmo com avanços nas políticas públicas, como o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), a realidade ainda mostra desafios, especialmente em regiões como Montes Claros, onde muitas vezes faltam informações e condições adequadas para a promoção de um parto mais humanizado. **Objetivo:** Conhecer as experiências das mulheres sobre as práticas de cuidado obstétrico em um município norte-mineiro. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, exploratório e qualitativo, realizada por meio da aplicação de uma entrevista semi-estruturada. **Resultado:** Durante a entrevista e a análise dos dados avaliados até o momento revelou-se que, embora a entrevistada tenha relatado um atendimento acolhedor por parte da equipe de saúde e apontado a valorização do suporte emocional recebido, práticas como o jejum prolongado e a demora no atendimento impactaram negativamente sua experiência. Além disso, a decisão pela cesariana foi influenciada pela negativa à indução e facilitada pela posse de plano de saúde, evidenciando como fatores institucionais e estruturais podem interferir na autonomia das parturientes e na vivência do parto. **Considerações finais:** Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, é possível perceber a relevância do tema e a necessidade de dar visibilidade às vivências das mulheres durante o parto.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Parto. Humanização do parto. Saúde da mulher. Enfermagem Obstétrica.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Mulher. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DINIZ, Carmen Simone Grilo; SALGADO, Helena Oliveira; ANDRADE, Maria Lúcia Camelo Lima. Violência Obstétrica como um Problema de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Fiocruz, 2015.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 86966225.2.0000.5109/2025.
Modalidade de Iniciação Científica

AUTOCUIDADO É UM ATO DE AMOR

Introdução/Justificativa: a promoção da saúde física e emocional na terceira idade é essencial para garantir bem-estar e qualidade de vida. As estratégias de educação em saúde são muito importante para os idosos. Pensando nisso, foi realizada uma ação com idosas da comunidade assistida pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) Santa Lúcia, com o objetivo de oferecer um momento de acolhimento, escuta e aprendizado, abordando temas relevantes como autocuidado, saúde mental, diabetes e alimentação saudável. **Objetivo(s):** promover o autocuidado e a saúde integral de mulheres idosas, por meio de atividades educativas e interativas que incentivaram a expressão emocional, o esclarecimento de dúvidas sobre o diabetes, saúde mental e hábitos alimentares saudáveis, além de fortalecer os vínculos comunitários e o acesso à informação. **Métodos:** foi desenvolvido no ESF pelos alunos do 5º período de enfermagem da UNIFIPMOC na disciplina projeto de extensão IV. Atividade contou com cerca de 20 mulheres idosas, recebidas com uma acolhida afetiva e entrega de cartões com mensagens positivas. Realizou-se uma roda de apresentação com a pergunta “Como você gosta de cuidar de si mesma?”, seguida de uma dinâmica de expressão emocional. Em seguida, foi aplicado o jogo “Mito ou Verdade” sobre diabetes, saúde mental e alimentação, com explicações acessíveis. Por fim, houve lanche saudável com orientação sobre fracionamento de refeições e alimentação equilibrada. Ao final, as participantes receberam cartões com orientações básicas e contatos úteis (ESF). **Resultados:** houve participação ativa das idosas, que demonstraram interesse e interação durante todas as etapas. A roda de conversa e as dinâmicas promoveram escuta, troca de experiências e correção de informações equivocadas. O ambiente acolhedor favoreceu o aprendizado e o fortalecimento dos vínculos entre as participantes e os serviços de saúde. **Considerações Finais/Conclusões:** a atividade atingiu seus objetivos, promovendo o autocuidado, o acolhimento e a educação em saúde de forma leve e afetiva. A participação das idosas evidenciou a importância de ações que aliam informação e escuta sensível. O projeto demonstrou o potencial da equipe acadêmica como agente transformadora no cuidado com a terceira idade, reforçando a importância de iniciativas como essa em outros contextos.

Palavras-chave: autocuidado. Idosas. Saúde Mental.

Referências: a inistério da Saúde (2022). Guia Alimentar para a População Brasileira; organização Mundial da Saúde (OMS). Saúde Mental e Envelhecimento; sociedade Brasileira de Diabetes (2021). Mitos e Verdades sobre o Diabetes.

Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

A ÁRVORE DA SAÚDE: VALORES E HÁBITOS SAUDÁVEIS NA INFÂNCIA

Ana Thamires Daniel de Carvalho¹; Cláudio Martins de Matos Filho¹; Emília Oliveira Durães¹; Fredsmar Rabelo Silva Júnior¹; João Sobrinho da Silva Neto¹; Gizele Ferreira²
Acadêmicos do 5º período noturno do curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFIPMoc
Professora orientadora do curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução / Justificativa: A saúde emocional, especialmente na infância, é um pilar essencial para o desenvolvimento integral do ser humano. Crianças em situação de vulnerabilidade social, como as acolhidas em lares institucionais, muitas vezes carecem de espaços seguros para expressar emoções. Diante disso, a atividade "A Árvore da Saúde" foi idealizada com o intuito de promover um momento de escuta, acolhimento e expressão emocional por meio de uma vivência lúdica e afetiva.

Objetivo: Promover o bem-estar emocional e social das crianças acolhidas no Lar Nossa Senhora, em Montes Claros, por meio de uma atividade interativa que favorecesse a expressão de sentimentos, além de reforçar princípios fundamentais da enfermagem, como a escuta ativa, o acolhimento e a humanização do cuidado.

Métodos: Foi realizada uma atividade em grupo com as crianças do Lar Nossa Senhora, utilizando uma cartolina representando uma árvore. As crianças foram convidadas a desenhar ou pintar suas mãos e colá-las como folhas, enquanto conversavam sobre emoções básicas como medo, tristeza e alegria. Durante a ação, incentivou-se o diálogo sobre sentimentos e a importância de buscar apoio emocional com adultos de confiança.

Resultados e Impactos: A intervenção apresentou grande impacto emocional. Foram observados sorrisos espontâneos, olhos brilhantes e expressões de orgulho nas crianças ao participarem da construção da árvore. O ambiente se transformou em um espaço de leveza, alegria e afetividade. A atividade demonstrou que o cuidado emocional pode ser promovido com ações acessíveis, acolhedoras e criativas.

Considerações Finais: A vivência reforçou que promover saúde vai além do contexto hospitalar e pode ocorrer em qualquer ambiente onde exista empatia e disponibilidade para o cuidado. Além de beneficiar as crianças envolvidas, a experiência contribuiu significativamente para a formação acadêmica dos estudantes, ao permitir a aplicação prática de conhecimentos teóricos, o fortalecimento de competências relacionais e o desenvolvimento de uma postura ética, humanizada e sensível ao sofrimento do outro. A Árvore da Saúde floresceu não apenas no papel, mas também na construção de futuros profissionais mais conscientes e preparados para o cuidado integral.

Palavras-chave: Saúde emocional, Humanização do cuidado, Escuta ativa, Promoção da saúde.

Referências: MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016

WALDOW, Vera Regina. *Cuidado humano: o resgate necessário*. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

VACINAR É PROTEGER: CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA FAKE NEWS

Pedro Emanuel Alves Domingos 1 ; Gizele Ferreira David 2; Elisa Carlos Fonseca; Júlia Gonçalves Freire de Melo; Luana Ferreira Santos Costa; Maria Eduarda Ferreira; Heberth Andrade de Souza; Hugo Ribeiro;
1 Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição Unifipmoc Afya
2 Professor do curso de Enfermagem da instituição Unifipmoc Afya

Introdução/Justificativa: as fakes News sobre vacinação têm impactado negativamente a cobertura vacinal no Brasil, alimentando desinformação e desconfiança na população. Diante desse cenário, torna-se essencial o papel dos profissionais de saúde na disseminação de informações corretas e no combate à desinformação. **Objetivo(s):** promover a conscientização da população quanto à importância da vacinação, desmistificando informações falsas e incentivando a atualização da caderneta vacinal dos moradores do bairro Santo Antônio, em Montes Claros-MG. **Métodos:** este projeto foi desenvolvido pelos acadêmicos do 5º período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc, durante as atividades de estágio supervisionado na Estratégia Saúde da Família (ESF) Santo Antônio, em Montes Claros-MG. Como principal instrumento educativo, foi elaborado um panfleto contendo informações esclarecedoras baseadas em evidências sobre a importância da vacinação, buscando desmistificar boatos e reforçar a confiança da população nos imunizantes. A criação do material envolveu discussões em grupo para seleção do conteúdo e design gráfico realizado por um dos integrantes. Ademais, foi utilizada a plataforma dreamshaper como ferramenta de auxílio e organização desse projeto. A ação educativa aconteceu com visitas domiciliares realizadas pelos acadêmicos, acompanhados por um agente comunitário de saúde da unidade. Durante a panfletagem, os moradores receberam orientações breves sobre vacinação, e, quando identificado atraso no esquema vacinal, foram incentivados a comparecer à unidade para atualização. **Resultados:** a ação possibilitou um contato direto com a comunidade, promovendo educação em saúde e estreitando os laços entre os usuários e o serviço de atenção básica. No encontro seguinte com a equipe da ESF Santo Antônio, as agentes de saúde relataram aumento significativo na procura por vacinas após a atividade, indicando o impacto positivo da intervenção educativa realizada. **Considerações Finais/Conclusões:** a ação educativa ocorreu no dia 24 de abril de 2025 e demonstrou que ações bem direcionadas de educação em saúde têm potencial de reverter efeitos nocivos da desinformação. A atuação dos estudantes, em parceria com a equipe da ESF, foi eficaz na promoção da saúde e no fortalecimento do vínculo entre população e unidade de saúde, além de contribuir para a formação dos acadêmicos envolvidos.

Palavras-chave: Vacinação. Educação em saúde. Fake News

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de vacinação. Brasília: MS, 2022. SILVA, A. P.; COSTA, R. F. Fake News e saúde: impactos e estratégias de enfrentamento. Rev. Saúde Pública, 2023. OMS. Organização Mundial da Saúde. Imunização e vacinação.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

CUIDANDO DA SAÚDE DO IDOSO COM AMOR

Jhúlia Fernanda Fonseca, Gabriel Fonseca Soares, Ana Luiza Serpa Menezes, Kamila Freitas de Oliveira .

1 Acadêmicos do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC/AFYA

2 Professor(a) Gizele Ferreira David do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC/AFYA

Introdução/Justificativa: este trabalho relata a experiência vivenciada na disciplina Projeto de Extensão IV e na plataforma DreamShaper Afya. Considerando que o envelhecimento saudável representa um dos principais desafios das políticas públicas de saúde no Brasil, torna-se essencial promover ações educativas e afetivas voltadas à população idosa. Este relato ganha relevância diante da necessidade de oferecer não apenas informação e acolhimento, mas também atenção especial a temas sensíveis como alimentação, diabetes e saúde mental. **Objetivo(s):** descrever uma atividade de promoção da saúde, com foco em alimentação, saúde emocional e autocuidado, desenvolvida com idosas usuárias de um serviço de atenção básica. **Métodos:** a ação foi desenvolvida por acadêmicos da área da saúde, com base em um roteiro previamente elaborado. A abordagem metodológica foi participativa, com foco na escuta ativa, no diálogo e na utilização de dinâmicas. A atividade foi organizada em cinco momentos principais: Boas-vindas com acolhimento afetivo; Lanche saudável com orientação nutricional, Dinâmica de expressão emocional, Joga de mitos e verdades sobre diabetes e saúde mental. Encerramento com entrega de orientações e lembrança simbólica. Materiais simples foram utilizados, como papel, lápis de cor, alimentos naturais e cartões informativos. **Resultados:** as participantes relataram vivências pessoais e demonstraram interesse pelas informações nutricionais. A dinâmica emocional promoveu conexão e empatia. No jogo, esclareceram dúvidas e desfizeram crenças equivocadas. O encerramento teve agradecimentos e desejo por novas ações. **Considerações Finais/Conclusões:** a experiência demonstrou que atividades educativas baseadas no afeto e na escuta ativa são eficazes para a promoção da saúde da pessoa idosa. O uso de metodologias lúdicas e participativas contribuiu para o estímulo ao autocuidado e a ampliação do conhecimento em saúde. Os acadêmicos de Enfermagem relataram a experiência como profundamente enriquecedora e transformadora, ressaltando a relevância do aprendizado prático adquirido no contexto da atenção básica. Destacaram, ainda, a conexão afetiva estabelecida com as participantes e o impacto positivo que ações simples, quando pautadas no acolhimento e na escuta qualificada, podem ter no cuidado integral à pessoa idosa. A vivência despertou nos estudantes maior motivação para desenvolver futuras atividades de educação em saúde, fundamentadas na empatia, no uso de linguagem acessível e na valorização dos saberes compartilhado pelas usuárias do serviço.

Palavras-chave: Promoção da saúde, Diabetes, Idosos, Autocuidado.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica: Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. 2006.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MINAYO, M. C. S. Cuidados de saúde para a população idosa: uma reflexão ética e social. Ciência & Saúde Coletiva, 2012

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

CAPACITAÇÃO PARA ACS SOBRE PREVENÇÃO DO CANCÊR DE MAMA E DE COLO DO ÚTERO

Erick Kauan Ferreira Dos Santos¹; Euclécia Barbosa Vieira¹; Gustavo Gabriel Reis De Carvalho¹; Júlia Vitória Bispo Ribeiro¹; Polliana Costa Gomes¹; Vitória Monique Santos Fonseca¹; Gizele Ferreira David².

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição UniFipMoc

² Professor do curso de Enfermagem da instituição da UniFipMoc

Introdução/Justificativa: O câncer de mama é o mais incidente entre as mulheres no Brasil, e o câncer do colo do útero, embora prevenível, ainda representa uma importante causa de mortalidade. A atenção primária à saúde, por meio da atuação das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), exerce papel estratégico na prevenção e na divulgação precoce de possíveis casos. Diante disso, percebe-se a importância de capacitar essas profissionais para que estejam preparadas tecnicamente e emocionalmente para abordar o tema com suas comunidades. **Objetivo(s):** capacitar Agentes Comunitárias de Saúde com foco na prevenção e no reconhecimento precoce do câncer de mama e do colo do útero, promovendo ações de cuidado e orientação nas áreas adscritas. **Métodos:** foi realizada uma ação de um projeto denominado “Elas por elas” na Unidade de Saúde Diamante no dia 15/05/2025, em formato de capacitação por meio de bate-papo, rodas de escuta e orientações técnicas com linguagem acessível e acolhedora. O público-alvo foram as ACS da unidade, que participaram de forma ativa, compartilhando experiências e tirando dúvidas, contamos com a presença de doze participantes. **Resultados:** a atividade gerou engajamento, participação e impacto direto na prática profissional das agentes. Após a capacitação, uma das ACS relatou que conseguiu estabelecer vínculo com uma moradora, que revelou, durante a conversa, ter identificado nódulos na mama esquerda. A partir dessa escuta qualificada, a paciente foi orientada a buscar avaliação médica. O relato exemplifica como o conhecimento e o acolhimento, aliados à prática comunitária, favorecem a identificação precoce de sinais de alerta, fortalecendo a atuação da Estratégia Saúde da Família. **Considerações Finais/Conclusões:** a capacitação realizada demonstrou ser uma ferramenta eficaz para ampliar o conhecimento técnico e o olhar sensível das ACS. O Projeto “Elas por Elas” reforça o protagonismo da atenção primária na prevenção de doenças e destaca a importância da escuta como instrumento de cuidado. Através de ações educativas simples e bem direcionadas, é possível fortalecer o vínculo entre profissionais e comunidade, promovendo saúde e qualidade de vida. Essa experiência proporcionou a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, além do aprimoramento de habilidades essenciais como comunicação, empatia e trabalho em equipe. O envolvimento direto com ACSs permitiu uma compreensão mais profunda das necessidades locais e reforçou o compromisso dos estudantes com a responsabilidade social inerente à profissão.

Palavras-chave: saúde da mulher. Prevenção. Câncer de mama. Câncer de colo do útero. Agente Comunitária de Saúde.

Referências: INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). *Controle do câncer de mama no Brasil: dados e números 2024*. Rio de Janeiro: INCA, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). *Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero*. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

MOROSINI, M. V. G.; FONSECA, A. F. Os agentes comunitários na Atenção Primária à Saúde no Brasil: inventário de conquistas e desafios. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, spe1, p. 261–274, 2018.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

CURSO DE ENFERMAGEM – RESUMOS EXPANDIDO

LAÇOS QUE TRANSFORMAM: TEMPO DE QUALIDADE EM FAMÍLIA

SILVA, Bruna Danielly. S. ¹; OLIVEIRA, Nathalia Vitoria. R. ¹; AGUIAR, Jullia. S. ¹; SANTOS, Tatiane. S. ¹; ALVES, Anna Clara. P. ¹; FERNANDES, Hitalo. L. ¹; DIAS, Kátia. C.S. ²

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc

Introdução

O presente estudo apresenta uma atividade de extensão universitária realizada no Centro Paula Elizabete, voltada aos responsáveis pelas crianças atendidas pela instituição. A ação foi desenvolvida no contexto da disciplina Projeto de Extensão II, cursada por acadêmicos do 3º período do curso de graduação em Enfermagem. A temática central — Tempo de Qualidade em Família — foi escolhida a partir de discussões em sala de aula sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades. A iniciativa buscou sensibilizar os participantes quanto à importância do fortalecimento dos vínculos familiares, por meio da valorização da comunicação, da escuta ativa e da convivência afetiva entre pais e filhos. A atividade combinou momentos expositivos e interativos, com o objetivo de promover reflexões e gerar engajamento dos responsáveis em práticas cotidianas mais presentes e afetivas.

Métodos

A atividade teve duração aproximada de três horas, sendo realizada no período da manhã no Centro Paula Elizabete. Os responsáveis, ao chegarem à instituição para receber as cestas básicas disponibilizadas, foram convidados a participar de uma palestra educativa, ministrada pelos discentes, que teve como tema central “Tempo de Qualidade em Família”. MARQUÊS (2020) destaca o quão marcante são os determinantes sociais e familiares para o desenvolvimento cognitivo e mental da criança, considerando que esta é uma fase de vulnerabilidade e dependência. Diante disso, o conteúdo abordado enfatizou a importância do tempo de qualidade com os filhos e o papel da família na promoção da saúde emocional das crianças. Após a palestra, os participantes foram organizados em pequenos grupos, com cerca de quatro responsáveis por grupo, acompanhados por duplas de alunos. A dinâmica proposta consistiu na produção de cartazes com respostas a duas perguntas norteadoras: “O que sonhamos para o futuro dos nossos filhos?” e “Como podemos, na nossa família, apoiar o que sonhamos para os nossos filhos?”. Para isso, os participantes puderam desenhar, escrever ou colar imagens que representassem suas ideias. Ao término da atividade, os cartazes foram fixados em um espaço denominado “varal de cordão”, construindo simbolicamente um corredor de sonhos e compromissos familiares. Essa instalação teve como propósito estimular o sentimento de pertencimento e valorizar as contribuições das famílias ao processo educativo e emocional de seus filhos.

Desenvolvimento

A atividade proposta fundamenta-se na compreensão de que a qualidade das relações familiares exerce influência direta no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças. Como destaca MARQUÊS (2020), o acolhimento institucional tem seus efeitos objetivos e subjetivos a curto, médio e longo prazos. As questões emocionais abarcadas nessa dinâmica necessitam de manejo diferenciado, considerando, sobretudo, as repercussões sobre a Saúde mental dessas crianças e adolescentes. Ao proporcionar um espaço de escuta e expressão para os responsáveis, a ação buscou promover uma maior conscientização sobre o impacto positivo que o envolvimento parental pode ter no bem-estar infantil. O contato próximo entre pais e filhos, por meio de interações significativas, é reconhecido como um fator protetivo contra o desenvolvimento de diversos transtornos mentais, como ansiedade, depressão e comportamentos agressivos. Assim, espera-se que a experiência vivenciada pelos participantes incentive uma mudança de postura em relação ao tempo dedicado à convivência familiar, promovendo práticas cotidianas que envolvam diálogo, atenção plena e suporte emocional. Nesse sentido, Bowlby (2002) ressalta que crianças gravemente privadas dos cuidados maternos e em situação de institucionalização podem apresentar dificuldades no desenvolvimento. Entre elas, estão a dificuldade em elaborar o pensamento abstrato, organizar-se no tempo e espaço, estabelecer vínculos afetivos e realizar atividades individuais — fatores que interferem diretamente na aprendizagem. Além disso, o uso de atividades expressivas, como desenhos e colagens, permitiu que os responsáveis refletissem de forma concreta sobre seus desejos e responsabilidades no cuidado com os filhos. A construção coletiva dos cartazes e a exposição no “varal de cordão” serviram como dispositivos simbólicos de compromisso com um futuro mais saudável e acolhedor para as crianças. Do ponto de vista acadêmico, a experiência também proporcionou contribuições significativas para a formação dos discentes envolvidos. A interação direta com a comunidade ampliou a percepção dos alunos sobre a realidade social das famílias, promovendo o desenvolvimento de competências como empatia, escuta ativa, comunicação efetiva e sensibilidade às vulnerabilidades humanas. Essa vivência prática fortalece não apenas a construção do conhecimento técnico, mas também o compromisso ético e social que deve orientar a atuação profissional em Enfermagem.

Participar de uma atividade como essa nos ensina a sermos não apenas melhores profissionais, mas, acima de tudo, mais humanos. O contato com histórias reais, o exercício de escuta e a busca por soluções coletivas reforçam o papel do enfermeiro como agente de promoção da saúde em sua dimensão integral, considerando os determinantes sociais e afetivos que impactam diretamente o bem-estar dos indivíduos e famílias.

Conclusão/ Considerações finais

A atividade de extensão desenvolvida no Centro Paula Elizabete evidenciou a relevância das ações educativas e interativas na promoção da saúde emocional e no fortalecimento dos vínculos familiares. A escuta sensível e a valorização da expressão dos responsáveis permitiram a construção de um espaço de diálogo e reflexão, reforçando a importância do tempo de qualidade com os filhos como elemento fundamental no desenvolvimento saudável da criança. Para os discentes, a vivência prática proporcionou um aprendizado significativo, despertando maior consciência sobre seu papel social como futuros profissionais de Enfermagem. A experiência também destacou a necessidade de ações intersetoriais que promovam redes de apoio às famílias, integrando os princípios da Atenção Psicossocial. Conclui-se que iniciativas como essa são essenciais para fomentar uma cultura de cuidado, solidariedade e corresponsabilidade, fortalecendo não apenas as relações familiares, mas também o compromisso ético e humanizado com a saúde coletiva.

Referências

FERNANDES DE OLIVEIRA MARQUES, Camila. SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O QUE O SERVIÇO SOCIAL TEM A VER COM ISSO?. MOITARÁ - Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 151–170, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/mrss/article/view/6372>. Acesso em: 14 maio. 2025.

ROSA, M. P. DA; BRIDI, F. R. DE S.; BRIDI FILHO, C. A. N. Crianças em situação de institucionalização e o rompimento dos vínculos afetivos: repercussões para a aprendizagem. Construção Psicopedagógica, v. 31, n. 32, p. 52–66, 2022.



Figura 1. Palestra com os responsáveis no dia do projeto.
Obs: Captura realizada pelos autores.



Figura 2. Produção dos cartazes.
Obs: Captura realizada pelos autores



Figura 3. Corredor com cartazes.
Obs: Captura realizada pelos autores.



Figura 4. Responsáveis pelo projeto
Obs: Captura realizada pelos autores

OFICINAS INTERATIVAS PARA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR E AUTOESTIMA EM IDOSAS INSTITUCIONALIZADAS

Autores: Camila Borges Siqueira¹, Camilla Ruas Mendes¹, Erick Emanuel¹, Nathalia Silva Braga¹, Rafaela Barros Pinheiro¹,
Sabrine de Jesus Coutinho¹, Kátia Cristiane S. Dias²
¹Acadêmicos de Enfermagem da UNIFIPMOC
²Professor do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente e traz consigo o desafio de promover saúde, bem-estar e qualidade de vida para a pessoa idosa, especialmente quando institucionalizada. A vivência em instituições de longa permanência pode gerar sentimentos de solidão, desvalorização e afastamento dos vínculos sociais e familiares. Nesse contexto, é essencial adotar estratégias que envolvam escuta, afeto e atividades que estimulem o autocuidado, a memória afetiva e a interação social. Alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, alunos do 5º período do curso de Enfermagem da Unifipmoc desenvolveram uma ação no "Lar das Velhinhas", em Montes Claros, com foco no cuidado humanizado, no lazer terapêutico e na valorização da autoestima. O objetivo desta ação foi promover momentos de cuidado, lazer e valorização da autoestima por meio de oficinas interativas e afetivas, fortalecendo a saúde emocional e o sentimento de pertencimento das idosas institucionalizadas.

MATERIAL E MÉTODO

A ação ocorreu no dia 07 de maio de 2025, no Lar das Velhinhas, em Montes Claros. Participaram da atividade os alunos do 5º período de Enfermagem da Unifipmoc com apoio dos colaboradores da instituição, organizados em grupos, sendo que cada grupo ficou responsável por planejar e executar uma oficina específica, além de separar um grupo designado para o controle financeiro, responsável por administrar os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades. As oficinas foram divididas em cinco estações temáticas: Café e Prosa: roda de conversa com comidas típicas e música para estimular a memória afetiva. Beleza e Cuidados: com esmaltação de unhas, penteados e cuidados com os cabelos. Jogos Nostálgicos: com brincadeiras tradicionais que evocam lembranças da juventude. Artesanato: confecção de pulseiras, colares e anéis, juntamente a uma mesa com lápis de cor e canetinhas para pintura de impressões divertidas, estimulando criatividade e coordenação. Cada grupo cuidou da ambientação, dos materiais, da condução e do acolhimento nas oficinas. As idosas eram guiadas por entre as estações pelos próprios estudantes, inclusive com apoio à locomoção em cadeiras de rodas. A avaliação foi realizada de forma qualitativa, por meio da observação direta das reações das participantes, anotações de campo e escuta ativa dos relatos verbais durante e após as oficinas.

DESENVOLVIMENTO

A ação foi bem recebida pelas idosas, que participaram com entusiasmo e alegria em todas as atividades. A oficina de "Café e Prosa" despertou lembranças marcantes e histórias emocionantes. No espaço da beleza, muitas relataram sentir-se rejuvenescidas e valorizadas. Já as oficinas de artesanato e pintura promoveram concentração, criatividade e sensação de pertencimento. Algumas participantes demonstraram talentos esquecidos, como cantar, tocar instrumentos ou confeccionar bijuterias, sendo incentivadas e reconhecidas pelos alunos. Um dos desafios enfrentados foi estimular a participação das idosas com maior limitação física ou cognitiva. A sensibilidade e o trabalho em equipe dos estudantes permitiram a adaptação das abordagens, respeitando o tempo e a individualidade de cada uma. Além disso, a coordenação entre os grupos e a gestão dos materiais demandaram organização e cooperação. O projeto gerou aprendizados significativos para os alunos, como a importância da escuta ativa, do cuidado humanizado e da personalização das ações.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o objetivo de promover momentos de cuidado, lazer e valorização da autoestima por meio de oficinas interativas e afetivas foi plenamente atingido, fortalecendo a proposta de um cuidado humanizado e valorizador da história de vida das idosas institucionalizadas. A ação contribuiu significativamente para o bem-estar emocional das participantes e proporcionou aos estudantes uma vivência prática enriquecedora, reafirmando a importância da empatia, da escuta ativa e do vínculo entre universidade e comunidade no exercício da Enfermagem.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

REFERÊNCIAS

GOMES, M. M. F.; MARTINS, M. I. F. V. Oficinas terapêuticas como estratégias de cuidado em instituições de longa permanência. Revista Kairós: Gerontologia, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 141–157, 2020. DOI: 10.23925/2176-901X.2020v23i4p141-157.
OLIVEIRA, A. M. R.; VARGAS, M. A. O.; LEITE, M. T. Promoção da saúde mental e bem-estar de idosos em instituições de longa permanência: uma abordagem da enfermagem. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, e20200234, 2021. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2020-0234.
SANTOS, M. M.; COSTA, S. L. O papel da enfermagem na valorização da autoestima de idosos institucionalizados. Revista de Enfermagem Contemporânea, Salvador, v. 10, n. 2, p. 75–83, 2021. Disponível em: <https://www.revenfcont.com/index.php/enfermagem/article/view/435>. Acesso em: 19 maio 2025.

SAÚDE MENTAL PARA CUIDADORES DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO OU TERMINAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Tereza Aguiar Silva¹; Luiza de Souza Fiúza¹; Rhyane Jaine Soares Avelino¹; Vitor Simões Pereira¹; Thayná Caroline Barbosa Silva¹; Matson Gomes Pereira¹.
Katia Dias².

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição Centro Universitário FIPMoc/Afya.

² Professor do curso de Enfermagem da instituição Centro Universitário FIPMoc/Afya.

Introdução

Este relato de experiência foi desenvolvido por acadêmicos do 4º período do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc/Afya, na disciplina de Projeto de Extensão, tendo como base a Organização das Nações Unidas (ONU), que destaca nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a ODS 3: Saúde e Bem-Estar. A partir de debates em sala de aula, observou-se a necessidade de atenção à saúde mental de cuidadores de crianças em tratamento oncológico ou em fase terminal. O tema surgiu diante da complexidade emocional vivenciada por esse público, muitas vezes negligenciado em ações de promoção à saúde. O objetivo principal desta ação foi proporcionar um momento de escuta, acolhimento e fortalecimento emocional tanto para os cuidadores quanto para as crianças assistidas, utilizando dinâmicas interativas e estratégias lúdicas com foco na promoção da saúde mental.

Métodos

Trata-se de um projeto de extensão de caráter educacional e social. O público-alvo foram mães/cuidadoras e crianças assistidas pela Fundação Sara Albuquerque, em Montes Claros-MG. A ação foi realizada no primeiro semestre de 2025, com etapas preparatórias divididas em dois seminários internos. No primeiro, os acadêmicos apresentaram os impactos emocionais e socioeconômicos nas famílias de pacientes pediátricos em tratamento oncológico e terminal. No segundo, relataram experiências exitosas previamente realizadas com esse público. A partir das discussões, os estudantes definiram as atividades a serem executadas, como a confecção de kits de cuidado pessoal e brinquedos artesanais. Durante a ação, os participantes foram divididos em dois grupos: um responsável pela condução das dinâmicas com os cuidadores e outro voltado às crianças. As mães participaram da dinâmica 'Caixa das Emoções', retirando papéis com sentimentos como amor, tristeza, alegria e gratidão, e relatando suas vivências. Com as crianças, foi aplicada a dinâmica da lua, seguida por telefone sem fio e uma atividade sensorial com brinquedos dentro de uma caixa, estimulando o tato e a comunicação. A comunidade participou ativamente, e os acadêmicos atuaram como facilitadores do processo de escuta e apoio emocional. Não foram utilizados instrumentos de avaliação quantitativa; o impacto foi observado por meio da participação e reações espontâneas.

Desenvolvimento

Durante a execução do projeto, observou-se que os cuidadores, em sua maioria mães, demonstraram grande envolvimento com a dinâmica proposta. O espaço de escuta e partilha revelou-se essencial para acolher os sentimentos acumulados no cotidiano do cuidado, muitas vezes marcados por sofrimento, medo e exaustão. Segundo Barros et al. (2014), o cuidado informal em situações de doenças crônicas ou terminais frequentemente acarreta sobrecarga emocional, sendo fundamental o suporte psicossocial ao cuidador. A dinâmica da 'Caixa das Emoções' permitiu às mães nomearem e validarem sentimentos que, com frequência, são silenciados. Esse tipo de intervenção dialoga com a Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2004), que valoriza o acolhimento e a escuta qualificada como eixos do cuidado em saúde. As participantes verbalizaram gratidão pela oportunidade de serem ouvidas, e algumas emocionaram-se ao compartilhar vivências dolorosas, evidenciando o impacto terapêutico da ação. Com as crianças, o uso de dinâmicas lúdicas como a da 'Lua', o 'Telefone sem fio' e o jogo sensorial com brinquedos permitiu desenvolver habilidades comunicativas e sensoriais, ao mesmo tempo em que proporcionava leveza em um contexto permeado por hospitalizações e intervenções invasivas. O brincar é reconhecido como uma ferramenta essencial no cuidado pediátrico, pois contribui para a expressão de sentimentos e a adaptação ao processo de adoecimento (MELLO et al., 2014). A participação ativa das crianças demonstrou o quanto elas estavam envolvidas e receptivas às atividades, reafirmando a importância da ludicidade no enfrentamento do tratamento oncológico. Apesar das limitações enfrentadas, como a escassez de tempo para a organização e a restrição orçamentária, os acadêmicos conseguiram executar a proposta com êxito por meio do trabalho em equipe, criatividade e empatia. A atividade favoreceu o desenvolvimento de competências como comunicação, escuta ativa, planejamento e humanização, que são indispensáveis à formação do enfermeiro, conforme destaca Freire (2005), ao afirmar que a prática educativa deve ser dialógica e transformadora. Do ponto de vista social, a ação cumpriu seu papel de levar à comunidade um cuidado sensível e humanizado, promovendo bem-estar emocional tanto para cuidadores quanto para crianças. Além disso, fomentou o vínculo entre universidade e sociedade, fortalecendo o compromisso social da formação em saúde. A vivência também suscitou o interesse em ampliar iniciativas semelhantes, seja por meio de novos projetos ou pela integração com políticas públicas de saúde mental e atenção oncológica infantil.

Conclusão/ Considerações finais

A ação alcançou com êxito os objetivos propostos, promovendo cuidado emocional aos cuidadores e às crianças assistidas pela Fundação Sara Albuquerque. A atividade evidenciou que espaços de escuta e acolhimento são fundamentais para a promoção da saúde mental, especialmente no contexto do cuidado oncológico pediátrico. A experiência reafirma o papel transformador da extensão universitária, não apenas na formação profissional, mas também no impacto social positivo, contribuindo para uma atenção mais integral e humanizada.

gradecimentos

Agradecemos à professora Kátia Dias pelo empenho na orientação e elaboração do projeto, à equipe multidisciplinar da Fundação Sara Albuquerque pelo acolhimento e suporte prestado, e aos pais e crianças participantes, cuja presença tornou esta ação possível e repleta de significado.

Modalidade de Iniciação Científica: Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- BARROS, M. E. B. et al. Cuidando de quem cuida: saúde mental do cuidador informal. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 241-251, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CAMPOS, G. W. S. Saúde Paideia. São Paulo: Hucitec, 2003.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- MELLO, C. A. et al. Cuidar de quem cuida: o impacto do câncer infantil na vida dos cuidadores. *Rev. Bras. Cancerol.*, v. 60, n. 1, p. 59-66, 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 maio 2025.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. C. A importância da escuta sensível ao cuidador informal. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 72, supl. 1, p. 153-157, 2019.





Figuras 1, 2, 3, 4. A – Momento de interação entre alunos do 4º período de Enfermagem do UNIFIPMoc e cuidadores, em atividade lúdica com crianças em tratamento oncológico. B – Dinâmica voltada ao fortalecimento do vínculo afetivo entre cuidadores e crianças, promovendo acolhimento emocional. C – Registro da equipe acadêmica envolvida na ação extensionista na Fundação Sara.

“A EFICÁCIA DA VNI EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA AGUDA”

LOPES, Paula Beatriz Silveira¹; BARBOSA², Richard Rennan Soares;

¹Acadêmica do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc|Afya

²Professor do curso de Enfermagem da Faculdade UNIFIPMoc|Afya.

Introdução

A insuficiência respiratória aguda (IRA) é caracterizada pela falência do sistema respiratório em promover trocas gasosas eficazes, resultando em hipoxemia e/ou hipercapnia. Nessa condição, a ventilação mecânica não invasiva (VNI) tem se destacado como uma alternativa eficaz ao suporte ventilatório convencional, ao dispensar a necessidade de intubação orotraqueal e, consequentemente, reduzir complicações associadas, como infecções respiratórias, tempo prolongado de internação e taxas de mortalidade. Evidências científicas indicam sua aplicabilidade especialmente em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), edema agudo de pulmão e pneumonia viral, como nos casos de COVID-19 (GÜELL et al., 2019; ALMEIDA et al., 2022; OLIVEIRA et al., 2023). Diante disso, a presente proposta teve como objetivo revisar a literatura científica sobre a eficácia da VNI no manejo da IRA, analisando seus benefícios, indicações, limitações e impactos nos desfechos clínicos dos pacientes.

Material e Métodos

Trata-se de uma proposta de caráter formativo, desenvolvida no primeiro semestre de 2025, no âmbito do curso de Enfermagem. A atividade consistiu em uma revisão de literatura, por meio da busca de artigos publicados entre 2019 e 2024 nas bases de dados PubMed, SciELO, Scopus e Web of Science. Foram utilizados os descritores: “ventilação não invasiva”, “insuficiência respiratória aguda” e “desfechos clínicos”, combinados por operadores booleanos. Os critérios de inclusão contemplaram a relevância temática, a atualidade e o rigor metodológico dos estudos selecionados. O público-alvo da proposta abrange a comunidade acadêmica e profissionais da saúde. A análise ocorreu por meio da leitura crítica dos estudos e da sistematização dos dados em material técnico-científico.

Desenvolvimento

A análise dos 10 artigos selecionados evidenciou que a VNI contribui para a melhora das trocas gasosas, redução da necessidade de intubação orotraqueal e menor incidência de complicações respiratórias. A aplicação precoce da VNI demonstrou benefícios significativos em pacientes com DPOC, edema agudo de pulmão e pneumonia viral, como a provocada pelo SARS-CoV-2, contribuindo para a redução do tempo de internação e da mortalidade. Contudo, identificou-se escassez de estudos nacionais com abordagem prática recente, o que representa uma limitação à generalização dos achados no contexto brasileiro. Apesar disso, a atividade permitiu o desenvolvimento de competências em pesquisa, análise crítica e sistematização do conhecimento. Ademais, reforçou-se a importância do uso criterioso da VNI, considerando a monitorização contínua e individualização da terapia conforme o quadro clínico. Para a prática de Enfermagem, a proposta revelou-se uma ferramenta valiosa, ao evidenciar a necessidade de atuação qualificada e embasada em evidências.

Conclusão

Conclui-se que a atividade proporcionou uma experiência enriquecedora no campo da saúde intensiva, promovendo o aprofundamento teórico sobre a eficácia da VNI no manejo da insuficiência respiratória aguda. A revisão demonstrou que, quando bem indicada e monitorada, a VNI é uma intervenção segura e eficiente, impactando positivamente os desfechos clínicos dos pacientes. Além disso, o estudo reforça a importância da tomada de decisão clínica fundamentada em evidências científicas. Recomenda-se a realização de novos estudos, principalmente no contexto nacional, com enfoque prático e aplicação em diferentes perfis clínicos.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Richard Rennan Soares Barbosa pela orientação, incentivo e valiosa contribuição durante o desenvolvimento desta proposta complementar. Seu comprometimento com o ensino e apoio constante foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Apoio financeiro: Não houve.

Aprovação Comitê de Ética: Não se aplica.

Modalidade de Iniciação Científica: Não vinculada ao PROIC.

Resumo oriundo de atividade complementar do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc|Afya

Referências

- ALMEIDA, P. et al. Ventilação não invasiva no edema pulmonar cardiogênico: eficácia e desfechos clínicos. *Jornal Brasileiro de Cardiologia*, v. 58, n. 4, p. 312-320, 2022.
- GÜELL, R. et al. Ventilação mecânica não invasiva: indicações e desfechos clínicos. *Revista Europeia de Pneumologia*, v. 53, n. 5, p. 1802494, 2019.
- OLIVEIRA, G. et al. Benefícios da ventilação não invasiva no tratamento de insuficiência respiratória aguda. *Revista Brasileira de Pneumologia*, v. 48, n. 1, p. 33-45, 2023.

OS SONHOS DOS FILHOS E O PAPEL DA FAMÍLIA: UM DIÁLOGO ENTRE ESCOLA E COMUNIDADE

Sarah Emanuelle Rodrigues de Souza¹; Melissa Fonseca Queirós ¹; Vitória Santos Lôbo ¹; Amanda Neves Fernandes¹; Keila Isabela Araújo Ruas¹; Melissa Rayana Oliveira Rodrigues¹; Katia Cristiane Soledade Dias²

¹Acadêmicos do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc

²Professora do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc

Introdução

Falar sobre os sonhos que temos para nossos filhos é também refletir sobre os caminhos que os ajudarão a alcançá-los. Foi com esse propósito que promovemos este encontro: estimular o diálogo entre pais, responsáveis e educadores sobre a importância do apoio familiar no desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. Mais do que discutir metas e conquistas, buscamos criar um espaço de escuta, acolhimento e troca de experiências, onde todos possam compartilhar expectativas, desafios e aprendizados. Acreditamos que, quando a família e a escola caminham juntas, os sonhos dos jovens ganham força, direção e sentido. O envolvimento ativo dos pais na vida dos filhos – demonstrado por meio do diálogo, do incentivo e da presença – é um dos pilares que sustentam a formação de cidadãos confiantes, responsáveis e capazes de construir seus próprios caminhos com autonomia e esperança. Objetivo: Promover o diálogo entre pais, responsáveis e educadores sobre a importância do apoio familiar no desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

Métodos

A ação foi desenvolvida no primeiro semestre de 2025, no Centro Paula Elizabeth, como parte de um projeto de extensão de caráter educacional e social. O público-alvo envolveu pais e responsáveis de alunos da instituição, com foco na aproximação entre família e escola para o fortalecimento do apoio ao desenvolvimento dos jovens. O principal objetivo da atividade foi promover o diálogo entre pais, responsáveis e educadores sobre a importância do suporte familiar nos projetos de vida dos filhos, especialmente em relação ao desenvolvimento pessoal e profissional. A estratégia metodológica adotada foi a roda de conversa, conduzida pela professora Kátia, proporcionando um espaço acolhedor e participativo para a troca de experiências. Em seguida, os participantes foram divididos em 14 grupos para debater, junto aos alunos, os temas “o que sonhamos para o futuro dos nossos filhos?” e “como podemos, na nossa família, apoiar o que sonhamos para os nossos filhos?”. A partir dessas discussões, foram convidados a expressar suas reflexões por meio de linguagens artísticas, como desenho, pintura, colagens e textos escritos. A participação da comunidade foi bastante significativa, evidenciada pelo envolvimento emocional dos responsáveis e pela qualidade das produções. Os relatos espontâneos, especialmente de mães, revelaram uma conscientização sobre o papel ativo que podem exercer no futuro dos filhos, mesmo diante das limitações impostas pela realidade socioeconômica. Como ferramenta de avaliação, foram considerados os feedbacks qualitativos colhidos durante e após a ação, por meio de observações diretas e depoimentos informais, que destacaram o impacto positivo da atividade na percepção dos responsáveis sobre seu papel na construção dos sonhos dos filhos.

Desenvolvimento

O projeto de extensão realizado no primeiro semestre de 2025, no Centro Paula Elizabeth, teve grande impacto no público-alvo, promovendo conscientização sobre a importância do apoio familiar nos sonhos dos filhos. Cerca de 80% dos participantes relataram mudanças na forma de apoiar suas crianças, mesmo com dificuldades socioeconômicas. Apesar de desafios iniciais, como baixa adesão e pouco tempo, a escuta ativa e o ambiente acolhedor garantiram o sucesso das atividades. A experiência destacou o valor de metodologias participativas e expressões artísticas, fortalecendo os laços entre família e escola. Também foi enriquecedora para os alunos, que refletiram sobre seus próprios futuros. O projeto aproximou a universidade da comunidade, reforçando seu papel transformador, e deixou um legado afetivo e educativo, registrado em imagens das ações realizadas.

Conclusão/Considerações Finais

O projeto de extensão desenvolvido no primeiro semestre de 2025 no Centro Paula Elizabeth demonstra, de forma evidente, que cumpre seu objetivo principal: estimular a reflexão de pais e responsáveis sobre a importância do apoio familiar na construção dos sonhos dos filhos. Os relatos colhidos ao longo das atividades indicam uma mudança significativa na forma como essas famílias percebem e praticam esse apoio, mesmo enfrentando dificuldades econômicas. Embora tenham surgido alguns entraves no início, como a baixa participação e a limitação de tempo para os encontros, a escuta atenta e a reorganização das ações contribuíram para um ambiente mais receptivo e inclusivo, favorecendo o envolvimento dos participantes. A utilização de recursos artísticos, como desenhos e textos, mostrou-se eficaz para fortalecer os vínculos entre os responsáveis e o processo educativo, revelando sentimentos, expectativas e um desejo real de participação. Assim, a experiência reforça o papel da universidade como agente de transformação social, aproximando-se da comunidade e promovendo o diálogo, a escuta e o desenvolvimento de relações mais humanas e colaborativas.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Kátia Soledade pela condução das rodas de conversa e à equipe do Centro Paula Elizabeth pelo apoio logístico.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afva.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.
- OLIVEIRA, V. A. Práticas de escuta na escola e o fortalecimento do vínculo com a família. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-20, 2019.



Figura 1. A. O projeto de extensão realizado no primeiro semestre de 2025 no Centro Paula Elizabeth teve impactos significativos no público-alvo. A ação promoveu maior conscientização entre os pais e responsáveis sobre o papel fundamental do apoio familiar no desenvolvimento dos sonhos dos filhos. Aproximadamente 80% dos participantes relataram, nas rodas de conversa, que passaram a enxergar novas formas de apoiar seus filhos, mesmo com limitações socioeconômicas.

Figura 2. B. Durante a execução, enfrentamos desafios como a adesão inicial de alguns responsáveis e a limitação de tempo para as atividades em grupo. No entanto, esses obstáculos foram superados com escuta ativa, reorganização dos horários e criação de um ambiente acolhedor, o que favoreceu a participação de todos.

Figura 3. C. Entre os aprendizados, destacamos a importância de metodologias participativas e afetivas para gerar engajamento real da comunidade. As expressões artísticas (desenhos, colagens, textos) revelaram o quanto os responsáveis se sentem parte do processo educativo, o que poderá servir de base para novas ações de extensão com foco no fortalecimento de vínculos familiares.

Figura 4. D. Essa experiência contribui tanto academicamente quanto socialmente, ao aproximar a universidade da realidade das famílias atendidas, fortalecendo seu papel na promoção do diálogo, da escuta e do desenvolvimento humano integral na comunidade.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA APLICADA NA ASSISTÊNCIA DE PACIENTES EM PARADA CARDIORESPIRATÓRIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Silva, Ana Luísa Rodrigues¹ ; vieira, Camila Emanuelle Rodrigues¹; santos, Larissa Rodrigues¹ ; rabelo, Luísa Celeste Araújo Lafetá¹; mendes, Mariana Gusmão¹; pinheiro, Pamela Ariane Prais¹; solene , Katia².

¹ Acadêmicos do curso de enfermagem da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso de enfermagem da instituição UNIFIPMOC

Introdução

A Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecida como a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), concentra-se predominantemente em ações de promoção, prevenção e acompanhamento de condições crônicas. No entanto, mesmo não sendo seu foco principal, situações de urgência e emergência também ocorrem nesse cenário, exigindo preparo e resposta rápida por parte dos profissionais de saúde. A parada cardiorrespiratória (PCR), por exemplo, é uma condição clínica súbita e de extrema gravidade, caracterizada pela interrupção inesperada da respiração e da circulação sanguínea eficaz, cuja intervenção imediata é fundamental para aumentar as chances de sobrevivência. Diante dessa realidade, torna-se imprescindível que as equipes da APS estejam capacitadas para atuar com segurança e eficiência em situações críticas. A reanimação cardiopulmonar (RCP), a utilização adequada do desfibrilador externo automático (DEA) e o acionamento imediato do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) são condutas essenciais que precisam ser dominadas por todos os integrantes da equipe multiprofissional. Além disso, a existência de protocolos bem definidos, treinamentos regulares e o fortalecimento do trabalho em equipe são estratégias fundamentais para garantir um atendimento eficaz, mesmo em ambientes com recursos limitados. Neste contexto, foi desenvolvida uma ação de extensão com o propósito de capacitar estudantes e profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) Safira, situada no município de Montes Claros/MG, para o atendimento inicial a situações de urgência e emergência. A iniciativa partiu de estudantes do 6º período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc, em parceria com a equipe da unidade, e consistiu em atividades teóricas e práticas voltadas para a qualificação do cuidado prestado em casos críticos.

Objetivo

O objetivo principal da proposta foi promover a capacitação técnica e o aprimoramento das habilidades dos profissionais e estudantes de enfermagem para o reconhecimento e atendimento imediato de situações de urgência e emergência na Atenção Primária à Saúde.

Métodos:

Contextualização da Ação: A Atenção Primária à Saúde (APS), reconhecida como a porta de entrada do sistema de saúde e espaço privilegiado para ações de promoção, prevenção e acompanhamento de doenças crônicas, também pode se deparar com situações críticas, como a parada cardiorrespiratória (PCR). Apesar de não ser tradicionalmente estruturada para lidar com emergências, a APS deve estar minimamente preparada para oferecer uma resposta inicial rápida e eficaz. A PCR é uma condição de extrema gravidade, caracterizada pela interrupção súbita e inesperada das funções cardíaca e respiratória, exigindo ações imediatas que podem significar a diferença entre a vida e a morte. Cada minuto de inatividade reduz significativamente as chances de sobrevivência, o que reforça a importância da capacitação da equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS) para reconhecer precocemente os sinais clínicos e iniciar prontamente as manobras de Reanimação Cardiopulmonar (RCP). Nesse cenário, destaca-se a relevância da capacitação contínua dos profissionais de saúde da APS, que devem estar aptos a realizar suporte básico de vida (SBV), utilizar corretamente o desfibrilador externo automático (DEA) quando disponível, aplicar ventilação adequada e manter uma comunicação efetiva com os serviços de emergência, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A presença de protocolos bem definidos, aliada à atualização periódica da equipe, permite qualificar o cuidado prestado em momentos decisivos. Com base nesse contexto, foi desenvolvida uma ação extensionista de natureza educacional e em saúde, voltada à qualificação técnica de profissionais e estudantes para o manejo de situações de urgência e emergência no contexto da APS.

Desenvolvimento

A ação de extensão foi realizada no dia 06 de maio de 2025, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Safira, no município de Montes Claros/MG, com duração de três horas. Trata-se de um projeto de extensão de caráter educacional e em saúde, provido por estudantes do 6º período do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya), com o objetivo de capacitar e atualizar profissionais da APS para o atendimento inicial de situações críticas, como parada cardiorrespiratória, convulsões, hemorragias e obstruções de vias aéreas. O público-alvo incluiu enfermeiros, técnicos de enfermagem, cirurgiões-dentistas, auxiliares de saúde bucal e acadêmicos de enfermagem. A participação da comunidade profissional foi ativa, reunindo vinte participantes que interagiram de forma significativa durante toda a ação. A convocação foi realizada por meio de articulação direta com a coordenação da UBS e os gestores locais. Ao final das atividades, foi promovida uma roda de conversa, que possibilitou avaliar qualitativamente a percepção dos participantes. Os relatos destacaram a importância do treinamento contínuo e evidenciaram ganhos em autoconfiança e segurança técnica. Alguns profissionais mencionaram dificuldades prévias para atuar em emergências, sobretudo pela ausência de treinamentos específicos e pela limitação de recursos na unidade, o que reforçou a necessidade de ações educativas regulares. Entre os principais aprendizados, destacaram-se a valorização da comunicação eficiente durante atendimentos emergenciais, a

importância da atuação em equipe e o entendimento de que a APS, embora voltada à promoção e prevenção, também é um espaço onde situações agudas ocorrem e exigem respostas imediatas. Para os acadêmicos, a ação representou uma oportunidade concreta de aplicar os conhecimentos teóricos em um cenário real, desenvolvendo não apenas competências técnicas, mas também habilidades humanas e de trabalho colaborativo. Como impacto adicional, observou-se o interesse da equipe da UBS em manter parcerias com a universidade e ampliar a oferta de formações periódicas. A ação, portanto, cumpriu seu papel formativo e gerou benefícios significativos tanto para os participantes quanto para os serviços prestados à comunidade local.

Conclusão/ Considerações finais

A ação de extensão voltada à capacitação em urgência e emergência no contexto da Atenção Primária à Saúde evidenciou a importância de preparar profissionais e estudantes para o enfrentamento de situações críticas, mesmo em unidades de saúde com recursos limitados. A integração entre universidade e serviço de saúde proporcionou um ambiente de aprendizado mútuo, que favoreceu o desenvolvimento de competências técnicas, comunicacionais e humanas. Os resultados apontaram um aumento expressivo na segurança dos participantes para atuar em situações de emergência, bem como a valorização do trabalho em equipe e da padronização de condutas. Além de cumprir seu objetivo educativo, a atividade contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre academia e comunidade, aproximando a formação profissional das reais necessidades do SUS. A vivência prática em um cenário autêntico ampliou o senso de responsabilidade social dos acadêmicos e reforçou o papel estratégico da educação permanente em saúde. Conclui-se, portanto, que iniciativas como esta são fundamentais para qualificar a assistência na APS, ampliar o acesso ao cuidado seguro e fomentar a construção de uma prática mais crítica, colaborativa e comprometida com a vida.

Agradecimentos

A realização desta ação de extensão só foi possível graças ao apoio e à colaboração de diversos envolvidos. Agradecemos, primeiramente, à equipe da Estratégia de Saúde da Família Safira, pela receptividade, disponibilidade e comprometimento com a proposta, viabilizando um ambiente propício para o compartilhamento de saberes e práticas. Reconhecemos também a importância da integração ensino-serviço como eixo estruturante da formação em saúde, o que reforça a relevância da parceria entre a instituição de ensino e os serviços de saúde do SUS. Destacamos, ainda, a contribuição da coordenação do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc, que incentivou a proposta desde sua concepção até sua execução, bem como do(a) professor(a) orientador(a), cuja orientação técnica e pedagógica foi fundamental para o êxito da atividade. A todos os profissionais, docentes e estudantes envolvidos, o nosso sincero agradecimento pelo comprometimento com a qualificação da atenção à saúde e com a construção coletiva do conhecimento.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção Básica e as urgências: protocolo de encaminhamentos da Rede de Atenção às Urgências. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_basica_urgencias_protocolo.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Estabelece as diretrizes para a implantação da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do SUS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 43–47, 23 maio 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html. Acesso em: 20 maio 2025.
- PEREIRA, Érica Rodrigues; CASSIANI, Sílvia Helena De Bortoli. Capacitação em urgência e emergência na Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 71, supl. 6, p. 2779-2785, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0757>. Acesso em: 20 maio 2025.
- SILVA, Aline de Souza et al. Capacitação de profissionais da Atenção Primária em suporte básico de vida: impacto na assistência às urgências. Revista de APS, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 295-303, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/31943>. Acesso em: 20 maio 2025.



ACÇÃO DE SAÚDE E BEM ESTAR COM IDOSAS INSTITUCIONALIZADAS

Bruna Emanuele Cardoso Ferreira¹; Giovanna Prates Santos²; Maria Eduarda Pena Silva³; Ruth Emanuelle Zuba Mendes⁴; Sarah Alves de Souza⁵

Professora kátia Cristiane do curso de Enfermagem da instituição UNIFIPMOC

Introdução

Este relato de experiência apresenta uma atividade extensionista realizada por acadêmicos do quinto período do curso de Enfermagem no Lar das Velhinhas, uma instituição que acolhe idosas em situação de longa permanência. A proposta nasceu do desejo de levar acolhimento, cuidado e alegria a essas mulheres, promovendo um momento de interação e bem-estar por meio de atividades leves, criativas e afetivas. Antes da visita, a turma se reuniu para estudar e planejar ações que fossem significativas para esse público, considerando suas necessidades emocionais, cognitivas e sociais. No dia 7 de maio, com carinho e dedicação, realizamos oficinas de pintura, jogos, confecção de pulseiras, música e um lanche da tarde, criando um ambiente acolhedor e cheio de sorrisos. Foi um momento marcado por trocas afetivas, escuta ativa e aprendizado mútuo, em que os estudantes puderam vivenciar, na prática, os princípios do cuidado humanizado com a pessoa idosa. O principal objetivo dessa ação foi proporcionar um momento de alegria, interação social e valorização das idosas do Lar das Velhinhas. Também buscamos estimular a criatividade, a coordenação motora e a expressão afetiva por meio das atividades propostas. Para os estudantes, a vivência teve como objetivo fortalecer a empatia, o trabalho em equipe e a sensibilidade no cuidado com a população idosa, habilidades essenciais para a formação em Enfermagem.

Métodos

A ação realizada no dia 07 de maio de 2025, às 13h30, no Lar das Velhinhas em Montes Claros – MG, integrou um projeto de extensão na área da saúde, com ênfase no tema “Saúde e Bem-Estar”. A atividade foi desenvolvida por acadêmicos do 5º período do curso de Enfermagem da UnifipMoc, sob orientação da professora Kátia, responsável pela disciplina de Projeto de Extensão. O principal objetivo da ação foi promover a saúde integral das idosas institucionalizadas, por meio de práticas que estimulassem o bem-estar físico, emocional e social. Durante a tarde, foram realizadas diversas atividades recreativas e interativas, como confecção de pulseiras, música ao vivo com violão, penteados, maquiagem, jogos e desenhos para colorir. Todos os grupos envolvidos desempenharam um papel importante na condução das ações, contribuindo para o êxito da atividade de forma integrada e harmoniosa. Especificamente, o grupo responsável pela organização do lanche buscou oferecer uma alimentação adequada às necessidades do público idoso, considerando aspectos como a facilidade de mastigação, o valor nutricional e o resgate de memórias afetivas através dos sabores. O cardápio incluiu frutas frescas e macias — melancia, mamão, melão, banana e maçã — além de bolo de cenoura e de chocolate, biscoitos, sucos naturais de acerola e maracujá, leite, iogurte, chá e café. A escolha dos alimentos visou criar um ambiente acolhedor e familiar, contribuindo não apenas para a nutrição, mas também para o conforto emocional das residentes. (Fig. 2) A participação das idosas foi ativa e espontânea, respeitando os limites individuais de cada uma. Os acadêmicos estiveram presentes durante toda a ação, prestando apoio e incentivando a integração das participantes nas diferentes atividades. Embora não tenha sido utilizado um instrumento formal de avaliação, a observação direta permitiu identificar sinais claros de engajamento, alegria e gratidão por parte das idosas, o que evidenciou o impacto positivo da intervenção. Ao final do encontro, algumas residentes manifestaram-se por meio de discursos espontâneos de agradecimento, expressando sua satisfação e reconhecimento pelo cuidado, atenção e carinho recebidos. Dessa forma, a ação mostrou-se relevante para a promoção da saúde e qualidade de vida no contexto institucional, além de proporcionar uma experiência enriquecedora para os estudantes envolvidos no projeto.

Desenvolvimento

A realização da atividade do projeto de extensão no Lar das Velhinhas proporcionou uma vivência significativa tanto para as idosas quanto para os estudantes envolvidos. As ações desenvolvidas criaram um ambiente alegre e acolhedor, onde o vínculo afetivo foi fortalecido por meio da escuta ativa, do compartilhamento de tempo de qualidade e da valorização das histórias de vida das participantes. As atividades propostas, como pintura, jogos, confecção de pulseiras e música, estimularam memórias, incentivaram a criatividade e proporcionaram momentos de descontração e expressão emocional. Os resultados observados durante e após a intervenção destacam a importância dessas ações para a transformação das realidades locais. Observou-se um engajamento visível das idosas, que demonstraram entusiasmo, gratidão e emoção ao participar das oficinas. Algumas relataram sentir-se "mais vivas", "lembradas" e "acolhidas", evidenciando o impacto positivo da iniciativa sobre o bem-estar emocional e social do grupo. Para os acadêmicos, a experiência possibilitou a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, fortalecendo competências essenciais como empatia, comunicação interpessoal e trabalho em equipe. Quanto aos impactos no público-alvo, a ação contribuiu para a quebra da rotina institucional das residentes, o que reduziu a sensação de isolamento e fortaleceu o sentimento de pertencimento. Além disso, as atividades estimulantes promoveram benefícios cognitivos e motores, reforçando a importância do cuidado integral e humanizado para a pessoa idosa em instituições de longa permanência.

Entretanto, alguns desafios foram enfrentados durante a execução das atividades. Entre eles, destacam-se as limitações físicas e cognitivas de algumas participantes, que exigiram adaptações nas oficinas para garantir a inclusão e a participação de todas. A gestão do tempo também foi um desafio, exigindo flexibilidade e organização por parte dos estudantes para que as atividades acontecessem de forma fluida e respeitosa. Apesar desses desafios, a experiência proporcionou aprendizados significativos. Os acadêmicos de enfermagem puderam perceber na prática a importância do cuidado centrado na pessoa, bem como a necessidade de uma escuta qualificada e uma postura empática diante da vulnerabilidade do outro. A vivência também possibilitou a compreensão do papel social da enfermagem e da universidade como agentes de transformação na comunidade. Para aprimoramentos futuros, sugere-se ampliar o tempo de permanência nas instituições, permitindo um

acompanhamento mais contínuo e a construção de vínculos mais duradouros. Também seria relevante incluir capacitações prévias voltadas ao manejo emocional e à comunicação com o público idoso, além de estratégias de avaliação dos impactos das ações a médio e longo prazo.

Nesse contexto, a atividade evidenciou o papel transformador da universidade, que vai além do ensino teórico e se insere diretamente na realidade social por meio da extensão. A experiência no Lar das Velhinhas demonstrou como o conhecimento acadêmico pode ser colocado a serviço da comunidade, promovendo inclusão e dignidade, especialmente para grupos muitas vezes invisibilizados, como as idosas institucionalizadas. Além de beneficiar o bem-estar das participantes, a ação teve grande relevância na formação acadêmica dos estudantes, ao proporcionar vivências práticas que exigiram empatia, escuta ativa e um compromisso social mais profundo. Reforça-se, assim, o valor da extensão universitária como elo entre a universidade e a sociedade, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes, éticos e comprometidos com as demandas da população. Além dos objetivos inicialmente propostos, a ação no Lar das Velhinhas gerou impactos positivos inesperados, ampliando os resultados inicialmente esperados. Um dos principais efeitos foi o fortalecimento do vínculo entre a universidade e a instituição de longa permanência, criando novas possibilidades para parcerias futuras, como estágios supervisionados, novos projetos de extensão, ações educativas em saúde e acompanhamento contínuo das residentes. Outro benefício importante foi a valorização da dimensão humana do cuidado, muitas vezes abordada de forma teórica no curso, mas que ganhou profundidade por meio da convivência direta com as idosas. Muitos estudantes relataram um despertar de interesse por áreas como geriatria, cuidados paliativos e saúde coletiva, que até então não eram exploradas como possíveis campos de atuação profissional. Esses resultados inesperados demonstram que a extensão universitária vai além da simples aplicação de conteúdos acadêmicos, tornando-se um instrumento de transformação pessoal, profissional e social.

Conclusão/ Considerações finais

O presente trabalho proporcionou um momento de interação, afeto e descontração com as idosas institucionalizadas no Lar das Velhinhas, em Montes Claros. O objetivo principal, que era promover um espaço acolhedor e agradável por meio de atividades lúdicas e recreativas, foi plenamente alcançado. O grupo G5 ficou responsável pela organização do lanche coletivo, atividade que contribuiu de forma significativa para a harmonia e acolhimento do evento, garantindo que esse momento ocorresse de maneira cuidadosa, organizada e afetuosa. Além dessa função principal, os integrantes também participaram ativamente das demais ações sempre que necessário, colaborando em atividades como jogos, pintura, oficina de beleza e, principalmente, no diálogo e atenção dedicada às idosas. A experiência reforça a importância da empatia, do contato humano e da valorização da pessoa idosa, proporcionando aprendizados que vão além do âmbito acadêmico.

Agradecimentos

O desenvolvimento do projeto foi um sucesso graças à colaboração e empenho de todos os envolvidos. Agradecemos, em especial, à Professora Kátia, por ter acompanhado o projeto desde o início, oferecendo suporte fundamental e orientações valiosas ao longo de toda a trajetória. Estendemos nossos agradecimentos aos funcionários do Lar das Velhinhas, que nos acolheram com carinho e possibilitaram uma tarde leve e significativa naquele ambiente. À UNIFIPMoc, nosso reconhecimento pelo apoio institucional que viabilizou a realização desta ação. Por fim, agradecemos a todos os acadêmicos envolvidos no projeto pela dedicação, comprometimento e pelo tempo doado para que cada detalhe fosse cuidadosamente executado e o objetivo do projeto fosse plenamente alcançado.

Referências

FERREIRA, T. M.; SANTOS, A. A.; SANTOS, V. P. Atividade e participação de idosos institucionalizados em oficinas terapêuticas. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 109-127, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/43600>. Acesso em: 15 maio 2025.

LIMA, A. M. S. et al. Enfermagem e extensão: relato de ações com idosos institucionalizados. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, São Paulo, v. 16, p. 385-396, 2020. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1679-4605.2020v16p385-396. Acesso em: 15 maio 2025.

MARCONDES, M. C.; PEREIRA, J. P.; RODRIGUES, F. A. Projeto EnvelheSer: ampliando a rede de apoio social e aprimorando aspectos cognitivos da terceira idade. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 11, n. 3, p. 378-388, 2019. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/258>. Acesso em: 15 maio 2025



Figura 1. Acadêmicas responsáveis pelo lanche coletivo.



Figura 2. Lanche coletivo.



Figura 3. Cantoria em grupo.



Figura 4. Pintura artística.



Figura 5. Estação de jogos.

Figura 6. Estação do Autocuidado.



Figura 7. Estação de Confecção de pulseiras.

Figura 8. Pintura realizada pela idosa

DOS PÉS A IMUNIZAÇÃO

Jullya Madureira¹, Layla Kariny¹, Maria Eduarda de Almeida¹, Maria Eduarda Malta¹, Rayssa Alessandri¹,
Kênia Souto².

¹Acadêmicas do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc.

² Professora do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc.

Introdução

A ação “Dos Pés à Imunização” foi realizada no dia 25 de abril de 2025, quinta-feira, na Estratégia de Saúde da Família José Carlos de Lima (ESF), em Montes Claros, Minas Gerais. A iniciativa foi desenvolvida pelas acadêmicas do quinto período do Curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya), sob a coordenação da enfermeira preceptora Kênia Souto Moreira. O projeto teve como objetivo conscientizar os pacientes — especialmente os idosos, faixa etária mais acometida pela diabetes — sobre os cuidados necessários com a doença, com ênfase na prevenção e no cuidado com os pés, uma vez que a neuropatia diabética se configura a um agravamento comum em pessoas com tal comorbidade. Além disso, a ação destacou a importância da imunização para a promoção da saúde de toda a comunidade.

Métodos

Trata-se de um estudo descritivo, de natureza transversal e do tipo relato de experiência, sobre uma ação realizada na ESF José Carlos de Lima pelas acadêmicas do quinto período de Enfermagem da UNIFIPMoc. A atividade teve como público-alvo pacientes diabéticos cadastrados na área de abrangência da unidade e teve como foco a prevenção da neuropatia diabética e os cuidados com os pés. Inicialmente, os participantes foram recepcionados pelas acadêmicas, realizando uma triagem sobre as atuais comorbidades e a presença do cartão vacinal. Em seguida, foram realizadas a aferição de pressão arterial, verificação da glicemia capilar e análise do cartão de imunização, sendo encaminhadas para atualização, conforme necessário. Logo após a verificação de todos os presentes, foi explicado, de maneira simples, o conceito de diabetes, suas formas de prevenção, controle e a importância do autocuidado e avaliação dos pés. A finalização da explicação contou com uma dinâmica interativa, denominada “Batata Quente”, onde passamos balões com perguntas enquanto a música tocava e assim que a música era pausada, a pessoa que estivesse com o balão na mão, deveria estourá-lo e responder a pergunta, além da demonstração na prática sobre a higiene e cuidados com os pés com o auxílio de uma peça anatômica (Fig. 1). Para o encerramento da atividade, foi distribuído um folder explicativo para os participantes e um lanche coletivo, onde tiramos dúvidas e trocamos conhecimentos. A atividade contou com a participação de 11 pessoas, que se envolveram ativamente nas orientações, brincadeiras e atualização vacinal.

Desenvolvimento

Foi observado que a ação teve um impacto extremamente positivo, despertando a curiosidade e a atenção dos participantes através da conscientização sobre a importância do autocuidado com os pés em diabéticos e a prevenção de lesões pela perda de sensibilidade. Além disso, alguns hábitos são considerados nocivos para essa população, como andar descalço, usar calçados apertados ou sem amarração, além da umidade excessiva, rachaduras e ressecamentos, que propiciam o aparecimento de lesões, e se não tratadas, comprometem a qualidade de vida do paciente. A participação ativa dos presentes na dinâmica e nas discussões reforçou o aprendizado e o interesse pelo tema, somatizando um público total de 11 pessoas, entre 60 e 80 anos, em que o sexo feminino era predominante, como é visto na (Fig.2). A iniciativa despertou uma conscientização sobre autocuidado com os pés e a importância da imunização para a prevenção de doenças, em que foi abordado sobre os benefícios da vacina Pneumocócica 23, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) para os portadores de diabetes e idosos, nos quais foram verificados a situação vacinal e encaminhados aqueles que possuíam o esquema incompleto.

Conclusão/ Considerações finais

A partir da ação em saúde, foi possível identificar que a conscientização sobre os cuidados com os pés e a importância da imunização foi essencial para promover a saúde e a melhoria da qualidade de vida dos participantes. A iniciativa buscou criar um ambiente de aprendizado, favorecendo a compreensão sobre os riscos da falta de cuidado e prevenção com os pés. Além disso, contribuiu para a formação acadêmica das estudantes, onde assimilamos a teoria com a prática. A ação obteve uma experiência positiva, visto que conseguimos alcançar o objetivo proposto, incluindo os conceitos e demandas mais importantes sobre o tema e o público presente demonstrou muita atenção e entusiasmo, contribuindo no fortalecimento da responsabilidade dos participantes em relação a sua saúde, destacando o impacto da imunização e dos cuidados com os pés.

Agradecimentos

O desenvolvimento da nossa ação foi um sucesso graças à colaboração de diversas pessoas. Agradecemos, em especial, à nossa preceptora Kênia Souto pelo apoio e orientação ao longo do desenvolvimento do projeto. Estendemos nossa gratidão à comunidade participante, cuja presença e envolvimento foram fundamentais para o êxito da atividade. Agradecemos também à enfermeira Nadine, pelo auxílio e suporte prestados no dia da ação, à Unidade de Saúde da Família José Carlos de Lima pelo espaço cedido e à equipe G4, que dedicou tempo e esforço para tornar o projeto possível. Juntas, conseguimos promover um impacto positivo e significativo. Por fim, somos gratas à instituição UNIFIPMoc por todo apoio prestado. Este projeto só se concretizou graças ao esforço coletivo de todos os envolvidos.

Referências

Cubas, M. R., Santos, O. M. dos, Retzlaff, E. M. A., Telma, H. L. C., Andrade, I. P. S. de, Moser, A. D. de L., & Erzinger, A. R. (2013). Pé diabético: orientações e conhecimento sobre cuidados preventivos. *Fisioterapia em Movimento*, 26(3), 647–655. <https://doi.org/10.1590/s0103-51502013000300019>

Cuidados com os pés: o que o enfermeiro deve orientar e a pessoa com diabetes precisa saber? (2021, dezembro 10). Sociedade Brasileira de Diabetes.

<https://diabetes.org.br/cuidados-com-os-pes-o-que-o-enfermeiro-deve-orientar-e-a-pessoa-com-diabetes-precisa-saber/>



Figura 01: Demonstração do pé diabético com peça anatômica.

Figura 02: Público da nossa ação.

ESTILOS DE LIDERANÇA EM DIFERENTES SETORES ORGANIZACIONAIS – RELATO DE EXPERIÊNCIA

ROCHA¹, Andressa Maria Pereira; ANTUNES¹, Brenda Karoliny Oliveira; PINTO¹, Maria Rita Lisboa; LOPES¹, Paula Beatriz Silveira; DUPIM¹, Vivian Silva; SOUSA¹, Yuri Wiver Santos Almeida; DIAS², Katia Cristiane Soledade.

¹Acadêmicos do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMoc|Afya.

²Professorado Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMoc|Afya.

Introdução

Para Robbins (2004), liderança é a capacidade de influenciar grupos para o alcance de objetivos. Bowditch (1999) a define como um processo de influência, em que um indivíduo ou grupo é direcionado ao cumprimento de metas organizacionais. Segundo Chiavenato (1999), a liderança envolve a comunicação humana com vistas ao alcance de metas, sendo um conjunto de habilidades que permitem conduzir diferentes perfis de pessoas em direção a um propósito comum. Diante disso, a presente atividade teve como objetivo identificar os estilos de liderança percebidos em diferentes setores organizacionais, por meio da elaboração de um instrumento baseado em revisão de literatura, promovendo reflexões críticas sobre as práticas de gestão e sua aplicabilidade no campo da Enfermagem. A proposta surgiu da necessidade de compreender como a liderança, enquanto prática estratégica e humanizada, se adapta a contextos distintos, como os setores corporativo, educacional, governamental, da saúde e o terceiro setor. A atividade proporcionou uma experiência enriquecedora, tanto no aspecto acadêmico quanto na aquisição de competências voltadas à gestão em Enfermagem.

Materiais e Métodos

O projeto classificado como uma atividade de ensino, foi desenvolvido durante a disciplina Projeto Interdisciplinar VI, entre março e maio de 2025, com orientação docente e envolvimento de acadêmicos do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc. O público-alvo da proposta incluiu profissionais atuantes em diferentes setores organizacionais, a serem posteriormente entrevistados com base no instrumento construído. Inicialmente, a metodologia adotada envolveu a definição de objetivos claros e a realização de uma revisão de literatura sistemática, por meio de buscas em bases como SciELO, LILACS, PubMed e Google Acadêmico, priorizando publicações dos últimos dez anos sobre liderança organizacional. Após análise dos resultados, foram selecionados 11 artigos relevantes para o tema teórico. A etapa seguinte consistiu na elaboração colaborativa de um questionário de entrevista com 16 perguntas (Fig. 1A, Fig. 1B), desenvolvido a partir dos achados da literatura, visando à aplicação futura em setores diversos dentro de uma instituição de ensino superior. As principais estratégias empregadas na construção do trabalho foram a divisão de tarefas entre subgrupos, reuniões para discussão crítica dos artigos e construção do instrumento de coleta, o que favoreceu o trabalho em equipe e o aprofundamento temático.

Desenvolvimento

Durante o processo, enfrentou-se desafios na seleção dos materiais, na elaboração do questionário e na organização das informações obtidas. A divisão do grupo em subgrupos colaborativos favoreceu a análise crítica dos artigos e a construção de um instrumento de coleta voltado à identificação dos estilos de liderança em cinco contextos organizacionais distintos. A análise do conteúdo revelou os seguintes achados: no setor corporativo, predomina a liderança transformacional, com foco em inovação, motivação e alcance de metas; o setor educacional se caracteriza pela liderança colaborativa, incentivando participação, diálogo e construção coletiva; no setor governamental, destaca-se a liderança estratégica, com ênfase na formulação e implementação de políticas públicas; no setor da saúde, sobressai-se a liderança humanizada, que busca equilibrar empatia, ética e uso da tecnologia; já o terceiro setor adota a liderança mobilizadora, pautada no engajamento social e articulação de recursos. A construção do instrumento, mesmo sem aplicação imediata por exigência de aprovação ética, contribuiu significativamente para o amadurecimento acadêmico, fortalecendo habilidades como revisão de literatura, elaboração científica e trabalho colaborativo.

Considerações Finais

A atividade promoveu uma experiência significativa, permitindo compreender como os estilos de liderança variam conforme o contexto organizacional e como podem ser adaptados à realidade da Enfermagem. Ao reconhecer que normas institucionais e estruturas hierárquicas coexistem com demandas humanas e sociais, foi possível refletir sobre a importância de uma liderança ética, estratégica e empática. A construção do instrumento também consolidou competências acadêmicas, como análise crítica, organização metodológica e atuação em equipe, preparando os acadêmicos para práticas mais conscientes e eficazes na gestão em saúde.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Kátia Cristiane Soledade Dias pela orientação e apoio durante o desenvolvimento desta atividade, que foi essencial para nossa formação acadêmica e compreensão prática sobre os estilos de liderança nos diferentes setores organizacionais. Estendemos também nossa gratidão à instituição de ensino UNIFIPMoc|Afya, por proporcionar um ambiente de aprendizado colaborativo, que incentiva a pesquisa, a reflexão crítica e o desenvolvimento de competências fundamentais para a atuação profissional em Enfermagem.

Apoio financeiro: Não houve. Aprovação Comitê de Ética: Não se aplica.

Modalidade de Iniciação Científica: Não vinculada ao PROIC.
Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar Vida UNIFIP Moc/Afva

Referências

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F. *Elementos de comportamento organizacional*. São Paulo: Pioneira, 1999.
CAVALCANTE, E. A. F.; MARCELINO, K. F. *A influência da liderança humanizada no comprometimento organizacional nos setores de saúde*. Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão em Gestão, v. 7, n. 1, 2024.
CHIAVENATO, I. *Administração nos novos tempos*. Rio de Janeiro: Campus, [s.d.].
COSTA, A. *Liderança e comportamento organizacional*. Recife: CEFOSPE, [s.d.].
PEREIRA, T. N. F.; SOUZA, R. V. *Gestão de pessoas: uma revisão sistemática da literatura*. Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica, v. 6, n. 1, 2019.
ROBBINS, S. *Fundamentos do comportamento organizacional*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
SANTOS, V. D. D. do et al. *A liderança do enfermeiro na gestão dos serviços de saúde: uma revisão narrativa*. Varia Scientia – Ciências da Saúde, v. 6, n. 2, 2021, p. 148–156.

ENTREVISTA PARA ELABORAÇÃO

DE TRABALHO CIENTÍFICO – PID 2025

*** O objetivo da entrevista é oferecer insights rápidos e objetivos sobre a percepção dos entrevistados sobre o estilo de liderança em seu respectivo setor.

DADOS DA (O) ENTREVISTADA (O):

Sexo: _____ Idade: _____ (anos)

Grau de escolaridade: _____

Cargo (os) exercido (os) dentro da instituição:

*** Sendo docente, acrescentar o (os) curso (os) trabalhado (os) atualmente:

***** SEGUIM ABAIXO AS QUESTÕES A SEREM RESPONDIDAS E LEGENDA:**

LEGENDA	
SIM	SIM
NÃO	NÃO
N/A	NÃO APLICÁVEL
M/D	MINHA DIDÁTICA

A

FIGURA 1A – Folha de rosto e legenda das opções de respostas do questionário elaborado para entrevista de pesquisa em campo

QUESTÕES	SIM	NÃO	N/A	M/D
1. Você acredita que a comunicação transparente é um aspecto central no estilo de liderança do setor educacional?				
2. A motivação dos seus alunos é uma prioridade para você?				
3. Como você promove um ambiente de inclusão e diversidade em sua instituição de ensino?				
4. Você considera que a liderança escolar é eficaz na gestão de conflitos entre alunos e professores?				
5. Você incentiva a inovação no processo de ensino-aprendizagem em sua instituição?				
6. Você acredita que a liderança no seu setor pode promover mudanças significativas para a sociedade?				
7. Como você promove um ambiente colaborativo em sala de aula?				
8. Você busca constantemente o desenvolvimento e crescimento de seus alunos?				
9. Você sente que a sua liderança é eficaz em promover políticas públicas inclusivas e justas?				
10. Como você promove uma cultura de feedback constante dentro da sala de aula?				
11. Você acredita que sua liderança contribui para o aumento da produtividade e eficiência no ambiente educacional?				
12. Você acredita que sua liderança tem impacto direto na transformação social dos alunos?				
13. Como você considera que sua instituição está posicionada para lidar com as demandas da sociedade?				
14. Você acha que sua liderança consegue atrair a atenção dos envolvidos?				
15. Você tem confiança de que sua liderança ajuda a reduzir a evasão escolar?				
16. Você se sente preparado para lidar com os desafios educacionais que surgem no dia a dia da sua instituição?				

B FIGURA1.B—Questões do questionário enumeradas e opções de resposta. Questionário elaborado pelos acadêmicos do 6º período de enfermagem da UNIFIPMo|cAfya, a partir do trabalho desenvolvido com a disciplina de PID VI.

AÇÃO PSICOSSOCIAL COM IDOSOS NO LAR DAS VELHINHAS

Allan de Sousa Alves¹; Marcos Rian Fagundes Santos¹; Tallison Gabriel Gomes Ferreira¹; Larissa Alves Santos¹; Bruna Karolina Pereira da Silva¹; Emilly da Silva Souza¹; Kátia Cristiane Soledade Dias²

¹ Acadêmicos do 5º período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya

² Professora orientadora do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya

Introdução

O presente relato de experiência trata de uma ação psicossocial desenvolvida pelos acadêmicos do 5º período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya, realizada com as residentes do Lar das Velhinhas. O objetivo da atividade foi promover o bem-estar das idosas por meio de práticas de cuidado lúdico, escuta ativa e interação social, fortalecendo vínculos afetivos e a atenção humanizada. A ação consistiu em momentos de interação, brincadeiras, roda de conversa e lanche coletivo, buscando favorecer o vínculo entre os estudantes e as residentes, além de reforçar a importância da atenção humanizada à população idosa.

Métodos

A ação de extensão de natureza psicossocial foi realizada no espaço externo do Lar das Velhinhas, com o público-alvo formado por idosas residentes na instituição, com diferentes níveis de autonomia física e cognitiva. A atividade foi planejada e executada de forma colaborativa pelos acadêmicos do 5º período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya, que se organizaram em grupos responsáveis por tarefas específicas, como a organização e ornamentação do espaço, preparo de alimentos e bebidas, condução de atividades recreativas, momento de beleza e oficina de confecção de pulseiras artesanais com miçangas. As estratégias adotadas incluíram jogos lúdicos, gincanas, roda de conversa e lanche coletivo, todas pensadas com atenção às condições de acessibilidade das participantes, especialmente daquelas com limitações de mobilidade. A avaliação do impacto da atividade ocorreu por meio da observação direta, do registro das reações das participantes e da devolutiva recebida pela equipe da instituição.

Desenvolvimento

Durante a realização da atividade, os estudantes enfrentaram desafios relacionados à logística, à adaptação das dinâmicas à realidade das participantes e à gestão do tempo. No entanto, a superação desses obstáculos fortaleceu o trabalho em equipe e possibilitou o desenvolvimento de habilidades interpessoais e empáticas. As idosas participaram ativamente das atividades, compartilharam suas histórias de vida e demonstraram satisfação com a presença dos acadêmicos. A escuta ativa e o carinho dedicado durante as interações contribuíram para um ambiente de afeto e respeito mútuo. O impacto da ação foi evidenciado pela alegria das participantes, pela receptividade da equipe da instituição e pelo retorno positivo da experiência para a formação humanizada dos acadêmicos. A vivência permitiu aos estudantes compreenderem, na prática, a importância do cuidado centrado na pessoa idosa. As atividades, embora simples, mobilizaram emoções e lembranças nas participantes, evidenciando o valor do afeto e da presença no processo de envelhecimento. Para os acadêmicos, a escuta ativa e o contato direto com a realidade institucional ampliaram a compreensão das necessidades sociais do idoso e reforçaram o compromisso ético com a profissão.

Conclusão/ Considerações finais

Conclui-se que a atividade psicossocial com as idosas do Lar das Velhinhas constitui uma experiência formativa enriquecedora. A ação fortalece os vínculos entre os estudantes e a comunidade, promove momentos de escuta ativa, valorização do outro e cuidado humanizado, alcançando plenamente o objetivo proposto. Além disso, reafirma a importância das ações de extensão como parte essencial da formação acadêmica em Enfermagem, ao estimular a empatia, o trabalho em equipe e o compromisso ético-social dos futuros profissionais.

Agradecimentos

Agradecemos à direção e equipe do Lar das Velhinhas pela acolhida e colaboração durante a realização da atividade. Estendemos nossos agradecimentos a orientadora e professora Kátia que contribuiu com orientações essenciais para o sucesso da ação.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar: atenção à saúde do idoso. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- CAMARANO, Ana Amélia (org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- FREITAS, Eveline Vargas de; SANTOS, Lília Freire. A importância das atividades lúdicas na terceira idade. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 661–669, 2015.
- MOREIRA, Wilsa Maria Ramos; NASCIMENTO, Juliane dos Santos. Ações de extensão universitária com idosos: vivências psicossociais e intergeracionais. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 36, n. 1, p. 58–73, 2016.
- NETTO, Maria Elza Duarte de Oliveira; LIMA, Márcia Regina Barros. Velhice e sociedade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

IMUNIZAÇÃO DOS COLABORADORES.

Jullya Madureira ¹; Layla Karinny ¹; Marcos Rian ¹; Maria Eduarda Malta ¹; Maria Eduarda Pena ¹; Igor Monteiro².

¹ Acadêmicos do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc

² Professor do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc

Introdução

A ação de Imunização dos colaboradores do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya) ocorreu no dia 09 de maio de 2025, das 08h às 19 horas, pelos alunos do quinto período de Enfermagem vespertino da UNIFIPMoc, sob a coordenação do professor Igor Monteiro. O projeto teve como objetivo imunizar os funcionários da Universidade, enfatizando a importância dos imunobiológicos para a saúde. Antes de receberem as vacinas, as pessoas passaram por uma triagem, onde houve a aferição da pressão arterial, verificação da glicemia e cálculo de IMC, conduzidos pela equipe do acolhimento.

Métodos

Trata-se de um estudo descritivo, de natureza transversal, do tipo relato de experiência, referente a uma ação desenvolvida e realizada na quadra esportiva da Universidade. A atividade teve como público-alvo os colaboradores da instituição, totalizando 76 participantes que optaram por receber a imunização, com ênfase na vacina contra a Influenza. No início da ação, os participantes foram recepcionados e registrados em uma lista de presença. Em seguida, receberam um cartão de acompanhamento, utilizado para o controle dos dados referentes à pressão arterial, glicemia, peso e altura, além de servir como critério de participação em um sorteio. Posteriormente, foram realizadas aferições da pressão arterial, verificação da glicemia capilar e cálculos do índice de massa corporal (IMC). Após essa triagem, os participantes foram encaminhados para atualização do cartão vacinal, quando necessário. Por fim, dirigiram-se ao vacimóvel, disponibilizado pela Secretaria de Saúde, onde receberam os imunobiológicos.

Desenvolvimento

A ação teve um impacto positivo tanto para os colaboradores, pois contribuimos com a promoção da saúde e do bem-estar, quanto para os acadêmicos, uma vez que possibilitou a aplicação prática dos conhecimentos teóricos, fortalecendo nosso processo de aprendizagem. Além disso, a iniciativa reforçou a importância da imunização como estratégia fundamental para o controle e a prevenção de doenças. Ao todo, 76 pessoas receberam os imunobiológicos, sendo que 67 colaboradores realizaram a aferição da pressão arterial. Desses, 17,9% apresentaram pressão arterial sistêmica elevada, enquanto 4,4% estavam com a pressão arterial abaixo dos níveis considerados normais. Nenhum dos participantes apresentou sintomas típicos associados às alterações pressóricas observadas.

Conclusão/ Considerações finais

A ação realizada na UNIFIPMoc revelou-se uma experiência positiva para os colaboradores e enriquecedora para os acadêmicos de Enfermagem. Além de promovermos a imunização, tivemos a oportunidade de vivenciar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, fortalecendo a integração entre teoria e prática. Como forma de incentivo, organizamos um sorteio entre os participantes que passaram pela triagem e pela vacinação. A atividade foi bem recebida pelos colaboradores, que demonstraram interesse e satisfação com a proposta. Toda a operação foi planejada com dedicação e cuidado, buscando oferecer um acolhimento humanizado e integral. Acreditamos ter contribuído significativamente para a promoção da saúde e o bem-estar dos participantes por meio do cuidado e da imunização.

Agradecimentos

O desenvolvimento da nossa ação foi possível graças à colaboração de diversas pessoas. Agradecemos ao professor Igor, que confiou em nossa capacidade de realizar uma ação tão importante para a imunização da comunidade. Ao Fausto Marques, do setor de Segurança do Trabalho da UNIFIPMoc, que não mediu esforços para nos auxiliar antes, durante e depois do evento, contribuindo para que tudo ocorresse da melhor forma possível. Agradecemos também aos funcionários da UNIFIPMoc, pela confiança e pela presença em nossa ação, aspectos que foram fundamentais para o sucesso da atividade. Aos alunos do quinto período, nosso reconhecimento pelo tempo e esforço dedicados à concretização deste projeto. À UNIFIPMoc, expressamos nossa profunda gratidão pelo apoio institucional, pela cessão do espaço e, principalmente, pela confiança em nosso trabalho. Estendemos nossos agradecimentos à Secretaria de Saúde, que disponibilizou o vacimóvel e nos ofereceu total apoio durante a campanha. Esta ação só foi possível graças ao empenho e à colaboração de todos os envolvidos.

Referências

IMUNIZAR PARA AVANÇAR - Iniciada a vacinação contra a influenza em Montes Claros. ([s.d.]). Saúde. Recuperado 20 de maio de 2025
<https://saude.montesclaros.mg.gov.br/noticia/saude/imunizar-para-avancar-iniciada-a-vacinacao-contra-a-influenza-em-montes-claros>

INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA IMUNIZAÇÃO: VACINAÇÃO COLETIVA DOS COLABORADORES

Allan de Sousa Alves;¹ Talisson Gabriel Gomes Ferreira;¹ Juliane Freitas Pereira;¹ Camila Borges Siqueira;¹ Sabrina de Jesus Coutinho;¹ Emilly da Silva Souza;¹ Igor Monteiro Lima Martins²
¹ Acadêmico do 5º período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya
² Professor do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya

Introdução

A ação de imunização dos colaboradores do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya) foi realizada no dia 09 de maio de 2025, das 8h às 19h, na quadra esportiva da instituição, pelos acadêmicos do quinto período do curso de Enfermagem – turno vespertino, sob a supervisão do professor Igor Monteiro. A proposta teve como objetivo principal imunizar os funcionários da Universidade, reforçando o papel dos imunobiológicos como estratégia essencial na promoção da saúde coletiva. A atividade também proporcionou a prática da disciplina Saúde Coletiva, evidenciando à população os pontos fortes da imunização. Apesar da presença de todas as vacinas disponibilizadas pela rede pública do Sistema Único de Saúde (SUS), o foco da ação esteve voltado para a vacina contra a Influenza, considerando a sua relevância sazonal. Antes da aplicação das vacinas, os participantes passaram por uma triagem que inclui aferição da pressão arterial, verificação da glicemia capilar e cálculo do índice de massa corporal (IMC), atividades realizadas pela equipe de acolhimento.

Métodos

Este é um estudo descritivo, de natureza transversal, classificado como relato de experiência. A ação foi realizada na quadra esportiva da UNIFIPMoc e teve como público-alvo os colaboradores da instituição, totalizando 76 participantes imunizados. A estratégia adotada contemplou a recepção dos participantes com registro em lista de presença e entrega de cartões de acompanhamento, utilizados para controle dos dados aferidos na triagem e como critério de participação em sorteio. Os dados registrados incluíram pressão arterial, glicemia, peso e altura. Após a triagem, os participantes foram encaminhados para análise e atualização do cartão vacinal, com base no calendário oficial de vacinação, e, quando necessário, receberam os imunobiológicos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, na tenda de vacinação instalada no local. Durante toda a ação, os alunos atuaram diretamente nos setores de triagem, registro e aplicação das vacinas, com excelente desempenho e notável empenho em aprender o calendário vacinal e as técnicas corretas de administração dos imunizantes.

Desenvolvimento

A ação gerou resultados expressivos tanto para os colaboradores da instituição quanto para os discentes envolvidos. Para os primeiros, a atividade significou acesso facilitado à imunização e aos cuidados básicos de saúde, promovendo o bem-estar e a prevenção de doenças. Para os acadêmicos, representou uma oportunidade concreta de vivenciar o conteúdo teórico da disciplina de Saúde Coletiva, fortalecendo a articulação entre ensino e prática.

O impacto da experiência foi ampliado pelo engajamento dos alunos no setor de aplicação dos imunobiológicos, onde demonstraram grande interesse e dedicação, ampliando seus conhecimentos sobre o calendário vacinal e adquirindo maior segurança nas técnicas de aplicação. Ao todo, 76 pessoas receberam vacinas, com destaque para a Influenza. Dentre os 67 colaboradores que passaram pela aferição da pressão arterial, observou-se que 17,9% apresentaram níveis elevados, e 4,4% estavam com pressão abaixo do normal, sem sintomas associados no momento. A atividade evidenciou ainda o potencial educativo de ações práticas no desenvolvimento da competência clínica e do compromisso com o cuidado integral.

Conclusão/ Considerações finais

A atividade realizada na UNIFIPMoc se configura, no presente, como uma vivência enriquecedora para os acadêmicos de Enfermagem e benéfica para os colaboradores da instituição. O objetivo de imunizar os funcionários, destacando a importância dos imunobiológicos, foi plenamente alcançado, promovendo também a sensibilização da comunidade sobre a prevenção de doenças. A ação reforçou a integração entre teoria e prática, ao permitir que os discentes aplicassem seus conhecimentos em um contexto real, com responsabilidade, empatia e compromisso. O acolhimento humanizado, a estrutura organizada e a atuação coletiva contribuíram para a efetividade da ação. O sorteio realizado entre os participantes que completaram a triagem e a vacinação também favoreceu o engajamento e a adesão. A experiência reafirma a relevância de atividades extensionistas na formação em saúde, principalmente no que tange à promoção da saúde e à valorização da vacinação como instrumento de cuidado e cidadania.

Agradecimentos

O desenvolvimento da nossa ação foi possível graças à colaboração de diversas pessoas. Agradecemos ao professor Igor, que confiou em nossa capacidade de realizar uma ação tão importante para a imunização da comunidade. Ao Fausto Marques, do setor de Segurança do Trabalho da UNIFIPMoc, que não mediu esforços para nos auxiliar antes, durante e depois do evento, contribuindo para que tudo ocorresse da melhor forma possível. Agradecemos também aos funcionários da UNIFIPMoc, pela confiança e pela presença em nossa ação, aspectos que foram fundamentais para o sucesso da atividade. Aos alunos do quinto período, nosso reconhecimento pelo tempo e esforço dedicados à concretização deste projeto. À UNIFIPMoc, expressamos nossa profunda gratidão pelo apoio institucional, pela cessão do espaço e, principalmente, pela confiança em nosso trabalho. Estendemos nossos agradecimentos à Secretaria de Saúde, que disponibilizou o vacimóvel e nos ofereceu total apoio durante a campanha. Esta ação só foi possível graças ao empenho e à colaboração de todos os envolvidos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de normas e procedimentos para vacinação*. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Programa Nacional de Imunizações: 50 anos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/publicacoes>.

DOMINGUES, Carla Maria; TEIXEIRA, Aline Martins. Vacinação no Brasil: coberturas vacinais e desafios atuais. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 55, supl. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp>.

GUERRA, Lara Aparecida; SILVA, Helena Maria. Estratégias para ampliação da cobertura vacinal: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 75, n. 2, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben>.

TEMPO DE QUALIDADE EM FAMÍLIA: RELATO DE VIVÊNCIA EXTENSIONISTA COM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

SILVA, Sérgio Antônio Soares¹; SOUSA, Mateus da Silva¹; RIOS, Gabriella Vieira¹; SILVA, Maria Vitória Alves da¹; SOUZA, Jean Lucas Ruas de¹; DIAS, Katia Cristiane Soledade².
1 Acadêmico do curso Enfermagem da instituição UNIFIPMoc
2 Professor do curso Enfermagem da instituição UNIFIPMoc

Introdução A prática da enfermagem vai além do cuidado clínico: ela também envolve o cuidado emocional, social e afetivo, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A extensão universitária, nesse sentido, torna-se uma ponte entre a teoria e a prática, proporcionando experiências que fortalecem a formação profissional e geram impacto direto na comunidade. Como destaca Minayo (1994), *“a família é considerada como um espaço privilegiado de constituição de vínculos afetivos, de proteção e de promoção da saúde.”* Além disso, políticas públicas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ressaltam a importância do fortalecimento das relações familiares como estratégia essencial para a promoção da saúde e garantia dos direitos da infância e adolescência. Dessa forma, esta ação teve como objetivo promover a escuta qualificada e o fortalecimento de vínculos familiares por meio de atividades simbólicas com pais em situação de vulnerabilidade social.

Métodos

A ação foi realizada no dia 30 de abril de 2025, das 9h às 10h30, no Centro Paula Elizabeth, em Montes Claros/MG, com a participação de aproximadamente 53 famílias em situação de vulnerabilidade social. A atividade incluiu uma palestra sobre “tempo de qualidade em família”, seguida da dinâmica do “varal de sonhos”, na qual os pais escreveram cartas com desejos e compromissos afetivos para seus filhos, que foram penduradas simbolicamente em um varal. A avaliação foi feita por observação direta e escuta qualitativa dos participantes durante as atividades, registrando-se verbalizações espontâneas, expressões emocionais e participação nas dinâmicas. Esses dados foram sistematizados por meio de anotações dos acadêmicos extensionistas para análise posterior da receptividade e do impacto da ação.

Desenvolvimento

A ação iniciou com uma palestra sobre “tempo de qualidade em família”, ministrada por uma enfermeira e psicóloga, que buscou sensibilizar os participantes sobre a importância da convivência afetiva no contexto familiar. Em seguida, os participantes foram divididos em grupos para confeccionar cartolinas com recortes e mensagens expressando os desejos para o futuro dos filhos. Essa dinâmica favoreceu a interação entre as famílias e a troca de experiências. Posteriormente, cada participante escreveu uma carta com seus sonhos e compromissos para o desenvolvimento das crianças, que foram afixadas em um varal simbólico, representando a esperança e o fortalecimento dos vínculos familiares. Durante a atividade, os acadêmicos de Enfermagem atuaram diretamente na organização e condução dos grupos, orientando os participantes e promovendo um ambiente acolhedor e participativo. Um dos principais desafios foi criar um ambiente de intimidade e escuta em tempo reduzido. A equipe precisou adaptar as abordagens para promover conforto e espontaneidade, o que exigiu sensibilidade e flexibilidade por parte dos acadêmicos. As limitações de tempo e espaço foram superadas por meio da articulação cuidadosa entre a equipe e a instituição. A vivência permitiu aos acadêmicos exercer competências essenciais à Enfermagem, como a comunicação empática, o respeito às subjetividades e a articulação com instituições da rede de proteção social. Além disso, a participação direta na condução das atividades favoreceu o desenvolvimento de habilidades como escuta ativa, abordagem humanizada e educação em saúde, contribuindo para a formação profissional integral dos futuros enfermeiros.

Conclusão/ Considerações finais

A ação foi marcada por momentos de intensa emoção, partilhas tocantes e fortalecimento do vínculo entre as famílias e a instituição acolhedora. O reconhecimento do Centro Paula Elizabeth como espaço de acolhimento, afeto e transformação social foi reforçado durante toda a vivência. Para os acadêmicos de enfermagem, a atividade foi profundamente significativa, pois evidenciou a importância da escuta ativa, da empatia e do cuidado integral nos diferentes contextos em que a enfermagem atua. A experiência reafirma o papel social da enfermagem e o poder da extensão universitária como agente de transformação individual e coletiva.

Agradecimentos

Agradecemos, primeiramente, ao Centro Paula Elizabeth, por acolher com tanto carinho esta ação extensionista e permitir que os acadêmicos vivenciassem uma experiência tão rica em afetividade, aprendizado e transformação social. Nossa gratidão também à profissional Kátia, enfermeira e psicóloga, pela generosa contribuição na condução da palestra, que abriu espaço para reflexões profundas sobre o tempo de qualidade em família. Reconhecemos ainda a importância da coordenação do curso de Enfermagem, dos professores envolvidos e dos colegas participantes, cuja dedicação tornou possível a realização deste momento. Por fim, agradecemos às famílias presentes, por compartilharem suas histórias, sonhos e emoções, vocês deram sentido a tudo que foi vivido.

Referências

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KOLLER, Sílvia Helena; DEL PRETTE, Zilda A. P. Psicologia e políticas públicas: interfaces para a promoção da qualidade de vida. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. Família e desenvolvimento humano: interfaces entre educação e psicologia. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SOUSA, Carlos André de; SILVA, Ana Flávia da. Ações extensionistas e formação cidadã: uma análise sobre a prática universitária. Revista Extensão em Debate, v. 9, n. 1, p. 87-98, 2020.
- UNESCO. Educação para o desenvolvimento sustentável: uma necessidade urgente. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



Figura 1. Estudantes do curso de Enfermagem durante ação extensionista em instituição de ensino infantil, promovendo atividades voltadas à saúde da criança e fortalecimento do vínculo familiar.

Figura 2. Atividade interativa com familiares realizada por estudantes de Enfermagem. As perguntas “O que sonhamos para o futuro dos nossos filhos” e “Como podemos, na nossa família, apoiar o que sonhamos para os nossos filhos” foram utilizadas para estimular reflexões sobre o papel da família na promoção do bem-estar infantil.

CIRCUITO LÚDICO COM FAMÍLIAS EM COMUNIDADE VULNERÁVEL: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO EM ENFERMAGEM

SOUZA, Eduarda Moreira¹; SILVA, Maria Vitória Alves da¹; OLIVEIRA, Victoria Cardoso de¹; RIOS, Gabriella Vieira¹; ALVES, Anna Laura Carvalho Rodrigues¹; MATOS, Roberth Henrico Rosa¹; DIAS, Katia Cristiane Soledade².

1 Acadêmico do curso Enfermagem da instituição UNIFIPMoc

2 Professor do curso Enfermagem da instituição UNIFIPMoc

Introdução

O presente trabalho relata uma experiência de extensão universitária desenvolvida por alunos do terceiro período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya no Centro Paula Elizabete, localizado em Montes Claros (MG), instituição que presta apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social. Diante disso, o objetivo desta ação de extensão foi promover a escuta ativa e o fortalecimento dos vínculos familiares por meio de um circuito lúdico interativo, em uma comunidade marcada por vulnerabilidades sociais e afetivas.

Métodos

A ação, de caráter social e educativo, foi voltada a famílias assistidas pelo Centro Paula Elizabete e ocorreu em abril de 2025, com duração de uma manhã. Participaram 15 famílias, totalizando cerca de 45 pessoas entre adultos e crianças.

As atividades incluíram:

Dinâmicas participativas;

Roda de conversa com o tema “O que os pais desejam para seus filhos no futuro”;

Construção coletiva do “Varal das Profissões”, com desenhos e colagens das crianças;

Palestra: “Tempo de qualidade em família: o que sonhamos para o futuro dos nossos filhos”.

A avaliação foi realizada por meio de observação direta, registros em diário de campo e uma roda de conversa ao final do evento com os pais e equipe organizadora. O feedback espontâneo dos participantes também foi considerado como ferramenta qualitativa.

Desenvolvimento

A atividade proporcionou um ambiente acolhedor e de escuta mútua, favorecendo a expressão dos desejos das crianças e o envolvimento afetivo dos pais. Conforme Freire (1996, p. 45), a escuta ativa é fundamental para a construção do conhecimento e fortalecimento das relações comunitárias. Observou-se um forte impacto emocional entre os adultos ao refletirem sobre os anseios de seus filhos, enquanto as crianças demonstraram entusiasmo e criatividade nas interações. Um dos principais desafios enfrentados foi a dificuldade inicial de engajamento dos pais, alguns dos quais estavam pouco disponíveis emocionalmente. A equipe precisou adaptar o discurso e realizar abordagens mais empáticas, exigindo dos alunos sensibilidade e flexibilidade clínica. Além disso, a limitação de tempo exigiu priorização de atividades, e a linguagem utilizada precisou ser constantemente adequada ao público-alvo. Houve momentos de hesitação por parte de alguns adultos, o que foi contornado com acolhimento e reforço positivo. Essa vivência permitiu o desenvolvimento de competências essenciais na formação em Enfermagem, como escuta qualificada, vínculo, acolhimento e práticas de promoção da saúde. A interdisciplinaridade entre educação e saúde foi um eixo central. O momento de encerramento, em que os participantes espontaneamente se posicionaram juntos para a foto, simbolizou a apropriação coletiva da experiência vivida.

Conclusão/ Considerações finais

A proposta atendeu aos objetivos previstos, fortalecendo os vínculos familiares e promovendo momentos de reflexão conjunta sobre o futuro de crianças em situação de vulnerabilidade. A experiência reforça a importância do engajamento acadêmico em ações sociais, destacando o potencial da extensão como ferramenta de transformação social e formadora de profissionais mais sensíveis e comprometidos.

Agradecimentos

Agradecemos à equipe do Centro Paula Elizabete pelo acolhimento, às famílias participantes pela confiança e colaboração, e à professora Kátia Dias pela orientação e incentivo.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLLER, Sílvia Helena; DEL PRETTE, Zilda A. P. Psicologia e políticas públicas: interfaces para a promoção da qualidade de vida. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LIMA, Maria de Fátima Lopes; LIMA, Fernanda Maria Ribeiro de. Educação e saúde: a importância da interdisciplinaridade para a qualidade de vida. Revista Brasileira de Educação, v. 19, n. 58, p. 573-591, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7-18, 1994.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Família e desenvolvimento humano: interfaces entre educação e psicologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

SAAD-FILHO, Alfredo. A política social no Brasil: estratégias para a redução das desigualdades. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 9-30, 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. Desigualdades sociais e saúde no Brasil: um retrato da situação. Rio de Janeiro:



Figura 1. A equipe de enfermagem reunida para celebrar um momento emocionante e os resultados positivos alcançados com a população participante.

Figura 2. Uma acadêmica de enfermagem auxilia uma família a expor suas memórias no "Varal de Recordações", uma dinâmica que emocionou os participantes.

BRINCANDO DE IMUNIZAR: EDUCAÇÃO LÚDICA CONTRA A BAIXA VACINAÇÃO INFANTIL

Maria Vitória de Oliveira Saraiva¹; Carla Júlia Soares Sacramento¹; Sarah Marcelly Alves Ferreira¹; Kátia Cristiane da Soledade Dias².

¹Acadêmico do curso Enfermagem da instituição UnifpMoc.

²Professor do curso Enfermagem da instituição UnifpMoc

Introdução

A vacinação infantil é uma das mais importantes estratégias de saúde pública, pois previne o surgimento de doenças infecciosas e consequentemente reduz a morbimortalidade infantil. Por meio das campanhas de imunização, enfermidades anteriormente responsáveis por elevadas taxas de mortalidade e complicações graves, como poliomielite, sarampo e coqueluche, foram significativamente controladas e, em alguns contextos, até mesmo eliminadas. Essa conquista, fruto de décadas de investimento em políticas públicas, vigilância epidemiológica e ações educativas, demonstra o impacto positivo da vacinação sobre a saúde coletiva (Ministério da Saúde, 2022; WHO, 2023). Entretanto, nas últimas décadas, tem-se observado uma preocupante diminuição nas taxas de cobertura vacinal em diversos países, inclusive no Brasil. Esse fenômeno tem múltiplas causas, entre elas a disseminação de desinformações sobre vacinas, o enfraquecimento das campanhas educativas, o acesso desigual aos serviços de saúde e o aumento da hesitação vacinal entre famílias. Como consequência, doenças que já estavam sob controle voltaram a representar ameaça, provocando surtos e internações evitáveis, especialmente em populações infantis. Nesse contexto, torna-se necessário investir em ações educativas que promovam o conhecimento e a conscientização, não apenas entre os adultos responsáveis, mas também diretamente com as próprias crianças, visto que envolver o público infantil em processos educativos sobre a importância da vacinação é uma estratégia potente para formar cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres em relação à saúde individual e coletiva. Este relato de experiência tem como objetivo desenvolver, junto ao público infantil, o entendimento sobre a importância da vacinação como medida de proteção contra doenças preveníveis. A proposta busca despertar o interesse das crianças pelo tema, promovendo o conhecimento sobre os benefícios das vacinas, desmistificando medos e estimulando atitudes positivas em relação à imunização.

Métodos

A presente ação integrou um projeto de extensão na área da saúde, com enfoque educacional e social, voltado ao público infantil. Foi realizada no dia 9 de maio de 2025, no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Dona Ruth Tupinambá, com a participação de crianças do 2º período da Educação Infantil, com idades entre quatro e cinco anos. O projeto surgiu da percepção da importância de se abordar, desde os primeiros anos escolares, temas ligados à saúde preventiva, com destaque para a imunização. Nesse sentido, teve como principal objetivo promover a conscientização, de forma lúdica e interativa, sobre a importância das vacinas, buscando não apenas informar, mas também reduzir medos e estimular atitudes positivas em relação à vacinação. Para isso, foi desenvolvida a dinâmica “Hospital dos Bonecos”, em que as crianças foram convidadas a levar seus brinquedos favoritos de casa, como bonecas e bichinhos de pelúcia, para participarem de uma simulação. O auditório do CEMEI foi ambientado como um mini hospital infantil, decorado com materiais temáticos — como estetoscópios de brinquedo, chapéus de enfermagem e seringas sem agulha — criando um ambiente atrativo e acolhedor. As crianças assumiram simbolicamente o papel de profissionais de saúde e, com a orientação dos acadêmicos do 6º período do curso de Enfermagem, turno vespertino, realizaram a “vacinação” dos brinquedos. Durante a atividade, os universitários explicaram, em linguagem acessível e adaptada à faixa etária, o que são vacinas, sua função e como elas protegem a saúde coletiva. A comunidade escolar participou ativamente da ação, com o envolvimento das educadoras e cuidadoras, que auxiliaram na condução das crianças e estimularam o interesse pelo tema. A atividade demonstrou grande receptividade por parte do público infantil, que interagiu de forma espontânea e engajada. Como ferramenta de avaliação, foram utilizadas observações diretas feitas pelos acadêmicos e professores responsáveis, registrando-se o nível de participação, envolvimento emocional das crianças e sua capacidade de reter as informações transmitidas. Esses registros serviram de base para uma análise qualitativa do impacto da ação, destacando sua relevância para o fortalecimento de práticas educativas em saúde no ambiente escolar e sua contribuição para a formação cidadã desde a infância.

Desenvolvimento

A atividade contou com a participação ativa e entusiástica das crianças que demonstraram um elevado nível de envolvimento durante toda a ação. Foi possível observar, de forma nítida, a curiosidade e o interesse genuíno em aprender, acompanhados de uma atitude receptiva em relação ao tema da vacinação. As crianças apresentaram menor resistência ao assunto e interagiram com naturalidade ao simular os cuidados com seus brinquedos (Figura 1). Ainda, é importante salientar o papel fundamental de todo o corpo docente da instituição, cuja colaboração foi decisiva para a organização e execução da atividade, pois acolheram os acadêmicos e disponibilizaram todo o ambiente para organização. Ademais, é necessário destacar a eficácia da brinquedoterapia como instrumento de educação em saúde, já que, a experiência evidenciou que a utilização de estratégias simbólicas, interativas e sensoriais facilita significativamente a assimilação de conteúdos complexos, como é o caso da vacinação. Entre os desafios enfrentados, destacaram-se questões logísticas relacionadas à organização do espaço e à disponibilidade de materiais lúdicos. No entanto, essas dificuldades foram superadas por meio do trabalho colaborativo entre os acadêmicos e a equipe da escola, que se mostrou engajada e parceira durante toda a preparação e execução. A experiência também trouxe importantes aprendizados para ações futuras, como a necessidade de planejamento mais detalhado do tempo

de cada etapa da atividade e a elaboração prévia de estratégias de avaliação mais estruturadas. Para os acadêmicos de Enfermagem, a ação representou uma oportunidade concreta de desenvolver competências profissionais, por exemplo a adaptação de linguagem e mediação do conhecimento em contextos escolares (Figura 2). A ação também reforça o papel transformador da universidade na comunidade, pois além da iniciativa impactou diretamente a comunidade escolar ao promover a conscientização desde a infância sobre a importância da imunização, em um contexto marcado por crescentes índices de hesitação vacinal.

Conclusão/ Considerações finais

A atividade “Hospital dos Bonecos” configura-se como uma estratégia eficaz e inovadora de educação em saúde voltada ao público infantil. Utilizando a brincadeira como ferramenta principal, a ação permite que conceitos fundamentais sobre imunização sejam transmitidos de maneira acessível, leve e significativa para as crianças. Observou-se que a simulação simbólica da vacinação favoreceu a compreensão do tema, reduziu possíveis medos e despertou uma postura positiva sobre a temática. Além de beneficiar diretamente o processo de aprendizagem das crianças, a atividade também alcança resultados importantes no âmbito da formação acadêmica. Os estudantes de Enfermagem envolvidos desenvolvem habilidades comunicativas, empatia, capacidade de adaptação da linguagem técnica ao público infantil. Desse modo, o objetivo da proposta foi plenamente atingido, uma vez que as crianças demonstram, ter compreendido de forma clara o que é a vacinação, por que ela é importante e como contribui para manter todos protegidos.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Me. Sélen Jaqueline Souza Ruas pela contribuição na revisão de literatura e por destacar a importância da humanização na assistência infantil. Nosso agradecimento também à diretora Cristiane Graciele de Oliveira Alves pelo apoio e acolhimento à realização da ação no CEMEI Dona Ruth Tupinambá.

Referências

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atualização sobre a cobertura vacinal no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 24 mar. 2025 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (WHO). *Global Vaccine Action Plan 2021-2030*. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 24 mar. 2025.



FIGURA A

FIGURA B

Figura 1. A e B - Acadêmicos ajudando estudantes a vacinar seu brinquedo.



Figura 2. Palestra sobre a importância da vacinação com adaptação da linguagem para criança.

ISTs e Saúde Coletiva: O Impacto da Educação em Saúde.

ARAÚJO¹, Silva Camilly; OLIVEIRA¹, Santos Helen Vivian; PESTANHA¹, De Oliveira Maria Eduarda; SILVEIRA¹, Lopes Paula Beatriz; OLIVEIRA¹, Silvana Aparecida; SILVA¹, Maria Camila Durães da; DAVID², Gisele Ferreira.

¹Acadêmicos do Curso de Enfermagem da Faculdade UNIFIPMoc.

²Professora da disciplina Projeto de Extensão V da Faculdade UNIFIPMoc.

Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como o Papilomavírus Humano (HPV) e o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV/AIDS), continuam a representar importantes desafios de saúde pública no Brasil. Essas infecções ainda estão associadas a estigmas sociais e à carência de conhecimento, dificultando estratégias de enfrentamento eficazes. Diante disso, a presente atividade teve como objetivo promover o autocuidado e ampliar o conhecimento sobre as ISTs em grupos vulneráveis, por meio de uma ação educativa realizada na Atenção Primária à Saúde, destacando o papel do enfermeiro na promoção da saúde coletiva.

Material e Métodos

A proposta, de caráter extensionista, foi desenvolvida durante o primeiro semestre de 2025 no Projeto de Extensão V, na Unidade Básica de Saúde do bairro José Corrêa Machado, em Montes Claros/MG. A ação ocorreu no mês de março, em alusão à campanha Março Lilás (Fig.1). O público-alvo incluiu mulheres entre 20 e 30 anos, gestantes e adolescentes no início da vida sexual. O planejamento foi construído a partir de um diagnóstico situacional da comunidade. As estratégias utilizadas foram rodas de conversa, exposição de banners e entrega de folders com linguagem acessível (Fig. 2). A divulgação foi realizada pela equipe da UBS e por meio das redes sociais locais. Participaram aproximadamente 30 usuárias da unidade. A avaliação da atividade deu-se por observação direta e relatos orais das participantes, permitindo aferir interesse, engajamento e impacto da ação (Fig. 3).

Desenvolvimento

A atividade despertou respostas positivas por parte do público, que inicialmente demonstrou certa resistência ao tema. A abordagem acolhedora e a linguagem acessível foram fundamentais para estimular o engajamento e gerar reflexões sobre práticas de autocuidado, sexualidade, prevenção de ISTs e empoderamento feminino. Os principais desafios enfrentados foram a mobilização da comunidade e o tempo reduzido para aprofundamento dos temas. Como aprendizados, destacam-se a importância da escuta ativa, da mediação dialógica e da construção participativa. A proposta contribuiu academicamente para a vivência prática dos conteúdos aprendidos em sala, desenvolvendo habilidades como trabalho em equipe, comunicação em saúde e mediação cultural. Socialmente, fortaleceu vínculos entre a UBS e a comunidade e gerou novas demandas por temas de saúde.

Conclusão/Considerações Finais

Conclui-se que a proposta representa uma experiência enriquecedora, promovendo o aprofundamento em temas essenciais para a atuação do enfermeiro na Atenção Primária. A ação evidencia a eficácia da educação em saúde como ferramenta de promoção do autocuidado e prevenção das ISTs, além de ressaltar a importância do protagonismo acadêmico em projetos sociais. A iniciativa contribui para a formação de profissionais críticos, éticos e comprometidos com as necessidades reais da população.

Agradecimentos

Agradecemos ao Centro Universitário UNIFIPMoc/Afya pelo suporte institucional e à equipe da UBS do bairro José Corrêa Machado pela receptividade e colaboração. Também registamos nosso reconhecimento à comunidade participante, que acolheu e se engajou na ação com entusiasmo e abertura.

Apoio financeiro:

Não houve. Aprovação Comitê de Ética: Não se aplica.

Modalidade de Iniciação Científica: Não vinculada ao PROIC.

Resumo oriundo de Atividades do Projeto de Extensão V da UNIFIPMoc/Afya.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/AIDS*. Brasília: MS, 2023. CHIAVENATO, I. *Administração nos novos tempos*. Rio de Janeiro: Campus, [s.d.]. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *ODS 3 – Saúde e Bem-Estar*. Brasília, 2025. SANTOS, L. R. et al. Educação em saúde como ferramenta de prevenção às ISTs: relato de experiência. *Revista Cuidarte*, v. 14, n. 1, p. e3310, 2023.



Figura 1: Ornamentação, autoria própria 2025.



Figura 2: Apresentação, autoria própria 2025.



Figura 3: Materiais informativos, autoria própria 2025.

“Ação de Imunização como Estratégia de Promoção da Saúde e Formação Acadêmica em Enfermagem”

ROCHA¹, Andressa Maria Pereira; ANTUNES¹, Brenda Karoliny Oliveira; SILVA¹, Karla Mileny Rodrigues; LOPES¹, Paula Beatriz Silveira; FONSECA¹, Vitória Rupic; SOUSA¹, Yuri Wiver Santos Almeida; SPERANDIO², Erica Cristina Rocha.

¹Acadêmicos do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMoc|Afya.

²Professora do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc – UNIFIPMoc|Afya.

Introdução

A imunização constitui uma das estratégias mais efetivas de promoção da saúde pública, é considerada uma ferramenta essencial na prevenção de doenças imunopreveníveis. Neste contexto, ações integradas entre ensino, serviço e comunidade fortalecem o papel social das instituições de ensino superior e favorecem a formação crítica, ética e comprometida dos futuros profissionais da saúde. O Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído no Brasil em 1973, é responsável pela ampliação da cobertura vacinal e pela erradicação de doenças como a varíola e o sarampo. O Programa Saúde na Escola (PSE) também busca promover a saúde por meio da articulação entre unidades escolares e equipes da atenção básica, com ações intersectoriais voltadas para a prevenção e educação em saúde. A extensão universitária, nesse contexto, desponta como estratégia que articula teoria e prática e proporciona vivências significativas aos acadêmicos, contribuindo de forma efetiva para sua formação (BRASIL, 2019; BRASIL, 2022; CAMPOS; FRANÇA; SILVA, 2015). Este relato descreve uma atividade extensionista de vacinação escolar desenvolvida por acadêmicos do 6º período do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc|Afya, em parceria com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) Tancredo Neves no município de Montes Claros – MG (fig.1). O objetivo principal foi realizar a imunização de crianças do ensino fundamental contra Influenza H3N2 e Papiloma vírus Humano (HPV), contribuindo para a proteção coletiva e promovendo a formação acadêmica integrada à realidade do SUS. Métodos A ação se caracteriza através do projeto de extensão na área da saúde, voltado à imunização e promoção da saúde de escolares. O público-alvo foi composto por estudantes do ensino fundamental anos iniciais da Escola Estadual Santa Terezinha localizada no município de Montes Claros - MG, com idades entre 08 e 10 anos, matriculados nas 3ª, 4ª e 5ª séries. A atividade foi realizada no dia 15/05/2025, no turno matutino, dentro das dependências da instituição escolar. O objetivo foi ampliar a cobertura vacinal de doenças imunopreveníveis, por meio da aplicação das vacinas contra Influenza H3N2 e HPV, além de proporcionar experiência prática aos discentes da graduação. As estratégias utilizadas incluíram: mobilização prévia da escola e responsáveis, organização dos espaços de atendimento, acolhimento das crianças, aplicação das vacinas e registro das doses administradas. A participação da comunidade ocorreu por meio da assinatura do termo de autorização pelos responsáveis, com grande adesão. A ação envolveu diretamente os acadêmicos, sob supervisão da preceptora responsável, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática. Como ferramenta de avaliação, utilizou-se a observação direta dos procedimentos realizados e o número de crianças vacinadas, totalizando 48 alunos imunizados (fig.2), como também 6 funcionários da escola.

Desenvolvimento

A atividade proporcionou benefícios significativos tanto ao público-alvo quanto aos acadêmicos envolvidos. As crianças foram protegidas contra doenças relevantes, e os estudantes vivenciaram, de forma prática, a execução de uma ação de saúde coletiva. Os principais desafios incluíram o manejo da ansiedade das crianças diante da vacinação e o controle do fluxo de atendimento no ambiente escolar, superados com uma abordagem humanizada e organizada. Os acadêmicos desenvolveram competências técnicas e interpessoais, como comunicação eficaz, empatia, trabalho em equipe e atenção às normas de biossegurança. A ação contribuiu para a consolidação de saberes adquiridos em sala de aula e reforçou a importância do cuidado centrado no paciente e da atuação colaborativa entre educação em saúde. A experiência também estimulou o fortalecimento de parcerias entre a escola e a Unidade Básica de Saúde, promovendo continuidade no cuidado e abrindo espaço para novas atividades integradas. Como efeito colateral positivo, houve maior aproximação entre os familiares e os serviços de saúde, promovendo diálogo e conscientização sobre a importância da vacinação.

Conclusão/Considerações finais

A ação de imunização realizada na escola pública demonstrou ser uma importante estratégia de promoção da saúde e de formação acadêmica. A atividade atingiu seus objetivos, garantindo a proteção de alunos contra doenças imunopreveníveis e consolidando a formação técnica, ética e social dos discentes de Enfermagem. A extensão universitária se confirmou como espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências essenciais ao exercício profissional comprometido com os princípios do SUS.

Agradecimentos

Agradecemos à equipe da ESF Tancredo Neves, à direção da Escola Estadual Santa Terezinha, à preceptora Erica Cristina Rocha Sperandio e aos acadêmicos participantes pela dedicação e envolvimento.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc Afya

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: MEC, 2019. BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações: 50 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Saúde na Escola – PSE: estratégias para a integração e articulação entre saúde e educação. Brasília: MS, 2022.

CAMPOS, G. W. S.; FRANÇA, L. V. de; SILVA, J. C. da. Extensão universitária: contribuições na formação de discentes de Enfermagem. *Rev. Bras. Pesq. Saúde*, Vitória, v. 17, n. 1, p. 19-24, 2015.



FIGURA 1. Acadêmicos do 6º período de enfermagem da UNIFIPMoc/Afya, preceptora responsável pela extensão acadêmica, diretora da escola Estadual Santa Terezinha e equipe do ESF Tancredo Neves.

IMUNIZAÇÃO DIVERTIDA: O LÚDICO COMO FERRAMENTA DE CONSCIENTIZAÇÃO VACINAL

Brenno Antunes de Medeiros ¹; Eleasha Emmanuely Batista Rodrigues ¹; Luís Pedro Martins Prudencio Mende ¹; Marielly Nunes Soares Santos ¹; Katia Cristiane Soledade Dias²
¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC
² Professor do curso de Enfermagem da UNIFIPMOC

Introdução

A vacinação infantil é uma das estratégias mais eficazes para a prevenção de doenças infecciosas, contribuindo significativamente para a redução da mortalidade infantil e para o controle de surtos. Por meio da imunização, o organismo da criança passa a reconhecer e combater diversos patógenos, criando uma barreira eficaz contra infecções graves. Além de seu impacto individual, a vacinação atua coletivamente, protegendo também aqueles que não podem ser imunizados, como pessoas com condições de saúde específicas. De acordo com o Governo do Brasil (2024), “a vacinação é reconhecida como uma das mais eficazes estratégias para preservar a saúde da população e fortalecer uma sociedade saudável e resistente. Além de prevenir doenças graves, a imunização contribui para reduzir a disseminação desses agentes infecciosos na comunidade, protegendo aqueles que não podem ser vacinados por motivos de saúde”. Corroborando essa perspectiva, Barros et al. (2021) destacam que a vacinação infantil protege não apenas as crianças imunizadas, mas toda a comunidade, ao reduzir a circulação de patógenos e contribuir para a formação da imunidade coletiva. A proposta surgiu da observação de que muitas crianças apresentam medo ou ansiedade diante da vacinação, o que pode dificultar tanto o processo de imunização quanto a sua compreensão. Diante disso, a atividade foi idealizada como uma estratégia para tornar essa experiência mais leve, acolhedora e significativa para as crianças. A experiência consistiu na utilização do brinquedo terapêutico como ferramenta educativa, por meio da qual as crianças foram convidadas a simular o processo de vacinação em bonecos e ursos de pelúcia. Essa abordagem simbólica permitiu que elas elaborassem emocionalmente a experiência recente de vacinação e compreendessem, de maneira lúdica e participativa, a importância da imunização para a saúde individual e coletiva.

Objetivos:

A proposta teve como objetivo principal reduzir o medo e a ansiedade relacionados ao ato vacinal, promovendo um ambiente acolhedor e afetivo para as crianças recém-vacinadas. Além disso, buscou-se estimular o protagonismo infantil, permitindo que as crianças representassem, simbolicamente, o ato de vacinar, favorecendo a compreensão sobre sua importância para a saúde. Outros objetivos incluíram reforçar junto à comunidade escolar e familiar a relevância da vacinação infantil, bem como utilizar recursos lúdicos e afetivos para transformar uma situação potencialmente estressante em uma experiência positiva e educativa.

Métodos

A proposta em questão, integrou-se a um projeto de extensão universitária com enfoque na promoção da saúde, voltado ao público infantil, com caráter educativo e social. Realizada em 9 de maio de 2025, no Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI) Dona Ruth Tupinambá, a atividade envolveu crianças matriculadas no segundo período da Educação Infantil, com idades entre quatro e cinco anos. A iniciativa partiu da compreensão sobre a importância de introduzir, desde os primeiros anos da formação escolar, temas relacionados à prevenção em saúde, com destaque para a imunização. O objetivo principal foi sensibilizar as crianças quanto à relevância das vacinas, por meio de uma proposta lúdica e participativa, que facilitasse a assimilação dos conteúdos, reduzisse eventuais receios e incentivasse comportamentos positivos em relação à vacinação. Para alcançar esse propósito, foi desenvolvida a dinâmica intitulada “Hospital de Brinquedos”, em que os participantes foram convidados a levar brinquedos pessoais, como bonecas e pelúcias, para uma simulação interativa. Na véspera do evento, enviamos uma comunicação aos pais, solicitando que as crianças trouxessem um brinquedo de casa para a “vacinação”. O auditório da unidade escolar foi transformado em um ambiente que reproduzia um hospital infantil, decorado com adereços temáticos — incluindo estetoscópios de brinquedo, chapéus de enfermagem e seringas sem agulha — proporcionando um cenário acolhedor e visualmente atrativo (**Figura 1**). Iniciamos a apresentação com uma explanação a importância da imunização. Durante a atividade, as crianças desempenharam simbolicamente o papel de profissionais da saúde e, com a orientação dos acadêmicos, executaram a simulação do processo de vacinação utilizando os brinquedos levados pelas próprias crianças. Ao final da atividade, todas as crianças foram convidadas para receber um “certificado de coragem”, que simbolizava sua participação e o aprendizado sobre a importância da vacinação e dos cuidados básicos com a saúde. Como instrumento de avaliação, utilizaram-se observações diretas realizadas pelos acadêmicos e professores responsáveis. Foram registrados aspectos como o nível de participação, o envolvimento emocional e a capacidade das crianças de assimilar as informações repassadas. Esses dados permitiram uma análise qualitativa do impacto da ação, evidenciando sua importância na promoção da educação em saúde no contexto escolar e sua contribuição para a formação cidadã desde a infância.

Desenvolvimento

A atividade foi conduzida com grande entusiasmo e envolvimento por parte das crianças, que participaram de forma ativa e curiosa durante toda a ação. Para facilitar o entendimento do tema da vacinação e combater os receios naturais, foi criada a dinâmica do hospital de brinquedo, onde as crianças foram convidadas a levar seus próprios brinquedos e simular o processo de vacinação. Essa abordagem lúdica teve como objetivo proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, permitindo que as crianças experimentassem o cuidado de vacinar seus brinquedos, diminuindo o medo e a resistência associada ao procedimento. Durante a atividade, as crianças interagiram de forma espontânea e natural, demonstrando grande interesse e curiosidade ao tratar seus brinquedos com o cuidado simbólico, o que contribuiu significativamente para a internalização do

conceito de vacinação. A utilização do brinquedo como meio para representar e vivenciar o processo de imunização favoreceu a aceitação do tema, criando uma atmosfera de aprendizado livre de receios, ao mesmo tempo em que possibilitou que as crianças compreendessem a importância da vacinação de uma maneira divertida e acessível (**Figura 2**). A colaboração da equipe pedagógica da instituição foi essencial para o sucesso da atividade. A participação ativa dos docentes, ao disponibilizar o espaço e integrar os acadêmicos nas etapas de planejamento e execução, possibilitou que a ação fosse realizada de maneira fluida e eficaz. A parceria entre os acadêmicos e os profissionais da escola evidenciou a importância do trabalho colaborativo na promoção de iniciativas educativas de saúde, especialmente em contextos que exigem sensibilidade e compreensão das necessidades emocionais das crianças. A brinquedoterapia, adotada como estratégia principal, mostrou-se um recurso pedagógico altamente eficaz. O uso de elementos simbólicos, interativos e sensoriais permitiu que a vacinação fosse abordada de forma concreta e tangível para as crianças, facilitando a compreensão de um conteúdo muitas vezes abstrato ou assustador. Ao vivenciarem o processo de vacinação de maneira controlada e simbólica, as crianças não apenas reduziram suas ansiedades, mas também internalizaram a importância da imunização, promovendo uma conscientização precoce e efetiva sobre o tema. Para os acadêmicos de Enfermagem, a experiência ofereceu uma chance ímpar de aprimorar sua prática profissional, permitindo-lhes trabalhar diretamente em um ambiente escolar, ajustando sua comunicação e abordando temas de saúde de forma acessível. Além disso, a iniciativa contribuiu para a missão social da universidade, ao fomentar a conscientização sobre a vacinação em um público jovem. Em meio à crescente resistência vacinal, a atividade foi crucial para promover um diálogo sobre a importância da imunização, ajudando a formar uma base sólida para futuros hábitos de saúde nas crianças.

Conclusão/ Considerações finais

A metodologia adotada neste projeto, por meio da ação educativa intitulada “Hospital dos Bonecos”, realizada com crianças do 2º período da Educação Infantil no CEMEI Dona Ruth Tupinambá, evidenciou o impacto positivo das estratégias lúdicas na promoção da conscientização acerca da vacinação. A simulação do ato vacinal em brinquedos possibilitou às crianças a compreensão, de maneira acessível e envolvente, da relevância das vacinas, além de contribuir para a redução de medos e a naturalização desse cuidado essencial à saúde. Essa vivência prática complementa os dados obtidos na revisão integrativa, que demonstraram que a hesitação vacinal está associada a fatores como desinformação, desigualdade de acesso e falta de estratégias de comunicação eficazes. Nesse contexto, o papel da enfermagem se destaca não apenas na administração de vacinas, mas também na educação em saúde e no fortalecimento dos vínculos com a comunidade. Projetos como esse contribuem diretamente para a formação cidadã, o desenvolvimento do pensamento crítico e a valorização da prevenção como pilar fundamental do cuidado em saúde.

Agradecimentos

Registramos nosso agradecimento à diretora Cristiane Graciele de Oliveira Alves, cujo apoio e receptividade foram fundamentais para a realização da ação no CEMEI Dona Ruth Tupinambá. Estendemos também nosso agradecimento à professora Me. Selen Jaqueline Souza Ruas pela valiosa colaboração na construção da revisão de literatura, assim como por enfatizar a relevância da humanização no cuidado à saúde infantil.

Referências

- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes de vacinação e imunização. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <[inserir link se houver]>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Informes sobre vacinação e saúde pública. 2023. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Atualização sobre a cobertura vacinal no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (WHO). Global Vaccine Action Plan 2021-2030. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- Vista do O papel do enfermeiro na ampliação da adesão à vacinação infantil: uma revisão de literatura. ([s.d.]). Revistajrg.com. Recuperado 21 de maio de 2025, de <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1162/992>
- Coelho, H. P., Souza, G. dos S. D. de, Freitas, V. H. da S., Santos, I. R. A. dos, Ribeiro, C. de A., Sales, J. K. D. de, Oliveira, J. D. de, Gonçalves, G. A. A., & Castro, A. P. R. de. (2021). Percepção da criança hospitalizada acerca do brinquedo terapêutico instrucional na terapia intravenosa. *Escola Anna Nery*, 25(3). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0353>



Figura 1. Acadêmicos do curso de enfermagem com brinquedos terapêuticos antes da vacinação.



Figura 2. Imagem registrada de um dos alunos do segundo período com seu certificado de coragem após a vacinação do seu brinquedo.

AÇÃO DE EXTENSÃO NO LAR DAS VELHINHAS DE MONTES CLAROS: PROMOÇÃO DO CUIDADO

**Emilly Ribeiro Montalvão do Vali 1; Juliane Freitas Pereira 1; Karen Juliany de Sena Araujo 1; Lavinnia Gomes Gonçalves 1;
Maria Clara Wunsch Soares 1; Katia Cristiane Soledade Dias 2.**
1 Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição Unifipmoc
2 Professor do curso de Enfermagem da instituição Unifipmoc

Introdução

A extensão universitária é um instrumento fundamental na formação acadêmica e social, proporcionando a vivência de práticas que integram ensino, pesquisa e compromisso social. A ação de extensão desenvolvida no Lar das Velhinhas, em Montes Claros/MG, teve como objetivo promover momentos de autocuidado, bem estar e valorização pessoal para mulheres idosas institucionalizadas. As atividades envolveram oficinas de autocuidado, artesanato, música e oferta de lanche, com o objetivo de estimular a autoestima, interação social e qualidade de vida, especialmente diante dos desafios do envelhecimento.

Métodos

A ação foi de natureza social e educativa, ocorrida no dia 7 de maio de 2025, com duração de aproximadamente quatro horas. Participaram alunos do 5º período de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya). O público-alvo foram idosas residentes na instituição, a maioria com autonomia parcial. As atividades incluíram oficinas temáticas de cuidados com a pele e higiene, confecção de artesanato simples (como pulseiras e pintura), roda de conversa e cantoria com músicas populares brasileiras. Ao final, foi servido um lanche coletivo, elaborado conforme as necessidades nutricionais das participantes. A equipe administrativa do Lar auxiliou na mobilização e logística. A avaliação do impacto baseou-se em observação direta e nos relatos verbais de participantes e cuidadores.

Desenvolvimento

As atividades propostas geraram grande engajamento das idosas, que participaram ativamente e demonstraram entusiasmo, alegria e reconhecimento. A confecção de artesanato estimulou habilidades motoras e cognitivas, sendo adaptada conforme as limitações de cada participante. A música despertou memórias afetivas, promovendo expressão emocional e socialização. A roda de conversa favoreceu a escuta ativa e a troca de experiências, reforçando a valorização pessoal. Os registros observados como sorrisos, comentários positivos e envolvimento espontâneo indicaram o sucesso da ação. Para os alunos, a experiência fortaleceu habilidades como empatia, escuta qualificada, planejamento e adaptação ao de práticas a realidade dos usuários. Além disso, estreitou laços entre a universidade e a instituição de longa permanência, abrindo caminhos para futuras ações integradas.

Conclusão/ Considerações finais

As atividades propostas geraram grande engajamento das idosas, que participaram ativamente e demonstraram entusiasmo, alegria e reconhecimento. A confecção de artesanato estimulou habilidades motoras e cognitivas, sendo adaptada conforme as limitações de cada participante. A música despertou memórias afetivas, promovendo expressão emocional e socialização. A roda de conversa favoreceu a escuta ativa e a troca de experiências, reforçando a valorização pessoal. Os registros observados como sorrisos, comentários positivos e envolvimento espontâneo indicaram o sucesso da ação. Para os alunos, a experiência fortaleceu habilidades como empatia, escuta qualificada, planejamento e adaptação ao de práticas a realidade dos usuários. Além disso, estreitou laços entre a universidade e a instituição de longa permanência, abrindo caminhos para futuras ações integradas.

Agradecimentos

Agradecemos à direção e à equipe do Lar das Velhinhas de Montes Claros pela receptividade e apoio, bem como aos alunos do 5º período de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/ Afya) pelo empenho e dedicação à realização das oficinas. E a professora Kátia por todo apoio e dedicação na realização do projeto.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para a Extensão ao na Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC, 2018. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.



Figura 1. A Relação Terapêutica no Cuidado à Pessoa Idosa.



Figura 2. Ilustração do artesanato.



Figura 3. Demonstração do cuidado com pessoa Idosa.



Figura 4. Acadêmicos que realizaram ação.

RELATO DE EXPERIÊNCIA AÇÃO COM IDOSAS INSTITUCIONALIZADAS

Jullya Madureira 1, Layla Karinny 1, Maria Eduarda de Almeida 1, Maria Eduarda Nogueira 1, Rayssa Alessandra 1, Kátia Cristiane 2.

¹ Acadêmicas do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afy)

² Professora Kátia Cristiane do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afy)

Introdução

A ação realizada na Instituição de Longa Permanência "Lar das Velhinhas" foi planejada para oferecer uma variedade de experiências enriquecedoras com foco na saúde e bem-estar. O principal objetivo foi promover o bem-estar integral, desenvolver a socialização, diminuir o isolamento, estimular a cognição, incentivar a expressão e criatividade, fortalecer a autoestima através do autocuidado, incentivar a autonomia e proporcionar um momento de diversão e lazer. Os acadêmicos do quinto período vespertino do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) conduziram oficinas e dinâmicas durante a tarde da ação. As idosas institucionalizadas mostraram uma expressiva adesão com boa receptividade e engajamento. As atividades desenvolvidas foram cuidadosamente organizadas para oferecer variados jogos e acessibilidade, atendendo a diversos interesses e necessidades.

Métodos

A equipe G4 (fig. 1) demonstrou participação ativa na ação realizada no Lar das Velhinhas, cuja execução ocorreu no dia 7 de maio de 2025, das 14h às 17h. O objetivo da ação foi conduzir atividades voltadas ao entretenimento, por meio de jogos lúdicos e interativos com as idosas institucionalizadas, que se reuniram no pátio da instituição (fig. 2). As idosas com limitações físicas, como aquelas que utilizam cadeira de rodas ou apresentam mobilidade reduzida, foram auxiliadas pelos acadêmicos na locomoção até as oficinas escolhidas. Para promover a interação, foram utilizados jogos nostálgicos, como dominó, jogo da velha, treme-torre, peteca e jogos de tabuleiro. A metodologia adotada baseou-se na interação direta com as idosas, com explicações claras das regras de cada jogo e incentivo à participação ativa, mesmo por parte daquelas com limitações físicas (fig. 3). As atividades estimularam a memória, o raciocínio e a coordenação motora, promovendo momentos de socialização e bem-estar. Além disso, buscou-se resgatar memórias afetivas relacionadas à infância e juventude, valorizando experiências passadas e contribuindo para o fortalecimento da identidade e autoestima das participantes.

Desenvolvimento

Nas oficinas, foi disponibilizado jogos, artesanato, desenhos para colorir, cuidados com cabelo e o lanche interativo, onde compartilhamos de boas conversas, músicas e risadas. Orientamos as idosas de forma clara quanto às regras de cada jogo e incentivadas a participar das demais atividades propostas. Observou-se um alto grau de envolvimento por parte das idosas, que demonstraram interesse, entusiasmo e alegria nas oficinas. A experiência também foi extremamente positiva para os acadêmicos, promovendo não apenas a interação com as idosas, mas também fortalecendo o vínculo entre os colegas (fig. 3) e estimulando a prática da empatia e do cuidado humanizado. Essa integração entre teoria e prática evidenciou a importância do envolvimento ativo dos estudantes na aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, refletindo diretamente no impacto positivo gerado na comunidade. O trabalho em equipe, aliado à criatividade e à sensibilidade diante das necessidades específicas das idosas, foi essencial para o sucesso da iniciativa e para o alcance dos objetivos propostos.

Conclusão

A ação social realizada no "Lar das Velhinhas" revelou-se uma experiência profundamente significativa, tanto para as idosas quanto para os acadêmicos de Enfermagem. Através de atividades cuidadosamente planejadas com base na ODS de Saúde e Bem-Estar, foi possível proporcionar momentos de socialização, afeto, estímulo cognitivo e fortalecimento da autoestima das participantes, promovendo um cuidado mais humanizado e integral. As oficinas despertaram não apenas sorrisos e memórias, mas também a sensação de pertencimento e valorização pessoal entre as idosas institucionalizadas.

Referências

- LIMA, R. S.; LUCENA FERREIRA, O. G. Atividades Lúdicas para Idosos. 28 set. 2021.
MORANDO, E. M. G.; SCHMITT, J. C.; FERREIRA, M. E. C. Envelhecimento, autocuidado e memória: intervenção como estratégia de prevenção. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 20, n. 2, p. 353–374, 30 jun. 2017.
SANTOS, Z. M. DE S. A. et al. Autocuidado universal praticado por idosos em uma instituição de longa permanência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 15, n. 4, p. 747–754, dez. 2012.



Figura 1. Grupo G4 responsável pela oficina de jogos



Figura 2. Idosos reunidos no pátio da instituição



Figura 3. Interação de idosas na oficina de jogos.



Figura 4. Integrantes da turma responsável pela ação.

NUTRIÇÃO E SAÚDE DA PESSOA IDOSA: UM DESAFIO NA ATUALIDADE

RUAS, Eloah Parella ¹; ALVES, Emilly Romão ¹; GUIMARÃES, Larissa Araújo ¹; CARDOSO, Maria Vitória Soares ¹; COSTA, Fernanda Marques da ²; DINIZ, Hellen Julliana Costa ²; ¹ Acadêmico de Enfermagem, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

² Enfermeira, Docente do Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

Introdução

A educação em saúde, compreendida como um processo político-pedagógico, visa promover a autonomia e a emancipação dos indivíduos, capacitando-os a participar nas decisões relacionadas a sua própria saúde (Machado, et al. 2007). Nesse contexto, os estudos voltados à nutrição de pessoas idosas são de grande relevância, uma vez que o processo de envelhecimento está frequentemente associado ao aumento de doenças crônicas. Assim, a nutrição assume um papel central na prevenção e no controle dessas condições (Menezes, et al. 2010). A nutrição é essencial para manter a funcionalidade e a qualidade de vida dos idosos, que estão mais propensos à ingestão alimentar inadequada devido às mudanças fisiológicas e psicossociais do envelhecimento. Além disso, doenças clínicas podem alterar os hábitos alimentares, aumentando o risco de desnutrição. (Oliveira et al., 2021). As consequências da má nutrição incluem: fragilidade, magreza, mobilidade restrita, fragilidade da pele, maior risco de quedas, fraturas, agravamento das condições de saúde e aumento da mortalidade (Albuquerque et al., 2018). A desnutrição contribui para um declínio progressivo da saúde, colocando pacientes em risco de eventos graves de saúde. Esses eventos são os precursores do aumento da deficiência de mobilidade, redução da qualidade de vida, institucionalização prematura ou morte, em idosos independentes, anteriormente saudáveis. (Júnior et al., 2019). Neste contexto, despertou-se o interesse de estudantes do segundo período de enfermagem a realizarem uma educação em saúde para idosos sobre a necessidade de bons hábitos alimentares, por meio de uma abordagem dinâmica, com a intenção de promover a aprendizagem significativa. Dessa forma o objetivo deste estudo é relatar a experiência de estudantes de enfermagem vivenciada ao realizar uma prática de educação em saúde direcionada a nutrição e saúde dos idosos.

Métodos

Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, produzido a partir de uma Educação em Saúde, realizada na tarde do dia 08 de maio de 2025, com duração aproximada de duas horas, com os usuários de uma determinada ESF, na cidade de Montes Claros, MG. Foi elaborado por acadêmicos do segundo período do curso de Graduação em Enfermagem, orientados pela professora da disciplina e coorientados pela preceptora do estágio obrigatório supervisionado das Atividades Práticas na Atenção Primária à Saúde (APS). A escolha do público-alvo surgiu a partir do parecer da preceptora de estágio, que já tinha conhecimento de um grupo de idosas que se reúnem semanalmente e a temática e a ação a ser realizada foi definida após várias pesquisas em bancos de dados e discussão entre o próprio grupo. Definiu-se pela realização da Educação em Saúde por meio de uma apresentação sobre a temática “Nutrição e Saúde do Idoso”. Realizou-se o planejamento contemplando todas as ações práticas, bem como a dinâmica da pirâmide alimentar realizada pelos acadêmicos, confecções de materiais e leituras de artigos para os acadêmicos empoderar-se do conteúdo a ser aplicado na educação em saúde com os idosos. Para garantir a adesão do usuário, enviou-se convite virtual no grupo de WhatsApp pré-existente com idosos, contemplando as seguintes informações: data, horário, local e temática a ser abordada na educação em saúde. O grupo de idosas convidado, faz parte do programa “Ginástica Para Todos”, que se reúne semanalmente, o que facilitou a adesão e desenvolvimento da atividade. Para a execução da ação utilizou-se, de forma primária, a exposição oral para apresentação do tema e logo após, a metodologia ativa com o uso de uma dinâmica para verificação de aprendizado sobre mitos e verdades da alimentação, a fim de garantir melhor assimilação do conteúdo. Ao final, foram entrevistadas algumas participantes a fim de avaliar a satisfação sobre a ação realizada. E em seguida, houve um momento de confraternização, onde foi oferecido um lanche saudável, momento em que houve uma interação com todos os integrantes presentes.

Desenvolvimento

A atividade de Educação em Saúde foi iniciada às 16 horas e contou com a participação de aproximadamente 16 mulheres, sendo a maioria idosas que já frequentavam o local para a prática de exercícios físicos. A familiaridade das participantes com o ambiente contribuiu para a receptividade e participação ativa durante a intervenção. A atividade teve início com uma apresentação em slides conduzida pelas acadêmicas de Enfermagem, contendo uma breve explicação sobre a relevância do tema abordado e a demonstração da pirâmide alimentar. Essa estratégia visual favoreceu a compreensão do público sobre os conceitos básicos da alimentação saudável. Na sequência, foram distribuídos folders contendo os ícones de “Mito” e “Verdade”, os quais foram utilizados em uma dinâmica interativa, com o intuito de estimular a participação das mulheres por meio de perguntas e curiosidades relacionadas à saúde e à nutrição. A abordagem dinâmica envolveu conteúdos sobre alimentação saudável, mitos sobre determinados alimentos e ações diversas no metabolismo. Durante a apresentação, as acadêmicas solicitaram às participantes que levantassem a placa correspondente à sua resposta (Mito ou Verdade), promovendo maior engajamento. Foi possível observar uma participação ativa, com boa convivência e comunicação entre elas, que compartilharam experiências e situações do cotidiano relacionadas ao tema.

Após a apresentação e as atividades lúdicas, foi ofertado um momento de lanche, composto por alimentos naturais e sem adição de açúcar, reforçando na prática os conhecimentos discutidos. Durante esse momento, as acadêmicas interagiram diretamente com as participantes, esclarecendo dúvidas e fornecendo orientações sobre alimentos saudáveis e formas de preparo. As participantes demonstraram gratidão e boa compreensão sobre os conteúdos abordados, evidenciando a efetividade da ação em promover conhecimento e mudanças de hábitos, de acordo com os princípios da Educação em Saúde, que preconizam a valorização do saber popular e a construção coletiva do conhecimento.

Conclusão/ Considerações finais

A ação foi realizada para fins de sensibilização do público-alvo, para pontuar a importância de uma alimentação balanceada e saudável. Ademais, foram repassadas informações sobre a influência da alimentação na saúde do indivíduo, e quais impactos causados por uma dieta irregular. Desse modo, foi enfatizado o papel do enfermeiro na atenção primária e o quanto ele pode auxiliar na prevenção de eventuais comorbidades causadas por errôneos hábitos alimentares.

Agradecimentos

Os autores agradecem à instituição de ensino superior, aos gestores municipais e aos profissionais vinculados às equipes da Estratégia Saúde da Família, pelo apoio, pela disponibilização do espaço físico, do tempo e pelo compartilhamento de conhecimentos que viabilizaram a execução deste projeto. Estendem-se, ainda, os agradecimentos à preceptoria e aos acadêmicos responsáveis pela condução das atividades, bem como a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização desta iniciativa. Os autores agradecem à instituição de ensino superior pelo apoio institucional e incentivo ao pensamento crítico e à participação acadêmica. À preceptoria, pela orientação dedicada e pela confiança depositada na equipe, fundamentais para o êxito do projeto e aos acadêmicos responsáveis pela condução das atividades, bem como a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização desta iniciativa. Nosso agradecimento também ao grupo de idosas que faz parte do programa “Ginástica Para Todos”, que acolheram a proposta e cuja participação ativa foi indispensável para a realização da ação.

***Aprovação Comitê de Ética: CEP
nº3.979.477/2020***

Referências

CAMPOS, Maria Teresa Fialho de Sousa; MONTEIRO, Josefina Bressan Resende; ORNELAS, Ana Paula Rodrigues de Castro. Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 157–165, dez. 2000.

IPUCHIMA, Marclei Torres; COSTA, Lídia Lisboa. A importância dos hábitos alimentares saudáveis na terceira idade. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 10, n. 14, e203101421858, 2021.

MENEZES, Maria Fátima Garcia de; TAVARES, Elda Lima; SANTOS, Débora Martins dos; TARGUETA, Carina Loureiro; PRADO, Shirley Donizete. Alimentação saudável na experiência de idosos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p.267–275, 2010.

MENEZES, Tânia Maria de Oliveira Fontes; FREITAS, Maria Cristina Lima de; SILVA, Maria de Fátima Antero Souza e. Avaliação nutricional de idosos: desafios da atualidade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 643–650, jul./set. 2015.

SCHULER, A. C.; VIEIRA, M. P. Alimentação saudável e educação nutricional na terceira idade. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 14, n. 84, p. 105-110, 17 out. 2020.

SAÚDE EM DIA: A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO

Hellen Frota Duque Chamone Farago ¹; Karine Freitas Soares ¹; Lais Mendes Nascimento Sampaio ¹; Luma Santos Ribeiro ¹; Maria Theresa Maia Pinho ¹; Renata Rosa Azevedo ¹; Giselle David Ferreira².
¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição UNIFIPMoc
² Professor do curso Enfermagem da instituição UNIFIPMoc

Introdução

Este relato de experiência aborda uma ação educativa realizada com foco na promoção da saúde por meio da vacinação, buscando sensibilizar a população sobre a importância da imunização na prevenção de doenças e na proteção da saúde coletiva. A ação foi embasada no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 3, estabelecido pela Organização das Nações Unidas em 2015, que permanece em vigor com metas atualizadas e monitoradas até 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023). O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de uma ação educativa, destacando sua contribuição para a conscientização da população quanto à vacinação como medida essencial para a saúde pública.

Material e Métodos

Trata-se de um relato de experiência vivenciado por acadêmicos de enfermagem entre fevereiro e abril de 2025, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), em Montes Claros-MG. A ação foi planejada a partir de reuniões com os profissionais da unidade, que identificaram como fragilidade local a resistência de parte da população em aderir à vacinação, motivada, principalmente, por informações equivocadas, resultando em cobertura vacinal insuficiente e colocando a comunidade em risco de surtos de doenças evitáveis. A partir desse diagnóstico, foram definidas estratégias educativas com foco na comunicação clara e no acolhimento. As atividades incluíram elaboração e distribuição de folders informativos, construção de painéis temáticos, entrega de certificados simbólicos de participação, além da realização de uma palestra aberta à comunidade, com linguagem acessível e abordagem participativa.

Desenvolvimento

No dia 10 de abril de 2025, foi realizada uma palestra aberta ao público na UBS, conduzida com linguagem acessível, para esclarecer dúvidas sobre vacinas e reforçar a importância da imunização. Durante a atividade, foram proporcionados momentos de escuta qualificada, promovendo um ambiente acolhedor para o esclarecimento de mitos e informações equivocadas frequentemente associadas às vacinas. A comunidade demonstrou boa receptividade, com participação ativa dos presentes, o que favoreceu a interação entre profissionais de saúde, acadêmicos e usuários. A troca de informações possibilitou identificar e corrigir desinformações comuns, reforçando a vacinação como uma medida essencial de prevenção. A experiência demonstrou, na prática, como ações educativas podem ampliar o acesso e a adesão da população aos serviços de imunização. Esse entendimento está alinhado com a Organização Mundial da Saúde (2023), que destaca que intervenções baseadas no diálogo e na confiança são fundamentais para enfrentar a hesitação vacinal e fortalecer a saúde pública. Além disso, a atividade segue a orientação da campanha “Vacina Mais”, do Ministério da Saúde, que incentiva estratégias educativas participativas para estimular a busca ativa pela vacinação e recuperar a confiança da população nos serviços ofertados (BRASIL, 2023). Embora o público presente tenha sido menor do que o inicialmente previsto, a ação foi considerada qualitativamente eficaz, promovendo a conscientização, a disseminação de informações corretas e o fortalecimento do vínculo entre a unidade de saúde e a comunidade.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A ação educativa realizada atinge o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância da vacinação, promovendo a disseminação de informações corretas e o fortalecimento do vínculo entre a comunidade e os profissionais de saúde. A atividade proporciona um espaço de diálogo e escuta qualificada, contribuindo para esclarecer dúvidas e combater desinformações relacionadas à imunização. Os resultados obtidos demonstram que a estratégia utilizada é eficaz para incentivar a participação da população nas campanhas vacinais e reforçar a vacinação como uma medida essencial para a prevenção de doenças e a proteção da saúde coletiva. Assim, a experiência confirma a relevância das ações educativas como ferramentas indispensáveis no contexto da atenção primária à saúde.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações: 50 anos. Brasília: MS, 2023.
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Vacina Mais: Conasems, OPAS, CNS e Conass lançam ampla campanha de incentivo à vacinação no dia 29/6 às 10h. Brasília: CNS, 2022. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/vacina-mais-conasems-opas-cns-e-conass-lancaram-ampla-campanha-de-incentivo-a-vacinacao-no-dia-29-6-as-10h/>.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório de Monitoramento dos ODS 2023. Nova York: ONU, 2023.
WORLD HEALTH ORGANIZATION. Immunization Agenda 2030: A Global Strategy to Leave No One Behind. Geneva: WHO, 2023.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E SEUS EFEITOS NA PREVENÇÃO DA DENGUE- UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ROCHA, Ana Carolina Soares¹; COSTA, Ana Maria de Fátima Pereira ¹;
SANTOS, Larissa Elen de Alemida¹; SOUZA, Maisa Gomes¹; JESUS, Milleny Cristine Souza¹; CARVALHO, Sofia Novais de Brito¹; DIAS, Kátia Cristiane Soledade²

¹Acadêmicos do Enfermagem da instituição UNIFIP-Moc AFYA

²Professor do curso de Enfermagem da instituição UNIFIP-Moc AFYA

Introdução

O relato de experiência trata-se de uma educação em saúde sobre a dengue, ocorrida em uma escola na cidade de Montes Claros. Segundo o Ministério da Saúde a dengue é uma doença infectocontagiosa caracterizada como uma arbovirose que possui impactos relevantes no mundo. Assim, tal problemática tornou-se um grave problema de saúde pública no Brasil especialmente nas últimas décadas. Nesse contexto, ações de mobilização na comunidade são essenciais, pois a eliminação de criadores depende significativamente da conscientização e participação popular (Chiaravalloti Neto et al., 2023). Desse modo, a ação realizada tem por objetivo sensibilizar sobre a relevância do tema pontuando as possíveis complicações e agravos da doença, além de difundir e identificar as principais formas de prevenção da dengue. Ademais, cabe ressaltar impactos na saúde pública, como superlotação, gastos econômicos e redução de produtividade.

Material e Métodos

No dia 30/04/2025 foi entregue aos alunos da Escola Estadual Salvador Filpi do bairro Vila Sion um termo de autorização, no intuito de comunicar aos pais sobre a atualização do calendário vacinal, evidenciando a vacinação da dengue. O relato de experiência trata-se de um projeto de extensão que ocorreu no dia 05/05/2025 com início às 10:00 horas da manhã. A ação tratou-se de uma educação em saúde voltada para alunos do ensino fundamental com idades entre 10 a 14 anos, com intuito de sensibilizar a comunidade escolar sobre os riscos da doença, suas causas, formas de prevenção e a importância da vacinação, a qual foi realizada pelos acadêmicos de enfermagem da Unifipmoc do 6º período vespertino em parceria com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) do Vila Sion. Posteriormente foi efetuado um jogo de perguntas e respostas sobre a temática, com direito a premiação para aqueles que apresentavam respostas ágeis e assertivas, os alunos mostraram-se interessados e participativos, o que proporcionou premiação a todos (Figura 1.). Os principais objetivos foram conscientizar sobre a dengue, realizar ações de promoção a vacinação, além de estimular a participação dos alunos em atividades de saúde. Dessa forma, foram organizadas atividades em forma de roda de conversa, onde foram discutidos sintomas, prevenção, tratamento da dengue, com ativa participação dos alunos, os quais compartilharam suas experiências. Dessa maneira, a ação proporcionou um aprendizado colaborativo e foi finalizada com a imunização, contra dengue, de 14 alunos, reforçando a importância da prevenção. No total 61 alunos participaram da ação em saúde. Por fim, ao recolher as autorizações foi realizado a inspeção da caderneta vacinal, sob supervisão do técnico de enfermagem da sala de vacina (Figura 2.). Assim, por intermédio do projeto, os objetivos de identificar a relevância das ações individuais para se reduzir os números de infectados, compreender informações, a fim de passar para familiares, esclarecer as dúvidas sobre a doença e atingir o maior número possível de pessoas imunizadas foram alcançados. O projeto foi de extrema importância, uma vez que, a educação em saúde na escola obteve resultados positivos para uma melhor qualidade de vida da comunidade.

Desenvolvimento

Durante a atividade de extensão observou-se grande interesse dos estudantes pelo conteúdo abordado, especialmente quanto aos métodos de prevenção da dengue e o papel de cada indivíduo na interrupção do ciclo de reprodução do mosquito *Aedes aegypti*. Por meio de dinâmicas interativas e rodas de conversa, foi possível perceber um aumento significativo de conhecimento sobre a doença. Entre os principais desafios enfrentados, esteve a baixa adesão ao projeto pelos pais ou responsáveis pelos alunos participantes, onde demonstraram certa resistência em autorizar que os alunos fossem vacinados. Com isso, apenas 14 alunos foram imunizados. Para superar essa barreira, a equipe informou onde e como ter acesso a vacina. A experiência proporcionou importantes aprendizados para toda a equipe envolvida. Compreendeu-se a necessidade de adaptar a linguagem e os métodos ao público-alvo, valorizando abordagens dinâmicas. Outro ponto relevante foi a percepção de que o ambiente escolar é um espaço estratégico para a promoção de saúde, dado seu potencial de divulgação de informações para familiares. A ação não apenas impactou positivamente a comunidade escolar, mas também proporcionou uma vivência prática enriquecedora para os estudantes universitários envolvidos. Por meio do contato direto com o público, foi possível aplicar conhecimentos teóricos adquiridos na graduação, desenvolver habilidades comunicação, empatia e trabalho em equipe. Além disso, fortaleceu-se o compromisso social da universidade com a promoção da saúde coletiva, reforçando o papel das ações de extensão como ponte entre o saber acadêmico e a realidade das comunidades.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A ação educativa realizada na escola, voltada à prevenção da dengue e à promoção da vacinação conforme as faixas etárias recomendadas pela OMS, obteve bons resultados no que diz respeito à adesão dos estudantes às orientações repassadas. Cerca de 61 alunos dos 8º e 9º anos do ensino fundamental participaram ativamente das atividades, demonstrando interesse e assimilando informações importantes sobre os cuidados com o mosquito *Aedes aegypti*, sinais de alerta da doença e a importância da mobilização coletiva. No entanto, apesar do êxito na parte educativa, a cobertura vacinal não alcançou os níveis esperados, principalmente pela baixa aceitação dos pais e responsáveis. Contudo, a ação se mostrou eficaz ao fortalecer

a conscientização dos alunos e reforçar o papel da educação em saúde como ferramenta essencial para a prevenção de doenças e promoção do bem-estar da comunidade escolar.

Agradecimentos

Agradecemos à Escola Estadual Salvador Filpi pela oportunidade de realizar a ação sobre dengue, ao diretor Cleyton Aragão pelo apoio, aos profissionais que colaboraram e ao preceptor Lucas Faustino pelas orientações. A contribuição de todos foi essencial para o sucesso da atividade.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. (2023). Plano nacional de enfrentamento às arboviroses. Brasília: Ministério da Saúde.

CHIRAVALLOTI NETO, F. et al. Mobilização comunitária no controle da dengue: estudo de caso em São Paulo. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 4, pág. 1767-1776, 2023



Figura 1. Conscientização da Dengue nas salas de aulas e jogos de perguntas e respostas com premiação.

Figura 2. – Imunização dos alunos com a vacina da Dengue.



Figura 3. – Alunas do 6º período de Enfermagem na Escola Estadual Salvador Filpi.

PARTICIPAÇÃO PARENTAL EM FOCO: UMA INTERVENÇÃO EXTENSIONISTA PARA A VALORIZAÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA FAMILIARES

Anna Karolyne Souza Sales ¹; Isabella Miranda Cangussu ¹; Karen Lorena Costa ¹; Luiza Lorrainy Ferreira Barbosa ¹; Maria Cecília Gusmão Silva ¹; Renata Rodrigues Santos ¹; Katia Cristiane da Soledade Dias².

¹ Acadêmico do curso de Enfermagem da instituição UNIFIPMoc – Afya

² Professor do curso de Enfermagem da instituição UNIFIPMoc – Afya

Introdução

Este relato de experiência descreve uma ação extensionista desenvolvida pelo terceiro período do curso de Enfermagem do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya), no dia 30 de abril de 2025, em uma instituição de acolhimento infantil denominada Centro Paula Elizabete, localizada no município de Montes Claros, Minas Gerais. Apesar de a instituição já ofertar suporte recreativo, esportivo e psicológico às crianças acolhidas, identificou-se uma lacuna importante no atendimento às famílias – especialmente aos pais e responsáveis, frequentemente à margem das ações comunitárias voltadas ao acolhimento infantil. Diante dessa constatação, foi idealizada uma oficina reflexiva com enfoque na valorização dos sonhos parentais, considerando a importância dos laços familiares como base para o desenvolvimento integral da criança. A intervenção teve como proposta uma oficina reflexiva com foco na valorização dos sonhos parentais, abordando os temas: “O que sonhamos para o futuro de nossos filhos” e “Como podemos, na nossa família, apoiar o que sonhamos para nossos filhos”. Por meio dessas reflexões, buscou-se despertar nos participantes o reconhecimento de seus desejos e expectativas em relação à trajetória dos filhos, ao mesmo tempo em que se discutiram estratégias práticas e afetivas para o fortalecimento do apoio familiar, mesmo diante de limitações socioeconômicas. Essa experiência reafirma o papel da extensão universitária como ponte entre conhecimento acadêmico e realidade social, contribuindo para a transformação das comunidades a partir do reconhecimento de suas potências e necessidades.

Métodos

A ação desenvolvida teve um caráter eminentemente socioeducativo, sendo cuidadosamente direcionada a pais e responsáveis pelas crianças acolhidas na instituição. Realizada no turno da manhã, a intervenção teve início por volta das 09h00, sendo aberta com uma palestra breve (Fig. 1A), acolhedora e sensível, ministrada pela professora Katia Cristiane da Soledade Dias, docente do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya. A temática abordada versou sobre a importância da presença parental no cotidiano das crianças e o impacto positivo da qualidade da convivência familiar no desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos filhos. A fala da palestrante buscou despertar, de maneira empática, uma reflexão da necessidade do tempo de qualidade nas famílias e a conscientização dos participantes quanto ao seu papel como agentes fundamentais no processo de construção da trajetória de vida das crianças. Na sequência, foi conduzida uma oficina interativa (Fig. 1C; Fig. 1D), que teve como proposta central estimular os participantes a refletirem sobre seus sonhos e expectativas em relação ao futuro dos filhos. Para tanto, foi oferecido um momento de expressão criativa, em que cada adulto pôde se manifestar por meio de desenhos ou produções textuais (Fig. 1E; Fig. 1F). Essa atividade proporcionou não apenas um espaço de introspecção, mas também a partilha de sentimentos, esperanças e desafios vividos no exercício da parentalidade em meio a contextos de vulnerabilidade. A participação na ação foi voluntária, sendo observada uma adesão significativa e espontânea. Os participantes demonstraram alto grau de envolvimento emocional, evidenciado tanto pelas manifestações afetivas quanto pela qualidade simbólica das produções realizadas durante a oficina. A proposta foi acolhida com entusiasmo e seriedade, sinalizando as quanto iniciativas como essa são necessárias e desejadas pelas famílias atendidas pela instituição. Para a avaliação da ação, foram utilizados dois instrumentos complementares: uma pesquisa de satisfação, que revelou um índice elevado de aprovação e reconhecimento da relevância da atividade, e uma análise qualitativa das interações, a partir da observação do comportamento, das falas espontâneas e das produções criativas dos participantes. Essas ferramentas permitiram uma compreensão mais ampla dos efeitos da intervenção, destacando o potencial transformador da escuta sensível e da valorização dos afetos no contexto familiar. O número total de participantes foi de aproximadamente 60 adultos, o que evidencia o alcance e o impacto da proposta, além de demonstrar o interesse das famílias em construir, junto à instituição, caminhos mais afetivos e conscientes na formação de seus filhos.

Desenvolvimento

A oficina demonstrou-se altamente eficaz enquanto estratégia de escuta qualificada e valorização do papel parental, promovendo um espaço de acolhimento onde os participantes puderam refletir e expressar, de forma sensível e genuína, seus desejos, expectativas e valores em relação ao futuro de seus filhos. Ao compartilharem seus sonhos, emergiram temas recorrentes que evidenciam a centralidade de valores como educação, respeito, sucesso pessoal, felicidade e, de modo muito presente, a fé – com destaque para o desejo de que “a vontade de Deus se coincida com a vontade dos filhos”, revelando a dimensão espiritual que permeia a vivência de muitos cuidadores. Tal expressão demonstra não apenas a confiança na orientação divina, mas também o compromisso dos responsáveis em guiar suas crianças no caminho do bem, com responsabilidade moral e afetiva. Durante a atividade, foram registrados relatos espontâneos de grande significado emocional, nos quais os participantes refletiram sobre a necessidade de repensar rotinas e prioridades, especialmente no que diz respeito à dedicação de tempo de qualidade à convivência familiar. Esses relatos indicam que a oficina transcendeu seu objetivo inicial, tornando-se um catalisador para transformações pessoais e familiares, por meio do reconhecimento do valor das pequenas ações cotidianas no fortalecimento dos vínculos afetivos. Além disso, a oficina proporcionou interações afetivas ricas e significativas entre os participantes, criando um ambiente marcado pela empatia, respeito mútuo e senso de pertencimento

coletivo. Muitos relataram, inclusive, sentirem-se valorizados e acolhidos ao perceberem que suas experiências e sentimentos encontraram eco nos relatos de outros cuidadores, fortalecendo a percepção de que não estão sozinhos em suas jornadas parentais. Entre as limitações observadas, destacou-se o tempo restrito para o aprofundamento das discussões, o que limitou a possibilidade de explorar mais detidamente temas emergentes e de ampliar o compartilhamento entre os participantes. Também foi registrada a baixa participação de alguns responsáveis, possivelmente em função de barreiras como a dificuldade de locomoção, compromissos pessoais ou resistência inicial ao envolvimento em atividades reflexivas. Tais aspectos apontam para a importância de pensar estratégias futuras que ampliem o alcance e a continuidade dessas ações. Apesar desses desafios, os aprendizados foram expressivos e impactantes. A experiência reafirmou o papel social e transformador da extensão universitária, ao proporcionar a estudantes e professores vivências reais, comprometidas com a escuta ativa, o acolhimento e o fortalecimento da cidadania. Tais ações contribuem significativamente para a formação de profissionais mais sensíveis, críticos e engajados com a realidade das comunidades em que atuam, promovendo uma educação pautada no compromisso ético e na transformação social. Por fim, a ação gerou ganhos concretos para a população atendida, ao oferecer um espaço seguro e legitimado para a reflexão, o diálogo e a expressão de afetos, elementos essenciais para o fortalecimento dos vínculos familiares e para o empoderamento de pais e responsáveis como protagonistas no processo de desenvolvimento infantil.

Conclusão/ Considerações Finais

A intervenção alcançou plenamente seus objetivos, ao proporcionar um espaço de escuta ativa, acolhimento emocional e reflexão crítica, favorecendo não apenas a valorização dos vínculos familiares, mas também o reconhecimento do protagonismo dos pais e responsáveis no cuidado, educação e formação dos filhos. Ao serem ouvidos com atenção e respeito, os participantes sentiram-se legitimados em seus papéis parentais, o que fortaleceu sua autoconfiança e ampliou seu senso de pertencimento em relação à instituição e à comunidade. Ainda que realizada com recursos simples (Fig. 1B) e estrutura modesta, a oficina demonstrou um alto grau de efetividade, evidenciando que intervenções fundamentadas na empatia, no diálogo genuíno e na valorização das experiências individuais têm o potencial de provocar mudanças significativas, tanto no plano pessoal quanto coletivo. Em contextos marcados por vulnerabilidade social, essas práticas tornam-se ainda mais poderosas, pois possibilitam o resgate da autoestima, o fortalecimento de vínculos afetivos e a construção de redes de apoio e solidariedade entre os participantes. A experiência reafirma que, mais do que a complexidade dos recursos técnicos ou a sofisticação das metodologias, o que verdadeiramente promove a transformação social é a intencionalidade ética e afetiva das ações. Iniciativas como essa revelam o potencial humanizador da extensão universitária, ao unir saber acadêmico, sensibilidade social e compromisso com o bem-estar coletivo, especialmente de populações historicamente negligenciadas.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos mais sinceros à equipe do lar de crianças Centro Paula Elizabete, cuja receptividade, sensibilidade e colaboração foram fundamentais para a realização desta ação extensionista. O acolhimento caloroso e o comprometimento demonstrado por todos os envolvidos criaram um ambiente propício para o diálogo, a escuta e o fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários. Estendemos um agradecimento especial à professora Katia Cristiane da Soledade Dias, do curso de Enfermagem da UNIFIPMoc/Afya, pela mediação generosa e inspiradora da palestra de abertura. Sua fala sensível e profundamente humana contribuiu de forma significativa para estimular reflexões importantes sobre a parentalidade e a convivência familiar em contextos de vulnerabilidade social. Agradecemos, ainda, a cada participante da oficina, por sua presença, escuta atenta e entrega sincera à proposta. A disponibilidade em partilhar sentimentos, histórias e sonhos foi essencial para o êxito da intervenção e reafirma a potência das relações construídas com base na empatia, no respeito mútuo e na valorização da experiência de vida de cada um.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão II da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- GOMES, M.; DUARTE, M. L. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>.
- NAVARRO SEGURA, S. F. R. **A importância da participação dos pais na educação escolar dos filhos.** Revista Educação Pública, 2016. <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/3/a-importancia-da-participacao-dos-pais-na-educacao-escolar-dos-filhos>.
- SILVA, E. N. da, et al. **Educação básica infantil: participação dos pais no processo educativo dos filhos e suas relevâncias.** Brazilian Journal of Production Engineering, v. 6, n. 6, p. 173–179, 2020. <https://periodicos.ufes.br/bjpe/article/view/30908>.



Figura 1. A – Palestra com os pais ou responsáveis no auditório do Centro Paula Elizabete, com a presença de participantes e equipe organizadora. B – Mesa com materiais lúdico-educativos organizados para atividade prática. C – Estudantes responsáveis pela ação educativa auxiliando os participantes durante a atividade ao ar livre. D – Participantes desenvolvendo atividades artísticas com o uso de materiais diversos, em ambiente externo. E – Cartaz elaborado por uma mãe com ilustração e a frase: “Ensina a criança o caminho que deve andar e quando crescer, não se desviará dele. Provérbios 22:6”. F – Cartaz com mensagem: “O Senhor Deus na vida dos meus filhos”, elaborado por uma mãe durante a atividade extensionista.

Obs.: Figura cedida para fins ilustrativos, referente a atividade extensionista II realizada pelos acadêmicos do curso de Enfermagem do terceiro período do Centro Universitário FIPMoc/Afya.

CURSO DE ENGENHARIAS – RESUMOS SIMPLES

APLICATIVO PARA GESTÃO AGRÍCOLA COM TECNOLOGIA ACESSÍVEL

Gabriel Vieira Artacho Peres Passarini¹, Alicia Santos Coimbra¹, Raquel Pereira Soares¹, Tadeu Henrique Oliveira Ladeia Costa¹, João Victor Fonseca Saraiva¹, Gilzerene Simone Oliveira²

¹Acadêmicos do curso de Engenharia de Computação da UNIFIPMoc

²Professora do curso de Engenharia de Computação da UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A agricultura brasileira é crucial para a economia, mas enfrenta desafios significativos em modernização e sustentabilidade. Muitos pequenos e médios produtores ainda têm dificuldades em acessar e utilizar ferramentas digitais, o que limita a produtividade e a eficiência da gestão. A falta de familiaridade com tecnologias e a ausência de soluções simples contribuem para a exclusão digital no meio rural. Este projeto justifica-se pela necessidade de promover a inclusão digital e melhorar a tomada de decisões agrícolas com uma solução tecnológica acessível. **Objetivo(s):** Desenvolver um aplicativo multiplataforma de interface intuitiva, voltado para a gestão do ciclo produtivo agrícola. O objetivo é permitir o registro, acompanhamento e análise de dados de produção, oferecendo suporte às decisões dos agricultores com base em dados históricos e indicadores de desempenho. **Métodos:** O projeto seguirá a metodologia ágil Scrum. Inicialmente, será realizado um levantamento de requisitos por meio de entrevistas com produtores locais para identificar demandas e dificuldades no dia a dia agrícola. A prototipagem ocorrerá com a ferramenta Figma, permitindo ajustes de usabilidade antes do desenvolvimento. A aplicação será implementada em React Native para compatibilidade com diferentes dispositivos móveis e terá backend baseado em Firebase. Testes com usuários reais avaliarão a funcionalidade e aceitação da ferramenta, seguidos de validação e ajustes finais. **Resultados:** Espera-se que o aplicativo proporcione maior controle sobre o cultivo, reduza desperdícios, facilite o acesso a dados históricos e contribua para a inclusão digital de agricultores com pouca familiaridade tecnológica. O projeto visa impactar positivamente a produtividade e a sustentabilidade da agricultura familiar. **Considerações Finais/Conclusões:** O desenvolvimento de soluções tecnológicas acessíveis é um avanço importante para democratizar a informação no campo. O projeto contribuirá para a melhoria da gestão agrícola e para práticas mais eficientes e sustentáveis, promovendo a valorização do conhecimento digital entre produtores.

Palavras-chave: Agricultura. Aplicativo. Tecnologia. Gestão. Sustentabilidade.

Referências:

BRASILAGRO. Mais de 95% dos produtores rurais utilizam tecnologia digital. 2023. Disponível em:

<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/-mais-de-95-produtores-rurais-utilizam-algum-tipo-de-tecnologia-digital.html>.

GAZZCONECTA. Guia completo sobre agrotechs brasileiras. 2023. Disponível em:

<https://www.gazzconecta.com.br/gazz-conecta/agrotechs/guia-completo-sobre-agrotech-brasileiras/>. SEBRAE MG.

Tendências do agronegócio. Belo Horizonte: Sebrae Minas, 2019. Disponível em:

<https://sebraemg.com.br/tendenciasagronegocio/>.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Desenvolvimento de Solução Digital para Otimização de Processos no Setor Agropecuário

João Pedro Machado Moura¹; Anthony Sá Reis¹; Brenno Santhiago Pimentel Alves¹; João Paulo Maia Nobre Aguiar¹; Gustavo Carvalho¹; Gilzirene Simone Oliveira²

¹ Acadêmico do curso Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc

² Professor(a) do curso Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A transformação digital no setor agropecuário tem se mostrado essencial diante das crescentes demandas por eficiência, mobilidade e organização no campo. Profissionais como zootecnistas, engenheiros agrônomos e técnicos frequentemente lidam com processos manuais e uso de planilhas para elaboração de orçamentos e relatórios. Essa realidade compromete a agilidade no atendimento e o controle das informações. Nesse contexto, o desenvolvimento de soluções tecnológicas personalizadas, como aplicativos e sistemas administrativos integrados, surge como uma resposta prática para modernizar as rotinas de trabalho e aumentar a produtividade no agronegócio. **Objetivo(s):** O principal objetivo do projeto é desenvolver um sistema digital composto por um aplicativo mobile e um site administrativo, que permita a realização de orçamentos, análises técnicas e organização de dados diretamente em campo. Busca-se promover maior agilidade no atendimento, centralização de informações e otimização das atividades rotineiras dos profissionais do setor agrícola. **Métodos:** A metodologia aplicada inclui o levantamento de requisitos com o cliente, prototipação das interfaces no Figma, desenvolvimento do front-end com React, React Native, TypeScript e Tailwind CSS, além da modelagem e implementação do banco de dados e do back-end com PHP. A comunicação com o cliente é contínua para validação dos elementos desenvolvidos, garantindo que o produto atenda às necessidades reais do público-alvo. **Resultados:** O sistema foi concluído com sucesso e está em funcionamento. O aplicativo permite gerar orçamentos em campo com agilidade, enquanto o site facilita a gestão e visualização dos dados. A solução demonstrou boa usabilidade, organização e desempenho. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto atendeu aos objetivos propostos e entregou uma ferramenta útil, prática e alinhada às necessidades do cliente. A solução contribui para modernizar processos e aumentar a produtividade no setor agropecuário, oferecendo um recurso tecnológico de fácil adoção pelos profissionais da área.

Palavras-chave: Agronegócio. Aplicativo. Sistema Web.

Referências: GAMMA, E. et al. *Design Patterns: Elements of Reusable Object-Oriented Software*. 1994.

MOZILLA. *JavaScript Guide*. 2024.

REACT. *React Documentation*. 2024.

REACT NATIVE. *React Native Documentation*. 2024.

TAILWIND. *Tailwind CSS Documentation*. 2024.

PHP. *PHP Manual*. 2024.

MICROSOFT. *Visual Studio Code Documentation*. 2024.

HELDMAN, K. *Gerência de Projetos: Guia para o Exame Oficial do PMP*. 2018.

Projeto de Extensão VII da UNIFIPMoc/Afya

EVALUATION OF ARTIFICIAL NEURAL NETWORKS AND THE ARIMA MODEL APPLIED TO TEMPERATURE PREDICTION IN A CHARCOAL OVEN

Rogério Santos Maciel¹; Fernando Colen²; Sidney Pereira²; Luiz Henrique de Souza²; Maurílio José Inácio³; Nilton Alves Maia³

¹ Master student, Program of Computational Modeling and Systems, State University of Montes Claros, Brazil.

² Professor, Federal University of Minas Gerais, Brazil

³ Professor, Program of Computational Modeling and Systems, State University of Montes Claros, Brazil

ABSTRACT: This work used the Artificial Neural Networks RBF- Radial Basis Function and MLP- Multilayer Perceptron, the Neurofuzzy ANFIS- Adaptive-network-based Fuzzy Inference System and the model ARIMA- Auto Regressive Integrated Moving Average, to predict the temperature. To evaluate the performance of the predictors, the following metrics were used: Root Mean Square Error - RMSE, Mean Square Error - MSE and Mean Absolute Error – MAE. **Introduction:** Charcoal is a product resulting from the pyrolysis or carbonization of wood, which is used as fuel in various activities, such as steelworks, steakhouses, domestic uses for stoves and others. (FORTALEZA et al., 2019). In this work, the performance of Artificial Neural Networks, a Neurofuzzy Network and a statistical model for predicting the time series generated from the temperature values collected during the heating process for wood carbonization were evaluated. According to Guyon (1991), an Artificial Neural Network is a non-linear mathematical structure capable of representing processes, relating inputs and outputs. In addition to the aforementioned characteristics, Artificial Neural Networks are adaptive models that are easy to train (JUNIOR, 2010). **Objetivo(s):** Use the Artificial Neural Networks RBF and MLP, the Neurofuzzy ANFIS and the ARIMA to predict the temperature. **Métodos:** To carry out this work, two (2) Artificial Neural Networks were implemented, one MLP and one RBF, one Neurofuzzy ANFIS and one ARIMA predictor. To define the accuracy of neural networks the following performance metrics were used: MSE, RMSE and MAE. **Results:** the MLP neural network was used with MSE = 4,0371e-09, MAE = 3,4819e-05, RMSE = 6,3538e-05, the RBF network indicate that the RN cannot correctly predict the temperature value based on the real value, the network presented an MSE = 5,9316, MAE = 6,8812, RMSE = 2,4355, the Neurofuzzy ANFIS, it can be observed that there is an approximation between the actual temperature values and the values predicted by network with MSE = 0,0123, RMSE = 0,0113, MAE = 0,0052. After analyzing the predictors based on Computational Intelligence, the analysis of the the forecast carried out by the ARIMA model was carried out, making it possible to perceive the divergence between the real value and the predicted value, this model presented MSE = 8.4800, MAE = 4,5500, RMSE = 2,9120. **Considerações finais/Conclusões:** After carrying out this study, it was concluded that Artificial Neural Networks, Neurofuzzy and the ARIMA predictor can be valuable tools when applied to the prediction of temperatures in coal-fired kilns. This hypothesis is corroborated by the low values of MSE, RMSE and MAE calculated during the predictor tests.

Keywords: Automatic temperature forecast; Methods; Performance.

Referências:

- FORTALEZA, A.P. et al. (2019). Biomass of Forest Species for the Production of Charcoal. Ci. Fl., Santa Maria, vol. 29, no. 3.
- GUYON, I. (1991). Neural networks and applications tutorial. Physics Reports. vol. 17, n. 3.
- JUNIOR, A.D.A. (2010). Nonlinear Prediction of Oil Production Curves via Recursive Neural Networks, Master's Dissertation, UFRN, Natal.

AGROIRRIGA: SISTEMA DE IRRIGAÇÃO REMOTA INTELIGENTE

BRAGA, Amanda Batista de Oliveira; PRATES, Guilherme Jorge Santos¹; RANGEL, João Vitor Dias ¹; ROCHA, Lucas Machado da;¹ OLIVEIRA, Luiz Felipe Santos¹; REIS, Pedro Lucas Rodrigues¹; OLIVEIRA, Gilzirene Simone²

¹ Acadêmicos do curso Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso Engenharia da Computação da UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A crescente demanda por soluções sustentáveis na agricultura impulsiona o desenvolvimento de tecnologias que promovam a eficiência hídrica e a otimização do uso de recursos naturais. Em regiões com escassez de água, o manejo inadequado da irrigação pode comprometer tanto a produtividade quanto o meio ambiente. A irrigação automatizada e inteligente surge como alternativa viável para enfrentar esses desafios, permitindo um controle preciso da umidade do solo e a redução de desperdícios. Nesse contexto, o sistema AGROIRRIGA foi desenvolvido como resposta à necessidade de soluções acessíveis e tecnologicamente eficazes para a irrigação agrícola. O projeto combina a automação com o monitoramento em tempo real e o uso de dados climáticos para tomada de decisões, visando oferecer uma solução prática, eficiente e ambientalmente sustentável. **Objetivo(s):** Desenvolver um sistema automatizado de irrigação controlado remotamente, focado em eficiência hídrica, praticidade no manejo e sustentabilidade ambiental, por meio do monitoramento da umidade do solo e agendamento baseado em dados climáticos. **Métodos:** Utilizaram-se microcontroladores (Arduino/ESP32), sensores de umidade e clima, e conexão com serviços meteorológicos. A comunicação se deu via Wi-fi, LoRa e GSM. A interface permite controle remoto e agendamento. O back-end foi desenvolvido com Python, utilizando Flask, RPi.GPIO e Adafruit_DHT para integração com sensores no Raspberry Pi. A IoT usada, plataforma em nuvem, permite visualizar e manter constante controle. Testes foram realizados em ambiente simulado para validação do funcionamento e eficiência do sistema. **Resultados:** O AGROIRRIGA reduziu significativamente o consumo de água comparado a métodos tradicionais, oferecendo praticidade e automação. A coleta de dados e atuação inteligente sobre as válvulas de irrigação garantiram uma resposta eficaz às condições do solo, mostrando robustez e aplicabilidade em diferentes cenários agrícolas. **Considerações Finais/Conclusões:** O sistema apresenta-se como ferramenta eficiente no uso racional da água e no suporte à agricultura sustentável. Como trabalho futuro, propõe-se a ampliação das funcionalidades do sistema, como a integração de machine learning para tomada de decisões, monitoramento por drones e suporte por comando de voz, otimizando a aplicação em larga escala em propriedades agrícolas.

Palavras-chave: Irrigação inteligente. Sustentabilidade. Agricultura de precisão

Referências: ALVES, J. M.; LIMA, S. A. Inovações tecnológicas na irrigação agrícola. Revista Brasileira de Agricultura, v. 10, n. 2, p. 55-67, 2022. SOUZA, P. R.; MENDES, C. A. Monitoramento da umidade do solo com sistemas automatizados. Ciência e Tecnologia Rural, v. 18, n. 1, p. 101-112, 2021. FERREIRA, R. T. Tecnologias sustentáveis para o campo. Editora AgroTech, 2020. JONES, S.; SMITH, T. Building IoT Projects with Raspberry Pi and Python. O'Reilly Media, 2021. SINGH, B. Smart Agriculture: Leveraging IoT with Python and Raspberry Pi. International Journal of Computer Applications, v. 175, n. 7, p. 10-17, 2020.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VII da UNIFIPMoc/Afya

CLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE SOLOS BRASILEIROS COM O SISTEMA CLASSOLOSBR

SILVA, Alex Fabiano¹; FROES, Bruno Pimenta¹; FRANCO, Victor Gabriel Moreira¹; SANTOS, Roberto Euclides Amaral¹; OLIVEIRA, Gilzirene Simone².

¹Acadêmico do curso de Engenharia da Computação da UNIFIPMoc

² 2 Professor do curso de Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A correta classificação dos solos é essencial para práticas agrícolas sustentáveis e manejo adequado do solo. No Brasil, utiliza-se o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS), desenvolvido pela Embrapa, atualmente em sua 5ª edição (2018). Contudo, sua aplicação demanda conhecimento técnico especializado, o que dificulta o uso por estudantes e profissionais em formação. Diante disso, surgiu a necessidade de uma ferramenta digital acessível e eficiente que auxilie na classificação de solos, democratizando o conhecimento pedológico. **Objetivo(s):** Desenvolver um sistema computacional capaz de realizar a classificação taxonômica automatizada de solos brasileiros com base no SiBCS, facilitando o acesso à informação e apoiando a tomada de decisões no setor agrícola. **Métodos:** O sistema, chamado ClasSolosBR, foi desenvolvido em Python com arquitetura modular e interface gráfica construída com PySide6. Ele integra algoritmos de processamento de linguagem natural, banco de dados pedológicos e mapa de solos da Embrapa. A ferramenta permite a entrada de dados morfológicos, físicos e químicos de amostras de solo, e realiza a classificação automática conforme os critérios do SiBCS. A estrutura modular facilita manutenção, expansão e atualização da base de conhecimento. **Resultados:** O ClasSolosBR conta com cinco módulos principais: Início, Classificar Solo, Resultados, Banco de Solos e Sobre. O sistema demonstrou alto grau de precisão ao comparar suas classificações com análises manuais realizados por especialistas. Além disso, permite visualização clara dos dados e exportação dos resultados. A interface gráfica foi desenvolvida com foco na usabilidade e clareza, utilizando recursos visuais e validação de dados para auxiliar o usuário. **Considerações Finais/Conclusões:** O ClasSolosBR representa um avanço significativo no ensino e prática da pedologia, facilitando o uso do SiBCS por diferentes perfis de usuários. A ferramenta contribui para a formação de profissionais qualificados e para o uso mais eficiente do solo. Futuramente, pretende-se integrar aprendizado de máquina, ampliar o banco de dados com exemplos regionais e permitir conexão com sistemas geográficos.

Palavras-chave: Solos. Automação. Classificação. Pedologia. Tecnologia.

Referências: SANTOS, H. G. dos et al. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 5. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 356 p.
EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Manual de métodos de análise de solo. 3. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa, 2017. 574 p.
MATTHES, E. Curso Intensivo de Python: Uma introdução prática e baseada em projetos à programação. São Paulo: Novatec Editora, 2019.
RAJ, S. Construindo Chatbots com Python: Usando Natural Language Processing e Machine Learning. São Paulo: Novatec Editora, 2019

AUTOMAÇÃO NA IRRIGAÇÃO: EFICIÊNCIA HÍDRICA NA AGRICULTURA

NORMANDO, Maria Eduarda Claudino¹; PEREIRA, Felipe França de Andrade¹; RAMOS, Pedro Câmara Dias¹; RAMOS, Sandro Câmara Dias¹; SILVA, Pedro Henrique Moreira¹; SOARES, Anne karoliny Durães¹; OLIVEIRA, Gilzirene Simone².

¹ Acadêmico do curso de Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso de Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: A agricultura é uma das atividades que mais demandam uso de água, enfrentando desafios significativos relacionados à escassez e ao desperdício hídrico. A gestão eficiente desse recurso é fundamental para garantir a sustentabilidade das produções agrícolas, especialmente em regiões afetadas por estiagens ou distribuição irregular das chuvas. Nesse cenário, tecnologias de automação surgem como alternativas viáveis para promover o uso racional da água e melhorar os índices de produtividade rural. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da automação na irrigação como ferramenta para mitigar o desperdício de água na agricultura e promover maior eficiência na utilização dos recursos hídricos. **Métodos:** A pesquisa consistiu em revisão bibliográfica e análise de soluções tecnológicas voltadas para irrigação automatizada. Foram observadas ferramentas acessíveis a pequenos e médios produtores, incluindo sensores de umidade, controladores eletrônicos e sistemas de irrigação por gotejamento conectados a dispositivos móveis. **Resultados:** Os estudos demonstraram que a automação na irrigação possibilita a redução significativa do consumo de água, ao permitir a irrigação conforme a necessidade real das plantas. Além disso, promove o monitoramento constante das condições do solo e clima, otimizando o manejo agrícola e contribuindo para a sustentabilidade da produção. Pequenos produtores também se beneficiam dessas tecnologias devido à crescente acessibilidade e simplicidade de operação. **Considerações Finais/Conclusões:** A adoção de sistemas automatizados de irrigação representa uma estratégia eficiente e sustentável para enfrentar os desafios hídricos na agricultura. Além de reduzir custos e desperdícios, essas tecnologias ampliam as possibilidades de produção e conservação dos recursos naturais, especialmente em um cenário de crescente escassez de água.

Palavras-chave: Automação. Irrigação. Agricultura sustentável.

Referências:

1. Oliveira, M. R. et al. Tecnologias aplicadas à agricultura de precisão. Revista AgroTec, 2021.
2. Silva, J. A. Desafios hídricos no semiárido. Editora UFPE, 2020.
3. Souza, L. C. Sistemas inteligentes no campo. Revista AgroInova, 2022.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VII da UNIFIPMoc/Afya

APLICATIVO DE GESTÃO PARA PRODUTORES RURAIS FAMILIARES

COSTA, Carlos Manoel Fonseca¹; SANTOS, Henrique Alexander Batista Soares¹; RODRIGUES, João Vitor Félix¹; OLIVEIRA, Gilzirene Simone²

¹Acadêmicos do curso de Engenharia da Computação da UNIFIPMoc/Afya

²Professora do curso de Engenharia da Computação da UNIFIPMoc/Afya

Introdução/Justificativa: A agricultura familiar é uma base essencial para a sustentabilidade do meio rural brasileiro, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos no país. Contudo, muitos pequenos produtores enfrentam dificuldades na gestão produtiva e no uso de tecnologias digitais. A falta de controle e planejamento adequado compromete a eficiência e os resultados das propriedades. Nesse contexto, justifica-se o desenvolvimento de uma solução tecnológica acessível que auxilie na organização, controle financeiro e planejamento agrícola, promovendo melhoria nos processos produtivos. **Objetivo(s):** O objetivo geral do projeto é otimizar os processos de produção agrícola por meio de um aplicativo simples e funcional. Como objetivos específicos, destacam-se: controle da produção agrícola, geração de relatórios financeiros e planejamento estruturado das atividades rurais. **Métodos:** A metodologia aplicada foi ágil, utilizando o framework Scrum com sprints curtas e entregas parciais para facilitar o feedback constante. A prototipação foi realizada no Figma, priorizando a usabilidade para o público-alvo. A aplicação foi desenvolvida com tecnologias como Python, Flutter e Firebase, permitindo integração eficiente entre funcionalidades. Testes foram conduzidos com usuários reais para garantir precisão nos ajustes. **Resultados:** Foi desenvolvido um aplicativo com estrutura robusta, capaz de auxiliar pequenos produtores rurais no controle das atividades agrícolas. A interface intuitiva e o foco na simplicidade de uso contribuíram para a aceitação por parte dos usuários. O cronograma e orçamento foram devidamente planejados e executados, totalizando R\$ 1.650,00. O sistema oferece funcionalidades como gestão da produção, relatórios financeiros e planejamento de safra, impactando diretamente a organização e a produtividade dos agricultores familiares. **Considerações Finais/Conclusões:** O uso da metodologia ágil foi eficaz para o desenvolvimento contínuo e colaborativo do sistema. A solução proposta promove impacto social relevante, contribuindo com a modernização e eficiência da agricultura familiar por meio da tecnologia. O projeto destaca-se pelo alinhamento entre desenvolvimento tecnológico e necessidade real da comunidade rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Aplicativo. Gestão rural. Tecnologia. Produtor.

Referências:

IBGE. Censo Agropecuário 2017.

FERNANDES, J. L. et al. O uso de tecnologia da informação na gestão agrícola. SANTOS, F. L. A gestão de pequenas propriedades rurais no Brasil.

SAÚDE NA PALMA DA MÃO

OLIVEIRA,Luis Felipe¹;QUEIROZ,Pedro¹;
ALVES,Lucas¹ ;COUTINHO,David¹;
SOUZA,Pablo¹;SANTOS,Djalma¹;
OLIVEIRA,Gilzirene²

¹Acadêmico do curso Eng.comp. da instituição Unifip

²Professor do curso Eng.comp. da instituição Unifip

Introdução/Justificativa: A dificuldade no acesso a informações básicas sobre unidades de saúde públicas compromete significativamente o bem-estar da população, pois resulta em atrasos em atendimentos médicos, deslocamentos desnecessários e sobrecarga do sistema de saúde. Nesse contexto, a ausência de um canal centralizado, intuitivo e atualizado contribui para a desinformação da comunidade em relação aos serviços essenciais. **Objetivo(s):** Diante desse cenário, o presente projeto tem como objetivo desenvolver um aplicativo e um site acessíveis, que concentrem informações úteis sobre Unidades Básicas de Saúde, hospitais e farmácias populares. Além disso, pretende-se incluir dados como localização, horários de funcionamento, especialidades disponíveis e formas de acesso por transporte público ou particular. **Métodos:** Para alcançar esse objetivo, foi realizado um levantamento de dados públicos sobre unidades de saúde, seguido de uma análise de usabilidade e aplicação de design centrado no usuário. Com base nisso, o sistema foi projetado para incluir funcionalidades como geolocalização, filtros por especialidade e tipo de serviço, além de um sistema de avaliação feito pelos próprios usuários. Ademais, a construção de parcerias com órgãos públicos visa garantir a atualização constante das informações fornecidas. **Resultados:** Como resultado, foi criado um protótipo de app que centraliza informações sobre saúde, a comunidade participou dos testes, fornecendo valiosos feedbacks valiosos, os ajustes finais tornaram a plataforma mais acessível. Os resultados incluem redução de deslocamentos desnecessários e aumento de acesso à informação. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto contribui diretamente para a democratização da informação em saúde, promovendo maior equidade e eficiência no atendimento público. Seu potencial de impacto está no empoderamento do cidadão e na melhoria da gestão do fluxo nos serviços de saúde.

Palavras-chave: Saúde, Tecnologia, Acessibilidade, Geolocalização, Comunidade.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. ONU. Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. WHO. Digital Health Strategy 2020-2025

DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE PARA PONTOS DE VACINAÇÃO DO MUNICÍPIO

SILVA, Mayam¹; GOMES, João¹; AMORIM, Marília ¹; CORREA, Luis¹; SOARES, Ryan¹; MELO, Paulo¹; OLIVEIRA, Gilzirene².

¹Acadêmicos do curso Engenharia da Computação da instituição Unifipmoc | Afya

²Professor do curso Engenharia da Computação da instituição Unifipmoc | Afya

Introdução/Justificativa: O acesso à vacinação é uma das estratégias mais eficazes para o controle e prevenção de doenças. Apesar disso, muitos cidadãos ainda enfrentam dificuldades para encontrar pontos de vacinação em sua cidade, seja por desinformação ou por barreiras tecnológicas. Considerando esse cenário, percebeu-se a necessidade de desenvolver uma solução tecnológica acessível que otimize esse processo, auxiliando a população a localizar facilmente os locais de vacinação mais próximos. **Objetivo(s):** Desenvolver um aplicativo acessível e intuitivo que ajude a população a localizar os pontos de vacinação mais próximos. **Métodos:** A metodologia adotada envolveu entrevistas com profissionais da saúde e cidadãos, a fim de identificar os principais obstáculos enfrentados no processo de vacinação. A partir desse levantamento, foi realizado o design do aplicativo, priorizando a usabilidade, simplicidade e o acesso rápido às informações mais buscadas, como endereço dos postos, horários de funcionamento e vacinas disponíveis, visando facilitar o uso por diferentes perfis de público. **Resultados:** A versão do aplicativo já permite visualizar os pontos de vacinação ativos, suas informações de funcionamento e os tipos de vacinas disponíveis. A navegação é simples e intuitiva. Os primeiros testes indicam uma aceitação positiva entre os usuários, especialmente responsáveis por crianças, público que frequentemente necessita de informação rápida sobre vacinação. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto demonstrou ser uma ferramenta promissora no apoio à saúde pública, promovendo maior eficiência no acesso à vacinação. A iniciativa reforça a importância da tecnologia como aliada em políticas públicas de saúde e inclusão digital. Futuramente, pretende-se criar uma carteira de vacina digital no próprio aplicativo afim de acompanhar as vacinas já tomadas pelos usuários.

Palavras-chave: Vacinação. Aplicativo. Acesso à Saúde. Tecnologia.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Imunização. OMS. Organização Mundial da Saúde. Cobertura Vacinal e Imunização, 2023. PAHO. Organização Pan-Americana da Saúde. Vacinação e Saúde Coletiva, 2022 <https://butantan.gov.br/noticias/criancas-de-familias-pobres-tem-menos-acesso-a-vacinacao-mostram-pesquisas> <https://www.scielo.br/j/csp/a/fmXWGZq74Vkr9ChXKpKgyDj/> <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/falta-de-tempo-desinformacao-e-dificuldades-de-acesso-sao-barreiras-a-vacinacao-de-criancas-diz-estudo/>

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

ACESSIBILIDADE E SAÚDE: UMA PROPOSTA ATRAVÉS DA TECNOLOGIA.

MOTA, Julia¹; CUNHA, Ana Elisa¹; RODRIGUES, Ramon ¹; MATOS, Thales Daniel¹; MAIA, Pedro Henrique¹; GONÇALVES, Cíça¹; OLIVEIRA, Gilzirene ² ¹Acadêmicos do curso de Engenharia da Computação da instituição Unifipmoc ²Professora do curso de Engenharia da Computação da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A desinformação em saúde ainda é um desafio enfrentado por comunidades em situação de vulnerabilidade, afetando especialmente idosos, pessoas com baixa escolaridade e moradores de áreas periféricas. A ausência de campanhas contínuas e o uso de linguagem técnica dificultam o acesso à informação e, consequentemente, a adoção de práticas preventivas. **Objetivo(s):** Desenvolver um site educativo com foco na prevenção de doenças comuns, utilizando uma linguagem simples, visual acessível e estrutura de fácil navegação, promovendo o acesso à informação confiável e adaptada à realidade da comunidade. **Métodos:** Foram realizadas visitas de campo, rodas de conversa e escuta ativa com os moradores da comunidade, a fim de identificar suas principais necessidades em saúde. O site foi construído com HTML, CSS e JavaScript, priorizando responsividade, leveza e clareza. A proposta foi organizada de modo que o conteúdo seja acessível em diferentes dispositivos, com foco em celulares, principal meio de acesso à internet identificado durante as visitas. **Resultados:** O resultado foi a criação de uma plataforma digital funcional e educativa, reunindo conteúdos sobre doenças como dengue, diabetes e viroses, além de orientações de prevenção e autocuidado. A linguagem utilizada foi acessível, com organização visual clara e objetiva. A ferramenta digital se mostrou útil para ampliar o acesso à informação em saúde, promovendo o conhecimento e fortalecendo a autonomia dos moradores. **Considerações Finais/Conclusões:** A intervenção representou uma forma prática, acessível e inovadora de enfrentar a desinformação em saúde na comunidade. O uso da tecnologia possibilitou a criação de um canal contínuo de comunicação entre o conhecimento científico e a população, incentivando o autocuidado e a prevenção, com potencial para ser replicado em outras comunidades de perfil semelhante.

Palavras-chave: Saúde. Prevenção. Acessibilidade. Informação. Comunidade.

Referências:

SILVA, D. S. da ; TESSER, C. D. Informação e comunicação em saúde: fundamentos e interlocuções com a atenção primária à saúde, 2021. MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Combate à desinformação na área da saúde: uma luta de todos, 07 maio 2024. SANTOS, I. R. dos; PEREIRA, J. D. S.; FERREIRA, L. R. S. et al. Tecnologia da informação e comunicação na promoção da saúde: revisão integrativa, 2023.
<https://www.scielo.org/article/icse/2021.v25/e200806/>
<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/maio/combate-a-desinformacao-na-area-da-saude-uma-luta-de-todos>
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45673>

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

GYMQUEST: MOTIVAÇÃO, IA E IoT APLICADA NA MUSCULAÇÃO

MOTA, Jhonatan¹; FREITAS, Heitor¹; SANTOS, Luiz¹; QUADROS, Renato¹; MARQUES, João Vitor¹; GOMES, Miguel¹; SILVA, Guilherme¹; OLIVEIRA, Gilzirene²

¹Acadêmico do curso de Engenharia de Computação da Unifipmoc | Afya

²Professora do curso de Engenharia de Computação da Unifipmoc | Afya

Introdução/Justificativa: A baixa adesão à musculação é um desafio comum, muitas vezes causado por falta de motivação e acompanhamento personalizado. Inspirado em plataformas como Duolingo, Strava e aplicativos como Nike e Adidas Running, o *GymQuest* propõe uma abordagem que une gamificação, Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IoT) e o conceito de redes sociais, tornando os treinos mais envolventes, personalizados e eficazes. **Objetivo(s):** Desenvolver um app mobile (Android e iOS) para musculação, com foco em motivação e personalização. O sistema emprega IA para prescrição de treinos, integração com dispositivos vestíveis para coleta de dados fisiológicos e recursos de gamificação para engajamento contínuo. **Metodologia:** O projeto seguiu a metodologia ágil SCRUM, dividido em sprints. As features foram definidas com base em pesquisa com potenciais usuários. O protótipo foi criado no Figma e o app desenvolvido em React Native (frontend) e PHP (backend), com banco de dados relacional MySQL. **Resultados:** A versão funcional foi testada internamente pela equipe, permitindo avaliar sua proposta. Os testes indicaram que a integração entre gamificação, IA e IoT pode aumentar o engajamento e a personalização. As funcionalidades mostraram viabilidade técnica e boa integração, ratificando o seu conceito para eventuais validações futuras. **Conclusões:** O aplicativo demonstrou potencial como ferramenta para motivar e apoiar a prática de musculação. Ainda em fase pré-lançamento, sua versão funcional mostrou aplicabilidade real. A combinação de tecnologias emergentes e elementos lúdicos resultou em uma experiência integrada de bem-estar, tecnologia e socialização. Futuramente, pretende-se ampliar as integrações com dispositivos IoT e aprimorar o modelo de IA com dados reais dos usuários.

Palavras-chave: Gamificação. Inteligência Artificial. IoT. Musculação. Aplicativos.

Referências: FARIAS, C. A. Gamificação e Tecnologia na Promoção da Atividade Física: Revisão Sistemática. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde.

SILVA, T. R. et al. *Internet das Coisas em Saúde e Bem-estar*. Journal of Health Informatics, 2019.

Saúde Conectada: Sistema Inteligente de Gestão e Lembretes para Clínicas.

LABOISSIERE, Vitor¹; MENDES, Marcelo¹; DANTAS, João Victor¹; PANAYOTIS, George¹; PINHEIRO, Pedro¹; OLIVEIRA, Gilzirene²

¹Acadêmico do curso de Engenharia de Computação da Unifipmoc | Afya

²Professora do curso de Engenharia de Computação da Unifipmoc | Afya

Introdução/Justificativa: O projeto Saúde Conectada: Sistema Inteligente de Gestão e Lembretes para Clínicas surgiu da necessidade de enfrentar problemas recorrentes em clínicas de pequeno e médio porte, como a desorganização nos pós atendimento, a alta taxa de faltas em consultas e a falta de comunicação eficiente com os pacientes. Em regiões como Montes Claros, observou-se que muitas clínicas ainda utilizam métodos manuais e pouco tecnológicos, o que compromete a continuidade do cuidado e a eficiência operacional. Diante desse cenário, o projeto propõe integrar tecnologia à saúde de forma acessível, oferecendo uma solução prática, econômica e eficaz que beneficie tanto a gestão clínica quanto o bem-estar dos pacientes. **Objetivo(s):** O principal objetivo é desenvolver um sistema inteligente que automatize lembretes de consultas, retornos e vencimentos, além de gerar relatórios organizacionais e melhorar a comunicação entre clínicas e pacientes. Busca-se também fidelizar os pacientes por meio de um acompanhamento mais eficaz, reduzir faltas, otimizar o tempo das equipes e aumentar a eficiência da gestão. **Métodos:** A metodologia incluiu visitas a campo em clínicas da região, aplicação de questionários a gestores e profissionais da saúde, análise de artigos científicos, estudo de casos de sucesso e benchmarking com sistemas já existentes. Foram estabelecidas métricas como tempo de resposta pós-consulta, nível de satisfação dos pacientes, taxa de retorno ao serviço e tempo médio entre o atendimento e o contato de acompanhamento. Essas informações orientaram o desenvolvimento de um software adequado à realidade regional. **Resultados:** Os dados revelaram que a maioria das clínicas entrevistadas reconhece a importância de um sistema automatizado, mas ainda enfrenta dificuldades em implementá-lo por falta de tempo, recursos ou conhecimento técnico. A aceitação da proposta foi positiva, e os testes iniciais com lembretes automatizados indicaram redução nas faltas e maior engajamento dos pacientes com o tratamento. Houve também ganhos em eficiência operacional e comunicação, além de aumento na satisfação dos usuários. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que a adoção de um sistema inteligente de gestão e lembretes é viável e necessária para modernizar o funcionamento das clínicas, especialmente em regiões com grande demanda e baixa digitalização. A proposta contribui para melhorar a qualidade do atendimento, fortalecer o vínculo clínico-paciente e promover a humanização do cuidado. Apesar das barreiras, como resistência à tecnologia e necessidade de capacitação das equipes, os resultados demonstram alto potencial de impacto positivo.

Palavras-chave: Automação, Gestão Clínica e Pós-atendimento.

Referências: PIRES, M. O. et al.. Desenvolvimento e validação de software web de apoio à gestão da assistência pré-natal.

ActaPaulista de Enfermagem, v. 37, p. eAPE01111, 2024.

CERDEIRA, Ana Karina Lima Alves. SisperaH: Sistema Inteligente de Gestão de Lista de Espera Hospitalar: regulação de leitos, lista de espera, gestão e inovação em saúde. 2020. 112f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Inovação em Saúde) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

ARAYA, Alan Matheus Pinheiro; CHUPEL, Jonas Samuel; CARVALHO, Deborah Ribeiro; DALLAGASSA, Marcelo Rosano; IOSHII, Sergio Ossamu. Sistema Inteligente para apoio em Auditoria de Contas Médicas. Journal of Health Informatics, Brasil, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <https://jhi.sbis.org.br/index.php/jhi-sbis/article/view/394>. Acesso em: 21 maio. 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

SISTEMA DE TRIAGEM INTELIGENTE PARA UNIDADES REMOTAS DE SAÚDE

Hiago Borges Soares ¹; Heitor Almeida Souza ¹; Daniel Pena Rocha ¹; Rafael Franklin Gomes Cruz ¹; Lucas Barbosa Oliveira¹; John Lucas ¹; Herbert Souza Silva ².

¹ Acadêmico do curso Engenharia de Computação da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Engenharia de Computação da instituição UNIFIPMoc/Afya

O acesso à saúde em regiões remotas do Brasil ainda enfrenta limitações estruturais, como falta de profissionais e triagem adequada. Diante disso, tecnologias emergentes como a inteligência artificial (IA) têm se mostrado promissoras ao oferecer suporte à análise clínica e à priorização de atendimentos. A implementação de sistemas inteligentes pode ser uma estratégia viável para otimizar os recursos e melhorar a qualidade dos serviços prestados em unidades de saúde isoladas. Este estudo teve como objetivo propor um sistema de triagem automatizado, capaz de otimizar o atendimento inicial, priorizar casos graves e oferecer orientações imediatas aos pacientes. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, com natureza exploratória e descritiva. A fundamentação teórica baseou-se em revisão de literatura e, para obtenção de dados primários, foi aplicado um questionário estruturado a 50 participantes, com idades entre 18 e 30 anos, no período de 7 a 22 de abril de 2025. As perguntas buscaram avaliar a percepção, aceitação e preocupações em relação ao uso da IA na triagem médica. A análise dos dados demonstrou que 90% dos participantes acreditam que a IA pode melhorar o atendimento médico. 76% confiam em sistemas automatizados de triagem, e 48% destacaram a redução do tempo de espera como principal vantagem. As preocupações mais recorrentes foram os riscos de erro no diagnóstico (44%) e privacidade de dados (36%). Além disso, 88% acreditam que tais sistemas podem salvar vidas e 80% se sentem confortáveis em receber orientações automatizadas. Os resultados indicam que os sistemas de triagem inteligente baseados em IA têm grande potencial de aceitação social e podem contribuir significativamente para a melhoria do atendimento em áreas remotas. A proposta inicial do programa inclui uma interface simples para registro de sintomas e sinais vitais, com algoritmos para classificar o nível de urgência e recomendar condutas básicas, mesmo sem a presença imediata de um profissional. No entanto, desafios como conectividade, segurança da informação e capacitação técnica ainda precisam ser superados. O estudo reforça a importância da inovação tecnológica no fortalecimento da saúde pública e sugere aprofundamento em estudos futuros para a validação prática desses sistemas.

Palavras-chave: Triagem Inteligente. Inteligência Artificial. Saúde Remota.

Referências:

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MELO, M. C. H. de. O impacto da inteligência artificial na melhoria do diagnóstico e tratamento de doenças em pacientes. Revista Amor Mundi, 2023. SOU ENFERMAGEM. Importância da classificação de risco. 2024. Disponível em: <https://www.souenfermagem.com.br/protocolo-de-manchester/importancia-da-classificacao-de-risco/>. Acesso em: 6 maio 2025.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEORREFERENCIADA PARA DENÚNCIAS DE FOCOS DE DENGUE

SANTOS, Luiz Gustavo Oliveira¹; FONSECA, Gabriel Soares¹; SANTOS, Luiz Felipe Pereira¹; BIE, Nicolas Fernandes¹; ALMEIDA, Marcelo Talles Teixeira¹; OLIVEIRA, Gilzirene Simone²
¹ Acadêmico do curso de Engenharia de Computação da Unifipmoc | Afya
² Professora do curso de Engenharia de Computação da Unifipmoc | Afya

Introdução/Justificativa: A dengue representa um desafio significativo para a saúde pública, exigindo ações integradas entre a população e as autoridades sanitárias, especialmente na atenção primária à saúde, que atua como primeiro ponto de contato para prevenção, identificação e encaminhamento dos casos. Soluções digitais colaborativas podem ampliar a eficácia dessas ações, promovendo o engajamento comunitário e a rapidez na resposta aos surtos. **Objetivo(s):** O principal objetivo do Dengue Zero é a criação de um site capaz de engajar a população e facilitar o trabalho dos agentes de saúde e de zoonoses, assegurando o monitoramento atualizado e segmentado por bairro para apoiar a atenção primária no planejamento e execução de medidas preventivas. **Métodos:** A plataforma foi construída utilizando Django, banco de dados SQLite3 e TailwindCSS para interface, com versionamento via GitHub. Cidadãos podem registrar denúncias de focos do mosquito e casos de dengue, com geolocalização automática por bairro através da API Geopy. Agentes de saúde e zoonoses acessam o sistema via login para cadastro de ocorrências a partir do CEP, sendo que agentes de zoonoses também podem encerrar denúncias de focos após inspeção. O site inclui ainda páginas educativas sobre sintomas, tratamento e prevenção da dengue, contribuindo para a conscientização da comunidade. **Resultados:** O Dengue Zero oferece mapeamento georreferenciado das ocorrências, autenticação diferenciada para usuários e agentes, além de demonstrar usabilidade e confiabilidade em testes iniciais. A ferramenta potencializa a atuação da atenção primária ao fornecer dados organizados para intervenções mais direcionadas e eficazes. **Considerações Finais/Conclusões:** A plataforma representa uma solução escalável e colaborativa que integra população e autoridades, fortalecendo a vigilância da dengue e ampliando o alcance das ações da atenção primária à saúde. O uso de tecnologias livres facilita sua replicação e adaptação, contribuindo para a redução dos impactos da doença nas comunidades.

Palavras-Chave: Dengue, Geolocalização, Plataforma-Web, Denúncias Comunitárias.

Referências: MEDEIROS, Eduardo Alexandrino. Desafios no controle da epidemia da dengue no Brasil. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 37, 2024. Editorial. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2024EDT012>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dengue. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue>. Acesso em: 21 maio 2025.

ALERTADENGUE. Situações de Casos Estimados. Disponível em: <https://info.dengue.mat.br/>. Acesso em: 21 maio 2025.

DISCUSSÃO SAÚDE: FÓRUM PARA MÉDICOS E RESIDENTES

MELGAÇO, Pedro Henrique ¹; LEMOS, Daniel ¹; SANTOS, João Francisco ¹; NUNES, Victor Matheus ¹;
GONÇALVES, Matheus ¹;

SIMONE OLIVEIRA, Gilzirene ²

¹ Acadêmico do curso de Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso de Projeto de Extensão II da instituição UNIFIPMOC

Introdução/Justificativa: A residência médica é um período desafiador, onde jovens médicos enfrentam situações complexas sem suporte adequado. A falta de espaços seguros para discussão leva a erros evitáveis e desgaste emocional. **Objetivo:** Nosso projeto propõe criar um fórum online exclusivo para médicos residentes e experientes, facilitando a troca de conhecimentos e o apoio mútuo. Esta plataforma inovadora permitirá discussões éticas de casos reais, atualização científica constante e análise coletiva de condutas, sempre com respeito à privacidade dos pacientes. Utilizaremos tecnologias de inteligência artificial para anonimização de dados e sistemas de moderação especializada. **Métodos:** A implantação ocorreu em fases: primeiro uma pesquisa com profissionais para identificar necessidades específicas, seguida da discussão para avaliar uma autenticação segura via CRM. Todas as etapas serão validadas por comitês de ética e especialistas jurídicos para garantir total conformidade com a LGPD e normas do Conselho Federal de Medicina. Estabelecemos parcerias estratégicas com hospitais universitários e sociedades médicas para ampliar o alcance da plataforma. O sucesso do projeto foi medido através da aceitação dos pesquisados com qualidade das interações, e impacto na formação dos residentes. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto visa uma comunidade colaborativa, melhorando atendimento, reduzindo isolamento e fortalecendo a formação médica, unindo tecnologia, ética e prática clínica de forma inovadora.

Palavras-chave: Fórum médico. Residência médica. Colaboração. Ética. Tecnologia.

Referências:

SERMO. *The Largest Global Network for Doctors*. Disponível em: <https://www.sermo.com>.

Acesso em: 20 de Abr. 2025

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. *Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/13709.htm.

Acesso em: 20 de Abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). Resolução nº 2.217, de 27 de setembro de 2018. *Código de Ética Médica: disposições sobre sigilo médico e troca de informações entre profissionais*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 2018.

Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/>. Acesso em: 20 de Abr. 2025

MINHA CARTEIRA DE SAÚDE: SISTEMA DIGITAL DE GESTÃO MÉDICA

Quaresma J. P. M¹; Silva W. R. D.¹; Lima T. S. L.¹; Pinto K. L. C.¹; Reis J. P. S. D.¹; Silva G. R.¹; Oliveira G. S.².

¹ Acadêmico do curso de Engenharia da Computação da UNIFIPMoc/Afya

² Professora do curso de Engenharia da Computação da UNIFIPMoc/Afya

A dificuldade de organização e controle do histórico médico representa um desafio para pacientes e profissionais de saúde, agravada pela descentralização das informações entre clínicas e hospitais, que dificulta o acesso aos dados. A falta de padronização nos registros e a desorganização por parte dos pacientes comprometem o cuidado contínuo, especialmente quando há troca frequente de médicos, resultando em diagnósticos imprecisos e repetição desnecessária de exames. Diante disso, o objetivo é desenvolver um aplicativo que centralize o histórico médico dos pacientes em um sistema padronizado, unindo consultas, exames e tratamentos em um formato mais claro, com a possibilidade de permitir a visualização dos dados por profissionais e pessoas a critério do paciente. Para isso, foi realizada pesquisa de campo identificando necessidades de pacientes e profissionais, além de discussões com especialistas, incluindo a Dra. Brenda De Souza Lima, médica pediatra com 15 anos de experiência clínica, e Erika Lopes, administradora com vasta experiência na gestão de múltiplos hospitais da região. A solução foi desenhada considerando segurança de dados e usabilidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), seguindo metodologias ágeis com documentação, criação do aplicativo e estratégias de divulgação. Os resultados da pesquisa indicaram ausência de soluções adequadas no mercado, enquanto as discussões confirmaram que a falta de integração entre sistemas impacta diretamente a qualidade do diagnóstico. O aplicativo desenvolvido oferece acesso temporário para médicos e resumo automático do histórico, beneficiando principalmente pacientes crônicos e idosos que frequentam diferentes áreas da saúde. O projeto "Minha Carteira de Saúde" emerge como ferramenta transformadora na gestão da continuidade assistencial, preenchendo uma lacuna significativa no sistema de saúde atual. A centralização do histórico médico pode reduzir erros, evitar repetições de exames e otimizar tratamentos, contribuindo para a redução de custos e maior eficiência do sistema de saúde. O potencial de expansão para redes hospitalares inteiras é significativo, sendo que seu sucesso dependerá da adesão da comunidade, fator que será monitorado através de métricas de uso e satisfação.

Palavras-chave: Histórico médico. Aplicativo móvel. Saúde digital.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. **Meu SUS Digital**. 2025. Disponível em: meusdigital.saude.gov.br. Acesso em: 20 abr. 2025.
SAMSUNG. **Samsung Health**. Versão 6.22.0.065, 2025.
APPLE. **Apple Saúde**. iOS Versão 18.0, 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

INTERBOTTLE

Caio Henrique Rodrigues Nunes ¹; Caio Rodrigues Fernandes Calixto¹; João Arthur Ribeiro Gomes¹;
Helder Lopes Oliveira ²

¹ Acadêmico do curso engenharia da computação da instituição Unifipmoc

² Professor do curso engenharia da computação da instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A hidratação é essencial para o funcionamento adequado do organismo, influenciando a regulação térmica, funções cognitivas, digestivas e circulatórias. Apesar disso, estudos indicam que a maioria da população brasileira consome água abaixo do recomendado. Isso está relacionado à rotina agitada, esquecimento e falta de ferramentas acessíveis para lembrete e controle. Embora existam aplicativos e garrafas inteligentes no mercado, muitos dependem de entrada manual ou apresentam alto custo, limitando sua adoção por parte da população. **Objetivo:** Desenvolver um dispositivo de baixo custo, baseado em tecnologia simples, capaz de alertar o usuário sobre a necessidade de ingestão de água de forma periódica, sem exigir interação constante ou aplicativos complementares. **Métodos:** Foi utilizado um microcontrolador Arduino Uno, com sensor ultrassônico HC-SR04 posicionado na parte superior de uma garrafa para medir a distância da água até a tampa. Quando o sistema detecta ausência de variação no nível da água por um período pré-configurado (simulando falta de consumo), um buzzer é ativado, emitindo um alerta sonoro. A programação foi feita na IDE do Arduino, e os testes foram realizados com diferentes volumes, recipientes e tempos de intervalo para validação da resposta do sistema. **Resultados:** O sistema demonstrou desempenho consistente, identificando corretamente a ausência de consumo e emitindo alertas eficazes. O dispositivo apresentou custo de produção inferior a R\$ 150,00, sendo leve, portátil e com possibilidade de personalização. O protótipo não depende de aplicativos nem de conexão com internet, tornando-o ideal para contextos com baixa conectividade ou usuários menos familiarizados com tecnologia. **Conclusão:** A solução proposta representa uma alternativa viável e inclusiva às opções já existentes no mercado, atendendo especialmente públicos que necessitam de lembretes constantes para hidratação, como idosos, estudantes e trabalhadores em ambientes quentes. Além disso, o projeto contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3), promovendo bem-estar por meio de uma tecnologia simples e acessível.

Palavras-chave: Hidratação, Sensor de nível, Garrafa inteligente.

Referências: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Hidratação e Saúde. Disponível em: [<https://www.gov.br/saude>] Acesso em: 20 mai. 2025.

FIOCRUZ. Impacto da hidratação na saúde da população brasileira. Disponível em: [<https://www.fiocruz.br>]. Acesso em: 20 mai. 2025.

SCIELO. A relação entre consumo de água e bem-estar. Disponível em: [<https://www.scielo.org>]. Acesso em: 20 mai. 2025.

HELP+

João Paulo Santos Botelho¹; Pedro Henrique Barbosa de Sousa¹; Tales Coutinho Carlos¹; Juan Sobral Costa¹; Luiz Fernando Mendes Nobre¹
Herbert Souza e Silva²

¹Discente do Curso de Engenharia da Computação do Centro universitário FIPMoc

²Docente do Curso de Engenharia da Computação do Centro universitário FIPMoc

A aplicação da tecnologia na área da saúde, vem resultando na otimização e evolução desde métodos de pesquisa até no processo de criação e fabricação de vacinas, possibilitando adquirir no processo um amplo conhecimento nas mais diversas áreas da saúde. Neste estudo, a programação é utilizada na criação de um aplicativo que busca facilitar o acesso e compartilhamento de dados médicos de um paciente, como por exemplo, históricos e resultados de exames, chamado *Help+*. Além disso, o aplicativo permite que o usuário saiba a localização de hospitais, histórico de consultas e medicamentos. Do mesmo modo, este estudo procura implementar ao aplicativo a *Near Field Communication*, conhecida como NFC, através de uma pulseira. O NFC é uma tecnologia de comunicação sem fio que permite a troca de informações entre dispositivos quando estão próximos (até 10 centímetros). Assim que implementada ao aplicativo e ativada pelo usuário através da conexão com a pulseira, é gerado um token, que liberado o acesso e compartilhamento de dados do paciente podem ser obtidos pelo hospital, através da aproximação da pulseira com receptor de dispositivo NFC, facilitando o acesso até em casos de emergência. Deste modo, foi iniciado o processo de escrita do código, utilizando Java Script, como linguagem de programação para a criação do aplicativo e o *Framework React Native* para o desenvolvimento do aplicativo, criando um banco de dados para o armazenamento de dados dos usuários. Durante o processo, foram avaliados diferentes modelos de pulseiras com tecnologia NFC, para o desenvolvimento do protótipo e execução de testes do aplicativo além de avaliar o desempenho da tecnologia em possibilitar a conexão entre pulseira e smartphone, se destacando um modelo emborrachado com tecnologia NFC que proporciona qualidade e eficiência, trazendo conforto e estilo, devido a estética e versatilidade do modelo, apresentando-se como uma opção economicamente viável e de qualidade. Assim, as perspectivas futuras do projeto demonstram potencial, ao possibilitar a continuidade dos estudos e expansão do aplicativo, permitindo a criação de novas funções, bem como, possibilitando o seu uso por hospitais após o alinhamento de parcerias, além da possibilidade de projeção nacional, com possível utilização em programas do governo federal. Além disso, demonstra como a tecnologia, quando bem empregada e utilizada de maneira eficiente, pode possibilitar a otimização e evolução de setores da saúde.

Palavras chave: *React native*. Emergência médica. Pulseira NFC, *Framework*. Saúde. Aplicativo móvel. Aplicativos para saúde

APLICATIVO PARA MONITORAMENTO EMOCIONAL

Pacheco, Anne Karoline¹; Veloso, Maria Fernanda Bicalho¹; Mendes, Gustavo Caiuã Martins¹; Peixoto, Gustavo Maia¹; Silva, Hebert Souza².

¹ Acadêmico do curso de Engenharia da Computação da UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso de Engenharia da Computação da UNIFIPMoc /Afya

A saúde mental tem ganhado crescente atenção nas últimas décadas, especialmente diante do aumento dos índices de ansiedade, depressão e outros transtornos psíquicos. Nesse cenário, a tecnologia surge como uma aliada no cuidado emocional, especialmente no estímulo ao autoconhecimento e à autorreflexão. Ferramentas digitais podem auxiliar os próprios usuários a registrarem e reconhecerem seus sentimentos, pensamentos e estados emocionais de forma regular. Aplicativos de rastreamento pessoal, como o *Clue* — utilizado para monitoramento do ciclo menstrual —, inspiram soluções voltadas ao bem-estar psicológico, não por seu conteúdo, mas pelo modelo de interface simples e intuitivo. Desta forma, este estudo tem como objetivo desenvolver um aplicativo de saúde mental voltado ao monitoramento pessoal de sentimentos, pensamentos e estados emocionais, promovendo a autonomia do usuário e facilitando, quando necessário, o compartilhamento desses dados com profissionais como psicólogos e psiquiatras. Foi adotada uma abordagem de *design* centrado no usuário, com base em pesquisas sobre práticas de autocuidado digital e experiências de uso em aplicativos semelhantes. Desenvolveu-se uma interface inspirada em modelos visuais de aplicativos como o *Clue*, adaptando-os ao contexto psicológico. O desenvolvimento foi realizado utilizando o *Framework Flutter*, permitindo compatibilidade multiplataforma. O aplicativo permite registros subjetivos como humor, pensamentos, qualidade do sono e eventos marcantes. Os *check-ins* podem ser feitos diariamente ou conforme a necessidade do usuário, como em momentos de alteração emocional ou surgimento de sintomas. Além disso, uma versão profissional possibilita que psicólogos e psiquiatras, mediante autorização do paciente, acessem os dados registrados, visualizando gráficos e padrões emocionais para auxiliar no acompanhamento terapêutico. Os testes iniciais com usuários simulados indicaram que o aplicativo é funcional, fácil de usar e promove maior consciência sobre o estado emocional ao longo do tempo. O potencial do aplicativo como apoio complementar ao acompanhamento psicológico foi destacado durante a fase de prototipagem. O aplicativo proposto representa uma inovação no cuidado com a saúde mental ao unir rastreamento emocional pessoal e possibilidade de integração com o acompanhamento profissional. Estimula o autoconhecimento, promove a continuidade do cuidado e pode contribuir para intervenções mais eficazes.

Palavras-chave: Saúde Mental. Aplicativo. Autoconhecimento.

Referências:

BAUMEISTER, H. et al. *The digital revolution in mental health care. European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 2020.

MORRIS, M. E. et al. *Mobile therapy: case study evaluations of a cell phone application for emotional self-awareness. Journal of Medical Internet Research*, 2010.

SOUZA, V. S. de et al. Aplicativos móveis para saúde mental: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 2022.

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE TRIAGEM INTELIGENTE EM ÁREAS DA SAÚDE

Isabella Caroline Durães Ribeiro ¹; Mateus Costa Guimarães ¹; Pedro Henrique Santos Oliveira Jacomo ¹; Herbert Souza e Silva².

¹ Acadêmico do curso de Engenharia da Computação do Centro Universitário FipMoc

² Professor do curso de Engenharia da Computação do Centro Universitário Fipmoc

Diante dos desafios enfrentados por unidades de saúde localizadas em regiões remotas, especialmente no que se refere à limitação de recursos e à dificuldade de acesso rápido a serviços médicos especializados, surgiu a necessidade de desenvolver soluções tecnológicas capazes de otimizar os processos de atendimento. Nesse contexto, foi criado um sistema de triagem inteligente, cujo principal objetivo é aprimorar a identificação e a priorização de casos clínicos, garantindo maior eficiência e agilidade no cuidado aos pacientes. A proposta busca não apenas facilitar o trabalho dos profissionais de saúde, mas também oferecer uma resposta mais rápida às demandas emergenciais, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados nessas localidades. Para o desenvolvimento do sistema, foram utilizados algoritmos de inteligência artificial treinados a partir de bases de dados clínicos, capazes de analisar os sintomas relatados pelos pacientes e classificá-los de acordo com o nível de gravidade. A aplicação prática dessa ferramenta tem como objetivo impactar na redução significativa do tempo de espera e na otimização do fluxo de atendimento, permitindo que situações críticas sejam rapidamente identificadas, mesmo em ambientes com recursos limitados. Além disso, o sistema demonstrou ser eficiente na coleta e organização de dados clínicos, o que pode favorecer futuramente o monitoramento epidemiológico e a detecção precoce de padrões de doenças na região. Conclui-se portanto, que a implementação desse sistema representa um avanço relevante para a saúde pública em áreas remotas, oferecendo suporte à tomada de decisões e contribuindo para um atendimento mais humanizado, ágil e eficaz.

Palavras-chave: Saúde. Implementação. Sistema de triagem. Serviços médicos.

Referências: SILVA, A. F.; SOUZA, M. R. **Sistemas Inteligentes Aplicados à Saúde:** Uma Revisão de Tecnologias em Áreas Remotas. Revista Brasileira de Informática em Saúde, v. 16, n. 2, 2020.

OLIVEIRA, P. H.; SANTOS, L. M. **Aplicações de Inteligência Artificial no Suporte à Decisão Clínica.** Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 9, 2020. PEREIRA, C. A.; LIMA, J. S. **Tecnologias de Saúde para Regiões Isoladas:** Desafios e Perspectivas. Revista de Saúde e Tecnologia, v. 8, n. 1, 2021.

MENTESÃ: PLATAFORMA DE APOIO PSICOLÓGICO ONLINE

Silva, Júlio César Rabelo ¹; Rodrigues, Matheus Fernando Almeida ¹; Silva, Vinícius Neres ¹; César, Vitor Rodrigues Botelho ¹; Soares, Kauã Santos ¹; Fonseca, Samuel do Amaral ¹; Silva, Herbert Souza ².

¹ Acadêmico do curso Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc/Afya

O acesso à saúde mental no Brasil enfrenta obstáculos como altos custos, estigma social e limitações geográficas, dificultando o atendimento psicológico a grande parte da população. As Tecnologias da Informação e Comunicação oferecem potencial para enfrentar esses desafios. O projeto MenteSã propõe uma plataforma online gratuita, conectando usuários sob pseudoanonimato a psicólogos voluntários validados. A iniciativa buscou reduzir barreiras financeiras e superar obstáculos relacionados à privacidade, como o medo da exposição, promovendo acesso ético e seguro à saúde mental, em conformidade com a legislação brasileira. O objetivo geral deste estudo foi desenvolver a plataforma MenteSã, uma solução online gratuita que conecta usuários sob pseudoanonimato a psicólogos voluntários, promovendo acesso ético e seguro à saúde mental. Os objetivos específicos incluíram: descrever sua arquitetura e funcionalidades; garantir a conformidade com normas legais (LGPD, ECA) e éticas (Resolução CFP nº 09/2024); propor estratégias de engajamento para usuários e voluntários; e analisar desafios e potencialidades do modelo. Este estudo desenvolveu uma plataforma *web* segura, baseada em arquitetura de microsserviços. Foram definidos módulos para gestão de usuários e psicólogos, agendamento e comunicação (*chat* seguro e vídeo com consentimento mútuo). O desenvolvimento do cadastro do usuário é básico, com verificação de nome e idade e, quando necessário, consentimento parental. Psicólogos terão CRP e formação verificados. A plataforma seguiu o princípio de *privacy by design*, em conformidade com a LGPD e a Resolução CFP nº 09/2024. A plataforma ampliará o acesso ao apoio psicológico, especialmente para grupos vulneráveis, reduzindo barreiras econômicas e sociais. A verificação da identidade dos psicólogos assegurará a qualidade e responsabilidade. São evidenciadas a viabilidade do modelo voluntário, a importância da segurança digital, os desafios de moderação e a avaliação da eficácia do suporte oferecido. Limitações como a ausência de atendimento emergencial também foram destacadas. O projeto MenteSã representa uma proposta inovadora para democratizar o acesso à saúde mental no Brasil. Ao aliar gratuidade, pseudoanonimato e voluntariado qualificado em uma plataforma ética e segura, busca-se oferecer um recurso valioso à população. O sucesso da proposta está vinculado à implementação cuidadosa, ao compromisso dos profissionais envolvidos e à gestão contínua da plataforma.

Palavras-chave: Saúde Mental. Apoio Psicológico.

Referências: BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP nº 09/2024. Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meio de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP nº 11/2018. Brasília, DF: CFP, 2024.

PIETA, M. A. M.; GOMES, W. B. Psicoterapia pela Internet: viável ou inviável? Psicologia: Ciência e Profissão, 2014.

CURSO DE ENGENHARIAS – RESUMOS EXPANDIDO

APLICAÇÃO DA REDE NEURAL ARTIFICIAL DO TIPO LSTM PARA PREVISÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rogério Santos Maciel¹; Victor Lucas Fernandes¹; Luiz Henrique de Souza²; Eliana Ramos Figueiredo³; Tatiane Rodrigues de Abreu⁴; Suelaine Barbosa de Oliveiras; Lorena Bianca Chaves Barbosa⁵; Maria Cecília Fernandes Dias⁷. 1. Mestrado em modelagem computacional - Unimontes 2. Doutorado em engenharia agrícola- Universidade Federal de Viçosa 3. Licenciatura em química- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais 4. Mestrado em produção vegetal- Universidade Federal de Minas Gerais 5. Mestranda em Alimentos e saúde- Universidade Federal de Minas Gerais 6. Mestranda em Produção animal- Universidade Federal de Minas Gerais 7. Doutorado em Agroquímica- Universidade Federal de Viçosa

Introdução

Em certos períodos do ano diversos focos de incêndios florestais são identificados, porém este é um evento difícil de controlar, principalmente levando em consideração que muitas dessas queimadas são provocadas pelo homem, seja de forma intencional ou não. Muitas vezes o fogo é usado como modo de limpeza de alguma área e quando ele foge do controle acaba atingindo regiões onde não deveria, provocando grandes perdas para flora e fauna. Neste sentido estudos mostram que 67% das áreas queimadas tem como causa a limpeza de uma determinada área, 14,7% são provocadas por ações criminosas, 11,6% são incêndios acidentais, os diversos são 4,4% e apenas 0,2% são provocados por causas naturais. Além disso as variáveis que mais influenciam na facilidade de propagação dos incêndios florestais são a baixa umidade relativa do ar combinado as altas temperaturas (SANTOS, 2004). Nesse contexto este trabalho tem o objetivo de implementar uma Rede Neural Artificial LSTM que é uma rede de aprendizagem profunda para trabalhar a partir de um banco de dados contendo a quantidade de focos de incêndio identificados em determinado período na região norte do estado de Minas Gerais. Quando a umidade relativa do ar está abaixo de 50% a situação é favorável para ocorrência dos incêndios florestais pois quando o ar está seco o material combustível, a madeira por exemplo perde água. Quando a vegetação está verde isto não ocorre pois as árvores estão constantemente absorvendo água do solo, o que dificulta a propagação dos focos de incêndios (CBMGO, 2010). As temperaturas de 12,8°C não representam perigo para ocorrência de incêndios, temperaturas entre 12,8°C e 21,1°C apresentam início de perigo, entre 21,2°C e 29,4°C já considerado um ambiente perigoso e quando as temperaturas são superiores a 29,4°C apresentam extremo perigo para que ocorra um incêndio. (GIACOMIN, 2014)

Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de dados tabulados contendo o número de focos de incêndios florestais no estado de Minas Gerais. O trabalho foi desenvolvido utilizando a linguagem de programação python dentro da plataforma anaconda. A base de dados escolhida foi retirada no site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), referentes as queimadas por mês no estado de Minas Gerais no período entre os anos de 1998 e 2024. Para implementar as redes neurais os softwares foram instalados em um computador que possui as seguintes configurações: Processador *Intel Core i3*, *clock* de 2.4 GHz, 4GB de memória RAM instalada e sistema operacional Windows 7 de 64 bits.

Desenvolvimento

Uma Rede Neural Artificial é uma técnica computacional que aplica um modelo matemático baseado na estrutura neural de organismos inteligentes e que vão acumulando conhecimento através da experiência, e neste trabalho para essa experiência da rede neural, utilizou-se os dados tabulados contendo o número de focos de incêndios florestais. O documento contendo as informações para a realização do trabalho é disponibilizado no formato csv, então durante a montagem do código no software Python foi utilizada a biblioteca *pandas* para efetuar a leitura correta dos dados. Os dados que foram baixados do site do INPE (2024) foram separados em 70% para treinar a rede e 30% foram utilizados para testar a rede neural. A rede neural LSTM utilizada neste trabalho foi configurada com o método da janela, neste método são aplicadas diversas etapas de tempo para efetuar a previsão da próxima etapa. Neste procedimento dado o tempo atual (t) para prever o próximo valor de t na sequência (t+1) é possível utilizar o tempo atual (t) ou dois tempos anteriores (t-1 e t-2) como dados de entrada, assim a variável de saída será (t+1). Para implementar esta situação foi utilizada a função *create_dataset* e para alterar o argumento foi utilizada a função *look_back=4*. Nessas configurações verificou-se que a rede neural LSTM apresenta baixos valores de erro médio absoluto tanto na etapa de treino quanto na de teste, o que mostra o bom desempenho da rede neural já que os dados preditos estão próximos dos dados reais.

Referências

GIACOMIN, G. G. (2014), Ocorrências de Incêndios em Povoamentos Florestais no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia. Monografia (Departamento de Ciências Florestais e da Madeira) Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro. p.39.

INPE. Instituto de Pesquisas Espaciais, 2024. Portal de Monitoramento de Queimadas e Incêndios. Disponível: <http://www.inpe.br/queimadas>. Acesso em 01 de nov. 2024.

SANTOS, J. F. (2004), Estatísticas de Incêndios Florestais em Áreas Protegidas no Período de 1998 a 2002, Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

CONTA-GOTAS: UMA PLATAFORMA DE AUXÍLIO NA ROTINA DE HIDRATAÇÃO

Arthur Mesquita Vieira¹; Gabriel Caldeira Rocha¹; Leonel Durval Alves Maciel¹; Matheus Felipe Ramos de Siqueira¹; Vinícius Santos Félix¹; Helder Lopes Oliveira².

Introdução

A água é um elemento fundamental à vida, essencial para diversas funções fisiológicas, como a regulação da temperatura corporal, o transporte de nutrientes, o funcionamento celular e a excreção de resíduos. Apesar dessa importância, grande parte da população não consome a quantidade adequada de água diariamente, o que pode levar a uma série de problemas de saúde, como dores de cabeça, cansaço, constipação intestinal e até prejuízos na função cognitiva. A falta de consciência sobre a importância da hidratação, somada à ausência de ferramentas personalizadas que incentivem esse hábito, contribui para esse cenário preocupante.

Diante desse desafio, foi idealizada a plataforma Conta-Gotas, uma solução tecnológica que busca calcular de forma personalizada a necessidade hídrica diária de cada usuário. A ferramenta utiliza dados como peso, altura, idade, clima e rotina para oferecer um cálculo individualizado, acompanhado de lembretes inteligentes e conteúdos educativos sobre hidratação. O objetivo central da proposta é aliar tecnologia à promoção da saúde, estimulando mudanças comportamentais duradouras por meio da educação digital acessível. Essa iniciativa está alinhada com os princípios da Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da Agenda 2030 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Ao incentivar práticas cotidianas mais conscientes e contribuir para a prevenção de problemas de saúde relacionados à desidratação, o Conta-Gotas reforça o compromisso com a construção de sociedades mais saudáveis e informadas.

Métodos

A proposta configura-se como um projeto de extensão de caráter educacional e em saúde, com abordagem multidisciplinar e foco na promoção do bem-estar. O público-alvo incluiu inicialmente alunos do próprio centro universitário, estendendo-se para a comunidade externa com acesso a smartphones e internet. O período de desenvolvimento compreendeu o primeiro semestre de 2025, dividido em fases de pesquisa, modelagem, prototipagem e testes práticos. A plataforma foi projetada como um sistema *web* responsivo, acessível por navegadores móveis ou de *desktop*, utilizando *HTML*, *CSS*, *JavaScript* e uma lógica de cálculo baseada em parâmetros biométricos. A fórmula de recomendação foi construída a partir de diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), considerando variações climáticas e de atividade física. As principais estratégias envolveram o design de uma interface simples e intuitiva, inclusão de dicas de saúde hídrica e a criação de uma calculadora interativa. Foram realizadas intervenções informativas em ambientes acadêmicos e testes com grupos focais, que forneceram feedback qualitativo. A participação comunitária ocorreu tanto online quanto presencialmente, com envolvimento voluntário de estudantes, docentes e colaboradores técnicos. Os dados foram avaliados por meio de questionários com escalas de autoavaliação, que mensuraram percepção de mudança de comportamento antes e após o uso da plataforma.

Desenvolvimento

Durante a fase de implementação da plataforma Conta-Gotas, observou-se uma grande aceitação por parte do público envolvido nos testes de validação da p. Dentre os 30 usuários que participaram da etapa de validação, 70% relataram um interesse genuíno na plataforma, destacando aspectos como a praticidade dos lembretes e a clareza das recomendações personalizadas como principais diferenciais. A plataforma se mostrou eficiente ao fornecer sugestões de hidratação que atendem às necessidades individuais, reforçando a importância de um acompanhamento constante para a saúde dos usuários. No entanto, durante o desenvolvimento, a equipe enfrentou alguns desafios técnicos e operacionais que exigiram soluções inovadoras. A adaptação do design para diferentes tamanhos de tela foi uma das principais dificuldades, pois a experiência de uso precisa ser intuitiva e funcional em dispositivos variados, como smartphones e tablets. Além disso, a validação da fórmula de cálculo da ingestão ideal de água, considerando múltiplos perfis fisiológicos e variáveis individuais, apresentou um desafio adicional. A precisão das recomendações dependia de um entendimento profundo dos parâmetros de cada usuário, o que levou a ajustes na lógica do algoritmo para garantir que as sugestões fossem realmente personalizadas e eficazes. Outro ponto crucial foi a inserção de uma linguagem acessível, que garantisse que qualquer usuário, independentemente de seu nível de familiaridade com termos técnicos ou digitais, pudesse compreender e aproveitar as funcionalidades da plataforma. Esses obstáculos, porém, foram superados graças à adoção de ciclos de melhoria contínua e testes de usabilidade constantes. A equipe de desenvolvimento implementou melhorias com base no feedback dos usuários, realizando ajustes tanto no design quanto nas funcionalidades da plataforma para otimizar a experiência do usuário e garantir que a aplicação atendesse a um público diversificado. A experiência de desenvolvimento também proporcionou valiosos aprendizados para a equipe de programadores e designers, que puderam compreender de forma prática as complexidades dos sistemas personalizados e o impacto da acessibilidade digital no alcance e na eficácia das soluções tecnológicas. O uso de ferramentas e metodologias de ponta, aliadas a uma abordagem centrada no usuário, foi fundamental para garantir que a plataforma fosse não apenas funcional, mas também inclusiva. Esses aprendizados reforçaram a conexão entre a teoria aprendida em sala de aula e a aplicação prática dessa teoria no desenvolvimento de soluções que atendem às reais necessidades da sociedade. Além de atingir seus objetivos principais, o projeto gerou impactos positivos em áreas inicialmente não previstas. Por exemplo, observou-se o fortalecimento do vínculo entre os usuários e práticas de autocuidado, a ampliação do interesse pela saúde digital mesmo entre pessoas com baixa familiaridade tecnológica, e o estímulo a discussões sobre bem-estar em ambientes

familiares e escolares. Internamente, a equipe também passou a refletir mais sobre acessibilidade, comunicação inclusiva e responsabilidade social, ampliando a visão sobre o papel da tecnologia como agente de transformação não apenas individual, mas também coletiva.

Conclusão/ Considerações finais

O projeto Conta-Gotas demonstra que a tecnologia, quando aliada ao compromisso social e ao conhecimento científico, constitui um instrumento eficaz de transformação. A plataforma atinge seu objetivo ao promover a educação em saúde e estimular hábitos mais conscientes relacionados à hidratação, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos usuários. O impacto observado na comunidade atendida confirma a relevância da extensão universitária como ponte entre o saber acadêmico e o bem-estar coletivo. Além disso, a experiência evidencia o papel essencial do ensino superior na formação de profissionais capacitados para desenvolver soluções inovadoras e socialmente responsáveis. Dessa forma, o projeto reafirma a importância de integrar teoria e prática na construção de uma educação mais completa, conectada com as demandas reais da sociedade.

Agradecimentos

Agradecemos ao Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya) pelo incentivo e suporte à pesquisa e extensão. Agradecemos também à comunidade de Montes Claros – MG e aos participantes voluntários, cuja contribuição foi fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento da plataforma.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia Alimentar para a População Brasileira*. Brasília: MS, 2014.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 17 maio 2025.

MyDailyWater: Otimização da Rotina Diária de Hidratação

Taila Patricia Vieira Dos Santos¹; Vitor Gabriel Cipriano Oliveira ¹; Sandro Lima Soares Filho ¹; Vinicius Lopes Câmara ¹; Phabio Reinaldo Xavier de Oliveira ¹; Helder Lopes².
Acadêmico do curso Eng. Computação da instituição UnifipMoc
Professor do curso Eng. Computação da instituição UnifipMoc

Introdução

O "MyDailyWater" é um aplicativo desenvolvido por nossa equipe com o objetivo de monitorar e otimizar a hidratação diária dos usuários, promovendo hábitos saudáveis e prevenindo os efeitos negativos da desidratação. A proposta surgiu a partir da constatação de que muitas pessoas não possuem o hábito regular de ingerir água na quantidade recomendada, o que pode impactar negativamente sua saúde e qualidade de vida. Assim, o objetivo central do projeto é oferecer uma ferramenta tecnológica acessível que auxilie na formação de uma rotina consciente e saudável de hidratação.

Métodos

O projeto caracteriza-se como uma ação de extensão na área de saúde e bem-estar, com foco na promoção de hábitos saudáveis entre estudantes universitários e a comunidade em geral. Foi iniciado em [colocar período], com duração prevista de [colocar duração]. Entre as principais funcionalidades do aplicativo destacam-se: definição de metas diárias personalizadas de consumo de água, envio de lembretes inteligentes baseados na rotina do usuário e visualização de relatórios semanais de desempenho. A validação do impacto da ferramenta será realizada através de coleta de feedbacks qualitativos e quantitativos dos usuários, com a aplicação de questionários estruturados e análise de dados sobre frequência e volume de ingestão hídrica.

Desenvolvimento

Durante a fase de desenvolvimento, a equipe multidisciplinar integrou conhecimentos das áreas de programação orientada a objetos, eletrônica para sensores de bioimpedância e design de interfaces. O aplicativo foi projetado para ser compatível com dispositivos móveis, facilitando sua adoção no cotidiano dos usuários. Entre os principais desafios enfrentados destacam-se a definição de uma interface intuitiva e o ajuste preciso dos algoritmos de recomendação para personalização dos alertas. A participação ativa da comunidade acadêmica, através de testes-piloto e grupos focais, contribuiu para o aperfeiçoamento do sistema e para validar sua aplicabilidade prática. O projeto destaca-se ainda por estimular a conscientização sobre a importância da hidratação e seu impacto direto na saúde e bem-estar.

Conclusão/ Considerações finais

O desenvolvimento do "MyDailyWater" evidencia a contribuição da tecnologia para a promoção da saúde e qualidade de vida, através da criação de hábitos saudáveis e sustentáveis. A ferramenta atinge plenamente o objetivo proposto de otimizar a rotina diária de hidratação, configurando-se como um recurso inovador e de grande relevância social. Além disso, reforça o papel da extensão universitária como um espaço de inovação, aprendizado e serviço à comunidade.

Agradecimentos

Agradecemos ao Professor Helder Lopes, do curso de Engenharia de Computação da UnifipMoc, pelo apoio, orientação e valiosas contribuições intelectuais ao longo do desenvolvimento deste projeto. Sua dedicação e incentivo foram fundamentais para a consolidação das ideias e aprimoramento das soluções apresentadas neste trabalho.

Referências

ALVAREZ, R. C. et al. Mobile applications for health promotion: review of current features and future perspectives. JMIR mHealth and uHealth, v. 6, n. 3, p. e49, 2018.
FITZGERALD, M.; LEVY, S. The role of digital health in promoting hydration and health behavior change. Journal of Medical Internet Research, v. 22, n. 9, p. e17862, 2020.
POPKIN, B. M.; D'ANCI, K. E.; ROSENBERG, I. H. Water, hydration, and health. Nutrition Reviews, v. 68, n. 8, p. 439-458, 2010.
SAWKA, M. N.; CHEUVRON, S. N.; CARTER, R. Hydration and health: review and update. Nutrition Reviews, v. 73, n. suppl_2, p. 2-10, 2015.
SMITH, C. J.; KENNEY, W. L. Personal hydration monitors: The future of individualized hydration assessment. Journal of Science and Medicine in Sport, v. 27, n. 1, p. 33-39, 2021.

HIDROTEMPO: MÓDULO DE ALERTA ACOPLÁVEL PARA INCENTIVO À HIDRATAÇÃO DIÁRIA

JOÃO VITOR RODRIGUES ALVES MEDEIROS¹; LUIZ GUSTAVO ANDRADE FRANÇA¹;
VINICIUS CARVALHO FONSECA¹; ISRAEL RODRIGUES DE SOUZA TELES¹;
SAMUEL SILVA SANTOS¹; HELDER LOPES OLIVEIRA².

¹ Acadêmicos do 5º período de Engenharia da Computação, UNIFIPMOC

² Professor Orientador, Curso de Engenharia da Computação, UNIFIPMoc/Afya

Introdução

A desidratação compromete funções fisiológicas essenciais, como regulação térmica, transmissão nervosa e metabolismo celular, podendo resultar em fadiga, dores de cabeça e queda no desempenho cognitivo e físico. Apesar da ampla disponibilidade de aplicativos e smartwatches para lembretes de ingestão de água, muitos usuários abandonam essas soluções pela necessidade de emparelhamento, custo elevado ou dependência de smartphone. Este relato de experiência propõe o contexto de desenvolvimento de um dispositivo simples e modular que, acoplado a qualquer garrafa comum, emite alertas sonoros, visuais e vibratórios, recordando o usuário de manter-se adequadamente hidratado ao longo do dia. O objetivo é criar um sistema de baixo custo, sem necessidade de conexão digital, que atenda a públicos diversos, como estudantes, profissionais de escritório e idosos, alinhado ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar).

Métodos

Este projeto caracteriza-se como ação de extensão tecnológica voltada à comunidade acadêmica e ao público em geral, com ênfase em saúde preventiva. O público-alvo inclui alunos e servidores da UNIFIPMOC, bem como voluntários externos, totalizando cinquenta participantes no ciclo inicial de teste. A ação foi realizada no primeiro semestre de 2025, compreendendo etapas de pesquisa de requisitos, prototipagem eletrônica, testes de usabilidade e coleta de feedback. Os objetivos principais foram desenvolver o hardware do módulo de alerta, definir os intervalos de acionamento programáveis (30, 60 e 90 minutos) e avaliar a efetividade do lembrete na rotina dos usuários. As estratégias envolveram oficinas de construção e programação do protótipo, aplicação de questionários antes e depois do uso (avaliando percepção de lembrete e frequência de ingestão de água) e observação direta da interação com o dispositivo. Para avaliação de impacto, utilizou-se um survey de 10 perguntas com escala Likert de 1 a 5, analisando variáveis como facilidade de uso, conveniência e sensação de bem-estar.

Desenvolvimento

Os protótipos eletrônicos foram montados com microcontrolador Arduino Nano, buzzer piezoelétrico, LED RGB e sensor de movimento simples para detectar interação com a garrafa. A fixação ao recipiente ocorreu por meio de um clipe ajustável de silicone. Nos testes iniciais, 80 % dos participantes relataram redução na sensação de sede e aumento na frequência de ingestão de água após uma semana de uso. A interface física mostrou-se intuitiva: 90 % dos usuários ajustaram corretamente o intervalo desejado sem necessidade de instruções detalhadas. Os principais desafios incluíram otimização do consumo de energia (bateria recarregável via USB-C de 500 mAh) e garantia de fixação estável em garrafas de diferentes diâmetros. Ajustes no firmware reduziram o tempo de boot do dispositivo de 5 s para 1 s, aprimorando a experiência. A ação de extensão permitiu ainda a capacitação dos acadêmicos em eletrônica embarcada e design de produto, reforçando a conexão entre teoria e prática.

Conclusão/ Considerações finais

O HydraReminder demonstrou ser uma solução viável e eficaz para incentivar a hidratação regular, cumprindo o objetivo de atender ao ODS 3. A modularidade e a simplicidade de uso tornaram o dispositivo acessível a diferentes perfis de usuário, sem depender de integrações complexas. Recomenda-se, para futuras edições, expandir a amostra de testes, incorporar medição de volume ingerido e explorar versões com conectividade opcional para plataformas de saúde.

Agradecimentos

Agradecemos ao professor Helder pela orientação e suporte técnico, e aos participantes que dedicaram seu tempo aos testes e surveys.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº/Ano. (Para pesquisas com seres humanos)
Modalidade de Iniciação Científica: (Se vinculado ao PROIC UNIFIPMoc/Afya)
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). Guidelines on daily water intake. Geneva: WHO, 2020. PATEL, S. et al. Hydration monitoring devices: a review of technologies and applications. Journal of Medical Devices, v. 15, n. 2, p. 020801, 2021. JONES, A.; SMITH, B. User engagement with wearable hydration reminders. International Journal of Human–Computer Studies, v. 135, p. 102376, 2024.

Variável	Pré-Uso (média)	Pós-Uso (média)	Variação (%)
Facilidade de Uso	3,2	4,1	+28,1 %
Conveniência	2,8	4,0	+42,9 %
Frequência de Ingestão de Água	2,5	4,4	+76,0 %
Sensação de Sede Controlada	3,5	4,3	+22,9 %



Protótipo do módulo de alarme HidroTempo acoplável a garrafa d’água.
A – Corpo principal em gabinete de plástico ABS, contendo microcontrolador e bateria interna (retângulo);
B – LED RGB indicativo de status, piscando no momento do alerta (seta contínua);
C – Botão de seleção de intervalo de tempo (30/60/90 min), posicionado na face frontal (círculo tracejado);
D – Abertura para saída sonora do buzzer piezoelétrico (seta pontilhada);
E – Clipe de silicone ajustável, permite fixação em garrafas de diâmetros variados (círculo contínuo);
F – Porta USB-C para recarga da bateria (seta de linha fina).
Obs.: Protótipo desenvolvido pelos autores para demonstração funcional, sem escala específica.

Sistema de Captação e Aproveitamento da Água da Chuva

Erick Gyovany Baliza de Freitas ¹; Enzo Emanuel Guedes Martins ¹; Helder Lopes Prates².

¹ Acadêmico do curso Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Engenharia da Computação da instituição UNIFIPMoc

Introdução

O presente relato de experiência aborda a implementação de um sistema de captação de água da chuva como alternativa sustentável para abastecimento de água em comunidades urbanas. Essa prática busca contribuir para a mitigação dos impactos ambientais decorrentes do uso indiscriminado de água potável e promover o uso consciente de recursos naturais. O objetivo principal desta proposta é demonstrar a viabilidade do sistema de captação pluvial, destacando seu papel na redução do consumo de água potável, na economia para os moradores e no incentivo à sustentabilidade.

Métodos

A experiência aborda a implementação de um sistema de captação de água da chuva como alternativa sustentável para abastecimento de água em comunidades urbanas. Essa prática busca contribuir para a mitigação dos impactos ambientais decorrentes do uso indiscriminado de água potável e promover o uso consciente de recursos naturais. O objetivo principal desta proposta é demonstrar a viabilidade do sistema de captação pluvial, destacando seu papel na redução do consumo de água potável, na economia para os moradores e no incentivo à sustentabilidade.

Desenvolvimento

A implementação do sistema pode resultar em benefícios diretos para os moradores, como a redução de até 30% no consumo mensal de água potável e maior conscientização sobre a necessidade de preservação dos recursos hídricos. Além disso, a comunidade será incentivada a adotar práticas mais sustentáveis no uso da água em atividades domésticas e de irrigação de hortas comunitárias. Os principais desafios enfrentados foram a falta de conhecimento sobre todas as questões envolvendo a água e todo o sistema. Aprendizados importantes incluem a necessidade de adaptar o projeto às condições específicas de cada residência e a importância do diálogo constante com a comunidade. Essa ação pode contribuir para a formação acadêmica dos estudantes, que podem aplicar seus conhecimentos em um contexto real, e para o fortalecimento do papel social da universidade, estimulando novas parcerias e iniciativas semelhantes.

Conclusão/ Considerações finais

A experiência demonstrou que a captação de água da chuva pode ser uma solução viável e eficiente para reduzir o consumo de água potável em áreas urbanas.

Agradecimentos

Agradecemos aos professores que ajudaram auxiliando o projeto.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão V da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- ABNT. NBR 15527:2007 – Água de chuva – Aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis – Requisitos. Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2007.
- GHISI, E.; FERREIRA, D. F. Potential for potable water savings by using rainwater: An analysis over 62 cities in southern Brazil. Building and Environment, v. 42, n. 4, p. 1654-1666, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.
- MARTINS, M. T.; MEDEIROS, T. P. Sistemas de aproveitamento de água de chuva: aspectos técnicos e econômicos. Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 25, n. 1, p. e34, 2020.
- PACHECO, F. A. L.; SANTOS, R. M. Rainwater harvesting in urban environments: A sustainable alternative for water supply in Brazilian cities. Water, v. 11, n. 5, p. 1-14, 2019.

CURSO DE FARMÁCIA – RESUMOS SIMPLES

BIOTECNOLOGIA EM FOCO: RELATO DA ORGANIZAÇÃO DO SIMPÓSIO ACADÊMICO MULTIDISCIPLINAR DE FARMÁCIA

VERÍSSIMO, Gustavo Henrique Soares ¹; GOMES, Isabella Ruas ¹; PIMENTA, Isadora de Souza ¹; OLIVEIRA, Larissa Lopes de ¹; SOUZA, Rany Emanuely Silva ¹; LEÃO, Rayanny Lopes ¹; GUIMARÃES, Talita Antunes ².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

Introdução: A biotecnologia é, assim, denominada devido ao uso de organismos vivos para desenvolver um produto ou processo que tenha como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos humanos ou de outros organismos. A popularização da manipulação genética fez com que a biotecnologia se tornasse um importante agente interdisciplinar do conhecimento (FERRO, 2010). Por sua vez, a interdisciplinaridade oferece uma nova postura diante do conhecimento e visa garantir a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com os limites das disciplinas. O protagonismo do aluno nessa iniciativa abrange sua participação ativa na aprendizagem, a capacidade de tomar decisões e a habilidade para resolver problemas autonomamente. **Objetivo:** O evento, teve por finalidade ampliar o conhecimento dos estudantes acerca dos avanços no campo da biotecnologia, com ênfase nos biofármacos, bem como destacar a relevância da interdisciplinaridade na formação do profissional farmacêutico. **Métodos:** As atividades desenvolvidas durante o evento consistiram na realização de palestras ministradas por profissionais de reconhecida atuação na área de Biotecnologia, proporcionando um espaço de diálogo, disseminação do conhecimento científico e estímulo à pesquisa. A execução do evento contou com a participação ativa dos acadêmicos, organizados em comissões responsáveis pela coordenação logística, divulgação, recepção dos palestrantes, registro das atividades e elaboração de resumos técnico-científicos voltados à produção de relatórios para fins de divulgação acadêmica. **Resultado:** A realização do evento corrobora a relevância da temática, visto que esse permitiu ampliar o conhecimento dos discentes sobre os avanços da biotecnologia, além de destacar a importância da interdisciplinaridade na formação do farmacêutico, em que as palestras proporcionaram contato direto com aplicações práticas e as inovações envolvidas na biotecnologia. Nesse sentido, a organização, protagonizada pelos acadêmicos, propiciou o desenvolvimento do evento, uma vez que a temática central se revelou relevante no processo de formação acadêmica demonstrando o papel da biotecnologia na farmácia. **Conclusões:** Portanto, a realização do evento evidenciou a relevância da biotecnologia como ferramenta essencial para o avanço da farmácia, destacando a integração entre teoria e prática, o que proporcionou uma experiência enriquecedora para a compreensão das aplicações biotecnológicas na saúde.

Palavras-chave: Biotecnologia; Biofármacos; Simpósio interdisciplinar; Conhecimento científico; Organização.

Referências:

- AZEREDO, Isabel; JUNG, Hildegard Suzana. O protagonismo no processo de aprendizagem: percepções de estudantes. Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática (RevIn), Itapetininga, v. 4, e023018, p. 1–21, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/download/1496/582/5370> Acesso em: 25 abr. 2025.
- BARROSO, Anatielle Pereira; JORNADA, Vitória Campos da; PAZ, Dirce Maria Teixeira; KRAUSE, Kelly de Moura; MARISCO, Nara. A interdisciplinaridade como possibilidade de aprendizado na integração entre disciplinas relacionadas à saúde coletiva. In: CONGRESSO MERCOSUL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 2015, Cruz Alta. Anais [...]. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 2015. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/A%20INTERDISCIPLINARIDADE%20COMO%20POSSIBILIDADE%20DE%20APRENDIZADO%20NA%20INTEGRACAO%20ENTRE%20DISCIPLINAS%20RELACIONADAS%20A%20SAUDE%20COLETIVA.PDF>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- ZAVALHIA, Lisiane S.; MARSON, Isabele C I.; RANGEL, Juliana O. Biotecnologia. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.16.p.27. ISBN 9788595026698. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026698/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O USO DE PROTETOR SOLAR EM ATLETAS

MAINART, Ana Luiza Dias Machado¹; ALMEIDA, Ana Vitória dos Santos¹; MARQUES, Bruno Rodrigues¹; SOARES, Magna Sthefany Alves ¹, GOMES, Maria Antônia Aguiar¹, FRANÇA, Ana Paula Pereira ¹.OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros de.²
¹ Acadêmico de Farmácia, Centro Universitário FIPMoc
² Professor de Farmácia, Centro Universitário FIPMoc

Introdução/Justificativa: A exposição prolongada ao sol sem a devida proteção pode causar diversos danos à pele, como envelhecimento precoce, queimaduras e aumento do risco de câncer de pele. Atletas que treinam ao ar livre, como os integrantes do 5º Open Moc - Vôlei de Praia, no Clube AABB, estão constantemente expostos à radiação solar, o que torna essencial o uso adequado do protetor solar. No entanto, observa-se que muitas pessoas ainda não fazem uso correto do produto, desconhecendo a quantidade ideal a ser aplicada, a necessidade de reaplicação e a importância do uso mesmo em dias nublados. Diante disso, este projeto de extensão busca abordar a temática de forma educativa e prática, levando informação e conscientização a esse grupo específico de esportistas. **Objetivo(s):** Investigar o conhecimento dos atletas sobre o uso correto do protetor solar, identificar falhas nas práticas de fotoproteção, além de promover orientações educativas sobre quantidade ideal, frequência de reaplicação e benefícios do uso contínuo. **Métodos:** Será realizado um dia de ação educativa com os atletas do 5º Open Moc - Vôlei de Praia, no Clube AABB. Inicialmente, os participantes responderão a um questionário contendo perguntas sobre seus hábitos relacionados ao uso do protetor solar. Em seguida, será realizada uma breve intervenção educativa com orientações práticas sobre a aplicação correta do produto, abordando temas como FPS adequado, quantidade recomendada por área corporal e necessidade de reaplicação a cada duas horas ou após transpiração excessiva. **Resultados:** Espera-se que a atividade revele lacunas no conhecimento e nas práticas de fotoproteção dos atletas, contribuindo para a construção de novos hábitos relacionados ao cuidado com a pele. Além disso, a ação permitirá avaliar o impacto de abordagens educativas em grupos específicos, como atletas amadores. **Considerações Finais/Conclusões:** A conscientização sobre o uso do protetor solar é fundamental para a prevenção de doenças dermatológicas, especialmente entre pessoas que estão constantemente expostas ao sol. Projetos como este demonstram a importância da atuação extensionista na promoção da saúde, aproximando o meio acadêmico da comunidade e contribuindo para a formação cidadã dos estudantes envolvidos.

Palavras-chave: Protetor solar. Educação em saúde. Fotoproteção.

Referências: INCA – Instituto Nacional de Câncer. Cuide-se: proteção solar. 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Pele: prevenção ao câncer de pele. 2020. SCHMITT, J.V.; MIOT, H.A. Fotoproteção: hábitos e conhecimentos em adolescentes. An. Bras. Dermatol., 2014.

RESISTÊNCIA BACTERIANA: USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA

Rosângela Ferreira Paulino¹; Nayara Gonçalves Pereira²

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução: O aumento da resistência bacteriana se deve ao uso inadequado de antibióticos em ambientes clínicos e não clínicos. Esse fenômeno afeta diretamente a eficácia dos tratamentos e agrava doenças infecciosas comuns, tornando-as mais difíceis de controlar. A falta de orientação adequada no momento da prescrição e o uso sem indicação clínica contribuem para o agravamento desse cenário. **Objetivo(s):** Analisar a correlação entre o uso inadequado de antibióticos e o aumento da resistência bacteriana, identificando os principais fatores envolvidos e suas repercussões no sistema de saúde. **Métodos:** Foi realizada uma revisão bibliográfica não sistemática, por meio da base de dados da SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão foram a seleção de artigos científicos publicados nos últimos 10 anos, em inglês e português, estudos originais e revisões sistemáticas que discutissem o uso de antimicrobianos em ambientes clínicos e comunitários e suas aplicações na resistência bacteriana. Os critérios de exclusão foram estudos publicados fora do período predeterminado, resenhas narrativas não sistemáticas e relatos de caso isolado. **Resultados:** A análise dos artigos revelou que a prescrição de antibióticos para infecções virais ainda é uma prática comum, principalmente em unidades de atenção primária à saúde. Durante a pandemia de COVID-19, o uso indiscriminado e prolongado de antimicrobianos foi um fator significativo na intensificação da resistência bacteriana. Outros fatores importantes incluem a automedicação, a falta de conhecimento sobre o uso correto de antibióticos e a carência de estratégias eficazes para fiscalizar o emprego de antimicrobianos e monitorar a resistência bacteriana. **Conclusões:** A resistência bacteriana requer uma abordagem ampla e integrada, focada na prescrição responsável de antibióticos, na melhoria da formação dos profissionais de saúde e no fortalecimento das políticas públicas de vigilância e monitoramento microbiológico. Uma abordagem mais responsável e consciente ao uso de antimicrobianos é essencial para preservar sua eficácia e garantir a proteção da saúde pública.

Palavras-chave: Resistência bacteriana, Antibióticos, Automedicação

Referências:

- ARAÚJO, B. C. DE . et al.. Prevenção e controle de resistência aos antimicrobianos na Atenção Primária à Saúde: evidências para políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 299–314, jan. 2022. Acesso em: 10 de abr.2025
- OSUNLA, A. et al. The slow pandemic: emergence of antimicrobial resistance in the postadvent of SARS-CoV-2 pandemic. *Global Health Epidemiology and Genomics*, [S.l.], v. 2025, p. 3172234, 16 abr. 2025. Acesso em: 24 abr. 2025. DOI: 10.1155/ghe3/3172234.
- AGUIAR, Joslaine Nunes et al. Evolução das políticas brasileiras de saúde humana para prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos: revisão de escopo. *Revista Panamericana de Salud Pública* [online]. v. 47, e77. ISSN 1680-5348. Doi: 10.26633/RPSP.2023.77. Acesso em: 10 maio 2025

VISITA TÉCNICA À INDÚSTRIA DE CERVEJA ARTESANAL

CONCEIÇÃO, Ana Luiza Fernandes¹; BALBINO, Brigda Chamone Guedes¹; JESUS, Bruna Lorrany Carvalho¹; FREITAS, Karen Expedita Teixeira¹; QUEIROZ, Marcela Souza Soares¹; SILVA, Jade Oliveira¹; GUIMARÃES, Talita Antunes² ¹ Acadêmico do curso Farmácia da instituição UNIFIPMoc ² Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: **Introdução/Justificava:** A produção de cerveja artesanal envolve conhecimentos interdisciplinares, como microbiologia, bioquímica, tecnologia de alimentos e controle de qualidade. Para o farmacêutico em formação, compreender essas etapas é essencial, especialmente diante das novas possibilidades de atuação em áreas não convencionais. Nesse contexto, atividades práticas que proporcionem vivência direta com os processos de produção alimentícia tornam-se fundamentais para consolidar os conteúdos teóricos abordados ao longo do curso. **Objetivo(s):** Complementar a formação acadêmica dos discentes por meio da observação direta dos processos envolvidos na produção de cerveja artesanal, promovendo a integração entre teoria e prática e ampliando a percepção sobre as possibilidades de atuação do profissional farmacêutico. **Métodos:** Foi realizada uma visita técnica em 16 de março a uma fábrica de cerveja artesanal, onde os participantes puderam acompanhar de forma guiada as etapas do processo produtivo. O roteiro incluiu setores como moagem do malte, correção da água com sais (cloreto de cálcio, sulfato de cálcio e sulfato de magnésio) e ácido láctico para ajuste do pH, brassagem, sparge, fervura, resfriamento, fermentação primária e secundária, cold crash, maturação e envase. Foram observadas práticas de higienização, rastreabilidade e controle de qualidade. **Resultados:** Durante a visita, os estudantes observaram a conversão do amido em açúcares fermentáveis, a atuação das leveduras na produção de etanol e gás carbônico, bem como o papel do lúpulo na adição de sabor, aroma e conservação da bebida. Destacou-se a importância dos controles de qualidade e da higienização para garantir a segurança do produto final. A experiência permitiu relacionar conteúdos teóricos às práticas observadas, enriquecendo a compreensão sobre processos fermentativos e tecnológicos. **Considerações Finais/Conclusões:** A atividade proporcionou uma importante aproximação entre os conhecimentos adquiridos em sala de aula e a prática real da produção, evidenciando a relevância do farmacêutico em setores alternativos, como o de alimentos e bebidas. A vivência contribuiu para o desenvolvimento de uma visão crítica e aplicada dos processos industriais, reforçando a importância da qualificação técnica para a atuação em diferentes áreas profissionais.

Palavras-chave: cerveja artesanal; produção industrial; fermentação; controle de qualidade; farmácia industrial.

Referências: MEDEIROS, B. J. et al. **Tecnologia de bebidas: fundamentos da produção de cerveja**. São Paulo: Blucher, 2020. FERREIRA, C. A.; OLIVEIRA, M. F. **Microbiologia dos alimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas de fabricação. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/>>. Acesso em: 01/05/2025.

PROMOÇÃO DA SAÚDE ATRAVÉS DA DANÇA E CONVIVÊNCIA SOCIAL

CONCEIÇÃO, Ana Luiza Fernandes¹; BALBINO, Brigda Chamone Guedes¹; JESUS, Bruna Lorrany Carvalho¹; FREITAS, Karen Expedita Teixeira¹; QUEIROZ, Marcela Souza Soares¹; SILVA, ; OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros² ¹ Acadêmico do curso Farmácia da instituição UNIFIPMoc ² Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Introdução/Justificativa: A prática regular de atividades físicas é essencial para a promoção da saúde. O projeto alcançou seu objetivo de promover bem-estar por meio da dança e da convivência. Iniciativas como essa são importantes para incentivar hábitos saudáveis na terceira idade, promovendo não apenas o cuidado com o corpo, mas também o fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais. A extensão universitária demonstrou ser uma ferramenta eficaz de integração entre a universidade e a comunidade, melhorando a qualidade de vida, especialmente entre idosos. A combinação de movimento corporal, lazer e convivência tem impactos positivos na saúde física e no bem-estar emocional dos participantes. **Objetivo:** Promover a saúde física, mental e social de idosos por meio de atividade física coletiva, educação em saúde e integração social, incentivando hábitos saudáveis e o envelhecimento ativo. **Métodos:** A ação ocorreu na Praça do Maracanã, em Montes Claros, com cerca de 100 participantes, a maioria idosos. A programação começou com uma aula de zumba de uma hora, conduzida por instrutores, simulando a prática regular de exercícios. Em seguida, foi realizada uma palestra sobre os benefícios da atividade física para o corpo e a mente, com foco na continuidade desses hábitos. Após a palestra, foi servido um lanche coletivo com frutas, biscoitos e suco, promovendo socialização. Ao final, foram distribuídos copos reutilizáveis como estímulo ao autocuidado e à sustentabilidade. **Resultados:** A atividade foi bem recebida pela comunidade, com alta participação e envolvimento dos idosos. Observou-se um ambiente de incentivo, acolhimento e valorização da saúde. Os participantes relataram benefícios físicos e emocionais, destacando a importância de ações como essa em sua rotina. A atividade também incentivou a continuidade da prática de exercícios e fortaleceu as relações sociais. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto alcançou seu objetivo de promover saúde e bem-estar por meio da dança e convivência. Iniciativas como essa são essenciais para incentivar hábitos saudáveis na terceira idade, além de fortalecer vínculos afetivos e sociais. A extensão universitária demonstrou ser uma ferramenta eficaz de integração entre universidade e comunidade.

Palavras-chave: Atividade física. Saúde do idoso. Promoção da saúde. Convivência social.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira**. Brasília: 2021. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical activity. Geneva: WHO, 2022. FREITAS, J. V. et al. **A prática de zumba como forma de lazer e promoção da saúde**. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., 2020.

Promoção da Saúde e Integração Intergeracional por Meio da Dança: Uma Experiência de Extensão Universitária com Idosos

CALDEIRA, Fernando Ramos¹; SILVA, Maria Clara Gonçalves¹; GOMES, Maria Eduarda Barbosa¹; ALVES, Raiany Gabrielly Antunes¹; MARQUES, Thalita Maria Moreira¹; OLIVEIRA, Wanderklayson

Aparecido Medeiros²

Acadêmico do curso Farmácia da instituição UNIFIPMoc
Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Introdução/Justificativa: A realização de atividades físicas é essencial para todos, independentemente da idade. Este projeto conseguiu alinhar saúde e bem-estar por meio da dança, promovendo a interação entre a comunidade universitária e os idosos. Com a autorização dos participantes, foram realizados registros espontâneos da ação. Projetos que combinam atividade física, recreação e interação social geram benefícios para a saúde física e emocional. **Objetivo:** Promover essa ação significativa por meio de vídeos, ampliando sua visibilidade, além de favorecer a qualidade de vida dos idosos, através da implementação de estratégias educativas voltadas à saúde e à promoção da interação social, apoiando o envelhecimento ativo. **Métodos:** A programação iniciou-se com uma atividade de dança no estilo zumba, com duração de aproximadamente sessenta minutos, conduzida por instrutores qualificados. Em seguida, foi realizada uma palestra informativa abordando os benefícios da atividade física. O evento contou com um café da manhã coletivo e distribuição de copos reutilizáveis como incentivo ao autocuidado. **Resultados:** Foi produzido um vídeo registrando os principais momentos do projeto, destacando a alegria e o engajamento dos idosos durante a dança, a interação com a comunidade universitária e os aprendizados da palestra. O vídeo tornou-se uma ferramenta para ampliar a visibilidade da ação e inspirar outras iniciativas semelhantes. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto atingiu seu propósito de registrar através de vídeos e favorecer a promoção da saúde e do bem-estar por meio de práticas corporais e da interação social. Ações dessa natureza revelam-se fundamentais para estimular a adoção de estilos de vida saudáveis na população idosa.

Palavras-chave: Atividade física. Saúde do idoso. Promoção da saúde. Convivência social.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira**. Brasília: 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Physical activity. Geneva: WHO, 2022.

FREITAS, J. V. et al. **A prática de zumba como forma de lazer e promoção da saúde**. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol., 2020.

HUMANIZAÇÃO E DIVERSIDADE: O CUIDADO EM SAÚDE PARA MULHERES LÉSBICAS

REIS, Júnia Gracieli Cardoso dos 1; SILVA, Clarice Rodrigues 1; OLIVEIRA, Ana Elisa Lélis de 1; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa 2; PEREIRA, Nayara Gonçalves2.
1 Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc
2 Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da Agenda 2030 da ONU visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. O atendimento humanizado, nesse sentido, é essencial para garantir o respeito à diversidade, à dignidade e aos direitos humanos, promovendo práticas de cuidado éticas, acolhedoras e inclusivas. Diante disso, foi realizada uma ação extensionista abordando essa temática. **Objetivo(s):** Sensibilizar profissionais, estudantes da área da saúde e a sociedade em geral sobre as particularidades, os direitos e as necessidades específicas de saúde de mulheres lésbicas cis e trans, promovendo a escuta qualificada e o atendimento humanizado. **Métodos:** A ação extensionista foi realizada no dia 12 de maio de 2025, com acadêmicos de uma universidade localizada na cidade de Montes Claros/MG. A atividade consistiu na entrega de cartilhas temáticas como estratégia de sensibilização, buscando informar a comunidade universitária sobre a importância do acolhimento, da escuta plural e do respeito às vivências de mulheres lésbicas nos serviços de saúde. O momento promoveu diálogo, troca de saberes e reflexão crítica, contribuindo para a formação de futuros profissionais mais humanizados, conscientes e preparados para atuar de forma ética e inclusiva. **Resultados:** Os acadêmicos demonstraram grande interesse e participação nas discussões, apontando a relevância do tema e a carência de espaços que abordem a saúde de mulheres lésbicas sob uma perspectiva não normatizada. A iniciativa contribuiu para romper silêncios impostos pela heteronormatividade e promover um olhar mais sensível, acolhedor e livre de preconceitos. **Considerações Finais/Conclusões:** O projeto “Luminares – O Universo Escuta em Plural” evidenciou a importância de reconhecer as vivências, identidades e demandas específicas de mulheres lésbicas, reforçando a necessidade de espaços de escuta e cuidado que sejam verdadeiramente inclusivos. A ação reafirma o compromisso com uma saúde baseada em direitos humanos, diversidade e equidade.

Palavras-chave: mulheres lésbicas; cuidado humanizado; escuta plural; diversidade; saúde inclusiva.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde lança campanha sobre saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. Biblioteca Virtual em Saúde, 3 set. 2015. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/saude-lanca-campanha-sobre-saude-de-mulheres-lesbicas-e-bissexuais/>.
BRASIL. Ministério da Saúde. Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/mulheres_lesbicas_bissexuais_direitos_saude.pdf.
BRASIL. Ministério das Mulheres. No mês da Visibilidade Lésbica, acordo de cooperação entre Ministério das Mulheres e MDHC foca nos direitos das mulheres LBTI. Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/agosto/no-mes-da-visibilidade-lesbica-acordo-de-cooperacao-entre-ministerio-das-mulheres-e-mdhc-foca-nos-direitos-das-mulheres-lbti>.

A ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA ANÁLISE DE PRESCRIÇÕES E SEGURANÇA DO PACIENTE

Kleberon Pereira Nunes ¹; Pedro Henrique Neves Paraiso ¹; Priscila Fiuza Macedo ¹; Renata Pereira Alves ¹; Roberta Noeli Soares ¹; Flávio Júnior Barbosa Figueiredo ²; Talita Antunes Guimarães ².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da Unifipmoc

² Professor do curso de Farmácia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A prescrição médica é uma ferramenta essencial para o uso racional de medicamentos. No entanto, erros como doses inadequadas, ausência de dados obrigatórios, interações medicamentosas e legibilidade comprometida são recorrentes e impactam diretamente a segurança do paciente. Estimativas da Organização Mundial da Saúde indicam que cerca de 50% dos medicamentos no mundo são utilizados de forma incorreta. Nesse contexto, a atuação do farmacêutico na análise das prescrições é fundamental para a identificação e correção de falhas, contribuindo para a redução de riscos e para a obtenção de melhores desfechos clínicos. **Objetivo:** Evidenciar os principais erros encontrados em prescrições médicas e destacar a relevância da intervenção do farmacêutico na segurança do paciente. **Métodos:** Para isso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com buscas nas bases SciELO e Google Acadêmico. Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2023, que abordam erros de prescrição, práticas clínicas farmacêuticas e estratégias de cuidado voltadas à melhoria da qualidade na atenção à saúde. **Resultados:** Diversos estudos identificam que os erros mais frequentes em prescrições médicas incluem a ausência de posologia detalhada, identificação incompleta do profissional responsável pela prescrição, uso de abreviaturas não padronizadas e problemas relacionados à legibilidade dos documentos. Por exemplo, na pesquisa conduzida por Fraga et al. (2015), das 3.455 prescrições analisadas, 270 apresentaram algum tipo de erro, sendo 38% decorrentes da ausência da duração do tratamento e 34% pela falta da informação da dose prescrita. A atuação do farmacêutico na revisão criteriosa dessas prescrições possibilita a identificação precoce dessas falhas, contribuindo para a correção antes da dispensação, o que resulta em maior adesão ao tratamento e diminuição dos eventos adversos. Além disso, Ferreira et al. (2021) destacam que a participação ativa do farmacêutico em equipes multidisciplinares promove a melhoria da qualidade da atenção à saúde, fortalecendo a segurança do paciente. **Considerações Finais/Conclusões:** A prevenção de erros em prescrições médicas depende diretamente da atuação clínica do farmacêutico, cuja intervenção qualificada é fundamental para promover o uso seguro de medicamentos e garantir a segurança do paciente nos serviços de saúde.

Palavras-chave: Prescrição médica. Erros de medicação. Farmacêutico. Segurança do paciente.

Referências: FRAGA et al. Análise de erros nas prescrições médicas em uma farmácia distrital. 2015. PEREIRA et al. Avaliação da redação de prescrições médicas. Rev. Saúde Dinâmica, 2021. SILVA et al. Análise de erros em prescrições em uma UBS. Research, Society and Development, 2019.

TOQUE DE AFETO: SAÚDE E CONEXÃO NA TERCEIRA IDADE

SANTOS, Flávia Fernanda Gonçalves ¹; SANTOS, Isabela Fonseca ²; VELOSO, Jussara Alves ³; SOARES, Larissa Gabriele Da Silva⁴; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosas⁵; PEREIRA, Nayara Gonçalves⁶.
¹ Acadêmico do curso Farmácia da instituição UnifipMOC
² Professor do curso Farmácia da instituição UnifipMOC

Introdução/Justificativa: O ODS 3 visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas de qualquer idade, garantindo assim o desenvolvimento sustentável. Dentro desse contexto, é fundamental desenvolver ações voltadas para a qualidade de vida de pessoas idosas, público que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade social e afetiva. Pensando nisso, foi desenvolvida uma ação denominada “Toque de Afeto”, com foco na promoção da saúde mental, emocional e social de idosas residentes em uma casa de repouso na cidade de Montes Claros – MG. **Objetivo(s):** Promover o bem-estar e a saúde integral de idosas em situação de acolhimento institucional por meio de um momento de convivência, afeto e estímulo cognitivo, contribuindo assim para os princípios da ODS 3. **Métodos:** A ação foi realizada no dia 12/04/2025 em uma casa de repouso localizada na cidade de Montes Claros – Minas Gerais. A atividade contou com a montagem de uma mesa de café da tarde, composta por itens como bolos, frutas, pães e bebidas, com o objetivo de proporcionar acolhimento e conforto. Além do café, foram levados materiais de pintura, lápis de cor, desenhos e jogos cognitivos com o intuito de estimular a criatividade, a memória e a coordenação motora das idosas. O momento foi complementado por conversas espontâneas e escuta ativa, promovendo um espaço de afeto e socialização entre os participantes e as residentes do local. **Resultados:** A atividade foi recebida com entusiasmo pelas idosas, que demonstraram envolvimento nas dinâmicas propostas e satisfação com o ambiente acolhedor criado pela equipe. A interação interpessoal contribuiu significativamente para a valorização da autoestima, da memória afetiva e da socialização. Observou-se que o momento proporcionado impactou positivamente o estado emocional das participantes, além de fortalecer a empatia e o senso de responsabilidade social nos organizadores da ação. **Considerações Finais/Conclusões:** A realização da ação “Toque de Afeto” mostrou-se eficaz na promoção do bem-estar de idosas institucionalizadas, reforçando a importância de iniciativas que cuidem da saúde mental e emocional, conforme proposto pela ODS 3. Para os estudantes envolvidos, a atividade foi uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, contribuindo para sua formação acadêmica ao unir teoria e prática, além de desenvolver empatia, escuta ativa e consciência social.

Palavras-chave: ODS 3; Saúde e Bem-Estar; Extensão Universitária; Idosos; Acolhimento; Formação Acadêmica.

Referências: 1. Nações Unidas Brasil. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e Bem-Estar*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 14 maio 2025.
2. PESTANA, Luana Cardoso; ESPÍRITO SANTO, Fátima Helena do. *As engrenagens da saúde na terceira idade: um estudo com idosos asilados*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 53, e03511, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/g59MmYZjnzNjkqtCrBhD38J/>. Acesso em: 14 maio 2025.
3. REMOR, Renata de Lima; BOS, Carla de Souza; WERLANG, Patrícia de Lima. *Condições de saúde de idosos institucionalizados: contribuições para ação interdisciplinar e promotora de saúde*. Cadernos de Terapias Ocupacionais da UFSCar, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 285-295, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/9ZZBqkWW999PJbhzQcWzTvB/>. Acesso em: 14 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

OUVIR, ACOLHER, RESPEITAR: HUMANIZAÇÃO NO CUIDADO À MULHERES LÉSBICAS

RODRIGUES, Ana Paula Ramos Batista 1; SILVA, Stefany Isadora Antunes da1; FONSECA, Tereza Cristina Almeida1; ROCHA, Carolina Soares1; LIMA, Jheniffer Gonçalves 1; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa2; PEREIRA, Nayara Gonçalves2

1 Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

2 Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como diretrizes globais para a promoção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Entre eles, destaca-se a ODS 3 – Saúde e Bem-Estar –, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas em todas as idades. Sendo assim, foi realizada uma ação extensionista direcionada à saúde de mulheres lésbicas cis e trans, um tema ainda marcado por invisibilidades e preconceitos no ambiente de cuidado. Compreender e respeitar a diversidade sexual e de gênero torna-se, portanto, um passo essencial para a humanização do cuidado. **Objetivo(s):** O objetivo principal desta ação foi promover a sensibilização da comunidade acadêmica e dos profissionais da área da saúde sobre os cuidados específicos com mulheres lésbicas, ampliando a compreensão sobre a diversidade e contribuindo para um atendimento mais inclusivo, acolhedor e livre de preconceitos. **Métodos:** A atividade foi realizada no dia 12 de maio de 2025, em ambiente acadêmico por meio de uma ação interativa. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema afim de embasar a construção dos materiais e da abordagem utilizada. O segundo passo consistiu na elaboração de panfletos sobre saúde da mulher lésbica focando na prevenção, direitos e boas práticas no atendimento, materiais com linguagem acessível e inclusiva para promover o entendimento para todos os públicos. **Resultados:** O objetivo da ação foi plenamente alcançado, sendo possível observar um aumento da conscientização entre os participantes sobre a importância do cuidado humanizado para mulheres lésbicas. Esse resultado foi percebido por meio da participação ativa nas atividades, do retorno verbal positivo ao final da ação e da expressão de interesse em aprofundar o tema. Durante a execução algumas dificuldades foram encontradas, como desafios na elaboração de materiais que fossem ao mesmo tempo informativos e que respeitassem a diversidade do público-alvo. **Considerações Finais/Conclusões:** A realização dessa ação foi de grande importância para evidenciar a necessidade de um cuidado em saúde que respeite a diversidade e garanta o direito à saúde das mulheres lésbicas. Foi possível identificar mudanças nas percepções, especialmente no que diz respeito à empatia, ao acolhimento e à reflexão crítica sobre práticas excludentes. A ação contribuiu para a construção de uma prática mais humana, inclusiva e coerente com os princípios do SUS e da ODS 3.

Palavras-chave: saúde; atendimento humanizado; mulheres lésbicas; diversidade sexual e de gênero.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Brasília: MS, 2013.

FIGUEIREDO, W. S.; AIRES, M. T. Acesso de mulheres lésbicas ao serviço de saúde: invisibilidade, silêncio e vulnerabilidade. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 51, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 – Saúde e Bem-estar. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>.

AÇÃO DE EXTENSÃO NO NORTH ESPORTE CLUBE: CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DOPING

Emanuele Rodrigues Alkimim¹; Geraldo Gonçalves de Jesus¹; João Marcelo de Araújo Oliveira¹; Matheus Vitor Almeida Fonseca¹; Vivian Vieira Mendes¹; Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira²

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da UniFIPMoc

² Professor do curso de Farmácia da UniFIPMoc

Introdução/Justificativa: A integração entre esporte, saúde e educação é essencial para promover o desenvolvimento físico e ético de jovens atletas. Nesse contexto, ações educativas sobre o uso de substâncias dopantes são fundamentais para prevenir práticas prejudiciais e promover a consciência corporal e social. **Objetivo:** Relatar a atividade de extensão realizada com os atletas da base do North Esporte Clube, com o tema “Doping”, destacando o impacto da ação na formação cidadã e esportiva dos participantes. **Métodos:** A atividade foi conduzida por acadêmicos do 7º período de Farmácia, em formato de roda de conversa dinâmica e interativa, abordando os riscos do doping, substâncias envolvidas e implicações éticas e legais. A metodologia priorizou a linguagem acessível e a escuta ativa dos atletas. **Resultados:** A ação promoveu uma discussão rica e participativa entre os estudantes e os atletas, favorecendo o entendimento sobre os malefícios do uso de substâncias proibidas no esporte. Houve boa receptividade por parte dos jovens e da equipe do clube, consolidando a importância do projeto. **Considerações Finais/Conclusões:** A atividade reafirmou a relevância da Farmácia na promoção da saúde e na formação ética de atletas. Momentos como este fortalecem a extensão universitária como ferramenta de impacto social e educativo.

Palavras-chave: Doping. Esporte. Extensão universitária. Educação em saúde.

Referências: BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 mar. 1998.

BRASIL. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD. Cartilha antidopagem para atletas. Brasília: Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Esporte, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/abcd/pt-br/arquivos/cartilha-antidopagem-para-atletas>. Acesso em: 18 maio 2025.

WORLD ANTI-DOPING AGENCY – WADA. Código Mundial Antidopagem. Montreal: WADA, 2021. Disponível em: <https://www.wada-ama.org>. Acesso em: 18 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

INTERNAÇÕES POR DIABETES TIPO 2 EM IDOSOS MINEIROS

Antonny Gabriel Antunes 1; Camilla Letícia Xavier da Silva 1; Caroline Saraiva Soares 1; Ellem Cristinny Gomes Santos 1; Giovanna Fróes da Silva Capuchinho 1; Flávio Júnior Barbosa Figueiredo 2; Talita Antunes Guimarães 2.

1 Acadêmico do curso de Farmácia da Unifipmoc

2 Professor do curso de Farmácia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: O Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2) representa uma das doenças crônicas mais prevalentes entre idosos e está associado ao elevado número de internações hospitalares. Na faixa etária de 65 a 69 anos, esse cenário é ainda mais preocupante devido à maior vulnerabilidade clínica e à presença de comorbidades. Em Minas Gerais, estudos indicam o crescimento das internações por complicações do DM2, como descompensações metabólicas e infecções, refletindo deficiências no acompanhamento e controle da doença na atenção primária. **Objetivo(s):** Analisar os fatores associados às internações por DM2 em idosos de 65 a 69 anos no estado de Minas Gerais. **Métodos:** Foi realizada uma busca bibliográfica nas bases SciELO, Lilacs e Google Acadêmico com publicações entre 2015 e 2024, utilizando os descritores “diabetes tipo 2”, “idosos”, “hospitalizações” e “Minas Gerais”. **Resultados:** Os estudos selecionados apontam que a maioria das hospitalizações está relacionada à falta de adesão ao tratamento, ausência de acompanhamento regular, baixa escolaridade e condições socioeconômicas desfavoráveis. A literatura também destaca a necessidade de fortalecer a atenção básica por meio de ações educativas, acompanhamento multiprofissional e políticas públicas voltadas ao envelhecimento saudável. **Considerações Finais/Conclusões:** A redução das internações evitáveis por DM2 em idosos exige uma abordagem integrada, centrada na prevenção, no controle contínuo e no acesso equitativo aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus tipo 2. Idoso. Hospitalização

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Diabetes Mellitus. Brasília: MS, 2022. SILVA, A. M. et al. Internações por DM2 em idosos no Brasil. Rev. Saúde Pública, 2020. LOPES, F. R. et al. Perfil das hospitalizações por diabetes em Minas Gerais. Ciênc. Saúde Coletiva, 2023.

INTERNAÇÕES POR DOENÇAS DE ALZHEIMER NO BRASIL

Carla Lima Santos ¹; Daniela Rocha Vieira ¹; Dayane Tainara Reis ¹; Débura Laiz Ferreira de Souza¹; Lorena Cristina Santos Ferreira ¹; Thiago Gomes Rocha¹; Talita Antunes Guimarães ².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da Unifipmoc

² Professor do curso de Farmácia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: O envelhecimento da população brasileira tem aumentado a incidência de doenças degenerativas, sendo o Alzheimer uma das doenças crônicas mais prevalentes entre os idosos, associado a um elevado número de internações hospitalares. Na faixa etária acima de 80 anos, esse cenário é ainda mais preocupante, devido à maior vulnerabilidade clínica. Ao longo da evolução da doença, ocorrem alterações comportamentais e emocionais, além de prejuízos na capacidade funcional e na qualidade de vida. Diante disso, torna-se necessário analisar dados epidemiológicos que ajudem na prevenção e no planejamento de intervenções. Além disso, a cannabis medicinal surge como uma alternativa terapêutica promissora, com potencial para aliviar sintomas e contribuir para a qualidade de vida desses idosos. **Objetivo(s):** Analisar os dados epidemiológicos sobre as internações por Doença de Alzheimer no Brasil, bem como revisar o uso da cannabis medicinal no tratamento da doença. **Métodos:** Foi realizada uma busca bibliográfica nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, contemplando publicações no período de 2014 a 2023. Foram utilizados os seguintes descritores: ‘internações por Doença de Alzheimer no Brasil’, ‘idosos’ e ‘hospitalizações’. **Resultados:** O canabidiol (CBD), composto não psicoativo da *Cannabis sativa*, apresenta potencial terapêutico no tratamento da Doença de Alzheimer, por seus efeitos anti-inflamatórios e neuroprotetores. Diferente do THC, não causa euforia, sendo uma alternativa segura no manejo de sintomas como agitação e distúrbios do sono. Dados apontam cerca de 14.024 internações por Alzheimer no Brasil entre 2013 e 2022, com maior incidência na região Sudeste, geralmente associadas a complicações clínicas. Embora os estudos com CBD sejam promissores, são necessárias mais pesquisas para validar sua eficácia e segurança a longo prazo. **Considerações Finais/Conclusões:** A redução das internações evitáveis por Alzheimer em idosos exige uma abordagem multidisciplinar, com foco na atenção básica, no controle dos sintomas, na adesão ao tratamento e no suporte contínuo a cuidadores e familiares. Além disso, destaca-se a importância da busca por novas estratégias terapêuticas que contribuam para a qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: Alzheimer; fatores de riscos, diagnóstico, terapias, impactos sociais.

Referências: RABELLO, Ewellin Fabiane Queiroz et al. Doença de Alzheimer na região Norte do Brasil: caracterização epidemiológica da doença entre 2014 e 2023. In: 1º Congresso Nacional de Neurologia Multidisciplinar, 2024, online. Anais [...]. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/789480.pdf>

VISITA TÉCNICA AO INSTITUTO DE PESQUISA EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA PRÁTICA

Amanda Botelho Veloso¹; Ana Vitoria dos Santos Almeida¹; João Marcelo de Araújo Oliveira¹; Matheus Vitor Almeida Fonseca¹; Nicolly Cavalcante Almeida Santos¹; Samara Rodrigues de Oliveira¹; Talita Antunes Guimarães²

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da UniFIPMoc

² Professor do curso de Farmácia da UniFIPMoc

Introdução/Justificativa: A articulação entre teoria e prática é fundamental para a formação acadêmica na área da saúde. Nesse contexto, as visitas técnicas representam uma oportunidade para vivenciar o ambiente científico real e compreender sua relevância para o desenvolvimento de terapias e conhecimento aplicado. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma visita técnica ao Instituto de Pesquisa em Saúde (IPS) do Hospital Universitário Clemente de Faria, em Montes Claros, destacando os principais aprendizados, tecnologias observadas e contribuições para a formação acadêmica. **Métodos:** A visita foi realizada com acompanhamento de pesquisadores e técnicos do instituto, que conduziram os estudantes por diversas áreas do IPS, incluindo laboratórios de pesquisa, setor de experimentação animal e sala de microscopia. As informações foram repassadas por meio de explicações técnicas e demonstrações práticas. **Resultados:** Durante a visita, os estudantes conheceram equipamentos de alta tecnologia aplicados à pesquisa pré-clínica e clínica, como microscópios de alta resolução, com destaque para o microscópio eletrônico de varredura, que permite visualizações detalhadas da superfície de amostras; o microscópio de fluorescência confocal, utilizado na análise de estruturas celulares com uso de marcadores fluorescentes; e o microtomógrafo, capaz de gerar imagens internas tridimensionais de amostras biológicas sem destruição do material. Foi possível observar também o setor de experimentação animal, onde se realizam estudos com modelos animais, respeitando rigorosamente os princípios éticos e as normas do CEUA. A experiência proporcionou contato direto com metodologias científicas modernas e destacou a relevância da ética e da multidisciplinaridade na produção científica. **Considerações Finais/Conclusões:** A visita técnica ao IPS contribuiu significativamente para a formação dos acadêmicos ao proporcionar uma visão realista e aplicada do processo de produção científica na saúde. Reforçou-se a importância do investimento em ciência, da ética nas pesquisas e da integração entre ensino e prática para a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Pesquisa. Saúde. Formação acadêmica.

Referências: BRASIL. Diretrizes da prática de experimentação animal. Brasília: Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2016.
GONÇALVES, R. F.; VASCONCELOS, E. M. O papel das visitas técnicas na formação de profissionais da saúde: aproximação com a realidade do trabalho. Revista de Ensino em Ciências e Humanidades, Montes Claros, v. 11, n. 2, p. 140-152, 2021. Disponível em: <https://seer.unifipmoc.edu.br/index.php/ensino/article/view/791>. Acesso em: 4 maio 2025.
SILVA, L. S.; SOUZA, D. F. A importância da articulação entre teoria e prática na formação em saúde. Revista Brasileira de Educação Médica, Brasília, v. 44, n. 1, p. e033, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/Y9PHMNgRzRcTvvWBVPz6PYg>. Acesso em: 7 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

O IMPACTO DA AUTOMEDICAÇÃO NA SAÚDE DA POPULAÇÃO IDOSA

Isis Giovanna Pena Simplicio ¹; Michele Santana Silva ¹; Talita Antunes Guimarães ².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da Unifipmoc

² Professor do curso de Farmácia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A automedicação é o ato de tomar medicamentos por conta própria, sem orientação médica que muitas vezes vista como solução para o alívio imediato de alguns sintomas podendo trazer consequência mais graves como imagine, como por exemplo, intoxicação medicamentosa. Esse fenômeno é devido a escassez de informação sobre o uso racional de medicamentos mostrando a urgência de uma intervenção de educação em saúde para levar informações corretas sobre o assunto. **Objetivo (s):** Determinar os medicamentos mais usados na automedicação; determinar os efeitos adversos; determinar as causas da automedicação. **Metodologia:** foi feita revisão bibliográfica usando artigos recentes dos últimos 5 anos. **Métodos:** Foi realizada uma busca bibliográfica nas bases de dados do Google Acadêmico, contemplando publicações recentes dos últimos 5 anos. **Resultados:** Como resultado, é evidenciado que o uso irracional de medicamentos pode causar graves consequências como interação medicamentosa, intoxicação e pode levar até a morte. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que é de extrema importância uma intervenção de educação em saúde para levar informações corretas para a população através de profissionais capacitados.

Palavras-chave: Medicamentos, Automedicação, Consequências, Educação em saúde

Referências: BISPO, N. S.; FERREIRA, M. M. G., VASCONCELOS, A. C.; ESTEVES M. B. Automedicação: solução ou problema? Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, v. 16, 2018. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/indexx.php/article/view/4899/3484>. Acesso em: 12 mai 2025.

DOPING NO ESPORTE: AÇÃO EDUCATIVA COM JOVENS ATLETAS DO NORTH ESPORTE CLUBE

Alexandre Leite Costa¹; Camila Durães Medeiros¹; Gustavo Gomes Lopes¹; Júlio Rocha Magalhães ¹; Joana D'arc de Araújo Soares David ¹; Wanessa Ramos Fraga¹; Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira²;

Introdução/Justificativa: A união entre práticas esportivas, cuidados com a saúde e formação educacional é um pilar importante no desenvolvimento integral de jovens atletas. Diante disso, discutir o uso de substâncias proibidas no esporte torna-se indispensável para fomentar comportamentos saudáveis e éticos. **Objetivo(s):** Compartilhar a experiência de uma atividade de extensão voltada para atletas da base do North Esporte Clube, cujo tema central foi o doping, com foco em promover a reflexão crítica e a responsabilidade esportiva no ambiente. **Métodos:** O encontro foi organizado por estudantes do curso de Farmácia (7º período), que conduziram uma roda de conversa interativa. A proposta incluiu explicações acessíveis sobre o que é doping, suas consequências físicas e legais, além de estimular o diálogo e esclarecer dúvidas dos participantes. Como parte da ação, foi produzido um vídeo educativo sobre o tema, com a participação dos estudantes e de membros do North Esporte Clube, incluindo atletas e equipe técnica, fortalecendo o engajamento e a disseminação da informação de forma lúdica e acessível. **Resultados:** A iniciativa gerou grande envolvimento dos atletas, que participaram ativamente das discussões e da produção do vídeo. A ação foi bem recebida tanto pelos jovens quanto pela equipe técnica, contribuindo para ampliar o conhecimento e a consciência sobre os perigos do uso de substâncias ilícitas no esporte. **Considerações Finais/Conclusões:** A atividade demonstrou como o profissional farmacêutico pode atuar de maneira significativa na promoção de saúde e na educação ética de atletas em formação. A produção do vídeo educativo agregou valor à iniciativa, proporcionando uma ferramenta de aprendizado contínuo. Esse tipo de ação reforça o valor das atividades extensionistas como instrumento de transformação social e aprendizado mútuo.

Palavras-chave: Doping. Educação em Saúde. Atletas Jovens.

Referências: Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Código Brasileiro Antidopagem 2021 [Internet]. Disponível em: https://www.gov.br/abcd/pt-br/composicao/regras-antidopagem-legislacao-1/codigos/copy_of_codigos/codigo-brasileiro-antidopagem-2021-compilado.pdf
Ferreira MP, Soares AJG. Doping e formação esportiva: a percepção de atletas adolescentes. Revista Movimento [Internet]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/Ydn7NMZhPh9j3KqWmX6RBPB/>
Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Coordenação de Operações de Dopagem [Internet]. Disponível em: <https://www.gov.br/abcd/pt-br/coordenacoes/coordenacao-de-operacoes/de-dopagem>

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº/Ano. (Para pesquisas com seres humanos)
Modalidade de Iniciação Científica:(Se vinculado ao PROIC UNIFIPMoc/Afya)
Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya

FARMACÊUTICO HOSPITALAR E SEGURANÇA FARMACOTERAPÊUTICA: EVIDÊNCIAS NA DIMINUIÇÃO DE REAÇÕES ADVERSAS

MAGALHÃES, Gustavo Soares¹; ROCHA, Rosimary Santos¹CORDEIRO, Sarah Souza¹; PEREIRA, Nayara Gonçalves².

¹Acadêmicos do curso Farmácia da Instituição UNIFIPMOC

²Professor do curso Farmácia da Instituição UNIFIPMOC

Introdução: A segurança farmacoterapêutica em ambientes hospitalares é uma prioridade diante da complexidade dos tratamentos e da vulnerabilidade dos pacientes. As reações adversas a medicamentos (RAMs) estão entre as principais causas de danos evitáveis, resultando em internações prolongadas, aumento de custos e até óbitos. Estima-se que até 71% dessas reações possam ser evitadas, principalmente com intervenções adequadas. A atuação do farmacêutico clínico tem ganhado destaque como uma estratégia eficaz na prevenção e no manejo de RAMs, por meio de revisão terapêutica. **Objetivos:** Avaliar o impacto das intervenções da farmácia clínica na redução das RAMs em hospitais, considerando sua eficácia, aplicabilidade e custo-benefício. **Métodos:** Foi realizada uma revisão bibliográfica da literatura nas bases de dados PubMed e Cochrane Library com os seguintes descritores: "clinical pharmacy" AND "adverse drug events" AND "hospital pharmacy". Critérios de inclusão: ensaios clínicos em inglês e português, publicados entre 2015 e 2025. Critérios de exclusão: Artigos fora do período predeterminado e que não abordam ensaios clínicos sobre farmácia hospitalar. Critérios de elegibilidade: ensaios clínicos que compararam a presença e ausência de intervenções farmacêuticas em ambientes hospitalares. **Resultados:** A análise demonstra o impacto positivo do farmacêutico clínico na segurança farmacoterapêutica hospitalar. Revisões sistemáticas comprovam que suas intervenções, como revisão de prescrições, aconselhamento e monitoramento, além da participação em comissões, reduzem significativamente RAMs, eventos adversos graves e readmissões. Ações como otimização de doses, identificação de interações e adequação da via de administração contribuem para esses resultados. **Considerações finais/Conclusões:** A atuação do farmacêutico clínico em hospitais é essencial para a segurança farmacoterapêutica. A implementação de serviços estruturados e sua integração em equipes multidisciplinares melhoram os desfechos clínicos. Essas ações promovem o uso mais seguro e eficaz de medicamentos no ambiente hospitalar.

Palavras-chave: Farmácia Clínica Hospitalar; Segurança Farmacoterapêutica; Reações Adversas a Medicamentos (RAMs); Intervenções da Farmácia Clínica; Revisão de Prescrições; Aconselhamento ao Paciente; Monitoramento de Medicamentos; Participação em Comissões de Farmácia e Terapêutica; Otimização de Dose; Redução de Eventos Adversos Graves; Pacientes Hospitalizados; Equipe Multidisciplinar.

Referências: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/?term=clinical+pharmacy+AND+adverse+drug+events+AND+hospital+pharmacy&filter=datesearch.y_10&filter=simsearch2.ffrft&filter=pubt.systematicreview&filter=lang.english&filter=hum_ani.humans&filter=age.alladult&filter=age.aged

MORBIDADE E ÓBITOS POR FEBRE CHIKUNGUNYA NA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA

NASCIMENTO, Ana Clara Ribeiro; AGUIAR, Cecília Silva; SOARES, Júlia Evelyn Chadaytt; ALVES, Karen Vieira; ROCHA, Maria Antônia Cândido e Sarmento de Assis; DUARTE, Maria Eduarda Ferreira.¹

PRINCE, Karina Andrade de.²

¹ Acadêmicas do curso de Farmácia do Centro Universitário UNIFIPMoc - Afya

² Docente do curso de Farmácia do Centro Universitário UNIFIPMoc – Afya

Introdução: A febre Chikungunya constitui um relevante problema de saúde pública na Região Sudeste do Brasil, refletindo o avanço das arboviroses em áreas urbanizadas. O cenário epidemiológico dessa região evidencia a persistência da transmissão e seus impactos sobre a morbidade e mortalidade. A análise dos casos revela padrões demográficos e territoriais característicos, que se assemelham aos observados em outras partes do país. Nesse contexto, compreender a dinâmica da doença é essencial para subsidiar estratégias de vigilância e controle. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico e a taxa de mortalidade por febre Chikungunya na região sudeste do Brasil, nos últimos 10 anos. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo e ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificações do SUS (SINAN-NET), referente ao número de casos e taxas de mortalidade por febre Chikungunya na região Sudeste do Brasil, no período de janeiro de 2015 a janeiro de 2025. Os dados foram obtidos a partir do SINAN-NET, disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/chikunbr.def>). **Resultados:** Entre 2017 e 2025, até a data atual, foram notificados 699.115 casos de febre chikungunya na região Sudeste do Brasil. Desses, 379 evoluíram para óbito em decorrência da doença, enquanto 146 óbitos permanecem em investigação. O número de casos apresentou variações ao longo do período, embora sem crescimento exponencial. No entanto, observa-se uma oscilação significativa entre os anos pré e pós-pandemia de Covid-19. Por exemplo, em 2017 foram registrados 32.994 casos; em 2020, durante a pandemia, esse número caiu para 18.171; já em 2024, após o controle da pandemia, os casos chegaram a 235.206. Entre os estados da região Sudeste, o maior número de casos acumulados de febre chikungunya no período de 2017 a 2025 foi registrado em Minas Gerais, com um quantitativo correspondente a 409.390. **Conclusão:** A análise dos dados revela que a febre Chikungunya permanece como um importante problema de saúde pública na Região Sudeste do Brasil, com números expressivos de casos notificados ao longo dos anos. A persistência da transmissão e os picos observados, especialmente em anos epidêmicos e no período pós-pandemia, reforçam a necessidade de estratégias contínuas de vigilância, controle vetorial e educação em saúde.

Palavras-chave: Arboviroses. Cenário epidemiológico. Persistência da transmissão.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. **Doenças de Notificação - Chikungunya: casos confirmados por unidade federada**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/chikunbr.def>. Acesso em: mai. 2025.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Saúde Coletiva e Epidemiologia da UNIFIPMoc

RELATO DE VISITA: LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO E BIOPROCESSOS DA UNIMONTES

FRANÇA, Ana Paula Pereira¹; SANTANA, Dafne Mirraella Dias¹; JESUS, Geraldo Gonçalves de¹; COELHO, Izabela Dias¹; CORREIA, Jaciara Lopes¹; OLIVEIRA, Naiara Lopes de¹; GUIMARÃES, Talita Antunes².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Farmácia UNIFIPMoc

Introdução: A Biotecnologia é uma área multidisciplinar que integra conhecimentos da Biologia, Química, Física, Engenharia e Ciências da Computação. Busca desenvolver produtos e processos inovadores por meio da manipulação de organismos vivos ou de suas partes. Essa abordagem permite a criação de tecnologias que impactam setores diversos, como saúde, agricultura, indústria e meio ambiente, contribuindo para avanços científicos e melhorias na qualidade de vida. Na área da saúde, destaca-se pela importância no desenvolvimento de medicamentos e vacinas. **Objetivo:** Relatar a experiência dos acadêmicos do sétimo período do curso de Farmácia ao realizarem uma visita técnica ao Laboratório de Desenvolvimento e Bioprocessos da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). **Desenvolvimento:** Durante a visita no laboratório de biotecnologia, foi possível observar a produção de biodiesel a partir do óleo de macaúba, por meio da reação de transesterificação, que transforma triglicerídeos em ésteres metílicos e glicerol. Tradicionalmente, esse processo utiliza catalisadores químicos, como hidróxido de sódio ou potássio. No entanto, foi apresentada uma alternativa mais sustentável: o uso de lipases microbianas, enzimas produzidas por fungos e leveduras, que promovem a transesterificação de forma mais limpa e ecológica. Além disso, conheceu-se a aplicação da enzima fitase como aditivo em rações animais, favorecendo a digestão de nutrientes e contribuindo para práticas mais sustentáveis na produção agropecuária. A atividade destacou o papel da biotecnologia em processos industriais e ambientais com interface na Farmácia. **Resultados:** A visita técnica possibilitou a compreensão prática de aplicações biotecnológicas, como a produção enzimática e sua utilização em processos sustentáveis. Os acadêmicos ampliaram a visão sobre o potencial da biotecnologia no setor farmacêutico, industrial e ambiental. **Conclusão:** A experiência reforçou a relevância da biotecnologia como área estratégica para inovações sustentáveis, despertando interesse dos estudantes por novas possibilidades de atuação profissional e científica.

Palavras-chave: Biotecnologia. Lipases microbianas. Produção enzimática.

Referência: TAVARES, Ana Paula M. et al. *Biotecnologia: uma abordagem interdisciplinar para o desenvolvimento sustentável*. Revista Brasileira de Biotecnologia, v. 13, n. 3, p. 204-220, 2015.

ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR NO SUDESTE DO BRASIL

SILVA, Raisse Vitoria Almeida¹; FONSECA, Ester Pinheiro¹; PEREIRA, Ana Paula¹; BORGES, Sarah Batista Arruda¹; AGUIAR, Roberta Junia Pereira¹; SILVA, Catarine Oliveira¹; PEREIRA, Angélica Silva¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMoc;

² Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

Introdução: A leishmaniose tegumentar americana configura-se como uma enfermidade parasitária de caráter endêmico nas Américas, causada por protozoários do gênero *Leishmania* e transmitida por flebotomíneos. A doença apresenta um amplo espectro clínico, desde manifestações cutâneas localizadas até formas mucosas e disseminadas. O diagnóstico envolve critérios clínico-epidemiológicos e laboratoriais, enquanto o tratamento, tradicionalmente baseado em antimoniais pentavalentes, enfrenta desafios relacionados à eficácia, toxicidade e recidivas. Diante disso, intensificam-se os esforços científicos na busca por alternativas terapêuticas e estratégias eficazes de controle. **Objetivo:** Analisar os principais aspectos epidemiológicos e a mortalidade por leishmaniose tegumentar americana na região Sudeste do Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Infomações de Agravos de Notificação do SUS (SINAN-NET), referente ao número de casos e taxa de mortalidade por Leishmaniose Tegumentar na região sudeste do Brasil, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Infomações de Agravos de Notificação do SUS (SINAN-NET), disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhttm.exe?sih/cnv/nimg.def>). **Resultados:** No período de 2015 a 2024 foram notificados 20.657 casos de Leishmaniose Tegumentar na região Sudeste. O número variou de 1.121 a 2.616 casos, com média de 2.066 casos anuais. Os números de casos aumentaram 31% nos anos de 2015 a 2021 e reduziram 57% entre os anos de 2021 a 2024. O maior número de casos foi registrado no estado de Minas Gerais (74%) e o menor número de casos foi registrado no estado do Rio de Janeiro (2,5%). Houve predomínio dos casos no sexo masculino (62,5%), na faixa etária entre 40-59 anos (33%), na cor/raça parda (48%). A maioria evoluiu para cura (65%) e teve 0,16% de óbitos. **Conclusão:** A análise dos dados epidemiológicos da Leishmaniose Tegumentar Americana na região Sudeste do Brasil evidencia que a doença continua sendo um relevante problema de saúde pública, com maior concentração de casos em estados como Minas Gerais. A distribuição dos casos por sexo, faixa etária e raça revela um perfil populacional mais vulnerável, o que reforça a necessidade de ações direcionadas. Apesar da maioria dos casos evoluir para cura, a presença de óbitos, embora em baixa proporção, e as dificuldades relacionadas ao tratamento destacam os desafios persistentes no manejo da doença. Nesse contexto, é fundamental

Intensificar as estratégias de vigilância, controle vetorial, educação em saúde e desenvolvimento de terapias mais eficazes e seguras, visando à redução da incidência e à melhoria da qualidade de vida da população afetada.

Palavras-chave: Notificação. Número de Casos. Taxa de Mortalidade.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Saúde Coletiva e Epidemiologia da UNIFIPMoc

GONTIJO, Bernardo; CARVALHO, Maria de Lourdes Ribeiro de. Leishmaniose tegumentar americana. Revista da

Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 36, n. 1, p. 71-80, jan./fev. 2003.

BASANO, Sergio de Almeida; CAMARGO, Luís Marcelo Aranha. Leishmaniose tegumentar americana: histórico,

epidemiologia e perspectivas de controle. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 7, n. 3, p. 328-337, 2004.

Morbidade por Violência Autoprovocada na Região Sudeste

BORGES, Iohanan Franco¹; MOURA, Juliana Matos¹; MARIA, Ana Clara da Conceição Ferreira¹; FERREIRA, Luiz Fernandes¹; MORAIS, Henrique Duarte de¹; VIEIRA, John Kevin Silva¹;

ARAÚJO, Nayane Beatriz Niza¹. P INCE, Karina Andrade de²

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da Unifipmoc;

² Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc e FUNORTE

Introdução: A Violência Autoprovocada refere-se a atos intencionais de agressão contra si mesmo, frequentemente utilizados como forma de lidar com emoções intensas ou sofrimento psíquico. Nos últimos anos, observou-se um crescimento consistente nos casos de suicídio em todas as regiões do Brasil, incluindo o Sudeste, evidenciando uma tendência preocupante que tem mobilizado pesquisadores e profissionais da saúde. **Objetivo:** Analisar perfil epidemiológico por Violência Autoprovocada na região Sudeste do Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do SUS (SINAN - Net), referente ao número de casos por Violência Autoprovocada na região Sudeste do Brasil, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do SUS (SINAN - Net), disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nimg.def>). **Resultados:** No período de 2015 a 2024 foram notificadas 165.654 notificações por Violência Autoprovocada na região Sudeste do Brasil. O número variou de 10.500 a 25.005 casos, com média de 18.406 casos anuais e aumento de 140% nos últimos 10 anos. O maior número de casos foi registrado em Minas Gerais (45%) e o menor no Espírito Santo (3%). Houve predomínio das notificações no sexo feminino (18%), na faixa etária entre 20-29 anos (50%). **Conclusão:** As notificações por Violência Autoprovocada na região Sudeste do Brasil tem aumentado expressivamente nos últimos anos, sendo especialmente consideradas um grave problema de saúde pública em razão dos danos psicológicos. Assim, destaca-se a necessidade da melhoria das políticas públicas frente à prevenção dos casos, visando a redução dos casos e da mortalidade de mulheres jovens no país.

Palavras-chave: Violência Autoprovocada. Morbidade. Região Sudeste.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Saúde Coletiva e Epidemiologia da UNIFIPMoc

MORBIDADE E MORTALIDADE POR MENINGITE NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

SOUZA, Giovanna Cristina Gomes¹; ROCHA, Helen Jeisiany Santos¹; COELHO, Lara de Lêu Soares ¹; SILVA, Nathalia Cristina de Jesus¹; CARDOSO, Nicole Macedo¹; PRINCE, Karina Andrade de²
¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMOC-AFYA;
² Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMOC-AFYA

Introdução: A meningite configura-se como uma condição clínica de elevada gravidade, representando uma das principais causas de morbidade, sequelas neurológicas permanentes e internações hospitalares, sobretudo entre crianças, adolescentes e adultos jovens. Trata-se de uma inflamação das meninges (membranas que envolvem o cérebro e a medula espinhal) que pode ser desencadeada por diversos agentes etiológicos, sendo classificada, principalmente, em meningite bacteriana, viral, fúngica e parasitária. **Objetivo:** Analisar os índices de morbidade e mortalidade por meningite na região Sudeste do Brasil, identificando fatores associados à sua ocorrência e a taxa de mortalidade. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN/NET), referente ao número de casos e taxas de mortalidade por Meningite na região Sudeste, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. Os dados foram obtidos a partir do SINAN-NET, disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS(DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nimg.def>). **Resultados:** No período de 2015 a 2024 foram notificados 60.725 casos de Meningite, com taxa de mortalidade média de 10,7%. O número variou de 2291 a 10.070 casos, com média de casos anuais de 6.747. O maior número de casos foi registrado no ano de 2010 (10,070) e o ano com menor número de casos foi o ano de 2024 (2.291), verificando uma redução de 67,3% nos últimos anos. Houve predomínio dos casos no sexo masculino (66,6%), na faixa etária de 1 a 4 anos (23,6%), na cor/raça branca (57,5%), com predomínio da forma viral (60,4%) e a maioria dos pacientes evoluíram para cura (88,9%). **Conclusão:** A meningite continua sendo um importante agravo à saúde pública na região Sudeste, dada sua alta letalidade. Apesar disso, observou-se redução significativa no número de casos entre 2015 e 2024. A forma viral foi a mais prevalente, com maior incidência em crianças e predominância no sexo masculino. A maioria dos pacientes evoluiu para cura. Reforça-se a importância de medidas preventivas e de vigilância contínua, visando a redução dos casos e da mortalidade pela doença.

Palavras-chave: Epidemiologia. Meningites. Taxa de Mortalidade.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Epidemiologia e Bioestatística da UNIFIPMoc

Referências:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA (SBI). Site institucional. Disponível em: <https://www.infectologia.org.br>. Acesso em: 21 maio 2025.
HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN. Meningite – Glossário de Saúde. Disponível em: <https://www.einstein.br/n/glossario-de-saude/meningite>. Acesso em: 21 maio 2025.

SÍFILIS GESTACIONAL NA REGIÃO SUDESTE E OS RISCOS PARA A MÃE E O BEBÊ

MARINHO, Ludmilla Flavio Gabrich¹; SANTOS, Thainara Matias¹; SILVA, Laysa Rodrigues¹; DOS ANJOS, José Henrique Antunes Fernandes¹; DA SILVA, Maria Clara Alves¹; FREITAS, Isadora Rogrigues Andrade¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMoc; ² Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

Introdução: A sífilis gestacional é uma infecção sexualmente transmissível causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Quando não diagnosticada e tratada de forma adequada durante a gestação, pode ocasionar consequências graves para a mãe e o bebê, como natimortalidade, prematuridade, deformidades congênitas e morte neonatal. No Brasil, mesmo com a oferta gratuita de diagnóstico e tratamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a incidência da doença permanece elevada, especialmente na Região Sudeste, configurando um importante problema de saúde pública. **Objetivo:** Analisar os impactos da sífilis gestacional na saúde materno-infantil e ressaltar a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado como estratégias fundamentais para a prevenção da transmissão vertical. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, baseado em dados secundários da literatura científica e em diretrizes do Ministério da Saúde e do SUS, com ênfase nos protocolos de testagem, tratamento e prevenção da transmissão vertical durante o pré-natal. **Resultados:** A taxa de transmissão vertical da sífilis varia entre 70% e 100% nos estágios iniciais e cerca de 30% nos estágios tardios da doença. Crianças infectadas apresentam risco elevado de complicações e mortalidade neonatal. O tratamento precoce e adequado da gestante pode reduzir essa taxa em até 71%. O SUS recomenda testagens em três momentos da gestação: no primeiro e terceiro trimestres e no momento do parto. **Conclusão:** A sífilis gestacional é evitável e tratável, porém ainda representa um desafio para o sistema de saúde brasileiro. Investimentos em educação em saúde, cobertura adequada do pré-natal e cumprimento dos protocolos clínicos são essenciais para a redução da sífilis congênita e melhoria dos indicadores de saúde materno-infantil, especialmente na Região Sudeste do país, onde os índices permanecem elevados.

Palavras-chave: Sífilis gestacional. Transmissão vertical. Saúde materno-infantil. Pré-natal. Região Sudeste.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Epidemiologia e Bioestatística da UNIFIPMoc

MORBIDADE E MORTALIDADE POR TRANSTORNO NEURÓTICO E RELACIONADO COM STRESS E SOMATOFORMES NA REGIÃO SUDESTE

SANTOS, Bianca Araújo¹; TEIXEIRA, Larissa Miriany Ferreira¹; DUARTE, Márcia Isabela Alves¹; PIMENTA, Lara Guedes¹; RIBEIRO, Isabelly Victória Xavier¹; RIBEIRO, Maria Cecília Santos¹; PRINCE, Karina Andrade de²
¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMoc; ² Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

Introdução: Os transtornos neuróticos, somatoformes e relacionados ao estresse são comuns na prática clínica e envolvem múltiplos fatores. Estudos indicam dificuldades na padronização diagnóstica e apontam possíveis influências de aspectos sazonais e ambientais na sua ocorrência. Compreender essas variáveis pode contribuir para um melhor entendimento e cuidado com os pacientes. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico e a taxa de mortalidade por transtorno neurótico e relacionado com stress e somatoformes na região Sudeste. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente ao número de casos e taxa de mortalidade relacionada ao transtorno neurótico e relacionado com stress e somatoformes na região Sudeste, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. Os dados foram obtidos a partir do SIH/SUS, disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nimg.def>). **Resultados:** No período de 2015 a 2024 foram notificadas 13.238 internações por transtorno neurotico e relacionado com stress e somatoformes na região Sudeste, com taxa de mortalidade média de 0,41%. O número variou de 1.098 a 2.015 casos, com média de 1.471 casos anuais e aumento de 83,5% nos últimos 10 anos. O maior número de casos foi registrado no estado de São Paulo (65%) e a maior taxa de mortalidade no Rio de Janeiro (0,73%). Houve predomínio das internações no sexo feminino (63,7%), na faixa etária entre 20 a 29 anos (13,3%), na cor/raça branca (46,53%), internadas em caráter de urgência (81,3%) e com média de permanência de 9,8 dias. Os custos médios e totais das internações foram de R\$ 457,73 e R\$ 6.059.432,79 respectivamente. **Conclusão:** As internações por transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes na região Sudeste apresentaram aumento expressivo no período analisado, com predomínio em mulheres jovens e no estado de São Paulo. A elevada taxa de internações de urgência, o tempo médio de permanência hospitalar e os custos associados evidenciam o impacto desses transtornos na saúde pública. Dessa forma, destaca-se a necessidade de aprimorar as estratégias de prevenção, promoção da saúde mental e oferta de cuidados especializados, visando à melhoria da qualidade de vida da população acometida.

Palavras-chave: Transtornos neuróticos. Estresse. Saúde Mental. Gastos Hospitalares.

Referências: FREYBERGER, H. J. et al. Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes (seção F4) e disfunção fisiológica associada a fatores mentais ou comportamentais (seção F5): resultados do estudo de campo da CID-10. *Pharmacopsychiatry*, Stuttgart, v. 23, n. 3, p. 103-107, jun. 1990. BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nimg.def>. Acesso em: 05 maio 2025.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Saúde Coletiva e Epidemiologia da UNIFIPMoc

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E MORTALIDADE POR VARICELA NO BRASIL

MONÇÃO, Matheus Lourenço Duarte¹; SILVA, Victória Karollyne Rodrigues da¹; SILVA, Erick Samuel¹; SILVA, Felipe Andrade¹; FERREIRA, Kewryn Thawany¹; BUENO, Thayná de Souza¹; PRINCE, Karina Andrade de²
¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMOC; ² Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

Introdução: A varicela é uma infecção viral aguda e contagiosa, causada pelo vírus Varicela-Zoster, com maior incidência em crianças. Embora geralmente benigna, pode causar complicações graves em adultos e imunocomprometidos. No Brasil, a vacina foi introduzida no calendário nacional em 2013, reduzindo internações e óbitos. Ainda assim, a doença persiste como desafio à saúde pública, exigindo vigilância epidemiológica e alta cobertura vacinal. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico e a taxa de mortalidade por varicela no Brasil, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN-NET), referente ao número de notificações e taxa de mortalidade por varicela no Brasil, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2023. Os dados foram obtidos a partir do SINAN-NET, disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhttm.exe?sih/cnv/nimg.def>). **Resultados:** No período de 2014 a 2023 foram notificadas 370.015 notificações de varicela no Brasil. O número variou de 4.019 a 113.477 casos, com média de 37.002 casos anuais e reduziu 96,5% nos últimos 10 anos. O maior número de casos foi registrado na região Sudeste (31,2%) e a maior taxa de mortalidade na região Norte (0,2%). Houve predomínio das internações no sexo masculino (51,5%), na faixa etária de 1 a 9 anos (61,2%), na cor/raça branca (35,9%). A maioria dos casos evoluíram para cura (63,3%) e 405 foram a óbito (0,1%). **Conclusão:** A análise dos dados evidenciou uma expressiva redução nos casos notificados de varicela no Brasil ao longo da última década, refletindo o impacto positivo da inclusão da vacina no calendário nacional de imunização. Observou-se uma maior incidência entre crianças brancas do sexo masculino, com idade entre 1 e 9 anos, padrão que se manteve estável durante o período estudado. Apesar dos avanços, a persistência de casos e óbitos ressalta a importância de manter altas coberturas vacinais e fortalecer a vigilância epidemiológica, a fim de prevenir surtos e garantir o controle sustentado da doença em todo o território nacional.

Palavras-chave: Varicela. Taxa de mortalidade. Vacinação.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN-NET. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defhttm.exe?sinan/net/infong.def>. Acesso em: 13 maio 2025.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Saúde coletiva e Epidemiologia da UNIFIPMoc

MORBIDADE E MORTALIDADE POR LEPTOSPIROSE NO BRASIL

CIONI, Vitor Luis Lima¹; RODRIGUES, Catherine Quintino; MOREIRA, Luiz Gustavo R.1; FROES, Alessandra Soares 1; SANTOS, Jennifer Tayna N.1; RAMOS, Sarah Almeida 1; ARAÚJO, Karen Ferreira A. De1; PRINCE, Karina Andrade 2.
¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMoc;
² Professora do Curso de Farmácia na UNIFIPMoc

Introdução: A leptospirose é uma doença infecciosa de notificação compulsória e constitui um grave problema de saúde pública no Brasil, especialmente em áreas com condições sanitárias precárias. Causada por bactérias do gênero *Leptospira* e favorecida por climas tropicais, sua ocorrência está associada a fatores ambientais e socioeconômicos. Estudos epidemiológicos, como os realizados em Minas Gerais e em escala nacional, evidenciam padrões espaciais e populacionais que orientam ações de controle. **Objetivo:** O objetivo foi analisar o perfil epidemiológico e a taxa de mortalidade da leptospirose no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações de Internações e notificações do SUS (SIH/SUS), referente ao número de casos e taxa de mortalidade pela doença no Brasil, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. Os dados foram obtidos a partir do SIH/SUS disponibilizados pelo departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sih/cnv/nimg.def>). **Resultados:** 2015 a 2024 foram notificados 29.206 casos de leptospirose no Brasil. O número variou de 4.337 a 1.924 casos, com média de 2.921 de casos anuais e redução de 55,6% nos últimos 10 anos. O maior número de casos foi registrado na macrorregião de saúde na Região Sul (35,25%). Houve predomínio das internações no sexo masculino (81,47%), na faixa etária entre 20 a 39 anos (37,89%) na cor/raça branca (43,34%), internadas em caráter de urgência (84%) e com média de permanência de 4 a 6,6 dias. No entanto, a taxa de mortalidade foi maior no sexo masculino (6,5%) e em pacientes com 20 a 49 anos (9%). Os custos médios e totais das internações foram de R\$11.117,00 e R\$20.104,258,00 respectivamente. **Conclusão:** As internações por leptospirose no Brasil tem reduzido expressivamente nos últimos anos, apesar disso a taxa de mortalidade continua significativa especialmente em homens e sendo um grave problema de saúde em regiões com condições sanitárias precárias. Assim, destaca-se a necessidade de ações preventivas e uma vigilância contínua, melhorias no saneamento básico e ações educativas em saúde são essenciais para conter a propagação da doença e diminuir seus índices de morbidade e mortalidade.

Palavras-chave: Leptospirose. Taxa de mortalidade. Perfil epidemiológico. Saúde pública.

Referências:

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Situação Epidemiológica da Leptospirose no Brasil**. Brasília, 2024. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS: **Sistema de Informações de Saúde. Casos confirmados de leptospirose no Brasil, 2000–2024**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. TabNet: **Sistema de Informação sobre Mortalidade – Leptospirose**. Disponível em: <https://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=2980>. Acesso em: 20 maio 2025.

SAÚDE AO ALCANCE DE TODOS: AÇÕES PREVENTIVAS COM TESTES RÁPIDOS

RESENDE, Ana Luiza Macedo¹; VELOSO, Gabryella Cardoso Lopes¹; ALMEIDA, Maria Clara Sobreira de¹; MAGALHÃES, Victória Emanuelle Gomes¹; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa²; PEREIRA, Nayara Gonçalves²

¹Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UnifipMoc

²Professor do curso de Farmácia da instituição UnifipMoc

Introdução/Justificativa: O evento teve como foco o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. **Objetivo(s):** A iniciativa teve como objetivo informar a população sobre a relevância dos testes de triagem para a saúde, incluindo tipagem sanguínea, aferição da pressão arterial e glicemia capilar. **Métodos:** No dia 30 de abril de 2025, acadêmicas do curso de Farmácia da UNIFIPMoc, em parceria com um laboratório de análises clínicas localizado em Montes Claros/MG, promoveram uma ação de conscientização na Praça de uma Igreja localizada no bairro Santos Reis, em Montes Claros – MG. A atividade foi organizada em formato de atendimento comunitário, onde as acadêmicas montaram estações para cada tipo de teste. Os participantes receberam orientações sobre os procedimentos realizados, seus benefícios e como compreender os resultados obtidos. Além disso, foram distribuídos materiais educativos com informações sobre prevenção de doenças e cuidados com a saúde. **Resultados:** A ação contou com significativa participação da comunidade, com dezenas de pessoas realizando os testes e recebendo orientações personalizadas. Muitos participantes identificaram possíveis fatores de risco para hipertensão e diabetes, além de obterem conhecimento sobre sua tipagem sanguínea, que é um dado importante em situações de emergência. **Considerações Finais/Conclusões:** O evento foi bem-sucedido, promovendo a conscientização sobre a importância do monitoramento da saúde e incentivando a adoção de hábitos preventivos. A parceria entre as acadêmicas e o laboratório de análises clínicas demonstrou a relevância do engajamento entre instituições de ensino e a comunidade na promoção da saúde pública. Diante dos resultados positivos, iniciativas como essa podem ser ampliadas e replicadas em outras localidades, garantindo que mais pessoas tenham acesso a informações e serviços essenciais para a prevenção de doenças.

Palavras-chave: Ação. Comunidade. Conscientização. Prevenção.

Referências:

DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, I.-I. B. Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Brasil. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 8 maio. 2025. Ministério da Saúde. (2022). Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. World Health Organization. (2022). Health Promotion. Geneva: World Health Organization.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

MORBIDADE E MORTALIDADE POR ACIDENTES COM ANIMAIS PEÇONHENTOS NA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA

SANTOS, Ana Cecília Pinheiro¹; PEREIRA, Bianca Stefhanie Cardoso¹; OLIVEIRA, Lorena Aparecida de Jesus¹; FONSECA, Maria Julia Soares¹; MORAES, Raissa Cosme de¹; SENA, Sandy Gabrielle dos Santos¹; PRINCE, Karina Andrade de² ¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMoc; ² Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

Introdução: Os acidentes com animais peçonhentos, como serpentes, aranhas e escorpiões, representam um problema de saúde pública significativo no Brasil, especialmente na região Sudeste. Esses incidentes podem resultar em morbidade e mortalidade significativas, afetando principalmente populações vulneráveis, como trabalhadores rurais e comunidades em áreas de alta incidência. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos de acidentes com animais peçonhentos no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024 na região Sudeste. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, ecológico de série temporal. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do SUS (SINAN-Net), referente ao número de casos e taxas de mortalidade por acidentes com animais peçonhentos na região Sudeste do Brasil, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. Os dados foram obtidos a partir do SINAN-Net, disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nimg.def>). **Resultados:** No período de 2015 a 2024 foram notificados 1.019.709 casos de acidentes com animais peçonhentos, o número variou de 62.348 a 138.625 casos, com média de 101.970 casos anuais e aumento de 101% nos últimos 10 anos. O maior número de casos foi registrado em Minas Gerais (45%) e o menor número de casos foi registrado no Rio de Janeiro (23%). Houve predomínio dos casos em pacientes no sexo masculino (56%), na faixa etária acima dos 20 aos 59 anos (15%), na cor/raça branca (44%). Apresentando os escorpiões como maior causador dos acidentes (68%) e as lagartas como menor causadores de acidentes (2,1%). **Conclusão:** As internações por fraturas de fêmur em idosos de Minas Gerais tem aumentado expressivamente nos últimos anos, sendo especialmente consideradas um grave problema de saúde pública em razão da alta letalidade e dos custos hospitalares com seu tratamento. Assim, destaca-se a necessidade da melhoria das medidas preventivas e de promoção à saúde, bem como, tratamento adequado visando a melhoria da qualidade de vida da população idosa do estado.

Palavras-chave: Fratura de Fêmur. Idosos. Hospitalizações. Custos Hospitalares.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Epidemiologia e Bioestatística da UNIFIPMoc

EVOLUÇÃO DA COBERTURA VACINAL DA TRÍPLICE VIRAL NO BRASIL (2017-2022): Desafios e impactos na saúde

Aline Hellen Batista ¹; Anny Karoline Silva Costa¹; Ingridy Lavínia Almeida Santos ¹; Karem Fabiane Gomes Cruz ¹; Flávio Júnior Barbosa Figueiredo ²; Talita Antunes Guimarães ².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da Unifipmoc

² Professor do curso de Farmácia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A vacina tríplice viral, incluída no calendário nacional em 1992, protege contra sarampo, caxumba e rubéola. Sua ampla adesão levou à eliminação do sarampo no Brasil em 2016. No entanto, entre 2017 e 2022, houve queda progressiva na cobertura vacinal, com a primeira dose passando de cerca de 95% para 85%, refletindo também na segunda dose e comprometendo a proteção coletiva. **Objetivo:** Investigar a evolução dos indicadores vacinais, analisando anualmente as coberturas, os fatores que influenciam suas variações, a relação com surtos como o de sarampo desde 2018 e os impactos da COVID-19. **Métodos:** Para isso, foi conduzida uma revisão narrativa da literatura, com buscas realizadas nas bases SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2017 e 2023, que tratam de eventos históricos relevantes, como surtos epidêmicos e a pandemia. **Resultados:** Os surtos de sarampo em 2018 e 2019, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, evidenciaram a queda na cobertura vacinal no Brasil. Esse retrocesso foi impulsionado pela hesitação vacinal, desinformação nas redes sociais, campanhas educativas insuficientes, desigualdades no acesso à saúde e os impactos da pandemia de COVID-19. A situação revelou fragilidades na comunicação e na infraestrutura de imunização, exigindo ações integradas para recuperar os índices vacinais e restabelecer a confiança da população. **Considerações Finais/Conclusões:** Recomenda-se fortalecer campanhas educativas integrando estratégias digitais e mobilização comunitária, otimizar a logística de abastecimento, ampliar os horários de atendimento, adotar ações focalizadas em áreas com baixa cobertura e aprimorar o monitoramento e a resposta a surtos. Apenas com políticas equitativas, comunicação eficaz e engajamento social contínuo serão possíveis retomar níveis seguros de imunização e garantir a proteção coletiva.

Palavras-chave: Vacinação; Tríplice viral; Cobertura vacinal; COVID-19.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações – 50 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vacinacao-imunizacao-pni/programa-nacional-de-imunizacoes-50-anos.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

NANOTECNOLOGIA EM MEDICAMENTOS: AVANÇOS E APLICAÇÕES NA TERAPÊUTICA FARMACÊUTICA

1Davi dos santos Durães

2Nayara Gonçalves Pereira

1 Acadêmico do curso de Farmácia da UNIFIPMoc/Afya

2 Professor do curso Farmácia da UNIFIPMoc/Afya

Introdução: A nanotecnologia tem se destacado como uma abordagem inovadora na área farmacêutica, permitindo o desenvolvimento de sistemas de liberação de fármacos mais eficientes e direcionados. Nanocarreadores, como nanopartículas lipídicas sólidas e polímeros biocompatíveis, têm sido explorados para superar limitações relacionadas à biodisponibilidade, estabilidade e toxicidade dos medicamentos tradicionais. **Objetivo(s):** Revisar os avanços e aplicações da nanotecnologia no desenvolvimento de medicamentos, destacando seus benefícios terapêuticos e os desafios associados à sua implementação. **Métodos:** Trata-se de uma revisão da literatura com busca em bancos de dados publicados entre 2020 e 2025, SciELO, PubMed e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram: *Nanotechnology and innovation*; *Nanotechnology and pharmacotherapy*. Critérios de inclusão: artigo de revisão sistemática, publicados em inglês e português. Critérios de exclusão: artigos publicados fora do período determinado, diferente dos idiomas português e inglês. Critérios de elegibilidade: artigos que abordassem a aplicação da nanotecnologia. **Resultados:** A análise revelou que a nanotecnologia contribui significativamente para a melhoria da eficácia terapêutica dos medicamentos. Sistemas nanoestruturados permitem a liberação controlada e direcionada de fármacos, reduzindo efeitos colaterais e aumentando a adesão ao tratamento. Além disso, a nanotecnologia tem viabilizado a administração de medicamentos em tecidos de difícil acesso, como o cérebro, ultrapassando barreiras fisiológicas. **Considerações Finais:** A aplicação da nanotecnologia na farmacêutica representa um avanço promissor na terapêutica, oferecendo soluções para desafios antigos na administração de medicamentos. No entanto, é essencial continuar investindo em pesquisas que avaliem a segurança, eficácia e viabilidade econômica desses sistemas, além de estabelecer regulamentações específicas para sua aprovação e uso clínico.

Palavras-chave: Nanotecnologia. Sistemas de liberação de fármacos. Nanocarreadores.

Referências:

1. Silva, P. R. et al. A nanotecnologia aplicada ao desenvolvimento de fármacos. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 5, 2022.
2. Guterres, S. S. et al. Impactos da nanotecnologia na saúde: produção de medicamentos. *Química Nova*, v. 43, n. 1, p. 89-98, 2020.
3. Wikipedia. Nanotecnologia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nanotecnologia>. Acesso em: 18 maio 2025.

RELATÓRIO TÉCNICO DE VISITA AO LABORATÓRIO DE BIOTECNOLOGIA : EXPLORANDO APLICAÇÕES SUSTENTÁVEIS E TECNOLÓGICAS NA EXTRAÇÃO DE ÓLEO DA MACAÚBA.

DE FAUSTO, Andreia Luiza Ferreira ; GUEDES, Bruna Lopes ; VERÍSSIMO, Gustavo Henrique Soares ; FERREIRA, Larissa Nunes ; DE LUCENA, Maria Clara Dourado ; FEITOSA, Maria Eduarda de Sena ; GUIMARÃES, Talita Antunes
²¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMOC
² Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMOC

RESUMO: A biotecnologia é uma área multidisciplinar que aplica conhecimentos de biologia, química e engenharia para desenvolver soluções inovadoras voltadas para setores como saúde, agricultura, indústria e meio ambiente. Seu papel tem sido fundamental no avanço de tecnologias sustentáveis, no aproveitamento racional de recursos naturais e no desenvolvimento de produtos com alto valor agregado. Os laboratórios de biotecnologia, nesse cenário, funcionam como centros de pesquisa e inovação, possibilitando a experimentação prática de conceitos teóricos estudados em sala de aula. Nesse contexto, a visita técnica ao Laboratório de Biotecnologia teve como objetivo proporcionar aos alunos uma vivência prática dos processos e equipamentos utilizados em pesquisas biotecnológicas, com destaque para a demonstração do processo de extração do óleo da macaúba, uma planta de relevante interesse bioenergético e industrial. A atividade possibilitou a ampliação do conhecimento sobre biotecnologia aplicada, promovendo uma importante integração entre teoria e prática. A visita técnica ao Laboratório de Biotecnologia representou uma importante oportunidade de aprendizado prático e aproximação com o ambiente de pesquisa, o contato com os equipamentos e com as técnicas de extração biotecnológica ampliou a compreensão sobre os processos laboratoriais, especialmente no que diz respeito ao aproveitamento de recursos naturais, como a macaúba, no desenvolvimento de produtos sustentáveis. A experiência contribuiu significativamente para a formação acadêmica dos alunos, promovendo a integração entre teoria e prática, além de despertar o interesse por áreas de inovação tecnológica e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS: SILVA, A. L.; CASTRO, A. M. G. de. Introdução à Biotecnologia. Revista Virtual de Química, v. 3, n. 2, p. 123-135, 2011. SOUZA, G. M.; VIEIRA, L. G. E. Biotecnologia: Fundamentos e Aplicações. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2017.

Apoio financeiro: FAPEMIG, CNPq, Outros Órgãos de Apoio. Se houver Aprovação Comitê de Ética: CEP n°/Ano. Se o projeto envolver seres humanos (questionários, entrevistas, análise clínicas, etc) Modalidade de Iniciação Científica na UNIFIPMoc: Se cadastrado em ICouResumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

CRESCER COM SAÚDE : UM OLHAR PARA A OBESIDADE INFANTIL

MARINHO, Agnnes nunes 1; NONATO, Maria Clara Alves 1; MARTINS, Thais Alves 1; MOTA, Tiago Pereira Gomes 1; PEREIRA, Nayara Gonçalves 2.

1 Acadêmico do curso de farmácia da instituição UNIFIPMoc/Afya

2 Professor do curso X da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução: A ODS 3 Saúde e Bem-Estar retrata a importância de assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, visando a melhoria da qualidade de vida por meio do acesso universal a serviços de saúde, redução da mortalidade, prevenção de doenças e promoção de saúde mental e bem-estar. Diante disso, foi realizada uma ação extensionista sobre a obesidade infantil em uma escola estadual no município de Montes Claros. A obesidade infantil é uma preocupação crescente em saúde pública, afetando o desenvolvimento físico e emocional de crianças. Dentre os principais fatores relacionados estão os maus hábitos alimentares e a falta de atividades físicas. A escola, como espaço de formação, tem papel fundamental na promoção de práticas saudáveis, ensinando sobre a importância dos alimentos in natura ou minimamente processados, além de incentivar a preparação de refeições em família, o que pode contribuir para escolhas alimentares mais conscientes e saudáveis. Diante disso, percebe-se a importância de ações educativas que despertem nas crianças a consciência sobre escolhas alimentares e a prática de exercícios. **Objetivo:** Promover a conscientização sobre a obesidade infantil e incentivar hábitos saudáveis de vida. **Métodos:** A ação extensionista foi realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2025, com alunos do segundo ano do ensino fundamental de uma escola estadual localizada na cidade de Montes Claros/MG. Primeiramente, houve um bate-papo envolvendo as crianças, que foram questionadas quanto sua alimentação e se praticavam atividade física regularmente. Em seguida, foram promovidas brincadeiras com foco no incentivo à movimentação e à prática de exercícios físicos. Para finalizar, foi oferecida melancia aos alunos, como forma de reforçar a importância do consumo de frutas e da hidratação. A ação foi conduzida por acadêmicos sob supervisão docente. **Resultados:** As crianças demonstraram grande interesse e participação nas atividades, demonstrando entusiasmo e interação entre os acadêmicos. A oferta de fruta no final da atividade foi bem aceita, reforçando de maneira prática o aprendizado sobre escolhas alimentares saudáveis. **Considerações Finais:** A iniciativa contribuiu de forma significativa para a promoção da saúde e da educação alimentar entre o público infantil. Atividades como essa fortalecem o papel da escola e da universidade na formação de cidadãos conscientes e saudáveis, além de inspirar novas ações voltadas a saúde no ambiente escolar.

Palavras-chave: Obesidade infantil. Alimentação saudável. Atividade física

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PREVENÇÃO À OBESIDADE INFANTIL

RODRIGUES, Angelina ¹; ROCHA, Maria Clara Barbosa ¹; REIS, Ryan Brayan da Silva ¹; PEREIRA, Nayara Gonçalves².

¹ Acadêmico do curso de farmácia da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução: Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU, o ODS 3 destaca-se por defender a saúde e o bem-estar como direitos essenciais a todas as pessoas, independentemente da idade. A proposta envolve não só o acesso igualitário a serviços de saúde, mas também a promoção de ações que previnam doenças, incentivem práticas saudáveis e valorizem a saúde mental. Considerando esses princípios, foi planejada uma ação universitária voltada ao tema da obesidade infantil, realizada em uma escola pública da cidade de Montes Claros/MG. O excesso de peso na infância tem se tornado uma questão alarmante, pois pode comprometer não apenas a saúde física, mas também o desenvolvimento emocional dos pequenos. Fatores como alimentação desequilibrada e ausência de atividades físicas contribuem significativamente para esse cenário. O ambiente escolar, por sua vez, pode funcionar como um espaço estratégico para a transformação desses hábitos, promovendo educação alimentar e incentivando rotinas mais saudáveis, tanto nas refeições quanto no movimento corporal. **Objetivo:** Conduzir uma ação educativa que despertasse nas crianças a compreensão sobre os riscos da obesidade e a importância de uma vida ativa e bem alimentada. **Métodos:** A proposta foi realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2025, com estudantes do segundo ano do ensino fundamental de uma escola estadual. A abordagem inicial foi feita por meio de uma roda de conversa, na qual as crianças falaram sobre sua alimentação diária e a prática de exercícios. Em seguida, foram organizadas atividades lúdicas e recreativas com foco na movimentação do corpo e no incentivo ao brincar ativo. Para encerrar a atividade de forma prática e significativa, foi oferecida uma porção de melancia, reforçando o papel das frutas na alimentação e a importância de manter o corpo hidratado. Toda a ação foi desenvolvida por universitários, sob a supervisão de professores orientadores. **Resultados:** Durante a ação, foi notável o envolvimento das crianças, que participaram com entusiasmo das discussões e das brincadeiras. O contato direto com os universitários favoreceu a troca de conhecimentos, e o lanche ao final reforçou, de maneira simbólica, a mensagem sobre escolhas alimentares mais saudáveis. **Considerações Finais:** Essa experiência demonstrou como iniciativas simples e bem planejadas podem gerar impacto significativo na formação de hábitos saudáveis entre o público infantil. Além de fortalecer o papel social da escola e da universidade, ações como essa criam oportunidades de diálogo e aprendizado que podem se refletir positivamente no cotidiano das crianças e de suas famílias.

Palavras-chave: Obesidade infantil. Alimentação saudável. Atividade física.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MESA DE AFETO: ALIMENTAÇÃO E BEM-ESTAR NA TERCEIRA IDADE

Erica Keliana da Cruz Novais ¹; Gisele Cardoso Oliveira ¹; Paula Beatriz Souza Cruz¹ Shayana Sarah Alves Ramos¹; Nayara Gonçalves Pereira² Flávio Júnior Barbosa Figueiredo².
¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMoc
² Professor do curso Farmácia da instituição UNIFIPMoc

Introdução/Justificativa: O envelhecimento populacional tem aumentado a demanda por cuidados mais humanizados em instituições de longa permanência para idosos. Observou-se, em visitas de campo, dificuldades relacionadas à alimentação, sociabilidade e autoestima entre os residentes. A alimentação inadequada, somada à ausência de atividades interativas, prejudica diretamente a qualidade de vida dos idosos. Diante disso, desenvolveu-se uma ação que uniu alimentação adaptada e atividades lúdicas, como estratégia de promoção do bem-estar físico e emocional. **Objetivo(s):** Promover melhorias na qualidade de vida de idosos institucionalizados por meio de um café da tarde nutritivo e atividades de integração social, valorizando o cuidado humanizado. **Métodos:** A intervenção ocorreu no Lar das Velhinhas, em Montes Claros – MG, com 39 idosos. Estudantes de Farmácia, sob orientação docente e apoio dos cuidadores, organizaram o espaço e realizaram um café da tarde com alimentos de fácil mastigação e digestão, além de uma oficina de desenho. Foram utilizados materiais simples, como lápis de cor, papel e tinta guache. **Resultados:** Os idosos participaram ativamente da ação, demonstrando satisfação com os alimentos oferecidos e entusiasmo com as atividades propostas. Relataram melhora no apetite, maior disposição e sentimento de acolhimento. As interações sociais foram fortalecidas, e a autoestima estimulada. O envolvimento dos cuidadores também foi essencial para o sucesso da experiência. **Considerações Finais/Conclusões:** A atividade atingiu seus objetivos ao proporcionar benefícios físicos, emocionais e sociais aos idosos, além de sensibilizar os acadêmicos sobre a importância do cuidado integral. Ações simples, quando planejadas com empatia, promovem um envelhecimento mais digno e saudável.

Palavras-chave: Idosos. Alimentação. Extensão. Bem-estar.

Referências Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2006. Lipschitz DA. Screening for nutritional status in the elderly. Prim Care 1994;21(1):55-67.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

Farmacologia no SUS: Monitoramento de Reações Adversas e Segurança do Paciente

Cynthia Emanuely Santos nobre 1; João Vitor Alquimim Souza 1; João Pedro Rodrigues Pereira 1; Láisa Tamiris Miranda de Oliveira 1; Marcos Andrey Mendes Silva 1; Maria Vitória Silva Melo 1; Talita Antunes Guimarães 2.

1 Acadêmico do curso de Farmácia da Unifipmoc

2 Professor do curso de Farmácia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: As reações adversas a medicamentos (RAM) são os efeitos negativos que aparecem com o uso de doses usualmente relacionadas a enfermidade do paciente, sendo uma resposta indesejável e prejudicial. Fatores como sexo, idade, comorbidade e uso exorbitante de medicamentos são cruciais para o surgimento de RAM. Dentre os métodos da farmacovigilância para monitorar as reações adversas a medicamentos; a notificação espontânea foi a que mais se sobressaiu, sendo um sistema que proporciona uma identificação de RAM inesperadas. **Objetivo(s):** Analisar as notificações de reações adversas a medicamentos no Brasil, com foco na segurança do paciente no SUS. **Métodos:** Para isso, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com buscas nas bases SciELO e Google Acadêmico. Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2022, que abordam a farmacologia no SUS, utilizando os descritores “farmacovigilância”, “reações adversas” e “SUS”. **Resultados:** Estudos apontaram que as reações adversas foram mais comuns em mulheres e idosos, possivelmente relacionado aos fatores hormonais do sexo feminino, e metabolismo diferente desses grupos, a análise dos estudos mostra a necessidade de monitoramento minucioso para minimizar os riscos de RAM e garantir a segurança do paciente. **Considerações Finais/Conclusões:** A farmacovigilância é crucial para a segurança dos pacientes, exclusivamente no SUS, e estratégias de farmacologia são essenciais para monitorar as reações adversas a medicamentos.

Palavras-chave: Farmacovigilância; Reações adversas; Segurança do paciente; SUS.

Referências: MOTA, D. M.; VIGO, Á.; KUCHENBECKER, R. DE S. Reações adversas a medicamentos no sistema de farmacovigilância do Brasil, 2008 a 2013: estudo descritivo. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 8, 2019.
MODESTO, A. C. F. et al. Reações Adversas a Medicamentos e Farmacovigilância: Conhecimentos e Condutas de Profissionais de Saúde de um Hospital da Rede Sentinela. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 40, n. 3, p. 401–410, set. 2016.

OS IMPACTOS SOCIAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

MENDONÇA, Ian Paulo¹; SÁ, Caio Olímpio Gomes de¹; RAMOS, João Gabriel Silveira Dias¹; SALES, João Pedro Silva¹; PINHEIRO, Thaisa de Almeida²; GUIMARÃES, Talita Antunes².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES

² Professor da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES e do Centro Universitário UNIFIP-MOC

Introdução/Justificativa: A extensão universitária é reconhecida como uma prática educativa que promove a integração entre universidade e sociedade, permitindo que os estudantes apliquem conhecimentos teóricos em contextos reais. Nesse sentido, destacam-se as Atividades Integradas de Extensão (AIEEX) do curso de Farmácia da Unimontes, que contribuem para a formação de profissionais mais sensíveis às necessidades da comunidade, promovendo uma formação humanística e cidadã.

Objetivo(s): Relatar os impactos sociais da extensão universitária, destacando sua contribuição para o processo de formação acadêmica. **Métodos:** A ação intitulada "Atenção que Transforma" foi desenvolvida por acadêmicos do 1º período da 1ª turma do curso de Farmácia da Unimontes, e ocorreu no Parque Municipal Milton Prates, em Montes Claros (MG). A atividade foi realizada das 8h às 16h e promoveu interação e socialização com os indivíduos que transitavam pelo local. Durante a ação, realizou-se aferição de pressão arterial e de glicemia capilar, além de orientações sobre a importância do rastreamento em saúde. As atividades aconteceram em uma tenda disponibilizada pela parceira do projeto, a Drogaria Minas Brasil. Além disso, foi entregue um cartão informativo com o registro dos resultados das aferições. **Resultados:** A ação teve grande impacto na comunidade e atendeu um total de 150 pessoas, as quais foram devidamente orientadas de acordo com os resultados apresentados nas aferições de pressão e glicemia capilar. **Considerações Finais/Conclusões:** Observou-se que a participação no projeto de extensão contribuiu significativamente para a formação dos acadêmicos, estimulando uma postura crítica, reflexiva e humanística. O contato direto com a comunidade permitiu a vivência de diferentes realidades, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o papel social do farmacêutico e ressaltando a importância de uma atuação ética e comprometida com o cuidado à saúde.

Palavras-chave: Extensão. Farmacêutico. Comunidade.

Referências: SANTANA, R. R.; SANTANA, C. C. de A. P.; COSTA NETO, S. B. da; OLIVEIRA, Ê. C. de. Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 46, n. 2, e98702, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>. Acesso em: 26 maio 2025.
FADEL, C. B.; BORDIN, D.; KUHN, E.; MARTINS, L. D. O impacto da extensão universitária sobre a formação acadêmica em Odontologia. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 17, n. 47, p. 937–946, out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.3811>. Acesso em: 26 maio 2025.

EXTENSÃO EM SAÚDE: PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE

SOARES, Anne Rafaelly de Souza¹; SANTOS, Emilly Vitoria Gonçalves¹; BAHIA, Nicolle Souto¹, SOUSA, Thamires Rafaela Soares¹; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa²; PEREIRA, Nayara Gonçalves²

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMoc; ² Professores do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

Introdução: O Projeto de Extensão aproxima a universidade da comunidade de Montes Claros, levando serviços de saúde básicos e orientações educativas a espaços públicos (praças, centros comunitários). Assim, integra o saber técnico-científico à realidade local de forma prática, acolhedora e acessível. **Objetivo:** Promover o acesso da população a serviços básicos de saúde e fortalecer a conscientização sobre a importância da prevenção, do diagnóstico precoce e do autocuidado, por meio da oferta de exames gratuitos e orientações educativas realizadas durante uma ação comunitária em espaço público. **Metodologia:** A ação foi realizada em uma Praça do bairro Santos Reis, em Montes Claros, no dia 30 de abril de 2025. Durante a ação, foram disponibilizados exames gratuitos de aferição de pressão arterial, teste de glicemia e tipagem sanguínea para a população presente. A equipe responsável contou com profissionais de saúde e acadêmicos, garantindo um atendimento qualificado e acolhedor. **Resultados:** A ação obteve resultados positivos, visto que foi possível prestar atendimentos a aproximadamente 250 pessoas, que saíram gratas e com informações necessárias para cuidarem da sua saúde em casa, além de trazer uma experiência de crescimento profissional e humanizado aos estudantes e profissionais. **Conclusão:** A ação comunitária alcançou de maneira eficaz seu propósito de promover a saúde e a prevenção de doenças de maneira acessível e educativa. A forte participação da população e o interesse demonstrado pelos serviços ofertados evidenciaram a relevância de iniciativas que levem atendimento e informação até a comunidade. Além de beneficiar diretamente os usuários, a atividade contribuiu significativamente para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos, proporcionando uma vivência prática pautada na empatia, no compromisso social e no desenvolvimento de habilidades profissionais. Dessa forma, conclui-se que ações extensionistas como essa devem ser incentivadas e ampliadas, por representarem um elo valioso entre a universidade e a sociedade.

Palavras-chave: Saúde. Prevenção. Educação em saúde.

Resumo oriundo de atividades da Disciplina de Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc

RELATO DE EXPERIÊNCIA: 2º SIMPÓSIO DA LATIF – PROMOVENDO DIÁLOGO ENTRE A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

COELHO, Bianca dos Santos¹; BRAGA, Luana Thais¹; LOPES, Geovanna Ribeiro²; RAMOS, Mariely Alves²; MOURA, Juliana Matos; LOPES, Cledson Luciano²; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa³
¹Diretora de Pesquisa da Liga Acadêmica de Tecnologia e Indústria Farmacêutica (LATIF); Acadêmica do curso de Farmácia, Centro Universitário UNIFIPMOC, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.
²Membro da Liga Acadêmica de Tecnologia e Indústria Farmacêutica (LATIF); Acadêmico do curso de Farmácia, UNIFIPMOC, Montes Claros, MG, Brasil.
³Docente do Curso de Farmácia, UNIFIPMOC, Montes Claros, MG, Brasil.

Introdução

A Liga Acadêmica Norte Mineira de Tecnologia e Indústria Farmacêutica (LATIF), vinculada ao curso de Farmácia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), realizou no dia 4 de abril de 2025 o 2º Simpósio da LATIF. O evento teve como finalidade ampliar os conhecimentos dos discentes sobre o papel do farmacêutico na indústria e oferecer um espaço para networking com profissionais experientes. A programação contou com duas palestras principais, abordando tanto aspectos técnicos da área industrial quanto questões emocionais da transição para o mercado de trabalho.

Material e Métodos

A ação foi realizada presencialmente no auditório da UNIFIPMoc, com carga horária de 4 horas. Participaram do evento estudantes do curso de Farmácia, docentes e convidados externos. O simpósio teve início com a apresentação da nova mesa diretora da LATIF, seguida de duas palestras. A primeira foi ministrada por Luiz Fernando de Oliveira Lage, gerente de produção de injetáveis da empresa Hipolabor, com o tema “Introdução à Indústria Farmacêutica”. A segunda palestra foi apresentada pela psicóloga e professora Marta Eugênia, com o tema “E aí, formei!”.

Desenvolvimento

A palestra de Luiz Fernando abordou a estrutura organizacional da indústria farmacêutica, os setores de atuação do farmacêutico e as competências exigidas para ingressar nesse mercado. Segundo Oliveira e Santos (2019), a atuação do farmacêutico na indústria envolve habilidades técnicas e comportamentais que exigem constante atualização e capacidade de adaptação. O palestrante compartilhou experiências práticas e enfatizou a importância da qualificação técnica e da postura ética no ambiente industrial. A professora Marta Eugênia trouxe uma reflexão sobre o momento pós-formatura, destacando os desafios emocionais enfrentados pelos recém-formados. Sua fala provocou empatia nos participantes e gerou discussões sobre saúde mental e autoconfiança na fase de transição para o mercado de trabalho. O evento demonstrou-se como uma ação extensionista relevante ao aproximar os estudantes da realidade profissional, conectando teoria e prática e incentivando o planejamento de carreira desde a graduação. Segundo Freire (2011), a extensão universitária deve ser vivida como um processo de diálogo e transformação mútua entre teoria e prática, o que se refletiu claramente na proposta e nos resultados do simpósio. Conforme demonstrado na *Figura 1*, o evento contou com a participação ativa da diretoria e membros da Liga Acadêmica Norte Mineira de Tecnologia e Indústria Farmacêutica (LATIF), responsáveis pela organização do simpósio. Já a *Figura 2* ilustra um dos momentos de interação entre os palestrantes e os participantes, enriquecendo a vivência acadêmica dos estudantes.

Conclusão

O 2º Simpósio da LATIF alcançou seu objetivo ao proporcionar aos estudantes uma visão mais ampla da atuação do farmacêutico na indústria e discutir aspectos emocionais do ingresso na profissão. A ação fortaleceu a relação entre ensino e extensão e reafirmou o papel da LATIF como promotora de experiências formativas significativas.

Agradecimentos

A LATIF agradece ao Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) pelo apoio institucional, aos palestrantes convidados pela disponibilidade e aos estudantes participantes pelo engajamento.

Referências

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
OLIVEIRA, R. R.; SANTOS, J. C. F. *Atuação do farmacêutico na indústria: desafios e oportunidades*. Revista Científica da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, v. 7, n. 1, 2019



Figura 1. Diretoria e membros da LATIF responsáveis pela organização do simpósio.



Figura 2. Momento de interação dos palestrantes com os participantes durante o simpósio.

CURSO DE FARMÁCIA – RESUMOS EXPANDIDO

BEM-ESTAR SÊNIOR: SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE

Ana Clara Ferreira Maria¹, Henrique Duarte de Moraes ¹, Larissa Miriany Ferreira Teixeira¹, Luiz Fernandes Ferreira¹, Nayane Beatriz Niza Araujo ¹, Flávio Júnior Barbosa Figueiredo² e Nayara Gonçalves Pereira³. 1 - Acadêmicos do Curso de Farmácia da UniFipMoc; 2 - Doutor em Ciências da Saúde; Coordenador do Curso de Farmácia do Centro Universitário FIP Montes Claros/MG; 3 - Farmacêutica e Mestra em Biotecnologia Industrial / Professora no Centro Universitário FIP Montes Claros/MG.

Introdução

O bem-estar na terceira idade é um tema cada vez mais relevante diante do crescimento da população idosa no Brasil e no mundo. Entre os diversos aspectos que influenciam a qualidade de vida nessa fase, a saúde mental ocupa um lugar de destaque, sendo essencial para um envelhecimento ativo, autônomo e com dignidade. Depressão, ansiedade, solidão e perdas afetivas são desafios comuns enfrentados pelos idosos, muitas vezes agravados pela falta de apoio social, mudanças no estilo de vida e preconceitos relacionados à idade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que o cuidado com a saúde mental deve ser parte integrante das políticas públicas voltadas à população idosa, promovendo ações de prevenção, acolhimento e estímulo ao convívio social.

Com base nesse panorama, surge a necessidade de iniciativas que promovam o cuidado emocional da população idosa, especialmente em contextos institucionais. Nesse sentido, o presente relato de experiência descreve uma ação de extensão realizada por acadêmicos do 3º período do curso de Farmácia, com foco na valorização da saúde mental entre mulheres na terceira idade. A atividade foi desenvolvida em uma instituição de longa permanência, onde foram promovidas dinâmicas recreativas musicais e artísticas, jogos com premiações, lanche coletivo e momentos de escuta ativa – fundamentais para que as participantes se sentissem ouvidas, respeitadas e acolhidas. A proposta teve como objetivo fortalecer vínculos, estimular a autoestima e proporcionar um ambiente de partilha, contribuindo para o bem-estar emocional das envolvidas, conforme os princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

Materiais e Métodos

A metodologia adotada teve caráter educativo, recreativo e participativo. As ações foram planejadas de forma a promover a integração social e a valorização da autoestima das participantes. Inicialmente, foi oferecido um lanche coletivo, acompanhado por um momento musical no qual as idosas puderam escolher e cantar músicas de sua preferência, favorecendo a expressão de suas memórias e emoções. Em seguida, foi realizada uma atividade artística com o uso de pincéis e tinta guache, na qual todas foram convidadas a pintar livremente sobre cartolinas brancas, estimulando a criatividade e o senso de pertencimento. Posteriormente, foi promovido um jogo de bingo recreativo, no qual todas as participantes foram contempladas com brindes simbólicos, como esmaltes e prendedores de cabelo, reforçando a ideia de inclusão e reconhecimento. As atividades foram conduzidas de maneira a garantir o envolvimento de todas as residentes, promovendo momentos de escuta, interação e acolhimento.

Desenvolvimento

Durante a realização das atividades, especialmente após o lanche coletivo, foi possível observar uma notável adesão das participantes ao momento musical. As idosas demonstraram entusiasmo crescente ao ouvirem canções populares interpretadas por suas vizinhas, muitas das quais relacionadas a memórias afetivas e culturais. Algumas participantes se sentiram à vontade para cantar ao microfone, demonstrando espontaneidade, alegria e engajamento. A atividade artística também teve forte impacto emocional. As participantes utilizaram pincéis e tinta guache para representar, em cartolinas, elementos simbólicos de suas vivências, como casas onde moraram, familiares flores, rios e céus coloridos. Algumas escreveram palavras, outras exploraram formas abstratas e algumas demonstraram habilidade motora e dedicação nos traços. Durante a pintura, compartilharam histórias pessoais e memórias afetivas, evidenciando o potencial terapêutico da arte como meio de expressão e escuta. O momento mais aguardado foi o bingo recreativo, cuja dinâmica foi adaptada para garantir que todas as participantes fossem contempladas com brindes, como esmaltes e prendedores de cabelo. Essa estratégia visou promover a inclusão, fortalecer a autoestima e evitar frustrações. A atividade foi recebida com entusiasmo e colaboração mútua. Ao final, o grupo se despediu com novas canções, encerrando a ação em clima de acolhimento e gratidão. A experiência reforça o papel ampliado do profissional farmacêutico, não apenas como promotor da assistência e atenção farmacêutica, mas também como agente ativo no cuidado integral, utilizando estratégias criativas e humanizadas para fomentar a saúde emocional e o bem-estar em contextos comunitários.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A ação extensionista realizada pelos acadêmicos do curso de Farmácia demonstrou, de forma prática e sensível, como o cuidado em saúde pode ir além do aspecto clínico e medicamentoso, alcançando dimensões subjetivas e sociais que impactam diretamente o bem-estar de pessoas idosas. Atividades como música, arte e jogos mostraram-se eficazes na valorização da autoestima, no resgate de memórias afetivas e no fortalecimento de vínculos interpessoais, elementos fundamentais para uma saúde mental equilibrada na terceira idade. O envolvimento ativo das participantes evidenciou o quanto o estímulo à escuta, ao acolhimento e à criatividade pode gerar efeitos positivos no estado emocional das idosas, além de ampliar o olhar dos

futuros profissionais de saúde sobre a importância da atuação humanizada e interdisciplinar. Essa vivência reforça o compromisso do ensino superior com a responsabilidade social, conforme propõe o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) da Organização Mundial da Saúde, e destaca o farmacêutico como agente de promoção da saúde integral, capaz de contribuir significativamente para um envelhecimento mais saudável, ativo e digno.

Agradecimentos

Agradecemos à UNIFIPMoc, em especial à coordenação do curso de Farmácia, pelo apoio logístico e pela oportunidade de desenvolver este projeto de extensão. Estendemos nossos agradecimentos à instituição de longa permanência para idosas, que nos acolheu com receptividade e possibilitou a realização das atividades com sucesso. Reconhecemos, ainda, o apoio prestado pelos responsáveis pelo setor de marketing e pelos colaboradores da instituição, cuja contribuição foi essencial para a organização e a condução das ações junto às residentes.

Referências

ALVES, Iraci Vieira; OLIVEIRA, Ana Karoline Soares de. A importância das atividades lúdicas para a saúde mental do idoso institucionalizado: um relato de experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CONBRACIS, 2., 2017, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Editora Realize, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2017/TRABALHO_EV071_MD1_SA4_ID775_15052017221506.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

DRAUZIO VARELLA. Como a solidão impacta a saúde mental dos idosos? | Saúde sem Tabu. [Vídeo]. YouTube, 6 jul. 2023. Disponível em: https://youtu.be/qquai_I0WHs. Acesso em: 24 fev. 2025.

HOLISTE PSIQUIATRIA. Saúde mental na terceira idade. [Vídeo]. YouTube, 18 mar. 2020. Disponível em: https://youtu.be/WtCkPrzG_zc. Acesso em: 24 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório global da OMS sobre prevenção de quedas na velhice. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_prevencao_quedas_velhice.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

SILVA, Patrícia Silva da; MUNIZ, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 40, e194559, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/GnQzV9V5t9GBYjwJxVyGYkH/>. Acesso em: 24 fev. 2025.

UNIFIPMoc. Projeto Humaniza Farma leva carinho e cuidado ao Lar das Velhinhas. Disponível em: <https://www.unifipmoc.edu.br/noticias/projeto-humaniza-farma-levacarinho-e-cuidado-ao-lar-das-velhinhas>. Acesso em: 15 abr. 2025.



Figura 1: Momento de desenvolvimento com as idosas da casa de acolhimento. Fonte: Autoria própria.

MENTALIDADE E VIDA PLENA: SAÚDE MENTAL NA TERCEIRA IDADE

Iohanan Franco Borges¹; Isabelly Victória Xavier Ribeiro¹; Jhon Kevin Silva Vieira¹; Juliana Matos Moura¹.
Flávio Júnior Barbosa Figueiredo² e Nayara Gonçalves Pereira³.

1 - Acadêmicos do Curso de Farmácia da UniFipMoc; 2 - Doutor em Ciências da Saúde;
Coordenador do Curso de Farmácia do Centro Universitário FIPMontes Claros/MG;
Farmacêutica e Mestra em Biotecnologia Industrial
Professora no Centro Universitário FIP Montes Claros/MG.

Introdução

O crescimento da população idosa no Brasil e no mundo torna o cuidado com o bem-estar na terceira idade cada vez mais necessário. Dentre os diversos fatores que influenciam a qualidade de vida nesse período, a saúde mental se destaca como essencial para um envelhecimento digno e ativo. Transtornos como depressão, ansiedade e solidão são frequentes entre os idosos e podem ser agravados por perdas, mudanças no estilo de vida e falta de apoio social. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reforça a importância de políticas públicas que incluam o cuidado emocional dos idosos, promovendo acolhimento, prevenção e incentivo à convivência social. Diante disso, este relato descreve uma ação de extensão realizada por acadêmicos do 3º período do curso de

Farmácia, voltada ao cuidado com a saúde mental de mulheres idosas em uma instituição de longa permanência. A atividade incluiu dinâmicas com música e arte, jogos, lanche coletivo e momentos de escuta ativa. As práticas visaram fortalecer vínculos, promover autoestima e criar um ambiente acolhedor e afetivo. A iniciativa está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), que busca garantir saúde e bem-estar para todas as idades.

Materiais e Métodos

A metodologia aplicada teve como base princípios educativos, lúdicos e de participação ativa. As ações foram cuidadosamente elaboradas para estimular a socialização e fortalecer a autoestima das idosas envolvidas. A programação teve início com um lanche compartilhado, seguido de uma atividade musical, na qual as participantes puderam escolher e cantar músicas significativas para elas, permitindo a evocação de memórias afetivas e a expressão de sentimentos. Na sequência, foi proposta uma oficina de pintura livre com tinta guache e pincéis, utilizando cartolinas como suporte, com o intuito de incentivar a criatividade, a autonomia e a sensação de pertencimento ao grupo. Em um segundo momento, foi realizado um bingo recreativo, onde os presentes receberam brindes simples, como esmaltes e prendedores de cabelo, como forma de reconhecimento e inclusão. As intervenções foram conduzidas de maneira sensível e acolhedora, visando garantir a participação de todas as residentes. Os momentos de escuta ativa, interação e afeto foram fundamentais para o fortalecimento dos vínculos e para a criação de um ambiente leve e respeitoso.

Desenvolvimento

As atividades desenvolvidas ao longo da ação demonstraram alto nível de envolvimento por parte das idosas. Logo após o lanche coletivo, percebeu-se um aumento no entusiasmo das participantes durante a roda musical. Canções populares escolhidas por elas despertaram memórias afetivas e culturais, promovendo momentos de descontração e afetividade. Algumas se sentiram motivadas a cantar ao microfone, revelando espontaneidade e uma significativa participação no grupo. A oficina de pintura também se mostrou uma ferramenta expressiva poderosa (Figura 1). Utilizando tinta guache e pincéis, as idosas retrataram lembranças e símbolos marcantes de suas trajetórias, como paisagens, moradias, flores e pessoas queridas. Outras preferiram criar formas abstratas ou registrar palavras que consideravam importantes. Enquanto produziam as obras, relataram vivências e compartilharam memórias, evidenciando a arte como um instrumento de escuta e expressão emocional. O bingo foi a atividade mais aguardada do encontro. A dinâmica foi cuidadosamente adaptada para assegurar que todas recebessem um brinde, promovendo um ambiente de inclusão e valorização pessoal. Os prêmios simbólicos, como prendedores de cabelo e esmaltes, contribuíram para a construção de um clima festivo e de cooperação entre as participantes. A ação foi encerrada com músicas adicionais, reforçando o clima acolhedor e de gratidão mútua. A experiência evidenciou a importância do olhar humanizado do farmacêutico, que ultrapassa as fronteiras do cuidado medicamentoso para atuar também na promoção da saúde emocional, com iniciativas criativas e integradoras voltadas ao bem-estar da comunidade idosa.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A ação de extensão conduzida pelos discentes do curso de Farmácia revelou, de maneira concreta e empática, que o cuidado em saúde vai além da prescrição e do uso de medicamentos. Ao integrar elementos subjetivos, sociais e afetivos, tornou-se possível promover o bem-estar emocional das mulheres idosas envolvidas. Atividades simples, como momentos musicais, expressões artísticas e jogos recreativos, mostraram-se potentes ferramentas na construção da autoestima, no resgate de lembranças significativas e na criação de laços interpessoais. A participação espontânea e entusiasmada das idosas reforça o impacto positivo de estratégias que valorizam a escuta, o acolhimento e a expressão criativa. Essa vivência proporcionou aos estudantes uma visão ampliada e sensível sobre o papel do profissional farmacêutico, estimulando práticas mais humanizadas e integradas com outras áreas do cuidado. Além disso, a iniciativa se alinha aos princípios do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), que propõe saúde e bem-estar para todas as idades, fortalecendo o compromisso da universidade com a transformação social. Assim,

Evidencia-se o farmacêutico como um agente ativo na promoção da saúde integral, especialmente no apoio a um envelhecimento mais digno, saudável e participativo.

Agradecimentos

Agradecemos à UNIFIPMoc e à coordenação do curso de Farmácia pelo apoio na realização deste projeto. Estendemos nossa gratidão à instituição de longa permanência para idosas pela receptividade e parceria. Reconhecemos também a colaboração do setor de marketing e dos demais funcionários, que contribuíram de forma essencial para o sucesso das atividades.

Referências

ALVES, Iraci Vieira; OLIVEIRA, Ana Karoline Soares de. A importância das atividades lúdicas para a saúde mental do idoso institucionalizado: um relato de experiência.
In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CONBRACIS, 2., 2017, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Editora Realize, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2017/TRABALHO_EV071_MD1_SA4_ID775_15052017221506.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.
DRAUZIO VARELLA. Como a solidão impacta a saúde mental dos idosos? | Saúde sem Tabu. [Vídeo]. YouTube, 6 jul. 2023. Disponível em: https://youtu.be/qquai_I0WHs. Acesso em: 24 fev. 2025.
HOLISTE PSQUIATRIA. Saúde mental na terceira idade. [Vídeo]. YouTube, 18 mar. 2020. Disponível em: https://youtu.be/WtCkPrzG_zc. Acesso em: 24 fev. 2025.
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório global da OMS sobre prevenção de quedas na velhice. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_prevencao_quedas_velhice.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.
SILVA, Patrícia Silva da; MUNIZ, Maria de Lourdes Trassi Teixeira. Prevenção e promoção da saúde mental no envelhecimento: conceitos e intervenções. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 40, e194559, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/GnQzV9V5t9GBYjwJxVyGYkH/>. Acesso em: 24 fev. 2025.
UNIFIPMoc. Projeto Humaniza Farma leva carinho e cuidado ao Lar das Velhinhas. Disponível em: <https://www.unifipmoc.edu.br/noticias/projeto-humaniza-farma-levacarinho-e-cuidado-ao-lar-das-velhinhas>. Acesso em: 15 abr. 2025.



Figura1: Acadêmicos auxiliando as idosas nas atividades. **Fonte:** Autoria própria.

Promoção da Saúde na Comunidade: Ação Acadêmica com Ênfase na Atenção Básica e no ODS 3

SANTOS, Poliana Pires dos¹; COSTA, Vitor Ferreira¹; SILVA, Thayssa Kathleem Revert Borborema e¹; SOUZA, Érica Cristina Marques¹; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa²; PEREIRA, Nayara Gonçalves²
¹ Acadêmicos do curso de Farmácia – Centro Universitário UNIFIPMoc.
² Professora no Centro Universitário FIP Montes Claros/MG

Introdução

A Atenção Básica à Saúde (ABS) representa a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando um papel fundamental na promoção da saúde, na prevenção de agravos e na ampliação do acesso aos serviços de saúde. Em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) da Agenda 2030 da ONU — que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. A saúde da população idosa constitui uma das prioridades da ABS, considerando o envelhecimento progressivo da população brasileira e a maior prevalência de doenças crônicas nessa faixa etária, como hipertensão arterial e diabetes mellitus. Ações de rastreamento e prevenção, realizadas no âmbito da atenção primária, são fundamentais para a detecção precoce dessas condições e para o acompanhamento contínuo dos idosos, promovendo o envelhecimento saudável e evitando complicações que diversos projetos de extensão universitária, especialmente em farmácias-escola, têm evidenciado a importância da atuação interdisciplinar e dos serviços farmacêuticos no cuidado de pacientes com doenças crônicas. Essas iniciativas fortalecem a integração entre teoria e prática na formação acadêmica, promovendo a saúde da população e qualificando o atendimento na Atenção Básica, com foco no uso racional de medicamentos e no monitoramento clínico, especialmente entre idosos com hipertensão e diabetes. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo relatar uma ação comunitária voltada à promoção da saúde e prevenção de agravos, por meio da aferição da pressão arterial e da glicemia capilar. A atividade buscou fortalecer o papel da Atenção Básica no cuidado ao idoso, contribuir para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-Estar) e proporcionar uma vivência prática e humanizada aos acadêmicos participantes.

Método

A ação foi realizada no dia 28 de março de 2025, em frente a uma farmácia localizada em uma área de grande circulação do município de Montes Claros/MG, aproveitando o intenso fluxo de pessoas. Participaram acadêmicos do curso de Farmácia (Figura 1), que contaram com supervisão e planejamento prévios para conduzir as atividades. Para a aferição da pressão arterial (Figuras 2, 4 e 8), foi utilizado monitor de braço analógico (esfigmomanômetro aneróide), equipamento que oferece maior precisão e segurança nos resultados. No monitoramento da glicemia capilar (Figuras 3, 5, 6 e 7), empregou-se o equipamento G-Tech Medidor de Glicose Lite, juntamente com tiras reagentes e lancetas da mesma marca. Durante a ação, foram realizadas aferições de pressão arterial, testes de glicemia capilar e oferecidas orientações breves sobre a prevenção de doenças crônicas. Embora o foco inicial tenha sido a população idosa, a atividade envolveu participantes de diferentes faixas etárias, com destaque para aqueles com histórico familiar de hipertensão ou diabetes.

Resultados

A ação foi bem recebida pela comunidade local, revelando um interesse significativo da população em acessar informações de saúde e realizar os testes preventivos. Diversos participantes apresentaram níveis alterados de pressão arterial ou glicemia e foram orientados quanto à necessidade de acompanhamento médico. Durante as orientações, foi enfatizada a importância de procurar o Programa Saúde da Família (PSF) da sua região para consultas, exames e acompanhamento por uma equipe multiprofissional, ressaltando que mesmo nos casos em que os exames não apresentaram alterações, é fundamental realizar check-ups regulares para a manutenção da saúde. Um dos desafios enfrentados foi conciliar a disponibilidade dos acadêmicos, muitos dos quais possuem jornadas de trabalho. Ainda assim, o compromisso coletivo permitiu a realização eficiente da ação e o alcance dos objetivos propostos.



Figura 1-Acadêmicos do 5º Período de Farmácia /UNIFIPIMoc.



Figura 2: Aferição de Pressão. Fonte: Próprios acadêmicos, 2025.



Figura:3 Monitoramento da Glicemia. Fonte: Próprios acadêmicos, 2025.



Figura 4:Aferição da Pressão Arterial. Fonte: Próprios acadêmicos, 2025.



Figura 5: Monitoramento Glicemia Capilar.



Figura 6: Monitoramento da Glicemia Capilar.



Figura 7: Monitoramento da Glicemia Capilar



Figura 8 :Aferição da Pressão Arterial.

Conclusão

A atividade foi realizada com êxito, promovendo conhecimento sobre a prevenção das doenças que mais acometem os brasileiros. Além de fortalecer o vínculo com a comunidade, a ação contribuiu para o desenvolvimento técnico e humano dos acadêmicos, evidenciando a importância da atuação preventiva e educativa na atenção básica. Iniciativas como essa reforçam a função social do ensino superior e ampliam o acesso da população a orientações essenciais de saúde. Considerando as metas da Organização Mundial da Saúde (OMS) para 2030, é fundamental que sejam realizadas cada vez mais ações semelhantes na cidade de Montes Claros, com o objetivo de ampliar a cobertura da Atenção Básica, melhorar os indicadores de saúde locais e garantir o bem-estar da população, especialmente dos grupos mais vulneráveis, como os idosos. Essas ações colaboram para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e contribuem diretamente para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades –, promovendo um impacto positivo duradouro na comunidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2006.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 3: Saúde e Bem-Estar**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, L. B.; OLIVEIRA, M. C. **Ações educativas na atenção básica à saúde: uma ferramenta de empoderamento da população**. Revista Saúde em Foco, v. 10, n. 2, p. 45–52, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Projeto de acompanhamento farmacêutico de hipertensos e/ou diabéticos na Farmácia Escola “Prof. Dr. Antônio Alonso Martinez” e introdução dos alunos de graduação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas aos serviços farmacêuticos**. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8., 2015. Anais [...]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/142377>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Saúde Mental: O impacto da obesidade infantil na atualidade

Vitória Karoline Caldeira de Souza ;Flávio Figueiredo ;Nayara Gonçalves Pereira

Introdução

A obesidade infantil é uma condição de saúde caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal na infância, sendo considerada atualmente uma das maiores preocupações em saúde pública no Brasil e no mundo. Diversos fatores contribuem para o crescimento desse problema, como a má alimentação, o sedentarismo, o uso excessivo de dispositivos eletrônicos e a ausência de orientação adequada sobre hábitos saudáveis. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que a prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças tem aumentado significativamente nas últimas décadas, impactando diretamente na qualidade de vida e no desenvolvimento físico, emocional e social dessas crianças. Diante desse cenário, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever uma ação de extensão realizada por acadêmicos do 3º período, que teve como foco a promoção da alimentação saudável entre crianças do ensino fundamental. A atividade consistiu em uma visita a uma escola local, onde foi realizada uma roda de conversa educativa e a oferta de salada de frutas, buscando incentivar a adoção de hábitos alimentares mais equilibrados desde a infância. Por meio dessa intervenção, buscou-se sensibilizar os alunos quanto à importância de escolhas alimentares saudáveis como forma de prevenção à obesidade infantil.

Material e Métodos

A atividade foi realizada em uma escola de ensino fundamental localizada no município de Montes Claros – MG, com alunos de 6 a 9 anos do turno da manhã. Participaram da ação acadêmicos do 3º período do curso de Farmácia da UNIFIPMoc, orientados pela professora responsável pela disciplina Projeto de Extensão. A metodologia adotada teve caráter educativo e participativo. Inicialmente, foi promovida uma roda de conversa com os alunos, utilizando linguagem simples e acessível para abordar temas relacionados à alimentação saudável e aos riscos da obesidade infantil. Para tornar a abordagem mais atrativa, foram utilizadas estratégias lúdicas, como perguntas interativas e exemplos do cotidiano das crianças. Na sequência, foi oferecida uma salada de frutas, preparada previamente pelos acadêmicos com frutas frescas, como banana, maçã, mamão, uva e laranja. O objetivo foi proporcionar uma experiência prática de alimentação saudável, incentivando o consumo de alimentos naturais de forma prazerosa. Durante a degustação, os alunos foram estimulados a compartilhar suas percepções sobre os alimentos e refletir sobre seus próprios hábitos alimentares.

Desenvolvimento

Durante a realização da atividade, foi possível observar o interesse e a receptividade das crianças diante do tema proposto. A roda de conversa proporcionou um espaço de escuta ativa, no qual os alunos participaram com entusiasmo, demonstrando curiosidade e compartilhando experiências pessoais relacionadas à alimentação em casa e na escola. Muitos relataram preferência por alimentos industrializados, como salgadinhos e refrigerantes, mas também demonstraram abertura para aprender sobre os benefícios dos alimentos naturais. A degustação da salada de frutas foi um dos momentos mais marcantes da ação, pois permitiu uma vivência prática do conteúdo discutido. A maioria das crianças aceitou bem a salada e algumas experimentaram frutas que nunca haviam provado antes, o que demonstrou o potencial da atividade para despertar novos hábitos alimentares. Esse contato direto com os alimentos saudáveis favoreceu a reflexão sobre as escolhas alimentares no dia a dia e incentivou atitudes positivas em relação à nutrição. A experiência encontra respaldo em referenciais teóricos que destacam a importância da educação em saúde no contexto escolar. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) defende a escola como um espaço fundamental para a promoção da saúde e prevenção da obesidade infantil. Além disso, autores como Monteiro et al. (2019) ressaltam que ações educativas com abordagem lúdica e participativa são eficazes para estimular mudanças de comportamento, especialmente entre o público infantil. A vivência reforçou o papel do profissional de Farmácia na promoção da saúde em espaços comunitários, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes sobre sua saúde e bem-estar. A atividade demonstrou que intervenções simples, quando bem planejadas e executadas, podem gerar impactos significativos na construção de hábitos saudáveis desde a infância.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A experiência realizada na escola com as crianças do ensino fundamental foi positiva e proporcionou resultados significativos tanto no processo de aprendizagem quanto na sensibilização para a importância de hábitos alimentares saudáveis. O objetivo de conscientizar os alunos sobre os riscos da obesidade infantil e a necessidade de escolhas alimentares mais saudáveis foi atingido de forma clara e eficaz. A roda de conversa, aliada à ação prática de degustação de salada de frutas, permitiu que as crianças refletissem sobre suas próprias escolhas alimentares e compreendessem de maneira lúdica e interativa a importância de uma alimentação equilibrada. A atividade também reforçou o papel da escola e dos profissionais de saúde, como os acadêmicos de Farmácia, na promoção da saúde e na prevenção de doenças, destacando a importância da educação alimentar no contexto escolar. Embora a ação tenha sido pontual, ela demonstrou que intervenções simples, com abordagem educativa e participativa, têm o potencial de gerar impactos duradouros nas atitudes das crianças em relação à alimentação. Conclui-se que, por meio de ações como essa, é possível contribuir para a formação de uma geração mais consciente sobre os benefícios de uma alimentação saudável, sendo fundamental a continuidade de iniciativas desse tipo para a efetiva prevenção da obesidade infantil.

Referências

Brito, A. L. de O., Mendonça, A. L. dos R., Melazo, P. N. E. de O., & Dias, R. F. (2024). Investigação dos fatores psicossociais associados à obesidade infantil. *Revista Delos*, 17(60), e2053. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2053>

Costa Melo, V. L., Serra, P. J., & Cunha, C. F. (2009). Obesidade infantil: impactos psicossociais. *Revista Médica de Minas Gerais*, 20(3). Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/374>

Carrijo, J. A. Z. (2024). Obesidade infantil: os impactos invisíveis na saúde mental. Unimed Fortaleza. Disponível em: <https://www.unimedfortaleza.com.br/blog/alimentacao/obesidade-infantil-e-saude-mental>

Lima, S. (2024). Obesidade infantil causa prejuízos à saúde física e mental das crianças. Instituto Baiano de Obesidade – IBO. Disponível em: <https://institutoaianodeobesidade.com.br/obesidade-infantil-causa-prejuizos-a-saude-fisica-e-mental-das-criancas/>

USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: UMA ESTRATÉGIA CONTINUADA NA CONSTRUÇÃO DA SAÚDE COLETIVA

LOPES, Brenda Thaís Gomes ¹; GOMES, Isabella Ruas ¹; PIMENTA, Isadora de Souza ¹; FERREIRA, Lorrany Alkimim ¹; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa ²; OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros de ²
¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UniFipMoc
² Professor do curso de Farmácia da instituição UniFipMoc

Introdução

O uso racional de medicamentos foi definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1985, como a situação em que “os pacientes recebem medicamentos adequados às suas necessidades clínicas, em doses que atendam às suas necessidades individuais, por um período de tempo adequado e ao menor custo para eles e sua comunidade”, corroborando, com a Política Nacional de Medicamentos (PNM), a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) e Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Essa temática vem ganhando destaque ao longo dos anos, tanto na agenda nacional, quanto na internacional. No Brasil a Constituição Federal e a Lei Federal número 8.080/90 definem o objeto do direito à saúde como universal, que deve ser garantido pelo Estado. O Sistema Único de Saúde (SUS), institucionalizado pela Lei número 8.080/1990, possui como princípios a universalidade de acesso aos serviços de saúde e a integralidade da assistência, cabendo a ele a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. Com base no marco legal que estabelece o direito à saúde, incorporando o conceito da assistência farmacêutica que tem seu fundamento na Constituição Federal de 1988. Além disso, a Portaria nº 3.916/98, do Ministério da Saúde, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos, tem como propósito garantir a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais. Com esse intuito, suas diretrizes são o estabelecimento da relação de medicamentos essenciais e as responsabilidades dos gestores do SUS na sua efetivação. O Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos, comemorado em 05 de maio, é uma data de conscientização sobre os riscos associados ao mau uso de dessas substâncias, principalmente no que se refere à automedicação. Infelizmente, o uso inadequado e/ou indiscriminado de medicamentos assim como a prática da automedicação está entre as principais causas de acidentes relacionados a fármacos. Uma pesquisa recente do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ) revelou um cenário alarmante: no Brasil, 86% dos entrevistados admitiram tomar medicamentos sem orientação de um prescritor. Esse hábito preocupante, que afeta, segundo a pesquisa, principalmente mulheres, pessoas economicamente ativas e com maior nível de instrução, pode acarretar sérias consequências para a saúde. Logo, a escolha adequada depende do histórico de saúde de cada pessoa, como questões alérgicas, idade, entre outros fatores. Diante disso, a facilidade de acesso à informação sobre medicamentos é uma condição necessária, mas inépto para promover o uso racional. Assim, assistência farmacêutica está envolvida diretamente na qualidade do uso racional de medicamento e deveria ser um processo comum e valorizado em todas as suas vertentes, em especial, a relacionada à tecnologia do uso do medicamento. Além disso, a expansão de atividades educacionais de caráter público constitui um dos meios de alcançar o uso racional de medicamentos, fazendo com que o usuário de medicamento tenha acesso à informação correta, clara e relevante a respeito dos medicamentos, para que se obtenha maior adaptação em seu uso, além de se evitar uma automedicação indiscriminada. Portanto, nesse contexto, o projeto teve como objetivos principais divulgar e conscientizar a população sobre a importância do uso racional de medicamentos, além de eternizar a ação que foi feita no local.

Métodos

A realização deste projeto seguiu uma abordagem com foco em educação em saúde, executada por meio da produção de um vídeo, o qual foi posteriormente divulgado ao público através da plataforma digital Instagram. O vídeo foi gravado no dia 15 de maio de 2025, no turno noturno, durante a ação realizada com os alunos presentes no projeto municipal Saúde aos Montes no bairro Belvedere, na cidade de Montes Claros. Os principais objetivos do projeto incluíram dar continuidade à ação realizada no local acerca do uso racional e seguro de medicamentos, funcionando também como um registro eternizado que permite a preservação das informações e orientações que foram repassadas. O projeto iniciou com pesquisas prévias em fontes confiáveis e posteriormente foi elaborado um roteiro com linguagem clara e acessível. Quanto à produção do vídeo, este foi gravado pelas acadêmicas do curso de farmácia e dos alunos presentes no local da ação realizada. Por fim, após o vídeo ser editado, foi divulgado nos perfis oficiais da instituição e do curso de farmácia.

Desenvolvimento

O projeto realizado obteve resultados promissores, uma vez que, o vídeo produzido e publicado nas redes sociais da instituição, do curso de farmácia e nas contas pessoais dos acadêmicos envolvidos, ampliou o alcance da iniciativa, tornando o conteúdo acessível a um público maior e por tempo indeterminado. Além disso, o vídeo serviu como forma de divulgação e de conscientização acerca do tema e sua importância, bem como os riscos à saúde associados ao seu uso indiscriminado. O vídeo divulgado alcançou um grande número de visualizações, resultando, assim, em uma maior notoriedade do tema e da ação que foi realizada no local, permitindo o aumento do conhecimento, deste público-alvo, sobre o uso racional de medicamento e o quão grande é a sua importância. A execução do projeto proporcionou as acadêmicas envolvidas uma vivência prática na produção de conteúdo educativo e comunicação em saúde, além de reforçar a importância da linguagem acessível e da criatividade na abordagem de temas sobre saúde. Foi aprendido, por exemplo, que pequenos ajustes na edição, como inclusão de legendas, podem auxiliar o público na compreensão do vídeo em ambientes barulhentos ou em locais que o som não pode ser ativado e na acessibilidade, permitindo que pessoas com deficiência auditiva compreendam o conteúdo, e isso faz com que o alcance seja maior, trazendo profissionalismo e credibilidade ao vídeo. Com isso, essa experiência será fundamental para o aprimoramento de futuras ações que possa envolver o mesmo tipo de abordagem digital. O projeto de extensão contribuiu diretamente e fortemente para a formação acadêmica dos discentes envolvidos ao proporcionar uma experiência interdisciplinar envolvendo saúde, educação e comunicação. Ao mesmo tempo, fortaleceu o papel da universidade como agente transformador da sociedade, ao disponibilizar informações confiáveis, acessíveis e permanentes por meio das plataformas digitais.

Conclusão/ Considerações finais

Diante do exposto, conclui-se que o projeto de extensão é essencial e desempenha uma função relevante na comunidade, uma vez que, por meio dele, é possível transmitir conhecimento e conscientizar a população acerca de um assunto tão importante como o uso racional e seguro de medicamentos. Além disso, ele exerce, também, o papel de eternizar o tema abordado e dar continuidade à ação realizada no local nas redes sociais, aonde consegue um maior e permanente alcance, trazendo, assim, visibilidade, divulgação e o compromisso da instituição e dos acadêmicos para com o tema.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. 05/5 – Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/05-5-dia-nacional-do-uso-racional-de-medicamentos-2/>. Acesso em: 16 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Uso racional de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/daf/uso-racional-de-medicamentos>. Acesso em: 16 maio 2025.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Pesquisa revela que 9 entre 10 brasileiros se automedicam. Brasília: CFF, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/23/04/2024/pesquisa-revela-que-9-entre-10-brasileiros-se-automedicam>. Acesso em: 16 maio 2025.

JOÃO, Walter da Silva Jorge. Reflexões sobre o uso racional de medicamentos. Pharmacia Brasileira, Brasília, n. 78, p. 15–16, set./out. 2010. Disponível em: https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/128/015a016_artigo_dr_walter.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

ROCHA, Ana Leda Ribeiro da. Uso racional de medicamentos. 2014. Monografia (Especialização em Tecnologias Industriais Farmacêuticas) – Instituto de Tecnologia em Fármacos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/91186166/25-libre.pdf?1663462070=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DUCASE_CL_aprendizaje_colaborativo_de_la.pdf&Expires=1747405925&Signature=Cj0NLAvkOgap6wpbO-h4Wpck6JDeMw15c1sjb-x-CfUyJ4C6ZWL5490zCyKEh2-Tk2Dp7fYSQNu71h0KjXp-KI8x-Ueh9woeMy-jK8nW0zpyRcLQoP5naeOUc46ecsbfR4gms5CXCw08514Dd-qhAqMonXueeh3Ag7DiCUqhb17ISpHtVmget9jKMND7RLVHqNecJ0kz8WHYU04cLq3O360iz0wFeNZILNnmdfBoIzMtey2OMAzW1XZf84voBx-aKwWDAmmuBW9xaq0oivNTNIMnt5XONqgT681brbSON5F9-00m0RIR8OFpAhB-Skhvd1b6-qO-7UZ6H98x5O4g-&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

MISSÃO SAÚDE: APRENDENDO A PREVENIR DOENÇAS

SANTOS, Anny Karoliny Pereira¹; FONSECA, Caroline Stefane da Silva¹; SOUZA, Caroline Barbosa de¹; CARVALHO, Débora Rodrigues¹; LANA, Glenda Francine de Souza¹; FIGUEIREDO, Flávio Junior Barbosa²; PEREIRA, Nayara Gonçalves ².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UniFipmoc

² Professor do curso Farmácia da instituição UniFipmoc

Introdução

A promoção da saúde desde a infância é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e saudável. Nesse contexto, ações educativas que estimulem a adoção de hábitos saudáveis e práticas de higiene pessoal tornam-se ferramentas essenciais no combate às doenças transmissíveis e crônicas. A ODS 3, Saúde e Bem-Estar, faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desenvolvidos pela Organização Mundial da Saúde, tem o compromisso global com a saúde e o bem-estar de todos, em todas as idades. Compreendendo a relevância de iniciar esse processo ainda nas fases iniciais da formação social e educacional dos indivíduos, o projeto de extensão “Missão Saúde: aprendendo a prevenir doenças” foi desenvolvido com o intuito de contribuir para a formação de crianças mais conscientes sobre a importância da prevenção. O foco principal da ação foi o de mitigar problemas relacionados à ODS 03, através da disseminação de conhecimentos básicos sobre higiene pessoal e hábitos saudáveis, utilizando metodologia simplificada e interativa voltada ao público infantil. Assim, o objetivo do projeto foi promover a educação em saúde junto para crianças do ensino fundamental, por meio de incentivos sobre práticas preventivas através de atividades dinâmicas. Além disso, teve o intuito de fortalecer o entendimento sobre o cuidado com o corpo, a alimentação e a higiene, como estratégias para evitar doenças e melhorar a qualidade de vida.

Materiais e Métodos

A ação extensionista foi realizada no dia 03 de abril de 2025, com 25 alunos e duas professoras do quinto ano de uma Escola Estadual, localizada na cidade de Montes Claros – MG. A atividade incluiu a exibição de vídeos educativos com ênfase na prevenção de doenças infectocontagiosas que abordam práticas de higiene pessoal e hábitos saudáveis (Fig 1 e 2). Após a apresentação dos vídeos, foram promovidas dinâmicas com perguntas relacionadas ao conteúdo, aos quais as crianças eram premiadas como forma de incentivo à participação (Fig 3 e 4). A ação foi finalizada com um lanche coletivo composto por salada de frutas, sanduíche e suco natural, reforçando a importância de escolhas alimentares saudáveis no cotidiano (Fig 5 e 6). Antes do lanche coletivo, realizou-se a assepsia das mãos das crianças, com o objetivo de colocar em prática os ensinamentos propostos pelo projeto.

Resultados

Os resultados obtidos foram positivos, evidenciando o interesse e o engajamento das crianças nas atividades propostas. A receptividade foi demonstrada não apenas pela participação ativa nas dinâmicas, mas também pela produção espontânea de cartinhas de agradecimento e carinho destinadas aos membros da equipe do projeto (Fig 7,8 e 9). A ação proporcionou um ambiente de aprendizado prazeroso, contribuindo para o fortalecimento dos laços entre a escola e a comunidade acadêmica. Durante a realização do projeto de extensão, algumas adversidades foram enfrentadas pela equipe. O tempo limitado para a execução das atividades representou um desafio, exigindo uma organização rigorosa para que os objetivos fossem cumpridos dentro do cronograma. Além disso, a participação de todos os integrantes do projeto foi dificultada pela falta de oportunidades compatíveis com a disponibilidade de cada um, especialmente porque alguns membros residem em outras cidades, o que implicou em deslocamentos e conflitos de agenda. Esses fatores, embora tenham exigido adaptações, não comprometeram o êxito das ações desenvolvidas.

Conclusão

Conclui-se que o projeto “Missão Saúde: aprendendo a prevenir doenças” teve grande relevância social e educacional, mostrando-se uma importante ferramenta para a conscientização em saúde entre o público infantil. A interação direta com os alunos, aliada à abordagem lúdica, permitiu a assimilação de conceitos fundamentais para a prevenção de doenças, ao mesmo tempo em que promoveu o fortalecimento de valores como empatia, cuidado com o próximo e bem-estar coletivo. Projetos dessa natureza reafirmam o papel das universidades como agentes transformadores por meio da extensão, contribuindo de maneira efetiva para os objetivos preconizados pela ODS 03.



Figura 1 e 2 - Interação entre acadêmicos e alunos e exibição de vídeos. Fonte: Próprios autores, 2025.



Figura 3 e 4 - Participação dos alunos nas dinâmicas propostas. Fonte: Próprios autores, 2025



Figura 5 e 6 - Lanche coletivo promovido pelos alunos do projeto. Fonte: Próprios autores, 2025.



Figuras 7, 8 e 9 - Cartas produzidas pelos alunos da escola para os integrantes do projeto. Fonte: Próprios autores, 2025

Agradecimentos

O projeto extensionista Missão Saúde agradece a coordenação e professores do curso de Farmácia da UNIFIPMOC, pelo suporte, incentivo e comprometimento com a promoção da extensão universitária, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento acadêmico, social e humano dos envolvidos.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde na escola: caderno do gestor do PSE. Brasília: MS, 2009. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_na_escola_gestor_pse.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 - Saúde e bem-estar. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- PAIM, J. S. Promoção da saúde: perspectivas contemporâneas no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2014.
- VIEIRA, L. S. et al. Educação em saúde na escola: uma estratégia de prevenção. Revista Ciência & Saúde, v. 10, n. 2, p. 35-42, 2020.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão da UNIFIPMoc/Afya

O IMPACTO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO EQUILÍBRIO EMOCIONAL DE VULNERÁVEIS

Allana Froes¹, Alessandra Soares Froes¹, Déborah Gomes Soares Lemos¹, Sarah Almeida Ramos¹, Vitor Luis Lima Cioni¹, Flávio Júnior Barbosa Figueiredo², Nayara Gonçalves Pereira³.

¹ Acadêmico do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

² Doutor em Ciências da Saúde, Coordenador do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

³ Farmacêutica e Mestra em Biotecnologia Industrial, Professora na UNIFIPMoc

Introdução

A Agenda 2030 da ONU, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, busca assegurar saúde e bem-estar para todos, promovendo a prevenção de doenças e o acesso a serviços de saúde de qualidade. Projetos de extensão universitária, alinhados a esse objetivo, desempenham um papel determinante ao levar conhecimento e práticas saudáveis a comunidades vulneráveis, fortalecendo a promoção da saúde integral. Essas iniciativas conectam à sociedade, contribuindo para a redução de desigualdades e o enfrentamento de desafios socioeconômicos que impactam a saúde física e mental. O projeto de extensão em questão aborda o impacto da alimentação saudável no equilíbrio emocional de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, um tema diretamente relacionado ao ODS 3. A alimentação saudável, rica em nutrientes essenciais, é fundamental para a saúde mental, influenciando a regulação do humor e a resiliência emocional. Em contextos de insegurança alimentar e estresse crônico, comuns em populações vulneráveis, dietas inadequadas podem agravar quadros de ansiedade e depressão, enquanto padrões alimentares equilibrados promovem bem-estar e qualidade de vida. A escolha do tema foi movida pela necessidade de enfrentar os desafios da insegurança alimentar e seus efeitos na saúde mental de populações marginalizadas, frequentemente desassistidas em políticas públicas. A carência nutricional, aliada a condições de exclusão social, intensifica vulnerabilidades emocionais, demandando intervenções que integrem nutrição e saúde psíquica. Diante disso, essa ação extensionista teve como objetivo analisar os efeitos da alimentação saudável no equilíbrio emocional de indivíduos em situação de vulnerabilidade, destacando os potenciais benefícios de intervenções nutricionais para a saúde psíquica e qualidade de vida.

Material e Métodos

A ação foi conduzida por acadêmicos do 3º período de farmácia da UNIFIPMoc, em uma ONG localizada em Montes Claros/MG. Seu planejamento ocorreu com base nos princípios da Promoção da Saúde, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), priorizando a escuta ativa, o respeito às especificidades socioculturais e a construção coletiva do saber. O público-alvo da ação foram mulheres em situação de vulnerabilidade social que receberam orientações acessíveis e prática sobre como adotar uma alimentação equilibrada, mesmo em contextos de rotina simples e com recursos limitados. Foram discutidas alternativas alimentares mais saudáveis e de fácil preparo. Como recurso pedagógico, utilizou-se uma apresentação em slides (**Figura 1**), desenvolvida com linguagem acessível e ilustrada com imagens, visando facilitar a compreensão e promover maior engajamento com os conteúdos. Cada aluno ficou responsável por apresentar um dos tópicos, conduzindo uma abordagem expositiva com espaço para esclarecimento de dúvidas. Os temas abordados incluíram: Alimentação e Saúde Mental, Desafios para uma Alimentação Saudável, Benefícios de uma Alimentação Equilibrada e uma Conclusão reflexiva. A metodologia adotada priorizou a clareza das informações e a promoção do diálogo, mesmo em uma apresentação predominantemente expositiva, de modo a estimular a escuta ativa e o interesse das participantes. Como estratégia de incentivo, ao final da atividade foram oferecidos espetinhos de frutas variadas e distribuídas receitas saudáveis, como *brownie fit* e mousse de maracujá (**Figura 2**). Adicionalmente, realizou-se o sorteio de seis suplementos alimentares ora-pro-nóbis (**Figura 3**), como forma de reforçar a importância da suplementação e do cuidado com a saúde. Ao final foi realizada uma foto com todos os participantes da ação extensionista (**Figura 4**).

Desenvolvimento

Durante a execução da atividade, foi possível observar o interesse e a receptividade das participantes frente à proposta apresentada. O tema revelou-se pertinente e mobilizador, o que se evidenciou pela intensa participação das mulheres, que interagiram por meio de relatos, questionamentos e comentários. Cada discente do grupo foi responsável por abordar subtemas específicos, como: “O que é uma alimentação saudável?”. “Como as emoções e sentimentos afetam nossa vida?”, “A ligação entre o que comemos e como nos sentimos” e “A alimentação como parte do autocuidado”. Os conteúdos foram desenvolvidos de maneira dialógica, respeitando o conhecimento prévio das participantes e buscando construir, de forma horizontal, um espaço de aprendizado mútuo.

A vivência permitiu uma reflexão crítica acerca do papel da alimentação enquanto prática de autocuidado e promoção da saúde, para além da perspectiva biomédica, considerando aspectos emocionais, sociais e culturais. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, uma alimentação adequada e saudável deve respeitar as dimensões do alimento como fonte de afeto, cultura e identidade, o que dialoga diretamente com a proposta da atividade. A experiência proporcionou uma aproximação concreta com a realidade de grupos em situação de vulnerabilidade, reforçando a importância da atuação profissional comprometida com a equidade, o acolhimento e a educação em saúde.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Conclui-se que durante a ação foi possível envolver as mulheres em situações de vulnerabilidade em todas as atividades desenvolvidas. Através de uma abordagem acessível, prática e respeitosa, a atividade estimulou reflexões sobre autocuidado, saúde mental e escolhas alimentares no cotidiano, mesmo diante de limitações de recursos. As participantes demonstraram interesse em mudar os hábitos de vida e também em entender os fatores que colaboram para essa mudança. A escuta ativa, a valorização dos saberes prévios e a construção coletiva do conhecimento fortalecem o vínculo com as participantes e tornam o processo educativo mais significativo. A experiência também contribuiu para a formação crítica e humanizada dos acadêmicos, ao possibilitar uma vivência concreta e sensível da realidade de grupos socialmente fragilizados, reafirmando a importância da atuação profissional voltada para a equidade, o acolhimento e a educação em saúde. Em suma, a atividade contribuiu para a formação crítica e humanizada dos participantes, promovendo a articulação entre teoria e prática e destacando a relevância das ações interdisciplinares na atenção à saúde de populações socialmente fragilizadas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa: primeira conferência internacional sobre promoção da saúde**. Ottawa, Canadá, 1986. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.



Figura 1: Iniciando a apresentação do projeto para o público. Fonte: Próprio autor, 2025.



Figura 2. Mesa amostra com churrasco de frutas, receitas, suplemento natural. Fonte: Próprio autor, 2025.



Figura 3. Sorteio do suplemento Ora-Pro-Nóbis. Fonte: Próprio autor, 2025.



Figura 4. Finalização e agradecimentos aos presentes. Fonte: Próprio autor, 2025.

TRATAMENTOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS ATLETAS DE VÔLEI

Maia, Danielle Duarte Silva Rocha ¹; Soares, Hévellin Ferreira ¹; Santos, Ingridy Lavínia Almeida ¹; Santos, Nicolly Cavalcante Almeida ¹; Oliveira, Samara Rodrigues de ¹; Figueiredo, Flávio Júnior Barbosa ²; Oliveira, Wanderklayson Aparecido Medeiros ^{de 2.}

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição Unifipmoc

² Professor do curso de Farmácia da instituição Unifipmoc

Introdução

O uso frequente e, muitas vezes, inadequado de medicamentos, especialmente anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs), é uma prática comum entre atletas de diversas modalidades esportivas. Essa conduta está frequentemente associada à busca por alívio rápido das dores musculoesqueléticas e inflamações decorrentes do treinamento intenso e das competições. No entanto, o uso indiscriminado desses fármacos pode ocasionar sérias complicações à saúde, incluindo lesões gastrointestinais, renais e cardiovasculares, além de mascarar sintomas importantes que podem comprometer o diagnóstico precoce e o tratamento adequado das lesões. Além disso, a automedicação, sem a devida orientação de profissionais de saúde qualificados, representa um risco significativo, podendo levar a efeitos adversos, interações medicamentosas prejudiciais e à resistência farmacológica. Nesse sentido, torna-se imprescindível promover a conscientização dos atletas acerca do uso racional de medicamentos, incentivando práticas seguras e a valorização de abordagens integrativas que priorizem o cuidado preventivo e holístico da saúde. A promoção do cuidado integral em contextos esportivos envolve não apenas o controle do uso de medicamentos, mas também a adoção de estratégias que considerem aspectos físicos, nutricionais e psicológicos, buscando otimizar o desempenho e o bem-estar dos atletas de forma sustentável. Nesse contexto, ações educativas direcionadas a esses públicos são fundamentais para fomentar a autonomia, o autocuidado e a tomada de decisões informadas sobre a saúde. Diante desse panorama, o presente trabalho relata uma experiência extensionista realizada por estudantes do curso de Farmácia da UNIFIPMoc com o time Montes Claros Vôlei. A iniciativa teve como objetivo principal orientar os atletas sobre os riscos associados ao uso inadequado de anti-inflamatórios, apresentar alternativas terapêuticas complementares e estimular práticas de autocuidado, contribuindo para a construção de uma consciência crítica e responsável em relação à própria saúde.

Material e Métodos

O projeto foi conduzido por acadêmicos do sétimo período do curso de Farmácia da UNIFIPMoc, sob supervisão docente, e realizada de forma presencial com os atletas do time Montes Claros Vôlei, em um ambiente descontraído e favorável ao diálogo. O encontro foi organizado de modo a promover interação entre os discentes e os participantes, considerando as vivências, dúvidas e experiências prévias dos jogadores em relação ao uso de medicamentos. A ação teve início com uma breve apresentação dos acadêmicos, seguida da contextualização do tema da saúde do atleta, com foco no uso racional de anti-inflamatórios. Em seguida, foi promovida uma roda de conversa, na qual os atletas puderam relatar situações comuns do cotidiano esportivo em que recorrem ao uso de medicamentos. Essa escuta ativa possibilitou que os acadêmicos adequassem suas falas ao perfil do público presente.

Para tornar a abordagem mais dinâmica e participativa, foi aplicada uma atividade lúdica utilizando frases relacionadas ao tema, nas quais os atletas deveriam identificar se as afirmações eram verdadeiras ou falsas. Essa metodologia favoreceu a construção coletiva do conhecimento e permitiu esclarecer mitos comuns relacionados aos medicamentos, além de estimular reflexões acerca da importância do acompanhamento profissional na rotina esportiva.

Desenvolvimento

Durante a atividade, foram abordados conceitos fundamentais sobre o uso racional de medicamentos, especialmente os anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs), frequentemente utilizados no meio esportivo. Explicações sobre os mecanismos de ação, possíveis reações adversas, interações medicamentosas e contraindicações foram compartilhadas de forma acessível, adaptadas ao nível de compreensão dos atletas. Além disso, foram discutidas as consequências da automedicação e os riscos do uso prolongado e indiscriminado de medicamentos sem orientação médica ou farmacêutica. Destacou-se a importância da prescrição adequada e do acompanhamento por profissionais de saúde, como forma de prevenir complicações e garantir a eficácia terapêutica. A ação também incluiu orientações sobre práticas de autocuidado, como a importância do repouso, da hidratação, da alimentação equilibrada, do acompanhamento fisioterapêutico e de estratégias de relaxamento mental. Foram apresentadas abordagens integrativas e complementares, como o uso de compressas, técnicas de respiração e alongamento, destacando que o cuidado com o corpo e a mente deve ser constante e preventivo. A participação dos atletas foi ativa e colaborativa ao longo da atividade, o que contribuiu para o sucesso da proposta. A dinâmica de perguntas e respostas permitiu que dúvidas fossem sanadas de forma leve e educativa, favorecendo o engajamento dos participantes e a internalização do conteúdo apresentado.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A experiência vivenciada com os atletas do time Montes Claros Vôlei evidenciou a relevância das ações extensionistas na promoção da saúde e na construção de saberes entre diferentes públicos. A atividade se mostrou eficaz na sensibilização sobre o uso consciente de medicamentos, reforçando a importância da educação em saúde como ferramenta para a prevenção de agravos e para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos em relação ao cuidado com o próprio corpo. Além disso, a troca de experiências entre estudantes e atletas proporcionou um momento enriquecedor de aprendizagem mútua, fortalecendo o compromisso social dos futuros profissionais da área da saúde. Ressalta-se, portanto, a importância de integrar conhecimentos científicos à realidade vivida pelos indivíduos, a fim de promover práticas mais seguras, humanizadas e integrativas no contexto esportivo.

Agradecimentos

Os acadêmicos responsáveis pelo projeto expressam agradecimento ao time Montes Claros Vôlei pela receptividade e valiosa participação, à coordenação e aos docentes do curso de Farmácia da UNIFIPMoc pelo apoio institucional e pela orientação especializada, bem como à equipe extensionista pelo comprometimento e dedicação imprescindíveis para a realização desta atividade.

Referências

ALARANTA, A.; ALARANTA, H.; HELENIUS, I. Uso de anti-inflamatórios não esteroidais no esporte: riscos e benefícios. *Revista Brasileira de Medicina Esportiva*, v. 15, n. 3, p. 165-170, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/KFWcK353scH3PV3L4wShdwR/>. Acesso em: 25 Fev. 2025

FREITAS PEZZINI, B. C.; MAESTRI, G.; REIS, G. S. J.; VECHI, G. Uso de anti-inflamatórios em atletas e soluções relacionadas a dietoterapia e fitoterapia: uma revisão. *Disciplinarum Scientia | Saúde*, v. 21, n. 2, p. 31-48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/3083>. Acesso em: 04 Mar. 2025

MARINHO, A. M. O.; OLIVEIRA, A. C. F.; SANTIAGO DE LIMA, G. M. D.; BACHUR, T. P. R. Riscos associados ao uso não racional de anti-inflamatórios não esteroidais. *Revinter*, v. 16, n. 3, p. 5-17, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374564097_Riscos_Associados_ao_Uso_Nao_Racional_de_Anti-Inflamatorios_Nao_Esteroides. Acesso em: 12 Mar. 2025



Figura 1. Acadêmicas com o Time Montes Claros Vôlei masculino após momento de interação e troca de conhecimento.



Figuras 2, 3 e 4. Acadêmicas responsáveis pela execução do projeto realizando a dinâmica de perguntas com os atletas.



Figuras 5 e 6. Como parte da proposta de cuidado integral à saúde dos atletas, os acadêmicos confeccionaram uma lembrancinha de escalda-pés, destacando essa prática como uma estratégia de cuidado não farmacológico.

VACINAÇÃO EM TEMPOS DE DESINFORMAÇÃO: O RETORNO DAS DOENÇAS ERRADICADAS

NASCIMENTO, Ana Clara Ribeiro; AGUIAR, Cecília Silva de; ALVES, Karen Vieira; PIMENTA, Lara Guedes; DUARTE, Maria Eduarda Ferreira .¹

PEREIRA, Nayara Gonçalves .²

¹ Acadêmicas do curso de Farmácia do Centro Universitário UNIFIPMoc - Afya

² Docente do curso de Farmácia do Centro Universitário UNIFIPMoc – Afya

Introdução

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas estabelece objetivos globais voltados à promoção do bem-estar humano e da sustentabilidade. A ODS 3 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3), foi formulada visando garantir uma vida saudável e promover o bem-estar social a todos, tendo como uma das principais metas a erradicação de epidemias e doenças tropicais negligenciadas. (IPEA, 2019; Azevedo, 2021; NAÇÕES UNIDAS, 2025). A inserção de projetos extensionistas, alinhados à Agenda 2030, nas grades curriculares representa uma valiosa oportunidade aos estudantes, para que estes compreendam a realidade social e apliquem, na prática, os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação estudantil. Tal integração assegura a harmonia entre sociedade e instituições de ensino, promovendo a construção de soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o projeto “Vacinação em Tempos de Desinformação: O Retorno das Doenças Erradicadas” surge como uma ação educativa alinhada aos princípios da ODS 3, ao abordar a relevância da imunização para a promoção da saúde pública e prevenção de doenças, tendo como fundamentação a baixa adesão às campanhas de imunização nos últimos anos e o ressurgimento de enfermidades antes controladas. Em síntese, a vacinação não apenas protege indivíduos contra doenças, mas também fortalece os sistemas de saúde e promove o bem-estar coletivo. Com isso, o objetivo deste projeto é sensibilizar a comunidade sobre os benefícios da vacinação, destacando sua relevância na prevenção de doenças, na proteção coletiva e no combate à disseminação de agentes infecciosos.

Material e Métodos

A ação do projeto de extensão “Vacinação em Tempos de Desinformação: O Retorno das Doenças Erradicadas” foi realizada em uma unidade da Estratégia de Saúde da Família (ESF), com a participação dos discentes do curso de Farmácia envolvidos no projeto. O público-alvo foi composto pelos usuários do serviço de saúde que aguardavam atendimento médico no local, bem como pelos funcionários presentes. Realizou-se a ambientação do espaço com uma decoração temática e a confecção de um banner informativo, contendo dados sobre a vacinação e o calendário vacinal disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Durante a ação, a técnica pedagógica adotada foi o diálogo orientado, no qual os pacientes foram abordados de forma acolhedora para a promoção de uma conversa educativa. Durante a interação, foram repassadas informações sobre a atualização dos cartões de vacinação e explicações acerca da relevância da imunização como medida de prevenção coletiva, destacando-se o retorno de doenças que haviam sido erradicadas. O banner atuou como suporte visual didático, auxiliando na condução das orientações e permitindo uma comunicação mais clara e acessível. Além disso, foram distribuídos aos presentes folhetos educativos e cartões com orientações e um apelo para que se vacinem.

Desenvolvimento

As acadêmicas envolvidas nessa ação foram divididas de acordo com o número de pacientes presentes na unidade da Estratégia de Saúde da Família (ESF), conforme ilustrado na **Fig. 1**. Cada acadêmica realizou atendimentos com uma abordagem individualizada, humanizada e utilizando uma linguagem acessível, com o objetivo de orientar os pacientes sobre a importância da vacinação na prevenção de doenças infecciosas, incluindo aquelas que já haviam sido consideradas erradicadas. Durante a execução do projeto, foram utilizados materiais informativos como banners, folhetos educativos e cartões com apelos à vacinação (**Fig. 2**), os quais reforçaram visualmente os conteúdos abordados nas orientações. Essa estratégia contribuiu para despertar o interesse do público, facilitando a compreensão sobre a gravidade do não cumprimento do calendário vacinal e os riscos do retorno de doenças como sarampo, poliomielite e coqueluche, doenças essas, que um dia se encontraram no mapa de erradicação. A experiência permitiu às acadêmicas o desenvolvimento de habilidades fundamentais à prática profissional, como comunicação, empatia, escuta ativa, domínio do conteúdo técnico-científico e capacidade de adaptação da linguagem conforme o perfil do público atendido. Além disso, reforçou-se a importância do papel do farmacêutico como agente educador em saúde pública, colaborando ativamente com a promoção da saúde e prevenção de doenças por meio de estratégias de educação em saúde. Como resultado, observou-se que muitos usuários da unidade relataram maior clareza sobre a função das vacinas, demonstrando interesse em atualizar sua caderneta vacinal. No entanto, apesar da abordagem individualizada e educativa, alguns pacientes ainda se mostraram resistentes à vacinação. Parte dessa resistência foi justificada pela rapidez com que as vacinas contra a COVID-19 foram desenvolvidas, um argumento frequentemente sustentado por desinformações e fake news disseminadas nas redes sociais. Esse cenário reforça a necessidade contínua de ações educativas baseadas em evidências científicas, com foco no combate à desinformação e no fortalecimento da confiança da população nos imunizantes. Portanto, a experiência contribuiu não apenas para o fortalecimento do vínculo entre comunidade e profissionais de saúde, mas também para a formação mais completa e consciente das acadêmicas, que puderam aplicar a teoria em um contexto real, compreendendo de forma prática a relevância da vacinação como ferramenta essencial de saúde pública.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A ação extensionista “Vacinação em Tempos de Desinformação: O Retorno das Doenças Erradicadas” evidenciou a educação em saúde como uma ferramenta indispensável para a promoção do bem-estar coletivo e o enfrentamento da desinformação. O projeto cumpriu seu objetivo ao sensibilizar a comunidade sobre os benefícios da vacinação, ressaltando sua importância na prevenção de doenças, na proteção coletiva e no controle da disseminação de agentes infecciosos. As atividades desenvolvidas permitiram uma valiosa aproximação entre teoria e prática, proporcionando às acadêmicas uma vivência concreta do papel social do farmacêutico. O contato direto com a comunidade, por meio de uma abordagem individualizada, humanizada e fundamentada em evidências, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de competências como empatia, comunicação efetiva, pensamento crítico e responsabilidade social. Apesar dos avanços, o projeto também evidenciou os desafios impostos pela desinformação, sobretudo quanto à resistência vacinal sustentada por fake news, como aquelas relacionadas à rapidez do desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19. Ainda assim, o uso de linguagem acessível, materiais educativos e o acolhimento no diálogo demonstraram-se eficazes na construção de vínculos e na ampliação da compreensão da população sobre a relevância da imunização. Portanto, a experiência reafirma a importância da extensão universitária como ponte entre o conhecimento acadêmico e as necessidades reais da sociedade, fortalecendo a confiança nas vacinas e consolidando o papel do farmacêutico como agente ativo na promoção da saúde pública e na construção de uma sociedade mais consciente e bem informada.

Agradecimentos

Agradecemos à Secretaria Municipal de Saúde, à Prefeitura e à Estratégia de Saúde da Família de Montes Claros pelo apoio e acolhimento que tornaram possível a realização do projeto de extensão “Vacinação em Tempos de Desinformação: O Retorno das Doenças Erradicadas”. A liberação do espaço na unidade de saúde e a receptividade das equipes foram fundamentais para o desenvolvimento eficaz das atividades. Vocês são pilares essenciais no fortalecimento do vínculo entre a comunidade e a promoção da saúde, e suas contribuições foram decisivas para que nosso projeto alcançasse seus objetivos com impacto e qualidade. Obrigado por colaborarem com essa ação que reafirma o valor da informação, da prevenção e do compromisso coletivo com o bem-estar social.

Referências

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS 3**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods3.html>. Acesso em: 17 mai. 2025.

AZEVEDO, C. **AGÊNCIA FIOCRUZ. Vacina e relação com os ODS da Agenda 2030 são tema de evento paralelo do STI Fórum**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. 2021. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/vacina-e-relacao-com-os-ods-da-agenda-2030-sao-tema-de-evento-paralelo-do-sti-forum>. Acesso em: 17 mai. 2025.



Figura 1. Execução do projeto pelas acadêmicas do 3º período do curso de Farmácia (turma 2025/1), em uma unidade da Estratégia de Saúde da Família (ESF). **Fonte:** De autoria própria.



Figura 2. Materiais utilizados no projeto. A - Banner informativo. B - Folhetos educativos. C - Cartões com apelo à vacinação. **Fonte:** De autoria própria.

MARKETING SOCIAL: PRODUÇÃO DE CONTEÚDO SOBRE PALESTRA EDUCATIVA QUANTO À AUTOMEDICAÇÃO

VELOSO, Amanda Botelho¹; QUEIROZ, Camila Soares¹, SANTOS, Mariana Gomes¹; MAGALHÃES, Maria Eduarda Ferreira¹; RAMOS, Mariely Alves¹;

FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa²; OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros de ².

¹ Acadêmico do curso de Farmácia do Centro Universitário FIPMOC (UNIFIPMoc)

² Professor do curso de Farmácia do Centro Universitário FIPMOC (UNIFIPMoc)

Introdução

A Associação Americana de Marketing define o conceito de marketing como “a atividade, o conjunto de instituições e os processos voltados para a criação, captura, comunicação, distribuição e troca daquilo que tem valor para consumidores, clientes, parceiros e a sociedade em geral”. Uma das vertentes desse conceito é o Marketing Social, que possui a finalidade de gerar mudanças de comportamento, que se fazem indispensáveis na atuação do campo da saúde, através de estratégias para mudar atitudes, intenções e comportamentos. A automedicação é uma prática frequente na sociedade, porém, apesar de ser inadequada, segundo o Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), 86% das pessoas no país admitem consumir medicamentos por conta própria, sem orientação de um profissional. Outra vertente do marketing é o Marketing de Conteúdo, uma forma estratégica de criação e distribuição de conteúdo relevante e valioso para um público, através de canais de comunicação diversos, como as redes sociais. Desta maneira, o presente trabalho teve como objetivo unir tais vertentes do marketing a um problema de saúde atual, a automedicação, a fim de expandir a transmissão de conhecimento a respeito dos seus riscos.

Material e Métodos

O presente projeto de extensão foi realizado no Ginásio Poliesportivo Presidente Tancredo Neves, localizado em Montes Claros - MG, no dia 08 de maio de 2025. O público-alvo se limitou aos atletas do time de base do Montes Claros Vôlei e a finalidade da ação foi produzir conteúdo acerca de uma palestra educativa sobre os riscos da automedicação, ministrada por acadêmicas do sétimo período do curso de Farmácia do Centro Universitário FIPMOC (UNIFIPMoc). Previamente à visita ao Ginásio, houve o agendamento com a equipe do Montes Claros Vôlei e com o profissional de audiovisual da UNIFIPMoc, visando verificar a disponibilidade de ambos. Após isso, um roteiro de perguntas foi desenvolvido para ser aplicado aos atletas em forma de jogo, de modo a promover interação entre os discentes e os participantes, considerando as vivências, dúvidas e experiências anteriores dos jogadores em relação ao uso de medicamentos, e brindes foram produzidos para presentear os espectadores da palestra.

Desenvolvimento

O desenvolvimento da ação de extensão com o time de vôlei trouxe resultados significativos, tanto em termos de impacto no público-alvo quanto nos aprendizados para os acadêmicos. Durante a atividade, foram discutidos riscos acerca do uso recorrente de anti-inflamatórios, analgésicos e relaxantes musculares sem indicação médica, além da suplementação nutricional e cuidados com a atividade física intensa. Ademais, práticas como o mindfulness e técnicas de respiração profunda, uma rotina de sono adequada, alimentação equilibrada e hidratação foram ressaltadas como tratamentos não farmacológicos para a melhoria da qualidade de vida, de forma leve, interativa, com perguntas e exemplos do dia a dia dos espectadores, reforçando a ideia de cuidado com o corpo e trabalho em equipe. Os atletas participaram de maneira ativa e colaborativa ao longo da atividade, contribuindo para o sucesso da proposta. Toda a ação foi gravada e transformada no produto final: um vídeo a ser divulgado no Instagram da UNIFIPMoc. Como forma de suporte midiático, a equipe de marketing do Montes Claros Vôlei também produziu conteúdo acerca da visita, cujo alcance do vídeo postado no Instagram do time foi de, até o presente momento, 12,2 mil visualizações.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Desse modo, conclui-se que a produção de conteúdo informativo e engajador, fundamentada nos princípios do marketing social, pode ser uma estratégia eficaz para incentivar a busca de conhecimento sobre os riscos da automedicação e tratamentos não farmacológicos, expressada na palestra ministrada aos atletas, que evidenciou a importância das ações de extensão na promoção da saúde e na construção de saberes. Ademais, o compartilhamento de experiências entre acadêmicos e espectadores proporcionou um momento enriquecedor de aprendizagem mútua e fortaleceu o compromisso social dos futuros profissionais da área da saúde de promover práticas mais seguras, humanizadas e integrativas em diversos contextos, incluindo o esportivo.

Agradecimentos

Os acadêmicos responsáveis pelo projeto expressam agradecimento aos atletas da base do Montes Claros Vôlei e sua equipe pela disponibilidade, pelo acolhimento e participação produtiva. Além disso, agradecimentos expressos à equipe de marketing da UNIFIPMoc pelo suporte e dedicação, fundamentais para a realização desta atividade.

Referências

- AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. **Definitions of Marketing**. Disponível em: <<https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/>>.
- BORBA, Christiany Aparecida; MENEZES, Magna Alves Silva; DE SOUZA, Flávia Moreno Alves. Impacto do marketing de conteúdo. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 3, n. 1, p. 14, 2017.
- FERREIRA, Luciana Mendes. Marketing de Conteúdo em ambiente digital: uma estratégia de Branding na perspectiva evolutiva do Marketing. **e-Com**, v. 9, n. 1, p. 63-79, 2016.
- GUIA DA FARMÁCIA. **Automedicação é hábito de 9 em cada 10 brasileiros**. Disponível em: <<https://guiadafarmacia.com.br/automedicacao-e-habito-de-9-em-cada-10-brasileiros/>>. Acesso em: 15 maio. 2025.
- GREWAL, Dhruv. **Marketing**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. E-book. p.439. ISBN 9788580555516. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580555516/>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- LUCIETTO, Deison Alencar et al. Marketing para a saúde: conceitos, possibilidades e tendências. **Revista Tecnológica**, v. 3, n. 2, p. 30-50, 2015.
- SAGAZ, Sidimar Meira; LUCIETTO, Deison Alencar. Marketing social aplicado à saúde coletiva: definições, usos, aplicações e indicadores da produção científica brasileira. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 3, p. 16-30, 2016.



Figura 1. Acadêmicas com os atletas do Montes Claros Vôlei após palestra.



Figura 2. Atletas do Montes Claros Vôlei durante jogo de perguntas.



Figura 3. Gravação do vídeo sendo realizada durante a palestra

ACESSO UNIVERSAL A MEDICAMENTOS E VACINAS: UM DIREITO A TODOS

ANJOS, José Henrique Antunes Fernandes dos¹; SOUZA, Giovanna Cristina Gomes¹; ROCHA, Helen Jeisiany Santos¹; SILVA, Laysa Rodrigues ¹; CARDOSO, Nicole Macedo¹; FIGUEIREDO, Flávio Junior Barbosa²; PEREIRA, Nayara Gonçalves³;
¹ Acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMOC-AFYA;
² Coordenador do Curso de Farmácia da UNIFIPMOC-AFYA
³ Professor do curso de Farmácia da UNIFIPMOC-AFYA

Introdução

Trabalhar com a ODS 3 em uma ação extensionista é essencial para promover saúde e bem-estar na comunidade por meio da prevenção, educação e incentivo a hábitos saudáveis. Essa atuação fortalece o papel social da universidade, levando conhecimento científico à população e contribuindo para a redução das desigualdades em saúde. O projeto, apresentado a estudantes do ensino médio, abordou a importância da vacinação na prevenção de doenças e na promoção da saúde coletiva. A ação buscou conscientizar os jovens, esclarecer dúvidas e reforçar a confiança nas vacinas como forma eficaz de proteção individual e coletiva.

A atividade permitiu aplicar na prática os conhecimentos adquiridos na universidade, promovendo integração entre teoria e realidade. O objetivo foi promover a reflexão e ampliar o conhecimento dos estudantes sobre os desafios e estratégias relacionados ao acesso universal a medicamentos e vacinas, por meio de uma atividade educativa.

Material e Métodos

O projeto foi realizado por acadêmicos do terceiro período de farmácia da UNIFIPMoc, em uma escola localizada na cidade de Montes Claros/MG, e para sua execução foram realizadas três etapas: planejamento, preparação e execução. No planejamento, foi realizada uma reunião entre os integrantes do grupo para definição do tema central com base na ODS. Ficou decidido focar no acesso universal a medicamentos e vacinas. Em seguida, discutiu-se sobre a abordagem ideal para trabalhar o tema com estudantes do ensino médio, optando por uma apresentação dinâmica e com linguagem acessível. Na etapa de preparação, cada integrante assumiu uma responsabilidade, enquanto alguns membros ficaram encarregados da elaboração do conteúdo teórico, outros prepararam o material visual, como o mapa mental. No dia da ação, deu-se início as atividades com uma breve introdução sobre os ODS, contextualizando ao público sobre a importância da saúde como direito universal (Figura 1). A apresentação foi feita de forma colaborativa entre os membros do grupo, com explicações simples e exemplos práticos. Durante a dinâmica, os estudantes participaram com entusiasmo, demonstrando interesse nas temáticas propostas. Ao final, os estudantes tiveram a oportunidade de tirar suas dúvidas e discussão, o que contribuiu para reforçar os pontos principais da apresentação.

Desenvolvimento

Durante a execução do projeto, foi observado um comportamento muito receptivo por parte dos estudantes. A proposta despertou o interesse do público, que demonstrou curiosidade e participou ativamente das atividades propostas. A linguagem

acessível e os exemplos práticos facilitaram a compreensão do tema, tornando a experiência mais próxima da realidade vivida pelos alunos.

Do ponto de vista profissional, essa experiência proporciona aos acadêmicos de farmácia um importante aprendizado sobre comunicação em saúde, didática e responsabilidade social. Entre os pontos positivos, destacam-se o envolvimento do público e a clareza das informações transmitidas. Como ponto a melhorar, percebe-se a necessidade de ajustar o tempo de apresentação, para garantir maior aprofundamento em alguns tópicos. A experiência despertou o senso de compromisso com a promoção da saúde pública e reforçou a importância de se formar profissionais conscientes e engajados com a realidade social do país.

Conclusão

Conclui-se que o objetivo do projeto foi alcançado, uma vez que foi possível transmitir, de forma clara e acessível, os principais desafios e estratégias relacionadas ao acesso universal a medicamentos e vacinas. A experiência possibilitou a troca de saberes entre universidade e comunidade, promovendo o conhecimento e a reflexão sobre um tema relevante e atual. Além disso, contribuiu significativamente para a formação acadêmica, ética e cidadã.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf. Acesso em: 07 maio 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agenda 2030 – ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Brasília: IPEA. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/3/Agenda_2030_ODS_3_Assegurar_uma_vida_saudavel.pdf. Acesso em: 07 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Agenda 2030. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 maio 2025.

PAHO/WHO. Acesso a medicamentos essenciais no contexto do direito à saúde. Organização Pan-Americana da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/acesso-medicamentos-essenciais-contexto-do-direito-saude>. Acesso em: 07 maio 2025.



Figura 1 – A: Apresentação sobre crises sanitárias e sua importância no contexto do acesso universal à saúde.

Saúde da mulher: Desafios e avanços na promoção do bem-estar feminino

**Kewryn Thawany Gonçalves Ferreira¹, Maria Cecília Santos Ribeiro¹, Márcia Isabela Alves Duarte¹, Thayná de Souza Bueno¹,
Flávio Júnior Barbosa Figueredo², Nayara Gonçalves Pereira³.**

1-Acadêmicos do curso de farmácia da UniFipMoc; 2- Doutor em ciências da saúde, coordenador do curso de farmácia do centro universitário UniFipMoc; 3- Farmacêutica e mestra em biotecnologia industrial, professora no centro universitário UniFipMoc

Introdução

A valorização da autoestima e a prática do autocuidado constituem elementos essenciais para a promoção da saúde integral da mulher, influenciando diretamente seu equilíbrio físico e emocional. O autocuidado, que abrange desde ações voltadas ao corpo até práticas de bem-estar mental, fortalece a autopercepção positiva e a qualidade de vida. Nesse contexto, a Aromaterapia desponta como um recurso terapêutico complementar, empregando óleos essenciais (substâncias complexas extraídas de plantas) com o objetivo de provocar estímulos sensoriais capazes de favorecer estados emocionais equilibrados e promover o bem-estar. Com base nessa abordagem, foi desenvolvido um projeto voltado a mulheres acolhidas em situação de vulnerabilidade social, buscando estimular a autoestima e o autocuidado. Entre os principais objetivos, destacam-se: fomentar a consciência sobre o cuidado consigo mesma, fortalecer os vínculos interpessoais e avaliar os efeitos dessas ações sobre a saúde emocional das participantes.

Materiais e Métodos

As atividades foram desenvolvidas no Centro de Acolhimento Rosa Mística, instituição que oferece suporte a mulheres em situação de risco social. O projeto foi idealizado e conduzido por discentes do 3º período do curso de Farmácia da Unifipmoc. Para estimular a participação e promover o engajamento emocional, foram utilizadas dinâmicas interativas distribuídas em três etapas principais: o uso da Aromaterapia aliado à Meditação, a construção do "Vaso da Autoestima" e a vivência na "Estação da Beleza". Na primeira dinâmica, foram aplicados dois tipos de óleos essenciais com características sensoriais distintas, utilizados em conjunto com técnicas de respiração e relaxamento. Em seguida, a atividade do "Vaso da Autoestima" incentivou a expressão de sentimentos positivos por meio de mensagens motivadoras, que foram expostas em um mural coletivo. Por fim, a "Estação da Beleza" ofereceu cuidados estéticos básicos, promovendo o resgate da autoconfiança. Além dessas ações, foram entregues lembranças simbólicas, distribuídos panfletos educativos sobre autoestima e promovido um momento musical, no qual um aluno, com apoio docente, realizou apresentações artísticas. Essa combinação de estímulos sensoriais, emocionais e sociais buscou gerar um ambiente acolhedor e afetivo.

Desenvolvimento

A execução do projeto revelou-se um momento de troca significativa entre os participantes e as acolhidas. As atividades propostas contribuíram para despertar sentimentos de pertencimento, reconhecimento e valorização pessoal. Muitas das mulheres demonstraram, ao longo das dinâmicas, um reencontro com sua autoestima, revelando o impacto das ações não apenas de forma pontual, mas com reflexos duradouros em sua percepção de si mesmas. Foi possível observar que, ao serem ouvidas e incentivadas a compartilhar suas histórias, as participantes passaram a demonstrar mais confiança, empatia e

abertura ao cuidado. A vivência reforçou a necessidade de abordagens terapêuticas que contemplem a totalidade do ser humano (corpo, mente e relações sociais), especialmente no contexto da saúde da mulher. A partir desse contato direto, tornou-se evidente que a atuação em espaços de vulnerabilidade demanda sensibilidade, escuta ativa e ações que resgatem a dignidade e a identidade das mulheres atendidas. O projeto reforçou a importância de desenvolver práticas que não se limitem a aspectos biomédicos, mas que incluam também o acolhimento emocional e social.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A intervenção realizada no Centro de Acolhimento Rosa Mística evidenciou a eficácia de práticas integrativas na valorização da autoestima e no estímulo ao autocuidado entre mulheres em situação de vulnerabilidade. As ações desenvolvidas, como o uso da aromaterapia, dinâmicas de expressão emocional, cuidado com a aparência e momentos culturais, mostraram-se ferramentas importantes na construção de um espaço de escuta e fortalecimento emocional. A proposta não só beneficiou as mulheres acolhidas, como também representou uma rica oportunidade formativa para os estudantes envolvidos. A experiência promoveu a integração entre teoria e prática, despertando o olhar humanizado e a compreensão do papel social do profissional farmacêutico. Dessa forma, conclui-se que projetos de extensão voltados à saúde da mulher são fundamentais para promover cuidado integral, respeito à individualidade e transformação social, especialmente em contextos marcados pela exclusão e fragilidade emocional.

Referências

HOLANDA, Vilma Raquel Lima Ramalho de; OLIVEIRA, Isadélia Constância de; SOUSA, Milena Nunes Alves de. Aromaterapia no cuidado de sintomas ansiosos. *Arquivos do Mudi*, v. 27, n. 2, p. 1–10, 2023. Disponível em: <https://eduem.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/68829>. Acesso em: 18 maio 2025.

MENDES, Alice Silva et al. Aromaterapia e seus efeitos terapêuticos na enfermagem: saúde emocional e autocuidado. *Brazilian Journal of Case Reports*, v. 2, n. 1, p. 293–297, 2022. Disponível em: https://bjcasereports.com.br/index.php/bjcr/article/view/conais22_293_297. Acesso em: 18 maio 2025.

SOUSA, Maria Eliane Alves de. Promoção da saúde e equidade: contribuições dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres em situação de vulnerabilidade. 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/31801>. Acesso em: 18 maio 2025.



Figura 1: Momento de desenvolvimento das atividades na casa de acolhimento rosa mística. Fonte: Autoria própria.

Mulher e Saúde: Conquistas e Perspectivas na Busca pelo Bem-Estar Integral

Bianca Araújo Santos¹, Erick Samuel Silva¹, Felipe Andrade Silva¹, Matheus Lourenço Duarte Monção⁰¹, Victória Karollyne Rodrigues da Silva¹, Flávio Júnior Barbosa Figueredo⁰², Nayara Gonçalves Pereira³.
1-Acadêmicos do curso de farmácia da UniFipMoc; 2- Doutor em ciências da saúde, coordenador do curso de farmácia do centro universitário UniFipMoc; 3- Farmacêutica e mestra em biotecnologia industrial, professora no centro universitário UniFipMoc

Introdução

A autoestima e o autocuidado são pilares importantes para a saúde da mulher, impactando tanto o bem-estar físico quanto o mental. Praticar o autocuidado, que envolve cuidar da saúde física, mental e emocional, pode melhorar a autoestima e a qualidade de vida. A Aromaterapia é uma terapia baseada no uso de concentrados voláteis extraídos das plantas, com a finalidade de modificar o humor ou comportamento de uma pessoa e melhorar seu bem-estar físico, mental e emocional. Os óleos essenciais são condensados obtidos a partir dos materiais destilados das plantas, sendo compostos por moléculas químicas de alta complexidade. Com o objetivo de promover o bem-estar e a autoestima, essa terapia foi aplicada em uma intervenção realizada com mulheres residentes em uma casa de acolhimento. Os objetivos desta proposta foram: promover a reflexão sobre a importância do autocuidado e da autoestima para a saúde mental e emocional das mulheres; desenvolver atividades que contribuíssem para a construção de um ambiente de confiança e respeito entre as participantes; e avaliar o impacto dessas atividades na saúde e bem-estar das mulheres.

Materiais e Métodos

Para a execução desta ação, o projeto foi realizado no Centro de Acolhimento Rosa Mística, um espaço dedicado ao acolhimento de mulheres em situações de vulnerabilidade. A realização do projeto foi definida pelos alunos do curso de Farmácia do 3º período da Unifipmoc. As técnicas pedagógicas e interativas empregadas foram as seguintes: Aromaterapia e Meditação na dinâmica 1; o Vaso da Autoestima na dinâmica 2; e a Estação da Beleza na dinâmica 3. Além disso, foram oferecidas lembrancinhas e um momento para o café. Na dinâmica 1, referente à Aromaterapia, os alunos utilizaram óleos essenciais de 2 aromas distintos, cada um projetado para proporcionar sensações diferentes às participantes. A participação na dinâmica do Vaso da Autoestima resultou na distribuição de lembrancinhas, e foi criado um mural para exibir as frases inspiradoras geradas durante essa atividade. Adicionalmente, foram elaborados panfletos informativos sobre autoestima e autocuidado. O projeto também incorporou um momento musical, no qual um dos alunos do curso, acompanhado por uma professora, apresentou várias músicas com o intuito de entreter as participantes e promover um ambiente de descontração e interatividade. O projeto no Centro de Acolhimento Rosa Mística não apenas proporcionou experiências enriquecedoras às mulheres atendidas, mas também permitiu que os alunos do curso de Farmácia aplicassem suas habilidades em um contexto prático e socialmente relevante.

Desenvolvimento

As atividades desenvolvidas no Centro de Acolhimento Rosa Mística foram cuidadosamente planejadas para atender aos objetivos de promoção da autoestima e do autocuidado entre as mulheres em situação de vulnerabilidade. A dinâmica inicial, voltada à aromaterapia e à meditação, proporcionou um ambiente acolhedor e relaxante, favorecendo a abertura emocional das participantes. O uso de óleos essenciais despertou reações positivas, como expressões de alívio, tranquilidade e conexão com memórias agradáveis, sendo possível observar uma mudança no comportamento das mulheres, que se mostraram mais

receptivas e participativas ao longo da ação. Na sequência, a atividade do “Vaso da Autoestima” estimulou a autorreflexão, ao convidar cada participante a escrever ou compartilhar palavras de afirmação pessoal. Essa proposta gerou um espaço de troca e escuta ativa, no qual muitas mulheres relataram sentimentos de invisibilidade e desafios enfrentados em sua trajetória, mas também conseguiram resgatar aspectos positivos de si mesmas. As frases foram reunidas em um mural simbólico, que ficou exposto no local, reforçando visualmente a importância da valorização pessoal. Além das dinâmicas, a presença de música contribuiu para criar uma atmosfera de afeto e integração. As reações das mulheres, como sorrisos, cantos e até mesmo danças espontâneas, evidenciaram a importância de momentos de descontração como parte do cuidado em saúde mental. As interações entre as participantes também se intensificaram, fortalecendo o sentimento de pertencimento e apoio mútuo. Ao longo de toda a atividade, observou-se que o ambiente seguro e respeitoso, aliado a práticas sensoriais e afetivas, favoreceu a expressão de sentimentos e o fortalecimento de vínculos. A metodologia participativa e acolhedora mostrou-se eficaz para atingir os objetivos propostos, promovendo não apenas o bem-estar imediato, mas também reflexões significativas sobre autoestima e cuidado pessoal.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

O projeto desenvolvido no Centro de Acolhimento Rosa Mística demonstrou a importância de ações multidisciplinares voltadas à promoção da saúde integral da mulher, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade. As atividades propostas foram aromaterapia, meditação, vaso da Autoestima, a Estação da Beleza, além de momentos musicais e interativos que foram fundamentais para estimular a autoestima, o autocuidado e o bem-estar emocional das participantes. Tais práticas mostraram-se eficazes para fortalecer vínculos, proporcionar acolhimento e incentivar a valorização pessoal das mulheres atendidas. A experiência evidenciou que a promoção da saúde feminina deve ir além do aspecto físico, contemplando também dimensões emocionais e sociais, muitas vezes negligenciadas no cuidado tradicional. Ao criar um espaço seguro e sensível, o projeto permitiu que essas mulheres se sentissem ouvidas, respeitadas e incluídas, promovendo um impacto positivo tanto individual quanto coletivo. Para os estudantes de Farmácia envolvidos, o projeto representou uma vivência enriquecedora, que uniu teoria e prática de forma significativa. A atuação em um contexto social real contribuiu para o desenvolvimento de competências humanas e profissionais, como empatia, comunicação e responsabilidade social. Dessa forma, conclui-se que ações como essa são essenciais na formação de profissionais da saúde mais preparados, éticos e comprometidos com o cuidado integral ao ser humano.

Referências

FPS – Faculdade Pernambucana de Saúde. Autocuidado e saúde mental das mulheres. Recife: FPS, 2025. Disponível em: <https://fps.edu.br/autocuidado-e-saude-mental-das-mulheres/>. Acesso em: 18 maio 2025

GNATTA, Juliana Rizzo; ZOTELLI, Maria Filomena Mourão; CARMO, Denise Rodrigues Bonini do; LOPES, Cássia Liliane Barbosa de Carvalho; ROGENSKI, Nádia Maria Batista; SILVA, Maria Júlia Paes da. O uso da aromaterapia na melhora da autoestima. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1113–1120, out. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/rreeusp/a/L3XtdLFv7fjRLVfZPNksgH/?format=html>. Acesso em: 18 maio 2025.



Figura 1: Momento de desenvolvimento das atividades na casa de acolhimento rosa mística. Fonte: Autoria própria.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS: UMA AÇÃO DE EXTENSÃO NO BAIRRO BELVEDERE

ANDRADE Guilherme Leal¹; OLIVEIRA Júlia de Paula¹; SOUZA Rany Emanuely Silva¹; LEÃO Rayanny ¹; OLIVEIRA Larissa Lopes ¹; OLIVEIRA Wanderklayson Aparecido Medeiros². ¹ Acadêmicos do curso de Farmácia, Centro Universitário Unifipmoc. ² Professor do curso de Farmácia, Centro Universitário Unifipmoc

INTRODUÇÃO

A promoção da saúde coletiva é um dos pilares das políticas públicas de saúde no Brasil, sendo incentivada por programas que visam à educação em saúde e o engajamento comunitário. Nesse contexto, o programa “Saúde aos Montes”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, tem como objetivo aproximar os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de práticas preventivas e educativas.

OBJETIVO

Relatar a experiência de uma ação de extensão realizada por acadêmicos do sétimo período do curso de Farmácia da UNIFIPMoc, voltada para a promoção da saúde e conscientização sobre o uso racional de medicamentos, com foco na atuação do farmacêutico.

MÉTODOS

A atividade foi desenvolvida no bairro Belvedere e contou com a participação de aproximadamente 50 usuários do programa “Saúde aos Montes”. Foram realizadas rodas de conversa sobre o papel do farmacêutico e o uso correto de medicamentos, bem como aferições de pressão arterial e glicemia capilar. Ao final, foi promovido um momento de confraternização com um lanche compartilhado entre os participantes.

DESENVOLVIMENTO

Durante a ação, os acadêmicos abordaram a importância do uso racional de medicamentos, destacando os riscos da automedicação, a necessidade de seguir prescrições corretamente e o papel do farmacêutico como agente promotor de saúde. A interação com os usuários foi positiva, favorecendo o diálogo e a troca de experiências. As aferições permitiram identificar possíveis alterações nos parâmetros de saúde, reforçando a importância do acompanhamento regular.

CONCLUSÃO/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade contribuiu significativamente para a formação dos acadêmicos, ao aproximá-los da realidade da atenção básica, e para a comunidade, ao proporcionar acesso à informação e aos cuidados básicos em saúde. A abordagem direta e humanizada fortaleceu os vínculos entre universidade, serviço de saúde e população.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Secretaria Municipal de Saúde de Montes Claros, ao programa “Saúde aos Montes”, à comunidade do bairro Belvedere, e à coordenação do curso de Farmácia da UNIFIPMoc pelo apoio na realização desta ação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Uso racional de medicamentos: temas para educação profissional e popular. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://>

bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/uso_racional_medicamentos_3ed.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): atualização da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em:
https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 21 maio 2025. FREITAS, E. L. de; PEREIRA, M. de S. Atenção farmacêutica na promoção do uso racional de medicamentos. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, v. 44, n. 1, p. 63–70, 2008. DOI: 10.1590/S1516-93322008000100009.



Figura 1. Acadêmicos do sétimo período do curso de Farmácia da UNIFIPMoc, realizando a ação de extensão voltada para a promoção da saúde e conscientização sobre o uso racional de medicamentos, com foco na atuação do farmacêutico.

USO INDISCRIMINADO DE TADALAFILA EM ACADEMIAS: PRODUÇÃO DE VÍDEO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

CAMISASA, Ernane Andrade e1; LOPES, Cledson Luciano1; GUIMARÃES, Diego Rafael de Assis Ribeiro1; CARARINE, Bruna Rodrigues1; SÁ, Lucielly Nayara Gomes de1; OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros de2;

FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa2

1 Acadêmico do curso de Farmácia da instituição Unifipmoc-Afya

2 Professor do curso de Farmácia da instituição Unifipmoc-Afya

Introdução

A tadalafila, é um medicamento que tem função no tratamento oral para disfunção erétil. É um inibidor seletivo da enzima fosfodiesterase específico tipo 5 (PDE5) e atua aumentando níveis de guanosina monofosfato cíclica (GMPc). Isso resulta no relaxamento da musculatura lisa e favorece entrada de sangue nos tecidos penianos, produzindo uma ereção. Estes efeitos são induzidos a partir de estimulação sexual, o que faz com que a tadalafila não tenha efeito na ausência de estímulo. Assim como outros inibidores da PDE5, tadalafila tem propriedades vasodilatadoras, justificando uso "Off-label" com objetivo de melhora em performance física, visto que a hipótese central é que esta vasodilatação induzida aumentaria irrigação sanguínea de tecidos musculares, melhorando entrega de oxigênio e potencialmente melhora na resistência e capacidade de trabalho muscular (ROSA, 2025). De acordo com Ventola (2009) Uso "Off-label", é o uso de medicamentos fora das indicações aprovadas. No caso da tadalafila seu uso "off-label" tem se popularizado no aumento da performance física nas academias, e seu uso vem sendo amplamente divulgado com um crescimento desde 2015 em 2000% (CFF, 2025). O medicamento se popularizou no Brasil após 2020, de acordo com o CFF (2023). Foram comercializadas 43,1 milhões de unidades do medicamento em farmácias em 2023, indicando um crescimento de 38,9% em relação a 2022, crescimento justificado pela ampla divulgação em programas de TV e internet, que sugerem o uso recreativo e indiscriminado. Guidetti et al. (2008) conclui em estudo com 12 indivíduos bem treinados sugere que uma dose diária a longo prazo de PDE 5 que não há influência substancial em performance anaeróbica, entretanto os resultados demonstram também aumento nos valores de lactato na fase da recuperação da potência de pico (3 minutos). O CFF (2023) salienta que como qualquer medicamento, o uso indiscriminado da tadalafila pode causar reações adversas e perigosas interações com outros medicamentos. Alguns dos efeitos colaterais mais comuns incluem dor de cabeça, indigestão, dor nas costas, rubor facial, congestão nasal e dores musculares. Em casos raros, pode causar alterações na visão, audição ou batimentos cardíacos. Visto que não na literatura não existe evidência suficiente que justifique o uso do tadalafila, para prática esportiva, aumento de performance, e ganho em marcadores aeróbicos ou anaeróbicos, com poucos estudos sugerindo melhora na capacidade de trabalho muscular. Pode-se dizer que falta de evidência em benefícios em contrapartida dos malefícios do uso. Este trabalho concorda com o Conselho Federal de Farmácia, e tem como objetivo orientar o usuário, que faz uso indiscriminado, buscando melhora na performance esportiva e muscular, e alerta através de conteúdo audiovisual em redes sociais, que este indivíduo estará exposto as complicações relativas as reações adversas do medicamento. Santos (2022) fundamenta o formato audiovisual como uma estratégia poderosa a divulgação do conhecimento científico e Melo et al. (2023) apontam que redes sociais podem ser um método eficaz para promover saúde. Buscando redução nos índices alarmantes que o CFF este trabalho propõe, como ação de divulgação da saúde pública, a produção e divulgação por meio de mídias sociais, de conteúdo audiovisual, expondo a percepção no dia a dia de um personal trainer a respeito do uso indiscriminado dentro das academias, e colocando em paralelo, a percepção da vigilância sanitária sobre esta realidade e como esta é um problema presente, com um crescimento expressivo.

Métodos

O trabalho é um projeto de extensão, uma ação em educação a saúde, com objetivo de popularizar e conscientizar público, principalmente jovem, que exposto às mídias sociais, é influenciado ao uso indiscriminado de tadalafila como estratégia no aumento de performance física, dentro das academias. Este é um grupo que cresceu amplamente nos últimos 10 anos, e estão expostos a colaterais, em busca de um ganho sem evidência suficiente (CFF, 2025). A realização do projeto foi dividida em cinco etapas: pesquisa, criação de roteiro, produção do vídeo, publicação e avaliação dos resultados. A pesquisa teve como objetivo levantar o embasamento teórico sobre os inibidores da fosfodiesterase tipo 5 (PDE5), com ênfase na tadalafila. O trabalho utilizou como referência principal as publicações do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que alertam sobre o crescimento do uso recreativo e indiscriminado da tadalafila. Para promover a conscientização de forma eficaz, o vídeo produzido foi direcionado às redes sociais. Essa escolha se justifica pelo estudo de Melo et. al. (2023), que avaliou o impacto do uso das redes sociais na promoção da saúde durante o período pandêmico. O estudo aponta que, embora tais plataformas favoreçam o acesso à informação, a ampliação do alcance e a aproximação entre profissionais e usuários, também apresentam riscos, como a propagação de informações falsas. Diante disso, destaca-se a importância da produção de conteúdo fundamentado, com o intuito de combater a

Desinformação e reduzir os riscos associados ao uso indiscriminado de medicamentos como a tadalafila. Nesse contexto, o presente trabalho realizou entrevistas no dia 09 de maio de 2025 conduzidas pelos acadêmicos participantes à profissionais da área da saúde — um Farmacêutico na função de autoridade sanitária, um Educador Físico e Personal trainer — com o objetivo de expor uma realidade observada entre praticantes de atividades físicas, especialmente em academias. As entrevistas serviram de base para a produção de material audiovisual, posteriormente publicado em redes sociais como Instagram e YouTube. Após a publicação, foram avaliados indicadores como alcance, engajamento da comunidade e receptividade do público ao conteúdo. Esses parâmetros foram considerados como marcadores de efetividade, eficiência e impacto da ação educativa realizada.

Desenvolvimento

As entrevistas revelaram preocupações importantes. A visão da Vigilância Sanitária confirmou a presença crescente do uso de tadalafila sem prescrição, sobretudo em academias, ressaltando os riscos associados e a dificuldade de fiscalização. Já o educador físico relatou observar um aumento no uso da substância entre praticantes de musculação, muitas vezes sem compreensão dos riscos envolvidos. A escolha do vídeo como meio de comunicação se mostrou adequada, permitindo a construção de um discurso

Acessível, visualmente atrativo e tecnicamente fundamentado. A abordagem multiprofissional contribuiu para conferir credibilidade ao material, reforçando a importância da interdisciplinaridade nas ações de promoção da saúde. O material produzido, foi publicado no dia 21 de maio de 2025, e compartilhado a princípio nas redes sociais dos alunos participantes do projeto. A recepção inicial foi a única capaz de ser medida, com alcance, inicial local e moderado, mas avaliado positivamente pelo público. Há expectativa de maior visualização do conteúdo ao decorrer do tempo.

Conclusão/ Considerações finais

O conteúdo pôde ser produzido e compartilhado, mostrando a metodologia como processo eficaz, para a produção e divulgação de material educacional na saúde. A avaliação inicial, é de que, o Este tipo de abordagem metodológica é válida como forma eficiente na popularização do conteúdo. O Método, não permite avaliação de impacto a curto prazo mas cria expectativas positivas visto a facilidade de acesso a dados marcadores do Alcance e engajamento do conteúdo, que permite adequação da metodologia em produções futuras. Em trabalhos futuros, para otimizar no alcance da adesão do público ao conteúdo apresentado, talvez a abordagem peça um apelo maior ao lúdico, material mais curto, talvez em formato de vídeos semelhantes às pílulas visuais, em maior quantidade.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente aos profissionais que colaboraram, emprestando parte de seu tempo para a entrevista, ao professor e Autoridade Sanitária, Luís Ruas e ao Educador físico e personal trainer Maicon Fonseca. Agradecemos a equipe do marketing da Unifipmoc-Afya que em parceria do projeto ajudou na produção e edição do vídeo. E por fim Agradecemos ao apoio dos professores-orientadores, e a Unifipmoc-Afya de permitiu que o projeto fosse executado.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Uso indiscriminado da tadalafila como parte da rotina de treino. 2024. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/23/01/2024/uso-indiscriminado-da-tadalafila-como-parte-da-rotina-de-treino#>. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Moda nas redes sociais: consumo de tadalafila dispara 2.000% no Brasil em 9 anos. Brasília: CFF, 19 maio 2025. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/19/05/2025/moda-nas-redes-sociais-consumo-de-tadalafila-dispara-2-000-no-brasil-em-9-anos> .
- GEOLAB. Bula do medicamento Tadalafila Geolab – Profissional. [S. l.]: Consulta Remédios, 2024. Disponível em: https://uploads.consultaremedios.com.br/drug_leaflet/pro/Bula-Tadalafila-Geolab-Profissional-Consulta-Remedios.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.
- GIULIANI, N. R. et al. Efeito do tadalafil nos índices de desempenho anaeróbico em atletas saudáveis. International Journal of Sports Medicine, v. 28, n. 10, p. 827–831, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17586581/>. Acesso em: 21 maio 2025.

GUIDETTI, L. et al. Effect of tadalafil on anaerobic performance indices in healthy athletes. *British Journal of Sports Medicine*, v. 42, n. 2, p. 130–133, fev. 2008.
DOI: 10.1136/bjism.2007.037630. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17586581/>. Acesso em: 21 maio 2025.
ICTQ – INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE. Tadalafila para o desempenho físico: farmacêuticos alertam para riscos e falta de evidências. 2024. Disponível em: <https://ictq.com.br/farmacia-clinica/4229-tadalafila-para-o-desempenho-fisico-farmaceuticos-alertam-para-riscos-e-falta-de-evidencias>. Acesso em: 21 maio 2025.
MELO, L. C. do N. et al. Redes sociais virtuais e tecnologias em saúde no cotidiano de usuários e famílias: cuidado e promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 8, p. 2193–2202, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023288.05252023>.
ROSA, Edson. MEDICAMENTOS VASODILATADORES INIBIDORES DE FOSFODIESTERASE (PDE) NA MEDICINA DO EXERCÍCIO E DO ESPORTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Revista Tópicos*, v. 3, n. 20, 2025. ISSN: 2965-6672.
SANTOS, A. B. Publicação de videoartigos como estratégia para impulsionar o consumo de Ciência. *Transinformação*, v. 34, e220011, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202234e200011>.
VENTOLA, C. L. Off-label drug information: regulation, distribution, evaluation, and related controversies. *P & T*, v. 34, n. 8, p. 428–440, ago. 2009. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2799128/>.



Figura 1 - Condução de Entrevista com Educador Físico e Personal Trainer, Maicon Fonseca.

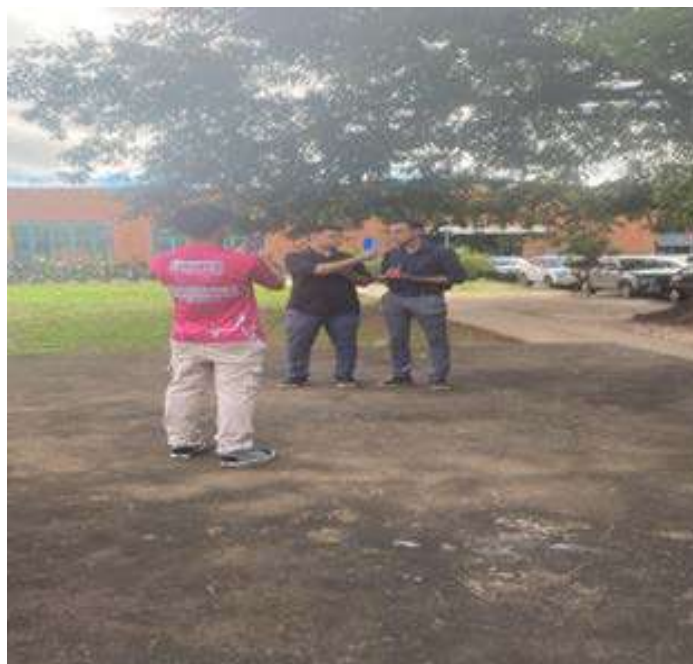


Figura 2 – Condução de Entrevista com o Professor Luiz Ruas, Agente da Vigilância Sanitária



Figura 3 – Dia da Gravação: Apresentadoras do Vídeo

PRODUÇÃO DE VÍDEO PARA CONSENTIZAÇÃO DO USO DE MEDICAMENTOS EM ACADEMIAS

¹GOMES, Liliane Andressa Santos Coelho; ¹SILVA, Fabiano Nunes da; ¹AQUINO, Hetiener Mendes de; ¹CAMARGO, Isaac Junior Reis; ¹ALMEIDA, Luíza Barbosa; ²OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros de; ²FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa

¹ Acadêmico do curso de Farmácia da instituição Unifipmoc-Afya

² Professor do curso de Farmácia da instituição Unifipmoc-Afya

Introdução

É possível notar que cada vez mais no Brasil observamos uma crescente no uso de medicamentos de maneira recreativa e com fins de melhoria de desempenho durante a prática de atividades físicas. Entre estas substâncias a tadalafila, medicamento utilizado para o tratamento de disfunção erétil, que atua como um inibidor reversível, potente e seletivo da guanosina monofosfato cíclica (GMPc) - fosfodiesterase específica tipo 5 (PDE5), é comumente utilizada na musculação com o objetivo de aumentar o desempenho físico e muscular a partir do seu efeito vasodilatador, que aumenta o fluxo sanguíneo pelo corpo. Além do que já foi mencionado, é importante destacar que o uso da tadalafila em ambientes de academia tem ganhado espaço também por causa da influência de redes sociais e de pessoas sem formação na área da saúde. Muitas dessas divulgações sugerem, de forma equivocada, que o medicamento pode ajudar na performance física, especialmente pelo seu efeito vasodilatador. No entanto, segundo Rosa (2025), esse efeito não garante melhora no desempenho aeróbico ou anaeróbico, e não há evidências científicas suficientes que confirmem esse tipo de benefício em indivíduos saudáveis. O aumento do uso desta substância como é evidenciado pela pesquisa publicada no site “New Veritas Brasil” onde é citado que, apenas no primeiro semestre de 2024, mais de 31 milhões de caixas do medicamento foram comercializadas, colocando o medicamento entre os mais vendidos do país. O uso indiscriminado deste medicamento pode acarretar uma série de efeitos colaterais indesejados que podem colocar em risco a saúde do paciente. De acordo com dados do Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2025), foram comercializadas 43,1 milhões de unidades da tadalafila em 2023, representando um crescimento de quase 39% em relação ao ano anterior. Isso mostra o quanto o medicamento tem sido procurado, muitas vezes sem orientação adequada, principalmente para uso com fins de estética ou performance. Além disso, de acordo com a professora Tamiris Frazão em entrevista ao site “New Veritas Brasil”, não existem estudos conclusivos que atestem a eficiência do medicamento como pré-treino. Guias de estudo como o de Guidetti et al. (2022) também apontam que não existem efeitos positivos consistentes da tadalafila sobre a performance física, mesmo em pessoas treinadas. O estudo mostrou que o medicamento não melhora marcadores de resistência e potência muscular, o que reforça a falta de fundamento científico para seu uso com esse objetivo. Tendo em vista esse cenário, foi realizado este projeto de extensão com o objetivo de conscientizar o público sobre os perigos do uso recreativo da tadalafila, através da produção de um vídeo informativo onde foi simulado um noticiário e entrevistados um personal trainer, e um representante legal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Métodos

Para a realização deste projeto, no dia 09 de maio de 2025 foi produzido um vídeo que simula um noticiário, foi escrito um roteiro prévio e uma pesquisa quanto ao tema para embasar os fatos. Neste noticiário, foram convidados dois profissionais da saúde para abordar o tema, sendo eles, um personal e um representante legal da (ANVISA). As gravações ocorreram no estúdio de marketing da faculdade UNIFIPMOC, e em uma academia, sendo utilizados equipamentos profissionais de gravação e edição de vídeo. As discussões apresentadas no vídeo foram enriquecidas com base em publicações científicas e institucionais, como o alerta emitido pelo ICTQ (2024), que reforça os riscos à saúde quando há uso não supervisionado da tadalafila para fins não terapêuticos. A produção e veiculação do vídeo também levou em consideração estudos como o de Melo, Silva e Viegas (2023), que demonstram o potencial das redes sociais na disseminação de informações de saúde pública, mas alertam para os riscos da desinformação — o que reforça a importância de conteúdos bem fundamentados. Os profissionais abordaram o tema de maneira explicativa e coesa, realçando seus conhecimentos específicos de suas áreas de atuação, onde, o personal abordou com mais aprofundamento os riscos e mitos relacionados ao uso do tadalafila dentro das academias, e o representante legal da ANVISA esclareceu as normas regulatórias e os riscos associados ao uso indevido do medicamento. O vídeo foi publicado nas respectivas redes sociais; YouTube e Instagram e encontra-se disponível para a visualização do público.

Desenvolvimento

Durante o decorrer do vídeo, o personal trainer explicou que muitas pessoas são atraídas pelo potencial vasodilatador que a tadalafila oferece, acreditando que o aumento da circulação sanguínea pode elevar o “pump” muscular. No entanto, também destacou os riscos associados a esse uso, como dores de cabeça intensas, quedas de pressão e interações medicamentosas perigosas (ROSA, 2025; ICTQ, 2024). Já o representante da ANVISA esclareceu que o uso recreativo de medicamentos como a tadalafila é ilegal e pode configurar risco à saúde pública (CFF, 2025). Foram discutidos os perigos da automedicação e o impacto negativo dessa prática na saúde cardiovascular dos usuários. Além disso, foram apresentadas orientações para a prática segura de atividades físicas, priorizando a orientação de profissionais habilitados.

Conclusão/ Considerações finais

Podemos concluir que, através da produção e disseminação deste vídeo foi possível conscientizar as pessoas quanto aos riscos do uso do tadalafila de maneira recreativa visando o desempenho na musculação. O vídeo contribuiu para esclarecer dúvidas e alertar o público quanto ao perigo do uso de substâncias farmacológicas para o ganho de desempenho. Através desta abordagem educativa e informativa, o projeto proporcionou uma reflexão acentuada quanto ao consumo de medicamentos e a importância da orientação profissional.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente ao profissional que colaboraram, emprestando parte de seu tempo ao Professor, e agente da vigilância sanitária, Luiz e Educador físico, personal trainer Maicon Fonseca, a equipe do marketing da Unifipmoc-Afya que em parceria do projeto ajudou na produção e edição do vídeo. Agradecemos ao apoio dos professores-orientadores, e a Unifipmoc-Afya de permitiu que o projeto fosse executado.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

Referências

- CFF – CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Uso indiscriminado da tadalafila como parte da rotina de treino. 2025. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/noticias-do-cff/23/01/2024/uso-indiscriminado-da-tadalafila-como-parte-da-rotina-de-treino>. Acesso em: 19 maio 2025.
- DRUGS.COM. Tadalafil Side Effects: Common, Severe, Long Term. Disponível em: <https://www.drugs.com/sfx/tadalafil-side-effects.html>. Acesso em: 19 maio 2025.
- GUIDETTI, L. et al. Effect of tadalafil on anaerobic performance indices in healthy athletes. *European Journal of Applied Physiology*, v. 101, p. 481–486, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17586581/>. Acesso em: 19 maio 2025.
- ICTQ – INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E QUALIDADE. Tadalafila para o desempenho físico: farmacêuticos alertam para riscos e falta de evidências. 2024. Disponível em: <https://ictq.com.br/farmacia-clinica/4229-tadalafila-para-o-desempenho-fisico-farmacuticos-alertam-para-riscos-e-falta-de-evidencias>. Acesso em: 19 maio 2025.
- MD.SAÚDE. Tadalafila: para que serve, como tomar e efeitos colaterais. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/bulas/tadalafila/>. Acesso em: 19 maio 2025.
- MELO, T. A.; SILVA, D. C.; VIEGAS, P. R. O uso das redes sociais como ferramenta na promoção da saúde pública: lições da pandemia. *Revista Brasileira de Extensão*, v. 7, n. 1, p. 45-58, 2023.
- OMENS. Efeitos colaterais da Tadalafila: é um remédio perigoso? Disponível em: <https://omens.com.br/blog/tratamentos/tadalafila-efeitos-colaterais/>. Acesso em: 19 maio 2025.
- ROSA, Edson. Medicamentos vasodilatadores inibidores de fosfodiesterase (PDE) na medicina do exercício e do esporte: uma revisão de literatura. *Revista Tópicos*, v. 3, n. 20, 2025. ISSN: 2965-6672.
- TUDO SOBRE EXERCÍCIO FÍSICO. Tadalafila no bodybuilding: ela possui algum efeito? Entenda sobre isso. Disponível em: <https://tudosobreexerciciofisico.com.br/musculacao/tadalafila-no-bodybuilding-ela-possui-algum-efeito-entenda-sobre-isso/>. Acesso em: 19 maio 2025.
- WEBMD. Tadalafil (Cialis, Adcirca, and others): Uses, Side Effects, Interactions, Pictures, Warnings & Dosing. Disponível em: <https://www.webmd.com/drugs/2/drug-77875/tadalafil-oral/details>. Acesso em: 19 maio 2025.



Figura 1 – Condução de Entrevista com o Professor Luiz Ruas, Agente da Vigilância Sanitária.

Figura 2. – Condução de Entrevista com Educador Físico e Personal Trainer, Maicon Fonseca.

Figura 3 – Simulação da bancada referente ao noticiário

ACESSO UNIVERSAL A MEDICAMENTOS E VACINAS: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

MARINHO, Ludmilla Flávio Gabrich¹; COELHO, Lara de Lêu Soares¹; SANTOS, Thainara Matias¹; FREITAS, Isadora Rodrigues Andrade¹; FIGUEIREDO, Flávio²; GONÇALVES, Nayara³
¹ Acadêmicos do curso de Farmácia UNIFIPMoc; Coordenador do curso de Farmácia da UNIFIPMoc²; Professora do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc³

Introdução:

Alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3) da Agenda 2030 da ONU, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades, o acesso universal a medicamentos e vacinas é um direito fundamental relacionado à garantia da saúde e da vida digna, conforme preconizado por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS). Trata-se da oferta equitativa, segura e financeiramente acessível de tratamentos e imunizantes essenciais para toda a população, independentemente de classe social, localização geográfica ou outras barreiras socioeconômicas. No entanto, questões como a desigualdade na distribuição, os altos custos, as patentes e a fragilidade dos sistemas de saúde ainda dificultam a concretização desse ideal em muitos países, sobretudo em contextos de vulnerabilidade. Diante dessa realidade, este projeto de extensão foi desenvolvido com o objetivo de promover a conscientização sobre o tema entre estudantes do ensino médio. A ação foi realizada por acadêmicos do terceiro período de farmácia da UNIFIPMoc (Figura 2) em uma escola e envolveu 77 alunos, por meio de uma palestra educativa, interativa, respondendo aos questionamentos dos estudantes. A proposta buscou ampliar o entendimento dos jovens sobre a importância do acesso universal a medicamentos e vacinas, destacando tanto os desafios enfrentados quanto a relevância da mobilização social e do conhecimento científico para a promoção da saúde coletiva.

Material e Métodos:

Para o desenvolvimento das atividades do projeto de extensão, foi adotada uma abordagem participativa e dialogada, com foco na construção coletiva do conhecimento. Como principal recurso didático, utilizou-se um mapa mental (Figura 1) contendo informações organizadas de forma visual e simplificada sobre o tema "Acesso Universal a Medicamentos e

Vacinas". O mapa incluía explicações sobre conceitos-chave, como o que são medicamentos e vacinas essenciais, os obstáculos para o acesso universal (como patentes, desigualdade econômica e infraestrutura de saúde), além da importância das políticas públicas e da cooperação internacional. Durante a apresentação, os conteúdos do mapa foram explicados de maneira acessível e contextualizada, promovendo a reflexão crítica entre os estudantes. Em seguida, foi aberto um espaço para perguntas e debates, no qual os alunos puderam tirar dúvidas, expressar opiniões e relacionar o tema com suas vivências e conhecimentos prévios.

Resultados:

A atividade de extensão teve resultados positivos e expressivos no que se refere ao engajamento dos estudantes e à ampliação do conhecimento sobre o tema. Dos 77 alunos participantes, a maioria demonstrou interesse e participação ativa durante a palestra, especialmente no momento de perguntas e debates. Observou-se que os estudantes conseguiram identificar e refletir sobre os principais desafios relacionados ao acesso universal a medicamentos e vacinas, como as desigualdades econômicas, as patentes e a importância das políticas públicas.

Conclusão:

A realização deste projeto de extensão com alunos do ensino médio mostrou-se uma experiência enriquecedora tanto para os estudantes quanto para os extensionistas. Ao abordar o tema do acesso universal a medicamentos e vacinas de forma didática e interativa, foi possível ampliar a compreensão dos jovens sobre a importância da equidade em saúde e os desafios enfrentados nesse campo.

Referências:

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. *Access to medication and vaccines*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/health/access-vaccines-and-medicines>.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois et al. Acesso a vacinas no Brasil no contexto na dinâmica global do complexo econômico-industrial da saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 38, supl. 2, e00200521, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DZrjZbq6GZFHzDQFFLGwhcb/>.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portal do Ministério da Saúde*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). *Portal Fiocruz*. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>.



Figura 1: Integrantes do projeto de extensão realizam apresentação em sala de aula para estudantes do ensino médio, utilizando mapa mental como recurso didático. Fonte: Próprio autor.

Figura 2: Registro da equipe de extensionistas após a apresentação do projeto sobre acesso universal a medicamentos e vacinas. Fonte: Próprio autor.

A INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO BEM-ESTAR EMOCIONAL DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Catherine Quintino Rodrigues¹, Jennifer Tayná Nunes Santos¹, Karen Ferreira Alves de Araújo¹, Luiz Gustavo Rodrigues Moreira¹, Flávio Júnior Barbosa Figueiredo², Nayara Gonçalves Pereira³.

¹ Acadêmico do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

² Doutor em Ciências da Saúde, Coordenador do Curso de Farmácia da UNIFIPMoc

³ Farmacêutica e Mestra em Biotecnologia Industrial, Professora na UNIFIPMoc

Introdução

A Agenda 2030 da ONU, por meio do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, visa garantir o acesso universal à saúde e ao bem-estar. Nesse contexto, projetos de extensão universitária tornam-se fundamentais ao promoverem práticas saudáveis e educação em saúde junto a comunidades vulneráveis. O presente projeto, desenvolvido por acadêmicos de Farmácia da UNIFIPMoc, teve como foco a análise dos efeitos da alimentação saudável no equilíbrio emocional de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A escolha do tema foi motivada pela necessidade de integrar saúde nutricional e mental, especialmente em contextos de insegurança alimentar e exclusão social, onde os impactos emocionais tendem a ser agravados por uma alimentação inadequada.

Material e Métodos

A atividade foi realizada em uma ONG localizada em Montes Claros/MG, com a participação de mulheres em situação de vulnerabilidade. A metodologia seguiu os princípios da Promoção da Saúde propostos pela OMS, com ênfase na escuta ativa, respeito às especificidades socioculturais e construção coletiva do conhecimento. A ação utilizou uma apresentação em slides com linguagem acessível e imagens ilustrativas. Cada acadêmico foi responsável por apresentar um tema específico, abordando assuntos como alimentação e saúde mental, desafios alimentares e a alimentação como forma de autocuidado. Para promover o engajamento, foram oferecidos espetinhos de frutas, distribuídas receitas saudáveis e sorteados suplementos alimentares. A metodologia adotada priorizou a clareza das informações e a promoção do diálogo, mesmo em uma apresentação predominantemente expositiva, de modo a estimular a escuta ativa e o interesse das participantes (**Figura 1**). Como estratégia de incentivo, ao final da atividade foram oferecidos espetinhos de frutas variadas e distribuídas receitas saudáveis, como *brownie fit* e mousse de maracujá (**Figura 2**). Adicionalmente, realizou-se o sorteio de seis suplementos alimentares ora-pro-nóbis (**Figura 3**), como forma de reforçar a importância da suplementação e do cuidado com a saúde. Ao final foi realizado uma foto com todos os participantes da ação extensionista (**Figura 4**).

Desenvolvimento

Durante a execução da atividade, observou-se grande interesse e envolvimento das participantes, que interagiram de forma ativa por meio de perguntas, relatos e comentários. A abordagem dialógica valorizou os saberes prévios e promoveu um espaço horizontal de troca de experiências. A atividade proporcionou reflexões sobre o papel da alimentação no autocuidado e na saúde emocional, indo além da perspectiva biomédica. Também foram discutidos aspectos culturais e sociais da alimentação, em consonância com o Guia Alimentar para a População Brasileira. A vivência favoreceu a compreensão crítica dos desafios enfrentados por grupos marginalizados e destacou a importância do acolhimento e da equidade na atuação em saúde.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A ação extensionista foi bem-sucedida em envolver as participantes e promover reflexões significativas sobre hábitos alimentares, saúde mental e autocuidado. Mesmo diante de recursos limitados, as mulheres demonstraram interesse em adotar práticas mais saudáveis e compreenderam melhor a relação entre alimentação e bem-estar emocional. A experiência também contribuiu para a formação dos acadêmicos, reforçando o papel do profissional de saúde como agente transformador, capaz de atuar de forma sensível, crítica e humanizada. Em síntese, o projeto evidenciou o impacto positivo de ações interdisciplinares na promoção da saúde integral de populações vulneráveis.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa: primeira conferência internacional sobre promoção da saúde**. Ottawa, Canadá, 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.



Figura 1: Iniciando a apresentação do projeto para o público. Fonte: Próprio autor, 2025.



Figura 2. Mesa amostra com churrasco de frutas, receitas, suplemento natural. Fonte: Próprio autor, 2025.



Figura 3. Sorteio do suplemento Ora-Pro-Nóbis. Fonte: Próprio autor, 2025.

VACINAS: PROTEÇÃO COLETIVA PARA A SAÚDE E O BEM ESTAR

PEREIRA, Ana Paula¹; BORGES, Sarah Batista Arruda¹; AGUIAR, Roberta Junia Pereira¹; SILVA, Catarine Oliveira¹; MAIA, Kevin Eduardo Ribeiro¹; FIGUEIREDO, Flavio Junior Barbosa²; PEREIRA, Nayara Goncalves².

Introdução

A vacinação é considerada uma das maiores conquistas da humanidade na prevenção e controle de doenças infectocontagiosas. Sua prática é moralmente valorizada e amplamente difundida, sendo responsável por importantes avanços em saúde pública, como a erradicação da varíola e a redução drástica de doenças como poliomielite, sarampo, caxumba e catapora. Embora o princípio da imunidade coletiva seja frequentemente citado como justificativa para a vacinação em massa, os resultados positivos também se relacionam à melhoria das condições sanitárias nos países desenvolvidos e à vacinação ampla nos países em desenvolvimento. Apesar de sua eficácia comprovada, preocupações quanto à segurança das vacinas e à ocorrência de efeitos adversos, especialmente em crianças, têm gerado desconfiança e resistência por parte da população. Essas questões éticas se agravam diante da falta de apoio do Estado a famílias afetadas por reações graves e pela distribuição desigual dos benefícios da vacinação. Dessa forma, proteger a saúde coletiva requer também um compromisso social com a distribuição equitativa tanto dos benefícios quanto dos riscos envolvidos na imunização. No contexto da vacinação infantil, sua importância é ainda mais evidente, pois protege a saúde das crianças e previne surtos epidêmicos. Por isso, o Ministério da Saúde estabelece calendários vacinais por faixa etária e desenvolve campanhas periódicas de imunização. No entanto, fatores como nível socioeconômico e cultural dos pais, além de crenças e mitos religiosos, ainda impedem a cobertura vacinal universal entre o público infantil. O projeto de extensão foi desenvolvido por estudantes do curso de farmácia de uma universidade privada em Montes Claros-MG, com o objetivo de promover a conscientização sobre a importância da vacinação entre crianças da educação infantil, seus familiares e a equipe escolar. A iniciativa foi realizada em parceria com uma escola pública de ensino infantil localizada em uma comunidade de vulnerabilidade social, visando ampliar o alcance das campanhas de imunização e combater informações equivocadas relacionadas às vacinas.

Material e Métodos

As ações do projeto foram realizadas de forma presencial, as atividades foram planejadas de maneira integrada e pedagógica, com foco no público da educação infantil, seus familiares e a equipe escolar. Para sensibilizar as crianças sobre a importância da vacinação, foram realizadas contações de histórias e apresentações teatrais com personagens infantis que explicavam, de forma lúdica e envolvente, como as vacinas atuam na proteção contra doenças. Esses momentos despertaram o interesse e facilitaram a compreensão do tema entre as crianças.

Desenvolvimento

Durante a realização do projeto de extensão, observou-se um ambiente receptivo e colaborativo por parte da escola, das crianças e dos familiares. As atividades lúdicas, como contações de histórias e apresentações teatrais com personagens infantis, foram recebidas com entusiasmo pelas crianças, que demonstraram curiosidade, engajamento e participação ativa. Muitos dos alunos compartilharam espontaneamente experiências pessoais relacionadas à vacinação, o que contribuiu para um espaço de troca e aprendizagem mútua. A linguagem acessível e a abordagem visual facilitaram a compreensão de conceitos como prevenção, proteção e cuidado com o outro, mesmo entre crianças pequenas. Foi perceptível que muitos mitos e desinformações ainda circulam entre a população, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde o acesso à informação qualificada é limitado. A experiência resultou em um fortalecimento da consciência coletiva sobre a importância da vacinação, tanto no ambiente escolar quanto no familiar. O envolvimento da equipe docente contribuiu para a continuidade do tema nas práticas pedagógicas da escola, e os estudantes universitários desenvolveram competências fundamentais para sua formação, como empatia, comunicação em saúde, escuta ativa e responsabilidade social. Essa vivência evidencia que a educação em saúde, quando realizada de forma humanizada, contextualizada e dialógica, é capaz de gerar mudanças concretas na percepção e nas atitudes da população. A interface entre teoria e prática revelou-se essencial para consolidar uma formação universitária crítica, cidadã e comprometida com os desafios reais da sociedade. Descrição do que foi observado na experiência, no que resultou a experiência, bem como reflexão aprofundada sobre a experiência vivida em interface com a teoria .

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

O projeto alcançou diretamente cerca de 90 crianças. Observou-se um aumento do interesse das crianças pelo tema. A equipe escolar demonstrou grande receptividade, destacando a relevância do projeto para o ambiente educacional. Além disso, os universitários envolvidos relataram desenvolvimento de habilidades comunicativas, educativas e de responsabilidade social. O projeto demonstrou que ações de extensão universitária voltadas para a educação infantil são estratégias eficazes para promover saúde, esclarecer dúvidas e combater desinformação. Ao aproximar universidade, escola e comunidade, fortaleceu-se a prática da cidadania e da formação integral tanto dos estudantes quanto das crianças envolvidas.

Referências

DE JESUS SOUSA, Catrine; DE LIMA VIGO, Zaira; PALMEIRA, Cátia Suely. Compreensão dos pais acerca da importância da vacinação infantil. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 1, n. 1, 2012.
LESSA, Sérgio de Castro; SCHRAMM, Fermin Roland. Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 1, p. 115-124, 2015.



Figura 1. Crianças da educação infantil assistem atentamente a

uma apresentação teatral educativa sobre a importância da vacinação. A atividade lúdica, realizada em ambiente escolar integra a estratégia pedagógica do projeto de extensão universitária voltado à promoção da saúde e ao combate à desinformação sobre imunização



Figura 2. Assim que passou pelo portão da escola, Zé Gotinha foi envolvido pelo carinho das crianças. Uma recepção inesquecível.



Figura 3. Os panfletos foram entregues não só aos alunos mas também aos professores e responsáveis da escola, para que todos pudessem ficar por dentro das informações importantes.



Figura 4. A apresentação teatral para as crianças contou com os personagens o menino Léo, Dona Vacina, Zé Gotinha e o Vírus, que juntos transmitiram, de forma divertida e educativa, a importância da vacinação.

A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO: O RETORNO DAS DOENÇAS ERRADICADAS.

Caroline Barbosa de Souza ¹; Júlia Evelyn Chadaytt Soares¹; Laura Monique Oliveira Colares ¹; Livia Serrat Matos de Souza ¹; Maria Antônia Cândido ¹; Flávio Júnior Barbosa Figueiredo ²; Nayara Gonçalves Pereira ²

¹ Acadêmico do curso Farmácia da instituição UniFipMOC

² Professor do curso Farmácia da instituição UniFipMOC.

Introdução

O presente relato trata-se de uma atividade de extensão universitária desenvolvida com o intuito de promover a conscientização da população sobre a importância da vacinação. A vacinação é uma das medidas de saúde pública mais eficazes para a prevenção de doenças infecciosas, sendo responsável pela erradicação e controle de diversas enfermidades ao longo da história. No entanto, nos últimos anos, tem-se observado um preocupante aumento da hesitação vacinal, impulsionado pela disseminação de informações falsas, desinformação nas redes sociais e falta de acesso a fontes confiáveis. Esses fatores contribuíram significativamente para o retorno de doenças antes consideradas erradicadas ou controladas, como o sarampo e a poliomielite, colocando em risco a saúde coletiva. Diante dessa realidade, surgiu a necessidade de ações educativas e informativas junto à comunidade, especialmente em espaços de atenção primária à saúde, como os postos de saúde da família. Através desse projeto de extensão, buscou-se não apenas informar, mas também escutar e dialogar com a população, promovendo a reflexão crítica e o engajamento em prol da saúde pública. Assim, o projeto visa conscientizar a população sobre a importância da vacinação, reforçando seu papel na proteção coletiva e individual. Diante disso, o objetivo foi sensibilizar a comunidade sobre os riscos da não vacinação, reforçar a importância das vacinas como ferramenta de saúde pública e combater a desinformação por meio da educação em saúde.

Materiais e métodos

As ações do projeto foram realizadas na Unidade de Saúde da Família (USF), localizada em Montes Claros-MG, e abrangeram ações educativas voltadas à promoção da vacinação e combate à desinformação. A equipe envolvida foi composta por acadêmicos do curso de Farmácia da UniFipMOC, orientados pelo professor responsável, integrando ensino e prática extensionista. Inicialmente, foi feito um planejamento coletivo entre os membros do projeto para definição dos temas a serem abordados, considerando dados epidemiológicos e o contexto atual de hesitação vacinal. Com base nisso, foram elaborados materiais educativos acessíveis e visualmente atrativos, como panfletos informativos, banners com

infográficos e cartazes explicativos. Os conteúdos abordavam a importância da vacinação, o funcionamento da mesma, além de desmentir mitos comuns disseminados nas redes sociais. Durante a ação, foram realizadas palestras interativas, com linguagem clara e adaptada ao público-alvo, incentivando a participação dos presentes por meio de perguntas, exemplos do cotidiano e relatos pessoais (Figura 1 e 2). As apresentações foram apoiadas por recursos audiovisuais e materiais impressos distribuídos aos participantes. Além disso, foram promovidas rodas de conversa, em que os membros do projeto se posicionaram de forma acessível e aberta ao diálogo, escutando dúvidas, relatos e opiniões da população local. Essa abordagem proporcionou um espaço de escuta ativa e troca de experiências, favorecendo o fortalecimento do vínculo entre os profissionais da saúde e a comunidade. Todas as informações utilizadas foram embasadas em fontes científicas confiáveis, como o Ministério da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) e artigos acadêmicos atualizados, garantindo a veracidade e atualidade do conteúdo compartilhado. A ação foi registrada por meio de fotos e anotações em diário de campo, que auxiliaram na avaliação dos resultados e impacto da atividade.

Desenvolvimento

O projeto atingiu diretamente cerca de 30 pessoas, entre adolescentes, adultos e profissionais da área da saúde presentes na Unidade de Saúde da Família (USF). Durante as atividades, foi possível observar um engajamento dos participantes, que demonstraram curiosidade e interesse pelas temáticas apresentadas. Verificou-se um aumento significativo no conhecimento sobre as vacinas e seus benefícios, além de maior conscientização quanto à importância de manter a imunização em dia como forma de proteção individual e coletiva. Os participantes interagiram ativamente durante as palestras e rodas de conversa, contribuindo com dúvidas pertinentes, relatos pessoais e expressando preocupações com a saúde da comunidade, além de relatarem que pretendem buscar informações em fontes confiáveis e influenciar familiares a se vacinarem. A receptividade do público foi extremamente positiva, com elogios à abordagem clara e didática adotada. O ambiente acolhedor e participativo favoreceu o envolvimento da comunidade, fortalecendo os laços entre a universidade e a população local. A ação demonstrou que, mesmo em um curto período, é possível causar impacto significativo por meio da educação em saúde baseada no diálogo e na escuta ativa.

Conclusão

A ação mostrou-se eficaz na promoção da educação em saúde e no combate à desinformação sobre vacinação. O diálogo direto com a população revelou-se essencial para reconstruir a confiança nas vacinas e fortalecer a prevenção de doenças imunopreveníveis. Além disso, a atividade contribuiu para a formação dos acadêmicos envolvidos, fortalecendo o papel do farmacêutico na saúde pública. Com isso, conclui-se que iniciativas como essa devem ser incentivadas por possuir grande potencial de impacto social e contribuem com a promoção do compromisso dos profissionais de saúde com a população.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa Nacional de Imunizações – PNI*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/pni/pni>.

OPAS/OMS. *Vacinação salva vidas*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/relatorio-semana-vacinacao-na-america-2023>.

SANTOS, R. R.; SILVA, L. S.; OLIVEIRA, M. A.; ALMEIDA, M. A. Hesitação vacinal e suas consequências. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 55, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/6V7h8rZ6hX5V5F5f5V5V5/?lang=pt>.



Figura 1. Materiais visuais educativos acerca do assunto abordado.



Figura 2. Rodas de discussão com a população e profissionais da saúde presentes

INTERVENÇÃO EDUCATIVA EM SAÚDE: FORTALECENDO HÁBITOS SAUDÁVEIS ENTRE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

SANTANA, Dafne Mirraella Dias **1**; CORREIA, Jaciara Lopes **1**; SILVA, Jade Oliveira^{**1**}; COLARES, Laura Monique Oliveira^{**1**}; FEITOSA, Maria Eduarda de Sena^{**1**}; OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros^{**2**};
1 Acadêmico do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMOC
2 Professor do curso de Farmácia da instituição UNIFIPMOC

Introdução

A alimentação saudável é um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde e qualidade de vida, especialmente durante a infância, fase em que são consolidados muitos dos hábitos que acompanharão o indivíduo ao longo da vida. Nesse contexto, a escola desempenha um papel estratégico, sendo considerada o segundo ambiente social mais importante na vida da criança, após a família. Por ser um espaço onde os estudantes permanecem por longas horas do dia, estabelecendo vínculos de amizade e confiança, a escola se torna um local privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas, inclusive aquelas voltadas à saúde e à nutrição (BRASIL, 1997; 2006). A experiência aqui relatada refere-se à realização de uma proposta educativa voltada à promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, considerando o cenário atual de transição nutricional no Brasil. Este processo é marcado pela redução da desnutrição e, ao mesmo tempo, pelo aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade, reflexo de mudanças no padrão alimentar da população. Crianças vêm adotando hábitos alimentares inadequados, semelhantes aos dos adultos, com alto consumo de produtos industrializados, ricos em gorduras, açúcares e sal, o que tem contribuído para o surgimento precoce de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes, dislipidemia e hipertensão (CAMEJO et al., 2012; HALLAL et al., 2006; SUÑE et al., 2007). Diante desse cenário, a presente proposta teve como objetivo promover a educação nutricional no ambiente escolar como estratégia de prevenção e enfrentamento da obesidade infantil e de outras doenças crônicas não transmissíveis, por meio da conscientização sobre os benefícios de uma alimentação saudável, considerando o papel fundamental da escola como espaço de construção de saberes e formação de hábitos.

Métodos

A ação de extensão, de caráter educacional e de saúde, foi realizada no dia 15 de maio na Escola Estadual Monsenhor Gustavo, às 16:00 horas, com 60 alunos do 5º ano do ensino fundamental. O objetivo principal foi conscientizar as crianças sobre a importância da alimentação saudável na prevenção de doenças e na promoção do bem-estar. A atividade consistiu em uma palestra educativa, com linguagem acessível, abordando os principais grupos alimentares, bons hábitos alimentares e os

malefícios do consumo excessivo de produtos industrializados. Para reforçar o conteúdo e avaliar o aprendizado, foi aplicado um quiz interativo ao final da apresentação, no qual os alunos responderam perguntas sobre alimentos saudáveis e não saudáveis. A participação foi ativa e entusiasmada, demonstrando o interesse do grupo pelo tema. Ademais, a avaliação da ação ocorreu por meio de observação direta e análise das respostas no quiz, permitindo verificar a compreensão dos conteúdos e a eficácia da intervenção. A atividade mostrou-se relevante para a comunidade escolar, contribuindo para o desenvolvimento de hábitos mais saudáveis entre os estudantes.

Desenvolvimento

A ação de extensão realizada com alunos do 5º ano apresentou resultados positivos e evidentes nos aspectos educacional e comportamental. Os estudantes demonstraram amplo conhecimento prévio sobre alimentação saudável, o que foi percebido pela alta participação e pela assertividade nas respostas durante o quiz interativo. Esse engajamento revelou não apenas o interesse pelo tema, mas também a familiaridade dos alunos com os conceitos abordados. A atividade reforçou e aprofundou esses conhecimentos, contribuindo para a fixação de práticas alimentares benéficas e para o reconhecimento crítico dos alimentos que devem ser evitados. Embora não tenha sido aplicado um questionário formal, a observação direta indicou que a maioria dos participantes respondeu corretamente às perguntas do quiz, demonstrando a consolidação do conteúdo. Um desafio importante foi manter a atenção do grupo durante toda a ação, dada a faixa etária e o número de participantes. Esse obstáculo foi superado por meio do uso de recursos visuais atraentes, linguagem acessível e da aplicação do quiz como uma ferramenta dinâmica que estimulou o foco e o envolvimento dos alunos. O apoio dos professores foi fundamental para garantir a organização e o sucesso da atividade. Além dos resultados obtidos, a experiência trouxe reflexões valiosas para o aprimoramento de futuras intervenções. Desse modo, a inclusão de momentos lúdicos adicionais, dinâmicas em grupo e materiais ilustrativos, como jogos e cartazes, poderá ampliar o impacto e tornar as próximas ações ainda mais envolventes e eficazes para o público infantil.

Conclusão/ Considerações finais

Portanto, a ação de extensão sobre alimentação saudável alcançou seus objetivos ao promover, de forma interativa, a conscientização dos alunos sobre hábitos alimentares equilibrados. A atividade impactou positivamente o ambiente escolar, fortaleceu a relação entre universidade e comunidade, e demonstrou o potencial da educação em saúde para gerar mudanças sociais e promover qualidade de vida.

Agradecimentos:

Agradecemos à Escola Estadual Monsenhor Gustavo pelo apoio e à supervisora Pollyana Medeiros pela colaboração e disponibilidade, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Referências

SILVA, Margareth Xavier da et al. Projeto piloto: considerações de alunos do ensino fundamental sobre método de educação alimentar. *Revista Em Extensão*, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 51–63, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/21603>. Acesso em: 20 maio 2025.



FIGURA 1: Alunos do 5º ano da escola Monsehor Gustavo e acadêmicas de farmácia, durante palestra.



FIGURA 2: Imagem do quiz desenvolvido para a complementação do conhecimento sobre alimentação saudável.

SAÚDE MENTAL: O IMPACTO DA OBESIDADE INFANTIL NA ATUALIDADE

SANTOS, Ana Cecília Pinheiro 1; PEREIRA, Bianca Stefhanie Cardoso 1; OLIVEIRA, Lorena Aparecida de Jesus¹; SILVA, Maria Clara Alves da¹; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa². PEREIRA, Nayara Gonçalves³
1-Acadêmicas do curso de Farmácia da Universidade FipMoc. 2- Coordenador do curso de Farmácia da Universidade FipMoc.
3- Mestra e professora do curso de Farmácia da Universidade FipMoc.

Introdução

A obesidade infantil representa um desafio crescente de saúde pública no Brasil e no mundo, sendo associada a diversos impactos negativos no desenvolvimento físico, emocional e social das crianças. O acúmulo excessivo de gordura corporal, aliado a fatores como má alimentação, sedentarismo e uso exacerbado de telas, tem contribuído para o aumento da prevalência de sobrepeso entre crianças, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Além dos riscos físicos, estudos apontam uma forte relação entre obesidade infantil e quadros de ansiedade, depressão, baixa autoestima e dificuldades de socialização. Neste contexto, este relato de experiência tem como objetivo apresentar uma ação extensionista voltada à promoção de hábitos alimentares saudáveis como estratégia de prevenção da obesidade infantil e seus impactos na saúde mental. A atividade foi desenvolvida por acadêmicos do curso de Farmácia da UNIFIPMoc, por meio de uma intervenção educativa com crianças do ensino fundamental com idade entre 9 e 12 anos. A intervenção realizada está diretamente ligada à ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), que visa garantir o acesso a alimentos nutritivos e a saúde e bem-estar para todos, objetivando a acabar com a má nutrição, incluindo a obesidade. Com isso, a intervenção extensionista objetivou promover a conscientização sobre a obesidade infantil, por meio de ações educativas e práticas que incentivaram hábitos alimentares saudáveis, através de diálogo acessível em uma roda de conversa e da oferta de salada de frutas como exemplo prático de alimentação equilibrada.

Material e Métodos

A ação foi realizada em uma escola pública de ensino fundamental localizada no município de Montes Claros – MG, envolvendo crianças com idades entre seis e nove anos. Participaram da atividade estudantes do 3º período do curso de Farmácia da UNIFIPMoc, sob orientação docente. A metodologia adotada teve caráter educativo, participativo e lúdico. Inicialmente, promoveu-se uma roda de conversa utilizando linguagem acessível para abordar alimentação saudável, riscos da obesidade e a influência desses hábitos na saúde mental infantil (Fig. 1). Estratégias como perguntas interativas, jogos e exemplos do cotidiano foram aplicadas. Em seguida, foi oferecida uma salada de frutas, previamente preparada pelos acadêmicos, como incentivo prático à alimentação natural (Fig. 2). Durante a degustação, os alunos foram convidados a refletir sobre suas escolhas alimentares e compartilhar suas percepções sobre os alimentos consumidos.

Desenvolvimento

A receptividade das crianças à proposta foi bastante positiva. Na roda de conversa, observou-se curiosidade, participação ativa e relatos espontâneos sobre os hábitos alimentares em casa e na escola. Muitas crianças demonstraram preferência por alimentos industrializados, mas também manifestaram disposição para conhecer e experimentar opções mais saudáveis. A degustação da salada de frutas foi um ponto alto da ação, pois permitiu uma vivência concreta dos temas discutidos. Algumas crianças experimentaram frutas novas e relataram surpresa com os sabores. A experiência proporcionou um ambiente de aprendizado leve e reflexivo, fortalecendo o vínculo entre conhecimento e prática. Teoricamente, a atividade dialoga com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que reconhece a escola como espaço privilegiado para ações de promoção da saúde. De acordo com alguns autores, a eficácia de abordagens lúdicas e participativas estão relacionadas a mudança de comportamento alimentar na infância. Ressalta-se ainda o papel do farmacêutico como agente promotor da saúde comunitária, em ações de educação em saúde.

Conclusão

A atividade extensionista alcançou seu objetivo de forma efetiva, promovendo conscientização sobre os riscos da obesidade infantil e incentivando escolhas alimentares mais saudáveis desde a infância. A ação mostrou que práticas simples, bem planejadas e com abordagem lúdica e participativa, podem gerar impactos positivos no comportamento das crianças e contribuir para a prevenção de agravos à saúde mental. Reforça-se a importância da continuidade de projetos desse tipo, com envolvimento de profissionais da saúde e instituições educacionais, como estratégia para formar gerações mais conscientes e saudáveis.

Referências

- BRITO, A. L. O. et al. Investigação dos fatores psicossociais associados à obesidade infantil. Revista Delos, v. 17, n. 60, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2053>
- CARRIJO, J. A. Z. Obesidade infantil: os impactos invisíveis na saúde mental. Unimed Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://www.unimedfortaleza.com.br/blog/alimentacao/obesidade-infantil-e-saude-mental>
- COSTA MELO, V. L. et al. Obesidade infantil: impactos psicossociais. Revista Médica de Minas Gerais, v. 20, n. 3, 2009. Disponível em: <https://rmmg.org/artigo/detalhes/374>
- LIMA, S. Obesidade infantil causa prejuízos à saúde física e mental das crianças. Instituto Baiano de Obesidade, 2024. Disponível em: <https://institutoaianodeobesidade.com.br/obesidade-infantil-causa-prejuizos-a-saude-fisica-e-mental-das-criancas>



Figura 1: Roda de conversa com alunos do fundamental. Fonte: autoria própria, 2025.



Figura 2: Salada de frutas feita por acadêmicas do 3º período. Fonte: autoria própria, 2025.

O IMPACTO DA OBESIDADE NA SAÚDE MENTAL INFANTIL

GOMES, Maria Eduarda Souza 1; FONSECA, Maria Julia Soares 1; MORAIS, Raissa Cosme de 1 ; SENA, Sandy Gabrielle dos Santos 1; FIGUEIREDO, Flávio Júnior Barbosa 2. PEREIRA, Nayara Gonçalves 3
1- Acadêmicas do curso de Farmácia da Universidade FipMoc. 2- Coordenador do curso de Farmácia da Universidade FipMoc.
3- Mestra e professora do curso de Farmácia da Universidade FipMoc

Introdução

A obesidade infantil é uma condição multifatorial que tem se destacado como uma das principais preocupações em saúde pública no século XXI, tanto no Brasil quanto em nível global. O excesso de peso durante a infância pode comprometer o bem-estar físico, psicológico e social, afetando o desempenho escolar, a autoestima e as relações interpessoais. Entre os fatores que favorecem esse quadro estão os hábitos alimentares inadequados, o sedentarismo, o uso excessivo de telas e a escassez de orientação nutricional.

O ODS 3 visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas de qualquer idade, garantindo assim o desenvolvimento sustentável. Entre suas várias metas merecem destaque a redução da taxa de sobrepeso, deste modo, conscientizando através de ações extensionistas a conscientização sobre o tema, colaborando para o desenvolvimento de hábitos saudáveis desde cedo. Este trabalho relata uma experiência de extensão desenvolvida por estudantes de Farmácia da UNIFIPMoc com o intuito de promover a alimentação saudável e conscientizar crianças sobre os riscos da obesidade e suas implicações para a saúde mental. Diante disso, a ação objetificou a conscientização e participação dos alunos abordados na escola em questão, onde durante uma conversa educativa e lúdica, houve a oferta de salada de frutas preparada pelas acadêmicas para exemplificar alimentos saudáveis.

Material e Métodos

A ação educativa foi realizada em uma escola de ensino fundamental no município de Montes Claros – MG, com crianças de seis a nove anos. A equipe de acadêmicos do terceiro período de Farmácia organizou uma roda de conversa interativa utilizando recursos lúdicos e linguagem adequada à faixa etária (FIG. 1). Para o desenvolvimento do projeto foi planejada uma roda de conversa que abordou conceitos de nutrição, escolhas alimentares e os impactos do sobrepeso. Como parte prática da intervenção, foi oferecida uma salada de frutas (FIG. 2), composta por alimentos frescos e naturais, com o objetivo de estimular o paladar infantil e reforçar a mensagem da atividade.

Desenvolvimento

Durante a realização da proposta, observou-se que as crianças demonstraram grande curiosidade sobre o tema e participaram ativamente da discussão. Muitas relataram preferências por alimentos industrializados, mas também se mostraram abertas a experimentar novos sabores. A etapa da degustação da salada de frutas foi especialmente significativa, pois propiciou uma vivência concreta da teoria discutida. As crianças experimentaram alimentos que antes rejeitavam ou desconheciam, o que possibilitou reflexões sobre suas escolhas diárias e incentivou atitudes mais conscientes. A atividade também favoreceu o fortalecimento do vínculo entre educação e saúde, mostrando como espaços escolares podem ser potentes promotores de mudanças comportamentais.

Conclusão

A experiência extensionista evidenciou que intervenções educativas simples, realizadas de forma planejada e participativa, podem gerar impactos positivos na formação de hábitos saudáveis desde a infância. A iniciativa contribuiu para despertar o senso crítico das crianças sobre a própria alimentação, além de reforçar a importância da prevenção à obesidade como fator de proteção à saúde mental. Conclui-se que ações como essa devem ser ampliadas e incentivadas, promovendo o engajamento de profissionais da saúde e da educação na construção de uma cultura alimentar mais equilibrada e consciente.

Referências

- BRITO, A. L. O. et al. Investigação dos fatores psicossociais associados à obesidade infantil. *Revista Delos*, v. 17, n. 60, 2024.
- CARRIJO, J. A. Z. Obesidade infantil: os impactos invisíveis na saúde mental. Unimed Fortaleza, 2024.
- COSTA MELO, V. L. et al. Obesidade infantil: impactos psicossociais. *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 20, n. 3, 2009.
- LIMA, S. Obesidade infantil causa prejuízos à saúde física e mental das crianças. Instituto Baiano de Obesidade, 2024.



Figura 1: Acadêmicas do curso de Farmácia têm uma conversa educativa com alunos do ensino fundamental. Fonte: Autoria própria, 2025.



Figura 2: Mesa apresentando a salada de frutas feita pelas acadêmicas para representação de alimentos saudáveis. Fonte: Autoria própria, 2025.

PROMOÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS ENTRE ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

SOUZA, Andrea Luiza Ferreira de Fausto¹; GUEDES, Bruna Lopes¹; COELHO, Izabela Dias¹; FERREIRA, Larissa Nunes¹; DE LUCENA, Maria Clara Dourado¹; DE OLIVEIRA, Naiara Lopes¹; DE OLIVEIRA, Wanderklayson Aparecido Medeiros²

¹Acadêmicos do curso de Farmácia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

²Professor do curso de Farmácia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc/Afya)

Introdução

O presente relato de experiência insere-se nas modalidades da disciplina Projeto de Extensão, tendo como objetivo apresentar uma ação educativa voltada à promoção da alimentação saudável entre estudantes do 5º ano do ensino fundamental. A atividade desenvolvida por alunas do 7º período de Farmácia consistiu na realização de uma palestra interativa, seguida da aplicação de um quiz com perguntas relacionadas à identificação de alimentos saudáveis e não saudáveis. A ação foi registrada e retratada por meio da produção de um vídeo, o qual serviu como instrumento de divulgação e reflexão acerca da proposta executada. A experiência envolveu aproximadamente sessenta alunos e buscou, de forma integrada, sensibilizar o público infantojuvenil quanto à importância de escolhas alimentares conscientes e equilibradas. Os objetivos da proposta concentraram-se na promoção da educação alimentar e nutricional por meio de práticas pedagógicas dinâmicas e participativas, visando não apenas à aquisição de conhecimentos, mas também à formação de atitudes e valores relacionados à saúde e ao bem-estar. Além disso, a iniciativa reforçou a articulação entre teoria e prática, fortalecendo o compromisso social da instituição por meio da integração entre ensino e comunidade.

Métodos

A atividade integrou um projeto de extensão com foco educacional e em saúde, destinado a crianças do ensino fundamental de uma escola municipal localizada em Montes Claros - MG. A ação ocorreu em abril de 2025 e teve duração de um turno escolar. O público-alvo foi composto por aproximadamente sessenta alunos do 5º ano do ensino fundamental. Os principais objetivos da ação foram: promover o conhecimento sobre alimentação saudável, desenvolver senso crítico nas escolhas alimentares e estimular hábitos saudáveis desde a infância. A intervenção consistiu em uma palestra dialogada com linguagem acessível, uso de recursos visuais e exemplos do cotidiano, seguida da aplicação de um quiz interativo com perguntas e imagens de alimentos para identificar os saudáveis e os não saudáveis. A participação dos alunos foi ativa, com elevado engajamento durante as dinâmicas. A comunidade escolar foi envolvida mediante articulação prévia com a coordenação pedagógica. Como ferramenta de avaliação, utilizou a observação direta do comportamento dos alunos, o desempenho no quiz e registros em vídeo da atividade, permitindo posterior análise qualitativa da receptividade e compreensão dos conteúdos abordados.

Desenvolvimento

A ação extensionista gerou impactos positivos evidentes no público-alvo. Os estudantes demonstraram interesse e entusiasmo durante a atividade, participaram com atenção da palestra e responderam ativamente ao quiz, evidenciando assimilação dos conteúdos. Foi possível perceber uma maior consciência sobre os alimentos consumidos no cotidiano, com relatos espontâneos sobre seus hábitos alimentares e sugestões de mudanças. Entre os desafios enfrentados, destacam-se a necessidade de adaptar a linguagem técnica da área da saúde para a faixa etária infantil e o gerenciamento do tempo para garantir a participação de todos os alunos nas atividades. Contudo, esses obstáculos foram superados com planejamento prévio, uso de linguagem lúdica e atividades dinâmicas. A experiência proporcionou às extensionistas um aprendizado significativo na prática da educação em saúde, desenvolvendo habilidades de comunicação, empatia e planejamento pedagógico. Do ponto de vista social, a ação contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade, cumprindo a função social da instituição de ensino superior.

Conclusão

A ação educativa alcançou seus objetivos ao promover o conhecimento sobre alimentação saudável de forma lúdica e participativa entre alunos do ensino fundamental. A atividade reforçou a importância de estratégias de educação em saúde no ambiente escolar e contribuiu tanto para a formação acadêmica das estudantes quanto para o bem-estar da comunidade atendida. A experiência reafirma a relevância das práticas extensionistas como ferramenta de transformação social e formação cidadã.

Agradecimentos

Agradecemos à direção, coordenação e professores da escola parceira pela receptividade e apoio na execução da atividade. À UNIFIPMoc/Afya, pela oportunidade de vivenciar experiências práticas por meio do Projeto de Extensão I.

Apoio financeiro: Não houve.

Aprovação Comitê de Ética: Não se aplica.

Modalidade de Iniciação Científica: Não se aplica.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão I da UNIFIPMoc/Afya.



Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MONTEIRO, C. A. et al. Nova classificação dos alimentos baseada na extensão e propósito do processamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 26, n. 11, p. 2039-2049, 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. Alimentação saudável para crianças. Brasília: OPAS, 2015.

ATENÇÃO PRIMÁRIA E PROMOÇÃO DE SAÚDE EM IDOSOS

Andrade, Erickson Brito ¹; Aquino, Luís Guilherme Barros¹; Ribeiro, Larissa Dayane Gomes ¹; Silva, Valmir ¹;
Figueiredo, Flávio Júnior Barbosa ²; Pereira, Nayara Gonçalves²
Acadêmico do curso de Farmácia da UnifipMoc ¹
Professor do curso de Farmácia da UnifipMoc²

Introdução:

A Atenção Primária à Saúde (APS) configura-se como o nível organizador central e coordenador do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsável por assegurar o acesso universal, contínuo e resolutivo aos serviços de saúde. Fundamentada em princípios como a integralidade, a equidade e a longitudinalidade do cuidado, a APS desempenha um papel estratégico na estruturação de ações voltadas à promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e reabilitação funcional dos indivíduos. Diante do acelerado processo de transição demográfica e do consequente envelhecimento populacional, a APS adquire relevância singular na formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à população idosa. Sua abordagem centrada na pessoa, associada ao trabalho interdisciplinar e à atuação territorializada, permite não apenas a vigilância em saúde, mas também a construção de estratégias de cuidado que favoreçam a autonomia, a funcionalidade e a qualidade de vida na velhice, promovendo um envelhecimento ativo, saudável e digno. Diante disso, esse projeto objetivou orientar sobre os riscos da automedicação; reforçar a importância da monitorização da pressão arterial e da glicemia capilar; sensibilizar sobre os perigos da polifarmácia e das interações medicamentosas; Promover o papel do farmacêutico na atenção primária à saúde, com foco no cuidado farmacoterapêutico do idoso.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência de natureza descritiva, resultante de uma atividade extensionista em saúde foi realizada no dia 28 de março de 2025 em uma drogaria localizada em Montes Claros – MG. A ação foi promovida por discentes do 5º período de Farmácia (Figura 1). Durante a intervenção, foram abordados transeuntes e clientes da farmácia, com ênfase na população idosa. A atividade consistiu na prestação de orientações farmacêuticas acerca dos riscos da automedicação, do uso incorreto de medicamentos, da ausência de monitorização regular da pressão arterial e da glicemia, bem como das possíveis consequências da polifarmácia. Foram também realizadas aferições de pressão arterial e glicemia capilar, além de diálogos educativos voltados à promoção do uso racional de medicamentos.

Resultados

Verificou-se, por meio dos relatos espontâneos, a prática recorrente da automedicação e a ausência de acompanhamento profissional contínuo na gestão da farmacoterapia. A utilização simultânea de diversos fármacos sem orientação técnica adequada revelou-se comum, expondo os pacientes a riscos de interações medicamentosas e reações adversas.

Considerações Finais/Conclusões

A experiência descrita reafirma a importância da atuação farmacêutica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, especialmente na orientação e acompanhamento da farmacoterapia em idosos. A intervenção promovida pelos discentes da UniFip Moc evidenciou o potencial transformador das ações educativas na melhoria dos indicadores de saúde e na conscientização da população quanto ao uso seguro e racional de medicamentos. Ressalta-se, portanto, a necessidade de incentivo a práticas de extensão no processo de formação dos profissionais da saúde, com vistas à qualificação da assistência prestada à população idosa.

Palavras-chave:

Atenção primária à saúde; Idoso; Farmácia; Uso racional de medicamentos; Polifarmácia.

Referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FERRACINI, F. T. et al. A atuação do farmacêutico na atenção básica: uma revisão integrativa. Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 17, n. 1, p. 45-52, 2019.

OLIVEIRA, D. R. et al. Avaliação da polifarmácia em idosos na atenção primária. Revista de Saúde Pública, v. 54, n. 109, p. 1-10, 2020.



Figura 1: Acadêmicos do curso de farmácia em ação Saúde dos Idosos.
Fonte: Autoria própria, 2025.



Figura 2: Acadêmicos do curso de farmácia em atendimento. Fonte: Autoria própria, 2025.

CURSO DE FISIOTERAPIA – RESUMOS SIMPLES

FATORES QUE INFLUENCIAM A REABILITAÇÃO PROTÉTICA EM IDOSOS AMPUTADOS MMII

Vitória Pereira Marques 1; Adriana Caldeira Jorge²; Tulio Bandão Xavier Rocha².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UnifipMoc

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UnifipMoc

Introdução: O envelhecimento populacional no Brasil tem levado a um aumento nas doenças crônicas degenerativas, sendo as vasculopatias periféricas uma das principais causas de amputações de membros inferiores (AMI) em idosos. **Objetivo (s):** Revisar a literatura sobre os fatores que influenciam a reabilitação protética (RP) de idosos com AMI, destacando os aspectos que favorecem ou dificultam o sucesso na reabilitação. **Métodos:** Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases, Lilacs, PubMed, e Scielo, com busca restrita aos anos de 1993 a 2019. Foram selecionados 35 artigos dentre 58 inicialmente encontrados. **Resultados:** A reabilitação protética (RP) de idosos amputados de membros inferiores é influenciada por diversos fatores interligados. Para Kerstein *et al* a idade avançada, tipo e o nível da amputação, as reamputações, além disso, orientações pré e pós-operatórias adequadas e a escolha criteriosa da prótese. Flecher *et al.* falou que; o sucesso da protetização está diretamente ligado a uma avaliação criteriosa, ao planejamento individualizado e ao envolvimento de uma equipe capacitada. Fatores como idade, comorbidades, reamputações e nível da amputação destacam-se como os principais determinantes do prognóstico. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que existem fatores que interferem na reabilitação protética de idosos com AMI, mas não há contraindicação absoluta para o uso de prótese com base apenas na idade avançada. Assim, a reabilitação deve considerar essas variáveis de forma integrada, visando sempre à funcionalidade, autonomia e qualidade de vida do idoso amputado.

Palavras-chave: Idoso. Amputação. Reabilitação. Prótese.

Referências: MORAES, Júnea Mara Gonçalves et al. Fatores que interferem na reabilitação protética de idosos amputados de membros inferiores. *Fisioterapia Brasil*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 49–54, jan./fev. 2006.
BARR, S.; HOWE, T. E. Prosthetic rehabilitation for older dysvascular people following a unilateral transfemoral amputation. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, n. 10, Art. No.: CD005260, 2018.

ARTROPLASTIA TOTAL DE QUADRIL EM IDOSOS: IMPACTO NA FUNCIONALIDADE

Stefanny Naiade Brito Macedo ¹; Adriana Caldeira Jorge²; Tulio Brandão Xavier Rocha²

¹ Acadêmico do curso de fisioterapia da instituição Unifipmoc-Afya

² Professor do curso de fisioterapia da instituição Unifipmoc-Afya

Introdução/Justificativa: A artroplastia total de quadril (ATQ) é amplamente empregada no tratamento da osteoartrite de quadril, com bons resultados em alívio da dor e melhora funcional. No entanto, persistem dúvidas quanto à recuperação completa da marcha e da funcionalidade, especialmente em idosos. **Objetivos:** Comparar os parâmetros da marcha e o desempenho funcional de idosos com e sem ATQ, avaliando situações que simulam demandas do cotidiano. **Métodos:** Participaram do estudo 46 idosos divididos em dois grupos: 23 com ATQ (média de 2,6±1,3 anos pós-cirurgia) e 23 controles assintomáticos, pareados por idade, gênero, IMC e nível de atividade física. Foram utilizados o sistema GAITRite®, o Dynamic Gait Index (DGI) e o Timed Up and Go (TUG). **Resultados:** O grupo ATQ apresentou desempenho inferior com velocidade de marcha reduzida (1,18±0,13 m/s vs 1,39±0,09 m/s; p=0,012), maior assimetria no comprimento do passo (3,60±1,01 vs 1,12±0,59; p<0,001), tempo do passo e fases de apoio. O TUG foi mais lento (14,67±1,94 s vs 10,08±1,49 s; p=0,001) e o DGI teve escores mais baixos (20,04±1,91 vs 21,69±1,45; p=0,001). Houve também diferença significativa entre os membros operado e não operado nos parâmetros de marcha dentro do grupo ATQ. **Conclusões:** Mesmo após média de 2,6 anos da cirurgia, idosos com ATQ apresentaram alterações nos parâmetros da marcha e desempenho funcional inferior. Tais achados destacam a necessidade de reabilitação mais prolongada e direcionada à simetria da marcha e independência funcional.

Palavras-chave: Idoso; artroplastia do quadril; osteoartrite; marcha; funcionalidade.

Referência:

GUEDES, Rita C.; DIAS, João M. D.; DIAS, Rosângela C.; BORGES, Viviane S.; LUSTOSA, Lygia P.; ROSA, Nayza M. B. *Artroplastia total de quadril em idosos: impacto na funcionalidade*. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 15, n. 2, p. 123-130, mar./abr. 2011. ISSN 1413-3555.

IMPACTO DA EXPANSÃO TORÁCICA NA CAPACIDADE FUNCIONAL DE IDOSOS.

Ana Luiza Félix e Oliveira¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: O envelhecimento é acompanhado por alterações fisiológicas que afetam diretamente a função pulmonar, como a diminuição da complacência torácica e a redução da força muscular respiratória, o que compromete a ventilação e impacta negativamente a capacidade funcional dos idosos (Menezes et al., 2019). Técnicas fisioterapêuticas respiratórias, como os exercícios de expansão torácica, podem contribuir significativamente para a melhora da mobilidade da caixa torácica e da ventilação pulmonar (Goldenberg, 2020). A manutenção da capacidade funcional é essencial para a autonomia e qualidade de vida dos idosos, o que reforça a importância de estratégias de intervenção fisioterapêutica preventiva nessa população (Menezes et al., 2019). **Objetivo(s):** Analisar os efeitos dos exercícios de expansão torácica na saúde respiratória e capacidade funcional de idosos. **Métodos:** Foi realizada uma revisão nas bases de dados PubMed, SciELO e Google Scholar, considerando publicações dos últimos cinco anos. Utilizaram-se os descritores: “expansão torácica”, “capacidade funcional”, “idosos” e “fisioterapia respiratória”. **Resultados:** A literatura revisada indica que os exercícios de expansão torácica promovem melhora significativa na função pulmonar e na mobilidade torácica em idosos, refletindo diretamente na capacidade funcional. Diversos estudos relataram aumento na tolerância ao esforço, melhora na oxigenação e redução de sintomas respiratórios, como dispneia (Goldenberg, 2020; Menezes et al., 2019; Costa et al., 2017; Silva e Santos, 2018). Além disso, as intervenções baseadas em técnicas de expansão torácica demonstraram impacto positivo na realização de atividades de vida diária, favorecendo maior independência funcional e qualidade de vida (Pereira et al., 2021; Andrade et al., 2020; Lima et al., 2016). **Considerações Finais/Conclusões** A revisão aponta que os exercícios de expansão torácica são estratégias eficazes na fisioterapia respiratória para idosos, com benefícios na função pulmonar e na capacidade funcional. A utilização dessas técnicas deve ser incentivada na prática clínica e em programas de saúde voltados ao envelhecimento ativo.

Palavras-chave: Idosos. Capacidade funcional. Expansão torácica. Fisioterapia respiratória

Referências:

GOLDBERG, R. S. **Fisioterapia respiratória: fundamentos e práticas**. São Paulo: Manole, 2020.

MENEZES, A. M. B. et al. **Saúde respiratória em idosos: desafios e perspectivas**. *Revista de Saúde Pública*, v. 53, p. 76, 2019.

PEREIRA, C. A. C. et al. **Diretrizes para testes de função pulmonar**. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 28, supl. 3, p. S1–S238, 2002.

ANDRADE, M. F. et al. **Impacto de exercícios respiratórios sobre a função pulmonar em idosos saudáveis**. *Jornal de Pneumologia*, v. 46, n. 4, p. 231–237, 2020.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA EM CASOS DE BRONQUIOLITE

Samyra Beatriz Costa Machado¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso de fisioterapia da instituição UniFipMoc/Afya.

² Professor do curso de fisioterapia da instituição UniFipMoc/Afya.

Introdução: A bronquiolite viral aguda é uma infecção respiratória comum em crianças, especialmente nos primeiros dois anos de vida. Ela afeta os bronquíolos, pequenas vias aéreas dos pulmões, e é causada principalmente pelo vírus sincicial respiratório (VSR). Os sintomas mais frequentes incluem tosse, chiado no peito, acúmulo de muco e dificuldade para respirar. A transmissão ocorre por contato com secreções contaminadas, sendo mais comum nos meses de outono e inverno. Em alguns casos, a infecção pode evoluir com maior gravidade, exigindo hospitalização, especialmente em bebês menores de seis meses ou com histórico de prematuridade. **Objetivo(s):** Analisar como a fisioterapia respiratória, por meio de técnicas de desobstrução e higiene brônquica, auxilia na melhora clínica de crianças com bronquiolite. **Métodos:** Realizou-se uma revisão de literatura utilizando artigos publicados nas bases SciELO, Google Acadêmico, PubMed e Medline, entre os anos de 2008 e 2024. Foram selecionados três estudos que analisam a relação entre a bronquiolite viral aguda e a atuação da fisioterapia respiratória em crianças. **Resultados:** Os estudos analisados mostraram que a bronquiolite viral aguda causa inflamação das pequenas vias aéreas (bronquíolos), levando à obstrução e ao acúmulo de muco, o que provoca dificuldade respiratória, sibilos e aumento do esforço respiratório em crianças pequenas (LUIDI, 2008). Técnicas fisioterapêuticas como a expiração lenta prolongada (ELPr), o aumento do fluxo expiratório (AFE) e a aspiração das vias aéreas mostraram-se eficazes na remoção de secreções e na melhora do padrão respiratório, mesmo que nem sempre tenham impacto direto na redução do tempo de internação (SILVA et al., 2022). A técnica de ELPr, por exemplo, apresentou melhores resultados na redução da gravidade clínica, indicando menor desconforto respiratório após 24 a 48 horas de aplicação (SILVA et al., 2022). Embora alguns autores apontem a falta de consenso sobre a eficácia das técnicas fisioterapêuticas em casos de bronquiolite, os dados sugerem que a intervenção pode ajudar na melhora dos sintomas respiratórios e da oxigenação (OLIVEIRA et al., 2024). **Considerações Finais:** Os artigos analisados fornecem uma base consistente para entender como a fisioterapia respiratória pode contribuir no tratamento da bronquiolite em crianças. A análise mostra que as técnicas fisioterapêuticas auxiliam na desobstrução das vias aéreas e na melhora dos sintomas respiratórios. Embora ainda existam divergências quanto à sua efetividade em todos os casos, os resultados sugerem que a aplicação cuidadosa dessas intervenções pode reduzir o desconforto respiratório e favorecer a recuperação clínica. Novos estudos são necessários para fortalecer as evidências e orientar práticas fisioterapêuticas mais eficazes no manejo da bronquiolite.

Palavras-chave: Bronquiolite. Fisioterapia Respiratória. Pediatria.

Referências:

- LUIZI, Fernanda. *O papel da fisioterapia respiratória na bronquiolite viral aguda*. Scientia Medica, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39–44, jan./mar. 2008.
- OLIVEIRA, Karina Teles de et al. *Importância da Fisioterapia Respiratória na Bronquiolite*. Faculdade Anhanguera de Sorocaba, 2024.
- SILVA, Rafaela de Azevedo et al. *Fisioterapia Respiratória em Bronquiolite Viral Aguda: Estudo Comparativo das Técnicas Convencionais com a Técnica de Expiração Lenta e Prolongada*. Visão Acadêmica, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 42–52, 2022.

ACÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NO CUIDADO À PESSOA IDOSA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Vitoria Assunção Dantas Lopes ¹; Adriana Caldeira Jorge².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UnifipMoc

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UnifipMoc

Introdução: A violência contra a pessoa idosa (VCPI) configura-se como um problema crescente de saúde pública, manifestando-se de forma física, psicológica, sexual, financeira, negligência e abandono. Trata-se de uma violação de direitos humanos com consequências significativas, como sofrimento psíquico, lesões físicas e morte precoce. **Objetivo(s)** Identificar as intervenções fisioterapêuticas direcionadas à pessoa idosa em situação de violência, por meio de uma revisão de escopo.

Métodos: Trata-se de uma revisão de escopo baseada nas diretrizes do PRISMA-ScR. A busca foi realizada em bases científicas e literatura cinzenta. Após aplicação dos critérios de inclusão, 8 estudos compuseram a amostra final. Esses estudos abordaram a atuação do fisioterapeuta frente à violência contra a pessoa idosa, incluindo intervenções como ações educativas, avaliação clínica e comportamental, articulação com suporte comunitário, reabilitação e encaminhamentos legais.

Resultados: Segundo Schwartz et al. (1996), a orientação à pessoa idosa é fundamental para promover autonomia e segurança, sendo essencial a atuação do fisioterapeuta na identificação de sinais de negligência e maus-tratos. A articulação com serviços como creches geriátricas, visitas domiciliares e transporte adaptado foi destacada, assim como a obrigatoriedade da denúncia. Quatro estudos enfatizaram a reabilitação funcional como estratégia de proteção e promoção da qualidade de vida, as intervenções identificadas incluíram: ações educativas para idosos, cuidadores e comunidade; avaliação e manejo do estresse do cuidador; rastreamento de sinais de violência; avaliação física e comportamental; desenvolvimento de plano terapêutico voltado à reabilitação funcional; e documentação e encaminhamento de casos para redes de proteção.

Considerações Finais/Conclusões: A revisão destacou a relevância da atuação fisioterapêutica frente à VCPI, evidenciando seu potencial na prevenção, identificação e reabilitação das vítimas. Entretanto, ainda são necessários mais estudos que fundamentem a prática clínica e fortaleçam a formação profissional, além de políticas públicas que promovam o reconhecimento da fisioterapia nas estratégias de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa.

Palavras-chave: Fisioterapia. Saúde do idoso, Violência, Intervenção profissional

Referências: Dias, A. L. P., Almeida, A. M. de ., Schwartz, M. C., & Souto, R. Q.. (2020). Intervenções fisioterapêuticas direcionadas à pessoa idosa em situação de violência: uma revisão de escopo. Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia, 23(3), e200100.

Pillemer K, Burnes D, Riffin C, Lachs MS. Elder Abuse: Global Situation, Risk Factors, and Prevention Strategies. Gerontologist. 2016;56(S2):194-205.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa: É possível prevenir. É necessário superar [Internet]. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos; 2014

IMPACTOS DO USO DO CIGARRO ELETRÔNICO EM PACIENTES ASMÁTICOS

Alanna Kelly Gonçalves Oliveira ¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmica do curso de fisioterapia da Unifipmoc

² Professora do curso de fisioterapia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: O uso de cigarros eletrônicos foi inicialmente considerado uma solução benéfica para a cessação do tabagismo convencional. No entanto, paradoxalmente, o uso desses vaporizadores está crescendo rapidamente entre não fumantes, incluindo adolescentes e adultos jovens, ultrapassando em 800% (PARK; CROTTY ALEXANDER; CHRISTIANI, 2022) o número de adesão ao cigarro eletrônico (e-cigs), o que é preocupante para a população asmática, já que, cerca de metade da população adulta com asma é composta por fumantes ou ex-fumantes (THOMSON et al., 2022). Além da composição química dos e-cigs que trazem danos celulares, teciduais e sistêmicos, numerosos estudos observacionais mostraram que o tabagismo atual está frequentemente associado a piores desfechos clínicos na asma. **Objetivo(s):** Identificar casos de EVALI (Injúria Pulmonar Relacionada ao Uso de Cigarro Eletrônico) em pacientes asmáticos. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura sobre a relação entre o uso do cigarro eletrônico em pacientes asmáticos. A busca incluiu artigos nas bases PubMed, considerando publicações dos últimos dez anos. Foram incluídos estudos observacionais e de revisão que abordassem diretamente a associação entre essa exposição e a saúde respiratória. **Resultados:** Nessas pesquisas, foram avaliados piores desfechos clínicos, causando inflamação, lesão pulmonar, controle subótimo da asma, aumento de exacerbações, declínio acelerado da função pulmonar, obstrução persistente do fluxo aéreo, mais comorbidades, maior mortalidade, maior utilização de serviços de saúde relacionados à asma, e uma maior proporção de indivíduos com bronquite crônica. Da mesma forma, a exposição cumulativa à fumaça de cigarro está associada a um pior controle da doença e a internações hospitalares relacionadas. A exposição à fumaça de cigarro e outros fatores de risco causam mecanismos patogênicos que envolvem inflamação das vias aéreas relacionada ao tabagismo e à asma, remodelação tecidual, insensibilidade a corticosteroides e inflamação sistêmica de baixo grau, levando a uma piora no quadro clínico do asmático e crises mais difíceis de serem tratadas (THOMSON et al., 2022). **Considerações Finais/Conclusões:** É possível notar o aumento da adesão da população ao uso dos e-cigs, sendo essenciais ações de saúde pública para combater o uso dos cigarros eletrônicos e mais pesquisas científicas para comprovar essa recorrência.

Palavras-chave: Cigarros eletrônicos. Fumantes com asma. EVALI.

Referências:

- THOMSON, Neil C.; POLOSA, Riccardo; SIN, Don D. Cigarette smoking and asthma. *Journal of Allergy and Clinical Immunology: In Practice*, [S.l.], v. 10, n. 7, p. 1755–1763, jul. 2022. Disponível em: [https://www.jaci-inpractice.org/article/S2213-2198\(22\)00478-0/fulltext](https://www.jaci-inpractice.org/article/S2213-2198(22)00478-0/fulltext). Acesso em: 18 maio 2025.
- RIBEIRO, L. M. S.; SILVA, M. A. F.; OLIVEIRA, J. P. Risco de exacerbação de asma em adolescentes usuários de dispositivos eletrônicos de liberação de nicotina: uma revisão sistemática e metanálise. *Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 25–32, jan./mar. 2023. Disponível em: http://aaai-asbai.org.br/detalhe_artigo.asp?id=1338. Acesso em: 18 maio 2025.
- PARK, Jin-Ah; CROTTY ALEXANDER, Laura E.; CHRISTIANI, David C. Vaping and lung inflammation and injury. *Annual Review of Physiology*, Palo Alto, v. 84, p. 611–629, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1028557/>. Acesso em: 18 maio 2025.

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC)

Ana Luiza Rodrigues de Queiroz¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UniFipMoc/Afya

² Professor do curso de fisioterapia da instituição UniFipMoc/Afya

Introdução/Justificativa: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é caracterizada pela limitação crônica e progressiva do fluxo aéreo, geralmente associada ao tabagismo e à exposição a agentes nocivos. Trata-se de uma condição com elevada taxa de morbimortalidade e impacto funcional significativo. Nesse contexto, a fisioterapia respiratória apresenta papel fundamental na reabilitação pulmonar, contribuindo para a melhora dos sintomas respiratórios, da tolerância ao exercício e da qualidade de vida. **Objetivo(s):** Analisar os efeitos da fisioterapia respiratória como parte do tratamento de pacientes com DPOC, com foco na eficácia das técnicas empregadas. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura com base em artigos científicos disponíveis nas bases SciELO, PubMed e ResearchGate. Foram incluídos estudos publicados entre 2009 e 2023, que abordam a atuação fisioterapêutica em pacientes com DPOC, segundo diretrizes nacionais e internacionais. **Resultados:** As intervenções fisioterapêuticas mais frequentemente empregadas em pacientes com DPOC incluem o treinamento muscular respiratório, a reeducação ventilatória, técnicas de higiene brônquica e exercícios aeróbicos supervisionados. Langer et al. (2009) demonstram que essas abordagens promovem melhora significativa da capacidade funcional e da tolerância ao exercício. Em consonância, Silva e Souza (2022) reforçam que tais técnicas são eficazes na redução da dispneia e na prevenção de complicações respiratórias, indicando uma convergência entre os estudos quanto à eficácia dos métodos fisioterapêuticos. Além disso, o relatório da GOLD (2023) complementa essa visão ao destacar que, quando a fisioterapia é associada à educação do paciente e ao acompanhamento contínuo, os resultados são potencializados, com redução de hospitalizações e maior controle dos sintomas. Essa correlação entre autores demonstra um consenso crescente sobre a importância da abordagem multidimensional da fisioterapia no manejo da DPOC, em que as intervenções não apenas tratam os sintomas, mas também modificam o curso clínico da doença a longo prazo. **Considerações Finais:** A fisioterapia respiratória é uma estratégia essencial no tratamento da DPOC, com forte embasamento científico que sustenta sua eficácia na melhora da função pulmonar, da qualidade de vida e do prognóstico dos pacientes. A integração dos achados da literatura evidencia que a reabilitação pulmonar deve ser encarada como uma conduta prioritária e baseada em evidências no manejo da doença, sendo fundamental o trabalho contínuo e interdisciplinar para alcançar melhores desfechos clínicos.

Palavras-chave: DPOC. Fisioterapia Respiratória. Reabilitação Pulmonar

Referências:

GOLD. **Global estratégia para o diagnóstico, manejo e prevenção de DPOC**– 2023 Report. LANGER, D. et al. **Fisioterapia em pacientes com DPOC**. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 13, n. 3, p. 183–204, 2009. SILVA, L. S.; SOUZA, M. A. **Abordagem fisioterapêutica na reabilitação pulmonar**. ResearchGate, 2022.

MÉTODOS PADOVAN NA FISIOTERAPIA PEDIÁTRICA

Isabela Vitória Lino e Silva ¹; Erika Goulart Veloso Ferreira Escobar²;

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução: O desenvolvimento neuropsicomotor infantil segue uma sequência organizada de aquisição de habilidades motoras, sensoriais e cognitivas. Quando esse processo é interrompido ou alterado, a criança pode apresentar atrasos que interferem em sua funcionalidade e autonomia. Nesse contexto, o Método Padovan de Reorganização Neurofuncional surge como uma abordagem terapêutica que busca retomar, por meio de exercícios específicos e rítmicos, as etapas do desenvolvimento neuroevolutivo. Desenvolvido por Beatriz Padovan, o método fundamenta-se na plasticidade cerebral e na repetição dos padrões de movimento, sendo cada vez mais utilizado no contexto da fisioterapia pediátrica. **Objetivos:** Este trabalho tem como objetivo apresentar os fundamentos do Método Padovan e sua aplicação na fisioterapia pediátrica, além de analisar seus benefícios na reorganização neurofuncional de crianças com distúrbios do desenvolvimento. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada nas bases SciELO e PubMed, incluindo publicações entre 2010 e 2024. Foram encontrados 38 artigos, dos quais 16 foram selecionados por atenderem aos critérios de inclusão, com ênfase na aplicação do método em crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Resultados:** Os estudos analisados indicam que o Método Padovan pode trazer benefícios significativos para crianças com distúrbios neurológicos. Segundo Silva et al. (2018), os exercícios do método estimulam áreas cerebrais responsáveis pela linguagem, coordenação motora, equilíbrio e atenção. Souza e Lima (2021) destacam melhorias no tônus muscular, postura e integração sensorial. Em crianças com TEA, Oliveira et al. (2022) observaram avanços na comunicação, regulação sensorial, atenção e habilidades sociais. Os exercícios de reorganização incluem movimentos de locomoção, manipulação e orofaciais, respeitando a sequência do desenvolvimento neuroevolutivo. São realizados de forma bilateral e rítmica, favorecendo a integração dos hemisférios cerebrais (Martins & Rocha, 2020). **Considerações finais:** O Método Padovan, quando aplicado de forma adequada, se apresenta como um recurso terapêutico complementar de grande valor na fisioterapia pediátrica. Ele possibilita a reorganização funcional do sistema nervoso central por meio da retomada dos marcos do desenvolvimento neuroevolutivo. Embora ainda sejam necessários mais estudos clínicos que comprovem sua eficácia de forma mais robusta, os resultados observados em práticas clínicas apontam para avanços significativos no processo de reabilitação infantil. O envolvimento da família e a continuidade dos estímulos em outros ambientes, como a escola e o lar, também são fatores essenciais para potencializar os efeitos da terapia, promovendo uma melhora global na qualidade de vida da criança.

Palavras-chave: Método Padovan. Neurodesenvolvimento. Fisioterapia Pediátrica. Reorganização Neurofuncional. Reabilitação Infantil.

Referências: de Freitas, I. R. G., Delmondes, E. de L., de Albuquerque, L. T. C., Maciel, S. B. S., Silva, M. J. de L., & Pereira, L. M. (2020).

Oliveira et al. (2022): "Terapia de integração sensorial e comportamento de seletividade alimentar no transtorno do espectro autista: Estudo de caso" de Oliveira et al. (2022), que aborda intervenções terapêuticas em crianças com TEA.

Farias, J. de O., Moreira, A. B., Pereira, L. M., & Maciel, S. B. S. (2022).

FISIOTERAPIA NA SÍNDROME PÓS-COVID

Isabela Vitória Lino e Silva ¹; Isabel Aragão Maia ²;

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução: A Síndrome Pós-COVID, é a persistência de sintomas como fadiga, falta de ar e dores musculares por semanas ou meses após a infecção, afetando 10 a 30% dos pacientes. Sua causa envolve inflamação, disfunção autonômica e danos múltiplos. A fisioterapia é essencial na reabilitação, com tratamentos personalizados para recuperar a funcionalidade e reduzir sequelas respiratórias, neuromusculares e cardiorrespiratórias. **Objetivo:** A intervenção fisioterapêutica na Síndrome Pós-COVID é eficaz na reabilitação funcional e respiratória dos pacientes. Os principais recursos utilizados incluem exercícios respiratórios, treinamento muscular e técnicas de melhora da capacidade física. Essas intervenções promovem melhorias na qualidade de vida e na funcionalidade dos indivíduos afetados. **Métodos:** Este estudo é uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases SciELO, PubMed e LILACS, utilizando os descritores “fisioterapia”, “COVID-19” e “síndrome pós-COVID”, combinados com os operadores booleanos AND e OR, com foco em publicações de 2020 a 2024. Foram incluídos estudos clínicos, ensaios randomizados e revisões sistemáticas que abordassem intervenções fisioterapêuticas para sintomas persistentes após a COVID-19. Os critérios de inclusão consideraram idioma (português, inglês ou espanhol), texto completo disponível e relevância clínica. A análise dos dados foi descritiva, considerando os tipos de intervenção, duração dos protocolos e desfechos clínicos. **Resultados:** Os protocolos fisioterapêuticos eficazes incluem recondicionamento cardiorrespiratório, treino muscular inspiratório, técnicas de ventilação pulmonar, alongamentos, fortalecimento muscular progressivo, cinesioterapia, exercícios aeróbicos leves a moderados, eletroterapia e orientações posturais. Esses métodos melhoram a tolerância ao esforço, força muscular, capacidade funcional, oxigenação tecidual e saúde mental. A telemonitorização e o atendimento domiciliar são importantes para manter o cuidado em casos leves ou moderados. **Considerações finais:** A fisioterapia é essencial na reabilitação da Síndrome Pós-COVID, promovendo a recuperação da funcionalidade e qualidade de vida por meio de uma abordagem individualizada, progressiva e multidisciplinar. A intervenção precoce facilita a reintegração às atividades diárias, mas são necessários mais estudos para padronizar protocolos e fortalecer a prática baseada em evidências.

Palavras-chave: Fisioterapia; COVID-19; Reabilitação; Síndrome Pós-COVID; Função Pulmonar

Referências: CARFÌ, A.; BERNABEI, R.; LANDI, F. Persistent symptoms in patients after acute COVID-19. JAMA, Chicago, v. 324, n. 6, p. 603-605, 2020.
Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jama.2020.12603>. Acesso em: 16 maio 2025.
TORRES-CASTRO, R. et al. Respiratory function in patients post-infection by COVID-19: a systematic review and meta-analysis. Pulmonology, Lisboa, v. 27, n. 4, p. 328–337, 2021.
Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.pulmoe.2020.10.013>. Acesso em: 16 maio 2025.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Post COVID-19 condition (long COVID): key facts. Genebra, 2023.
Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/post-covid-19-condition>. Acesso em: 16 maio 2025.

DPOC E OXIGENOTERAPIA: O PAPEL DA MÁSCARA DE VENTURI

Autor¹ Vanusa Cristiane dos Santos Oliveira; Autor² Isabel Aragão Maia.

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma condição progressiva das vias aéreas, caracterizada por limitação persistente do fluxo aéreo e episódios recorrentes de inflamação. Com alto impacto na saúde pública, representa uma das principais causas de hospitalização e morte por doenças respiratórias. Durante crises de insuficiência respiratória, a oxigenoterapia é essencial, mas sua aplicação inadequada pode agravar o quadro, levando à retenção de dióxido de carbono (hipercapnia). A Máscara de Venturi destaca-se por fornecer concentrações de oxigênio precisas e estáveis, sendo indicada especialmente para pacientes com risco de hipercapnia. **Objetivo:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. A busca foi conduzida nas bases de dados PubMed e SciELO, selecionando artigos publicados entre 2017 e 2024. Os critérios de inclusão abrangeram estudos voltados à aplicação da Máscara de Venturi em pacientes com DPOC, priorizando aqueles com rigor metodológico e relevância clínica. **Resultados:** A análise dos estudos mostrou que a Máscara de Venturi proporciona FiO_2 com alta precisão, reduzindo o risco de hipercapnia em pacientes com DPOC. No entanto, estudos indicam que a cânula nasal de alto fluxo pode oferecer vantagens adicionais, como maior tolerância ao exercício e melhoria na qualidade de vida. A eficácia da oxigenoterapia depende também do ajuste do fluxo e da monitorização contínua do paciente. **Conclusões:** A Máscara de Venturi é uma estratégia segura e eficaz na oxigenoterapia de pacientes com DPOC, principalmente em casos de risco de retenção de CO_2 . Sua capacidade de ofertar oxigênio de forma controlada a torna uma escolha relevante na prática clínica. No entanto, a seleção da modalidade ideal deve considerar a condição clínica do paciente, os recursos disponíveis e o monitoramento contínuo por equipe capacitada.

Palavras-chave: DPOC; Máscara de Venturi; Oxigenoterapia Controlada.

Referências: O'DRISCOLL, B. R. et al. **BTS guideline for oxygen use in adults in healthcare and emergency settings.** *Thorax*, v. 72, suplemento 1, p. ii1–ii90, 2017.
LIPPI, G.; FAVALORO, E. J. **Oxygen therapy in COPD patients: the importance of dose titration.** *Respiratory Medicine*, v. 165, p. 105935, 2020.
PEREIRA, C. A. C.; NEDER, J. A. **Diretrizes para testes de função pulmonar.** *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 47, n. 6, p. e20210186, 2021.
GOLD Reports. **Global Strategy for the Diagnosis, Management, and Prevention of Chronic Obstructive Pulmonary Disease: 2024 report.** Fontana: GOLD, 2024. Disponível em: <https://goldcopd.org>. Acesso em: 04 maio 2025.

AVALIAÇÃO DO EQUILÍBRIO EM AMPUTADOS POR BIOFOTOGRAFIA COMPUTADORIZADA

Kamilla Martins Marques ¹; Lorena Sena Jácome ²; Maria Luiza Figueiredo Carvalho ³; Vitória Assunção Dantas Lopes ³;

Tulio Brandão Xavier Rocha ⁴

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição Unifipmoc

² Professor do curso Fisioterapia instituição Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A amputação é definida como a retirada cirúrgica, total ou parcial, de um membro, podendo ser eletiva, por doenças ou malformações, ou de urgência, como em traumas graves e infecções. O uso de próteses após a amputação contribui para a melhora da imagem corporal, confiança, habilidades motoras e qualidade de vida. A amputação transtibial ocorre entre a articulação tibiotársica e o joelho, sendo mais comum que outras. Já a transfemoral é realizada entre o joelho e o quadril. **Objetivo (s):** Avaliar e comparar, por meio do teste de Romberg adaptado, às oscilações do equilíbrio estático de amputados protetizados de membros inferiores e indivíduos não amputados. **Métodos:** O presente estudo utilizou o teste de Romberg adaptado aliado à biofotogrametria computadorizada como método de avaliação do equilíbrio estático. Trata-se de uma abordagem acessível, prática e objetiva, com análise das oscilações corporais por meio de imagens processadas no software ALCImage®. Em comparação, o estudo realizado na Universidade de Passo Fundo (UPF) aplicou métodos mais complexos, como baropodometria, análise fotográfica com fundo padronizado, uso do software SAPO, e controle rígido de critérios para participação e coleta. Enquanto o método da UPF proporciona uma investigação detalhada e tecnicamente exigente, o presente estudo se destaca pela viabilidade de aplicação em contextos clínicos com menos recursos, mantendo a eficácia na mensuração do equilíbrio postural. **Resultados:** Os resultados indicaram que indivíduos amputados apresentam estratégias compensatórias que alteram o centro de força, com maior pressão no retropé residual e oscilações posturais mais evidentes para o lado da prótese. Amputados transtibiais mostraram correlação negativa entre idade e oscilação anterior, sugerindo maior controle postural com o tempo. Já amputados transfemorais apresentaram maiores oscilações no plano sagital. O tempo de uso da prótese também se correlacionou com menor instabilidade, evidenciando adaptação funcional progressiva. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que o equilíbrio estático em amputados de membros inferiores está diretamente relacionado à redistribuição da pressão plantar e à adaptação postural ao longo do tempo. Fatores como idade, tipo de amputação e tempo de uso da prótese influenciam diretamente nas oscilações corporais, especialmente no plano sagital. Esses achados reforçam a importância de um acompanhamento fisioterapêutico individualizado, com foco em propriocepção e posicionamento, promovendo uma reabilitação mais eficaz e próxima da funcionalidade do membro natural.

Palavras-chave: Amputação, transfemoral, equilíbrio, pressão plantar.

Referências: BARAÚNA, Mário Antônio et al. Avaliação do equilíbrio estático em indivíduos amputados de membros inferiores através da biofotogrametria computadorizada. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 10, p. 83-90, 2006. BOCHESE, Débora Pes Hackmann; GAMA, Luiz Otávio Rosa. Avaliação do equilíbrio estático de indivíduos amputados transtibiais unilaterais. *Saúde e Pesquisa*, v. 6, n. 1, 2013.

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NA FUNÇÃO PULMONAR E QUALIDADE DE VIDA NA DPOC

Jenyffer Eduarda Lopes Pereira¹; Isabel Aragão Maia²

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc/Afya

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc/Afya

Introdução/Justificativa: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma condição respiratória progressiva, com limitação persistente do fluxo aéreo, geralmente relacionada ao tabagismo ou à exposição a poluentes. Os principais sintomas incluem dispneia, fadiga e redução da capacidade funcional. A fisioterapia respiratória tem papel fundamental no tratamento, promovendo melhora da ventilação, mobilização de secreções e condicionamento físico. **Objetivo (s):** Analisar os efeitos da fisioterapia respiratória sobre a função pulmonar e a qualidade de vida de pacientes com DPOC. **Métodos:** Revisão integrativa realizada nas bases SciELO, BVS e PubMed, utilizando os descritores: “DPOC”, “fisioterapia respiratória” e “qualidade de vida”. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2024, em português, que abordassem intervenções fisioterapêuticas em pacientes com DPOC e seus desfechos clínicos e funcionais. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que a fisioterapia respiratória oferece benefícios relevantes para pacientes com DPOC. Mota et al. (2023) observaram que o treinamento muscular inspiratório melhora a força respiratória e reduz a dispneia. Martins et al. (2022) destacam que a reabilitação pulmonar supervisionada aumenta a capacidade funcional e contribui para o controle de sintomas, melhorando a qualidade de vida. Neves e Macieira (2020) apontam que programas contínuos de reabilitação pulmonar reduzem hospitalizações e exacerbam menos a doença, promovendo maior autonomia. Além disso, técnicas como exercícios respiratórios, treino aeróbico e fortalecimento muscular demonstraram eficácia na melhora da ventilação e funcionalidade. Assim, a fisioterapia se mostra essencial no tratamento da DPOC, com impacto direto na função pulmonar, na redução de sintomas e na qualidade de vida dos pacientes. **Considerações Finais/Conclusões:** A fisioterapia respiratória apresenta eficácia comprovada no tratamento da DPOC, contribuindo de forma significativa para a melhora da função pulmonar, redução dos sintomas, menor número de hospitalizações e aumento da qualidade de vida. Sua inclusão nos protocolos multiprofissionais de reabilitação é indispensável, garantindo uma abordagem integral e humanizada ao paciente.

Palavras-chave: DPOC. Fisioterapia respiratória. Reabilitação pulmonar. Qualidade de vida.

Referências:

- MOTA, Jennyfer Correa et al. Treinamento muscular inspiratório em pessoas com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC): uma revisão sistemática. *Fisioterapia e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/fpusp/article/view/215605>. Acesso em: 21 maio 2025.
- MARTINS, P. S. C. et al. Programa de reabilitação pulmonar de 36 sessões melhora a capacidade funcional e reduz o índice de massa corpórea em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica. *RBPfex - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, São Paulo, v. 15, n. 98, p. 446–452, 2022. Disponível em: <https://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/2487>. Acesso em: 21 maio 2025.
- NEVES, Afonso Cesar Neto; MACIEIRA, Eduardo Fornazier. Reabilitação pulmonar em pacientes com DPOC: uma revisão integrativa. *Revista Científica da Universidade Cesumar*, Maringá, 2020. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/handle/123456789/7796>. Acesso em: 21 maio 2025.

Máscaras Nasais de Ventilação Não Invasiva em Crianças com Síndrome de Apneia Obstrutiva do Sono: Abordagens Fisioterapêuticas e Benefícios Clínicos.

SOARES Santos Sophia Roberta 1; Isabel Aragão Maia2.

¹ Acadêmica de fisioterapia X da instituição Unifipmoc AFYA

² Professora de fisioterapia X da instituição Unifipmoc AFYA

Introdução/Justificativa: A Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono (SAOS) infantil é caracterizada por obstruções recorrentes das vias aéreas superiores durante o sono, impactando negativamente o desenvolvimento cognitivo e físico. A Ventilação Não Invasiva (VNI) e a CPAP (Pressão Positiva Contínua nas Vias Aéreas) com máscaras nasais, têm emergido como uma alternativa terapêutica eficaz, especialmente em casos onde a intervenção cirúrgica não é viável. **Objetivo(s):** Investigar os efeitos clínicos do uso de máscaras nasais de CPAP e VNI em crianças com SAOS e descrever as abordagens fisioterapêuticas que contribuem para o sucesso do tratamento. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de estudos clínicos e revisões sistemáticas, com foco em crianças diagnosticadas com SAOS, na qual foram tratadas com ventilação não invasiva por meio de máscaras nasais de CPAP. A pesquisa analisou a eficácia do CPAP nas melhorias na saturação de oxigênio, redução da apneia, qualidade do sono e impacto em aspectos cognitivos e comportamentais. Os critérios de inclusão abrangeram estudos da aplicação da VNI em pediatria. Além disso, foi dada ênfase à análise de estratégias fisioterapêuticas empregadas para melhorar a adaptação à VNI, como técnicas de dessensibilização à máscara, reeducação respiratória, higiene brônquica e orientação familiar. A extração e análise dos dados seguiram um roteiro estruturado com avaliação da qualidade metodológica dos estudos por meio da escala PEDro e do instrumento STROBE. **Resultados:** Os estudos indicaram que o CPAP reduz significativamente os episódios de apneia e melhora a oxigenação e a qualidade do sono. Contudo, também foram observadas melhorias nas funções cognitivas e comportamentais ((Marcus et al., 2016; Kaditis et al., 2020), atenção, redução da fadiga diurna e desempenho escolar. Além disso estudos indicam que a VNI com máscara nasal reduz significativamente o índice de apneia-hipopneia (IAH), melhora o padrão respiratório e aumenta a qualidade do sono e da vida das crianças. A atuação fisioterapêutica tem papel essencial, principalmente nos estágios iniciais de adaptação ao dispositivo, como mostram Verhulst et al. (2019) e Amaddeo et al. (2021), que destacam o papel da fisioterapia na adesão ao tratamento. Técnicas como treinamento respiratório, posicionamento adequado e apoio psicossocial à família demonstraram ser facilitadores relevantes para o sucesso terapêutico. **Considerações Finais/Conclusões:** As máscaras nasais de CPAP e VNI com máscara nasal são uma abordagem fisioterapêutica eficaz no tratamento da SAOS infantil. Elas proporcionam benefícios importantes na respiração, sono e desenvolvimento geral, sendo recomendadas como intervenção inicial, por sua eficácia e caráter não invasivo.

Palavras-chave: Apneia obstrutiva do sono; Máscaras nasais; Ventilação não invasiva; CPAP; Crianças; Abordagem fisioterapêutica.

Referências: Carvalho, C. A., et al. (2020). Efficacy of CPAP Therapy in Pediatric Obstructive Sleep Apnea: A Systematic Review. *Pediatric Pulmonology*, 55(2), 246-253.

Mendes, J. P., et al (2019). Effects of CPAP Therapy on Cognitive and Behavioral Outcomes in Children with Obstructive Sleep Apnea. *Journal of Clinical Sleep Medicine*, 15(9), 1345-1352. Silva, F. F., et al. (2018). Verhulst SL, Schrauwen N, Haentjens D, et al. *Sleep-disordered breathing in children: a systematic review of the literature*. *Eur J Pediatr*. 2019;178(6):827-841

A APLICAÇÃO DA REALIDADE VIRTUAL NA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA PARA O TRATAMENTO DE DOENÇAS PULMONARES

Bianca Rios Barbosa Silva¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya.

Introdução/Justificativa: A reabilitação respiratória é uma técnica fundamental no tratamento de doenças pulmonares crônicas, como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), fibrose cística e asma. No entanto, os métodos tradicionais enfrentam desafios relacionados à adesão dos pacientes e à eficácia dos exercícios respiratórios a longo prazo. Nesse cenário, a realidade virtual (RV) surge como uma tecnologia, capaz de proporcionar uma experiência imersiva e interativa que pode aumentar o engajamento do paciente, melhorar a qualidade dos exercícios e, consequentemente, promover melhores resultados clínicos. A RV, ao criar cenários simulados e feedbacks em tempo real, oferece novas perspectivas no campo da fisioterapia respiratória, podendo complementar e aprimorar os métodos convencionais de tratamento. **Objetivo(s):** Investigar a aplicação da RV em pacientes com doenças pulmonares crônicas, buscando evidências de sua eficácia e benefícios, além de avaliar o seu uso como ferramenta auxiliar na reabilitação respiratória. **Métodos:** esse estudo é baseado em uma revisão de literatura de artigos científicos publicados entre 2010 e 2023, em bases de dados como PubMed, Scielo e Google Scholar. Foram selecionados estudos que abordam o uso de realidade virtual em reabilitação respiratória, bem como aqueles que avaliam o impacto da RV em doenças pulmonares crônicas. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, comparando os resultados de diferentes estudos e destacando as vantagens e limitações da aplicação da RV. **Resultados:** Os estudos analisados indicaram que o uso da realidade virtual na fisioterapia respiratória pode aumentar significativamente a motivação e adesão dos pacientes aos programas de reabilitação, isso porque, segundo o estudo de Patsaki et al. (2023), essa técnica de tratamento utiliza jogos e simulações que tornam os exercícios menos monótono, promovendo uma experiência mais agradável e personalizada, o que ajuda a reduzir a taxa de abandono. De acordo com Rutkowska et al. (2022), em pacientes com DPOC, a RV mostrou melhorias na função pulmonar e uma redução da dispnéia, possivelmente devido à natureza envolvente e interativa dos exercícios virtuais, o que pode reduzir a percepção de esforço e aumentar o engajamento do paciente. Além disso, como observado na revisão de Condon et al. (2020), a RV também se revelou eficaz em pacientes com fibrose cística, promovendo um melhor clearance mucociliar, fator importante para reduzir complicações respiratórias e melhorar a qualidade de vida. Contudo, as principais barreiras para a implementação da RV em contextos clínicos incluem o alto custo dos equipamentos e a necessidade de treinamento especializado para fisioterapeutas. **Considerações Finais/Conclusões:** Essas constatações indicam o potencial promissor da RV na fisioterapia respiratória, embora desafios relacionados a custos e treinamento devam ser abordados para viabilizar seu uso em larga escala. Futuros estudos clínicos de longo prazo são necessários para validar sua eficácia em diferentes populações, visando à ampliação de sua aplicação nos ambientes clínicos.

Palavras-chave: Realidade Virtual; Fisioterapia Respiratória; Reabilitação; DPOC.

Referências: CZECH, Oliver; RUTKOWSKA, Anna; SZCZEGIELNIAK, Jan. **Effectiveness of an Inpatient Virtual Reality-Based Pulmonary Rehabilitation Program among COVID-19 Patients on Symptoms of Anxiety, Depression and Quality of Life: Preliminary Results from a Randomized Controlled Trial.** *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, n. 24, p. 16980, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph192416980>. CONDON, Christina; LAM, Wing Tung; MOSLEY, Chiara; GOUGH, Suzanne. **A systematic review and meta-analysis of the effectiveness of virtual reality as an exercise intervention for individuals with a respiratory condition.** *Advances in Simulation*, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41077-020-00151-z>. Acesso em: 29 out 2024. PATSAKI, I., AVEGERI, V., RIGOULIA, T., ZEKIS, T., KOUMANTAKIS, G. A., & GRAMMATOPOULOU, E. **"Benefits from Incorporating Virtual Reality in Pulmonary Rehabilitation of COPD Patients: A Systematic Review and Meta-Analysis."** *Advances in Respiratory Medicine*, vol. 91, no. 4, 2023, pp. 324-336. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/arm91040026>.

OXIGENOTERAPIA NO TRATAMENTO DE DOENÇAS PULMONARES CRÔNICAS

Dayane Oliveira Alves Rodrigues¹; Isabel de Aragão Maia².
Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya¹
Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya²

Introdução/Justificativa: A oxigenoterapia é uma intervenção amplamente utilizada no manejo de doenças pulmonares crônicas, como a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC), fibrose pulmonar idiopática e outras que provocam hipoxemia. No Brasil, onde há elevada prevalência de doenças respiratórias, seu uso adequado é essencial para a melhora clínica, funcional e da qualidade de vida dos pacientes. **Objetivo(s):** Reunir e sintetizar evidências científicas sobre a eficácia e os desafios do uso da oxigenoterapia em pacientes com doenças pulmonares crônicas. **Métodos:** Conduziu-se uma revisão integrativa da literatura científica. A estratégia de busca e seleção de estudos envolveu bases de dados, repositórios institucionais (como o da UFMG) e periódicos científicos (como a Revista de Ciências Médicas e Biológicas da UFBA e a Revista Convergências em Ciências da Saúde). A análise crítica e a síntese das evidências foram direcionadas por publicações chave, incluindo a dissertação de Lima (2021) sobre o perfil clínico-funcional de pacientes, o artigo de Silva et al. (2023) focado na qualidade de vida e funcionalidade, a revisão de literatura de Pereira et al. (2021) que oferece um panorama sobre o tratamento, e as recomendações da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT, 2022) para a prática clínica. **Resultados:** A análise da literatura selecionada aponta que a oxigenoterapia, principalmente quando realizada de forma domiciliar prolongada, promove benefícios relevantes, como aumento da saturação de oxigênio, melhora da tolerância ao esforço e redução da dispneia (Lima, 2021; Pereira et al., 2021). No entanto, observou-se que muitos pacientes apresentam dificuldades na adesão ao tratamento, devido a fatores como limitações físicas do equipamento, sensação de dependência e aspectos psicossociais (Silva et al., 2023). O estudo de Lima (2021), realizado com pacientes atendidos em um serviço de referência em Minas Gerais, constatou que, embora mais da metade relatasse melhora clínica com o uso contínuo de oxigênio, muitos abandonavam o uso por não entenderem completamente a importância do tratamento. As diretrizes da SBPT (2022), por sua vez, destacam a necessidade de prescrição personalizada, monitoramento periódico e inclusão de aspectos como uso em atividades físicas e durante o sono. **Considerações Finais/Conclusões:** A oxigenoterapia é uma estratégia terapêutica eficaz para pacientes com doenças pulmonares crônicas, desde que adequadamente indicada e acompanhada. A literatura revisada enfatiza a importância de intervenções educativas e de suporte multidisciplinar para garantir a adesão ao tratamento. Protocolos como os da SBPT são fundamentais para padronizar a prática clínica e reduzir complicações decorrentes do uso inadequado do oxigênio.

Palavras-chave: Oxigenoterapia; Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica; Hipoxemia; Cuidados domiciliares; Pneumologia.

Referências:

- LIMA, G. V. A. **Oxigenoterapia domiciliar prolongada em pacientes com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC):** análise do perfil clínico e funcional de pacientes atendidos em um serviço de referência. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/3838>
- SILVA, J. R. da et al. **Oxigenoterapia domiciliar prolongada em pacientes com DPOC:** qualidade de vida e funcionalidade. Revista Convergências em Ciências da Saúde, v. 4, n. 7, 2023. Disponível em: <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/1994>
- PEREIRA, A. S. et al. **Oxigenoterapia no tratamento de doenças respiratórias crônicas:** uma revisão de literatura. Revista de Ciências Médicas e Biológicas (UFBA), v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/36603>
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA (SBPT). **Recomendações para Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada – 2022.** Disponível em: <https://sbpt.org.br/porta/recomendacoes-para-oxigenoterapia-domiciliar-prolongada-2022/>

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão VI da UNIFIPMoc/Afya

PALMILHAS POSTURAIS EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL ESPÁSTICA

BRANT, Maria Alice Caldeira¹; FERREIRA, Kelly Cristina Leal¹; MESQUITA, Júlia Samira Gonçalves¹; DA SILVA, Mariana Leite Mesquita¹; BRITO, Vitória Lopes¹; QUEIROZ, Giovanna Aguiar¹; ROCHA, Túlio Brandão Xavier².

¹Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc Afya

²Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc Afya

Introdução: A Paralisia Cerebral (PC) é a causa mais frequente de deficiência motora na infância, consequente de alteração no sistema nervoso em maturação, de caráter não progressivo. Crianças com PC podem apresentar tônus muscular e controle postural anormais, que afetam a capacidade funcional do equilíbrio. As palmilhas posturais tem como propósito reorganizar a tensão nas cadeias musculares e influenciar a postura corporal por meio de reflexos corretivos, atuando na propriocepção muscular. **Objetivo(s):** Avaliar os efeitos das palmilhas posturais no equilíbrio estático e funcional e na distribuição da pressão plantar de crianças com PC, visando melhorar a funcionalidade e o controle motor. **Métodos:** Foi realizada uma busca na literatura na base de dados Scielo por meio de descritores pré-determinados: [postural insole] AND [cerebral palsy] AND [balance] AND [plantar pressure] de estudos publicados até abril de 2025 no idioma português, sendo encontrados 4 artigos e destes 2 foram selecionados. **Resultados:** Segundo Christovão (2013), o uso de palmilhas posturais melhorou significativamente o equilíbrio funcional, a mobilidade e o desempenho motor em crianças com PC, reduzindo a oscilação do centro de pressão (COP) e melhorando a estabilidade postural, e além disso, as palmilhas posturais aumentam a área de contato do pé com o solo dando mais estabilidade e diminuindo as oscilações corporais, além de estimular receptores sensoriais plantares que melhoram a consciência corporal e auxiliam no feedback de ajustes posturais. Ademais, essas palmilhas estimulam reações posturais, por meio da mudança na aferência sensorial, que auxiliam na melhora do alinhamento biomecânico, proporcionando uma função mais eficiente, principalmente do equilíbrio. **Conclusão:** As palmilhas posturais demonstram eficácia em crianças com PC, proporcionando benefícios funcionais com maior liberdade de movimento e menor custo, melhorando o equilíbrio e a mobilidade funcional. Além disso, essas palmilhas contribuem para a melhora da distribuição da pressão plantar e do equilíbrio nesses pacientes.

Palavras-chave: Paralisia Cerebral, Palmilha Postural, Equilíbrio, Pressão Plantar.

Referências:

CHRISTOVÃO, T. C. L. **Equilíbrio e palmilhas posturais em crianças com paralisia cerebral: estudo clínico aleatorizado controlado.** Dissertação (mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo - SP, 2013.
RIGHI, N. C.; MARTINS, F. K.; SOUZA, J. A.; TREVISAN, C. M. **Distribuição da pressão plantar e morfologia do pé de crianças com paralisia cerebral e crianças com desenvolvimento típico.** Fisioter Pesqui, v. 24, n. 3, p. 321-326, 2017.

Fibrose cística e fisioterapia respiratória: Abordagem Integrada entre controle clínico e cuidado humanizado

Pedro Henrique Almeida Carvalho¹; Isabel Aragão Maia².

¹Acadêmico do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA.

²Professor do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA.

Introdução/Justificativa: A fibrose cística (FC) é uma doença genética crônica que compromete os sistemas respiratório e digestivo, sendo caracterizada por secreções espessas e obstrutivas, que dificultam a ventilação e favorecem infecções respiratórias recorrentes. A fisioterapia respiratória se destaca como componente essencial no controle clínico da FC, contribuindo para a desobstrução brônquica, melhora da função pulmonar e prevenção de complicações. Além disso, a humanização do cuidado é imprescindível, pois a adesão ao tratamento está diretamente relacionada ao vínculo terapêutico e ao respeito às individualidades dos pacientes. **Objetivo(s):** Discutir a importância de uma abordagem integrada entre controle clínico e cuidado humanizado na fisioterapia respiratória aplicada à fibrose cística. **Específicos:** Identificar estratégias fisioterapêuticas respiratórias eficazes; analisar a influência do cuidado humanizado na adesão ao tratamento; refletir sobre os impactos positivos dessa integração na qualidade de vida dos pacientes. **Métodos:** Revisão narrativa da literatura, com buscas nas bases SciELO, PubMed e LILACS, utilizando os descritores “fibrose cística”, “fisioterapia respiratória” e “humanização na saúde”. Foram incluídos artigos entre 2020 e 2022. **Resultados** A literatura destaca estratégias eficazes como a drenagem autógena, ciclo ativo da respiração, técnicas de oscilação oral de alta frequência e uso de dispositivos como PEP e Flutter®. Além disso, exercícios respiratórios associados ao uso de tecnologias como coletes vibratórios demonstraram benefícios na função pulmonar e na redução de exacerbações. O cuidado humanizado, baseado em escuta ativa, empatia e educação em saúde, fortalece o vínculo terapêutico, promovendo maior adesão ao tratamento e bem-estar. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se que a fisioterapia respiratória para pacientes com FC deve ser conduzida com uma abordagem técnico-humanizada. Profissionais que atuam com base em evidências científicas e respeito às particularidades do paciente contribuem para melhores desfechos clínicos e aumento da qualidade de vida.

Palavras-chave: Fibrose Cística. Fisioterapia Respiratória. Humanização na Saúde. Abordagem Integrada. Controle Clínico. Qualidade de Vida.

Referências: LIMA, F. M.; MORAIS, R. S. Humanização no atendimento fisioterapêutico: desafios e perspectivas. Revista Interdisciplinar de Saúde, v. 9, n. 1, p. 45–53, 2020.

SANTOS, A. P.; LIMA, T. M.; RIBEIRO, J. G. A importância da fisioterapia respiratória no tratamento da fibrose cística: enfoque técnico e humanizado. Revista de Ciências da Saúde, v. 13, n. 2, p. 120–130, 2021.

VASCONCELOS, M. L. et al. Efeitos do uso do colete vibratório em pacientes com fibrose cística: uma revisão sistemática. Revista de Pneumologia e Fisioterapia, v. 5, n. 1, p. 32–40, 2022.

SINERGIA DA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA E CPAP: IMPACTO DA REDUÇÃO DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO E QUALIDADE DE VIDA

Allan Gabriel da Silva Alves ¹; Yasminy Miranda Ribeiro ¹; Lorena Ferreira Lima ¹; Hugo Felipe Siqueira Silva ¹; Amanda Pereira Daniel ¹; Joice Vitoria Pereira ¹; Ricardo Câmara Ribeiro ².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA

Introdução/Justificativa: A apneia obstrutiva do sono (AOS) é um distúrbio caracterizado por colapsos repetitivos das vias aéreas superiores durante o sono, levando a diminuição da saturação de oxigênio durante o sono e microdespertares. **Objetivo(s):** Analisar os benefícios clínicos da associação entre a fisioterapia respiratória e o CPAP (pressão positiva contínua nas vias aéreas) no tratamento da AOS. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados (2020-2025), selecionados nas bases PubMed, SciELO e LILACS. Utilizaram-se as palavras chaves "apneia obstrutiva do sono", "aderência ao CPAP" e "fisioterapia respiratória" como critério de busca. Foram utilizados 3 estudos clínicos de acordo com esses padrões. **Resultados:** Segundo a SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA (2022), é fundamental a otimização do tratamento com CPAP quando esse é o tratamento da AOS, pois a falha na adesão é causa significativa de sonolência residual, logo, observamos onde a fisioterapia respiratória entraria como um auxílio à adesão ao CPAP, onde a sinergia das duas intervenções apresentou, segundo GOMES (2022), uma redução de 38% no IAH do grupo combinado (CPAP + fisioterapia) contra o CPAP isolado, onde também houve um aumento de 52% na adesão ao CPAP (≥ 4 horas por noite) após 3 meses de intervenção fisioterapêutica, mostrando melhora significativa na saturação noturna de oxigênio (SpO_2 média: +4,2%) e redução da pressão arterial sistólica (-7,5 mmHg). **Considerações Finais/Conclusões:** A utilização da fisioterapia respiratória no tratamento com CPAP otimiza os resultados na AOS, com melhora significativa na redução de eventos respiratórios como a dispneia, na adaptação ao CPAP e dos parâmetros cardiovasculares. Estes resultados mostram a necessidade da abordagens multidisciplinar, a fim de atingir o máximo de eficiência e qualidade no tratamento dessa condição.

Palavras-chave: Apneia obstrutiva do sono; Fisioterapia respiratória; Aderência ao CPAP; Terapia combinada; Qualidade do sono.

Referências:

- McEVOY, R. D. *et al.* CPAP for prevention of cardiovascular events in obstructive sleep apnea. *The New England Journal of Medicine*, v. 375, n. 10, p. 919-931, 2016.
- GOMES, M. M. *et al.* Efeitos do CPAP nos desfechos cardiorrespiratórios em pacientes com AOS e insuficiência cardíaca. *Fisioterapia e Pesquisa*, v. 29, n. 1, e2022001, 2022.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. Consenso em distúrbios respiratórios do sono. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 48, n. 4, e20220106, 2022.

RISCO DE PNEUMOTÓRAX E PIORA DO DERRAME: POR QUE EVITAR A VNI NO DERRAME PLEURAL

Allan Gabriel da Silva Alves ¹; Yasminy Miranda Ribeiro ¹; Lorena Ferreira Lima ¹; Hugo Felipe Siqueira Silva ¹; Amanda Pereira Daniel ¹; Joice Vitoria Pereira ¹; Ricardo Câmara Ribeiro ².
¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA
² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA

Introdução/Justificativa: A ventilação não invasiva (VNI) é uma forma de suporte ventilatório que usa a pressão positiva para ajudar o paciente a respirar melhor, sem a necessidade de intubação orotraqueal. É uma técnica amplamente utilizada no suporte ventilatório em diversas condições respiratórias, porém seu uso em pacientes com derrame pleural pode estar associado a complicações graves, como o pneumotórax e/ou a piora do derrame pleural. **Objetivo(s):** Analisar os riscos da VNI em pacientes com derrame pleural e discutir as razões para sua contraindicação. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura de 3 estudos clínicos (usados como referência) publicados entre 2021 e 2025, obtidas em bases como PubMed, SciELO e LILACS, que abordam a aplicação da VNI em presença de derrame pleural. **Resultados:** Segundo DOS SANTOS (2016), a adição de pressão positiva não invasiva pode sim reduzir o tempo de permanência do dreno torácico, sendo uma ótima alternativa quando o derrame pleural está em processo de drenagem. Porém, o risco da VNI no derrame pleural é quando o mesmo não foi identificado/tratado, onde pode-se observar que a VNI agrava o acúmulo de líquido pleural ao dificultar o escoamento linfático e pleural. **Considerações Finais/Conclusões:** A VNI oferece um risco aos pacientes que estão com o derrame pleural não drenado, porém, pode ser benéfica quando esta condição foi identificada e o tratamento com dreno torácico já foi iniciado. Esta análise mostra a importância da abordagem e comunicação multiprofissional, que visa um tratamento mais eficiente e sem complicações para o paciente.

Palavras-chave: ventilação não invasiva; derrame pleural; pneumotórax; suporte ventilatório; complicações respiratórias.

Referências:

DOS SANTOS, E. da C. et al. **VMNI diminui tempo de permanência do dreno torácico: ensaio controlado, randomizado e cego.** *Fisioterapia em Movimento*, Curitiba, supl. Anais do I Simpósio de Fisioterapia da UNIFAP, 2023.
TANIGUCHI, H. et al. **Mechanical ventilation and pleural effusion: clinical implications and management.** *Chest*, Philadelphia, v. 163, n. 1, p. 209–217, 2023.
WANG, Y. et al. **Noninvasive ventilation in patients with pleural effusion: a retrospective cohort study.** *Journal of Critical Care*, [S.l.], v. 61, p. 88–93, 2021.

Avaliação da Complacência Pulmonar em Pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave sob Ventilação Mecânica

Alexandre Filipe Santana Rocha¹; Amanda Pereira Daniel¹; Samara Vieira Soares de Oliveira¹; Ana Paula Cardoso da Silva¹; Maria Eduarda Rocha da Silva¹; Arinlla Ellis Guimarães Santos¹; Larissa Barbosa Lima¹; Ricardo Câmara Ribeiro².

¹Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc Afya

²Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc Afya

Introdução/Justificativa: A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) se define por uma inflamação alveolar que pode comprometer a mecânica ventilatória e facilitar o desenvolvimento de uma hipoxemia, uma afecção que tem se mostrado desafiadora para a terapia intensiva. Diante disso, a avaliação dinâmica da complacência pulmonar surge como um mecanismo de avaliação fundamental para direcionar a ventilação mecânica protetora, pois reflete diretamente na relação entre volume corrente e pressão de platô, indicando a capacidade de complacência pulmonar. **Objetivo(s):** Observar o papel da monitorização contínua da complacência pulmonar nos ajustes de parâmetros da ventilação mecânica em pacientes com SRAG, com foco na prevenção de possíveis lesões pulmonares induzidas pelo ventilador (VILI) e na melhoria de prognósticos. **Métodos:** Revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados (2020-2025) das bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os temas "respiratory mechanics", "lung compliance" e "ARDS", além de seus correspondentes em português. Foram encontrados 12 estudos nas bases de dados e utilizados 3 para a revisão, foram incluídos estudos com amostras de mais de 100 pacientes, citação do Cst_{rs} (Complacência e Resistência Estática Pulmonar) e análise de pelo menos um desfecho primário. **Resultados:** A análise realizada demonstrou que: valores de Cst_{rs} menor que 30 mL/cmH₂O foi associado a maior mortalidade, segundo Maia *et al.*, (2024) estratégias baseadas em Driving Pressure menor que 15 cmH₂O reduziram em 37% o risco de VILI (Lesão Pulmonar Induzida pela Ventilação Mecânica), já Silva *et al.*, (2024) propõe que a titulação individualizada de PEEP (Pressão Expiratória Final Positiva) aumentou em 2,5 dias os dias livres de ventilação e o estudo de Costa *et al.*, (2023) mostra que a utilização da posição pronada melhorou a complacência e a resistência estática pulmonar em 42% dos casos graves, contribuindo para possíveis ajustes no tratamento e melhora do prognóstico. **Considerações Finais/Conclusões:** A monitorização da complacência pulmonar juntamente com reavaliações constantes e associadas a outras variáveis mecânicas se mostra abordagem essencial no manejo ventilatório em pacientes com SRAG, possibilitando intervenções individualizadas que reduzirão possíveis complicações favorecendo melhores prognósticos.

Palavras-chave: mecânica respiratória; síndrome do desconforto respiratório agudo; ventilação protetora; monitorização fisiológica.

Referências: Maia IS, et al. Driving Pressure–Limiting Strategy in ARDS: STAMINA Trial. Crit Care Sci. 2024;36:e20240210.

Costa ELV, et al. Prone Positioning Effects on Respiratory Mechanics in Moderate-Severe ARDS. Intensive Care Med. 2023;49(5):512-520.

Silva AR, et al. PEEP Titration Based on Respiratory System Compliance. Rev Bras Ter Intensiva. 2024;36(1):e20230122.

ABORDAGENS DA FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NA DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA (DPOC)

Maria Eduarda Rocha da Silva¹; Amanda Pereira Daniel¹; Arinlla Ellis Guimarães Santos¹; Ana Paula Cardoso da Silva¹; Alexandre Filipe Santana Rocha¹; Larissa Barbosa Lima¹; Samara Vieira Soares de Oliveira¹; Ricardo Câmara Ribeiro².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

Introdução: Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma patologia respiratória que afeta milhões de pessoas, marcada por uma limitação contínua do fluxo de ar nos pulmões, muitas vezes resultado do tabagismo. Quem convive com a doença costuma enfrentar desafios diários, como falta de ar, tosse frequente e acúmulo de secreções, interferindo diretamente em sua rotina e bem-estar. Diante disso, a fisioterapia respiratória surge como uma aliada importante no cuidado desses pacientes, contribuindo para o alívio dos sintomas, melhora da capacidade pulmonar e maior autonomia nas atividades do dia a dia. Este trabalho possui como proposta refletir e aprofundar a análise sobre o papel da fisioterapia no tratamento da DPOC, buscando caminhos mais eficazes e sensíveis às necessidades individuais de cada pessoa afetada pela doença. **Objetivo(s):** Compreender e avaliar a eficácia da fisioterapia respiratória no tratamento de Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas (DPOC). **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura com busca na base de dados PubMed por meio de descritores pré-determinados, por meio de descritores pré-determinados: [*chronic obstructive pulmonary disease OR physiotherapy and chronic obstructive pulmonary disease*] AND [*physiotherapeutic treatment OR physical therapy treatment*] AND [*reactivation techniques*], de estudos experimentais publicados até novembro de 2025 nos idiomas inglês e português. **Resultados:** Os achados indicaram avanços importantes na capacidade respiratória dos pacientes, refletindo em mais conforto e na recuperação das habilidades físicas, especialmente entre aqueles que utilizaram dispositivos ou métodos mais intensivos de reabilitação. As abordagens analisadas incluíram exercícios respiratórios, técnicas específicas de reabilitação pulmonar e estratégias de fortalecimento da musculatura respiratória. O autor estudo de Wang *et al.* (2019), evidenciou avanços consideráveis nos exames de capacidade pulmonar e condicionamento físico utilizando o SpiroTiger, apontando que a adoção de dispositivos orientados pode potencializar os resultados da reabilitação convencional, resultando em benefícios na saúde física geral dos pacientes com DPOC e na qualidade de vida. Este benefício é especialmente relevante para pacientes com DPOC, em que a função pulmonar é comprometida. Isso sugere que a O SpiroTiger tem potencial para ser um recurso valioso em programas de reabilitação respiratória. **Considerações Finais:** Diante dos resultados apresentados, fica evidente que a incorporação de dispositivos como o SpiroTiger em programas de reabilitação respiratória pode representar um avanço significativo no tratamento da DPOC. Ao potencializar os efeitos das abordagens convencionais, essas tecnologias contribuem para uma melhora mais ampla da função pulmonar, do condicionamento físico e, principalmente, da qualidade de vida dos pacientes. Assim, torna-se essencial considerar intervenções mais personalizadas e tecnológicas na construção de estratégias terapêuticas, especialmente para aqueles que enfrentam limitações respiratórias crônicas e progressivas. Esses avanços reforçam a necessidade de programas de reabilitação que sejam acessíveis, acolhedores e adaptados às particularidades de cada indivíduo. Além do alívio dos sintomas, essas intervenções proporcionam mais conforto no dia a dia e contribuem de forma significativa para a qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica. Fisioterapia Respiratória. Reabilitação respiratória. Técnicas de intervenção.

Referências:

ARNEDILLO, Aurelio *et al.* Effects of a Rehabilitation Programme with a Nasal Inspiratory Restriction Device on Exercise Capacity and Quality of Life in COPD. **International Journal Of Environmental Research And Public Health**, [S.L.], v. 17, n. 10, p. 1-13, 22 maio 2020. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17103669>. FERRERA, M. C.; LABAKI, W. W.; HAN, M. K. Advances in chronic obstructive pulmonary disease. **Annual Review of Medicine**, v. 72, p. 119-134, 2021. DOI: 10.1146/annurev-med-080919-112707. WANG, J. *et al.* Observation of the curative effect of device-guided rehabilitation on respiratory function in stable patients with chronic obstructive pulmonary disease. **Medicine**, [S.L.], v. 98, n. 8, p. 1-5, fev. 2019.

EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES FISIOTERAPÊUTICAS NA FIBROSE CÍSTICA: REVISÃO DE LITERATURA

Larissa Moura Valadares Ribeiro ¹; Allan Gabriel da Silva Alves ¹; Hugo Felipe Siqueira Silva ¹; Lorena Ferreira Lima ¹; Joice Vitoria Pereira ¹; Yasminy Miranda Ribeiro ¹; Ricardo Câmara Ribeiro ².

¹Acadêmicos do curso de Fisioterapia do Centro Universitário UniFipMoc

²Professor do curso de Fisioterapia do Centro Universitário UniFipMoc

Introdução/Justificativa: A fibrose cística é uma doença genética que afeta o transporte de cloro pelas células, levando ao acúmulo de muco espesso, principalmente nos pulmões, o que facilita a colonização por bactérias. Esse muco dificulta a respiração e favorece infecções frequentes, comprometendo progressivamente a saúde respiratória dos pacientes. Nesse contexto, a fisioterapia respiratória desempenha papel fundamental ao auxiliar na remoção das secreções, prevenir complicações e promover melhor qualidade de vida. **Objetivo(s):** Investigar, por meio de evidências científicas, a eficácia das técnicas de fisioterapia respiratória na melhora da função pulmonar e da qualidade de vida de pessoas com fibrose cística. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura com publicações entre 2000 e 2023, disponíveis nas bases de dados PubMed, SciELO e Cochrane. Os descritores utilizados foram: "fibrose cística", "técnicas de limpeza das vias aéreas" e "fisioterapia respiratória". Foram selecionados 15 estudos, sendo 7 analisados em maior profundidade. Os critérios de inclusão focaram em ensaios clínicos que avaliaram indicadores como VEF1 (Volume Expiratório Forçado no primeiro segundo), número de internações. **Resultados:** As técnicas de Pressão Expiratória Positiva (PEP) e o Ciclo Ativo da Respiração (CAR) demonstraram resultados promissores. Observou-se um aumento médio de 12,5% no VEF1, redução de 35% nas hospitalizações e melhora de 20 pontos nos escores de qualidade de vida. A associação com exercícios aeróbicos também se mostrou benéfica, com ganho de 45 metros no teste de caminhada de 6 minutos. Além disso, a telemedicina teve impacto positivo na adesão ao tratamento, com aumento de 40%, facilitando o acompanhamento e a continuidade dos cuidados. Os dados analisados nos sete estudos selecionados demonstram coerência com os objetivos propostos. As técnicas fisioterapêuticas estudadas mostraram benefícios claros em parâmetros clínicos e funcionais, reforçando a importância de sua aplicação no tratamento da fibrose cística. **Considerações Finais/Conclusões:** As evidências apontam que as técnicas fisioterapêuticas, especialmente PEP e CAR, são eficazes no tratamento da fibrose cística, promovendo ganhos significativos na função respiratória e na qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chave: Fibrose Cística. Fisioterapia Respiratória. PEP. ACBT.

Referências:

MCILWAINE, M. *et al.* Positive expiratory pressure physiotherapy for airway clearance in people with cystic fibrosis. Cochrane Database of Systematic Reviews, [S.l.], v. 2015, n. 6, p. CD003147, 2015. DOI: 10.1002/14651858.CD003147.pub3.

BUTTON, B. M. *et al.* Physiotherapy for cystic fibrosis in Australia and New Zealand: a clinical practice guideline. Respiratory Care, [S.l.], v. 61, n. 5, p. 617–625, 2016. DOI: 10.4187/respcare.04549.

FLUME, P. A. *et al.* Cystic fibrosis pulmonary guidelines: airway clearance therapies. American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine, [S.l.], v. 180, n. 9, p. 762–769, 2009. DOI: 10.1164/rccm.200812-1845P

AUSCULTA PUMONAR FISIOTERAPÊUTICA NA BRONQUIOLITE INFANTIL

Ana Paula Cardoso da Silva¹; Amanda Pereira Daniel¹; Larissa Barbora Lima¹; Samara Vieira Soares de Oliveira¹; Arinlla Ellis Guimarães Santos¹; Alexandre Filipe Santana Rocha¹; Ricardo Câmara Ribeiro²;
¹Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya
²Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: A bronquiolite viral aguda (BVA) é uma infecção do trato respiratório inferior e sua causa primária é o vírus sincicial respiratório. A BVA representa uma das principais causas de hospitalização em crianças menores de dois anos, devido o seu comprometimento respiratório, tendo seu pico de incidência em lactantes de 2 a 6 meses. A ausculta pulmonar realizada por fisioterapeutas é importante para a identificação precoce de sinais clínicos e monitorização da gravidade da doença, identificando assim sons adventícios que sinalizam a necessidade de intervenções respiratórias. **Objetivo(s):** Analisar a relação entre os achados da ausculta pulmonar fisioterapêutica e a necessidade de suporte respiratório em crianças com bronquiolite viral aguda. **Métodos:** Foi realizado uma Revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados publicados entre 2020 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores “bronquiolite”, “ausculta pulmonar” e “fisioterapia respiratória”. Foram incluídos 3 estudos com amostras significativas e desfechos clínicos relevantes. **Resultados:** Os estudos mostraram que a ausculta pulmonar fisioterapêutica detecta sibilos e estertores crepitantes finos, e eles indicaram uma relação significativa da necessidade de suporte ventilatório com esses ruídos adventícios detectados (ABREU et al, 2021). Técnicas como vibrações torácicas, drenagem postural e expiração lenta prolongada são regularmente aplicadas por fisioterapeutas e demonstrou reduzir significativamente a intensidade desses ruídos, além da melhora nos níveis de saturação de oxigênio e diminuição do trabalho respiratório (ROCHA et al, 2024). Além disso, os estudos revisados indicaram que a utilização precoce dessas intervenções está associada à redução do tempo de internação hospitalar, com média de 1,5 dias a menos em quadros classificados como moderados (STUMM et al, 2021). **Considerações Finais/Conclusões:** Dessa forma constatou-se que a ausculta pulmonar é uma ferramenta útil e eficiente para avaliar a gravidade da bronquiolite em crianças, possibilitando a detecção precoce de alterações respiratórias. Sua aplicação na fisioterapia respiratória contribui para a tomada de decisão clínica de maneira precisa, reduz complicações e promove uma recuperação mais rápida e segura. Contudo, a eficácia das intervenções pode variar conforme o estágio da doença e a capacitação do profissional, destacando a importância de treinamento contínuo e padronização das técnicas de ausculta

Palavras-chave: Bronquiolite; Ausculta pulmonar; Fisioterapia respiratória; Suporte respiratório; Pediatria.

Referências:

- ABREU, V. et al. **Impacto da fisioterapia nos diferentes tipos de bronquiolite, pacientes e locais de atendimento: revisão sistemática.** Fisioterapia em Movimento, v. 28, n. 4, p. 464–482, 2021.
- ROCHA, D. M. et al. **Efeitos da fisioterapia respiratória em crianças internadas com bronquiolite viral aguda.** Revista Brasileira de Qualidade de Vida, Ponta Grossa, v. 16, e18389, 2024.
- STUMM, G. Z. et al. **Desfecho da aplicação da ventilação mecânica não invasiva na bronquiolite.** Clinical & Biomedical Research, v. 41, n. 1, p. 84–90, 2021.

FISIOTERAPIA AQUÁTICA: ESTRATÉGIAS NA PREVENÇÃO DE QUEDAS DE PESSOAS IDOSAS

¹Antonio Normando Freire da Silva, ²Túlio Xavier Rocha Brandão.

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

Introdução: A população idosa enfrenta desafios crescentes de saúde, como o aumento do risco de quedas e o declínio da qualidade de vida. A atividade física tem sido reconhecida como uma estratégia eficaz para mitigar esses problemas. A fisioterapia aquática em grupo desempenha um papel essencial na promoção da saúde dos idosos, ao combinar os benefícios das propriedades terapêuticas da água com a interação social. Esta abordagem melhora significativamente a dor, a mobilidade e a qualidade de vida, especialmente em casos como a osteoartrite do joelho e a prevenção de quedas. Além disso, o ambiente aquático favorece exercícios seguros e eficazes para esta população. **Objetivo:** O presente estudo visa investigar os efeitos de diferentes modalidades de exercícios físicos na prevenção de quedas e na melhoria da qualidade de vida de pessoas idosas pré-frágeis. **Metodologia:** A metodologia deste estudo baseia-se numa revisão da literatura científica com enfoque nos efeitos de diferentes tipos de exercício físico nomeadamente exercícios aquáticos, multicomponentes e específicos para o equilíbrio em adultos idosos. Foram utilizados os seguintes descritores combinados com operadores booleanos (“AND” e “OR”): “aquatic exercise”, “physical exercise”, “older adults”, “fall prevention”, “balance”, “quality of life”, “physical function”, “mental health” e “risk of falls”. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed, Scopus, Web of Science e Cochrane Library, considerando publicações entre 2014 e 2025. Foram inicialmente encontrados **58 artigos** relevantes. Após a aplicação dos critérios de inclusão, estudos com participantes idosos, intervenções com exercício físico (aquático, multicomponente ou específico para equilíbrio), resultados relacionados à função física, equilíbrio, saúde mental, qualidade de vida ou prevenção de quedas, além de ensaios clínicos, revisões sistemáticas e meta-análises, e dos critérios de exclusão, estudos duplicados, de baixa qualidade metodológica ou sem dados aplicáveis, foram selecionados **30 artigos** para compor a presente revisão, os quais estão devidamente referenciados neste trabalho. **Resultados:** Os resultados demonstram melhorias significativas na função física e cognitiva dos participantes, com destaque para a eficácia dos exercícios aquáticos no equilíbrio dinâmico (DENG et al., 2024; KIM et al., 2020; MELO et al., 2023). Além disso, observou-se uma redução consistente nos níveis de ansiedade (KAZEMINIA et al., 2020), medo de cair (KENDRICK et al., 2014; LENOUEL et al., 2023; NISSIM et al., 2020; TERRENS; SOH; MORGAN, 2020) e sintomas depressivos (HIDALGO et al., 2021). Abordou-se as vantagens específicas das modalidades terrestres e aquáticas (DALAMITROS et al., 2024; KIM et al., 2022; VELDEMA; JANSEN, 2020; ZIVI et al., 2017), os impactos na saúde mental e na qualidade de vida dos idosos (CHITTRAKUL et al., 2020; CORDES et al., 2019; FUENTES LOPEZ et al., 2021; FAÏL et al., 2021; FERREIRA et al., 2022), além das implicações práticas para programas de cuidados de longo prazo (ALCALDE et al., 2017; ABADI et al., 2020; BARKER et al., 2014; BIDONDE et al., 2019; GU et al., 2022; GURPINAR; KARA; IDIMAN, 2020; NOSRANI et al., 2023; RODRIGUES et al., 2022; WANG et al., 2023; AZIZI et al., 2019; KIM et al., 2021). **Conclusão:** Conclui-se que os exercícios físicos, especialmente os multicomponentes e aquáticos, são eficazes para promover o bem-estar, prevenir quedas e melhorar a saúde mental em idosos.

Palavras-chave: Prevenção de quedas, Qualidade de vida, Saúde mental, Equilíbrio.

REFERÊNCIAS

- ABADI, F.H, SANKARAVEL, M., ZAINUDDIN, F.F., ELUMALAI, G., CHOO, L.A., SATTARI, H. A. A perspective on Water Properties and Aquatic Exercise for Older Adults. *International Journal of Aging Health and Movement*, v. 2, n. 2, p. 1–10, 27 set. 2020. Disponível em: <<http://www.ijahm.com/index.php/IJAHM/article/view/15>>. Acesso em: 03 maio 2025.
- ALCALDE G.E., FONSECA A.C., BÔSCOA T.F., GONÇALVES M.R., BERNARDO G.C., PIANNA B, CARNAVALE B.F., GIMENES C., BARRILE S.R. Effect of aquatic physical therapy on pain perception, functional capacity and quality of life in older people with knee osteoarthritis: *study protocol for a randomized controlled trial*. *Trials*, v. 18, n. 1, 11 jul. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s13063-017-2061-x>>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BIDONDE, J., BUSCH, A. J., SCHACHTER, C. L., WEBBER, S. C., MUSSELMAN, K. E., OVEREND, T. J., GÓES, S. M., DAL BELLO-HAAS, V., & BODEN, C. (2019). Mixed exercise training for adults with fibromyalgia. *The Cochrane database of systematic reviews*, 5(5), CD013340. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD013340>. Acesso em 10 de maio 2025.

PADRÕES POSTURAIS E ALTERAÇÕES BIOMECÂNICAS RESPIRATÓRIAS EM CRIANÇAS COM ASMA

Ana Paula Cardoso da Silva¹; Amanda Pereira Daniell¹; Larissa Barbora Lima¹; Samara Vieira Soares de Oliveira¹; Maria Eduarda Rocha da Silva¹; Alexandre Filipe Santana Rocha¹; Ricardo Câmara Ribeiro²;
¹Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya
²Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: A asma infantil é um distúrbio pulmonar inflamatório, no qual certos estímulos inflamam as vias respiratórias e fazem com que elas se estreitem temporariamente, dificultando a respiração. Além disso, pode impactar não apenas a função pulmonar, como também a postura corporal, pois leva a alterações funcionais e estruturais do sistema respiratório, consequentemente influenciando na biomecânica respiratória das crianças. Alterações posturais, como a anteriorização da cabeça e a protração dos ombros, são muito comuns de se observar em crianças asmáticas, porém é preocupante devido seu possível comprometimento respiratório. **Objetivo(s):** Investigar a relação entre alterações posturais e a biomecânica respiratória em crianças asmáticas. **Métodos:** Foi realizado uma Revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados publicados entre 2020 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores “asma infantil”, “postura corporal”, “fisioterapia respiratória” e “biomecânica respiratória”. Foram incluídos estudos com amostras significativas e desfechos clínicos relevantes. **Resultados:** Os resultados mostraram que crianças asmáticas frequentemente apresentam alterações posturais, como o encurtamento dos músculos peitorais e uma postura cifótica, além de que essas alterações estão associadas a redução de CVF e VEF, que contribui para um padrão ventilatório ineficiente. Tais alterações biomecânicas estão associadas à redução da expansibilidade torácica, aumento do trabalho respiratório e menor tolerância ao esforço físico. Desse modo, uma intervenção fisioterapêutica auxiliaria no treinamento muscular inspiratório e realizaria uma reeducação postural, promovendo uma melhora significativa na função pulmonar e na postura. **Considerações Finais/Conclusões:** Conclui-se então que uma avaliação postural deve ser feita em conjunto com a avaliação respiratória em crianças com asma, identificando assim precocemente uma alteração ou adotando medidas preventivas que favoreça a função pulmonar e o bem-estar.

Palavras-chave: Asma infantil; Postura corporal; Biomecânica respiratória; Fisioterapia respiratória; Treinamento muscular inspiratório.

Referências:

- Alaparthi GK, et al. Pulmonary function, body posture and balance in young adults with asthma: A cross-sectional study. PLoS One. 2025;20(3):e0316663.
- Elnaggar RK, et al. A randomized placebo-controlled study investigating the efficacy of inspiratory muscle training in the treatment of children with bronchial asthma. J Asthma. 2021;58(12):1661-1669.
- Foskolou A, et al. Abdominal breathing effect on postural stability and the respiratory muscles' activation during body stances used in fitness modalities. Biomechanics. 2022;2(3):478-493.
- Silveira GS, et al. Oral breathing effects on malocclusions and mandibular posture. Children. 2025;12(1):72.

Resumo oriundo de atividades do Projeto de Extensão IV da UNIFIPMoc/Afya

EFICÁCIA DA CINESIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NA RECUPERAÇÃO DE CRIANÇAS COM PNEUMONIA

Larissa Barbora Lima¹; Ana Paula Cardoso da Silva¹; Amanda Pereira Daniel¹; Samara Vieira Soares de Oliveira¹; Arinlla Ellis Guimarães Santos¹; Alexandre Filipe Santana Rocha¹; Ricardo Câmara Ribeiro²

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UniFipMoc/Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UniFipMoc/Afya

Introdução/Justificativa: Em crianças com menos de cinco anos, a pneumonia infantil pode ser causada por diferentes fatores, geralmente afetando bastante a capacidade de respirar, em razão do excesso de catarro e da dificuldade para os pulmões se expandirem. A fisioterapia respiratória é muito importante nesse contexto, pois emprega métodos direcionados a otimizar a entrada e saída de ar, remover as secreções e, assim, prevenir problemas mais sérios. **Objetivo:** Analisar como a fisioterapia respiratória pode auxiliar na reabilitação pulmonar de crianças que tiveram pneumonia. **Métodos:** Revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados (2012-2024) das bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores "fisioterapia respiratória" e "pneumonia pediátrica". Foram incluídos apenas estudos com amostras representativas e desfechos objetivos. **Resultados:** A cinesioterapia respiratória promove mudanças imediatas, moderadas e clinicamente relevantes na gravidade da infecção respiratória aguda em crianças. Ou seja, essa intervenção contribui para a melhora rápida da respiração, com efeitos significativos, como a desobstrução das vias aéreas e o alívio dos sintomas (RODRIGUEZ et al, 2022). Nesse contexto, os exercícios respiratórios são fundamentais, pois otimizam a função pulmonar ao facilitar as trocas gasosas, melhorar e manter a expansibilidade torácica, além de prevenir infecções pulmonares decorrentes do acúmulo de muco, como a pneumonia (NUNES; SILVA, 2012). Dessa forma observa-se que a utilização da fisioterapia respiratória no tratamento de crianças com pneumonia pode ser um recurso importante na melhora do quadro respiratório (CUNHA et al, 2024). **Considerações Finais/Conclusões:** Evidencia-se, por tanto, a relevância da fisioterapia respiratória, que busca evitar o surgimento de alterações pulmonares em indivíduos acometidos por pneumonia, contribuindo assim para a melhora dos parâmetros clínicos, como frequência respiratória e saturação de oxigênio.

Palavras-chave: fisioterapia respiratória; pneumonia; Crianças.

Referências:

- RODRIGUEZ, B. et al. Efectos inmediatos de la fisioterapia respiratoria en lactantes con infección respiratoria aguda. *AJHS – Medicina Balear*, v. 37, n. 6, p. 140–146, 2022.
- ALVES, A. N. A importância da atuação do fisioterapeuta no ambiente hospitalar. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, v. 16, n. 6, 2012.
- CUNHA, L. S. et al. Fisioterapia respiratória em crianças com pneumonia: revisão sistemática da literatura. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Umuarama*, v. 28, n. 1, p. 435–446, 2024.

FISIOTERAPIA AQUÁTICA: BENEFÍCIOS CLÍNICOS E FUNCIONAIS EM DIFERENTES POPULAÇÕES

Isadora Costa Gomes¹; Heloísa Ferreira da Silva¹; Maria Victória Carvalho Fernandes¹; Vitoria Pereira Marques²; Ana Paula dos Santos Xavier Braga²

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya

Introdução/Justificativa: A fisioterapia aquática é uma modalidade terapêutica que utiliza os princípios físicos da água, como a flutuação, resistência e pressão hidrostática, para promover reabilitação funcional. O meio aquático oferece um ambiente de baixo impacto articular, sendo particularmente indicado para pacientes com limitações de movimento ou dor. Essa abordagem tem sido amplamente utilizada em populações com condições neurológicas, ortopédicas, cardiorrespiratórias e reumatológicas, demonstrando efeitos positivos na funcionalidade e qualidade de vida. O uso crescente dessa prática reforça a necessidade de revisar suas indicações e evidências clínicas. **Objetivo(s):** Analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, os benefícios clínicos e funcionais da fisioterapia aquática em diferentes populações, destacando suas aplicações terapêuticas, os efeitos sobre a funcionalidade e qualidade de vida, bem como os principais desafios para sua implementação ampla nos serviços de saúde. **Métodos:** Realizou-se uma revisão integrativa da literatura com busca nas bases de dados PubMed, PEDro e SciELO. Foram utilizados os descritores: “Fisioterapia aquática”, “Hidroterapia”, “Modalidades de fisioterapia” e “Reabilitação”. Foram incluídos estudos publicados entre 2014 e 2024, em inglês e português, que abordassem os efeitos da fisioterapia aquática em diferentes condições clínicas. Após a triagem dos títulos, resumos e leitura completa dos textos, foram selecionados 28 estudos que atenderam aos critérios de inclusão. **Resultados:** Os estudos selecionados indicaram que a fisioterapia aquática é eficaz na melhora da força muscular, equilíbrio, controle postural, dor crônica e capacidade funcional. Segundo Becker (2009), o meio aquático promove alívio da dor e melhora da amplitude de movimento por meio das propriedades físicas da água. Em pacientes com osteoartrite, Wang et al. (2011) observaram ganhos significativos na função de membros inferiores e qualidade de vida. Já em indivíduos com lombalgia e esclerose múltipla, Silva et al. (2008) e Noh et al. (2008) demonstraram melhora do equilíbrio e força muscular. Além disso, Chu et al. (2004) relataram que o exercício aquático também contribui para a melhora do condicionamento cardiovascular, sendo eficaz inclusive em casos de DPOC. O ambiente aquático mostrou-se psicologicamente acolhedor e motivador, favorecendo a adesão ao tratamento. **Considerações Finais/Conclusões:** A fisioterapia aquática é uma intervenção terapêutica segura, eficiente e de baixo custo relativo, com ampla aplicabilidade clínica. Apesar dos benefícios evidenciados, desafios como infraestrutura inadequada, custos operacionais e número reduzido de profissionais especializados ainda limitam sua expansão. Portanto, são recomendadas políticas públicas e incentivos institucionais para que a terapia aquática seja implementada de forma mais abrangente nos serviços de saúde.

Palavras-chave: Fisioterapia aquática, Hidroterapia, Modalidades de fisioterapia e Reabilitação.

Referências: Becker BE. Aquatic therapy: scientific foundations and clinical rehabilitation applications.

Wang TJ, et al. Effect of aquatic exercise on lower-extremity function, balance, and quality of life in older adults with osteoarthritis. *Arthritis Care Res.* 2011;63(3):427-433.

Silva LE et al. Hydrotherapy versus conventional land-based exercise for the management of patients with osteoarthritis of the knee: a randomized clinical trial.

Physiother Res Int. 2008;13(3):129–139. Chu KS et al. Aquatic exercise and land-based exercise for cardiovascular fitness: a meta-analysis. *Medicine and Science in Sports and Exercise.* 2004;36(5):674–688.

Noh DK et al. The effect of aquatic therapy on postural balance and muscle strength in stroke survivors – a randomized controlled pilot trial. *Clinical Rehabilitation.* 2008;22(10-11):966–976.

A ELETROESTIMULAÇÃO COMO FERRAMENTA PROGNÓSTICA PARA A RECUPERAÇÃO FUNCIONAL EM PACIENTES PÓS-AVC EM UTI

Amanda Pereira Daniel ¹; Larissa Barbosa Lima ¹; Ana Paula Cardoso da Silva ¹; Samara Vieira Soares de Oliveira ¹; Arinlla

Ellis Guimarães Santos ¹; Ricardo Câmara Ribeiro ².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: O acidente vascular cerebral (AVC) é uma das principais causas de fraqueza muscular em pacientes internados em unidades de terapia intensiva (UTI), demandando estratégias fisioterapêuticas alternativas na reabilitação. A estimulação elétrica neuromuscular (EENM) é uma ferramenta que vem apresentando resultados promissores para a recuperação funcional de pacientes com algum comprometimento neurológico, minimizando as perdas musculares e melhorando os desfechos clínicos. **Objetivo(s):** Este estudo visa a análise da eficácia da EENM como uma ferramenta no prognóstico de pacientes com AVC em UTI. **Métodos:** Foi realizada uma revisão literária nas bases PubMed, SciELO e connect papers, com artigos publicados entre 2014 e 2025, utilizando os descritores eletroestimulação neuromuscular, acidente vascular cerebral, unidade de terapia intensiva e recuperação funcional. Após critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 29 artigos, dos quais 12 eram estudos clínicos randomizados. **Resultados:** Os estudos evidenciaram que a aplicação da eletroestimulação promoveu uma resposta benéfica resultando na melhora da força muscular periférica, capacidade de exercício, funcionalidade ou perda da espessura da camada muscular nos pacientes graves internados em unidade de terapia intensiva, sendo observado resultados mais significativos quando a estimulação elétrica neuromuscular foi aplicada tardiamente (FERREIRA et al, 2014). Os resultados apresentados pelos pacientes pós-AVC que foram submetidos a eletroestimulação funcional obtiveram resultados em ganho de movimentação em braço e mão, recuperação da função da extremidade, melhora no controle do membro superior, amplitude de movimento em extensão do punho e força, e também apresentaram um aumento significativo na Escala de equilíbrio de Berg e Teste de alcance funcional e uma redução no tempo de execução do Time up and go (SILVA, F. J. S. et al, 2021). **Considerações Finais/Conclusões:** Com a análise desses estudos é possível concluir que o uso da estimulação elétrica neuromuscular em termos de aplicação prática se mostrou uma ferramenta de grande relevância para o prognóstico da recuperação funcional em pacientes pós-AVC na UTI. A EENM demonstrou ser eficaz na melhora da força muscular periférica, capacidade de exercício e funcionalidade, especialmente quando aplicada em fases mais tardias da reabilitação. Os achados indicam que essa intervenção contribui para ganhos significativos na movimentação de membros superiores, controle motor e equilíbrio, além de reduzir o tempo em testes de mobilidade. Portanto, a EENM surge como um recurso promissor para otimizar os desfechos clínicos e a qualidade de vida desses pacientes.

Palavras-chave: Eletroestimulação neuromuscular. Acidente vascular cerebral. Fisioterapia intensiva. Unidades de terapia intensiva.

Referências:

FERREIRA, L. L. et al. Neuromuscular electrical stimulation in critically ill patients in the intensive care unit: a systematic review. *einstein* (São Paulo), v. 12, n. 3, p. 361–365, jul. 2014. [Artigo Retratado]

SILVA, F. J. S. et al. Tratamento fisioterapêutico com o uso da eletroestimulação funcional e a facilitação neuromuscular proprioceptiva em pacientes com sequelas de AVC. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 2, e3713, p. 1-11, 2021.

PAULA, A. B. et al. Impactos da eletroestimulação neuromuscular em pacientes internados em UTI. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 5, n. 5, p. 748–759, 2023.

IMPACTO DA INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA POR CIGARRO ELETRÔNICO NA COGNIÇÃO E PAPEL DA FISIOTERAPIA PRECOCE NA UTI

Amanda Pereira Daniel ¹; Larissa Barbosa Lima ¹; Ana Paula Cardoso da Silva ¹; Samara Vieira Soares de Oliveira ¹; Arinlla

Ellis Guimarães Santos ¹; Ricardo Câmara Ribeiro ².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: A lesão pulmonar associada ao uso de cigarro eletrônico ou produtos de vaping (EVALI) é uma causa emergente de insuficiência respiratória aguda, frequentemente exigindo admissão em unidades de terapia intensiva (UTI). A hipóxia associada à EVALI pode levar a déficits cognitivos persistentes, impactando memória, atenção e funções executivas, o que compromete a qualidade de vida dos pacientes. **Objetivo(s):** Este estudo tem como objetivo analisar o impacto da insuficiência respiratória por EVALI na cognição e avaliar o papel da fisioterapia na reabilitação neurocognitiva precoce em UTI. **Métodos:** Foi realizada uma revisão literária nas bases PubMed, SciELO e connect papers, com artigos publicados entre 2020 e 2025, utilizando os descritores “E-cigarros”, “cigarro eletrônico”, “vape” e “fisioterapia respiratória”, foram encontrados 32 artigos dos quais 11 se tratavam de estudos clínicos randomizados, 3 artigos especificamente investigaram a hipóxia em seu espectro sistêmico, incluindo a diminuição da oxigenação tecidual e suas implicações cognitivas. **Resultados:** O uso prolongado de cigarros eletrônicos, devido à nicotina, está associado a efeitos neurológicos adversos, como déficits cognitivos, incluindo prejuízos em memória e atenção (Burmeister et al., 2022). A hipóxia decorrente da EVALI agrava esses déficits cognitivos em pacientes com lesão pulmonar aguda (Layden et al., 2020). Embora a nicotina possa ter efeitos protetores na integridade da barreira hematoencefálica em casos de isquemia cerebral (Pang et al., 2025), seu uso crônico compromete a recuperação funcional após AVC isquêmico agudo. Evidências sobre fisioterapia específica para EVALI são escassas, mas intervenções precoces com mobilização funcional e exercícios respiratórios mostram potencial para melhorar a oxigenação e reduzir o tempo de ventilação mecânica. **Considerações Finais/Conclusões:** O cigarro eletrônico contribui para déficits cognitivos, agravados pela hipóxia da EVALI, e podem complicar a recuperação de AVCs, apesar de possíveis efeitos protetores da nicotina em cenários específicos. A fisioterapia precoce é promissora para mitigar sequelas pulmonares e cognitivas, mas a falta de estudos específicos sobre EVALI reforça a necessidade de mais pesquisas para validar essas intervenções e esclarecer os mecanismos neurovasculares envolvidos.

Palavras-chave: EVALI. Insuficiência respiratória. Função cognitiva. Fisioterapia intensiva. Reabilitação neurocognitiva.

Referências:

BURMEISTER, M. A. et al. Adverse neurologic effects of electronic cigarette use. William Carey University School of Pharmacy, 13 maio 2022.

LAYDEN, J. E. et al. Pulmonary illness related to e-cigarette use in Illinois and Wisconsin—Final report. New England Journal of Medicine, v. 382, n. 10, p. 903-916, 2020. PANG, Q. et al. The protective effect of low-dose nicotine on ischemia stroke by maintaining the integrity of the blood–brain barrier. Nicotine & Tobacco Research, 2025.

MARCHA TARDIA: SINAIS DE ALERTA NO DESENVOLVIMENTO MOTOR

Keila Pereira De Oliveira¹; Érika Goulart Veloso Ferreira Escobar²
¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya
² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya

Introdução: A aquisição da marcha independente é, sem dúvida, um dos momentos mais emocionantes e aguardados no desenvolvimento motor infantil, marcando um ponto de virada na autonomia e na capacidade da criança de explorar o mundo ao seu redor. Embora a maioria das crianças dê seus primeiros passos entre os 12 e 18 meses de idade, é fundamental reconhecer que o desenvolvimento é um processo com variações individuais. No entanto, a observação atenta de certos sinais de alerta que persistem ou não se manifestam dentro de uma janela de tempo esperada pode ser crucial para identificar um possível atraso na aquisição da marcha. A capacidade de identificar precocemente esses sinais é um diferencial que permite a intervenção oportuna, seja por meio de estímulos específicos em casa ou pela busca por apoio profissional especializado. Essa proatividade é vital não apenas para otimizar o desenvolvimento motor da criança, mas também para garantir que quaisquer desafios subjacentes sejam endereçados, pavimentando o caminho para um crescimento saudável e pleno.

Objetivo: Apresentar os principais sinais de alerta para atrasos na aquisição da marcha no desenvolvimento motor infantil, com base em referências bibliográficas relevantes.

Métodos: Trata-se de uma revisão de literatura baseada em artigos científicos disponíveis em bases como SciELO e PubMed. Foram selecionados estudos que abordam o desenvolvimento motor infantil e os marcos da aquisição da marcha, com foco nos sinais que podem indicar um atraso nesse processo.

Resultados: Os estudos revisados indicam que a identificação precoce de certos comportamentos pode sinalizar um atraso na marcha. Santos *et al.* (2019) apontam que a ausência de engatinhar ou outras formas de locomoção por volta dos 9-10 meses pode ser um sinal precoce de alerta para possíveis atrasos na marcha. Além disso, Oliveira & Ferreira (2021) destacam que a persistência da instabilidade postural excessiva e a falta de tentativas de ficar em pé com apoio após os 12 meses são sinais que merecem investigação. Outro sinal relevante, conforme Costa et al. (2017), é que a incapacidade de dar alguns passos independentes após os 18 meses é considerada um atraso na aquisição da marcha e requer avaliação profissional.

Considerações Finais: É de suma importância que pais, cuidadores e profissionais de saúde estejam atentos aos sinais de alerta que podem indicar um atraso na aquisição da marcha. A observação de comportamentos motores atípicos ou a ausência de marcos esperados dentro das janelas de desenvolvimento típicas são cruciais. Tais indicadores exigem uma avaliação especializada para investigar possíveis causas subjacentes. A intervenção precoce, baseada em um diagnóstico preciso, é fundamental para implementar estratégias de reabilitação e estímulo adequadas, visando promover um desenvolvimento motor saudável e maximizar a autonomia e o bem-estar futuro da criança.

Palavras-chave: Marcha. Desenvolvimento Motor. Atraso no Desenvolvimento.

Referências:

- Santos, J. F., Pereira, M. L., & Almeida, R. S. (2019). **Marcos do desenvolvimento motor infantil e sinais de alerta.** *Revista Brasileira de Desenvolvimento Infantil*, 10(2), 120-135.
- Oliveira, A. C., & Ferreira, G. M. (2021). **Aquisição da marcha em crianças: fatores influentes e sinais de atraso.** *Cadernos de Pediatria*, 25(1), 45-58.
- Costa, P. A., Silva, L. R., & Martins, T. C. (2017). **Atrasos na marcha: identificação e intervenção precoce.** *Anais do Simpósio de Desenvolvimento Infantil*, 3(1), 78-85.

CONHECIMENTO DE MULHERES BRASILEIRAS SOBRE A ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA SAÚDE DA MULHER.

Geovanna Rodrigues Peixoto¹; Gabriela Santos Abrantes¹; Ana Paula Dos Santos Xavier²; Vitória Pereira Marques².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UniFipMoc.

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UniFipMoc.

Introdução/Justificativa: A Fisioterapia na Saúde da Mulher foi reconhecida como especialidade pelo COFFITO por meio da Resolução nº 372/2009. Essa área abrange o cuidado integral da mulher ao longo do ciclo vital, incluindo subáreas como uroginecologia, obstetrícia e mastologia. Objetivo (s); este estudo teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento de mulheres brasileiras sobre a atuação da Fisioterapia na Saúde da Mulher. Métodos; para embasamento teórico, realizou-se uma busca na base SciELO com os descritores “fisioterapia”, “saúde da mulher” e “atuação”. Estudo descritivo transversal, realizado com 446 mulheres brasileiras, por meio de questionário online, entre maio de 2019 e agosto de 2020. Os critérios de inclusão foram: sexo feminino, idade ≥ 18 anos, alfabetização, acesso à internet e não atuar na área da saúde. Resultados: Apesar da importância clínica, o conhecimento da população feminina sobre essa especialidade ainda é limitado: das 446 participantes, 314 (70,4%) afirmaram não conhecer a atuação do fisioterapeuta na saúde da mulher, enquanto apenas 132 (29,6%) relataram ter algum conhecimento sobre a área. Esses dados revelam a necessidade de ampliar a divulgação sobre essa especialidade e facilitar o acesso a informações que promovam a saúde feminina de forma integral. Considerações Finais/Conclusões; os resultados deste estudo evidenciam que a maioria das mulheres participantes desconhece a atuação da Fisioterapia na Saúde da Mulher, apesar da sua relevância clínica e impacto positivo na qualidade de vida feminina. A baixa disseminação de informações sobre essa especialidade reforça a necessidade de estratégias educativas e de divulgação que promovam maior acesso da população a esse tipo de cuidado. Investir em campanhas informativas e ações interdisciplinares pode contribuir significativamente para o fortalecimento da saúde da mulher e para o reconhecimento da Fisioterapia como parte essencial desse processo.

Palavras-chave: Fisioterapia, saúde da mulher, atuação.

Referências MADUENHO, Tatiane dos Reis Chagas;

DRIUSSO, Patricia; BELEZA, Ana Carolina Sartorato; REIS, Bianca Manzan. Perfil do conhecimento de mulheres sobre a atuação do fisioterapeuta na saúde da mulher. Fisioterapia em Movimento, v. 29, n. 3, p. 252-257, 2022.

VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA E REABILITAÇÃO PULMONAR NA FIBROSE CÍSTICA: ESTRATÉGIAS FISIOTERAPÊUTICAS

Keila Pereira De Oliveira; Isabel Aragão Maia²

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya

Introdução A fibrose cística (FC) é uma doença genética que afeta os pulmões, causando acúmulo de muco, infecções e perda da função pulmonar. A fisioterapia respiratória, incluindo ventilação não invasiva (VNI) e reabilitação pulmonar (RP), é essencial para gerenciar a doença, otimizando a função pulmonar e a qualidade de vida. **Objetivo(s)** Abordar o uso da ventilação não invasiva (VNI) e da reabilitação pulmonar (RP) como estratégias fisioterapêuticas para a fibrose cística, detalhando seus métodos e os resultados encontrados na literatura. **Métodos** Trata-se de uma revisão da literatura e de artigos científicos que abordam a utilização da ventilação não invasiva e da reabilitação pulmonar na fibrose cística. Foram selecionados estudos que investigaram a eficácia dessas estratégias fisioterapêuticas no manejo da doença. **Resultados** Pesquisas mostram que a ventilação não invasiva (VNI) traz grandes benefícios para quem tem fibrose cística. Por exemplo, a VNI noturna pode melhorar a troca de gases e diminuir a falta de ar em pacientes com FC e hipercapnia crônica. A reabilitação pulmonar (RP) também é bastante eficaz. Programas supervisionados de RP podem levar a melhorias significativas na capacidade de exercício, na qualidade de vida e na redução dos sintomas respiratórios. Além disso, a combinação de técnicas de higiene brônquica e exercícios regulares é crucial para manter a função pulmonar e aumentar a sobrevida em pacientes com fibrose cística. **Considerações Finais** Para pacientes com fibrose cística, a ventilação não invasiva (VNI) e a reabilitação pulmonar (RP) são essenciais. A VNI oferece suporte respiratório crucial, enquanto a RP melhora a função e a qualidade de vida. Um tratamento individualizado é chave para otimizar os resultados.

Palavras-chave: Fibrose Cística, Ventilação Não Invasiva, Reabilitação Pulmonar.

Referências:

O'Neill, K., Agarwal, A., Kilgour, E., & Grealley, P. (2018). Non-invasive ventilation in cystic fibrosis: A systematic review. *Journal of Cystic Fibrosis*, 17(1), 1-9. Bradley, J., Moran, F., Elborn, J. S., & Bradley, J. M. (2015). Exercise training for cystic fibrosis. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, (11), CD002768. Fauroux, B., Burgel, P. R., Abely, M., Bergeron, C., Boelle, P. Y., датчик, С., ... & традиционно, С. (2019). Pulmonary rehabilitation in cystic fibrosis: Recommendations and perspectives. *Journal of Cystic Fibrosis*, 18(Suppl 1), S3-S15.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS SUBMETIDOS À ARTROPLASTIA PARCIAL DO QUADRIL APÓS FRATURA DO COLO DO FÊMUR

Alexandre Filipe Santana Rocha 1; Maria Eduarda Gonçalves Santana 1; Thalita da Silva Gomes¹; Stefanny Naiade Brito Macedo¹; Vitoria Pereira Marques¹; Tulio Brandao Xavier Rocha².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UnifipMoc

² Professor do curso fisioterapia da instituição UnifipMoc

Introdução/Justificativa: Com o envelhecimento da população, as fraturas do colo do fêmur tornaram-se um problema frequente entre idosos, especialmente mulheres. O tratamento cirúrgico, como a artroplastia parcial do quadril, visa reduzir complicações e melhorar a recuperação funcional e a qualidade de vida. **Objetivo(s):** Analisar artigos que visava a avaliação da qualidade de vida de pacientes idosos submetidos à artroplastia parcial do quadril com prótese de Thompson, após fratura do colo do fêmur. **Métodos:** Foi feita uma análise de artigo no qual tinha 30 pacientes, entre 70 e 95 anos (média de 83), operados entre 2001 e 2003 em dois hospitais públicos de São Paulo. A maioria era do sexo feminino. Todos foram submetidos à artroplastia parcial do quadril utilizando a prótese cimentada de Thompson. Foi utilizada as bases de dados como PubMed e Scielo. **Resultados:** Segundo o estudo realizado por Chikude et al. visa que apesar da baixa capacidade funcional, os pacientes relataram boas condições nos aspectos físicos (média 79,2), aumento na ausência de dor (96,9), estado geral de saúde satisfatório (77,6), e elevados escores em aspectos sociais (93,8), emocionais (84,4) e saúde mental (77,2). A vitalidade apresentou pontuação moderada (66,2), Ciconelli,. A idade avançada e o sexo não influenciaram significativamente os resultados. **Considerações Finais/Conclusões:** A artroplastia parcial do quadril com prótese de Thompson mostrou-se eficaz em proporcionar boa qualidade de vida a idosos com fratura do colo do fêmur, mesmo com baixa capacidade funcional, especialmente em virtude da menor demanda física nesta faixa etária. O apoio familiar também teve papel importante na recuperação desses pacientes. Importante salientar que a fisioterapia após artroplastia parcial do quadril é crucial para a recuperação, visando restaurar a função do quadril, fortalecer a musculatura e prevenir complicações.

Palavras-chave: Avaliação. Qualidade de Vida. Artroplastia. Idoso.

Referências:

CHIKUDE, Takeshi et al. Avaliação da qualidade de vida dos pacientes idosos com fratura do colo do fêmur tratados cirurgicamente pela artroplastia parcial do quadril. *Acta Ortopédica Brasileira*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 197199, 2007.
Ciconelli RM. Tradução para o português e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida [tese]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo; 1997.

FISIOTERAPIA NO MANEJO DO TEP

Hugo Felipe Siqueira Silva ¹; Allan Gabriel da Silva Alves ¹; Yasminy Miranda Ribeiro ¹; Lorena Ferreira Lima ¹; Joice Vitoria Pereira ¹; Larissa Moura Valadares Ribeiro ¹; Ricardo Câmara Ribeiro².
¹ Acadêmico do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA
² Professor do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA

Introdução/Justificativa: O Tromboembolismo Pulmonar (TEP) é uma emergência médica que bloqueia as artérias pulmonares, afetando a respiração e a qualidade de vida. No Brasil, a incidência é de 1 a 2 casos a cada 1000 pessoas por ano. Fatores como Imobilidade, cirurgias e trombofilias aumentam o risco. Sintomas como Dispneia súbita, dor no peito e taquicardia exigem um diagnóstico rápido. A fisioterapia desempenha um papel fundamental na recuperação funcional, ajudando a reduzir complicações. **Objetivo(s):** Revisar a importância da fisioterapia no tratamento do TEP, enfatizando a mobilização precoce e reabilitação funcional, com base em evidências recentes. **Métodos:** Realizamos uma revisão de ensaios clínicos randomizados (2020-2025) nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os descritores "tromboembolismo pulmonar", "fisioterapia" e "mobilização precoce". Foram incluídos estudos com amostras significativas e desfechos relevantes. **Resultados:** Angiotomografia e D-dímero são essenciais para confirmar o TEP, enquanto os escores Wells ajudam na avaliação da suspeita. Anticoagulantes como (ex.: heparina) são utilizados para dissolver coágulos, e trombólise é indicada para casos mais graves. A fisioterapia incorpora com mobilização precoce, exercícios respiratórios como a (respiração diafragmática) e fortalecimento muscular para restaurar função. A educação sobre o uso de meias compressivas é importante para prevenir trombos. As Evidências demonstram que a fisioterapia melhora capacidade respiratória, aumenta a tolerância ao esforço, reduz dispneia e minimiza complicações, promovendo a independência dos pacientes. **Conclusão:** A fisioterapia, com mobilização precoce e exercícios respiratórios, é essencial para melhorar a função respiratória, reduzir complicações e promover autonomia em pacientes com TEP.

Palavras-chave: Tromboembolismo pulmonar; fisioterapia; anticoagulação; mobilização precoce; dispneia.

Referências:

Konstantinides SV, et al. 2022 ESC Guidelines on the Diagnosis and Management of Acute Pulmonary Embolism. Eur Respir J, 2022.
Konstantinides SV, et al. 2022 ESC Guidelines on the Diagnosis and Management of Acute Pulmonary Embolism. Eur Respir J, 2022. Kearon C, et al. Antithrombotic Therapy for VTE Disease: CHEST Guideline and Expert Panel Report. Chest, 2021. Boon GJAM, et al. Physical Therapy in Patients with Acute Pulmonary Embolism: A Narrative Review. Thromb Haemost, 2023.

EFICÁCIA DO TREINAMENTO MUSCULAR INSPIRATÓRIO NO CONTROLE DE ASMA GRAVE

Lorena Ferreira Lima ¹; Hugo Felipe Siqueira Silva¹; Allan Gabriel da Silva Alves¹; Yasminy Miranda Ribeiro ¹; Joice Vitoria Pereira ¹; Larissa Moura Valadares Ribeiro ¹; Ricardo Câmara Ribeiro ².
¹ Acadêmico do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya
² Professor do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução: O controle da asma grave vem sendo bastante desafiador para as equipes de saúde, mesmo com os melhores tratamentos medicamentosos. Muitos pacientes ainda enfrentam falta de ar constante e limitações em suas atividades. Essa situação é frequentemente piorada pela fraqueza e cansaço dos músculos que ajudam na respiração. Com isso, é de suma importância os estudos das terapias que complementam e ajudam a fortalecer os músculos acessórios da respiração. O treinamento muscular inspiratório (TMI), surge como uma intervenção para melhorar a força e a resistência do musculo grave. **Objetivo:** Verificar o impacto do TMI precocemente na melhora da força muscular inspiratória, o controle dos sintomas e a qualidade de vida de pessoas com asma grave. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados publicados entre 2021 e 2025 nas bases PubMed, Scielo e LILACS, utilizando os descritores “asma grave” e “treinamento muscular inspiratório”. Foram encontrados 13 artigos na pesquisa sendo 4 deles estudos de campos com amostras significativas e desfechos clínicos relevantes, valor de P menor que 0,5. Trabalhos como, estudos de caso e revisão de literatura foram excluídos. **Resultados:** O grupo TMI apresentou aumento significativo na Pressão Inspiratória Máxima, ao final das seis semanas, demonstrando uma melhora da força muscular inspiratória (SILVA, 2022). Segundo Landim 2025 e Silva 2022, observou-se uma redução da dispneia e elevação no escore total do questionário de qualidade de vida aplicado a amostra, indicando um impacto na qualidade de vida. Esses ganhos foram significativamente maiores em comparação ao grupo controle, que manteve o tratamento habitual. Segundo Gosselink 2023, os efeitos do treinamento inspiratório melhoram a função respiratória e a qualidade de vida dos participantes da pesquisa. **Conclusão:** O TMI promove ganhos clínicos relevantes na força inspiratória, controle da asma e qualidade de vida em pacientes com asma grave, devendo ser incorporado precocemente ao tratamento. Estes achados reforçam o TMI como uma intervenção não farmacológica segura e eficaz, devendo ser considerada para a incorporação individualizada ao tratamento multidisciplinar da asma grave, otimizando os resultados clínicos e melhorar o bem-estar dos pacientes.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Asma Grave. Dispneia.

Referências: Silva IS, Fregonezi GA, Dias FA, et al. Efeito do treinamento muscular inspiratório na força muscular inspiratória e qualidade de vida em pacientes com asma grave: ensaio clínico randomizado. *Respir Care*. 2022;67(11):1465-1473.

Lucena, M. M. N. de, Sousa, A. C. da R., Ferreira, S. R. D., Silva, E. R. da, Carvalho, R. M. C. de, Nascimento, R. F. do, Landim, E. C. S., & Macêdo, C. L. Avaliação de novos alvos terapêuticos para o tratamento da asma moderada e grave em crianças e adolescentes. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 25, p. e18604, 2025.

Gosselink R, Decramer M, Segers J, et al. Effects of respiratory muscle training in asthma: revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados (2021-2025). *Thorax*. 2023;78(9):859-866.

IMPACTO DA REABILITAÇÃO CARDIORRESPIRATÓRIA PRECOCE NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM COR PULMONALE

Lorena Ferreira Lima¹; Hugo Felipe Siqueira Silva¹; Allan Gabriel da Silva Alves¹; Yasminy Miranda Ribeiro¹; Joice Vitoria Pereira¹; Ricardo Câmara Ribeiro².

¹ Acadêmico do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso de fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução: A reabilitação cardiorrespiratória precoce, tem ganhado relevância como uma intervenção que melhora a qualidade de vida de pessoas com cor pulmonale, que é uma patologia que se caracteriza por modificações nas estruturas e funções do ventrículo direito devido á doenças pulmonares crônicas. A fisiopatologia se origina devido a sobrecarga de pressão e volume do ventrículo direito, o que gera uma disfunção que é progressiva. A reabilitação, se firma como uma terapia capaz de agir em diversos níveis, desde a melhora da capacidade funcional, redução dos sintomas como dispneia e fadiga. **Objetivo:** Verificar os efeitos da implementação precoce de um programa de reabilitação cardiorrespiratória na qualidade de vida dessas pessoas, com implementação tardia ou a ausência de reabilitação em um estágio inicial da condição. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura de ensaios clínicos randomizados publicados entre 2021 e 2025, selecionados nas bases PubMed e Scielo, utilizando os descritores “reabilitação cardiorrespiratória” para a intervenção, e “cor pulmonale” para a condição. Foram incluídos estudos com amostras significativas e desfechos clínicos relevantes. **Resultados:** A reabilitação precoce tem demonstrado resultados e melhorias na capacidade funcional, diminuição da dispneia e fadiga, além de ganhos emocionais e aumento da percepção de controle sobre a patologia. Esses resultados foram evidenciados por elevação clinicamente significativo dos questionários de qualidade de vida, como o Chronic Respiratory Questionnaire (CRQ) e o St.George’s Respiratory Questionnaire (SGRQ). **Conclusão:** A reabilitação cardiorrespiratória precoce é uma excelente estratégia terapêutica capaz de melhorar a qualidade de vida de pacientes com cor pulmonale, sendo indicada a inclusão precoce no plano de tratamento desses pacientes, a consistência da melhora demonstra a função crucial da reabilitação em reduzir o impacto das consequências da cor pulmonale, favorecendo a adaptação.

Palavras-chave: Reabilitação Cardiorrespiratória. Cor Pulmonale. Dispneia.

Referências:

LACASSE, Y. Pulmonary rehabilitation for chronic obstructive pulmonary disease. *Cochrane Database Systematic Reviews*, 2015, Issue 2, Art. No.: CD003793.

BETTONCELLI, G. The clinical and integrated management of COPD. *Multidisciplinary Respiratory Medicine*, v. 9, p.25, 2014.

GOSSELINK, R. Pulmonary rehabilitation improves exercise capacity in COPD: preliminary results. *European Respiratory Journal*, v.57, n. 6, p. 200-208, 2021.

FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DA DPOC

Hugo Felipe Siqueira Silva ¹; Allan Gabriel da Silva Alves ¹; Yasminy Miranda Ribeiro ¹; Lorena Ferreira Lima ¹; Joice

Vitoria Pereira ¹; Ricardo Câmara Ribeiro².

¹ Acadêmico do curso fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA

² Professor do curso fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/AFYA

Introdução/Justificativa: A doença pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma patologia respiratória crônica que se estende por longos anos na vida do paciente dificulta a respiração devido á obstrução contínua e progressiva do fluxo de ar, afetando desta forma a qualidade de vida do paciente. No Brasil, afeta cerca de 15% das pessoas acima de 40 anos tem a DPOC, sendo o tabagismo o principal responsável por esse mal, mas as condições como fogão a lenha nas zonas rurais também contribuindo para o desenvolvimento dessa patologia. Sintomas como dispneia, tosse crônica e muco limitam atividades do dia a dia, e a situações se agrava com a hiperinsuflação dinâmica. **Objetivo (s):** Este estudo revisa o papel da fisioterapia respiratória no tratamento da DPOC, fundamentando- se nas diretrizes GOLD, e enfatiza a importância da reabilitação pulmonar e da diminuição de exacerbações. **Métodos:** Realizamos uma revisão da literatura de ensaios clínicos randomizados publicados entre 2020 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e LILACS, utilizando os termos "DPOC", "fisioterapia respiratória" e "reabilitação pulmonar". Foram considerados estudos com amostras significativas e resultados relevantes. **Resultados:** A espirometria é essencial para validar o diagnóstico, categorizando a DPOC nos estágios GOLD 1 (leve, VEF1 $\geq$ 80%), 2 (moderado, 50-79%), 3 (grave, 30-49%) e 4 (muito grave, $<$ 30%). A fisioterapia, que inclui exercícios aeróbicos, fortalecimento muscular e treinamento muscular inspiratório (TMI), favorece a ventilação e reduz a sensação de falta de ar. Técnicas de respiração e posicionamento contribuem para a eliminação de secreções. A reabilitação pulmonar e TMI melhoram a capacidade funcional, e diminuem as exacerbações e os custos hospitalizações, além de promoverem um aumento na qualidade de vida. **Conclusão:** A fisioterapia, centrada no TMI e na reabilitação pulmonar, é fundamental para melhorar a função respiratória, reduzir exacerbações e encorajar autonomia dos pacientes com DPOC. **Palavras-chave:** DPOC; fisioterapia; hiperinsuflação dinâmica; treinamento muscular inspiratório; escalas GOLD.

Referências: Vogelmeier CF, et al. Global Strategy for the Diagnosis, Management, and Prevention of Chronic Obstructive Pulmonary Disease: 2023 Report. Am J Respir Crit Care Med, 2023.
Spruit MA, et al. Pulmonary Rehabilitation for Patients with Chronic Obstructive Pulmonary Disease. Eur Respir J, 2022. Langer D, et al.
Randomised controlled trial of adjunctive inspiratory muscle training for patients with COPD. Thorax, 2018.

O USO DAS TÉCNICAS DE DESOBSTRUÇÃO BRÔNQUICA EM PACIENTES COM BRONQUIECTASIAS

Isabella Pires Siqueira Alencar 1; Isabel Aragão Maia 2;

1 Acadêmico do curso de fisioterapia da Unifipmoc

2 Professor do curso de fisioterapia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A bronquiectasia é uma doença pulmonar caracterizada pelo alargamento das vias aéreas, acúmulo de muco e tosse produtiva. Geralmente é desenvolvida após um quadro infeccioso, o qual gera um comprometimento da depuração mucociliar, e consequentemente um ciclo de infecção e inflamação caracterizados por exacerbações agudas. As técnicas de desobstrução brônquica das vias aéreas são utilizadas para facilitar a remoção de muco nos pulmões, aumentar a ventilação, melhorar a falta de ar, e reduzir os danos das vias aéreas. Esses mecanismos têm a capacidade de alterar as características viscoelásticas das secreções pulmonares, além de potencializar as trocas gasosas na interface gás-líquido e aumentar a frequência do batimento ciliar, promovendo uma maior eliminação do muco. **Objetivo(s):** O presente estudo tem como objetivo destacar a importância de técnicas de desobstrução brônquica em pacientes com bronquiectasia. **Métodos:** Trata-se de um resumo simples, com os seguintes descritores; Bronquiectasia, Doença Pulmonar e Desobstrução. A pesquisa foi realizada na base de dado PubMed, incluindo artigos entre os anos 2015-2024 que estivessem de forma gratuita e com a opção de leitura em português. **Resultados:** De acordo O'Neill, K. *et al.* (2019), a desobstrução das vias aéreas é segura e pode ser responsável por melhorias da expectoração de escarro, e algumas medidas de função pulmonar. Os fisioterapeutas respiratórios precisam estar atentos as técnicas de desobstrução das vias aéreas (ACTs) disponíveis e oferecer aos pacientes a oportunidade de experimentar mais de uma técnica, considerando suas vantagens e limitações. A escolha dos ACTs mais adequados será baseada na própria experiência e preferência do paciente, incluindo facilidade de desempenho, eficácia percebida no alívio dos sintomas e consumo de tempo, segundo Cortina, B.H. *et al.* (2022). **Considerações Finais/Conclusões:** As evidências atuais mostram que há técnicas de desobstrução brônquica confiável e eficaz, além disso, são cruciais para pacientes com bronquiectasia, visto que atua na melhora da qualidade de vida do paciente. O acesso a essas técnicas deve ser facilitado e realizado por um fisioterapeuta especializado. Entretanto, ainda há a necessidade de mais estudos relacionados com as técnicas de desobstrução brônquica em pacientes com bronquiectasia.

Palavras-chave: Bronquiectasia. Doença Pulmonar. Desobstrução.

Referências:

HERRERO-CORTINA, B. et al. Short-term effects of three slow expiratory airway clearance techniques in patients with bronchiectasis: a randomised crossover trial. **Physiotherapy**, v. 102, n. 4, p. 357–364, dez. 2016.

LEE, A. L.; BURGE, A. T.; HOLLAND, A. E. Airway clearance techniques for bronchiectasis. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 2015, n. 11, 23 nov. 2015.

O'NEILL, K.; O'DONNELL, A. E.; BRADLEY, J. M. Airway clearance, mucoactive therapies and pulmonary rehabilitation in bronchiectasis. **Respirology**, v. 24, n. 3, 16 jan. 2019.

IMPACTO DA FISIOTERAPIA NA ADAPTAÇÃO FUNCIONAL DE PRÓTESES TRANSTIBIAIS EM AMPUTADOS

Maria Eduarda Rocha da Silva¹; Alana de Brito Santos ¹; Luiz Eduardo Caldeira Petrone¹; Maria Eduarda Martins Cantuária¹; Sther Batista Oliveira¹; Tulio Brandão Xavier Rocha².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

Introdução: A amputação transtibial compromete significativamente a mobilidade e a qualidade de vida dos indivíduos, exigindo intervenções reabilitadoras eficazes. Nesse contexto, a reabilitação fisioterapêutica torna-se essencial, não apenas para a recuperação das capacidades motoras, mas também para a reintegração social e psicológica do paciente amputado. A adaptação à prótese transtibial envolve múltiplos fatores, como o alinhamento protético, a força muscular remanescente, o treinamento da marcha e o controle postural, exigindo uma abordagem integrada e sistemática. A atuação do fisioterapeuta é determinante nesse processo, contribuindo para a redução de complicações secundárias e para o retorno às atividades da vida diária. Este estudo teve como objetivo avaliar os efeitos das abordagens fisioterapêuticas na adaptação funcional de pacientes amputados transtibiais usuários de próteses. **Objetivo(s):** Avaliar os efeitos das abordagens fisioterapêuticas na adaptação funcional de pacientes amputados transtibiais usuários de próteses. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura nas bases SciELO e PubMed, abrangendo estudos publicados até 2025. Foram selecionados artigos que investigaram intervenções fisioterapêuticas em pacientes amputados transtibiais, com foco na adaptação funcional às próteses. **Resultados:** Os estudos analisados indicam que programas fisioterapêuticos estruturados, incluindo treinamento de marcha com progressão de carga, fortalecimento muscular segmentar e global, além de técnicas de propriocepção e equilíbrio dinâmico, contribuem significativamente para a melhoria da funcionalidade em usuários de próteses transtibiais. Essas intervenções favorecem a reeducação da marcha, aumentam a simetria entre os membros e reduzem a sobrecarga articular no membro contralateral, promovendo um padrão de locomoção mais eficiente e seguro. Deste modo, observou-se que o treinamento neuromuscular associado a exercícios funcionais específicos é capaz de melhorar o controle motor e a resposta adaptativa do indivíduo frente a superfícies irregulares ou situações de instabilidade. A utilização de tecnologias assistivas, como sistemas de biofeedback eletromiográfico e plataformas de realidade aumentada, mostrou-se eficaz na otimização do processo de reabilitação, proporcionando estímulos sensoriais adicionais que favorecem a plasticidade neural e o reaprendizado motor. O autor *Francisco Salles et al.* (2024), apontam que a integração entre recursos convencionais e tecnológicos potencializa os resultados da reabilitação e reduz o tempo necessário para uma adaptação funcional satisfatória, conforme evidenciado em estudo de caso que demonstrou ganhos funcionais progressivos em um paciente protetizado após amputação transtibial, incluindo melhora da força, controle postural e independência nas atividades diárias. **Considerações Finais:** Conclui-se que as intervenções fisioterapêuticas desempenham um papel central e insubstituível na adaptação funcional de próteses transtibiais, indo além da reabilitação física e promovendo a restauração da autonomia, da autoestima e da dignidade humana. Por meio de estratégias terapêuticas bem estruturadas, que incluem o fortalecimento muscular, o treinamento de marcha, a reeducação postural e a estimulação proprioceptiva, são possíveis restaurar movimentos perdidos, minimizar limitações e reintegrar o indivíduo à sua rotina com segurança e independência. A atuação fisioterapêutica, pautada no acolhimento, no olhar clínico ampliado e na escuta ativa, também contribui para o enfrentamento das barreiras emocionais e sociais impostas pela amputação, auxiliando o paciente a ressignificar sua relação com o próprio corpo e com o ambiente. Os avanços demonstram que a reabilitação de pacientes amputados deve ser compreendida como um processo integral, que exige abordagem multidisciplinar, inovação tecnológica e, sobretudo, sensibilidade humana para lidar com os desafios e reconstruir possibilidades de vida plena e funcional.

Palavras-chave: Fisioterapia. Prótese transtibial. Reabilitação funcional. Amputação. Tecnologias assistivas.

Referências:

DA LUZ, Jussara Paula; RUARO, João Afonso; RUARO, Marinêz Boeing; KERPPERS, Ivo Ilvan; MELO, Sibele de Andrade; FRÉZ, Andersom Ricardo. Fisioterapia em pacientes com amputação transtibial: revisão sistemática. *ConScientiae Saúde*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 154–160, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=92946649019>. FRANCISCO SALLES, Robert Elias et al. *Atuação fisioterapêutica na protetização de tibia pós-amputação transtibial*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 10, n. 7, p. 852–866, jul. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.14845>.

ALTERAÇÕES NEUROLÓGICA ENCEFALITE AUTOIMUNE

Woddy Lua Barbosa Amorim ¹; Ana Paula Xavier dos Santos Braga².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIOMOC/ Afya

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIOMOC/ Afya

Introdução/Justificativa: A encefalite autoimune (EA) é uma condição neurológica mediada por autoanticorpos que atacam componentes neuronais. Em pacientes com doenças reumatológicas, como lúpus eritematoso sistêmico (LES), síndrome de Sjögren e vasculites, tem sido identificada uma sobreposição entre autoimunidade sistêmica e manifestações neurológicas, especialmente envolvendo o córtex pré-frontal. **Objetivo (s):** Investigar e descrever os aspectos clínicos e fisiopatológicos da encefalite autoimune associada a autoanticorpos reumatológicos, com ênfase nas manifestações cognitivas ligadas ao córtex pré-frontal. **Métodos:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura por meio das bases de dados PubMed, SciELO e ScienceDirect, abrangendo publicações entre 2019 e 2025. Utilizaram-se os descritores: *autoimmune encephalitis, rheumatologic diseases, autoantibodies, prefrontal cortex e cognitive dysfunction*. Foram inicialmente identificados 20 artigos. Após a leitura dos títulos, resumos e textos completos, aplicando os critérios de inclusão e foco em encefalite autoimune relacionada a doenças reumatológicas, com envolvimento do córtex pré-frontal foram selecionados 4 artigos para compor esta revisão. **Resultados:** A análise dos estudos publicados entre 2019 e 2025 revelou um aumento significativo na identificação de casos de encefalite autoimune em pacientes com doenças reumatológicas, especialmente lúpus eritematoso sistêmicos (LES), síndrome de Sjögren e vasculites sistêmicas. Os principais autoanticorpos envolvidos incluem anti-NMDAR, anti-GABA-B e anticorpos contra canais de potássio voltagem-dependentes (VGKC), além de anticorpos tradicionais reumatológicos como anti-Ro e anti-DNA (LIEBERMAN *et al.*, 2019; LANCASTER, 2022). Clinicamente, os pacientes apresentaram alterações comportamentais abruptas, perda de memória recente, desorientação, crises epiléticas e sintomas psicóticos. Essas manifestações foram fortemente associadas à disfunção do córtex pré-frontal, evidenciada por exames de neuroimagem funcional (fMRI) e testes neuropsicológicos que indicaram prejuízo nas funções executivas, no controle inibitório e na regulação emocional (MANCA *et al.*, 2021; LIEBERMAN *et al.*, 2019). A presença de autoanticorpos específicos no líquido ou no soro, associada a achados inflamatórios (pleocitose, aumento de proteínas, bandas oligoclonais) e sinais de hipoperfusão em regiões frontais, foi fundamental para o diagnóstico. Em alguns casos, a encefalite precedeu o diagnóstico da doença reumatológica de base (CASTELLANOS; SINGH, 2023). O tratamento com imunossuppressores, incluindo corticosteroides, imunoglobulina intravenosa (IVIG), plasmáfêrese e rituximabe, mostrou bons resultados na reversão dos sintomas, sobretudo quando iniciado precocemente (LANCASTER, 2022; CASTELLANOS; SINGH, 2023). A resposta terapêutica foi melhor em pacientes sem lesões estruturais estabelecidas, reforçando a importância da suspeita clínica precoce e da abordagem multidisciplinar entre reumatologistas, neurologistas e psiquiatras. **Considerações Finais/Conclusões:** A encefalite autoimune relacionada a autoanticorpos reumatológicos representa uma importante manifestação neurológica das doenças autoimunes sistêmicas, com predileção pelo córtex pré-frontal, responsável por funções cognitivas e comportamentais essenciais. O reconhecimento precoce dessa condição, por meio da identificação de autoanticorpos específicos e avaliação clínica cuidadosa, é fundamental para o manejo eficaz e reversibilidade dos sintomas. A integração multidisciplinar entre reumatologia, neurologia e psiquiatria potencializa o diagnóstico e o tratamento, melhorando o prognóstico dos pacientes. Novas pesquisas são necessárias para compreender melhor os mecanismos imunológicos envolvidos e otimizar estratégias terapêuticas.

Palavras-chave: Encefalite Autoimune, Autoanticorpos Reumatológicos, Córtex Pré-frontal

Referências: CASTELLANOS, F. X.; SINGH, M. K. Crossroads between rheumatology and neuropsychiatry: autoimmune encephalitis in systemic disease. *The Lancet Rheumatology*, London, v. 5, n. 2, p. e79–e88, 2023.
LANCASTER, E. The diagnosis and treatment of autoimmune encephalitis. *Journal of Clinical Neurology*, Seoul, v. 22, n. 1, p. 1–15, 2022.
LIEBERMAN, S. M. et al. Cognitive dysfunction and anti-NMDAR antibodies in systemic lupus erythematosus. *Frontiers in Neurology*, Lausanne, v. 10, p. 1043, 2019.
MARTÍNEZ-HERNÁNDEZ, E. et al. Autoimmune encephalitis in systemic autoimmune diseases: A narrative review. *Autoimmunity Reviews*, Amsterdam, v. 21, n. 4, p. 103047, 2022.
MANCA, R. et al. Neuroinflammation and cognitive symptoms in autoimmune diseases: focus on the prefrontal cortex. *Brain Sciences*, Basel, v. 11, n. 7, p. 952, 2021.

AÇÕES PARA EDUCAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE DA MULHER (LAFSM)

Isabela Vitória Lino e Silva¹; Letícia Amaral Ferreira ¹; Maria Luiza Figueredo Carvalho¹; Stefanny Naiade BritoMacedo¹; Vitória Assunção Dantas Lopes¹; Ana Carolina de Mello Alves Rodrigues².
²Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya
²Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: LAFSM busca desenvolver atividades que contribuam para o desenvolvimento profissional dos membros, fortalecendo o papel da Liga como espaço de aprendizado, inovação e responsabilidade social. Assim, as ações são voltadas a educação e capacitação de estudantes de fisioterapia para atuarem no cuidado integral a saúde da mulher. **Objetivo:** Descrever as ações realizadas pela LAFSM **Métodos:** As atividades iniciaram em setembro de 2024 com uma Reunião de Boas-Vindas, na qual foram apresentados os objetivos, a estrutura organizacional e o planejamento anual da Liga. Durante a campanha do Outubro Rosa, foram realizadas três ações principais: uma Mesa Redonda com a mastologista Dra. Bertha Coelho sobre “Saúde Mental da Mulher e Mastologia”; participação na Corrida Outubro Rosa promovida pela Associação Presente; e o Workshop “Tratamentos Fisioterapêuticos no Contexto Oncológico”, voltado para estudantes do 4º ao 10º período da UNIFIPMoc, com palestras e oficinas práticas. Em 2025, as atividades iniciaram com nova Reunião de Boas-Vindas, seguida da participação no Encontro de Ligas Acadêmicas da UNIFIPMoc, com troca de experiências e fortalecimento de vínculos. A Liga também participou de um seminário sobre saúde da mulher promovido pelo 5º período de Fisioterapia, com dinâmicas interativas, e da 1ª Jornada das Ligas Acadêmicas, onde abordou o tema “Violência obstétrica”. **Considerações Finais/Conclusões:** As ações da LAFSM reforçam seu compromisso com a formação acadêmica de qualidade e com a promoção da saúde da mulher. A educação e capacitação contínua dos estudantes favorece a construção de profissionais críticos, humanizados e atentos às demandas biopsicossociais, promovendo a integração entre estudantes e comunidade.

Palavras-chave: Ensino. Pesquisa. Extensão. Fisioterapia.

Referências: INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). Estimativa 2023: incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2022.
BARACHO, E. Fisioterapia Aplicada à Saúde da Mulher. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018 BRASIL. Ministério da Saúde. Manual técnico Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada. Brasília, 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

GERONTOLOGIA: UMA VISÃO GERAL DO ENVELHECIMENTO ATIVO E OS IMPACTOS DA FISIOTERAPIA NA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Giovana C. Santos Souza¹; Keila Pereira De Oliveira¹; Maria Eduarda Ramos¹; Ana Paula Dos Santos Xavier Braga²

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/ Afya

Introdução O aumento da expectativa de vida em escala global tem direcionado o olhar da sociedade para o processo de envelhecimento e suas diversas dimensões. A gerontologia, como campo interdisciplinar, dedica-se ao estudo do envelhecer, abrangendo aspectos biológicos, psicológicos, sociais, e culturais. Compreender as mudanças que ocorrem nessa fase da vida, bem como as necessidades e potencialidades da população idosa, torna-se crucial para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável. A fisioterapia é extremamente importante para preservar a função motora, cognitiva, reabilitar funcionalmente os idosos para as atividades diárias e retardar o surgimento de incapacidades. Na fisioterapia gerontológica é utilizada técnicas para melhorar equilíbrio, coordenação, mobilidade e capacidade funcional, permitindo que os idosos continuem ativos e participem das atividades que desejam. **Objetivo(s)** Este resumo tem como objetivo fornecer uma visão concisa sobre a gerontologia, abordando seus principais aspectos e a importância do estudo do envelhecimento para a qualidade de vida na terceira idade, e também apresentar dados de entrevistas feitas com uma paciente idosa e uma profissional fisioterapeuta geriátrica. **Métodos** Para a elaboração deste resumo, realizou-se uma revisão bibliográfica exploratória em artigos científicos e livros da área da gerontologia, buscando identificar conceitos chave e achados relevantes sobre o tema. Foi realizada também duas entrevistas, uma com a profissional Renata Cardoso (Fisioterapeuta geriátrica) e outra com uma paciente idosa que necessita de cuidados fisioterapêuticos. Na entrevista com a profissional Renata, ela relatou um pouco de sua experiência e as principais disfunções encontradas em idosos no seu âmbito de trabalho. Com a paciente, procuramos entender melhor a sua experiência, o que achou da fisioterapia e o porquê necessitou dos cuidados de um fisioterapeuta. **Resultados** O envelhecimento é um processo heterogêneo e multifacetado, influenciado por diversos fatores ao longo da vida. Estudos mostram que a manutenção da autonomia e da independência funcional são fundamentais para um envelhecimento bem-sucedido. A análise das entrevistas confirmou que a fisioterapia tem papel essencial na promoção dessa independência. A paciente, diagnosticada com fibromialgia, artrite reumatoide e comorbidades decorrentes de quedas, relatou melhora significativa na mobilidade e redução das dores crônicas após iniciar o tratamento fisioterapêutico. A profissional Renata Cardoso destacou a importância de planos terapêuticos individualizados para os idosos e relatou que os casos mais comuns atendidos em sua prática envolvem doenças neurológicas, como Parkinson, osteoartrose, deformidades nos membros inferiores e alterações na marcha. Embora muitas dessas condições sejam inevitáveis, a fisioterapia contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida. **Considerações Finais** A fisioterapia gerontológica desempenha um papel fundamental na compreensão do processo de envelhecimento e na identificação de estratégias para promover a saúde e o bem-estar da população idosa. Os achados da pesquisa gerontológica contribuem para a elaboração de políticas públicas e a implementação de práticas que visam um envelhecimento ativo e digno.

Palavras-chave: Envelhecimento, Gerontologia, Envelhecimento Ativo, Qualidade de Vida, Saúde do Idoso.

Referências: Silva, F. L. C., Santana, W. R. de, & Rodrigues, T. S. (2019). **Envelhecimento ativo: O papel da fisioterapia na melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa: revisão integrativa.** revista Uningá, 56(S4), 134–144.

EFICÁCIA DA VNI EM EXACERBAÇÕES DE DPOC

Alexandre Filipe Santana Rocha¹; Amanda Pereira Daniel¹; Ana Paula Cardoso da Silva¹; Arinlla Ellis Guimarães Santos¹; Larissa Barbosa Lima¹; Maria Eduarda Rocha da Silva¹; Samara Vieira Soares de Oliveira¹; Ricardo Câmara Ribeiro².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da Unifipmoc

² Professor do curso de Fisioterapia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma condição progressiva descrita por limitação persistente ao fluxo de ar, frequentemente associada a exacerbações agudas com risco de insuficiência respiratória. Nesse contexto, a Ventilação Não Invasiva (VNI) se mostra como método mais eficiente para evitar a intubação orotraqueal e suas complicações. Além de reduzir a necessidade de indicação da intubação, a VNI ajuda a estabilização do paciente, promovendo melhora nos parâmetros e componentes respiratórios. Seu uso precoce tem sido associado a menor tempo de internação e melhores resultados clínicos. **Objetivo(s):** Analisar os efeitos clínicos da VNI em pacientes com DPOC durante crises respiratórias agudas, com base em evidências recentes da literatura científica. **Métodos:** Revisão de literatura com artigos publicados entre 2023 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e LILACS. Utilizaram-se os descritores: DPOC, ventilação não invasiva e insuficiência respiratória aguda. Foram incluídos ensaios clínicos randomizados e revisões com amostras representativas e desfechos clínicos objetivos. **Resultados:** A análise evidenciou que o uso da VNI demonstrou uma queda de até 40% da necessidade de intubação orotraqueal (LUO et al., 2024) e promove melhora significativa da oxigenação (aumento médio da PaO₂ de 18 mmHg) (MAIA et al., 2025). Pacientes com acidose moderada (pH entre 7,25 e 7,35) apresentaram melhores respostas à terapia, com redução da mortalidade hospitalar em até 35% (SANTOS et al., 2023). Cerca de 78% dos pacientes toleraram bem a aplicação da VNI, com baixa incidência de efeitos desfavoráveis, sendo o desconforto facial o mais relatado (LIU et al., 2024). **Considerações Finais/Conclusões:** A VNI pode caracterizar-se como intervenção segura, eficaz e de baixo custo para pacientes com DPOC em crise respiratória aguda. O uso da VNI no tratamento de primeira linha em serviços de urgência e emergência além das UTIs é bastante recomendada, pois auxilia na diminuição dos indicadores de mortalidade e melhora da qualidade do atendimento do paciente.

Palavras-chave: DPOC. Ventilação não invasiva. Insuficiência respiratória aguda. Oxigenação.

Referências:

LIU, Z. et al. NIV in COPD with Hypercapnic Respiratory Failure. *Academic Emergency Medicine*, v. 31, n. 4, p. 456–465, 2024.

LUO, Z. et al. High-Intensity vs Low-Intensity Noninvasive Ventilation in COPD Exacerbations. *JAMA*, v. 332, n. 20, p. 1709–1722, 2024.

MAIA, I. S. et al. Noninvasive Ventilation in Acute Respiratory Failure. *JAMA*, v. 333, n. 10, p. 875–890, 2025.

A PREVENÇÃO DE AGRAVOS RESPIRATÓRIOS NO OUTONO PELA FISIOTERAPIA PNEUMOFUNCIONAL

Ana Livia Moreira Silva ¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução: O outono tem o aumento de doenças respiratórias devido às mudanças climáticas. Populações vulneráveis, como crianças, idosos e doentes crônicos, são as mais afetadas. A fisioterapia pneumofuncional atua na prevenção desses agravos, mantendo a função pulmonar. O trabalho mostra pela importância da atuação preventiva do fisioterapeuta respiratório. Destacam-se a educação em saúde, o acompanhamento clínico e as estratégias terapêuticas. **Objetivo(s):** Investigar a atuação da fisioterapia pneumofuncional na prevenção de agravos respiratórios durante o outono, analisando as principais intervenções utilizadas, seus efeitos na saúde dos pacientes e a relevância da atuação fisioterapêutica na atenção primária. **Métodos:** Foram selecionados artigos científicos das bases SciELO, LILACS e PubMed, de 2015 a 2024, em português, inglês e espanhol, que tratam da fisioterapia respiratória preventiva no outono. Utilizou-se critérios pré-definidos e descritores como “fisioterapia respiratória”, “prevenção”, “doenças respiratórias sazonais” e “outono”. A análise qualitativa dos dados destacou os principais resultados sobre a atuação da fisioterapia pneumofuncional na prevenção de agravos respiratórios nessa estação. **Resultados:** Diversos estudos e fontes destacam que o outono é uma estação particularmente desafiadora para a saúde respiratória, devido às mudanças climáticas características dessa época. Segundo a (Equipe Leforte 2021), as bruscas variações de temperatura e o ar mais seco favorecem o surgimento ou agravamento de doenças respiratórias, como rinite, sinusite, asma e bronquite. Complementando essa perspectiva, a (Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo 2025) informa que a baixa umidade durante o outono pode irritar as mucosas das vias aéreas, aumentando a suscetibilidade a infecções por vírus como rinovírus e adenovírus, responsáveis por resfriados e pneumonias. Além disso, (Campos 2021) aponta que a combinação da queda da umidade e da temperatura contribui para a piora da poluição do ar, o que intensifica a concentração de vírus e bactérias, agravando ainda mais os problemas respiratórios nessa estação. **Considerações Finais:** A fisioterapia pneumofuncional é fundamental para prevenir agravos respiratórios, melhorando a qualidade de vida e fortalecendo a atenção primária. Destaca-se também a importância da educação em saúde e do acompanhamento preventivo, sendo necessário ampliar a divulgação dessas práticas, especialmente em períodos sazonais críticos.

Palavras-chave: Fisioterapia Respiratória; Prevenção; Doenças Sazonais; Outono; Saúde Pública.

Referências:

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. **Veja como diferenciar doenças respiratórias durante o outono e como evitá-las**. Coordenadoria de Controle de Doenças, 20 abr. 2025. Disponível em:

<https://www.saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-controle-de-doencas/noticias/20042025-veja-como-diferenciar-doencas-respiratorias-durante-o-outono-e-como-evita-las>. Acesso em: 20 maio 2025.

MARTINS, F. R. et al. **O impacto das mudanças sazonais nas doenças respiratórias: revisão integrativa**. *Journal of Human Growth and Development*, v. 32, n. 1, p. 128-136, 2022.

EQUIPE LEFORTE. **Por que os problemas respiratórios aumentam no outono?** *Blog Grupo Leforte*, São Paulo, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.leforte.com.br/blog/por-que-os-problemas-respiratorios-aumentam-no-outono>. Acesso em: 20 maio 2025.

EFICÁCIA DO MÉTODO BOBATH NA REABILITAÇÃO PEDIÁTRICA NEUROLÓGICA.

Fabiola Pereira Paiva ¹; Erika Goulart Veloso Ferreira Escobar².
¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya
² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução/Justificativa: O método Bobath, ou Conceito Neuroevolutivo, é aplicado na fisioterapia pediátrica para facilitar padrões motores funcionais e inibir movimentos patológicos em crianças com disfunções neurológicas, como a paralisia cerebral. Sua aplicação visa melhorar o desempenho motor e a autonomia funcional infantil. Dada a importância do acompanhamento fisioterapêutico no desenvolvimento neuromotor infantil, o presente estudo justifica-se pela necessidade de reforçar o papel do fisioterapeuta pediátrico na aplicação sistemática do Bobath para melhorar a qualidade de vida dessas crianças. **Objetivo(s):** Analisar a eficácia do método Bobath na fisioterapia pediátrica, com foco na reabilitação motora de crianças com disfunções neurológicas. **Métodos:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com buscas nas bases de dados PubMed, SciELO e PEDro, entre os anos de 2017 a 2024, utilizando os descritores “Bobath”, “fisioterapia pediátrica” e “desenvolvimento motor”. Foram selecionados 14 artigos que abordassem a aplicação do método Bobath na reabilitação pediátrica. **Resultados:** Os estudos analisados confirmaram a eficácia do método Bobath na melhoria do controle postural, equilíbrio e funcionalidade em crianças com paralisia cerebral. Novak *et al.* (2020) destacaram que intervenções baseadas em movimento ativo, como o Bobath, são mais eficazes quando integradas a atividades orientadas por metas específicas. Além disso, observou-se que a repetição funcional dentro de contextos significativos para a criança é essencial para a plasticidade neural. Silva e Rocha (2023) ressaltam que a personalização das sessões conforme o estágio motor da criança aumenta a resposta ao tratamento, contribuindo para ganhos em habilidades como rolar, sentar e caminhar com suporte. Oliveira *et al.* (2022) observaram ainda melhorias cognitivas e sociais, associadas à melhora da mobilidade, permitindo maior participação em ambientes escolares e comunitários. Outro ponto relevante foi o impacto positivo sobre o envolvimento familiar no processo terapêutico, reforçando a importância de abordagens centradas na criança e na família. **Considerações Finais/Conclusões:** A fisioterapia pediátrica com base no método Bobath demonstra eficácia na reabilitação motora de crianças com alterações neurológicas. Sua aplicação individualizada, precoce e contínua promove ganhos funcionais importantes, além de favorecer a participação social e a qualidade de vida infantil.

Palavras-chave: Fisioterapia pediátrica. Método Bobath. Desenvolvimento motor.

Referências:

- NOVAK, I. *et al.* A systematic review of interventions for children with cerebral palsy: state of the evidence. *Developmental Medicine & Child Neurology*, v. 62, n. 9, p. 1031–1039, 2020.
- OLIVEIRA, M. S.; SANTOS, T. P.; COSTA, L. R. Resultados funcionais do método Bobath em crianças com paralisia cerebral: revisão integrativa. *Fisioterapia em Movimento*, v. 35, p. e35223, 2022.
- SILVA, J. M.; ROCHA, D. P. Aplicação clínica do conceito Bobath na fisioterapia pediátrica: análise de efetividade. *Revista Brasileira de Fisioterapia Aplicada*, v. 12, n. 1, p. 40–48, 2023.

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA NA PREVENÇÃO DA ATELECTASIA EM HOSPITALIZADOS

Fabíola Pereira Paiva¹; Isabel Aragão Maia²

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC/Afya

Introdução: A atelectasia é uma complicação respiratória comum em pacientes hospitalizados, causada pelo colapso dos alvéolos e comprometimento da ventilação e oxigenação. Fatores como imobilidade, hipoventilação e acúmulo de secreções contribuem para seu surgimento. A fisioterapia respiratória é essencial na prevenção e tratamento, utilizando técnicas que favorecem a reexpansão pulmonar, a remoção de secreções e a melhora da ventilação. Este estudo justifica-se pela necessidade de evidenciar a eficácia da fisioterapia como medida preventiva, visando à redução de complicações respiratórias e do tempo de internação. **Objetivo:** Evidenciar a eficácia da fisioterapia respiratória como medida preventiva na atelectasia em pacientes hospitalizados. **Métodos:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, por meio de buscas nas bases de dados PubMed, SciELO e LILACS, no período de 2015 a 2024, utilizando os descritores: “atelectasia”, “fisioterapia respiratória” e “prevenção”. Foram incluídos estudos clínicos e revisões sistemáticas que abordaram a atuação fisioterapêutica em ambiente hospitalar. A análise priorizou publicações com intervenções fisioterapêuticas de caráter preventivo, resultando na seleção de 10 artigos para avaliação. **Resultados:** Os estudos evidenciam que a atuação fisioterapêutica precoce e contínua reduz significativamente a incidência de atelectasia, especialmente em pacientes acamados. Intervenções como exercícios respiratórios, técnicas de expansão pulmonar, mobilização precoce e higiene brônquica favorecem a ventilação eficaz, prevenindo o colapso alveolar e reduzindo o risco de infecções respiratórias secundárias. Segundo Silva e Neta (2023), a fisioterapia utiliza diversas técnicas, como exercícios respiratórios passivos ou ativos, associados ou não a interfaces para melhora da troca gasosa e consequente oxigenação do corpo, priorizando técnicas não invasivas que promovam conforto ao paciente. Além disso, em pacientes com condições crônicas ou fatores de risco predisponentes, estratégias preventivas, como a mobilização precoce e o uso de dispositivos de incentivo respiratório, são cruciais para prevenir a recorrência da atelectasia (SILVA *et al.*, 2024). **Conclusões:** Conclui-se que a fisioterapia respiratória, quando aplicada precocemente, é eficaz na prevenção da atelectasia, promovendo melhora da função pulmonar e redução do tempo de internação.

Palavras-chave: Fisioterapia respiratória. Atelectasia. Prevenção.

Referências:

SILVA, J. O. Da; NETA, M. S. C. **Atuação fisioterapêutica na atelectasia em ambiente hospitalar: uma revisão integrativa de literatura.** 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Fisioterapia) – Ânima Educação, 2023.

SILVA, L. C. C. *et al.* **Atelectasia pulmonar: uma revisão de literatura.** Revista Rease, v. 10, n. 1, p. 1-8, 2024.

REABILITAÇÃO PULMONAR NA DPOC: EFEITOS DO TREINAMENTO INSPIRATÓRIO

Cecília Borges Prates¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc/Afya.

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc/Afya.

Introdução: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma condição respiratória progressiva que provoca limitação do fluxo aéreo, com sintomas como dispneia, tosse persistente e intolerância ao exercício. No Brasil, é um problema relevante de saúde pública, com altas taxas de internação. Diante disso, a fisioterapia respiratória é uma estratégia essencial para melhorar a função pulmonar, aliviar sintomas e promover qualidade de vida aos pacientes. Entre os recursos utilizados, o Treinamento Muscular Inspiratório (TMI) tem se destacado na reabilitação de indivíduos com DPOC. **Objetivo(s):** Analisar a eficácia do Treinamento Muscular Inspiratório (TMI) como método de intervenção fisioterapêutica em pacientes com DPOC. **Métodos:** Trata-se de uma revisão literária baseada em artigos científicos das bases SciELO, Google Scholar e LILACS, publicados entre 2022 e 2024. A busca incluiu materiais em português, utilizando as palavras-chave “DPOC”, “reabilitação pulmonar”, “treinamento inspiratório”. **Resultados:** Os estudos revisados apontaram o uso recorrente de dispositivos como o Threshold IMT, que proporcionam resistência à inspiração e favorecem o fortalecimento da musculatura inspiratória. Segundo Freitas *et al.* (2024), a aplicação do TMI resultou em avanços significativos na força muscular respiratória e na eficiência ventilatória, refletindo diretamente na melhora da tolerância ao esforço e na autonomia dos pacientes. De acordo com Mota *et al.* (2023), o Treinamento Muscular Inspiratório mostrou-se eficaz na redução da dispneia, no aumento da força e da resistência dos músculos inspiratórios, além de contribuir para a melhora da tolerância ao exercício em indivíduos com DPOC em estágios moderado a grave. Segundo Mortari e Manzano (2022), diferentes protocolos e cargas de Treinamento Muscular Inspiratório (TMI), variando entre 30% e 80% da pressão inspiratória máxima (Pimáx) demonstraram eficácia na melhora da força muscular inspiratória, da capacidade funcional e na redução da dispneia em indivíduos com DPOC, independentemente da intensidade aplicada. **Considerações Finais:** O Treinamento Muscular Inspiratório mostrou-se uma intervenção eficaz na reabilitação pulmonar de pacientes com DPOC, promovendo ganhos em força muscular, desempenho funcional e qualidade de vida. A adesão ao tratamento e o uso de protocolos adequados são essenciais para bons resultados fisioterapêuticos.

Palavras-chave: DPOC. Reabilitação pulmonar. Treinamento Inspiratório.

Referências:

- FREITAS, A. L. et al. **Treinamento muscular inspiratório aplicado em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica: revisão integrativa.** Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia, [S. l.], v. 11, n. 21, 2024.
- MORTARI, B. R.; MANZANO, R. M. **Efetividade de diferentes protocolos e cargas utilizadas no treinamento muscular inspiratório de indivíduos com DPOC.** Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 3, 2022.
- MOTA, J. C. et al. **Treinamento muscular inspiratório em pessoas com doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC): uma revisão sistemática.** Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, 2023.

EFEITOS DA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA NA INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA AGUDA

Arinlla Ellis Guimarães santos ¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso fisioterapia da Unifipmoc

² Professor do curso de fisioterapia da Unifipmoc

Introdução/Justificativa: A insuficiência respiratória aguda (IRA) é uma condição clínica caracterizada pela falência do sistema respiratório em manter trocas gasosas adequadas, sendo comum em contextos hospitalares. A ventilação não invasiva (VNI) tem se mostrado uma alternativa eficaz, promovendo melhora dos parâmetros respiratórios, redução da sobrecarga muscular e prevenção da intubação. Essa técnica permite suporte ventilatório sem a necessidade de via aérea artificial, sendo indicada em diferentes faixas etárias e patologias. **Objetivo(s):** O resumo tem como objetivo destacar os principais efeitos clínicos e benefícios da ventilação não invasiva em pacientes com insuficiência respiratória aguda. **Métodos:** O presente estudo foi realizado através da base de dados SciELO. **Métodos:** O presente estudo foi realizado através da base de dados SciELO. **Resultados:** De acordo com Silva et al.(2016), a VNI é eficaz na redução da necessidade de intubação orotraqueal e mortalidade em pacientes com IRA, especialmente em casos de DPOC e edema agudo de pulmão. Além disso, evidências apontam que o sucesso da VNI depende de fatores clínicos, como a gravidade do quadro e a resposta inicial ao tratamento, conforme observado por Ferreira e al.(2019). Esse efeito positivo também se estende ao público pediátrico, onde Souza et al.(2019), identificaram redução da necessidade de ventilação invasiva e das complicações associadas à bronquiolite viral com o uso precoce da VNI. Esses achados reforçam a importância do uso criterioso da VNI como recurso terapêutico seguro e adaptável às diferentes realidades clínicas. **Considerações Finais/Conclusões:** A ventilação não invasiva é uma estratégia ventilatória eficiente e segura na abordagem da insuficiência respiratória aguda. Os estudos revisados reforçam sua aplicabilidade clínica e os impactos positivos na sua evolução do paciente. A atuação do fisioterapeuta é fundamental no monitoramento, adaptação e sucesso do uso da VNI no ambiente hospitalar.

Palavras-chave: Ventilação não invasiva. Insuficiência respiratória. Recurso terapêutico.

Referências:

FERREIRA, R. C. et al. Ventilação não-invasiva com pressão positiva em pacientes com insuficiência respiratória aguda: fatores associados à falha ou ao sucesso. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, Brasília, v. 45, n. 3, p. 234–240, 2019.

SILVA, A. P. et al. Ventilação não-invasiva: quando utilizar? *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 102–108, 2016.

SOUZA, L. M. et al. Ventilação não invasiva na insuficiência respiratória aguda na bronquiolite por vírus sincicial respiratório. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 34–40, 2019.

TERAPIA MANUAL NA PREVENÇÃO DE ADERÊNCIAS FASCIAIS EM PACIENTES AMPUTADOS

FERREIRA, Letícia Amaral ¹; ALMEIDA, Samanta Luísa da Cruz ¹; FREITAS, Luane Lorena Ferreira¹; XAVIER-ROCHA, Túlio Brandão².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UnifipMoc Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UnifipMoc Afya

Introdução/Justificativa: A amputação de membros inferiores, especialmente em nível transfemoral, promove alterações funcionais significativas, exigindo reabilitação complexa para adaptação protética. Nessa fase, a atuação fisioterapêutica desempenha papel essencial, principalmente na preparação do coto, onde aderências, retrações musculares e hipersensibilidade local podem comprometer o encaixe e o uso adequado da prótese. A terapia manual, incluindo técnicas como liberação miofascial, mobilização da cicatriz e massoterapia, tem sido empregada como recurso eficaz para minimizar essas disfunções, promover maior mobilidade tecidual e facilitar a protetização. **Objetivo(s):** Apresentar os benefícios da terapia manual na preparação do coto em amputados de membros inferiores, destacando sua influência na dessensibilização, prevenção de aderências e melhora da funcionalidade, favorecendo o processo de adaptação protética. **Métodos:** Foram utilizados como base quatro artigos científicos nacionais e internacionais, com publicações entre 2019 e 2023, que abordam a atuação fisioterapêutica na fase pré-protetização. Os estudos incluem revisão de literatura sistemática, relatos de experiência clínica e artigos de revisão narrativa. A análise focou na descrição das técnicas fisioterapêuticas utilizadas, com destaque para as abordagens manuais empregadas no manejo do coto. **Resultados:** Os estudos analisados evidenciam que a terapia manual contribui diretamente para a redução da dor e sensibilidade local, melhora da vascularização, mobilidade da pele e tecidos subjacentes, além de auxiliar no alinhamento postural do coto. Técnicas como mobilização da cicatriz, deslizamento fascial e massoterapia profunda mostraram-se eficazes na prevenção de retrações e formação de aderências cicatriciais, fatores que prejudicam o conforto e a funcionalidade da prótese. Além disso, a dessensibilização com uso de estímulos táteis variados foi apontada como fundamental para a adaptação sensorial ao uso do encaixe protético. **Considerações Finais:** A integração da terapia manual no plano de reabilitação de amputados transfemorais na fase pré-protetização é relevante, pois proporciona condições teciduais ideais para o uso da prótese e melhora a qualidade de vida do paciente. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem precoce, individualizada e contínua, garantindo maior eficiência no processo de protetização e na condução da reabilitação funcional desses indivíduos.

Palavras-chave: Amputação, Terapia manual, Fisioterapia, Reabilitação e Coto.

Referências:

- ÜLGER, Ö., YILDIRIM ŞAHAN, T., & ÇELİK, S.E. (2018). Uma revisão sistemática da literatura sobre abordagens de fisioterapia e reabilitação para amputação de membros inferiores. *Physiotherapy Theory and Practice*, 34 (11), 821–834, 2018.
- NUNES JUNIOR, P. C.; MELLO, M. A.; MONNERAT, E. Tratamento fisioterapêutico na fase pré-protetização em pacientes com amputação transtibial unilateral. **Fisioterapia Brasil**. Rio de Janeiro, Volume 10 - Número 4 - julho/agosto - 2009.
- JESUS, P. H.; SOUZA, A. L. V.; PEREIRA, R. G. B.; SÁ, M. C.; MORAIS, S. G. Atuação Da Fisioterapia na Dessensibilização de Pacientes Amputados. **Revista Saúde dos Vales**. V.1 - N.1, P.208-216, 2019.

Efeitos da Cinesioterapia em Idosos com Hipertensão Arterial Sistêmica: Uma Abordagem Funcional e Cardiológica

Sther Batista Oliveira¹; Adriana Caldeira Jorge².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é muito comum em idosos e é um importante fator de risco para doenças cardiovasculares. O envelhecimento reduz a capacidade funcional e a tolerância ao esforço, o que afeta a qualidade de vida. A terapia por exercícios, como uma intervenção fisioterapêutica, demonstrou ser eficaz no controle da pressão arterial e na melhoria do condicionamento físico. **Objetivo(s):** Avaliar os efeitos da cinesioterapia na pressão arterial, funcionalidade e qualidade de vida de idosos hipertensos. **Métodos:** Foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2016 e 2023 nas bases SciELO, PubMed e PEDro. Os critérios de inclusão foram estudos com idosos diagnosticados com HAS que realizaram programas de cinesioterapia supervisionada, com avaliação pré e pós-intervenção. **Resultados:** Os estudos analisados demonstraram que programas de exercícios cinesioterapêuticos regulares, como caminhada, exercícios resistidos e alongamentos, foram eficazes na redução dos níveis pressóricos, melhora do condicionamento físico e aumento da autonomia funcional dos idosos. Também foi observada melhora na autoestima e na adesão ao tratamento clínico. **Considerações Finais:** A cinesioterapia é uma estratégia segura e eficaz para o controle da hipertensão e promoção da saúde funcional em idosos, devendo ser incorporada de forma regular nas práticas da fisioterapia cardiológica e geriátrica.

Palavras-chave: Cinesioterapia, Hipertensão Arterial, Fisioterapia Geriátrica, Funcionalidade

Referências:

Costa, J.M. et al. Efeitos da cinesioterapia em idosos hipertensos: revisão sistemática. *Rev Bras Geriatr Gerontol.* 2020;23(4):e200089; Sociedade Brasileira de Cardiologia. Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial. *Arq Bras Cardiol.* 2018;111(3):436–539; Gomes, W.J. et al. Exercício físico e funcionalidade em idosos hipertensos. *Fisioter Mov.* 2019;32:e003210.

FATORES DESENCADEANTES DA RECORRÊNCIA DA ASMA NA IDADE ADULTA

Érika Maurício Martins¹; Isabel Aragão Maia².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição Unifipmoc Afya.

² Professor do curso Fisioterapia da instituição Unifipmoc Afya.

Introdução: A asma é uma doença respiratória crônica que afeta milhões de adultos no mundo, caracterizada por episódios cíclicos de desconforto respiratório, tosse e chiado, decorrentes da inflamação e do estreitamento das vias aéreas. A recorrência da asma na idade adulta pode ser influenciada por fatores ambientais e pessoais. Compreender esses aspectos é essencial para um manejo eficaz da condição e garantir melhor qualidade de vida. Além disso, a asma pode impactar a rotina dos pacientes, limitando suas atividades físicas e sociais. **Objetivo(s):** Este estudo busca identificar os fatores que influenciam a recorrência da asma em adultos, analisando suas causas e implicações para o tratamento e prevenção. **Métodos:** Foram selecionados 12 artigos publicados nos últimos dez anos nas bases de dados PubMed e Scielo. Os critérios de inclusão abrangeram estudos sobre asma em adultos e seus fatores desencadeantes. A metodologia envolveu uma revisão sistemática dos dados apresentados nos artigos, buscando padrões e correlações relevantes. **Resultados:** Os fatores mais comuns incluem alérgenos (ácaros, pólen, mofo e pelos de animais), poluição do ar, infecções respiratórias, estresse emocional e obesidade. Martins et al. (2021) destacam que a exposição a alérgenos é um dos fatores mais significativos para piora no controle da asma. Wilkerson et al. (2021) apontam que a poluição atmosférica impacta a frequência das crises asmáticas, sugerindo uma relação entre níveis elevados de poluentes e aumento das exacerbações. Farah et al. (2022) observam que a baixa adesão ao tratamento está diretamente associada à recorrência das crises. Essa relação reforça que o controle adequado da doença pode mitigar os efeitos negativos dos fatores ambientais. **Conclusão:** Os fatores que influenciam a recorrência da asma na idade adulta são variados e complexos. Compreendê-los é essencial para desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e tratamento, melhorando a qualidade de vida dos pacientes asmáticos. Uma abordagem multidisciplinar é recomendada para lidar com esses fatores de forma abrangente.

Palavras-chave: Asma, Recorrência, Fatores Desencadeantes

Referências:

FARAH, C.; MORAES, C.; LIMA, J.P. **Management of asthma in adults: The role of adherence to treatment in asthma control.** Journal of Asthma, v. 59, n. 3, p.289-298, 2022.

MARTINS, L.; PEREIRA, F.; OLIVEIRA, T.S. **Factors influencing asthma control in adults: A systematic review.** Revista Brasileira de Pneumologia, v. 47, n. 4, p.303-312, 2021.

WILKERSON, D.; THOMPSON, R.; SMITH, J. **Environmental triggers of asthma in adults: A review of the literature.** Journal of Asthma, v. 58, n. 5, p.545-556, 2021.

Abordagem Fisioterapêutica na Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica: Impacto na Qualidade de Vida

Sther Batista Oliveira¹; Isabel Aragao Maia².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição Centro universitário UNIFIPMoc

Introdução: A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) é uma doença respiratória progressiva e irreversível que prejudica gravemente a função pulmonar e a qualidade de vida dos pacientes. Devido à alta prevalência e ao impacto significativo na função, a reabilitação pulmonar, especialmente a intervenção fisioterapêutica, é essencial para controlar os sintomas e melhorar a capacidade funcional. **Objetivo(s):** Analisar os efeitos da fisioterapia respiratória em pacientes com DPOC, avaliando sua influência na dispneia, tolerância ao esforço e qualidade de vida. **Métodos:** Foi realizada uma revisão integrativa da literatura com artigos publicados entre 2015 e 2023 nas bases SciELO, PubMed e LILACS. Os critérios de inclusão foram estudos com intervenção fisioterapêutica em pacientes diagnosticados com DPOC. Foram selecionados 10 artigos após aplicação dos critérios de elegibilidade. **Resultados:** Os estudos revisados mostraram que técnicas como exercícios respiratórios, treinamento muscular inspiratório e exercícios aeróbicos supervisionados podem reduzir a dispneia e melhorar a tolerância ao exercício. Os pacientes também experimentaram melhor qualidade de vida, menos hospitalizações e maior independência nas atividades diárias. **Considerações Finais:** A fisioterapia respiratória demonstra ser eficaz no tratamento da DPOC, contribuindo significativamente para o controle dos sintomas e melhora funcional dos pacientes. Sua inclusão no tratamento multidisciplinar é fundamental para promover qualidade de vida e reduzir complicações.

Palavras-chave: Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, Fisioterapia Respiratória, Reabilitação Pulmonar, Qualidade de Vida.

Referências:

GOLD – Global Initiative for Chronic Obstructive Lung Disease. Global Strategy for the Diagnosis, Management, and Prevention of COPD. 2023; Lunardi AC, Porras DC. Fisioterapia respiratória na DPOC: evidências clínicas. Rev. Bras. Fisioter. 2017;21(4):235–243; Nici L, ZuWallack R. An official American Thoracic Society workshop report: the Integrated Care of the COPD Patient. Am J Respir Crit Care Med. 2015;191(10):1211–1217.

FISIOTERAPIA NA DPOC: EFEITOS DA REABILITAÇÃO PULMONAR

Emilly Emanuelle Silva e Souza¹; Isabel Aragão Maia ².

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc/ Afya

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc/ Afya

Introdução: A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma condição respiratória progressiva e irreversível, caracterizada pela obstrução crônica das vias aéreas. Seus sintomas, como dispneia e fadiga, limitam as atividades de vida diária e comprometem a qualidade de vida. A reabilitação pulmonar, como estratégia não farmacológica, visa reduzir sintomas, melhorar a função respiratória e promover maior autonomia. A fisioterapia é essencial nesse processo, com intervenções que fortalecem a musculatura respiratória e periférica, melhoram o condicionamento físico e oferecem suporte educativo. **Objetivo(s):** Analisar os efeitos da reabilitação pulmonar em pacientes com DPOC, com ênfase na atuação fisioterapêutica. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura baseada em três estudos que descreveram programas de exercícios aeróbicos voltados à melhora da função respiratória, capacidade física e qualidade de vida. As abordagens incluíram intervenções fisioterapêuticas aplicadas em diferentes contextos clínicos, com ênfase no impacto funcional dessas estratégias. **Resultados** Os estudos demonstraram que a reabilitação pulmonar oferece benefícios significativos para pacientes com DPOC. Segundo Almeida e Schneider (2019), a fisioterapia melhora a capacidade funcional, reduz a dispneia e promove qualidade de vida por meio de exercícios supervisionados. Gomes e Martin (2017) observaram que programas com exercícios aeróbicos e resistidos aumentam a tolerância ao esforço, o desempenho nas atividades diárias e a adesão ao tratamento. Martins *et al.* (2021) relataram que a participação em 36 sessões resultou em melhora funcional e redução do índice de massa corporal, evidenciando o impacto positivo da reabilitação no estado geral dos pacientes. **Considerações Finais:** A reabilitação pulmonar é eficaz no manejo da DPOC, promovendo melhorias clínicas e funcionais. A fisioterapia, com condutas baseadas em evidências, tem papel fundamental na autonomia e bem-estar dos pacientes. A continuidade dos programas e o suporte multiprofissional são essenciais para a manutenção dos benefícios.

Palavras-chave: DPOC. Reabilitação pulmonar. Exercício terapêutico.

Referências:

ALMEIDA, J.T.S.; SCHNEIDER, L.F. A importância da atuação fisioterapêutica... FAEMA, 2019.

GOMES, E.S.; MARTIN, V.C. Programa de reabilitação pulmonar em pacientes com DPOC. FAMA, 2017.

MARTINS, P. S. C. *et al.* Programa de reabilitação pulmonar de 36 sessões melhora a capacidade funcional e reduz o índice de massa corpórea em pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica. Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, v. 15, n. 98, p. 446–452, 2021.

Adaptação Biomecânica e Desempenho Funcional com o Uso de Próteses em Idosos com Amputação Transtibial

Gustavo Verissimo Nogueira¹; Crysthian Oliveira Cabral¹; Pedro Henrique Ferreira da Silva¹; Tulio Rocha².

¹Acadêmico do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIMoc Afya

²Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIMoc Afya

Introdução/Justificativa: A amputação transtibial em pessoas idosas, muitas vezes associada a problemas vasculares periféricos, apresenta um grande desafio na reabilitação, afetando diretamente a mobilidade e a qualidade de vida. A capacidade de se adaptar biomecanicamente ao uso de uma prótese é crucial para o desempenho funcional e a redução do risco de quedas, sendo modulada por aspectos como força muscular remanescente, equilíbrio e o correto alinhamento da prótese. Analisar e entender essas adaptações é essencial para tornar as intervenções no processo de reabilitação mais eficazes.

Objetivo(s): Investigar como a adaptação biomecânica afeta o desempenho funcional de idosos que utilizam próteses transtibiais, com ênfase na marcha, estabilidade e aptidão para realizar atividades cotidianas. Métodos: Revisão de literatura de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025 nas bases PubMed, SciELO e PEDro. Foram utilizados os descritores controlados “transtibial amputation”, “older adults”, “biomechanical adaptation”, “gait”, “prosthetic limb” e “functional performance”, combinados por operadores booleanos. Incluíram-se ensaios clínicos e estudos observacionais com idosos (≥ 60 anos), abordando marcha protética, desempenho funcional e ajustes biomecânicos. Resultados: As pesquisas analisadas indicaram que modificações na biomecânica, como a utilização de próteses com pés móveis e o correto alinhamento, aumentaram a simetria na marcha e o desempenho funcional em pessoas idosas (GAILEY et al., 2021; HAFNER et al., 2022). Métodos de reabilitação focados em exercícios de equilíbrio, fortalecimento das pernas e adaptações personalizadas das próteses ajudaram a alcançar uma maior autonomia funcional (MORGENROTH et al., 2023). Observou-se uma diminuição significativa no risco de quedas e uma melhora considerável nos testes de caminhada de 6 minutos e no TUG (Timed Up and Go) (MORGENROTH et al., 2023). **Considerações Finais/Conclusões:** Quando um idoso consegue se adaptar bem à prótese transtibial, ele costuma ter uma melhora significativa na sua capacidade de se mover e realizar as atividades do dia a dia. Para isso, é importante que a fisioterapia seja feita de forma personalizada, levando em conta as necessidades de cada pessoa, além de ajustes específicos na prótese. Essas ações ajudam a melhorar a caminhada, evitar quedas e, assim, proporcionam uma vida com mais qualidade.

Palavras-chave: amputação transtibial; idosos; biomecânica; marcha; desempenho funcional; prótese.

Referências: Gailey R, et al. Prosthetic gait in elderly transtibial amputees: biomechanical and functional analysis. J Rehabil Res Dev. 2021;58(3):451–459.

Hafner BJ, et al. Influence of prosthetic foot stiffness and alignment on gait in older transtibial amputees. Clin Biomech. 2022;94:105720.

Morgenroth DC, et al. Biomechanical gait adaptation in elderly transtibial amputees: effects on function and fall risk. Arch Phys Med Rehabil. 2023;104(1):12–19